PAUL KENNEDY

ASCENSÃO E QUEDA DAS GRANDES POTÊNCIAS

Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000

Tradução
Waltensir Dutra

2ª Edição

Editora Campus

Do original:
The rise and fall of the great powers.

Capa
Otavio Studart

Copy-desk
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Composição
Mergulhar Editoração Eletrônica

Revisão
Paulo Henrique Brandão
Nair Dametto

Índice Remissivo
Nair Dametto

Projeto Gráfico
Editora Campus Ltda.
Qualidade internacional a serviço do autor e do leitor nacional.
Rua Barão de Itapagipe 55 Rio Comprido
Telefone: (021) 293 6443 Telex: (021) 32606 EDCP BR
20261 Rio de Janeiro RJ Brasil
Endereço Telegráfico: CAMPUSRIO

ISBN 85-7001-557-7
(Edição original: ISBN 0-04-909019-4, Unwin Hyman Limited, London.)

Ficha Catalográfica
CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

K43a

Kennedy, Paul
Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000 / Paul Kennedy; tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Tradução de: The rise and fall of the great powers.
Bibliografia.
ISBN 85-7001-557-7

1. Concorrência internacional. 2. Relações econômicas internacionais. 3. História econômica. I. Título.

CDD — 337
909
CDU — 338.984.4
327
908

88-0841

---

93 92 91 90 89 9 8 7 6 5 4 3 2

Sumário

Mapas

Quadros e Gráficos

Quadros

Gráficos

Introdução

Este livro trata do poder nacional e internacional no período "moderno" — isto é, depois do Renascimento. Nele procuramos acompanhar e explicar como as várias grandes potências ascenderam e caíram, umas relativamente às outras, durante os cinco séculos decorridos desde a formação das "novas monarquias" da Europa ocidental, e o início do sistema transoceânico e global de estados. Ele se ocupa muito, inevitavelmente, de guerras, em especial dos conflitos mais sérios, prolongados, travados pelas coalizões de grandes potências e que tiveram grande impacto na ordem internacional, sem ser porém, a rigor, um livro de história militar. Também procura acompanhar as transformações ocorridas no equilíbrio econômico mundial a partir de 1500; e apesar disso não é, pelo menos diretamente, uma obra de história econômica. Ele concentra-se na *interação* de economia e estratégia, evidenciada na luta de todo estado importante do sistema internacional para melhorar sua riqueza e seu poderio, para tornar-se (ou continuar) ao mesmo tempo rico e forte.

O "conflito militar" mencionado no subtítulo do livro é, portanto, examinado sempre no contexto da "transformação econômica". A vitória de qualquer grande potência nesse período, ou o colapso de outra, foi geralmente conseqüência de prolongada luta de suas forças armadas; mas também da utilização mais ou menos eficiente de seus recursos produtivos em tempo de guerra e, com menos destaque, da maneira pela qual sua economia vinha crescendo ou decaindo, *em relação* às outras nações importantes, nas décadas que precederam esse conflito. Por essa razão, a alteração constante da posição de uma grande potência em tempo de paz é, para este estudo, tão importante quanto a maneira pela qual luta na guerra.

A tese agora resumida receberá um tratamento muito mais desenvolvido no próprio texto, mas pode ser sintetizada rapidamente:

A força relativa das principais nações no cenário mundial nunca permanece constante, principalmente em virtude da taxa de crescimento desigual entre as diferentes sociedades, e das inovações tecnológicas e organizacionais que proporcionam a uma sociedade maior vantagem do que a outra. Por exemplo, o aparecimento do navio a vela de grande alcance, armado de canhões, e o crescimento do comércio atlântico depois de 1500 não foram *uniformemente* vantajosos para todos os estados da Europa — estimularam a alguns muito mais do que a outros. Da mesma forma, mais tarde o desenvolvimento da energia a vapor e dos recursos carboníferos e metalúrgicos nos quais essa nova forma de força se apoiava maciçamente aumentou o

poderio relativo de certas nações, diminuindo com isso o poderio relativo de outras. Quando sua capacidade produtiva aumentava, os países tinham normalmente maior facilidade de arcar com os ônus dos armamentos em grande escala, em tempo de paz, e de manter e abastecer grandes exércitos e armadas durante a guerra. Dizer isso parece um mercantilismo grosseiro, mas a riqueza é geralmente necessária ao poderio militar, e este por sua vez é geralmente necessário à aquisição e proteção da riqueza. Se, porém, uma proporção demasiado grande dos recursos de um país é desviada da criação de riqueza e atribuída a fins militares, torna-se então provável que isso leve ao enfraquecimento do poderio nacional, a longo prazo. Da mesma maneira, se um país se excede estrategicamente — digamos, pela conquista de territórios extensos ou em guerras onerosas — corre o risco de ver as vantagens potenciais da expansão externa superadas pelas grandes despesas exigidas — dilema que se torna agudo se o país em questão tiver entrado num período de declínio econômico relativo. A história da ascensão e queda dos países líderes do sistema de grandes potências, desde o avanço da Europa ocidental no século XVI — isto é, de nações como Espanha, Holanda, França, Império Britânico e atualmente os Estados Unidos — mostra uma correlação muito significativa, *a prazo mais longo*, entre a sua capacidade de produzir e gerar receitas, de um lado, e a força militar, do outro.

A história da "ascensão e queda das grandes potências" apresentada nestes capítulos pode ser rapidamente resumida aqui. O primeiro capítulo prepara o cenário para o que se vai seguir, examinando o mundo lá por 1500, e analisando os pontos fortes e fracos de cada um dos "centros de poder" da época: a China dos Ming, o Império Otomano e seu rebento muçulmano na Índia, o Império Mongol, Moscóvia, o Japão Tokugawa e os vários estados da Europa centro-ocidental. No início do século XVI, não era de modo algum evidente que esta última região estava destinada a elevar-se acima das outras. Por mais grandiosos e organizados que alguns desses impérios orientais parecessem, em comparação com a Europa, todos eles sofriam, porém, as conseqüências de terem uma autoridade centralizada que insistia na uniformidade de crenças e práticas, não só na religião oficial do estado, como também em áreas como as atividades comerciais e o aperfeiçoamento de armas. A falta de qualquer autoridade suprema desse tipo, na Europa, e as rivalidades marciais entre seus vários reinos e cidades-estados estimularam uma constante busca de progresso militar, que interagiu proveitosamente com o progresso tecnológico e comercial também registrado nesse ambiente competitivo e empresarial. Com menos obstáculos à mudança, as sociedades européias entraram numa espiral ascendente de crescimento econômico e melhoraram a eficiência militar que, com o tempo, as colocaria à frente de todas as outras regiões do globo.

Embora essa dinâmica da mudança tecnológica e da competitividade militar impulsionasse a Europa para a frente à sua habitual maneira pluralista e aos empurrões, ainda perdurava a possibilidade de que um dos estados competidores pudesse adquirir recursos suficientes para superar os outros, e em seguida dominar o continente. Durante cerca de 150 anos, depois de 1500, um bloco dinástico-religioso sob os Habsburgos espanhóis e austríacos

pareceu ameaçar exatamente isso, e os esforços dos outros estados europeus importantes para conter essa "tentativa de domínio Habsburgo" ocupam todo o capítulo 2. Como ocorre em todo o livro, os pontos fortes e fracos de cada uma das principais potências são analisados *relativamente*, e à luz das mudanças econômicas e tecnológicas mais amplas que afetaram a sociedade ocidental como um todo, a fim de que o leitor possa compreender melhor o resultado das muitas guerras desse período. O tema principal desse capítulo é que, apesar dos grandes recursos dos monarcas Habsburgos, eles se sobrecarregaram constantemente no decorrer de repetidos conflitos, e a estrutura militar da cúpula tornou-se demasiado pesada para a base econômica que se enfraquecia. Se as outras grandes potências européias também sofriam imensamente com essas guerras prolongadas, conseguiam — embora com dificuldade — manter o equilíbrio entre seus recursos materiais e seu poder militar, melhor do que seus inimigos Habsburgos.

As lutas entre as grandes potências ocorridas de 1660 a 1815, e comentadas no capítulo 3, não podem ser resumidas com a mesma facilidade que uma disputa entre um grande bloco e os seus muitos rivais. Foi nesse complicado período que, enquanto certas ex-grandes potências, como Espanha e Holanda, estavam caindo para o segundo plano, surgiram cinco estados principais (França, Grã-Bretanha, Rússia, Áustria e Prússia) que passaram a dominar a diplomacia e o belicismo da Europa do século XVIII, e travaram uma série de prolongadas guerras de coalizão, marcadas por alianças que se modificavam rapidamente. Foi uma era na qual a França, primeiro sob Luís XIV e depois sob Napoleão, chegou mais perto do controle da Europa do que em qualquer outro momento, antes ou depois. Seus esforços, porém, foram sempre contidos, pelo menos em última instância, por uma combinação das outras grandes potências. Como o custo dos exércitos e armadas nacionais permanentes se tinha tornado enorme em princípios do século XVIII, um país que pudesse criar um sistema bancário e creditício avançado (como fez a Grã-Bretanha) desfrutava de muitas vantagens sobre seus rivais financeiramente atrasados. Mas o fator da posição geográfica também teve grande importância na determinação dos destinos das potências, em suas muitas lutas que variavam com freqüência — o que ajuda a explicar por que duas nações "marginais" — Rússia e Grã-Bretanha — tinham se tornado muito mais importantes em 1815. Ambas conservavam a capacidade de intervir nas lutas da Europa centro-oeste, estando geograficamente protegidas contra elas, e ambas se expandiram para o mundo *extra*-europeu, no decorrer do século XVIII, mesmo quando asseguravam a manutenção do equilíbro de forças. Finalmente, nas últimas décadas do século, a Revolução Industrial estava em pleno processo na Inglaterra, o que lhe daria maior capacidade tanto de colonizar no além-mar, como de frustrar a tentativa napoleônica de dominar a Europa.

Durante todo um século, depois de 1815, em contraste, houve uma notável ausência de prolongadas guerras de coalizão. Havia um equilíbrio estratégico, apoiado por todas as principais potências no Concerto da Europa, de modo que nenhuma nação isolada era capaz, nem desejava, arriscar-se a uma tentativa de domínio continental. As preocupações primordiais dos

governos, nas década posteriores a 1815, eram a instabilidade interna e (no caso da Rússia e dos Estados Unidos) a expansão pelas suas massas territoriais continentais. Esse cenário internacional de relativa estabilidade permitiu que o Império Britânico atingisse o zênite de seu poderio global, em termos navais, coloniais e comerciais, e também interagiu favoravelmente com o seu monopólio prático da produção industrial a vapor. Na segunda metade do século XIX, porém, a industrialização se estava estendendo a algumas outras regiões, e começava a fazer com que o fiel da balança do poderio internacional se afastasse das nações líderes mais antigas e começasse a pender para os países dotados dos recursos e da organização para explorar os meios de produção e a tecnologia mais novos. Já alguns dos conflitos mais importantes dessa época — a Guerra da Criméia, até certo ponto, e mais especialmente a Guerra Civil Americana e a Guerra Franco-Prussiana — estavam impondo a derrota às sociedades que não tinham modernizado seus sistemas militares, e às quais faltava a infra-estrutura industrial de ampla base para sustentar os enormes exércitos, e as armas muito mais caras e complicadas que estavam agora transformando a natureza da guerra.

Com a aproximação do século XX, portanto, o ritmo da transformação tecnológica e as taxas desiguais de crescimento tornaram o sistema internacional muito mais instável e complexo do que era 50 anos antes. Isso evidenciou-se na intensa corrida pós-1880 pelas grandes potências, em busca de mais territórios coloniais na África, Ásia e Pacífico — em parte pelo lucro, em parte pelo medo de serem eclipsadas. Evidenciou-se também no crescente número de corridas armamentistas, tanto em terra como no mar, e na criação de alianças militares fixas, mesmo na paz, com os diferentes governos buscando aliados para uma possível guerra futura. Atrás das freqüentes disputas coloniais e crises internacionais do período pré-1914, porém, os índices de poder econômico, década a década, mostram mudanças ainda mais fundamentais nos equilíbrios mundiais — na verdade, o eclipse do que foi, por mais de três séculos, essencialmente um sistema mundial *eurocêntrico.* Apesar de todos os seus esforços, grandes potências européias tradicionais, como França e Áustria-Hungria, e a recém-unificada Itália, começavam a ficar para trás na corrida. Em contraste, os enormes estados continentais dos Estados Unidos e Rússia transferiam-se para a primeira linha, apesar das ineficiências do estado czarista. Entre as nações da Europa ocidental, apenas a Alemanha, possivelmente, teve energia para forçar sua entrada na seleta liga das futuras potências mundiais. O Japão, por outro lado, tencionava firmemente predominar no leste asiático, mas não além. Inevitavelmente, portanto, todas essas modificações criaram problemas consideráveis, e em última instância insolúveis, para um Império Britânico que passou a ter muito mais dificuldades em defender os seus interesses globais do que meio século antes.

Embora se possa considerar como o principal fato dos 50 anos posteriores a 1900 o advento de um mundo bipolarizado, com suas conseqüentes crises para as potências "médias" (como diz o título dos capítulos 5 e 6), essa metamorfose de todo o sistema não foi suave. Pelo contrário, as desgastantes e sangrentas batalhas de massa da Primeira Guerra Mundial, dando importância à organização industrial e à eficiência nacional, proporcionaram à Alemanha

imperial certas vantagens em relação a uma Rússia czarista que se modernizava rapidamente, mas ainda era atrasada. Poucos meses depois da vitória na frente leste, porém, a Alemanha viu-se ante a derrota no oeste, enquanto seus aliados sofriam um colapso semelhante nos teatros de guerra balcânico, italiano e do Oriente Próximo. Devido à contribuição tardia da ajuda militar americana, e em especial da ajuda econômica, a aliança ocidental teve finalmente os recursos para impor-se à coalizão rival. Mas foi uma luta exaustiva para todos os beligerantes originais. A Áustria-Hungria desapareceu, a Rússia entrou em revolução, a Alemanha foi derrotada; não obstante, França, Itália e até mesmo a Grã-Bretanha sofreram pesadamente em sua vitória. A única exceção foi o Japão, que melhorou sua posição no Pacífico, e, naturalmente, os Estados Unidos, que em 1918 eram indiscutivelmente a maior potência do mundo.

O rápido abandono americano, pós-1919, de compromissos externos, e o paralelo isolacionismo russo sob o regime bolchevique, originaram um sistema internacional que estava mais fora de sintonia com as realidades econômicas fundamentais do que talvez em qualquer outro momento dos cinco séculos estudados neste livro. Inglaterra e França, embora enfraquecidas, ainda ocupavam o centro do palco diplomático, mas na década de 1930 sua posição estava sendo questionada pelos estados militarizados e revisionistas da Itália, Japão e Alemanha — a última visando a uma tentativa muito mais deliberada de hegemonia européia do que até mesmo em 1914. Em segundo plano, porém, os Estados Unidos continuavam sendo, de longe, a nação industrializada mais poderosa do mundo, e a Rússia de Stalin se estava transformando rapidamente numa superpotência industrial. Em conseqüência, o dilema para as potências *revisionistas* "médias" era a necessidade de se expandir logo, se não quisessem ser obscurecidas pelos dois gigantes continentais. O dilema para as potências médias do *status quo* estava em que, ao lutar contra os desafios alemão e japonês, provavelmente também se enfraqueceriam. A Segunda Guerra Mundial, com todos os seus altos e baixos, confirmou essencialmente esses temores de declínio. Apesar de vitórias iniciais espetaculares, as nações do Eixo não poderiam, no fim, ter êxito contra um desequilíbrio de recursos produtivos muito maior que o da guerra de 1914-1918. O que conseguiram foi o eclipse da França e o enfraquecimento irrecuperável da Inglaterra — antes de serem elas próprias esmagadas por força superior. Em 1943, o mundo bipolar previsto décadas antes havia chegado finalmente, e o equilíbrio militar se tinha, mais uma vez, equiparado à distribuição global dos recursos econômicos.

Os dois últimos capítulos deste livro examinam os anos nos quais um mundo bipolar parecia, na verdade, existir — econômica, militar e ideologicamente — e se refletiu, em nível político, nas muitas crises da guerra fria. A posição dos Estados Unidos e da U.R.S.S. como potências de classe especial também parecia reforçar-se com a chegada das armas nucleares e dos sistemas de transportá-las a longas distâncias, o que sugeria ser a paisagem estratégica, bem como a diplomática, muito diferente agora de 1900, para não falarmos de 1800.

Não obstante, o processo de ascensão e queda das grandes potências — das diferenças de taxas de crescimento e transformação tecnológica que levam a modificações no equilíbrio econômico global, que por sua vez gradualmente influem nos equilíbrios político e militar — não tinha cessado. Militarmente, os Estados Unidos e a U.R.S.S. continuavam na primeira linha, enquanto a década de 1960 dava lugar à de 1970 e à de 1980. Na verdade, como ambos interpretavam os problemas internacionais em termos bipolares, e com freqüência maniqueístas, sua rivalidade os levara a uma crescente corrida armamentista de que nenhuma outra potência era capaz. Nas mesmas poucas décadas, porém, os equilíbrios produtivos globais se alteraram mais depressa do que nunca. A parcela do Terceiro Mundo na produção total de manufaturados e no PNB, que na década posterior a 1945 tinha caído a níveis sem precedentes, vem-se expandindo constantemente, desde então. A Europa recuperou-se dos prejuízos da guerra e, na forma da Comunidade Econômica Européia, tornou-se a maior unidade comercial do mundo. A República Popular da China está avançando em ritmo impressionante. O crescimento econômico do Japão no pós-guerra foi tão fenomenal que, segundo certos cálculos, ultrapassou recentemente a Rússia no PNB total. Em contraste, as taxas de crescimento americana e russa tornaram-se menores, e suas parcelas da produção e da riqueza globais diminuíram dramaticamente desde a década de 1960. Deixando de lado todas as nações menores, portanto, é evidente que já existe um mundo *multipolar*, mais uma vez, se medirmos apenas os índices econômicos. Dada a preocupação deste livro com a interação de estratégia e economia, pareceu-nos adequado um capítulo final (embora necessariamente especulativo) para explorar a presente disparidade entre o equilíbrio militar e o equilíbrio produtivo das grandes potências, e indicar os problemas e oportunidades que existem para os cinco grandes "centros de poder" político-econômico de hoje — China, Japão, C.E.E., União Soviética e Estados Unidos — em sua luta de séculos para relacionar os meios nacionais com os fins nacionais. A história da ascensão e queda das grandes potências ainda está longe do seu ponto final.

Sendo tão amplo o escopo deste livro, é claro que será lido por diferentes pessoas com diferentes objetivos. Alguns leitores encontrarão aqui o que esperavam: um exame, amplo e ainda assim detalhado, da política das grandes potências nos últimos cinco séculos, da maneira pela qual a posição relativa de cada um desses importantes estados foi afetada pela mudança econômica e tecnológica, e da constante interação de estratégia e economia, tanto em época de paz como nas provas da guerra. Por definição, ele não trata das potências *pequenas*, nem (em geral) das pequenas guerras bilaterais. Por definição também, o livro é acentuadamente eurocêntrico, em especial nos capítulos do meio. Mas isso é natural, em se tratando de tal assunto.

A outros leitores, talvez especialmente os cientistas políticos agora tão interessados em estabelecer regras gerais sobre "sistemas mundiais", ou sobre a repetição dos padrões das guerras, este estudo pode oferecer menos do que desejavam. Para evitar mal-entendidos, devemos deixar claro, a esta altura, que o livro não trata, por exemplo, da teoria de que as guerras maiores (ou "sistêmicas") podem estar relacionadas com os ciclos de Kondratieff da

ascensão e depressão econômicas. Além disso, ele certamente não se ocupa das teorias gerais sobre as *causas* da guerra, ou se elas provavelmente são provocadas pela "ascensão" ou "queda" das grandes potências. Também não é um livro sobre teorias do império, sobre como o controle imperial se realiza (como faz o recente livro de Michael Doyle, *Empires)*, ou se os impérios contribuem para a força nacional. Finalmente, não oferece qualquer teoria geral sobre que tipos de sociedade e de organizações sociais/governamentais são mais eficientes na obtenção de recursos em tempo de guerra.

Por outro lado, há neste livro, obviamente, uma grande abundância de material para os estudiosos que desejem fazer essas generalizações (e uma das razões do grande número de notas é indicar fontes mais detalhadas para os leitores interessados, digamos, no financiamento das guerras. Mas o problema dos historiadores — ao contrário dos cientistas políticos — ao se envolverem com as teorias gerais, é que as provas do passado são quase sempre demasiado variadas para permitir conclusões científicas "exatas". Assim, embora seja verdade que algumas guerras (a de 1939, por exemplo), possam ser relacionadas com os receios que os responsáveis pelas decisões tinham das modificações no equilíbrio geral do poder, isso não seria de maior utilidade para explicar as lutas iniciadas em 1776 (Guerra Revolucionária Americana), 1792 (Revolução Francesa) ou 1854 (Guerra da Criméia). Da mesma forma, embora se pudesse mostrar a Áustria-Hungria em 1914 como um bom exemplo de grande potência "decadente" que contribuiu para a deflagração de uma grande guerra, isso ainda deixaria ao teórico o problema de tratar dos papéis, igualmente críticos, desempenhados então pelas grandes potências "ascendentes", Alemanha e Rússia. Ainda da mesma forma, qualquer teoria geral sobre a lucratividade dos impérios, ou sobre uma possível influência da razão "poder-distância" sobre o controle imperial, provavelmente provocará — devido às conflitantes provas existentes — a resposta banal de que por vezes sim, por vezes não.

Não obstante, se colocarmos de lado teorias *a priori* e simplesmente examinarmos o registro histórico da "ascensão e queda das grandes potências" no decorrer dos últimos 500 anos, torna-se clara a possibilidade de chegarmos a algumas conclusões de validade geral — embora reconhecendo, ao mesmo tempo, a possibilidade de exceções individuais. Há, por exemplo, uma relação causal concreta entre as variações ocorridas com o tempo nos equilíbrios gerais econômicos e produtivos e a posição ocupada pelas potências individuais no sistema internacional. A transferência dos fluxos de comércio, do Mediterrâneo para o Atlântico e noroeste da Europa, a partir do século XVI, ou a redistribuição das parcelas da produção mundial de manufaturados, no sentido de menor participação da Europa ocidental nas décadas posteriores a 1890, constituem bons exemplos disso. Em ambos os casos, as mudanças econômicas anunciaram a ascensão de novas grandes potências que um dia teriam um impacto decisivo na ordem militar/territorial. É por isso que a transferência do equilíbrio produtivo mundial para a "orla do Pacífico", que vem ocorrendo nas últimas décadas, não pode ser de interesse apenas para os economistas.

Igualmente, a história sugere a existência de uma ligação muito clara, *a longo prazo*, entre a ascensão e queda econômicas de uma grande potência

militar (ou império mundial). Também isso nada tem de surpreendente, pois flui de dois fatos correlatos. O primeiro é que os recursos econômicos são necessários para apoiar uma estrutura militar em grande escala. O segundo é que, no que concerne ao sistema internacional, tanto a riqueza como o poder são sempre *relativos*, e como tal devem ser vistos. Há 300 anos, o autor mercantilista alemão Von Hornigk observou que

> se uma nação é hoje poderosa e rica, ou não, não depende da abundância ou segurança de seu poder e riquezas, mas principalmente de terem os seus vizinhos mais ou menos desse poder e riquezas.

Nos capítulos que se seguem, essa observação será confirmada repetidas vezes. A Holanda, em meados do século XVIII, era mais rica em termos *absolutos* do que 100 anos antes, mas àquela altura constituía-se muito menos numa grande potência, porque vizinhos como a França e Inglaterra tinham "mais desse poder e riquezas". A França de 1914 era, em termos absolutos, mais poderosa do que a de 1850 — mas isso pouco representou quando ela foi eclipsada por uma Alemanha muito mais forte. A Inglaterra tem hoje muito maior riqueza, e suas forças armadas dispõem de armamentos muito mais poderosos do que a Inglaterra vitoriana, mas isso de pouco serve quando sua parcela do produto mundial diminuiu de cerca de 25% para cerca de 3%. Se o país tem "mais desse poder e riquezas", muito bem; se tem "menos", há problemas.

Isso não significa, porém, que o poder econômico e militar relativo de uma nação subirá e decairá *paralelamente*. A maioria dos exemplos históricos incluídos aqui sugerem que há um claro "intervalo de tempo" entre a trajetória da força econômica relativa de um estado e a trajetória de sua influência militar/territorial. Mais uma vez, a razão disso não é difícil de perceber. Uma potência em expansão econômica — a Inglaterra da década de 1860, os Estados Unidos na de 1890, o Japão hoje — bem pode preferir ser mais rica do que investir pesadamente em armas. Meio século depois, as prioridades podem ter-se modificado. A expansão econômica anterior trouxe consigo obrigações no além-mar (dependência de mercados e matérias-primas estrangeiros, alianças militares, talvez bases e colônias). Outras potências rivais estão agora expandindo-se em ritmo mais rápido, e querem, por sua vez, estender sua influência ao exterior. O mundo tornou-se um lugar mais competitivo, e as fatias do mercado estão sendo corroídas. Os observadores pessimistas falam de declínio; os estadistas patriotas clamam pela "renovação".

Nessas circunstâncias mais perturbadas, a grande potência pode ver-se gastando *mais* com a defesa do que há duas gerações, e ainda assim descobrir que o mundo se transformou num ambiente menos seguro — simplesmente porque outras potências cresceram mais depressa e se estão tornando mais fortes. A Espanha imperial gastava muito mais com seu exército nas conturbadas décadas de 1630 e 1640 do que na de 1580, quando a economia castelhana era mais saudável. Os gastos com defesa na Inglaterra eduardiana eram muito maiores em 1910 do que, digamos, na época da morte de Palmerston em 1865, quando a economia inglesa estava relativamente no seu auge; mas que ingleses se sentiram mais seguros naquela data mais recente? O mesmo

problema, como argumentaremos adiante, parece estar sendo enfrentado tanto pelos Estados Unidos como pela U.R.S.S., hoje. As grandes potências em declínio relativo reagem instintivamente gastando mais com a "segurança" e, com isso, afastando do "investimento" recursos potenciais, e agravando seu dilema a longo prazo.

Outra conclusão geral que se pode deduzir dos 500 anos de história apresentados aqui é a existência de uma correlação muito forte entre o resultado final das *grandes guerras de coalizão* para o domínio europeu ou global, e o volume de recursos produtivos mobilizados pelos respectivos lados. Isso ocorreu nas lutas travadas contra os Habsburgos hispano-austríacos; com as grandes disputas do século XVIII, como a Guerra da Sucessão Espanhola, a Guerra dos Sete Anos e a Guerra Napoleônica, e com as duas guerras mundiais deste século. Uma guerra prolongada e desgastante acaba por se transformar numa prova da capacidade relativa de cada coalizão. Se um dos lados tem "mais" ou "menos" poder e riqueza, é o que se torna cada vez mais significativo à medida que a luta se prolonga.

Podemos fazer tais generalizações, porém, sem cair na armadilha grosseira do determinismo econômico. Apesar do nosso interesse constante em estabelecer as "tendências maiores" das questões mundiais nos últimos cinco séculos, *não* estamos argumentando que a economia determina todos os fatos, ou constitui a única razão do sucesso ou fracasso das nações. Simplesmente, há provas demais indicando outros elementos: geografia, organização militar, moral nacional, sistema de alianças e muitos outros fatores que podem afetar o poder relativo dos membros dos sistemas de estado. No século XVIII, por exemplo, as Províncias Unidas constituíam as partes mais ricas da Europa, e a Rússia, a mais pobre — não obstante, os holandeses decaíram, e os russos subiram. A loucura de um indivíduo (como Hitler) e a extrema competência no campo de batalha (seja dos regimentos espanhóis no século XVI ou da infantaria alemã neste século) também contribuem muito para explicar vitórias e derrotas individuais. O que parece incontestável, porém, é que numa longa e arrastada guerra de grandes potências (e em geral de coalizão), a vitória coube repetidas vezes ao lado com uma base produtiva mais florescente — ou, como costumavam dizer os capitães espanhóis, a quem tem o último escudo. Grande parte do que se segue confirma esse julgamento cínico, mas essencialmente correto. E é precisamente porque a posição de poder das nações importantes acompanhou de perto a sua posição econômica relativa nos últimos cinco séculos, que parece valer a pena perguntar quais as implicações das tendências econômicas e tecnológicas de hoje para o atual equilíbrio de poder. Isso não é negar que os homens fazem a sua própria história, mas a fazem dentro de circunstâncias históricas que podem limitar (bem como ampliar) as possibilidades.

Um modelo anterior para este livro foi o ensaio de 1833 do famoso historiador prussiano Leopold von Ranke sobre *die grossem Mächte* (as grandes potências), no qual ele examinou os altos e baixos do equilíbrio internacional de poder desde o declínio da Espanha, e tentou mostrar por que alguns países ascenderam à proeminência e depois desapareceram. Ranke concluiu seu ensaio com uma análise de seu mundo contemporâneo e do que

nele estava acontecendo depois da derrota da tentativa francesa de obter a supremacia na Guerra Napoleônica. Ao examinar as "perspectivas" de cada uma das grandes potências, também ele foi tentado a afastar-se do ofício de historiador para o mundo incerto da especulação sobre o futuro.

Escrever um ensaio sobre as "grandes potências" é uma coisa; contar a história em forma de livro é outra muito diferente. Minha intenção original era produzir um livro pequeno, do gênero "ensaístico", presumindo que os leitores conheciam (mesmo vagamente) os detalhes do pano de fundo sobre as variações nas taxas de crescimento, ou determinados problemas geoestratégicos enfrentados por esta ou aquela grande potência. Quando comecei a submeter os primeiros capítulos deste livro a comentários, ou fazer conferências experimentais sobre alguns de seus temas, tornou-se-me cada vez mais claro que eu partia de um pressuposto falso: o que a maioria dos leitores e ouvintes queria era *mais* detalhe, *mais* cobertura do pano de fundo, simplesmente porque não havia estudo que contasse a história das modificações ocorridas no poder econômico e estratégico. Precisamente porque nem os historiadores econômicos nem os historiadores militares tinham entrado por esse campo, ele simplesmente foi negligenciado. Se a abundância de detalhes, tanto no texto como nas notas que se seguem, tiver alguma justificativa, é a de preencher aquela lacuna crítica na história da ascensão e queda das grandes potências.

ESTRATÉGIA E ECONOMIA NO MUNDO PRÉ-INDUSTRIAL

1

A Ascensão do Mundo Ocidental

No ano de 1500, data escolhida por numerosos estudiosos para marcar a divisão entre a época moderna e a pré-moderna[1], não era de modo algum evidente aos habitantes da Europa que o seu continente estava destinado a dominar grande parte do resto da Terra. O conhecimento que os contemporâneos tinham das grandes civilizações do Oriente era fragmentário e, com demasiada freqüência, errôneo, baseado que estava nas histórias de viajantes que nada perdiam a cada vez que eram contadas. Não obstante, a imagem generalizada de extensos impérios orientais dotados de riqueza fabulosa e enormes exércitos era razoavelmente precisa, e à primeira vista aquelas sociedades devem ter parecido muito mais favoravelmente dotadas do que os povos e estados da Europa ocidental. Na verdade, colocadas junto desses outros grandes centros de atividade cultural e econômica, as debilidades relativas da Europa *eram* mais evidentes do que os seus pontos fortes. Para começar, ela não era a área mais populosa, nem a mais fértil, do mundo: Índia e China ocupavam os lugares principais sob tais aspectos. Geopoliticamente, o "continente" europeu tinha uma forma desajeitada, limitado pelo gelo e pela água a norte e oeste, aberto a invasões freqüentes pelo leste e vulnerável à circunavegação estratégica pelo sul. Em 1500, e por muito tempo antes e depois, essas considerações não eram abstratas. Só oito anos antes Granada, a última região muçulmana da Espanha, tinha sucumbido ao exército de Fernando e Isabel; isso, porém, significou o fim de uma campanha regional, e não da luta bem mais ampla entre a Cristandade e as forças do Profeta. Sobre grande parte do mundo ocidental, pairava ainda o choque da queda de Constantinopla em 1453, acontecimento que parecia muito mais importante porque não marcou, de modo algum, os limites do avanço dos turcos otomanos. Em fins do século, eles tinham tomado a Grécia e as ilhas Jônicas,

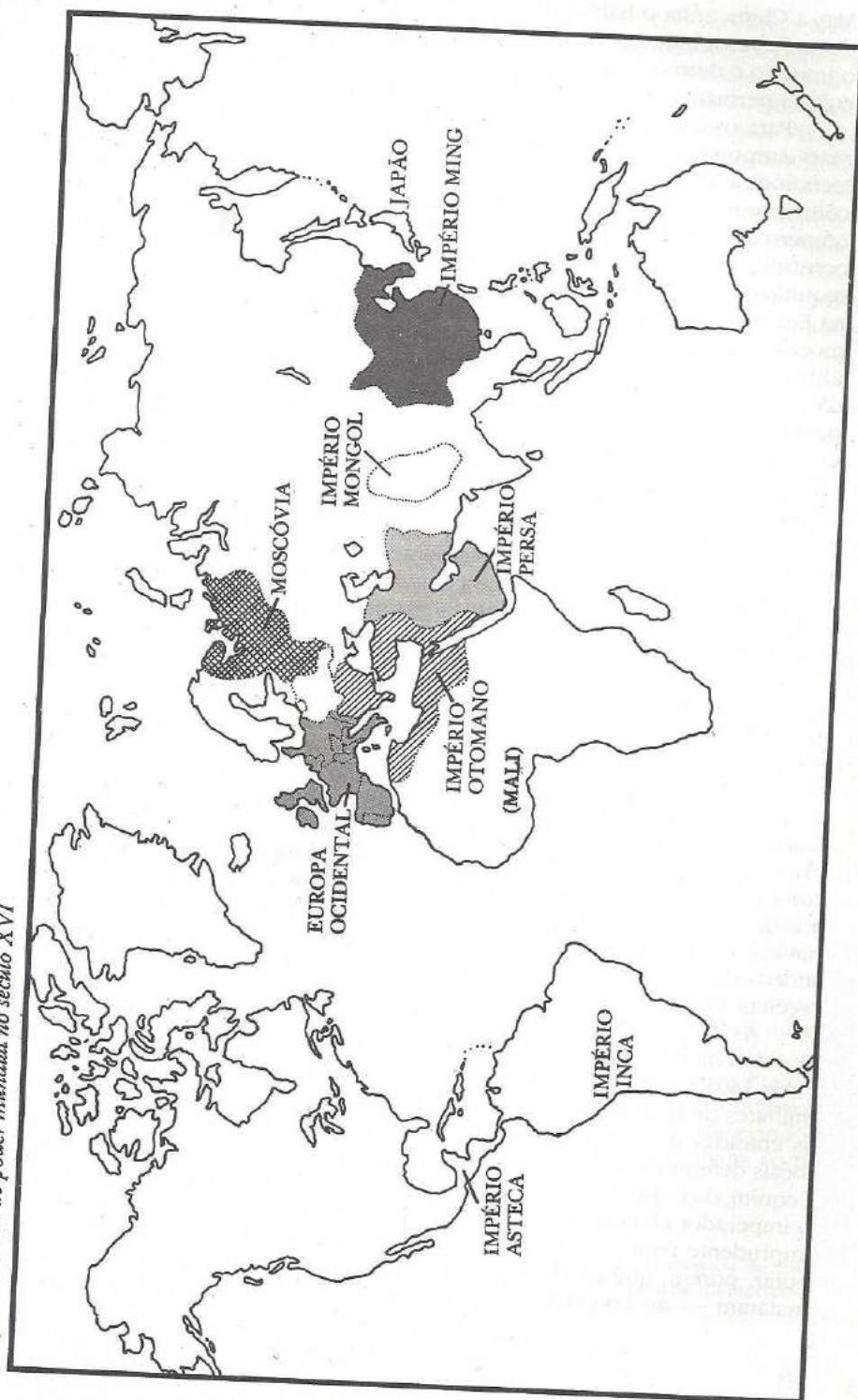
Bósnia, Albânia e grande parte do resto dos Bálcãs. O pior estava ainda para acontecer na década de 1520, quando seus formidáveis exércitos de janízaros marcharam sobre Budapeste e Viena. No sul, onde as galeras otomanas atacavam os portos italianos, os papas começavam a temer que o destino de Roma fosse, sem demora, igual ao de Constantinopla.[2]

Embora tais ameaças parecessem parte de uma estratégia ampla e coerente, dirigida pelo sultão Mehmet II e seus sucessores, a reação dos europeus foi desconexa e esporádica. Ao contrário dos impérios otomano e chinês, ao contrário do domínio que os mongóis dentro em pouco estabeleceriam na Índia, não houve nunca uma Europa unida, na qual todas as partes reconhecessem um líder secular ou religioso. Em lugar disso, a Europa era uma mistura de pequenos reinos e principados, senhorias fronteiriças e cidades-estados. Algumas monarquias poderosas estavam surgindo no oeste, notadamente Espanha, França e Inglaterra, mas nenhuma estaria livre das tensões internas e todas consideravam as outras como rivais, e não como aliadas na luta contra o Islã.

Nem se poderia dizer que a Europa dispusesse de vantagens acentuadas no campo da cultura, matemática, engenharia, navegação ou outras tecnologias, se comparada às grandes civilizações da Ásia. Parte considerável do legado cultural e científico da Europa foi, de qualquer modo, "tomada emprestado" do Islã, tal como as sociedades muçulmanas haviam bebido, durante séculos, da China, através do comércio mútuo, da conquista e colonização. Em retrospecto, podemos ver que a Europa estava avançando, comercial e tecnologicamente, em fins do século V. Mas talvez o comentário mais justo seja que cada um dos grandes centros da civilização mundial estava, naquela época, numa fase parecida de desenvolvimento, alguns mais adiantados numa área, e menos em outras. Tecnologicamente e, portanto, militarmente, o Império Otomano, a China da dinastia Ming, um pouco depois o norte da Índia sob os mongóis, e o sistema de estados europeus com seu rebento moscovita, eram todos muito superiores às sociedades dispersas da África, América e Oceania. Embora isso signifique que a Europa em 1500 era um dos centros de cultura e poder mais importantes, não era evidente que ela um dia surgiria acima de todos. Antes de investigar as causas de sua ascensão, portanto, é necessário examinar os pontos fortes e fracos dos outros contendores.

A China Ming

De todas as civilizações do período pré-moderno, nenhuma parecia mais adiantada, nenhuma se sentiu tão superior quanto a China.[3] Sua população considerável, de 100 a 130 milhões de habitantes, em comparação com os 50-55 milhões da Europa no século XV; sua cultura notável; suas planícies muito férteis e irrigadas, ligadas por esplêndido sistema de canais desde o século XI; e sua administração unificada, hierárquica, gerida por uma burocracia confuciana bem-educada, tinham dado à sociedade chinesa uma coesão e um requinte que constituía motivo de inveja para todo visitante estrangeiro. É certo que aquela civilização tinha sido submetida a um severo desequilíbrio pelas hordas mongóis e pelo domínio que se seguiu à invasão de Kublai Kan.

Mapa 1: *Centros do poder mundial no século XVI*

Mas a China tinha o hábito de influir muito mais sobre seus conquistadores do que estes sobre ela, e quando a dinastia Ming surgiu em 1386 para reunificar o império e derrotar finalmente os mongóis, grande parte da velha ordem e cultura permaneceu.

Para os leitores educados no respeito à ciência "ocidental", o aspecto mais surpreendente da civilização chinesa deve ser a sua precocidade tecnológica. Existiram ali, desde o começo, bibliotecas enormes. A impressão com tipos móveis já surgira na China do século XI, e dentro em pouco grande número de livros passava a existir. O comércio e a indústria, estimulados pela construção dos canais e pelas pressões demográficas, eram igualmente requintados. As cidades chinesas eram muito maiores do que suas equivalentes na Europa medieval, e as rotas comerciais chinesas eram extensas. O papel-moeda tinha facilitado o fluxo do comércio e o crescimento dos mercados. Nas últimas décadas do século XI, havia uma enorme indústria do ferro no norte da China, produzindo cerca de 125.000 toneladas por ano, principalmente para uso militar e governamental — o exército de mais de um milhão de homens era, por exemplo, um enorme mercado para produtos de ferro. Vale notar que essa produção era muito maior que a da Inglaterra nas primeiras fases da Revolução Industrial, sete séculos depois! Os chineses também foram provavelmente os inventores da verdadeira pólvora; e os canhões foram usados pelos Ming para derrotar seus governantes mongóis em fins do século XIV.[4]

Ante essas provas de avanço cultural e tecnológico, também não surpreende saber-se que os chineses se tinham voltado para a exploração e o comércio do além-mar. A bússola magnética foi outra invenção chinesa, alguns de seus juncos eram tão grandes quanto os galeões espanhóis mais tarde, e o comércio com as Índias e as ilhas do Pacífico era *potencialmente* tão lucrativo quanto o das rotas das caravanas. A guerra naval também tinha sido praticada no Yangtsé muitas décadas antes — a fim de dominar os barcos da China de Sung na década de 1260, Kublai Kan foi obrigado a construir sua própria grande frota de navios de combate, equipados com máquinas lançadoras de projéteis — e o comércio costeiro de cereais florescia em princípios do século XIV. Em 1420 a marinha Ming possuía 1.350 navios de combate, inclusive 400 grandes fortalezas flutuantes e 250 navios destinados a viagens de longo curso. Essa força obscurecia, mas não incluía, os muitos navios administrados privadamente, que já comerciavam com a Coréia, Japão, sudeste da Ásia e até mesmo a África Oriental, naquela época, e proporcionavam receitas ao estado chinês, que procurou tributar esse comércio marítimo.

As mais famosas das expedições marítimas *oficiais* ao além-mar foram os sete cruzeiros a longa distância empreendidos pelo almirante Cheng Ho entre 1405 e 1433. Formadas por vezes de centenas de navios e dezenas de milhares de homens, essas frotas visitaram portos desde Malaca e Ceilão até as entradas do mar Vermelho e Zanzibar. Fazendo doações a governantes locais deferentes, de um lado, eles obrigavam os recalcitrantes a reconhecer Pequim, do outro. Um navio voltou com girafas da África Oriental para distrair o imperador chinês; outro, com um chefe ceilandês que tinha sido bastante imprudente para não reconhecer a supremacia do Filho do Céu. (Devemos notar, porém, que os chineses, ao que tudo indica, nunca saquearam nem mataram — ao contrário dos portugueses, holandeses e outros invasores

europeus do oceano Índico.) Pelo que os historiadores e arqueólogos nos podem dizer, o tamanho, poder e navegabilidade da marinha de Cheng Ho — alguns dos navios que levavam os tesouros parecem ter medido cerca de 120 metros de comprimento e deslocado mais de 1.500 toneladas — eles bem poderiam ter navegado em volta da África e "descoberto" Portugual várias décadas antes que as expedições de Henrique o Navegador começassem a aventurar-se ousadamente ao sul de Ceuta.[5]

Mas a expedição chinesa de 1433 foi a última delas, e três anos depois um edito imperial proibia a construção de navios de alto-mar; e um pouco mais tarde, uma ordem específica proibia a existência de navios de mais de dois mastros. O pessoal naval passaria, a partir de então, a ser empregado em navios menores no Grande Canal. As grandes belonaves de Cheng Ho foram abandonadas e apodreceram. Apesar de todas as oportunidades que se ofereciam no além-mar, a China tinha decidido voltar as costas para o mundo.

Havia, sem dúvida, uma razão estratégica plausível para isso. As fronteiras setentrionais do império estavam novamente sob pressão dos mongóis, e pode ter sido prudente concentrar os recursos militares naquela área mais vulnerável. Nessas circunstâncias, uma marinha grande era um luxo caro, e de qualquer modo a tentativa de expansão chinesa para Anam (Vietnam) foi infrutífera e cara. Não obstante, esse raciocínio perfeitamente válido não parece ter sido reexaminado quando as desvantagens de uma limitação naval tornaram-se claras mais tarde: dentro de um século aproximadamente, o litoral chinês e mesmo as cidades do Yangtsé estavam sendo atacadas por piratas japoneses, mas não houve qualquer reconstrução séria da marinha imperial. Nem mesmo o repetido aparecimento dos portugueses ao largo do litoral chinês forçou uma reavaliação.* A defesa terrestre era tudo o que se fazia necessário, raciocinaram os mandarins, pois não tinha todo o comércio marítimo por súditos chineses sido proibido, de qualquer modo?

Além dos custos e outros desincentivos, portanto, um elemento chave no recuo chinês foi o simples conservantismo da burocracia confuciana,[6] intensificado no período Ming pelo ressentimento com as modificações que lhes tinham sido impostas antes pelos mongóis. Nessa atmosfera de "restauração", a burocracia (que era muito importante) limitava-se a preservar e recapturar o passado, e não criar um futuro mais brilhante, baseado na expansão e no comércio de além-mar. De acordo com o código confuciano, a guerra em si é uma atividade deplorável, e as forças armadas eram necessárias apenas pelo medo dos ataques bárbaros ou das revoltas internas. A aversão dos mandarins pelo exército (e a marinha) era acompanhada de uma desconfiança para com o comerciante. A acumulação de capital privado, a prática de comprar barato e vender caro, a ostentação do comerciante novo-rico, tudo isso ofendia a elite, a burocracia erudita — quase tanto quanto provocava o ressentimento das massas trabalhadoras. Embora não desejando paralisar toda a economia de mercado, os mandarins intervinham com

*Durante um breve período, na década de 1590, uma frota costeira chinesa mais ou menos recuperada ajudou os coreanos a resistirem a duas tentativas de invasão japonesa; mas mesmo esse surto da marinha Ming declinou, depois disso.

freqüência contra os comerciantes individuais, confiscando-lhes as propriedades ou proibindo seus negócios. O comércio *exterior* por súditos chineses deve ter parecido ainda mais suspeito aos olhos dos mandarins, simplesmente por estar menos sob o seu controle.

A aversão ao comércio e capital privado não se choca com as enormes realizações técnicas mencionadas acima. A reconstrução, pelos Ming, da Grande Muralha da China e o aperfeiçoamento do sistema de canais, as fundições e a marinha imperial eram para as finalidades do estado, porque a burocracia tinha aconselhado ao imperador a sua necessidade. Mas assim como essas empresas podiam ser criadas, assim também podiam ser negligenciadas. Os canais entraram em decadência, o exército passava falta, periodicamente, de equipamentos novos, os relógios astronômicos (construídos cerca de 1090) foram postos de lado, as fundições caíram aos poucos em desuso. E não foram apenas esses os desincentivos ao crescimento econômico. A imprensa foi limitada às obras de erudição, não sendo empregada para a disseminação ampla do conhecimento prático, e muito menos para a crítica social. O uso do papel-moeda foi suspenso. As cidades chinesas não tiveram nunca a autonomia das ocidentais; não havia burguesia chinesa, com tudo o que essa palavra implica; quando a localização da corte imperial era modificada, a capital também era transferida. Além disso, sem estímulo oficial, os comerciantes e outros empresários não podiam florescer; e mesmo os que adquiriam riqueza, tendiam a dispendê-la em terras e educação, em lugar de investir no desenvolvimento proto-industrial. Da mesma forma, a proibição do comércio exterior e da pesca afastou outro estímulo potencial à expansão econômica continuada; o comércio com os portugueses e holandeses, nos séculos seguintes, foi de artigos de luxo e (embora houvesse sem dúvida muita evasão) controlado pelas autoridades.

Em conseqüência, a China Ming foi um país muito menos vigoroso e empreendedor do que na dinastia Sung, quatro séculos antes. Sem dúvida, as técnicas agrícolas aperfeiçoaram-se no período Ming, mas depois de certo tempo até mesmo essa agricultura mais intensiva e o uso de terras marginais tiveram dificuldades em acompanhar o crescimento da população. E este só foi contido pelos instrumentos maltusianos da peste, das enchentes e da guerra, todos muito difíceis de serem enfrentados. Nem mesmo a substituição dos Mings pelos Manchus mais vigorosos, depois de 1644, pôde deter o constante declínio relativo.

Um detalhe final pode resumir esta história. Em 1736 — quando as fundições de Abraham Darby, em Coalbroodale, estavam começando a prosperar — os altos-fornos e os fornos a carvão de Honan e Hopei foram totalmente abandonados. Tinham sido grandes antes que Guilherme o Conquistador desembarcasse em Hastings. Sua produção só seria reiniciada no século XX.

O mundo muçulmano

Até mesmo os primeiros marinheiros europeus a visitarem a China, em princípios do século XVI, embora impressionados com seu tamanho, sua

população e suas riquezas, poderiam ter observado que aquele vasto país se havia fechado sobre si mesmo. Tal comentário não poderia ser feito, certamente, sobre o Império Otomano, então nas fases intermediárias de sua expansão e que, estando mais perto da Europa, era portanto muito mais ameaçador para a Cristandade. Sob a perspectiva histórica e geográfica mais ampla, de fato, seria mais exato afirmar que os Estados muçulmanos é que constituíam as forças em mais rápida expansão no mundo, no século XVI. Os turcos otomanos não só estavam avançando para o ocidente, como também a dinastia Safávida da Pérsia desfrutava um ressurgimento de poder, prosperidade e alta cultura, em especial nos reinados de Ismail I (1500-1524) e de Abbas I (1587-1629). Uma cadeia de fortes principados muçulmanos ainda controlava a antiga Estrada da Seda, via Kashgar e Turfan, para a China, semelhante à cadeia de estados islâmicos africanos, como Bornu, Sokoto e Timbuktu; o império hindu em Java foi derrubado pelas forças muçulmanas em princípios do século XVI; e o rei do Cabul, Babur, entrando na Índia pela estrada do conquistador, a partir do noroeste, ali estabeleceu o Império Mongol em 1526. Embora esse domínio fosse frágil a princípio, foi consolidado com êxito pelo neto de Babur, Akbar (1556-1605), criador de um império no norte da Índia que se estendia do Baluquistão, no oeste, até Bengala, no leste. Durante todo o século XVII, os sucessores de Akbar avançaram mais para o sul, contra os Maratas hindus, exatamente na época em que os holandeses, ingleses e franceses entravam na península indiana vindos do mar, e certamente de forma muito menos substancial. A esses indícios seculares do crescimento muçulmano devemos acrescentar o grande aumento no número dos fiéis na África e nas Índias, em comparação com o qual o proselitismo das missões cristãs desaparece.

Mas o maior desafio muçulmano à incipiente Europa moderna foi feito, é claro, pelos turcos otomanos, ou, antes, pelo seu formidável exército e pelo melhor equipamento de sítio da época. Já em início do século XVI seus domínios estendiam-se da Criméia (onde tinham conquistado os postos comerciais genoveses) e o Egeu (onde estavam desmantelando o Império Veneziano) até o Levante. Em 1516, as forças otomanas tinham tomado Damasco, e no ano seguinte entraram no Egito, esmagando as forças mamelucas com o uso do canhão turco. Tendo fechado dessa maneira a rota das especiarias das Índias, elas subiram o Nilo e avançaram pelo mar Vermelho até o oceano Índico, neutralizando as incursões portuguesas ali. Se isso perturbou os marinheiros ibéricos, nada era se comparado ao temor que os exércitos turcos estavam provocando nos príncipes e povos do leste e sul da Europa. Os turcos já dominavam a Bulgária e a Sérvia, e eram a influência predominante na Valáquia e à volta de todo o mar Negro. Mas, depois do mergulho para o sul, contra o Egito e a Arábia, a pressão contra a Europa foi retomada por Suleiman (1520-1566). A Hungria, o grande bastião leste da Cristandade naquele tempo, já não podia conter os exércitos turcos superiores e foi dominada depois da batalha de Mohacs, em 1526 — o mesmo ano, coincidentemente, em que Babur obteve a vitória em Panipat, pela qual o Império Mongol foi estabelecido. Teria toda a Europa, sem demora, o destino do norte da Índia? Em 1529, com os turcos sitiando Viena, isso deve ter parecido uma clara possibilidade a alguns observadores. Na realidade, a linha

estabilizou-se então no norte da Hungria e o Sacro Império Romano foi preservado. Mas a partir de então os turcos representaram um perigo constante e exerceram uma pressão militar que nunca pôde ser totalmente ignorada. Ainda em 1683, eles voltavam a sitiar Viena.[7]

Quase tão alarmante, sob muitos aspectos, foi a expansão do poderio naval otomano. Como Kublai Kan na China, os turcos tinham criado uma armada apenas para sujeitar uma fortaleza inimiga cercada pelo mar — no caso, Constantinopla, que o sultão Mehmet bloqueou com grandes galeras e centenas de navios menores, para ajudar o ataque de 1453. Depois disso, as formidáveis frotas de galeras foram usadas em operações no mar Negro, no avanço meridional contra a Síria e Egito, e em toda uma série de choques com Veneza pelo controle das ilhas do Egeu, Rodes, Creta e Chipre. Durante algumas décadas, em princípios do século XVI, o poderio naval otomano foi mantido a pouca distância pelas frotas veneziana, genovesa e dos Habsburgos; mas em meados do século as forças navais muçulmanas atuavam por todo o litoral norte-africano, atacavam portos na Itália, Espanha e nas Baleares, e finalmente conseguiram tomar Chipre em 1570-1571, antes de serem contidas na batalha de Lepanto.[8]

O Império Otomano foi, é claro, muito mais do que uma máquina militar. Elite conquistadora (como os Manchus na China), os otomanos tinham estabelecido uma unidade de religião, cultura e língua oficiais numa área maior do que o Império Romano, e sobre um vasto número de povos sujeitos. Durante séculos, antes de 1500, o mundo do Islã esteve cultural e tecnologicamente à frente da Europa. Suas cidades eram grandes, bem iluminadas, com esgotos, e algumas delas tinham universidades e bibliotecas, e mesquitas de espantosa beleza. Nas matemáticas, cartografia, medicina e em muitos outros aspectos da ciência e da indústria — nos moinhos, fundição de canhões, faróis, criação de cavalos — os muçulmanos vinham ocupando a liderança. O sistema otomano de recrutamento dos futuros janízaros entre a juventude cristã dos Bálcãs produziu um corpo de soldados dedicados e uniforme. A tolerância em relação às outras raças tinha levado muitos gregos, judeus e gentios de talento ao serviço do sultão — um húngaro era o principal fundidor de canhões de Mehmet no sítio de Constantinopla. Sob um líder bem-sucedido como Suleiman I, uma burocracia forte supervisionava 14 milhões de súditos — isso numa época em que a Espanha tinha 5 milhões e a Inglaterra, apenas dois e meio milhões de habitantes. Constantinopla, em sua fase áurea, era maior do que qualquer cidade européia, tendo mais de 500 mil habitantes em 1600.

Mesmo assim, também os turcos otomanos iriam fechar-se em si mesmos e perder a oportunidade de dominar o mundo, embora isso só se tivesse tornado claro um século depois do declínio Ming, notavelmente semelhante. Podia-se argumentar, até certo ponto, que esse processo foi a conseqüência natural dos sucessos turcos anteriores: o exército otomano, por mais bem administrado que fosse, poderia manter as extensas fronteiras, mas dificilmente se poderia expandir mais sem um enorme custo em homens e dinheiro. E o imperialismo otomano, ao contrário do espanhol, holandês e inglês, mais tarde, não foi economicamente muito proveitoso. Na segunda metade do século XVI, o império mostrava os primeiros sinais de excessiva extensão

estratégica, com um grande exército estacionado na Europa central, uma onerosa marinha operando no Mediterrâneo, soldados em atividade na África do Norte, Egeu, Chipre e o mar Vermelho, e com a necessidade de reforços para manter a Criméia contra um crescente poderio russo. Nem mesmo no Oriente Próximo havia um flanco tranqüilo, devido a uma desastrosa divisão religiosa no mundo muçulmano, ocorrida quando a facção xiita, baseada no Iraque e depois na Pérsia, desafiou as práticas e ensinamentos Sunitas predominantes. Por vezes, a situação assemelhou-se à das lutas religiosas contemporâneas na Alemanha, e o sultão só pôde manter o seu domínio esmagando os xiita dissidentes pela força. Do outro lado da fronteira, porém, o reino xiitas da Pérsia, governado por Abbas o Grande estava preparado para aliar-se aos Estados europeus contra os otomanos, tal como a França teve de cooperar com o turco "infiel" contra o Sacro Império Romano. Com essa variedade de adversários, o Império Otomano necessitava de uma liderança notável para manter seu crescimento; mas antes de 1566 reinaram ali 13 sultões incompetentes, em sucessão.

Inimigos externos e deficiências pessoais, porém, não explicam tudo. O sistema como um todo, da mesma forma que o sistema da China Ming, sofria cada vez mais de alguns dos defeitos da centralização, do despotismo e de uma ortodoxia severa em sua atitude para com a iniciativa, a dissensão e o comércio. Um sultão idiota podia paralisar o Império Otomano de uma forma que seria impossível a um papa, ou um imperador do Sacro Império Romano, fazer em relação a toda Europa. Sem direção clara do alto, as artérias da burocracia se endureceram, preferindo o conservantismo à mudança, e sufocando a inovação. A falta de expansão territorial e a pilhagem que a acompanhava, depois de 1550, juntamente com o grande aumento nos preços, levaram os janízaros descontentes ao saque interno. Comerciantes e empresários (quase todos estrangeiros) que antes tinham sido estimulados, viram-se sujeitos a impostos imprevisíveis e confiscos diretos de suas propriedades. Tarifas cada vez maiores arruinaram o comércio e despovoaram as cidades. Talvez os mais prejudicados tenham sido os camponeses, cujas terras e rebanhos eram cobiçados pelos soldados. Com o agravamento da situação, os funcionários civis também se voltaram para o saque, exigindo propinas e confiscando estoques de mercadorias. Os custos da guerra e da perda do comércio asiático durante a luta com a Pérsia intensificaram a busca desesperada de novas receitas pelo governo, o que por sua vez atribuiu maiores poderes aos inescrupulosos coletores de impostos.[9]

Sob certo aspecto, a violenta reação aos religiosos xiitas refletiu e prenunciou um endurecimento das atitudes oficiais para com todas as formas de liberdade de pensamento. A impressão de textos foi proibida porque poderia disseminar opiniões perigosas. As noções econômicas continuavam sendo primitivas: as importações de produtos ocidentais eram desejadas, mas as exportações foram proibidas; apoiaram-se as guildas em seus esforços de conter a inovação e a ascensão de procedimentos "capitalistas", as críticas religiosas aos comerciantes intensificaram-se. Desprezando as idéias e práticas européias, os turcos recusaram-se a adotar métodos mais novos para combater as pestes; em conseqüência, sua população sofreu mais com epidemias violentas. Num ataque espantoso de obscurantismo, uma força de janízaros

destruiu um observatório do estado em 1580, alegando que ele era a causa da peste.[10] As forças armadas se tinham transformado, na verdade, num bastião do conservantismo. Apesar de conhecerem as novas armas das forças européias, e de serem por elas ocasionalmente castigados, os janízaros só se modernizaram lentamente. Seus pesados canhões não eram substituídos pelos modelos mais leves, de ferro fundido. Depois da derrota de Lepanto, eles não construíram navios maiores do tipo europeu. No sul, as frotas muçulmanas simplesmente receberam ordens de permanecer nas águas mais calmas do mar Vermelho e do golfo Pérsico, contornando dessa forma a necessidade de fabricar navios de alto-mar, do modelo português. Razões técnicas talvez ajudem a explicar tais decisões, mas o conservantismo cultural e tecnológico também teve um papel (em contraste, os corsários irregulares da Barbária adotaram logo a belonave do tipo fragata).

As observações acima sobre o conservantismo aplicam-se com a mesma, ou maior, força ao Império Mongol. Apesar das grandes proporções do reino, no seu auge, e do gênio militar de alguns de seus imperadores, apesar do brilho de suas cortes e do esmero artesanal de seus produtos de luxo, apesar até mesmo de uma sofisticada rede bancária e creditícia, o sistema era débil, em seu núcleo. Uma elite muçulmana conquistadora se impunha sobre uma vasta massa de camponeses pobres, partidários principalmente do hinduísmo. Nas cidades, havia um número considerável de comerciantes, mercados animados e uma atitude para com a manufatura, o comércio e o crédito, entre as famílias hindus, que faria delas exemplos excelentes da ética protestante de Weber. Em contraposição a esse quadro de uma sociedade empresarial pronta para a "partida" econômica antes de ser vítima do imperialismo britânico, estão os retratos mais sombrios dos muitos fatores indígenas retardatários, na vida indiana. A rigidez dos tabus religiosos hindus agia contra a modernização: os roedores e os insetos não podiam ser mortos, o que provocava a perda de uma enorme quantidade de alimentos; os costumes sociais sobre o manuseio do lixo e dos dejetos levavam a condições permanentemente insalubres, um campo de cultivo para as pestes bubônicas; o sistema de castas sufocava a iniciativa, impunha o ritual e restringia o mercado. E a influência exercida pelos sacerdotes brâmanes sobre os governantes indianos locais significava que esse obscurantismo se fazia sentir no mais alto nível. Eram obstáculos sociais, dos mais profundos, a quaisquer tentativas de modificações radicais. Não é de espantar que mais tarde muitos ingleses, tendo primeiro saqueado e depois tentado governar a Índia de acordo com princípios utilitários, deixaram-na finalmente com o sentimento de que o país continuava sendo um mistério para eles.[11]

Mas o governo mongol dificilmente poderia ser comparado com a administração do Serviço Público Indiano. As cortes brilhantes eram centros de consumo ostensivo numa escala que o Rei Sol, em Versalhes, teria considerado excessiva. Milhares de servos e dependentes, roupas e jóias extravagantes, haréns e zoológicos, numerosos guarda-costas, só podiam ser custeados pela criação de uma máquina de pilhagem sistemática. Coletores de impostos, que tinham de entregar somas predeterminadas aos seus senhores, caíam sem misericórdia tanto sobre o camponês como sobre o comerciante. Quaisquer que fossem as condições da colheita ou do comércio, o dinheiro

tinha de ser pago. Não havendo garantias constitucionais, ou quaisquer outros recursos — exceto a rebelião contra tais depredações, não era de surpreender que a tributação fosse conhecida como "a comida". Em troca desse tributo anual colossal, a população não recebia quase nada. Poucos foram os melhoramentos nas comunicações, e nenhum mecanismo de assistência no caso de fome, inundação e peste — que eram, naturalmente, acontecimentos que se repetiam com regularidade. Tudo isso faz com que a dinastia Ming pareça benigna, quase progressista, em comparação. Tecnicamente, o Império Mongol declinaria por se ter tornado cada vez mais difícil mantê-lo contra os maratas no sul, os afegãos no norte e, finalmente, a Companhia das Índias Orientais. Na realidade, porém, as causas de sua decadência foram muito mais internas do que externas.

Dois estranhos — Japão e Rússia

Havia no século XVI dois outros estados que, embora estivessem longe do tamanho e população dos impérios Ming, Otomano e Mongol, demonstravam sinais de consolidação política e crescimento econômico. No Extremo Oriente, o Japão estava dando passos à frente com a mesma rapidez com que seu grande vizinho chinês começava a atrofiar-se. A geografia dava uma grande vantagem estratégica aos japoneses (como aos ingleses), pois a insularidade lhes proporcionava uma protecão contra a invasão por terra, com que a China não contava. A distância entre as ilhas do Japão e o continente asiático não era, porém, total, e muito da cultura e da religião japonesas tinha sido adaptado da civilização mais antiga. Mas enquanto a China era governada por uma burocracia unificada, o poder no Japão estava nas mãos de senhores feudais baseados em clãs, e o imperador era apenas um zero. O governo centralizado do século XIV tinha sido substituído por uma luta constante entre os clãs — parecida com a luta entre os seus equivalentes, na Escócia. Não era uma circunstância ideal para comerciantes e mercadores, mas não impediu um volume considerável de atividade econômica. No mar, como em terra, os empresários concorreram com os senhores guerreiros e os aventureiros militares, pois ambos viam o lucro no comércio marítimo do leste asiático. Os piratas japoneses percorriam as costas da China e Coréia saqueando, ao mesmo tempo em que outros japoneses saudavam a oportunidade de trocar mercadorias com os portugueses e holandeses que vinham do Ocidente. As missões cristãs e os artigos europeus penetraram na sociedade japonesa com muito mais facilidade do que num Império Ming altaneiro e auto-suficiente.[12]

Esse cenário animado, embora turbulento, seria modificado logo com o uso de armas européias importadas. Como estava acontecendo em outras partes do mundo, o poder gravitava na direção das pessoas, ou grupos, que dispunham de recursos para comandar um grande exército com mosquetes e, o que era mais importante ainda, canhões. No Japão, o resultado foi a consolidação da autoridade do grande senhor guerreiro Hideyoshi, cujas aspirações acabaram levando-o a duas tentativas de conquistar a Coréia. Com o fracasso destas e com a morte de Hideyoshi em 1598, a guerra civil voltou a ameaçar o Japão. Dentro de cinco anos, porém, todo o poder se consolidava

na mãos de Ieyasu e seus companheiros xoguns do clã Tokugawa. Desta vez, o governo militar centralizado não podia ser abalado.

Sob muitos aspectos, o Japão Tokugawa tinha as características das "novas monarquias" surgidas no Ocidente no século anterior. A grande diferença era o repúdio do xogunato à expansão exterior, na verdade a praticamente todo contato com o mundo exterior. Em 1636, foi suspensa a construção de navios de alto-mar e os súditos japoneses foram proibidos de realizar esse tipo de viagens. O comércio com os europeus foi limitado aos navios holandeses autorizados que faziam escala em Deshima, no porto de Nagasaki; os outros, foram afastados. Antes mesmo, praticamente todos os cristãos (estrangeiros e nativos) tinham sido impiedosamente mortos por ordem do xogunato. Evidentemente, o principal motivo dessas medidas drásticas foi a disposição do clã Tokugawa de conseguir o controle indisputado: os estrangeiros e os cristãos foram considerados, portanto, como potencialmente subversivos. Mas também o eram os outros senhores feudais, razão pela qual lhes foi exigido que passassem metade do ano na capital e que nos seis meses que podiam permanecer em suas terras, as respectivas famílias continuassem em Yedo (Tóquio), praticamente como reféns.

Essa uniformidade imposta não sufocou, por si mesma, o desenvolvimento econômico — nem impediu realizações artísticas destacadas. A paz por todo o país era boa para o comércio, as cidades e a população geral cresciam, e o uso cada vez mais freqüente de pagamentos em dinheiro tornavam os comerciantes e os banqueiros mais importantes. Estes últimos, porém, não gozaram nunca do destaque social e político que tiveram na Itália, Holanda e Inglaterra, e os japoneses obviamente não puderam aprender e adotar os progressos tecnológicos e industriais que ocorriam em outros lugares. Como a dinastia Ming, o xogunato Tokugawa preferiu, com poucas exceções, isolar-se deliberadamente do resto do mundo. Isso pode não ter retardado as atividades econômicas no próprio Japão, mas prejudicou o poder relativo do Estado japonês. Desdenhando o comércio, e proibidos de viajar ou exibir armas, exceto em ocasiões solenes, os guerreiros samurais dependentes de seus senhores viviam uma vida de rituais e tédio. Todo o sistema militar anquilosou-se durante dois séculos, de modo que quando os famosos "navios negros" do Comodoro Perry chegaram em 1853, o atemorizado governo japonês pouco pôde fazer, além de atender ao pedido americano de fornecimento de carvão, e outras facilidades.

No início de seu período de consolidação e crescimento político, a Rússia parecia-se com o Japão sob certos aspectos. Geograficamente muito distante do Ocidente — em parte devido à precariedade das comunicações, e em parte porque os choques periódicos com a Lituânia, Polônia, Suécia e o Império Otomano interrompiam as estradas existentes — o Reino de Moscóvia foi, não obstante, profundamente influenciado pelo seu legado europeu, inclusive pela Igreja Ortodoxa Russa. Foi do Ocidente, além disso, que veio a solução duradoura para a vulnerabilidade da Rússia aos cavaleiros das planícies asiáticas: mosquetes e canhões. Com essas novas armas, Moscou podia agora estabelecer-se como um dos "impérios da pólvora" e com isso expandir-se. Era difícil uma expansão para oeste, pois suecos e poloneses também dispunham dessas armas, mas a expansão colonial contra as tribos e principados do sul

e leste tornava-se muito mais fácil com essa vantagem militar-tecnológica. Em 1556, por exemplo, os soldados russos tinham chegado ao mar Cáspio. Esse expansionismo militar foi acompanhado, e freqüentemente eclipsado, pelos exploradores e pioneiros que constantemente avançavam para leste dos Urais, através da Sibéria, e tinham até mesmo chegado ao Pacífico em 1638.[13] Apesar de sua superioridade sobre a cavalaria mongol, conseguida a duras penas, o crescimento do Império Russo nada teve de fácil ou inevitável. Quanto maior o número de povos conquistado, maior a probabilidade de dissensão interna e de revolta. Os nobres russos eram, com freqüência, inquietos, mesmo depois de seu expurgo por Ivã o Terrível. O principado tártaro da Criméia continuava sendo um inimigo poderoso; seus soldados saquearam Moscou em 1571, e ele manteve a independência até fins do século XVIII. Os desafios do oeste eram ainda mais ameaçadores: os poloneses, por exemplo, ocuparam Moscou entre 1608 e 1613.

Outra debilidade estava no fato de que, apesar de certas influências do Ocidente, a Rússia continuava tecnologicamente atrasada e economicamente subdesenvolvida. Os climas extremos e as distâncias enormes, além da precariedade da comunicações, em parte explica isso, mas a outra parte da explicação está nos sérios defeitos sociais: o absolutismo militar dos czares, o monopólio da educação pela Igreja Ortodoxa, a venalidade e imprevisibilidade da burocracia, além da instituição da servidão, que tornava feudal e estática a agricultura. Apesar desse atraso relativo, e dos retrocessos, a Rússia continuou a expandir-se, impondo aos seus novos territórios a mesma força militar e governo autocrático que usava para arrancar a obediência aos moscovitas. Levantara na Europa empréstimos suficientes para dar ao regime a força armada necessária à sua preservação, ao mesmo tempo em que resistia firmemente a toda possibilidade de "modernização social e política ocidental. Os estrangeiros na Rússia, por exemplo, estavam segregados dos nativos para impedir as influências subversivas. Ao contrário dos outros despotismos mencionados neste capítulo, o império dos czares conseguiria sobreviver, e a Rússia cresceria até chegar a ser uma potência mundial. Não obstante, em 1500, e ainda em 1650, isso dificilmente seria previsto por muitos franceses, holandeses e ingleses, que talvez soubessem tanto sobre o governante russo quando sobre o lendário Prester John.* [14]

O "milagre europeu"[15]

Por que foi entre os dispersos e relativamente pouco adiantados habitantes das partes ocidentais da massa terrestre da Eurásia que ocorreu um processo incessante de desenvolvimento econômico e inovação tecnológica que faria dessa região o líder comercial e militar do mundo? É uma pergunta que tem estimulado os estudiosos e observadores há séculos, e tudo o que

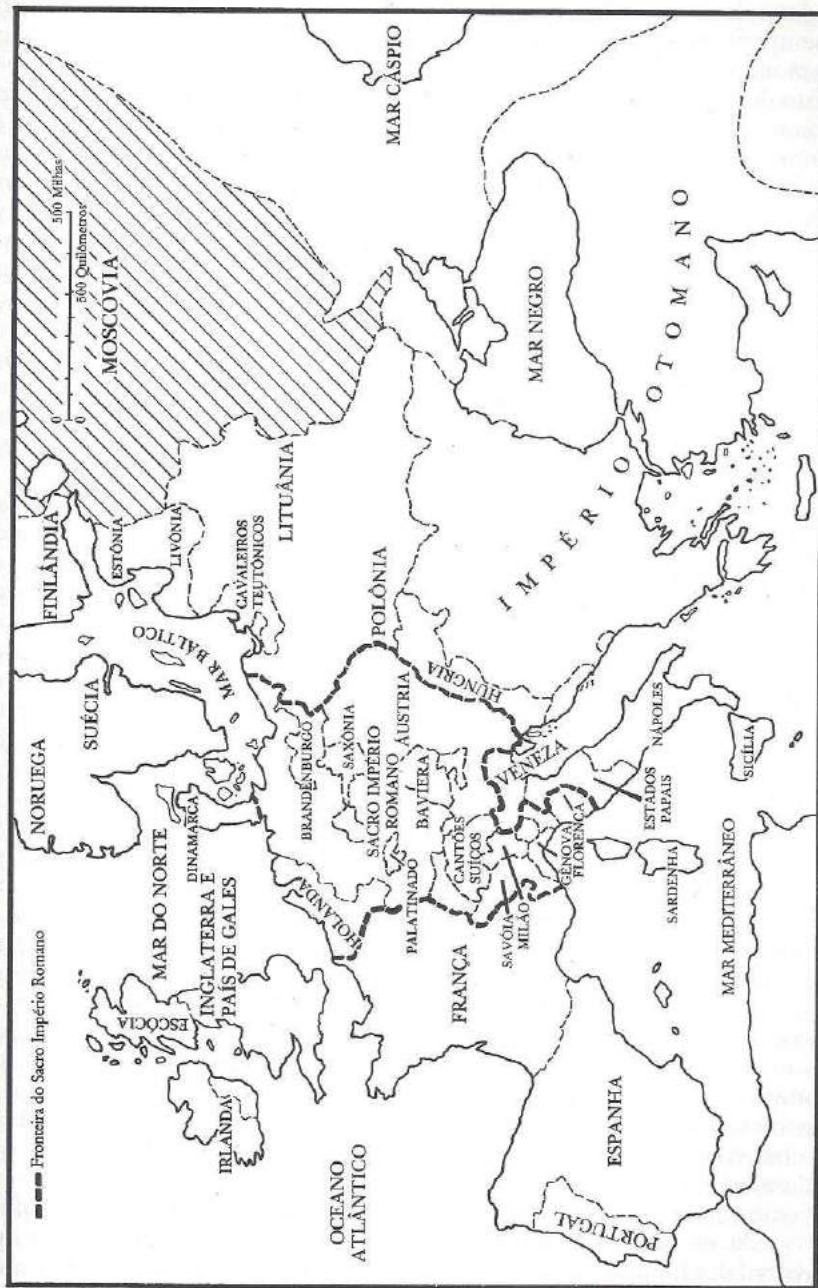
*Ou Preste João, soberano lendário a quem na Europa medieval se atribuiu o domínio de um Estado cristão encravado no mundo muçulmano, na Ásia ou na África, e ligado a narrativas de viagens fabulosas. (N. do T.)

podemos fazer, nos parágrafos seguintes, é apresentar uma síntese do conhecimento existente. Por mais imperfeito, porém, que esse sumário tenha de ser, ele dispõe da vantagem incidental de expor as principais linhas da argumentação deste livro, ou seja, a de que havia no caso uma *dinâmica*, impulsionada principalmente por avanços econômicos e tecnológicos, embora sempre interagindo com outras variáveis como a estrutura social, a geografia e o acidente ocasional; de que para compreender o curso da política mundial é necessário focalizar a atenção nos elementos materiais e a longo prazo, e não nas imprecisões da personalidade ou nas oscilações semanais da diplomacia e da política; e de que esse poder é relativo, só podendo ser descrito e medido por freqüentes comparações entre os vários estados e sociedades.

Uma característica da Europa que atrai imediatamente o olhar ao examinarmos um mapa dos "centros de poder" do mundo no século XVI é a sua fragmentação política (ver Mapas 1 e 2). Não foi uma situação acidental ou passageira, como aconteceu rapidamente na China depois do colapso de um império e antes que a dinastia sucessora pudesse recolher novamente as rédeas do poder centralizado. A Europa foi *sempre* politicamente fragmentada, apesar mesmo dos grandes esforços dos romanos, que não conseguiram conquistar muito além do norte do Reno e do Danúbio; durante mil anos, depois da queda de Roma, a unidade básica do poder político foi pequena e localizada, em contraste com a constante expansão da religião e da cultura cristãs. Concentrações ocasionais da autoridade, como a de Carlos Magno no Ocidente, ou da Rússia de Kievan no Oriente, foram apenas acidentes temporários, encerrados com uma mudança de governante, rebelião interna ou invasões externas.

Por essa diversidade política a Europa deve agradecer, em grande parte à sua geografia. Não há nela planícies enormes pelas quais um império de cavaleiros pudesse impor um domínio rápido; nem há áreas fluviais amplas e férteis, como as que acompanham o Ganges, o Nilo, o Tigre e Eufrates, o Amarelo e o Yangtsé, alimentando massas de camponeses trabalhadores e facilmente conquistáveis. A paisagem da Europa é muito mais fraturada, com cadeias de montanhas e grandes florestas que separam centros populacionais dispersos pelos vales; e seu clima varia consideravalmente de norte para sul e de oeste para leste. Isso teve várias conseqüências importantes. Para começar, tornou difícil a imposição de um controle unificado, mesmo por um senhor guerreiro poderoso e decidido, e minimizou a possibilidade de ser o continente conquistado por uma força externa, como as hordas mongólicas. Inversamente, essa paisagem variada estimulou o crescimento e a existência contínua do poder descentralizado, com reinos locais e senhorias de fronteira, com clãs dos altiplanos e confederação de cidades nas terras baixas, fazendo com que o mapa político da Europa, em qualquer momento após a queda de Roma, se parecesse a uma colcha de retalhos. Os desenhos da colcha poderiam variar de século para século, mas nenhuma cor única pôde jamais ser usada para indicar um império unificado.[16]

O clima variado da Europa levou a produtos também variados, adequados à troca; com o tempo, desenvolvendo-se as relações de mercados, eles foram transportados pelos rios ou pelos caminhos cortados na floresta, entre uma área de povoamento e a área contígua. Provavelmente, a característica mais

Mapa 2: *Divisões políticas da Europa no século XVI*

importante desse comércio era a de consistir principalmente de produtos transportáveis a granel — madeira, cereais, vinho, lã, arenques e outros, atendendo à crescente população da Europa do século XV, e não os artigos de luxo levados pelas caravanas orientais. Mais uma vez, a geografia desempenhou papel crucial, pois o transporte dessas mercadorias por água era muito mais econômico, e a Europa dispunha de muitos rios navegáveis. O fato de estar cercada por mares foi mais um incentivo para a vital indústria de construção naval, e em fins da Idade Média um florescente comércio marítimo processava-se entre o Báltico, o mar do Norte, o Mediterrâneo e o mar Negro. Esse comércio era, previsivelmente, afetado em parte pela guerra e pelos desastres locais, como destruição das colheitas e pestes. Em geral, porém, continuou a expandir-se, aumentando a prosperidade da Europa e enriquecendo sua dieta, levando à criação de novos centros de riqueza, como as cidades hanseáticas ou as italianas. As trocas regulares de mercadorias a longas distâncias, por sua vez, estimularam o crescimento das letras de câmbio, de um sistema creditício e bancário de escala internacional. A simples existência do crédito mercantil, e em seguida das cartas de seguro, indicavam uma *previsibilidade* básica das condições econômicas, até então só raramente desfrutada pelos comerciantes privados, se é que chegou a existir, em qualquer lugar do mundo.[17]

Além disso, como grande parte desse comércio era feita pelas águas mais agitadas do mar do Norte e Baía de Biscaia — e também porque a pesca de alto-mar tornou-se uma fonte importante de alimentos e de riqueza — os construtores de navios foram obrigados a fazer barcos resistentes (apesar de lentos e deselegantes), capazes de transportar grandes cargas e ter nos ventos a única força motriz. Embora com o tempo aperfeiçoassem mais as velas e os mastros, e lemes de popa, e portanto se tornassem mais manobráveis, os barcos bojudos e de duas frentes do mar do Norte e seus sucessores podiam não ter a aparência dos navios mais leves que percorriam o litoral do Mediterrâneo oriental e o oceano Índico, mas — como iremos ver adiante — viriam a ter vantagens claras a longo prazo.[18]

As conseqüências políticas e sociais desse crescimento descentralizado, e em grande parte não dirigido, do comércio, dos mercadores e dos portos e mercados foram da maior significação. Em primeiro lugar, não havia como sufocar totalmente a evolução econômica. Isso não quer dizer que o crescimento das forças de mercado não perturbou muitos dos que tinham autoridade. Os senhores feudais, desconfiados das cidades como centros de dissidência e santuários de servos, tentaram muitas vezes reduzir-lhes os privilégios. Como em outras áreas, os comerciantes eram com freqüência atacados, suas mercadorias roubadas, suas propriedades confiscadas. Os pronunciamentos papais sobre a usura faziam eco, sob muitos aspectos, à aversão confuciana pelos intermediários e agiotas em busca de lucro. Mas o fato básico era a inexistência de uma autoridade uniforme, na Europa, que pudesse deter com eficácia esta ou aquela evolução do comércio; de um governo central cujas variações nas prioridades pudessem provocar a subida ou queda de uma determinada indústria; de uma pilhagem sistemática e universal dos homens de negócios e empresários pelos coletores de impostos, que tanto retardou a economia da Índia mongol. Lembrando um exemplo

específico e óbvio, era inconcebível, nas fragmentadas circunstâncias políticas da Europa da Reforma, que todos aceitassem a divisão, em 1494 e pelo papa, do mundo de além-mar em esferas de Espanha e de Portugal — e ainda menos concebível que uma proibição do comércio exterior (como a promulgada na China Ming e no Japão Tokugawa) tivesse qualquer efeito.

O fato é que houve na Europa, sempre, príncipes e senhores locais dispostos a tolerar os mercadores e seus usos, mesmo quando outros os pilhavam e expulsavam; e como a história mostra, comerciantes judeus oprimidos, trabalhadores têxteis, flamengos arruinados, huguenotes perseguidos mudavam-se, levando consigo os seus conhecimentos. Um barão da Renânia que tributasse em excesso os viajantes comerciais veria que as rotas mercantis se transferiam para outros lugares, e com isso, as suas rendas. Um monarca que repudiasse suas dívidas teria dificuldades imensas em levantar um empréstimo quando a próxima guerra se configurasse e ele precisasse rapidamente de recursos para equipar seus exércitos e armadas. Banqueiros, negociantes de armas e artesãos eram essenciais, e não acessórios, na estrutura da sociedade. Aos poucos, e de maneira desigual, a maioria dos regimes da Europa estabeleceu uma relação simbiótica com a economia de mercado, dando-lhe uma ordem interna e um sistema jurídico não-arbitrário (mesmo para os estrangeiros), e recolhendo em impostos uma parcela dos lucros crescentes do comércio. Muito antes de ter Adam Smith criado as palavras exatas, os governantes de certas sociedades da Europa ocidental reconheceram tacitamente que "para levar um Estado ao mais alto grau de opulência, partindo do mais inferior barbarismo, pouco mais é necessário além da paz, tributos moderados e uma tolerável administração da justiça..."[19] De tempos em tempos, líderes menos sensíveis — como os administradores espanhóis de Castela, ou um ocasional rei Bourbon da França — matavam, realmente, a galinha dos ovos de ouro; mas o declínio de riqueza, e portanto de poder militar, disso resultante, evidenciava-se rapidamente a todos os que não fossem cegos.

Provavelmente o único fator que poderia ter levado a uma centralização da autoridade seria uma descoberta, por um estado, tão grande na tecnologia das armas de fogo, que todos os adversários fossem esmagados ou aterrorizados. No ritmo de rápido aceleramento em que se desenrolou o desenvolvimento econômico e técnico da Europa do século XV, à medida que a população se recuperava da Peste Negra e o Renascimento italiano florescia, isso não seria impossível. Foi, como dissemos acima, nesse amplo período de 1450 a 1600, que se estabeleceram em outros pontos os "impérios da pólvora". Moscóvia, o Japão Tokugawa e a Índia Mongol são excelentes exemplos de como grandes estados podiam ser criados por líderes que conseguissem as armas de fogo e os canhões com os quais forçar os rivais à obediência.

E além do mais, como foi na Europa, em fins da era medieval e princípios da moderna, que as novas técnicas de guerra surgiram com mais freqüência, não é improvável que uma dessas inovações pudesse permitir a determinada nação dominar seus rivais. Os indícios de maior concentração de poder militar já se evidenciavam.[20] Na Itália, o uso de companhias de arqueiros, protegidos quando necessário por soldados com lanças, tinha posto fim à era da cavalaria e seu acompanhamento de recrutas feudais mal treinados. Mas era evidente também que só os estados mais ricos, como Veneza e Milão, podiam custear

os novos exércitos comandados pelos famosos *condottieri*. Além do mais, em cerca de 1500 os reis de França e Inglaterra tinham o monopólio interno da artilharia, e dessa forma eram capazes de, se necessário, esmagar um súdito poderoso, mesmo que ele se protegesse atrás das muralhas do seu castelo. Mas não levaria essa tendência, finalmente, a um monopólio transnacional maior, estendendo-se por toda a Europa? Essa pergunta deve ter sido feita por muitos em cerca de 1550, ao observarem a vasta concentração de terra e exércitos sob o imperador Carlos V.

Um exame mais detalhado da tentativa específica, e do fracasso, dos Habsburgos em conseguir o domínio da Europa será feito no próximo capítulo. Mas a razão mais geral pela qual era impossível impor a unidade pelo continente pode ser mencionada rapidamente aqui. Mais uma vez, a existência de *variados* centros de poder econômico e militar foi fundamental. Nenhuma cidade-estado italiana podia lutar para afirmar-se sem que outras interviessem para preservar o equilíbrio: nenhuma "nova monarquia" podia aumentar seus domínios sem provocar os rivais a buscarem compensações. Quando a Reforma já estava realmente em processo, os antagonismos religiosos foram somados às rivalidades tradicionais do equilíbrio de poder, tornando ainda mais remotas as perspectivas de centralização política. Mas a verdadeira explicação é um pouco mais profunda: afinal de contas, a simples existência de competidores e os amargos sentimentos entre os grupos em guerra eram evidentes no Japão, na Índia e em outros lugares, mas isso, em si, não impediu a unificação final. A Europa era diferente porque cada uma das forças rivais foi capaz de ter acesso às novas técnicas militares, de modo que nenhum poder isolado possuiu jamais a vantagem decisiva. Os serviços dos suíços, e outros mercenários, por exemplo, estavam ao alcance de quem pudesse pagar por eles. Não havia um centro único de produção de arcos, nem de canhões — seja dos mais antigos, de bronze, ou dos mais novos, e mais baratos, de ferro fundido. Em lugar disso, tais armamentos estavam sendo fabricados próximo das jazidas de minérios no Weald, na Europa central, em Málaga, em Milão, em Liège, e mais tarde na Suécia. Da mesma forma, a proliferação de estaleiros em portos que iam do Báltico ao mar Negro tornou muito difícil a um país isolado o monopólio do poder marítimo, o que por sua vez contribuiu para que se evitassem a conquista e a eliminação de centros rivais de produção de armas do outro lado do mar.

Dizer que o sistema de estados descentralizados da Europa foi o grande obstáculo à centralização não é, portanto, uma tautologia. Como havia várias entidades políticas em competição, *a maioria da quais possuía, ou podia comprar, os meios militares de preservação de sua independência*, nenhuma delas pôde jamais realizar as condições que levariam ao domíno do continente.

Embora essa interação competitiva dos Estados europeus pareça explicar a ausência de um "império da pólvora" unificado, ali, ela não oferece, à primeira vista, a razão da firme ascensão da Europa à liderança global. Afinal de contas, não teriam as forças de que dispunham as novas monarquias em 1500 parecido insignificantes, se contrastadas com os enormes exércitos do sultão e as tropas maciças do Império Ming? Isso ocorreu em princípios do século XVI e, sob certos aspectos, mesmo no século XVII. Mas no período posterior, o equilíbrio da força militar estava começando a pender rapidamente

em favor do Ocidente. Para explicar essa transformação temos, mais uma vez, de mencionar a descentralização do poder na Europa. O que ela fez, acima de tudo, foi criar uma forma primitiva de corrida armamentista entre as cidades-estados e, em seguida, os reinos maiores. Até certo ponto, isso tinha provavelmente raízes socioeconômicas. Quando os exércitos em choque na Itália deixaram de ser constituídos de cavaleiros feudais e seus dependentes, mas passaram a formar-se de lanceiros, arqueiros e da cavalaria (de flanco), pagos pelos comerciantes e supervisionados pelos magistrados de uma cidade, foi quase inevitável que estes exigissem o bom emprego de seu dinheiro — apesar de todas as manobras dos *condottieri* para não se tornarem prescindíveis. As cidades queriam, em outras palavras, as armas e táticas que proporcionassem uma vitória rápida, de modo a reduzir as despesas de guerra. Da mesma forma, quando os monarcas franceses de fins do século XV tiveram um exército "nacional" sob seu controle e estipêndio direto, mostraram-se ansiosos para que tal força produzisse resultados decisivos.[21]

Da mesma forma, esse sistema de livre mercado não só forçou os numerosos *condottieri* a competir pelas contratações, como também estimulou os artesãos e inventores a melhorar seus produtos, para conseguir novas encomendas. Quando essa espiral de armamentos já podia ser vista na manufatura de arcos e armaduras, no começo do século XV, o mesmo princípio estendeu-se às experiências com armas de pólvora nos 50 anos seguintes. É importante lembrar aqui que, quando os canhões foram empregados pela primeira vez, eram pequenas as diferenças no seu desenho e eficiência entre o Ocidente e a Ásia. Gigantescos tubos de ferro que disparavam uma bala de pedra e faziam um enorme barulho evidentemente impressionavam, e por vezes obtinham resultados: foi o tipo usado pelos turcos para bombardear as muralhas de Constantinopla, em 1453. Não obstante, só na Europa parece ter havido o estímulo para melhoramentos constantes: nos grãos de pólvora, na fundição de canhões muito menores (mas com a mesma potência) de ligas de bronze e estanho, na forma e textura do cano e do míssil, nas plataformas e reparos dos canhões. Tudo isso aumentou, em proporções enormes, o poder e a mobilidade da artilharia, dando ao usuário de tais armas os meios de dominar as mais resistentes fortalezas — como as cidades-estados italianas descobriram, para seu susto, quando um exército francês equipado com formidáveis canhões de bronze invadiu a Itália em 1494. Não é de surpreender, portanto, que os inventores e os homens de letras estivessem sendo instados a criar alguma arma neutralizadora desses canhões (e ainda menos surpreendente que os cadernos de Leonardo, para essa época, tenham desenhos de uma metralhadora, de um tanque primitivo e de um canhão a vapor).[22]

Isso não equivale a dizer que outras civilizações não tenham aperfeiçoado seus armamentos, a partir de desenhos primitivos, grosseiros; algumas o fizeram, em geral copiando modelos europeus ou convencendo visitantes europeus (como os jesuítas na China) a lhes transmitirem seus conhecimentos. Mas como o governo Ming tinha o monopólio do canhão, e os impetuosos líderes da Rússia, Japão e Índia Mongol logo o estabeleceram, havia muito menos incentivos para melhorar tais armas, uma vez estabelecida a autoridade dos governantes. Fechando-se em si mesmos, os chineses e japoneses negligenciaram o desenvolvimento da produção de armas. Apegando-se às

suas formas tradicionais de luta, os janízaros do Islã não se interessaram muito pela artilharia, até ser tarde demais para alcançar os progressos realizados pela Europa. Frente a povos menos adiantados, os comandantes dos exércitos russo e mongol não tinham necessidade premente de melhores armamentos, já que as armas de que dispunham aterrorizavam seus adversários. Assim como no campo econômico geral, também nessa área específica da tecnologia militar, a Europa, alimentada por uma vigorosa corrida armamentista, assumiu uma dianteira decisiva em relação a outras civilizações e centros de poder.

Duas outras conseqüências dessa espiral de armamentos devem ser mencionadas aqui. A primeira assegurou a pluralidade política da Europa, a segunda o seu domínio final dos mares. A primeira é uma história bastante simples e pode ser contada rapidamente.[23] Dentro de um quarto de século da invasão francesa de 1494, e sob certos aspectos até mesmo antes, alguns italianos tinham descoberto que as fortificações de terra levantadas por dentro das muralhas da cidade podiam reduzir em muito os efeitos do bombardeio da artilharia: ao cair sobre montes de terra compactada, as balas de canhão perdiam o impacto devastador que tinham sobre as muralhas externas. Se essas fortificações de terra tivessem também uma vala bem inclinada à sua frente (e mais tarde uma série sofisticada de bastiões protegidos, dos quais mosquetes e canhões podiam despejar seu fogo), constituíam um obstáculo quase insuperável à infantaria sitiante. Isso restabeleceu a segurança das cidades-estados italianas, ou pelo menos das que não tinham caído ante o conquistador estrangeiro, e que tinham a numerosa mão-de-obra necessária para construir e guarnecer essas fortificações complexas. Também proporcionou vantagem aos exércitos que se empenhavam em conter os turcos, como as guarnições cristãs em Malta e no norte da Hungria descobriram logo. Acima de tudo, impediu a dominação fácil de rebeldes e rivais por uma potência esmagadora na Europa, como a prolongada guerra de sítio que acompanhou a Revolta da Holanda demonstrou. As vitórias obtidas em campo aberto, digamos, pela formidável infantaria espanhola, não eram decisivas se o inimigo dispusesse de bases muito fortificadas para as quais pudesse recuar. A autoridade proporcionada pela pólvora ao xogunato de Tokugawa, ou a Akbar na Índia, não aconteceu no Ocidente, que continuou a caracterizar-se pelo pluralismo político e sua letal conseqüência, a corrida armamentista.

O impacto da "revolução da pólvora" no mar foi ainda mais amplo.[24] Como antes, surpreende-nos a relativa semelhança entre o noroeste da Europa, o mundo islâmico e o Extremo Oriente na construção e poderio naval durante fins da Idade Média. As grandes viagens de Cheng Ho e o rápido avanço da frota turca no mar Negro e Mediterrâneo oriental bem poderia ter sugerido a um observador, em cerca de 1400 e 1450, que o futuro do progresso marítimo estava com aquelas duas potências. Também não havia muita diferença, suspeitamos, entre todas as três regiões no que se relaciona com a cartografia, astronomia e o uso de instrumentos como a bússola, o astrolábio e o quadrante. As diferenças estavam na *organização constante*. Ou, como observa o professor Jones, "dadas as distâncias cobertas por outros navegantes, os polinésios por exemplo, as viagens [dos iberos] são menos impressionantes do que a capacidade da Europa de racionalizá-las e desenvolver os recursos ao seu alcance."[25] A coleta sistemática de dados geográficos pelos portugueses, a re-

petida disposição das casas mercantis de Gênova em financiar viagens atlânticas que pudessem compensá-las da perda do comércio do mar Negro e — mais ao norte — o desenvolvimento metódico da pesca do bacalhau na Terra Nova, tudo isso mostra uma disposição constante de desbravar, que não era evidente em outras sociedades da época.

Talvez o mais importante ato de "racionalização" tenha sido, porém, o aperfeiçoamento constante dos armamentos de navios. A colocação do canhão nos navios a vela foi uma evolução bastante natural numa época em que a guerra no mar assemelhava-se à da terra. Assim como os castelos medievais tinham arqueiros ao longo das muralhas e nas torres, a fim de repelir um exército sitiante, assim também os maciços navios de comércio genoveses, venezianos e aragoneses usavam homens, armados de arcos e colocados nos "castelos" de proa e popa, para se defenderem dos piratas muçulmanos no Mediterrâneo. Isso podia causar severas baixas entre as tripulações das galeras, embora não necessariamente o bastante para salvar um navio mercante numa calmaria, se os atacantes estivessem realmente dispostos. Quando, porém, os marinheiros perceberam o progresso realizado nos canhões em terra — isto é, que os novos canhões de bronze eram muito menores, mais poderosos e menos perigosos para seus artilheiros do que as enormes bombardas de ferro fundido — era de prever que tais armamentos seriam colocados a bordo. Afinal de contas, catapultas e balestras e outros tipos de instrumentos de arremesso de mísseis já tinham sido montados em navios de guerra na China e no Ocidente. Mesmo quando o canhão tornou-se menos explosivo e perigoso aos seus artilheiros, ainda apresentava consideráveis problemas: tendo em vista a pólvora melhor, o recuo ou "coice" podia ser tremendo, fazendo com que o canhão percorresse todo o convés, se não estivesse amarrado; além disso, tais armas ainda eram pesadas bastante para desequilibrar o barco, se um número suficiente fosse colocado num dos bordos (especialmente nos castelos). Era nisso que o navio de construção robusta, de três mastros e para qualquer tempo, tinha uma vantagem inerente sobre as esguias galeras de remos das águas internas do Mediterrâneo, Báltico e mar Negro, sobre o *dhow* árabe e mesmo sobre o junco chinês. Podia, em qualquer caso, disparar uma descarga conjunta e permanecer estável, embora também ocorressem desastres ocasionalmente, é claro. Mas quando se compreendeu que a colocação dessas armas a meio navio, e não nos castelos, proporcionava uma plataforma muito mais segura para o canhão, o *poderio potencial* dessas caravelas e galeões foi formidável. Em comparação, navios menores sofriam da dupla desvantagem de menor capacidade de levar canhões e maior vulnerabilidade aos projéteis por eles disparados.

Somos obrigados a enfatizar as palavras "poderio potencial" porque a evolução do navio a vela de longo alcance, dotado de canhões, foi lenta, por vezes desigual. Muitos tipos híbridos foram construídos, alguns de mastros múltiplos, canhões *e* remos. Navios tipo galera ainda eram vistos no canal da Mancha no século XVI. Além disso, houve argumentos consideráveis em favor da continuação das galeras no Mediterrâneo e no mar Negro: eram mais rápidas em muitas ocasiões, mais manobráveis em águas fechadas e, com isso, de uso mais fácil em conjunção com operações terrestres ao longo da costa — o que, para os turcos, compensava de muito as desvantagens de seu pouco alcance e incapacidade de enfrentar mares bravios.[26]

Da mesma maneira, não devemos pensar que mal os navios portugueses contornaram o cabo da Boa Esperança teve início uma era de dominação ocidental incontestada. O que os historiadores chamam de "época de Vasco da Gama" e "era de Colombo" — isto é, os três ou quatro séculos de hegemonia européia depois de 1500 — foi um processo muito gradual. Os exploradores portugueses poderiam ter chegado ao litoral indiano na década de 1490, mas seus navios ainda eram pequenos (com freqüência, de apenas 300 toneladas) e não estavam bem armados — em comparação, sem dúvida, com os poderosos navios da Companhia Holandesa das Índias Orientais, que navegaram naquelas águas um século depois. De fato, os portugueses não puderam entrar no mar Vermelho por muito tempo, e só o fizeram de maneira precária, nem puderam conquistar uma boa base na China. E em fins do século XVI, perderam alguns de seus postos no leste africano, ante a contra-ofensiva árabe.[27]

Seria um erro também supor que as potências não-européias simplesmente desabaram como um castelo de cartas aos primeiros sinais do expansionismo ocidental. Foi precisamente o que aconteceu no México, Peru e outras sociedades menos desenvolvidas do Novo Mundo, quando os aventureiros espanhóis desembarcaram. Em outros lugares, a história foi diferente. Como o governo chinês tinha voltado as costas, voluntariamente, ao comércio marítimo, ele não se importava que este caísse nas mãos dos bárbaros. Até mesmo o semi-oficial posto de comércio que os portugueses abriram em Macau em 1557, por mais lucrativo que deva ter sido para os comerciantes locais de seda e os administradores coniventes, não parece ter perturbado a tranqüilidade de Pequim. Os japoneses, por sua vez, foram muito mais duros. Quando os portugueses mandaram uma missão, em 1640, para protestar contra a expulsão dos estrangeiros, quase todos os seus membros foram mortos; não podia haver qualquer tentativa de revide por Lisboa. Finalmente, o poderio marítimo otomano estava resistindo no Mediterrâneo oriental, e o poderio terrestre otomano continuava a ser uma considerável ameaça à Europa central. No século XVI, na verdade, "para a maioria dos estadistas europeus, a perda da Hungria teve muito maior importância do que o estabelecimento de feitorias no Oriente, e a ameaça a Viena foi mais significativa do que os desafios ocidentais a Aden, Goa e Malaca. Só os governos à margem do Atlântico podiam, como seus historiadores mais tarde, ignorar tal fato."[28]

Não obstante, feitas todas essa ressalvas, não há dúvida de que o progresso do navio a vela de longo alcance, armado, prenunciava um avanço fundamental na posição da Europa no mundo. Com esses navios, as potências navais do Ocidente podiam controlar as rotas comerciais oceânicas e aterrorizar todas as sociedades vulneráveis ao poderio marítimo. Até mesmo os primeiros choques entre os portugueses e seus inimigos muçulmanos, no oceano Índico, deixaram claro isso. Retrospectivamente, podemos ver que eles sem dúvida exageraram, mas a leitura dos diários e relatórios de Vasco da Gama e Albuquerque, descrevendo como seus navios de guerra abriram caminho a tiros em meio às frotas de *dhows* árabes e outros navios ligeiros que encontraram ao largo da costa de Malabar e dos estreitos de Ormuz e Malaca, nos dá a impressão de que uma força extraterrestre, sobre-humana, tinha descido sobre seus infelizes adversários. Seguindo a nova tática de que "não deviam abordar, mas combater com a artilharia", os portugueses eram

praticamente invencíveis no mar.[29] Em terra, as coisas eram diferentes, como as ferozes batalhas (e ocasionais derrotas) de Aden, Jidá, Goa e outras, mostraram. Não obstante, esses invasores ocidentais eram tão brutais e dispostos que em meados do século XVI tinham construído uma cadeia de fortes do golfo da Guiné até o mar da China do Sul. Embora não conseguissem nunca monopolizar o comércio de especiarias das Índias — grande parte do qual continuou a fluir através dos canais tradicionais até Veneza — os portugueses certamente obtiveram partes consideráveis do comércio, e muito lucraram com a vantagem que tinham na corrida pelo império.[30]

As probabilidades de lucros eram ainda maiores, é claro, no vasto império territorial que os conquistadores estabeleceram rapidamente no hemisfério ocidental. Desde os primeiros povoados em Hispaniola e Cuba, as expedições espanholas avançaram para o continente, conquistando o México na década de 1520, e o Peru, na de 1530. Dentro de poucas décadas, esse domínio estendia-se do rio Prata, no sul, até o rio Grande, no norte. Galeões espanhóis, percorrendo o litoral ocidental, faziam ligação com os navios que vinham das Filipinas, com sedas chinesas para trocar pela prata peruana. Em seu "Novo Mundo", os espanhóis deixaram claro que pretendiam ficar, criando uma administração imperial, construindo igrejas e dedicando-se à pecuária e à mineração. Explorando os recursos naturais — e, mais ainda, a mão-de-obra nativa — desses territórios, os conquistadores mandaram de volta para a pátria um fluxo constante de açúcar, cochonilha, peles e outras mercadorias. E, principalmente, mandaram prata da mina de Potosi, que por mais de um século foi a maior jazida desse metal, no mundo. Tudo isso levou a um "crescimento relâmpago do comércio transatlântico, cujo volume aumentou oito vezes entre 1510 e 1550, e três vezes, novamente, entre 1550 e 1610".[31]

Tudo indicava, portanto, que esse imperialismo pretendia ser permanente. Ao contrário das rápidas visitas de Chen Ho, os atos dos exploradores portugueses e espanhóis simbolizavam um empenho em modificar o equilíbrio político mundial. Com seu canhão levado pelos navios e seu soldado com mosquete, eles fizeram exatamente o que pretendiam. Em retrospecto, parece difícil, por vezes, compreender que um país com a limitada população e recursos de Portugal pudesse chegar tão longe e conquistar tanto. Nas circunstâncias especiais da superioridade militar e naval européia descritas acima, isso não era impossível, de modo algum. Uma vez realizado o feito, os evidentes lucros do império e o desejo de mais simplesmente aceleraram o processo de engrandecimento.

Há elementos nesta história da "expansão da Europa" que não foram levados em conta, ou foram apenas mencionados rapidamente até agora. O aspecto pessoal não foi examinado, e não obstante — como em todos os grandes empreendimentos — ele foi marcante: no impulso dado por homens como Henrique o Navegador; na engenhosidade dos artesãos dos navios, dos armeiros e dos letrados; no espírito empreendedor dos comerciantes; e, acima de tudo, na coragem dos que participaram das viagens para além-mar e resistiram a tudo o que os mares bravios, os climas hostis, as paisagens inóspitas e os adversários ferozes podiam colocar em seu caminho. Graças a uma complexa mistura de motivos — ganho pessoal, glória nacional, zelo religioso, talvez um sentimento de aventura — os homens se dispunham a arriscar tudo,

como na verdade fizeram em muitos casos. Também não nos detivemos nas crueldades terríveis que esses conquistadores europeus praticaram contra as suas muitas vítimas na África, Ásia e América. Se tais aspectos quase não são mencionados aqui, é porque muitas sociedades da época produziram indivíduos e grupos dispostos a ousar tudo e tudo fazer para transformar o mundo em sua ostra. O que distinguia os capitães, tripulações e exploradores europeus era a posse de navios de poder de fogo com os quais realizar suas ambições, e o fato de virem de um ambiente político no qual a competição, o risco e o espírito de empreendimento predominavam.

As vantagens proporcionadas pela expansão da Europa foram generalizadas e duradouras e — o que é mais importante — ajudaram a acelerar uma dinâmica já existente. A ênfase na aquisição de ouro, prata, metais preciosos e especiarias, por mais importantes que estes fossem, não deve obscurecer o valor de mercadorias menos atraentes que inundaram os portos da Europa, depois que seus marinheiros atravessaram a fronteira oceânica. O acesso à pesca da Terra Nova proporcionou uma fonte aparentemente inesgotável de alimentos, e o oceano Atlântico fornecia também os óleos de baleia e foca, vitais para a iluminação, lubrificação e muitos outros usos. Açúcar, anil, tabaco, arroz, peles, madeira e novas plantas, como a batata e o milho, viriam aumentar a riqueza total e o bem-estar do continente. Mais tarde, é preciso antecipar a cosmopolita economia mundial do século XIX para compreender que as descobertas portuguesas e espanholas tiveram, em décadas, uma grande e sempre crescente importância para o aumento da prosperidade e o poder das partes ocidentais do continente. Comércios a granel, como o da pesca, empregavam grande número de pessoas, tanto para a pesca em si como para a sua distribuição, o que estimulou ainda mais a economia de mercado. E tudo isso deu o maior impulso à indústria naval européia, atraindo para as proximidades de portos como Londres, Bristol, Antuérpia, Amsterdam e muitos outros um grande número de artesãos, fornecedores, negociantes, seguradores. Como resultado, uma parte considerável da população da Europa ocidental — e não apenas uma reduzida elite — passou a ter grande interesse material pelos frutos do comércio de além-mar.

Acrescentando a esta lista de mercadorias o comércio resultante da expansão terrestre da Rússia — as peles, couros, madeira, cânhamo, sal e cereais que dali partiram para a Europa ocidental — então os estudiosos têm razão em descrever essa época como o início de um "moderno sistema mundial".[32] O que começou como várias expansões em separado transformou-se num todo interligado: o ouro da costa da Guiné e a prata do Peru foram usados pelos portugueses, espanhóis e italianos para comprar as especiarias e sedas do Oriente; as peles e madeiras da Rússia ajudaram a compra de canhões de ferro da Inglaterra; os cereais do Báltico passaram por Amsterdam a caminho do Mediterrâneo. Tudo isso gerou uma interação constante — uma expansão européia maior, com novas descobertas e portanto novas oportunidades de comércio, proporcionando ganhos adicionais que estimulavam uma expansão ainda maior. Isso não ocorreu numa progressão ascendente necessariamente suave: uma grande guerra na Europa, ou a inquietação civil podiam reduzir drasticamente as atividades de além-mar. Mas as potências colonizadoras raramente, ou nunca, desistiam de suas aquisições, e dentro em

pouco uma nova onda de expansão e exploração recomeçaria. Afinal de contas, se as nações imperiais consolidadas não explorassem suas posições, outras estavam dispostas a fazê-lo.

Foi essa, finalmente, a maior razão pela qual a dinâmica continuou a operar, como operou: as múltiplas rivalidades dos estados europeus, já agudas, se estavam estendendo às esferas transoceânicas. Por mais que tentassem, Espanha e Portugal simplesmente não podiam conservar o seu monopólio, assegurado pelo papa, do mundo de além-mar; mais especialmente quando se compreendeu que não havia uma passagem nordeste ou noroeste da Europa para Catai. Já na década de 1560 navios holandeses, franceses e ingleses se aventuravam pelo Atlântico, e um pouco depois, nos oceanos Índico e Pacífico — progresso apressado pelo declínio do comércio de tecidos inglês e pela Revolta da Holanda. Com patronos reais e aristocráticos, com financiamento de grandes comerciantes de Amsterdam e Londres, e com todo o zelo religioso e nacionalista produzido pela Reforma e Contra-Reforma, novas expedições de comércio e pilhagem partiram do noroeste da Europa, para conseguir uma fatia do espólio. Havia a perspectiva de glórias e riquezas, ou de vencer um rival e melhorar os recursos do próprio país, e de converter nova almas à fé verdadeira. Que argumentos contrários poderiam resistir a tais possibilidades?[33]

O aspecto mais positivo dessa crescente rivalidade comercial e colonial foi a espiral ascendente do conhecimento que surgiu paralelamente — na ciência e tecnologia.[34] Sem dúvida, muitos dos progressos dessa época foram subprodutos da corrida armamentista e da luta pelo comércio de além-mar; as vantagens finais, porém, transcenderam suas origens inglórias. Melhor cartografia, melhores tábuas de navegação, novos instrumentos como o telescópio, barômetro, quarto inglês e bússola de marinha e melhores métodos de construção naval ajudaram a tornar a viagem marítima menos imprevisível. Novas colheitas e plantas não só proporcionavam melhor alimentação, como também foram um estímulo para a botânica e a ciência agrícola. O conhecimento da metalurgia, e na verdade de toda a indústria do ferro, fez progressos rápidos, o mesmo acontecendo com as técnicas de mineração profunda. Astronomia, medicina, física e engenharia também se beneficiaram com a intensificação do ritmo econômico e a maior valorização da ciência. O espírito indagador e racionalista observava mais e experimentava mais; as máquinas impressoras, além de produzirem Bíblias e tratados políticos no vernáculo, difundiam as novas descobertas. O efeito cumulativo dessa explosão do conhecimento foi fortalecer ainda mais a superioridade tecnológica — e portanto militar — da Europa. Até mesmo os poderosos otomanos, ou pelos menos seus soldados e marinheiros das linhas de frente, sentiram algumas das conseqüências disso em fins do século XVI. Em outras sociedades menos ativas, os efeitos foram bem mais sérios. Se alguns estados da Ásia teriam dado a partida numa revolução comercial e industrial autopropulsionada, caso tivessem sido deixados em paz, é uma hipótese aberta a considerável dúvida.[35] O que era claro, porém, é que se tornaria extremamente difícil para outras sociedades subir a escada do poder mundial quando os estados europeus mais adiantados ocupavam todos os degraus superiores.

Tal dificuldade seria agravada, parece justo dizer, porque a subida da escada teria exigido não apenas a aquisição do equipamento europeu, ou mesmo das técnicas européias: teria exigido também a cópia, em grande escala, das características gerais que distinguiam as sociedades do Ocidente de todas as outras. Teria significado a existência de uma economia de mercado, se não nas proporções mencionadas por Adam Smith, pelo menos para que os comerciantes e empresários não fossem sempre postos de lado, obstaculizados e pilhados. Teria também significado a existência de uma pluralidade de centros de poder, tendo cada um deles, se possível, a sua base econômica própria, de modo a não haver a possibilidade da centralização imposta, de um regime despótico ao estilo oriental — e todas as perspectivas do estímulo progressista, mesmo turbulento e ocasionalmente brutal — da competição. Por extensão, essa falta de rigidez econômica e política significaria uma falta semelhante de ortodxia cultural e ideológica, isto é, uma liberdade de investigar, discordar, experimentar, uma fé nas possibilidades de aperfeiçoamento, a preocupação com o prático e não com o abstrato, um racionalismo que desafiava os códigos mandarins, o dogma religioso e o folclore tradicional.[36] Na maioria dos casos, o que estava em jogo não eram tanto os elementos positivos, mas antes a redução do número de *obstáculos* que impediam o crescimento econômico e a diversidade política. A maior vantagem da Europa era ter menos *des*vantagens do que a outras civilizações.

Embora seja impossível provar isso, suspeitamos que esses vários aspectos gerais relacionam-se mutuamente, numa lógica interna, por assim dizer, e que tudo era necessário. Foi uma combinação do *laissez-faire* econômico, do pluralismo político e militar, e da liberdade intelectual — por mais rudimentar que fosse cada um desses fatores, se comparados a idades posteriores — que interagiram para produzir o "milagre europeu". Como o milagre foi historicamente único, parece plausível supor que só uma réplica de suas partes componentes poderia ter produzido um resultado semelhante em outro lugar. Como a mistura dos ingredientes críticos não existia na China Ming, ou nos impérios muçulmanos do Oriente Médio e Ásia, ou em qualquer outra das sociedades examinadas anteriormente, estas parecem imobilizar-se enquanto a Europa avançava para o centro do cenário mundial.

2

A Tentativa de Domínio dos Habsburgos, 1519-1659

No século XVI, portanto, as lutas de poder dentro da Europa estavam também contribuindo para sua ascensão econômica e militar, acima de outras regiões do mundo. O que não se tinha decidido ainda, porém, era se algum dos estados europeus rivais poderia acumular recursos suficientes para ultrapassar os demais e dominá-los. Durante cerca de um século e meio, depois de 1500, uma combinação de reinos, ducados e províncias espalhados por todo o continente, governados por membros espanhóis e austríacos da família Habsburgo, ameaçou tornar-se a influência política e religiosa predominante na Europa. A história dessa prolongada luta e da derrota final das ambições dos Habsburgos por uma coalizão de outros estados europeus constitui a essência deste capítulo. Em 1659, quando a Espanha finalmente reconheceu a derrota no Tratado dos Pireneus, a *pluralidade* política da Europa — com cinco ou seis grandes estados, e vários outros menores — era um fato indiscutível. Qual desses estados principais iria beneficiar-se mais com novas modificações políticas dentro do sistema de grandes potências é matéria que pode ficar para o capítulo seguinte; o que pelo menos era claro, em meados do século XVII, era que nenhum bloco dinástico-militar isolado seria capaz de tornar-se senhor da Europa, como pareceu provável em várias ocasiões, nas décadas anteriores.

As campanhas interligadas visando ao predomíno na Europa, que caracterizam este século e meio, diferem tanto no grau como no gênero, portanto, das guerras do período anterior a 1500. As lutas que perturbaram a paz da Europa nos cem anos anteriores foram *localizadas*; os choques entre os vários estados italianos, a rivalidade entre as coroas inglesa e francesa, e

as guerras dos cavaleiros teutônicos contra os lituanos e poloneses foram exemplos típicos.[1] Com o desenrolar do século XVI, porém, as tradicionais lutas regionais na Europa foram assimiladas, ou eclipsadas, pelo que pareceu aos contemporâneos ser uma disputa muito mais ampla pelo domínio do continente.

O significado e a cronologia da luta

Embora houvesse sempre razões específicas pelas quais um estado era atraído para esse contexto mais amplo, duas causas mais gerais foram as principais responsáveis pela transformação tanto na intensidade como no âmbito geográfico da guerra européia. A primeira foi o advento da Reforma — provocada pela revolta pessoal de Martinho Lutero contra as indulgências papais, em 1517 — que acrescentou rapidamente uma violenta e nova dimensão às tradicionais rivalidades dinásticas do continente. Por motivos socioeconômicos específicos, o advento da Reforma Protestante — e a reação, na Contra-Reforma Católica contra a heresia — também tiveram a tendência de dividir as metades meridional e setentrional da Europa, e as nascentes classes médias, de base urbana, das ordens feudais, embora houvesse, é claro, muitas exceções a esses alinhamentos gerais.[2] Mas a questão básica é que a "Cristandade" se tinha fraturado, e agora grande número de pessoas tinham sido arrastadas a uma luta *transnacional* no continente sobre doutrina religiosa. Só em meados do século XVII, quando os homens se cansaram dos excessos e da futilidade das guerras religiosas, seria possível chegar a uma aceitação, embora relutante, da divisão religiosa da Europa.

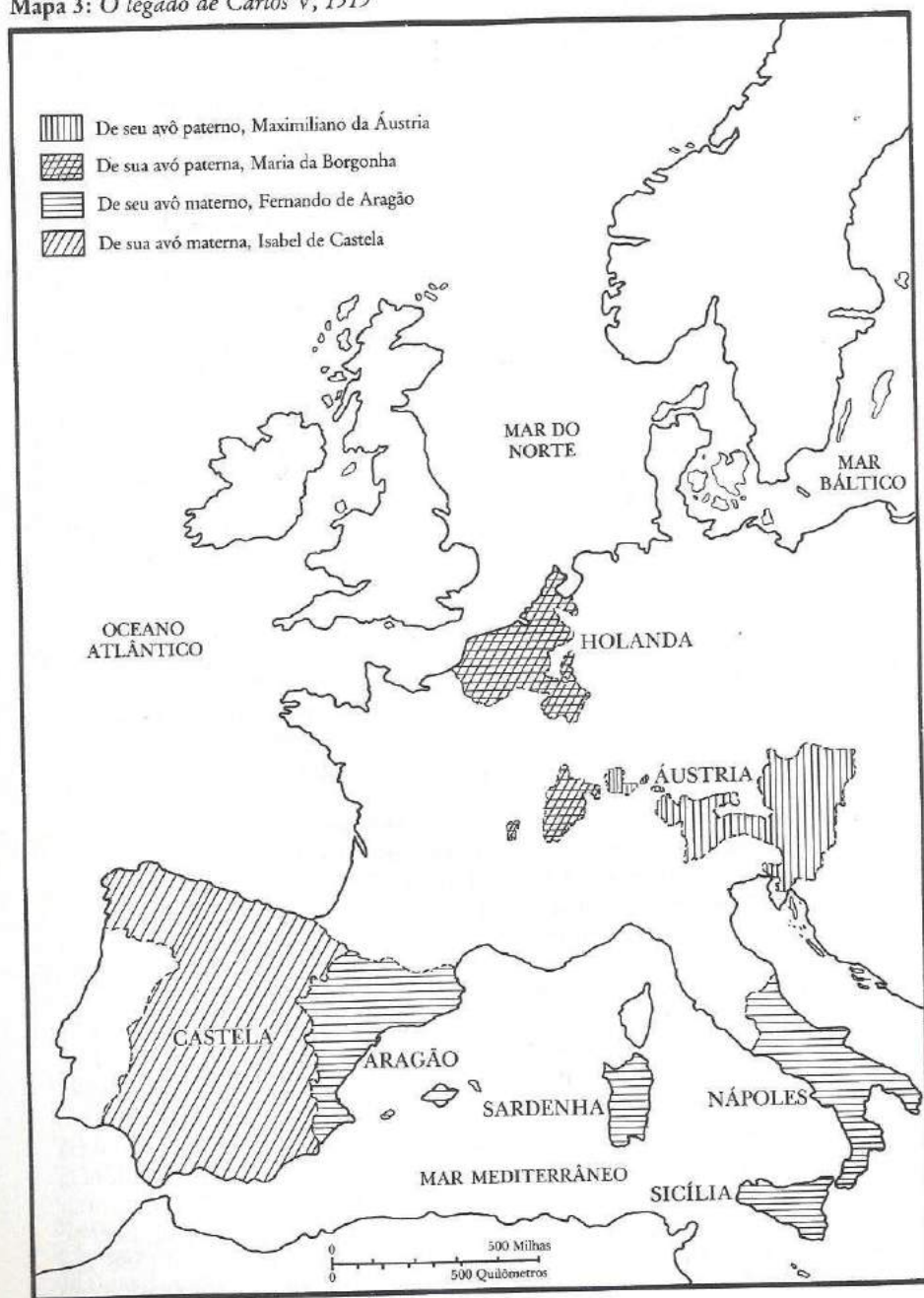
A segunda razão para o padrão muito mais generalizado e interligado da guerra depois de 1500 foi a criação de uma combinação dinástica, a dos Habsburgos, para formar uma rede de territórios que se estendiam de Gibraltar à Hungria, e da Sicília a Amsterdam, superando em tamanho tudo o que já se vira antes na Europa, desde a época de Carlos Magno, 700 anos antes. Oriundos originalmente da Áustria, os governantes Habsburgos tinham conseguido fazer-se eleger regularmente como Sacro Imperador Romano — título que perdera muito do poder real desde a alta Idade Média, mas era ainda procurado por príncipes ansiosos em desempenhar um papel maior nos assuntos germânicos, e nos assuntos europeus em geral.

Mais praticamente, os Habsburgos não tiveram iguais na capacidade de aumentar seus territórios pelo casamento e pelas heranças. Numa dessas manobras, Maximiliano I da Áustria (1493-1519, e Sacro Imperador Romano entre 1508-1519), reuniu as ricas terras hereditárias da Borgonha e, com elas, a Holanda, em 1477. Outra manobra, resultante de um acordo matrimonial de 1515, iria acrescentar os importantes territórios da Hungria e Boêmia; embora o primeiro não fosse parte do Sacro Império Romano e gozasse de muitas liberdades, isso deu aos Habsburgos um grande bloco de terras através da Europa central. A mais extensa, porém, das ligações dinásticas promovidas por Maximiliano foi o casamento de seu filho Filipe com Joana, filha de Fernando e Isabel de Espanha, cuja união tinha, anteriormente, reunido as possessões de Castela e Aragão (que incluía Nápoles e Sicília). O "legatário residual"[3] de

todos esses acordos matrimoniais foi Carlos, o filho mais velho de Filipe e Joana. Nascido em 1500, ele se tornou duque da Borgonha aos 15 anos, e Carlos I de Espanha um ano depois; em seguida — em 1519 — sucedeu seu avô paterno Maximiliano, como Sacro Imperador Romano e como governante das terras hereditárias dos Habsburgos na Áustria. Como imperador Carlos V, portanto, ele reuniu todos os quatro legados até suas abdicações de 1555-1556 (ver Mapa 3). Apenas alguns anos depois, em 1526, morria sem deixar filhos o rei Luís da Hungria, na batalha de Mohacs contra os turcos, permitindo a Carlos reivindicar as coroas tanto da Hungria como da Boêmia.

A simples heterogeneidade e dispersão dessas terras, que examinaremos mais adiante, poderia sugerir que o império Habsburgo jamais poderia ser um equivalente real dos impérios uniformes, centralizados, da Ásia. Mesmo na década de 1520, Carlos entregava ao seu irmão mais novo, Fernando, a administração e a soberania principesca das terras hereditárias austríacas, e também das novas aquisições da Hungria e Boêmia — o reconhecimento, bem antes da abdicação do próprio Carlos, de que os legados espanhol e austríaco não podiam ser governados efetivamente pela mesma pessoa. Não obstante, não foi assim que outros príncipes e estados viram essa poderosa aglomeração de poderio Habsburgo. Para os reis Valois da França, que acabavam de consolidar sua autoridade internamente e estavam ansiosos por expandir-se na direção da rica península italiana, as possessões de Carlos V pareciam cercar o Estado francês — e não seria exagero dizer que o principal objetivo dos franceses, na Europa, durante os dois séculos seguintes, seria o de romper a influência dos Habsburgos. Da mesma forma, os príncipes e eleitores germânicos, que há muito lutavam contra a possibilidade de que o imperador tivesse uma autoridade real dentro da própria Alemanha, não podiam deixar de alarmar-se ao ver que a posição de Carlos V estava fortalecida por tantos territórios adicionais, que podiam agora dar-lhe os recursos para impor sua vontade. Muitos papas, também, viam com desgosto esse acúmulo de poder Habsburgo, mesmo que fosse necessário para combater os turcos, os luteranos e outros inimigos.

Dadas as rivalidades endêmicas do sistema de estados europeus, portanto, era pouco provável que os Habsburgos não fossem contestados. O que transformou esse potencial de conflito numa dura e prolongada realidade foi a sua conjunção com as disputas religiosas provocadas pela Reforma. Pois a verdade é que os mais destacados e poderosos monarcas Habsburgos desse século e meio — o próprio imperador Carlos V e seu sucessor, Fernando II (1619-1637), e os reis espanhóis Filipe II (1556-1598) e Filipe IV (1621-1665), — foram também os mais militantes na defesa do catolicismo. Em conseqüência, tornou-se virtualmente impossível separar o poder político das tendências religiosas existentes nas rivalidades que assolaram o continente nesse período. Como qualquer contemporâneo podia perceber, se Carlos V tivesse conseguido esmagar os príncipes protestantes da Alemanha na década de 1540, isso teria sido uma vitória não só da religião católica, mas também da influência Habsburgo — e o mesmo se pode dizer dos esforços de Filipe II para acabar com a inquietação religiosa na Holanda, depois de 1566. E poderia dizer-se também do envio da Armada espanhola para invadir a Inglaterra em 1588. Em suma, as rivalidades nacionais e dinásticas se tinham agora combinado com

Mapa 3: *O legado de Carlos V, 1519*

o zelo religioso para fazer os homens lutarem quando antes poderiam inclinar-se a concessões.

Mesmo assim, pode parecer um pouco forçado usar o título de "Tentativa de domínio dos Habsburgos" para descrever todo o período desde a ascensão de Carlos V como Sacro Imperador Romano em 1519, até o reconhecimento espanhol da derrota no Tratado dos Pireneus, em 1659. Evidentemente, seus inimigos acreditavam firmemente que os monarcas Habsburgos desejavam o domínio absoluto. Assim, o escritor elisabetano Francis Bacon pôde, em 1595, descrever em cores vivas a "ambição e opressão da Espanha":

> A França está de cabeça para baixo... Portugal, usurpado... Os Países Baixos, devastados pela guerra... O mesmo se tenta agora com Aragão... Os pobres índios perdem a condição de homens livres e são trazidos como escravos.[4]

Apesar da retórica ocasional de alguns ministros Habsburgos sobre uma "monarquia mundial",[5] não houve um plano consciente para dominar a Europa, à maneira de Napoleão ou Hitler. Alguns dos casamentos e sucessões dinásticas dos Habsburgos foram fortuitos, no máximo oportunistas, e não prova de um esquema de engrandecimento territoral a longo prazo. Em certos casos — por exemplo, as freqüentes invasões francesas do norte da Itália — os governantes Habsburgos foram mais provocados do que provocadores. No Mediterrâneo, depois da década de 1540, as forças espanholas e as imperiais foram repetidamente postas na defensiva pelas operações de um Islã renascido.

Não obstante, perdura o fato de que se os governantes Habsburgos tivessem realizado todos os seus objetivos limitados, regionais — até mesmo os seus objetivos *defensivos* — o domínio da Europa teria sido praticamente deles. O Império Otomano teria sido expulso ao longo da costa da África do Norte e das águas do Mediterrâneo oriental. A heresia teria sido sufocada, dentro da Alemanha. A Revolta da Holanda teria sido esmagada. Regimes amistosos teriam sido mantidos na França e Inglaterra. Só a Escandinávia, Polônia, Moscóvia e as terras ainda sob controle otomano não estariam sujeitas ao poder e influência dos Habsburgos — e ao triunfo econômico da Contra-Reforma. Embora mesmo assim a Europa ainda não se aproximasse da unidade desfrutada pela China Ming, os princípios políticos e religiosos defendidos pelos centros habsburguianos gêmeos de Madri e Viena teriam enfraquecido muito o pluralismo, que vinha sendo por tanto tempo a característica mais importante do continente.

A cronologia desse século e meio de guerras pode ser resumida rapidamente numa obra de análise como esta. O que provavelmente surpreende o leitor moderno, muito mais do que os nomes e resultados das várias batalhas (Pávia, Lützen etc.) é a extensão desses conflitos. A luta contra os turcos prosseguia década após década; a tentativa espanhola de esmagar a Revolta da Holanda durou da década de 1560 até 1648, com apenas um breve intervalo, sendo mencionada em alguns livros como a Guerra dos 80 Anos; ao mesmo tempo, o grande conflito multidimensional travado pelos Habsburgos da Áustria e da Espanha contra sucessivas coalizões de estados inimigos, de 1618 até a Paz de Vestfália de 1648, foi sempre conhecido como a Guerra dos

30 Anos. Isso deu, evidentemente, uma grande ênfase à *capacidade* relativa dos diferentes estados de suportar os ônus da guerra, anos após ano, década após década. E a significação das bases materiais e financeiras da guerra tornou-se mais crítica por ter ocorrido nesse período uma "revolução militar" que transformou a natureza da luta, tornando-a muito mais cara do que até então. As razões dessa modificação e as suas principais características serão examinadas mais adiante. Antes mesmo, porém, de delinearmos rapidamente os acontecimentos, é bom saber que os choques militares da, digamos, década de 1520 parecem ter uma escala muito reduzida, em termos de homens e dinheiro, se comparados com os da década de 1630.

A primeira série de grandes guerras ocorreu na Itália, cujas ricas e vulneráveis cidades-estados vinham tentando os monarcas franceses a invadi-las desde 1494 — o que, como era fácil prever, provocou várias coalizões de potências rivais (Espanha, os Habsburgos austríacos, até mesmo a Inglaterra) para forçar os franceses a se retirarem.[6] Em 1519, Espanha e França ainda brigavam sobre as pretensões da última a Milão, quando chegou a notícia da eleição de Carlos V para Sacro Imperador Romano, e de ter ele herdado os territórios espanhóis e austríacos da família Habsburgo. Essa acumulação de títulos pelo seu arquirival levou o ambicioso rei da França, Francisco I (1515-1547), a instigar toda uma série de contramanobras, não apenas na própria Itália, mas também ao longo das fronteiras da Borgonha, no sul da Holanda e na Espanha. O ataque de Francisco I à Itália terminou com sua derrota e aprisionamento na batalha de Pávia (1525), mas dentro de mais quatro anos o monarca francês estava novamente invadindo a Itália à frente de seu exército — e foi outra vez contido pelas forças habsburguianas. Embora Francisco voltasse a renunciar às suas pretensões sobre a Itália com o Tratado de Cambrai de 1529, ele esteve em guerra com Carlos V, por essas possessões, nas décadas de 1530 e 1540.

Tendo em vista o desequilíbrio de forças entre a França e os territórios Habsburgos na época, provavelmente não era muito difícil a Carlos V continuar bloqueando as tentativas francesas de expansão. A tarefa tornou-se, porém, mais árdua porque, como Sacro Imperador Romano, ele tinha herdado muitos outros inimigos. Dentre esses, um dos mais formidáveis eram os turcos, que não só se tinham expandido pela planície húngara na década de 1520 (e sitiavam Viena em 1529), como também constituíam uma ameaça naval à Itália e, em conjunto com os corsários da Barbária, da África do Norte, ameaçavam ainda o litoral da própria Espanha.[7] O que também agravou essa situação foi a aliança tácita e ímpia existente nessas décadas entre o sultão otomano e Francisco I: contra os Habsburgos, em 1542, as armadas francesa e otomana combinaram-se num ataque a Nice.

A outra grande área de dificuldade de Carlos V estava na Alemanha, que se dividira com a Reforma, e onde o desafio de Lutero à velha ordem era agora apoiado por uma liga de principados protestantes. Tendo em vista seus outros problemas, não é de surpreender que Carlos V não pudesse concentrar suas energias no desafio luterano na Alemanha até meados da década de 1540. Quando o fez, teve grande êxito a princípio, em especial ao derrotar os exércitos dos príncipes protestantes mais importantes, na batalha de Mühlberg (1547). Qualquer fortalecimento da autoridade imperial e dos Habsburgos,

porém, alarmava os rivais de Carlos V, de modo que os príncipes germânicos do norte, os turcos, Henrique II da França (1547-1559) e até mesmo o papado, todos procuraram enfraquecer sua posição. Em 1552, os exércitos franceses invadiram a Alemanha, em apoio aos estados protestantes, que assim puderam resistir às tendências centralizantes do imperador. Isso foi reconhecido pela Paz de Augsburg (1555), que interrompeu temporariamente as guerras religiosas na Alemanha, e pelo Tratado de Cateau-Cambrésis (1559), que encerrou o conflito franco-espanhol. Foi também reconhecido, de certa forma, pela abdicação do próprio Carlos V em 1555 como Sacro Imperador Romano, em favor de seu irmão Fernando I (imperador, 1555-1564), e em 1556, como rei de Espanha, em favor de seu filho Filipe II (1556-1598). Se os ramos austríaco e espanhol permaneceram estreitamente relacionados depois dessa época, ocorreu porém (como disse o historiador Mamatey) que "a partir de então, como a águia negra de duas cabeças das armas imperiais, os Habsburgos tinham duas cabeças, uma em Viena e a outra em Madri, olhando para o leste e o oeste".[8]

Enquanto o ramo de leste, sob Fernando I e seu sucessor Maximiliano II (imperador, 1564-1576), desfrutou relativa paz em suas possessões (exceto por um ataque turco em 1566-1567), o ramo do oeste, sob Filipe II da Espanha, foi muito menos afortunado. Os corsários da Barbária atacavam o litoral de Portugal e Castela, e por trás deles os turcos recomeçavam sua luta pelo Mediterrâneo. Em conseqüência, a Espanha viu-se repetidamente empenhada em novas guerras de vulto contra o poderoso Império Otomano, a partir da expedição de 1560, a Djerba, e passando pela disputa de Malta em 1565, pela campanha de Lepanto de 1571, pela oscilante batalha por Túnis, até a trégua final de 1581.[9] Praticamente ao mesmo tempo, porém, a política de Filipe, de intolerância religiosa e maior tributação, inflamou o descontentamento nos Países Baixos dos Habsburgos, transformando-o em revolta aberta. O desafio à autoridade espanhola ali, em meados da década de 1560, foi respondido pelo envio de um exército sob o comando do duque de Alba, e pela imposição do despotismo militar — provocando, por sua vez, uma resistência em grande escala nas províncias da Holanda e Zelândia e alarmando a Inglaterra, a França e a Alemanha do norte, quanto às intenções espanholas. Os ingleses ficaram ainda mais perturbados quando, em 1580, Filipe II anexou o vizinho Portugal, com suas colônias e sua marinha. Não obstante, como aconteceu com todas as outras tentativas dos Habsburgos de afirmar (ou ampliar) sua autoridade, o resultado previsível foi que seus muitos rivais se sentiram obrigados a intervir, para impedir um maior desequilíbrio de poder. Na década de 1580, o que fora antes uma rebelião local dos protestantes dos Países Baixos contra o governo espanhol se tinha ampliado, transformando-se numa nova luta internacional.[10] A guerra de sítio e contra-sítio continuou, sem resultados espetaculares. Do outro lado da Mancha, na Inglaterra, Isabel I tinha contido quaisquer ameaças internas (fossem espanholas ou papistas) à sua autoridade e prestava ajuda militar aos rebeldes dos Países Baixos. Na França, o enfraquecimento da monarquia levara à deflagração de violenta guerra civil religiosa, em que disputavam a supremacia a Liga Católica (apoiada pela Espanha) e seus rivais, os huguenotes (apoiados por Isabel e os holandeses). No mar, corsários holandeses e ingleses interromperam a rota de abastecimento

espanhola para os Países Baixos e levaram a luta mais além, até a África Ocidental e as Caraíbas.

Em certas fases da guerra, em especial em fins da década de 1580 e princípios da década de 1590, a poderosa campanha espanhola pareceu ter êxito; em setembro de 1590, por exemplo, os exércitos espanhóis estavam operando no Languedoc e na Bretanha, e um outro exército, tendo à frente um destacado comandante, o duque de Parma, marchava sobre Paris, vindo do norte. Não obstante, as linhas das forças antiespanholas resistiram, mesmo sob tal pressão. O carismático huguenote francês, pretendente ao trono de França, Henrique de Navarra, foi bastante flexível para passar do protestantismo para o catolicismo, a fim de reforçar suas pretensões — para, em seguida, liderar uma parte cada vez maior da nação francesa contra os invasores espanhóis e a desacreditada Liga Católica. Com a Paz de Vervins, de 1598 — ano da morte de Filipe II de Espanha — Madri concordou em abandonar toda interferência na França. Também naquela época a Inglaterra de Isabel estava segura. A grande armada de 1588 e as duas tentativas espanholas posteriores de invasão tinham fracassado miseravelmente — como também a tentativa de explorar uma rebelião católica na Irlanda. Em 1604, mortos Filipe II e Isabel I, a Espanha e a Inglaterra chegaram a uma paz de concessões. Seriam necessários outros cinco anos, até a trégua de 1609, para que Madri negociasse a paz com os rebeldes dos Países Baixos; muito antes disso, porém, ficou clara a insuficiência do poderio espanhol para esmagar os Países Baixos, seja pelo mar, ou atacando as defesas terrestres (e aquáticas) firmemente protegidas pelo eficiente exército de Maurício de Nassau. A continuada existência desses três Estados, França, Inglaterra e as Províncias Unidas dos Países Baixos, todos capazes de questionar as pretensões dos Habsburgos no futuro, confirmou mais uma vez que a Europa de 1600 seria constituída de muitas nações, e não de uma hegemonia.

O terceiro grande espasmo de guerras que convulsionou a Europa nesse período ocorreu depois de 1618, recaindo pesadamente sobre a Alemanha. Essa área tinha sido poupada de uma luta religiosa total em fins do século XVI, mas apenas devido ao enfraquecimento da autoridade e do intelecto de Rodolfo II (Sacro Imperador Romano, 1576-1612) e a renovada ameaça turca na bacia do Danúbio (1593-1606). Atrás da fachada da unidade alemã, porém, as forças rivais católica e protestante manobravam para fortalecer sua posição e enfraquecer a de seus inimigos. Com o avançar do século XVII, a rivalidade entre a União Evangélica (fundada em 1608) e a Liga Católica (1609) intensificou-se. Além disso, os Habsburgos espanhóis apoiavam fortemente seus primos austríacos, e como o chefe da União Evangélica, o Eleitor Palatino Frederico IV, tinha laços com a Inglaterra e com os Países Baixos, parecia que os Estados da Europa se estavam alinhando para uma solução final de seus antagonismos político-religiosos.[11]

Em 1618, a revolta dos Estados protestantes da Boêmia contra seu novo governante católico, Fernando II (imperador 1619-1637), constituiu portanto a fagulha necessária para inflamar outra série de ferozes lutas religiosas: a Guerra dos 30 Anos de 1618-1648. Nas primeiras fases dessa luta, as forças do imperador saíram-se bem, assistidas com eficiência por um exército espanhol-Habsburgo comandado pelo general Spinola. Mas em conseqüência disso,

uma combinação heterogênea de forças religiosas e leigas entraram no conflito, mais uma vez ansiosas por ajustar o equilíbrio na direção oposta. Os holandeses, que em 1621 suspenderam sua trégua com a Espanha, penetraram na Renânia para enfrentar o exército de Spinola. Em 1626, uma força dinamarquesa, comandada pelo seu monarca Cristiano IV, invadiu a Alemanha pelo norte. Nos bastidores, o influente estadista francês cardeal Richelieu procurava criar problemas para os Habsburgos, onde quer que pudesse. Nenhuma dessa manobras militares ou diplomáticas, porém, teve muito êxito, e em fins da década de 1620 o poderoso comandante Wallenstein do imperador Fernando parecia estar a caminho de impor uma autoridade geral centralizadora à Alemanha, chegando até mesmo ao litoral do Báltico.[12]

Mas essa rápida acumulação de poder imperial apenas provocou os muitos inimigos da Casa de Habsburgo, levando-os a lutar com mais empenho. Em princípios da década de 1630, o mais decidido desses inimigos era o aliciante e influente rei sueco, Gustavo Adolfo II (1611-1632), cujo exército bem preparado invadiu o norte da Alemanha em 1630 e avançou para a Renânia e a Baviera, no ano seguinte. Embora Gustavo tenha sido morto na batalha de Lützen, em 1632, isso de modo algum diminuiu o considerável papel sueco na Alemanha — ou, na verdade, as proporções gerais da guerra. Pelo contrário, em 1634 os espanhóis, sob Filipe IV (1621-1665) e seu grande primeiro-ministro, o conde-duque de Olivares, tinham resolvido ajudar seus primos austríacos mais intensamente do que antes; ao enviarem, porém, à Renânia um poderoso exército espanhol comandado pelo general Cardinal-Infante, forçaram Richelieu a decidir-se pelo envolvimento direto dos franceses, ordenando que suas tropas cruzassem várias fronteiras em 1535. A França vinha há anos sendo o líder tácito, indireto, da coalizão anti-Habsburgo, subvencionando todos os que combatiam as forças imperiais e espanholas. Agora, o conflito tornava-se aberto, e cada uma das coalizões começou a mobilizar ainda mais soldados, armas e dinheiro. A linguagem tornou-se correspondentemente mais dura. "Ou tudo será perdido, ou Castela será a chefe do mundo", escreveu Olivares em 1635, ao planejar a tríplice invasão da França, no ano seguinte.[13]

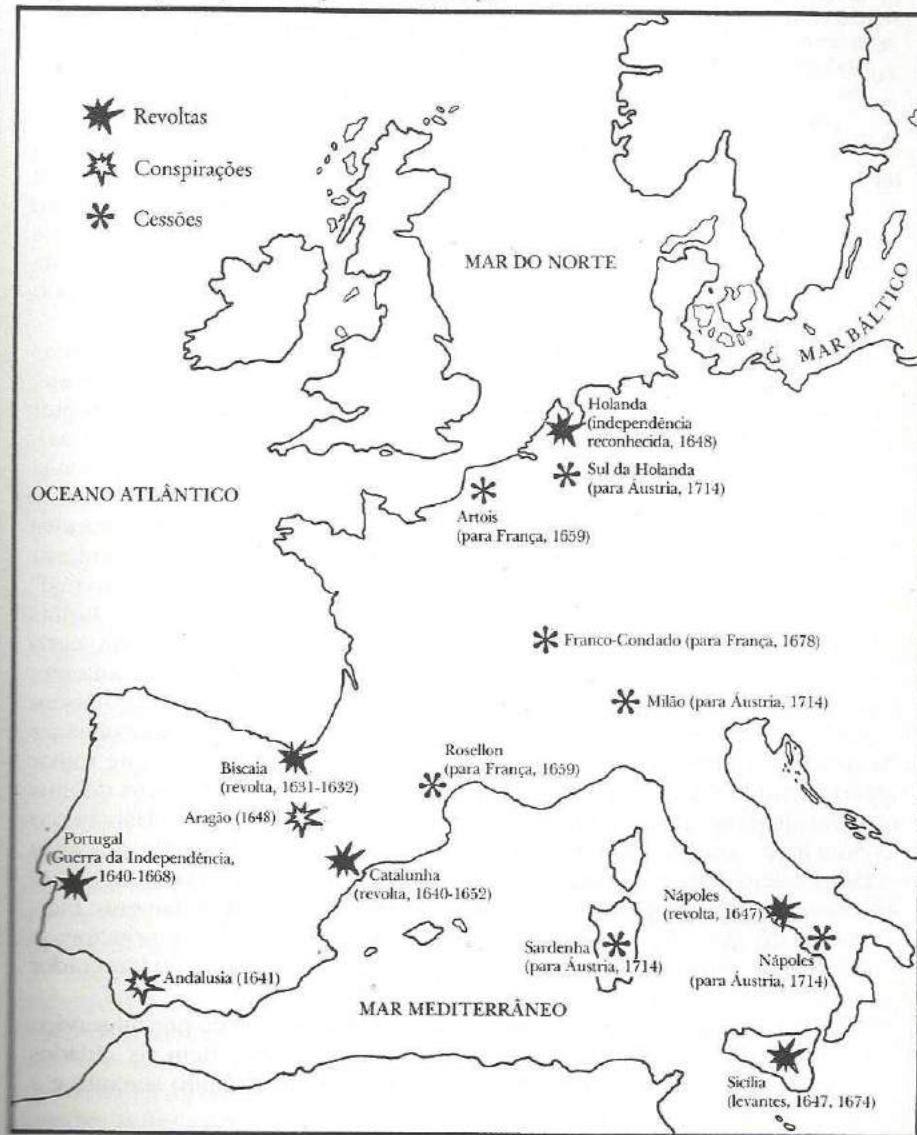
A conquista de uma área do tamanho da França estava, porém, acima da capacidade militar das forças habsburguianas, que se aproximaram de Paris, mas logo tiveram de estender-se através da Europa. Soldados suecos e alemães pressionavam os exércitos imperiais no norte. Os holandeses e franceses estavam envolvendo como pinças os Países Baixos espanhóis. Além disso, uma revolta dos portugueses, em 1640, desviou contingentes e soldados espanhóis do norte da Europa para muito mais perto da pátria, embora nunca em quantidade suficiente para conseguir a reunificação da península. Na verdade, com a rebelião paralela dos catalães — ajudados prazerosamente pelos franceses — houve certo perigo de uma desintegração do núcleo espanhol em princípios da década de 1640. No além-mar, as expedições marítimas holandesas atacaram no Brasil, Angola e Ceilão, transformando o conflito naquilo que alguns historiadores chamam de primeira guerra global.[14] Se essas últimas ações proporcionaram lucros aos Países Baixos, a maioria dos outros beligerantes estava, àquela época, sofrendo pesadamente com os prolongados anos de esforço militar; os exércitos da década de 1640 se

estavam tornando menores que os da década de 1630, os expedientes financeiros dos governos eram ainda mais desesperados, a paciência do povo era muito menor e seus protestos muito violentos. Mas precisamente devido à natureza interligada da luta, era difícil a qualquer dos participantes afastar-se dela. Muitos estados protestantes germânicos teriam feito exatamente isso, se tivessem a certeza de que os exércitos suecos também suspenderiam a luta e voltariam para casa; e Olivares e outros estadistas espanhóis teriam negociado uma trégua com a França, mas esta não abandonaria os holandeses. Negociações de paz secretas em vários níveis foram realizadas simultaneamente com campanhas militares em várias frentes, e cada potência consolava-se com o pensamento de que mais uma vitória fortaleceria suas pretensões na solução geral.

O fim da Guerra dos 30 Anos constitui, por isso, uma questão confusa. A Espanha celebrou subitamente a paz com os holandeses em 1648, reconhecendo finalmente a sua independência total; isso foi feito, porém, para privar a França de um aliado, e a luta franco-Habsburgo continuou. Tornou-se puramente franco-espanhola mais tarde naquele ano, quando a Paz de Vestfália (1648) trouxe finalmente a tranqüilidade à Alemanha, e permitiu que os Habsburgos da Áustria se afastassem do conflito. Embora os estados e governos, individualmente, tivessem certos ganhos (e sofressem certas perdas), a essência da solução de Vestfália foi o reconhecimento do *equilíbrio* religioso e político dentro do Sacro Império Romano, confirmando dessa forma as limitações da autoridade imperial. Isso deixou França e Espanha empenhadas numa guerra que tinha tudo a ver com as rivalidades nacionais, e nada com a religião — como o sucessor de Richelieu, o ministro francês, Mazarin, demonstrou claramente em 1655, ao aliar-se à Inglaterra protestante de Cromwell para desfechar os golpes que finalmente levaram os espanhóis a concordar com a paz. As condições do Tratado dos Pireneus (1659) não foram particularmente duras, mas ao forçar a Espanha a um entendimento com o seu arquiinimigo revelaram que a era do predomínio Habsburgo na Europa tinha acabado. Tudo o que restava como "objetivo de guerra" para o governo de Filipe IV, portanto, era a preservação da unidade ibérica, e até mesmo esta teve de ser abandonada em 1668, quando a independência de Portugal foi formalmente reconhecida.[15] A fragmentação política do continente permanecia, assim, mais ou menos na mesma situação existente quando da ascensão de Carlos V em 1519, embora a própria Espanha viesse a sofrer com novas rebeliões e perdas de territórios, ao aproximar-se o fim do século XVII (ver Mapa 4) — pagando o preço, por assim dizer, da sua excessiva extensão estratégica original.

Pontos fortes e fracos do bloco Habsburgo

Por que falharam os Habsburgos?[16] Esta questão é tão ampla, e o processo foi tão lento, que não parece haver sentido em se procurarem razões pessoais, como a loucura do imperador Rodolfo II, ou a incompetência de Filipe III da Espanha. Também é difícil argumentar que a dinastia Habsburgo e seus altos funcionários fossem especialmente deficientes, se examinarmos as

Mapa 4: *Colapso do poderio espanhol na Europa*

falhas de muitos monarcas franceses e ingleses, e a venalidade ou idiotice de alguns príncipes germânicos. O enigma parece ainda maior se lembrarmos a vasta acumulação de poder material à disposição dos Habsburgos:

> O fato de ter Carlos V herdado as coroas de quatro grandes dinastias, Castela, Aragão, Borgonha e Áustria; a posterior aquisição por sua Casa das coroas da Boêmia, Hungria, Portugal e, por um curto período, até mesmo da Inglaterra; e a coincidência desses acontecimentos dinâmicos com a conquista espanhola e exploração do Novo Mundo — tudo isso proporcionou à Casa dos Habsburgos uma abundância de recursos que nenhuma outra potência européia podia igualar.[17]

Tendo em vista as muitas lacunas e inexatidões das estatísticas existentes, não devemos dar muito crédito aos dados populacionais dessa época; seria justo, porém, supor que, em princípios da Europa moderna, cerca de um quarto dos seus povos vivia em território governado pelos Habsburgos. Esses totais imperfeitos,* porém, eram menos importantes do que a riqueza da região em questão, e sob esse aspecto o legado dinástico parece ter sido abençoado com a abundância.

Eram cinco as fontes principais das finanças dos Habsburgos, com várias outras menores. A mais importante foi, de longe, o legado espanhol de Castela, já que era governada diretamente e vários impostos regulares, de diferentes tipos (sobre venda, o imposto da "cruzada" sobre propriedades religiosas), tinham sido concedidos à coroa pelas cortes e pela Igreja. Além disso, havia as duas mais ricas áreas de comércio da Europa — os estados italianos e os Países Baixos — que podiam proporcionar recursos relativamente grandes com sua riqueza mercantil e seu capital móvel. A quarta fonte, que ganhava importância com o tempo, era a receita do império americano. O "quinto real" da prata e ouro ali extraídos, juntamente com o imposto de vendas, tarifas aduaneiras e tributos da igreja no Novo Mundo, proporcionavam um vasto rendimento aos reis da Espanha, não só direta, como também indiretamente, pois os tesouros americanos que ficavam em mãos de particulares, fossem espanhóis, flamengos ou italianos, ajudavam essas pessoas e empresas a pagar os crescentes impostos e, em emergências, o monarca podia sempre tomar grandes empréstimos dos banqueiros, na expectativa de saldar seus débitos quando chegasse a frota da prata. O fato de estarem em território Habsburgo as principais casas financeiras e mercantis — as do sul da Alemanha, de certas cidades italianas, e de Antuérpia — deve ser considerado como uma vantagem adicional, e como a quinta maior fonte de renda.[18] Ela era certamente mais acessível do que, digamos, as receitas da Alemanha, onde os príncipes e cidades livres representados no Reichstag só votavam dinheiro ao imperador quando o turco lhes estava às portas.[19]

Na era pós-feudal, quando os cavaleiros já não tinham de prestar serviço militar individual (pelo menos na maioria dos países), nem as cidades litorâneas de fornecer um navio, a disponibilidade de dinheiro sonante e a

---

*Como número aproximado, isso significaria cerca de 25 milhões, numa população européia total de 105 milhões em 1600.

posse de um bom crédito eram absolutamente essenciais a qualquer estado em guerra. Só pelo pagamento direto (ou promessa de pagamento) podiam os navios, reservas navais e armamentos e alimentos necessários serem mobilizados dentro da economia de mercado, para equipar uma frota de combate; só pelo fornecimento de provisões e salários em bases razoavelmente freqüentes era possível evitar os motins das tropas e dirigir suas energias contra o inimigo. Além disso, embora essa época seja comumente considerada como a era em que o "estado-nação" começou a existir na Europa ocidental, todos os governos valiam-se muito de mercenários estrangeiros para aumentar seus exércitos. Também sob esse aspecto os Habsburgos foram afortunados, pois podiam recrutar facilmente na Itália e Países Baixos, além da Espanha e Alemanha; o famoso Exército de Flandres, por exemplo, era composto de seis nacionalidades principais, razoavelmente fiéis à causa católica mas, ainda assim, exigindo um pagamento regular. Em termos navais, o legado dos Habsburgos podia produzir uma imponente concentração de navios de guerra: nos últimos anos de Filipe II, por exemplo, galeras mediterrâneas, grandes carracas de Gênova e Nápoles, e a variada frota portuguesa podiam reforçar as armadas de Castela e Aragão.

Mas talvez a maior vantagem militar de que dispunham os Habsburgos durante esses 140 anos tenha sido a infantaria treinada na Espanha. A estrutura social e o clima das idéias fizeram de Castela uma área ideal de recrutamento; ali, observa Lynch, "as armas se tinham tornado uma ocupação elegante e lucrativa não só para os nobres, mas também para toda a população".[20] Além disso, Gonzalo de Córdoba, o "Grão Capitão", tinha introduzido modificações na organização da infantaria em princípios do século XVI, e desde então e até meados da Guerra dos 30 Anos, o *tercio* espanhol foi a mais eficiente unidade nos campos de batalha da Europa. Com esses regimentos integrados de até 3 mil lanceiros, espadachins e arcabuzeiros, treinados para se apoiarem mutuamente, o exército espanhol derrotou numerosos inimigos e reduziu em muito a reputação — e a eficiência — da cavalaria francesa e das falanges de lanceiros suíços. Ainda na batalha de Nördlingen (1634), a infantaria de Cardinal-Infante resistiu a 15 cargas do formidável exército sueco e depois, como as tropas de Wellington em Waterloo, avançou sinistramente para esmagar seu inimigo. Em Rocroi (1643), embora cercados pelos franceses, os espanhóis lutaram até a morte. Ali estava, na realidade, um dos mais fortes pilares do edifício Habsburgo; e é significativo o fato de que o poderio espanhol só apresentou fissuras *visíveis* em meados do século XVII, quando seu exército consistia principalmente de mercenários germânicos, italianos e irlandeses, com um número muito menor de guerreiros de Castela.

Apesar de todas essas vantagens, a aliança dinástica hispano-austríaca não poderia predominar nunca. Por maiores que os seus recursos financeiros e militares parecessem aos contemporâneos, não foram nunca suficientes para satisfazer as necessidades. Essa deficiência crítica foi causada por três fatores que interagiram durante todo o período — e que, por extensão, nos oferecem grandes lições para o estudo do conflito armado.

O primeiro desses fatores, mencionado rapidamente acima, foi a "revolução militar" de princípios da Europa moderna: ou seja, o aumento maciço na escala, custo e organização da guerra, ocorrido nos 150 anos que,

de modo geral, se seguiram à década de 1520.[21] Essa modificação resultou de vários elementos interligados, táticos, políticos e demográficos. Os golpes desfechados contra o domínio do campo de batalha pela cavalaria — primeiro pelos lanceiros suíços, depois pelas formações fixas de homens com lanças, espadas, arcos e arcabuzes — significou que a maior e mais importante parte de um exército passava a ser a sua infantaria. Essa conclusão foi reforçada pelo desenvolvimento da *trace italienne*, o sofisticado sistema de fortificações e bastiões das cidades, mencionado no capítulo anterior. Equipar de homens esses sistemas defensivos ou sitiá-los exigia um número muito grande de soldados. É claro que numa grande campanha um comandante bem organizado usaria com êxito um volume também grande de cavalaria e artilharia, mas essas duas armas estavam muito menos presentes do que os regimentos de soldados a pé. Não ocorreu, portanto, o abandono das forças de cavalaria, mas sim um aumento acentuado da proporção da infantaria nos exércitos. Sendo mais baratos de equipar e alimentar, os soldados a pé podiam ser recrutados em maiores números, especialmente porque a população da Europa estava crescendo. Naturalmente, tudo isso criava imensas exigências de organização para os governos, mas não tão grandes que congestionassem necessariamente as burocracias das "novas monarquias" do Ocidente — tal como o enorme aumento do tamanho dos exércitos não tornaria, inevitavelmente, impossível a tarefa de um general, desde que suas forças tivessem uma boa estrutura de comando e estivessem bem treinadas.

O exército do Império Espanhol provavelmente constitui o melhor exemplo da "revolução militar" em ação. Como notam seus historiadores, "não há prova de que algum dos Estados tenha contribuído com mais de 30 mil homens" na luta franco-espanhola pela Itália, antes de 1529. Mas:

> Em 1536-7, o imperador Carlos V mobilizou 60 mil homens só na Lombardia para a defesa de sua recente conquista, Milão, e para a invasão da Provença francesa. Em 1552, atacado simultaneamente em todas as frentes — na Itália, Alemanha, Países Baixos e Espanha, no Atlântico e no Mediterrâneo — Carlos V recrutou 109 mil homens na Alemanha e Países Baixos, 24 mil mais na Lombardia, e ainda mais na Sicília, Nápoles e Espanha. O imperador deve ter tido sob seu comando, e portanto a seu soldo, cerca de 150 mil homens. A tendência ascendente continuou. Em 1574, o Exército Espanhol de Flandres, sozinho, tinha 86 mil homens, ao passo que apenas meio século depois Filipe IV podia proclamar orgulhosamente que as forças armadas sob seu comando em 1625 chegavam a nada menos do que 300 mil homens. Em todos esses exércitos, o aumento real dos números ocorreu entre a infantaria, em especial entre os lanceiros.[22]

O que acontecia em terra encontrava paralelo, em grande parte, no mar. A expansão do comércio marítimo (em especial, transoceânico), as rivalidades entre as frotas adversárias na Mancha, no oceano Índico ou ao largo de certas colônias espanholas na América, as ameaças representadas pelos corsários da Barbária e pelas frotas de galeras otomanas, tudo isso interagiu com a nova tecnologia de construção de navios, para torná-los maiores e muito mais bem armados. Naquela época não havia uma divisão rigorosa entre um navio de guerra e um navio mercante; praticamente todos os navios de comércio, de

bom tamanho, levavam canhões para repelir os piratas e outros predadores. Havia, porém, a tendência para a criação de armadas *reais*, de modo que o monarca possuísse pelo menos certo número de navios de guerra regulares, para formar o núcleo em torno do qual se pudesse congregar uma grande frota de navios mercantes, galeaças e pinaças armadas em tempo de guerra. Henrique VIII da Inglaterra deu considerável apoio a esse plano, ao passo que Carlos V preferiu requisitar os galeões e galeras de particulares, de suas possessões espanhola e italiana, a construir sua própria marinha. Filipe II, sob uma pressão muito maior no Mediterrâneo e depois no Atlântico, não pôde dar-se a esse luxo. Teve de organizar e custear um programa maciço de construção de galeras, em Barcelona, Nápoles e Sicília; em 1574 estava mantendo um total de 146 galeras, quase três vezes o número de 12 anos antes.[23] A explosão da guerra no Atlântico, na década seguinte, exigiu um esforço ainda maior ali: eram necessários navios de guerra oceânicos para proteger as rotas para as Índias Ocidentais ou Antilhas, e (depois da absorção de Portugal) para o Oriente, para defender o litoral espanhol contra os ataques ingleses, e, por fim, para levar um exército invasor até as Ilhas Britânicas. Depois da paz anglo-espanhola de 1604, a Espanha ainda precisava de uma frota grande para evitar os ataques holandeses em alto mar e para manter comunicações com Flandres. E, década a década, esses navios de guerra se tornavam mais armados e muito mais caros.

Foram esses custos crescentes da guerra que revelaram a debilidade real do sistema Habsburgo. A inflação geral, que viu os preços dos alimentos aumentarem cinco vezes, e os preços industriais três vezes, entre 1500 e 1630, constituiu um golpe bastante pesado para as finanças governamentais; isso se agravava pela duplicação e reduplicação do tamanho dos exércitos e armadas. Em conseqüência, os Habsburgos estavam empenhados numa luta quase que contínua pela solvência. Depois de suas várias campanhas na década de 1540 contra Argel, os franceses e os protestantes alemães, Carlos V viu que suas rendas ordinária *e* extraordinária não podiam, de modo algum, atender às despesas, e suas receitas estavam empenhadas aos banqueiros por vários anos. Só com a medida desesperada de confiscar o tesouro das Índias e tomar todo o numerário em Espanha, foi possível encontrar os recursos necessários para manter a guerra contra os príncipes protestantes. Sua campanha de 1552, em Metz, custou, apenas ela, 2,5 milhões de ducados — cerca de 10 vezes a receita normal que o imperador recolhia das Américas naquela época. Não é de surpreender que ele tivesse sido levado repetidas vezes a levantar novos empréstimos, mas sempre em condições cada vez piores: à medida que o crédito da coroa diminuía, os juros cobrados pelos banqueiros subiam rapidamente, a tal ponto que a receita ordinária tinha de ser usada simplesmente para pagar os juros de dívidas passadas.[24] Quando Carlos abdicou, deixou para Filipe II uma dívida espanhola oficial de cerca 20 milhões de ducados.

Filipe herdou também um estado de guerra com a França, e tão caro que em 1557 a coroa espanhola teve de declarar bancarrota. Com isso, grandes casas bancárias, como os Fuggers, também foram postas de joelhos. O fato de ter sido a França forçada a reconhecer sua própria falência, no mesmo ano, foi um pobre consolo — e constituiu a principal razão para que ambas concordassem em negociar em Cateau-Cambrésis em 1559 — pois Filipe teve

então de enfrentar imediatamente o poderoso inimigo turco. A guerra de 20 anos no Mediterrâneo, a campanha contra os mouros de Granada e, em seguida, o esforço militar correlato nos Países Baixos, norte de França e canal da Mancha, levaram a coroa a buscar todas as fontes possíveis de renda. As receitas de Carlos V triplicaram durante seu reinado, mas as de Filipe II "dobraram no período de 1556-73 apenas, e mais do que redobraram ao final do reinado".[25]

Suas despesas, porém, eram muito maiores. Na campanha de Lepanto (1571), calculou-se que a manutenção das frotas e soldados cristãos custaria mais de 4 milhões de ducados, anualmente, embora uma boa parte desse ônus coubesse a Veneza e ao papado.[26] Os pagamentos ao Exército de Flandres já eram enormes na década de 1570, e quase sempre atrasados, o que provocava revoltas dos soldados, em particular depois que Filipe suspendeu, em 1575, os pagamentos de juros aos seus banqueiros genoveses.[27] A receita muito maior, proveniente das minas americanas — cerca de 2 milhões de ducados por ano na década de 1580, em comparação com um décimo disso, quatro décadas antes — salvaram as finanças da coroa e o seu crédito temporariamente. Mas a armada de 1588 custou 10 milhões de ducados e seu triste destino representou um desastre financeiro, bem como naval. Em 1596, depois de levantar empréstimos num ritmo épico, Filipe mais uma vez deixou de pagar. Ao morrer, dois anos depois, suas dívidas chegavam à enorme soma de 100 milhões de ducados, e os juros sobre essa soma importavam dois terços de todas as receitas.[28] Embora a paz com a França e a Inglaterra se tivesse feito logo depois, a guerra contra os holandeses arrastou-se até a trégua de 1609, precipitada pelos motins do exército espanhol e por uma nova bancarrota em 1607.

Nos poucos anos de paz que se seguiram, não houve redução substancial dos dispêndios governamentais espanhóis. Além dos pagamentos maciços de juros, ainda havia a tensão no Mediterrâneo (exigindo um grandioso esquema de construção de fortificações costeiras), e o extenso império espanhol continuava sujeito às depredações dos corsários (exigindo consideráveis investimentos na defesa das Filipinas e Caraíbas, bem como na frota de alto-mar).[29] O estado de trégua armada na Europa, existente depois de 1610, não sugeria aos orgulhosos líderes espanhóis a possibilidade de redução de seus gastos com armas. A deflagração da Guerra dos 30 Anos apenas transformou em quente uma guerra que era fria, e produziu um maior fluxo de soldados e dinheiro espanhol para Flandres e Alemanha. É interessante notar que a série de vitórias iniciais dos Habsburgos na Europa, e a bem-sucedida defesa das Américas, nesse período, coincidiram em grande parte — e foram por eles ajudadas — com os aumentos significativos de remessas de ouro do Novo Mundo. Da mesma forma, a redução nos recebimentos de tesouros depois de 1626, a declaração de insolvência do ano seguinte, e o estupendo sucesso holandês ao aprisionar a frota da prata em 1628 (ao custo, para a Espanha e seus habitantes, de 10 milhões de ducados) fez com que o esforço de guerra esmorecesse por algum tempo. E apesar da aliança com o imperador, não havia como (exceto no breve período de controle de Wallenstein) compensar com as receitas alemãs essa deficiência espanhola.

Seria esse, portanto, o padrão espanhol para os 30 anos de guerra que se seguiram. Arrancando novos empréstimos, impondo novos tributos e

utilizando todos os ganhos das Américas, um grande esforço militar como, digamos, a intervenção de Cardinal-Infante na Alemanha em 1634-1635, podia ser sustentado; mas os corrosivos custos da guerra sempre acabavam desgastando esses ganhos a curto prazo, e dentro de mais uns poucos anos a posição financeira era pior do que nunca. Na década de 1640, depois das revoltas catalã e portuguesa, e com o fluxo do tesouro americano muito reduzido, era inevitável um lento e prolongado declínio.[30] Que outro destino podia esperar uma nação que, embora dispondo de formidáveis combatentes, era dirigida por governos que gastavam sempre duas ou três vezes mais do que as receitas habituais?

A segunda causa principal do fracasso espanhol e austríaco deve evidenciar-se da narrativa feita acima: os Habsburgos simplesmente tinham coisas demais a fazer, inimigos demais a combater e frentes demais a defender. A resistência das tropas espanholas não podia compensar a necessidade de dispersá-las pelas guarnições internas, pelo norte da África, na Sicília e Itália e no Novo Mundo, bem como pelos Países Baixos. Como o Império Britânico três séculos depois, o bloco dos Habsburgos era um conglomerado de territórios muito dispersos, um *tour de force* político-dinástico que exigia enormes recursos permanentes, em materiais e engenhosidade, para manter-se de pé. Como tal, constitui um dos melhores exemplos de excessiva distensão estratégica na história: pois o preço de ter tantos territórios era a existência de numerosos inimigos, peso esse carregado também pelo Império Otomano contemporâneo.[31]

Com isso se relaciona a questão, muito significativa, da cronologia das guerras dos Habsburgos. Eram freqüentes, nesse período, os conflitos europeus, é certo, e seus custos constituíam um peso terrível para todas as sociedades. Mas os outros Estados — França, Inglaterra, Suécia e até mesmo o Império Otomano — desfrutaram de certos períodos de paz e recuperação. Foi o destino dos Habsburgos, em especial os de Espanha, ter de voltar-se imediatamente da luta contra um inimigo para um novo conflito contra outro; à paz com a França seguiu-se a guerra com os turcos; à trégua no Mediterrâneo sucedeu-se um extenso conflito no Atlântico, que por sua vez foi substituído pela luta no noroeste da Europa. Durante alguns períodos terríveis, a Espanha imperial combateu em três frentes ao mesmo tempo, e com seus inimigos ajudando-se uns aos outros, de forma deliberada, diplomática, comercial e mesmo militarmente.[32] Em termos contemporâneos, a Espanha assemelhava-se a um grande urso acuado: mais forte do que qualquer dos cães que o atacavam, mas sem poder acabar com todos os seus adversários, e desgastando-se cada vez mais nesse processo.

Mas como poderiam os Habsburgos sair desse círculo vicioso? Os historiadores falaram da dispersão crônica de energias, afirmando que Carlos e seus sucessores deviam ter formulado uma série bem definida de prioridades de defesa.[33] Isso sugere que algumas áreas eram sacrificáveis, mas quais?

Em retrospecto, pode-se argumentar que os Habsburgos austríacos, e em particular Fernando II, teriam sido mais prudentes abstendo-se de continuar com a Contra-Reforma no norte da Alemanha, pois isso provocou pesadas perdas e poucos ganhos. Não obstante, o imperador teria necessidade de manter um exército considerável na Alemanha para impedir o particularismo

dos príncipes, as intrigas francesas e a ambição sueca; e também não poderia haver redução desse poderio armado dos Habsburgos enquanto os turcos estivessem na Hungria, a apenas 250 quilômetros de Viena. O governo espanhol, por sua vez, não podia permitir a derrota de seus primos austríacos às mãos dos franceses e dos luteranos, nem às mãos dos turcos, pelo que isso significaria para a posição da própria Espanha na Europa. Esse cálculo, porém, não parecia aplicar-se inversamente. Depois do afastamento de Carlos V em 1556, o império não costumava sentir-se obrigado a ajudar Madri em suas guerras na Europa ocidental e no além-mar; mas a Espanha, consciente de que havia maiores valores em jogo, comprometia-se com o império.[34] As conseqüências a longo prazo dessa disparidade de sentimentos e compromissos são interessantes. O fracasso dos objetivos dos Habsburgos da Espanha na Europa, em meados do século XVII, estava claramente relacionado com seus problemas internos e o declínio econômico relativo: tendo-se estendido demasiado em todas as direções, a Espanha estava agora fraca no centro. No caso dos Habsburgos da Áustria, por outro lado, embora eles não conseguissem derrotar o protestantismo na Alemanha, conseguiram uma *consolidação* de poderes nas terras dinásticas (Áustria, Boêmia etc.), de tal modo que nessa grande base territorial — e com a criação, mais tarde, de um exército profissional permanente,[35] — o Império Habsburgo seria capaz de ressurgir como grande potência européia nas últimas décadas do século XVII, exatamente quando a Espanha entrava num período de declínio ainda mais acentuado.[36] Naquela fase, porém, a recuperação da Áustria dificilmente poderia representar um consolo para os estadistas em Madri, que sentiam ter de procurar aliados em outros lugares.

É fácil compreender por que as possessões do Novo Mundo eram uma área de importância vital para a Espanha. Durante bem mais de um século, elas proporcionaram aquele acréscimo regular à riqueza da Espanha, e portanto ao seu poder militar, sem o qual o esforço Habsburgo não poderia ter sido mantido por tanto tempo. Mesmo quando os ataques ingleses e holandeses contra o império colonial hispano-português exigiram um dispêndio crescente em frotas e fortificações de além-mar, os ganhos diretos e indiretos da coroa espanhola nesses territórios continuavam consideráveis. Abandoná-los era impensável.

Restavam as possessões Habsburgo na Itália e em Flandres. Das duas, a retirada da Itália era a menos recomendável. Na primeira metade do século XVI, os franceses teriam preenchido o vazio de poder ali e usado a riqueza italiana para as suas próprias finalidades — e em detrimento dos Habsburgos. Na segunda metade daquele século, a Itália era, literalmente, o bastião mais avançado da segurança espanhola frente à expansão otomana para o ocidente. À parte o golpe para o prestígio espanhol e a religião cristã que representaria um ataque turco contra a Sicília, Nápoles e Roma, a perda desse bastião teria sido um grave revés estratégico. A Espanha teria então de gastar ainda mais dinheiro nas fortificações costeiras e nas frotas de galeras, que de qualquer modo estavam consumindo a maior parte do orçamento bélico nas primeiras décadas do reinado de Filipe. Portanto, fazia sentido, militarmente, empenhar as forças existentes na defesa ativa do Mediterrâneo central, pois isso mantinha o inimigo turco à distância; e tinha ainda a vantagem de serem os custos de

tal campanha partilhados pelas possessões italianas dos Habsburgos, pelo papado e, ocasionalmente, por Veneza. O abandono dessa frente não trazia vantagens e encerrava muitos perigos em potencial.

Por eliminação, portanto, os Países Baixos eram a única área em que as perdas Habsburgo podiam ser cortadas; e, afinal de contas, os custos do Exército de Flandres na "Guerra dos 80 Anos" contra aquelas províncias foram, devido às dificuldades do terreno e aos progressos nas fortificações,[37] muito grandes, excedendo de muito as de qualquer outra frente. Até mesmo no auge da "Guerra dos 30 Anos", cinco ou seis vezes mais dinheiro foi destinado à guarnição de Flandres do que às forças na Alemanha. "A guerra nos Países Baixos", observou um conselheiro espanhol, "foi a ruína total desta monarquia". De fato, entre 1566 e 1654 a Espanha mandou pelo menos 218 milhões de ducados para o Tesouro Militar nos Países Baixos, consideravelmente mais do que a soma total (121 milhões de ducados) das receitas da coroa com as Índias.[38] Também estrategicamente Flandres era muito mais difícil de defender: a rota marítima ficava por vezes à mercê dos franceses, ingleses e holandeses — como se evidenciou claramente quando o almirante holandês Tromp esmagou uma frota espanhola que levava soldados de reforço, em 1639 — mas a "Estrada Espanhola" da Lombardia, via vales suíços ou Savóia e Franco-Condado, passando pelas fronteiras orientais da França até o baixo Reno, também tinha pontos de estrangulamento muito vulneráveis.[39] Valeria realmente a pena continuar tentando controlar uns poucos milhões de recalcitrantes nos Países Baixos, no extremo de uma extensa linha de comunicações, a tal preço? Por que não deixar, como disseram astutamente os representantes das Cortes de Castela, muito onerados pelos impostos, os rebeldes apodrecerem com a sua heresia? O castigo divino os esperava e a Espanha não teria de carregar mais esse peso.[40]

As razões apresentadas contra uma retirada imperial daquele teatro de guerra não teriam convencido os que se queixavam do desperdício de recursos, mas têm uma certa lógica. Em primeiro lugar, se a Espanha não tivesse mais Flandres, esta ficaria com a França ou com as Províncias Unidas, aumentando com isso o poder e o prestígio de um desses inveterados inimigos dos Habsburgos; e tal idéia era repulsiva aos dirigentes da política espanhola, para quem a "reputação" significava mais do que qualquer outra coisa. Segundo, havia o argumento apresentado por Filipe IV e seus conselheiros, de que um confronto naquela região pelo menos afastaria as forças hostis de outros lugares mais delicados: "Embora a guerra que travamos nos Países Baixos tenha exaurido nosso tesouro e nos levado às dívidas em que incorremos, também desviou nossos inimigos naquelas áreas, de modo que, se assim não fosse, é certo que teríamos a guerra na Espanha ou em algum lugar mais próximo."[41] Finalmente, havia a "teoria do dominó" — se os Países Baixos fossem perdidos, o mesmo aconteceria com a causa Habsburgo na Alemanha, as possessões menores como o Franco-Condado, talvez até mesmo a Itália. Eram, é claro, argumentos hipotéticos, mas o interessante é que os estadistas em Madri e seus comandantes militares em Bruxelas viam um todo estratégico interligado, que desabaria se uma da partes caísse:

Os primeiros e maiores perigos (dizia esse raciocíno no ano crítico de 1635) são os que ameaçam a Lombardia, os Países Baixos e a Alemanha. Uma derrota em qualquer desses três é fatal para esta monarquia, a tal ponto que se a derrota em tais áreas for grande, o resto da monarquia desabará; pois a Alemanha será seguida pela Itália e pelos Países Baixos, e os Países Baixos serão seguidos pela América; e a Lombardia será seguida por Nápoles e Sicília, sem a possibilidade de defender nenhum deles.[42]

Ao aceitar essa lógica, a coroa espanhola comprometeu-se com uma generalizada guerra de atrito, que duraria até a vitória, até que se estabelecesse uma paz de concessões ou todo o sistema estivesse exaurido.

Basta, talvez, mostrar que apenas os custos de guerra constante e a disposição de não abandonar nenhuma das quatro frentes principais acabariam solapando as ambições imperiais espanholas, de qualquer modo. Não obstante, os indícios são da existência de uma terceira causa correlata, ou seja, que o governo espanhol, em particular, falhou na mobilização mais eficiente dos recursos existentes e, com atos de loucura econômica, contribuiu para a erosão de seu próprio poderio.

Embora os estrangeiros considerassem com freqüência o império de Carlos V, ou o de Filipe II, como monolítico e disciplinado, ele era na verdade um amontoado de territórios, cada qual com privilégios próprios e orgulhoso de sua identidade.[43] Não havia uma administração central (e muito menos uma legislatura ou judiciário) e o único elo de ligação real era o próprio monarca. A ausência dessas instituições, que poderiam ter estimulado um sentimento de unidade, e o fato de que o governante nunca podia visitar o país tornavam difícil ao rei levantar fundos numa parte de seus domínios para guerrear em outra. Os contribuintes da Sicília e Nápoles pagariam de boa vontade a construção de uma frota para resistir aos turcos, mas queixavam-se amargamente ante a idéia de financiar a luta espanhola nos Países Baixos; os portugueses viam sentido em apoiar a defesa do Novo Mundo, mas não se entusiasmavam com as guerras germânicas. Esse localismo intenso tinha contribuído para a defesa ciosa dos direitos fiscais, nos quais se refletia. Na Sicília, por exemplo, os estados resistiram aos primeiros esforços dos Habsburgos para aumentar a tributação e se levantaram contra o vice-rei espanhol em 1516 e 1517; sendo pobre, anárquica e dispondo de um parlamento, era muito improvável que a Sicília contribuísse muito para a defesa geral dos interesses Habsburgos.[44] No reino de Nápoles e na aquisição mais recente de Milão, os obstáculos legislativos eram menores para os administradores espanhóis, pressionados por Madri para encontrarem novos recursos. Ambas *podiam*, portanto, proporcionar considerável ajuda financeira durante o reinado de Carlos V; na prática, porém, a luta para manter Milão e as guerras contra os turcos significaram em geral a inversão desse fluxo. Para conservar o seu "baluarte" mediterrâneo, a Espanha tinha de enviar milhões de ducados para a Itália, para serem somados aos que eram recolhidos ali. Durante a Guerra dos 30 Anos, o padrão voltou a inverter-se, e os tributos italianos ajudaram a custear as guerras na Alemanha e nos Países Baixos. Tomando, porém, esse período de 1519-1659 como um todo, é difícil acreditar que as possessões dos Habsburgos na Itália tenham contribuído substancialmente mais — se contribuíram — para o fundo comum, do que dele receberam para a sua própria defesa.[45]

Os Países Baixos tornaram-se, é claro, um peso ainda maior para as receitas imperiais em geral. No início do reinado de Carlos V, os Estados Gerais proporcionaram um total crescente de impostos, embora sempre questionando o volume e insistindo no reconhecimento de seus privilégios. Nos últimos anos do imperador, a irritação com os freqüentes tributos extraordinários exigidos para as guerras na Itália e Alemanha juntou-se ao descontentamento religioso e às dificuldades comerciais, para produzir uma hostilidade generalizada contra a dominação espanhola. Em 1565, a dívida estatal dos Países Baixos chegava a 10 milhões de florins, e os seus pagamentos, mais os custos da administração normal, eram superiores à receita, de modo que o déficit tinha de ser subvencionado pela Espanha.[46] Quando, depois de mais uma década de má administração de Madri, esses ressentimentos locais explodiram em revolta aberta, os Países Baixos tornaram-se um escoadouro colossal de recursos imperiais, com os 65 mil soldados, ou mais, do Exército de Flandres consumindo um quarto dos dispêndios totais do governo espanhol, década após década.

A falha mais desastrosa na mobilização de recursos estava, porém, na própria Espanha, onde os direitos fiscais da coroa eram, na verdade, muito limitados. Os três reinos da coroa de Aragão (isto é, Aragão, Catalunha e Valência) tinham leis e sistemas tributários próprios, o que lhes dava uma notável autonomia. Na verdade, a única receita certa para o monarca vinha das propriedades reais; os impostos adicionais eram raros e pagos com relutância. Quando, por exemplo, um governante desesperado como Filipe IV tentou fazer, em 1640, a Catalunha pagar pelos soldados ali mandados para defender a fronteira espanhola, conseguiu apenas provocar uma prolongada e famosa revolta. Portugal, embora conquistado de 1580 até a sua própria revolta em 1640, era totalmente autônomo em assuntos fiscais e não contribuía de maneira regular para a causa geral Habsburgo. Isso deixava Castela como a verdadeira "vaca leiteira" do sistema tributário espanhol, embora mesmo ali as províncias bascas estivessem isentas. A nobreza agrária, fortemente representada nas Cortes de Castela, estava em geral disposta a aprovar impostos dos quais estava isenta. Além disso, tributos como a *alcabala* (um imposto de 10% sobre as vendas) e as tarifas aduaneiras, que constituíam as receitas normais, juntamente com os *servicios* (tributos fixados pelas Cortes), *millones* (imposto sobre alimentos, também fixado pelas Cortes), e os vários recursos destinados à Igreja, que eram as principais receitas extraordinárias, tendiam todos a recair sobre o comércio, a troca de mercadorias, e os pobres, espalhando dessa forma a pobreza e o descontentamento, e contribuindo para o despovoamento (pela emigração).[47]

Até que o fluxo de prata americana trouxesse receitas adicionais maciças para a coroa espanhola (aproximadamente da década de 1560 até fins da década de 1630), o esforço de guerra Habsburgo apoiou-se principalmente nos ombros dos camponeses e comerciantes de Castela; e mesmo em seu auge, a renda real das fontes do Novo Mundo era apenas de um quarto a um terço da recolhida em Castela dos seus seis milhões de habitantes. A menos e até que o peso dos tributos pudesse ser dividido de maneira mais justa dentro daquele reino e, na verdade por todos os territórios dos Habsburgos, essa base de sustentação das enormes despesas militares da época teria de ser, forçosamente, pequena.

O que tornava absolutamente certa essa inadequação eram as medidas econômicas retrógradas, relacionadas com a exploração dos contribuintes castelhanos.[48] O *ethos* social do reino não tinha sido nunca muito favorável ao comércio, mas em princípios do século XVI o país era relativamente próspero, orgulhando-se de uma população crescente e de algumas indústrias significativas. Mas o advento da Contra-Reforma e das muitas guerras dos Habsburgos estimulou os elementos religiosos e militares da sociedade espanhola, enfraquecendo ao mesmo tempo os comerciais. Os incentivos econômicos existentes nessa sociedade mostravam a vantagem de conseguir um benefício religioso ou de comprar uma patente da nobreza menor. Havia uma falta crônica de artesãos especializados — por exemplo, na indústria de armamentos — e a mobilidade da mão-de-obra e a flexibilidade no exercício dos ofícios eram obstadas pelas guildas.[49] Até mesmo o desenvolvimento da agricultura foi retardado pelos privilégios da mesta, a famosa guilda dos donos de carneiros, cujos rebanhos podiam pastar por todo o reino; com o crescimento da população espanhola na primeira metade do século XVI, isso simplesmente levou a uma crescente necessidade de importar cereais. Como os pagamentos que a mesta fazia por esses direitos de pastagem iam para o tesouro real, e a revogação desse costume teria irritado alguns dos mais decididos defensores da coroa, não havia como modificar o sistema. Finalmente, apesar de algumas exceções notáveis — os comerciantes de lã, o financista Simon Ruiz, a região em volta de Sevilha — a economia castelhana também era, no todo, fortemente dependente das importações de manufaturas estrangeiras e dos serviços proporcionados por não-espanhóis, em particular os genoveses, portugueses e flamengos. Dependia também dos holandeses, mesmo durante as hostilidades: "em 1640, três quartos das mercadorias chegadas aos portos espanhóis eram transportados por navios holandeses",[50] proporcionando lucros aos maiores inimigos da nação. Não é de surpreender que a Espanha sofresse de constante desequilíbrio na balança de comércio, que só podia ser reequilibrada com a reexportação do ouro e prata americanos.

Os custos enormes de 140 anos de guerras foram, portanto, impostos a uma sociedade que estava economicamente mal preparada para assumi-los. Incapazes de aumentar a receita por meios mais eficientes, os monarcas Habsburgos recorreram a vários expedientes, fáceis a curto prazo mas desastrosos para o bem do país, a longo prazo. Os impostos eram constantemente aumentados por todos os meios, mas raramente recaíam sobre aqueles que os poderiam suportar mais facilmente, e tendiam sempre a prejudicar o comércio. Vários privilégios, monopólios e honrarias eram vendidos por um governo desesperado para arranjar dinheiro vivo. Desenvolveu-se uma forma grosseira de financiar o déficit, em parte tomando grandes empréstimos dos banqueiros, garantidos pelos futuros tributos castelhanos ou pelo tesouro americano, e em parte vendendo apólices governamentais que rendiam juros, e que por sua vez absorviam fundos que sem isso poderiam ser investidos no comércio e indústria. Mas a política deficitária do governo era sempre praticada de um modo imediatista, sem consideração pelas limitações prudentes e sem o controle que um banco central teria imposto. Nas fases finais do reinado de Carlos V, portanto, as receitas do governo já tinham sido empenhadas por

vários anos futuros; em 1543, 65% da receita comum tiveram de ser gastos no pagamento de juros sobre as apólices já emitidas. Quanto mais a receita "comum" da coroa era alienada, mais desesperada ela se tornava na busca de rendas extraordinárias e de novos impostos. As moedas de prata, por exemplo, foram repetidamente aviltadas, com um *vellon* de cobre. Por vezes o governo simplesmente confiscava a prata vinda da América para particulares, e forçava-os a aceitar apólices em troca; em outras ocasiões, como já dissemos, os reis espanhóis suspendiam os pagamentos de juros e declaravam-se temporariamente falidos. Se esta última medida nem sempre arruinava as casas financeiras, certamente reduzia o crédito de Madri para o futuro.

Mesmo que alguns dos golpes sofridos pela economia castelhana naqueles anos não tivessem sido infligidos pelo homem, o seu impacto tornou-se maior devido à loucura humana. As pestes que despovoaram grande parte dos campos, em princípios do século XVII, eram imprevisíveis, mas apenas se somaram a outras causas — arrendamentos insuportáveis, a atuação da mesta, o serviço militar — que já prejudicavam a agricultura. O fluxo de prata americana viria a causar problemas econômicos (especialmente a inflação de preços) que nenhuma sociedade da época tinha experiência para enfrentar, mas as condições predominantes na Espanha significavam que esse fenômeno atingia mais as classes produtivas do que as não-produtivas, que a prata tendia a sair rapidamente de Sevilha para as mãos dos banqueiros estrangeiros e dos fornecedores militares, e que essas novas fontes transatlânticas de riqueza eram exploradas pela coroa de uma maneira que militava contra, e não a favor, da criação de "finanças sólidas". A enchente de metais preciosos das Índias, dizia-se, era para a Espanha como a chuva no telhado — caía em quantidade, mas perdia-se toda.

No centro do declínio espanhol, portanto, estava a incapacidade de reconhecer a importância de preservar as bases econômicas de uma máquina militar poderosa. Repetidas vezes medidas erradas foram tomadas. A expulsão dos judeus, e mais tarde dos mouros; a suspensão dos contatos com as universidades estrangeiras; a ordem governamental de que os estaleiros de Biscaia deviam concentrar-se nos grandes navios de guerra, com a exclusão quase total dos pequenos barcos de comércio, mais úteis; a venda de monopólios que restringiam o comércio; os pesados impostos sobre as exportações de lã, que as tornavam não-competitivas nos mercados estrangeiros; as barreiras alfandegárias *internas* entre os vários reinos espanhóis, que atingiam o comércio e elevavam os preços, foram algumas das decisões impensadas que, a longo prazo, afetaram seriamente a capacidade da Espanha de desempenhar o grande papel militar que se tinha atribuído nos assuntos europeus (e extra-europeus). Embora o declínio do poderio espanhol só se revelasse plenamente na década de 1640, as suas causas vinham existindo décadas antes.

Comparações internacionais

Ainda assim, é importante enfatizar, esse fracasso dos Habsburgos foi relativo. Abandonar a história aqui, sem examinar as experiências das outras potências européias, deixaria incompleta a análise. A guerra, como disse um

historiador, "era de longe a prova mais severa a que era submetido o Estado do século XVI".[51] As modificações das técnicas militares, que permitiram o grande aumento do tamanho dos exércitos e a evolução quase simultânea do conflito naval em grande escala, criaram enormes pressões novas sobre as sociedades organizadas do Ocidente. Cada beligerante tinha de aprender como criar uma estrutura administrativa satisfatória para atender à "revolução militar"; e, o que era de igual importância, tinha também de criar novos meios de pagar os custos espiralantes da guerra. As tensões que caíram sobre os governantes Habsburgos e seus súditos podem — devido ao longo tempo durante o qual seus exércitos lutaram — ter sido excepcionais, mas como o Quadro 1 mostra, o desafio de supervisionar e financiar grandes forças militares era comum a todos os Estados, muitos dos quais pareciam dispor de bem menos recursos do que a Espanha imperial. Como enfrentaram então a prova?

Quadro 1. Aumento dos efetivos militares, 1470-1660[52]

Década	*Espanha*	*Províncias Unidas*	*França*	*Inglaterra*	*Suécia*
1470	20.000		40.000	25.000	
1550	150.000		50.000	20.000	
1590	200.000	20.000	80.000	30.000	15.000
1630	300.000	50.000	150.000		45.000
1650	100.000		100.000	70.000	70.000

Omite-se desse breve quadro um dos mais persistentes e ameaçadores inimigos dos Habsburgos, o Império Otomano, principalmente porque seus pontos fortes e fracos foram examinados no capítulo anterior; vale a pena, porém, lembrar que muitos dos problemas e deficiências que tinham de ser enfrentados pelos administradores turcos — grande extensão estratégica, incapacidade de explorar com eficiência os recursos, obstáculos à iniciativa comercial devido à ortodoxia religiosa ou ao prestígio militar — assemelhavam-se aos que perturbaram Filipe II e seus sucessores. Também estão omitidas a Rússia e a Prússia, nações cujas fases de grandes potências na política européia não tinham chegado; e ainda a Polônia-Lituânia, que apesar de sua extensão territorial era demasiado tolhida pela diversidade étnica e pelas peias do feudalismo (servidão, uma economia atrasada, uma monarquia eletiva, "uma anarquia aristocrática que faria dela um sinônimo de ineficiência política"[53]) para poder iniciar sua vida de moderno estado-nação. Em lugar delas, os países a serem examinados são as "novas monarquias" da França, Inglaterra e Suécia, e a "república burguesa" das Províncias Unidas.

Como a França foi o Estado que acabou substituindo a Espanha como a maior potência militar, era natural que os historiadores focalizassem a atenção sobre as suas muitas vantagens. Seria um erro, porém, antedatar o período do predomíno francês: durante a maior parte dos anos cobertos neste capítulo, a França parecia e era decididamente mais fraca do que seu vizinho meridional. Nas poucas décadas que se seguiram à Guerra dos Cem Anos, a

consolidação dos territórios da coroa em relação à Inglaterra, Borgonha e Bretanha, e o hábito da tributação direta (em especial a *taille*, um imposto *per capita*) sem consulta aos Estados Gerais, o firme trabalho administrativo dos novos secretários de estado, e a existência de um exército "real" com uma artilharia poderosa, fizeram com que a França parecesse ser uma monarquia bem-sucedida, unificada, pós-feudal.[54] Mas a fragilidade dessa estrutura iria evidenciar-se sem demora. As guerras italianas, além de mostrar repetidamente como eram breves e desastrosos os esforços franceses para conquistar influência naquela península (mesmo quando aliada a Veneza ou aos turcos), foram ainda muito onerosas: não só os Habsburgos, mas também a coroa francesa, teve de declarar falência no fatídico ano de 1557. Muito antes disso, e apesar de todo o aumento na *taille* e em impostos indiretos como a *gabelle* e tarifas aduaneiras, a monarquia francesa já estava recorrendo a pesados empréstimos com os financistas, a altas taxas de juros (10-16%), e a expedientes duvidosos, como a venda de cargos. Pior ainda, foi antes na França do que na Espanha ou Inglaterra que as rivalidades religiosas interagiram com as ambições das grandes casas nobres, provocando uma guerra civil sangrenta e prolongada. Longe de ser uma grande força nas questões internacionais, a França depois de 1560 ameaçava tornar-se o novo rinhadeiro da Europa, a ser dividido permanentemente em fronteiras religiosas, como seria a sorte dos Países Baixos e da Alemanha.[55]

Só depois da subida de Henrique de Navarra ao trono francês, como Henrique IV (1589-1610), com sua política de concessões internas e ações militares externas contra a Espanha, a situação melhorou; e a paz que ele estabeleceu com Madri em 1598 teve a grande vantagem de manter a França como potência independente. Era, porém, um país seriamente enfraquecido pela guerra civil, banditismo, preços altos e interrupção do comércio e da agricultura, estando em frangalhos o seu sistema fiscal. Em 1596 a dívida nacional era de quase 300 milhões de libras, e quatro quintos da receita daquele ano, de 31 milhões de libras, já tinham sido distribuídos e alienados.[56] Durante muito tempo a partir de então, a França foi uma sociedade em recuperação. Mas os seus recursos naturais eram, comparativamente, imensos. Sua população de cerca de 16 milhões de habitantes era duas vezes a da Espanha, e quatro vezes a da Inglaterra. Embora ela possa não ter sido tão adiantada quanto os Países Baixos, o norte da Itália e a região londrina em urbanização, comércio e finanças, sua agricultura era diversificada e saudável, e o país dispunha normalmente de um excedente em alimentos. A riqueza latente da França foi claramente demonstrada em princípios do século XVII, quando o grande ministro de Henrique IV, Sully, supervisionou a economia e as finanças estatais. À parte a *paulette* (que era a venda de cargos hereditários, e a tributação desses cargos), Sully não introduziu novas artimanhas fiscais; o que ele fez foi reformar o mecanismo de coleta de impostos, acabar com milhares de isenções pretendidas ilegalmente, recuperar terras e rendas da coroa, e renegociar as taxas de juros sobre a dívida nacional. Dentro de poucos anos depois de 1600, o orçamento do Estado equilibrou-se. Além disso, Sully — antecipando Colbert, o ministro de Luís XIV — tentou ajudar a indústria e a agricultura de várias formas: reduzindo a *taille*, construindo pontes, estradas e canais para facilitar o transporte de mercadorias, estimulando a produção de

tecidos, criando fábricas reais para produzir artigos de luxo que substituíssem as importações e assim por diante. Nem todas essas medidas deram os resultados esperados, mas o contraste com a Espanha de Filipe III foi acentuado.[57]

É difícil dizer se esse trabalho de recuperação teria continuado se Henrique IV não fosse assassinado em 1610. O evidente é que nenhuma das "novas monarquias" podia funcionar de maneira adequada sem uma liderança também adequada, e entre a morte de Henrique IV e a consolidação do poder real por Richelieu, na década de 1630, a política interna da França, o descontentamento dos huguenotes e a inclinação da nobreza para a intriga mais uma vez enfraqueceram a capacidade do país de atuar como grande potência européia. Além disso, quando a França acabou entrando abertamente na Guerra dos 30 Anos, ela não era, como alguns historiadores querem, uma potência unificada e saudável, mas um país que ainda sofria de muitas das velhas enfermidades. A intriga aristocrática continuava intensa e só chegaria ao auge em 1648-1653; os levantes de camponeses, dos trabalhadores urbanos desempregados e dos huguenotes, juntamente com o obstrucionismo dos detentores de cargos locais, interromperam o funcionamento adequado do governo. A economia, afetada pelo declínio populacional geral, pelo clima áspero, menor produção agrícola e maior incidência das pestes, que parecem ter perturbado grande parte da Europa nessa época,[58] não estava em condições de financiar uma grande guerra.

A partir de 1635, portanto, os impostos franceses tiveram de ser aumentados por vários meios: a venda de cargos foi intensificada; e a *taille*, que fora reduzida nos anos anteriores, sofreu tal elevação que sua receita anual duplicou em 1643. Nem mesmo isso, porém, podia cobrir os custos da luta contra os Habsburgos, tanto pelo ônus militar direto de manter um exército de 150 mil homens, como pelos subsídios aos aliados. Em 1643, o ano da grande vitória militar francesa sobre a Espanha em Rocroi, a despesa governamental era quase o dobro da sua receita, e Mazarin, o sucessor de Richelieu, foi obrigado a vendas ainda mais desesperadas de cargos governamentais e a um controle ainda mais rigoroso da *taille*, ambos muito impopulares. Não foi por acaso que a rebelião de 1648 começou com uma greve contra as novas medidas fiscais de Mazarin, e que essa inquietação levou rapidamente a uma perda do crédito governamental e a uma relutante declaração de falência.[59]

Em conseqüência, nos 11 anos da guerra franco-espanhola que perdurou depois da paz geral de Vestfália em 1648, os dois adversários pareciam boxeadores tontos, segurando-se mutuamente num estado próximo da exaustão e incapazes de acabar com o outro. Ambos sofriam de rebelião interna, empobrecimento generalizado e aversão pela guerra, e estavam à beira do colapso financeiro. É certo que, com generais como d'Enghien e Turenne e reformadores militares como Le Tellier, o exército francês começava a destacar-se, para vir a ser o maior da Europa. Seu poderio naval, porém, construído por Richelieu, desintegrou-se rapidamente devido às exigências da guerra em terra,[60] e o país ainda necessitava de uma sólida base econômica. A França teve a sorte de haver a Inglaterra, cujo poder naval e militar ressurgia com Cromwell, resolvido entrar no conflito, fazendo pender finalmente a balança contra uma Espanha em dificuldades. O Tratado dos Pireneus, que se seguiu,

foi simbólico menos da grandeza da França do que do relativo declínio de seu sobrecarregado vizinho do sul, que tinha lutado com notável tenacidade.[61]

Em outras palavras, cada uma das potências européias tinha uma mistura de forças e fraquezas, e a necessidade real era de impedir que as segundas sobrepujassem as primeiras. Isso era válido, certamente, para as potências "marginais" do oeste e do norte, Inglaterra e Suécia, cujas intervenções ajudaram a conter as ambições dos Habsburgos em várias ocasiões críticas. Não ocorreu, por exemplo, que a Inglaterra estivesse disposta e bem preparada para um conflito continental durante esses 140 anos. A chave da recuperação inglesa depois da Guerra das Rosas foi a concentração na estabilidade interna e na prudência financeira promovida por Henrique VII, pelo menos depois da paz com a França em 1492. Reduzindo suas despesas, resgatando suas dívidas e estimulando o comércio da lã, da pesca e o comércio em geral, o primeiro monarca Tudor proporcionou uma trégua muito necessária a um país atingido pela guerra civil e pela inquietação; a produtividade natural da agricultura, o florescente comércio de tecidos com os Países Baixos, o uso crescente das ricas áreas pesqueiras do litoral e a animação geral do comércio costeiro fizeram o resto. No setor das finanças nacionais, a recuperação das terras da coroa e o confisco das pertencentes aos rebeldes e aos pretendentes rivais ao trono, promovido pelo rei, a receita aduaneira propiciada pelo crescimento das trocas, e os lucros da Star Chamber* e outros tribunais, tudo isso combinou para produzir um equilíbrio salutar.[62]

Mas a estabilidade política e fiscal não correspondia necessariamente a uma igualidade de *poder*. Em comparação com as populações muito maiores da França e Espanha, os três ou quatro milhões de habitantes da Inglaterra e Gales não pareciam muito. As instituições financeiras e a infra-estrutura comercial do país eram grosseiras, se comparadas às da Itália, sul da Alemanha e Países Baixos, embora um considerável crescimento industrial viesse a ocorrer no curso do "século Tudor".[63] Em nível militar, a diferença era muito maior. Uma vez bem instalado no trono Henrique VII dissolveu grande parte de seu exército e proibiu (com poucas exceções) os exércitos privados dos grandes magnatas; à parte os "Alabardeiros da Guarda" e certas guarnições, não havia um exército regular permanente na Inglaterra, nesse período em que as guerras franco-Habsburgo na Itália estavam modificando a natureza e as proporções do conflito militar. Em conseqüência, as forças que existiam sob os primeiros Tudors ainda estavam equipadas com armas tradicionais (arco e alabarda) e eram recrutadas da maneira tradicional (milícia de condado, "companhias" de voluntários etc.). Esse atraso, porém, não impediu que seu sucessor, Henrique VIII, fizesse campanhas contra os escoceses e até mesmo que fizesse suas intervenções de 1513 e 1522-1523 contra a França, já que o rei inglês podia contratar grande número de soldados "modernos" — lanceiros, arcabuzeiros, cavalaria pesada — da Alemanha.[64]

*Tribunal inquisitorial e criminal que se reunia secretamente e sem júri, notório pelos seus métodos arbitrários e castigos severos. (N. do T.)

Se nenhuma dessas primeiras operações inglesas na França, nem as duas invasões posteriores, de 1528 e 1544, terminaram em desastre militar — se, na verdade, elas com freqüência forçaram o monarca francês a pagar indenizações aos invasores ingleses — certamente tiveram conseqüências financeiras devastadoras. Do dispêndio total de 700 mil libras pelo Tesouro da Câmara em 1513, por exemplo, 632 mil foram destinadas aos soldos, artilharia, belonaves e outros gastos militares.* As reservas acumuladas por Henrique VII foram, dentro em pouco, gastas pelo seu ambicioso herdeiro, e o principal ministro de Henrique VIII, Wolsey, provocava reclamações generalizadas com seus esforços de obter dinheiro através de empréstimos forçados, "benevolências" e outros meios arbitrários. Só com o confisco das terras da Igreja por Thomas Cromwell, na década de 1530, melhorou a posição financeira; de fato, a Reforma inglesa duplicou as receitas reais e permitiu o dispêndio, em grande escala, em projetos militares defensivos — fortalezas ao longo do litoral da Mancha e da fronteira escocesa, novos e poderosos navios de guerra para a Marinha Real, a supressão das rebeliões na Irlanda. Mas as desastrosas guerras contra a França e a Escócia, na década de 1540, custaram a soma enorme de 2.135 mil libras que foi de 10 vezes a receita normal da coroa. Isso obrigou os ministros do rei aos expedientes mais desesperados: venda de propriedades religiosas a baixos preços, confisco das propriedades de nobres sob acusações forjadas, repetidos empréstimos compulsórios, o grande aviltamento da moeda e, finalmente, o recurso aos Fuggers e outros banqueiros estrangeiros.[65] O fim da disputas com a França, em 1550, foi, assim sendo, um alívio oportuno para um governo quase falido.

O que tudo isso mostra, portanto, são os limites muito concretos do poder da Inglaterra na primeira metade do século XVI. Era um Estado centralizado e relativamente homogêneo, embora o fosse muito menos nas áreas da fronteira e na Irlanda, que podiam sempre desviar recursos e atenção reais. Graças principalmente ao interesse de Henrique VIII, era defensivamente capaz, com alguns fortes modernos, artilharia, estaleiros, uma considerável indústria de armamentos e uma marinha bem equipada. Era, porém, militarmente atrasado na qualidade de seu exército, e suas finanças não podiam sustentar uma guerra em grande escala. Quando Isabel I subiu ao trono em 1558, foi bastante prudente para reconhecer essas limitações e realizar seus objetivos sem ir além delas. Nos perigosos anos posteriores a 1570, quando a Contra-Reforma estava no auge e os soldados espanhóis atuavam nos Países Baixos, era uma tarefa difícil de ser realizada. Como seu país não estava à altura de nenhuma das verdadeiras "superpotências" da Europa, Isabel procurou manter a independência da Inglaterra pela diplomacia e, mesmo quando as relações anglo-espanholas se agravaram, permitiu que a "guerra fria" contra

*Meu colega, prof. Robert Ashton, adverte-me de que os números sobre a receita e dispêndios estatais ingleses (e presumidamente quaisquer outros) em todo esse período devem ser considerados como *nominais*; as quantias descontadas pelos ocupantes de cargos, pelo suborno, corrupção e escrituração ineficiente reduziam drasticamente as "verbas" destinadas ao exército e marinha. Da mesma forma, só uma parte da "renda" do rei chegava ao monarca. As estatísticas apresentadas aqui são, portanto, indicativas, e não constituem um dado absoluto.

Filipe II fosse conduzida no mar, o que era pelo menos econômico e, ocasionalmente, lucrativo.[66] Embora necessitando de recursos para proteger seus flancos escocês e irlandês, e proporcionar ajuda aos rebeldes holandeses em fins da década de 1570, Isabel e seus ministros conseguiram criar um salutar excedente nos primeiros 25 anos de seu reinado — o que foi bom, pois a rainha precisava muito de uma "reserva de guerra", uma vez tomada a decisão, em 1585, de enviar uma força expedicionária comandada por Leicester aos Países Baixos.

O conflito pós-1585 com a Espanha criou exigências estratégicas e financeiras para o governo de Isabel. Ao examinar qual seria a melhor estratégia para a Inglaterra, os líderes navais, como Hawkins, Raleigh, Drake e outros, insistiram com a rainha numa política de interceptar o comércio espanhol da prata, atacando as costas e colônias do inimigo, e em geral explorando as vantagens do poder marítimo para travar uma guerra barata — proposição atraente em teoria, mas muitas vezes de difícil execução prática. Mas havia também a necessidade de mandar tropas para os Países Baixos e norte da França, para ajudar os que combatiam o exército espanhol — estratégia adotada não devido a um grande amor pelos rebeldes holandeses ou os protestantes franceses, mas simplesmente porque, como argumentava Isabel, "quando acontecer o último dia da França, será também a véspera da destruição da Inglaterra."[67] Era vital, portanto, preservar o equilíbrio europeu, se necessário pela intervenção ativa; e esse "compromisso continental" continuou até princípios do século XVII, pelo menos de forma pessoal, pois muitos soldados ingleses permaneceram, quando a força expedicionária fundiu-se com o exército das Províncias Unidas em 1594.

Ao desempenharem a dupla função de conter os desígnios de Filipe II em terra, e de perturbar seu império no mar, os ingleses deram sua contribuição à manutenção da pluralidade política da Europa. Mas o esforço para manter 8 mil homens no exterior era imenso. Em 1586, o dinheiro enviado aos Países Baixos totalizou mais de 100 mil libras; em 1587 essa importância foi de 175 mil libras, sendo cada uma dessas parcelas cerca da metade de todo o dispêndio daqueles anos. No ano da Armada, as verbas para a marinha excederam a 150 mil libras. Em conseqüência, os gastos anuais de Isabel, em fins da década de 1580, foram duas a três vezes maiores do que os do princípio dessa década. Na década seguinte, a coroa gastou mais de 350 mil libras anualmente, e a campanha irlandesa elevou a média a mais de 500 mil libras nos últimos quatro anos da rainha.[68] Por mais que se tentasse levantar fundos de outras fontes — como a venda de terras da coroa e de monopólios — o governo não teve opção senão convocar a Câmara dos Comuns, repetidamente, e pedir novos impostos. O fato de terem estes (totalizando cerca de 2 milhões de libras) sido concedidos, e de não ter o governo inglês declarado falência, nem deixado de pagar aos seus soldados, testemunha a habilidade e a prudência do monarca e seus conselheiros; mas os anos de guerra tinham posto à prova todo o sistema, deixado dívidas para o primeiro rei Stuart, colocando-o, e ao seu sucessor, numa posição de dependência de uma Câmara dos Comuns desconfiada e um cauteloso mercado financeiro londrino.[69]

Não há lugar neste livro para o exame do conflito espiralante entre a coroa e o Parlamento, que dominaria a política inglesa nas quatro décadas

posteriores a 1603, no qual as finanças teriam um papel central.[70] As intervenções, ineptas e ocasionais, das forças inglesas na grande luta européia da década de 1620, embora onerosas em sua organização, tiveram pouco efeito sobre o curso da Guerra dos 30 Anos. População, comércio, colônias de além-mar e riqueza geral da Inglaterra cresceram nesse período, mas nada disso podia oferecer uma base segura para o poder do Estado sem harmonia interna. Na verdade, as disputas sobre impostos como o dos navios — que teoricamente poderiam ter fortalecido as armas nacionais — levariam logo a coroa e o Parlamento a uma guerra civil que impediria a Inglaterra de pesar na política européia durante grande parte da década de 1640. Quando ela ressurgiu, foi para desafiar os holandeses numa violenta guerra comercial (1652-1654) que, quaisquer que fossem os objetivos dos beligerantes, pouco tinha a ver com o equilíbrio geral europeu.

A Inglaterra de Cromwell da década de 1650 pôde, porém, desempenhar o papel de grande potência com mais êxito do que qualquer governo até então. Seu Novo Exército Modelar, que surgiria da guerra civil, tinha por fim eliminado a distância que existia tradicionalmente entre as tropas inglesas e européias. Organizado e treinado dentro de linhas modernas fixadas por Maurício de Nassau e Gustavo Adolfo, endurecido por anos de conflito, bem disciplinado e (em geral) pago com regularidade, o exército inglês podia ser lançado na balança européia com algum efeito, como se evidenciou na derrota que impôs às forças espanholas na batalha das Dunas em 1658. Além disso, a marinha da Comunidade estava muito avançada para a época. Favorecida pela Câmara dos Comuns por se ter declarado contra Carlos I durante a guerra civil, a armada passou por um renascimento em fins da década de 1640: suas proporções mais do que duplicaram, de 39 navios (1649) para 80 (1651), os soldos e condições foram melhorados, os estaleiros e o apoio logístico foram aperfeiçoados, e os fundos para tudo isso aprovados regularmente por uma Câmara dos Comuns que acreditava andarem de mãos dadas o lucro e o poder.[71] E isso foi bom porque, em sua primeira guerra contra os holandeses, a marinha enfrentou uma força igualmente formidável comandada por líderes — Tromp e De Ruyter — tão bons quanto Blake e Monk. Quando ela foi lançada contra o Império Espanhol depois de 1655, seus êxitos não surpreenderam: a tomada da Acádia (Nova Escócia) e, depois de um fiasco em Hispaniola, a tomada da Jamaica; o apresamento de parte da frota de tesouro espanhola em 1656; o bloqueio de Cádiz e a destruição da *flota* em Santa Cruz em 1657.

Embora essas ações inglesas fizessem pender a balança, finalmente, e forçassem a Espanha a concluir sua guerra com a França em 1659, isso não se fez sem tensões internas. O lucrativo comércio espanhol passou para as mãos dos holandeses neutros nos anos posteriores a 1655, e corsários inimigos realizaram boa colheita nos navios mercantes ingleses no Atlântico e Mediterrâneo. Acima de tudo, a manutenção de um exército de até 70 mil homens e de uma grande marinha era cara; uma estimativa sugere que de um dispêndio governamental total de 2,878 milhões de libras em 1657, mais de 1,9 milhão de libras foram para o exército e 742 mil libras para a marinha.[72] Foram criados impostos, arrecadados com eficiência, em nível sem precedentes, e que mesmo assim nunca foram suficientes para um governo que gastava

"quatro vezes mais do que se julgava tolerável com Carlos I", antes da Revolução Inglesa.[73] As dívidas aumentaram constantemente, o pagamento dos soldados e marinheiros atrasou. Os poucos anos da guerra espanhola aumentaram indubitavelmente a aversão pública pelo governo de Cromwell e levaram a maioria das classes mercantis a pedir a paz. É claro que não se configurou a possibilidade de ser a Inglaterra totalmente arruinada por esse conflito — embora isso sem dúvida pudesse ter ocorrido, caso ela se tivesse empenhado nas lutas das grandes potências por tanto tempo quanto a Espanha. O crescimento do comércio interno e de além-mar da Inglaterra mais os lucros das colônias e da navegação começavam a propiciar uma sólida base econômica à qual os governos de Londres podiam recorrer, no caso de uma outra guerra. E precisamente porque a Inglaterra — junto com as Províncias Unidas dos Países Baixos — tinha desenvolvido uma eficiente economia de mercado, ela conseguiu o raro feito de combinar um padrão de vida ascendente com uma população crescente.[74] Continuava, porém, sendo de importância vital a manutenção de um equilíbrio adequado entre o esforço militar e naval, de um lado, e o estímulo à riqueza nacional, de outro. Ao final do Protetorado, esse equilíbrio se tinha tornado um pouco precário demais.

Essa lição crucial de estadismo surge ainda mais claramente se compararmos a ascensão da Inglaterra com a da outra potência "marginal", a Suécia.[75] Durante todo o século XVI, as perspectivas para aquele reino do norte pareciam precárias. Impedida por Lubeck e (especialmente) pela Dinamarca de ter uma saída livre para a Europa ocidental, empenhada em sucessivas lutas com a Rússia em seu flanco leste, e repetidamente incomodada pelas suas relações com a Polônia, a Suécia tinha o suficiente para manter-se; na verdade, a severa derrota que sofreu às mãos da Dinamarca na guerra de 1611-1613 parecia indicar que o declínio, e não a expansão, seria o seu destino. Além disso, tinha sofrido fissuras internas, mais constitucionais do que religiosas, que resultaram na confirmação de privilégios amplos para a nobreza. Mas a maior debilidade da Suécia estava na sua base econômica. Grande parte de seu extenso território era constituído pelo deserto ártico ou pela floresta. O campesinato disperso, em grande parte auto-suficiente, constituía 95% de uma população total de 900 mil habitantes; com a Finlândia, cerca de 1 milhão e um quarto — menos do que muitos estados italianos. Havia poucas cidades e pequena indústria; não se percebia a existência nítida de uma "classe média", e a troca de bens e serviços ainda constituía a principal forma de comércio. Militar e economicamente, portanto, a Suécia era um simples pigmeu quando o jovem Gustavo Adolfo subiu ao trono em 1611.

Dois fatores, um externo e o outro interno, ajudaram o rápido crescimento da Suécia a partir de bases pouco promissoras. Primeiro, os empresários estrangeiros, em particular os holandeses mas também os alemães e valões, para os quais a Suécia era uma terra promissora, "subdesenvolvida", rica de matéria-prima, como madeira, ferro e cobre. O mais famoso desses empresários, Louis de Geer, não só vendeu produtos acabados aos suecos e deles comprou minérios, como também, com o tempo, criou serrarias, fundições e fábricas, fez empréstimos ao rei e levou o país para o "sistema mundial" mercantil, baseado principalmente em Amsterdam. Dentro em pouco a Suécia tornou-

se o maior produtor de ferro e cobre da Europa, e essas exportações trouxeram-lhe as divisas estrangeiras que ajudariam a pagar, pouco depois, as forças armadas. Além disso, a Suécia tornou-se auto-suficiente em armamentos, coisa rara, graças novamente ao investimento e ao conhecimento estrangeiros.[76]

O fator interno foi a conhecida série de reformas instituídas por Gustavo Adolfo e seus auxiliares. Os tribunais, o tesouro, o sistema tributário, a administração central da chancelaria e a educação foram algumas da áreas que se tornaram mais eficientes e produtivas nesse período. A nobreza foi afastada da luta de facções e posta a serviço do estado. A solidariedade religiosa foi assegurada. O governo local, bem como o central, parecia funcionar. Sobre essas bases firmes, Gustavo pôde construir uma marinha sueca para proteger o litoral contra os rivais dinamarqueses e poloneses e assegurar a travessia das suas tropas pelo Báltico. Acima de tudo, porém, a fama do rei adveio de suas grandes reformas militares: da criação do exército nacional permanente baseado no recrutamento, do treinamento de suas tropas em novas táticas de batalha, das melhorias na cavalaria e introdução da artilharia móvel e leve, e finalmente da disciplina e alto moral que sua liderança deu ao exército. Com isso, Gustavo tinha sob seu comando talvez a melhor força combativa do mundo, quando invadiu o norte da Alemanha para ajudar a causa protestante no verão de 1630.[77]

Tais vantagens eram ainda mais necessárias, já que as dimensões do conflito europeu eram bem maiores, e os custos muito mais pesados do que o das guerras locais travadas antes contra os vizinhos da Suécia. Em fins de 1630 Gustavo comandava mais de 42 mil homens; 12 meses depois, o dobro desse número; e pouco antes da fatídica batalha de Lützen, suas forças tinham crescido para quase 150 mil homens. Embora formassem um corpo de elite em todas as grandes batalhas e fossem também usadas para proteger pontos fortes estratégicos, as tropas suecas eram insuficientes, em número, para formar um exército de tais proporções. Na realidade, quatro quintos do exército "sueco" de 150 mil consistiam de mercenários estrangeiros, escoceses, ingleses e alemães, terrivelmente caros. Já as lutas contra a Polônia, na década de 1620, tinham onerado as finanças públicas suecas, mas a guerra alemã ameaçava ser muito mais cara. De maneira notável, porém, os suecos conseguiram fazer com que os outros a financiassem. Os subsídios estrangeiros, em particular os da França, são bem conhecidos, mas cobriram apenas uma fração dos custos. A verdadeira fonte foi a própria Alemanha: os vários principados e as cidades livres foram convidados a contribuir para a causa, se eram amigos; se eram hostis, tiveram de pagar resgates para evitar o saque. Além disso, esse enorme exército controlado pela Suécia obtinha dos territórios onde estacionava alojamento, alimentação e forragem para animais. Na verdade, esse sistema já tinha sido aperfeiçoado pelo lugar-tentente do imperador, Wallenstein, cuja política de arrancar "contribuições" financiou um exército imperial de mais de 100 mil homens;[78] mas a questão, no caso, é que *não* foram os suecos os financiadores da grande força que ajudou a conter os Habsburgos de 1630 até 1648. No próprio mês da batalha de Vestfália, o exército sueco saqueava na Boêmia, e só se retirou com o pagamento de uma grande "indenização".

Embora isso tenha constituído um feito notável dos suecos, sob muitos aspectos criou uma imagem falsa da posição real do país na Europa. Sua

formidável máquina de guerra tinha sido em grande parte *parasitária*; o exército sueco na Alemanha tinha de saquear para viver — sem isso, as tropas amotinavam-se, o que prejudicava ainda mais os alemães. Naturalmente, os próprios suecos tinham de custear a sua marinha, as defesas internas e as forças empregadas fora da Alemanha; e, como em todos os outros estados, isso onerava as finanças governamentais, o que levou a vendas desesperadas de terras e receitas da coroa à nobreza, reduzindo com isso a renda a longo prazo. A Guerra dos 30 Anos também exigiu um pesado preço em vidas humanas, e os impostos extraordinários dificultaram a vida dos camponeses. Além disso, os êxitos militares da Suécia deram-lhe várias possessões transbálticas — Estônia, Livônia, Bremen, a maior parte da Pomerânia — que reconhecidamente proporcionavam vantagens comerciais e fiscais, mas os custos de mantê-las em tempo de paz, ou defendê-las na guerra contra rivais ciumentos, representariam um ônus muito maior para o estado sueco do que a grande campanha através da Alemanha, nas décadas de 1630 e 1640.

A Suécia continuaria sendo uma potência considerável, mesmo depois de 1648, mas apenas em nível regional. Na verdade, sob Carlos X (1654-1660) e Carlos XI (1660-1697), ela exerceu o auge de sua influência no Báltico, como se pode argumentar, onde conteve sucessivamente os dinamarqueses, a Polônia, a Rússia e o poder nascente da Prússia. A tendência para o absolutismo com Carlos XI melhorou as finanças reais, permitindo assim a manutenção de um grande exército permanente em tempo de paz. Não obstante, foram medidas para fortalecer a Suécia em seu lento declínio dos primeiros lugares. Nas palavras do professor Roberts,

> Durante uma geração a Suécia embriagou-se com a vitória e locupletou-se com o butim: Carlos XI levou-a de volta para a luz baça da existência cotidiana, deu-lhe políticas adequadas aos seus recursos e seus interesses autênticos, equipou-a para a sua realização e preparou-a para seu futuro de peso e dignidade como potência de segunda classe.[79]

Não foram realizações desprezíveis, mas no contexto europeu mais amplo tiveram significação limitada. E é interessante notar que o equilíbrio de forças no Báltico, do qual dependia a Suécia, tal como a Dinamarca, Polônia e Brandemburgo, estava sendo influenciado e "manipulado" na segunda metade do século XVII pelos franceses, os holandeses e até mesmo os ingleses, para os seus interesses, através de subsídios, intervenções diplomáticas e, em 1644 e 1659, por uma frota holandesa.[80] Finalmente, embora a Suécia jamais pudesse ser chamada de Estado "títere" nesse grande jogo diplomático, continuou pequena economicamente, em comparação com as nascentes potências do Ocidente, e teve a tendência de tornar-se dependente de seus subsídos. Seu comércio exterior, em cerca de 1700, era apenas uma fração do comércio das Província Unidas ou da Inglaterra; suas despesas estatais talvez fossem apenas um quinto da França.[81] Sobre essa inadequada base material e sem a possibilidade de acesso a colônias de além-mar, a Suécia tinha poucas possibilidades — apesar de sua admirável estabilidade social e administrativa — de manter o predomínio militar que exercera rapidamente sob Gustavo Adolfo. Nas décadas seguintes, de fato, precisaria empenhar-se apenas para conter os avanços da Prússia no sul e da Rússia no leste.

O exemplo final, o do poderio holandês nesse período, oferece um contraste notável com o caso sueco. Temos ali uma nação criada nas circunstâncias confusas da revolução, um grupo de sete províncias heterogêneas, separadas por fronteiras irregulares do resto dos Países Baixos que eram possessões dos Habsburgos, uma simples parte de um vasto império dinâmico, de população e território reduzidos, que se tornou rapidamente uma grande potência dentro e *fora* da Europa, durante quase um século. Era diferente dos outros Estados — embora não de seu precursor italiano, Veneza — por ter uma forma de governo republicano, oligárquico. A sua característica mais marcante, porém, eram as bases de seu poderio, firmemente ancorada no mundo do comércio, indústria e finanças. Era, sem dúvida, um poderio militar formidável, pelo menos na defesa; e era também uma potência naval muito eficiente até ser eclipsada pela Inglaterra, em fins do século XVII. Mas essas manifestações de poderio armado eram antes as conseqüências do que a essência da força e influência holandesas.

Nos primeiros anos de sua revolta, os aproximadamente 70 mil rebeldes holandeses não contavam muito na política européia; foram necessárias algumas décadas, na verdade, para que passassem a ser considerados como uma nação à parte, e só em princípios do século XVII seus limites tiveram alguma configuração. A chamada Revolta dos Países Baixos foi, em seu início, um movimento esporádico, durante o qual diferentes grupos sociais e religiosos lutaram entre si, bem como contra — e por vezes fazendo-lhes concessões — os seus governantes Habsburgos. E houve várias ocasiões, na década de 1580, em que a política muito bem conduzida do duque de Parma, de recuperação dos territórios para a Espanha, pareceu estar na iminência de um êxito completo. Se não fossem as subvenções e ajuda militar da Inglaterra e de outros Estados protestantes, a importação de grande número de canhões ingleses, e o freqüente desvio dos exércitos espanhóis para a França, a rebelião poderia ter sido sufocada. Não obstante, como os portos e os estaleiros dos Países Baixos estavam quase todos nas mãos dos rebeldes, e a Espanha não conseguiu o controle do mar, Parma só podia reconquistá-los pelas lentas operações de sítio por terra, que perdiam o impulso sempre que ele recebia ordens de mandar seus exércitos para a França.[82]

Na década de 1590, portanto, as Províncias Unidas tinham sobrevivido e podiam, na verdade, reconquistar a maioria das províncias e cidades perdidas no leste. Seu exército estava então bem treinado e comandado por Maurício de Nassau, cujas inovações táticas e exploração do terreno pantanoso fizeram dele um dos grandes capitães da época. Chamá-lo de exército holandês seria uma denominação enganosa: em 1600 ele consistia de 43 companhias inglesas, 32 francesas, 20 escocesas, 11 valonas e 9 alemãs, e apenas 17 companhias holandesas.[83] Apesar dessa grande variedade de nacionalidades (que nada tinha de excepcional), Maurício fundiu suas forças num todo coeso, padronizado. Foi ajudado nessa tarefa, porém, pelo apoio financeiro do governo holandês, e seu exército, mais do que a maioria dos exércitos europeus, era pago com regularidade, ao mesmo tempo em que o governo reservava constantemente verba para a manutenção de sua substancial marinha.

Seria imprudência exagerar a riqueza e a estabilidade financeira da república holandesa, ou sugerir que lhe foi fácil custear o prolongado conflito,

em particular em suas fases iniciais. Nas partes leste e sul das Província Unidas, a guerra provocou considerável dano, perda de comércio e declínio da população. Até mesmo a próspera província da Holanda sentiu o peso dos enormes impostos: em 1579 teve de contribuir com 960 mil florins para a guerra, em 1599 com quase 5,5 milhões. Em princípios do século XVII, com os custos anuais da guerra contra a Espanha elevando-se a 10 milhões de florins, muitos se indagavam como seria possível manter a luta por mais tempo sem incorrer em sérias dificuldades financeiras. Felizmente para os holandeses, a economia de Espanha — e sua correspondente capacidade de pagar os soldos do Exército de Flandres, sempre inclinado ao motim — sofreu ainda mais, e por fim levou Madri a concordar com a trégua de 1609.

Não obstante, o conflito pôs à prova os recursos da Holanda, mas não os exauriu; e a verdade é que, a partir da década de 1590, sua economia cresceu rapidamente, proporcionando com isso uma sólida base de "crédito" quando o governo se voltou — como todos os estados beligerantes tiveram de fazer — para o mercado financeiro. Uma razão óbvia dessa prosperidade foi a combinação de uma crescente população com um espírito mais empresarial, depois de derrubado o governo Habsburgo. Além do aumento natural nos números, houve dezenas (talvez centenas) de milhares de refugiados do sul, e muitos outros de outras partes da Europa. Parece claro que muitos desses imigrantes eram trabalhadores especializados, professores, artesãos e capitalistas, com muita coisa a oferecer. O saque de Antuérpia pelas tropas espanholas, em 1576, contribuiu para melhorar a posição de Amsterdam no sistema mercantil internacional, sendo certo também que os holandeses se aproveitavam de todas as oportunidades de progredir comercialmente. Dominaram o rico comércio do arenque e isso, juntamente com a recuperação de terras tomadas ao mar, constituiu uma fonte adicional de riqueza. Sua grande marinha mercante, em particular os seus *fluyts* (cargueiros simples, fortes), fez deles os principais transportadores do comércio europeu, em 1600: madeira, cereais, tecidos, sal, arenques eram transportados pelos navios holandeses por todas as vias aquáticas. Para desgosto de seus aliados ingleses, e de muitos religiosos calvinistas holandeses, os comerciantes de Amsterdam forneciam de bom grado essas mercadorias ao seu inimigo mortal, a Espanha, se os lucros compensassem riscos. Internamente, as matérias-primas eram importadas em grandes quantidades e depois "acabadas nas várias indústrias de Amsterdam, Delft, Leyden etc." Tendo "a refinação de açúcar, a fundição, a destilaria, a fabricação de cerveja, o preparo do fumo, a fiação da seda, a cerâmica, a vidraçaria, a manufatura de armas, a impressão e a fabricação de papel"[84] entre as principais indústrias, não era de surpreender que em 1622 cerca de 56% da população holandesa de 670 mil pessoas vivesse em cidades de tamanho médio. Qualquer outra região do mundo devia parecer economicamente atrasada, em comparação.

Dois outros aspectos da economia holandesa reforçaram o seu poderio militar. O primeiro foi a sua expansão pelo além-mar. Embora esse comércio não se compare com o comércio de artigos mais humildes, mas de proporções muito maiores, que se fazia pelas águas européias, ele representava um novo acréscimo aos recursos da república. "Entre 1598 e 1605, uma média de 25 navios partiram para a África Ocidental, 20 para o Brasil, 10 para as Índias

Orientais e 150 para as Caraíbas, cada ano. Colônias soberanas foram fundadas em Amboina em 1605, e Ternate em 1607; feitorias e postos comerciais foram estabelecidos por todo o oceano Índico, perto da embocadura do Amazonas e (em 1609) no Japão."[85] Como a Inglaterra, as Províncias Unidas se estavam então beneficiando com aquele lento deslocamento do equilíbrio econômico do Mediterrâneo para o mundo Atlântico que foi uma das principais tendências do período 1500-1700, e que, embora operando a princípio em favor de Portugal e Espanha, mais tarde galvanizou sociedades mais bem preparadas para obter lucros com o comércio global.[86]

O segundo aspecto foi o crescente papel de Amsterdam como centro financeiro internacional, conseqüência natural da função da república como transportadora, cambista e negociante de mercadorias da Europa. O que os seus financistas e instituições ofereciam (recebimento de depósitos a juros, transferência de dinheiros, crédito e compensação de letras de câmbio, empréstimos flutuantes) não era diferente das práticas já existentes em, digamos, Veneza e Gênova; refletindo, porém, a riqueza do comércio das Províncias Unidas, faziam-no em maior escala e com maior certeza — e mais ainda por serem os principais investidores parte do governo, e desejarem manter os princípios de uma moeda estável, crédito seguro e pagamento de dívidas. Em conseqüência de tudo isso, havia em geral disponibilidade de recursos para empréstimos aos governos, o que deu à República Holandesa uma inestimável vantagem sobre suas rivais; e como seu crédito era firme, porque ela pagava prontamente suas dívidas, podia levantar dinheiro mais barato do que qualquer outro governo — uma grande vantagem no século XVII e, na verdade, em todas as épocas!

Essa capacidade de levantar empréstimos com facilidade tornou-se mais importante ainda depois do reinício das hostilidades com a Espanha em 1621, pois o custo das forças armadas aumentou constantemente de 13,4 milhões de florins (1622) para 18,8 milhões (1640). Eram somas consideráveis até mesmo para uma população rica, e mais particularmente porque o comércio holandês de além-mar estava começando a ser atingido pela guerra, seja com perdas diretas ou pela transferência do comércio para as mãos dos neutros. Era, portanto, politicamente mais fácil permitir que a maior parte possível da guerra fosse financiada com empréstimos públicos. Embora isso levasse a um aumento maciço da dívida oficial — a Província da Holanda tinha um débito de 153 milhões de florins em 1651 — a força econômica do país e o cuidado com o pagamento dos juros fizeram com que o sistema de crédito não corresse nunca o perigo de um colapso.[87] Embora isso demonstre que até mesmo os estados ricos tremiam ante o custo das despesas militares, também confirmava que, enquanto o êxito na guerra dependesse do tamanho da bolsa, os holandeses tinham sempre a probabilidade de superar os outros.

A guerra, o dinheiro e o estado-nação

Vamos resumir agora as principais conclusões deste capítulo. As guerras posteriores a 1450 estavam intimamente ligadas "ao nascimento do estado-nação".[88] Entre fins do século XV e fins do século XVII a maioria dos países eu-

ropeus presenciou uma centralização da autoridade política e militar, em geral no monarca (mas em alguns lugares, no príncipe local ou numa oligarquia mercantil) acompanhada de maiores poderes e métodos de tributação pelo estado, e realizada por uma máquina burocrática muito mais complicada do que existia quando os reis deviam "viver de seus próprios recursos" e os exércitos nacionais eram mantidos com um recrutamento feudal.

Foram várias as causas dessa evolução do estado-nação europeu. A transformação econômica já havia solapado grande parte da velha ordem feudal, e diferentes grupos sociais tinham de relacionar-se através de formas mais novas de contrato e obrigação. A Reforma, dividindo a Cristandade à base do *cuius regio, eius religio,* isto é, das preferências religiosas dos governos, fundiu a autoridade civil e religiosa, estendendo assim o secularismo em bases nacionais. O declínio do latim e o uso crescente das línguas vernáculas pelos políticos, juristas, burocratas e poetas acentuou essa tendência secular. Melhores meios de comunicação, a troca mais generalizada de mercadorias, a invenção da imprensa e as descobertas oceânicas tornaram o homem mais consciente não só dos outros povos, como também das diferenças de línguas, gostos, hábitos culturais e religião. Nessas circunstâncias, não era de surpreender que muitos filósofos, e outros autores da época, sustentassem que o estado-nação era a forma natural, e a melhor, da sociedade civil, que os seus poderes deviam ser fortalecidos e seus interesses defendidos, e que seus governantes e governados precisavam — qualquer que fosse a forma constitucional adotada — trabalhar em harmonia para o bem nacional comum.[89]

Mas era a guerra, e as conseqüências da guerra, que criavam uma pressão muito mais premente e contínua no sentido da "construção da nação", do que essas considerações filosóficas e a lenta evolução das tendências sociais. O poder militar permitiu a muitas dinastias européias manter-se acima dos grandes magnatas de suas terras e assegurar a uniformidade e a autoridade políticas (embora por vezes com concessões à nobreza). Os fatores militares — ou melhor, os fatores geoestratégicos — ajudaram a fixar os limites territoriais desses novos estados-nações, enquanto as guerras freqüentes criavam a consciência nacional, pelo menos de uma maneira negativa, segundo a qual os ingleses aprenderam a odiar os espanhóis, os suecos a odiar os dinamarqueses, os rebeldes holandeses a odiar seus antigos senhores Habsburgos. Acima de tudo, foi a guerra — e especialmente as novas técnicas que favoreciam o crescimento dos exércitos de infantaria, as fortificações e as frotas onerosas — que levou os beligerantes a gastar mais dinheiro do que nunca, e a buscar uma soma correspondente em receitas. Todas as observações sobre o aumento geral nos dispêndios governamentais ou sobre as novas organizações para coleta de impostos, ou sobre a transformação das relações entre os reis e estados em princípios da Europa moderna, continuam *abstratas* enquanto não se falar da importância central do conflito militar.[90] Nos últimos anos do reinado de Isabel, na Inglaterra, ou de Filipe II, na Espanha, nada menos de três quartos das despesas do governo eram destinados à guerra, ou ao pagamento de dívidas dos anos anteriores. Os empreendimentos militares e navais podem não ter sido sempre a razão de ser dos novos estados-nações, mas foram certamente a sua atividade mais cara e mais premente.

Seria um erro supor, porém, que as funções de aumentar as receitas, manter os exércitos, equipar as armadas e enviar instruções, e dirigir as

campanhas militares nos séculos XVI e XVII fossem realizadas da maneira que caracterizou, digamos, a invasão da Normandia em 1944. Como a análise acima deve ter mostrado, as máquinas militares do início da Europa moderna eram pesadas e ineficientes. Organizar e controlar um exército nesse período era empresa terrivelmente difícil: tropas recrutadas entre a escória da população, mercenários potencialmente desleais, abastecimentos inadequados, problemas de transportes, armas não padronizadas eram o desespero da maioria dos comandantes. Mesmo quando recursos suficientes eram destinados a fins militares, a corrupção e o desperdício cobravam sua taxa.

As forças armadas não constituíam, portanto, instrumentos previsíveis e dignos de confiança para o estado. Repetidas vezes, grandes grupos de soldados escapavam ao controle devido a escassez dos fornecimentos ou, o que era mais sério, à falta de pagamento. O Exército de Flandres amotinou-se nada menos do que 46 vezes, entre 1572 e 1607; o mesmo ocorreu, embora com menor freqüência, entre forças igualmente formidáveis como os suecos na Alemanha, ou o Novo Exército Modelar de Cromwell. Foi Richelieu quem observou amargamente, em seu *Testament Politique*:

> A História sabe quantos exércitos foram mais arruinados pela carência e pela desordem do que pelos esforços dos seus inimigos; e eu sou testemunha de que todas as empresas iniciadas em minha época fracassaram apenas por isso.[91]

Esse problema do pagamento e do abastecimento afetava o desempenho militar de todas as maneiras: um historiador mostrou que as campanhas espantosamente rápidas de Gustavo Adolfo na Alemanha, em lugar de serem determinadas pelo planejamento estratégico-militar no sentido de Clausewitz, refletiam uma simples, mas premente, busca de alimentos e forragem para a sua enorme força.[92] Muito antes do aforisma de Napoleão, os comandantes sabiam que um exército marcha sobre seus estômagos.

Essas restrições físicas, porém, aplicavam-se a nível nacional, em especial no levantamento de fundos para a guerra. Nenhum estado no período, por mais próspero que fosse, podia pagar imediatamente os custos de um conflito prolongado; por mais que fossem criados novos tributos, havia sempre uma diferença entre a receita e a despesa do governo, que só podia ser coberta por empréstimos — seja de banqueiros privados como os Fuggers, ou, mais tarde, de um mercado financeiro formalmente organizado para negociar apólices governamentais. Repetidamente, porém, os custos espiralantes da guerra forçavam os monarcas a faltar aos pagamentos, a aviltar a moeda, ou tentar outras medidas desesperadas, que traziam alívio a curto prazo, mas desvantagens a longo termo. Como os comandantes que freneticamente tentavam manter os soldados em ordem e os cavalos alimentados, os governos do início do período moderno empenhavam-se para sobreviver numa existência precária do dia-a-dia. Pressionar os estados para conseguir novos impostos extraordinários, pressionar os ricos e as igrejas para obter deles "benevolências", discutir com banqueiros e fornecedores de munição, apresar navios de tesouro estrangeiros e manter à distância os muitos credores, eram atividades mais ou menos permanentes impostas aos governantes e seus funcionários naquela época.

Portanto, *não* argumentamos neste capítulo que os Habsburgos falharam totalmente em realizar aquilo que outras potências conseguiram de modo tão brilhante. Não há, no caso, indícios de contrastes espantosos; o êxito e o fracasso devem ser medidos por diferenças muito pequenas.[93] Todos os estados, até mesmo as Províncias Unidas, sofriam sérias dificuldades com o desvio constante de recursos para as campanhas militares e navais. Todos os estados enfrentaram dificuldades financeiras, motins de soldados, inadequações de abastecimentos, oposição interna aos altos tributos. Como na Primeira Guerra Mundial, esses anos também testemunharam lutas de resistência, que levaram os beligerantes quase à exaustão. Na década final da Guerra dos 30 Anos, era perceptível que nenhuma das alianças tinha condições de manter um exército tão grande quanto o comandado por Gustavo Adolfo e Wallenstein, pois ambos os lados estavam, literalmente, sofrendo falta de homens e de dinheiro. A vitória das forças anti-Habsburgo, portanto, foi marginal e relativa. Elas conseguiram, mas por pequena margem, manter o equilíbrio entre sua base material e seu poder militar melhor do que seus adversários Habsburgos. Pelo menos alguns dos vencedores viram que as fontes da riqueza nacional precisavam ser exploradas cuidadosamente, e não impensadamente, durante um conflito prolongado. Também podem ter admitido, embora com relutância, que o comerciante, o industrial e o camponês eram tão importantes quanto o oficial de cavalaria e o lanceiro. Mas essa compreensão, e o conseqüente melhor tratamento dos elementos econômicos, representou apenas uma pequena margem na luta. Esta foi, nas palavras do duque de Wellington, "uma disputa muito acirrada". A maioria das grandes lutas o são.

3

As Finanças, a Geografia e a Vitória nas Guerras, 1660-1815

A assinatura do Tratado dos Pireneus não pôs fim, é claro, às rivalidades das grandes potências européias, nem ao seu hábito de solucioná-las pela guerra. Mas o século e meio de luta internacional que ocorreu depois de 1660 diferiu, sob certos aspectos importantes, do que tinha acontecido nos 100 anos anteriores. Assim sendo, essas modificações refletiram uma nova fase na evolução da política internacional.

O aspecto mais significativo do cenário das grandes potências, depois de 1660, foi o amadurecimento de um sistema realmente *multipolar* de estados europeus, cada qual com a tendência cada vez mais acentuada de tomar decisões sobre a guerra e a paz à base dos "interesses nacionais", e não por motivos transnacionais, religiosos. Não foi, na verdade, uma modificação imediata ou absoluta: os estados europeus antes de 1660 tinham, certamente, agido segundo os seus interesses permanentes, e o preconceito religioso ainda alimentava muitas lutas internacionais no século XVIII. Não obstante, a principal característica da era 1519-1659 — isto é, um eixo austro-espanhol de potências dos Habsburgos combatendo uma coalizão de estados protestantes, mais a França — desaparece agora, sendo substituído por um sistema muito mais frouxo de alianças instáveis, a curto prazo. Países que tinham sido inimigos numa guerra muitas vezes se aliavam na guerra seguinte, o que dava ênfase a uma *Realpolitik* calculada, e não a convicções religiosas profundas na determinação de suas políticas.

As flutuações, tanto na diplomacia como na guerra, naturais a esse sistema volátil, multipolar, complicavam-se com alguma coisa que não era nova, mas sim comum a todas as épocas: a ascensção de certos estados e o declínio de outros. Durante esse século e meio de rivalidade internacional,

entre a ascenção de Luís XIV à autoridade plena na França, em 1660-1661, e a rendição de Napoleão Bonaparte depois de Waterloo, em 1815, certas nações destacadas do período anterior (o Império Otomano, Espanha, Países Baixos, Suécia) passaram a segundo plano, e a Polônia foi totalmente eclipsada. Os Habsburgos austríacos, por meio de vários ajustes territoriais e estruturais em suas terras hereditárias, conseguiram permanecer na primeira fila; e no norte da Alemanha, Brandemburgo-Prússia elevou-se a essa condição, partindo de um início pouco promissor. No oeste, a França após 1660 expandiu rapidamente o seu poderio militar, para tornar-se o mais poderoso estado europeu — para muitos observadores, quase tão esmagador quanto as forças Habsburgo pareciam ser, meio século antes. A capacidade francesa de dominar a Europa centro-oriental só foi contida por uma combinação de vizinhos marítimos e continentais, durante uma série de guerras prolongadas (1689-1697; 1702-1714; 1739-1763); voltou, porém, a ser reformulada na era napoleônica para produzir uma longa série de vitórias militares francesas que só foi detida por uma coalizão de quatro outras grandes potências. Mesmo com sua derrota em 1815, a França continuou sendo um dos estados importantes. Entre ela, no oeste, e os dois países germânicos da Prússia e Império Habsburgo, no leste, surgiu lentamente, portanto, um imperfeito equilíbrio trilateral dentro do coração da Europa, com o avançar do século XVIII.

Mas as alterações realmente significativas do sistema de grandes potências naquele século ocorreu nos flancos da Europa, e mais longe ainda. Alguns dos estados do oeste europeu transformaram seus pequenos e precários enclaves nos trópicos em domínios muito mais amplos, especialmente na Índia, mas também nas Índias Orientais, África do Sul e em pontos tão distantes como a Austrália. A mais bem-sucedida dessas nações colonizadoras foi a Inglaterra que, "estabilizada" internamente depois de Jaime II — que foi substituído por Guilherme e Maria em 1688 — alimentou constantemente o seu potencial isabelino como o maior dos impérios marítimos da Europa. Mesmo a perda do controle das prósperas colônias norte-americanas na década de 1770 — das quais saíram os Estados Unidos independentes, de formidável poder defensivo e considerável poder econômico — só temporariamente conteve esse crescimento da influência britânica global. Também notáveis foram as realizações do estado russo, que se expandiu para leste e sul, através das estepes da Ásia, durante o século XVIII. Além disso, embora colocadas nas margens ocidental e oriental da Europa, a Inglaterra e a Rússia tinham interesse pela sorte do centro — participando os ingleses das questões alemãs devido aos seus laços dinásticos com Hanôver (conseqüentes à ascensão de Jorge I, em 1714), e estando a Rússia disposta a ter voz principal no destino da vizinha Polônia. Mais geralmente, os governos de Londres e São Petersburgo queriam um equilíbrio de forças no continente europeu, e estavam dispostos a intervir repetidamente para assegurar uma situação de acordo com os seus interesses. Em outras palavras, o sistema de estados europeus se estava transformando num sistema de *cinco* grandes potências — França, o Império Habsburgo, Prússia, Inglaterra e Rússia — bem como países menores como Savóia e estados em declínio, como a Espanha.[1]

Por que essas cinco potências — que decerto não tinham exatamente a mesma força — puderam continuar, ou entrar, na "liga principal" de estados?

Explicações exclusivamente militares não nos levam muito longe. É difícil acreditar, por exemplo, que a ascensão e a queda de grandes potências nesse período foram causadas principalmente pelas modificações na tecnologia militar e naval, que poderiam beneficiar mais a um país do que a outro.* Houve, é claro, muitos aperfeiçoamentos nas armas: o arcabuz de pederneira (com baioneta de alvado) eliminou do campo de batalha os lanceiros; a artilharia tornou-se muito mais móvel, especialmente depois dos tipos mais novos de canhão desenhados por Gribeauval, na França, na década de 1760; e o canhão naval atarracado e de pouco alcance, conhecido como caronada (fabricado inicialmente pela Carron Company, da Escócia, em fins da década de 1770), melhorou o poder de destruição dos navios de guerra. Também houve aperfeiçoamentos na tática e, na retaguarda, constantes aumentos de população e produção agrícola que permitiam a organização de unidades militares muito maiores (a divisão, o corpo de exército), e sua manutenção mais fácil pelas ricas terras agrícolas, em fins do século XVIII. Não obstante, é justo dizer que o exército de Wellington, em 1815, não era significativamente diferente do exército de Marlborough em 1710, nem os navios de Nelson muito mais avançados, tecnologicamente, do que a frota que enfrentou as belonaves de Luís XIV.[2]

Na verdade, as modificações mais significativas ocorridas nos setores militar e naval, no século XVIII, foram provavelmente na *organização*, devido à maior atividade do Estado. O exemplo mais típico dessa transformação foi, sem dúvida, a França de Luís XIV (1661-1715), onde ministros como Colbert, Le Tellier, e outros, estavam empenhados em aumentar o poder do rei, internamente, bem como as suas glórias no exterior. A criação de um Ministério da Guerra na França, com intendentes que fiscalizavam o financiamento, abastecimento e organização das tropas, enquanto Martinet, como inspetor geral, impunha novos padrões de treinamento e disciplina; a construção de quartéis, hospitais, campos de treinamento e armazéns de todos os tipos, em terra, para manter o enorme exército do Rei Sol, juntamente com a criação de uma enorme marinha, centralmente organizada — tudo isso forçou as outras potências a fazer o mesmo, para não sofrerem um eclipse. A monopolização e burocratização do poder militar pelo estado são, claramente, parte central do processo de "criação da nação", processo esse recíproco, já que a maior autoridade e os maiores recursos do estado por sua vez davam às suas forças armadas um grau de *permanência* que, com freqüência, não existia um século antes. Não só havia exércitos "profissionais", "permanentes", e marinhas "reais", como também uma infra-estrutura muito mais desenvolvida, com academias de guerra, quartéis, estaleiros etc., e com administradores deles encarregados. O poder era agora *nacional*, quer fosse expresso por meio dos despotismos esclarecidos da Europa oriental, pelos controles parlamentares da Inglaterra, ou pelas forças demagógicas posteriores da França revolucionária.[3] Por outro lado, esses aperfeiçoamentos em organização podiam ser logo copiados pelos outros estados (o exemplo mais dramático é

*Por exemplo, o advento dos navios de guerra a vapor, depois de 1860, beneficiou a Inglaterra (que tinha abundância de carvão) em detrimento da França (que tinha pouco).

a transformação, por Pedro o Grande, do exército russo no espaço de poucas décadas, depois de 1698), e em si mesmo não constituíam garantia da manutenção da posição de grande potência por um país.

Muito mais importante do que qualquer progresso rigorosamente militar, para explicar a posição relativa ocupada pelas grandes potências nos anos de 1660-1815, eram dois outros fatores, as *finanças* e a *geografia*. Em conjunto — pois os dois elementos combinavam-se com freqüência — é possível percebermos um sentido mais amplo naquilo que, à primeira vista, parece uma configuração desnorteante de sucessos e fracassos, produzida pelas muitas guerras desse período.

A "Revolução Financeira"

A importância das finanças e de uma base econômica produtiva, que criava receita para o estado, já era evidente aos príncipes do Renacimento, como o capítulo anterior mostrou. A ascenção das monarquias do *ancien régime* do século XVIII, com suas grandes organizações militares e suas frotas de navios de guerra, simplesmente aumentou a necessidade que o governo tinha de fomentar a economia e criar instituições financeiras que pudessem levantar e administrar os capitais em questão.[4] Além disso, como na Primeira Guerra Mundial, conflitos como as sete maiores guerras anglo-francesas travadas entre 1689 e 1815, foram lutas de atrito. A vitória coube, portanto, à potência — ou melhor, já que tanto a Inglaterra como a França tinham geralmente aliados, à coalizão de grandes potências — dotada de maior capacidade de manter o crédito e o abastecimento. O simples fato de que eram guerras de *coalizão* aumentava a sua duração, já que um beligerante cujos recursos escasseavam procuraria um aliado mais poderoso para obter empréstimos e reforços, a fim de se manter na luta. Dados esses conflitos caros e esgotantes, o que cada um dos lados precisava, desesperadamente, era — para usarmos o velho aforismo — "dinheiro, dinheiro e ainda mais dinheiro". Foi essa necessidade que constituiu o pano de fundo do que se chamou de "revolução financeira" de fins do século XVII e princípios do século XVIII,[5] quando certos estados europeus criaram um sistema relativamente sofisticado de bancos e crédito, a fim de custear as suas guerras.

Havia, é certo, uma segunda razão, não militar, para as modificações financeiras dessa época. Era a escassez crônica de dinheiro, em particular nos anos que antecederam as descobertas de ouro no Brasil português, em 1693. Quanto mais se desenvolvia o comércio europeu com o Oriente, nos séculos XVII e XVIII, maior o dispêndio de prata para cobrir os desequilíbrios do comércio, levando comerciantes e negociantes de toda parte a se queixarem da escassez de moeda. Além disso, os aumentos constantes no comércio europeu, em especial de produtos essenciais, como tecidos e suprimentos navais, juntamente com a tendência de serem as feiras sazonais da Europa medieval substituídas por centros permanentes de troca, levaram a uma regularidade e previsibilidade crescentes das soluções financeiras e, com isso, ao maior uso das letras de câmbio e notas de crédito. Em Amsterdam especialmente, mas também em Londres, Lyon, Frankfurt e outras cidades,

surgiu todo um enxame de emprestadores de dinheiro, negociantes de mercadorias, ourives (que com freqüência faziam empréstimos), comerciantes de letras, e participantes das ações do crescente número de companhias desse tipo. Adotando as práticas bancárias já existentes na Itália do Renascimento, essas pessoas e casas financeiras criaram uma estrutura de crédito nacional e internacional para sustentar o começo da moderna economia mundial.

Não obstante, o impulso mais forte e mais constante à "revolução financeira" na Europa foi dado pela guerra. Se a diferença entre os ônus financeiros da era de Filipe II e os de Napoleão foi de grau, ainda assim foi notável. O custo de uma guerra do século XVI podia ser calculado em milhões de libras esterlinas; em fins do século XVII, ele se tinha elevado para *dezenas* de milhões, e ao final da Guerra Napoleônica, os gastos dos principais combatentes atingiram ocasionalmente a cem milhões de libras *por ano*. Se esses prolongados e freqüentes choques entre as grandes potências, quando traduzidos em termos econômicos, constituíram antes um benefício do que um freio para o crescimento comercial e industrial do Ocidente, é um problema que jamais poderá ser solucionado de maneira satisfatória. A resposta depende, em grande parte, de se estar tentando avaliar o crescimento *absoluto* de um país, ou a sua prosperidade e força *relativas* antes e depois de um conflito prolongado.[6] O que é claro é que até mesmo os mais florescentes e "modernos" estados do século XVIII não podiam pagar imediatamente as guerras desse período com as suas receitas normais. Além disso, os enormes aumentos dos tributos, mesmo havendo uma máquina para recolhê-los, bem poderiam provocar descontentamento interno, temido por todos os regimes — em especial quando enfrentavam, ao mesmo tempo, desafios externos.

Em conseqüência, a única maneira pela qual um governo podia financiar uma guerra adequadamente, era tomando empréstimos: vendendo apólices e cargos, ou melhor, títulos negociáveis a longo prazo, rendendo juros a todos os que adiantavam dinheiros para o estado. Assegurado o influxo de fundos, as autoridades podiam então autorizar o pagamento aos fornecedores do exército, aos comerciantes que o abasteciam, aos construtores navais e às próprias forças armadas. Sob muitos aspectos, esse sistema duplo de levantar e gastar *simultaneamente* enormes somas agia como um fole, estimulando o desenvolvimento do capitalismo ocidental e do próprio estado-nação.

Por mais natural, porém, que isso pareça aos observadores posteriores, é importante ressaltar que o sucesso desse sistema dependia de dois fatores críticos: uma máquina razoavelmente eficiente para o levantamento de empréstimos, e a manutenção do "crédito" do governo nos mercados financeiros. Em ambos as Províncias Unidas lideraram — o que não é surpresa, já que os comerciantes faziam parte do seu governo e desejavam ver os negócios de estado conduzidos de acordo com os mesmos princípios de retidão financeira que se aplicavam, digamos, a uma companhia por ações. Era adequado, portanto, que os Estados Gerais dos Países Baixos, que elevavam com eficiência e regularidade os impostos, para cobrir as despesas governamentais, fossem capazes de fixar taxas de juros muito baixas, mantendo assim reduzidos os pagamentos da dívida. Esse sistema, muito bem reforçado pelas muitas atividades financeiras da cidade de Amsterdam, deu

logo às Províncias Unidas uma reputação internacional pela compensação de letras, câmbio de moeda e fornecimento de crédito, que criou naturalmente uma estrutura — e uma atmosfera — na qual o financiamento a longo prazo do débito estatal era considerado como uma operação perfeitamente normal. Tão bem-sucedida foi Amsterdam como centro do "capital excedente" holandês que logo pôde investir em ações de companhias estrangeiras e, o que é mais importante, subscrever uma grande variedade de empréstimos a governos estrangeiros, especialmente durante as guerras.[7]

O impacto dessas atividades sobre a economia das Províncias Unidas não precisa ser examinado aqui, embora seja claro que Amsterdam não se teria tornado a capital financeira do continente se não fosse apoiada por uma base comercial e produtiva florescente em primeiro lugar. Além disso, a conseqüência, a prazo muito longo, foi provavelmente desvantajosa, já que os lucros constantes dos empréstimos governamentais afastou as Províncias Unidas, cada vez mais, de uma economia de manufatura, levando para uma economia de *rendas*, ou financeira, onde os banqueiros hesitavam em arriscar capital em empresas industriais de grande escala, em fins do século XVIII. Ao mesmo tempo, a facilidade na obtenção de empréstimos acabou onerando o governo holandês com uma dívida enorme, paga pelos impostos de consumo, que elevaram salários e preços a níveis nada competitivos.[8]

O mais importante, para os objetivos de nossa argumentação, é que ao subscrever empréstimos a governos *estrangeiros*, os holandeses estavam muito menos preocupados com a religião ou a ideologia dos clientes do que com sua estabilidade financeira e seu crédito. Assim, as condições fixadas para empréstimos a potências européias como a Rússia, Espanha, Áustria, Polônia e Suécia, eram condicionadas pelos seus respectivos potenciais econômicos, pelas garantias que ofereciam aos banqueiros, sua história no pagamento de juros e principal da dívida e, em última análise, pela sua perspectiva de vencer uma guerra de grandes potências. Assim, a queda das ações governamentais polonesas, em fins do século XVIII, e a subida do crédito da Áustria, década após década, refletiram a durabilidade relativa desses estados.[9]

O melhor exemplo, porém, dessa relação crítica entre o vigor financeiro e a política de poder está nas duas grandes rivais desse período, Inglaterra e França. Como o resultado de seu conflito afetou todo o equilíbrio europeu, vale a pena examinarmos suas experiências com algum detalhe. A noção antiga de que a Inglaterra do século XVIII evidenciou um vigor comercial e industrial que crescia sem parar, um crédito fiscal inabalável, e uma estrutura social flexível, de mobilidade ascendente — em comparação com a França do *ancien régime*, baseada nas areias precárias da sorte militar, no atraso econômico e num rígido sistema de classes — já não parece defensável. Sob certos aspectos, o sistema tributário francês era menos atrasado do que o inglês. Também sob certos aspectos a economia francesa do século XVIII mostrava indícios de uma aproximação com o ponto de "partida" de uma revolução industrial, embora dispusesse de reservas apenas limitadas de matérias críticas como o carvão. Sua produção de armas era considerável e tinha muitos artesãos especializados e alguns empresários dinâmicos.[10] Com sua população muito maior, e sua agricultura também mais ampla, a França era muito mais rica do que sua vizinha insular: as receitas de seu governo e

o tamanho de seu exército obscureciam os de qualquer rival da Europa ocidental. Seu regime dirigista, em comparação com a política de base partidária de Westminster, parecia dar-lhe maior coerência. Em conseqüência, os ingleses do século XVIII tinham muito mais consciência das debilidades do que da força de seu país, quando olhavam para o outro lado do canal da Mancha.

Com tudo isso, o sistema inglês tinha vantagens importantes na área financeira, que aumentavam seu poder na guerra, fomentavam sua estabilidade política e seu crescimento econômico na paz. Embora seja verdade que seu sistema *geral* de tributação era mais atrasado que o da França — isto é, baseava-se muito mais nos impostos indiretos do que nos diretos — certas características suas parecem tê-lo tornado muito mais aceitável pelo público. Por exemplo, não havia na Inglaterra nada como o grande número de coletores e arrendadores dos impostos e outros intermediários da França; muitos dos impostos ingleses eram "invisíveis" (de consumo sobre alguns produtos básicos), ou pareciam alcançar o estrangeiro (tarifas aduaneiras); não havia os tributos aduaneiros internos que irritavam tanto os comerciantes franceses e constituíam um desincentivo ao comércio. O imposto territorial britânico — o único imposto direto durante grande parte do século XVIII — não permitia exceções privilegiadas, e era também "invisível" para a maioria da sociedade. E esses vários impostos eram discutidos e autorizados por uma assembléia eletiva que, com todos os seus defeitos, parecia mais representativa do que o *ancien régime* na França. Se a isso acrescentarmos o importante ponto de que a renda *per capita* já era bastante mais alta na Inglaterra do que na França, mesmo em 1700, não constitui surpresa que a população do estado ilhéu estivesse disposta a, e fosse capaz de, pagar impostos proporcionalmente maiores. Finalmente, podemos argumentar — embora isso seja mais difícil de provar pelas estatísticas — que o peso comparativamente mais leve da tributação direta na Inglaterra não só aumentou a inclinação à poupança entre os que estavam em melhores condições na sociedade (permitindo com isso a acumulação de capital de investimento durante os anos de paz), como também produziu uma grande reserva de riqueza tributável em *tempo de guerra*, quando maiores impostos territoriais e, em 1799, o imposto de renda direto foram introduzidos para atender à emergência nacional. Assim, na época da Guerra Napoleônica, apesar de sua população ser a metade da francesa, a Inglaterra estava, pela primeira vez, recolhendo maior receita de impostos anuais, em termos *absolutos*, do que a sua vizinha maior.[11]

Por mais notável que seja esse fato, porém, ele é obscurecido em importância pela diferença, ainda mais significativa, entre os sistemas inglês e francês de crédito público. Durante a maior parte dos conflitos do século XVIII, quase três quartos dos recursos financeiros extraordinários levantados para as despesas adicionais de guerra vieram de empréstimos. Sob esse aspecto, mais do que qualquer outro, as vantagens britânicas foram decisivas. A primeira delas foi o aperfeiçoamento de uma estrutura institucional que permitia o levantamento de empréstimos a longo prazo de maneira eficiente, e promovia simultaneamente o pagamento regular dos juros (e do principal) das dívidas contraídas. A criação do Banco da Inglaterra em 1694 (a princípio como expediente de tempo de guerra) e a regularização, pouco depois, da

dívida nacional, de um lado, e o florescimento da bolsa de títulos e o crescimento dos "bancos internos", do outro, estimularam a oferta de dinheiro aos governos e homens de negócios. Esse crescimento do papel-moeda em várias formas, *sem* inflação severa ou perda de crédito, trouxe muitas vantagens numa época de falta de moeda. Não obstante, a "revolução financeira" em si dificilmente teria obtido êxito se as obrigações do Estado não tivessem sido garantidas por parlamentos sucessivos, com seus poderes de criar impostos adicionais; se não tivessem os ministérios — de Walpole ao segundo Pitt — se empenhado em convencer seus banqueiros e o público em geral de que também eles se pautavam pelos princípios da retidão financeira e do governo "econômico"; e se não tivesse a expansão do comércio e indústria (em alguns ramos, notável) proporcionado as receitas concomitantes das tarifas aduaneiras e imposto de consumo. Nem mesmo o início da guerra impediu esses aumentos, desde que a Marinha Real protegesse o comércio do país com o além-mar, ao mesmo tempo em que sufocava o comércio dos adversários. Foi sobre essas bases sólidas que repousou o "crédito" inglês, apesar de algumas incertezas iniciais, de considerável oposição política e um quase-desastre financeiro como o colapso do famoso Projeto dos Mares do Sul de 1720.* "Apesar de todos os defeitos no trato das finanças públicas inglesas", observou seu historiador, "ela continuou sendo, pelo resto do século, mais honesta, bem como mais eficiente do que qualquer outra na Europa."[12]

Em conseqüência de tudo isso, não só as taxas de juros baixaram constantemente,** como também os títulos do governo inglês tornaram-se atraentes aos investidores estrangeiros, em particular os holandeses. Transações regulares com esses títulos, no mercado de Amsterdam, tornaram-se assim uma parte importante da ligação comercial e das relações financeiras anglo-holandesas, com efeitos importantes sobre a economia de ambos os países.[13] Em termos de poder político, seu valor estava na maneira pela qual os recursos das Províncias Unidas acorreram repetidamente em ajuda do esforço de guerra inglês, mesmo quando a aliança holandesa na luta contra a França tinha sido substituída por uma neutralidade relutante. Só na época da Guerra Revolucionária Americana — significativamente, o único conflito no qual as deficiência militares, navais, diplomáticas e comerciais britânicas se tornaram mais evidentes e, portanto, seu crédito foi menor — o fluxo dos fundos holandeses diminuiu apesar das altas taxas de juros que Londres estava disposta a pagar. Em 1780, porém, quando os holandeses entraram na guerra ao lado da França, o governo britânico comprovou que o vigor de sua economia e a disponibilidade de capital interno eram tais que seus empréstimos podiam ser assumidos, em sua quase totalidade, pelos investidores domésticos.

*Escândalo político e financeiro que resultou do colapso da South Sea Company, patrocinada pelo rei e pelo governo, depois de ter ela assumido a dívida nacional. (N. do T.)

**Na época da Guerra da Sucessão Austríaca (1739-1747), o governo pôde tomar grandes empréstimos a 3 ou 4%, metade da taxa de juros predominante na época de Marlborough.

As simples dimensões — e o êxito final — da capacidade inglesa de levantar empréstimos de guerra podem ser resumidas no Quadro 2:

Quadro 2. Despesa e receita da Inglaterra em tempo de guerra, 1688-1815
(em libras)

Anos inclusive	*Despesa total*	*Receita total*	*Saldo coberto por emprés-timos*	*Empréstimos como % da despesa*
1688-97	49.320.145	32.766.754	16.553.391	33,6
1702-13	93.644.560	64.239.477	29.405.083	31,4
1739-48	95.628.159	65.903.964	29.724.195	31,1
1756-63	160.573.366	100.555.123	60.018.243	37,4
1776-83	236.462.689	141.902.620	94.560.069	39,9
1793-1815	1.657.854.518	1.217.556.439	440.298.079	26,6
Totais	2.293.483.437	1.622.924.377	670.559.060	33,3

E a conseqüência estratégica desses números foi poder o país "gastar na guerra desproporcionalmente à sua receita de impostos e, com isso, lançar em sua luta contra a França e seus aliados a margem decisiva de navios e homens sem os quais os recursos previamente empenhados poderiam ter sido inúteis".[14] Embora muitos comentaristas ingleses, durante o século XVIII, tremessem ante o tamanho da dívida nacional e suas possíveis conseqüências, a verdade é que (nas palavras do bispo Berkeley) o crédito era "a principal vantagem que a Inglaterra tinha sobre a França". Finalmente, o grande aumento das despesas estatais e a enorme demanda continuada que os contratos do Almirantado, em particular, fizeram de ferro, lã, tecidos e outras mercadorias provocaram um "movimento de retorno" que ajudou a produção industrial britânica e estimulou a série de inovações tecnológicas que deram ao país mais uma vantagem sobre os franceses.[15]

Hoje, é fácil ver por que os franceses não conseguiram acompanhar os ingleses.[16] Para começar, não havia um sistema adequado de finanças *públicas*. A partir da Idade Média, as operações financeiras dos monarcas franceses eram "administradas" por uma série de órgãos — governos municipais, clero, estados provinciais e, cada vez mais, arrendadores de impostos — que recolhiam as receitas e supervisionavam os monopólios da coroa, em troca de uma parte das rendas e que, simultaneamente, adiantavam dinheiro ao governo francês — a belos juros — sobre a receita prevista dessas operações. A venalidade desse sistema estendia-se não apenas aos arrendadores de impostos em geral, que cobravam os impostos sobre tabaco e sal; ocorria também na hierarquia dos coletores paroquiais, recebedores distritais e coletores regionais em geral, responsáveis pelos tributos diretos como a *taille*. Cada um deles ficava com a sua "fatia", antes de passar o dinheiro para um nível superior; cada um deles também recebia 5% de juros sobre o preço que tinha pago pelo cargo, e muitos dos funcionários mais graduados eram encarregados de pagar somas diretamente aos contratantes do governo, ou como salários, sem antes encaminhar ao tesouro real as somas que recebiam. Esses homens também emprestavam recursos — a juros — à Coroa.

Essa organização frouxa e irregular sofria de corrupção inerente, e grande parte dos recursos dos contribuintes terminava nas mãos de particulares. Por vezes, especialmente depois das guerras, eram feitas investigações contra os financistas, muitos dos quais eram induzidos a pagar "indenizações", ou aceitar menores taxas de juros; essas investigações, porém, eram simples gestos de efeito. "O verdadeiro culpado", disse um historiador, "era o próprio sistema."[17] A segunda conseqüência dessa ineficência foi que, até as reformas de Necker na década de 1770, não havia uma idéia geral de contabilidade nacional; registros anuais de receita e despesa, e o problema dos déficits, raramente eram considerados como importantes. Desde que a monarquia pudesse levantar fundos para as necessidades imediatas, militares e da corte, o crescimento constante da dívida nacional tinha pouca importância.

Embora uma irresponsabilidade semelhante tivesse sido evidenciada antes pelos Stuarts, o fato é que no século XVIII a Inglaterra já tinha desenvolvido uma forma de finanças públicas, controladas pelo Parlamento, que lhe proporcionava numerosas vantagens no duelo pela supremacia. Uma das maiores parece ter sido a de que, enquanto o aumento do dispêndio governamental e da dívida nacional não prejudicou (e pode de fato ter ajudado) o investimento inglês no comércio e indústria, as condições predominantes na França parecem ter estimulado os que dispunham de capital excedente a comprar um cargo ou uma anuidade, em lugar de investir em negócios. Em certas ocasiões, é certo, houve tentativas de dar à França um banco nacional, para que a dívida pública pudesse ser devidamente administrada, e se obtivesse um crédito barato; esses planos encontraram sempre a resistência daqueles que tinham interesse no sistema existente. A política financeira do governo francês, se é que merece tal nome, foi portanto sempre imediatista.

O desenvolvimento comercial da França também sofreu de várias maneiras. É interessante notar, por exemplo, as desvantagens sob as quais um porto francês como La Rochelle operava, se comparado com Liverpool ou Glasgow. Todos três estavam situados em condições de explorar a florescente "economia do Atlântico" do século XVIII, e La Rochelle tinha uma localização particularmente boa para o comércio triangular com a África Ocidental e as Antilhas. Infelizmente para essas aspirações mercantis, o porto francês sofreu com as repetidas investidas da Coroa, "insaciável em suas exigências fiscais, incansável na busca de novas e maiores fontes de renda". Um grande número de "tributos pesados, injustos, impostos arbitrariamente, de forma direta e indireta, sobre o comércio" retardaram o crescimento econômico; a venda de cargos desviava o capital local do investimento no comércio, e os impostos cobrados por esses funcionários venais intensificavam tal tendência; as companhias monopolistas restringiam a livre empresa. Além disso, embora a Coroa obrigasse os rochelenses a construir um arsenal caro e grande na década de 1760 (ou então confiscar toda a receita da cidade!), não oferecia compensação quando ocorriam guerras. Como o governo francês geralmente se concentrava mais nos objetivos militares do que marítimos, os freqüentes conflitos com a Marinha Real inglesa superior eram um desastre para La Rochelle, que via seus navios mercantes serem apresados, seu lucrativo tráfico de escravos interrompido e seus mercados de além-mar, do Canadá e Luisiana, eliminados — tudo isso num momento em que as taxas de seguro marítimo

subiam muito e eram impostas taxas de emergências. Como golpe final, o governo francês viu-se forçado, muitas vezes, a permitir que os seus colonos de além-mar comerciassem com navios neutros durante a guerra, mas isso tornou ainda mais difícil recuperar tais mercados quando a paz era concluída. Em comparação, o setor atlântico da economia inglesa cresceu constantemente durante o século XVIII, beneficiando-se durante a guerra (apesar dos ataques dos corsários franceses) com as políticas de um governo que achava serem o lucro e o poder, o comércio e o domínio, inseparáveis.[18]

A pior conseqüência da imaturidade financeira da França foi a corrosão, em tempo de guerra, de seu esforço militar e naval, de várias maneiras.[19] Devido à ineficiência e instabilidade do sistema, era necessário mais tempo para assegurar o abastecimento de (digamos) armazéns navais, e os fornecedores geralmente precisavam cobrar mais do que seria o caso com os almirantados inglês ou holandês. Levantar grandes somas durante a guerra sempre foi um problema para a monarquia francesa, mesmo quando recorreu repetidamente ao dinheiro holandês, nas décadas de 1770 e 1780, pois sua longa história de reavaliações da moeda, seus repúdios parciais de dívidas e outras medidas arbitrárias contra os portadores de letras a curto e longo prazo levaram os banqueiros a exigir — e um estado francês desesperado a aceitar — taxas de juro muito acima das cobradas ao governo inglês, e a muitos outros governos europeus.* Nem mesmo essa disposição de pagar mais permitiu aos monarcas Bourbon obter as somas necessárias a um esforço militar total numa guerra prolongada.

A melhor ilustração da relativa debilidade francesa ocorreu nos anos que se seguiram à Guerra Revolucionária Americana. Esse conflito nada teve de glorioso para os ingleses, que perderam a sua maior colônia e viram sua dívida nacional crescer para cerca de 220 milhões de libras. Mas como essas somas tinham sido levantadas principalmente a um juro de apenas 3%, os pagamentos anuais totalizaram apenas 7,33 milhões. Os custos reais da guerra com a França foram consideravelmente menores; afinal de contas, ela entrou no conflito a meio caminho, seguindo os esforços de Necker para equilibrar o orçamento, e pelo menos daquela vez não lhe foi preciso movimentar um exército maciço. Não obstante, a guerra custou ao governo francês pelo menos um bilhão de *livres*, praticamente pagas com empréstimos a juros que eram pelo menos o dobro dos pagos pelo governo britânico. Em ambos os países, o serviço da dívida consumiu metade da despesa anual do estado, mas depois de 1783 os ingleses iniciaram imediatamente uma série de medidas (o Fundo de Amortização, um fundo consolidado de receita, melhor contabilidade pública) para estabilizar aquele total e fortalecer seu crédito — o maior, talvez, desde as realizações do segundo Pitt. No lado francês, em contraste, novos e grandes empréstimos foram tomados a cada ano, já que as receitas "normais" não conseguiam cobrir nem mesmo as despesas de tempo de paz; e com os déficits anuais em crescimento, o crédito do governo enfraqueceu-se ainda mais.

*Nos primeiros anos de Luís XIV, em contraste, a França pôde tomar empréstimos a uma taxa de juros inferior à dos Stuarts, ou mesmo Guilherme II.

A espantosa conseqüência estatística foi que em fins da década de 1780 a dívida nacional da França era quase a mesma da Inglaterra — cerca de 215 milhões de libras — mas os pagamentos de juros anuais eram quase o dobro, ou 14 milhões. Pior ainda, os esforços de sucessivos ministros das finanças de criar novos impostos encontraram grande resistência pública. Afinal de contas, foram as reformas tributárias propostas por Calonne, levando à Assembléia dos Notáveis, às medidas contra os *parlements*, à suspensão dos pagamentos pelo tesouro, e em seguida (pela primeira vez desde 1614) à convocação dos Estados Gerais em 1789, que provocaram o colapso final do *ancien régime* na França.[20] A ligação entre a bancarrota nacional e a revolução era demasiado clara. Nas circunstâncias desesperadas que se seguiram, o governo emitiu mais notas ainda (no valor de 100 milhões de *livres* em 1789, e 200 milhões em 1790), um recurso substituído pelo expediente da própria Assembléia Constituinte, de confiscar as terras da Igreja e emitir papel-moeda do seu valor. Tudo isso levou a maior inflação, que a decisão de 1792, de ir à guerra, apenas exacerbou. E embora seja certo que as reformas administrativas posteriores, dentro do próprio tesouro, e a determinação do regime revolucionário de conhecer o verdadeiro estado de coisas acabaram produzindo uma estrutura burocrática unificada, coletora de receitas, semelhante às existentes na Inglaterra e em outros países, é certo também que as convulsões internas e externas que durariam até 1815 fizeram com que a economia francesa se atrasasse ainda mais em relação à de sua maior rival.

Esse problema de levantar fundos para custear as guerra presentes — e passadas — preocupou *todos* os regimes e seus estadistas. Mesmo na paz, a manutenção de forças armadas consumia entre 40 e 50% das despesas de um país; na guerra, podia elevar-se a 80 ou mesmo 90% do total bem maior! Qualquer que fosse a sua constituição interna, portanto, os impérios autocráticos, as monarquias limitadas, e as repúblicas burguesas em toda a Europa enfrentaram as mesmas dificuldades. Depois de cada período de luta (e em especial depois de 1714 e 1763), a maioria dos países precisava desesperadamente de uma trégua para respirar, para recuperar-se de sua exaustão econômica, e solucionar os descontentamentos internos que a guerra e a alta tributação provocavam com demasiada freqüência. Mas a natureza competitiva, egoísta, do sistema de estados europeus significava que uma paz *prolongada* era rara, e que dentro de poucos anos estariam sendo feitos preparativos para uma nova campanha. Não obstante, se o peso financeiro mal podia ser levado pelos franceses, holandeses e ingleses — os três mais ricos povos da Europa — como poderia ser enfrentado pelos estados mais pobres?

A resposta simples a essa pergunta é que não podia. Nem mesmo a Prússia de Frederico o Grande, que obtinha grande parte de sua receita dos extensos domínios reais bem administrados e dos monopólios, podia enfrentar as vastas exigências da guerra da Sucessão Austríaca e da Guerra dos Sete Anos sem recurso a três fontes "extraordinárias" de renda: lucros com o aviltamento da moeda; saque dos estados vizinhos, como Saxônia e Mecklemburgo; e, depois de 1757, consideráveis subsídios de seu aliado mais rico, a Inglaterra. Para o Império Habsburgo, menos eficiente e mais descentralizado, os problemas de custear a guerra eram imensos; é difícil, porém, acreditar que a situação fosse melhor na Rússia ou na Espanha, onde as perspectivas de

levantar dinheiro — a não ser apertando mais os camponeses e as incipientes classes médias — não eram promissoras. Com tantas ordens (por exemplo, a nobreza húngara, o clero espanhol) reivindicando exceções sob os *anciens régimes*, até mesmo a invenção de complicados tributos indiretos, a desvalorização da moeda e a impressão de papel-moeda mal foram suficientes para manter os complexos exércitos e as cortes, em tempo de paz. E embora o início da guerra levasse a medidas fiscais extraordinárias para a emergência nacional, significava também o crescente recurso aos mercados financeiros da Europa ocidental ou, melhor ainda, a subsídios diretos de Londres, Amsterdam ou Paris, que podiam então ser usados para pagar mercenários e abastecimentos. *Pas d'argent, pas de Suisses*, pode ter sido uma frase para os príncipes do Renascimento, mas era ainda uma realidade inevitável até mesmo na época de Frederico e de Napoleão.[21]

Isso não equivale a dizer, porém, que o elemento financeiro determinou *sempre* a sorte das nações, nessas guerras do século XVIII. Amsterdam foi, durante grande parte desse período, o maior centro financeiro do mundo, mas isso não pôde impedir o desaparecimento das Províncias Unidas como importante potência; inversamente, a Rússia era economicamente atrasada e seu governo relativamente faminto de capital, e não obstante a influência desse país e seu poderio nos assuntos europeus cresceram constantemente. Para explicar essa aparente discrepância é necessário dar a mesma atenção ao segundo, em importância, fator condicionante: a influência da geografia na estratégia nacional.

Geopolítica

Devido à inerente natureza competitiva da política de poder européia e à volatilidade das alianças durante todo o século XVIII, os estados rivais com freqüência enfrentavam circunstâncias notavelmente diferentes — e, por vezes, extremas variações de fortuna — de um grande conflito para o conflito seguinte. Tratados secretos e "revoluções diplomáticas" produziam instáveis conglomerados de poderes e, em conseqüência, oscilações muito freqüentes no equilíbrio europeu, tanto militares como navais. Embora isso naturalmente levasse os governos a recorrer muito à habilidade de seus diplomatas, para não falarmos de suas forças armadas, também indicava a significação do fator geográfico. O que entendemos aqui por essa expressão não são apenas elementos como o clima de um país, as matérias-primas, a fertilidade da agricultura e o acesso a rotas comerciais — por mais importantes que sejam para a sua prosperidade geral — mas antes a questão crítica da *localização* estratégica durante essas guerras multilaterais. Podia determinada nação concentrar suas energias numa frente, ou tinha de lutar em várias? Partilhava fronteiras comuns com estados fracos ou poderosos? Era principalmente uma potência terrestre, marítima, ou híbrida — e que vantagens e desvantagens isso proporcionava? Podia retirar-se facilmente de uma grande guerra na Europa central, se desejasse? Podia conseguir recursos adicionais no além-mar?

O destino das Províncias Unidas nesse período constitui um bom exemplo das influências da geografia sobre a política. Em princípios do século XVII elas dispunham de muitos dos ingredientes internos para o crescimento nacional — economia florescente, estabilidade social, um exército bem treinado e uma marinha poderosa; e não pareciam então sofrer de desvantagens devido à geografia. Pelo contrário, sua rede fluvial proporcionava uma barreira (pelo menos até certo ponto) contra as forças espanholas, e sua posição no mar do Norte dava-lhe acesso fácil aos ricos pesqueiros de arenques. Mas um século depois os holandeses lutavam para manter sua posição contra vários rivais. A adoção de políticas mercantilistas pela Inglaterra de Cromwell e a França de Colbert prejudicou o comércio e a navegação holandeses. Apesar de todo o brilho tático de comandantes como Tromp e De Ruyter, os navios mercantes holandeses nas guerras navais contra a Inglaterra tinham de percorrer a rota do canal da Mancha, ou seguir pela rota mais longa e mais tempestuosa em torno da Escócia, que (como os pesqueiros de arenque) ainda estava aberta aos ataques no mar do Norte. Os ventos de oeste predominantes davam vantagem de batalha aos almirantes ingleses; e as rasas águas ao largo da Holanda restringiam o deslocamento — e, em última análise, o tamanho e poderio — dos navios de guerra holandeses.[22] Da mesma forma que seu comércio com as Américas e as Índias tornou-se cada vez mais sujeito às restrições impostas pelo poderio marítimo inglês, o mesmo ocorreu com o seu comércio báltico — uma das bases do início de sua prosperidade — corroído pelos suecos e outros rivais locais. Embora os holandeses pudessem reafirmar-se temporariamente, enviando uma grande frota de combate a um porto ameaçado, não tinham como defender de forma permanente os seus interesses, extensos e vulneráveis, em mares distantes.

Esse dilema agravou-se com a vulnerabilidade dos holandeses à ameaça terrestre da França de Luís XIV, a partir da década de 1660. Como esse perigo era ainda maior do que o representado pela Espanha 100 anos antes, os holandeses foram obrigados a expandir seu exército (93 mil homens em 1693) e a dedicar mais recursos ainda ao guarnecimento de suas fortalezas da fronteira. Esse vazadouro das energias holandesas era duplo: desviava grandes volumes de recursos para despesas militares, produzindo uma espiral ascendente nas dívidas de guerra, no pagamento de juros, nos maiores impostos de consumo e altos salários que enfraqueciam a competitividade da nação a longo prazo; e também causava severas perdas de vida durante a guerra a uma população que, com cerca de 2 milhões de habitantes, esteve curiosamente estática durante todo esse período. Daí o alarme justificado, durante as ferozes batalhas corpo a corpo da Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1713) ante as pesadas baixas causadas pela disposição de Marlborough de lançar os exércitos anglo-holandeses em sangrentos ataques frontais contra os franceses.[23]

A aliança inglesa cimentada por Guilherme III em 1689 foi, simultaneamente, a salvação das Províncias Unidas e um fator que contribuiu de maneira substancial para seu declínio como grande potência independente — da mesma maneira pela qual, mais de 200 anos depois, o Empréstimo e Arrendamento e a aliança com os Estados Unidos ajudariam ao mesmo tempo a salvar e a solapar um Império Britânico que lutava pela sobrevivência sob a direção de um parente distante de Marlborough, Winston Churchill. A

inadequação dos recursos holandeses nas várias guerras contra a França entre 1688 e 1748 significou a necessidade de concentrar cerca de três quartos dos gastos com a defesa no setor militar, negligenciando com isso a armada — ao passo que os ingleses assumiam uma parcela crescente das campanhas marítimas e coloniais e das vantagens comerciais delas oriundas. Enquanto os comerciantes de Londres e Bristol floresciam, para falar claramente, os de Amsterdam sofriam. Essa situação foi exacerbada pelos freqüentes esforços britânicos para impedir *todo* o comércio com a França em tempo de guerra, em contraste com o desejo holandês de manter esses laços lucrativos — reflexo de como as Províncias Unidas estavam muito mais envolvidas (e portanto eram mais dependentes) do comércio e finanças *externos* durante esse período, ao passo que a economia inglesa ainda era relativamente auto-suficiente. Mesmo quando, na Guerra dos Sete Anos, as Províncias Unidas passaram à neutralidade, isso de pouco lhes valeu, pois uma esmagadora marinha inglesa, recusando-se a aceitar a doutrina de "navios livres, mercadorias livres", estava disposta a bloquear o comércio francês de além-mar impedindo que fosse transportado em navios neutros.[24] O desentendimento diplomático anglo-holandês de 1758-1759, provocado por essa questão, repetiu-se nos primeiros anos da Guerra Revolucionária Americana, e acabou levando a hostilidades declaradas, depois de 1780, que em nada ajudaram o comércio marítimo, seja da Inglaterra ou das Províncias Unidas. Na época das lutas revolucionárias francesas, e das napoleônicas, os holandeses viram-se mais uma vez encurralados entre a Inglaterra e a França, sofrendo de repúdios generalizados de dívidas, afetados pelas fissuras internas, e perdendo colônias e comércio de além-mar, numa luta global que não podiam evitar, nem da qual se podiam aproveitar. Nessas circunstâncias, os conhecimentos financeiros e o recurso ao "capital excedente" simplesmente não bastavam.[25]

Da mesma maneira, embora em escala maior, a França também sofreu por ser uma potência híbrida durante o século XVIII, com suas energias divididas entre objetivos continentais, de um lado, e ambições marítimas e coloniais, do outro. Na primeira parte do reinado de Luís XIV essa ambivalência estratégica não foi tão acentuada. O vigor da França repousava firmemente em materiais *indígenas:* seu território grande e relativamente homogêneo, sua auto-suficiência agrícola e sua população de cerca de 20 milhões, que permitiram a Luís XIV aumentar seu exército, de 30 mil homens em 1659 para 97 mil em 1666 e o tamanho colossal de 350 mil homens em 1710.[26] Também os objetivos da política externa do Rei Sol eram terrestres e tradicionais: enfraquecer ainda mais as posições Habsburgo, por ações no sul contra a Espanha, e no leste e norte contra o vulnerável cordão de territórios hispano-Habsburgo e alemães, Franco-Condado, Lorena, Alsácia, Luxemburgo e o sul dos Países Baixos. Com a Espanha exausta, a Áustria distraída com a ameaça turca e os ingleses neutros a princípio, ou amistosos, Luís desfrutou de duas décadas de sucesso diplomático; mas, em seguida, o próprio fantasma das pretensões francesas assustou as outras potências.

O principal problema estratégico da França era que, embora maciçamente forte em termos defensivos, ela estava menos bem situada para realizar uma campanha decisiva de conquista: em todas as direções ela estava encerrada,

em parte por barreiras geográficas, em parte pelas pretensões existentes e pelos interesses de várias grandes potências. Um ataque ao sul dos Países Baixos (isto é, em poder dos Habsburgos), por exemplo, envolveria uma campanha desgastante por um território cheio de fortalezas e vias aquáticas, e provocaria uma reação não só das próprias potências Habsburgo, como também das Províncias Unidas e Inglaterra. Os esforços militares franceses na Alemanha também eram problemáticos: era mais fácil cruzar a fronteira, mas as linhas de comunicações eram muito mais extensas, e mais uma vez haveria uma inevitável coalizão a enfrentar — os austríacos, os holandeses, os ingleses (especialmente depois da sucessão hanoveriana de 1714), e ainda os prussianos. Mesmo quando, em meados do século XVIII, a França estava disposta a buscar um forte aliado alemão — isto é, a Áustria ou a Prússia — a conseqüência natural dessa aliança foi que a *outra* potência alemã foi para a oposição e, o que é mais importante, lutou para conseguir o apoio da Inglaterra e da Rússia, para neutralizar as ambições francesas.

Além disso, toda guerra contra as potências marítimas exigia uma certa divisão das energias francesas e a atenção do continente, e com isso tornava menos provável o sucesso de uma campanha terrestre. Dividida entre combater em Flandres, Alemanha e norte da Itália de um lado, e no canal da Mancha, Antilhas, Baixo Canadá e oceano Índico do outro, a estratégia francesa levou repetidamente à perda de oportunidades pela indecisão. Embora não se dispondo nunca a fazer o grande esforço financeiro necessário para desafiar a supremacia da Marinha Real inglesa,* sucessivos governos franceses destinaram à armada fundos que — tivesse a França sido *apenas* uma potência terrestre — poderiam ter sido usados para reforçar o exército. Somente na guerra de 1778-1783, apoiando os rebeldes americanos no hemisfério ocidental, mas abstendo-se de qualquer ação na Alemanha, a França conseguiu humilhar o inimigo inglês. Em todas as outras guerras, os franceses nunca tiveram o luxo da concentração estratégica — e, em conseqüência, sofreram.

Em suma, a França do *ancien régime* continuou, pelo seu tamanho, população, riqueza, sempre o maior dos estados europeus; mas não era bastante grande, nem bem organizada, para ser uma "superpotência", e, estando limitada em terra e dispersa no mar, não pôde impor-se à coalizão inevitavelmente provocada pelas suas ambições. As ações francesas antes confirmavam do que perturbavam a pluralidade de poder na Europa. Só quando as suas energias nacionais foram transformadas pela Revolução, e em seguida brilhantemente utilizadas por Napoleão, ela pôde impor suas idéias ao continente por algum tempo. Mesmo assim, seus sucessos foram passageiros e nenhum gênio militar poderia assegurar o controle francês permanente da Alemanha, Itália e Espanha, para não falarmos da Rússia e Inglaterra.

---

*Durante os conflitos de 1689-1697 e 1702-1714, por exemplo, a França destinou menos de 10% de sua despesa total à marinha, e entre 57 e 65% ao exército. (Os números ingleses correspondentes foram de 35% à marinha e 40% ao exército.) Em 1760, a marinha francesa recebeu apenas um quarto das somas destinadas ao exército. Mesmo quando havia recursos, a posição geográfica francesa significava que era extremamente difícil, com freqüência, conseguir provisões navais do Báltico, em tempo de guerra, para manter a frota em boas condições.

O problema geoestratégico da França, de ter de enfrentar inimigos potenciais em várias frentes, não foi excepcional, muito embora ela o tivesse agravado por uma repetida agressividade e crônica falta de direção. As duas grandes potência alemãs desse período — o Império Habsburgo e a Prússia-Brandemburgo — também estavam destinados, pela sua posição geográfica, a enfrentar o mesmo problema. Para os Habsburgos austríacos, isso não era novidade. A desajeitada forma do conglomerado de territórios por eles governados (Áustria, Boêmia, Silésia, Morávia, Hungria, Milão, Nápoles, Sicília e, depois de 1714, o sul dos Países Baixos — ver Mapa 5) e a posição das outras potências em relação a tais territórios exigiam um malabarismo diplomático e militar que era um verdadeiro pesadelo, apenas para a conservação do legado. Para aumentá-lo, seria necessário o gênio ou a sorte, e provavelmente as duas coisas.

Assim, enquanto as várias guerras contra os turcos (1663-1664, 1683-1699, 1716-1718, 1737-1739, 1788-1791) mostraram uma constante melhoria da posição dos exércitos Habsburgos nos Bálcãs, essa luta contra um Império Otomano em declínio consumiu a maioria das energias de Viena naqueles períodos escolhidos.[27] Com os turcos às portas de sua capital imperial em 1683, por exemplo, Leopoldo I teve de permanecer neutro em relação à França, apesar das provocações das "reuniões" de Luís XIV, da Alsácia e Luxemburgo, naquele mesmo ano. Essa ambivalência austríaca foi um pouco menos acentuada durante a Guerra dos Nove Anos (1689-1697) e a subseqüente Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1713), já que Viena se tinha tornado, àquela época, parte de uma gigantesca aliança antifrancesa; mas não desapareceu totalmente, nem mesmo então. O curso de muitas guerras posteriores, no século XVIII, pareceu ainda mais volátil e imprevisível, tanto para a defesa dos interesses gerais dos Habsburgos na Europa como para a preservação específica dos interesses dentro da própria Alemanha, depois da ascensão da Prússia. Pelo menos a partir da tomada prussiana da província da Silésia, em 1740, Viena sempre teve de conduzir suas políticas externa e militar com os olhos voltados para Berlim. Isso, por sua vez, tornou a diplomacia Habsburgo ainda mais elaborada do que antes: para conter uma crescente Prússia dentro da Alemanha, os austríacos precisavam de contar com a assistência da França no oeste e, mais freqüentemente, da Rússia no leste. Mas a própria França não era confiável e precisava ser, por sua vez, contida por uma aliança austro-inglesa, ocasionalmente (por exemplo, em 1744-1748). Além disso, o crescimento constante da própria Rússia era mais uma causa de preocupação, em particular quando o expansionismo czarista ameaçou o controle otomano das terras dos Bálcãs, desejadas por Viena. Finalmente, quando o imperialismo napoleônico desafiou a independência de todas as outras potências na Europa, o Império Habsburgo não teve escolha senão participar de qualquer grande coalizão existente para contestar a hegemonia francesa.

A guerra de coalizão contra Luís XIV no início do século XVIII, e as guerras contra Bonaparte, no término do mesmo século, provavelmente nos proporcionam menos uma visão da debilidade austríaca do que dos conflitos intermediários. A prolongada luta contra a Prússia, depois de 1740, foi particularmente reveladora: demonstrou que apesar de todas as reformas militares,

fiscais e administrativas empreendidas nas terras Habsburgo nesse período, Viena não pôde predominar contra um outro estado alemão menor, mas consideravelmente mais eficiente em seu exército, coleta de impostos, e burocracia. Além disso, tornou-se cada vez mais claro que as potências não-germânicas, França, Inglaterra e Rússia, não queriam a eliminação da Prússia pela Áustria, nem a eliminação da Áustria pela Prússia. No contexto europeu mais amplo, o Império Habsburgo já se tinha tornado uma potência de primeira classe *marginal*, e assim permaneceria até 1918. Ele certamente não desceu tanto na lista quanto a Espanha e a Suécia, e evitou o destino sofrido pela Polônia; mas devido à sua condição descentralizada, etnicamente variada e economicamente atrasada, desafiou as tentativas de sucessivas administrações em Viena para transformá-lo no maior dos estados europeus. Não obstante, há o perigo de antecipar esse declínio. Como observa Olwen Hufton, "a persistente recusa do Império Austríaco, para alguns malévola mesmo, de desintegrar-se de maneira conveniente" é um lembrete de que ele ainda possuía forças ocultas. Os desastres eram seguidos, com freqüência, de fases de reforma — os *rétablissements* — que revelavam os recursos muito consideráveis do império, mesmo quando mostravam também a grande dificuldade sempre experimentada por Viena em deitar-lhes mão. E todo historiador do declínio Habsburgo tem de explicar, de alguma maneira, sua resistência militar notavelmente teimosa, e por vezes impressionante, à força dinâmica do imperialismo francês, durante quase 14 anos do período 1792-1815.[28]

A situação da Prússia era muito parecida com a da Áustria, em termos geoestratégicos, embora muito diferente internamente. As razões da rápida ascensão daquele país, até tornar-se o poderoso reino germânico do norte, são bem conhecidas, bastando relacioná-las aqui: o gênio organizador e militar de três líderes, o Grande Eleitor (1640-1688), Frederico Guilherme (1713-1740) e Frederico "o Grande" (1740-1786), a eficiência do exército prussiano e sua oficialidade *Junker*, para o qual eram destinados até quatro quintos dos recursos fiscais do estado; a (relativa) estabilidade fiscal, baseada em extensas propriedades reais e no estímulo ao comércio e indústria; a disposição de usar soldados e empresários estrangeiros; e os famosos burocratas prussianos do Comissariado Geral de Guerra.[29] Mas era certo também que a ascensão da Prússia coincidia com o colapso do poderio sueco, com a desintegração do caótico e enfraquecido reino da Polônia, e com as dispersões que as muitas guerras e incertezas na sucessão do Império Habsburgo impuseram a Viena nas primeiras décadas do século XVIII. Se os monarcas prussianos aproveitavam suas oportunidades, portanto, o fato é que tais oportunidades existiam para serem aproveitadas. Além disso, ao encher o "vazio de poder" que se abria na Europa norte-central depois de 1770, o estado prussiano beneficiou-se também de sua posição em relação às outras grandes potências. A própria ascensão da Rússia estava ajudando a desviar (e corroer) a Suécia, Polônia e o Império Otomano. E a França estava bastante longe, no oeste, para constituir habitualmente um perigo mortal. Na verdade, ela podia por vezes funcionar como um aliado útil contra a Áustria. Se, por outro lado, a França penetrasse agressivamente na Alemanha, era provável que a ela se opusessem as forças Habsburgo, Hanôver (e portanto os ingleses) e talvez os holandeses, bem com a própria Prússia. Finalmente, se essa

coalizão falhasse, a Prússia teria mais facilidade de buscar a paz com Paris do que as outras potências; para Berlim, uma aliança antifrancesa era por vezes útil, mas não imperativa.

Nesse vantajoso contexto diplomático e geográfico, os primeiros reis da Prússia souberam fazer o jogo. A aquisição da Silésia — descrita por alguns como *a* zona industrial do leste — foi um grande impulso para a capacidade econômico-militar daquele estado. As limitações, porém, do poderio real da Prússia nas questões européias, limitações de tamanho e população, foram cruelmente reveladas pela Guerra dos Sete Anos, de 1756-1763, quando as circunstâncias diplomáticas já não eram tão favoráveis e os poderosos vizinhos de Frederico o Grande estavam dispostos a puni-lo pela sua política sinuosa. Só os estupendos esforços do monarca prussiano e de suas tropas bem treinadas — ajudadas pela falta de coordenação entre seus inimigos — lhe permitiram evitar a derrota frente a um "envolvimento" tão temível. Não obstante, o custo da guerra, em homens e material, foi enorme, e com o exército prussiano anquilosando-se rapidamente a partir da década de 1770, Berlim não teve condições de enfrentar a pressão diplomática exercida posteriormente pela Rússia, para não falarmos do ousado ataque de Napoleão em 1806. Nem mesmo a recuperação liderada mais tarde por Scharnhorst, Gneisenau e outros reformadores militares pôde disfarçar as bases ainda inadequadas da força prussiana em 1813-1815.[30] A Prússia foi então militarmente obscurecida pela Rússia; dependeu muito dos subsídios da Inglaterra, pagadora da coalizão; e mesmo assim não podia enfrentar a França sozinha. O reino de Frederico Guilherme (1797-1840) estava, como a Áustria, entre as menores das grandes potências, e assim continuaria até a sua transformação industrial e militar da década de 1860.

Em contraste, duas potências mais distantes, Rússia e Estados Unidos, desfrutavam uma invulnerabilidade relativa e estavam livres das ambivalências estratégicas que afligiam os estados centro-europeus no século XVIII. Ambas essas futuras superpotências tinham, na verdade, uma "fronteira desmoronante", que exigia vigilância. Mas nem a expansão americana pelos Alleghenies e as grandes planícies, nem a expansão russa pelas estepes, encontraram sociedades militarmente adiantadas que ameaçassem a base de onde partia essa investida.[31] Em suas relações com a Europa ocidental, portanto, elas tiveram a vantagem de uma "frente" relativamente homogênea. Podiam, cada uma delas, representar um desafio — ou pelo menos, uma preocupação — para algumas das grandes potências, continuando ao mesmo tempo a desfrutar a invulnerabilidade proporcionada pela distância das principais zonas de batalha européias.

É claro que ao examinar um período tão extenso como o de 1660 a 1815, é importante ressaltar que o impacto dos Estados Unidos e da Rússia era muito mais evidente em fins dessa fase do que no início. Na verdade, nas décadas de 1660 e 1670, a América "européia" era apenas um cordão de povoamentos costeiros isolados, enquanto Moscóvia, antes do reinado de Pedro o Grande (1689-1725), era quase que igualmente remota e ainda mais atrasada; em termos comerciais, eram ambas "subdesenvolvidas", produtoras de madeira, cânhamo e outras matérias-primas, e compradoras de artigos manufaturados da Inglaterra e das Províncias Unidas. O continente americano foi, durante

grande parte desse período, um objeto de lutas, e não uma potência em si. O que mudou essa situação foi o esmagador sucesso inglês em fins da Guerra dos Sete Anos (1763), que viu a França expulsa do Canadá e Nova Escócia, e a Espanha excluída da Flórida ocidental. Livre das ameaças estrangeiras que até então tinham provocado a fidelidade a Westminster, os colonos americanos podiam agora insistir numa ligação meramente nominal com a Grã-Bretanha e, se isso lhes fosse negado por um governo imperial com idéias diferentes, empenhar-se numa rebelião. Em 1776, além disso, as colônias norte-americanas tinham crescido muito: a população de 2 milhões duplicava então a cada 30 anos, espalhava-se pelo oeste, e era economicamente próspera e auto-suficiente em alimentos e muitas outras mercadorias. Isso significava, como os ingleses descobriram à própria custa nos sete anos seguintes, que os estados rebeldes eram praticamente invulneráveis às operações navais, e dispunham também de uma extensão demasiado grande para serem subjugados por forças terrestres vindas de uma ilha a 4.500 quilômetros de distância.

A existência dos Estados Unidos independentes teria, *com o tempo*, duas conseqüências importantes para esta história dos instáveis padrões do poder mundial. A primeira foi que a partir de 1783 passou a existir fora da Europa um importante centro de produção, riqueza e, em última análise, poderio militar, que exerceria influência a longo prazo sobre o equilíbrio global de forças, de uma maneira que as outras sociedades extra-européias (mas economicamente em declínio), como China e Índia, não eram capazes de exercer. Já em meados do século XVIII, as colônias americanas ocupavam um lugar significativo no comércio marítimo e começavam as primeiras fases hesitantes da industrialização. De acordo com alguns estudos, a emergente nação produziu mais ferrogusa e em barra em 1776 do que toda a Grã-Bretanha; e a partir de então "a produção industrial aumentou por um fator de cerca de 50, de modo que em 1830 o país se tornara a sexta potência industrial do mundo desenvolvido".[32] Tendo em vista esse ritmo de crescimento, não é de surpreender que mesmo na década de 1790 os observadores já estivessem prevendo um grande papel para os Estados Unidos, dentro de mais um século. A segunda conseqüência seria sentida muito mais rapidamente, em especial pela Inglaterra, cujo papel como potência "lateral" na política européia foi afetada pelo aparecimento de um estado potencialmente hostil em sua frente atlântica, ameaçando suas possessões do Canadá e Antilhas. Isso porém não constituía um problema constante, é claro, e a simples distância em causa, juntamente com o isolacionismo dos Estados Unidos, significava que Londres não precisava considerar os americanos com a mesma preocupação com que Viena, digamos, via os turcos (ou, mais tarde), os russos. Não obstante, as experiências das guerras de 1779-1783 e de 1812-1814 mostraram com demasiada clareza como seria difícil para a Inglaterra participar plenamente de lutas européias com uns Estados Unidos hostis em sua retaguarda.

A ascensão da Rússia czarista teve um impacto muito mais imediato sobre o equilíbrio internacional de forças. A surpreendente derrota por ela inflingida aos suecos em Poltava (1709) alertou as outras potências para o fato de que o estado moscovita, até então distante e um tanto bárbaro, pretendia desempenhar um papel nas questões européias. Quando o ambicioso

primeiro czar, Pedro o Grande, criou rapidamente uma marinha para complementar suas novas bases no Báltico (Karleia, Estônia, Livônia), os suecos apelaram logo para a marinha inglesa, para não serem vencidos pelo colosso do leste. Mas na verdade os poloneses e os turcos é que mais sofreriam com a ascensão da Rússia, e quando Catarina a Grande morreu em 1796, já tinha acrescentado mais 500 mil quilômetros quadrados a um império já enorme. Ainda mais impressionantes pareciam as incursões temporárias das forças militares russas no oeste. A ferocidade e a terrível persistência das tropas russas na Guerra dos Sete Anos e sua ocupação temporária de Berlim, em 1750, modificaram rapidamente a opinião de Frederico o Grande sobre sua vizinha. Quatro décadas depois, as forças russas sob o general Suvorov atuavam nas campanhas italiana e alpina durante a Guerra da Segunda Coalizão (1798-1802) — uma operação distante, precursora do incessante avanço militar russo de Moscou a Paris, ocorrido entre 1812 e 1814.[33]

É difícil estimar com acerto a posição da Rússia no século XVIII. Seu exército era maior que o da França, e em indústrias importantes (têxteis, ferro) ela fazia grandes progressos. Era um país terrivelmente difícil, talvez impossível, de ser conquistado por qualquer um de seus rivais — pelo menos a partir do oeste. E sua condição de "império da pólvora" permitiu-lhe derrotar as tribos cavaleiras do leste, e com isso obter novos recursos em homens, matérias-primas e terra arável, o que por sua vez melhoraria seu lugar entre as grandes potências. Sob a direção do governo, o país estava evidentemente empenhado na modernização em muitos setores, embora o ritmo e sucesso dessa política tenha sido muitas vezes exagerado. Ainda restavam muitos sinais de atraso: espantosa pobreza e brutalidade, renda *per capita* muitíssimo baixa, más comunicações, clima adverso, atraso tecnológico e educacional, para não falarmos do caráter reacionário e tíbio de tantos dos Romanov. Até mesmo a formidável Catarina era insensível, quando se tratava de questões econômicas e financeiras.

Ainda assim, a relativa estabilidade da organização e da técnica militares no século XVIII permitiu à Rússia (copiando a experiência estrangeira) alcançar e ultrapassar países com menos recursos; e essa brutal vantagem da superioridade numérica só viria a diminuir quando a Revolução Industrial transformou a escala e a velocidade da guerra, no século seguinte. No período anterior à década de 1840, e apesar dos muitos defeitos acima relacionados, o exército da Rússia podia ser uma formidável força ofensiva. Uma parte tão grande das finanças estatais (talvez três quartos) era dedicada aos militares, e o soldado médio suportava estoicamente tantas durezas que os regimentos russos podiam realizar operações em grande escala fora do alcance da maioria dos exércitos do século XVIII. É certo que a base logística russa era, com freqüência, inadequada (com maus cavalos, um sistema ineficiente de abastecimento e oficiais incompetentes) para manter uma campanha maciça sozinha — a marcha de 1813-1814 sobre a França se fez através de território "amistoso" e ajudada por grandes subsídios ingleses. Essas operações esparsas, porém, bastavam para dar à Rússia uma reputação formidável e um lugar de destaque nos conselhos da Europa, mesmo na época da Guerra dos Sete Anos. Em termos estratégicos amplos, era mais uma potência que podia ser posta na balança, ajudando com isso a garantir o fracasso final dos esforços franceses para dominar o continente durante esse período.

Era, porém, a um futuro *distante* quando autores de princípios do século XIX, como De Tocqueville, habitualmente se referiam ao dizerem que a Rússia e os Estados Unidos estavam "marcados pela vontade do Céu para determinar os destinos de metade do globo".[34] No período entre 1660 e 1815, foi uma nação marítima, a Grã-Bretanha, e não esses gigantes continentais, que fez os progressos mais decisivos, derrubando finalmente a França de sua posição de maior potência. Também nesse caso a geografia teve um papel vital, embora não exclusivo. Essa vantagem de localização inglesa foi descrita há quase um século na obra clássica de Mahan, *The Influence of Sea Power upon History* (1890):

> ... se uma nação está situada de maneira a não ser obrigada a defender-se por terra, nem induzida a buscar ampliação de seu território por terra, ela tem, pela simples unidade de suas metas voltadas para o mar, uma vantagem em comparação com um povo cujos limites são continentais.[35]

A afirmação de Mahan presume, é claro, vários outros pontos. O primeiro é que o governo britânico não teria preocupações em *seus* flancos — o que, depois da conquista da Irlanda e da Lei de União com a Escócia (1707) era essencialmente correto, embora seja interessante notar as ocasionais tentativas posteriores da França de causar dificuldades à Inglaterra ao longo das orlas celtas, o que Londres viu com muita seriedade, realmente. Um levante irlandês estava muito mais próximo de Londres do que o problema estratégico criado pelos rebeldes americanos. Felizmente para os ingleses, essa vulnerabilidade nunca foi devidamente explorada pelos seus inimigos.

A segunda suposição da afirmação de Mahan é a superioridade da guerra marítima e do poderio no mar sobre seus equivalentes em terra. Era uma convicção profunda da chamada escola "navalista" de estratégia,[36] e parecia bem justificada pelas tendências econômicas e políticas posteriores a 1500. A constante transferência, do Mediterrâneo para o Atlântico, das principais rotas comerciais, e os grandes lucros obtidos pelas empresas coloniais e comerciais nas Antilhas, América do Norte, subcontinente indiano e Extremo Oriente, naturalmente beneficiaram um país situado ao largo do flanco oeste do continente europeu. Na verdade, também era necessário um governo consciente da importância do comércio marítimo e pronto a custear uma grande frota de guerra. Atendidas essas condições preliminares, a elite política britânica parecia, no século XVIII, ter descoberto a feliz receita do crescimento incessante da riqueza e poderio nacionais. Um florescente comércio de além-mar ajudava a economia britânica, estimulava o trabalho no mar e a construção de navios, proporcionava fundos para o tesouro nacional, e era a linha vital para as colônias. Estas não só constituíam um escoadouro para os produtos britânicos, como também forneciam muitas matérias-primas, desde o valioso açúcar, tabaco e algodão até os abastecimentos navais norte-americanos, cada vez mais importantes. E a Marinha Real garantia o respeito aos comerciantes britânicos em tempos de paz, protegendo-lhes o comércio e conquistando novos territórios coloniais na guerra, para a vantagem política e econômica do país. Comércio, colônias e marinha formavam assim um "triângulo virtuoso", interagindo reciprocamente para vantagem, a longo prazo, da Grã-Bretanha.

Embora essa explicação da ascensão britância seja parcialmente válida, não diz tudo. Como tantas obras mercantilistas, a de Mahan tendeu a ressaltar a importância do comércio exterior britânico em contraposição à produção interna, e, em particular, a exagerar a importância do comércio "colonial". A agricultura continuou sendo o fundamento da riqueza britânica durante todo o século XVIII, e as exportações (cuja proporção da renda nacional total era provavelmente inferior a 10% até a década de 1780) estavam com freqüência sujeitas a forte concorrência estrangeira e às tarifas, que não podiam ser compensadas por nenhum volume de poderio naval.[37] O ponto de vista navalista também se inclina a esquecer o outro fato, de que o comércio britânico com o Báltico, Alemanha, terras mediterrâneas era — embora crescendo com menos rapidez do que o comércio de açúcar, especiarias e escravos — de grande importância econômica,* de modo que uma França que dominasse permanentemente a Europa poderia, como mostraram os acontecimentos de 1806-1812, ser capaz de desfechar um golpe mortal na indústria de manufatura inglesa. Nessas circunstâncias, o isolacionismo da política de poder européia podia ser uma loucura econômica.

Havia também uma dimensão "continental" criticamente importante para a estratégia geral britânica, desprezada pelos que tinham os olhos voltados para as Antilhas, o Canadá e a Índia. Travar uma luta exclusivamente marítima era bastante lógico durante as guerras anglo-holandesas de 1652-1654, 1665-1667 e 1672-1674, já que a rivalidade comercial entre as duas potências marítimas constituía a raiz desse antagonismo. Depois da Revolução Gloriosa de 1688, porém, quando Guilherme de Orange assegurou o trono inglês, a situação estratégica transformou-se totalmente. O desafio aos interesses britânicos durante as sete guerras que ocorreriam entre 1689 e 1815 foi feito por uma potência cujas bases estavam essencialmente em terra, a França. É certo que os franceses levariam essa luta ao hemisfério ocidental, ao oceano Índico, ao Egito e outros lugares, mas essas campanhas, embora importantes para Londres e para os comerciantes de Liverpool, nunca constituíram uma ameaça direta à segurança nacional britânica. Tal ameaça só surgiria com a perspectiva de vitórias militares francesas sobre os holandeses, os hanoverianos e os prussianos, deixando com isso a França na supremacia da Europa centro-oeste um tempo suficiente para reunir recursos navais capazes de minar o domínio britânico dos mares. Não foi portanto apenas a união pessoal de Guilherme III com as Províncias Unidas, ou os laços hanoverianos posteriores, que levaram sucessivos governos britânicos a intervir militarmente no continente europeu naquelas décadas. Havia também o ponderável argumento — eco dos temores de Isabel I em relação à Espanha — de que os inimigos da França tinham de receber assistência *dentro* da Europa, para conter as ambições dos Bourbons (e de Napoleão), e com isso preservar os interesses britânicos a longo prazo. Uma estratégia "marítima" e uma estratégia continental eram, de acordo com esse ponto de vista, antes complementares do que antagônicas.

*Para não falarmos da importância *estratégica* dos armazéns navais britânicos, dos quais dependiam tanto a Marinha Real como a marinha mercante — dependência que se refletiu no freqüente envio da esquadra britânca ao Báltico para preservar o equilíbrio de poderes e o livre fluxo da madeira para construção de navios.

A essência desse cálculo estratégico foi bem expresso pelo duque de Newcastle, em 1742:

> A França nos superará no mar quando não tiver mais nada a temer em terra. Sempre sustentei que nossa marinha devia proteger nossas alianças no Continente, e assim, desviando as despesas da França, permitir-nos manter nossa superioridade no mar.[38]

O apoio britânico a países dispostos a "desviar as despesas da França" foi prestado de duas formas principais. A primeira eram as operações militares diretas, seja por ataques periféricos para desviar o exército francês, ou pelo envio de uma força expedicionária mais substancial, para lutar ao lado dos aliados que a Inglaterra tivesse naquele momento. A estratégia dos ataques periféricos parecia mais barata e era muito apreciada por alguns ministros, mas em geral tinha efeitos insignificantes, e ocasionalmente terminava em desastre (como a expedição a Walcheren em 1809). A constituição de um exército continental era mais cara em termos de homens e dinheiro, mas, como as campanhas de Marlborough e Wellington demonstraram, também encerrava maiores probabilidades de contribuir para a preservação do equilíbrio europeu.

A segunda forma da ajuda britânica era financeira, seja pela contratação direta de mercenários hessianos, ou outros, para lutar contra a França, ou dando subsídios aos aliados. Frederico o Grande, por exemplo, recebeu dos ingleses a substancial soma de 675 mil libras por ano, de 1757 a 1760; e nas fases finais da Guerra Napoleônica, o fluxo de fundos britânicos atingiu proporções muito maiores (por exemplo, 11 milhões de libras a vários aliados em 1813 apenas, e 65 milhões de libras para a guerra como um todo). Mas tudo isso só tinha sido possível porque a expansão do comércio britânico, em particular nos lucrativos mercados de além-mar, permitiu ao governo levantar empréstimos e recolher impostos em níveis sem precedentes, sem correr o risco de bancarrota nacional. Assim, embora desviar "as despesas da França" para dentro da Europa fosse um trabalho caro, em geral assegurava a impossibilidade francesa de montar uma campanha continuada contra o comércio marítimo, ou dominar o continente europeu de tal maneira que se tornasse livre para ameaçar com a invasão das ilhas do canal da Mancha — o que, por sua vez, possibilitava a Londres financiar as guerras e subvencionar seus aliados. A vantagem geográfica e a vantagem econômica fundiam-se dessa maneira, permitindo aos ingleses adotar com brilhantismo uma estratégia de duas faces: "com uma face voltada para o continente, para preservar o equilíbrio de forças, e outra dirigida para o mar, a fim de fortalecer seu predomínio marítimo".[39]

Só depois de percebermos a importância dos fatores financeiros e geográficos descritos acima podemos compreender perfeitamente o sentido das estatísticas das crescentes populações e da força militar e naval das potências, nesse período (ver Quadros 3, 4 e 5).

Quadro 3. População das potências, 1700-1800[40]
(milhões)

	1700	*1750*	*1800*
Ilhas Britânicas	9,0	10,5	16,0
França	19,0	21,5	28,0
Império Habsburgo	8,0	18,0	28,0
Prússia	2,0	6,0	9,5
Rússia	17,5	20,0	37,0
Espanha	6,0	9,0	11,0
Suécia	—	1,7	2,3
Províncias Unidas	1,8	1,9	2,0
Estados Unidos	—	2,0	4,0

Quadro 4. Tamanho dos exércitos, 1690-1814[41]
(homens)

	1690	*1710*	*1756/60*	*1778*	*1789*	*1812/14*
Grã-Bretanha	70.000	75.000	200.000		40.000	250.000
França	400.000	350.000	330.000	170.000	180.000	600.000
Império Habsburgo	50.000	100.000	200.000	200.000	300.000	250.000
Prússia	30.000	39.000	195.000	160.000	190.000	270.000
Rússia	170.000	220.000	330.000		300.000	500.000
Espanha	—	30.000	—		50.000	—
Suécia	—	110.000	—			
Províncias Unidas	73.000	130.000	40.000			
Estados Unidos	—	—	—	35.000	—	—

Quadro 5. Tamanho das armadas, 1689-1815[42]
(navios disponíveis)

	1689	*1739*	*1756*	*1779*	*1790*	*1815*
Grã-Bretanha	100	124	105	90	195	214
Dinamarca	29	—	—	—	38	—
França	120	50	70	63	81	80
Rússia	—	30	—	40	67	40
Espanha	—	34	—	48	72	25
Suécia	40	—	—	—	27	—
Províncias Unidas	66	49	—	20	44	—

Como os leitores familiarizados com estatísticas sabem, esses números, assim puros, devem ser tratados com muito cuidado. Os totais populacionais, em especial no período inicial, são apenas suposições (e no caso da Rússia, a margem de erro pode ser de vários milhões). O tamanho dos exércitos flutuava muito, dependo de situar-se a data escolhida no início, no meio ou no fim de uma determinada guerra; e os números totais incluem, com freqüência, substanciais unidades de mercenários e (no caso de Napoleão) até tropas de aliados que aderiram com relutância. O número de navios disponíveis não indicava a sua capacidade de batalha nem, necessariamente, a existência de tripulações treinadas para operá-los. Além disso, as estatísticas

não levam em conta a habilidade dos generais ou dos almirantes, a competência ou a negligência, o fervor ou o desânimo nacionais. Mesmo assim, parece que os números acima refletem, pelo menos aproximadamente, as principais tendências de poder político da época: a França e, cada vez mais, a Rússia, lideravam em termos populacionais e militares. A Grã-Bretanha predominava geralmente no mar, a Prússia alcançava a Espanha, Suécia e Províncias Unidas; e a França aproximava-se mais de uma dominação da Europa com os enormes exércitos de Luís XIV e Napoleão do que em qualquer outro momento no século intermédio.

Cônscios das dimensões financeiras e geográficas desses 150 anos de lutas de grandes potências, porém, podemos ver que a imagem sugerida por esses três quadros tem de ser melhorada. Por exemplo, o rápido declínio das Províncias Unidas em relação às outras nações, no que se relaciona com o tamanho do exército, não foi repetido na área das finanças de guerra, onde seu papel foi crucial por muito tempo. O caráter não-militar dos Estados Unidos oculta o fato de que eles podiam criar um transtorno estratégico considerável. Os números também subestimam a contribuição militar da Grã-Bretanha, já que ela podia subvencionar 100 mil soldados aliados (em 1813, 450 mil!), bem como manter seu exército próprio, e seu pessoal naval de 140 mil homens, em 1813-1814.[43] Inversamente, o verdadeiro poderio da Prússia e do Império Habsburgo, dependente dos subsídios durante a maioria das guerras, seria exagerado, se considerássemos apenas o tamanho de seus exércitos. Como dissemos antes, as enormes estruturas militares da França tornaram-se menos eficientes devido às debilidades financeiras e aos obstáculos geoestratégicos, enquanto as estruturas da Rússia foram corroídas pelo atraso econômico e pelas imensas distâncias. Os pontos fortes e fracos de cada uma dessas potências devem ser lembrados ao passarmos a um exame mais detalhado dessas guerras, em si mesmas.

A vitória nas guerras, 1660-1763

Quando Luís XIV assumiu a direção plena do governo francês em março de 1661, o cenário europeu era particularmente favorável a um monarca disposto a impor-lhe sua opiniões.[44] Ao sul, a Espanha ainda se esgotava na tentativa inútil de recuperar Portugal. Do outro lado do canal da Mancha, uma monarquia restaurada sob Carlos II tentava pôr-se de pé, e nos círculos comerciais ingleses havia um grande ciúme dos holandeses. No norte, uma guerra recente tinha deixado Dinamarca e Suécia enfraquecidas. Na Alemanha, os príncipes protestantes viam com desconfiança qualquer nova tentativa Habsburgo de melhorar sua posição, mas o governo imperial em Viena já tinha problemas suficientes com a Hungria e a Transilvânia e, um pouco mais tarde, com o renascimento do poderio otomano. A Polônia oscilava sob o esforço de proteger-se dos predadores suecos e moscovitas. Assim, a diplomacia francesa, na melhor tradição de Richelieu, pôde aproveitar-se facilmente das circunstâncias, jogando os portugueses contra a Espanha, os magiares turcos e príncipes alemães contra a Áustria, e os ingleses contra os holandeses — ao mesmo tempo em que fortalecia a posição geográfica (e o recrutamento de

exércitos) da França, com o importante tratado de 1663 com os cantões suíços. Tudo isso deu a Luís XIV tempo para estabelecer-se como monarca absoluto, livre dos desafios internos que tinham perseguido os governos franceses no século anterior. E mais importante ainda, deu a Colbert, Le Tellier e aos outros ministros importantes a oportunidade de reformar a administração e destinar recursos generosos ao exército e marinha, prevendo a busca de glória pelo Rei Sol.[45]

Foi portanto muito fácil a Luís tentar "arredondar" as fronteiras da França nas primeiras fases de seu reinado, ainda mais porque as relações anglo-holandesas se tinham transformado em hostilidade (aberta) em 1665 (a Segunda Guerra Anglo-Holandesa). Embora a França tivesse o compromisso de apoiar as Províncias Unidas, na realidade pouco atuou na campanha marítima e, em lugar disso, preparou-se para uma invasão do sul dos Países Baixos, que ainda estavam em poder de uma Espanha enfraquecida. Quando os franceses finalmente desfecharam a invasão, em maio de 1667, cidade após cidade caíram rapidamente em seu poder. O que se seguiu então foi um dos primeiros exemplos das rápidas variações diplomáticas do período. Ingleses e holandeses, cansados de sua guerra mutuamente prejudicial, e temendo as ambições francesas, fizeram a paz em Breda em julho e, juntamente com a Suécia, procuraram servir de "mediadores" na disputa franco-espanhola, para limitar os ganhos de Luís. O Tratado de Aix-la-Chapelle, de 1668, realizou exatamente isso, mas enfurecendo o rei francês, que resolveu vingar-se sobre as Províncias Unidas, vistas como o principal obstáculo às suas ambições. Nos poucos anos seguintes, enquanto Colbert fazia sua guerra de tarifas contra os holandeses, a marinha e o exército franceses foram ainda mais fortalecidos. A diplomacia secreta afastou a Inglaterra e a Suécia da aliança com as Províncias Unidas e acalmou o medo dos austríacos e dos estados alemães. Em 1672, a máquina de guerra francesa, ajudada pelos ingleses no mar, estava pronta para atacar.

Embora a guerra às Províncias Unidas tivesse sido declarada por Londres, o precário desempenho inglês no terceiro conflito anglo-holandês de 1672-1674 não precisa, aqui, de muitos comentários. Contido pelos brilhantes esforços de Ruyter no mar, e portanto incapaz de realizar qualquer coisa em terra, o governo de Carlos II começou a sofrer críticas internas cada vez mais fortes: provas de duplicidade política e má administração financeira, e a acentuada aversão a uma aliança com uma potência autocrática e católica como a França, tornaram a guerra impopular e forçaram o governo a retirar-se dela em 1674. Em retrospecto, isso constitui um lembrete da imaturidade e insegurança das bases políticas, financeiras e administrativas do poder inglês, sob os últimos Stuarts.[46] A mudança de política de Londres foi de importância *internacional*, porém, pelo fato de refletir parcialmente o alarme generalizado que as pretensões de Luís XIV estavam então despertando em toda a Europa. Dentro de mais um ano, a diplomacia e as subvenções holandesas encontraram muitos aliados dispostos a lançar seu peso contra os franceses. Os principados alemães; Brandemburgo (que derrotou o único aliado que restava à França, a Suécia, em Fehrbellin, em 1675), Dinamarca, Espanha e o Império Habsburgo entraram todos na luta. Essa coalizão não era bastante forte para *esmagar* a França: a maioria desses estados tinham

exércitos pequenos, e enfrentavam problemas em seus próprios flancos; o centro da aliança antifrancesa continuava sendo as Províncias Unidas sob seu novo líder, Guilherme de Orange. Mas a barreira aquática no norte e a vulnerabilidade das linhas do exército francês frente os vários inimigos na Renânia significava que o próprio Luís não poderia obter ganhos marcantes. Um impasse semelhante existia no mar; a marinha francesa controlava o Mediterrâneo, as esquadras holandesa e dinamarquesa dominavam o Báltico, e nenhum dos dois lados podia vencer nas Antilhas. O comércio, tanto francês como holandês, foi muito afetado por essa guerra, beneficiando indiretamente aos neutros, como os ingleses. Em 1678, de fato, as classes mercantes de Amsterdam tinham pressionado seu governo para uma paz em separado com França, o que por sua vez significava que os estados alemães (dependentes dos subsídios holandeses) não podiam continuar lutando sozinhos.

Embora os tratados de paz de Nymegen de 1678-1679 tivessem posto fim à luta aberta, o evidente desejo de Luís XIV de arredondar as fronteiras setentrionais da França, sua pretensão de ser "o árbitro da Europa" e o fato alarmante de que ele continuava a manter um exército de 200 mil homens em tempo de paz, intranqüilizaram os alemães, holandeses, espanhóis e ingleses.[47] Isso não significou o reinício imediato da guerra. Os comerciantes holandeses preferiam negociar em paz; os príncipes alemães, como Carlos II da Inglaterra, estavam presos a Paris pelos subsídios; e o Império Habsburgo estava empenhado numa luta desesperada com os turcos. Quando a Espanha tentou proteger seus territórios do Luxemburgo contra a França, em 1683, portanto, teve de lutar sozinha e sofrer uma derrota inevitável.

A partir de 1685, porém, a situação começou a voltar-se contra a França. A perseguição dos huguenotes chocou a Europa protestante. Dentro de mais dois anos, os turcos eram definitivamente derrotados e expulsos de Viena; e o imperador Leopoldo, com maior prestígio e maior força militar, pôde por fim voltar um pouco de sua atenção para o oeste. Em setembro de 1688 um rei francês, agora nervoso, resolveu invadir a Alemanha, transformando finalmente essa guerra européia "fria" numa guerra quente. O gesto da França não só levou seus rivais continentais a declarar-lhe a guerra, como também deu a Guilherme de Orange a oportunidade de atravessar o canal da Mancha e tomar do desacreditado Jaime II o trono inglês.

Em fins de 1689, portanto, a França estava sozinha contra as Províncias Unidas, a Inglaterra, o Império Habsburgo, a Espanha, Savóia e os grandes estados alemães.[48] Não era uma combinação tão alarmante quanto pode parecer, e o "núcleo" da Grande Aliança consistia na realidade das forças anglo-holandesas e dos estados alemães. Embora sendo, sob certos aspectos, um agrupamento heterogêneo, tinha suficiente disposição, recursos financeiros, exércitos e marinhas para enfrentar a França do Rei Sol. Dez anos antes, Luís poderia ter vencido, mas as finanças e o comércio franceses eram agora muito menos satisfatórios, depois da morte de Colbert, e nem o exército, nem a marinha — embora numericamente impressionantes — estavam equipados para uma luta prolongada e em terras distantes. Uma derrota rápida de um dos principais aliados poderia romper o impasse, mas contra qual deles devia ser dirigida a força para isso necessária, e teria Luís a vontade de ordenar medidas ousadas? Durante três anos ele hesitou, e quando em 1692 finalmente reuniu

uma força invasora de 24 mil soldados para atravessar o canal da Mancha, as "potências marítimas" eram simplesmente demasiado fortes, destruindo os navios de guerra e as barcaças franceses em Barfleur-La Hogue.[49]

A partir de 1692, o conflito no mar tornou-se uma guerra lenta, desgastante, mutuamente ruinosa, contra o comércio. Adotando essa estratégia, o governo francês estimulou os seus corsários a atacarem os navios anglo-holandeses, ao mesmo tempo em que reduzia as verbas para a frota de batalha. As marinhas aliadas, por sua vez, esforçaram-se para aumentar as pressões sobre a economia francesa, instituindo um bloqueio comercial e abandonando assim o hábito holandês de comerciar com o inimigo. Nenhuma dessas medidas dobrou o adversário; elas aumentaram o ônus econômico da guerra, tornando-a impopular com os comerciantes e com os camponeses, que já sofriam com uma série de más colheitas. As campanhas terrestres também eram onerosas, uma prolongada luta contra fortalezas e vias fluviais: as fortificações de Vauban tornavam a França praticamente invencível, mas esse mesmo tipo de obstáculos impedia o avanço fácil dos franceses pela Holanda, ou pelo Palatinado. Como os dois lados mantinham mais de 250 mil homens no campo de batalha, os custos eram tremendos, mesmo para os países ricos.[50] Embora houvesse também campanhas extra-européias (Antilhas, Terra Nova, Acádia, Pondicherry), nenhuma delas teve importância suficiente para fazer oscilar a balança continental, ou marítima, básica. Assim em 1696, com fidalgos rurais ingleses e os burgueses de Amsterdam queixando-se dos impostos excessivos, e com a França afligida pela fome, tanto Guilherme como Luís tinham motivos para fazer concessões.

Em conseqüência, o Tratado de Ryswick (1697), embora confirmando a Luís alguns de seus ganhos iniciais na fronteira, viu um retorno geral ao *status quo ante*. Não obstante, os resultados da Guerra dos Nove Anos de 1689-1697 não foram tão insignificantes quanto alegaram os críticos contemporâneos. As ambições francesas tinham certamente sido frustradas em terra, e seu poderio naval desgastado no mar. A Revolução Gloriosa de 1688 foi sustentada e a Inglaterra garantiu o flanco irlandês, fortaleceu suas instituições financeiras e reconstruiu seu exército e sua marinha. E uma tradição anglo-germano-holandesa de manter a França fora de Flandres e da Renânia foi estabelecida. Embora a um grande custo, a pluralidade política da Europa tinha sido reafirmada.

Tendo em vista o cansaço com a guerra na maioria das capitais, a renovação do conflito dificilmente pareceria possível. Mas quando o neto de Luís recebeu a oferta da sucessão ao trono espanhol, em 1700, o Rei Sol viu nisso uma oportunidade ideal para fortalecer o poder da França. Em lugar de entender-se com seus rivais potenciais, ele ocupou rapidamente o sul dos Países Baixos em favor de seu neto, e também assegurou concessões comerciais *exclusivas* para os comerciantes franceses no grande império espanhol no hemisfério ocidental. Com estas provocações, e várias outras, alarmou os ingleses e holandeses a ponto de levá-los a se aliarem com a Áustria em 1701, numa outra luta de coalizão para conter as ambições de Luís: a Guerra da Sucessão Espanhola.

Mais uma vez, o equilíbrio geral de forças e os recursos tributáveis sugeriam que cada aliança podia impor danos severos, mas não dominar, a

outra.[51] Sob certos aspectos, Luís estava numa posição mais forte do que na guerra de 1689-1697. Os espanhóis aceitaram prontamente o seu neto, que passou a ser o Filipe V de Espanha, e as "potências Bourbon" puderam operar em conjunto em muitos teatros da guerra; as finanças francesas beneficiaram-se certamente da importação da prata espanhola. Além disso, a França se tinha preparado militarmente — a ponto de manter, num certo período, cerca de meio milhão de soldados. Os austríacos, porém, menos perturbados em seu flanco nos Bálcãs, desempenharam neste guerra um papel maior do que na anterior. E mais importante ainda, um governo britânico disposto empenharia os seus consideráveis recursos nacionais, na forma de elevados subsídos aos aliados alemães, uma frota esmagadora e, excepcionalmente, um exército continental de grandes proporções, sob o comando do brilhante Marlborough. Este último, tendo entre 40 mil e 70 mil soldados ingleses, e tropas mercenárias, pôde juntar-se a um excelente exército holandês de mais de 100 mil homens e um exército Habsburgo de proporções semelhantes, para frustrar a tentativa de Luís de impor seus desejos à Europa.

Isso não significava, porém, que a Grande Aliança pudesse impor os *seus* desejos à França, ou à Espanha. Fora desses dois reinos, é certo que os acontecimentos pendiam a favor dos aliados. A decisiva vitória de Marlborough em Blenheim (1704) atingiu severamente os exércitos franco-bávaros e livrou a Áustria da ameaça de invasão francesa. A batalha posterior de Ramillies (1706) deu às forças anglo-holandesas a maior parte do sul dos Países Baixos, e a Oudenarde (1708) deteve brutalmente o esforço francês de reconquistar terreno ali.[52]

No mar, sem nenhuma frota principal inimiga para enfrentar, depois da inconclusiva batalha de Málaga (1704), a Marinha inglesa e a decadente esquadra holandesa podiam demonstrar a flexibilidade de um poderio naval superior. O novo aliado, Portugal, podia ser assistido pelo mar, enquanto Lisboa, por sua vez, proporcionava uma base naval avançada, e o Brasil, uma fonte de ouro. Era possível enviar soldados para o hemisfério ocidental para atacar as possessões francesas nas Antilhas e América do Norte, e esquadras podiam caçar navios espanhóis que transportavam metais preciosos. A tomada de Gibraltar não só deu à marinha inglesa uma base para controlar a saída do Mediterrâneo, como dividiu as bases franco-espanholas e as frotas. Os navios britânicos asseguraram a tomada de Minorca e da Sardenha; protegeram o litoral da Savóia e da Itália contra ataques franceses; e quando os aliados passaram à ofensiva, transportaram os exércitos imperiais na invasão da Espanha e os abasteceram, e apoiaram o ataque a Toulon.[53]

Essa superioridade marítima geral dos aliados não pôde, porém, impedir o reinício dos ataques franceses ao comércio, e em 1708 a Marinha Real inglesa tinha sido obrigada a instituir um sistema de comboios para limitar as perdas da marinha mercante. E assim como as fragatas britânicas não podiam evitar que os corsários franceses entrassem e saíssem de Dunquerque ou da Gironda, também eram incapazes de impor um bloqueio comercial, pois isso teria exigido o patrulhamento de todo o litoral franco-espanhol; nem mesmo o apresamento de navios de trigo ao largo dos portos franceses, durante o terrível inverno de 1709, pôde dobrar o império de Luís, em grande parte auto-suficiente.

Essa capacidade aliada de ferir, mas não matar, foi ainda mais evidente nas campanhas militares contra a França e Espanha. Em 1709, o exército

invasor aliado estava recuando, depois de uma breve ocupação de Madri, incapaz de conservar o país ante a crescente pressão espanhola. No norte da França, os exércitos anglo-holandeses não tiveram outras oportunidades de vitórias como Blenheim; em lugar disso, a guerra foi desgastante, sangrenta e cara. Além do mais, em 1710 subiu ao poder um ministério *tory* em Westminster, ansioso de uma paz que assegurassse os interesses marítimos e imperiais da Grã-Bretanha, e reduzisse sua despesa numa guerra continental. Finalmente, o arquiduque Carlos, candidato dos aliados ao trono da Espanha, inesperadamente tornou-se imperador, e isso fez com que os seus aliados perdessem qualquer entusiasmo que ainda tivessem em colocá-lo também no trono espanhol. Com a defecção unilateral da Inglaterra em 1712, seguida mais tarde pela da Holanda, até mesmo o imperador Carlos, tão ansioso de ser Carlos III da Espanha, aceitou a necessidade de paz, depois de mais um ano de campanha infrutífera.

As condições da paz que pôs fim à Guerra da Sucessão Espanhola foram fixadas nos tratados de Utrecht (1713) e Rastadt (1714). Considerando-as como um todo, não há dúvida de que a grande beneficiada foi a Grã-Bretanha.[54] Embora tivesse ganho Gibraltar, Minorca, Nova Escócia, Terra Nova e a baía de Hudson, e concessões comerciais no Novo Mundo, ela não esqueceu o equilíbrio europeu. Na verdade, o complexo de 11 tratados em separado, que constituiu o acordo de 1713-1714, produziu um fortalecimento satisfatório, sofisticado, desse equilíbrio. Os reinos francês e espanhol permaneceriam separados para sempre, ao passo que a sucessão protestante na Grã-Bretanha era formalmente reconhecida. O Império dos Habsburgos, tendo falhado na Espanha, recebeu o sul dos Países Baixos e Milão (criando-se com isso novos obstáculos à França), além de Nápoles e Sardenha. A independência holandesa foi preservada, mas as Províncias Unidas já não constituíam uma potência naval e comercial tão formidável, e eram agora obrigadas a dedicar a maior parte de suas energias à proteção de suas fronteiras meridionais. Acima de tudo, Luís XIV tinha sido contido de forma final e decisiva em suas ambições dinásticas e territoriais, e a nação francesa moderara-se ante os terríveis custos da guerra que, entre outras conseqüências, aumentaram em *sete vezes* os débitos governamentais totais. O equilíbrio de poderes foi assegurado em terra, enquanto no mar a Grã-Bretanha permanecia indisputada. Não é de surpreender que os *whigs*, ao voltarem ao poder com a subida de Jorge I ao trono britânico, em 1714, mostraram-se logo ansiosos pela preservação do acordo de Utrecht e dispostos até mesmo a entrar numa *entente* francesa, depois da morte de seu arqui-inimigo Luís, no ano seguinte.

A redistribuição do poder entre os estados da Europa ocidental, ocorrida nesse meio século de guerra, foi menos dramática do que as modificações no leste. Ali, a fronteiras eram mais fluidas do que no oeste, e enormes áreas eram controladas por senhores de fronteira, tropas irregulares croatas e hostes de cossacos, e não pelos exércitos profissionais de um monarca esclarecido. Mesmo quando os estados-nações iam à guerra uns contra os outros, suas campanhas cobriam com freqüência grandes distâncias e envolviam o uso de tropas não-regulares, hussares e assim por diante, a fim de desfechar algum grande golpe estratégico. Ao contrário da campanha nos Países Baixos, o

sucesso ou o fracasso, neste caso, provocava enormes transferências de terra e, com isso, ressaltava ascensões e quedas mais espetaculares entre as potências. Por exemplo, essas poucas décadas viram os turcos fazer a sua última ameaça em grande escala contra Viena e, em seguida, sofrer rápida derrota e declínio. A notável reação inicial das forças austríacas, alemãs e polonesas não só salvou a cidade imperial de um exército turco atacante em 1683, como também levou a uma campanha muito mais extensa, através de uma Santa Aliança ampliada.[55] Depois de uma grande batalha perto de Homacs (1687), o poder turco na planície húngara foi destruído para sempre; se as linhas ali se estabilizaram então devido às repetidas chamadas às tropas alemãs e Habsburgo contra a França, durante a Guerra de 1689-1697, as novas derrotas do exército turco em Zalankemen (1691) e Zenta (1697) confirmaram a tendência. Desde que pudesse concentrar seus recursos na frente balcânica e tivesse generais do calibre do príncipe Eugênio, o Império Habsburgo podia mais do que defender-se contra os turcos. Embora não conseguisse organizar seus territórios heterogêneos com a mesma eficiência das monarquias ocidentais, seu futuro como um dos grandes estados europeus estava assegurado.

Medida por esse critério, a Suécia teve muito menos sorte. Quando o jovem Carlos XII subiu ao trono sueco em 1697, os instintos predatórios dos estados vizinhos foram despertados; Dinamarca, Polônia e Rússia desejavam parte do exposto império báltico da Suécia e concordaram, no outono de 1699, em associar-se contra ela. Mas quando a luta começou, a aparente vulnerabilidade da Suécia foi a princípio mais do que compensada pelo seu considerável exército, por um monarca de grande brilhantismo militar, e pelo apoio naval anglo-holandês. Uma combinação de todos esses fatores permitiu a Carlos ameaçar Copenhague e forçar os dinamarqueses a abandonar a guerra, em agosto de 1700; em seguida, transportou seu exército pelo Báltico e atacou os russos, obtendo contundente vitória em Narva, três meses depois. Tendo saboreado as capitosas alegrias da batalha e da conquista, Carlos passou os anos seguintes dominando a Polônia e invadindo a Saxônia.

Com o conhecimento retrospectivo, os historiadores sugeriram que a imprudente concentração de Carlos XII contra a Polônia e Saxônia afastou seu olhar das reformas que Pedro o Grande estava impondo à Rússia, depois da derrota em Narva.[56] Ajudado por numerosos conselheiros estrangeiros, e disposto a valer-se amplamente do conhecimento militar ocidental, Pedro criou um exército e marinha maciços, com a mesma energia com que criou São Petersburgo aterrando pântanos. Quando Carlos, com uma força de 40 mil soldados, voltou-se contra ele, em 1708, já era provavelmente tarde demais. Embora o exército sueco tivesse, em geral, melhor desempenho em batalha, sofreu perdas consideráveis, e não conseguiu nunca esmagar o corpo principal do exército russo, tendo sido prèjudicado por uma logística inadequada — essas dificuldades se intensificavam à medida que Carlos avançava para o sul, para a Ucrânia, e sofria o amargo inverno de 1708-1709. Quando a grande batalha ocorreu finalmente, em Poltava em julho de 1709, o exército russo tinha enorme superioridade numérica e uma boa posição defensiva. Esse encontro não só varreu a força sueca, como a subseqüente fuga de Carlos para território turco, e seu prolongado exílio ali, criaram para os

inimigos da Suécia, mais próximos de seu território, uma oportunidade. Quando Carlos finalmente voltou à pátria, em dezembro de 1715, todas as suas possessões transbálticas tinham desaparecido, e parte da Finlândia estava nas mãos dos russos.

Depois de mais alguns anos de luta (na qual Carlos XII foi morto em novo choque com os dinamarqueses, em 1718), uma Suécia exausta e isolada teve finalmente de reconhecer a perda de suas províncias bálticas na Paz de Nystad, de 1721. Tinha passado então à segunda ordem de potências, enquanto a Rússia estava na primeira. Para marcar a vitória de 1721 sobre a Suécia, Pedro assumiu — muito apropriadamente — o título de Imperador. Apesar do declínio posterior da marinha czarista e do grande atraso do país, a Rússia mostrara claramente que, como a França e a Grã-Bretanha, "tinha capacidade de agir independentemente como grande potência, sem apoio externo".[57] No leste e no oeste da Europa havia agora, na frase de Dehio, um "contrapeso a uma concentração no centro".[58]

Esse equilíbrio geral de forças políticas, militares e econômicas na Europa foi subscrito por uma *détente* anglo-francesa que durou quase duas décadas depois de 1715.[59] A França, em particular, precisava recuperar-se depois de uma guerra que prejudicou terrivelmente seu comércio exterior, aumentando por isso a dívida do estado, a tal ponto que só os pagamentos de juros eram iguais à sua receita normal. Além disso, as monarquias em Londres e Paris, receosas de sua própria sucessão e vendo com desagrado qualquer tentativa de perturbar o *status quo*, julgaram ser mutuamente proveitoso cooperar em muitas questões.[60] Em 1719, por exemplo, as duas potências usaram a força para impedir que a Espanha adotasse uma política expansionista na Itália. Mas na década de 1730 o padrão das relações internacionais voltava a modificar-se. Naquela época, os próprios franceses estavam menos entusiastas quanto à ligação com a Grã-Bretanha, e desejavam, em lugar dela, recuperar a sua velha posição de liderança na Europa. A sucessão na França estava agora segura, os anos de paz tinham ajudado a prosperidade — e também levado a uma grande expansão do comércio exterior, desafiando as potências marítimas. Enquanto a França, sob o ministro Fleury, melhorava rapidamente suas relações com a Espanha e ampliava suas atividades diplomáticas na Europa oriental, a Grã-Bretanha, sob o cauteloso e isolacionista Walpole, procurava manter-se longe das questões européias. Nem mesmo um ataque francês às possessões austríacas da Lorena e Milão, em 1733, e uma invasão francesa da Renânia, conseguiram provocar uma reação inglesa. Incapaz de obter qualquer apoio do isolacionista Walpole e dos atemorizados holandeses, Viena foi obrigada a negociar com Paris a paz de concessões de 1738. Estimulada pelos sucessos militares e diplomáticos na Europa ocidental, pela aliança da Espanha, a deferência das Províncias Unidas e a crescente tolerância da Suécia e mesmo da Áustria, a França passou a desfrutar um prestígio sem igual desde as primeiras décadas de Luís XIV. Isso tornou-se ainda mais evidente no ano seguinte, quando a diplomacia francesa negociou o fim da guerra austro-russa contra o Império Otomano (1735-1739), devolvendo com isso ao controle turco muitos territórios tomados pelas duas monarquias do leste.

Mapa 5: *A Europa em 1721*

Enquanto os ingleses, com Walpole, tentavam ignorar esses acontecimentos na Europa, os interesses comerciais e os políticos de oposição preocupavam-se muito mais com o crescente número de choques com a aliada da França, a Espanha, no hemisfério ocidental. Ali, o rico comércio colonial e o expansionismo dos colonizadores proporcionavam amplo material de disputa.[61] A guerra anglo-espanhola que disso resultou, aceita por Walpole com relutância em outubro de 1739, poderia ter permanecido apenas como uma série de conflitos regionais menores, travados entre aqueles dois países no século XVIII, se não fosse a decisão francesa de prestar toda assistência à Espanha, em especial "além da linha" nas Caraíbas. Em comparação com a Guerra da Sucessão Espanhola de 1702-1713, as potências dos Bourbons estavam agora em muito melhor posição para competir no além-mar, em particular desde que nem o exército nem a marinha britânicos estavam equipados para realizar a conquista das colônias espanholas, tão defendidas internamente pelos entendidos.

A morte do imperador Carlos VI, seguida da sucessão de Maria Teresa e depois pela decisão de Frederico o Grande de aproveitar-se disso para tomar a Silésia, no inverno de 1740-1741, transformou totalmente a situação e desviou a atenção novamente para o continente. Incapazes de contenção, os círculos antiaustríacos na França apoiaram totalmente a Prússia e a Baviera em seus ataques ao legado dos Habsburgos. Mas isso, por sua vez, levou a uma renovação da velha aliança anglo-austríaca, que proporcionou subsídios substanciais a Maria Teresa, que se encontrava sitiada. Oferecendo pagamentos, agindo para afastar a Prússia (temporariamente) e a Saxônia da guerra, e pela ação militar em Dettingen em 1743, o governo britânico proporcionou alívio à Áustria, protegeu Hanôver e afastou a influência francesa da Alemanha. Quando o antagonismo anglo-francês transformou-se em hostilidades formais em 1744, o conflito intensificou-se. O exército francês avançou para o norte, pelas fortalezas fronteiriças dos Países Baixos austríacos, em direção aos petrificados holandeses. No mar, não tendo de enfrentar nenhum desafio significativo das armadas bourbonesas, a Marinha Real inglesa impôs um bloqueio cada vez mais rígido ao comércio francês. No além-mar, os ataques e contra-ataques continuaram, nas Antilhas, no rio São Lourenço, em torno a Madras, ao longo das rotas comerciais para o Levante. A Prússia, que voltou à luta contra a Áustria em 1743, foi novamente persuadida a abandoná-la dois anos depois. Os subsídios britânicos foram usados para manter os austríacos sob controle, para pagar mercenários para a proteção de Hanôver, e mesmo para custear um exército russo para defender os Países Baixos. Era, pelos padrões do século XVIII, uma maneira cara de travar uma guerra, e muitos ingleses reclamaram da crescente tributação, e do aumento de três vezes da dívida nacional. Aos poucos, porém, esse método foi forçando uma França ainda mais exausta a uma paz de concessões.

A geografia, tanto quanto as finanças — os dois elementos discutidos antes — obrigaram finalmente os governos inglês e francês a solucionar suas discordâncias no Tratado de Aix-la-Chapelle (1748). Nessa época, o exército francês tinha os holandeses à sua mercê, mas compensaria isso a pressão cada vez mais forte sobre o seu comércio marítimo, ou a perda de grandes colônias? Inversamente, de que servia aos ingleses a tomada de Luisburgo sobre o rio

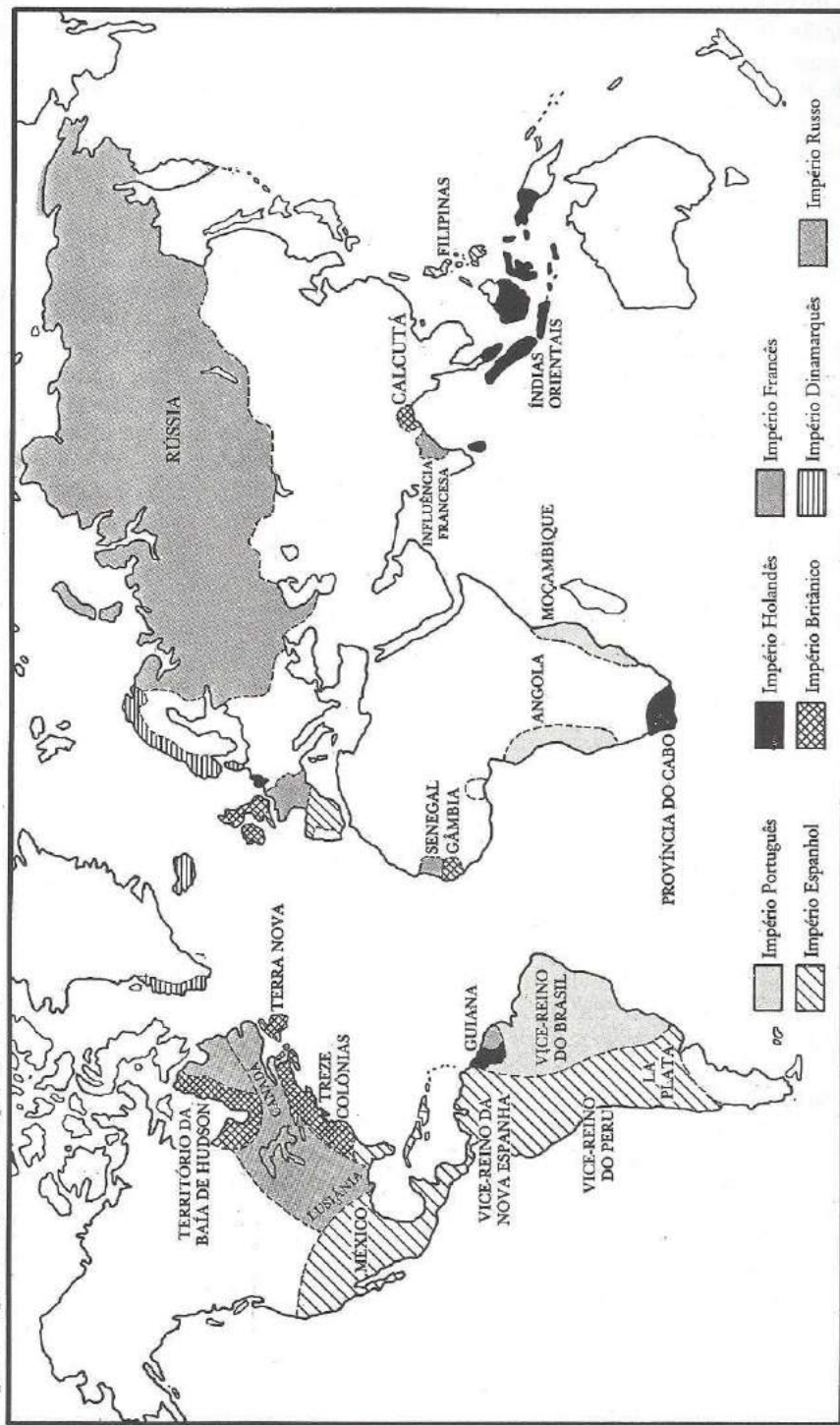
São Lourenço, e as vitórias navais de Anson e Hawke, se a França conquistasse os Países Baixos? Em conseqüência, as conversações diplomáticas promoveram uma volta geral ao *status quo ante*, com a significativa exceção da Silésia conquistada por Frederico. Tanto na época, como retrospectivamente, Aix-la-Chapelle foi vista mais como uma trégua do que como uma solução duradoura. Deixou Maria Teresa ansiosa por vingar-se sobre a Prússia, a França imaginando como ser vitoriosa no além-mar e em terra, e a Inglaterra querendo assegurar que o seu grande inimigo seria, na próxima guerra, derrotado de maneira tão contundente no continente quanto podia ser na luta marítima e colonial.

Nas colônias norte-americanas, onde os residentes ingleses e franceses (ajudados pelos índios e alguns guarnições militares locais) se vinham chocando repetidamente em princípios da década de 1750, até mesmo a palavra "trégua" seria uma denominação errada. Ali, era quase impossível aos governos controlar as forças envolvidas, mais especialmente porque um grupo de pressão "patriota", em ambos os países, exigia apoio aos seus colonos e estimulava a opinião de que uma luta fundamental — não apenas pelas regiões de Ohio e do vale do Mississippi, mas pelo Canadá, Caraíbas, Índia e mesmo por todo o mundo extra-europeu — estava em processo.[62] Com ambos os lados enviando reforços e colocando sua marinha em pé de guerra, em 1755, os outros estados começaram a ajustar-se à perspectiva de um novo conflito anglo-francês. Para a Espanha e as Províncias Unidas, agora claramente no segundo lugar e temendo o esmagamento entre os dois colossos no oeste, a neutralidade era a única solução — apesar das dificuldades inerentes para comerciantes como os holandeses.[63]

Para as monarquias do leste, Áustria, Prússia e Rússia, porém, abster-se de uma guerra anglo-francesa em meados da década de 1750 era impossível. A primeira razão é que, embora alguns franceses argumentassem que o conflito devia ser travado no mar e nas colônias, a tendência natural em Paris era atacar a Inglaterra via Hanôver, o calcanhar de Aquiles estratégico dos insulares. Isso, porém, não só alarmaria os estados alemães, como também obrigaria os ingleses a buscar e subvencionar aliados militares para conter os franceses no continente europeu. A segunda razão era bem mais importante: os austríacos estavam dispostos a retomar a Silésia da Prússia; e os russos, sob a czarina Elizabeth, também buscavam uma oportunidade para castigar o desrespeitoso e ambicioso Frederico. Cada uma dessas potências tinha formado um considerável exército (a Prússia, de mais de 150 mil homens; a Áustria, quase 200 mil, e a Rússia, talvez 330 mil) e estava calculando quando devia atacar. Todas elas, porém, precisariam de subsídios do Ocidente para manter seus exércitos naquele nível. Finalmente, era lógico que se qualquer um desses rivais do leste encontrasse um "aliado" em Paris ou Londres, os outros seriam levados a juntar-se ao lado contrário.

Assim, a famosa "revolução diplomática" de 1756 parecia, estrategicamente, apenas uma nova disposição das mesmas cartas. A França enterrou suas antigas dissensões com os Habsburgos e juntou-se à Áustria e à Rússia na guerra contra a Prússia, enquanto Berlim substituía Viena como o aliado continental de Londres. À primeira vista, a coalizão franco-austro-russa parecia

Mapa 6. Impérios coloniais europeus, c. 1750

Mapa 6: *Impérios coloniais europeus, c. 1750*

o melhor negócio. Era claramente maior em termos militares, e em 1757 Frederico tinha perdido todas as suas conquistas territoriais anteriores, o exército anglo-germânico do duque Cumberland se tinha rendido, deixando o futuro de Hanôver — e da própria Prússia — em dúvida. Minorca tinha caído ante os franceses, e nos teatros de guerra mais distantes a França e seus aliados nativos também estavam levando vantagem. A derrubada do tratado de Utrecht, e no caso da Áustria o de Aix-la-Chapelle, parecia agora uma possibilidade clara.

Isso não aconteceu porque a combinação anglo-prussiana continuou superior em três aspectos vitais: liderança, capacidade de resistência financeira, e habilidade militar e naval.[64] Não pode haver dúvidas quanto ao feito de Frederico, em concentrar todas as energias da Prússia na busca da vitória, e de sua capacidade militar no campo de batalha. Mas o maior mérito cabe, talvez, a Pitt, que afinal de contas não era um monarca absoluto, mas apenas um entre vários políticos, que tinha de satisfazer colegas muito suscetíveis e ciosos, um público volátil e ainda um novo rei, e simultaneamente adotar uma estratégia ampla e eficiente. E a medida dessa eficiência não podia estar simplesmente na ocupação de ilhas produtoras de açúcar, ou na derrubada de governantes locais apoiados pelos franceses, porque todos os ganhos coloniais, por mais valiosos que fossem, seriam apenas temporários, se o inimigo ocupasse Hanover e eliminasse a Prússia. O caminho certo para uma vitória decisiva, como Pitt compreendeu aos poucos, era complementar a estratégia "marítima", popular, com uma estratégia "continental", proporcionando subsídos em grande escala para as forças de Frederico e pagando um considerável "exército de observação" na Alemanha, para proteger Hanover e ajudar a conter os franceses.

Essa política, por sua vez, dependia da existência de recursos suficientes para sobreviver, ano após ano de uma guerra de desgaste. Frederico e seus coletores de impostos tinham usado todos os recursos para levantar dinheiro na Prússia, mas a capacidade do país era reduzida, em comparação com a Inglaterra, que no auge da luta dispunha de uma armada de mais de 120 navios, mais de 200 mil soldados (inclusive mercenários alemães) em sua listas de soldos, e também subvencionava a Prússia. Na verdade, a Guerra dos Sete Anos custou ao tesouro inglês mais de 160 mlhões de libras, dos quais 60 milhões (37%) foram levantados nos mercados financeiros. Embora esse novo e grande aumento na dívida nacional alarmasse os colegas de Pitt e contribuísse para sua queda em outubro de 1761, o comércio no além-mar crescia a cada ano, aumentando as receitas aduaneiras e a prosperidade. Foi um excelente exemplo do lucro transformado em poder, e do uso do poderio marítimo britânico (por exemplo, nas Antilhas) para aumentar o lucro nacional. Como o embaixador britânico na Prússia foi informado, "devemos ser comerciantes antes de sermos soldados...comércio e força marítima dependem um do outro, e... as riquezas que constituem os verdadeiros recursos deste país dependem de seu comércio."[65] Em contraste, a economia de todos os outros combatentes sofreu pesadamente com essa guerra, e até mesmo na França o ministro Choiseul teve de reconhecer que:

no estado presente da
o poder marítimo, que
A Casa da Áustria, a Rú
classe, como todas
potências comerciais.

A capacidade mili
pelo menos depois dos
uma enorme Marinha
cente bloqueio aos por
ciente para cobrir Toul
Mediterrâneo. Nas açõe
Lagos, e na incompará
Conflan até a baía de Q
festou-se repetidamente
agora em quaisquer c
segundo um sistema ab
marítimo da França, e c
da Grã-Bretanha, com
mandados às Antilhas, C
francesas caíam em po
de excelente maneira a c
dois exércitos franceses
1762, tolamente, a mesn
Filipinas.

Enquanto isso, a
"milagres", e nas batalh
um exército francês e ou
a disposição dessas duas
que Frederico bateu nov
Viena estava praticamen
desgastava lentamente
1759), e o inimigo russo
ao ódio da czarina Eliza
choque com o exército
outros combatentes tam
entendimento com um
Prússia encontrou ainda
distância, até ser salva p
rápida retirada da guerr
França, podiam esperar
retorno à situação anteri
derrota para os que tinh

Nos acordos de 176
Bretanha. Mesmo depois
Espanha, ela conseguiu
praticamente eliminou
importante, dominava ag

no estado presente da Europa são a colônias, o comércio e, em conseqüência, o poder marítimo, que devem determinar o equilíbrio de forças no continente. A Casa da Áustria, a Rússia e o rei da Prússia são apenas potências de segunda classe, como todas que só podem fazer a guerra subvencionadas pelas potências comerciais.[66]

A capacidade militar e naval evidenciada pela aliança anglo-prussiana, pelo menos depois dos primeiros reveses, funcionou como segue. No mar, uma enorme Marinha Real inglesa, sob a direção de Anson, impôs um crescente bloqueio aos portos franceses do Atlântico, tendo um excedente suficiente para cobrir Toulon e restabelecer a supremacia marítima também no Mediterrâneo. Nas ações navais que ocorreram — em Cartagena, ao largo de Lagos, e na incomparável perseguição que Hawke moveu contra a frota de Conflan até a baía de Quiberon — a superioridade da marinha inglesa manifestou-se repetidamente. E o que é mais, essa política de bloqueio — mantida agora em quaisquer condições de tempo, com as esquadras abastecidas segundo um sistema abrangente — não só sufocou grande parte do comércio marítimo da França, e com isso protegeu o comércio e a segurança territorial da Grã-Bretanha, como também impediu que reforços franceses fossem mandados às Antilhas, Canadá e Índia. Em 1759, o *annus mirabilis*, as colônias francesas caíam em poder dos ingleses por todo o globo, complementando de excelente maneira a considerável vitória das tropas anglo-germânicas sobre dois exércitos franceses em Minden. Quando a Espanha entrou na guerra, em 1762, tolamente, a mesma coisa aconteceu com suas colônias nas Caraíbas e Filipinas.

Enquanto isso, a Casa de Brandemburgo já tinha visto a sua cota de "milagres", e nas batalhas de Rossbach e Leuthen, Frederico não só destruiu um exército francês e outro austríaco, respectivamente, como também conteve a disposição dessas duas nações de avançar sobre o norte da Alemanha; depois que Frederico bateu novamente os austríacos, em Liegnitz e Torgau em 1760, Viena estava praticamente falida. Não obstante, o custo de toda essa campanha desgastava lentamente o poderio prussiano (60 mil soldados perdidos só em 1759), e o inimigo russo mostrou-se muito mais formidável — em parte devido ao ódio da czarina Elizabeth por Frederico, mas principalmente porque cada choque com o exército russo era extremamente sanguinolento. Mas como os outros combatentes também queriam a paz, e a França estava ansiosa por um entendimento com um governo britânico então também disposto à paz, a Prússia encontrou ainda forças suficientes para manter austríacos e russos à distância, até ser salva pela morte de Elizabeth em 1762. Depois disso, e da rápida retirada da guerra, decidida pelo novo czar Pedro, nem Áustria, nem França, podiam esperar nada melhor do que um acordo de paz à base de um retorno à situação anterior à guerra na Europa — o que era, com efeito, uma derrota para os que tinham tentado sujeitar a Prússia.

Nos acordos de 1762-1763 o beneficiário óbvio foi, mais uma vez, a Grã-Bretanha. Mesmo depois de devolver vários territórios tomados da França e Espanha, ela conseguiu vantagens nas Antilhas e na África Ocidental, praticamente eliminou a infuência francesa da Índia e, o que era mais importante, dominava agora a maior parte do continente norte-americano. A

Inglaterra tinha, portanto, acesso a áreas muito maiores e de maior riqueza potencial do que a Lorena, a Silésia e as outras regiões pelas quais os estados europeus lutaram tão empenhadamente. Além disso, ajudara a conter as ambições diplomáticas e militares da França dentro da Europa, preservando com isso o equilíbrio geral de poder. A França, em comparação, não só perdeu desastrosamente no além-mar, como também — ao contrário de 1748 — falhou na Europa; na verdade, o seu modesto desempenho militar sugeria que o centro de gravidade se tinha transferido do oeste para o leste da Europa, fato confirmado pela indiferença geral para com os desejos da França durante a primeira divisão da Polônia, em 1772. Tudo isso atendia muito bem aos interesses dos círculos britânicos, satisfeitos com o seu primado fora da Europa e nada ansiosos por serem arrastados a obrigações no continente europeu.

A vitória nas guerras, 1763-1815

A "pausa para respiração", de mais de uma década, que ocorreu antes da fase seguinte da luta anglo-francesa, deu apenas algumas indicações da modificação que sofreriam as fortunas britânicas. A Guerra dos Sete Anos tinha onerado de tal modo a capacidade de tributação e a estrutura social das grandes potências que a maioria dos líderes não via com bons olhos uma política externa ousada: os problemas internos e a reforma tendiam a ser a ordem do dia. O custo da guerra com a Prússia (meio milhão de mortos, inclusive 180 mil soldados) chocou Frederico, que preferia agora uma vida mais tranqüila. Embora tivesse perdido 300 mil homens, o exército do Império dos Habsburgos não se tinha saído totalmente mal; mas o sistema governamental geral estava, obviamente, precisando de modificações que sem dúvida provocaram ressentimentos locais (em especial entre os húngaros) e concentraram as atenções dos ministros de Maria Teresa. Na Rússia, Catarina II teve de enfrentar as reformas legislativas e administrativas, e em seguida sufocar a revolta Pugachev (1773-1775), o que não impediu a continuação da expansão russa pelo sul, nem as manobras para reduzir a independência da Polônia. Isso, porém, ainda podia ser considerado como questões locais, bem diferentes das grandes combinações européias que haviam preocupado as potências durante a Guerra dos Sete Anos. Os laços com as monarquias ocidentais eram agora menos importantes.

Na Inglaterra e na França, também, os assuntos internos ocupavam o centro do palco. O enorme aumento das dívidas nacionais de ambos os países levou à busca de novos recursos de receita e à reforma administrativa, produzindo controvérsias que alimentaram as relações já precárias entre Jorge III e a oposição, e entre a coroa e os *parlements* na França. Essas preocupações tornaram, inevitavelmente, a política externa da Grã-Bretanha na Europa mais fortuita e introspectiva do que na época de Pitt, tendência intensificada pelo agravamento dos problemas com os colonos americanos, relativos à tributação e ao cumprimento das Leis de Comércio e Navegação. Do lado francês, porém, a política externa não foi tão totalmente eclipsada pelas preocupações internas. Na verdade, Choiseul e seus sucessores, tendo aprendido com a derrota de 1763, estavam tomando medidas para fortalecer a posição do país,

no futuro. A marinha francesa foi constantemente melhorada, apesar da necessidade premente de economizar; e o "acordo de família" com a Espanha foi aprofundado. É certo que Luís XV não gostou muito do forte estímulo que Choiseul deu à Espanha contra a Inglaterra, no choque de 1770 em relação às Ilhas Falkland, já que uma guerra de grandes potências àquela altura teria sido financeiramente desastrosa. Não obstante, a política francesa continuou sendo claramente antibritânica e empenhada em obter vantagens com quaisquer problemas que a Inglaterra pudesse encontrar no além-mar.[67]

Em conseqüência de tudo isso, quando a briga de Londres com os colonos americanos transformou-se em hostilidade aberta, a Grã-Bretanha estava numa posição muita mais fraca, sob tantos aspectos, do que em 1739, ou 1756.[68] Isso deveu-se em grande parte às personalidades. Nem North, nem Shelburne, nem qualquer dos outros políticos, podia oferecer uma liderança nacional e uma estratégia ampla e coerente. O facciosismo político, intensificado pela intervenção do próprio Jorge III e por um violento debate sobre os méritos dos argumentos dos colonos americanos, dividia a nação. Além disso, os dois sustentáculos do poder britânico — a economia e a marinha — foram erodidos naqueles anos. As exportações, que se tinham estagnado após o período de crescimento da Guerra dos Sete Anos, declinaram durante a década de 1770, em parte devido ao boicote dos colonos, e em parte devido ao crescente conflito com a França, Espanha e Países Baixos. A Marinha Real enfraquecera-se sistematicamente nos 15 anos de paz, e alguns de seus oficiais superiores eram tão "verdes" quanto as madeiras usadas na construção dos seus navios. A decisão de abandonar a estratégia de bloqueio cerrado, quando a França entrou na guerra em 1778, pode ter poupado os navios ingleses do desgaste, mas constituiu na verdade uma entrega do domínio do mar: as expedições de ajuda a Gibraltar, às Antilhas e ao litoral norte-americano não constituíam substitutos reais do controle efetivo das rotas ocidentais para o litoral francês, que teria impedido o envio de esquadras inimigas a esses distantes teatros da guerra. Na época em que o poderio da Marinha Real inglesa tinha sido reconstituído, e seu predomínio foi reafirmado, pela vitória de Rodney em Saints e a libertação de Gibraltar por Howe em 1782, a guerra na América estava praticamente encerrada.

Mesmo, porém, que a marinha estivesse mais bem equipada e a nação melhor comandada, o conflito de 1776-1783 encerrava dois problemas estratégicos que simplesmente não existiram em nenhuma das outras guerras do século XVIII travadas pela Grã-Bretanha. O primeiro deles era que, generalizada a rebelião americana, sua supressão envolvia uma luta *continental*, em grande escala, pelas forças britânicas, a uma distância de cerca de 4.500 quilômetros de suas bases. Ao contrário das esperanças iniciais de Londres, a superioridade marítima não podia, por si só, sujeitar os colonos, em grande parte auto-suficientes (embora, evidentemente, pudesse ter reduzido o fluxo de armas e recrutas da Europa). Conquistar e manter todos os territórios do leste da América teria sido uma tarefa difícil para o Grande Exército de Napoleão, e muito mais para as tropas da década de 1770, comandadas pelos britânicos. As distâncias em causa e a conseqüente demora nas comunicações não só prejudicaram a direção estratégica da guerra a partir de Londres, ou mesmo de Nova York, como também exacerbaram o problema logístico: "todo

biscoito, todo homem e toda bala necessários às forças britânicas na América tinham de ser transportados através de 4.500 quilômetros de mar."[69] Apesar das significativas melhorias promovidas pelo ministério britânico da guerra, a escassez de transporte marítimo e as dificuldades de abastecimento eram simplesmente grandes demais. Além disso, a sociedade colonial era tão descentralizada que a tomada de uma cidade pouco significava. Só quando tropas regulares ocupavam um território, era possível impor nele a autoridade britânica; se fossem retiradas, os rebeldes voltavam a predominar sobre os monarquistas. Se tinham sido necessários 50 mil soldados ingleses, *com substancial apoio colonial*, para conquistar o Canadá francês duas décadas antes, quantos teriam sido necessários agora para reimpor o domínio imperial — 150 mil, talvez 250 mil? "É provável", argumentou um historiador, "que o restabelecimento da autoridade britânica constituísse um problema impossível de resolver por meios militares, por mais perfeita que fosse a sua aplicação".[70]

A segunda dificuldade sem precedentes no campo da grande estratégia era que a Grã-Bretanha lutava sozinha, sem ajuda de aliados europeus que desviassem a atenção dos franceses. Em grande parte, é claro, isso era antes um problema diplomático do que militar. Os ingleses estavam agora pagando pelo seu rompimento com a Prússia depois de 1762, sua arrogância para com a Espanha, o tratamento intolerante dado ao transporte marítimo dos estados neutros como a Dinamarca e as Províncias Unidas, e sua incapacidade de conseguir apoio russo. Dessa maneira, Londres viu-se não só sem amigos na Europa mas também, em 1780, enfrentando uma desconfiada Liga da Neutralidade Armada (Rússia, Dinamarca, Portugal) e a hostilidade das Províncias Unidas, quando suas linhas já estavam demasiado estendidas, enfrentando os rebeldes americanos e as frotas franco-espanholas. Há, porém, outras causas além da incapacidade diplomática inglesa. Como dissemos acima, durante as décadas de 1760 e 1770 os interesses das monarquias do leste se diferenciaram um pouco do interesse do oeste, concentrando-se no futuro da Polônia, na sucessão bávara e nas relações com os turcos. Uma França que quisesse ser o "árbitro da Europa", como na época de Luís XIV, poderia tornar impossível esse desligamento; mas o declínio relativo de seu exército depois da Guerra dos Sete Anos e sua falta de interesse político no leste significaram que a preocupação aguda de Londres com as intenções francesas, a partir de 1779, não era compartilhada pelos antigos aliados. Os russos, com Catarina II, eram provavelmente os mais simpáticos, mas nem mesmo eles interviriam, a menos que houvesse uma perspectiva concreta de eliminação total da Grã-Bretanha.

Finalmente, houve o fato significativo de que pelo menos desta vez a França adotava o argumento anterior de Choiseul e resistia à tentação de atacar Hanôver ou provocar os holandeses. A guerra contra a Inglaterra seria travada *apenas* no além-mar, separando assim o braço "continental" do braço "marítimo" da estratégia britânica tradicional. Pela primeira vez, os franceses concentrariam os seus recursos numa guerra naval e colonial.

Os resultados foram notáveis e refutaram o argumento dos isolacionistas de que esse conflito, livre dos aliados e das campanhas européias, era melhor para o estado ilhéu. Durante a Guerra dos Sete Anos a marinha francesa teve um orçamento de apenas 30 milhões de *livres* por ano, um quarto da verba

destinada ao exército francês, e apenas um quinto do que a Marinha Real inglesa gastava a cada ano. A partir de meados da década de 1770, o orçamento naval da França aumentou constantemente; em 1780 totalizou cerca de 150 milhões de *livres* por ano, e em 1782 tinha chegado à soma surpreendente de 200 milhões.[71] Quando os franceses entraram na guerra, sua marinha tinha 52 navios, muitos dos quais maiores do que os seus equivalentes britânicos, e seu número foi logo aumentado para 66. A isso podemos acrescentar a esquadra espanhola de 58 navios e, em 1780, uma esquadra holandesa de, no máximo, 20 efetivos. Embora a marinha inglesa se mantivesse superior a qualquer rival marítimo (em 1778 tinha 66 navios; em 1779, 90) via-se agora numericamente inferior, com freqüência. Em 1779 perdeu até mesmo o controle do canal da Mancha e uma invasão franco-espanhola parecia possível; e em 1781, no encontro entre as esquadras de Graves e De Grasse, ao largo de Chesapeake, a superioridade numérica francesa manteve a força inglesa à distância e com isso levou à rendição de Cornwallis, em Yorktown, e ao fim prático da campanha americana. Mesmo quando os efetivos da marinha inglesa foram aumentados e o de seus inimigos baixou (em 1782 ela tinha 94 navios contra 73 da França, 54 da Espanha e 19 das Províncias Unidas), a margem era ainda demasiado pequena para *todas* as tarefas necessárias: proteger os comboios do Atlântico norte, prestar assistência periódica a Gibraltar, proteger a saída do Báltico, mandar esquadras ao oceano Índico e apoiar as operações militares nas Caraíbas. O poderio naval britânico era temporário e regional e não, como nas guerras anteriores, esmagador. O fato de não estar a marinha francesa combatendo na Europa teve muita relação com a situação infeliz dos ingleses.

É certo que em 1782 a tensão financeira da manutenção de uma marinha tão grande fazia-se sentir sobre a economia francesa, obrigando a alguns recuos. Os equipamentos navais eram agora de obtenção mais difícil, e a escassez de marinheiros ainda mais séria. Além disso, alguns dos ministros franceses temiam que a guerra estivesse desviando, indevidamente, a atenção e os recursos para grandes áreas fora da Europa, impossibilitando com isso o desempenho de qualquer papel no continente. Esse cálculo político e o receio paralelo de que os ingleses e americanos pudessem resolver logo suas diferenças levaram Paris a ter esperanças de que as hostilidades terminassem logo. Economicamente, os seus aliados holandeses e espanhóis estavam enfrentando iguais dificuldades. Não obstante, o maior vigor financeiro da Grã-Bretanha, o acentuado aumento nas exportações a partir de 1782, e os constantes melhoramentes na Marinha Real, não podiam agora transformar a derrota em vitória, nem convencer as facções políticas em Londres a apoiar a guerra, quando se percebesse que a América estava definitivamente perdida. Embora as concessões britânicas à Paz de Versalhes de 1783 (Minorca, Flórida, Tobago) dificilmente constituíssem uma inversão dos grandes ganhos imperiais de 1763, os franceses podiam proclamar-se bem satisfeitos com a criação dos Estados Unidos independentes e com o golpe desfechado contra a posição mundial da Grã-Bretanha. Do ponto de vista de Paris, o equilíbrio estratégico que fora perturbado pela Guerra dos Sete Anos tinha sido restabelecido de maneira sensata, embora a enorme custo.

Na Europa oriental, em contraste, os equilíbrios estratégicos não foram muito perturbados pelas manobras das três grandes monarquias nas décadas posteriores a 1763.[72] Isso deveu-se principalmente à natureza triangular dessa relação: nem Berlim, nem Viena, em particular, e nem mesmo São Petersburgo, mais afirmativa, queria provocar a outra a uma aliança hostil, ou ser envolvida numa luta das dimensões da Guerra dos Sete Anos. A rápida e ultracautelosa campanha da Guerra da Sucessão Bávara (1778-1779), quando a Prússia se opôs à tentativa austríaca de expansão, meramente confirmou o desejo generalizado de evitar os custos de uma luta de grandes potências. Novas aquisições de território, portanto, só podiam ocorrer em conseqüência de "negociações" diplomáticas, a expensas das potências mais fracas, principalmente a Polônia, que foi sucessivamente retalhada em 1772-1773, 1793 e 1795. Nas últimas fases, o destino da Polônia estava sendo cada vez mais influenciado pela Revolução Francesa, isto é, pela disposição de Catarina II de esmagar os "jacobinos" de Varsóvia, e pelo desejo da Prússia e Áustria de obter compensações no leste pelos seus fracassos no oeste, contra a França. Mas nem mesmo essa preocupação nova com a Revolução Francesa modificou fundamentalmente as políticas de antagonismo mútuo e concessão relutante que as três monarquias do leste adotavam entre si, naqueles anos.

Dados os limites geográficos e diplomáticos dessa relação triangular, não é de surpreender que a posição da Rússia continuasse a melhorar, em relação tanto à Áustria como à Prússia. Apesar do atraso, a Rússia era ainda menos vulnerável do que seus vizinhos do oeste, que se empenharam ambos em acalmar a formidável Catarina. Esse fato e as tradicionais pretensões russas de influenciar a Polônia fizeram com que o pedaço maior daquele infeliz Estado coubesse a São Petersburgo, durante a partilha. Além disso, a Rússia tinha uma fronteira aberta, "em desmoronamento", ao sul, de modo que em princípios da década de 1770 fizeram-se grandes progressos a expensas da Turquia; a Criméia foi formalmente anexada em 1783, e uma nova série de ganhos foi assegurada ao longo do litoral norte do mar Negro, em 1792. Tudo isso confirmou o declínio da capacidade de luta do Império Otomano, e foi para a Áustria e a Prússia motivo de uma preocupação secreta quase tão grande quanto a dos Estados (Suécia em 1788, a Grã-Bretanha sob o segundo Pitt em 1791) que buscavam mais ativamente impedir o expansionismo russo. Mas com Viena e Berlim ansiosas por manter a boa vontade de São Petersburgo, e com as potências ocidentais demasiado ocupadas para desempenhar um papel efetivo na Europa oriental, o crescimento do Império czarista continuou.

A estrutura das relações internacionais na década, aproximadamente, anterior a 1792, portanto, poucos indícios revelava da transformação que nela se processava. Em sua maioria, as querelas ocasionais entre as principais potências eram questões regionais sem ligação entre si, e não parecia haver nenhuma ameaça ao equilíbrio geral. Se o futuro da Polônia e o Império Otomano preocupavam as grandes nações do leste, as manobras tradicionais sobre a sorte dos Países Baixos e sobre os "impérios comerciais rivais" consumiam a atenção das potências ocidentais. Uma disputa anglo-espanhola sobre o estreito de Nookta (1790) levou os dois países à beira da guerra, até que a Espanha, relutantemente, cedeu. Embora as relações entre a Inglaterra e a França estivessem mais contidas devido à exaustão de ambas depois de

1783, sua rivalidade comercial continuou com a mesma intensidade. Suas desconfianças mútuas também se evidenciaram rapidamente durante uma crise interna na Holanda, em 1787-1788, quando o partido "Patriota", pró-francês, foi desalojado do poder pelas tropas prussianas, estimuladas pelo decidido Pitt, o segundo.

A diplomacia muito mais atuante de Pitt refletia não só a sua personalidade, mas também a significativa recuperação geral da Inglaterra como potência, desde o revés de 1783. A perda da América não prejudicou o comércio transatlântico do país; na verdade, as exportações para os Estados Unidos floresciam, e tanto aquele mercado, como o da Índia, eram muito mais substanciais que o das áreas onde a França predominava. Nos seis anos de 1782 a 1788, a marinha mercante inglesa mais do que duplicou. A Revolução Industrial estava a caminho, estimulada pela procura dos consumidores, interna e externamente, e facilitada por uma série de novas invenções. A produtividade da agricultura inglesa acompanhava as necessidades de alimentos de uma população crescente. As reformas fiscais de Pitt melhoraram as finanças do estado e lhe restabeleceram o crédito, embora somas consideráveis ainda fossem destinadas à marinha, numericamente forte e bem administrada. Sobre essas bases firmes, o governo britânico achou que podia desempenhar um papel mais ativo no exterior, quando os interesses nacionais o exigissem. No todo, porém, os líderes políticos em Whitehall e Westminster não previam a ocorrência de uma guerra de grandes potências na Europa, num futuro próximo.[73]

A razão mais clara pela qual a Europa não seria convulsionada por um conflito, porém, parecia estar no agravamento da situação francesa. Durante alguns anos após a vitória de 1783, sua posição diplomática pareceu mais forte do que nunca; a economia interna, bem como o comércio exterior com as Antilhas e o Levante, cresciam rapidamente. Não obstante, o custo da guerra de 1778-1783 — superior aos das três guerras anteriores juntas — e o fracasso na reforma das finanças nacionais combinaram-se com o crescente descontentamento político, as dificuldades econômicas e o mal-estar social para desacreditar o *ancien régime*. A partir de 1787, com o agravamento da crise interna, a França parecia cada vez menos capaz de desempenhar um papel decisivo nas questões internacionais. A derrota diplomática nos Países Baixos foi provocada principalmente pelo reconhecimento, pelo governo francês, de que simplesmente não estava em condições de financiar uma guerra contra a Grã-Bretanha e a Prússia, enquanto que a retirada do apoio à Espanha na controvérsia do estreito de Nookta deveu-se ao desafio da Assembléia Francesa ao direito de Luís XVI de declarar guerra. Nada disso sugeria que a França dentro em breve estaria tentando derrubar toda a "velha ordem" da Europa.

O conflito que absorveria as energias de grande parte do continente por mais de duas décadas, portanto, começou de maneira lenta e desigual. Os franceses estavam interessados apenas nas lutas internas no período que se seguiu à queda da Bastilha; e embora a crescente radicalização da política francesa preocupasse alguns governos estrangeiros, a agitação ocorrente em Paris e nas províncias sugeria que a França pouco peso teria na política de poder européia. Por isso, Pitt buscava reduzir as despesas militares britânicas

ainda em fevereiro de 1792, enquanto no leste as três grandes monarquias estavam muito mais interessadas na divisão da Polônia. Só com os crescentes rumores de conspirações de emigrados para restabelecer a monarquia, e a decisão dos revolucionários franceses de uma política mais agressiva nas fronteiras, os acontecimentos externos e internos produziram uma escalada que acabou na guerra. As lentas e incertas manobras dos exércitos aliados, ao atravessarem as fronteiras da França, mostravam como estavam mal preparados para a luta, o que por sua vez permitiu aos revolucionários clamar vitória após o encontro desordenado de Valmy (setembro de 1792). Só no ano seguinte, quando os sucessos dos exércitos franceses pareceram ameaçar a Renânia, os Países Baixos e a Itália, e a execução de Luís XIV mostrou o republicanismo radical do novo regime de Paris, é que a luta assumiu suas plenas dimensões estratégicas e ideológicas. A Prússia e o Império dos Habsburgos, combatentes originais, passaram a contar com um enorme grupo de outros estados, chefiados pela Inglaterra e Rússia, e incluindo todos os vizinhos da França.

Embora seja fácil ver, retrospectivamente, porque essa Primeira Coalizão (1793-1795) contra a França fracassou tão miseravelmente, o resultado foi uma surpresa e um amargo desapontamento, na época; afinal de contas, a situação entre os contendores era mais desigual do que em *qualquer* guerra anterior. No caso, foi o entusiasmo da Revolução Francesa que levou à adoção de medidas desesperadas — a *levée en masse* e a mobilização de todos os recursos nacionais possíveis da França para combater contra os seus muitos inimigos. Além disso, como muitos autores observaram, um período muito importante de reformas tinha ocorrido no exército francês — em organização, em planejamento de comando, artilharia e tática de batalha — durante as duas ou três décadas antes de 1789; e o que a Revolução fez foi varrer para o lado os obstáculos aristocráticos a essas novas idéias, e dar aos reformadores a oportunidade (e o peso dos números) para colocar em prática os seus conceitos, quando a guerra irrompeu. Os métodos de "guerra total" empregados na frente interna e as novas táticas no campo de batalha pareciam tanto um reflexo das recém-liberadas energias demagógicas dos franceses, quanto as manobras cautelosas, relutantes, dos exércitos da Coalizão eram simbólicas dos hábitos da velha ordem.[74] Com um exército de cerca de 650 mil (julho de 1793), inflamado pelo entusiasmo e pronto a correr os riscos existentes nas marchas prolongadas e nas táticas agressivas, os franceses estavam, dentro em pouco, invadindo os territórios vizinhos — o que significava que, a partir daquele momento, os custos da manutenção de uma força tão grande recaíam nos ombros da população *fora* das fronteiras da França, o que por sua vez permitiu uma certa recuperação da economia francesa.

Qualquer potência que pretendesse conter esse arrebatado expansionismo teria, portanto, de criar os meios adequados para enfrentar essa nova e perturbadora forma de guerra. Não era uma tarefa impossível. As operações do exército francês, sob seu primeiro comandante Dumouriez, e até mesmo as campanhas de Napoleão, muito mais amplas e complexas, revelaram deficiências de organização e treinamento, e debilidades no abastecimento e comunicações, dos quais uma força bem treinada se poderia aproveitar muito. Mas onde estava esse adversário bem treinado? Não acontecia apenas serem os velhos generais e as tropas lentas, carregadas de bagagens, da Coalizão

taticamente inadequados frente aos enxames de corpos de escaramuças e de colunas de ataque frontal dos franceses. O problema real é que os necessários entusiasmo político e clareza estratégica também faltavam aos inimigos da França. Não havia, obviamente, uma ideologia política transcendente para estimular os soldados e cidadãos do *ancien régime*; na verdade, muitos deles sentiam-se atraídos pelas embriagadoras idéias da Revolução, e só quando, muito depois, os exércitos de Napoleão transformaram a "libertação" em conquista e saque, pôde o patriotismo local ser usado para sufocar a hegemonia francesa.

Além disso, naquela fase inicial, poucos membros da Coalizão levavam a sério a ameaça francesa. Não houve acordo geral quanto aos objetivos e estratégias entre os vários membros da aliança, cuja unidade precária evidenciou-se nas suas crescentes exigências de subsídios britânicos, mas em nada mais. Acima de tudo, os primeiros anos da Guerra Revolucionária coincidiram com o desaparecimento da Polônia, e foram obscurecidos por esse acontecimento. Apesar de suas denúncias violentas da Revolução Francesa, Catarina II estava mais preocupada em eliminar a independência polonesa do que em mandar soldados para a Renânia. Isso levou um preocupado governo prussiano, já decepcionado pelas primeiras campanhas no oeste, a desviar um número cada vez maior de seus soldados do Reno para o Vístula, o que por sua vez levou a Áustria a manter 60 mil homens na sua fronteira norte, para o caso de Rússia e Prússia avançarem sobre os territórios poloneses que restavam. Quando a terceira e última divisão ocorreu, em 1795, era evidente demais que a Polônia tinha sido para a França um aliado mais valioso em seus estertores finais do que como um estado vivo e atuante. Àquela altura, a Prússia já tinha pedido a paz e abandonado a margem esquerda do Reno aos franceses, deixando a Alemanha num estado de neutralidade constrangida, permitindo assim que a França voltasse sua atenção para outras partes; a maioria dos estados alemães menores seguiu a Prússia; os Países Baixos tinham sido dominados e transformados na República Batava; e a Espanha também, abandonando a Coalizão, voltou à sua posição de alinhamento antibritânico junto com a França.

Restavam apenas a Sardenha-Piemonte que em princípios de 1796 foi esmagada por Napoleão; o infeliz Império Habsburgo, que foi expulso de grande parte da Itália e obrigado à Paz de Campo Formio (outubro 1797), e a Grã-Bretanha. Apesar dos desejos do segundo Pitt, de imitar seu pai contendo o expansionismo francês, o governo britânico também falhou no prosseguimento da guerra com a necessária disposição e definição estratégica.[75] O corpo expedicionário mandado a Flandres e à Holanda sob comando do duque de York, em 1793-1795, não tinha a força nem a capacidade de enfrentar o exército francês, e o que dele restou acabou voltando à Inglaterra via Bremen. Além disso, como tantas vezes aconteceu antes, e depois, os ministros (como Dundas e Pitt) preferiam "a maneira britânica de fazer a guerra" — operações coloniais, bloqueio marítimo e incursões no litoral inimigo — a qualquer operação continental em grande escala. Dada a esmagadora superioridade da Marinha Real inglesa e a desintegração da marinha francesa, essa opção parecia fácil e atraente. Mas as baixas que as doenças provocaram entre as tropas inglesas nas Antilhas, em 1793-1796, significaram que Londres

pagou caro essas diversões estratégicas: 40 mil homens mortos, outros 40 mil incapazes para a ação — mais do que todas as baixas da Guerra da Península Espanhola — e a campanha custou pelo menos 16 milhões de libras. É duvidoso, porém, que o constante aumento do domínio inglês nos teatros de guerra extra-europeus ou suas operações periféricas contra Dunquerque e Toulon tenham compensado o crescente poder da França dentro da Europa. Finalmente, as exigências de subsídios ingleses pela Prússia e Áustria, para manter seus exércitos na guerra, aumentaram de modo alarmante, sendo impossível atendê-las. Em outras palavras, a estratégia britânica se tinha tornado ao mesmo tempo ineficiente e onerosa, e em 1797 as bases de todo o sistema foram abaladas — pelo menos temporariamente — pela suspensão dos pagamentos em dinheiro pelo Banco da Inglaterra e pelos motins navais em Spithead e Nore. Durante esse período conturbado, os austríacos exaustos pediram a paz e aderiram aos outros estados que reconheciam o primado francês na Europa ocidental.

Se os ingleses não podiam derrotar a França, o governo revolucionário, por sua vez, não podia solapar o predomínio naval do inimigo. Tentativas anteriores de invadir a Irlanda e atacar as costas ocidentais da Inglaterra pouco resultado deram, embora isso se devesse tanto ao mau tempo quanto às defesas locais. Apesar do susto temporário causado pela suspensão, em 1797, dos pagamentos, o sistema creditício inglês manteve-se firme. A entrada da Espanha e Holanda na guerra, ao lado da França, levou ao esmagamento da esquadra espanhola ao largo do cabo São Vicente (fevereiro de 1797) e aos pesados golpes inflingidos aos holandeses em Camperdown (outubro de 1797). Os novos aliados da França também tiveram de sofrer a perda progressiva de suas colônias no além-mar: nas Índias Orientais e Ocidentais, em Colombo, Malaca e no cabo da Boa Esperança, que passaram a constituir novos mercados para o comércio britânico, e bases adicionais para suas esquadras. Não querendo pagar o elevado preço exigido pelo governo francês para celebrar a paz, Pitt e seus colegas de ministério resolveram continuar combatendo, criando o imposto sobre a renda, bem como levantando novos empréstimos para pagar aquilo que se tinha tornado — com soldados franceses concentrados ao longo do litoral do canal da Mancha — tanto uma luta pela sobrevivência nacional quanto pela segurança imperial.

Ali estava, portanto, o dilema estratégico fundamental enfrentado tanto pela França como pela Inglaterra durante as duas décadas seguintes de guerra. Como a baleia e o elefante, cada qual era inquestionavelmente a maior criatura em seu elemento. Mas o controle britânico das rotas marítimas não podia, em si mesmo, destruir a hegemonia francesa na Europa, nem poderia o domínio militar de Napoleão levar os ilhéus à rendição. Além disso, como as aquisições territoriais francesas e as pressões políticas da França sobre seus vizinhos despertavam considerável ressentimento, o governo de Paris não podia ter nunca a certeza de que as outras potências continentais aceitariam de maneira permanente o império francês, enquanto a Grã-Bretanha — oferecendo subsídios, munições e possivelmente até mesmo tropas — continuasse independente. Era essa também, é evidente, a opinião de Napoleão, quando argumentou em 1797: "Vamos concentrar nossos esforços na formação de nossa esquadra e na destruição da Inglaterra. Uma vez feito isso, a Europa estará aos nossos pés."[76]

Mas esse objetivo francês só podia ser alcançado pela adoção de uma estratégia marítima e comercial bem-sucedida contra a Inglaterra, já que não bastavam, contra ela, os ganhos militares territoriais. Da mesma forma, a Inglaterra precisava desafiar o domínio continental de Napoleão — pela intervenção direta e recrutando aliados — já que o domínio dos mares pela marinha inglesa também não bastava. Enquanto um dos combatentes dominasse em terra e o outro no mar, cada um deles se sentia ameaçado e inseguro e, portanto, buscava meios novos, e aliados, com os quais fazer pender a balança.

A tentativa de Napoleão para conseguir esse objetivo foi caracteristicamente ousada — e arriscada: aproveitando-se da fraqueza da Inglaterra no Mediterrâneo, no verão de 1798, ele invadiu o Egito com 31 mil homens, colocando-se em posição de dominar o Levante, o Império Otomano e o caminho da Índia. Quase que ao mesmo tempo, os ingleses tinham sua atenção desviada por mais uma expedição francesa contra a Irlanda. Cada uma dessas manobras, se bem-sucedida, teria representado um golpe terrível para a abalada posição britânica. Mas a invasão da Irlanda foi em pequena escala e atrasada, tendo sido contida em princípios de setembro, época em que toda a Europa tomava conhecimento da derrota da esquadra francesa por Nelson, em Abukir, e da conseqüente "servidão" de Napoleão no Egito. Tal como Paris suspeitava, esse revés encorajou todos os que se ressentiam do predomínio francês a abandonar sua neutralidade e a unir-se na guerra da Segunda Coalizão (1798-1800). Além dos estados menores de Portugal e Nápoles, também a Rússia, Áustria e Turquia estavam agora ao lado dos ingleses, reunindo seus exércitos e negociando subsídios. Com a perda de Minorca e Malta, derrotada na Suíça e na Itália pela forças austro-russas, e com o próprio Napoleão incapaz de conseguir uma vitória no Levante, a França parecia enfrentar sérios problemas.

Não obstante, a segunda coalizão, como a primeira, tinha bases políticas e estratégicas precárias.[77] A Prússia estava notavelmente ausente, impossibilitando a abertura de uma frente no norte da Alemanha. Uma campanha prematura pelo rei de Nápoles terminou em desastre, e uma expedição anglo-russa mal preparada à Holanda não comoveu a população local e teve de retirar-se. Em lugar de concluir que as operações continentais precisavam ser mais substanciais, e com a consciência aguda das dificuldades financeiras e políticas de organizar um grande exército, o governo britânico voltou à sua tradicional política de "incursões" contra o litoral inimigo. Mas seus ataques em pequena escala contra Belle-Isle, Ferrol, Cádiz, e outros pontos, não atenderam a nenhum objetivo estratégico útil. Pior ainda, austríacos e russos não cooperaram na defesa da Suíça, e os russos foram expulsos para leste, pelas montanha; com isso, o desencanto do czar com seus aliados aumentou a ponto de se transformar numa profunda desconfiança da política inglesa e uma disposição de negociar com Napoleão, que conseguira voltar à França, procedente do Egito. A retirada da Rússia deixou os austríacos sozinhos para receberem todo o impacto da fúria francesa, em Marengo e Hochstadt (ambas em junho de 1800), e seis meses depois em Hohenlinder, obrigando Viena, mais uma vez, a buscar a paz. Com a Prússia e a Dinamarca aproveitando-se dessa situação para dominar Hanôver, e com a Espanha lançando uma invasão de Portugal, os ingleses ficaram praticamente sozinhos

em 1801, tal como tinham ficado três anos antes. No norte da Europa, Rússia, Dinamarca, Suécia e Prússia se tinham juntado numa nova Liga da Neutralidade Armada.

Na campanha marítima e fora da Europa, por outro lado, os ingleses se tinham saído novamente bastante bem. Malta foi tomada dos franceses, proporcionando à Marinha Real uma base estratégica de grande importância. A esquadra dinamarquesa, primeira linha do esquema da nova Liga da Neutralidade Armada para excluir o comércio britânico do Báltico, foi destruída ao largo de Copenhague (embora o assassinato do czar Paulo, poucos dias antes, prenunciasse o fim da Liga, de qualquer modo). Naquele mesmo mês de março de 1801 uma expedição britânica derrotava o exército francês em Alexandria, o que levou posteriormente a uma completa retirada francesa do Egito. Mais longe, as forças britânicas na Índia venceram Tipu, apoiado pelos franceses, em Missore, e continuaram a avançar no norte. Possessões francesas, holandesas, dinamarquesas e suecas nas Antilhas também caíram em mãos dos ingleses.

Não obstante, a falta de um sólido aliado continental em 1801 e a natureza não conclusiva da campanha anglo-francesa levaram muitos políticos ingleses a pensar na paz, sentimentos esses que foram reforçados pelas pressões dos círculos mercantis, cujo comércio sofria no Mediterrâneo e, em menores proporções, no Báltico. A renúncia de Pitt, provocada pela emancipação católica, apressou o movimento em favor de negociações. Pelos cálculos de Napoleão, pouco havia a perder com um período de paz: a consolidação da influência francesa nos estados satélites prosseguiria, e os ingleses certamente não continuariam desfrutando seus privilégios comerciais e diplomáticos naquelas áreas; a marinha francesa, dispersa em vários portos, poderia ser concentrada e reconstruída; e a economia poderia descansar, antes da próxima etapa da luta. Em conseqüência, a opinião britânica — que não fez maiores críticas ao governo pela conclusão da Paz de Amiens (março de 1802) — passou a pender fortemente na outra direção, quando observou que a França continuava a guerra por outros meios. O comércio inglês não podia entrar em grande parte da Europa. Londres recebeu recomendações firmes de não interferir nos assuntos holandeses, suíços e italianos. E intrigas e agressões francesas eram registradas de Muscat às Antilhas, e da Turquia ao Piemonte. Essas notícias e a existência de um programa de construção naval de grandes proporções na França levaram o governo inglês de Addington a recusar-se a devolver Malta e, em maio de 1803, a transformar uma guerra fria numa guerra quente.[78]

Essa fase final de sete importantes guerras anglo-francesas travadas entre 1689 e 1815 duraria 12 anos, e seria a prova mais rigorosa para ambos os países. Como antes, cada um dos combatentes tinha forças e debilidades diferentes. Apesar de certas reduções na esquadra, a Marinha Real inglesa estava em posição muito forte quando as hostilidades recomeçaram. Enquanto esquadrões poderosos bloqueavam o litoral francês, os impérios satélites da França no além-mar eram sistematicamente tomados. St. Pierre e Miquelon, Santa Lúcia, Tobago e a Guiana Holandesa foram capturados antes de Trafalgar, e novos avanços ocorreram na Índia; o Cabo caiu em 1806; Curaçao e as Antilhas

dinamarquesas em 1807; várias das Molucas em 1808; Caiena, Guiana Francesa, São Domingos, Senegal e Martinica, em 1809; Guadalupe, Maurício, Amboina e Banda, em 1810; Java, em 1811. Mais uma vez, esses acontecimentos não tiveram impacto *direto* sobre o equilíbrio europeu, mas reforçaram o domínio britânico do além-mar e porporcionaram novas "saídas" para exportações cujos acessos tradicionais, em Antuérpia e Legone, tinham sido fechados; e mesmo em suas fases iniciais, levaram Napoleão a pensar, mais seriamente do que nunca, na invasão do sul da Inglaterra. Com a concentração do Grande Exército frente a Boulogne e a volta de um Pitt enérgico ao poder em 1804, ambos os lados esperavam um choque final, decisivo.

Na verdade, as campanhas naval e militar de 1805 a 1808, apesar de encerrar várias batalhas famosas, revelaram mais uma vez as imposições estratégicas da guerra. O exército francês era pelo menos três vezes maior e muito mais experiente do que o inglês, mas era necessário o controle do mar, antes que pudesse desembarcar com segurança na Inglaterra. Numericamente, a marinha francesa era considerável (cerca de 70 navios), uma evidência dos recursos de que Napoleão podia dispor; e foi reforçada pela esquadra espanhola (mais de 20 navios) quando a Espanha entrou na guerra em fins de 1804. As esquadras franco-espanholas, porém, estavam dispersas por meia dúzia de portos, e sua união não se podia fazer sem o risco de um encontro com a marinha inglesa, que dispunha de uma experiência de combate muito maior. A esmagadora derrota dessas esquadras em Trafalgar, em outubro de 1805, mostrou a "diferença de qualidade" entre as marinhas rivais, de maneira devastadora. Mas se essa dramática vitória deu segurança às Ilhas Britânicas, não pôde enfraquecer a posição de Napoleão em terra. Por isso, Pitt tinha lutado para levar a Rússia e a Áustria a uma terceira coalizão, pagando 1,75 milhões de libras para cada 100 mil homens que pudessem colocar no campo de batalha contra os franceses. Antes mesmo de Trafalgar, porém, Napoleão tinha transferido seu exército de Boulogne para o Alto Danúbio, aniquilando os austríacos em Ulm, e um seguida avançando para leste, para esmagar uma força austro-russa de 85 mil homens em Austerlitz, em dezembro. Com uma desanimada Viena pedindo paz pela terceira vez, os franceses podiam reafirmar seu controle da península italiana e obrigar a uma retirada apressada as forças anglo-russas que ali se encontravam.[79]

Quer a notícia desses sérios golpes tenha provocado ou não a morte de Pitt, em princípios de 1806, eles revelaram mais uma vez a dificuldade de derrotar um gênio militar como Napoleão. Realmente, os anos seguintes levaram ao auge o predomínio francês na Europa (ver Mapa 7). A Prússia, cuja abstenção tinha enfraquecido a coalizão, apressou-se a declarar guerra à França em outubro de 1806 e foi esmagada dentro de um mês. Os grandes e teimosos exércitos russos eram uma outra questão, mas depois de várias batalhas também foram duramente castigados na batalha de Friedland (junho de 1807). Nos tratados de paz de Tilsit, a Prússia foi transformada, praticamente, em satélite, e a Rússia, embora escapando quase ilesa, concordou em banir o comércio inglês e prometeu juntar-se a uma aliança francesa. Com a Alemanha meridional e grande parte da ocidental fundida numa Confederação do Reno, com a Polônia ocidental transformada no grão-ducado de Varsóvia, a Espanha, Itália e Países Baixos subservientes, o Sacro Império Romano no

Mapa 7: *A Europa no auge do poderio de Napoleão, 1810*

Império francês
"Império Maior", sujeito ao controle napoleônico
Aliados nominais de Napoleão
Hostis a Napoleão, protegidos pelos ingleses

OCEANO ATLÂNTICO
GRÃ-BRETANHA E IRLANDA
NORUEGA E DINAMARCA
SUÉCIA
GRÃO-DUCADO DA FINLÂNDIA
MAR DO NORTE
MAR BÁLTICO
IMPÉRIO RUSSO
PRÚSSIA
GRÃO-DUCADO DE VARSÓVIA
CONFEDERAÇÃO DO REINO
IMPÉRIO FRANCÊS
IMPÉRIO AUSTRÍACO
SUÍÇA
REINO DA ITÁLIA
PROVÍNCIAS ILÍRIAS
MAR NEGRO
IMPÉRIO OTOMANO
PORTUGAL
ESPANHA
CÓRSEGA
REINO DA SARDENHA
REINO DE NÁPOLES
REINO DA SICÍLIA
0 500 Milhas
0 500 Quilômetros
MAR MEDITERRÂNEO

fim, não havia Estado independente — nem aliado para os ingleses — entre Portugal e Suécia. Isso, por sua vez, deu a Napoleão a oportunidade de arruinar a "nação de pequenos comerciantes" da maneira mais expressiva: fechando a Europa às suas exportações e prejudicando sua economia, ao mesmo tempo em que armazenava madeira e outros recursos para a construção de navios, agora negados à Marinha Real inglesa. Os ingleses seriam enfraquecidos indiretamente antes da organização de um novo ataque direto. Dada a dependência em que a Grã-Bretanha se encontrava dos mercados europeus para suas indústrias de exportação, e das madeiras do Báltico e do carvalho dálmata para sua frota, a ameaça era enorme. A redução dos ganhos com as exportações deveriam negar, finalmente, a Londres o dinheiro necessário ao pagamento de subvenções a quaisquer aliados e à compra de mercadorias para seus exércitos expedicionários.

Portanto, mais do que nunca nesta guerra, os fatores econômicos combinaram-se com a estratégia. Nessa fase central do duelo anglo-francês pela supremacia, entre os decretos de Napoleão, de Berlim/Milão banindo o comércio com a Inglaterra (1806-1807) e a retirada francesa de Moscou em 1812, os dois contendores buscando arruinar-se economicamente, qualquer debilidade significativa surgiria mais cedo ou mais tarde — com sombrias conseqüências para o poder político.

Não há dúvida de que a dependência excepcionalmente grande do comércio exterior, em que a Grã-Bretanha se encontrava nessa época, tornava-a muito vulnerável à proibição de comércio imposta pelo "Sistema Continental" de Napoleão.[80] Em 1808, e novamente em 1811-1812, a guerra comercial travada pelos franceses e seus satélites mais submissos (os dinamarqueses, por exemplo) provocou uma crise no comércio de exportação britânico. Vastos estoques de produtos manufaturados empilhavam-se nos armazéns, e as docas de Londres estavam cheias de produtos coloniais. O desemprego nas cidades e a intranqüilidade no campo aumentaram os receios dos homens de negócios e levaram muitos economistas a pedirem a paz; para isso também contribuiu o aumento espantoso da dívida nacional. Quando as relações com os Estados Unidos agravaram-se e as exportações para aquele importante mercado caíram, depois de 1811, as pressões econômicas pareciam quase insuportáveis.

Na prática, porém, essas pressões foram suportadas, em especial porque nunca se fizeram sentir por tempo bastante, ou com coerência bastante. A revolução na Espanha contra a hegemonia francesa aliviou a crise econômica de 1808 na Grã-Bretanha, bem como o rompimento da Rússia com Napoleão proporcionou uma recuperação na depressão de 1811-1812, permitindo que produtos britânicos entrassem em grande quantidade pelo Báltico e norte da Europa. Além disso, durante todo esse período, grande volume de produtos manufaturados britânicos e reexportações coloniais foram contrabandeados para o continente europeu, com lucros enormes e, geralmente, com a conivência de funcionários locais subornados. De Heligolândia a Salonica, os produtos proibidos percorriam um caminho tortuoso até seus consumidores ansiosos — como viajaram depois entre o Canadá e a Nova Inglaterra, durante a guerra anglo-americana de 1812. Finalmente, a economia de exportação

inglesa também podia ser mantida pelo grande aumento de comércio com regiões não atingidas pelo Sistema Continental, ou a política americana de "não-intercâmbio": Ásia, África, Antilhas, América Latina (apesar de todos os esforços dos governadores espanhóis locais) e Oriente Próximo. Por tudo isso, e apesar de sérias interrupções do comércio britânico em *alguns* mercados e por *algum* tempo, a tendência geral foi clara: as exportações totais de produtos britânicos aumentaram de 21,7 milhões de libras (1794-1796) para 37,5 milhões (1804-1806) e 44,4 milhões (1814-1816).

A outra principal razão pela qual a economia britânica não desmoronou ante as pressões externas foi que, infelizmente para Napoleão, a Inglaterra estava então em plena Revolução Industrial. É claro que esses dois importantes fatos históricos combinaram-se de formas muito singulares: encomendas governamentais de armas estimularam a indústria do ferro, aço, carvão e madeira; os enormes dispêndios do estado (calculados em 29% do PNB) afetaram as práticas financeiras e novos mercados de exportação levaram ao aumento da produção em algumas fábricas, exatamente no momento em que o "contrabloqueio" francês a reduzia. A maneira exata pelo qual as Guerras Revolucionária e Napoleônicas afetaram o crescimento da economia britânica *como um todo* é assunto complexo e controverso, ainda investigado pelos historiadores, muitos dos quais acham, hoje, que as idéias antigas de que houve um ritmo intenso de industrialização britânica naquelas décadas são exageradas. O que é claro, porém, é que a economia cresceu durante esse período. A produção de ferrogusa, que era de apenas 68 mil toneladas em 1788, já tinha subido para 244 mil toneladas em 1806 e aumentou ainda mais para 325 mil toneladas em 1811. O algodão, praticamente uma indústria nova antes da guerra, expandiu-se muito nas duas décadas seguintes, absorvendo mais maquinaria, energia a vapor, carvão e trabalho; em 1815, os produtos de algodão se tinham transformado na maior exportação inglesa, de longe. Numerosas docas novas e, no interior, novos canais, estradas e ferrovias melhoraram as comunicações e estimularam maior produção. A despeito da possibilidade de ter sido esse surto ainda maior se não fosse a luta militar e naval contra a França, a verdade é que a produtividade e a riqueza da Grã-Bretanha ainda continuavam a aumentar rapidamente — e contribuíram para que o país pudesse arcar com os ônus que Pitt e seus sucessores lhe impuseram, a fim de custear a guerra. As receitas aduaneiras e do imposto de consumo, por exemplo, passaram de 13,5 milhões de libras (1793) para 44,8 milhões (1815), enquanto os novos impostos de renda e de propriedade passavam a render de 1,67 em 1779 para 14,6 milhões de libras no último ano da guerra. De fato, entre 1793 e 1815, o governo britânico recolheu a soma impressionante de 1,217 bilhão de libras de impostos diretos e indiretos, e levantou mais 440 milhões nos mercados financeiros, sem esgotar seu crédito — para espanto de Napoleão, que era fiscalmente mais conservador. Nos críticos anos finais da guerra, o governo levantava anualmente mais 25 milhões de libras, proporcionando-se a margem extra que foi decisiva.[81] Na verdade, os britânicos estavam sendo tributados muito além dos limites concebidos pelos burocratas do século XVIII, e a dívida nacional quase triplicou; a nova riqueza, porém, tornou fácil arcar com esses compromissos — e lhes permitiu, apesar de serem menos numerosos e dispor de menos território, suportar melhor o custo da guerra do que o imponente Império Napoleônico.

A história da economia francesa entre 1789 e 1815 e de sua capacidade de manter a guerra em grande escala é ainda mais complicada.[82] O colapso do *ancien régime* e as agitações que se seguiram sem dúvida provocaram uma redução na atividade econômica por algum tempo. Por outro lado, o grande entusiasmo público pela Revolução e a mobilização dos recursos nacionais para enfrentar os inimigos estrangeiros levaram a um aumento espantoso na produção de canhões, armas pequenas e outros equipamentos militares, que por sua vez estimulou as indústrias do ferro e têxtil. Além disso, alguns dos obstáculos econômicos da velha ordem, como as tarifas internas, foram eliminados, e as reformas jurídica e administrativa de Napoleão ajudaram as perspectivas de modernização. Mesmo que o advento do Consulado e do Império tenham levado à volta de muitas características do regime monárquico (por exemplo, o recurso aos banqueiros privados), isso não impediu um crescimento econômico constante, alimentado naturalmente pelos aumentos de população, o estímulo da despesa estatal, melhor proteção tarifária e a introdução de certas tecnologias novas.

Não obstante, não parece haver dúvidas de que a taxa de crescimento da economia francesa foi muito mais lenta que a britânica. A mais profunda razão disso foi ter o setor agrícola, muito maior do que os outros, mudado muito pouco: a substituição do senhor pelos seus camponeses não foi, em si mesma, uma revolução *agrícola*; e políticas amplamente proclamadas, como o desenvolvimento do açúcar de beterraba (para substituir o açúcar colonial inglês) teve resultados limitados. As más comunicações significavam que os agricultores ainda estavam presos aos mercados locais, e havia pouco estímulo para inovações radicais. Esse estado de espírito conservador também podia ser visto no nascente setor industrial, onde novas máquinas e empresas em grande escala no, digamos, setor do ferro, eram antes a exceção do que a regra. Progressos significativos foram feitos, é claro, mas muitos sob a influência deformadora da guerra e do bloqueio naval britânico. Assim, a indústria do algodão beneficiou-se do Sistema Continental, na medida em que foi protegida da concorrência inglesa superior (para não falarmos da concorrência de Estados neutros ou satélites, cujos produtos eram excluídos pelas altas tarifas francesas); e beneficiou também um mercado interno maior, já que as conquistas das áreas vizinhas, feitas por Napoleão, aumentaram o número de "franceses" de 25 milhões em 1789 para 44 milhões em 1810. Isso foi, porém, compensado pela escassez e alto preço do algodão bruto e pela lentidão na adoção de novas técnicas criadas na Inglaterra. No todo, a indústria francesa saiu da guerra num estado claramente *menos competitivo*, devido à proteção que teve contra os rivais estrangeiros.

O impacto do bloqueio naval aumentou esse processo de voltar-se para si mesma, sofrido pela economia francesa.[83] Seu setor atlântico, o de mais rápido crescimento no século XVIII (como aconteceu com a Grã-Bretanha), potencialmente um catalisador para a industrialização, sofreu cada vez mais com a ação da Marinha Real inglesa. A perda de São Domingos, em particular, foi um sério golpe para o comércio atlântico francês. Outra colônias de além-mar bem como investimentos também foram perdidos, e depois de 1806 até mesmo o comércio por navios neutros foi suspenso. Bordeaux foi duramente atingida. Nantes teve seu lucrativo tráfico de escravos reduzido a nada. Até

mesmo Marselha, com parceiros comerciais alternativos no interior e norte da Itália, viu a sua produção industrial cair a um quarto, entre 1789 e 1813. Em contraste, regiões no norte e leste da França, como Alsácia, desfrutavam da relativa segurança de um comércio de base terrestre. Mesmo que essas áreas, porém, e as pessoas nelas residentes — como os plantadores de uva e os fiadores de algodão — se tenham beneficiado em seu ambiente protegido, o impacto *geral* sobre a economia francesa foi muito menos satisfatório. "Desindustrializada" em seu setor atlântico, isolada de grande parte do mundo exterior, a França voltou-se para os seus camponeses, o comércio das suas cidades pequenas e suas indústrias locais não competitivas e relativamente de menor escala.

Tendo em vista esse conservantismo econômico — e, em certos casos, evidência clara de atraso — a capacidade francesa de financiar décadas de uma guerra de grandes potências parece ainda mais notável.[84] Embora a mobilização popular de começos até meados da década de 1790 ofereça uma explicação imediata, não pode explicar a era napoleônica propriamente dita, quando um exército de 500 mil homens, com um tempo de serviço prolongado (e exigindo provavelmente 150 mil novos recrutas a cada ano), tinha de ser pago. As despesas militares, já da ordem de, pelo menos, 462 milhões de francos em 1807, tinham crescido para 817 milhões de francos em 1813. Não é de surpreender que as receitas normais nunca pudessem cobrir esse gasto. Os impostos diretos eram impopulares e, portanto, não podiam ser recolhidos em volume substancial — o que em grande parte explica a volta de Napoleão aos impostos sobre tabaco, sal e outros impostos indiretos do *ancien régime*, mas nem estes, nem os impostos de selo e tarifas alfandegárias podiam evitar um déficit anual de centenas de milhões de francos. É certo que a criação do Banco de França, juntamente com vários outros recursos e instituições financeiras, permitiram ao estado conduzir uma política disfarçada de papel-moeda e, com isso, preservar um bom crédito — apesar da reconhecida hostilidade do imperador aos empréstimos. Mas nem isso bastava. A lacuna só podia ser preenchida de outra maneira.

Em proporções enormes, embora impossíveis de calcular, o imperialismo napoleônico foi pago, na verdade, pelo saque. Esse processo começou internamente, com o confisco e venda das propriedades dos proclamados "inimigos da Revolução".[85] Quando as campanhas militares em defesa da revolução levaram os exércitos franceses às terras vizinhas, pareceu perfeitamente natural que o estrangeiro pagasse por isso. A guerra, em termos claros, custearia a própria guerra. Pelo confisco de propriedades feudais e da coroa, nos países derrotados; pelo butim tomado diretamente dos exércitos inimigos, guarnições, museus e tesouros; pelas indenizações de guerra em dinheiro ou em produtos; alojando regimentos franceses em estados satélites e exigindo que estes fornecessem contingentes, Napoleão não só cobriu suas enormes despesas militares, como na realidade obteve consideráveis lucros para a França — e para ele mesmo. As somas adquiridas pelos administradores desse *domaine extraordinaire* no período do zênite da França foram notáveis e de certa forma prenunciaram o saque realizado pela Alemanha nazista em seus satélites e inimigos vencidos, durante a Segunda Guerra Mundial. A Prússia, por exemplo, teve de pagar uma indenização de 311 milhões de

francos depois de Jena, o que equivalia à metade da receita ordinária do governo francês. A cada derrota, o Império Habsburgo era obrigado a ceder territórios *e* pagar uma grande indenização. Na Itália, entre 1805 e 1812 cerca da metade dos impostos recolhidos foram para os franceses. Tudo isso tinha a dupla vantagem de manter grande parte do colossal exército francês *fora* da pátria, e de proteger o contribuinte francês dos custos totais da guerra. Desde que o exército, sob o seu brilhante chefe, continuasse a ter êxitos, o sistema parecia invulnerável. Não é de surpreender, portanto, que o imperador afirmasse com freqüência:

> Meu poder depende de minha glória, e minhas glórias das vitórias que conquistei. Meu poder cairá se eu não o alimentar com novas glórias e novas vitórias. A conquista fez de mim o que sou, e só a conquista me pode permitir a manutenção dessa posição.[86]

Como, então, seria possível derrubar Napoleão? A Inglaterra sozinha, carente do poder militar, não podia. E um ataque à França por um adversário continental isolado estava sempre destinado ao fracasso. A inoportuna entrada da Prússia na guerra, em 1806, provou isso, embora não evitasse que os frustrados austríacos renovassem as hostilidades contra a França, em princípios de 1809. Mas enquanto a Áustria combateu com grande ânimo nas batalhas de Eckmühl e Aspern, suas perdas em Wagram mais uma vez obrigaram Viena a pedir a paz e ceder mais terras à França e seus aliados. Os sucessos franceses contra a Áustria tinham, além do mais, ocorrido logo depois da entrada de Napoleão na Espanha para esmagar a revolta ali. Parecia, assim, que qualquer oposição à vontade do imperador era rapidamente esmagada. E embora no mar os ingleses mostrassem uma dureza comparável com os inimigos, reais ou potenciais, como no ataque a Copenhague (agosto de 1807), ainda assim tendiam a desperdiçar recursos militares em incursões de pequena escala ao largo do sul da Itália, num ataque inepto a Buenos Aires, e na desastrosa operação Walcheren no verão de 1809.[87]

Foi precisamente quando o sistema de Napoleão parecia imbatível que as primeiras rachaduras no edifício imperial começaram a aparecer. Apesar das sucessivas vitórias militares, as baixas francesas nessas batalhas foram grandes — 15 mil perdidos em Eylau, e 12 mil em Friedland, 23 mil mortos ou rendidos em Bailen, 44 mil baixas em Aspern e mais 30 mil em Wagram. Soldados experientes se estavam tornando raros, pelo menos fora dos exclusivos regimentos de guardas. Por exemplo, dos 148 mil homens da *Armée de l'Allemagne* (exclusive a Guarda) em 1809, 47 mil eram recrutas de menor idade.[88] Embora o exército de Napoleão, como o de Hitler, incluísse muitos soldados dos territórios conquistados e dos satélites, as reservas de efetivos franceses estavam sendo claramente desfalcadas; enquanto isso, o imprevisível czar ainda tinha reservas enormes e, mesmo depois de Wagram, os insistentes e ressentidos austríacos ainda tinham um "exército em existência" bastante considerável. Tudo isso teria um significado em futuro próximo.

Além disso, o avanço de Napoleão na Espanha em fins de 1808 não "decidiu" aquela campanha, como ele gostava de acreditar. Ao dispersar os exércitos formais espanhóis, ele tinha, inadvertidamente, estimulado a população

local a recorrer às guerrilhas, muito mais difíceis de sufocar e que multiplicavam os problemas logísticos para as forças francesas. Como a população local lhe rejeitava alimentos, o exército francês dependia criticamente de suas precárias linhas de abastecimento. Além disso, ao transformar a Espanha num campo de batalha, Napoleão escolheu, sem querer, uma das poucas áreas nas quais os ainda cautelosos ingleses podiam ser levados a agir, a princípio experimentalmente, mas em seguida com uma confiança crescente, ao verem como Wellington explorava as simpatias locais, a geografia da península, o controle do mar, e — o que não era menos importante — os seus regimentos cada vez mais profissionais para deter e desgastar o *élan* francês. As 25 mil baixas sofridas pelo exército de Massena em sua infrutífera marcha contra Lisboa em 1810-1811 foram um indício inicial de que a "úlcera espanhola" não podia ser lancetada, nem mesmo quando cerca de 300 mil soldados franceses foram enviados ao sul dos Pireneus.[89]

Além de enfraquecer a França, a questão espanhola simultaneamente aliviou a tensão sobre a Grã-Bretanha, tanto estratégica como comercialmente. Afinal de contas, durante a maior parte das guerras anglo-francesas anteriores, a Espanha tinha combatido ao lado da França — o que não só constituiu uma ameaça terrestre a Gibraltar, e uma ameaça também no mar (na forma da união das esquadras franco-espanhola) ao domínio naval britânico, como também afetou os mercados de exportação na Península, América Latina e Mediterrâneo em geral. Uma Espanha amistosa, e não hostil, significava o fim de todas essas pressões. Os prejuízos causados ao comércio britânico pelo Sistema Continental foram muito amenizados, e os produtos de Lancashire e dos Midlands voltaram aos velhos mercados; em 1810, o total das exportações inglesas se tinha elevado para um recorde de 48 milhões de libras (dos 37 milhões em 1808). Embora esse alívio fosse apenas temporário — e eclipsado cada vez mais — pelo fechamento do Báltico devido à disputa anglo-americana sobre o recrutamento forçado e o bloqueio — foi o suficiente. Manteve o grande inimigo *extracontinental* de Napoleão, e exatamente na época em que o próprio continente europeu se estava revoltando.

Com efeito, o sistema napoleônico na Europa baseava-se numa contradição. Quaisquer que sejam os méritos ou deméritos da Revolução dentro da própria França, uma nação que proclamava a liberdade, a fraternidade e a igualdade estava agora — sob a direção de seu imperador — conquistando populações não-francesas, impondo-lhes exércitos, saqueando seus bens, deformando seu comércio, recolhendo indenizações e impostos enormes e recrutando sua juventude.[90] Havia também ressentimentos quanto aos controles impostos, cada vez mais, pelo Sistema Continental, já que não eram apenas Nantes e Bordeaux, mas também Amsterdam, Hamburgo e Trieste que estavam sendo atingidas pela guerra econômica travada por Napoleão contra a Inglaterra. Poucos se levantariam abertamente em armas, como os espanhóis, ou se decidiriam a sair do ruinoso Sistema Continental, como fizeram os russos em dezembro de 1810.[91] Quando, porém, o Grande Exército de Napoleão foi devastado nas campanhas de Moscou, e a *Armée de l'Espagne* recuava de volta aos Pireneus, surgiu para muitos países finalmente a oportunidade de livrarem-se da hegemonia francesea. O que os prussianos, russos, suecos, austríacos e outros precisavam então era um suprimento

imediato de fuzis, botas e roupas — para não falarmos de dinheiro — que os ingleses já estavam fornecendo aos seus aliados portugueses e espanhóis. Assim, a segurança das Ilhas Britânicas e sua prosperidade *relativa*, de um lado, e a natureza demasiado extensa e cada vez mais gananciosa do domínio francês, por outro, finalmente interagiram para causar a queda do império de Napoleão.

Uma análise tão rápida e abrangente dos fatores econômicos e geopolíticos tende, inevitavelmente, a reduzir a importância dos aspectos mais pessoais desta história, como a crescente letargia e auto-ilusão de Napoleão. Pode, também, reduzir a importância da natureza muito precária do equilíbrio militar até quase o último ano da guerra — pois os franceses tinham, ainda então, os recursos para construir uma enorme marinha, se tivessem insistido nessa política. A economia de exportação britânica só em 1812 seria submetida à sua prova mais severa; e até a batalha de Leipzig (outubro de 1813) parecia haver boas perspectivas de que Napoleão pudesse esmagar um de seus inimigos de leste e, com isso, dissolver a coalizão contra ele.

Não obstante, a "extensão excessiva" das linhas francesas, refletindo a própria arrogância de Napoleão, era a essa época extrema, e qualquer revés sério teria de afetar as outras partes do sistema — simplesmente porque essas tinham de ceder tropas para reparar a frente rompida. Em 1811, havia cerca de 353 mil soldados franceses na Espanha, e ainda assim, como Wellington observou, sua autoridade não ultrapassava o lugar onde estavam; a defesa de suas linhas de comunicação consumia a maior parte de sua energia, e os deixava vulneráveis ao avanço anglo-português-espanhol. Quando, no ano seguinte, Napoleão resolveu sujeitar a independência da Rússia, apenas 27 mil homens puderam ser retirados da Espanha para se juntarem à marcha sobre Moscou. Dos mais de 600 mil homens do Grande Exército, apenas 270 mil eram franceses, o mesmo número que permaneceu na Península Ibérica. Além disso, como eram franceses "natos" agora os belgas, holandeses e muitos italianos dos territórios anexados, as tropas recrutadas dentro das fronteiras francesas anteriores a 1789 eram clara minoria durante a campanha russa. Isso poderia não ter importância nas fases iniciais, bem-sucedidas, mas tornou-se um fator sério durante a retirada, quando os homens estavam desesperados para escapar do clima terrível e dos cossacos, e voltar para suas pátrias.[92]

As baixas do Grande Exército na campanha russa foram enormes: nada menos de 270 mil soldados talvez tenham sido mortos e outros 200 mil capturados; cerca de mil canhões e 200 mil cavalos foram perdidos. A frente leste, mais do que qualquer outro fator, enfraqueceu o moral do exército francês. Não obstante, é importante compreender como a campanha no leste europeu e a campanha peninsular interagiram a partir de 1813, para provocar a queda final: pois então a capacidade do exército russo era pequena (e muitos de seus generais tinham pouco entusiasmo) para perseguir os franceses através da Alemanha; os ingleses estavam ocupados pela sua guerra americana, e Napoleão tinha recrutado uma força nova de 145 mil homens em princípios do verão de 1813, o que lhe permitiu manter as posições na Saxônia e negociar um armistício. Embora a Prússia tivesse prudentemente aderido ao lado russo e Metternich ameaçasse intervir com um exército austríaco de um quarto de milhão de homens, as potências ocidentais ainda estavam divididas e

inseguras. Assim, a notícia de que as tropas de Wellington tinham esmagado o exército de Joseph Bonaparte em Vitoria (junho de 1813) e o estavam empurrando de volta para os Pireneus, foi importante para estimular os austríacos a declararem guerra e juntarem-se às forças russas, suecas e prussianas, a fim de expulsar os franceses da Alemanha. A subseqüente batalha de Leipzig, em outubro, foi travada numa escala desconhecida pelo exército britânico — 195 mil franceses foram vencidos em quatro dias de luta por 365 mil soldados aliados, economicamente sustentados por enormes subvenções britânicas, bem como abastecidos de 125 mil mosquetes, 218 peças de artilharia e muitos outros equipamentos, pelo estado ilhéu.[93]

Por sua vez, a derrota francesa em Leipzig estimulou Wellington, então no norte dos Pireneus, a avançar sobre Bayonne e Toulouse. Enquanto os exércitos da Prússia e Áustria atravessavam o Reno e os cossacos invadiam a Holanda, Napoleão realizava uma brilhante defesa tática do nordeste da França, em princípios de 1814; mas seus exércitos já não tinham mais vigor, sendo formados de um número excessivo de recrutas não treinados. Além disso, o povo francês, agora que a luta era em seu próprio solo, estava menos entusiasta (como Wellington tinha previsto). Fortalecidos pela insistência britânica em reduzir a França ao seu tamanho anterior e pela promessa de mais 5 milhões de libras em subsídios britânicos, feita no tratado de Chaumont, de 9 de março, os governos aliados mantiveram a pressão até o fim. A 30 de março de 1814, até mesmo os marechais de Napoleão já não queriam mais lutar, e dentro de mais uma semana o imperador abdicava.

Em comparação com esses acontecimentos épicos, a guerra anglo-americana de 1812-1814 foi um espetáculo estratégico de menor importância.[94] Economicamente, poderia ter sido muito mais séria para os interesses britânicos, se não tivesse coincidido com o colapso do Sistema Continental, e se não tivessem os estados da Nova Inglaterra, em grande parte dependentes do comércio anglo-americano, permanecido indecisos (e com freqüência neutros) no conflito. A proclamada "marcha sobre o Canadá" pelas forças americanas logo perdeu o impulso, e tanto em terra como no mar — apesar dos ataques a York (Toronto) e Washington, e algumas ações impressionantes de navios isolados — os dois lados demonstraram que se podiam ferir mutuamente mas não de modo fatal. Para os ingleses em particular, isso mostrou a importância do comércio americano e revelou as dificuldades de manter estruturas militares e navais de grandes proporções no além-mar, ao mesmo tempo em que as forças armadas eram desesperadamente necessárias no teatro europeu. Como no caso da Índia, as possessões transoceânicas e o comércio com elas eram simultaneamente um fortalecimento da posição de poder da Grã-Bretanha e uma perturbação estratégica.[95]

A campanha final de Napoleão, de março a junho de 1815, embora certamente importante, foi uma nota de pé de página à grande guerra na Europa.[96] Sua repentina volta à França, do exílio, interrompeu os desentendimentos dos vencedores sobre o futuro da Polônia, Saxônia e outros países, mas não abalou a aliança. Mesmo que a força francesa apressadamente reunida não tivesse sido derrotada por Wellington e Blücher em Waterloo, é difícil ver como poderia ter resistido aos outros exércitos que estavam sendo dirigidos à Bélgica, e ainda mais difícil ver como a França poderia ter mantido,

economicamente, uma guerra prolongada, depois disso. Não obstante, a última investida de Napoleão foi importante, politicamente. Reforçou a posição da Grã-Bretanha na Europa e fortaleceu o argumento de que a França precisava ser cercada por fortes "estados tampões", no futuro. Demonstrou a recuperação militar da Prússia depois de Jena, e com isso reajustou em parte o equilíbrio na Europa oriental. E obrigou todas as potências em Viena a enterrar as discordâncias ainda existentes, a fim de conseguir uma paz que assegurasse os princípios do equilíbrio de poder.[97] Depois de duas décadas de guerra quase constante e de bem mais de um século de tensões e conflitos de grandes potências, o sistema de estados europeu estava finalmente sendo organizado dentro de linhas que asseguravam um certo equilíbrio.

O acordo final de Viena de 1815 não dividiu a França, como os prussianos tinham sugerido certa vez. Cercou, porém, o domínio de Luís XVIII de substanciais unidades territoriais — o reino da Holanda ao norte, um reino da Sardenha ampliado (Piemonte) a sudeste, e a Prússia na Renânia; ao mesmo tempo a Espanha, de volta aos Bourbons, teve sua integridade assegurada pelas potências. Mais a leste, a idéia do *equilíbrio* de poderes foi também implementada, depois de acaloradas brigas entre os vencedores. Devido às objeções da Áustria, a Prússia não pôde engolir a Saxônia e, em lugar disso, aceitou compensação em Posen e na Renânia, tal como a Áustria foi compensada na Itália e em partes do sudeste da Alemanha pelo fato de ter conservado apenas a região polonesa da Galícia. Até mesmo a Rússia, cujas pretensões à parte do leão dos territórios poloneses finalmente tiveram de ser atendidas, foi consideravelmente abalada, em princípios de 1815, pela ameaça de uma aliança anglo-franco-austríaca para resistir à imposição quanto ao futuro da Saxônia, e rapidamente recuou de uma confrontação. Nenhuma potência, evidenciou-se, poderia impor seus desejos ao resto da Europa como Napoleão tinha feito. O egoísmo dos principais estados não se evaporara, de modo algum, com os acontecimentos de 1793-1815; mas os princípios gêmeos da "contenção e compensação recíprocas"[98] significavam que uma tentativa unilateral de dominar a Europa era agora improvável; e que mesmo as modificações territoriais de pequena escala precisariam da aprovação de uma maioria dos membros do Concerto.

Apesar de tudo o que se falou de uma "pentarquia" européia, é importante, porém, lembrar que as cinco grandes potências não tinham entre si a mesma relação que predominara em 1750, ou mesmo em 1789. Apesar do crescimento da Rússia, é justo dizer que havia um certo equilíbrio de poder, em terra, depois da queda de Napoleão. Por outro lado, não havia equivalente no mar, onde os ingleses dispunham do quase monopólio do poder naval, que simultaneamente reforçava, e era reforçado, pela liderança econômica que tinham conseguido sobre todos os rivais. Em alguns casos, como a Índia, isso era resultado de um constante expansionismo militar e de saque, de modo que a guerra e a busca de lucros interagiram para arrastar o subcontinente a uma órbita exclusivamente britânica, em fins do século XVIII.[99] Da mesma forma, a tomada de São Domingos — responsável por três quartos do comércio colonial francês antes da Revolução — era em fins da década de 1790 um valioso mercado para produtos britânicos e uma grande fonte de reexportações britânicas. Além disso, não só estavam esses mercados na América do Norte,

Antilhas, América Latina, Índia e Oriente crescendo mais depressa do que os mercados da Europa, como também o comércio a longas distâncias era habitualmente mais lucrativo, e constituía um maior estímulo ao transporte marítimo, aos negócios com mercadorias, ao seguro marítimo, compensação de títulos e atividades bancárias que tanto fortaleceram a posição de Londres como novo centro financeiro do mundo.[100] Apesar dos recentes trabalhos que questionaram a taxa de crescimento da economia britânica no século XVIII e o papel do comércio exterior nesse crescimento, [101] a verdade é que a expansão no além-mar tinha dado ao país um acesso inquestionado a uma vasta riqueza nova que seus rivais não tinham. Controlando a maioria das colônias européias em 1815, dominando as rotas marítimas e o lucrativo comércio de reexportação, bem à frente das outras sociedades no processo de industrialização, os ingleses eram agora a mais rica nação, em termos *per capita*. No meio século que se seguiu — como iremos ver no capítulo seguinte — eles se tornariam ainda mais ricos, à medida que a Grã-Bretanha se tornava a "economia super-dominante" na estrutura comercial do mundo.[102] O princípio do equilíbrio, que Pitt e Castlereagh tanto valorizavam, aplicava-se às disposições territoriais na Europa, e não às esferas colonial e comercial.

Isso não pode ter surpreendido muito os observadores inteligentes de princípios do século XIX. Apesar de suas pretensões de grandeza, Napoleão parece por vezes ter ficado obcecado pela Inglaterra — com sua invulnerabilidade, seu predomínio marítimo, seus bancos e seu sistema creditício — e ter ansiado por ver tudo aquilo desabar em pó. Esses sentimentos de inveja e aversão existiram sem dúvida, embora em forma menos extremada, entre os espanhóis, holandeses e outros que viam os ingleses monopolizar o mundo exterior. O general russo Kutosov, desejando deter o avanço de seu exército para oeste em 1812, depois que o Grande Exército tinha sido expulso da terra pátria, pode ter manifestado mais do que a sua opinião pessoal, quando colocou em dúvida a prudência de destruir totalmente Napoleão, já que "a sucessão não ficará com a Rússia, nem qualquer outra potência continental, mas com a potência que já controla os mares, e cujo domínio seria intolerável."[103] Ao fim, porém, o resultado foi inevitável: a arrogância de Napoleão e a recusa de fazer concessões asseguraram não só a sua queda, mas também a suprema vitória de seu maior inimigo. Como concluiu Gneisenau, um outro general com um senso das questões mais amplas:

> A Grã-Bretanha deve mais a esse celerado [Napoleão] do que a qualquer outro. Pois por meio dos fatos por ele provocados, a grandeza, prosperidade e riqueza da Inglaterra elevaram-se muito. Ela é a senhora do mar e nesse domínio, e no comércio mundial, não tem hoje a temer nenhum rival.[104]

4

A Industrialização e os Instáveis Equilíbrios Globais, 1815-1885

O sistema internacional que se desenvolveu no meio século, ou pouco mais, seguinte à queda de Napoleão teve uma série excepcional de características, algumas apenas temporárias, outras que se tornaram permanentes na era moderna.

A primeira foi o constante e (depois da década de 1840) espetacular crescimento de uma economia global integrada, que incorporou um número cada vez maior de regiões num comércio e numa rede financeira transoceânicos e transcontinentais, tendo como centro a Europa ocidental, e em particular a Grã-Bretanha. Essas décadas de hegemonia econômica britânica foram acompanhadas de melhorias em grande escala no transporte e comunicações, pela transferência cada vez mais rápida de tecnologia industrial de uma região para outra, e por um imenso surto na produção manufaturada, que por sua vez estimulou a abertura de novas áreas de terras agrícolas e fontes de matérias-primas. A erosão das barreiras tarifárias e outros recursos mercantilistas, juntamente com a propagação generalizada das idéias de livre comércio e harmonia internacional, sugeriam que uma nova ordem internacional havia nascido, muito diferente do mundo do século XVIII, de repetidos conflitos entre grandes potências. A turbulência e os custos da luta de 1793-1815 — conhecida no século XIX como "a Grande Guerra" — levou os conservadores e liberais, igualmente, a preferir, ao máximo possível, a paz e a estabilidade, sustentadas por recursos tão variados quanto o Concerto da Europa, ou os tratados de livre comércio. Essas condições estimularam, naturalmente, o investimento comercial e industrial a longo prazo, estimulando com isso o crescimento de uma economia global.

A segunda dessas características foi o fato de não ter a prolongada ausência de guerras entre grandes potências significado o fim de todos os conflitos entre os Estados. As guerras européias e norte-americana de conquista, contra povos menos desenvolvidos, intensificaram-se, e foram sob muitos aspectos o concomitante militar da penetração econômica do mundo de além-mar e do rápido declínio na sua parcela de produção de manufaturas. Além disso, ainda houve conflitos regionais e individuais entre as potências européias, especialmente sobre questões de nacionalidades e fronteiras territoriais; mas como iremos ver, lutas declaradas, como a Guerra Franco-Austríaca de 1859 ou as guerras da unificação alemã na década de 1860, foram limitadas, tanto na duração como na área, e nem mesmo a Guerra da Criméia poderia ser chamada de grande conflito. A Guerra Civil Americana foi a única exceção a essa regra, e merece ser examinada como tal.

Em terceiro lugar, a tecnologia produzida pela Revolução Industrial começou a ter impacto sobre a guerra militar e naval. As modificações, porém, foram muito mais lentas do que por vezes se afirmou, e só na segunda metade do século as ferrovias, o telégrafo, os canhões de tiro rápido, a propulsão a vapor e os navios de guerra couraçados realmente se tornaram indicadores decisivos de poder militar. Embora a nova tecnologia aumentasse a vantagem de potência de fogo e mobilidade que as grandes potências tinham no mundo de além-mar, muitas décadas transcorreriam até que os comandantes militares e navais reformulassem suas idéias sobre a maneira de travar uma guerra européia. Não obstante, as forças gêmeas da transformação técnica e do desenvolvimento industrial estavam fazendo sentir seu impacto, em terra e no mar, e também refletiam a força relativa das potências.

Embora seja difícil generalizar, as oscilações no equilíbrio entre as grandes potências, provocadas pelo padrão desigual de transformação industrial e tecnológica, provavelmente afetaram, mais do que as finanças e o crédito, os resultados das guerras de meados do século XIX. Isso se deve em parte ao fato de a maciça expansão do sistema bancário nacional e internacional no século XIX e o crescimento das burocracias governamentais (tesouros, inspetores, coletores de impostos) terem tornado mais fácil à maioria dos regimes levantar dinheiro nos mercados financeiros, a menos que seu crédito fosse muito mau, ou houvesse uma crise temporária de liquidez no sistema bancário internacional. Sua principal causa foi, porém, a relativa brevidade da maioria das guerras que ocorreram, de modo que a ênfase recaía antes sobre uma vitória rápida no campo de batalha, com o uso da força militar existente, do que na mobilização a longo prazo dos recursos nacionais e o levantamento de novas receitas. Nenhum volume de novos fundos poderia, por exemplo, ter salvo a Áustria depois de suas derrotas militares de 1859 e 1866, ou uma França muito rica depois que seus exércitos foram esmagados na guerra de 1870. É certo que melhores finanças ajudaram o Norte dos Estados Unidos a vencer a Guerra Civil com o Sul, e que a Grã-Bretanha e a França tinham melhores condições de suportar a Guerra da Criméia do que uma Rússia quase falida — isso, porém, refletia antes a superioridade geral de suas economias do que a vantagem singular que tinham em termos de crédito e finanças. Por isso, há menos o que dizer sobre o papel das finanças de guerra no século XIX do que no período anterior.

Essa série de fatores — o crescimento da economia internacional, as forças produtivas estimuladas pela Revolução Industrial, a relativa estabilidade da Europa, a modernização da tecnologia militar e naval, e a ocorrência apenas de guerras localizadas e de curto prazo — favoreceu naturalmente mais a algumas das grandes potências do que a outras. Na verdade, um desses países, a Inglaterra, beneficiou-se tanto das tendências econômicas e geopolíticas gerais da era posterior a 1815 que se tornou um tipo de potência diferente do resto. Todos os outros países foram afetados, com freqüência de maneira séria, em sua força relativa. Na década de 1860, porém, a maior difusão da industrialização começava a modificar, mais uma vez, o equilíbrio das forças mundiais.

Uma outra característica desse período deve ser mencionada. A partir de princípios do século XIX, as estatísticas históricas (em especial os indicadores econômicos) ajudam a traçar as oscilações no equilíbrio de poder e a medir de forma mais precisa a dinâmica do sistema. É importante compreender, porém, que muitos dados são apenas aproximativos, em particular os relativos a países que não dispunham de uma burocracia adequada; que certos cálculos (por exemplo, as parcelas da produção mundial de manufaturados) são apenas estimativas feitas por estatísticos muitos anos depois; e que — a ressalva mais importante de todas — a riqueza econômica nem sempre, nem imediatamente, se traduzia em poder militar. As estatísticas podem dar-nos apenas indicações aproximadas do potencial material de um país e de sua posição relativa entre os grandes estados.

A Revolução Industrial, como a maioria dos historiadores de economia se esforçam em ressaltar, não aconteceu da noite para o dia. Foi, se comparada às "revoluções" políticas de 1776, 1789 e 1917, um processo gradual, lento; afetou apenas certas indústrias e certos meios de produção, e ocorreu região a região, e não envolveu todo um país.[1] Todas essas ressalvas, porém, não podem obscurecer o fato de que uma transformação fundamentalmente importante das circustâncias econômicas do homem começou a ocorrer mais ou menos em 1780 — não menos significativa, na opinião de uma autoridade, do que a transformação (reconhecidamente muito mais lenta) do selvagem caçador paleolítico no domesticado agricultor do neolítico.[2] O que a industrialização, e em particular a máquina a vapor, fez foi substituir as fontes vivas de energia. Convertendo o calor em trabalho pelo uso de máquinas — máquinas "rápidas, regulares, precisas, incansáveis"[3] — a humanidade foi capaz de explorar vastas fontes novas de energia. As conseqüências da adoção dessa nova maquinaria foram simplesmente estupendas: na década de 1820, um operário, controlando vários teares movidos a vapor, podia produzir 20 vezes mais do que um trabalhador manual, enquanto uma *mule* (ou fiadeira) a vapor tinha 200 vezes a capacidade de uma roda de fiar. Uma única locomotiva a vapor podia transportar mercadorias que exigiriam centenas de tropas de burros, e fazê-lo muito mais depressa. Na verdade, houve muitos outros aspectos importantes da Revolução Industrial — o sistema fabril, por exemplo, ou a divisão do trabalho. O ponto vital, porém, para nosso objetivo, foi o aumento maciço da produtividade, sobretudo nas indústrias têxteis, que por sua vez estimulou a demanda de mais máquinas, mais matéria-prima (em especial, o algodão), mais ferro, mais transporte marítimo, melhores comunicações, e assim por diante.

Além disso, como observou o professor Landes, esse aumento sem precedentes na produtividade do homem era automantenedor:

> Se anteriormente uma melhoria nas condições de existência, e portanto de sobrevivência, e um aumento da oportunidade econômica foram sempre seguidos de um aumento populacional que acabava consumindo os ganhos obtidos, agora, pela primeira vez na história, tanto a economia como o conhecimento cresciam com a rapidez suficiente para gerar um fluxo constante de investimento e inovação tecnológica, fluxo que afastava de vista o teto dos obstáculos positivos de Malthus.[4]

Essa última observação é também de importância vital. A partir do século XVIII, o crescimento da população mundial começou a acelerar-se: a população européia passou de 140 milhões em 1750 para 187 milhões em 1800 e para 266 milhões em 1850; a Ásia explodiu de mais de 400 milhões em 1750 para cerca de 700 milhões um século depois.[5] Quaisquer que fossem as razões — melhores condições climáticas, maior fecundidade, declínio das doenças — aumentos dessas proporções eram alarmantes; e embora a produção agrícola, tanto na Europa como na Ásia, também crescesse no século XVIII e constituísse, na verdade, uma outra razão geral para o crescimento demográfico, o simples número de novos habitantes (e estômagos) ameaçava neutralizar, com o tempo, as vantagens desses aumentos da produção de alimentos. A pressão sobre as terras marginais, o desemprego rural, e uma enorme migração de famílias para as cidades já superpopulosas da Europa de fins do século XVIII foram apenas alguns dos sintomas desse crescimento populacional.[6]

O que a Revolução Industrial na Inglaterra fez (em termos macroeconômicos bastante grosseiros) foi aumentar a produtividade de maneira constante e de tal modo que a conseqüente expansão, tanto na riqueza nacional como na capacidade aquisitiva da população, superou constantemente o aumento dessa população. Enquanto o número de habitantes do país passou de 10,5 milhões em 1801 para 41,8 milhões em 1911 — um aumento anual de 1,26% — sua produção nacional aumentou muito mais depressa, talvez em 14 vezes, durante o século XIX. Dependendo da área coberta pelas estatísticas,* houve um aumento anual no produto nacional bruto de 2 a 2,25%. Só no reinado da rainha Vitória, o produto *per capita* aumentou duas vezes e meia.

Em comparação com as taxas de crescimento registradas por muitas nações depois de 1945, esses números não são espetaculares. Também é certo, como os historiadores sociais nos lembram, que a Revolução Industrial impôs custos terríveis ao novo proletariado que trabalhava nas fábricas e minas e vivia nas cidades insalubres, superpopulosas, de casas ordinárias. Não obstante, o aspecto fundamental continua sendo que os aumentos constantes de produtividade da Idade da Máquina trouxeram, com o tempo, benefícios generalizados: a média de salários reais na Grã-Bretanha aumentou entre 15 e 25% entre 1815-1850, e registrou a impressionante taxa de aumento de 80%

*Isto é, algumas das estatísticas históricas referem-se à Grã-Bretanha (menos Irlanda), outras ao Reino Unido (com Irlanda) e outras incluem apenas o norte, mas não o sul, da Irlanda.

nos 50 anos seguintes. "O problema central da época", lembrou Ashton aos críticos que acreditam ter sido a industrialização um desastre, "era alimentar, vestir e empregar gerações de crianças que superavam, de muito, as de épocas anteriores".[7] As novas máquinas não só empregaram uma parcela crescente da população florescente, como também aumentaram a renda *per capita* geral do país; e a crescente demanda de alimentos e artigos essenciais pelos trabalhadores urbanos seria logo atendida por uma revolução das comunicações a vapor, com ferrovias e navios que levavam os excedentes agrícolas do Novo Mundo para satisfazer as necessidades do Velho.

Podemos ver esse aspecto de uma maneira diferente, usando os cálculos do professor Landes. Em 1870, nota ele, o Reino Unido usava 100 milhões de toneladas de carvão, que "equivaliam a 800 trilhões de calorias de energia, o suficiente para alimentar uma população de 850 milhões de homens adultos por um ano (a população real era então de cerca de 31 milhões)". A capacidade das locomotivas a vapor da Grã-Bretanha em 1870 era de cerca de 4 milhões de cavalos-força, equivalentes à energia que podia ser gerada por 40 milhões de homens; mas "esses homens todos teriam comido cerca de 320 milhões de alqueires de trigo por ano — mais de três vezes a produção anual de todo o Reino Unido em 1867-71".[8] O uso de fontes inanimadas de energia permitiu ao homem industrial superar os limites biológicos e criar aumentos espetaculares de produção e riqueza, sem sucumbir ao peso de uma população em rápido crescimento. Em contraste, Ashton notava sobriamente (ainda em 1947):

> Há hoje nas planícies da Índia e da China homens e mulheres, assolados pela peste e famintos, vivendo pouco melhor, ao que aparentam, do que os animais que trabalham com eles durante o dia e partilham de seus locais de sono, à noite. Esses padrões asiáticos, e esses horrores não-mecanizados, são o destino daqueles cujos números aumentam sem passarem por uma revolução industrial.[9]

O eclipse do mundo não-europeu

Antes de analisarmos os efeitos da Revolução Industrial sobre o sistema de grandes potências, será melhor compreendermos os seus impactos sobre regiões mais distantes, em especial a China, a Índia e outras sociedades não-européias. As perdas por elas sofridas foram duplas, tanto relativas como absolutas. Não acontecia, como se supôs outrora, que os povos da Ásia, África e América Latina vivessem uma existência feliz, ideal, antes do impacto do homem ocidental. "A verdade básica deve ser ressaltada, segundo a qual as características de qualquer país antes de sua revolução industrial e modernização é a pobreza... com baixa produtividade, baixo produto *per capita*, na agricultura tradicional, qualquer economia que tenha a agricultura como o principal constituinte de sua renda nacional não produz um excedente muito superior às necessidades imediatas do consumo..."[10] Por outro lado, tendo em vista o fato de que em 1800 a produção agrícola constituía a base das sociedades, tanto européias como não-européias, e o fato de que em países como a Índia e a China também havia muitos comerciantes, produtores têxteis e artesãos, as diferenças na renda *per capita* não eram enormes; um tecelão

manual indiano, por exemplo, pode ter ganho metade do seu equivalente europeu, antes da industrialização. O que isso também significava era que, dados os números de camponeses e artesãos asiáticos, a Ásia ainda ficava com uma parcela bem maior da produção manufatureira mundial* do que a Europa muito menos populosa, antes que a máquina e o tear a vapor transformassem o equilíbrio mundial.

A intensidade dessas oscilações de equilíbrio, em conseqüência da industrialização e expansão européias, pode ser vista nos dois engenhosos cálculos de Bairoch (ver Quadros 6 e 7).[11]

Quadro 6. Parcelas relativas de produção manufatureira mundial 1750-1900

	1750	*1800*	*1830*	*1860*	*1880*	*1900*
Toda a Europa	23,2	28,1	34,2	53,2	61,3	62,0
Reino Unido	1,9	4,3	9,5	19,9	22,9	18,5
Império Habsburgo	2,9	3,2	3,2	4,2	4,4	4,7
França	4,0	4,2	5,2	7,9	7,8	6,8
Estados alemães/Alemanha	2,9	3,5	3,5	4,9	8,5	13,2
Estados italianos/Itália	2,4	2,5	2,3	2,5	2,5	2,5
Rússia	5,0	5,6	5,6	7,0	7,6	8,8
Estados Unidos	0,1	0,8	2,4	7,2	14,7	23,6
Japão	3,8	3,5	2,8	2,6	2,4	2,4
Terceiro Mundo	73,0	67,7	60,5	36,6	20,9	11,0
China	32,8	33,3	29,8	19,7	12,5	6,2
Índia/Paquistão	24,5	19,7	17,6	8,6	2,8	1,7

Quadro 7. Níveis *per capita* de industrialização, 1750-1900
(relativo ao Reino Unido em 1900 = 100)

	1750	*1800*	*1830*	*1860*	*1880*	*1900*
Toda a Europa	8	8	11	16	24	35
Reino Unido	10	16	25	64	87	[100]
Império Habsburgo	7	7	8	11	15	23
França	9	9	12	20	28	39
Estados alemães/Alemanha	8	8	9	15	25	52
Estados italianos/Itália	8	8	8	10	12	17
Rússia	6	6	7	8	10	15
Estados Unidos	4	9	14	21	38	69
Japão	7	7	7	7	9	12
Terceiro Mundo	7	6	6	4	3	2
China	8	6	6	4	4	3
Índia	7	6	6	3	2	1

*Seguindo, pelo menos, a definição de "manufatureiro" empregada por Bairoch (ver nota 11).

A causa básica dessas transformações está, é claro, nos espantosos aumentos de produtividade provocados pela Revolução Industrial. Entre, digamos, a década de 1750 e a de 1830 a mecanização da fiação na Grã-Bretanha tinha aumentado a produtividade, só naquele setor, de um fator de 300 a 400, não sendo portanto de surpreender que a parcela britânica da manufatura mundial se tenha elevado dramaticamente — e continuasse a elevar-se, quando ela se transformou na "primeira nação industrial".[12] Quando outros países europeus e os Estados Unidos seguiram o caminho da industrialização, suas parcelas também subiram constantemente, bem como os seus níveis *per capita* de industrialização e sua riqueza nacional. Mas a história da China e Índia foi bem diferente. Não só suas parcelas da manufatura mundial total diminuíram relativamente, apenas porque a produção do Ocidente estava aumentando tão depressa, como em certos casos suas economias declinaram de maneira absoluta, isto é, se *des*industrializaram, devido à penetração de seus mercados tradicionais pelos produtos muito mais baratos e melhores das fábricas têxteis do Lancashire. Depois de 1813 (quando o monopólio de comércio da Companhia das Índias Orientais terminou), as importações de tecidos de algodão pela Índia aumentaram espetacularmente, de 1 milhão de jardas (1814) para 51 milhões (1830) e 995 milhões (1870), acabando, com esse processo, com muitos dos tradicionais produtores locais. Finalmente — isso nos leva de volta à observação de Ashton sobre a pobreza desgastante "daqueles cujos números aumentam sem passarem por uma revolução industrial" — o grande aumento das populações da China, Índia e outros países do Terceiro Mundo provavelmente reduziu sua renda geral *per capita* de uma geração para outra. Daí a sugestão notável — e espantosa — de Bairoch, de que enquanto os níveis *per capita* de industrialização na Europa e no Terceiro Mundo possam não ter sido muito diferentes um do outro em 1750, esses mesmos níveis foram, para o segundo, de apenas 1/18 do primeiro (2% para 35%) em 1900, e apenas 1/50 em relação ao Reino Unido (2% para 100%).

O "impacto do homem ocidental" foi, em todas as suas formas, um dos aspectos mais evidentes da dinâmica do poder mundial no século XIX. Manifestou-se não apenas em várias relações econômicas — indo da "influência informal" dos negociantes costeiros, transportadores marítimos e cônsules, até aos controles mais diretos dos fazendeiros, construtores de ferrovias e companhias de mineração[13] — mas também nas penetrações de exploradores, aventureiros e missionários, na introdução de doenças ocidentais e na proselitização das religiões ocidentais. Ocorreu tanto nos centros dos continentes — para oeste a partir de Missouri, para o sul a partir do mar de Aral — quanto na foz dos rios africanos e pelo litoral dos arquipélagos do Pacífico. Se acabou tendo seus monumentos impressionantes nas estradas, redes ferroviárias, telégrafos, portos e edifícios públicos que (por exemplo) os ingleses criaram na Índia, seu lado mais horrível foi o derramamento de sangue, a rapina e o saque que acompanharam tantas das guerras coloniais do período.[14] Na verdade, os mesmos traços de força e conquista tinham existido desde os dias de Cortez, mas agora o ritmo se acelerava. No ano de 1800 os europeus ocupavam ou controlavam 35% da superfície terrestre do mundo; em 1878, esse número tinha aumentado para 67% e em 1914, para 84%.[15]

A tecnologia avançada das máquinas a vapor e das ferramentas feitas por máquinas deu à Europa vantagens econômicas e militares decisivas. Os aperfeiçoamentos no fuzil de carregar pela boca (cápsula de percussão, estriamento etc.) eram bastante pressagos; o advento do carregamento pela culatra, que aumentou muito o ritmo de fogo, foi um progresso ainda maior; e os fuzis Gatling, Maxims, e a artilharia leve de campo deram os toques finais a uma nova "revolução da potência de fogo" que eliminou totalmente as possibilidades das armas mais antigas. Além disso, a belonave movida a vapor significava que o poderio marítimo europeu, já supremo em águas abertas, podia ser estendido às regiões do interior, via grandes rios como o Níger, o Indus e o Yang-tsé: assim, a mobilidade e o potencial de fogo do encouraçado *Nemesis*, durante a Guerra do Ópio de 1841 e 1842, foi um desastre para as forças chinesas defensoras, facilmente varridas.[16] É claro que um terreno fisicamente difícil (o Afeganistão, por exemplo) amortecia os impulsos do imperialismo militar ocidental, e que entre as forças não-européias que adotaram as armas e as táticas mais novas — como os Sikhs e os argelinos na década de 1840 — a resistência foi muito maior. Mas sempre que a luta ocorria em campo aberto, onde o Ocidente podia usar suas metralhadoras e armas mais pesadas, o resultado nunca foi motivo de dúvidas. Talvez a maior disparidade de todas tenha ocorrido ao final do século, na batalha de Omdurman (1898) quando na metade de uma manhã os fuzis Maxim e Le-Enfield do exército de Kitchener destruíram 11 mil derviches com a perda de apenas 48 soldados seus. Em conseqüência, a diferença em potencial de fogo, como a distância que se registrava na produtividade industrial, significou que as nações líderes dispunham de recursos 50 ou 100 vezes maiores do que as nações atrasadas. O domínio global do Ocidente, implícito desde a época de Vasco da Gama, tinha agora poucos limites.

Hegemonia britânica?

Se os pendjabis, os anameses, os *sioux* e os bantus foram os "perdedores" (para usarmos a expressão de Eric Hobsbawm)[17] nessa expansão de princípios de século XIX, os ingleses foram sem dúvida os "ganhadores". Como dissemos no capítulo anterior, eles já tinham conseguido um notável grau de predomínio global em 1815, graças à sua combinação adequada de domínio naval, crédito financeiro, habilidade comercial e diplomacia de alianças. O que a Revolução Industrial fez foi melhorar a posição de um país já muito bem-sucedido nas lutas pré-industriais, mercantilistas do século XVIII, e em seguida transformá-lo num tipo de poder diferente. Se (repetimos) o ritmo da transformação foi antes gradual do que revolucionário, os resultados foram, mesmo assim, muito impressionantes. Entre 1760 e 1830, o Reino Unido foi responsável por cerca de "dois terços do crescimento da produção industrial da Europa",[18] e sua parcela da produção mundial de manufatura pulou de 1,9% a 9,5%; nos 30 anos que se seguiram, a expansão industrial britânica elevou esse número para 19,9%, apesar da difusão da nova tecnologia a outros países do Ocidente. Mais ou menos em 1860, provavelmente a época em que o país alcançou seu zênite em termos relativos, o Reino Unido produziu 53% do ferro do mundo, e 50%

do carvão e lignita, tendo consumido pouco menos da metade do algodão bruto produzido pelo mundo. "Com 2% da população mundial e 10% da população da Europa, o Reino Unido parece ter evidenciado uma capacidade, nas indústrias modernas, igual a 40-45% do potencial do mundo, e 55-60% do potencial da Europa".[19] Seu consumo de energia de fontes modernas (carvão, lignita, petróleo) em 1860 era cinco vezes o dos Estados Unidos ou Prússia/Alemanha, seis vezes o da França e 155 vezes o consumo da Rússia! A Grã-Bretanha, sozinha, era responsável por um quinto do comércio mundial, mais de dois quintos do comércio em bens manufaturados. Mais de um terço da marinha mercante do mundo usava a bandeira britânica, e essa parcela aumentava constantemente. Não era surpresa que, em meados do reinado da rainha Vitória, os britânicos se regozijassem com sua situação excepcional, sendo então (como disse o economista Jevons em 1865) o centro comercial do universo:

> As planícies da América do Norte e Rússia são nossos campos de trigo; Chicago e Odessa, nossos celeiros; Canadá e o Báltico são nossas florestas madeireiras; a Australásia contém nossa fazendas de carneiros, e na Argentina e nas pradarias ocidentais da América do Norte, estão nossos rebanhos de gado; o Peru nos manda sua prata, e o ouro da África do Sul e Austrália flui para Londres; os indianos e chineses plantam chá para nós e nosso café, açúcar e especiarias estão plantados por todas as Índias. Espanha e França são nossas vinhas e o Mediterrâneo, nosso pomar; e nossos campos de algodão, que por muito tempo ocuparam o sul dos Estados Unidos, estão agora sendo estendidos a toda parte cálida da terra.[20]

Como essas manifestações de auto-confiança, e as estatísticas comerciais e industriais em que se baseavam, pareciam sugerir uma posição de domínio sem igual pela Grã-Bretanha, é justo fazermos algumas outras observações que colocam isso num melhor contexto. Primeiro — embora seja uma questão um tanto pedante — é improvável que o produto nacional bruto (PBN) do país fosse o maior do mundo nas décadas que se seguiram a 1815. Levando-se em conta o tamanho da população chinesa (e, mais tarde, da russa) e o fato óbvio de que a produção agrícola e a sua distribuição formavam a base da riqueza nacional em toda parte, mesmo na Grã-Bretanha antes de 1850, o PNB desta nunca foi tão impressionante quanto o seu produto *per capita*, ou a sua fase de industrialização. Ainda assim, "por si mesmo, o volume do PNB total não tem significação importante";[21] o produto físico de centenas de milhões de camponeses pode obscurecer o de cinco milhões de trabalhadores em fábricas, mas como a maior parte dele é consumida imediatamente, é muito menos provável que leve a uma riqueza excedente ou a uma capacidade ofensiva militar. O setor no qual a Grã-Bretanha era forte, e na verdade insuperável, em 1850, era a indústria moderna, produtora de riqueza, com todas as vantagens que disso decorriam.

Por outro lado — e essa segunda observação não é pedante — a crescente força industrial da Grã-Bretanha não se organizou, nas décadas posteriores a 1815, de modo a dar ao estado um acesso rápido ao equipamento militar e aos contingentes humanos como, digamos, ocorria nos domínios de Wallenstein na década de 1630, ou como a economia nazista faria. Pelo

contrário, a ideologia da economia política do *laissez-faire*, que floresceu juntamente com esse começo da industrialização, pregava as causas da paz eterna, dos reduzidos gastos governamentais (especialmente com a defesa) e da redução dos controles estatais sobre a economia e o indivíduo. Talvez fosse necessário, como Adam Smith havia admitido em *A Riqueza das Nações* (1776), tolerar a manutenção de um exército e de uma marinha, a fim de proteger a sociedade britânica "da violência e invasão de outras sociedades independentes"; mas como as forças armadas *per se* eram "improdutivas" e não contribuíam para a riqueza nacional da mesma maneira que uma fábrica ou uma fazenda, deveriam ser reduzidas ao menor nível possível, adequado à segurança nacional.[22] Supondo (ou pelo menos, esperando) que a guerra fosse um último recurso, e cada vez menos provável no futuro, os discípulos de Smith, e ainda mais de Richard Cobden, se teriam horrorizado à idéia de organizar o estado para a guerra. Em conseqüência, a "modernização" que ocorreu na indústria e nas comunicações britânicas não teve paralelo em melhoramentos para o exército que (com algumas exceções)[23] estagnou nas décadas posteriores a 1815.

Por mais destacada, porém, que fosse a economia britânica no período médio do reinado da rainha Vitória, estava provavelmente menos "mobilizada" para o conflito do que em qualquer outro momento, desde os primeiros Stuarts. As medidas mercantilistas, com sua ênfase nos elos entre a segurança nacional e a riqueza nacional, foram eliminadas com firmeza: as tarifas protetoras foram abolidas, a proibição da exportação de tecnologia avançada (por exemplo, máquinas têxteis) foi revogada, as Leis da Navegação destinadas, entre outras coisas, a preservar um grande número de navios mercantes e marinheiros para o caso de uma guerra, foram revogadas; as "preferências" imperiais acabaram. Em contraste, as despesas com a defesa foram mantidas no mínimo absoluto, sendo em média de 15 milhões de libras por ano na década de 1840 e não superiores a 27 milhões na década mais agitada de 1860. Não obstante, nesse último período o PNB da Grã-Bretanha totalizou cerca de um bilhão de libras. Na verdade, durante os 50 anos, e mais, que se seguiram a 1815 as forças armadas consumiram apenas 2-3% do PNB e as despesas do governo central como um todo ficaram em menos de 10% — proporções muito menores do que nos século XVIII ou XX.[24] Esses números seriam impressionantemente baixos para um país de ambições e meios modestos. Para um estado que podia "governar as ondas", que dispunha de um império enorme, espalhado, e que ainda mantinha um grande interesse na preservação do equilíbrio europeu de forças, eram realmente notáveis.

Como ocorreu com os Estados Unidos, digamos, na década de 1920, as proporções da economia britânica no mundo não se refletiam na capacidade ofensiva do país; nem seriam as estruturas institucionais do *laissez-faire*, com uma minúscula burocracia cada vez mais divorciada do comércio e da indústria, capazes de mobilizar os recursos britânicos para uma guerra total, sem uma grande comoção. Como iremos ver adiante, até mesmo a Guerra da Criméia, muito mais limitada, abalou severamente o sistema, e não obstante as preocupações que isso provocou logo desapareceram. A época de meados do reinado da rainha Vitória não só evidenciou um entusiasmo decrescente pelas intervenções militares na Europa, que seriam sempre caras e talvez

imorais, como também raciocinou que o equilíbrio entre as grandes potências continentais, predominante geralmente nas seis décadas posteriores a 1815, tornava desnecessária uma participação britânica em grande escala. Embora lutasse, pela diplomacia e pelos movimentos de esquadras navais, para influenciar os acontecimentos políticos em periferias vitais da Europa (Portugal, Bélgica, os Dardanelos), a Grã-Bretanha tendeu a abster-se da intervenção em outros lugares. Em fins da década de 1850 e princípios da década de 1860, até mesmo a campanha da Criméia era vista por muitos como um erro. Devido à sua falta de inclinação e participação, a Inglaterra não teve um papel mais importante no destino do Piemonte, no ano crítico de 1859, desaprovou a "interferência" de Palmerston e Russell no caso de Schleswig-Holstein de 1864, e observou à distância a Prússia derrotar a Áustria, em 1866, e a França quatro anos depois. Não é surpreendente ver que a capacidade militar britânica se refletia nas proporções relativamente modestas de seu exército durante esse período (ver Quadro 8), pequena parte do qual poderia, de qualquer modo, ser mobilizado para um teatro europeu de operações.

Quadro 8. Efetivos militares das potências, 1816-1880[25]

	1816	*1830*	*1860*	*1880*
Reino Unido	255.000	140.000	347.000	248.000
França	132.000	259.000	608.000	544.000
Rússia	800.000	826.000	862.000	909.000
Prússia/Alemanha	130.000	130.000	201.000	430.000
Império Habsburgo	220.000	273.000	306.000	273.000
Estados Unidos	16.000	11.000	26.000	36.000

Mesmo no mundo extra-europeu, onde a Grã-Bretanha preferia colocar seus regimentos, os militares e os funcionários políticos em lugares como a Índia estavam quase sempre reclamando da *inadequação* das forças que comandavam, dada a simples magnitude dos territórios que controlavam. Por mais imponente que o Império possa ter parecido num mapa do mundo, os seus representantes distritais sabiam que estavam sendo administrados com parcimônia. Mas tudo isso equivale a dizer, apenas, que a Grã-Bretanha era uma grande potência de um tipo diferente, desde princípios até a metade do século XIX, e que a sua influência não se podia medir pelos critérios tradicionais da hegemonia militar. Ela *era* forte em outras áreas, consideradas pelos britânicos como muito mais valiosas do que um exército permanente, de grandes proporções, e oneroso.

A primeira dessas áreas era a naval. Por mais de um século antes de 1815 a Marinha Real britânica ocupou habitualmente o primeiro lugar no mundo. Mas esse domínio marítimo tinha sido freqüentemente contestado, especialmente pelas potências Bourbon. O detalhe destacado dos 80 anos que se seguiram a Trafalgar foi que nenhum outro país, ou combinação de países, desafiou seriamente o controle britânico dos mares. Houve, é certo, ocasional "susto" francês; e o almirantado também observava com preocupação os programas de construção naval russos e a construção americana de grandes fragatas. Mas essas possíveis ameaças desapareceram rapidamente, deixando

que o poder marítimo britânico exercesse (nas palavras do professor Lloyd) "uma influência mais ampla do que jamais se vira na história dos impérios marítimos".[26] Apesar de uma constante redução de seus números depois de 1815, a Marinha Real foi, em alguns momentos, provavelmente tão poderosa quanto as três ou quatro marinhas que se lhe seguiam, em potencial de combate. E suas grandes esquadras *eram* um fator na política européia, pelo menos na periferia. A esquadra ancorada no Tejo para proteger a monarquia portuguesa contra os perigos internos ou externos; o uso decisivo da força naval no Mediterrâneo (contra os piratas argelinos em 1816; para esmagar a frota turca em Navarino em 1827; para conter Mehemet Ali em Acre em 1840); e o envio calculado de uma frota para ancorar frente aos Dardanelos sempre que a "Questão Oriental" se tornava aguda: tudo isso foram manifestações do poderio marítimo britânico que, embora geograficamente limitadas, ainda assim pesaram no espírito dos governos europeus. Fora da Europa, onde pequenas esquadras da Marinha Real, ou mesmo navios de guerra isolados, empenharam-se em várias atividades — perseguindo piratas, interceptando navios negreiros, desembarcando soldados e atemorizando os potentados locais de Cantão a Zanzibar — o impacto pareceu, talvez, ainda mais decisivo.[27]

A segunda área significativa de infuência britânica estava em seu império colonial em expansão. Também nesse caso, a situação geral era bem menos competitiva do que nos dois séculos anteriores, quando a Grã-Bretanha teve de lutar repetidamente pelas possessões, contra a Espanha, a França e outros estados europeus. Agora, à parte um alarme ocasional com movimentos franceses no Pacífico, ou penetrações russas no Turquestão, não havia rivais sérios. Não será, portanto, exagero dizer que entre 1815 e 1880 grande parte do Império Britânico existiu num vácuo de poder político, razão pela qual seu exército colonial pôde ser mantido em níveis relativamente baixos. Havia, é certo, limites ao imperialismo britânico — e certos problemas, com a expansão da república americana no hemisfério ocidental, e ainda com a França e a Rússia no oriental. Mas em muitas partes dos trópicos, e por longos períodos, os interesses britânicos (comerciantes, fazendeiros, exploradores, missionários) não encontraram outros estrangeiros que não fossem os povos indígenas.

Essa falta relativa de pressão externa, juntamente com o crescimento do liberalismo interno do *laissez-faire,* levou muitos comentaristas a argumentar que as conquistas coloniais não eram necessárias, sendo apenas uma série de "pedras" em volta do pescoço do sobrecarregado contribuinte britânico. Mas no que pese a retórica do antiimperialismo na Grã-Bretanha, o fato é que o império continuou a crescer, expandindo-se (segundo um cálculo) a um ritmo anual de cerca de 260 mil quilômetros quadrados entre 1815 e 1865.[28] Algumas dessas aquisições foram estratégico/comerciais, como Cingapura, Aden, as Ilhas Falkland, Hong Kong, Lagos; outras, foram propiciadas pelos colonizadores brancos famintos de terras, atravessando o *veldt* sul-africano, as pradarias canadenses e o interior australiano — cuja expansão provocou quase sempre uma resistência nativa que, com freqüência, teve de ser sufocada por soldados da Grã-Bretanha, ou da Índia britânica. E mesmo quando anexações formais encontraram resistência de um governo de Londres preocupado com a crescente lista de novas responsabilidades, a "influência informal" de uma

sociedade britânica em expansão era sentida do Uruguai ao Levante, e do Congo ao Yangtsé. Em comparação com as esporádicas tentativas de colonização dos franceses, e a colonização interna mais localizada dos americanos e russos, os ingleses, como imperialistas, destacaram-se durante a maior parte do século XIX.

A terceira área de peculiaridade e força britânicas estava nas finanças. Na verdade, esse elemento dificilmente pode ser separado do progresso geral industrial e comercial do país: o dinheiro era necessário para alimentar a Revolução Industrial, que por sua vez produziu muito mais dinheiro, na forma de rendimentos sobre o capital investido. E, como o capítulo anterior mostrou, o governo britânico há muito sabia como explorar seu crédito nos centros bancários e nos mercados de títulos. Mas as operações do setor financeiro em meados do século XIX eram, qualitativa e quantitativamente, diferentes do que acontecera àntes. À primeira vista, é a diferença quantitativa que salta aos olhos. A prolongada paz e a fácil disponibilidade de capital no Reino Unido, juntamente com as melhorias nas instituições financeiras do país, estimularam os ingleses a investir no exterior, como nunca tinham feito antes: os seis milhões, aproximadamente, de libras que eram anualmente exportados na década seguinte a Waterloo, aumentaram para mais de 30 milhões por ano, em meados do século, e para espantosos 75 milhões de libras por ano entre 1870 e 1875. A renda resultante em juros e dividendos, que tinha totalizado 8 milhões anuais em fins da década de 1830, foi superior a 50 milhões por ano, na década de 1870. A maior parte dessa soma, porém, era logo reinvestida além-mar, numa espécie de espiral ascendente que não só tornava a Grã-Bretanha ainda mais rica, como dava um estímulo constante ao comércio e às comunicações globais.

As conseqüências dessa vasta exportação de capital foram várias e importantes. A primeira foi que as rendas produzidas pelos investimentos além-mar reduziram de maneira significativa a lacuna no comércio anual de bens visíveis, registrada sempre pela Grã-Bretanha. Sobre esse aspecto, a renda dos investimentos aumentou os já consideráveis ganhos invisíveis oriundos do transporte marítimo, seguros, taxas bancárias, transações com mercadorias etc. Em conjunto, essas duas fontes de renda asseguraram não só a ausência permanente de uma crise do balanço de pagamentos, como também a Grã-Bretanha tornou-se cada vez mais rica, tanto na metrópole como no exterior. A segunda conseqüência foi ter a economia britânica agido como um enorme fole, aspirando grandes quantidades de matérias-primas e alimentos, e expelindo enormes quantidades de têxteis, produtos siderúrgicos e outras manufaturas; e esse padrão de comércio visível foi acompanhado, e complementado, pela rede de linhas de transporte marítimo, seguros e ligações bancárias, que partiam de Londres (em especial), Liverpool, Glasgow, e de muitas outras cidades, durante o século XIX.

Dada a abertura do mercado britânico interno e a disposição de Londres de reinvestir a renda de além-mar em novas ferrovias, portos, instalações e empreendimentos agrícolas, da Geórgia a Queensland, houve uma complementaridade entre os fluxos de comércio visíveis e os padrões de

investimento.* Acrescente-se a isso a aceitação cada vez maior do padrão ouro e o aperfeiçoamento do mecanismo de câmbio e pagamentos internacionais baseado em letras sacadas sobre Londres, não é de surpreender que em meados do reinado de Vitória os ingleses estivessem convencidos de que, segundo os princípios da economia política clássica, tinham descoberto o segredo que garantia tanto a prosperidade crescente como a harmonia mundial. Embora muitos — os protecionistas tories, os déspotas orientais, os socialistas novidadeiros — ainda fossem bastante cegos para não reconhecer essa verdade, com o tempo todos viriam a admitir a validadade fundamental da economia do *laissez-faire* e dos códigos utilitários do governo.[29]

Mas isso tudo, embora tornando os ingleses mais ricos do que nunca a curto prazo, também não conteria elementos de perigo estratégico, a longo prazo? Com o conhecimento da visão retrospectiva, podemos perceber pelo menos duas conseqüências dessas modificações econômicas estruturais, que mais tarde afetariam o poder relativo da Grã-Bretanha no mundo. A primeira foi a maneira pela qual ela contribuiu para a expansão, a longo prazo, de outras nações, instalando e desenvolvendo indústrias e agricultura no exterior, com repetidas injeções financeiras, e com a construção de ferrovias, portos e navios que permitiriam aos produtores de além-mar rivalizar com a própria produção interna britânica, nas décadas futuras. Quanto a isso, vale notar que embora o advento da energia a vapor, do sistema fabril, das ferrovias e, mais tarde, da eletricidade, permitisse aos ingleses superar obstáculos físicos naturais à maior produtividade, e com isso aumentar a riqueza e a força do país, essas invenções ajudaram os Estados Unidos, Rússia e Europa central ainda mais, porque os obstáculos físicos naturais ao desenvolvimento de seu potencial em terras interiores eram muito maiores. Em palavras simples, o que a industrialização fez foi igualar as possibilidades de explorar os recursos indígenas de cada país e, com isso, eliminar algumas das vantagens até então desfrutadas por estados menores, periféricos, que combinavam atividades navais e comerciais, e transferi-las para os grandes estados com bases interioranas.[30]

A segunda debilidade estratégica potencial estava na crescente dependência em que a economia britânica se encontrava do comércio internacional e, o que é mais importante, das finanças internacionais. Nas décadas de meados do século XIX as exportações constituíam nada menos de um quinto da renda nacional total,[31] proporção muito mais alta do que na época de Walpole ou Pitt; para a enorme indústria têxtil do algodão, em particular, os mercados exteriores eram vitais. Mas as importações de produtos estrangeiros, tanto de matérias-primas e (cada vez mais) de alimentos, também estavam se tornando vitais, à medida que a Grã-Bretanha deixava de ser uma sociedade predominantemente agrícola para ser uma sociedade predominan-

*A Argentina, por exemplo, foi capaz de encontrar um mercado fácil no Reino Unido para suas exportações de carne e trigo, que lhe possibilitaram não só custear a importação de manufaturas britânicas e as taxas de vários serviços, como também pagar os empréstimos a longo prazo tomados em Londres, e com isso manter seu crédito em boa ordem para novos empréstimos. O contraste com os empréstimos americanos para a América Latina no século XX — empréstimos a curto prazo, sem permissão para importação de produtos agrícolas — é marcante.

temente urbana e industrial. E no setor que mais crescia, os serviços "invisíveis" dos bancos, seguros, operações com mercadorias e investimento no exterior, a dependência de um mercado mundial era ainda mais crítica. O mundo era um campo aberto para a City de Londres, o que era muito bom em épocas de paz — mas o que aconteceria na hipótese de uma outra guerra de grandes potências? Seriam os mercados de exportação britânicos atingidos de maneira ainda mais rigorosa do que em 1809 e em 1811-1812? Não estaria toda a economia, e a população interna, ficando muito dependente de bens importados, que poderiam ser facilmente cortados ou desaparecer em períodos de conflito? E não desabaria o sistema global de bancos e finanças, baseado em Londres, com a deflagração de outra guerra mundial, já que os mercados poderiam ser fechados, as operações de seguros suspensas, as transferências de capital internacional retardadas, o crédito arruinado? Nessas circunstâncias, ironicamente, a avançada economia britânica poderia ser mais severamente atingida do que um estado menos "maduro", mas também menos dependente do comércio e das finanças internacionais.

Tendo em vista os pressupostos liberais sobre a harmonia entre os países e o aumento constante da prosperidade, tais receios pareciam ociosos: bastava que os estadistas agissem de maneira racional e evitassem a antiga loucura de brigar com outros povos. E, na verdade, os liberais do *laissez-faire* argumentavam que quanto mais a indústria e o comércio britânicos se integrassem na economia global e dela dependessem, maiores seriam os desestímulos à adoção de políticas que poderiam levar ao conflito. Da mesma forma, o crescimento do setor financeiro devia ser bem recebido, pois estava não apenas alimentando o "surto" de meados do século, mas também mostrando como a Grã-Bretanha se tinha tornado avançada e progressista. Mesmo que os outros países seguissem seu exemplo e se industrializassem, ela podia transferir seus esforços para os serviços a esse desenvolvimento, e ter com isso um lucro ainda maior. Nas palavras de Bernard Porter, ela era o primeiro ovo de rã a desenvolver pernas, o primeiro girino a transformar-se numa rã e a primeira rã a pular do tanque. Era economicamente diferente das outras, mas isso apenas por estar muito à frente delas.[32] Dadas essas circunstâncias auspiciosas, os receios de debilidades estratégicas pareciam infundados; e a maioria dos ingleses, em meados do reinado da rainha Vitória, preferiam, como Kingsley ao derramar lágrimas de orgulho durante a Grande Exposição no Palácio de Cristal em 1851, acreditar que um destino cósmico os aguardava:

> A máquina de fiar e a ferrovia, os navios da Cunard e o telégrafo elétrico, são para mim... sinais de que estamos, pelo menos em certos pontos, em harmonia com o universo; que há um poderoso espírito em ação entre nós... o Deus ordenador e criador.[33]

Como todas as outras civilizações no alto da roda da fortuna, portanto, os ingleses podiam acreditar que sua posição era "natural" e devia continuar. E também como todas essas outras civilizações, um rude choque os esperava. Mas isso estava ainda longe, no futuro, e na época de Palmerston e Macaulay, eram antes os pontos fortes, e não as debilidades, britânicos que estavam em evidência.

As "potências médias"

O impacto da transformação econômica e tecnológica sobre a posição relativa das grandes potências da Europa continental foi muito menos dramática no meio século, aproximadamente, que se seguiu a 1815, sobretudo porque a industrialização que ocorreu partiu de uma base muito menor do que na Grã-Bretanha. Quanto mais para leste, mais feudal e agrícola a economia local tendia a ser; e mesmo na Europa ocidental, que estava próxima da Grã-Bretanha em muitos aspectos da evolução comercial e tecnológica antes de 1790, duas décadas de guerra tinham deixado uma pesada marca: perdas de população, modificação de barreiras aduaneiras, maiores impostos, a "pastoralização" do setor atlântico, a perda de mercados e matérias-primas de além-mar, dificuldades de adquirir as últimas invenções britânicas, tudo isso foram reveses para o crescimento econômico geral, mesmo quando (por especiais razões) certos comércios e certas regiões tinham florescido durante as Guerras Napoleônicas.[34] Se a paz significou o reinício do comércio normal, e permitiu também aos empresários continentais ver até que ponto se tinham atrasado em relação à Grã-Bretanha, não chegou, porém, a produzir um súbito surto de modernização. Não havia, simplesmente, capital suficiente, ou demanda local, ou entusiamo oficial, para produzir uma transformação; e muitos comerciantes, artesãos e tecelões europeus se oporiam violentamente à adoção de técnicas inglesas, vendo nelas (acertadamente) uma ameaça ao seu velho modo de vida.[35] Em conseqüência, embora a máquina a vapor, o tear mecanizado e a ferrovia tivessem feito algum avanço na Europa continental,

> entre 1815 e 1848, as características tradicionais da economia continuaram a predominar: a superioridade da produção agrícola sobre a industrial, a ausência de meios de transporte rápidos e baratos e a prioridade dada aos bens de consumo, em detrimento da indústira pesada.[36]

Como o Quadro 7 mostra, os aumentos relativos nos níveis *per capita* de industrialização para o século posterior a 1750 não foram muito impressionantes; e só nas décadas de 1850 e 1860 o quadro começaria a mudar.

As condições políticas e diplomáticas predominantes na "Europa da Restauração" também se combinaram para congelar o *status quo* internacional, ou pelo menos para permitir apenas alterações em pequena escala na ordem existente. Precisamente porque a Revolução Francesa tinha sido um desafio tão aterrador, tanto às disposições sociais internas como ao sistema de estados tradicional da Europa, Metternich e outros conservadores viam agora qualquer fato novo com desconfiança. Uma diplomacia aventureira, correndo o risco de uma guerra geral, era tão rejeitada quanto uma campanha pela autodeterminação ou pela reforma constitucional. No conjunto, os líderes políticos achavam que já tinham muito com que se ocupar, apenas tratando das turbulências internas e da agitação dos interesses de classes, muitas das quais estavam começando a sentir-se ameaçadas até mesmo pelo aparecimento de novas máquinas, pelo crescimento da urbanização e outras ameaças

incipientes às corporações, ou guildas, aos ofícios e aos regulamentos protetores de uma sociedade pré-industrial. O que um historiador chamou de uma "guerra civil endêmica que produziu os grandes surtos de insurreição em 1830, bem como uma série de revoltas intermediárias",[37] significava que os estadistas em geral não tinham energia, nem desejo, de envolver-se em conflitos externos que bem podiam enfraquecer seus próprios regimes.

Quanto a isso, vale notar que muitas das ações militares que ocorreram foram iniciadas precisamente para defender a ordem sociopolítica existente contra a ameaça revolucionária — por exemplo, o esmagamento da resistência no Piemonte em 1823 pelo exército austríaco, a ação militar francesa na Espanha no mesmo ano para restaurar os antigos poderes do rei Fernando e, a causa mais notável de todas, o uso de soldados russos para sufocar a revolução húngara de 1848. Se essas medidas reacionárias se tornaram cada vez mais impopulares para a opinião pública britânica, a insularidade do país significava que ele não interviria para salvar da supressão as forças liberais. Quanto às modificações territoriais dentro da Europa, só podiam ocorrer depois da concordância do "concerto" das grandes potências, algumas das quais poderiam ter de ser compensadas de alguma forma. Ao contrário da época de Napoleão, que o antecedeu, ou da era de Bismark, que o seguiu, portanto, o período de 1815-1865 internacionalizou a maioria de seus intrincados problemas políticos (Bélgica, Grécia), e viu com reservas a ação unilateral. Tudo isso deu uma estabilidade, embora precária, ao sistema de estados existente.

A posição internacional da Prússia nas décadas posteriores a 1815 foi claramente afetada por essas condições políticas e sociais gerais.[38] Embora muito aumentado, territorialmente, pela aquisição da Renânia, o estado Hohenzollern parecia agora muito menos impressionante do que tinha sido com Frederico o Grande. Afinal de contas, foi só nas décadas de 1850 e 1860 que a expansão econômica ocorreu no solo prussiano mais depressa do que praticamente em qualquer outro lugar da Europa. Na primeira metade do século, em contraste, o país parecia um pigmeu industrial, sendo a sua produção anual de ferro, de 50 mil toneladas, eclipsada não só pela Grã-Bretanha, França e Rússia, mas também pelo Império Habsburgo. Além disso, a aquisição da Renânia dividiu a Prússia geograficamente e também exacerbou as divisões políticas entre as províncias ocidentais mais "liberais", e as orientais, mais "feudais". Durante a maior parte desse período, as tensões domésticas ocuparam o primeiro plano político, e embora as forças da reação, em geral, predominassem, elas ficaram alarmadas com as tendências reformistas de 1810-1819, e entraram em pânico com a revolução de 1848-1849. Mesmo quando os militares voltaram a impor um regimento profundamente antiliberal, o medo da agitação interna tornou a elite prussiana relutante em pensar em aventuras na política externa; pelo contrário, os conservadores achavam que precisavam indentificar-se o melhor possível com as forças da estabilidade em outras partes da Europa, sobretudo a Rússia, e até mesmo a Áustria.

As disputas políticas internas da Prússia foram complicadas ainda mais pelo debate sobre a "questão alemã", isto é, sobre a possibilidade de uma união final dos 39 estados alemães, e os meios pelos quais essa meta poderia

ser atingida. Pois não só essa questão separou, previsivelmente, a burguesia nacionalista-liberal da Prússia da maioria dos conservadores, como também exigiu delicadas negociações com os estados centrais e meridionais da Alemanha — e o que é mais importante, reviveu a rivalidade com o Império Habsburgo, que se evidenciara na acalorada disputa sobre a Saxônia, em 1814. Embora a Prússia fosse a líder indiscutida da cada vez mais importante União das Alfândegas Alemãs (*Zollverein*), que se desenvolveu a partir da década de 1830, e da qual os austríacos não podiam participar devido às pressões protecionistas de seus próprios industriais, a balança da vantagem política geralmente pendia em favor de Viena, nessas décadas. Em primeiro lugar, tanto Frederico Guilherme III (1797-1840) como Frederico Guilherme IV (1840-1861) temiam os resultados de um choque com o Império Habsburgo, mais do que Metternich e seu sucessor Schwarzenberg temiam seu vizinho do norte. Além disso, a Áustria presidia as reuniões da Federação Germânica em Frankfurt; tinha a simpatia de muitos dos estados germânicos menores, para não falarmos dos velhos conservadores prussianos; e parecia indiscutivelmente uma potência européia, ao passo que a Prússia pouco mais era do que uma potência germânica. O indício mais evidente do maior peso de Viena ocorreu no acordo de 1850 em Oelmuetz, que pôs fim temporariamente à disputa pela vantagem na questão alemã, quando a Prússia concordou em desmobilizar seu exército e abandonar seus esquemas de unificação. Uma humilhação diplomática, na opinião de Frederico Guilherme IV, era preferível a uma guerra arriscada tão próximo da revolução de 1848. E mesmo os nacionalistas prussianos como Bismarck, amargando esse recuo ante as exigências austríacas, achavam que pouco se podia fazer em outros lugares, até que a "luta pelo domínio na Alemanha" estivesse finalmente encerrada.

Um fator bastante vital na submissão de Frederico Guilherme em Oelmuetz tinha sido o conhecimento de que o czar russo apoiava a causa da Áustria na "questão germânica". Durante todo o período de 1812 a 1871, de fato, Berlim empenhou-se em evitar qualquer provocação ao colosso militar a leste. Razões ideológicas e dinásticas certamente ajudaram a justificar essa atitude, mas não ocultaram totalmente o constante sentimento de inferioridade da Prússia, que a aquisição russa da maioria da Polônia, em 1814, tinha simplesmente acentuado. As expressões de desaprovação, por São Petersburgo, de qualquer movimento de liberalização na Prússia, a conhecida convicção do czar Nicolau I de que a unificação alemã era um absurdo utópico (especialmente se provocada, como se tentou em 1848, por uma assembléia radical de Frankfurt, que ofereceu uma coroa imperial ao rei da Prússia), e o apoio russo à Áustria antes de Oelmuetz foram, todos, manifestações dessa eclipsante influência estrangeira. Não é de surpreender, portanto, que a deflagração da Guerra da Criméia em 1854 tenha encontrado o governo prussiano desesperadamente ansioso de permanecer neutro, temendo as conseqüências de uma guerra contra a Rússia, ao mesmo tempo em que se preocupava com a perda do respeito da Áustria e das potências ocidentais. Dadas as suas circunstâncias, a posição da Prússia era lógica mas, como os ingleses e austríacos tinham aversão pela política "oscilante" de Berlim, os diplomatas prussianos não puderam juntar-se aos outros delegados ao Congresso de Paris (1856) senão depois que este já estava bem adiantado. Simbolicamente, portanto, ela ainda estava sendo tratada como participante marginal.

Também em outra áreas — embora de maneira menos persistente — a Prússia viu-se cerceada pelas potências estrangeiras. As denúncias de Palmerston da entrada do exército prussiano no Schleswig-Holstein, em 1848, foi o incidente menos preocupante. Muito mais perturbadora foi a ameaça potencial francesa à Renânia, em 1830 e novamente em 1840, e finalmente na década de 1860. Todos esses períodos de tensão apenas confirmaram o que as brigas com Viena e os ocasionais resmungos de São Petersburgo já sugeriam: que a Prússia, na primeira metade do século XIX, era a menor das grandes potências, em desvantagem geográfica, obscurecida por vizinhos poderosos, preocupada por problemas internos e intergermânicos, e incapaz de representar um papel mais amplo nas questões internacionais. Esse julgamento talvez pareça demasiado severo à luz dos vários pontos fortes da Prússia: seu sistema educacional, desde o primário até as universidades, não era inferior a nenhum outro, na Europa; seu sistema administrativo era razoavelmente eficiente; e seu exército, e seu formidável comando, foram certamente os primeiros a estudar reformas tanto na tática como na estratégia, em especial nas implicações militares das "ferrovias e fuzis".[39] A questão, porém, era a impossibilidade de usar esse potencial até que a crise política interna entre liberais e conservadores estivesse superada, até que houvesse uma liderança firme no alto, em lugar das vacilações de Frederico Guilherme IV, e até que a base industrial da Prússia se tivesse desenvolvido. Só depois de 1860, portanto, pôde o estado Hohenzollern emergir de sua condição de quase-segunda classe.

Mas como acontece com muitas outras coisas na vida, a debilidade estratégica é relativa e, comparado com o Império Habsburgo ao sul, os problemas da Prússia talvez não fossem tão grandes. Se o período 1648-1815 viu a "ascenção" e a "afirmação" do império,[40] essa expansão não eliminou as dificuldades enfrentadas por Viena ao tentar desempenhar o papel de grande potência. Pelo contrário, o acordo de 1815 agravou tais dificuldades, pelo menos a prazo mais longo. Por exemplo, o simples fato de terem os austríacos lutado com tanta freqüência contra Napoleão, e ficado com o lado vencedor, significava que eles exigiam "indenizações" na reformulação geral das fronteiras, ocorrida nas negociações de 1814-1815. E embora os Habsburgos sabiamente concordassem em se retirar do sul da Holanda, do sudoeste da Alemanha (a Vorlande) e de partes da Polônia, isso foi compensado pela sua expansão em grande escala na Itália, e pela reafirmação de seu papel de liderança na recém-criada Federação Germânica.

Tendo em vista a teoria geral do equilíbrio europeu e especialmente as versões preferidas pelos comentaristas britânicos, bem como pelo próprio Metternich — esse restabelecimento do poder austríaco foi elogiável. O Império Habsburgo, espalhado pela Europa desde a planície do norte da Itália até a Galícia, agiria como o fulcro central do equilíbrio, contendo as ambições francesas na Europa ocidental e na Itália, preservando o *status quo* na Alemanha contra os nacionalistas da "Grande Alemanha" e os expansionistas prussianos, e colocando uma barreira à penetraração russa dos Bálcãs. É certo que cada uma dessas tarefas era apoiada por uma, ou mais, das outras grandes potências, dependendo do contexto; mas o Império Habsburgo era vital para o funcionamento desse complexo xeque-mate de cinco pontas, ainda que

fosse apenas porque ele parecia ter maior interesse que os outros no congelamento da solução de 1815 — ao passo que a França, Prússia e Rússia, mais cedo ou mais tarde, queriam modificações, enquanto os ingleses, vendo razões estratégicas e ideológicas cada vez menores para apoiar Metternich, depois da década de 1820, estavam em conseqüência menos dispostos a colaborar com a Áustria na manutenção de todos os aspectos da ordem existente. Na opinião de certos historiadores, na verdade, a paz geral que predominou na Europa durante décadas depois de 1815 devia-se principalmente à posição e às funções do Império Habsburgo. Quando, portanto, ele não pôde contar com o apoio militar das outras potências para preservar o *status quo* na Itália e Alemanha na década de 1860, foi alijado desses dois teatros de operações; e quando, depois de 1900, sua própria sobrevivência era duvidosa, uma grande guerra de sucessão — com implicações fatídicas para o equilíbrio europeu — era inevitável.[41]

Enquanto as potências conservadoras na Europa estiveram unidas na preservação do *status quo* — contra o ressurgimento francês ou a "revolução" em geral — essa debilidade Habsburgo foi ocultada. Recorrendo à solidariedade ideológica da Sagrada Aliança, Metternich podia assegurar, em geral, o apoio da Rússia e Prússia, que por sua vez lhe davam liberdade de ação para organizar intervenções contra qualquer anseio liberal — seja mandando tropas austríacas para sufocar a insurreição de Nápoles em 1821, ou permitindo a ação militar francesa na Espanha em apoio ao regime Bourbon, ou orquestrando a imposição dos reacionários decretos de Carlsbad (1819) aos membros da Federação Germânica. Da mesma maneira, as relações do Império Habsburgo com São Petersburgo e Berlim beneficiaram-se do interesse comum que tinham na supressão do nacionalismo polonês, que para o governo russo era uma questão muito mais vital do que as discordâncias ocasionais sobre a Grécia ou o Bósforo e os Dardanelos. A supressão conjunta da revolta polonesa na Galícia e a anexação, pela Áustria, da Cidade Livre de Cracóvia, em 1846, com a concordância da Rússia e da Prússia, mostraram as vantagens que era possível obter com essa solidariedade monárquica.

A longo prazo, porém, essa estratégia de Metternich tinha falhas profundas. Uma revolução *social* radical podia ser contida com facilidade na Europa do século XIX: sempre que aconteceu uma delas (1830,1848, a Comuna de 1871) as classes médias atemorizadas passaram-se para o lado da "lei e da ordem". Mas as idéias e movimentos generalizados em favor da autodeterminação nacional, estimulados pela Revolução Francesa e pelas várias guerras de libertação em princípios do século, não podiam ser sempre sufocados. E as tentativas de Metternich de acabar com os movimentos de independência exauriu, aos poucos, o Império Habsburgo. Opondo-se resolutamente a quaisquer anseios de independência nacional, a Áustria perdeu rapidamente a simpatia de sua velha aliada, a Grã-Bretanha. Seu uso repetido da força militar na Itália provocou uma reação entre todas as classes contra seu "carcereiro" Habsburgo, que por sua vez faria o jogo de Napoleão III poucas décadas depois, quando o ambicioso monarca francês pôde ajudar Cavour na expulsão dos austríacos do norte da Itália. Da mesma maneira, a não-adesão do Império Habsburgo à *Zollverein*, por motivos econômicos, e a impossibilidade constitucional-geográfica de tornar-se ele parte de uma

"Grande Alemanha" decepcionou muitos nacionalistas germânicos, que começaram então a voltar-se para a Prússia em busca de uma liderança. Até mesmo o regime czarista, que em geral apoiava os esforços de Viena para esmagar as revoluções, ocasionalmente teve mais facilidade do que a Áustria no trato das questões nacionais: veja-se a política de Alexandre I, em cooperação com os ingleses, de apoiar a independência grega em fins da década de 1820, apesar de todos os argumentos contrários de Metternich.

O fato é que numa era de crescente consciência nacional, o Império Habsburgo parecia cada vez mais um anacronismo. Em cada uma das outras grandes potências, como já se observou,

> a maioria dos cidadãos partilhava de língua e religião comuns. Pelo menos 90% dos franceses falavam francês e a mesma proporção pertencia, pelo menos nominalmente, à Igreja Católica. Mais de oito em cada dez prussianos eram germânicos (o resto, eram principalmente poloneses), e dos germânicos, 70% eram protestantes. Os 70 milhões de súditos do czar incluíam algumas minorias notáveis (cinco milhões de poloneses, três milhões e meio de finlandeses, estonianos, letões e lituanos, e três milhões de vários caucasianos), mas isso ainda deixava 50 milhões que eram russos e ortodoxos. E os habitantes das Ilhas Britânicas eram 90% de língua inglesa e 70% protestantes. Países como esses não precisavam de muitos laços para se manterem unidos: tinham uma coesão intrínseca. Em contraste, o imperador austríaco governava um mosaico étnico que deve tê-lo feito gemer, todas as vezes que pensava nisso. Ele e 8 milhões de seus súditos eram germânicos, mas duas vezes esse número eram eslavos de algum tipo (tchecos, eslovacos, poloneses, rutênios, eslovenos, croatas e sérvios), 5 milhões eram húngaros, 5 milhões italianos e 2 milhões romenos. Que tipo de nação isso constituía? A resposta é: nenhuma.[42]

O exército Habsburgo, considerado como "uma das mais importantes, se não a mais importante, instituição isolada" do império, refletia essa diversidade étnica. "Em 1865 (isto é, no ano anterior ao choque decisivo com a Prússia pela supremacia na Alemanha) o exército tinha 128.286 alemães, 96.300 tchecos e eslovacos, 52.700 italianos, 22.700 eslovenos, 20.700 romenos, 19 mil sérvios, 50.100 rutênios, 37.700 poloneses, 32.500 magiares, 27.600 croatas e 5.100 homens de outras nacionalidades em suas fileiras."[43] Embora isso tornasse o exército quase tão colorido e variegado quanto os regimentos britânico-indianos sob o Rajá, também criava toda espécie de desvantagens, quando comparado com os exércitos francês ou prussiano, muito mais homogêneos.

Essa debilidade militar potencial era agravada pela falta de fundos adequados, conseqüência parcial das dificuldades de recolher impostos no império, mas principalmente da precariedade de sua base comercial e industrial. Embora os historiadores falem hoje da "ascensão econômica do Império Habsburgo"[44] no período 1760-1914, a verdade é que durante a primeira metade do século XIX a industrialização só ocorreu em certas regiões ocidentais, como a Boêmia, as terras alpinas, e em torno da própria Viena, ao passo que a maior parte do império continuava relativamente intacta. Enquanto a própria Áustria avançava, portanto, o império *como um todo* ficava aquém da Grã-Bretanha, França e Prússia, em termos de industrialização *per capita*, produção de ferro e aço, capacidade energética e assim por diante.

E o que é mais, os custos das guerras francesas "tinham deixado o império financeiramente esgotado, onerado com uma pesada dívida pública e uma massa de papel-moeda depreciado",[45] que praticamente obrigara o governo a manter mínimos os gastos militares. Em 1830 o exército teve uma verba equivalente a apenas 23% das receitas totais (quando tinha sido de 50% em 1817), e em 1848 essa parcela se reduziu a 20%. Quando ocorreram crises, como em 1848-1849, 1854-1855, 1859-1860 e 1864, foram autorizados aumentos extraordinários nos gastos militares, mas nunca o suficiente para colocar o exército em plena forma, e eram logo reduzidos quando a crise passava. Por exemplo, o orçamento militar foi de 179 milhões de florins em 1860, caiu para 118 milhões em 1863, aumentou para 150 milhões no conflito de 1864 com a Dinamarca, e foi drasticamente cortado para 96 milhões em 1865 — apenas um ano antes da guerra com a Prússia. Nenhum desses totais acompanhou o ritmo dos orçamentos militares da França, Grã-Bretanha e Rússia ou (um pouco mais tarde) Prússia. E como a administração militar austríaca era considerada como corrupta e ineficiente até mesma pelos padrões de meados do século XIX, os recursos averbados não eram bem empregados. Em suma, a força armada do Império Habsburgo não correspondia às guerras a que poderia ser chamada.[46]

Essas observações não se destinam a antecipar a decadência do império. Sua capacidade de permanência, como observaram muitos historiadores, foi extraordinária: tendo sobrevivido à Reforma, aos turcos, à Revolução Francesa, ele também mostrou-se capaz de enfrentar os acontecimentos de 1848-1849, a derrota de 1866 e, até as últimas fases, as tensões da Primeira Guerra Mundial. Embora suas fraquezas fossem evidentes, também tinha forças. A monarquia exigia a fidelidade não só dos súditos de etnia germânica, mas também de muitos aristocratas e famílias "militares" nas terras não-germânicas; seu domínio na Polônia, por exemplo, era bastante benevolente, se comparado com as administrações russa e prussiana. Além disso, o caráter complexo, multinacional, do império, com suas várias rivalidades locais, permitia uma certa margem de *divide et impera* do centro, como o seu uso cuidadoso do exército mostrou: os regimentos húngaros estavam estacionados principalmente na Áustria e os regimentos italianos, na Hungria; metade dos regimentos de hussares estava estacionada no exterior, e assim por diante.[47]

Dispunha, finalmente, da vantagem negativa de que nenhuma das outras grandes potências — mesmo quando empenhadas em hostilidades com o Império Habsburgo — sabia o que colocar em seu lugar. O czar Nicolau I poderia ressentir-se das pretensões austríacas nos Bálcãs, mas estava disposto a emprestar um exército para ajudar a esmagar a revolução húngara de 1848; a França podia intrigar para afastar os Habsburgos da Itália, mas Napoleão III também sabia que Viena podia ser um útil aliado futuro contra a Prússia ou a Rússia; e Bismarck, embora disposto a acabar com toda a influência austríaca na Alemanha, empenhou-se em preservar o Império Habsburgo tão logo este capitulou, em 1866. Enquanto essa situação existisse, o Império sobreviveria — pela tolerância.

Apesar de suas perdas durante a Guerra Napoleônica, a posição da França no meio século que se seguiu a 1815 foi significativamente melhor do

que a da Prússia, ou do Império Habsburgo, sob muitos aspectos.[48] Sua renda nacional era muito maior, e o capital era de acesso mais fácil; sua população era muito maior que a da Prússia, e mais homogênea que a do Império Habsburgo; ela podia manter, com muito mais facilidade, um grande exército e custear ainda uma marinha considerável. Não obstante, a França é tratada aqui como "potência média" simplesmente porque as circunstâncias estratégicas, diplomáticas e econômicas se combinaram para impedir que ela concentrasse seus recursos e obtivesse uma vantagem decisiva em qualquer esfera específica.

O fato predominante nos anos 1814-1815, em nível de poder e política, foi a disposição dos outros grandes estados de frustrar as tentativas francesas de hegemonia sobre a Europa; e não só estavam Londres, Viena, Berlim e São Petersburgo dispostas a harmonizar suas divergências em outras questões (a Saxônia, por exemplo) a fim de derrotar a tentativa final de Napoleão, mas também decididas a formar um sistema de pós-guerra para bloquear, no futuro, as rotas de expansão tradicionais da França. Assim, enquanto a Prússia atuava como guardiã da Renânia, a Áustria fortalecia sua posição no norte da Itália, e a influência britânica na península ibérica ampliava-se. Atrás de tudo isso estava um grande exército russo, pronto a atravessar a Europa em defesa do acordo de 1815. Em conseqüência, porém, por mais que franceses de todos os partidos exigissem uma política de "recuperação",[49] era evidente a impossibilidade de qualquer melhoria dramática. O máximo que se podia conseguir era, de um lado, o reconhecimento de que a França era um parceiro igual no Concerto Europeu, e do outro, o restabelecimento da influência política francesa em regiões vizinhas, *juntamente* com a das potências existentes. Não obstante, mesmo quando os franceses podiam conseguir paridade com os ingleses, por exemplo, na Península Ibérica, e voltar a desempenhar um papel importante no Levante, tinham de ser sempre cautelosos para não provocar a formação de outra coalizão contra eles. Qualquer ação francesa nos Países Baixos, como se tornou evidente nas décadas de 1820 e 1830, produzia instintivamente uma aliança anglo-prussiana, demasiado forte para encontrar resistência.

A outra carta à disposição de Paris era o estabelecimento de relações estreitas com *uma* das grandes potências, que poderia então ser explorada para assegurar os objetivos franceses.[50] Tendo em vista as rivalidades latentes entre os outros Estados e as consideráveis vantagens que uma aliança com a França podia oferecer (dinheiro, tropas, armas) tal suposição era lógica; não obstante, era falha sob três aspectos. Primeiro, a outra potência poderia ser mais capaz de explorar os franceses, do que a França de explorá-la — como fez Metternich em meados da década de 1830, quando alimentou as sondagens francesas simplesmente para separar Londres e Paris. Segundo, as mudanças de regime ocorridas na França nessas décadas afetaram inevitavelmente as relações diplomáticas num período em que a ideologia teve papel tão destacado. Por exemplo, as esperanças, há muito alimentadas, de uma aliança com a Rússia desmoronaram com o advento da revolução de 1830 na França. Finalmente, restava ainda o insuperável problema de que, enquanto várias das outras potências desejavam cooperar com a França em certos momentos, nenhuma delas pretendia, nesse período, uma modificação no *status quo*: isto

é, oferecia aos franceses apenas a amizade diplomática, e não a promessa de vantagens territoriais. Só depois da Guerra da Criméia houve qualquer sentimento generalizado, fora da França, em favor de uma reordenação das fronteiras de 1815.

Esses obstáculos poderiam ter parecido menos formidáveis se a França fosse tão forte, em relação ao resto da Europa, quanto fora com Luís XIV, no auge de seu poder, ou com Napoleão, no auge também de seu poder. Mas a verdade é que a França depois de 1815 não era um país particularmente dinâmico. Talvez nada menos de 1,5 milhão de franceses tivessem morrido nas guerras de 1793-1815,[51] e, o que é ainda mais significativo, o aumento populacional francês foi mais lento que o de qualquer outra das grandes potências, durante o século XIX. Não só o prolongado conflito tinha deformado a economia francesa das várias maneiras mencionadas acima, como também o advento da paz a expôs ao desafio comercial de sua grande rival britânica. "O fato importante para a maioria dos produtores franceses depois de 1815 foi a existência de um produtor industrial esmagadoramente dominante e poderoso, não só como seu vizinho mais próximo, mas também como uma força vigorosa em todos os mercados estrangeiros e, por vezes, até mesmo em seu próprio mercado interno, muito protegido."[52] Essa falta de competitividade, os desestímulos à modernização dentro da França (por exemplo, as pequenas proporções das propriedades agrícolas, más comunicações, mercados essencialmente locais, ausência de carvão barato e de disponibilidade imediata) e a perda de qualquer incentivo dos mercados de além-mar, significaram que entre 1815 e 1850 sua taxa de crescimento industrial foi consideravelmente inferior à da Grã-Bretanha. No início do século, a produção de manufaturas desta última era igual à da França; em 1830, era 182,5% da francesa; e em 1860 tinha subido a 251%.[53] Além disso, mesmo quando a taxa de construção de ferrovias e de industrialização geral da França começou a intensificar-se, na segunda metade do século XIX, ela constatou, para seu alarme, que a Alemanha crescia ainda mais depressa.

Mas hoje já não parece tão claro aos historiadores que a economia francesa durante esse século deva ser sumariamente classificada como "atrasada" ou "decepcionante"; sob muitos aspectos, o caminho seguido pelos franceses em direção à prosperidade nacional foi tão lógico quanto a estrada bastante diferente tomada pelos ingleses.[54] Os horrores sociais da Revolução Industrial foram menos generalizados na França; não obstante, pela concentração sobre produtos de alta qualidade, e não de produção em massa, o valor *per capita* acrescentado a cada manufatura foi substancialmente maior. Se os franceses, no todo, não investiram internamente em empresas industriais em grande escala, isso foi, com freqüência, resultado de um cálculo, e não indício de pobreza ou atraso. Havia, na verdade, considerável excedente de capital no país, grande parte do qual foi destinado a investimentos industriais em outras partes da Europa.[55] Os governos franceses não se sentiam embaraçados pela escassez de fundos, e *havia* investimento em munições e em processos metalúrgicos, relacionados com as forças armadas. Foram os inventores franceses que produziram o canhão para disparar obuses, sob o general Paixhans, os projetos dos navios *Napoléon* e *La Gloire*, "que marcaram época", e a bala e a ranhura Minié.[56]

Não obstante, a verdade é que o poderio *relativo* da França estava sendo corroído em termos econômicos, bem como sob outros aspectos. Embora a França fosse, repetimos, maior do que a Prússia ou o Império Habsburgo, não havia esfera na qual fosse o líder decisivo, como acontecia um século antes. Seu exército era grande, mas o segundo em números, sendo menor que o russo. Sua esquadra, apoiada de maneira errática por sucessivas administrações francesas, era em geral a segunda, vindo depois da marinha inglesa — mas a distância entre elas era enorme. Em termos de produção de manufaturas e produto nacional, a França estava ficando atrás de sua vizinha desbravadora. O lançamento ao mar do *La Gloire* foi logo eclipsado pelo *Warrior*, da marinha inglesa, tal como sua artilharia de campo ficou atrás dos projetos mais novos da Krupp. Ela representou um papel fora da Europa; também sob esse aspecto, suas possessões e sua influência foram muito menos extensas do que as inglesas.

Tudo isso nos leva a outro problema agudo, que tornou difícil a medição — e com freqüência, a utilização — da indubitável força francesa. Ela continuou sendo uma potência clássica *híbrida*,[57] freqüentemente dividida entre seus interesses europeus e não-europeus, o que por sua vez lhe afetou a diplomacia, já bastante complicada pelas considerações ideológicas e de equilíbrio de poder. Seria mais importante conter o avanço russo sobre Constantinopla do que bloquear as pretensões britânicas no Levante? Deveria ela tentar afastar a Áustria da Itália, ou desafiar a marinha inglesa no canal da Mancha? Deveria estimular ou opor-se aos primeiros movimentos em favor da unificação alemã? Dados os prós e contras existentes em cada uma dessas políticas, não é de surpreender que os franceses fossem muitas vezes ambivalentes e hesitantes, mesmo quando considerados membros plenos do Concerto.

De um lado, não devemos esquecer que as circunstâncias gerais que limitaram a França também lhe permitiram agir como um obstáculo a outras grandes potências. Se isso aconteceu especialmente com Napoleão III, também ocorreu, de maneira incipiente, mesmo em fins da década de 1820. Simplesmente devido ao seu tamanho, a recuperação da França tinha implicações nas penínsulas ibérica e italiana, nos Países Baixos, e mais distante ainda. As tentativas, tanto britânica como russa, de influenciar os acontecimentos no Império Otomano precisaram levar em conta a França. Foi esta, muito mais do que o cambaleante Império Habsburgo, ou mesmo a Grã-Bretanha, que representou o principal obstáculo militar à Rússia durante a Guerra da Criméia. Foi a França que enfraqueceu a posição austríaca na Itália, e foi principalmente a França que, menos dramaticamente, impediu o Império Britânico de ter uma total influência monopolista nos litorais da China e da África. Finalmente, quando a luta austro-prussiana "pelo primado na Alemanha" chegou ao auge, as duas rivais revelaram sua profunda preocupação pelo que Napoleão III poderia fazer, ou deixar de fazer. Em suma, com sua recuperação depois de 1815, a França, durante as décadas que se seguiram, continuou sendo uma potência considerável, bastante forte militarmente, e que era melhor ter como amiga do que como rival — mesmo que seus próprios líderes tivessem consciência de que ela já não predominava tanto quanto nos dois séculos anteriores.

A Guerra da Criméia e a erosão do poderio russo

O poderio *relativo* da Rússia iria declinar muito durante as décadas posteriores a 1815, de paz internacional e de industrialização — embora isso só se evidenciasse plenamente com a Guerra da Criméia (1854-1856). Em 1814, a Europa se atemorizara com o avanço do exército russo para o oeste, e as multidões em Paris tinham gritado, prudentemente, *Vive l'empereur Alexandre!*, quando o czar entrou em sua cidade, atrás de suas brigadas de cossacos. O próprio acordo de paz, com sua ênfase arquiconservadora contra futuras modificações territoriais e políticas, foi subscrito por um exército russo de 800 mil homens — tão superior em terra a quaisquer rivais, quanto a marinha inglesa era em relação a outras esquadras no mar. Tanto a Áustria como a Prússia foram obscurecidas por esse colosso do leste, temendo sua força mesmo ao proclamarem solidariedade monárquica a ele. O papel da Rússia como polícia da Europa aumentou quando o messiânico Alexandre I foi substituído pelo autocrático Nicolau I (1825-1855); e a posição deste último foi ainda mais fortalecida pelos acontecimentos revolucionários de 1848-1849, quando, como observou Palmerston, a Rússia e a Grã-Bretanha eram as únicas potências que "estavam de pé".[58] Os apelos desesperados de ajuda para sufocar a revolta húngara, feitos pelo governo Habsburgo, foram recompensados com o envio de três exércitos russos. Em contraste, as indecisões de Frederico Guilherme IV da Prússia quanto aos movimentos internos de reforma, juntamente com as propostas de modificações na Federação Germânica, provocaram incansável pressão russa até que a corte de Berlim adotasse políticas de reação internas e o recuo diplomático em Oelmuetz. Quanto às "forças da transformação", depois de 1848, todos os elementos, fossem os derrotados nacionalistas poloneses e húngaros, os frustrados liberais burgueses ou os marxistas, concordaram em que o principal baluarte contra o progresso na Europa continuaria sendo, por muito tempo, o império dos czares.

Mas em nível econômico e tecnológico, a Rússia perdia terreno de maneira alarmante, entre 1815 e 1880, pelo menos em relação às outras potências. Isso não significa que não houvesse progresso econômico, mesmo sob Nicolau I, que tinha muitos funcionários hostis às forças do mercado ou a qualquer sinal de modernização. A população cresceu rapidamente (de 51 milhões em 1816, para 76 milhões em 1860 e 100 milhões em 1880), e a das cidades ainda mais depressa. A produção de ferro aumentou, e a indústria têxtil multiplicou de tamanho. Entre 1804 e 1860, ao que se afirmava, o número de fábricas ou empresas industriais passou de 2.400 para mais de 15 mil. Máquinas a vapor e maquinaria moderna foram importadas do Ocidente; e a partir da década de 1830, começou a aparecer uma rede ferroviária. O simples fato de terem os historiadores discutido sobre a ocorrência ou não de uma "revolução industrial" na Rússia, nessas décadas, confirma que as coisas estavam se transformando.[59]

Mas a dura realidade é que o resto da Europa se transformava muito mais depressa, e que a Rússia perdia terreno. Devido à sua população muito maior, tinha facilmente o maior PNB *total* em princípios do século XIX. Duas gerações depois, isso já não acontecia, como se vê no Quadro 9.

Quadro 9. PNB das grandes potências européias, 1830-1890[60]
(a preços de mercado, em dólares e preços dos E.U.A. em 1960; em bilhões)

	1830	*1840*	*1850*	*1860*	*1870*	*1880*	*1890*
Rússia	10,5	11,2	12,7	14,4	22,9	23,2	21,1
França	8,5	10,3	11,8	13,3	16,8	17,3	19,7
Grã-Bretanha	8,2	10,4	12,5	16,0	19,6	23,5	29,4
Alemanha	7,2	8,3	10,3	12,7	16,6	19,9	26,4
Império Habsburgo	7,2	8,3	9,1	9,9	11,3	12,2	15,3
Itália	5,5	5,9	6,6	7,4	8,2	8,7	9,4

Esses números, porém, são ainda mais alarmantes quando se estuda o volume *per capita* do PNB (ver Quadro 10).

Quadro 10. PNB *per capita* das grandes potências européias, 1830-1890[61]
(em dólares e preços dos E.U.A. em 1960)

	1830	*1840*	*1850*	*1860*	*1870*	*1880*	*1890*
Grã-Bretanha	346	394	458	558	628	680	785
Itália	265	270	277	301	312	311	311
França	264	302	333	365	437	464	515
Alemanha	245	267	308	354	426	443	537
Império Habsburgo	250	266	283	288	305	315	361
Rússia	170	170	175	178	250	224	182

Os números mostram que o aumento do PNB *total* da Rússia, ocorrido durante esses anos, foi devido, de maneira esmagadora, ao aumento de população, seja por nascimentos ou por conquistas no Turquestão e outros pontos, e pouca relação teve com aumentos reais de produtividade (especialmente da produtividade industrial). A renda *per capita* da Rússia e o seu produto nacional sempre estiveram atrás da Europa ocidental; agora, porém, essa diferença aumentou ainda mais, passando (por exemplo) de metade da renda *per capita* da Grã-Bretanha em 1830 para um quarto desse número, 60 anos depois.

Da mesma maneira, a duplicação da produção de ferro da Rússia em princípios do século XIX compara-se mal com o aumento de *trinta vezes*, ocorrido na Grã-Bretanha;[62] em duas gerações, a Rússia se tinha transformado do maior produtor e exportador de ferro da Europa num país cada vez mais dependente de importações de manufaturas ocidentais. Até mesmo os progressos em comunicações ferroviárias e marítimas deve ser colocado em perspectiva. Em 1850, a Rússia tinha pouco mais de 650 quilômetros de ferrovias, em comparação com os cerca de 12.500 quilômetros dos Estados Unidos; e grande parte do aumento no comércio do transporte marítimo, nos grandes rios ou nos mares Báltico e Negro, girou em torno do transporte de cereais necessários à florescente população, e ao pagamentos dos bens manufaturados importados com o envio de trigo para a Grã-Bretanha. As novas empresas que surgiram estavam, com demasiada freqüência, nas mãos

dos comerciantes e empresários estrangeiros (o comércio de exportação certamente estava), e transformavam a Rússia, cada vez, num fornecedor de matérias-primas para economias adiantadas. Um exame mais detalhado das evidências indica que a maioria das novas "fábricas" e "empresas industriais" empregavam menos de 16 pessoas, e eram muito pouco mecanizadas. Uma falta geral de capital, baixa demanda de consumidor, uma clase média minúscula, enormes distâncias e climas hostis e a mão pesada de um estado autocrático, desconfiado, tornavam a perspectiva de uma "partida" industrial na Rússia ainda mais difícil do que praticamente em qualquer outro país da Europa.[63]

Durante longo tempo, essas tendências econômicas ominosas não se traduziram numa debilidade militar perceptível. Pelo contrário, a preferência que as grandes potências demonstraram, depois de 1815, pelas estruturas do *ancien régime* em geral podiam ser vistas mais claramente na composição social, armamentos e táticas dos exércitos russos. Ainda à sombra lançada pela Revolução Francesa, os governos estavam mais preocupados com a confiabilidade política e social de suas forças armadas do que com as reformas militares; e os próprios generais, que já não enfrentavam a prova de uma grande guerra, davam ênfase à hierarquia, à obediência e cautela — traços reforçados pela obsessão de Nicolau I pelas paradas formais e grandes marchas. Tendo em vista as circunstâncias gerais, o simples tamanho do exército russo e a firmeza de seus soldados recrutados em massa pareciam mais impressionantes aos observadores externos do que assuntos pouco conhecidos, como a logística militar ou o nível geral de educação entre os oficiais. E o que era mais, o exército russo era atuante e, quase sempre, bem-sucedido em suas freqüentes campanhas de expansão pelo Cáucaso e através do Turquestão — movimentos que já estavam começando a preocupar os ingleses na Índia, e a tornar as relações anglo-russas, no século XIX, muito mais tensas do que tinham sido no XVIII.[64] Igualmente impressionante para os olhos externos foi o sufocamento da rebelião húngara de 1848-1849 pelos russos, e a afirmação do czar de que estava pronto a mandar 400 mil soldados para acabar com a revolta contemporânea em Paris. O que esses observadores não notaram foi o fato menos notável de que a maior parte do exército russo estava sempre ocupado em tarefas internas dos quartéis, em ações de "polícia" na Polônia e Finlândia, e por outras atividades, como patrulhar fronteiras e as colônias militares; e que o restante do exército não era particularmente eficiente — das 11 mil baixas sofridas na campanha húngara, por exemplo, todas, com exceção de mil, foram causadas pelas doenças e pela ineficiência dos serviços logísticos e médicos do exército.[65]

A campanha da Criméia de 1854 até 1855 proporcionou uma confirmação demasiado chocante do atraso russo. As forças czaristas não podiam ser concentradas. As operações aliadas no Báltico (embora nunca muito sérias), junto com a ameaça de intervenção sueca, retinham nada menos de 200 mil soldados russos no norte. As campanhas anteriores nos principados do Danúbio, e o perigo muito maior de que a Áustria transformasse em realidade suas ameaças de intervenção, representavam um risco para a Bessarábia, a Ucrânia ocidental e a Polônia russa. A luta contra os turcos no Cáucaso fazia exigências imensas, tanto em tropas como em sistemas de abastecimento, tal como ocorria com a defesa dos territórios russos no Extremo Oriente.[66]

Quando o ataque anglo-francês na Criméia levou a guerra a uma região altamente sensível do território russo, as forças armadas do czar foram incapazes de repelir essa invasão.

No mar, a Rússia tinha uma marinha de bom tamanho, com almirantes competentes, e pôde destruir completamente a esquadra turca, mais fraca, em Sinope, em novembro de 1853. Mas tão logo as armadas anglo-francesas entraram na luta, as posições se inverteram.[67] Muitos navios russos eram feitos de madeira e pouco resistentes ao mar, sua potência de fogo era inadequada e suas tripulações, mal treinadas. Os aliados tinham mais navios de guerra a vapor, alguns deles armados com granadas de *shrapnel* e foguetes Congreve. Acima de tudo, os inimigos da Rússia tinham a capacidade industrial de construir navios mais modernos (inclusive dezenas de canhoneiras a vapor), de modo que sua vantagem aumentava com o prolongamento da guerra.

Mas o exército russo estava ainda pior. O soldado de infantaria comum lutava bem, e, sob a inspirada liderança do almirante Nakhimov e o gênio de engenharia do coronel Todtleben, a resistência russa em Sebastopol foi um feito notável. Mas sob todos os outros aspectos, ele era lamentavelmente inadequado. Os regimentos de cavalaria não tinham ousadia e seus animais, treinados para paradas, eram incapazes de campanhas mais pesadas (as forças irregulares dos cossacos eram melhores). Pior ainda, os soldados russos estavam mal armados. Seus antiquados mosquetes de pederneira tinham um alcance de 200 metros, ao passo que os fuzis das tropas aliadas podiam disparar com eficiência até mil metros — razão pela qual as baixas russas foram muito maiores.

E o pior de tudo é que, mesmo quando a enormidade da tarefa era conhecida, o sistema russo *como um todo* era incapaz de mostrar-se à sua altura. A liderança no exército era inadequada, prejudicada pelas rivalidades pessoais, e incapaz de produzir uma estratégia geral coerente — e quanto a isso, apenas refletia a incompetência geral do governo do czar. Eram poucos os oficiais médios treinados e educados, numerosos no exército prussiano, e a iniciativa era desestimulada. Surpreendentemente, havia também muito poucos reservistas a serem convocados no caso de uma emergência nacional, já que a adoção de um sistema de serviço militar de pouca duração teria exigido o fim do regime de servidão.* Uma das conseqüências desse sistema era incluir no exército russo, com seu serviço militar prolongado, muitos soldados já velhos; outra, ainda mais fatal, era que cerca de 400 mil recrutas convocados às pressas no início da guerra estavam totalmente despreparados — pois havia insuficiência de oficiais para isso — e a retirada de tantos homens do mercado de trabalho servil prejudicou a economia russa.

Finalmente, havia as debilidades logísticas e econômicas. Como não havia ferrovias ao sul de Moscou (!), carroças de abastecimento, puxadas a cavalo, tinham de atravessar centenas de quilômetros de estepes, que se transformavam num mar de lama no degelo da primavera e nas chuvas outonais. Além disso, os cavalos precisavam de tanta forragem (que por sua vez tinha

*Argumentava-se que quem tivesse passado dois ou três anos no exército não mais podia ser servo, e que era mais seguro recrutar uma pequena proporção de homens, anualmente, como soldados para um serviço militar prolongado.

de ser transportada por outros cavalos de carga, e assim por diante), que um enorme esforço logístico produzia resultados desproporcionalmente pequenos: soldados e reforços aliados podiam ser mandados da França e Inglaterra, por mar, à Criméia em três semanas, ao passo que soldados russos de Moscou levavam, por vezes, três meses para chegar à frente de combate. Mais alarmante ainda foi o colapso dos estoques de equipamentos do exército russo. "No início da guerra, 1 milhão de armas de fogo tinham sido armazenadas; [ao final de 1855] restavam apenas 90 mil. Dos 1.656 canhões, apenas 253 estavam disponíveis... Estoques de pólvora e balas estavam ainda em piores condições."[68] Quanto mais tempo a guerra durava, maior se tornava a superioridade aliada, enquanto o bloqueio inglês impedia a importação de novas armas.

O bloqueio, porém, fez mais do que isso: cortou o fluxo de cereais e outras exportações da Rússia (exceto as que iam por terra para a Prússia) e tornou impossível ao governo custear a guerra a não ser tomando emprestado em grande escala. As despesas militares, que mesmo na paz consumiam quatro quintos da receita do estado, aumentaram de cerca de 220 milhões de rublos em 1853 para cerca de 500 milhões nos dois anos de guerra de 1854 e 1855. Para cobrir parte do alarmante déficit, o tesouro russo levantou empréstimos em Berlim e Amsterdam, mas com isso o valor internacional do rublo caiu muito. Para cobrir o restante, o governo recorreu à emissão de papel-moeda, o que levou a uma inflação de preços em grande escala, aumentando a insatisfação dos camponeses. As corajosas tentativas anteriores do ministério das finanças de criar um rublo baseado na prata e proibir todas as notas promissórias — que tinham sido a ruína da "solidez financeira" durante a Guerra Napoleônica e as campanhas contra a Pérsia, Turquia e rebeldes poloneses — foram completamente arruinadas pela Guerra da Criméia. Se persistisse em sua infrutífera luta, foi a advertência feita ao Conselho da Coroa a 15 de janeiro de 1856, o estado iria à falência.[69] As negociações com as grandes potências eram a única maneira de evitar a catástrofe.

Isso não significa que a Guerra da Criméia tenha sido fácil para os aliados. Também para eles a campanha criou tensões e produziu choques desagradáveis. A que menos sofreu, o que é interessante, foi a França, que pelo menos desta vez beneficiou-se do fato de ser uma potência híbrida — era menos atrasada industrial e economicamente do que a Rússia, e menos "desmilitarizada" do que a Grã-Bretanha. As forças armadas enviadas para leste sob o comando do general Saint-Arnaud estavam bem equipadas, bem treinadas, devido às suas operações norte-africanas, e tinham razoável experiência de campanhas no estrangeiro. Seus sistemas logístico, médio e de apoio eram os mais eficientes que uma administração de meados do século podia produzir, e os oficiais franceses mostravam um justificado espanto com seus colegas ingleses, com sua bagagem excessiva. A força expedicionária francesa foi, de longe, a maior, e a que maiores êxitos teve na guerra. Até certo ponto, portanto, a nação recuperou seu legado napoleônico nessa luta.

Nas fases finais da campanha, porém, a França estava começando a evidenciar sinais de cansaço. Embora fosse um país rico, seu governo tinha de competir, na busca de recursos, com construtores de ferrovias e outros que procuravam dinheiro no Crédit Mobilier e outros banqueiros. O ouro estava sendo escoado para a Criméia e Constantinopla, elevando os preços

internamente, e más colheitas não melhoraram a situação. Embora não se conhecesse o total das perdas na guerra (100 mil), o entusiasmo francês inicial pelo conflito desapareceu rapidamente. Motins populares contra a inflação fortaleceram o argumento, que se generalizou depois da notícia da queda de Sebastopol, de que a guerra estava sendo prolongada apenas pelas finalidades egoístas e ambiciosas dos ingleses.[70] Também naquela época Napoleão III estava ansioso para pôr fim à luta: a Rússia tinha sido castigada, o prestígio da França aumentou (e aumentaria ainda mais depois de uma grande conferência internacional de paz em Paris), e era importante não desviar a atenção das questões alemã e italiana, intensificando o conflito em torno do mar Negro. Mesmo sem poder redesenhar substancialmente o mapa da Europa em 1856, Napoleão podia sentir certamente que as perspectivas da França eram melhores do que em qualquer outro momento, desde Waterloo. Durante uma década, as fissuras posteriores à Guerra da Criméia ocorridas no velho Concerto da Europa permitiram que essa ilusão continuasse.

Os ingleses, em contraste, estavam longe de se sentirem satisfeitos com a Guerra da Criméia. Apesar de certos esforços de reforma, o exército ainda seguia o modelo wellingtoniano, e seu comandante, Raglan, tinha sido secretário militar de Wellington na Guerra Peninsular. A cavalaria era adequada — no que tange a cavalarias — mas com freqüência mal usada (não apenas em Balaclava) e dificilmente pôde ser empregada no sítio de Sebastopol. Embora os soldados fossem experientes e lutassem bem, a terrível falta de abrigos quentes nas chuvas e no inverno da Criméia, a incapacidade dos primitivos serviços médicos do exército em enfrentar surtos em grande escala de disenteria e cólera, e a escassez de transporte terrestre causaram perdas e reveses desnecessários, que irritaram a nação britânica. E o que era mais embaraçoso, já que, como os russos, o exército britânico adotava o serviço militar prolongado, útil principalmente para os trabalhos dos quartéis, não havia reservas treinadas a que recorrer, em época de guerra. Mas enquanto os russos podiam, pelo menos, recrutar pela força centenas de milhares de novos soldados, a Grã-Bretanha do *laissez-faire* não podia, deixando o governo na constrangedora posição de buscar mercenários estrangeiros com os quais suprir a falta de soldados na Criméia. Mas embora seu exército sempre fosse um auxiliar menor dos franceses, a marinha inglesa não teve uma real oportunidade de assegurar uma vitória nelsoniana contra um inimigo que prudentemente retirou sua esquadra para portos fortificados.[71]

A explosão do descontentamento público na Grã-Bretanha, em conseqüência das revelações feitas pelo *Times* de Londres, da incompetência militar e do sofrimento dos soldados doentes e feridos, só pode ser mencionada de passagem aqui: ela não só provocou uma mudança de ministério, como também um agitado debate sobre as dificuldades inerentes a "um Estado liberal em guerra".[72] Mais ainda, a questão revelou que os pontos aparentemente mais fortes da Grã-Bretanha — reduzida interferência governamental, pequeno exército imperial, grande dependência do poderio marítimo, ênfase nas liberdades individuais e na imprensa livre, nos poderes do Parlamento e de cada ministro — transformavam-se facilmente em pontos fracos quando o país era chamado a uma ampla operação militar em qualquer época, contra um inimigo importante.

A reação britânica a essa prova foi (mais ou menos como a reação norte-americana às guerras no século XX) destinar vastas somas às forças armadas, a fim de compensar negligências passadas; e, mais uma vez, os números puros sobre as despesas militares dos combatentes contribuem muito para explicar o resultado final do conflito (ver Quadro 11).

Quadro 11. Despesas militares das potências na Guerra da Criméia[73]
(milhões de libras)

	1852	*1853*	*1854*	*1855*	*1856*
Rússia	15,6	19,9	31,3	39,8	37,9
França	17,2	17,5	30,3	43,8	36,3
Grã-Bretanha	10,1	9,1	76,3	36,5	32,3
Turquia	2,8	?	?	3,0	?
Sardenha	1,4	1,4	1,4	2,2	2,5

Mesmo quando a Grã-Bretanha empenhou-se, não pôde criar rapidamente os instrumentos de poder adequados: os gastos militares podiam multiplicar-se, centenas de navios a vapor podiam ser encomendados, a força expedicionária podia ter um excedente de tendas e cobertores e munições em 1855, e um beligerante Palmerston podia afirmar a necessidade de vencer o Império Russo — ainda assim, o pequeno exército britânico pouco podia fazer se a França preferisse a paz e a Áustria permanecesse neutra — precisamente o que aconteceu nos meses que se seguiram à queda de Sebastopol. Somente se a nação e a economia política britânica se tornassem muito mais "militarizadas" poderia ela manter sozinha a guerra contra a Rússia, de uma maneira significativa. Os custos prováveis, porém, eram demasiado altos para uma liderança política já pressionada pelas dificuldades estratégicas, constitucionais e econômicas criadas pela campanha da Criméia.[74] Embora sentindo-se enganados por não terem uma vitória adequada, portanto, os ingleses estavam também dispostos a ceder. Tudo isso deixou muitos europeus (franceses e austríacos, bem como russos) desconfiados dos objetivos de Londres e de sua confiabilidade, bem como desgostou o público britânico ainda mais por estar envolvido em assuntos continentais. Enquanto a França de Napoleão passava ao centro do palco europeu em 1856, portanto, a Grã-Bretanha movia-se para o lado — uma tendência que o Motim Indiano (1857) e os movimentos internos de reforma só podiam intensificar.

Se a Guerra da Criméia chocou os ingleses, isso nada foi em comparação com o golpe que desfechou no poderio e na auto-estima russa — para não falarmos das perdas representadas pelas 480 mil mortes. "Não podemos enganar-nos mais", disse claramente o grão-duque Constantino Nicolaievitch, "...somos ao mesmo tempo mais fracos e mais pobres do que as potências de primeira classe e, além disso, mais pobres não só em recursos materiais, mas também em recursos mentais, em especial em questões de administração".[75] Essa consciência levou os reformadores, no Estado russo, a toda uma série de modificações radicais, mais notadamente a abolição do regime de servidão. Além disso, a construção de ferrovias e a industrialização receberam muito maior estímulo com Alexandre II do que com seu pai. A produção de carvão,

ferro e aço, as instalações em grande escala e empresas industriais muito maiores tornaram-se mais evidentes a partir da década de 1860, e as estatísticas apresentadas nas histórias econômicas da Rússia são bastante impressionantes, à primeira vista.[76]

Como sempre, porém, uma mudança de perspectiva afeta o julgamento. Poderia essa modernização acompanhar — para não falarmos em superar — os vastos aumentos anuais no número de camponeses pobres e sem instrução? Poderia ela corresponder aos aumentos explosivos na produção de ferro e aço e manufatura, que ocorreria nos West Midlands, no Ruhr, a Silésia e Pittsburgh nas duas décadas seguintes? Poderia, mesmo com a reorganização do exército, acompanhar a "revolução militar" que os prussianos iriam revelar logo ao mundo, e que daria ênfase, outra vez, aos elementos *qualitativos* sobre os *quantitativos* no poderio nacional? As respostas a todas essas perguntas decepcionariam um nacionalista russo, demasiado cônscio de que a posição de seu país na Europa tinha sido substancialmente reduzida, perdendo a posição de destaque ocupada em 1815 e 1848.

Os Estados Unidos e a Guerra Civil

Como dissemos antes, os observadores da política global, a partir de Tocqueville, achavam que o crescimento do Império Russo seguia paralelamente ao dos Estados Unidos. Na verdade, todos reconheciam a existência de diferenças fundamentais na cultura política e nas constituições desses dois estados, mas em termos de potências mundiais eles pareciam assemelhar-se muito em relação ao tamanho geográfico, às fronteiras "abertas" e sempre móveis, às populações em rápido crescimento, e aos recursos ainda quase inexplorados.[77] Embora grande parte disso seja verdade, o fato é que durante o século XIX houve importantes discrepâncias econômicas entre os Estados Unidos e a Rússia, que teriam um impacto crescente sobre o seu poderio nacional. A primeira delas referia-se à população total, embora a distância se encurtasse significativamente entre 1816 (Rússia, 51,2 milhões; Estados Unidos, 8,5 milhões) e 1860 (Rússia, 76 milhões; Estados Unidos, 31,4 milhões). Mais pertinente era o caráter dessa população: enquanto a russa era constituída principalmente de servos, com baixa renda e baixa produção, a americana, em suas fazendas ou nas cidades que cresciam rapidamente, em geral* desfrutavam de alto padrão de vida e de produto nacional, em relação a outros países. Já em 1800, os salários eram cerca de um terço mais altos do que os da Europa ocidental, e tal superioridade seria preservada, se não aumentada, durante todo o século. Apesar do vasto influxo de imigrantes europeus na década 1850, a disponibilidade de terras no oeste, juntamente com o constante crescimento industrial, fez com que a mão-de-obra se tornasse relativamente escassa e os salários fossem altos, o que por sua vez

*Exceto os escravos negros e os índios ainda relativamente numerosos.

levou os industriais a investir em máquinas que poupavam trabalho, estimulando ainda mais a produtividade nacional. O isolamento em que a jovem república se encontrava das lutas de poder européias, e o *cordon sanitaire* que a marinha inglesa (mais do que a Doutrina Monroe) impôs para separar o Velho Mundo do Novo, significaram que a única ameaça à prosperidade futura dos Estados Unidos só poderia vir da própria Grã-Bretanha. Mas apesar das amargas recordações de 1776 e 1812, e das disputas de fronteiras no noroeste,[78] uma guerra anglo-americana era improvável; o fluxo de capital e de manufaturas inglesas para os Estados Unidos, e o fluxo de retorno de matérias-primas americanas (algodão, em especial) ligavam as duas economias de maneira cada vez mais intensa, e estimulavam ainda mais o crescimento econômico americano. Em lugar de ter de desviar recursos financeiros para despesas de defesa, portanto, os Estados Unidos, estrategicamente seguros, podiam concentrar seus fundos (e os britânicos) no desenvolvimento de seu enorme potencial econômico. O conflito com os índios e a guerra de 1846 com o México não constituíram um peso substancial sobre esse investimento produtivo.

O resultado de tudo isso foi que, mesmo antes da deflagração da Guerra Civil em abril de 1861, os Estados Unidos se tinham tornado um gigante econômico, embora a distância da Europa, a concentração no desenvolvimento interno (e não no comércio exterior) e a natureza acidentada do interior do país ocultassem, em parte, esse fato. Embora sua parcela da produção mundial de manufaturas estivesse, em 1860, bem atrás da parcela britânica, já tinha superado a da Alemanha e da Rússia e estava na iminência de alcançar a França. Os Estados Unidos, com apenas 40% da população da Rússia em 1860, tinham uma população urbana duas vezes superior, produziam 830 mil toneladas de ferro, em comparação com as 350 mil da Rússia, tinham um consumo de energia produzida por modernas fontes de combustíveis 15 vezes maior, e uma quilometragem de estradas de ferro 30 vezes maior (e mesmo três vezes maior do que a da Grã-Bretanha). Em contraste, os Estados Unidos tinham um exército regular de apenas 26 mil homens, em comparação com a força gigantesca de 862 mil soldados da Rússia.[79] A disparidade entre os índices econômicos e militares dos dois Estados continentais talvez não tenha sido nunca maior do que nesse momento.

Dentro de mais um ano, é claro, a Guerra Civil começava a transformar o volume de recursos nacionais que os americanos dedicavam aos objetivos militares. As origens e causas desse conflito não devem ser examinadas aqui; mas como a liderança de ambos os lados estava disposta a lutar até o fim, e como ambos os lados podiam convocar centenas de milhares de homens, a guerra ameaçava ser prolongada. Essa possibilidade era ainda mais intensificada pelas grandes distâncias existentes, com a "frente" indo do litoral da Virgínia até o Mississippi, e ainda mais para oeste, até o Missouri e Arkansas — área em grande parte coberta de florestas, cadeias de montanhas e pântanos. Da mesma forma, o bloqueio naval do Norte aos portos inimigos impunha o patrulhamento de um litoral tão extenso quanto o que vai de Hamburgo a Gênova. Esmagar o Sul, em outras palavras, seria uma tarefa logística e militar extremamente difícil, em especial para um povo que mantinha as suas forças armadas num mínimo e não tinha experiência de uma guerra em grande escala.

Embora os quatro anos de conflito tivessem sido esgotantes e terrivelmente sangrentos — a União perdeu cerca de 360 mil homens e a Confederação, 258 mil* — catalisaram, porém, o latente poderio nacional dos Estados Unidos, transformando-os (pelo menos por algum tempo) na maior nação militar da terra, antes de sua desmobilização depois de 1865. Após um começo amadorístico, as forças armadas dos dois lados transformaram-se em maciços exércitos de soldados recrutados, empregando artilharia e armas pequenas modernas, desgastando-se na guerra de sítio do norte da Virgínia, ou sendo transportada em massa pelas ferrovias para os teatros de operação no oeste, comunicando-se pelo telégrafo com os quartéis-generais e valendo-se dos recursos da mobilização de uma economia de guerra; as campanhas navais, além disso, testemunharam o uso, pela primeira vez, dos encouraçados, das torres rotativas, dos primeiros torpedos e minas, e de rápidos barcos corsários a vapor. Como esse conflito — muito mais do que a luta na Criméia ou as guerras de unificação da Prússia — pode ser considerado como a primeira "guerra total" industrializada, precursora das guerras do século XX, vale a pena analisar a razão da vitória do Norte.

A primeira e mais óbvia delas — supondo-se igualdade de disposição de ambos os lados — foi a desproporção dos recursos e população. Pode ser verdade que o Sul tinha a vantagem da motivação de lutar pela sua própria existência e (em geral) em seu próprio solo; de poder convocar uma proporção mais alta de homens brancos que sabiam montar e manejar armas de fogo; de ter generais decididos e de boa qualidade e de, por muito tempo, poder importar munições e outros abastecimentos para compensar suas deficiências de material.[80] Nada disso, porém, podia contrabalançar plenamente o grande desequilíbrio numérico entre o Norte e o Sul. Enquanto o primeiro tinha uma população de aproximadamente 20 milhões de brancos, a Confederação contava apenas com 6 milhões. E o que é mais, o total da União era aumentado constantemente por imigrantes (mais de 800 mil chegaram entre 1861 e 1865) e pela decisão, tomada em 1862, de recrutar soldados negros — o que foi evitado pelo Sul, previsivelmente, até os últimos meses da guerra. Em torno de 2 milhões de homens serviram no exército da União, que atingiu sua força máxima de cerca de 1 milhão de soldados em 1864-1865, ao passo que apenas cerca de 900 mil homens lutaram no exército confederado, cuja força máxima não chegou a ultrapassar 464.500 homens, em qualquer momento — e desse ponto, alcançado em fins de 1863, ela declinou lentamente.

Mas havia na guerra, como sempre, mais do que apenas números. Até mesmo para formar um exército dessas proporções o Sul teve de correr o risco de retirar um número demasiado grande de braços da agricultura, das minas e fundições, debilitando com isso sua capacidade, já questionável, de suportar uma luta demorada. Desde o começo, na verdade, os confederados viram-se em desvantagem econômica. Em 1860 o Norte tinha 110 mil estabelecimentos industriais e o Sul, apenas 18 mil (e muitos dependiam do conhecimento

---

*Cerca de um terço em combate, o resto principalmente devido a doenças. O total de cerca de 620 mil foi superior às perdas americanas nas duas guerras mundiais e na guerra da Coréia em conjunto, e suportado por uma população muito menor.

técnico e dos trabalhadores especializados do Norte); a Confederação produziu apenas 36.700 toneladas de ferro-gusa, ao passo que o total da Pensilvânia sozinha foi de 580 mil toneladas. O estado de Nova York fabricou quase 400 milhões de dólares em mercadorias — bem mais de quatro vezes a produção de Virgínia, Alabama, Louisiana e Mississippi em conjunto. Essa espantosa disparidade da base econômica entre os beligerantes transformou-se aos poucos numa real supremacia militar.

Enquanto o Sul, por exemplo, podia fabricar poucos fuzis (principalmente com a maquinaria capturada em Harper's Ferry) e dependia muito de importações, o Norte ampliava maciçamente a sua fabricação e produziu quase 1,7 milhão de unidades. O sistema ferroviário do Norte (cerca de 33 mil quilômetros de extensão, estendendo-se do leste para sudoeste) pôde ser mantido, e até mesmo ampliado, durante a guerra; os apenas 14 mil quilômetros do Sul e um estoque inadequado de locomotivas e material rolante foram gradualmente desgastados. Da mesma forma, embora nenhum dos dois lados tivesse uma marinha ao início do conflito, o Sul sofria a desvantagem de não dispor de um parque industrial capaz de fabricar motores marítimos, ao passo que o Norte tinha várias dezenas desses estabelecimentos. Embora fosse necessário algum tempo para que a supremacia marítima da União se fizesse sentir — durante esse período os furadores do bloqueio levaram munições fabricadas na Europa para o exército confederado, e os barcos corsários sulistas impuseram pesadas perdas à marinha mercante do Norte — a rede fechou-se lenta e inexoravelmente em torno dos portos sulistas. Em dezembro de 1864, a marinha da União totalizava cerca de 671 navios de guerra, inclusive 236 navios a vapor construídos desde a deflagração das hostilidades. O poderio marítimo do Norte também foi vital para assegurar às suas forças armadas o controle dos grandes rios, em especial na região do Mississippi-Tennessee: foi o uso *combinado* do transporte ferroviário e aquático que ajudou as ofensivas da União no teatro de operações do oeste.

Finalmente, os confederados viram-se na impossibilidade de custear a guerra. Sua principal renda em tempos de paz vinha da exportação de algodão; quando esta parou e quando — para decepção do Sul — as potências européias não intervieram na luta, não havia como compensar essa perda. Havia poucos bancos no Sul, e pouco capital líquido; a tributação da terra e dos escravos pouca receita proporcionava quando a produtividade de ambos estava sendo duramente atingida pela guerra. Os empréstimos levantados no exterior pouco representaram, e não obstante, sem divisas estrangeiras ou sem mercadorias era difícil custear as importações vitais. O tesouro confederado voltou-se para as máquinas impressoras, o que talvez fosse inevitável, mas "o volume excessivo de papel-moeda, combinado com séria escassez de mercadorias, criaram a inflação galopante"[81] — que, por sua vez, desfechou um golpe severo na disposição popular de seguir lutando. Em contraste, o Norte sempre pôde levantar dinheiro suficiente, pela tributação e pelo empréstimo, para custear o conflito; e sua impressão das "verdinhas", ou papel-moeda, de certa maneira estimulou o maior crescimento industrial e econômico. De maneira impressionante, a produtividade da União voltou a crescer novamente durante a guerra, não só em munições, abertura de ferroviais e construção de navios encouraçados, mas também na agricultura.

Ao final da guerra, os soldados do Norte eram provavelmente melhor alimentados e abastecidos do que os de qualquer outro exército, em toda a história. Se houve uma abordagem particularmente americana do conflito militar — um "modo de guerra" americano, para usarmos a frase do professor Weigley[82] — ela deve ter sido forjada ali, na mobilização da União e no emprego de um potencial industrial-tecnológico para esmagar o inimigo.

Se o que dissemos acima parece uma explicação demasiado determinista para o resultado de um conflito que aparentemente oscilou durante quatro anos, então valerá a pena ressaltar o problema estratégico fundamental enfrentado pelo Sul. Tendo em vista o desequilíbrio de tamanho e população, não havia como ele pudesse vencer o Norte; o melhor que podia conseguir era desgastar os exércitos e a vontade inimigos, para que este abandonasse sua política de força e aceitasse as pretensões do Sul (à escravidão, ou à separação, ou a ambas). Essa estratégia teria sido muito ajudada se estados fronteiriços como Maryland e Kentucky tivessem apoiado unanimemente a Confederação, o que não aconteceu; e teria sido ajudada, e muitíssimo, se uma potência estrangeira, como a Grã-Bretanha, tivesse intervindo — admitir tal possibilidade, porém, era uma interpretação terrivelmente errônea das prioridades políticas britânicas em princípios da década de 1860.[83] Com a exclusão dessas duas possibilidades de fazer pender o equilíbrio militar *geral* em favor do Sul, restava aos confederados apenas a estratégia de resisitir às pressões da União e esperar que uma maioria dos nortistas se cansasse da guerra. Mas isso significava, inevitavelmente, um conflito prolongado — e quanto mais prolongado, mais a União podia mobilizar seus maiores recursos, intensificar sua produção de munições, fabricar centenas de navios de guerra e apertar inexoravelmente o Sul, com o bloqueio naval, com uma incessante pressão militar no norte da Virgínia, com uma campanha de longo alcance no oeste e pelas devastadoras incursões de Sherman em territórios inimigos. Com o desgaste da economia, do moral e das forças combatentes do Sul — em princípios de 1865 ele dispunha de apenas 155 mil homens na linha de frente — a rendição era a única opção realista que lhe restava.

As Guerras da Unificação Alemã

Embora a Guerra Civil Americana tenha sido estudada por vários observadores militares europeus,[84] suas características especiais (de distância, de áreas despovoadas, de ser um conflito civil) deram-lhe um aspecto menos pertinente para a evolução militar geral do que as lutas armadas que ocorreriam na Europa na década de 1860. Ali, a Guerra da Criméia não só tinha solapado a diplomacia antiquada do Concerto, como também tinha levado as potências "marginais" a se sentirem menos comprometidas com a intervenção no centro: a Rússia precisava de muitos anos para recuperar-se de sua humilhante derrota; e a Grã-Bretanha preferia concentrar-se em questões imperiais e internas. Isso levou, portanto, ao predomínio da França nas questões européias, embora esse predomínio fosse artificial, com se veria. A Prússia, tendo ocupado um lugar aparentemente inglório com Frederico Guilherme IV durante a Guerra da Criméia, estava agora agitada pelas

dissensões constitucionais entre seu sucessor, Guilherme I, e o parlamento prussiano, especialmente sobre a questão da reforma do exército. O Império Habsburgo, por sua vez, ainda estava às voltas com o problema correlato de preservar seus interesses italianos contra o Piemonte e seus interesses alemães contra a Prússia, ao mesmo tempo em que procurava conter os descontentes húngaros internamente.

A França, em contraste, parecia forte e confiante com Napoleão III. Bancos, ferrovias e desenvolvimento industrial tinham progredido desde princípios da década de 1850. Seu império colonial estendia-se pela África Ocidental, Indochina e o Pacífico. Sua esquadra expandiu-se tanto que por vezes (por exemplo, em 1859) provocou alarme do outro lado do canal da Mancha. Militar e diplomaticamente, ela parecia ser a terceira força decisiva em qualquer solução, fosse da questão alemã, ou da italiana — como se evidenciou amplamente em 1859 quando interveio rapidamente em favor do Piemonte, na curta guerra contra a Áustria.[85]

Por mais importantes, porém, que fossem as batalhas de Magenta e Solferino para forçar o Império Habsburgo a abrir mão do domínio da Lombardia, observadores atentos em 1859 teriam observado que foi a incompetência militar austríaca, e não o brilhantismo militar francês (e certamente não o brilhantismo militar piemontês!), que decidiu o resultado. O exército francês tinha a vantagem de dispor de muito mais fuzis do que a Áustria — sendo essa a causa das numerosas baixas que tanto irritaram o imperador Francisco José — mas as suas deficiências também foram notáveis: faltavam abastecimentos médicos e munições, os esquemas de mobilização eram desordenados e a liderança de Napoleão III não chegou a ser brilhante. Isso não teve tanta importância na época, já que o exército Habsburgo era mais fraco e o comando do general Gyulai ainda mais incerto.[86] A eficiência militar é, afinal de contas, *relativa* — como demonstrou mais tarde o fato de que as forças Habsburgo ainda pudessem enfrentar facilmente os italianos em terra (em Custozza, em 1866) e no mar (em Lissa), mesmo quando incapazes de se haver com a França, a Prússia ou a Rússia. Mas isso significava, por extensão, que a própria França não seria automaticamente superior num futuro conflito contra um inimigo *diferente*. O resultado de tal guerra dependeria dos variáveis níveis de liderança militar, sistemas de armamentos e base produtiva de que dispusesse cada lado.

Como foi precisamente na era das décadas de 1850 e 1860 que a explosão tecnológica provocada pela Revolução Industrial teve seu primeiro impacto real sobre a guerra, não é de surpreender que as forças armadas, em toda parte, estivessem agora enfrentando problemas operacionais sem precedentes. Qual seria a arma mais importante na batalha — a infantaria, com seus novos fuzis de carregamento pela culatra, ou a artilharia, com seus novos canhões móveis, de cano de aço? Qual seria o impacto das ferrovias e do telégrafo no comando de campo? Daria a nova tecnologia da guerra a vantagem ao exército atacante, ou ao defensor?[87] A resposta adequada a essas perguntas era, é claro, que tudo dependia das circunstâncias. Isto é, o resultado seria afetado não só pelas novas armas, mas também pelo terreno no qual fossem usadas, o moral e a competência tática das tropas, a eficácia dos sistemas de abastecimento, e todos os outros numerosos fatores que contribuem para a decisão da sorte das

batalhas. Como era impossível saber antecipadamente como tudo se desenrolaria, o principal fator era a existência de uma liderança político-militar capaz de combinar os vários elementos e um instrumento militar bastante flexível para responder às novas circunstâncias. E nesses aspectos vitais, nem o Império Habsburgo, e nem mesmo a França, seriam tão bem-sucedidos quanto a Prússia.

A "revolução militar" prussiana da década de 1860, que produziria dentro em pouco aquilo que Disraeli chamaria, em termos grandiloqüentes, de "a revolução alemã" nos assuntos europeus, baseava-se em vários elementos interligados. O primeiro deles era um sistema excepcional de prestação curta do serviço militar, imposta pelo novo rei Guilheme I e seu ministro da guerra, contra seus adversários liberais, e que determinava um período de três anos de serviço militar obrigatório no exército regular e, em seguida, outros quatro na reserva, antes que o soldado passasse para a Landwehr ou milícia — e isso significava que o exército prussiano totalmente mobilizado tinha sete recrutamentos anuais.* Como não era permitido enviar outra pessoa como substituto na prestação desse serviço, e a Landwehr podia assumir a maioria das obrigações das guarnições e a "área da retaguarda", esse sistema dava à Prússia um exército de linha de frente muito maior, em relação à sua população, do que o de qualquer outra grande potência. Isso dependia, por sua vez, de um nível relativamente alto de, pelo menos, uma educação primária entre o povo — um sistema de recrutamento assim, que podia ser rapidamente ampliado, na opinião da maioria dos especialistas dificilmente funcionaria numa nação de camponeses analfabetos — e dependia também de uma organização soberba, simplesmente para se ocupar de tão grande número de soldados. Afinal de contas, não haveria maior utilidade em recrutar uma força de meio milhão ou 1 milhão de homens, se não fosse possível treiná-la, alimentá-la, vesti-la e armá-la adequadamente e transportá-la para a zona de batalha decisiva. E seria um desperdício ainda maior de homens e recursos se o comandante do exército não pudesse comunicar-se com as massas em jogo, e controlá-las.

O órgão que deveria controlar essa força era o Estado-Maior Geral, que saiu da obscuridade de princípios da década de 1860 para ser o "cérebro do exército" sob o gênio de Moltke, o velho. Até então, a maioria dos exércitos em tempos de paz consistia de unidades de combate, apoiadas pela intendência, pessoal, engenharia e outros ramos; os comandos militares só eram reunidos quando se iniciava uma campanha e era necessário estabelecer um comando geral. No caso prussiano, porém, Moltke recrutou os melhores alunos da Academia de Guerra e ensinou-lhes a planejar e preparar-se para possíveis conflitos futuros. Era preciso fazer planos de operação, e revê-los com freqüência, muito antes da deflagração das hostilidades; jogos de guerra e manobras eram cuidadosamente estudados, bem como as campanhas e operações históricas realizadas pelas outras potências. Foi criado um departamento especial para supervisionar o sistema ferroviário prussiano e assegurar que tropas e abastecimentos podiam ser levados rapidamente aos

*E, excepcionalmente, também o primeiro recrutamento anual da Landwehr.

seus destinos. Acima de tudo, o sistema de estado-maior de Moltke procurou inculcar no quadro de oficiais a prática operacional de tratar com grandes contingentes humanos (corpos de exército, ou exércitos completos) que se movimentavam e lutavam independentemente, mas sempre prontos a convergir para o local da batalha decisiva. Na impossibilidade de manter comunicações com o quartel general de Moltke na retaguarda, os generais da frente podiam usar sua iniciativa e agir, de acordo com algumas regras básicas.

Isso era, decerto, um modelo idealizado. O exército prussiano não era perfeito e sofreria de muitos problemas de crescimento nas batalhas reais, mesmo depois das reformas de princípios em meados da década de 1860. Muitos dos comandantes deixaram de lado as recomendações de Moltke e avançaram às cegas em ataques prematuros ou na direção errada — a campanha austríaca de 1866 foi cheia desse erros.[88] Também em nível tático, o ataque frontal (e pesadas perdas) dos guardas prussianos em Gravelotte-St. Privatem 1870 demonstrou uma estupidez crassa. O sistema de abastecimento ferroviário, em si mesmo, não garantia o sucesso: muitas vezes ele apenas acumulou um vasto estoque na fronteira, enquanto os exércitos que precisavam desses estoques se tinham afastado de quaisquer linhas próximas. Nem se poderia dizer que o planejamento científico prussiano assegurou que suas forças sempre tivessem as melhores armas: a artilharia austríaca era claramente superior em 1866, e o fuzil francês Chassepot de culatra móvel era muito melhor em 1870.

O essencial, em relação ao sistema prussiano, não era estar livre de erros, mas sim que o estado-maior estudava cuidadosamente seus erros e reajustava o treinamento, organização e armas, de acordo com esse estudo. Quando a debilidade de sua artilharia foi evidenciada em 1866, o exército prussiano voltou-se rapidamente para o novo Krupp de carregamento pela culatra, que seria tão marcante em 1870. Quando ocorreram atrasos no esquema do abastecimento ferroviário, foi estabelecida uma nova organização para melhorá-lo. Finalmente, a ênfase de Moltke no emprego de vários exércitos completos que podiam operar independentemente, e não obstante ir em ajuda de outro, significou que mesmo que um deles sofresse pesadas perdas — como aconteceu realmente tanto na guerra austro-prussiana como na franco-prussiana — a campanha geral não era comprometida.[89]

Foi portanto uma combinação de fatores que deu aos prussianos a rápida vitória sobre os austríacos, no verão de 1866, prevista por poucos observadores. Embora Hanôver, Saxônia e outros estados germânicos do norte se juntassem aos Habsburgos, a diplomacia de Bismarck tinha feito com que nenhuma das grandes potências interviesse nas fases iniciais da luta; e isso, por sua vez, deu a Moltke a oportunidade de enviar três exércitos por diferentes rotas montanhesas para convergir sobre a planície boêmia e atacar os austríacos em Sadowa (Koeniggratz). Em retrospecto, o resultado parece muito previsível. Mais de um quarto das forças Habsburgo tinham de ficar na Itália (onde foram vitoriosas); e o sistema de recrutamento prussiano significava que apesar de ser a população da Prússia de menos da metade de seus vários inimigos, Moltke podia dispor de quase o mesmo número de soldados na linha de frente. O exército Habsburgo tinha poucas verbas, não dispunha de um sistema de estado-maior, e era mal comandado por Benedek; e por mais bravamente que

as unidades individuais tenham lutado, foram dizimadas em choques abertos pelos fuzis prussianos, muito superiores. Em outubro de 1886 os Habsburgos tinham sido forçados a ceder Venécia e a desistir de qualquer participação nos assuntos da Alemanha — que já então estava a caminho de ser reorganizada na Federação Norte-Germânica de Bismarck.[90]

A "luta pelo predomínio na Alemanha" estava quase concluída, mas o choque sobre quem teria a supremacia na Europa ocidental, Prússia ou uma França cada vez mais nervosa e desconfiada, intensificara-se, e em fins da década de 1860 os dois lados calculavam suas possibilidades. Ostensivamente, a França ainda parecia mais forte. Sua população era muito maior que a da Prússia (embora o número total de língua alemã na Europa fosse maior). O exército francês tinha obtido experiência na Criméia, Itália e no além-mar. Dispunha do melhor fuzil do mundo, o Chassepot, de muito maior alcance do que o fuzil prussiano de retrocarga pelo ferrolho; e tinha uma nova arma secreta, a *mitrailleuse,* uma metralhadora que podia disparar 150 tiros por minuto. Sua marinha era muito superior, e esperava ajuda da Austro-Hungria e Itália. Quando chegou o momento, em julho de 1870, de castigar os prussianos pela sua ousadia (isto é, a dúbia diplomacia de Bismarck sobre o futuro de Luxemburgo e sobre um possível candidato Hohenzollern ao trono espanhol), poucos franceses tinham dúvidas do resultado.

A magnitude e a rapidez do colapso francês — a 4 de setembro seu castigado exército se tinha rendido em Sedan, Napoleão III era prisioneiro, e o regime imperial tinha sido derrubado em Paris — constituiu um golpe devastador para tais suposições róseas. Na realidade, nem a Áustria-Hungria, nem a Itália, foram em socorro da França, e o poder marítimo francês foi totalmente ineficiente. Tudo dependeu, portanto, dos exércitos rivais, e quanto a isso os prussianos mostraram-se indiscutivelmente superiores. Embora os dois lados usassem as suas redes ferroviárias para enviar grandes forças à fronteira, a mobilização francesa foi muito menos eficiente. Os reservistas convocados tinham de alcançar seus regimentos, que já tinham partido para a frente. As baterias de artilharia foram espalhadas por toda a França, e não podiam ser concentradas com facilidade. Em contraste, dentro de 15 dias da declaração de guerra, três exércitos alemães (ou bem mais de 300 mil homens) avançavam sobre o Sarre e a Alsácia. A vantagem do fuzil Chassepot foi, com demasiada freqüência, neutralizada pela tática prussiana de fazer avançar a sua artilharia móvel e de tiro rápido. A *mitrailleuse* foi mantida na retaguarda, e nunca teve um emprego eficiente. A letargia do marechal Bazaine e sua inépcia foram indescritíveis, e o próprio Napoleão foi pouco melhor. Em contraste, embora unidades individuais prussianas cometessem erros e sofressem pesadas perdas, na "névoa da guerra", a supervisão distante que Moltke exercia sobre os vários exércitos e sua disposição de reorganizar os planos para explorar circunstâncias imprevistas mantiveram o impulso de invasão, até o colapso francês. Embora as forças republicanas sustentassem a resistência por mais alguns meses, a pressão germânica em torno de Paris e sobre o nordeste da França intensificou-se inexoravelmente: os infrutíferos contra-ataques do exército do Loire e as irritações provocadas pelos franco-atiradores não podiam esconder o fato de que a França havia sido esmagada como grande potência independente.[91]

A vitória da Prússia-Alemanha foi, claramente, uma vitória de seu sistema militar. Mas como Michael Howard observa bem, "o sistema militar de uma nação não é uma parte independente do sistema social, mas um aspecto deste, em sua totalidade".[92] Atrás dos avassaladores avanços da colunas alemãs e a orquestração controlada do estado-maior, estava uma nação muito melhor equipada e preparada para as condições da guerra moderna do que qualquer outra na Europa. Em 1870 os Estados germânicos combinados já tinham uma população maior do que a da França, e só a desunião disfarçava esse fato. A Alemanha tinha maior quilometragem de linhas ferroviárias, com melhor disposição para fins militares. Seu produto nacional bruto e sua produção de ferro e aço estavam então alcançando os franceses. Sua produção de carvão era duas vezes e meia maior, e seu consumo de fontes modernas de energia era 50% maior. A Revolução Industrial na Alemanha estava criando um número maior de empresas de grande porte, como o conglomerado Krupp de aço e armamentos, que davam ao estado prussiano-alemão sua força tanto militar como industrial. O sistema de serviço militar por curto tempo era ofensivo aos liberais, tanto dentro como fora do país — e as críticas ao "militarismo prussiano" generalizaram-se naqueles anos — mas mobilizava o potencial humano da nação para finalidades bélicas com muito mais eficiência do que no Ocidente do *laissez-faire*, ou no Oriente atrasado e agrário. E atrás de tudo isso estava um povo com um nível muito mais alto de educação primária e técnica, uma estrutura universitária e científica sem rival, e laboratórios químicos e institutos de pesquisa sem iguais.[93]

A Europa, para repetirmos uma frase da época, tinha perdido uma amante e conseguido um senhor. Sob a direção surpreendentemente competente de Bismarck, o sistema de grandes potências iria ser dominado pela Alemanha por duas décadas, depois de 1870; todos os caminhos, observavam os diplomatas, levavam agora a Berlim. Mas como a maioria das pessoas podiam ver, não eram apenas a inteligência e a impiedade do chanceler imperial que tornavam a Alemanha a potência mais importante do continente europeu. Eram também a indústria e tecnologia alemãs, que floresceram ainda mais rapidamente, depois de realizada a unificação nacional; eram a ciência, a educação e a administração local; e era o impressionante exército prussiano. O fato de ter o Segundo Reich Alemão sérias falhas internas, que irritavam constantemente Bismarck, quase não era notado pelos observadores externos. Todas as nações européias, mesmo até certo ponto a Grã-Bretanha isolacionista, sentiram-se afetadas por esse novo colosso. Os russos, embora tivessem permanecido benevolamente neutros durante a guerra de 1870-1871, aproveitando a vantagem da crise na Europa ocidental para melhorar sua posição no mar Negro,[94] ressentiram-se do fato de o centro de gravidade europeu estar agora localizado em Berlim, e preocupavam-se secretamente com o que a Alemanha poderia fazer, em seguida. Os italianos, que tinham ocupado Roma em 1870 enquanto os franceses (os protetores do papa) estavam sendo esmagados na Lorena, gravitavam em tornou de Berlim. O mesmo fazia o Império Austro-Húngaro (como se tornou conhecido depois do acordo de Viena de 1867 com os húngaros), que esperava encontrar nos Bálcãs compensações pela perda de posições na Alemanha e Itália — mas tinha perfeita consciência de que essa ambição poderia provocar uma reação russa. Finalmente, os chocados e

amargos franceses acharam necessário reexaminar e reformar vastas áreas do governo e sociedade (educação, ciência, ferrovias, forças armadas, economia) numa tentativa infrutífera de recuperar a paridade com seu poderoso vizinho do outro lado do Reno.[95] Na época, e ainda mais em retrospecto, o ano de 1870 foi visto como um marco decisivo na história européia.

Por outro lado, talvez porque a maioria dos países sentisse a necessidade de uma pausa para respirar, depois das turbulências da década de 1860, e porque os estadistas operavam cautelosamente sob a nova ordem, a história *diplomática* das grandes potências na década que se seguiu a 1871 foi de busca da estabilidade. Preocupados respectivamente com a reconstrução posterior à Guerra Civil e com as seqüelas da Revolução Meiji, nem Estados Unidos, nem Japão, eram parte do "sistema", mais eurocêntrico do que antes. Embora existisse agora uma versão revista da "pentarquia européia", o equilíbrio era muito diferente em relação ao que predominou depois de 1815. A Prússia-Alemanha, sob a direção de Bismarck, era agora o mais poderoso e influente Estado europeu, em lugar de uma Prússia que sempre fora o mais fraco. Havia também outra potência nova, a Itália unida, mas sua desesperada situação de atraso econômico (especialmente a falta de carvão) significava que ela jamais seria aceita com todas as regalias na liga das grandes potências, embora fosse obviamente mais importante na diplomacia européia do que países como a Espanha ou a Suécia.[96] O que ela fez, em razão de suas pretensões no Mediterrâneo e na África do norte, foi passar a uma condição de crescente rivalidade com a França, distraindo as atenções desta e constituindo-se num futuro aliado útil da Alemanha. Em segundo lugar, devido ao seu legado de guerras de libertação contra Viena e suas ambições nos Bálcãs ocidentais, a Itália também desconcertava a Áustria-Hungria (pelo menos, até que Bismarck tivesse solucionado essa tensões na "Tríplice Aliança" austro-germano-italiana de 1882). Isso significava que nem a Áustria-Hungria, nem a França, as duas principais "vítimas" da ascensão alemã, podiam concentrar suas energias plenamente sobre Berlim , já que ambas possuíam agora uma Itália vigorosa (mas não muito) na retaguarda. E embora esse fato simplesmente aumentasse as razões austríacas para uma reconciliação com a Alemanha, e em conseqüência para tornar-se um quase-satélite desta, também significava que mesmo o maior grau de força nacional e a validade da França como aliada[97] estavam comprometidos em qualquer futura luta contra Berlim, pela existência de uma Itália hostil e imprevisível ao sul.

Com a França isolada, a Áustria-Hungria atemorizada, e os "estados tampões" intermediários do sul da Alemanha e Itália agora fundidos em suas unidades nacionais maiores,[98] os únicos obstáculos substanciais ao engrandecimento da Alemanha pareciam estar nas potências "marginais" da Rússia e Grã-Bretanha. Para os governos britânicos, oscilando entre uma preferência gladstoniana pelas reformas internas (1868-1874) e uma ênfase disraeliana nos destinos "imperial" e "asiático" (1874-1880), essa questão do equilíbrio europeu quase nunca parecia ser premente. Não era esse, provavelmente, o caso da Rússia, onde o chanceler Gorchakov e outros se ressentiam da transformação do seu estado cliente prussiano numa poderosa Alemanha. Esses sentimentos, porém, misturavam-se com as estreitas simpatias dinásticas e ideológicas que havia entre as cortes de São Petersburgo e

Potsdam, depois de 1871, com a necessidade ainda premente que tinha a Rússia de recuperar-se dos desastres da Guerra da Criméia, com as esperanças de conseguir apoio de Berlim para os interesses russos nos Bálcãs, e com a renovação do interesse pela Ásia central. No todo, porém, a possibilidade de interferência das potências marginais nos assuntos da Europa ocidental e central dependeria muito do que a Alemanha fizesse. Não havia, certamente, necessidade de envolvimento, se fosse possível acreditar que o segundo Reich Alemão era agora uma potência saciada.[99]

O próprio Bismarck estava mais do que disposto a assegurar isso, depois de 1871, pois não tinha desejo de criar um estado *gross-deutscher* (alemão maior) que incluísse milhões de austríacos católicos, destruísse o Império Austro-Húngaro e deixasse a Alemanha isolada entre uma França vingativa e uma Rússia desconfiada.[100] Parecia-lhe, portanto, muito mais seguro concordar com a criação da Liga dos Três Imperadores (1873), uma semi-aliança que ressaltava a solidariedade ideológica das monarquias do leste (contra a França "republicana") e cimentando ao mesmo tempo alguns dos choques de interesses austro-russos nos Bálcãs. E quando, durante a crise da "guerra-à-vista" de 1875, surgiram indicações de que o governo alemão poderia estar pensando numa guerra preventiva contra a França, as advertências de Londres e (especialmente) de São Petersburgo convenceram Bismarck de que haveria forte oposição a quaisquer novas alterações no equilíbrio europeu.[101] Por motivos políticos internos, bem como razões diplomáticas externas, portanto, a Alemanha permaneceu dentro dos limites estabelecidos em 1871 — uma "potência semi-hegemônica", como alguns historiadores a denominaram — até que seu crescimento militar-industrial e as ambições políticas de uma liderança pós-bismarckiana voltassem a colocá-la, mais uma vez, em condições de questionar a ordem territorial existente.[102]

Acompanhar essa transformação, porém, seria adiantar-nos ao próximo capítulo. No período da década de 1870 e até a década na 1880, a diplomacia de Bismarck assegurou a preservação do *status quo* que ele agora considerava essencial aos interesses germânicos. O chanceler teve, nisso, a ajuda parcial da eclosão de uma crise aguda da velha "questão oriental", quando o massacre dos cristãos búlgaros pela Turquia e a reação militar russa transferiram toda a atenção do Reno para Constantinopla e o mar Negro.[103] É certo que a deflagração de hostilidades no baixo Danúbio ou nos Dardanelos poderia ser perigosa até mesmo para a Alemanha, se fosse permitida a escalada da crise numa guerra das grandes potências, como parecia perfeitamente possível em princípios de 1878. Mas a habilidade diplomática de Bismarck, agindo como um "intermediário honesto" para levar todas as potências a um acordo de concessões no Congresso de Berlim, fortaleceu as pressões em favor de uma solução pacífica da crise e enfatizou, mais uma vez, a posição central — e estabilizadora — que a Alemanha agora ocupava nas questões européias.

Mas a grande crise oriental de 1876-1878 também muito fez pela posição *relativa* da Alemanha. Embora a pequena esquadra russa no mar Negro tivesse brilhante desempenho contra os turcos, a campanha do exército russo em 1877 revelou que suas reformas, depois da Guerra da Criméia, não tinham realmente produzido efeitos. Embora a bravura e o peso dos números produzissem uma ocasional vitória russa sobre os turcos, tanto na Bulgária como no

Cáucaso, eram demasiado numerosos os exemplos de "reconhecimento extremamente inadequado das posições inimigas, falta de coordenação entre as unidades e confusão no alto comando".[104] E a ameaça de intervenção inglesa e austríaca em favor da Turquia obrigaram o governo russo, mais uma vez consciente da possibilidade de uma bancarrota, a concordar em reduzir suas exigências, em fins de 1877. Se os pan-eslavos da Rússia mais tarde responsabilizariam Bismarck por supervisionar a Conferência de Berlim, que formalizou tais concessões humilhantes, o fato é que muitos da elite de São Petersburgo tinham, mais do que nunca, consciência da necessidade de manter boas relações com Berlim — e até mesmo restabelecer, numa versão revista, outro entendimento dos Três Imperadores em 1881. Da mesma forma, embora Viena tivesse ameaçado romper com os controles de Bismarck no auge da crise em 1879, a aliança secreta austro-germânica do ano seguinte a atou novamente à influência alemã, como fez mais tarde a aliança entre Berlim, Viena e a Itália, em 1882. Todos esses acordos, porém, tiveram o efeito de afastar os signatários da França e colocá-los num certo grau de dependência da Alemanha.[105]

Finalmente, os acontecimentos de fins da década de 1870 reenfatizaram a antiga rivalidade anglo-russa no Oriente Próximo e na Ásia, fazendo com que ambas se voltassem para Berlim em busca de uma neutralidade benévola, afastando com isso a atenção pública, ainda mais, da Alsácia-Lorena e da Europa central. Essa tendência iria tornar-se ainda mais forte na década de 1880, quando toda uma série de acontecimentos — a aquisição de Túnis pela França (1881), a intervenção britânica no Egito (1882), a corrida geral pela África tropical (a partir de 1884) e a renovada ameaça de uma guerra anglo-russa pelo Afeganistão (1885) — marcaram o início da era do "Novo Imperialismo".[106] Embora os efeitos a longo prazo desse renovado surto do colonialismo ocidental fossem alterar profundamente a posição de muitas grandes potências, a conseqüência a curto prazo foi ressaltar a influência diplomática da Alemanha dentro da Europa e, com isso, ajudar os esforços de Bismarck na preservação do *status quo*. Se o sistema particularmente tortuoso de tratados e contra-tratados por ele imaginado na década de 1880 não foi capaz de produzir uma estabilidade duradoura, ainda assim parecia assegurar que a paz predominaria entre as potências européias pelo menos no futuro próximo.

Conclusões

Com a importante exceção da Guerra Civil Americana, o período de 1815-1885 não testemunhou lutas militares prolongadas e mutuamente exaustivas. As campanhas menores da época, como o choque franco-austríaco de 1859, ou o ataque russo à Turquia em 1877, pouco afetaram o sistema de grandes potências. Até mesmo as guerras mais importantes foram limitadas em aspectos significativos: a Guerra da Criméia foi principalmente regional e terminou antes que a Grã-Bretanha tivesse reunido plenamente seus recursos; e as guerras austro-prussiana e franco-prussiana terminaram com uma campanha que durou apenas uma estação — contraste notável com os

conflitos muito mais demorados do século XVIII. Não é de surpreender, portanto, que a visão que os líderes militares e os entendidos em estratégia alimentaram, sobre as lutas de grandes potências no futuro, fosse de vitórias rápidas e claras, como a prussiana de 1870 — de esquemas ferroviários e de mobilização, de planos do estado-maior para uma ofensiva relâmpago, de canhões de tiro rápido e exércitos maciços cujos soldados serviam por breves períodos, condições essas que em conjunto esmagariam o inimigo em questão de semanas. O fato de que as novas armas de tiro rápido, se adequadamente usadas, beneficiariam mais a guerra defensiva do que a ofensiva, não foi compreendido na época; nem, infelizmente, foram percebidos os indícios evidenciados na Guerra Civil Americana, onde a combinação de princípios populares irreconciliáveis e a amplitude territorial tinham promovido uma luta muito mais prolongada e mortal do que qualquer conflito europeu, breve e intenso, desse período.

Não obstante, todas essas guerras — quer travadas no vale do Tennessee ou na planície boêmia, na península da Criméia ou nos campos da Lorena — levavam a uma conclusão geral: as potências derrotadas eram as que tinham deixado de adotar a "revolução militar" de meados do século XIX, de adquirir as novas armas, de mobilizar e equipar grandes exércitos, de usar as melhores comunicações proporcionadas pelas ferrovias, o navio a vapor e o telégrafo, e não dispunham de uma base industrial produtiva para manter as forças armadas. Em todos esses conflitos, graves erros seriam cometidos nos campos de batalha pelos generais e exércitos do lado vitorioso, ocasionalmente — mas nunca eliminariam as vantagens que esse beligerante dispunha em termos de efetivos treinados, abastecimento, organização e base econômica.

Isso nos leva a uma série final, e mais geral, de observações sobre o período posterior a cerca de 1860. Como dissemos no início deste capítulo, o meio século que se seguiu à batalha de Waterloo caracterizou-se por um firme crescimento de uma economia internacional, pelos aumentos produtivos em grande escala provocados pelo desenvolvimento industrial e modificações técnicas, pela relativa estabilidade do sistema de grandes potências e a ocorrência de guerras apenas localizadas e de curta duração. Além disso, embora houvesse alguma modernização dos armamentos militares e navais, o progresso dentro das forças armadas foi muito menor do que nas esferas civis, sujeitas tanto à Revolução Industrial como a uma transformação político-constitucional. O principal beneficiário desse meio século de modificações foi a Grã-Bretanha; em termos de capacidade produtiva e de influência mundial, ela provavelmente atingiu o auge em fins da década de 1860 (mesmo que as políticas do primeiro ministério Gladstone tendessem a ocultar esse fato). Os principais perdedores tinham sido as sociedades camponesas não industrializadas do mundo não-europeu, incapazes de resistir às manufaturas industriais e às incursões militares do Ocidente. Pela mesma razão fundamental, as menos industrializadas das grandes potências européias — Rússia, o Império Habsburgo — começaram a perder o lugar que ocupavam, e uma nação recém-unificada, a Itália, não chegou nunca, realmente, à primeira fila.

A partir da década de 1860, além do mais, essas tendências se intensificariam. O volume de comércio mundial e, o que é mais importante ainda, o crescimento da produção manufatureira aumentaram rapidamente. A

industrialização, antes limitada à Grã-Bretanha e partes da Europa continental e América do Norte, começava a transformar outras regiões. Estava, em particular, fortalecendo as posições da Alemanha que em 1870 já tinha 13% da produção *industrial* do mundo, e dos Estados Unidos, que já então tinham 23% do total.[107] Assim, as principais características do sistema internacional que surgiria em fins do século XIX já eram perceptíveis, mesmo que poucos observadores pudessem vê-las claramente. De um lado, a pentarquia relativamente estável do sistema de Concerto, depois de 1815, se dissolvia, não só por estarem seus membros mais dispostos a lutar uns contra os outros na década de 1860 do que algumas décadas antes, mas também porque alguns desses Estados eram duas ou três vezes mais poderosos do que outros. Além disso, o monopólio da moderna produção industrial pela Europa estava começando a ser rompido, do outro lado do Atlântico. A máquina a vapor, as ferrovias, a eletricidade e outros instrumentos de modernização podiam beneficiar qualquer sociedade que tivesse a disposição e a liberdade para adotá-los.

A ausência de grandes conflitos no período posterior a 1871, durante o qual Bismarck dominou a diplomacia européia, pode ter sugerido que surgira um novo equilíbrio, depois das fissuras da década de 1850 e de 1860. Não obstante, longe do mundo dos exércitos, marinhas e ministérios do exterior, acontecimentos industriais e tecnológicos de grande alcance se processavam, mudando o equilíbrio global ainda mais rapidamente do que antes. E não levaria muito tempo para que essas modificações da base industrial/produtiva tivessem seu impacto sobre a capacidade militar e a política externa das grandes potências.

5

O Advento de um Mundo Bipolar e a Crise das "Potências Médias": Primeira Parte, 1885-1918

No inverno de 1884-1885, as grandes potências do mundo, junto com alguns estados menores, reuniram-se em Berlim numa tentativa de chegar a um acordo sobre comércio, navegação e limites na África Ocidental e no Congo, quanto aos princípios de ocupação efetiva da África, mais geralmente.[1] Sob muitos aspectos a Conferência de Berlim sobre a África Ocidental pode ser considerada, simbolicamente, como o zênite do período de predomínio da Velha Europa nos assuntos globais. O Japão não participava da conferência; embora em rápido processo de modernização, era ainda considerado pelo Ocidente como um estado exótico e atrasado. Os Estados Unidos, em contraste, estavam na Conferência de Berlim, já que as questões de comércio e navegação ali discutidas eram consideradas por Washington como relevantes para os interesses americanos no exterior.[2] Mas sob a maioria dos outros aspectos os Estados Unidos continuavam fora do cenário internacional, e só em 1892 as grandes potências européias elevaram a graduação de seus representantes diplomáticos em Washington, de ministros para embaixadores — a marca de uma nação da primeira divisão. Também a Rússia estava presente à conferência, mas embora seus interesses na Ásia fossem consideráveis, pouca coisa digna de nota poderia ter na África. Ela estava, na verdade, na segunda lista de estados a serem convidados para a conferência,[3] e não teve outro papel além de apoiar, em geral, a França contra a Inglaterra. O centro da questão foi, portanto, a relação triangular entre Londres, Paris e Berlim, com Bismarck na importantíssima posição intermediária. O destino do planeta ainda parecia depender daquilo de que tinha dependido, aparentemente, no século anterior: das chancelarias da Europa. Na verdade, se a conferência estivesse decidindo o futuro do Império Otomano, em lugar da bacia do

Congo, então países como Áustria-Hungria e Rússia teriam desempenhado maior papel. Ainda assim, não negaria o que foi reconhecido na época como verdade incontroversa: a Europa era o centro do mundo. Foi nesse mesmo período que o general russo Dragimirov disse que "os assuntos do Extremo Oriente são decididos na Europa."[4]

Dentro de mais três décadas — prazo realmente curto nos parâmetros do sistema de grandes potências — o mesmo continente da Europa se estaria dilacerando e vários de seus membros se aproximavam do colapso. Mais outras três décadas, e o fim teria sido completado: grande parte do continente estaria economicamente devastado, parte dele em ruínas, e seu futuro, nas mãos dos responsáveis pelas decisões em Washington e Moscou.

Embora seja óbvio que ninguém em 1885 poderia prever com exatidão a ruína e a desolação que predominariam na Europa 60 anos depois, ainda assim muitos observadores argutos, em fins do século XIX, sentiram a direção para a qual a dinâmica do poder mundial pendia. Intelectuais e jornalistas, em particular, mas também políticos ocupados com o cotidiano, falaram e escreveram em termos de um vulgar mundo darwinista de luta, de sucesso e fracasso, de crescimento e declínio. E o que era mais, já se percebia que a ordem mundial do futuro teria uma determinada forma, pelo menos em 1895 ou 1900.[5]

O aspecto mais perceptível desses prognósticos foi a retomada da idéia de Tocqueville, de que os Estados Unidos e a Rússia seriam as duas grandes potências mundiais do futuro. Não é de surpreender, portanto, que essa opinião tivesse perdido terreno na época do desastre da Rússia na Criméia e de seu medíocre desempenho na guerra de 1877 contra a Turquia, e durante a Guerra Civil Americana e, em seguida, nas décadas de reconstrução e avanço para o oeste. Em fins do século XIX, porém, o crescimento industrial e agrícola dos Estados Unidos, e a expansão militar da Rússia na Ásia estavam levando vários observadores europeus a se preocuparem com uma ordem mundial do século XX que seria, como então se dizia, dominada pelo cnute russo e pela bolsa de dinheiro americana.[6] Talvez porque as idéias comerciais não-mercantilistas estivessem predominando novamente sobre as de um sistema global de livre comércio, pacífico, cobdenita,* houvesse uma tendência muito maior do que antes para se argumentar que a modificação do poder econômico levaria também a modificações políticas e territoriais. Até mesmo o primeiro ministro britânico lorde Salisbury, habitualmente tão cauteloso, admitiu em 1898 que o mundo estava dividido em potências "vivas" e "agonizantes".[7] A recente derrota chinesa em sua guerra de 1894-1895 com o Japão, a humilhação da Espanha pelos Estados Unidos no breve conflito de 1898, e o recuo francês frente à Grã-Bretanha no incidente de Fashoda, no Alto Nilo (1898-1899), foram todos interpretados como provas de que "a sobrevivência do mais capaz" ditava a sorte das nações como das espécies animais. As lutas das grandes potências já não eram apenas questões européias — como tinham sido em 1830, ou mesmo em 1860 — mas sobre mercados e territórios que se estendiam por todo o globo.

---

*De Richard Cobden (1804-1865), economista e político britânico, fervoroso partidário do livre comércio, da não-intervenção do estado na economia. (N. do T.)

Mas se os Estados Unidos e a Rússia pareciam destinados, por seu tamanho e população, a fazer parte das futuras grandes potências, quem os acompanharia? A "teoria dos Três Impérios Mundiais" — isto é, a crença popular de que apenas os três (ou, segundo certas avaliações, quatro) maiores e poderosos estados-nações continuariam independentes — fascinou muitos estadistas imperiais.[8] "Parece-me", declarou o ministro britânico das colônias, Joseph Chamberlain, a um público de 1897, "que a tendência da época é colocar todo o poder nas mãos dos impérios maiores, e os reinos menores — os que não são progressistas — parecem ficar num lugar secundário e subordinado..."[9] Era vital para a Alemanha, como o almirante Tirpitz insistiu com o kaiser Guilherme, construir uma grande marinha, para que ela fosse uma das "quatro potências mundiais: Rússia, Inglaterra, América e Alemanha".[10] A França também devia estar no alto, advertiu um certo Monsieur Darcy, pois "os que não avançam ficam para trás, e quem fica para trás fica por baixo".[11] Para as potências há muito consolidadas, Grã-Bretanha, França e Áustria-Hungria, o problema era manter-se frente a esses novos desafios ao *status quo* internacional. Para as novas potências, Alemanha, Itália e Japão, o problema era chegar ao que Berlim chamava de uma "liberdade política mundial" antes que fosse tarde demais.

Não será necessário dizer que nem todos os membros da raça humana estavam obcecados por essas idéias, quando terminou o século XIX. Muitos estavam mais preocupados com as questões internas e sociais. Outros apegavam-se aos ideais liberais do *laissez-faire* e da cooperação pacífica.[12] Não obstante, havia nas elites governistas, nos círculos militares e nas organizações imperiais, uma opinião predominante sobre a ordem mundial que enfatizava a luta, a competição, o uso da força e a organização dos recursos nacionais para fortalecer o poder estatal. As regiões menos desenvolvidas do mundo estavam sendo rapidamente retalhadas, mas isso era apenas o começo da história; como eram poucos os territórios ainda a serem anexados, argumentou o geopolítico sir Halford Mackinder, a eficiência e o desenvolvimento interno teriam de substituir o expansionismo como o principal objetivo dos estados modernos. Haveria uma correlação muito mais estreita do que até então "entre as generalizações geográficas mais amplas e as generalizações históricas mais amplas",[13] isto é, tamanho e números se refletiram melhor no equilíbrio internacional, desde que esses recursos fossem devidamente explorados. Um país com centenas de milhões de camponeses pouco representaria. Por outro lado, até mesmo um estado moderno seria ofuscado também se não tivesse uma base produtiva, industrial, suficientemente grande. "As potências bem-sucedidas serão as que tiverem a maior base industrial", advertiu o imperialista britânico Leo Amery. "Os povos que tiverem o poder industrial e o poder da invenção e ciência serão capazes de derrotar todos os outros".[14]

Grande parte da história das questões internacionais no meio século seguinte comprovou essas previsões. Modificações dramáticas ocorreram no equilíbrio de forças, tanto dentro como fora da Europa. Velhos impérios desabaram, e novos surgiram. O mundo *multipolar* de 1885 foi substituído por um mundo *bipolar* já em 1943. A luta internacional intensificou-se e irrompeu em guerras totalmente diferentes dos limitados choques da Europa do século XIX.

A produtividade industrial, com a ciência e a tecnologia, tornou-se um componente ainda mais vital da potência nacional. Alterações nas parcelas internacionais da produção manufatureira refletiram-se nas mutáveis parcelas internacionais de poder militar e influência diplomática. Os indivíduos ainda eram importantes — quem, no século de Lenin, Hitler e Stalin poderia dizer que não? — mas apenas na política do poder, porque eram capazes de controlar e reorganizar as forças produtivas de um grande estado. E, como o destino da Alemanha nazista mostrou, a prova do poderio mundial pela guerra era impiedosa para qualquer nação que não dispusesse da força técnico-industrial e, portanto, do armamento militar, para realizar as ambições de seu líder.

Se as linhas gerais dessas seis décadas de lutas de grandes potências já estavam sendo delineadas na década de 1890, o êxito ou fracasso dos países, individualmente, ainda estava por ser determinado. Muita coisa dependia, é óbvio, da capacidade de cada país de manter ou aumentar sua produção industrial. Mas muito dependia também, como sempre, dos fatos imutáveis da geografia. Estava o país perto do centro das crises internacionais, ou na periferia? Estava a salvo de invasões? Tinha de enfrentar duas ou três frentes, ao mesmo tempo? A coesão nacional, o patriotismo e os controles exercidos pelo estado sobre seus habitantes também eram importantes: para que a sociedade suportasse as tensões da guerra, muito dependia de sua constituição interna. Poderia também depender de alianças, ou isoladamente? Entrava o país na guerra quando esta começava, ou ia pelo meio? Entravam outras potências, antes neutras, para o lado oposto?

Essas perguntas sugerem que qualquer análise adequada do "advento de um mundo bipolar e a crise das 'potências médias'" tem de considerar três níveis separados, mas correlatos, de causalidade: primeiro, as mudanças na base produtiva militar-industrial, na medida em que alguns estados se tornavam materialmente mais (ou menos) poderosos; segundo, os fatores geopolíticos, estratégicos e socioculturais que influenciaram as reações de cada estado *individual* a essas modificações mais amplas no equilíbrio mundial; e terceiro, as modificações diplomáticas e políticas que também afetaram as probabilidades de êxito ou fracasso nas grandes guerras de coalizão de princípios do século XX.

O instável equilíbrio das forças mundiais

Os observadores dos problemas mundiais concordaram, no final do século, que o ritmo da transformação econômica e política se estava intensificando, sendo portanto provável que a ordem internacional se tornasse mais precária do que antes. Sempre houve alterações no equilíbrio de poder, que provocavam instabilidade e, com freqüência, a guerra. "O que tornou a guerra inevitável", escreveu Tucídides em *A Guerra do Peloponeso*, "foi o crescimento do poderio ateniense e o medo que isso provocou em Esparta."[15] Mas no último quartel do século XIX as modificações que afetavam o sistema de grandes potências eram mais generalizadas, e em geral mais rápidas, do que nunca. A rede mundial de comércio e comunicações — telégrafos, navios a vapor, ferrovias, tipografia moderna — significava que as descobertas na

ciência e tecnologia, ou os progressos na produção industrial, podiam ser transmitidos e transferidos de um *continente* para outro em questão de anos. Dentro de cinco anos da invenção de Gilcrist e Thomas, em 1879, de um processo de transformar minérios fosfóricos baratos em aço básico, havia 84 conversores básicos em operação na Europa central e ocidental,[16] e o processo já tinha atravessado o Atlântico. O resultado foi *mais* do que uma modificação das respectivas parcelas nacionais da produção de aço: provocou também uma significativa modificação do potencial militar.

O potencial militar não é, como já vimos, a mesma coisa que o poderio militar. Um gigante econômico pode preferir, por motivos de sua cultura política ou segurança geográfica, ser um pigmeu militar, enquanto um estado sem grandes recursos econômicos pode, mesmo assim, organizar sua sociedade de modo a constituir-se num formidável poder militar. As exceções a essa equação simplista — "força econômica = força militar" — existiram nesse período, como em outros, e serão examinados adiante. Não obstante, numa era de guerra moderna, industrializada, o elo entre a economia e a estratégia se estava tornando mais forte. Para compreender as transformações a longo prazo que afetaram o equilíbrio de poder internacional entre a década de 1880 e a Segunda Guerra Mundial, é necessário examinar os dados econômicos. Esses dados foram selecionados com o objetivo de avaliar o potencial de uma nação para a guerra, e portanto não incluem alguns dos conhecidos índices econômicos * menos úteis sob esse aspecto.

A grandeza da população, em si mesma, não constitui nunca um indicador fidedigno de poder, mas o Quadro 12 sugere como, pelo menos demograficamente, a Rússia e os Estados Unidos podem ser vistos como grandes potências de um tipo diferente das outras, como a Alemanha e, mais tarde , o Japão, começando a traçar uma linha de afastamento em relação aos outros.

Quadro 12. População total das potências, 1890-1938[17]
(milhões)

	1890	*1900*	*1910*	*1913*	*1920*	*1928*	*1938*	
1. Rússia	116,8	135,6	159,3	175,1	126,6	150,4	180,6	1
2. Estados Unidos	62,6	75,9	91,9	97,3	105,7	119,1	138,3	2
3. Alemanha	49,2	56,0	64,5	66,9	42,8	55,4	68,5	4
4. Áustria-Hungria	42,6	46,7	50,8	52,1	—	—	—	
5. Japão	39,9	43,8	49,1	51,3	55,9	62,1	72,2	3
6. França	38,3	38,9	39,5	39,7	39,0	41,0	41,9	7
7. Grã-Bretanha	37,4	41,1	44,9	45,6	44,4	45,7	47,6	5
8. Itália	30,0	32,2	34,4	35,1	37,7	40,3	43,8	6

Há, porém, duas maneiras de "controlar" os dados brutos do Quadro 12. A primeira é comparar a população total de um país com a parte que vive em áreas urbanas (Quadro 13), pois isso é em geral um indicador significativo de modernização comercial/industrial; a segunda é correlacionar essas

* Por exemplo, parcelas do comércio mundial, que melhoram desproporcionalmente a posição das nações marítimas e comerciantes, e diminuem o poder econômico de Estados com um grau maior de auto-suficiência.

verificações com os níveis *per capita* de industrialização, medidos em contraste com os da Grã-Bretanha (Quadro 14). Os dois processos são muito instrutivos e tendem a reforçar-se mutuamente.

Sem entrarmos numa análise demasiado detalhada dos números dos Quadros 13 e 14 a esta altura, podemos fazer várias generalizações amplas. Quando medidas de "modernização", como o tamanho da população urbana e as proporções da industrialização são adotadas, as posições da maioria das potências sofrem significativas alterações em relação ao Quadro 12. A Rússia cai do primeiro para o último lugar, pelo menos até a sua expansão industrial da década de 1930; a Grã-Bretanha e a Alemanha melhoram sua posição e a excepcional combinação dos Estados Unidos, de uma sociedade ao mesmo tempo populosa e altamente industrializada, destaca-se. Mesmo no início deste período, a distância entre as grandes potências mais fortes e mais fracas é grande, tanto em termos absolutos como relativos; às vésperas da Segunda Guerra Mundial ainda perduram diferenças enormes. O processo de modernização poderia envolver todos esses países que passavam pelas mesmas "fases";[18] mas isso não significava que, em termos de *poder*, cada um deles se beneficiaria no mesmo grau.

As *diferenças* importantes entre as grandes potências surgem ainda mais claramente se examinarmos os dados detalhados sobre a produtividade industrial. Como a produção de ferro e aço é freqüentemente tomada como indicador da força militar potencial nesse período, bem como de industrialização em si, os números relevantes são reproduzidos no Quadro 15.

Mas talvez a melhor medida da industrialização de uma nação seja o consumo de formas modernas de energia (isto é, carvão, petróleo, gás natural e hidroeletricidade, mas não lenha), já que constitui uma indicação tanto da capacidade técnica do país para explorar suas formas inanimadas de energia como do ritmo de seu pulso econômico. Esses números são dados no Quadro16.

Os Quadros 15 e 16 confirmam as rápidas modificações industriais que ocorreram em termos absolutos em algumas das potências em determinados períodos — a Alemanha antes de 1914, a Rússia e Japão na década de 1930 bem como indicam as taxas de crescimentomais lentas na Grã-Bretanha, França e Itália. Isso também pode ser representado em *termos relativos* para indicar a posição industrial comparativa de um país com o tempo (Quadro 17).

Quadro 13. População urbana total das potências (em milhões) e como porcentagem da população total,1890-1938[19]

	1890	*1900*	*1910*	*1913*	*1920*	*1928*	*1938*	
1 Grã-Bretanha	11,2	13,5	15,3	15,8	16,6	17,5	18,7	5
(1)	(29,9%)	(32,8%)	(34,9%)	(34,6%)	(37,3%)	(38,2%)	(39,2%)	(1)
2 Estados Unidos	9,6	14,2	20,3	22,5	27,4	34,3	45,1	1
(2)	(15,3%)	(18,7%)	(22,0%)	(23,1%)	(25,9%)	(28,7%)	(32,8%)	(2)
3 Alemanha	5,6	8,7	12,9	14,1	15,3	19,1	20,7	3
(4)	(11,3%)	(15,5%)	(20,0%)	(21,0%)	(35,7%)	(34,4%)	(30,2%)	(3)
4 França	4,5	5,2	5,7	5,9	5,9	6,3	6,3	7
(3)	(11,7%)	(13,3%)	(14,4%)	(14,8%)	(15,1%)	(15,3%)	(15,0%)	(7)
5 Rússia	4,3	6,6	10,2	12,3	4,0	10,7	36,5	2
(8)	(3,6%)	(4,8%)	(6,4%)	(7,0%)	(3,1%)	(7,1%)	(20,2%)	(5)
6 Itália	2,7	3,1	3,8	4,1	5,0	6,5	8,0	6
(5)	(9,0%)	(9,6%)	(11,0%)	(11,6%)	(13,2%)	(16,1%)	(18,2%)	(6)
7 Japão	2,5	3,8	5,8	6,6	6,4	9,7	20,7	3
(6)	(6,3%)	(8,6%)	(10,3%)	(12,8%)	(11,6%)	(15,6%)	(28,6%)	(4)
8 Áustria-Hungria	2,4	3,1	4,2	4,6	—	—	—	
(7)	(5,6%)	(6,6%)	(8,2%)	(8,8%)				

Quadro 14. Níveis de industrialização *per capita*, 1880-1938[20]
(relativo à G.-B. em 1900 = 100)

	1880	*1900*	*1913*	*1928*	*1938*	
1 Grã-Bretanha	87	[100]	115	122	157	2
2 Estados Unidos	38	69	126	182	167	1
3 França	28	39	59	82	73	4
4 Alemanha	25	52	85	128	144	3
5 Itália	12	17	26	44	61	5
6 Áustria	15	23	32	—	—	
7 Rússia	10	15	20	20	38	7
8 Japão	9	12	20	30	31	6

Quadro 15. Produção de ferro/aço das potências, 1890-1938[21]
(milhões de toneladas; produção de ferro gusa para 1890; a partir daí, aço)

	1890	*1900*	*1910*	*1913*	*1920*	*1930*	*1938*
Estados Unidos	9,3	10,3	26,5	31,8	42,3	41,3	28,8
Grã-Bretanha	8,00	5	6,6	7,7	9,2	7,4	10,5
Alemanha	4,1	6,3	13,6	17,6	7,6	11,3	23,2
França	1,9	1,5	3,4	4,6	2,7	9,4	6,1
Áustria-Hungria	0,97	1,1	2,1	2,6	—	—	—
Rússia	0,95	2,2	3,5	4,8	0,16	5,7	18,0
Japão	0,02	—	0,16	0,25	0,84	2,3	7,0
Itália	0,01	0,11	0,73	0,93	0,73	1,7	2,3

Quadro 16. Consumo de energia das potências, 1890-1938[22]
(em milhões de toneladas métricas de equivalente de carvão)

	1890	*1900*	*1910*	*1913*	*1920*	*1930*	*1938*
Estados Unidos	147	248	483	541	694	762	697
Grã-Bretanha	145	171	185	195	212	184	196
Alemanha	71	112	158	187	159	177	228
França	36	47,9	55	62,5	65	97,5	84
Áustria-Hungria	19,7	29	40	49,4	—	—	—
Rússia	10,9	30	41	54	14,3	65	177
Japão	4,6	4,6	15,4	23	34	55,8	96,5
Itália	4,5	5	9,6	11	14,3	24	27,8

Quadro 17. Potencial industrial total das potências em perspectiva relativa, 1880-1938[23]
(Reino Unido em 1900 =100)

	1880	*1900*	*1913*	*1928*	*1938*
Grã-Bretanha	73,7	[100]	127,2	135	181
Estados Unidos	46,9	127,8	298,1	533	528
Alemanha	27,4	71,2	137,7	158	214
França	25,1	36,8	57,3	82	74
Rússia	24,5	47,5	76,6	72	152
Áustria-Hungria	14	25,6	40,7	—	—
Itália	8, 1	13,6	22,5	37	46
Japão	7,6	13	25,1	45	88

Finalmente, é útil voltarmos, no Quadro 18, aos números de Bairoch sobre as parcelas na produção mundial manufatureira, para mostrar as modificações que ocorreram desde a análise do equilíbrio no século XIX, feita no capítulo anterior.

Quadro 18. Parcelas relativas da produção manufatureira mundial, 1880-1938[24]
(porcentual)

	1880	*1900*	*1913*	*1928*	*1938*
Grã-Bretanha	22,9	18,5	13,6	9,9	10,7
Estados Unidos	14,7	23,6	32,0	39,3	31,4
Alemanha	8,5	13,2	14,8	11,6	12,7
França	7,8	6,8	6,1	6,0	4,4
Rússia	7,6	8,8	8,2	5,3	9,0
Áustria-Hungria	4,4	4,7	4,4	—	—
Itália	2,5	2,5	2,4	2,7	2,8

A posição das potências, 1885-1914

Frente a esses números desalentadoramente específicos de que uma certa potência tinha 2,7 % da produção mundial de manufaturas em 1913, ou que outra tinha um potencial industrial em 1928 que era apenas 45% do potencial britânico, em 1900, vale a pena ressaltar que todas essas estatísticas são abstratas, até serem colocadas dentro de um contexto histórico e geopolítico específico. Países com produção industrial praticamente idêntica podiam, não obstante, merecer classificações substancialmente diferentes em termos de efetividade de grande potência, devido a fatores como a coesão interna da sociedade em questão, sua capacidade de mobilizar recursos para a ação do Estado, sua posição geopolítica e sua capacidade diplomática. Dadas as limitações de espaço, não será possível fazer neste capítulo, para todas as grandes potências, o que Correlli Barnett procurou fazer em seu estudo em grande escala da Grã-Bretanha, há alguns anos. Mas o que se segue tentará permanecer próximo da moldura de Barnett, na qual ele argumenta que

> o poder de um Estado-nação não consiste apenas, de modo algum, de suas forças armadas, mas também de seus recursos tecnológicos e econômicos; da habilidade, previsão e resolução com que a sua política externa é conduzida; da eficiência de sua organização social e política. Consiste, acima de tudo, da própria nação, do povo; de suas habilidades, energia, ambição, disciplina, iniciativa; de suas crenças, mitos e ilusões. E consiste ainda da maneira pela qual todos esses fatores são relacionados entre si. Além do mais, o poderio nacional tem de ser considerado não em si mesmo, em sua extensão absoluta, mas em relação às obrigações exteriores ou imperiais do Estado; tem de ser considerado em relação ao poderio de outros Estados.[25]

Talvez não haja melhor maneira de ilustrar a diversidade da eficiência da grande estratégia do que examinando, em primeiro lugar, os três Estados que eram relativamente recém-chegados ao sistema internacional, Itália, Alemanha e Japão. Os dois primeiros só se tinham tornado Estados unificados em 1870-1871; o terceiro começou a sair do seu auto-imposto isolamento depois da Restauração Meiji de 1868. Em todas essas três sociedades havia impulsos de competir com as potências consolidadas. Nas décadas de 1880 e 1890, estavam adquirindo territórios em além-mar; também começavam a construir uma esquadra moderna para complementar seu exército permanente. Eram elementos significativos no cálculo diplomático da época e, pelo menos em 1902, se tinham aliado a uma potência mais antiga. Não obstante, todas essas similaridades dificilmente podem superar as diferenças fundamentais do poderio real de cada uma delas.

Itália

À primeira vista, uma nação italiana unida representava uma modificação importante no equilíbrio europeu. Em lugar de ser um grupo de pequenos Estados rivais, em parte sob soberania estrangeira e sempre sob ameaça de intervenção, havia agora um sólido bloco de 30 milhões de pessoas, que crescia tão rapidamente que se estava aproximando da população total da França em 1914. Seu exército e sua marinha desse período não eram

particularmente grandes, mas como os Quadros 19 e 20 mostram, ainda eram bastante respeitáveis.

Quadro 19. Efetivos militares e navais das potências, 1880-1914[26]

	1880	*1890*	*1900*	*1910*	*1914*
Rússia	791.000	677.000	1.162.000	1.285.000	1.352.000
França	543.000	542.000	715.000	769.000	910.000
Alemanha	426.000	504.000	524.000	694.000	891.000
Grã-Bretanha	367.000	420.000	624.000	571.000	532.000
Áustria-Hungria	246.000	346.000	385.000	425.000	444.000
Itália	216.000	284.000	255.000	322.000	345.000
Japão	71.000	84.000	234.000	271.000	306.000
Estados Unidos	34.000	39.000	96.000	127.000	164.000

Quadro 20. Tonelagem dos navios de guerra das potências, 1880-1914[27]

	1880	*1890*	*1900*	*1910*	*1914*
Grã-Bretanha	650.000	679.000	1.065.000	2.174.000	2.714.000
França	271.000	319.000	499.000	725.000	900.000
Rússia	200.000	180.000	383.000	401.000	679.000
Estados Unidos	169.000	?240.000	333.000	824.000	985.000
Itália	100.000	242.000	245.000	327.000	498.000
Alemanha	88.000	190.000	285.000	964.000	1.305.000
Áustria-Hungria	60.000	66.000	87.000	210.000	372.000
Japão	15.000	41.000	187.000	496.000	700.000

Em termos diplomáticos, como notamos acima,[28] a ascensão da Itália certamente interferiu com as duas grandes potências vizinhas, França e Áustria-Hungria; e embora sua entrada na Tríplice Aliança em 1882 tenha ostensivamente "resolvido" a rivalidade ítalo-austríaca, confirmou que uma França isolada enfrentava inimigos em duas frentes. Dentro de pouco mais de duas décadas de sua unificação, portanto, a Itália parecia um membro pleno do sistema europeu de grandes potências, e Roma situava-se ao lado de outras grandes capitais (Londres, Paris, Berlim, São Petersburgo, Viena, Constantinopla) como sede de embaixadas plenas.

Mas a aparência de grande potência evidenciada pela Itália escondia algumas fraquezas enormes, acima de tudo o atraso econômico do país, particularmente no sul rural. Seu índice de analfabetismo — 37,6% e ainda maior no sul — era muito superior ao de qualquer outro estado do norte ou oeste da Europa, e refletia o atraso de grande parte da agricultura italiana — pequenas propriedades, solo pobre, pouco investimento, sistema de meia, transporte inadequado. O produto total e a riqueza nacional *per capita* da Itália eram comparáveis aos das sociedades camponesas da Espanha e leste da Europa, e não às da Holanda ou Vestfália. A Itália não tinha carvão; não

obstante, apesar de recorrer à hidroeletricidade, cerca de 88% da sua energia continuavam a vir do carvão britânico, um peso sobre sua balança de pagamentos e uma terrível debilidade estratégica. Nessas circunstâncias, o crescimento populacional italiano, sem expansão industrial significativa, era uma vantagem discutível, já que reduzia o crescimento industrial em termos *per capita* relativos às outras potências ocidentais,[29] e a comparação teria sido ainda mais desfavorável se não tivessem centenas de milhares de italianos (em geral, os mais móveis e capazes) emigrado para o outro lado do Atlântico, todos os anos. Tudo isso fazia da Itália, na frase de Kemp, "o recém-chegado em desvantagem".[30]

Isso não significa a inexistência de modernização. Na verdade, é exatamente em relação a esse período que muitos historiadores falam da "revolução industrial da era giolittiana"* e a uma "modificação decisiva na vida econômica do nosso país".[31] Pelo menos no norte, houve uma considerável tendência para a indústria pesada — ferro e aço, estaleiros, fábricas de automóveis, bem como têxteis. Na opinião de Gershrenkon, os anos de 1869-1908 testemunharam o "grande impulso" italiano para a industrialização; na verdade a indústria do país cresceu mais depressa do que em qualquer outro lugar da Europa, a transferência da população do campo para as cidades intensificou-se, o sistema bancário reajustou-se para proporcionar o crédito industrial, e a renda nacional real subiu acentuadamente.[32] A agricultura piemontesa mostrou progressos semelhantes.

Se, porém, as estatísticas italianas forem colocadas numa perspectiva comparada, o brilho começa a desaparecer. Foi realmente criada uma indústria do aço e do ferro, mas em 1913 sua produção era de um oitavo da britânica, um sétimo da alemã, e apenas dois quintos da belga.[33] Foram realmente alcançados índices de rápido crescimento industrial, mas a partir de níveis iniciais tão baixos que os resultados não foram impressionantes. No início da Primeira Guerra Mundial, a Itália não tinha sequer um quarto da força industrial que a Grã-Bretanha evidenciava em 1900, e sua parcela da produção industrial mundial na realidade caiu, passando de apenas 2,5% em 1900 para 2,4% em 1913. Embora a Itália entrasse marginalmente nas relações das grandes potências, vale notar que — com exclusão do Japão — todas as outras grandes potências tinham duas ou três vezes mais a sua força industrial. Algumas delas (Alemanha e Grã-Bretanha) tinham seis vezes esse volume, e uma (Estados Unidos) mais de 13 vezes.

Isso poderia ter sido compensado em parte por um grau relativamente maior de coesão nacional e decisão, por parte da população italiana, mas esses elementos estavam ausentes. As lealdades existentes na estrutura política italiana eram familiares e locais, talvez regionais, mas não nacionais. A distância crônica entre norte e sul, que a industrialização do primeiro apenas exacerbava, e a falta de qualquer grande contato com o mundo fora da comunidade da aldeia, em tantas partes da península, não eram amenizadas

---

* De Giovanni Giolitti (1842-1928), estadista italiano, várias vezes primeiro-ministro, que desenvolveu ampla política social. (N. do T.)

pela hostilidade entre o governo italiano e a Igreja Católica, que proibia seus membros de servir ao Estado. Os ideais do *risorgimento,* saudados pelos liberais nativos e admiradores estrangeiros, não penetrou muito fundo na sociedade italiana. O recrutamento para as forças armadas era difícil, e a localização das unidades do exército segundo princípios estratégicos, e não cálculos políticos regionais, era impossível. As relações civis-militares na cúpula caracterizavam-se pela incompreensão e desconfiança mútuas. E o antimilitarismo geral da sociedade italiana, a má qualidade do corpo de oficiais e a falta de financiamento adequado para armamentos modernos provocavam dúvidas sobre a eficiência militar italiana muito antes da desastrosa batalha de Caporetto, de 1917, ou da campanha do Egito, de 1940.[34] Suas guerras de unificação se tinham valido da intervenção da França, e depois da ameaça que a Prússia representava para a Áustria-Hungria. A catástrofe de Adowa (Abissínia), em 1896, deu à Itália a terrível reputação de ter sido o único exército europeu derrotado por uma sociedade africana sem meios eficientes de reação. A decisão do governo italiano de ir à guerra na Líbia, em 1911-1912, e que colheu o estado-maior italiano de surpresa, foi um desastre financeiro de primeira ordem. A marinha, que parecia muito grande em 1890, diminuiu de tamanho relativo e teve sempre uma eficiência discutível. Sucessivos comandantes da esquadra inglesa no Mediterrâneo tiveram sempre esperanças de que a esquadra italiana permanecesse neutra, e não aliada, se houvesse uma guerra com a França nesse período.[35]

As conseqüências de tudo isso sobre a posição estratégica e diplomática da Itália foram deprimentes. Não só o estado-maior italiano tinha plena consciência de sua inferioridade numérica e técnica, em comparação com os franceses (especialmente) e com os austro-húngaros, como sabia também que a inadequada rede ferroviária italiana e o regionalismo arraigado tornavam impossíveis deslocamentos de tropas em grande escala, flexíveis, à maneira prussiana. E não só a marinha italiana tinha consciência de suas deficiências, como também o extenso e vulnerável litoral do país tornava suas alianças políticas extremamente ambivalentes; com isso, seu planejamento estratégico fazia-se mais caótico do que nunca. O tratado de aliança assinado pela Itália em 1882 com Berlim foi conveniente a princípio, em particular quando Bismarck parecia paralisar os franceses; mesmo então, porém, o governo italiano manteve a pressão em favor de laços mais estreitos com a Grã-Bretanha, a única capaz de neutralizar a esquadra francesa. Quando, nos anos seguintes a 1900, a Grã-Bretanha e a França aproximaram-se e a Grã-Bretanha e a Alemanha passaram da cooperação ao antagonismo, os italianos acharam que só tinham como alternativa aderir à nova combinação anglo-francesa. A aversão residual à Áustria-Hungria fortalecia essa atitude, e o respeito pela Alemanha e a importância das finanças industriais alemãs na Itália impediram que isso constituísse um rompimento aberto. Portanto, em 1914 a Itália ocupava uma posição semelhante à de 1871. Era "a menor das grandes potências"[36] e, para seus vizinhos, imprevisível (o que era frustrante), inescrupulosa e com ambições comerciais e expansionistas nos Alpes, Bálcãs, África do Norte e ainda mais distante, que entravam em choque com os interesses de amigos e de rivais. Circunstâncias econômicas e sociais continuavam a enfraquecer sua capacidade de influenciar acontecimentos, e

ainda assim ela con
maioria dos outros
como aliada do qu
grande.[37]

Japão

A Itália era me
mas o Japão nem s
governado por uma
territoriais (*daimio*
Prejudicado pela au
que só deixava 20%
as condições para o
por uma língua com
da singularidade cul
e resistente às influê
Por tudo isso, o Japã
economicamente at
mundial.[38] Não obst
figura importante n

ainda assim ela continuava a participar do jogo. Em suma, o julgamento da maioria dos outros governos parece ter sido o de que era melhor ter a Itália como aliada do que como inimiga; mas a margem de vantagem não era grande.[37]

Japão

A Itália era membro marginal do sistema das grandes potências em 1890, mas o Japão nem sequer fazia parte do clube. Durante séculos, tinha sido governado por uma oligarquia feudal descentralizada, constituída de senhores territoriais (*daimios*) e uma casta aristocrática de guerreiros (*samurais*). Prejudicado pela ausência de recursos naturais e por um terreno montanhoso que só deixava 20% de sua terra para a agricultura, o Japão carecia de todas as condições para o desenvolvimento econômico. Isolado do resto do mundo por uma língua complexa sem parentes próximos e uma intensa consciência da singularidade cultural, o povo japonês permanecia voltado para si mesmo e resistente às influências estrangeiras até a segunda metade do século XIX. Por tudo isso, o Japão parecia destinado a permanecer politicamente imaturo, economicamente atrasado e militarmente impotente, em termos de potência mundial.[38] Não obstante, dentro de duas gerações, ele se tinha tornado uma figura importante na política internacional do Extremo Oriente.

A causa dessa transformação, efetuada pela Restauração Meiji a partir de 1868, foi a disposição de membros influentes da elite japonesa de evitar a dominação e colonização pelo Ocidente, como parecia estar acontecendo em outros pontos da Ásia, mesmo que a reforma significasse o abandono da ordem feudal e a acerba oposição aos clãs dos samurais.[39] O Japão tinha de ser modernizado, não porque empresários individuais assim o desejavam, mas porque o "Estado" precisava disso. Depois de esmagada a oposição inicial, a modernização procedeu-se com um *dirigisme* e um empenho que tornam insignificantes, em comparação, os esforços de Colbert ou de Frederico o Grande. Uma nova constituição, baseada no modelo prussiano-alemão, foi estabelecida. O sistema judicial foi reformado. O sistema educacional expandiu-se imensamente, de modo que o país conseguiu uma taxa de alfabetização excepcionalmente alta. O calendário foi alterado. O vestuário modificou-se. Foi adotado um sistema bancário moderno. Convocaram-se técnicos da marinha inglesa para orientar a criação de uma esquadra japonesa moderna, e do estado-maior prussiano para ajudar na modernização do exército. Oficiais japoneses foram mandados às academias militares e navais ocidentais; armas modernas foram compradas no exterior, embora também tivesse sido criada uma indústria de armamentos locais. O estado estimulou a criação de rede ferroviária, telégrafos e linhas de navegação; trabalhou em conjunto com empresários incipientes para desenvolver a indústria pesada de ferro, aço e estaleiros, bem como para modernizar a produção têxtil. Subsídios governamentais foram empregados no beneficiamento das exportações, no estímulo ao transporte marítimo, e na criação de uma nova indústria. As exportações japonesas, em especial de seda e têxteis, cresceram muito. Atrás de tudo isso estava a impressionante disposição política de realizar o lema nacional *fukoken kyohei* (país rico, exército forte). Para os japoneses, o poder econômico e o poder naval e militar caminhavam lado a lado.

Mas para tudo isso era preciso tempo; as dificuldades continuavam severas.[40] Embora a população urbana mais do que duplicasse entre 1890 e 1913, o número de pessoas ocupadas na terra continuava aproximadamente o mesmo. Mesmo às vésperas da Primeira Guerra Mundial, mais de três quintos da população japonesa dedicava-se à agricultura, à silvicultura e à pesca; e apesar de todos os muitos progressos importantes nas técnicas agrícolas, o interior montanhoso e o pequeno tamanho das propriedades impediram uma "revolução agrícola", digamos, no modelo britânico. Com uma base agrícola tão forte, todas as comparações do potencial industrial do Japão ou dos níveis *per capita* de industrialização teriam de mostrá-lo no nível, ou próximo, das últimas classificadas na lista das grandes potências (ver Quadros 14 e 17, *supra*). Embora seu esforço de industrialização antes de 1914 possa ser visto claramente no grande crescimento de consumo de energia à base de combustíveis modernos, e no aumento de sua parcela da produção mundial de manufaturas, ele ainda era deficiente em muitas outras áreas. Sua produção de ferro e aço era pequena, e o país dependia pesadamente das importações. Da mesma forma, embora sua indústria naval tivesse aumentado muito, o Japão ainda comprava navios de guerra no exterior. Também lhe faltavam capitais, sendo necessário tomar emprestadas somas cada vez maiores no exterior, sem ter porém nunca o suficiente para investir na indústria, em infra-estrutura, em forças armadas. Economicamente, tinha realizado milagres ao tornar-se o único país não-ocidental a passar por uma revolução industrial na era do grande imperialismo; mas ainda assim continuava, se comparado com a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a Alemanha, um peso-leve industrial e financeiro.

Dois outros fatores, porém, ajudaram a ascensão do Japão à classe das grandes potências, e contribuem para explicar por que ele superou, por exemplo, a Itália. A primeira é o isolamento geográfico. O litoral continental vizinho era controlado por um país pouco ameaçador, como o decadente Império Chinês. E embora a China, a Manchúria e (o que era mais alarmante ainda) a Coréia pudessem cair em mãos de uma outra grande potência, a geografia tinha colocado o Japão mais perto dessas áreas do que qualquer outro dos estados imperialistas — como a Rússia descobriria, para sua decepção, quando tentou abastecer um exército ao longo de 9 mil quilômetros de ferrovia em 1904-1905, e como as marinhas inglesa e americana iriam descobrir várias décadas depois, ao enfrentarem os problemas logísticos da ajuda às Filipinas, Hong Kong e Malásia. Supondo-se um crescimento japonês constante no leste da Ásia, só por um esforço extremo outro Estado importante poderia impedir que o Japão se tornasse a potência predominante ali, no curso do tempo.

O segundo fator era *moral*. Parece indiscutível que o forte senso japonês de singularidade cultural, de tradições, de adoração do imperador e veneração ao Estado, o *ethos* samurai de honra e valor militar, a ênfase sobre a disciplina e a fortaleza, produziram uma cultura política ao mesmo tempo fervorosamente patriótica e incapaz de se deixar desestimular pelos sacrifícios, que reforçou os impulsos japoneses de expansão numa "Ásia Oriental Maior" que lhe assegurassem tanto a segurança estratégica como mercados e matérias-primas. Isso refletiu-se na bem-sucedida campanha militar e naval contra a China em 1894, quando os dois países entraram em choque sobre suas pretensões na

Coréia.[41] Em terra e no mar, as forças japonesas, mais bem equipadas, pareciam impulsionadas pela vontade de vencer. No fim daquela guerra, as ameaças da "tríplice intervenção" pela Rússia, França e Alemanha forçaram um amargurado governo japonês a desistir de suas exigências sobre Port Arthur e a península de Liaotung, mas isso serviu apenas para aumentar a disposição de Tóquio de tentar novamente mais tarde. Poucos, se é que os houve, dos membros do governo discordaram da sombria conclusão do barão Hayashi:

> Se novos navios de guerra são considerados necessários, devemos, a qualquer preço, construí-los; se a organização de nosso exército é inadequada, devemos começar a retificá-la a partir de agora; se necessário, todo o nosso sistema militar deve ser mudado...
>
> No momento, o Japão deve manter-se calmo e discreto, para afastar as suspeitas alimentadas contra ele; durante essa época, as bases do poderio nacional devem ser consolidadas; e devemos observar e esperar a oportunidade no Oriente, que certamente surgirá um dia. Quando esse dia chegar, o Japão governará o seu próprio destino...[42]

Sua oportunidade de vingança ocorreu 10 anos mais tarde, quando suas ambições coreana e manchuriana se chocaram com as da Rússia czarista.[43] Embora os peritos navais se impressionassem com a frota do almirante Togo quando destruiu os navios russos na decisiva batalha de Tsushima, foi a atitude geral da sociedade japonesa que chamou a atenção dos outros observadores. O ataque de surpresa em Port Arthur (hábito iniciado no conflito de 1894 com a China, e revivido em 1941) foi aplaudido no Ocidente, bem como o entusiasmo da opinião nacional japonesa por uma vitória decisiva, qualquer que fosse o custo. Mais notável ainda parecia o desempenho dos oficiais e soldados japoneses nas batalhas terrestres em volta de Port Arthur e Mukden, onde dezenas de milhares de soldados morreram, num ataque por campos minados, sobre arame farpado e sob saraivadas de metralha, antes de conquistar as trincheiras russas. O espírito samurai, ao que parecia, podia conseguir a vitória no campo de batalha com a baioneta, mesmo na época de guerra industrializada e em massa. Se, como concluíram todos os peritos militares, o moral e a disciplina ainda eram condições vitais do poderio nacional, o Japão tinha abundância desses recursos.

Mesmo então, porém, o Japão não era uma grande potência em toda a extensão da expressão. Tivera a sorte de ter combatido contra uma China ainda mais atrasada e uma Rússia czarista, militarmente pesadona e prejudicada pela imensa distância entre São Petersburgo e o Extremo Oriente. Além disso, a Aliança Anglo-Japonesa de 1902 permitiu-lhe lutar em terreno conhecido, sem a interferência de terceiros. Sua marinha valera-se de belonaves fabricadas na Inglaterra, seu exército, dos canhões Krupp. E o mais importante, tinha verificado ser impossível financiar os imensos custos da guerra com os seus próprios recursos, mas foi capaz de recorrer a empréstimos feitos nos Estados Unidos e Grã-Bretanha.[44] Na verdade, o Japão esteve próximo da falência em fins de 1905, quando as negociações de paz com a Rússia foram iniciadas. Isso pode não ter sido percebido pelo público de Tóquio, que reagiu com fúria aos termos relativamente moderados com os quais a Rússia se saiu na solução final. Não obstante, com a confirmação da vitória, as forças armadas glori-

ficadas e admiradas, sua economia capaz de recuperação e sua condição de grande potência (mesmo regional) reconhecida por todos, o Japão entrava na idade adulta. Ninguém podia realizar alguma coisa de significação no Extremo Oriente sem levá-lo em conta. Mas se tinha possibilidades de expandir-se ainda mais sem provocar uma reação das grandes potências já consolidadas não estava claro.

Alemanha

Dois fatores fizeram com que a ascensão da Alemanha imperial tivesse um impacto mais imediato e mais substancial sobre o equilíbrio das grandes potências do que o de qualquer dos outros Estados "recém-chegados". O primeiro foi porque, longe de sair do isolamento geopolítico, como o Japão, a Alemanha tinha surgido bem no centro do velho sistema de Estados europeus: sua criação, em si mesma, teve uma repercussão direta sobre os interesses da Áustria-Hungria e da França, e sua existência modificou a posição relativa de *todas* as grandes potências existentes na Europa. O segundo fator foi a rapidez e as proporções do crescimento da Alemanha, em termos industriais, comerciais e militar/navais. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, seu poder nacional era não só de três ou quatro vezes o da Itália e o do Japão, como também estava bem à frente da França ou Rússia, e tinha provavelmente alcançado também a Grã-Bretanha. Em junho de 1914, o octogenário lorde Welby lembrava que "a Alemanha de que se recordavam na década de 1850 era um grupo de estados insignificantes, sob príncipes insignificantes";[45] agora, porém, no período de uma geração, se transformara no mais poderoso Estado da Europa, e continuava a crescer. Só isso colocaria "a questão alemã" no epicentro de uma grande parte da política mundial, por mais de meio século a partir de 1890.

Apenas uns poucos detalhes do explosivo crescimento econômico da Alemanha podem ser mencionados aqui.[46] Sua população tinha aumentado de 49 milhões em 1890 para 66 milhões em 1913, a maior na Europa depois da Rússia — mas como os alemães tinham níveis muito mais altos de educação, previdência social e renda *per capita* do que os russos, a nação era forte, tanto na quantidade como na qualidade de sua população. Enquanto, segundo uma fonte italiana, 330 de cada mil recrutas que iniciavam o serviço militar eram analfabetos, as proporções correspondentes eram de 220/1.000 na Áustria-Hungria, 68/1.000 na França e, surpreendentemente, 1/1.000 na Alemanha.[47] Os beneficiários foram não só o exército prussiano, mas também as fábricas que precisavam de trabalhadores especializados, as empresas que necessitavam de estrangeiros bem preparados, os laboratórios que procuravam químicos, as firmas que desejavam gerentes e vendedores — produzidos em abundância pelo sistema escolar alemão, seus institutos politécnicos e universidades. Aplicando os frutos desse conhecimento à agricultura, os fazendeiros alemães utilizavam fertilizantes químicos e a modernização em grande escala para aumentar o rendimento de suas plantações, que era muito superior, em hectare, ao de qualquer outra das grandes potências.[48] Para tranqüilizar os *junkers* e as ligas camponesas, a agricultura alemã recebia considerável proteção tarifária para fazer frente aos alimentos mais baratos produzidos pelos americanos e pelos russos. Não obstante, devido à sua eficiência relativa,

o grande setor agrícola não rebaixou a renda nacional e o produto *per capita* a níveis semelhantes ao que provocou em outras grandes potências continentais.

Foi, porém, na expansão industrial que a Alemanha realmente distinguiu-se naqueles anos. Sua produção de carvão passou de 89 milhões de toneladas em 1890 para 277 milhões de toneladas em 1914, pouco atrás dos 292 milhões da Inglaterra e muito além dos 47 milhões da Áustria-Hungria, dos 40 milhões da França e dos 36 milhões da Rússia. No aço, os aumentos foram ainda mais espetaculares, e a produção alemã em 1914, de 17,6 milhões de toneladas, foi maior do que a britânica, a francesa e a russa combinadas. Mais impressionante ainda foi o desempenho alemão nas indústrias mais novas do século XX, eletricidade, ótica e produtos químicos. Firmas gigantescas, como a Siemens e a AEG, empregando 142 mil pessoas no total, dominavam a indústria elétrica européia. As firmas alemãs de produtos químicos, lideradas pela Bayer e Hoechst, produziam 90% dos corantes industriais do mundo. Esse sucesso refletiu-se naturalmente nos números do comércio exterior da Alemanha, tendo as exportações triplicado entre 1890 e 1913, aproximando-a da Grã-Bretanha, principal exportador mundial. E o que não é de surpreender, sua marinha também cresceu, passando a ser a segunda maior do mundo às vésperas da guerra. Já então sua parcela de produção mundial de manufaturas (14,8%) era superior à da Grã-Bretanha (13,6%) e duas e meia vezes superior à da França (6,1%). A Alemanha tornara-se a usina geradora da economia européia, e nem mesmo a sua falta de capital, da qual tanto se falou, parecia reduzir seu ritmo. É natural, portanto, que nacionalistas como Friedrich Naumann exultassem com essas manifestações de crescimento e o que representavam para a posição da Alemanha no mundo. "A raça alemã é responsável", escreveu ele. "Ela é responsável pelo exército, marinha, dinheiro e poder... Modernos e gigantescos instrumentos do poder só são possíveis quando um povo ativo sente em seus órgãos os sumos da primavera."[49]

Não há nada de surpreendente que publicistas como Naumann e, ainda mais, grupos de expressão extremamente expansionistas como a Liga Pangermânica e a Liga Naval Alemã tenham recebido bem, e defendido, o aumento da influência alemã na Europa e no além-mar. Naquela época de "novo imperialismo", ouviam-se clamores semelhantes em todas as outras grandes potências; como Gilbert Murray observou maldosamente em 1900, *todos* os países pareciam estar dizendo: "Nós somos o escol e a flor das nações... qualificados, acima de tudo, para governar os outros."[50] Talvez fosse mais significativo o fato de que a elite dominante alemã, depois de 1895, também parecesse convencida da necessidade de expansão territorial em grande escala, no momento oportuno, argumentando o almirante Tirpitz que a industrialização e as conquistas alemãs no além-mar eram "tão irresistíveis quanto a lei natural", declarando o chanceler Bülow que "a questão não é querermos colonizar ou não, mas sim que *devemos* colonizar, quer desejemos ou não", e o próprio kaiser Guilherme anunciando soberbamente que a Alemanha "tinha grandes tarefas a desempenhar fora dos estreitos limites da velha Europa", embora ele a imaginasse exercendo uma espécie de "supremacia napoleônica", num sentido pacífico, sobre o continente.[51] Tudo isso representava

uma substancial modificação em relação ao tom da insistência de Bismarck em que a Alemanha era uma potência "saturada", ansiosa de preservar o *status quo* na Europa, e pouco entusiasmada (apesar de suas tentativas coloniais de 1884-1885) com territórios de além-mar. Até mesmo nesse caso seria imprudente exagerarmos a natureza particularmente agressiva do "consenso ideológico" alemão[52] sobre a expansão; estadistas da França e Rússia, Grã-Bretanha e Japão, Estados Unidos e Itália também anunciavam o destino manifesto de *seu* país, embora num tom menos determinista e desvairado.

Realmente significativo no expansionismo alemão era o fato de o país já dispor dos instrumentos de poder para modificar o *status quo*, ou ter os recursos materiais para criar esses instrumentos. A demonstração mais impressionante dessa capacidade foi o rápido fortalecimento da marinha alemã depois de 1898, sob Tirpitz, transformada de sexta maior esquadra do mundo em segunda, tendo à sua frente apenas a Royal Navy inglesa. Às vésperas da guerra, a esquadra de alto-mar consistia de 13 navios de batalha do tipo encouraçado, 16 navios de tipo mais antigo e cinco cruzadores — uma força tão grande que obrigou o almirantado inglês a retirar gradualmente quase todos os seus esquadrões de navios principais do exterior para o mar do Norte; ao mesmo tempo, havia indicações (melhor construção interna, cascos, equipamento óptico, controle de armamentos, treinamento noturno etc.) de que os navios alemães eram superiores.[53] Embora Tirpitz não pudesse conseguir nunca os enormes recursos financeiros para realizar sua meta de criar uma marinha "tão forte quanto a da Inglaterra",[54] ainda assim ele construiu uma força que assustava as frotas rivais da França ou da Rússia.

A capacidade alemã de lutar com êxito em terra parecia, a certos observadores, menos impressionante; na verdade, à primeira vista, o exército prussiano na década anterior a 1914 parecia igualmente eclipsado pelas forças muito maiores da Rússia czarista e equiparado ao da França. Tais aparências, porém, eram enganosas. Por complexas razões de política interna, o governo alemão tinha decidido manter o exército dentro de determinadas proporções, e permitir que a esquadra de Tirpitz aumentasse substancialmente sua parcela do total do orçamento de defesa.[55] Quando as tensas circunstâncias internacionais de 1911 e 1912 levaram Berlim a optar por uma expansão em grande escala do exército, a rápida mudança de perspectiva foi impressionante. Entre 1910 e 1914, seu orçamento do exército passou de 204 milhões de dólares para 442 milhões, ao passo que o da França aumentou apenas de 188 milhões para 197 milhões — e ainda assim a França estava recrutando 89% de sua juventude capaz de servir, ao passo que a Alemanha recrutava apenas 63% para conseguir aquele crescimento. É certo que a Rússia gastava cerca de 324 milhões de dólares em seu exército em 1914, mas com um esforço estupendo: as despesas com a defesa consumiam 6,3% da sua renda nacional, e apenas 4,6% na Alemanha.[56] Com exceção da Grã-Bretanha, a Alemanha suportava "o ônus dos armamentos" mais facilmente do que qualquer outro Estado europeu. Além disso, enquanto o exército prussiano podia mobilizar e equipar milhões de reservistas e — devido à sua melhor educação e treinamento — levá-los logo para a linha de frente, isso era impossível na França e na Rússia. O estado-maior francês sustentava que seus reservistas só podiam ser usados na retaguarda,[57] e a Rússia não dispunha de armas, botas e uniformes para

equipar seu teórico exército de reserva de milhões, nem oficiais para supervisioná-los. Nem mesmo isso, porém, descreve toda a capacidade militar alemã, que também se refletia em fatores inquantificáveis como boas linhas de comunicação interna, esquemas de mobilização mais rápidos, melhor treinamento de oficiais, tecnologia mais avançada, e assim por diante.

Mas o Império Alemão era vulnerável pela sua geografia e pela diplomacia. Como estava no centro do continente, seu crescimento parecia constituir uma ameaça para várias outras grandes potências simultaneamente. A eficiência de sua máquina militar, juntamente com os clamores pangermânicos de reordenação das fronteiras européias alarmava franceses e russos, cuja aproximação provocava. O rápido crescimento da marinha alemã preocupava a Grã-Bretanha, bem como a ameaça potencial alemã aos Países Baixos e norte da França. A Alemanha, na frase de um estudioso, "nasceu cercada".[58] Mesmo que o expansionismo alemão fosse dirigido para além-mar, para onde poderia ir, sem entrar nas esferas de influência das outras grandes potências? Uma aventura na América Latina só poderia ser empreendida ao custo de uma guerra com os Estados Unidos. A expansão na China tinha sido malvista pela Rússia e Grã-Bretanha na década de 1890, e seria impossível depois da vitória japonesa sobre a Rússia em 1905. As tentativas para construir a Ferrovia de Bagdá alarmaram tanto Londres como São Petersburgo. Esforços para tomar as colônias portuguesas foram obstados pelos ingleses. Enquanto os Estados Unidos podiam, aparentemente, expandir sua influência no hemisfério ocidental, o Japão podia penetrar na China, e a Rússia e a Grã-Bretanha no Oriente Médio; enquanto a França "arredondava" suas possessões no noroeste da África, a Alemanha teria de ficar de mãos vazias. Quando Bülow, em seu famoso discurso do "martelo ou bigorna", de 1899, declarou irritadamente: "Não podemos permitir que nenhuma potência estrangeira, nenhum júpiter estrangeiro nos diga: 'O que se vai fazer? O mundo já está dividido' ", expressava um ressentimento generalizado. Não é de surpreender que os publicistas alemães pedissem uma nova divisão do globo.[59]

Na verdade, todas as potências em ascenção querem modificações na ordem internacional estruturada com vantagem para as potências mais velhas, consolidadas.[60] Do ponto de vista de uma *Realpolitik,* a questão era se esse questionador da ordem existente podia conseguir modificações sem provocar demasiada oposição. E embora a geografia desempenhasse um papel importante no caso, a diplomacia também foi significativa. Como a Alemanha não tinha a posição geográfica do Japão, por exemplo, seu estadismo tinha de ser de uma qualidade extraordinariamente melhor. Compreendendo as preocupações e ciúmes que o súbito aparecimento do Segundo Reich causou, Bismarck lutou, depois de 1871, para convencer as outras grandes potências (em especial as potências marginais da Rússia e da Grã-Bretanha) de que a Alemanha não tinha maiores ambições territoriais. Guilherme e seus conselheiros, ansiosos por mostrar o que eram capazes de fazer, foram muito menos cuidadosos. Não só manifestaram seu descontentamento com a ordem existente, como também — e foi essa a maior falha — o processo de decisões em Berlim ocultava, atrás de uma fachada de alta disposição imperial, um caos e uma instabilidade que espantavam a todos os que viram de perto o seu funcionamento. Grande parte disso devia-se às debilidades de caráter do

próprio Guilherme II, mas era exacerbado pelas falhas institucionais da constituição bismarckiana. Sem um órgão (como um ministério ou gabinete) que tivesse coletivamente a responsabilidade da política geral do governo, diferentes departamentos e grupos de interesses perseguiam seus objetivos sem qualquer controle superior, nem ordenação de prioridades.[61] A marinha pensava quase que exclusivamente numa futura guerra com a Inglaterra; o exército planejava a eliminação da França; financistas e homens de negócios desejavam penetrar nos Bálcãs, Turquia e Oriente Próximo, eliminando nesse processo a influência russa. O resultado, queixava-se o chanceler Bethmann Hollweg em julho de 1914, foi "desafiarem todo mundo, atrapalharem todo mundo e na realidade, no curso de tudo isso, não enfraquecerem ninguém".[62] Não era uma receita para o sucesso num mundo cheio de estados-nações egoístas e desconfiados.

Restava, finalmente, o perigo de que a incapacidade de obter êxitos diplomáticos ou territoriais afetasse a delicada política interna da Alemanha de Guilherme, cuja elite *junker* preocupava-se com o (relativo) declínio do setor agrícola, a ascensão da organização dos trabalhadores e a crescente influência da social-democracia num período de surto de industrialização. É certo que depois de 1897 a busca da *Weltpolitik* foi motivada, em grande parte, pelo cálculo de que isso seria politicamente popular e afastaria a atenção das fissuras na política interna da Alemanha.[63] O regime de Berlim, porém, correu sempre o duplo risco de que se recuasse de um confronto com um "Júpiter estrangeiro", a opinião nacionalista interna poderia invectivar o kaiser e seus conselheiros; por outro lado, se o país se empenhasse numa guerra geral, não se saberia ao certo se o patriotismo natural das massas de trabalhadores, soldados e marinheiros seria maior do que sua aversão pelo Estado prussiano-alemão, arquiconservador. Enquanto alguns observadores achavam que a guerra uniria a nação atrás de seu imperador, outros temiam que criasse tensões ainda maiores na estrutura sociopolítica da Alemanha. Mais uma vez, é necessário colocar os fatos no contexto — por exemplo, as debilidades internas da Alemanha não eram, nem de longe, tão sérias quanto as da Rússia ou Áustria-Hungria, mas existiam, e certamente podiam afetar a capacidade que o país tinha de se empenhar numa prolongada guerra "total".

Muitos historiadores argumentaram que a Alemanha imperial era um "caso especial", que seguia um *Sonderweg* ("caminho especial") que um dia culminaria nos excessos do nacional-socialismo. Exclusivamente em termos da cultura e da retórica política existentes por volta de 1900, é difícil identificar qualquer indício nesse sentido: o anti-semitismo russo e austríaco era pelo menos tão forte quanto o alemão, o chauvinismo francês tão acentuado quanto o seu, o sentimento japonês de uma singularidade cultural e de um destino tão generalizado quanto o da Alemanha. Cada uma das potências examinadas aqui era "especial", e numa era de imperialismo, estava ansiosa para afirmar essa condição. A partir do critério do poder político, porém, a Alemanha tinha características singulares de grande importância. Era uma das grandes potências que combinavam a moderna forma industrializada das democracias industriais com as características autocráticas (somos tentados a dizer irresponsáveis) do processo de decisão das monarquias orientais.[64] Era a única potência "recém-chegada" (com exceção dos Estados Unidos) que tinha

realmente a força de desafiar a ordem existente. E era a única grande potência ascendente que, se expandisse suas fronteiras para leste ou oeste, só o poderia fazer às expensas de vizinhos poderosos: era o único país cujo crescimento futuro, nas palavras de Calleo, solapava "diretamente", e não "indiretamente", o equilíbrio europeu.[65] Era uma combinação explosiva para uma nação que achava, na frase de Tirpitz, ser "uma questão de vida ou de morte... recuperar o terreno perdido."[66]

Para os Estados ascendentes, parecia vital a necessidade de se afirmarem, mas para as grandes potências já estabelecidas era ainda mais premente a manutenção de seus espaços. Também sob esse aspecto teremos de mencionar as diferenças muito significativas entre as três potências em questão, Áustria-Hungria, França e Grã-Bretanha — e talvez especialmente entre a primeira e a última. Não obstante, os gráficos de seu poder relativo nas questões mundiais mostrariam que todas estavam claramente mais fracas em fins do século XIX do que 50 ou 60 anos antes,[67] mesmo que seus orçamentos de defesa fossem maiores, e seus impérios coloniais mais extensos, e mesmo (como no caso da França e Áustria-Hungria) que ainda tivessem ambições territoriais na Europa. Além disso, parece justo afirmar que as lideranças dessas nações sabiam que o cenário internacional se tinha tornado mais complicado e ameaçador do que o enfrentado pelos seus antecessores, e que tal consciência as levava a examinar a possibilidade de modificações radicais de política, num esforço para atender às novas circunstâncias.

Áustria-Hungria

Embora o Império Austro-Húngaro fosse, de longe, o mais fraco entre as grandes potências já consolidadas — e, nas palavras de Taylor, o que já estava saindo de suas fileiras[68] — isso não era evidente a partir de uma observação das estatísticas macroeconômicas. Apesar de considerável emigração, sua população passou de 41 milhões em 1890 para 52 milhões em 1914, ultrapassando de muito a da França e Itália, e um pouco a da Grã-Bretanha. O Império também sofreu muita industrialização nessas décadas, embora o ritmo de transformação fosse mais rápido antes do que depois de 1900. Sua produção de carvão em 1914 era de respeitáveis 47 milhões de toneladas, maior que a da França ou Rússia, e mesmo a sua produção de aço e consumo de energia não era significativamente inferior à das potências da Dupla Aliança. Sua indústria têxtil teve um surto, a produção de cerveja e de açúcar de beterraba aumentou, os campos petrolíferos da Galícia foram explorados, a mecanização ocorreu nas propriedades da Hungria, a fábrica de armamentos Skoda multiplicou de tamanho, houve eletrificação nas principais cidades, e o estado promoveu com vigor a construção de ferrovias.[69] De acordo com um dos cálculos de Bairoch, o PNB do Império Austro-Húngaro em 1913 era praticamente o mesmo da França,[70] o que parece um pouco suspeito — como também a alegação de Farrar de que sua parcela do " poder europeu" aumentou de 4,0% em 1890 para 7,2% em 1910.[71] Não obstante, é claro que as taxas de crescimento do império de 1870 a 1913 estavam entre as mais altas da Europa, e que o seu " potencial industrial" crescia ainda mais depressa que o da Rússia.[72]

Mas se examinamos a economia e a sociedade da Áustria-Hungria mais

detalhadamente, surgem falhas significativas. A mais fundamental talvez sejam as enormes diferenças regionais na renda e produção *per capita*, que em grande parte refletiam as diversidades socioeconômicas e étnicas num território que ia dos Alpes Suíços até Bucovina. Não foi apenas o fato de que em 1910 73% da população da Galícia e de Bucovina estavam empregados na agricultura, em comparação com 55% do império como um todo; muito mais significativa e alarmante era a enorme disparidade de riqueza, com uma renda *per capita* na Baixa Áustria (850 coroas) e Boêmia (761 coroas) muito maior do que na Galícia (316 coroas), Bucovina (310 coroas) e Dalmácia (264 coroas).[73] Mas embora fosse nas províncias austríacas e nas terras tchecas que a "partida" industrial estivesse ocorrendo, e na Hungria que se processasse o progresso agrícola, era nas regiões eslavas mais pobres que a população crescia mais depressa. Em conseqüência, o nível de industrialização *per capita* da Áustria-Hungria continuava bem abaixo do nível das principais grandes potências, e apesar de todos os aumentos absolutos de produção, sua parcela da produção industrial mundial ficava em torno de apenas 4,6% naquelas décadas. Não era uma base econômica forte sobre a qual um país com as tarefas da Áustria-Hungria pudesse repousar.

Esse atraso relativo poderia ser compensado por um alto grau de coesão nacional-cultural, como havia no Japão ou na França; mas infelizmente Viena controlava o grupo etnicamente mais diversificado de povos da Europa[74] — quando a guerra foi deflagrada em 1914, por exemplo, a ordem de mobilização foi promulgada em 15 línguas diferentes. A velha tensão existente entre falantes do alemão e falantes do tcheco na Boêmia não era o problema mais sério enfrentado pelo imperador Francisco José e seus conselheiros, muito embora o movimento dos "Jovens Tchecos" lhe desse essa aparência. As tensas relações com a Hungria, que apesar de seu *status* pós-1867 como associado em igualdade de condições entrava freqüentemente em choque com Viena sobre questões como tarifas, tratamento de minorias étnicas, "magiarização" do exército, e assim por diante, eram de tal ordem que em 1899 observadores ocidentais temiam a fragmentação de todo o império, e o ministro do exterior francês, Delcassé, renegociava secretamente os termos da Dupla Aliança com a Rússia, a fim de impedir que a Alemanha ficasse com as terras austríacas e o acesso ao litoral do Adriático. Em 1905, na verdade, o estado-maior em Viena preparava em silêncio um plano de emergência para a ocupação militar da Hungria, caso a crise se agravasse.[75] A lista dos problemas de nacionalidade de Viena não terminava com os tchecos e os magiares. Os italianos do sul ressentiam-se da rígida germanização de seus territórios, e olhavam para o outro lado da fronteira, em busca de ajuda de Roma — tal como os romenos cativos olhavam, em menor grau, para leste, para Bucareste. Os poloneses, em contraste, estavam tranqüilos, em parte porque os direitos que desfrutavam no Império Habsburgo eram superiores aos predominantes nos territórios dominados pelos alemães e pelos russos. O maior perigo para a unidade do império, porém, vinha dos eslavos do sul, já que os grupos dissidentes entre eles voltavam-se, aparentemente, para a Sérvia e, mais à distância, para a Rússia. Concessões às aspirações dos eslavos do sul eram pedidas de tempos em tempos pelos círculos mais liberais em Viena, mas encontravam forte resistência entre a pequena nobreza magiar, que se opunha tanto à redução

da condição especial da Hungria, como também mantinha forte discriminação das minorias étnicas dentro da própria Hungria. Como uma solução política dessa questão era negada aos moderados, a porta abria-se para os nacionalistas austro-alemães, como o comandante do estado-maior, general Conrad, argumentarem que os sérvios e seus simpatizantes deviam ser tratados pela força. Apesar da moderação exercida pelo imperador Francisco José, a força foi sempre um último recurso, caso a sobrevivência do império parecesse estar realmente ameaçada.

Tudo isso afetou, indubitavelmente, o poderio da Áustria-Hungria, e das mais variadas maneiras. Não que a multietnicidade signifique, invariavelmente, debilidade militar. O exército continuou sendo uma instituição unificadora, e extraordinariamente apta a usar toda uma variedade de línguas de comando; nem tinham as suas velhas habilidades de dividir para governar sido esquecidas, quando se tratava de guarnições e deslocamentos de tropas. Era, porém, cada vez mais difícil contar com a cooperação sincera dos regimentos tchecos ou húngaros em certas circunstâncias, e até mesmo a tradicional lealdade dos croatas (usados por séculos ao longo da "fronteira militar") foi corroída pela perseguição húngara. E o que era mais, a resposta clássica de Viena a todas essas reclamações particularistas era amenizá-las com novas comissões, novos empregos, concessões em impostos, ramais ferroviários adicionais e assim por diante. "Havia, em 1914, mais de 3 milhões de funcionários públicos, em setores tão diferentes quanto escolas, hospitais, previdência social, coletoria de impostos, ferrovias, correios etc... de modo que não sobrava muito dinheiro para o próprio exército".[76] De acordo com os números de Wright, as verbas da defesa ficavam com uma parcela das verbas "nacionais" (isto é, do governo central) muito menor no Império Austro-Húngaro do que em qualquer outra grande potência.[77] Em conseqüência, enquanto sua marinha jamais tinha fundos que se comparassem até mesmo com a italiana, para não falarmos da francesa, no Mediterrâneo, todas as verbas do exército oscilavam entre um terço e metade das que cabiam aos exércitos russo e prussiano. As armas do exército, especialmente a artilharia, eram antiquadas e poucas. Devido à falta de recursos, apenas 30% dos efetivos disponíveis eram recrutados, e muitos eram liberados em "licença permanente", ou recebiam apenas oito semanas de treinamento. Não era um sistema destinado a produzir massas de reservistas competentes, para o caso de guerra.[78]

Com a intensificação das tensões internacionais na década posterior a 1900, aproximadamente, a posição estratégica do Império Austro-Húngaro parecia realmente perigosa. Suas divisões internas ameaçavam fragmentar o país, e complicavam as relações com as maioria dos seus vizinhos. Seu crescimento econômico, embora acentuado, não conseguia alcançar as grandes potências principais, como Grã-Bretanha e Alemanha. Ele gastava menos com a defesa, *per capita*, do que muitas das outras potências, e recrutava para o exército uma proporção bastante menor da juventude qualificada do que qualquer das nações continentais. E para coroar tudo, parecia ter tantos inimigos em potencial que seu estado-maior tinha de planejar várias campanhas — uma complicação que poucas, entre as grandes potências, enfrentavam.

O fato de ter o Império Austro-Húngaro tantos inimigos potenciais devia-

se à sua excepcional situação geográfica e multinacional. Apesar da Tríplice Aliança, as tensões com a Itália tornaram-se maiores depois de 1900, e em várias ocasiões Conrad reivindicou um ataque militar ao seu vizinho meridional; embora suas propostas tivessem a rejeição firme tanto do ministro do exterior como do imperador, as guarnições e fortalezas ao longo da fronteira italiana foram constantemente reforçadas. Muito mais distante, Viena também tinha de preocupar-se com a Romênia, que em 1912 tornou-se uma ameaça clara, ao passar-se para o campo contrário. Mas o país que atraía mais animosidade era a Sérvia que, com o Montenegro, parecia um ímã para os eslavos do sul dentro do império e, com isso, um tumor canceroso que tinha de ser eliminado. O único problema com a solução preferida era que um ataque à Sérvia bem poderia provocar uma reação militar do mais formidável rival, a Rússia czarista, que poderia invadir a frente norte exatamente quando o grosso do exército austro-húngaro estivesse avançando para o sul, para além de Belgrado. Embora até mesmo o hiperbeligerante Conrad afirmasse que cabia "aos diplomatas"[79] evitar que o império tivesse de combater todos esses inimigos ao mesmo tempo, seus planos de guerra anteriores a 1914 revelavam o fantástico equilibrismo militar para o qual o exército se tinha de preparar. Enquanto uma força principal (*A-Staffel*) de nove corpos de exército devia estar preparada para ser usada contra (!) a Itália ou a Rússia, um grupo menor de três corpos de exército seria mobilizado contra Sérvia-Montenegro (*Minimalgruppe Balkan*). Além disso, uma reserva estratégica de quatro corpos de exército (*B-Staffel*) manter-se-ia pronta "seja para reforçar *A-Staffel* e transformá-lo em poderosa força ofensiva, ou, se não houver perigo da Itália ou Rússia, unir-se ao *Minimalgruppe Balkan* para uma ofensiva contra a Sérvia".[80]

"A essência da questão", como se disse, "era simplesmente que a Áustria-Hungria estava tentando agir como grande potência, dispondo dos recursos de uma potência de segunda ordem".[81] Os esforços desesperados para ser forte em todas as frentes encerravam o perigoso risco de tornar o império fraco em todas elas; faziam, pelo menos, exigências sobre-humanas ao sistema ferroviário do país e aos oficiais que o controlariam. E mais ainda, esses dilemas operacionais confirmavam o que a maioria dos observadores em Viena tinha admitido com relutância desde 1870: na hipótese de uma guerra de grandes potências, a Áustria-Hungria precisaria de apoio alemão. Isso não aconteceria numa guerra puramente austro-italiana (embora, apesar das constantes ameaças de Conrad, esta fosse a contingência menos provável); mas a assistência militar alemã seria certamente necessária se a Áustria-Hungria se envolvesse numa guerra com a Sérvia, e esta fosse então ajudada pela Rússia. Daí as repetidas tentativas de Conrad, antes de 1914, de obter garantias britânicas quanto a isso. Finalmente, a natureza barroca desse planejamento operacional refletia, mais uma vez, aquilo que muitos contemporâneos percebiam, mas alguns historiadores posteriores se recusaram a admitir:[82] que se as explosões nacionalistas do descontentamento nos Bálcãs, e no próprio império, continuassem, as possibilidades de preservar o legado singular, mas anacrônico, do kaiser Francisco José seriam quase impossíveis. E quando isso acontecesse, o equilíbrio europeu estaria prejudicado.

França

A França dispunha, em 1914, de vantagens consideráveis sobre a Áustria-Hungria. Talvez a mais importante fosse a de ter apenas um inimigo, a Alemanha, contra o qual todos os recursos nacionais poderiam ser concentrados. Isso não tinha acontecido em fins da década de 1880, quando a França desafiava a Grã-Bretanha no Egito e África Ocidental, e se empenhava numa acirrada corrida naval contra a marinha inglesa, discutia com a Itália a ponto de chegar quase às vias de fato, e se preparava para a *revanche* contra a Alemanha.[83] Mesmo quando políticos mais cautelosos retiraram o país dessa posição perigosa e depois o levaram para as fases iniciais da aliança com a Rússia, o dilema estratégico francês ainda era agudo. Seu inimigo mais formidável era, evidentemente, o Império Alemão, agora mais poderoso do que nunca. Mas o desafio colonial e naval da Itália (tal como era visto pelos franceses) também constituía uma preocupação, não só em si mesmo, mas porque uma guerra com a Itália arrastaria quase certamente seu aliado alemão. Para o exército, isso significava que um número considerável de divisões teria de postar-se a sudeste; para a marinha, agravava o velho problema estratégico de concentrar a esquadra em portos mediterrâneos ou atlânticos, ou correr o risco de dividi-la em duas forças menores.[84]

Tudo isso se complicava ainda mais pela rápida deterioração das relações anglo-francesas que se seguiu à ocupação britânica do Egito em 1882. A partir de 1884, os dois países empenharam-se numa crescente corrida naval, que do lado britânico estava associada à possível perda de sua linha mediterrânea de comunicações e (ocasionalmente) aos receios de uma invasão francesa pelo canal da Mancha.[85] Ainda mais persistentes e ameaçadores eram os freqüentes choques coloniais anglo-franceses. A Inglaterra e a França tinham brigado em relação ao Congo em 1884-1885 e em relação à África Ocidental durante as décadas de 1880 e 1890. Em 1893, pareciam estar à beira da guerra pelo Sião. A crise mais grave ocorreu em 1898, quando sua rivalidade de 16 anos sobre o controle do vale do Nilo chegou ao auge no confronto entre o exército de Kitchener e a pequena expedição de Marchand, em Fashoda. Embora os franceses tivessem recuado naquela ocasião, eram imperialistas enérgicos e ousados. Nem os habitantes de Timbuktu nem os de Tonkin teriam considerado a França como uma potência em declínio, longe disso. Entre 1871 e 1900, a França tinha acrescentado mais de 9 milhões de quilômetros quadrados aos seus territórios coloniais e tinha, indiscutivelmente, o maior império de além-mar, depois da Inglaterra. Embora o comércio com essas terras não fosse grande, a França tinha formado um considerável exército colonial e uma série de bases navais excelentes, de Dacar a Saigão. Até mesmo em pontos que não colonizara, como o Levante e o sul da China, a influência francesa era grande.[86]

Já se disse que a França foi capaz de colocar em prática uma política colonial tão dinâmica porque as estruturas de governo tinham permitido que um pequeno grupo de burocratas, governadores coloniais e entusiastas do *parti colonial* colocasse em prática estratégias "avançadas", que os ministérios da Terceira República, de fugaz duração, poucas possibilidades tinham de controlar.[87] Mas se o estado volátil da política parlamentarista francesa tinha, inadvertidamente, dado vigor e coerência à sua política imperial — colocando-

a nas mãos de funcionários permanentes e seus amigos no grupo de pressão colonial — teve, porém, um impacto muito menos feliz sobre os assuntos navais e militares. As rápidas mudanças de regime, por exemplo, trouxeram consigo novos ministros da marinha, alguns dos quais meros políticos, outros de vigorosas opiniões (mas sempre diferentes) sobre estratégia naval. Em conseqüência, embora grandes somas fossem destinadas à armada francesa nessas décadas, o dinheiro não era bem empregado: os programas de construção refletiam as freqüentes modificações de preferência, passando de uma estratégia de *guerre de course* (ataques ao comércio) para outra de firme apoio às belonaves, deixando a esquadra com uma heterogênea coleção de navios que não podiam enfrentar os ingleses ou, mais tarde, os alemães.[88] Mas o impacto da política sobre a marinha francesa é obscurecido em comparação com seu efeito sobre o exército, onde a forte aversão a políticos republicanos, evidenciada pelos oficiais, e toda uma série de choques entre civis e militares (dos quais o caso Dreyfus foi apenas o mais notório) enfraqueceram a tessitura da França e colocaram em questão tanto a lealdade quanto a eficiência do exército. Só com o notável renascimento nacionalista, posterior a 1911, essas disputas entre civis e militares foram postas de lado, numa cruzada comum contra o inimigo alemão. Muitos, porém, indagavam se uma dose demasiada de política não teria causado um dano irreparável às forças armadas francesas.[89]

A outra limitação interna óbvia ao poderio francês era o estado de sua economia.[90] A posição, no caso, é complexa, e tornou-se ainda mais complexa pelas predileções dos historiadores econômicos por diferentes índices. No lado positivo:

> Esse período viu um grande desenvolvimento nas instituições bancárias e financeiras que participavam do investimento industrial e do empréstimo externo. A indústria do ferro e aço foi criada em linhas modernas e grandes fábricas novas foram construídas, especialmente nos campos de minério da Lorena. Nas regiões carboníferas do norte da França, surgiu a feia e conhecida paisagem de uma sociedade industrial. Importantes passos foram dados na engenharia e nas indústrias mais novas... A França tinha seus empresários e inovadores notáveis que conquistaram lugar de destaque no fim do século XIX e princípio do século XX nas indústrias do aço, de engenharia, de automóveis e aviões. Firmas como Schneider, Peugeot, Michelin e Renault estavam na vanguarda.[91]

Até o aparecimento dos métodos de produção em massa de Henry Ford, na verdade, a França era a principal produtora de automóveis no mundo. Houve um novo surto de construção de ferrovias na década de 1880, que juntamente com melhores telégrafos, sistemas postais e vias fluviais aumentaram a tendência no sentido de um mercado nacional. A agricultura foi protegida pela tarifa Méline de 1892, e manteve uma produção de alta qualidade, com grande valor *per capita* adicional. Dados esses índices de expansão econômica absoluta e o pequeno aumento da população nessas décadas, as medidas do produto relacionadas com essa população parecem impressionantes — por exemplo, as taxas de crescimento *per capita*, o valor das exportações *per capita* etc.

Finalmente, havia o fato inegável de que a França era imensamente rica em termos de capital móvel, que podia ser (e era, sistematicamente) aplicado de modo a servir aos interesses da diplomacia e estratégia do país. O indício mais marcante disso foi o rápido pagamento das indenizações à Alemanha, em 1871, que, pelos cálculos errôneos de Bismarck, iriam minar a energia da França por muito anos. Mas no período seguinte, o capital francês também foi exportado para vários países, dentro e fora da Europa. Em 1914, os investimentos externos da França totalizavam 9 bilhões de dólares, ficando atrás apenas da Grã-Bretanha. Além de terem ajudado a industrializar partes consideráveis da Europa, inclusive Espanha e Itália, esses investimentos proporcionaram grandes vantagens à própria França. O lento afastamento da Itália da Tríplice Aliança, na passagem do século, foi ajudado, se não totalmente causado, pela sua necessidade de capital. Os empréstimos franco-russos à China, em troca de concessões ferroviárias e outras, foram quase sempre levantados em Paris e encaminhados por intermédio de São Petersburgo. Os maciços investimentos franceses na Turquia e Bálcãs — que os frustrados alemães não puderam nunca igualar antes de 1914 — deram-lhe uma vantagem, não só em termos político-culturais, mas também na obtenção de contratos para armas francesas, e não alemãs. Acima de tudo, a França prodigalizou dinheiro para a modernização de sua aliada russa, desde o lançamento do primeiro empréstimo no mercado de Paris em outubro de 1888 até a crítica oferta em 1913 de emprestar 500 milhões de francos — sob condição de que o sistema ferroviário estratégico russo nas províncias polonesas fosse muito ampliado, de modo que o "rolo compressor russo" pudesse ser mobilizado mais depressa para esmagar a Alemanha.[92] Foi a demonstração mais clara, até então, da capacidade francesa de usar seus recursos financeiros para promover seu próprio poderio estratégico (apesar da ironia de que, quanto mais eficiente se tornasse a máquina militar russa, mais os alemães se tinham de preparar para atacar rapidamente a França).

Mais uma vez, porém, se usarmos os dados econômicos comparativos, essa imagem positiva do crescimento da França desaparece. Embora fosse certamente uma investidora em grande escala no exterior, há poucos indícios de que esse capital tivesse trazido à França um retorno ótimo, seja em termos de juros ganhos[93] ou em termos de um aumento de encomendas de produtos franceses; com demasiada freqüência, mesmo na Rússia, os comerciantes alemães ficavam com a parte do leão do comércio de importação. A proporção alemã de produtos manufaturados exportados para a Europa já tinha alcançado a França em princípios da década de 1880; em 1911 era quase duas vezes maior. Mas isso, por sua vez, refletia o fato estranho de que, embora a economia francesa tivesse sofrido com a vigorosa concorrência industrial britânica uma ou duas gerações antes, era agora afetada pelo crescimento do gigante industrial alemão. Com exceções realmente raras, como a indústria automobilística, as estatísticas comparativas medem, repetidas vezes, esse eclipse. Às vésperas da guerra, seu potencial industrial total era apenas de 40% da Alemanha, sua produção de aço era pouco mais de um sexto, a produção de carvão mal chegava a um sétimo. O carvão, aço e ferro produzidos eram geralmente mais caros, saídos de fábricas menores e minas menos ricas. Da mesma forma, apesar de todos os propalados avanços da indústria química

francesa, o país dependia maciçamente das importações alemãs. Tendo em vista suas fábricas pequenas, seus processos antiquados e grande dependência de mercados locais protegidos, não é de surpreender que o crescimento industrial da França, no século XIX, tenha sido friamente descrito como "artrítico... hesitante, espasmódico e lento".[94]

Nem constituíam um consolo os seus bucólicos encantos, pelo menos em termos de poder e riqueza relativos. Os golpes desfechados pela doença à produção de seda e vinho não foram nunca superados; e o que a tarifa Méline fez, num esforço de proteger a renda dos agricultores e preservar a estabilidade social, foi tornar mais lento o êxodo rural e apoiar produtores ineficientes. A agricultura representando ainda 40% da população ativa em torno de 1910 e ainda esmagadoramente composta de pequenas propriedades constituía um peso evidente, tanto sobre a produtividade como sobre a riqueza geral da França. Os dados de Bairoch mostram que o PNB francês em 1913 era apenas 55% do PNB da Alemanha, e sua parcela na produção manual de manufaturados ficava em torno de 40% da alemã. Wright situa sua renda nacional na casa dos 6 bilhões de dólares em 1914, em comparação com os 12 bilhões de dólares da Alemanha.[95] Outra guerra com seu vizinho do leste, se a França ficasse sozinha, só poderia repetir o resultado de 1870-1871.

Em muitos desses índices comparativos, a França tinha ficado bem atrás dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Rússia, bem como a Alemanha, de modo que em princípios do século XX era apenas a quinta entre as grandes potências. Mas era a erosão do poderio francês em relação à Alemanha que importava, simplesmente devido às relações amargas entre os dois países. Sob esse aspecto, as tendências eram sombrias. Enquanto a população alemã cresceu em cerca de 18 milhões entre 1890 e 1914, a da França aumentou em pouco mais de um milhão. Isso, juntamente com a maior riqueza nacional da Alemanha, significava que, por mais que os franceses tentassem acompanhá-la militarmente, ficavam sempre para trás. Recrutando mais de 80% de sua juventude em condições de servir, a França tinha criado um exército espantosamente grande para o seu tamanho, pelo menos de acordo com certas medidas: por exemplo, as 80 divisões que podia mobilizar numa população de 40 milhões comparavam-se favoravelmente com as 48 divisões da Áustria para uma população de 52 milhões. Mas isso de pouco valia contra a Alemanha imperial. Não só o estado-maior prussiano podia, empregando suas reservas mais bem treinadas, mobilizar pouco mais de cem divisões, como tinha um enorme potencial humano a que recorrer — quase 10 milhões de homens no grupo etário adequado, em comparação com os cinco milhões da França. E tinha o fantástico número de 112 mil suboficiais bem treinados — elemento chave num exército em expansão — em comparação com os 48 mil da França. Além disso, embora a Alemanha destinasse uma proporção menor de sua renda nacional aos gastos militares, dedicava muito mais, em termos absolutos. Durante toda a década de 1870 e 1880, o alto comando francês lutou em vão contra "uma condição de inferioridade inaceitável";[96] às vésperas da Primeira Guerra Mundial, os memorandos confidenciais sobre a superioridade material alemã eram igualmente alarmantes: "4.500 metralhadoras para as 2.500 da França, 6 mil canhões de 77 milímetros contra os 3.800 de 75 da França, e um monopólio quase total da artilharia pesada."[97] O último aspecto, em particular, evidenciava o pior da debilidade francesa.

Não obstante, o exército francês foi para a batalha em 1914 confiante na vitória, tendo abandonado sua estratégia defensiva em favor de uma ofensiva total, o que refletia a maior ênfase sobre o moral, que Grandmaison e outros procuravam inculcar-lhe — como compensação psicológica, suspeita-se, por essas debilidades materiais. "Nem os números, nem as máquinas miraculosas determinarão a vitória", pregou o general Messing. "Esta irá para os soldados com coragem e qualidade — e com isso quero dizer capacidade física e moral superiores, vigor ofensivo."[98] Essa segurança ligava-se ao "renascimento patriótico" na França, ocorrido depois da crise marroquina de 1911, e que sugeria ser ela capaz de lutar melhor do que em 1870, apesar das divisões políticas e de classe que lhe tinham dado uma aparência tão vulnerável durante o caso Dreyfus. A maioria dos peritos militares supunha que a guerra seria curta. O importante, portanto, era o número de divisões que podiam ser colocadas imediatamente em ação, e não o tamanho da indústria química e siderúrgica alemã, nem os milhões de recrutas potenciais de que a Alemanha dispunha.[99]

Esse renascimento da confiança nacional talvez tenha sido mais fortemente afetado pela melhoria na posição internacional da França, assegurada pelo ministro do exterior, Delcassé, e seus diplomatas, depois da passagem do século.[100] Não só tinham alimentado e mantido a ligação vital com São Petersburgo, apesar de todos os esforços diplomáticos do governo do kaiser para enfraquecê-la, como também tinham melhorado constantemente as relações com a Itália, praticamente afastando-a da Tríplice Aliança (e com isso reduzindo o problema estratégico de ter de lutar na Savóia, bem como na Lorena). E mais importante ainda, os franceses tinham sido capazes de solucionar suas diferenças coloniais com a Grã-Bretanha na *entente* de 1904 e, em seguida, convencer os principais membros do governo liberal em Londres que a segurança da França era do interesse nacional britânico. Embora razões de política interna na Inglaterra impedissem uma aliança fixa, as possibilidades de a França obter futura ajuda britânica melhoravam com cada navio acrescentado à esquadra alemã de alto-mar, e a cada indício de que um ataque alemão pelo oeste se faria através da Bélgica neutra. Se a Grã-Bretanha interviesse, os alemães teriam de preocupar-se não só com a Rússia, mas também com o efeito que a marinha inglesa teria sobre a sua esquadra, com a destruição de seu comércio de além-mar, e com uma pequena, mas significativa, força expedicionária britânica colocada no norte da França. Lutar contra os boches tendo a Rússia e a Inglaterra como aliadas tinha sido o sonho francês desde 1871; agora, ele parecia uma realidade clara.

A França não era bastante forte para opor-se à Alemanha numa luta singular, e todos os governos franceses estavam dispostos a evitar isso. Se a marca de uma grande potência é a disposição e a capacidade de enfrentar qualquer outra, então a França (como a Áustria-Hungria) tinha baixado a uma posição inferior. Mas essa definição parecia demasiado abstrata, em 1914, para uma nação que se sentia psicologicamente preparada para a guerra,[101] militarmente mais forte do que nunca, rica e, acima de tudo, contando com aliados poderosos. Se uma combinação de todos esses aspectos seria capaz de permitir à França resistir mesmo à Alemanha, é uma questão aberta, mas a maioria dos franceses parecia pensar que sim.

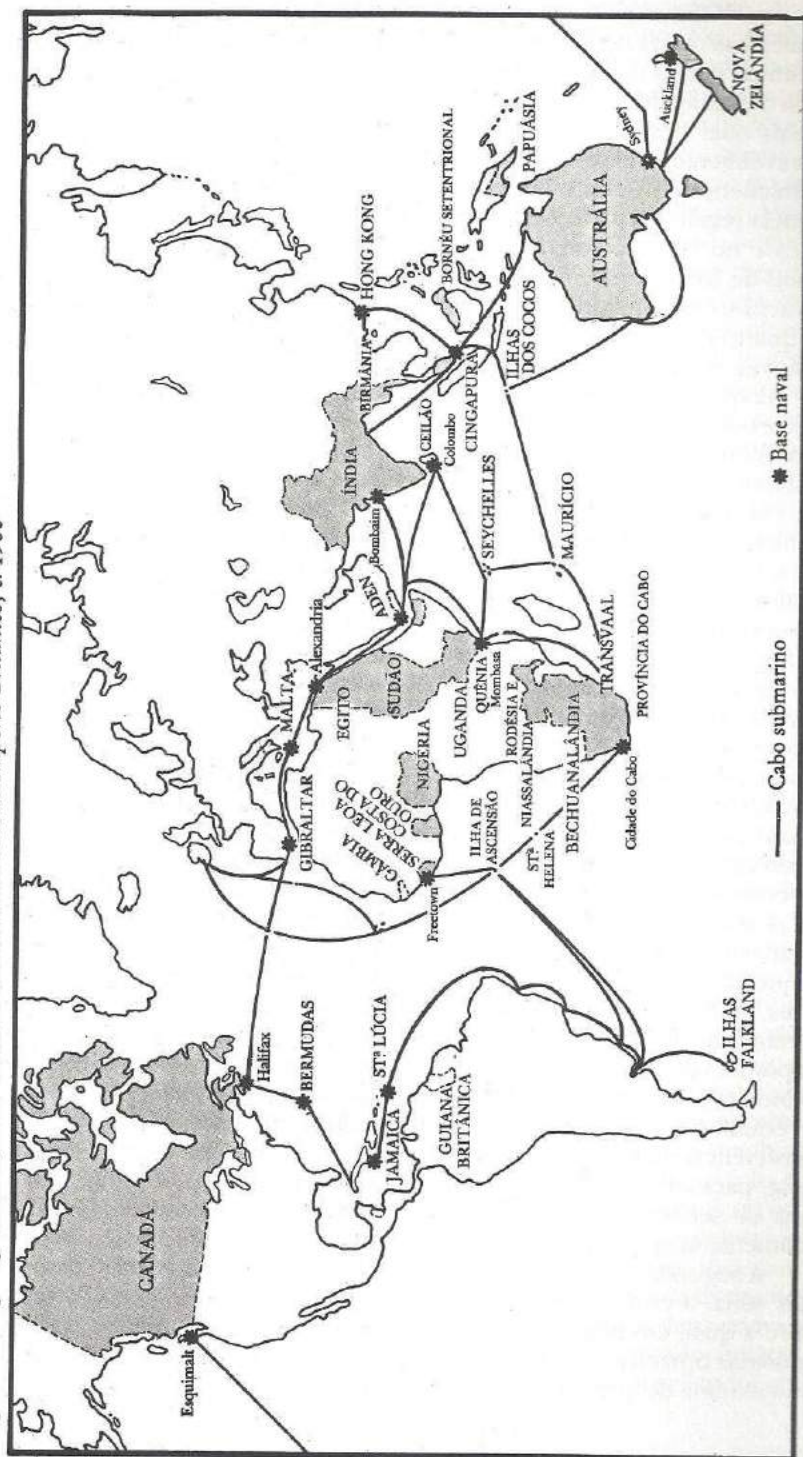
Grã-Bretanha

À primeira vista, a Grã-Bretanha era impressionante. Em 1900 ela controlava o maior império já visto pelo mundo, cerca de 31 milhões de quilômetros quadrados de terras e talvez um quarto da população do globo. Nas três décadas anteriores, apenas, tinha acrescentado quase 11 milhões de quilômetros quadrados e 66 milhões de pessoas ao seu império. Não foi apenas um historiador crítico posterior, mas também os franceses, e os alemães, os ashantis e os birmaneses, e muitos outros na época, que sentiram o seguinte:

> Tinha ocorrido, no meio século antes da guerra [de 1914], uma tremenda expansão do poderio britânico, acompanhado de uma acentuada falta de simpatia por qualquer ambição semelhante da parte de outras nações... Se algum país fez realmente uma tentativa no sentido de um poderio mundial, foi a Grã-Bretanha. De fato, fez mais do que isso, ela realizou esse poderio. Os alemães apenas falavam em construir uma ferrovia para Bagdá. A rainha da Inglaterra era imperatriz da Índia. Se alguma nação perturbou o equilíbrio de poder do mundo, foi a Grã-Bretanha.[102]

Havia outros indicadores da força britânica: os enormes aumentos da marinha inglesa, cujo poderio era igual ao das duas maiores esquadras depois dela; a rede sem paralelo de bases navais e estações de cabos submarinos em volta do globo; a maior marinha mercante do mundo, transportando produtos da que era ainda a maior nação comerciante do mundo; e os serviços financeiros da City de Londres, que faziam da Inglaterra o maior investidor, banqueiro, segurador e comerciante de mercadorias na economia global. As multidões que aclamaram o Jubileu de Diamante da rainha Vitória em 1897 tinham alguma razão para estar orgulhosas. Sempre que se falava dos três ou quatro impérios mundiais do século que chegava, a Grã-Bretanha — mas não a França, a Áustria-Hungria, ou muitos outros candidatos — estava sempre na lista.

Se, porém, fosse visto de outras perspectivas — digamos, pelos sóbrios cálculos da "mentalidade oficial" britânica,[103] ou dos historiadores que trataram posteriormente do colapso do poder britânico — o final do século XIX não era certamente uma época em que o império estivesse fazendo uma "tentativa de poderio mundial". Pelo contrário, aquela "tentativa" tinha sido feita um século antes e chegou ao auge na vitória de 1815, que permitiu ao país vicejar no meio século seguinte de inquestionada preeminência marítima e imperial. Depois de 1870, o oscilante equilíbrio de forças mundiais estava corroendo a supremacia britânica de duas maneiras ominosas e que interagiam. A primeira foi a difusão da industrialização e as modificações dos pesos militares e navais que disso decorreram, e que enfraqueceram mais a posição relativa do Império Britânico do que a de qualquer outro país, por ser ele *a* grande potência consolidada, com menos a ganhar do que a perder com as alterações fundamentais no *status quo*. A Grã-Bretanha não foi tão diretamente afetada quanto a França e a Áustria-Hungria pelo aparecimento de uma Alemanha unificada, poderosa (só depois de 1904-1905 Londres realmente teria de enfrentar esse problema). Mas ela era *o* estado mais atingido pela ascenção do poderio americano, já que os interesses britânicos (Canadá, bases navais nas Caraíbas, comércio e investimento na América Latina) eram muito mais destacados no hemisfério ocidental do que os de qualquer outro país

Mapa 8: *Principais possessões, bases navais e cabos submarinos do Império Britânico, c. 1900*

europeu.[104] Era *o* país mais afetado pela expansão das fronteiras e ferrovias estratégicas russas no Turquestão, já que todos podiam ver a ameaça que isso constituía para a influência britânica no Oriente Próximo e no golfo Pérsico e, em última análise, talvez para seu controle do subcontinente indiano.[105] Era *o* país que, desfrutando a maior parcela do comércio exterior da China, provavelmente teria seus interesses comerciais seriamente prejudicados pelo retalhamento do Celeste Império ou pelo aparecimento de uma nova força naquela região.[106] Da mesma forma, era *a* potência cuja posição relativa na África e no Pacífico seria mais afetada pela corrida em busca de colônias, depois de 1880, já que tinha (na expressão de Hobsbawm) "trocado o império informal sobre a maioria do mundo subdesenvolvido pelo império formal de um quarto dele"[107] — o que não foi um bom negócio, apesar da continuação de novas aquisições para os domínios da rainha Vitória.

Enquanto alguns desses problemas (na África ou China) eram bastantes novos, outros (a rivalidade com a Rússia na Ásia, e com os Estados Unidos no hemisfério ocidental) tinham preocupado muitos governos britânicos anteriores. A diferença, agora, estava no poderio relativo dos vários estados desafiadores, que era muito maior, e no fato de que as ameaças pareciam surgir quase simultaneamente. Assim como o Império Austro-Húngaro estava preocupado por ter de enfrentar vários inimigos dentro da Europa, assim também os estadistas britânicos tinham de empenhar-se num jogo diplomático e estratégico que era literalmente mundial em suas dimensões. No crítico ano de 1895, por exemplo, o Gabinete preocupava-se com a possível fragmentação da China, depois da Guerra Sino-Japonesa, com o colapso do Império Otomano em conseqüência da crise armênia, com o possível choque com a Alemanha em relação à África do Sul, quase ao mesmo tempo em que ocorriam desentendimentos com os Estados Unidos sobre as fronteiras da Venezuela com a Guiana Britânica, com as expedições militares francesas na África equatorial, e com o expansionismo russo na direção do Hindu Kush.[108] Era um ato de equilibrismo que tinha de ser realizado também em termos navais, não importando a regularidade dos aumentos do orçamento da Marinha Real, pois ela já não podia "dominar os mares" frente às cinco ou seis esquadras estrangeiras que estavam sendo construídas na década de 1890, ao contrário do que ocorria em meados do século. Como o Almirantado observou repetidas vezes, podia enfrentar o desafio americano no hemisfério ocidental, mas teria de retirar navios de guerra das águas européias, tal como podia aumentar as proporções da esquadra no Extremo Oriente, mas enfraquecendo os esquadrões no Mediterrâneo. Não podia ser forte em toda parte. Finalmente, era um ato de equilibrismo que tinha de ser realizado em termos militares com a transferência de batalhões de Aldershot para o Cairo, ou da Índia para Hong Kong, para atender à mais recente emergência — e não obstante, tudo isso tinha de ser feito por uma força de voluntários, de pequenas proporções, totalmente eclipsada pelos exércitos maciços ao modelo prussiano.[109]

A segunda debilidade era menos imediata e dramática, mas talvez ainda mais séria: a erosão da primazia industrial e comercial da Grã-Bretanha, e sobre a qual, em última análise, repousava a força naval, militar e imperial. Indústrias britânicas tradicionais, como carvão, têxtil e produtos siderúrgicos, aumentaram de produção em termos absolutos, nessas décadas, mas sua

parcela relativa da produção mundial diminuiu constantemente. E nas indústrias mais novas, e cada vez mais importantes, como aço, produtos químicos, máquinas operatrizes e artigos elétricos, a Grã-Bretanha perdeu logo a vantagem que por acaso tinha. A produção industrial, que crescera a um índice anual de cerca de 4% no período de 1820 a 1840, e cerca de 3% entre 1840 e 1870, diminuiu de ritmo: entre 1875 e 1894 cresceu a pouco mais de 1,5% anualmente, muito menos do que o crescimento dos principais rivais do país. Essa perda de supremacia industrial foi logo sentida na intensa competição pela conquista de clientes. A princípio, as exportações britânicas foram afastadas, pelos preços, de sua posição favorável nos mercados europeus e norte-americanos industrializados, freqüentemente protegidos por altas barreiras tarifárias, e depois afastadas de certos mercados coloniais, onde as outras potências concorriam tanto comercialmente como impondo tarifas nos territórios que anexavam; e finalmente, a indústria britânica viu-se enfraquecida pela sempre crescente importação de manufaturados estrangeiros para o mercado interno desprotegido — o mais claro indício de que o país se estava tornando não-competitivo.

A redução da produtividade britânica e a queda de competitividade em fins do século XIX têm sido dos assuntos mais investigados da história econômica.[110] Envolveram questões complexas, como o caráter nacional, diferenças de geração, *ethos* social e sistema educacional, bem como razões econômicas mais específicas, como baixo investimento, parque industrial antiquado, más relações industriais, pouca capacidade de vendagem, e assim por diante. Para os estudiosos da grande estratégia, preocupados com o quadro *relativo*, essas explicações são menos importantes do que o fato de estar o país, como um todo, perdendo terreno constantemente. Enquanto em 1880 o Reino Unido ainda encerrava 22,9% da produção mundial de manufaturados, esse número se tinha reduzido a 13,6% em 1913; e enquanto sua parcela do comércio mundial era de 23,2% em 1880, passou a ser apenas 14,1% em 1911-1913. Em termos de força industrial, tanto os Estados Unidos como a Alemanha imperial tinham passado à sua frente. A "oficina do mundo" estava agora em terceiro lugar, não porque não estivesse crescendo, mas porque os outros cresciam mais depressa.

Nada atemorizava mais o ponderado imperialista britânico do que esse declínio econômico relativo, simplesmente devido ao seu impacto sobre o *poderio* britânico. "Suponhamos que uma indústria ameaçada (pela concorrência estrangeira) esteja na raiz mesma de seu sistema de defesa nacional — o que farão então?", perguntou o professor W.A.S. Hewins em 1904. "Não poderíamos continuar sem uma indústria de ferro, uma grande indústria de engenharia, porque na guerra moderna não teríamos os meios de produzir, e manter em estado de eficiência, nossas esquadras e exércitos".[111] Em comparação com esse fato, as questões sobre fronteiras coloniais na África Ocidental, ou sobre o futuro das ilhas Samoa, eram triviais. Daí o interesse dos imperialistas pela reforma tarifária — o abandono dos preceitos do livre comércio a fim de proteger as indústrias britânicas — e por laços mais estreitos com os domínios brancos, a fim de assegurar tanto as contribuições para a defesa como um mercado imperial exclusivo. A Grã-Bretanha se tinha tornado então, na assustadora frase de Joseph Chamberlain, "o Titã cansado [oscilando] sob o

orbe demasiado grande de sua sorte".[112] Nos próximos anos, advertiu o Primeiro Lorde do Almirantado, "o Reino Unido não será bastante forte, sozinho, para manter o lugar que lhe cabe junto dos E.U.A. ou Rússia, e provavelmente, Alemanha. Seremos postos de lado pelo nosso simples peso".[113]

Não obstante, se os imperialistas estavam indubitavelmente certos a longo prazo — "o Império, que está celebrando o centenário de Trafalgar, sobreviverá para um outro?", perguntava com pessimismo o influente jornalista Garvin em 1905[114] — quase todos tendiam a exagerar os perigos contemporâneos. O comércio do ferro e aço e a indústria das máquinas operatrizes tinham sido ultrapassados em vários mercados, mas certamente não tinham sido eliminados. A indústria têxtil desfrutou de um surto de exportação nos anos anteriores a 1914 que só retrospectivamente pode ser considerado como um veranico. A indústria de construção naval — vital tanto para a armada como para a florescente marinha mercante — ainda era excepcional, lançando mais de 60% da tonelagem mercante do mundo e 33% dos navios de guerra, nessas décadas, o que oferecia algum consolo para os que temiam que o país se tornasse também dependente de alimentos e matérias-primas importados, em tempo de guerra. Era verdade que se a Grã-Bretanha entrasse num conflito prolongado, maciçamente industrializado, entre as grandes potências, veria que grande parte de sua indústria de armamentos (por exemplo, obuses, artilharia, aviação, rolamentos, equipamento óptico, ímãs, tintas) era inadequada, refletindo o pressuposto tradicional de que o exército britânico era para ser movimentado e equipado para pequenas guerras coloniais, e não para gigantescas lutas continentais. Mas na maior parte desse período, foram estas, exatamente, as lutas de que o exército participou. E se a esgotante, prolongada, guerra "moderna" das trincheiras e metralhadoras, que pelo menos alguns especialistas já previam em 1898, viesse a ocorrer, então os ingleses não seriam os únicos a carecer do equipamento correto.

Que a Grã-Bretanha também tinha pontos fortes econômicos nesse período deve constituir, portanto, uma advertência contra uma descrição demasiado sombria e geral dos problemas do país. Em retrospecto, podemos afirmar, "De 1870 a 1970 a história da Grã-Bretanha foi de declínio constante e quase ininterrupto, econômica, militar e politicamente, em relação às outras nações, desde o auge da prosperidade e poder que a sua revolução industrial proporcionou em meados do século XIX";[115] há, porém, o perigo de exagerar e aumentar o ritmo desse declínio, e de não levar em conta os pontos fortes consideráveis no país, mesmo na esfera não-industrial. A Grã-Bretanha era, em primeiro lugar, imensamente rica, tanto internamente como no exterior, embora o Tesouro britânico se sentisse muito pressionado nas duas décadas anteriores a 1914, quando a tecnologia mais recente duplicou, ou mais, o preço de um navio de guerra isolado. Além disso, os aumentos nas proporções do eleitorado levavam, pela primeira vez, a um considerável dispêndio "social". Mas se o aumento de despesas com "canhões e manteiga" parecia alarmante em termos absolutos, isso acontecia porque o estado vinha tomando muito pouco do indivíduo em impostos, e gastando pouco da renda nacional em finalidades governamentais. Mesmo em 1913, a despesa total do governo central *e* governo local foi igual a apenas 12,3% do PNB. Assim, embora a Grã-

Bretanha fosse um dos países que mais gastavam com a defesa antes de 1914, tinha de destinar a ela uma parcela de sua renda nacional menor do que a de qualquer outra grande potência na Europa;[116] e se os arquiimperialistas tendiam a depreciar a força *financeira* da Grã-Bretanha, em contraposição ao poder *industrial*, basta lembrar que ela tinha a soma fantástica de cerca de 19,5 bilhões de dólares investidos além-mar naquela época, o que representava cerca de 43% dos investimentos mundiais no exterior,[117] e constituiu uma fonte indubitável de riqueza nacional. Não há dúvidas de que ela podia custear até mesmo uma guerra em grande escala, onerosa, se necessário; podia-se duvidar de sua possibilidade de preservar sua cultura política liberal — de livre comércio, baixos dispêndios governamentais, falta de recrutamento, dependência sobretudo da marinha — se fosse forçada a dedicar uma parte cada vez maior de seus recursos nacionais aos armamentos e à moderna guerra industrializada.[118] Mas era indiscutível o fato de que ela possuía uma bolsa recheada.

Outros fatores também melhoravam a posição da Grã-Bretanha entre as grandes potências. Embora fosse cada vez mais difícil pensar em defender as fronteiras *terrestres* do império numa época em que as ferrovias estratégicas e os exércitos maciços estavam solapando a segurança geopolítica da Índia e de outras possessões,[119] a insularidade das Ilhas Britânicas continuava oferecendo a grande vantagem de sempre — libertando sua população do medo de uma súbita invasão por exércitos vizinhos, permitindo a ênfase no poder marítimo em lugar do poder terrestre, e dando aos seus estadistas uma liberdade de ação muito maior em questões de guerra e paz do que a desfrutada pelos Estados continentais. Além disso, embora a posse de um extenso império colonial, de difícil defesa, encerrasse imensos problemas estratégicos, também oferecia consideráveis vantagens nesse campo. O grande número de guarnições imperiais, de postos para abastecimento de carvão aos seus navios, e bases da esquadra, facilmente reforçáveis por mar, colocavam-na em posição extremamente forte contra as potências européias em qualquer conflito fora do continente. Assim como a Grã-Bretanha podia mandar ajuda às suas possessões de além-mar, assim também estas (em especial os domínios autônomos e a Índia) podiam ajudar o poder imperial com tropas, navios, matérias-primas e dinheiro — e nessa época os políticos de Whitehall cultivavam cuidadosamente seus colegas de além-mar para a causa de uma "defesa imperial" mais organizada.[120] Finalmente, pode-se argumentar cinicamente que por se terem o poder e a influência britânicos estendido tanto em épocas anteriores, o país tinha agora muitas zonas tampões, muitas áreas de interesse não-vitais e, portanto, muito espaço para concessões, especialmente nas esferas do chamado "império informal".

Grande parte da retórica pública do imperialismo britânico não sugere que as concessões e os recuos estivessem na ordem do dia. Mas a cuidadosa avaliação das prioridades estratégicas britânicas — permitida pelo sistema de consultas interdepartamentais e de gabinete[121] — continuou, ano após ano, sendo cada problema examinado no *contexto* dos compromissos globais do país e fixando-se uma política de concessões ou de firmeza. Assim, como uma guerra anglo-americana seria economicamente desastrosa, politicamente impopular e estrategicamente muito difícil, pareceu preferível fazer concessões

na disputa da Venezuela, do canal do istmo, da fronteira do Alasca, e assim por diante. Em contraste, embora os ingleses estivessem dispostos a negociar com a França, na década de 1890, sobre as disputas ocidentais na África Ocidental, sudeste da Ásia e o Pacífico, lutaram para preservar sua posição no vale do Nilo. Uma década depois, eles procurariam diminuir o antagonismo anglo-germânico (propondo acordos sobre as proporções navais, as colônias portuguesas e a Ferrovia de Bagdá); mas foram muito mais cautelosos quando se tratava de promessas de neutralidade na hipótese de uma guerra continental. Embora os esforços do Secretário do Exterior Grey de uma aproximação com Berlim antes de 1914 tivessem quase tanto sucesso quanto as tentativas anteriores de Salisbury de chegar a acordos sobre a Ásia, com São Petersburgo, ambos revelaram o pressuposto comum de que a diplomacia podia resolver a maioria dos problemas mundiais. Dizer, de um lado, que a posição global da Grã-Bretanha em 1900 estava tão enfraquecida quanto seria em fins da década de 1930, e argumentar, por outro lado, que houve uma "tremenda expansão do poderio britânico" antes de 1914, perturbando o equilíbrio mundial,[122] são descrições igualmente unilaterais de uma posição muito mais complexa.

Nas várias décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial, portanto, a Grã-Bretanha viu-se alcançada industrialmente pelos Estados Unidos e Alemanha, e sujeita a intensa concorrência nas esferas comercial, colonial e marítima. Não obstante, sua combinação de recursos financeiros, capacidade produtiva, possessões imperiais e força naval significavam que ela ainda era provavelmente a potência mundial "número um", mesmo que sua liderança fosse menos acentuada do que em 1850. Mas essa posição de "número um" era também o problema britânico essencial. A Grã-Bretanha era agora um estado *maduro,* com interesses na preservação das disposições existentes ou, pelo menos, numa modificação lenta e pacífica das coisas. Ela combateria por certos objetivos óbvios — a defesa da Índia, a manutenção da superioridade naval especialmente em suas águas territoriais, provavelmente também pela preservação do equilíbrio europeu das forças — mas cada questão tinha de ser inserida no contexto mais amplo e medida em comparação com outros interesses britânicos. Foi por isso que Salisbury opô-se a um compromisso militar fixo *com* a Alemanha em 1889 e 1898-1901, e que Grey lutou para evitar um compromisso militar fixo *contra* a Alemanha em 1906-1914. Embora isso tornasse a política britânica para o futuro de uma ambigüidade frustrante e incerta para os responsáveis pelas decisões em Paris e Berlim, refletia a posição de Palmerston, ainda mantida de maneira geral, segundo a qual o país tinha interesses permanentes, mas não aliados permanentes. Se as circunstâncias que permitiam tal liberdade de ação estavam desaparecendo ao final do século XIX, ainda assim o tradicional ato de equilibrismo entre os vários interesses da Grã-Bretanha — imperiais contra continentais,[123] estratégicos contra financeiros[124] — continuou da mesma maneira antiga.

Rússia

O império dos czares era também, na avaliação da maioria dos historiadores, um membro automático do seleto clube das "potências mundiais" no século XX que se aproximava. Bastava o seu tamanho, que, estendendo-se da

Finlândia a Vladivostok, assegurava-lhe isso — como também a sua população gigantesca e de rápido crescimento, e que era quase três vezes a da Alemanha, e quase quatro vezes a da Grã-Bretanha. Durante quatro séculos ela se vinha expandindo, para oeste, para o sul, para o leste, e apesar dos reveses não demonstrava sinais de querer parar. Seu exército permanente fora o maior da Europa durante o século XIX, e ainda era muito maior do que o de qualquer outra nação, ao se aproximar a Primeira Guerra Mundial, com 1,3 milhão de soldados na ativa e, como se dizia, com 5 milhões de reservas. As despesas militares da Rússia também eram extremamente altas, e com as concessões "extraordinárias" de verbas, além das despesas "normais" que cresciam rapidamente, bem podem ter sido iguais ao total da Alemanha. A construção de ferrovias fazia-se com grande rapidez antes de 1914 — ameaçando solapar, dentro de pouco tempo, o plano alemão (isto é, o chamado Plano Schlieffen) de atacar primeiro no oeste — e também foram investidos recursos numa nova esquadra, depois da guerra com o Japão. Até mesmo o estado-maior prussiano dizia-se alarmado com essa expansão do poderio russo, tendo o jovem Moltke afirmado que em 1916 e 1917 o "poderio militar dos inimigos da Prússia seria tão grande que ele não sabia como enfrentá-lo".[125] Alguns observadores franceses, em contraste, aguardavam com grande satisfação o dia em que o "rolo compressor" russo avançasse para oeste e esmagasse Berlim. E alguns ingleses, especialmente os ligados à embaixada em São Petersburgo, insistiam junto a seus chefes políticos que a "Rússia se está tornando rapidamente tão poderosa que devemos manter sua amizade quase que a qualquer preço".[126] Desde a Galícia até a Pérsia e Pequim, havia uma preocupação generalizada com o crescimento do poderio russo.

Estaria a Rússia realmente na iminência de transformar-se, mais uma vez, na polícia da Europa, como essas declarações parecem sugerir? A avaliação da força real desse país tem sido um problema para os observadores ocidentais desde o século XVIII até o presente, e se torna cada vez mais difícil pela escassez de dados comparativos, pelas diferenças entre o que os russos diziam para os estrangeiros e o que diziam para si mesmos, e pelo perigo de confiar em declarações subjetivas gerais, em lugar de fatos objetivos. O exame, por mais completo, de "como a Europa julgava a Rússia antes de 1914" não é a mesma coisa que uma análise exata do "poder da Rússia em si".[127]

Pelos dados plausíveis existentes, porém, parece que a Rússia nas décadas anteriores a 1914 era simultaneamente poderosa *e* fraca — dependendo, como sempre, da ponta do telescópio pela qual fosse observada. Para começar, era agora muito mais forte, industrialmente, do que na época da Guerra da Criméia.[128] Entre 1860 e 1913 — um período bastante longo — a produção industrial russa cresceu à impressionante média anual de 5%, e na década de 1890 esse índice aproximou-se de 8%. Sua produção de aço às vésperas da Primeira Guerra Mundial tinha alcançado a da França e Áustria-Hungria, e estava bem à frente da Itália e do Japão. Sua produção de carvão crescia ainda mais depressa, passando de 6 milhões de toneladas em 1890 para 36 milhões em 1914. Era o segundo maior produtor de petróleo do mundo. Sua tradicional indústria têxtil também crescia — tinha mais fiadeiras de algodão do que a França ou Áustria-Hungria — e houve também um desenvolvimento tardio das indústrias químicas e elétrica, para não falarmos da fabricação de

armamentos. Fábricas enormes, empregando com freqüência milhares de trabalhadores, surgiram em redor de São Petersburgo, Moscou e outras cidades grandes. A rede ferroviária russa, já com cerca de 50 mil quilômetros em 1900, foi constantemente aumentada, de modo que em 1914 estava próxima dos 75 mil quilômetros. O comércio exterior, estabilizado pela adesão russa ao padrão ouro em 1892, quase triplicou entre 1890 e 1914, quando a Rússia se tornou a sexta maior nação comercial do mundo. O investimento estrangeiro, atraído não só pelas apólices governamentais e ferroviárias russas, mas também pelo potencial dos negócios no país, proporcionou enormes volumes de capital para a modernização da economia. Esse grande fluxo de fundos foi reforçado pelas torrentes de dinheiro que o Estado (abastecido de maiores receitas aduaneiras e de impostos sobre vodca e outros produtos de consumo) também investia na infra-estrutura econômica. Em 1914, observaram muitos historiadores, a Rússia se tinha tornado a quarta potência industrial do mundo. Se essas tendências continuassem, não poderia ela vir a ter, por fim, a força industrial equivalente à extensão de seu território e população?

O exame pelo outro extremo do telescópio resulta, porém, num quadro bastante diferente. Mesmo havendo aproximadamente 3 milhões de trabalhadores nas fábricas russas em 1914, eles representavam o nível assustadoramente baixo de 1,75% da população; e embora firmas com 10 mil trabalhadores numa fábrica de tecidos parecessem impressionantes no papel, a maioria dos especialistas concorda hoje que tais números podiam ser enganosos, já que as fiadeiras eram usadas durante a noite por novos "turnos" de homens e mulheres daquela sociedade rica de mão-de-obra, mas tecnologicamente pobre.[129] E, talvez o mais significativo, eram as proporções em que a industrialização russa, apesar de alguns empresários locais, se fazia por estrangeiros — uma firma internacional bem-sucedida, como a Singer, por exemplo, ou o grande número de engenheiros britânicos — ou tinha, pelo menos, sido criada por investidores estrangeiros. "Em 1913, 90% da mineração, quase 100% da extração de petróleo, 40% da indústria metalúrgica, 50% da indústria química e mesmo 28% da indústria têxtil era de propriedade estrangeira".[130] Isso não era, em si mesmo, algo excepcional — a posição da Itália era um pouco parecida — mas indicava uma dependência muito grande da iniciativa empresarial e do capital estrangeiros, que poderiam manter ou não (como em 1899 e 1905) seu interesse, e não dos recursos locais para o crescimento industrial. Em princípios do século XX a Rússia havia assumido a maior dívida externa do mundo e, para manter o fluxo de recursos, precisava oferecer aos investidores taxas acima do mercado; não obstante, os pagamentos de juros ao exterior eram cada vez maiores do que os saldos comerciais "visíveis": em suma, uma situação precária.

Este talvez fosse apenas mais um sinal de uma economia "imatura", como era o fato de que a maior parte da indústria russa estava dedicada aos têxteis e ao processamento de alimentos (em lugar de, digamos, engenharia e produtos químicos). Suas tarifas eram as mais altas da Europa, para proteger indústrias ao mesmo tempo imaturas e ineficientes e, mesmo assim, o influxo de produtos manufaturados importados crescia a cada aumento do orçamento de defesa e da construção de estradas de ferro. Mas talvez a melhor indicação de sua situação de subdesenvolvimento fosse o fato de que, ainda em 1913,

63% das exportações russas consistiam de produtos agrícolas e 11% de madeira,[131] ambos desesperadamente necessários para custear o equipamento agrícola americano, as máquinas operatrizes alemãs, e os juros sobre a enorme dívida externa — que, porém, não conseguiam ser cobertos.

A avaliação da força russa agrava-se ainda mais, porém, quando falamos da produção *comparativa*. Embora a Rússia fosse a quarta maior potência industrial antes de 1914, estava muito atrás dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha. Os índices de sua produção de aço, consumo de energia, parcela na produção mundial de manufaturados, e potencial industrial total, eram eclipsados pela Grã-Bretanha e Alemanha; e quando esses números são relacionados com sua população e calculados *per capita*, a distância era realmente enorme. Em 1913 o nível de industrialização *per capita* da Rússia era de menos de um quarto do alemão, e menos de um sexto do inglês.[132]

Na base, a Rússia que em 1914 assustava Moltke e o embaixador britânico em São Petersburgo era uma sociedade camponesa. Cerca de 80% da população ganhava a vida na agricultura, e boa parte do restante continuava tendo laços com a aldeia e a comunidade. Esse fato depreciativo deve ser ligado a dois outros. O primeiro é que a maior parte do enorme aumento da população russa — 61 milhões de novas bocas entre 1890 e 1914, apenas — ocorreu nas aldeias, e nas regiões mais atrasadas (e não russas), onde um solo pobre, poucos fertilizantes e arados de madeira eram comuns. Segundo, todos os dados internacionais comparativos desse período mostram a ineficiência da agricultura russa em geral — sua produtividade de trigo era inferior a um terço da produtividade inglesa e alemã, a de batatas era de cerca da metade.[133] Embora houvesse propriedades e fazendas enormes na região do Báltico, em muitas outras áreas o efeito da posse comunal da terra e o hábito medieval de plantar em faixas de terreno eliminavam o incentivo à empresa individual. Para isso também contribuía a periódica redistribuição das terras. A melhor maneira de aumentar a gleba familiar era, simplesmente, ter o maior número possível de filhos antes da próxima redistribuição. Esse problema industrial não era amenizado pelas comunicações precárias, o imprevisível mas terrível impacto do clima sobre as colheitas, e a grande disparidade entre as províncias com "excedentes" no sul e as províncias superpopulosas, menos férteis, "importadoras", da velha Rússia propriamente dita. Em conseqüência, embora a produção agrícola aumentasse constantemente nessas décadas (em cerca de 2% anualmente), seus ganhos foram em grande parte corroídos pelo aumento da população (1,5% por ano). E como esse enorme setor agrícola aumentava sua produção *per capita* em apenas 0,5% anualmente, o *produto nacional real da Rússia* expandia-se apenas 1% *per capita*[134] — muito menos que o da Alemanha, Estados Unidos, Japão, Canadá, Suécia e, naturalmente, um número muito diferente dos aumentos industriais anuais de 5 ou 8%, muito citados.

As conseqüências sociais de tudo isso também são um fator em qualquer avaliação do *poderio* russo. O professor Grossman observa que "o crescimento extraordinariamente rápido da indústria tinha a tendência a associar-se à grande lentidão — e mesmo aos retrocessos significativos — em outros setores, em especial na agricultura e consumo pessoal; também tinha a tendência a ultrapassar a modernização da sociedade, se nos permitirem essa frase."[135] É na verdade uma frase bastante enganosa. Pois o que estava acontecendo é que

um país de extremo atraso econômico estava sendo impulsionado para a era moderna por autoridades políticas obcecadas pela necessidade de "adquirir e manter a condição de grande potência européia".[136] Assim, embora certamente houvesse considerável atividade empresarial autopropulsora, o grande *impulso* de modernização era dado pelo Estado e estava sendo relacionado com necessidades militares — ferrovias, ferro e aço, armamentos, e assim por diante. Mas para custear o vasto influxo de manufaturados estrangeiros importados e pagar juros sobre a enorme dívida externa, o Estado russo tinha de fazer com que as exportações agrícolas (especialmente trigo) aumentassem constantemente, mesmo em períodos de grande falta de alimentos, como 1891; o lento aumento da produção agrícola não significou, durante muitos anos, um melhor padrão de vida para o campesinato miserável e subnutrido. Da mesma forma, para custear os investimentos de capital, extremamente pesados, na industrialização e nas despesas com a defesa, feitos pelo Estado, impostos elevados (sobretudo indiretos) tinham de ser repetidamente aumentados, e o consumo pessoal, onerado. Para usarmos uma expressão dos historiadores econômicos, o governo czarista arrancava poupanças "forçadas" de seu povo indefeso. Daí o surpreendente fato de que "em 1913, o russo médio tinha 50% mais de sua renda confiscados pelo Estado para a defesa, do que tinha o inglês médio, embora a renda russa fosse apenas 27% da renda do seu contemporâneo inglês".[137]

É fácil imaginar os custos sociais maiores dessa insalubre combinação de atraso agrário, industrialização e altas despesas militares. Em 1913, enquanto 970 milhões de rublos eram destinados pelo governo russo às forças armadas, apenas 154 milhões eram gastos com saúde e educação; e como a estrutura administrativa não dava aos governos locais os poderes fiscais dos estados americanos, ou dos condados ingleses, essa inadequação não podia ser compensada em outros pontos. Nas cidades, que cresciam rapidamente, os trabalhadores tinham de conformar-se com a falta de esgotos, riscos à saúde, terríveis condições de moradia e aluguéis altos. Havia níveis fantásticos de embriaguês — uma fuga breve da realidade brutal. A taxa de mortalidade era a mais alta da Europa. Essas condições, a disciplina imposta dentro das fábricas, e a falta de qualquer melhoria real apreciável nos padrões de vida, provocavam um ressentimento irritado contra o sistema que, por sua vez, oferecia o terreno ideal para a exploração dos populistas, dos bolcheviques, dos anarco-sindicalistas, dos radicais — na verdade, de qualquer um que (apesar da censura) defendesse mudanças drásticas. Depois da épica inquietação de 1905, as coisas esfriaram por algum tempo; mas nos três anos que vão de 1912 a 1914 a incidência de greves, protestos em massa, prisões pela polícia e assassinatos cresceu em ritmo alarmante.[138] E mesmo essa fermentação era eclipsada pela comparação com o problema que atemorizava todos os líderes russos, desde Catarina a Grande até o atual regime — a "questão camponesa". Quando ocorriam más colheitas e altos preços, isso combinava com o profundo ressentimento contra os aluguéis altos e as péssimas condições de trabalho, provocando grandes movimentos de inquietação agrária. Depois de 1900, registra o historiador Norman Stone,

As províncias de Poltira e Tambov foram, em sua maior parte, devastadas; casas senhoriais foram incendiadas, animais foram mutilados. Em 1901 houve 155 intervenções dos soldados (em comparação com 36 em 1898); e em 1903, houve 322, envolvendo 295 esquadrões de cavalaria e 300 batalhões de infantaria, alguns com artilharia. O ano de 1902 foi o ponto alto de tudo isso. Tropas foram usadas para esmagar o campesinato em 365 ocasiões. Em 1903, para manter a ordem interna foi reunida uma força bem maior do que o exército de 1812... Em 68 dos 75 distritos da Terra Negra central houve "agitações" — 54 propriedades arrasadas. A pior área foi Saratov.[139]

Não obstante, quando o ministro do interior, Stolypin, tentou reduzir esse descontentamento dividindo as comunidades camponesas, depois de 1908, simplesmente provocou novas manifestações — seja das aldeias dispostas a manter seu sistema comunal, ou de agricultores recém-independentes, que faliram logo. Assim, "Tropas foram necessárias em 13.507 ocasiões em janeiro de 1909, e 114.108 ocasiões naquele ano [todo]. Em 1913 houve 100 mil prisões por 'ataques ao poder do Estado' ".[140] Desnecessário dizer que isso representava uma tensão sobre um exército relutante, que também estava ocupado sufocando as ressentidas minorias étnicas — poloneses, finlandeses, georgianos, lituanos, estonianos, armênios — que buscavam preservar as hesitantes concessões sobre a "russificação" obtidas na fase de debilidade do regime em 1905-1906.[141] Qualquer nova derrota militar veria, mais uma vez, a tentativa desses grupos de escapar da dominação moscovita. Embora não tenhamos as parcelas exatas, houve sem dúvida uma grande proporção desses grupos no espantoso total de 2 milhões de russos que se casaram em agosto de 1914 — para evitar o recrutamento pelo exército.

Em suma, não é simplesmente pela perspectiva posterior à Revolução Bolchevique que podemos ver que a Rússia antes de 1914 era um barril de pólvora, muito capaz de explodir na hipótese de novas colheitas ruins, reduções no padrão de vida dos operários ou — possivelmente — uma grande guerra. Somos forçados a usar a expressão "muito capaz" aqui, já que existia também (juntamente com os descontentamentos) uma profunda fidelidade ao czar e ao país em muitas áreas, uma assembléia cada vez mais nacionalista, amplas simpatias pan-eslavas, e um correspondente ódio ao estrangeiro. Na verdade, muitos publicistas e cortesãos irresponsáveis, em 1914 como em 1904, argumentaram sobre a impossibilidade do regime parecer reticente nas grandes questões internacionais. Se ocorresse uma guerra, diziam eles, a nação apoiaria com firmeza a luta pela vitória.[142]

Mas estaria assegurada tal vitória, dados os antagonistas prováveis da Rússia em 1914? Na guerra contra o Japão, o soldado russo tinha lutado com coragem e firmeza — como fizera na Criméia e na guerra de 1877 contra a Turquia — mas um comando ineficiente, mau apoio logístico e táticas sem imaginação tiveram suas conseqüências. Poderiam as forças armadas enfrentar agora a Áustria-Hungria — e, mais particularmente, a potência militar-industrial da Alemanha imperial — com melhores resultados? Apesar de todos os aumentos absolutos na produção industrial desse período, o fato doloroso era que a capacidade produtiva russa estava na realidade *diminuindo* em relação à Alemanha. Entre 1900 e 1913, por exemplo, sua produção de aço aumentou de 2,2 para 4,8 milhões de toneladas, mas a Alemanha deu um salto

de 6,3 para 17,6 milhões de toneladas. Da mesma maneira, os aumentos no consumo de energia da Rússia e o potencial industrial total não foram tão grandes, seja em termos absolutos ou relativos, quanto os da Alemanha. Finalmente, devemos notar que nos anos 1900-1913 a parcela russa da produção mundial de manufaturados caiu de 8,8% para 8,2%, devido à expansão das parcelas alemãs e (especialmente) americana.[143] Não eram tendências encorajantes.

Mas, como já se argumentou, "pelo metro com que os exércitos eram medidos em 1914", a Rússia *era* poderosa, já que "uma guerra que pusesse à prova a economia e as estruturas burocráticas, bem como os exércitos" não estava prevista pelos peritos militares.[144] Se assim era, resta-nos indagar por que as referências contemporâneas ao poder militar alemão chamavam a atenção para o aço Krupp, os estaleiros, a indústria de corantes e a eficiência das ferrovias alemãs, *bem como* as forças efetivas.[145] Não obstante, se são simplesmente os números militares que contam, então o fato de que a Rússia estava criando ainda mais divisões, baterias de artilharia, ferrovias estratégicas e navios de guerra, realmente impressionava. Supondo-se que a guerra seria curta, essas estatísticas gerais indicavam a força crescente da Rússia.

Uma vez abandonado esse nível superficial de contagem de números, porém, até mesmo a questão militar torna-se muito mais problemática. Mais uma vez, o fator decisivo era o atraso socioeconômico e técnico da Rússia. As proporções de sua vasta população camponesa, por si só, significavam que apenas um quinto de cada potencial anual de recrutas era realmente convocado para as forças armadas: a aceitação de todos os homens capazes teria feito o sistema desabar no caos. Mas os camponeses recrutados dificilmente poderiam ser considerados como o material ideal para uma moderna guerra industrializada. Devido à grosseira e excessiva concentração nos armamentos, e não nos setores mais amplos e mais sutis da força nacional (por exemplo, os níveis gerais de educação, conhecimento tecnológico, eficiência burocrática), a Rússia estava terrivelmente atrasada no nível de *pessoal*. Ainda em 1913 a taxa de alfabetização era de apenas 30%, que, como um especialista observou concisamente, "era muito inferior à da Inglaterra de meados do século XVIII".[146] E embora fosse muito bom aprovar grandes somas para novos recrutas, seriam eles de grande utilidade, quando o exército dispunha de muito poucos oficiais subalternos capazes? Os peritos do estado-maior russo, olhando com "sentimentos de inferioridade e inveja" para a força da Alemanha sob esse aspecto, achavam que não. Também tinham consciência (como alguns observadores estrangeiros) da desesperada escassez de bons oficiais.[147] Na verdade, com os dados hoje existentes, parece que sob todos os aspectos — artilharia pesada, metralhadoras, comando de grandes massas de infantaria, níveis de treinamento técnico, comunicações e até mesmo sua grande frota de aviões — os militares russos tinham perfeita consciência de suas debilidades.[148]

As mesmas conclusões sombrias surgiam quando se examinavam os planos de mobilização e o sistema de ferrovias estratégicas da Rússia. Embora a quilometragem *geral* da rede ferroviária parecesse, em 1914, impressionante, uma vez comparada com as imensas distâncias do Império Russo — ou comparada com os sistemas muito mais densos da Europa ocidental — sua

inadequação se torna clara. De qualquer modo, muitas dessas linhas eram de construção barata, os trilhos eram com freqüência demasiado leves e os dormentes demasiado fracos, havendo muito poucos pontos de abastecimento d'água e conexões. Algumas locomotivas usavam carvão, outras óleo, e outras ainda, lenha, o que complicava as coisas — mas esse era um problema menor, comparado com o fato estranho de que a localização das unidades do exército era bastante diferente na paz e na guerra, e eram afetadas pela sua deliberada política de dispersão (poloneses servindo na Ásia, caucasianos nas províncias bálticas etc.). Ainda assim, se ocorresse uma grande guerra, as massas de soldados tinham de ser transportadas com eficiência, de alguma forma, pelo comando dos inadequados batalhões ferroviários, dos quais "mais de um terço eram total ou parcialmente analfabetos, enquanto três quartos dos oficiais não tinham conhecimentos técnicos".[149]

O problema de mobilização e deslocamento era exacerbado pela dificuldade quase insuperável causada pelos compromissos da Rússia com a França e a Sérvia. Dado o sistema ferroviário pouco eficiente do país e a vulnerabilidade das forças estacionadas no bolsão polonês a um possível ataque "em pinça" vindo da Prússia oriental e da Galícia, o alto comando russo achou prudente, antes de 1900, permanecer na defensiva no início da guerra e aumentar constantemente sua força militar. E realmente, alguns estrategistas ainda argumentavam nesse sentido em 1912. Muitos outros generais, porém, estavam ansiosos por esmagar a Áustria-Hungria (contra a qual tinham a certeza de vitória) e, com o agravamento da tensão entre Viena e Belgrado, por ajudar esta última, no caso de uma invasão austro-húngara da Sérvia. Mas era impossível à Rússia concentrar suas forças na frente sul, pelo medo do que poderia a Alemanha fazer. Durante décadas depois de 1871, os planejadores supunham que uma guerra russo-alemã começaria com um ataque germânico rápido e maciço a leste. Mas quando as linhas básicas do Plano Schlieffen tornaram-se claras, São Petersburgo sofreu enorme pressão francesa para lançar ofensivas contra a Alemanha *tão logo pudesse*, a fim de aliviar seu aliado ocidental. O medo de que a França fosse eliminada, juntamente com a insistência de Paris em que novos empréstimos dependeriam da melhoria da capacidade *ofensiva* da Rússia, obrigaram os planejadores russos a concordar com o ataque a oeste o mais depressa possível. Tudo isso provocou enormes disputas dentro do estado-maior, nos poucos anos anteriores a 1914, discordando as várias escolas de pensamento sobre o número de corpos de exércitos a serem mandados para o norte, em oposição à frente meridional, sobre a demolição das velhas fortalezas defensivas na Polônia (nas quais, de maneira absurda, grande parte da nova artilharia fora colocada), e sobre a possibilidade de uma mobilização parcial, e não total. Tendo em vista as obrigações diplomáticas da Rússia, a ambivalência talvez fosse compreensível, mas não contribuiu para a criação de uma máquina militar eficiente, que assegurasse vitórias rápidas contra seus inimigos.[150]

Esse catálogo de problemas poderia ser ampliado quase que interminavelmente. As 50 divisões de cavalaria russa, consideradas vitais num país com poucas estradas modernas, exigiam tanta forragem — havia cerca de 1 milhão de cavalos! — que sozinhas provavelmente provocariam o colapso do sistema ferroviário: o abastecimento do feno sem dúvida tornaria mais lenta

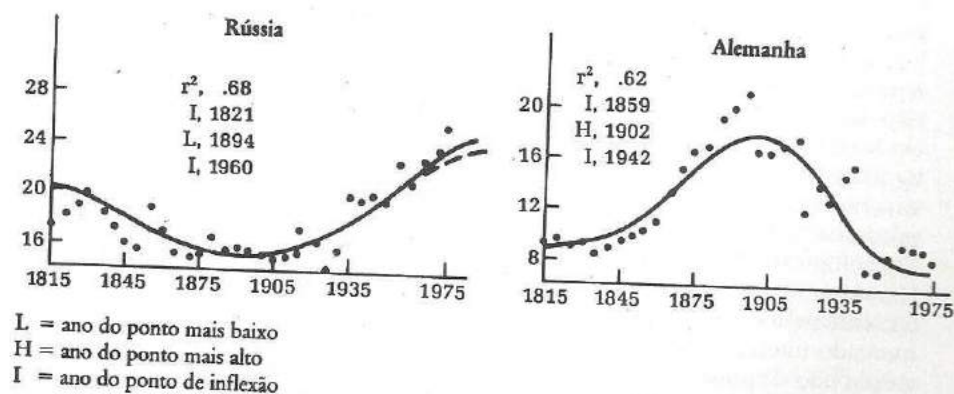
qualquer operação ofensiva continuada, ou mesmo o movimento de reservas. Devido ao atraso de seu sistema de transportes e o papel de polícia interna dos militares, literalmente milhões de soldados, em tempo de guerra, não seriam considerados como tropas combatentes. E embora as somas destinadas ao exército antes de 1914 parecessem enormes, grande parte delas era consumida pelas necessidades básicas de alimentação, vestuário e forragem. Da mesma forma, apesar dos aumentos em grande escala na esquadra, e terem muitos dos planos dos novos navios sido considerados "excelentes",[151] a marinha precisava de um nível muito mais alto de treinamento técnico, bem como de exercícios táticos mais freqüentes entre seu pessoal, para que fosse realmente eficiente. Como nada disso acontecia (as tripulações ainda tinham base principalmente em terra) e a marinha era obrigada a dividir-se entre o Báltico e o mar Negro, as perspectivas do poderio marítimo russo não eram boas — a menos que combatesse apenas contra os turcos.

Finalmente, nenhuma avaliação da capacidade geral da Rússia nesse período pode deixar de comentar o regime em si. Embora alguns conservadores estrangeiros admirassem seu sistema autocrático e centralizado, argumentando que ele dava às políticas nacionais consistência e vigor maiores do que as democracias ocidentais podiam ter, um exame mais detalhado teria revelado numerosas falhas. O czar Nicolau II era um verdadeiro aldeão, de espírito simplório, recluso, avesso às decisões difíceis e cegamente convencido de sua relação sagrada com o povo russo (por cujo bem-estar não manifestava, é claro, nenhum interesse). Os métodos de decisão governamental em alto nível eram suficientes para fazer da expressão "bizantinismo" um elogio: grão-duques irresponsáveis, a imperatriz emocionalmente desequilibrada, generais reacionários, especuladores corruptos, superavam em muito o número de ministros dedicados e inteligentes que o regime podia recrutar e que só ocasionalmente chegavam ao czar. A falta de consultas e entendimento, por exemplo, entre o ministério do exterior e os militares era por vezes assustadora. A atitude da corte para com a assembléia (a Duma) era de ostensivo desprezo. Era impossível realizar reformas radicais nessa atmosfera, quando a aristocracia só se preocupava com seus privilégios e o czar, com sua paz de espírito. Era uma elite sempre com medo da intranqüilidade dos trabalhadores e camponeses, mas que, embora a despesa governamental fosse, de longe, a maior do mundo em termos absolutos, mantinha num mínimo os impostos diretos para os ricos (6% da renda do Estado) e tributava de maneira maciça os alimentos e a vodca (cerca de 40%). Era um país com um balanço de pagamentos difícil, mas sem possibilidade de impedir (ou tributar) o vasto êxodo de dinheiro gasto pelos aristocratas russos no exterior. Em parte devido às tradições de mão pesada da autocracia, em parte devido ao sistema de classes extremamente falho, e em parte devido aos baixos níveis de educação e salários, faltavam à Rússia os quadros de funcionários públicos competentes que faziam *funcionar*, por exemplo, os sistemas administrativos alemão, britânico e japonês. A Rússia não era, na realidade, um Estado forte, sendo ainda capaz, dependendo das oscilações na liderança, de envolver-se inabilmente em complicações externas sem estar preparada, apesar das lições de 1904.

Como, então, podemos avaliar o verdadeiro poder da Rússia, naqueles anos? Não havia dúvidas de que estava crescendo, tanto em termos industriais como militares, ano a ano. Era também verdade que tinha muitos outros pontos fortes — o tamanho de seu exército, o patriotismo e senso de destino em certas classes da sociedade, a quase invulnerabilidade do núcleo interior moscovita. Contra a Áustria-Hungria, contra a Turquia, talvez agora até mesmo contra o Japão, tinha boas perspectivas de vencer. Mas o terrível era que o iminente choque com a Alemanha iria ocorrer demasiado cedo para que a Rússia o pudesse enfrentar. "Dêem ao Estado 20 anos de paz interna e externa", vangloriava-se Stolypin em 1909, "e não reconhecerão a Rússia." Isso pode ter sido verdade, mesmo que a força da Alemanha provavelmente também crescesse no mesmo período. Mas de acordo com os dados apresentados pelos professores Doran e Parsons (ver Gráfico 1), o "poderio relativo" da Rússia estava apenas, nessas décadas, saindo de seu ponto mais baixo depois de 1894, ao passo que o da Alemanha estava próximo do seu auge.[152]

E embora essa apresentação possa parecer demasiado esquemática à maioria dos leitores, era realmente verdade (como dissemos antes) que o poderio e a influência da Rússia tinham declinado durante grande parte do século XIX, numa proporção geral com seu crescente atraso econômico. Todas as vezes que teve de enfrentar um conflito de grandes proporções (a Guerra da Criméia, a Guerra Russo-Japonesa) tornaram-se evidentes tanto as velhas debilidades militares, como outras, novas, forçando o regime a tentar diminuir a distância que se estabelecera entre a Rússia e as nações ocidentais. Nos anos anteriores a 1914 pareceu a alguns observadores que a distância estava sendo novamente encurtada, embora para outros ainda perdurassem muitas debilidades. Como a Rússia não podia ter as duas décadas de paz desejadas por Stolypin, teria novamente de passar pela prova da guerra para ver se recuperara a posição que ocupava na política de poder européia em 1815 e 1848. (Ver Gráfico 1).

Gráfico 1. Poderio Relativo da Rússia e Alemanha

L = ano do ponto mais baixo
H = ano do ponto mais alto
I = ano do ponto de inflexão

Fonte: Doran e Parsons

Estados Unidos

De todas as modificações que estavam ocorrendo no equilíbrio mundial de forças em fins do século XIX e princípios do século XX, não pode haver dúvidas de que a mais decisiva para o futuro era o crescimento dos Estados Unidos. Terminada a Guerra Civil, os Estados Unidos foram capazes de explorar as muitas vantagens mencionadas antes — ricas terras agrícolas, vastas reservas de matérias-primas e a evolução, maravilhosamente conveniente, da tecnologia moderna (ferrovias, máquinas a vapor, equipamento de mineração) para desenvolver tais recursos; a falta de limitações sociais e geográficas; a ausência de perigos estrangeiros significativos; o fluxo de capital estrangeiro e, cada vez mais, de capital de investimento interno — para transformar-se em ritmo espantoso. Entre o fim da Guerra Civil em 1865 e a deflagração da Guerra Hispano-Americana de 1898, por exemplo, a produção de trigo aumentou nos E.U.A. em 256%, a de milho em 222%, a de açúcar refinado em 460%, a de carvão em 800%, a de trilhos ferroviários em 523%, e a quilometragem de ferrovias em funcionamento em mais de 567%. "Nas indústrias mais novas, o crescimento, partindo de quase zero, foi tão grande que torna os percentuais sem significação. Assim, a produção de petróleo cru passou de cerca de 3 milhões de barris em 1865 para mais de 55 milhões em 1898, e a de lingotes e peças de aço de menos de 20 mil para cerca de 9 milhões de toneladas longas, ou inglesas."[153] Esse crescimento não foi sustado pela guerra com a Espanha; pelo contrário, continuou crescendo no mesmo ritmo meteórico durante todo o princípio do século XX. Na verdade, tendo em conta as vantagens relacionadas acima, havia em todo esse processo uma quase fatalidade. Ou seja, só uma incapacidade humana persistente, ou uma guerra civil semipermanente, ou um desastre climático, poderiam ter contido essa expansão — ou impedido que os milhões de imigrantes vindos do outro lado do Atlântico conquistassem sua parcela de riqueza e fizessem crescer acentuadamente uma força de trabalho produtiva.

Os Estados Unidos pareciam ter *todas* as vantagens econômicas que *algumas* das outras potências tinham *em parte*, mas *nenhuma* de suas desvantagens. Eram imensos, mas as enormes distâncias eram encurtadas por cerca de 400 mil quilômetros de estradas de ferro em 1914 (comparados aos 74 mil quilômetros da Rússia, espalhados por uma área duas vezes e meia maior). Sua produção agrícola por acre foi sempre superior à da Rússia, e se não foi nunca igual à das regiões intensivamente cultivadas da Europa ocidental, o simples tamanho da área plantada, a eficiência das máquinas agrícolas e os custos decrescentes do transporte (devido às estradas de ferro e navios a vapor) tornavam o trigo, o milho, a carne de porco e de boi e outros produtos americanos mais baratos do que os correspondentes europeus. Tecnologicamente, as principais firmas americanas como a International Harvester, Singer, Du Pont, Bell, Colt e Standard Oil eram iguais, e freqüentemente melhores, do que quaisquer outras no mundo; e tinham um enorme mercado interno e economias de escala, que seus rivais alemães, ingleses e suíços não dispunham. O "gigantismo" na Rússia não era um bom indicador de eficiência industrial,[154] mas nos Estados Unidos, habitualmente era. Por exemplo, "Andrew Carnegie estava produzindo mais aço do que toda a Inglaterra junta quando vendeu, em 1901, para a colossal organização de

J.P.Morgan, a United States Steel Corporation".[155] Quando o famoso desenhista de navios de guerra britânico sir William White fez uma viagem pelos Estados Unidos em 1904, ficou espantado ao descobrir que 14 encouraçados e 13 cruzadores estavam sendo construídos simultaneamente em estaleiros americanos (embora, curiosamente, a marinha mercante americana permanecesse pequena). Na indústria *e* na agricultura *e* nas comunicações, havia tanto eficiência como tamanho. Não é de surpreender, portanto, que a renda nacional dos Estados Unidos, em números absolutos e *per capita*, estivesse tão acima de outros países em 1914.[156]

As conseqüências dessa rápida expansão refletem-se no Quadro 21, e nas estatísticas comparativas pertinentes. Em 1914 os Estados Unidos produziam 455 milhões de toneladas de carvão, muito mais do que os 292 milhões da Grã-Bretanha e os 277 milhões da Alemanha. Era o maior produtor de petróleo no mundo e o maior consumidor de cobre. Sua produção de ferro-gusa era maior que a dos três seguintes maiores produtores juntos (Alemanha, Grã-Bretanha e França) e sua produção de aço quase igualava[157] a dos quatro países

Quadro 21. Renda nacional, população e renda *per capita* das potências, em 1914.

	Renda Nacional	*População*	*Renda Per Capita*
Estados Unidos	$37 bilhões	98 milhões	$377
Grã-Bretanha	11	45	244
França	6	39	153
Japão	2	55	36
Alemanha	12	65	184
Itália	4	37	108
Rússia	7	171	41
Áustria-Hungria	3	52	57

seguintes (Alemanha, Grã-Bretanha e França). Seu consumo de energia de combustíveis modernos em 1913 era igual à da Alemanha, França, Rússia e Áustria-Hungria em conjunto. Os Estados Unidos produziam, e tinham, mais veículos motorizados que o resto do mundo junto. Eram, na verdade, todo um continente rival e cresciam tão depressa que estavam a ponto de alcançar toda a Europa. De acordo com um cálculo, na realidade, se essas taxas de crescimento continuassem e uma guerra mundial tivesse sido evitada, os Estados Unidos teriam alcançado a Europa como a região de maior produção econômica do mundo em 1925.[158] A Primeira Guerra Mundial, com as perdas e deslocamentos econômicos sofridos pelas grandes potências mais antigas, antecipou essa data de seis anos, para 1919.[159] A "era de Vasco da Gama" — os quatro séculos de dominação européia do mundo — estava chegando ao fim, antes mesmo do cataclisma de 1914.

O papel do comércio exterior no crescimento econômico dos Estados Unidos foi realmente pequeno (cerca de 8% do seu PNB vinham do comércio exterior em 1913, em comparação com os 26% da Inglaterra),[160] mas seu impacto econômico sobre outros países foi considerável. Tradicionalmente, os

Estados Unidos eram exportadores de matérias-primas (sobretudo algodão) e importadores de manufaturados acabados, compensando o habitual déficit nas trocas "visíveis" pela exportação de ouro. O surto de industrialização que se seguiu à Guerra Civil, porém, transformou esse padrão. Tornando-se rapidamente o maior produtor mundial de manufaturados, os Estados Unidos começaram a lançar suas máquinas agrícolas, produtos de ferro e aço, máquinas operatrizes, equipamento elétrico e outros produtos no mercado mundial. Ao mesmo tempo, a pressão dos grupos industriais no norte era tão poderosa que assegurou o afastamento dos produtos estrangeiros do mercado interno graças a tarifas aduaneiras cada vez mais altas; as matérias-primas, em contraste, ou os produtos especializados (como corantes alemães) eram importados em quantidade sempre crescente para abastecer a indústria americana. Mas enquanto o crescimento das exportações industriais do país foi a mudança mais significativa, a "revolução dos transportes" também estimulou as exportações agrícolas americanas. Com o custo do transporte de um alqueire de trigo de Chicago a Londres baixando de 40 centavos para 10 centavos no meio século anterior a 1900, os produtos agrícolas americanos afluíram através do Atlântico. As exportações de milho atingiram o ponto máximo em1897 com 212 milhões de alqueires, e as exportações de trigo em 1901 com 239 milhões de alqueires; essa onda também incluiu cereais e farinha, carne e produtos dela derivados.[161]

As conseqüências dessa transformação comercial foram, é claro, principalmente econômicas, mas começaram também a afetar as relações internacionais. A hiperprodutividade das fábricas e fazendas americanas provocou o medo generalizado de que mesmo o seu enorme mercado interno viesse, dentro em pouco, a ser incapaz de absorver essas mercadorias, e levou poderosos grupos de interesses (agricultores do médio oeste bem como produtores de aço de Pittsburgh) a pressionarem o governo para conceder todas as formas de ajuda à abertura, ou pelo menos à manutenção, de mercados no além-mar. A agitação para preservar uma "porta aberta" na China, e o interesse maciço demonstrado em tornar os Estados Unidos a força econômica dominante na América Latina foram apenas duas das manifestações dessa preocupação de expandir a parcela que o país tinha no comércio mundial.[162] Entre 1860 e 1914 os Estados Unidos aumentaram suas exportações em mais de sete vezes (de 334 milhões de dólares para 2,365 bilhões), e como protegiam de maneira tão intensiva o seu mercado interno, as importações aumentaram apenas em cinco vezes (356 milhões de dólares para 1,896 bilhão).Frente a essa avalanche de alimentos americanos baratos, os agricultores da Europa continental pressionaram por tarifas — mais elevadas — que em geral conseguiram. Na Grã-Bretanha, que já sacrificara seus produtores de cereais pela causa do livre comércio, foi a inundação de máquinas, ferro e aço americanos que provocou alarme. Enquanto o jornalista W. T. Stead escrevia irritadamente sobre "a americanização do mundo" — a frase foi o título de seu livro de 1902 — o kaiser Guilherme e outros líderes europeus aludiram à necessidade de se unirem contra o "injusto" colosso comercial americano.[163]

Talvez ainda mais desestabilizador, embora menos bem compreendido, foi o impacto dos Estados Unidos sobre o sistema financeiro mundial e os fluxos monetários. Como tinham um enorme excedente em seu comércio com

a Europa, o déficit desta tinha de ser coberto por transferência de capital — aumentando o enorme fluxo de investimentos europeus diretos nas indústrias, utilidades e serviços dos Estados Unidos (que totalizavam cerca de US$ 7 bilhões em 1914). Embora parte desse fluxo de recursos para oeste retornasse na forma de lucros sobre os investimentos europeus e pagamentos americanos por serviços como transporte marítimo e seguro, o ônus que isso representava era grande e aumentava sempre, sendo exacerbado ainda mais pela política do Tesouro americano de acumular (e apenas guardar) cerca de um terço dos estoques mundiais de ouro. Além disso, embora os Estados Unidos já se tivessem tornado parte integral de um sistema de comércio global e total — estando em déficit com países fornecedores de matérias-primas, e com um enorme excedente na Europa — sua própria estrutura financeira era subdesenvolvida. A maior parte de seu comércio exterior era feita em esterlinos, por exemplo, e Londres agia como o corretor do ouro em última instância. Sem um banco central capaz de controlar os mercados financeiros, com um enorme fluxo sazonal de fundos para dentro e para fora de Nova York e os estados das planíces condicionados apenas pela colheita de cereais e por um clima instável, e com especuladores capazes de pertubar não só o sistema monetário interno mas também os freqüentes recursos ao ouro em Londres, os Estados Unidos já se estavam tornando, nos anos anteriores a 1914, um fole enorme mas imprevisível, estimulando — mas também por vezes resfriando dramaticamente — o sistema mundial de comércio. A crise bancária americana de 1907 (provocada pela tentativa de especuladores de controlar o mercado de cobre), com impactos em Londres, Amsterdam e Hamburgo, foi apenas um exemplo da maneira pela qual os Estados Unidos estavam influindo na vida econômica das outras grandes potências, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial. [164]

Esse crescimento do poderio industrial e do comércio exterior americano foi acompanhado, o que talvez fosse inevitável, por uma diplomacia mais afirmativa e por uma retórica de *Weltpolitik* ao estilo americano.[165] Pretensões de uma missão especial entre os povos da terra, que tornava a política externa americana superior à do Velho Mundo, misturavam-se com argumentos sociais e darwinistas, e raciais, e com a insistência dos grupos de pressão industriais e agrícolas por mercados seguros no exterior. O receio tradicional, embora sempre exagerado, de ameaças à Doutrina Monroe, foi acompanhado por exortações para que o Estados Unidos realizassem seu "Destino Manifesto" no Pacífico. Embora as alianças envolventes ainda tivessem de ser evitadas, os Estados Unidos estavam sendo agora pressionados por muitos grupos internos a uma diplomacia muito mais ativa — que, sob os governos de McKinley e (em especial) Theodore Roosevelt, foi exatamente o que aconteceu. A disputa de 1895 com a Grã-Bretanha , em relação à fronteira venezuelana — justificada nos termos da Doutrina Monroe — foi seguida, três anos depois, pela guerra muito mais dramática com a Espanha, em relação a Cuba. A exigência de Washington de ter todo o controle do canal do Panamá (em lugar do antigo acordo de meio-a-meio com a Grã-Bretanha), a redefinição da fronteira do Alasca apesar dos protestos canadenses, e os preparativos da esquadra nas Caraíbas, em conseqüência das ações contra a Venezuela, eram indicações da disposição dos E.U.A. de não serem questionados por nenhuma outra grande potência no hemisfério ocidental. Como um "corolário" disso,

porém, os governos americanos mostraram-se dispostos a intervir pela pressão diplomática e por meios militares em países latino-americanos como Nicarágua, Haiti, México e República Dominicana, quando o comportamento destes não se harmonizava com as suas normas.

Mas o aspecto realmente novo da política externa americana neste período foram as intervenções e participação em acontecimentos *fora* do hemisfério ocidental. Sua presença na Conferência de Berlim sobre a África Ocidental, em 1884-1885 tinha sido anômala e confusa: depois de discursos grandiosos pela delegação americana em favor do livre comércio e das portas abertas, o tratado subseqüente não foi nunca ratificado. Ainda em 1892 o *New York Herald* propunha o fechamento do Departamento de Estado, já que tinha tão pouca coisa a fazer no exterior.[166] A guerra com a Espanha em 1898 modificou tudo isso, não só dando aos Estados Unidos uma posição no Pacífico ocidental (Filipinas) que fez deles também uma espécie de potência colonial asiática, mas ainda estimulando a carreira política dos que tinham apoiado uma atitude firme. A nota do Secretário de Estado Hay sobre "Porta Aberta", no ano seguinte, foi uma indicação precoce de que os Estados Unidos queriam uma participação na China, bem como o envio de 2.500 soldados americanos para o exército internacional que foi para restabelecer a ordem naquele país, em 1900. Roosevelt mostrou uma disposição ainda maior de praticar a *grosse Politik*, agindo como mediador nas conversações que puseram fim à Guerra Russo-Japonesa, insistindo na participação americana na Conferência de 1906 sobre o Marrocos, e negociando com o Japão e outras potências numa tentativa de manter a "Porta Aberta" na China.[167] Grande parte disso foi considerado por estudiosos posteriores menos como resultado de sólido cálculo dos interesses do país no mundo do que como um reflexo da imaturidade da política externa, de uma ingenuidade etnocêntrica, e de um desejo de impressionar o público, tanto internamente como no exterior — aspectos que complicariam uma política externa americana "realista", no futuro.[168] Mesmo que isso seja verdade, os Estados Unidos não estavam sozinhos naquela era de retórica bombástica imperialista e de orgulho nacionalista. De qualquer modo, exceto nas questões chinesas, esse ativismo diplomático não foi mantido pelos sucessores de Roosevelt, que preferiam deixar os Estados Unidos livres dos acontecimentos internacionais fora do hemisfério ocidental.

Junto com essas ações diplomáticas, havia aumentos nas despesas com armamentos. Das duas forças armadas, a marinha foi mais aquinhoada, já que constituía a linha de frente das defesas do país no caso de um ataque externo (ou um desafio à Doutrina Monroe), e também o instrumento mais útil de apoio à diplomacia e ao comércio americano na América Latina, no Pacífico e em outros lugares. Já em fins da década de 1880 começou a reconstrução da esquadra, mas o impulso maior ocorreu na época da Guerra Hispano-Americana. Como as fáceis vitórias navais nesse conflito pareciam justificar os argumentos do almirante Mahan e da pressão pela "marinha grande" e como os estrategistas se preocupavam com a possibilidade de uma guerra com a Grã-Bretanha e em seguida, a partir de 1898, com a Alemanha, a esquadra ativa foi constantemente reforçada. A aquisição de bases no Havaí, Samoa, Filipinas e Caraíbas, o uso de navios de guerra como "policiais" na América Latina, e

o gesto dramático de Roosevelt, de mandar a sua "grande frota branca" dar a volta ao mundo em 1907, tudo isso parecia enfatizar a importância do poderio marítimo.

Em conseqüência, enquanto as despesas navais de 22 milhões de dólares representavam apenas 6,9% dos gastos federais totais em 1890, os 139 milhões destinados à marinha em 1914 representavam 19%.[169] Nem todo esse dinheiro foi bem empregado — havia bases navais em demasia para a esquadra, nos Estados Unidos (conseqüência de pressões políticas locais) e um número muito pequeno de navios de escolta — mas o resultado ainda era impressionante. Embora consideravelmente menor do que a marinha inglesa, e com menos navios de guerra do tipo encouraçado do que a Alemanha, a marinha dos Estados Unidos era a terceira maior do mundo em 1914. Nem mesmo a construção do canal do Panamá, controlado pelos Estados Unidos, fez com que os planejadores americanos deixassem de se preocupar com o dilema de dividir a esquadra, ou deixar um dos litorais do país exposto. E os documentos de alguns oficiais, nesses anos, revelam uma desconfiança um tanto paranóica das potências estrangeiras.[170] Na verdade, tendo em vista a reaproximação com a Grã-Bretanha ocorrida no final no final de século, os Estados Unidos estavam imensamente seguros, e mesmo que temessem o aumento do poderio marítimo alemão, na realidade tinham menos com o que se preocupar do que qualquer outra das principais potências.[171]

O pequeno tamanho do exército americano era, sob muitos aspectos, um reflexo dessa segurança. Também ele tinha crescido em razão da guerra com a Espanha, pelo menos na medida em que esta levou o público a reconhecer que era demasiado pequeno, como era desorganizada a Guarda Nacional e como o início da campanha de Cuba se tinha aproximado do desastre.[172] Mas a triplicação do tamanho do exército regular depois de 1900, e as tarefas de que foi incumbido nas Filipinas e outros lugares, ainda o deixavam com uma aparência insignificante se comparado até mesmo ao de um país europeu de porte médio, como a Sérvia ou a Bulgária. Muito mais do que a Inglaterra, os Estados Unidos se apegavam a uma aversão, produto do *laissez-faire*, pelos grandes exércitos permanentes e evitavam obrigações militares fixas com os aliados. Menos de 1% do PNB americano era destinado à defesa. Apesar de suas atividades imperialistas no período de 1898-1914, eles continuaram sendo o que o sociólogo Herbert Spencer chamou de uma sociedade mais "industrial" do que uma sociedade "militar" como a Rússia. Como muitos historiadores sugeriram ter a "ascensão das superpotências" começado nesse período, vale a pena registrar as impressionantes *diferenças* entre a Rússia e os Estados Unidos às vésperas da Primeira Guerra Mundial. A Rússia tinha um exército na ativa cerca de dez vezes maior do que os E.U.A.; estes, porém, produziam seis vezes mais aço, consumiam dez vezes mais energia, e eram quatro vezes maiores em produção industrial (em termos *per capita*, seis vezes mais produtivos).[173] Sem dúvida a Rússia parecia mais poderosa a todos os estados-maiores europeus que pensavam em guerras rápidas, envolvendo massas de soldados da ativa. Mas de acordo com todos os outros critérios, os Estados Unidos eram fortes, e a Rússia, fraca.

Os Estados Unidos se tinham tornado, claramente, uma grande potência. Mas não eram parte do sistema de grandes potências. Não só a divisão de

poderes entre a presidência e o Congresso tornava praticamente impossível uma aliança atuante, como também era claro não haver correntes favoráveis ao abandono do isolamento cômodo que existia. Separados das outras nações fortes por milhares de milhas de oceano, tendo um pequeno exército, satisfeitos em ter conseguido o predomínio no hemisfério, e pelo menos depois da saída de Roosevelt, menos ansiosos de praticar uma diplomacia mundial, os Estados Unidos em 1913 estavam à margem do sistema de grandes potências. E como a maioria dos outros países estavam, depois de 1906, voltando sua atenção da Ásia e África para os acontecimentos nos Bálcãs e mar do Norte, talvez não fosse de surpreender que tivessem a tendência de achar que os Estados Unidos eram, no equilíbrio internacional de forças, um fator menor do que lhes parecera na passagem do século. Foi mais um dos pressupostos anteriores a 1914 que a própria Grande Guerra mostraria estarem errados.

As alianças e o plano inclinado que levou à Guerra, 1890-1914

O terceiro e último elemento para compreender a maneira pela qual o sistema de grandes potências se estava modificando nessas décadas é examinar a instável diplomacia das alianças, desde o desaparecimento de Bismarck até a deflagração da Primeira Guerra Mundial. Embora a década de 1890 visse alguns conflitos relativamente menores (a Guerra Sino-Japonesa, a Guerra Hispano-Americana, a Guerra dos Boêres) e mais tarde um choque maior, embora ainda localizado, com a Guerra Russo-Japonesa, a tendência geral depois dessa época foi no sentido do que Felix Gilbert chamou de "enrigecimento" dos blocos de alianças.[174] Isso foi acompanhado da expectativa, por parte da maioria dos governos, de que se e quando a próxima grande guerra ocorresse, eles seriam membros de uma coalizão. Isso fortaleceria e complicaria as avaliações do poderio nacional relativo, já que os aliados traziam tanto desvantagens como benefícios.

A tendência para a diplomacia de alianças não afetou, é claro, os distantes Estados Unidos nessa época, e só atingiu o Japão de uma forma regional, através das alianças anglo-japonesas de 1902 e 1905. Mas essa diplomacia afetou cada vez mais as grandes potências européias, até mesmo a insular Grã-Bretanha, devido aos receios e rivalidades que surgiram naqueles anos. Essa criação de alianças militares fixas em tempos de paz — raramente vista antes, se é que chegou a existir — foi iniciada por Bismarck em 1879, quando ele procurou "controlar" a política externa de Viena, e advertir São Petersburgo, estabelecendo a aliança austro-alemã. Nos cálculos secretos do chanceler alemão, isso também devia levar os russos a abandonar sua "política errática"[175] e voltar à Liga dos Três Imperadores — o que durante algum tempo ocorreu. Mas o legado duradouro da ação de Bismarck foi o compromisso assumido pela Alemanha de ir em ajuda da Áustria-Hungria no caso de um ataque russo. Em 1882, Berlim tinha concluído um tratado mútuo semelhante com Roma, na hipótese de um ataque francês, e dentro de mais um ano, tanto Alemanha como Áustria-Hungria tinham oferecido uma outra aliança secreta,

para ajudar a Romênia contra a agresão russa. Estudiosos dessa diplomacia insistem em que os objetivos de Bismarck eram principalmente a curto prazo e defensivos — acalmar aliados nervosos em Viena, Roma e Bucareste, manter a França diplomaticamente isolada, preparar posições para um "retrocesso" caso os russos invadissem os Bálcãs. Isso é certo, sem dúvida; mas a verdade é que ele tinha assumido compromissos e mais ainda, que mesmo não sendo a natureza exata desses tratados secretos conhecida publicamente, fez com que tanto a França como a Rússia se preocupassem com seu isolamento e suspeitassem que o grande intrigante em Berlim tinha formado uma coalizão formidável para esmagá-los em caso de guerra.

Embora a "ligação secreta" de Bismarck com São Petersburgo (o chamado Tratado de Resseguro de 1887) impedisse um rompimento formal entre a Alemanha e a Rússia, havia alguma coisa de artificial e de desesperado nesses esforços barrocos e dúbios do chanceler para impedir a constante tendência para uma aliança franco-russa, em fins da década de 1880. As aspirações da França, de recuperar a Alsácia-Lorena, e da Rússia, de expandir-se na Europa oriental, eram contidas principalmente pelo medo da Alemanha. Não havia nenhum outro aliado *continental* de importância para nenhuma delas, e tinham os incentivos mútuos dos empréstimos e armas francesas para a Rússia, e da ajuda militar russa para a França. Embora as divergências ideológicas entre a burguesia francesa e o reacionário regime czarista retardassem essa tendência por algum tempo, o afastamento de Bismarck em 1890 e os movimentos mais ameaçadores do governo de Guilherme II apressaram a decisão. Em 1894 a Tríplice Aliança da Alemanha, Áustria-Hungria e Itália tinha sido equilibrada pela Aliança Franco-Russa, um compromisso político *e* militar que duraria tanto quanto a Tríplice Aliança.[176]

Esse novo arranjo parecia estabilizar o cenário europeu, sob vários aspectos. Havia um certo equilíbrio entre os dois blocos de alianças, tornando os resultados de um conflito de grandes potências mais incalculáveis e, com isso, menos prováveis do que antes. Tendo escapado de seu isolamento, França e Rússia voltaram-se para preocupações africanas e asiáticas. Para isso contribuiu também a redução das tensões na Alsácia e na Bulgária; em 1897, na verdade, Viena e São Petersburgo tinham concordado em congelar os Bálcãs.[177] Além disso, a Alemanha também se estava voltando para a *Weltpolitik* enquanto a Itália, ao seu jeito inimitável, envolvia-se com a Abissínia. África do Sul, Extremo Oriente, vale do Nilo e Pérsia ocupavam a atenção do público em meados da década de 1890. Foi também a era do "novo navalismo",[178] com todas as potências tentando aumentar suas esquadras, na convicção de que marinhas e colônias andavam de mãos dadas. Não é de surpreender, portanto, que nessa época o Império Britânico, embora geralmente distante das complicações européias, se tenha sentido sob forte pressão de velhos rivais como a França e a Rússia, e ainda de novos desafiadores como a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos. Nessas circunstâncias, a importância das cláusulas militares dos blocos de aliança europeus pareciam cada vez menos relevantes, já que uma guerra geral ali não seria provocada por acontecimentos como o choque anglo-francês em Fashoda (1898), a Guerra dos Boêres ou a corrida pelas concessões na China.

Não obstante, a prazo pouco mais longo, essas rivalidades imperiais

afetariam as relações das grandes potências, mesmo em seu contexto europeu. Na passagem do século, as pressões sobre o Império Britânico eram tais que alguns círculos ligados ao Secretário das Colônias Joseph Chamberlain pediram o fim do "isolacionismo esplêndido" e uma aliança com Berlim, enquanto outros ministros, como Balfour e Lansdowne, começavam a admitir a necessidade de concessões diplomáticas. Toda uma série de concessões aos Estados Unidos sobre o Canal do Panamá, a fronteira do Alasca, os pesqueiros de foca etc. — disfarçadas sob a denominação de "reaproximação anglo-americana" — libertaram a Alemanha de uma posição estrategicamente insustentável no hemisfério ocidental e, o que é mais importante, modificaram drasticamente aquilo que os estadistas do século XIX tinham como certo: que as relações anglo-americanas seriam sempre frias, relutantes e ocasionalmente hostis.[179] Ao promover a Aliança Anglo-Japonesa de 1902, os estadistas britânicos também esperavam diminuir um ônus estratégico na China, embora ao preço de apoiar o Japão em certas circunstâncias.[180] E em 1902-1903 houve influentes círculos britânicos que achavam possível fazer concessões à França em questões coloniais, pois ela tinha mostrado, na crise de Fashoda, que não chegaria à guerra pelo Nilo.

Embora todas essas disposições parecessem, a princípio, relacionar-se apenas com os assuntos extra-europeus, tinham relação indireta com a posição das grandes potências na Europa. A solução do dilema estratégico da Grã-Bretanha no hemisfério ocidental, mais o apoio que ganharia da esquadra japonesa no Extremo Oriente, reduziram algumas das pressões sobre as localizações da marinha inglesa e melhoraram suas perspectivas de consolidação em tempo de guerra. A solução das rivalidades anglo-francesas, por sua vez, significaria uma melhoria ainda maior para a segurança naval britânica. Tudo isso também afetou a Itália, cujo litoral era simplesmente demasiado vulnerável para que ela se permitisse ir para o campo oposto a uma combinação anglo-francesa. De qualquer modo, nos primeiros anos do século XX a França e a Itália tinham suas boas razões próprias (financeiras e norte-africanas) para melhorar suas relações.[181] Mas se a Itália se estava afastando da Tríplice Aliança, isso teria de afetar suas dissensões semi-enterradas com a Áustria-Hungria. Finalmente, até mesmo a distante aliança anglo-japonesa teria repercussões no sistema de Estados europeus, já que tornou improvável a intervenção de qualquer terceira potência quando o Japão decidiu desafiar a Rússia, em 1904, sobre o futuro da Coréia e Manchúria. Além disso, quando aquela guerra foi deflagrada, as cláusulas específicas* do tratado anglo-japonês e da aliança franco-russa influíram fortemente nos dois "segundos", Grã-Bretanha e França respectivamente, para que agissem mutuamente, a fim de evitar serem arrastadas abertamente para o conflito. Não é de surpreender, portanto, que a deflagração das hostilidades no Extremo Oriente tenha levado Londres e Paris a encerrar rapidamente suas discordâncias coloniais e concluir

*A Grã-Bretanha seria de uma "neutralidade benevolente" em relação ao Japão, se este estivesse lutando contra um inimigo, mas teria de prestar ajuda militar se este estivesse lutando contra mais de um; o acordo da França de ajudar a Rússia era de teor semelhante. A menos que Londres e Paris concordassem ambos em não entrar em conflito, sua nova amizade estaria prejudicada.

a *entente* de abril de 1904.[182] Os anos da rivalidade anglo-francesa, originalmente provocada pela ocupação britânica do Egito em 1882, estavam agora encerrados.

Mas talvez nem mesmo isso tivesse causado a famosa "revolução diplomática" de 1904-1905, se não fossem dois outros fatores. O primeiro foi a crescente desconfiança de ingleses e franceses para com a Alemanha, cujos objetivos, embora obscuros, pareciam ambiciosos e perigosos, ao proclamarem o chanceler Bülow e seu imperial senhor Guilherme II o advento do "século alemão". Em 1902-1903 a Esquadra de Alto-Mar, com um alcance e um tipo de navios que sugeria estar ela sendo construída especialmente com o pensamento voltado para a Grã-Bretanha, fazia com que o almirantado inglês pensasse em medidas neutralizadoras. Além disso, enquanto as intenções alemãs sobre a Áustria-Hungria fossem vistas com preocupação por Paris, suas ambições na Mesopotâmia desgostavam aos imperialistas britânicos. Os dois países observavam com crescente irritação os esforços diplomáticos de Bülow para estimular uma guerra no Extremo Oriente em 1904 e envolvê-los nela — com o que Berlim seria o principal beneficiado.[184]

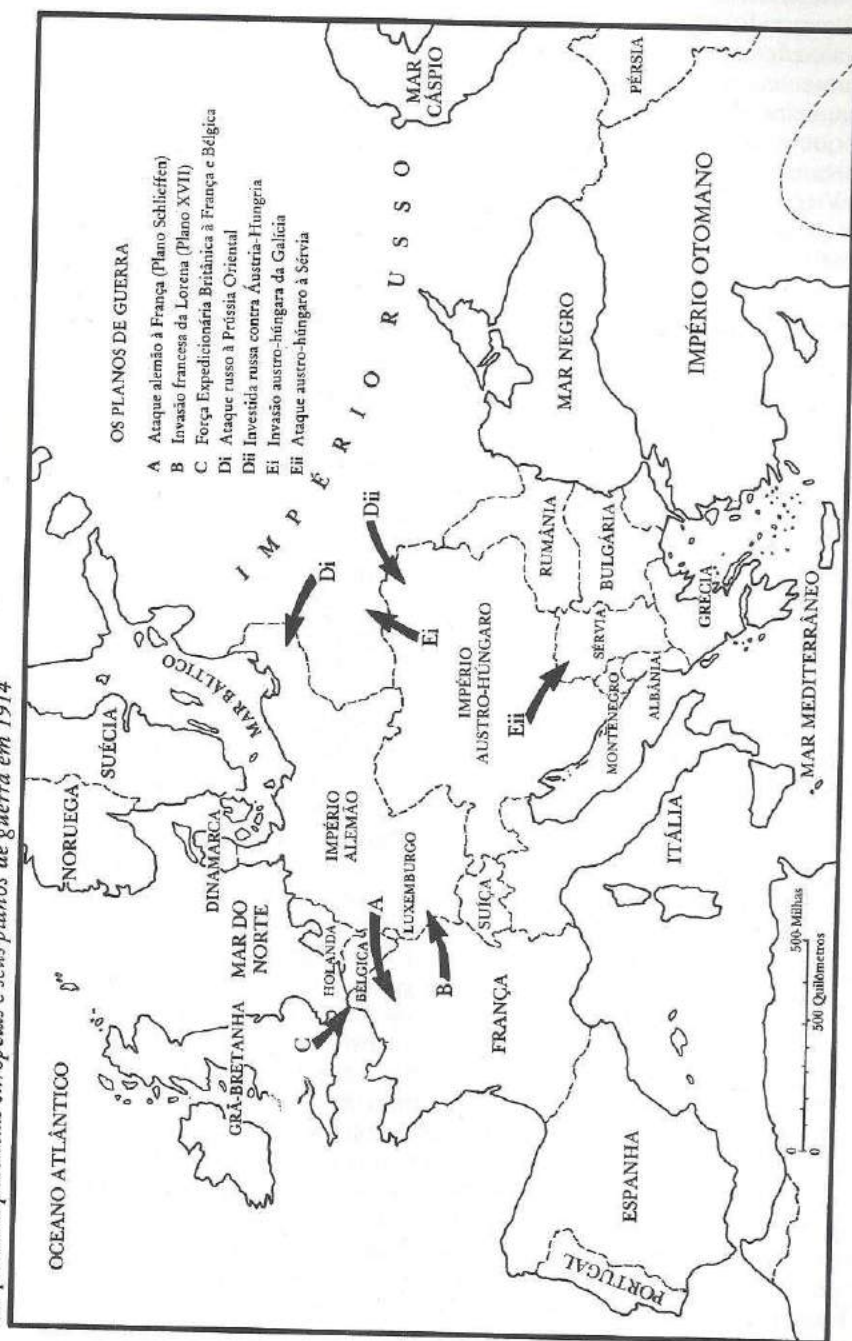
Influência ainda maior sobre o equilíbrio e as relações européias tiveram as impressionantes vitórias navais e militares japonesas durante a guerra, coincidindo com a inquietação generalizada na Rússia, em 1905. Inesperadamente reduzida esta a potência de segunda classe por alguns anos futuros, o equilíbrio militar na Europa pendeu decisivamente em favor de Berlim — a França passou a ter perspectivas ainda piores do que em 1870, no caso de um choque com os alemães. Se houve algum momento favorável para que a Alemanha atacasse no oeste, foi provavelmente o verão de 1905. Mas a preocupação do kaiser com a insatisfação social interna, seu desejo de melhorar relações com a Rússia e sua incerteza quanto aos ingleses, que estavam transferindo seus navios de guerra da China para suas águas territoriais, e examinando o pedido francês de ajuda, se a Alemanha realmente atacasse, tudo isso teve seus efeitos. Em lugar de mergulhar na guerra, Berlim preferiu vitórias diplomáticas, forçando o afastamento de seu arquiinimigo, Delcassé, do cargo de ministro francês do Exterior, e insistindo numa conferência internacional para conter as pretensões francesas no Marrocos. Não obstante, os resultados do encontro de Algeciras, cujos participantes em sua maioria apoiaram a pretensão francesa de uma posição especial no Marrocos, foram uma confirmação devastadora do declínio da influência diplomática alemã desde a época de Bismarck, embora seu poderio industrial, naval e militar tivesse crescido.[185]

A primeira crise marroquina transferiu as rivalidades internacionais da África para o continente europeu. Essa tendência foi logo reforçada por três acontecimentos mais importantes. O primeiro foi a *entente* anglo-russa de 1907 em relação à Pérsia, Tibete e Afeganistão, em si mesmo um assunto regional, mas com implicações mais amplas, pois não só eliminou os desentendimentos asiáticos entre Londres e São Petersburgo, que todas as potências tiveram como certos durante o século XIX — e com isso facilitou a defesa da Índia pelos britânicos — como também levou os nervosos alemães a se considerarem "cercados" na Europa. E embora ainda houvesse muitos ingleses, especialmente no governo liberal, que não se consideravam como

parte de uma coalizão antialemã, sua causa foi enfraquecida pelo segundo acontecimento: a intensa "corrida naval" anglo-germânica de 1908-1909, depois de uma nova intensificação do programa de construções de Tirpitz e dos receios britânicos de perder a supremacia naval até mesmo no mar do Norte. Quando os esforços britânicos, nos três anos seguintes, para reduzir essa competição encontraram uma exigência alemã de neutralidade da parte de Londres, no caso de uma guerra européia, os desconfiados ingleses recuaram. Eles e os franceses vinham observando com nervosismo a crise balcânica de 1908-1909, na qual a indignação russa pela anexação formal, pela Áustria-Hungria, das províncias de Bósnia-Herzegovina levou a uma exigência alemã de que a Rússia aceitasse o fato consumado ou sofresse as conseqüências.[186] Enfraquecida pela recente guerra com o Japão, a Rússia submeteu-se. Mas essa violência diplomática provocou uma reação patriótica dos russos, um aumento nas despesas de defesa, e a disposição de aproximar-se mais de seus aliados.

Apesar de tentativas ocasionais de uma *détente* entre uma capital e outra, depois de 1909, portanto, a tendência de "enrijecimento" aumentou. A segunda crise do Marrocos, em 1911, quando os ingleses intervieram fortemente em favor da França e contra a Alemanha, provocou uma onda de emoção patriótica nesses dois países, e enormes aumentos em seus exércitos, levando os nacionalistas a falarem abertamente do iminente conflito, enquanto na Grã-Bretanha a crise fez com que o governo harmonizasse seus divergentes planos militar e naval para a hipótese de entrar o país numa guerra européia.[187] Um ano depois, o fracasso da missão realizada em Berlim pelo ministro britânico, lorde Haldane, e o novo aumento da frota alemã, tinham levado Londres à concessão de novembro de 1912, representada pelo acordo naval anglo-francês. Também naquela época um ataque oportunista à Turquia, pelas forças italianas, tinha sido imitado pelos estados da Liga Balcânica, que praticamente expulsou o Império Otomano da Europa, antes que os membros da liga se desentendessem quanto ao butim. O reaparecimento da velha "Questão Oriental" foi o acontecimento mais sério, em parte porque a luta apaixonada por vantagens, entre os estados balcânicos rivais, não podia ser controlada pelas grandes potências, e em parte porque alguns dos fatos novos pareciam ameaçar os interesses vitais de algumas dessas potências: a ascensão da Sérvia alarmava Viena, a perspectiva da maior influência militar alemã sobre a Turquia aterrorizava São Petersburgo. Quando o assassinato do arquiduque Ferdinando, em junho de 1914, provocou ações da Áustria-Hungria contra a Sérvia, e em seguida as reações russas, na realidade, o velho truísmo de que a morte do arquiduque foi apenas a fagulha que fez explodir o barril de pólvora encerrava muita verdade.[188]

O assassinato de julho de 1914 é um dos mais conhecidos exemplos na História de um fato particular que provoca uma crise geral, e em seguida uma guerra mundial. As exigências da Áustria-Hungria à Sérvia, sua rejeição da conciliatória resposta sérvia, e seu ataque a Belgrado levaram à mobilização russa em apoio ao aliado sérvio. Isso, por sua vez, fez com que o estado-maior prussiano pressionasse pela implementação imediata do Plano Schlieffen, isto é, o ataque preventivo a oeste, via Bélgica, contra a França — o que provocou a ação dos ingleses.

Mapa 9: *As potências européias e seus planos de guerra em 1914*

Embora cada uma das grandes potências tenha, nessa crise, agido de acordo com os seus interesses nacionais, também é certo que sua decisão de ir à guerra foi afetada pelos planos de operações existentes. A partir de 1909, os alemães se comprometeram com a Áustria-Hungria, não apenas diplomaticamente, mas também militarmente, em proporções que Bismack nunca imaginara. Além disso, o plano de operações alemão envolvia agora um ataque imediato e maciço contra a França, através da Bélgica, quaisquer que fossem as causas específicas da guerra. Em contraste, os planejadores militares de Viena ainda hesitavam entre as várias frentes, mas a disposição de desfechar um golpe inicial na Sérvia crescia. Estimulada pelos recursos franceses, a Rússia comprometeu-se a uma mobilização mais rápida e a atacar no oeste, se a guerra ocorresse; enquanto isso, os franceses adotavam em 1911 o famoso Plano XVII, que previa a invasão direta da Alsácia-Lorena. E embora a possibilidade de que a Itália combatesse ao lado de seus aliados da Tríplice Aliança tivesse diminuído muito, uma intervenção militar britânica na Europa tornara-se mais provável no caso de um ataque alemão à Bélgica e França. Desnecessário dizer que em cada um dos estados-maiores havia a suposição indiscutida de que a rapidez era essencial; isto é, que tão logo o choque parecesse provável, era vital a mobilização de forças e seu transporte para a fronteira, e a além desta, antes que o inimigo pudesse fazer o mesmo. Se era esse particularmente o caso em Berlim, onde o exército se empenhava em desfechar o golpe decisivo no oeste, para em seguida voltar-se para o leste e enfrentar os russos mais lentos, o mesmo pensamento predominava nos outros países. Quando uma crise realmente séria ocorresse, os diplomatas não teriam muito tempo antes que os planejadores estratégicos entrassem em ação.[189]

A questão, quanto a todos esses planos de guerra, não estava apenas em se assemelharem, retrospectivamente, a uma fileira de pedras de dominó, que desabaria quando o primeiro caísse. Era importante também o fato de que sendo uma guerra de coalizão muito mais provável do que, digamos, em 1859 ou 1870, as perspectivas de que o conflito fosse prolongado eram também muito maiores, embora poucos contemporâneos parecem ter compreendido isso. O notório erro de cálculo, segundo o qual a guerra, iniciada em julho/agosto de 1914, estaria "terminada pelo Natal", tem sido habitualmente explicado pela incapacidade de prever que a artilharia de tiro rápido e as metralhadoras tornariam impossível a guerra de manobras e obrigariam os soldados a permanecer nas trincheiras de onde raramente podiam ser expulsos; e que o recurso posterior aos prolongados bombardeios de artilharia e enormes ofensivas de infantaria não ofereceriam solução, já que o bombardeio simplesmente atingia a terra das trincheiras e dava ao inimigo uma indicação do ponto de onde viria o ataque.[190] Argumenta-se, da mesma forma, que os almirantados da Europa também perceberam mal a guerra que viria, preparando-se para encontros decisivos entre as esquadras, sem apreciar devidamente o fato de que o contorno geográfico do mar do Norte e do Mediterrâneo, bem como as novas armas como a mina, o torpedo e o submarino, tornariam muito difíceis as operações da frota no estilo tradicional. Tanto no mar como em terra, portanto, uma vitória rápida era improvável por motivos técnicos.

Tudo isso é certo, evidentemente, mas precisa ser colocado no contexto do próprio sistema de alianças.[192] Afinal de contas, se os russos tivessem podido atacar a Áustria-Hungria sozinhos, ou se os alemães tivessem podido repetir a guerra de 1870 contra a França enquanto as outras potências permanecessem neutras, as perspectivas de vitória (mesmo um pouco demorada) pareceriam incontestáveis. Mas essas coalizões significavam que mesmo que um beligerante fosse severamente castigado numa campanha, ou percebesse a inadequação de seus recursos para manter a luta, era estimulado a continuar na guerra pela esperança — e promessa — de ajuda de seus aliados. Olhando-se um pouco à frente, a França dificilmente poderia ter continuado depois da desastrosa ofensiva de Nivelle e dos motins de 1917, a Itália dificilmente poderia ter evitado o colapso depois de sua derrota em Caporetto em 1917, e o Império Austro-Húngaro dificilmente poderia ter continuado depois das terríveis perdas de 1916 (ou mesmo dos fracassos de 1914 na Galícia e Sérvia) se não tivesse recebido apoio em tempo útil de seus aliados. Assim, o próprio sistema de alianças praticamente assegurava que a guerra *não* teria uma decisão rápida, e significava por sua vez que a vitória nesse prolongado duelo caberia — como nas grandes guerras de coalizão do século XVIII — ao lado cuja combinação de recursos militares/navais *e também* financeiros/industriais/tecnológicos fosse maior.

A guerra total e o equilíbrio de forças, 1914-1918

Antes de examinarmos a Primeira Guerra Mundial à luz da estratégia geral das duas coalizões e dos recursos militares e industriais de que dispunham, talvez seja útil lembrar a posição de cada uma das grandes potências dentro do sistema internacional de 1914. Os Estados Unidos estavam à margem — embora seus grandes laços comerciais e financeiros com a Grã-Bretanha e a França tornassem impossível o compromisso de Wilson de que seriam "neutros em pensamento e em ação".[193] O Japão interpretou liberalmente os termos da Aliança Anglo-Japonesa para ocupar as possessões alemãs na China e no Pacífico central; mas nem isso, nem suas funções de escolta naval mais adiante seriam decisivos; para os Aliados, porém, era evidentemente muito melhor ter um Japão amigo do que hostil. A Itália, em contraste, preferiu a neutralidade em 1914 e, em vista de sua fragilidade socioeconômica, teria sido prudente manter essa política: se sua decisão de 1915 de entrar na guerra *contra* as potências centrais constituiu um golpe para a Áustria-Hungria, é difícil dizer que tenha beneficiado de maneira significativa a Grã-Bretanha, França e Rússia, tal como os diplomatas aliados esperavam.[194] Da mesma maneira, era difícil dizer quem se beneficiou mais com a decisão turca de entrar na guerra ao lado de Berlim, em novembro de 1941. É certo que isso bloqueava o Bósforo e os Dardanelos, e portanto as exportações de cereal russo e suas importações de armas. Mas em 1915 teria sido difícil transportar o trigo russo para qualquer lugar, e não havia munições "de sobra" no ocidente. Por outro lado, a decisão da Turquia abriu o Oriente Próximo aos franceses e (em especial) à expansão imperial britânica — embora também impedisse os imperialistas, na Índia e Whitehall, de uma concentração total na frente ocidental.[195]

As posições realmente críticas, portanto, eram as ocupadas pelas "cinco grandes" potências na Europa. Àquela altura, era artificial tratar a Áustria-Hungria como totalmente separada da Alemanha, pois embora os objetivos de Viena divergissem com freqüência de Berlim em muitas questões, ela só podia fazer a guerra ou a paz — e provavelmente sobreviver como grande potência quase independente — de acordo com seu poderoso aliado.[196] A combinação austro-germânica era formidável. Seus exércitos efetivos eram consideravelmente menores do que o francês e o russo, mas tinham eficientes linhas internas e podiam ser complementados por um crescente número de recrutas. Como se pode ver pelo Quadro 22, adiante, também tinham considerável superioridade industrial e tecnológica sobre a aliança franco-russa.

A posição da França e Rússia era, é claro, exatamente inversa. Separadas entre si por mais de metade da Europa, teriam dificuldades (no mínimo) para coordenar sua estratégia militar. E embora parecessem dispor de uma grande vantagem em força militar no início da guerra, esta foi reduzida pelo uso inteligente, pelos alemães, de reservistas preparados na linha de frente; a vantagem diminuiu ainda mais depois das imprudentes ofensivas franco-russas no outono de 1914. Não cabendo mais a vitória ao mais rápido, era cada vez mais provável que ela iria para o mais forte; e os índices industriais não eram encorajadores. Se a coalizão franco-russa estivesse envolvida sozinha numa guerra prolongada, "total", contra as potências do centro, é difícil imaginar que pudesse ter vencido.

Mas o fato foi, decerto, que a decisão alemã de desfechar um ataque preventivo contra a França através da Bélgica deu razão aos intervencionistas britânicos.[197] Quer tenha sido pelos motivos tradicionais do "equilíbrio de forças", ou em defesa da "pobre e pequena Bélgica", a decisão britânica de declarar guerra à Alemanha foi crítica, embora o pequeno exército britânico, onde a prestação do serviço era prolongada, só pudesse afetar o equilíbrio militar marginalmente — pelo menos até que essa força se transformasse num exército maciço de soldados convocados em linhas continentais. Mas como a guerra *iria* durar muito mais do que uns poucos meses, o peso britânico era considerável. Sua marinha podia neutralizar a frota alemã e bloquear as potências centrais — o que não as colocaria de joelhos, mas lhes negaria acesso a fontes de abastecimento fora do continente europeu. Inversamente, ela assegurava o livre acesso a essas fontes para as potências aliadas (exceto quando, mais tarde, o acesso foi interrompido pela campanha dos submarinos), vantagem aumentada pelo fato de ser a Grã-Bretanha um país de rico comércio, com ligações extensas por todo o mundo e enormes investimentos no além-mar, alguns dos quais, pelo menos, poderiam ser liquidados para pagar compras em dólares. Diplomaticamente, essas ligações de além-mar significavam que a decisão britânica de intervir influenciaria a ação do Japão no Extremo Oriente, a declaração de neutralidade da Itália (e sua posterior mudança de campo), e a posição geralmente benevolente dos Estados Unidos. Apoio mais direto de além-mar foi proporcionado, é claro, pelos domínios autônomos e pela Índia, cujas tropas ocuparam logo o império colonial alemão, e mais tarde agiram contra a Turquia.

Além disso, os recursos industriais e financeiros da Grã-Bretanha, ainda enormes, podiam ser usados na Europa, tanto no levantamento de empréstimos

como na remessa de munições para França, Bélgica, Rússia e Itália, e para abastecer e custear o grande exército a ser empregado por Haig na frente ocidental. Os índices econômicos do Quadro 22 mostram a significação da intervenção britânica, em termos de poder.

Quadro 22. Comparação industrial/tecnológica das alianças de 1914
(extraída dos Quadros 15-18 *supra*)

	Alemanha/ Áustria-Hungria	*França/ Rússia*	+	*Grã-Bretanha*		
Porcentagem da produção mundial de manufaturados (1913)	19,2%	14,3%	+	13,6%	=	27,9%
Consumo de energia elétrica (1913), milhão de toneladas métricas de equivalente de carvão	236,4	116,8%	+	195,0	=	311,8
Produção de aço (1913) em milhões de toneladas	20,2	9,4	+	7,7	=	17,1
Potencial industrial total (Reino Unido 1900=100)	178,4	133,9	+	127,2	=	261,1

Na verdade isso representava uma superioridade significativa, mas não esmagadora, em material possuído pelos Aliados, e o acréscimo da Itália em 1915 não influiu muito na balança em favor deles. Mas se a vitória numa guerra prolongada de grandes potências cabia habitualmente à coalizão com a maior base produtiva, a pergunta óbvia é por que os Aliados não se impuseram, mesmo depois de dois ou três anos de luta — e em 1917 corriam certo perigo de perder — e por que eles acharam vital assegurar a entrada dos Estados Unidos no conflito.

Uma parte da resposta deve ser que as áreas nas quais os Aliados eram fortes não tinham probalidade de provocar uma vitória rápida ou decisiva sobre as potências centrais. O império colonial alemão em 1914 era economicamente tão insignificante que (com exceção dos fosfatos de Nauru) sua perda representou muito pouco. A eliminação do comércio alemão de além-mar foi certamente mais prejudicial, mas não nas proporções que os partidários britânicos da "influência do poderio marítimo" imaginavam, pois as indústrias de exportação alemãs foram reformuladas para a produção bélica, o bloco das potências centrais era praticamente auto-suficiente em alimentos desde que mantivesse seu sistema de transportes, as conquistas militares (por exemplo, minérios de Luxemburgo, trigo e petróleo da Romênia) evitaram muita escassez de matérias-primas, e outros fornecimentos eram feitos através de vizinhos neutros. O bloqueio marítimo teve certo efeito, mas só quando aplicado em conjunto com pressões militares em todas as frentes, e mesmo então só muito lentamente se fazia sentir. Por fim, as outras armas tradicionais do arsenal britânico, operações periféricas nos moldes da Guerra Peninsular de 1808-1814, não podiam ser usadas contra o litoral

alemão, já que suas defesas baseadas no mar e em terra eram formidáveis. E quando foram empregadas contra potências mais fracas — em Galípoli, por exemplo, ou Salonica — falhas operacionais dos Aliados e armas mais novas (campos de minas, baterias costeiras de tiro rápido) dos defensores reduziram o esperado impacto. Como na Segunda Guerra Mundial, qualquer busca de um "ponto fraco" na coalizão inimiga afastava as tropas aliadas da luta na França.[198]

As mesmas observações podem ser feitas sobre a esmagadora superioridade naval dos aliados. A geografia do mar do Norte e do Mediterrâneo significava que as principais linhas de comunicação aliadas estavam seguras, sem necessidade de buscar os navios de seus inimigos nos portos, ou montar um arriscado bloqueio próximo de suas costas. Pelo contrário, coube às frotas alemã e austro-húngara sair em desafio das marinhas anglo-franco-italiana, se quisessem conseguir o "domínio dos mares", já que, se permanecessem nos portos, seriam inúteis. Mas nenhuma das potências centrais queria mandar seus navios para uma missão praticamente suicida contra forças muito superiores. Assim, os poucos choques navais de superfície que ocorreram foram encontros ocasionais (por exemplo, Dogger Bank, Jutlândia), e foram estrategicamente sem importância, a não ser na medida em que confirmavam o controle aliado das rotas marítimas. A perspectiva de novos encontros foi reduzida pela ameaça que minas, submarinos e aviões de caça ou zepelins representava para os navios de guerra, o que tornava os comandantes de ambos os lados cada vez mais cautelosos no envio de suas esquadras ao mar, exceto (condição altamente improvável) se soubessem que navios inimigos se aproximavam de seu próprio litoral. Dada a impotência da guerra de superfície, as potências centrais voltaram-se aos poucos para os ataques de submarinos aos navios mercantes aliados, ameaça muito mais séria. Mas pela sua própria natureza, uma campanha de submarinos contra o comércio era lenta, desgastante, e seu sucesso real só podia ser medido pela comparação da tonelagem dos navios mercantes perdida contra a tonelagem sendo lançada nos estaleiros aliados — e isso comparado com o número de submarinos destruídos. Não era uma forma de guerra que prometesse vitórias rápidas.

Uma segunda razão da importância relativa da superioridade numérica e industrial dos Aliados estava na natureza da própria luta militar. Quando os dois lados tinham milhões de soldados espalhados por centenas de quilômetros de territórios, era difícil (na Europa ocidental, impossível) obter uma única vitória decisiva à maneira de Jena ou Sadowa; até mesmo uma "grande ofensiva", planejada e preparada metodicamente durante meses, em geral se desintegrava em centenas de ações de pequena escala no campo de batalha, sendo geralmente acompanhada também de um colapso quase total das comunicações. Embora a linha de frente pudesse oscilar de um lado para outro em certos setores, a ausência dos meios de conseguir um verdadeiro rompimento permitiu a ambos os lados mobilizar e trazer reservas, novos estoques de obuses, arame farpado e artilharia, a tempo do próximo choque que não rompia o impasse. Até quase o fim da guerra, nenhum exército pôde descobrir como fazer seus soldados penetrarem nas defesas em poder do inimigo, por vezes com *profundidades de seis quilômetros,* sem expor seus soldados a um devastador fogo inimigo, ou revolver de tal maneira o terreno com bombardeios

prévios que se tornava difícil avançar. Mesmo quando um ocasional ataque de surpresa dominava as primeiras poucas linhas de trincheiras inimigas, não havia equipamento especial para explorar tal vantagem; as linhas ferroviárias ficavam a quilômetros na retaguarda, a cavalaria era demasiado vulnerável (e dependia do fornecimento de forragem), os soldados de infantaria, muito carregados, não podiam ir longe, e a artilharia, que era vital, estava limitada pelo seu longo cortejo de carroças de abastecimento puxadas por cavalos.[200]

Além desse problema geral de obter uma rápida vitória no campo de batalha, havia o fato de que a Alemanha tinha mais duas vantagens específicas. A primeira era que pelo seu grande avanço na França e Bélgica, em agosto/setembro de 1914, havia ocupado os pontos elevados que dominavam a frente ocidental. A partir de então, com uma rara exceção como Verdun, ela permaneceu na ofensiva no oeste, obrigando o exército anglo-francês a atacar em condições desfavoráveis e com forças que, embora numericamente superiores, não eram suficientes para compensar essa desvantagem básica. Segunda, as favoráveis condições geográficas da posição alemã, com bons meios de comunicação entre leste e oeste, compensava até certo ponto seu "cerco" pelos Aliados, permitindo que generais como Falkenhayn e Ludendorff transferissem divisões de uma frente para outra e, em certa ocasião, mandassem todo um exército através da Europa central numa semana.[201]

Em conseqüência, em 1914, mesmo quando o grosso de exército estava atacando no oeste, o estado-maior prussiano transferia nervosamente dois corpos de exército para reforçar a frente oriental, que se achava exposta. Essa medida não constituiu um golpe fatal para o ataque ocidental, que era logisticamente inseguro, de qualquer modo,[202] e ajudou os alemães a conter a prematura ofensiva russa sobre a Prússia oriental, lançando suas próprias operações em torno dos lagos Masurianos. Quando a sangrenta luta em Ypres, em novembro de 1914, convenceu Falkenhayn da impossibilidade de uma vitória rápida, mais oito divisões alemãs foram transferidas para o comando oriental. Como as forças austro-húngaras tinham sofrido humilhante golpe em sua campanha da Sérvia, e como o irreal Plano XVII de 1914, dos franceses, tinha sido detido na Lorena com perdas superiores a 600 mil homens, parecia que só nas regiões abertas da Polônia russa e Galícia se poderia conseguir um rompimento — embora não fosse absolutamente claro se ele podia consistir de uma repetição, pelos russos, de sua vitória sobre a Áustria-Hungria em Lemberg, ou uma repetição, pelos alemães, de Tannenberg/lagos Masurianos. Enquanto as forças anglo-francesas se desgastavam no oeste durante todo o ano de 1915 (onde os franceses perderam mais 1,5 milhão de homens e os ingleses, 300 mil), os alemães preparavam-se para uma série de ataques ambiciosos ao longo da fronteira oriental, em parte para salvar os austro-húngaros cercados na Carpácia, mas principalmente para destruir o exército russo. Na verdade, este era ainda tão grande (e crescia) que sua destruição era impossível. Em fins de 1915, porém, os russos tinham sofrido uma série de golpes devastadores às mãos dos alemães, tática e logisticamente superiores, e sido expulsos da Lituânia, Polônia e Galícia. No sul, os reforços alemães uniram-se às forças austríacas e aos búlgaros oportunistas, para finalmente dominar a Sérvia. Nada que os Aliados ocidentais tentaram em 1915 — desde a campanha de Galípoli, operacionalmente mal comandada, até o infrutífero

desembarque em Salonica, para induzir a Itália à guerra — realmente ajudou aos russos, ou pareceu desafiar o bloco consolidado das potências centrais.[203]

Em 1916 a imprudente inversão da estratégia alemã, por Falkenhayn — transferência de unidades para oeste a fim de dar um golpe de morte nos franceses com repetidos ataques sobre Verdun — apenas confirmou a correção da política anterior. Quando grande número de divisões alemãs foram destruídas na campanha de Verdun, os russos puderam organizar sua última grande ofensiva sob o comando do general Brusilov, no leste, em junho de 1916, expulsando o desorganizado exército Habsburgo de volta até os montes Cárpatos e ameaçando levá-lo ao colapso. Quase que ao mesmo tempo, o exército britânico comandado por Haig lançava a sua ofensiva maciça na Somme, pressionando durante meses os pontos elevados em poder dos alemães. Logo que essas duas operações aliadas levaram ao fim da campanha de Verdun (e à substituição de Falkenhayn por Hindenburg e Ludendorff, em fins de agosto de 1916), a posição estratégica alemã melhorou. As perdas alemãs na Somme foram pesadas, menos pesadas porém que as de Haig; e a adotação de uma posição defensiva no oeste permitiu mais uma vez aos alemães transferirem tropas para o leste, reforçando os contingentes austro-húngaros, em seguida dominando a Romênia e, mais tarde, dando ajuda aos búlgaros no sul.[204]

Além dessas vantagens alemãs de linhas internas, ferrovias eficientes e boas posições defensivas, havia também a questão correlata do *momento oportuno*. Os recursos totais maiores de que os Aliados dispunham não podiam ser mobilizados instantaneamente em 1914, em busca da vitória. O exército e o governo russos podiam sempre recrutar novas levas de soldados para compensar as repetidas perdas no campo de batalha, mas não dispunham das armas, nem dos comandos, para ampliar sua força além de um certo limite. No oeste, só em 1916 o exército de Haig conseguiu totalizar mais de 1 milhão de homens, e mesmo assim os ingleses sentiram-se tentados a desviar suas tropas para campanhas fora da Europa, reduzindo com isso a pressão potencial sobre a Alemanha. Isso significou que durante os dois primeiros anos do conflito a Rússia e a França arcaram com o peso principal de conter a máquina militar alemã. Ambas lutaram de maneira magnífica, mas em princípios de 1917 a tensão tornava-se evidente: Verdun tinha levado o exército francês quase que ao seu limite, como os temerários ataques de Nivelle em 1917 mostraram; e embora a ofensiva de Brusilov tivesse praticamente acabado com o exército Habsburgo como força combativa, não havia causado nenhum dano à própria Alemanha, e criara tensões ainda maiores para as ferrovias, estoques de alimentos e finanças estatais da Rússia, tendo ao mesmo tempo desgastado grande parte dos efetivos treinados russos. Embora os novos exércitos de Haig compensassem o cansaço crescente dos franceses, não prenunciaram nenhuma vitória aliada no oeste; e se também foram mal usados em ofensivas frontais, ainda assim a Alemanha pôde resistir em Flandres ao mesmo tempo em que empreendia novas ações amplas no leste. Finalmente, nenhuma ajuda se podia esperar ao sul dos Alpes, onde os italianos estavam agora pedindo reforços, desesperadamente.

Esse padrão de sacrifícios militares cada vez maiores, feitos por ambos os lados, teve um paralelo inevitável na esfera financeira-industrial — mas

(pelo menos até 1917) com os mesmos resultados indefinidos. Muita importância se tem dado, em estudos recentes, à maneira pela qual a Primeira Guerra Mundial galvanizou as economias nacionais, levando indústrias modernas pela primeira vez a muitas regiões, e provocando aumentos enormes na produção de armas.[205] Mas isso certamente não era de surpreender. Apesar dos lamentos dos liberais, e de outros, sobre os custos da corrida armamentista pré-1914, só uma proporção muito pequena (pouco mais de 4% em média) da renda nacional estava sendo desviada para as armas. Quando o advento da "guerra total" fez com que esse número subisse para 25 ou 33% — isto é, quando os governos em guerra assumiram o comando decisivo da indústria, trabalho e finanças — era inevitável que a produção de armamentos aumentasse muito. E como os generais de *todos* os exércitos queixavam-se amargamente, em fins de 1914 e princípios de 1915, de uma crônica "falta de obuses", era também inevitável que os políticos, temendo os efeitos da escassez, estabelecessem um acordo com os setores produtivos e sindicais para produzir o material desejado.[206] Tendo em vista os poderes do estado burocrático moderno de levantar empréstimos e aumentar impostos, já não havia os impedimentos fiscais para a manutenção de uma guerra prolongada, que tinham tolhido as mãos dos estados do século XVIII. Inevitavelmente, portanto, depois de um período inicial de reajustamento a essas novas condições, a produção de armamentos aumentou muito em todos os países.

É importante, portanto, perguntar onde as economias de guerra dos vários combatentes mostraram debilidades, pois era extremamente provável que isso levasse ao colapso, a menos que recebessem ajuda de aliados melhor dotados. Sob esse aspecto, pouco espaço será dado às duas mais fracas das grandes potências, Áustria-Hungria e Itália, por ser claro que a primeira, embora resistindo notavelmente bem em sua campanha prolongada (em especial na frente italiana), teria entrado em colapso na guerra com a Rússia sem as repetidas intervenções militares alemãs, que transformaram o Império Habsburgo, ainda mais, em satélite de Berlim.[207] A Itália, que não precisou em lugar algum de uma assistência militar tão direta até o desastre de Caporetto, dependia de aliados cada vez mais ricos e mais poderosos para o abastecimento vital de alimentos, carvão e matérias-primas, para o transporte marítimo e para os 2,96 bilhões de dólares com os quais poderia pagar munições e outros produtos.[208] Sua "vitória" final em 1918, como a derrota e dissolução do Império Habsburgo, dependeu essencialmente de ações e decisões em outras partes.

Em 1917, já se disse,[209] a Itália, a Áustria-Hungria e a Rússia apostavam uma corrida para o colapso. O fato de ter sido a Rússia a primeira a desabar deve-se, em parte, a dois problemas que não existiam para Roma e Viena. O primeiro é que estava exposta, ao longo de centenas de quilômetros de fronteira, a ataques penetrantes do exército alemão, muito mais eficiente; o segundo é que mesmo em agosto de 1914, e certamente depois da entrada da Turquia na guerra, estava estrategicamente isolada e com isso não pôde obter de seus aliados ajuda militar ou econômica necessária para manter o enorme esforço de sua máquina bélica. Como os outros combatentes, ao perceber logo que estava consumindo seus estoques de munição dez vezes mais depressa do que previam as estimativas anteriores à guerra, a Rússia teve de ampliar

maciçamente a sua produção interna — que se revelou muito mais confiável do que as encomendas feitas no exterior, que demoravam muito, mesmo que isso significasse o desvio de recursos para as mãos egoístas dos industriais de Moscou. Mas o aumento impressionante da produção russa de armas, e na verdade da produção industrial e agrícola em geral, durante os dois primeiros anos e meio de guerra, representou uma sobrecarga enorme para o inadequado sistema de transportes, que já tinha dificuldades em enfrentar os embarques de tropas, de forragem para a cavalaria, e assim por diante. Os estoques de obuses, portanto, acumulavam-se a quilômetros de distância da frente; os alimentos não podiam ser levados para as áreas onde eram necessários, especialmente as cidades; os abastecimentos aliados ficavam meses nos portos em Murmansk e Archangel. Essas inadequações estruturais não podiam ser superadas pela minúscula e ineficiente burocracia russa, e pouca ajuda era proporcionada pela liderança política da cúpula, que brigava entre si e estava paralisada. Pelo contrário, o regime czarista ajudou a cavar sua própria sepultura com políticas fiscais irresponsavelmente desequilibradas. Depois de abolir o comércio de bebidas (que produzia um terço de sua receita), de perder muito nas ferrovias (sua outra grande fonte de renda na paz), e — ao contrário de Lloyd George — recusar-se a aumentar o imposto de renda das classes mais favorecidas, o estado recorreu a novos empréstimos e a emissão de mais papel-moeda para custear a guerra. O índice de preços elevou-se acentuadamente, passando de 100 nominais em junho de 1914 para 398 em dezembro de 1916, para 702 em junho de 1917, época em que uma terrível combinação de mau abastecimento de alimentos e inflação excessiva provocava greve atrás de greve.[210]

Como na produção industrial, o desempenho militar da Rússia foi bastante razoável durante os dois ou três primeiros anos da guerra — mesmo que não se assemelhasse em nada àquelas presunçosas imagens de antes da guerra, do "rolo compressor russo" abrindo caminho pela Europa. Suas tropas lutaram de sua maneira habitual, duras e persistentes, suportando as durezas e disciplina desconhecidas no Ocidente. A história russa contra o exército austro-húngaro, desde a vitória de setembro de 1914 em Lemberg até a ofensiva de Brusilov, brilhantemente executada, foi de constante êxito, semelhante ao de sua campanha no Cáucaso contra os turcos. Contra os alemães, mais bem equipados e mais rápidos, porém, as coisas se passaram ao inverso; mas até mesmo isso precisa ser colocado em perspectiva, já que as perdas de uma campanha (digamos, Tannenberg / lagos Masurianos em 1914, ou a luta nos Cárpatos, em 1915) eram compensadas por uma nova leva anual de recrutas, que eram então preparados para as operações da estação seguinte. Com o tempo, é claro, a qualidade e o moral do exército teriam de ser afetados por essas pesadas perdas — 250 mil homens em Tannenberg/ lagos Masurianos, 1 milhão na batalha dos Cárpatos em princípios de 1915, outros 400 mil quando Mackensen atacou no bolsão polonês central, nada menos de 1 milhão na luta de 1916 que começou com a ofensiva de Brusilov e terminou com o colapso na Romênia. Em fins de 1916 o exército russo tinha sofrido baixas de cerca de 3,6 milhões de mortos, seriamente feridos, e doentes, e mais outros 2,1 milhões tinham sido aprisionados pelas potências centrais. Naquele ano, também, ela resolveu convocar recrutas de segunda

categoria (homens que eram arrimo de família), o que não só provocou tremenda insatisfação camponesa nas aldeias, como também levou para o exército centenas de milhares de soldados descontentes. Quase tão importantes foram os números decrescentes de suboficiais treinados, o abastecimento inadequado de armas, munições e alimentos na frente, e o crescente sentimento de inferioridade contra a máquina de guerra alemã, que parecia saber antecipadamente todas as intenções da Rússia,* ter um fogo de artilharia esmagador e movimentar-se com mais rapidez do que qualquer outro. Em princípios de 1917, essas repetidas derrotas combinaram-se com a inquietação nas cidades e os rumores da distribuição de terras, produzindo uma desintegração generalizada no exército. A ofensiva de julho de 1917 de Kerenski — mais uma vez, bem-sucedida de início contra os austríacos, e depois reduzida a nada pelo contra-ataque de Mackensen — foi o golpe final. O exército, *Stavka* concluiu, "é simplesmente uma massa enorme, cansada, andrajosa e mal alimentada de homens enraivecidos, unidos pela sede comum de paz e pela decepção comum".[211] Agora, tudo que a Rússia podia esperar era a derrota e uma revolução interna muito mais séria que a de 1905.

É ocioso especular até que ponto também a França esteve próxima de uma sorte semelhante em meados de 1917, quando centenas de milhares de soldados se amotinaram depois da insensata ofensiva de Nivelle,[212] pois a verdade é que apesar das semelhanças superficiais com as condições russas, os franceses tinham vantagens importantes, que os mantiveram na luta. A primeira delas era o grau muito maior de unidade nacional e empenho em expulsar os invasores alemães de volta para o Reno — embora até mesmo esses sentimentos pudessem ter desaparecido, se a França estivesse lutando sozinha. A segunda diferença, provavelmente crucial, foi que os franceses se podiam beneficiar por lutarem numa guerra de coalizão de uma maneira que não estava ao alcance dos russos. Desde 1871 eles sabiam que não podiam resistir sozinhos à Alemanha; o conflito de 1914-1918 simplesmente confirmou esse julgamento. Isso não diminui a contribuição francesa para a guerra, seja em termos militares ou econômicos, mas apenas a coloca num contexto. Levando em conta que 64% da capacidade nacional em ferro-gusa, 24% de sua capacidade em aço, e 40% de sua capacidade em carvão caíram rapidamente nas mãos dos alemães, o renascimento industrial francês depois de 1914 foi notável (sugerindo, incidentalmente, o que poderia ter sido feito no século XIX se houvesse empenho político nisso). Fábricas, grandes e pequenas, foram criadas através da França, e empregavam mulheres, crianças e veteranos, e até mesmo trabalhadores especializados que tinham sido recrutados e foram transferidos de volta das trincheiras. Os planejadores tecnocratas, homens de negócios e sindicatos uniram-se num esforço nacional para produzir o máximo possível de obuses, canhões pesados, aviões, caminhões e tanques. O aumento da produção resultante levou um estudioso a argumentar que "a França, mais do que a Grã-Bretanha, e muito mais do que a América, tornou-se o arsenal da democracia na Primeira Guerra Mundial".[213]

---

* O que não é de surpreender, já que os russos eram incrivelmente descuidados com suas transmissões pelo telégrafo sem fio.

Mas essa enorme concentração na produção de armas — um aumento de 170 vezes na produção de metralhadoras, 290 vezes na produção de fuzis — não poderia ter sido realizada se a França não tivesse a ajuda britânica e americana, na forma de um fluxo constante de carvão, coque, ferro-gusa, aço e máquinas operatrizes tão vitais para a nova indústria de munições; de empréstimos anglo-americanos de mais de 3,6 bilhões de dólares, de modo que ela pudesse custear as matérias-primas de além-mar; da destinação de proporções cada vez maiores de transporte marítimo britânico, sem o qual a maior parte dessa movimentação de mercadorias não poderia ter sido realizada; e de fornecimento de alimentos. Esta última categoria parece uma curiosa falha num país que em tempos de paz sempre produziu um excedente agrícola; mas a verdade é que os franceses, como os outros beligerantes europeus (exceto a Grã-Bretanha), prejudicaram sua agricultura retirando dela muitos homens, confiscando cavalos para a cavalaria ou o transporte, e investindo em explosivos e artilharia, em detrimento de adubos e máquinas agrícolas. Em 1917, ano de má colheita, o alimento era escasso, os preços subiam de maneira astronômica, e o próprio estoque de cereais do exército estava reduzido a uma capacidade de dois dias — situação potencialmente revolucionária (em especial depois dos motins), e que só foi evitada por um desvio de emergência de navios britânicos para que levassem trigo americano.[214]

De uma maneira semelhante, a França precisou de uma crescente margem de ajuda *militar* britânica e, mais tarde, americana, na frente ocidental. Nos dois ou três primeiros anos da guerra, ela suportou o peso maior da luta, sofrendo baixas apavorantes — mais de 3 milhões antes mesmo da ofensiva de Nivelle em 1917; e como não dispunha das vastas reservas de contingentes não treinados que a Alemanha, Rússia e Grã-Bretanha tinham, era-lhe muito mais difícil substituir essas baixas. Em 1916-1917, porém, o exército de Haig na frente ocidental foi aumentado para dois terços do tamanho de todo o exército francês e controlava 120 quilômetros de linha de frente. E embora o alto comando britânico quisesse passar à ofensiva de qualquer maneira, não há dúvida de que a campanha da Somme ajudou a reduzir a pressão sobre Verdun — tal como Passchendaele em 1917 afastou as energias alemãs da parte francesa da linha de frente, enquanto Pétain tentava desesperadamente refazer o moral de suas forças depois dos motins, e esperava novos caminhões, aviões e artilharia pesada para realizar o trabalho que a infantaria concentrada era evidentemente incapaz de fazer. Por fim, nas épicas batalhas indecisas ao longo da frente ocidental entre março e agosto de 1918, a França pôde contar não só com as divisões britânicas e imperiais, como também com um crescente número de tropas americanas. E quando Foch orquestrou sua contra-ofensiva final em setembro de 1918, pôde enfrentar 197 enfraquecidas divisões alemãs com 102 divisões francesas, 60 imperiais britânicas, 42 americanas (tamanho duplo), e 12 belgas.[215] Só com uma *combinação* de exércitos foram os formidáveis alemães finalmente expulsos do solo francês, e o país ficou novamente livre.

Quando os ingleses entraram na guerra em agosto de 1914, não pensavam que também eles se tornariam dependentes de uma outra grande potência para conseguir a vitória final. Pelo que se pode deduzir dos seus planos e preparativos antes da guerra, os estrategistas tinham imaginado que

enquanto a marinha inglesa estivesse varrendo os navios mercantes alemães (e talvez também a Esquadra de Alto-Mar) dos oceanos, e enquanto o império colonial estivesse sendo tomado pelas tropas dos domínios e da Índia britânica, uma pequena, mas vital, força expedicionária seria mandada para o outro lado do canal para preencher a lacuna entre os exércitos francês e belga, e conter a ofensiva alemã até o momento em que o rolo compressor russo e o Plano XVII francês penetrassem profundamente em território alemão. Os ingleses, como todas as outras potências, não estavam preparados para uma guerra prolongada, embora tivessem tomado certas medidas para evitar uma súbita crise em suas delicadas redes internacionais de crédito e comércio. Ao contrário dos outros, porém, não estavam preparados para operações em grande escala no continente europeu.[216] Não constituiu surpresa, portanto, a necessidade de um ou dois anos de intensos preparativos antes que 1 milhão de soldados britânicos estivessem prontos na França, e que a explosão de gastos governamentais em fuzis, artilharia, metralhadoras, aviões, caminhões e munição apenas revelasse numerosas deficiências de produção que só foram corrigidas lentamente pelo Ministério das Munições de Lloyd George.[217] Mais uma vez, houve aumentos fantásticos na produção, como se vê pelo Quadro 23.

Quadro 23. Produção de munições no Reino Unido, 1914-1918.[218]

	1914	*1915*	*1916*	*1917*	*1918*
Canhões	91	3.390	4.314	5.137	8.039
Tanques	—	—	150	1.100	1.359
Aviões	200	1.900	6.100	14.700	32.000
Metralhadoras	300	6.100	33.500	79.700	120.900

Mas isso não surpreende, se pensarmos que as despesas britânicas com a defesa aumentaram de 91 milhões de libras em 1913 para 1,956 bilhão em 1918, quando representaram 80% da despesa total do governo, e 52% do PNB.[219]

Dar detalhes completos do enorme crescimento do número de divisões imperiais, esquadrões de aviação e baterias de artilharia pesada parece menos importante, portanto, do que assinalar as debilidades da posição estratégica geral da Grã-Bretanha reveladas pela Primeira Guerra Mundial. A primeira delas era que, embora a geografia e a superioridade numérica da grande frota significasse que os Aliados conservariam o domínio dos mares no conflito de *superfície*, a Marinha Real estava despreparada para enfrentar a guerra submarina ilimitada que os alemães colocaram em prática em princípios de 1917. A segunda era que, embora a série de armas estratégicas relativamente baratas (bloqueio, campanhas coloniais, operações anfíbias) não estivesse dando certo contra um inimigo com os amplos recursos das potências centrais, a estratégia alternativa de confrontos militares diretos com o exército alemão também parecia incapaz de produzir resultados — e era terrivelmente onerosa em termos de vidas humanas. Na época em que a campanha da Somme chegava ao fim, em novembro de 1916, as baixas britânicas nessa luta tinha subido para mais de 400 mil. Embora isso tivesse eliminado os melhores

voluntários britânicos e chocado os políticos, não diminuiu a confiança de Haig na vitória final. Em meados de 1917, ele se preparava para mais uma ofensiva, partindo de Ypres para nordeste, até Passchendaele — um pesadelo lamacento que custou outras 300 mil baixas e representou um golpe sério no moral de grande parte do exército na França. Era portanto perfeitamente previsível que, apesar dos protestos dos generais Haig e Robertson, Lloyd George e o Gabinete de Guerra, com seus sentimentos imperialistas, tivessem a tentação de desviar um número cada vez maior de divisões britânicas para o Oriente Próximo, onde era possível obter substanciais ganhos territoriais e as baixas eram muito menores do que no ataque a trincheiras alemãs bem defendidas. [220]

Mas antes mesmo de Passchendaele, a Grã-Bretanha tinha assumido (apesar dessa campanha imperial) o papel de liderança na luta contra a Alemanha. A França e a Rússia ainda poderiam ter exércitos maiores nos campos de batalha, mas estavam esgotados pelos onerosos ataques de Nivelle e pela contra-ofensiva alemã ao ataque de Brusilov. Esse papel de liderança era ainda mais acentuado no nível econômico, onde a Inglaterra funcionava como banqueiro e tomador de empréstimos nos mercados mundiais de crédito, não só para si mesma, mas também garantindo os empréstimos feitos pela Rússia, Itália e mesmo França — já que nenhum dos Aliados podia levantar de suas reservas-ouro ou de seus investimentos estrangeiros nada que se aproximasse das somas necessárias para custear a vasta quantidade de munições e matérias-primas importadas. Em 1º de abril de 1917, na verdade, os créditos de guerra inter-aliados tinham subido para 4,3 bilhões de dólares, 88% dos quais cobertos pelo governo britânico. Embora isso parecesse uma repetição do papel desempenhado pela Inglaterra no século XVIII como "banqueiro da coalizão", havia agora uma diferença crítica: as proporções do déficit comercial com os Estados Unidos, que estavam fornecendo bilhões de dólares em munições e alimentos para os Aliados (mas não, devido ao bloqueio naval, às potências centrais), mas que recebiam poucas mercadorias em compensação. Nem a transferência de ouro, nem a venda dos títulos britânicos em dólar podiam cobrir a diferença; só os empréstimos levantados nos mercados financeiros de Nova York e Chicago, para pagar em dólares os fornecimentos americanos de munições, seriam suficientes. Isso significava, portanto, que os Aliados se tornavam cada vez mais dependentes da ajuda financeira dos Estados Unidos para manter seu esforço de guerra. Em outubro de 1916 o ministro das Finanças britânico advertia que "no próximo mês de junho, ou antes, o presidente da República americana poderia, se quisesse, impor-nos condições". [221] Era uma posição alarmante para as grandes potências "independentes".

Mas, e a Alemanha? Seu desempenho na guerra tinha sido surpreendente. Como observa o professor Northedge, "sem nenhuma ajuda considerável de seus aliados, [ela] manteve acuado o resto do mundo, bateu a Rússia, levou a França — o colosso militar da Europa durante mais de dois séculos — ao fim de suas forças, e em 1917 quase forçou a Grã-Bretanha à rendição".[222] Isso se devia, em parte, às vantagens mencionadas antes: boas linhas de comunicação internas, posições facilmente defensáveis no oeste e espaço aberto para a guerra de movimento contra inimigos menos eficientes no leste. Devia-se

também à qualidade de combate das forças alemãs, que contavam com numerosos oficiais comandantes inteligentes e imaginosos, que se reajustavam às novas condições de luta mais rapidamente do que os de qualquer outro exército, e que em 1916 tinha reformulado a natureza da guerra, tanto defensiva como ofensiva. [223]

Finalmente, o estado alemão podia recorrer a uma população numerosa e a uma maciça base industrial para a continuação da "guerra total". Na realidade, ele mobilizou mais homens do que a Rússia — 13,25 milhões em comparação com 13 milhões — feito notável, tendo em vista suas respectivas populações gerais; e sempre teve mais divisões na linha de frente do que a Rússia. Sua produção de munições aumentou muito, sob o olhar vigilante não só do alto comando, como também de burocratas-homens de negócios inteligentes como Walter Rathenau, que criou cartéis para distribuir suprimentos vitais e evitar engarrafamentos. Químicos hábeis produziram produtos *ersatz* para os que (como os nitratos chilenos, por exemplo) tiveram a importação impedida pelo bloqueio naval britânico. As terras ocupadas do Luxemburgo e norte da França foram exploradas em carvão e minério, os trabalhadores belgas foram recrutados para fábricas alemãs, o trigo e o petróleo romenos foram sistematicamente saqueados depois da invasão de 1916. Como Napoleão e Hitler, a liderança militar alemã procurou fazer com que a conquista rendesse.[224] Na primeira metade de 1917, com a Rússia em colapso, a França oscilando e a Grã-Bretanha sob o "contrabloqueio" dos submarinos, a Alemanha parecia estar na iminência da vitória. Apesar de toda a retórica da "luta até o amargo fim", os estadistas em Londres e Paris iriam, nos doze meses que se seguiram, examinar preocupadamente as possibilidades de um acordo de paz, até qual a situação se invertesse.[225]

Mas atrás dessa aparência de poderio militar-industrial teutônico, havia problemas sérios, que não se evidenciariam muito antes do verão de 1916, isto é, enquanto o exército alemão permaneceu na defensiva no oeste e realizou ataques amplos no leste. Mas as campanhas de Verdun e da Somme foram de uma nova magnitude, tanto em capacidade de fogo como nas baixas sofridas. E as baixas alemães na frente ocidental, que foram de cerca de 850 mil homens em 1915, pularam para quase 1,2 milhão em 1916. A ofensiva da Somme, em particular, impressionou os alemães, pois demonstrou que os ingleses estavam, finalmente, empenhando todos os recursos nacionais para uma vitória militar; e levou, por sua vez, ao chamado Programa Hindenburg de agosto de 1916, que proclamou uma enorme expansão da produção de munições e um controle muito maior sobre a economia e a sociedade alemãs para enfrentar as exigências da guerra total. Essa combinação de um regime autoritário, exercendo todo o poder sobre a população, e um grande aumento na tomada de empréstimos e lançamento de papel-moeda pelo governo, em lugar de aumentar os impostos e dividendos — o que provocou acentuada inflação — constituiu um forte golpe no moral popular, ingrediente da estratégia geral que Ludendorff estava muito menos preparado para compreender do que, digamos, políticos como Lloyd George ou Clemenceau.

Mesmo como medida econômica, o Programa Hindenburg teve problemas. O anúncio de totais fantásticos de produção — duplicação da produção de explosivos, triplicação da produção de metralhadoras — provocou todo o

tipo de congestionamentos, enquanto a indústria alemã lutava para atender a essas exigências. Eram necessários não só muitos trabalhadores adicionais, como também um investimento infra-estrutural maciço, desde novos altos-fornos até pontes sobre o Reno, que utilizavam ainda mais mão-de-obra e recursos. Dentro de pouco tempo, portanto, tornou-se claro que o programa só podia ser realizado se trabalhadores especializados fossem liberados do serviço militar; dessa forma, 1,2 milhão de homens deixaram o exército em setembro de 1916, e mais 1,9 milhão em julho de 1917. Devido às sérias perdas na frente ocidental e as baixas ainda consideráveis no leste, esses afastamentos significavam que a população masculina capaz da Alemanha estava chegando aos últimos limites. Sob esse aspecto, embora Passchendaele fosse uma catástrofe para o exército britânico, foi também considerada como um desastre por Ludendorff, que viu mais 400 mil de seus soldados incapacitados. Em dezembro de 1917 os efetivos do exército alemão estiveram sempre abaixo do máximo de 5,38 milhões de homens que tinha seis meses antes. [226]

A falha final do Programa Hindenburg foi a indiferença crônica pela agricultura. Mais do que na França ou Rússia, homens, cavalos e combustível foram retirados da terra para as necessidades do exército ou da indústria de munições — um desequilíbrio insensato, já que a Alemanha não podia (como a França) compensar esses erros de planejamento com alimentos vindos de além-mar. Embora a produção agrícola aumentasse muito na Alemanha, os preços dos alimentos subiram às nuvens e o povo queixava-se, por toda parte, da escassez de comida. No rigoroso julgamento de um estudioso, "concentrando-se desequilibradamente na produção de munições, os dirigentes militares da economia alemã levaram o país à beira da fome em fins de 1918".[227]

Mas essa época estava ainda muito distante de princípios de 1917, quando eram os Aliados que sentiam o peso da guerra e quando a Rússia estava desabando no caos, e tanto a França como a Itália pareciam não estar longe da mesma sorte. É nesse contexto estratégico geral, estando cada bloco esgotado pela guerra mas dispondo a Alemanha ainda de uma vantagem militar geral, que devemos colocar as ineptas políticas do alto comando para com os Estados Unidos nos primeiros meses de 1917. Não há segredo no fato de que a tendência americana era a favor dos Aliados, antes mesmos disso; apesar de discordâncias ocasionais sobre o bloqueio naval, a simpatia ideológica geral pelas democracias aliadas e a crescente dependência em que os exportadores americanos se encontravam dos mercados da Europa ocidental, impediram que Washington fosse totalmente neutra em relação à Alemanha. O anúncio de uma campanha irrestrita dos submarinos contra o transporte marítimo e as revelações de ofertas secretas alemãs de uma aliança com o México (o "Telegrama Zimmermann"), porém, levaram finalmente Wilson e o Congresso a entrar na guerra.[228]

A significação da participação americana no conflito não foi militar, pelo menos nos 12 a 15 meses que se seguiram a abril de 1917, já que seu exército estava ainda menos preparado para as campanhas modernas do que qualquer uma das forças européias em 1914. Sua força produtiva, porém, estimulada pelos bilhões de dólares das encomendas aliadas de guerra, era sem rival. Seu potencial industrial e sua parcela da produção mundial de manufaturados era duas vezes e meia a da economia alemã, agora submetida a um esforço

excessivo. Podia lançar navios mercantes às centenas, uma necessidade vital num ano em que os submarinos afundavam mais de 500 mil toneladas mensais de navios britânicos e aliados. Podia construir destróiers no prazo espantoso de três meses. Produzia metade das exportações mundiais de alimentos, que podiam ser agora mandados para a França e a Itália, bem como para seu tradicional mercado britânico.

Em termos de poder econômico, portanto, a entrada dos Estados Unidos na guerra transformou totalmente o equilíbrio, e mais do que compensou o colapso da Rússia, ocorrido na mesma época. Como mostra o Quadro 24 (que deve ser comparado com o Quadro 22), os recursos produtivos agora dispostos contra as potências centrais eram enormes.

Quadro 24. Comparação industrial/tecnológica com os Estados Unidos, excluindo a Rússia

	Reino Unido/ E.U.A./França	*Alemanha/ Áustria-Hungria*
Porcentagem da produção mundial de manufaturados (1913)	51,7	19,2
Consumo de energia (1913), milhões de toneladas métricas de equivalente de carvão	798,8	236,4
Produção de aço (1913) em milhões de toneladas	44,1	20,2
Potencial industrial total (Reino Unido em 1900 = 100)	476,6	178,4

Devido à "lacuna temporal" entre a transformação desse potencial econômico em eficiência militar, as conseqüências imediatas da entrada americana na guerra foram mistas. Os Estados Unidos não podiam, no pouco tempo disponível, produzir tanques, artilharia de campo, e aviões nos números necessários (e na verdade tiveram de tomar emprestado à França e Inglaterra essas armas mais pesadas); podiam, porém, continuar a produzir grandes quantidades de armas menores e munições, e outras coisas de que Londres, Paris e Roma precisavam muito. E podiam chamar a si, retirando dos banqueiros, os acordos privados de crédito para custear todos esses produtos e transformá-los em dívidas intergovernamentais. A longo prazo, porém, o exército dos Estados Unidos podia ser ampliado e transformado numa vasta força de milhões de soldados descansados, confiantes, bem alimentados, a serem jogados na balança de forças européia.[229] Enquanto isso, os ingleses tinham de abrir caminho em meio ao lamaçal de Passchendaele, o exército russo se desintegrava, os reforços alemães permitiam às potências centrais desfechar um golpe devastador contra a Itália em Caporetto, e Ludendorff retirava algumas de suas forças do leste para lançar uma ofensiva final contra as enfraquecidas linhas anglo-francesas. Fora da Europa, é certo que os britânicos faziam conquistas importantes contra a Turquia no Oriente próximo. Mas a tomada de Jerusalém e Damasco seria uma pobre compensação pela perda da França, se os alemães finalmente conseguissem fazer no oeste o que tinham feito por toda parte da Europa.

Foi por isso que as lideranças de todos os principais beligerantes consideravam as iminentes campanhas de 1918 como absolutamente decisivas para a guerra como um todo. Embora a Alemanha tivesse de deixar bem mais de 1 milhão de soldados ocupando seu novo grande império conquistado no leste, finalmente reconhecido pelos bolcheviques no Tratado de Brest-Litovsk (março de 1918), Ludendorff vinha transferindo forças para oeste num ritmo de dez divisões por mês desde princípios de novembro de 1917. Quando a máquina de guerra alemã estava pronta para atacar, em março de 1918, tinha uma superioridade de quase trinta divisões sobre as forças anglo-francesas, e muitas de suas unidades tinham sido treinadas por Bruchmüller e outros oficiais do estado-maior nas novas técnicas de guerra de surpresa com tropas de assalto. Se conseguissem abrir uma brecha nas linhas aliadas e chegar a Paris ou ao canal da Mancha, seria o maior feito militar da guerra. Mas os riscos eram também enormes, pois Ludendorff estava mobilizando todos os recursos que restavam à Alemanha para essa única campanha: seria um jogo de "tudo ou nada" de proporções épicas. Atrás das cortinas, a economia alemã enfraquecia-se de maneira ominosa. Sua produção industrial tinha baixado a 57% do nível de 1913. A agricultura estava mais negligenciada do que nunca, e o mau tempo contribuiu para o declínio da produção; os novos aumentos de preços dos alimentos intensificaram o descontentamento interno. O material rolante, já desgastado, era incapaz de movimentar o planejado volume de matéria-prima dos territórios orientais. Das 192 divisões empregadas por Ludendorff no oeste, 56 eram denominadas "divisões de ataque", uma forma de disfarçar o fato de que iriam receber a parte de leão do decrescente estoque de equipamentos e munições.[230] Era um jogo que o alto comando acreditava ter de vencer. Mas se o ataque fracassasse, os recursos alemães estariam esgotados — e isso exatamente no momento em que os americanos eram, finalmente, capazes de lançar quase 300.000 soldados por mês na França, e a campanha ilimitada dos submarinos tinha sido contida pelos comboios aliados.

Os primeiros êxitos de Ludendorff — esmagar o Quinto Exército Britânico que estava em inferioridade numérica, introduzir uma cunha entre as forças francesas e inglesas, e avançar em princípios de junho até quase 60 quilômetros de Paris em outra de suas investidas — assustaram os Aliados, levando-os a entregar a Foch a coordenação suprema de suas forças na Frente Ocidental, a mandar reforços da Inglaterra, Itália e Oriente Próximo, e a se preocuparem mais uma vez (secretamente) com um acordo de paz. Mas a verdade é que os alemães tinham estendido demasiadamente suas linhas, e sofreram as conseqüências habituais de passar da defensiva para a ofensiva. Nos dois primeiros golpes pesados contra o setor britânico, por exemplo, tinham provocado 240 mil baixas britânicas e 92 mil francesas, mas suas perdas subiram a 348 mil homens. Em julho, "os alemães perderam cerca de 973 mil homens, e mais de um milhão foram relacionados como doentes. Em outubro havia apenas 2,5 milhões de soldados no oeste, e a situação de recrutamento era desesperadora."[231] A partir de meados de julho, os Aliados eram superiores não só em soldados novos, mas também em artilharia, tanques e aviões — permitindo a Foch orquestrar toda uma série de ofensivas pelos exércitos britânico, americano e francês, não dando descanso às enfraquecidas forças

germânicas. Ao mesmo tempo, a superioridade militar dos Aliados e seu poder de resistência evidenciavam-se em vitórias impressionantes na Síria, Bulgária e Itália. De repente, em setembro/outubro de 1918, todo o bloco liderado pela Alemanha pareceu, a um Ludendorff tomado de pânico, estar desmoronando, o descontentamento interno e as revoluções combinando-se com as derrotas na linha de frente para produzir a rendição, o caos e a comoção política.[232] Não só o esforço militar alemão estava acabado, portanto, como também a velha ordem na Europa estava arruinada.

À luz das terríveis perdas individuais, do sofrimento e devastação ocorridos tanto na frente de batalha como na frente interna,[233] e da maneira pela qual a Primeira Guerra Mundial tem sido considerada como um golpe mortal à civilização e influência européias no mundo, inflingido por ela mesma,[234] pode parecer grosseiramente materialista incluir mais um quadro estatístico a esta altura (Quadro 25). Mas a verdade é que esses números indicam o que dissemos acima: que as vantagens das potências centrais — boas linhas internas, a qualidade do exército alemão, a ocupação e exploração de muitos territórios, o isolamento e derrota da Rússia — não podiam, a longo prazo, superar a desvantagem maciça em força econômica, e a considerável desvantagem no total das forças mobilizadas. Tal como o desespero de Ludendorff por se ver sem soldados capazes em julho de 1918 foi um reflexo do desequilíbrio de forças, assim também a admiração do *Frontsoldat* médio ante o bom abastecimento das unidades por eles dominadas na primavera daquele ano era um indício do desequilíbrio da produção.[235]

Quadro 25. Despesas de guerra e total de forças mobilizadas, 1914-1919[236]

	Despesas de guerra pelos preços de 1913 (bilhões de dólares)	*Total das forças mobilizadas (milhões)*
Império Britânico	23,0	9,5
França	9,3	8,2
Rússia	5,4	13,0
Itália	3,2	5,6
Estados Unidos	17,1	3,8
Outros Aliados*	-0,3	2,6
Total Aliados	57,7	40,7
Alemanha	19,9	13,25
Áustria-Hungria	4,7	9,00
Bulgária, Turquia	0,1	2,85
Total potências centrais	24,7	25,10

* Bélgica, Romênia, Portugal, Grécia, Sérvia.

Embora fosse um erro, portanto, pretender que o resultado da Primeira Guerra Mundial estivesse predeterminado, os dados aqui apresentados sugerem que o curso geral desse conflito — o impasse inicial entre os dois lados, a ineficiência da participação italiana, a lenta exaustão da Rússia, o peso

decisivo da intervenção americana na manutenção das pressões aliadas e o colapso final das potências centrais — tudo isso tem correlação estreita com a produção econômica e industrial e com as forças efetivamente mobilizadas e disponíveis a cada uma das alianças nas fases da luta.

Sem dúvida, os generais ainda tinham de orientar (ou desorientar) as suas campanhas, os soldados ainda tinham de dispor da coragem moral individual para atacar uma posição inimiga, e os marinheiros ainda tinham de suportar os rigores da guerra no mar; mas a história mostra que tais qualidades e talentos existiram dos dois lados, não sendo desfrutadas em medidas desproporcionais por uma das coalizões. O que um dos lados desfrutou, em particular depois de 1917, foi uma acentuada superioridade das forças produtivas. Como em guerras de coalizão anteriores e prolongadas, esse fator acabou sendo decisivo.

6

O Advento de um Mundo Bipolar e a Crise das "Potências Médias": Segunda Parte, 1919-1942

A ordem internacional de pós-guerra

Os estadistas das potências maiores e menores, reunidos em Paris em princípios de 1919 para um acordo de paz, tiveram de enfrentar problemas mais numerosos e de difícil solução do que os encontrados pelos seus antecessores em 1856, 1814-1815 e 1763.

Embora muitos itens da agenda pudessem ser solucionados e incluídos no Tratado de Versalhes (28 de junho de 1919), a confusão predominante na Europa oriental, com grupos étnicos rivais lutando para criar "estados sucessores", a guerra civil e intervenções na Rússia, e a reação nacionalista turca contra a pretensa divisão ocidental da Ásia Menor, significaram que muitas coisas não foram resolvidas até 1920 e, em certos casos, 1923. Mas para sermos breves, esse grupo de acordos será examinado como um todo, e não na ordem cronológica real de sua celebração.

A modificação mais surpreendente na Europa, em termos jurídico-territoriais, foi o aparecimento de uma série de estados-nações — Polônia, Tchecoslováquia, Áustria, Hungria, Iugoslávia, Finlândia, Estônia, Letônia e Lituânia — no lugar de terras que eram antes parte dos impérios Habsburgo, Romanov e Hohenzollern. Embora a Alemanha, etnicamente coerente, sofresse menores perdas territoriais na Europa oriental do que a Rússia soviética ou o império Austro-Húngaro, seu poder foi atingido de outras maneiras: pela volta da Alsácia-Lorena à França e pelas retificações de fronteiras com a Bélgica e a Dinamarca; pela ocupação militar aliada da Renânia e pela exploração econômica francesa do Sarre; pelas condições de "desmilitarização" sem precedentes (minúsculos exército e marinha costeira defensivos,

Mapa 10: *A Europa depois da Primeira Guerra Mundial*

nenhuma força aérea, tanques ou submarinos, abolição do estado-maior prussiano); e por uma enorme conta de indenizações. Além disso, a Alemanha perdeu também seu extenso império colonial para a Grã-Bretanha, os domínios autônomos e a França — tal como a Turquia viu seus territórios do Oriente Próximo transformados em mandatos ingleses e franceses supervisionados de longe pela nova Liga das Nações. No Extremo Oriente, o Japão herdou alguns dos antigos grupos de ilhas alemãs ao norte do Equador, embora devolvesse Chan-Tung à China em 1922. Na Conferência de Washington de 1921-1922, as potências reconheceram o *status quo* territorial no Pacífico e Extremo Oriente, e concordaram em limitar as proporções de sua marinha de guerra de acordo com fórmulas relativas, sustando com isso uma corrida naval anglo-americana-japonesa. Tanto no Oeste como no Leste, portanto, o sistema internacional parecia estabilizado, em princípios da década de 1920 — e as dificuldades que restavam (ou poderiam surgir no futuro) podiam ser agora tratadas pela Liga das Nações, que se reunia regularmente em Genebra apesar de defecção surpreendente dos Estados Unidos.[1]

A súbita retirada americana para, pelo menos, um isolamento diplomático relativo depois de 1920 parecia mais uma contradição das tendências de poder mundial que, como detalhamos antes, se vinham fazendo sentir desde a década de 1890. Para os profetas da política mundial naquele período distante, era evidente que o cenário internacional passaria a ser cada vez mais influenciado, se não dominado, pelas três potências nascentes da Alemanha, Rússia e Estados Unidos. Em lugar disso, a primeira foi decisivamente derrotada, a segunda entrou em colapso com uma revolução para em seguida isolar-se sob os bolcheviques, e a terceira, embora evidentemente a mais poderosa nação do mundo em 1919, também preferiu retirar-se do centro do cenário diplomático. Em conseqüência, os assuntos internacionais na década de 1920, e além dela, ainda pareciam centrar-se nas ações da França e Grã-Bretanha, embora as duas tivessem sofrido muito com a Primeira Guerra Mundial, ou nas deliberações da Liga, na qual os estadistas franceses e ingleses se destacavam. A Áustria-Hungria tinha desaparecido. A Itália, onde o Partido Fascista Nacional se afirmava sob a direção de Mussolini, consolidava sua posição depois de 1922, e estava relativamente tranqüila. Também o Japão parecia tranqüilo depois das decisões da Conferência de Washington de 1921-1922.

De uma maneira curiosa e artificial (como iremos ver), portanto, ainda parecia um mundo centrado na Europa. As histórias diplomáticas desse período focalizam acentuadamente a "busca de segurança" da França contra um futuro ressurgimento alemão. Tendo perdido a garantia militar especial anglo-americana, ao mesmo tempo em que o Senado dos Estados Unidos rejeitava o Tratado de Versalhes, a França procurou criar vários substitutos: estimulou a formação de um bloco de estados "anti-revisionistas" na Europa Oriental (chamado de Pequena Entente de 1921), concluiu alianças individuais com a Bélgica (1920), Polônia (1921), Tchecoslováquia (1924), Romênia (1926) e Iugoslávia (1927), manteve um grande exército e força aérea para assustar os alemães e interveio — como na crise do Ruhr de 1923 — quando a Alemanha faltou ao pagamento de indenizações; e tentou convencer sucessivos governos britânicos a darem uma nova garantia militar às fronteiras

da França, o que só conseguiu indiretamente no multilateral Tratado de Locarno de 1925.[2] Foi também um período de intensa diplomacia financeira, já que o problema correlato das indenizações alemãs e dívidas aliadas de guerra perturbou as relações não só entre vencedores e vencidos, como também entre os Estados Unidos e seus antigos aliados europeus.[3] O acordo financeiro do Plano Dawes (1924) diminuiu muito essa turbulência, e preparou, por sua vez, o caminho para o Tratado de Locarno, no ano seguinte; a isso seguiu-se a entrada da Alemanha na Liga das Nações e o acordo financeiro modificado do Plano Young (1929). Em fins da década de 1920 na verdade, com a volta da prosperidade à Europa, com a Liga aparentemente aceita como um importante elemento novo no sistema internacional, e com uma pletora de estados que concordavam solenemente (no Pacto de Paris de 1928) a não recorrer à guerra para a solução de disputas futuras, o cenário diplomático parecia ter voltado ao normal. Estadistas como Stresemann, Briand e Austen Chamberlain pareciam ser, na sua época, os equivalentes modernos de Metternich e Bismarck, reunindo-se neste ou naquele balneário europeu para resolver os assuntos do mundo.

Apesar dessas impressões superficiais, as estruturas subjacentes do sistema internacional pós-1919 eram significativamente diferentes, e muito mais frágeis, do que as estruturas que influenciaram a diplomacia meio século antes. Em primeiro lugar, as perdas populacionais e as perturbações econômicas provocadas por quatro anos de guerra "total" foram imensas. Cerca de 8 milhões de homens foram mortos na luta, enquanto outros 7 milhões ficaram permanentemente incapacitados, e mais 15 milhões "feridos com maior ou menor seriedade"[4] — estando a grande maioria deles em pleno auge de sua vida produtiva. Além disso, a Europa, *exclusive* a Rússia, tinha sofrido provavelmente mais de 5 milhões de baixas entre civis, provocadas pelas chamadas "causas resultantes da guerra" — " doenças, fome e privações em conseqüência da guerra, bem como as provocadas diretamente pelo conflito militar";[5] O total russo, agravado pelas pesadas perdas na guerra civil, era muito maior. O "déficit de nascimentos" do tempo de guerra (provocado pela ausência de tantos homens que iam para a frente de batalha, impedindo portanto a renovação das populações no ritmo normal de antes do conflito), foi também muito alto. Finalmente, mesmo quando as grandes batalhas chegaram ao fim, lutas e massacres ocorreram durante os choques de fronteiras no pós-guerra, como por exemplo na Europa oriental, Armênia e Polônia. E nenhuma dessas regiões enfraquecidas pela guerra escapou da terrível epidemia de gripe de 1918-1919, que ceifou a vida de outros milhões. Assim, a lista final de mortos desse longo período poderia se ter elevado a 60 milhões de pessoas, ocorrendo cerca de metade delas na Rússia, e com a França, Alemanha e Itália também muito atingidas. Não há como calcular a angústia pessoal e os choques psicológicos implícitos a uma tal catástrofe humana, mas é fácil ver por que os participantes — estadistas tanto quanto camponeses — foram tão profundamente afetados por ela.

Os custos materiais da guerra também não tinham precedentes, e pareciam aos que viam as paisagens devastadas do norte da França, Polônia e Sérvia, ainda mais chocantes: centenas de milhares de casas destruídas, fazendas incendiadas, rodovias e ferrovias e linhas telegráficas explodidas,

rebanhos dizimados, florestas pulverizadas e vastas áreas inutilizadas para a agricultura devido a obuses e minas não detonados. Quando as perdas em navios, os custos direto e indireto da mobilização e o dinheiro tomado de empréstimo pelos beligerantes são adicionados à lista, o custo total torna-se tão grande que passa a ser virtualmente incompreensível: de fato, cerca de 260 bilhões de dólares, que, segundo um cálculo, "representavam cerca de seis vezes e meia a soma de toda a dívida nacional do mundo, de fins do século XVIII até a véspera da Primeira Guerra Mundial".[6] Depois de décadas de crescimento, a produção mundial de manufaturados caiu abruptamente; em 1920 ainda era 7% inferior a 1913, a produção agrícola era de um terço abaixo do normal, e o volume de exportações era de apenas metade do que havia sido no período imediatamente anterior à guerra. Enquanto o crescimento da economia européia como um todo tivesse sido retardado, talvez em nada menos de oito anos,* os países individuais foram muito mais seriamente afetados. Como era previsível, a Rússia das comoções de 1920 registrou a mais baixa produção, igual a apenas 13% do número de 1913; mas na Alemanha, França, Bélgica e grande parte da Europa oriental, a produção industrial foi pelo menos 30% inferior ao que era antes do conflito.[7]

Se algumas sociedades foram mais pesadamente afetadas pela guerra, outras escaparam quase ilesas, e outras ainda melhoraram sua posição. Pois o fato era que a guerra moderna, e a produtividade industrial por ela gerada, também tiveram efeitos positivos. Em termos estritamente econômicos e tecnológicos, aqueles anos viram muitos progressos: na produção de automóveis e caminhões, na aviação, no refino do petróleo, nos produtos químicos e nas indústrias elétricas, de corantes e ligas de aço, na refrigeração e enlatamento, e em toda uma grande série de outras indústrias.[8] Foi mais fácil, naturalmente, desenvolver e usar comercialmente esses progressos quando a economia nacional estava distante das perturbações de uma linha de frente; por isso, os Estados Unidos, como também o Canadá, Áustralia, África do Sul, Índia e partes da América do Sul tiveram suas economias estimuladas pela demanda industrial e de matérias-primas e alimentos de uma Europa convulsionada por uma guerra de atrito. Como nos conflitos mercantilistas anteriores, o prejuízo de um país era com freqüência o lucro de outro — desde que esse outro evitasse os custos da guerra, ou estivesse pelo menos protegido contra o impacto total das batalhas.

Esses números sobre a produção mundial de manufaturados são muito instrutivos sobre esse aspecto, já que registram as proporções nas quais a Europa (e especialmente a URSS) foi atingida pela guerra, enquanto outras regiões lucraram substancialmente. Até certo ponto, é claro, a difusão da industrialização da Europa para as Américas, Japão, Índia e Australásia, e a crescente parcela desses últimos territórios no comércio mundial, foram simplesmente a continuação de tendências econômicas que se vinham evidenciando desde fins do século XIX. Assim, de acordo com um cálculo misterioso já mencionado, o crescimento dos Estados Unidos antes de 1914

* Isto é, sua produção em 1929 totalizou o que provavelmente teria sido alcançado em 1921, sem guerra, e com a continuação das taxas de crescimento pré-1913.

Quadro 26. Índices mundiais de produção manufatureira, 1913-1925[9]

	1913	*1920*	*1925*
Mundo	100	93,6	121,6
Europa*	100	77,3	103,5
U.R.S.S.	100	12,8	70,1
Estados Unidos	100	122,2	148,0
Resto do Mundo	100	109,5	138,1

*Reino Unido, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, Suíça, Áustria, Itália, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Romênia, Grécia e Espanha.

era de tal ordem que provavelmente eles teriam alcançado a Europa no total da produção em 1925;[10] a guerra apenas encurtou esse prazo em seis anos, para 1919. Por outro lado, ao contrário das mudanças de 1880-1913, essas oscilações do equilíbrio econômico global *não* estavam ocorrendo em tempos de paz, num período de várias décadas e de acordo com as forças do mercado. Em lugar disso, guerra e bloqueio criaram suas próprias demandas forçadas, deformando maciçamente os padrões naturais de produção e comércio no mundo. Por exemplo, a capacidade de construção de navios (em especial nos Estados Unidos) foi enormemente aumentada em meados da guerra para neutralizar os afundamentos pelos submarinos; mas depois de 1919-1920 houve excesso de espaço em navios em todo o mundo. A produção das indústrias de aço da Europa continental tinha caído durante a guerra, ao ponto que a dos Estados Unidos e Grã-Bretanha aumentou acentuadamente; mas quando os produtores europeus de aço se recuperaram, a capacidade ociosa foi terrível. Esse problema afetou também um setor ainda maior da economia — a agricultura. Durante a guerra, a produção agrícola na Europa continental diminuiu e o comércio de exportação de cereais russos de antes da guerra desapareceu, ao passo que nas Américas do Norte e do Sul e na Australásia houve grandes aumentos, tendo sido os seus agricultores os beneficiários claros (embora por acaso) da morte do arquiduque. Mas quando a Europa se recuperou, em fins da década de 1920, os produtores de todo o mundo enfrentaram uma queda na demanda, e os preços baixaram muito.[11] Essas deformações estruturais afetaram muito todas as regiões, mas muito mais seriamente a Europa centro-oriental, onde os frágeis "estados sucessores" lutavam com as novas fronteiras, os mercados deslocados, e comunicações deformadas. Celebrar a paz em Versalhes e redesenhar o mapa da Europa segundo linhas (aproximadas) étnicas não constituiu, em si mesmo, garantia do restabelecimento da estabilidade econômica.

Finalmente, o financiamento da guerra tinha provocado problemas econômicos — e mais tarde, políticos — de complexidades sem precedentes. Poucos dos beligerantes (a Grã-Bretanha e os Estados Unidos estavam entre as exceções) tinham tentado enfrentar os custos do conflito aumentando os impostos; em lugar disso, a maioria dos estados recorreu quase que totalmente aos empréstimos, supondo que o inimigo derrotado seria forçado a pagar a

conta — como ocorreu com a França em 1871. As dívidas públicas, não mais cobertas pelo ouro, aumentaram rapidamente; o papel-moeda, saindo de todos os tesouros dos estados, provocou enormes aumentos de preços.[12] Dada a devastação econômica e os deslocamentos territoriais provocados pela guerra, nenhum país europeu estava preparado para acompanhar os Estados Unidos na volta ao padrão ouro, em 1919. Políticas monetárias e fiscais pouco firmes fizeram com que a inflação continuasse aumentando, com resultados desastrosos na Europa central e oriental. Depreciações competitivas da moeda nacional, realizadas numa tentativa desesperada de estimular as exportações, simplesmente criaram maior instabilidade financeira — bem como rivalidade política. Tudo isso foi agravado pelos insolúveis problemas correlatos dos empréstimos entre os Aliados e a exigência dos vencedores (em especial a França) de substanciais indenizações alemãs. Todos os aliados europeus deviam à Grã-Bretanha, e em menores proporções à França; e estas duas tinham pesadas dívidas com os Estados Unidos. Com os bolcheviques repudiando os empréstimos feitos maciçamente pela Rússia, de 3,6 bilhões, com os americanos pedindo seu dinheiro de volta, com a França, Itália e outros países recusando-se a pagar suas dívidas enquanto não recebessem indenizações da Alemanha, e com os alemães declarando que lhes era impossível pagar as somas exigidas, a cena estava preparada para anos de disputas amargas, que aumentaram muito as distâncias nas simpatias políticas entre a Europa ocidental e os Estados Unidos descontentes.[13]

Se é certo que tais desentendimentos foram aparentemente amenizados pelo Plano Dawes de 1924, as conseqüências políticas e sociais dessa turbulência foram imensas, especialmente durante a hiperinflação alemã do ano anterior. Igualmente alarmante, embora menos compreendido na época, foi o fato de que a aparente estabilização financeira e comercial da economia mundial em meados da década de 1920 repousava em bases muito mais precárias do que as existentes antes da Primeira Guerra Mundial. Embora o padrão ouro estivesse restabelecido na maioria dos países, o mecanismo sutil (e quase auto-equilibrador) de comércio internacional e dos fluxos monetários pré-1914, baseado na City de Londres, não foi restabelecido. Londres tinha, na verdade, feito tentativas desesperadas para recuperar esse papel — inclusive a fixação em 1925 da taxa de convertibilidade do esterlino no nível pré-guerra de 4,86 libras, o que prejudicava muito os exportadores britânicos; e também reiniciou os empréstimos em grande escala a países de além-mar. Não obstante, a verdade era que o centro das finanças mundiais transferira-se naturalmente para o outro lado do Atlântico entre 1914 e 1919, quando as dívidas internacionais da Europa aumentaram e os Estados Unidos tornaram-se a maior nação credora. Por outro lado, a estrutura bastante diferente da economia americana — menos dependente do comércio exterior e muito menos integrada na economia mundial, com inclinações protecionistas (especialmente na agricultura) e não partidária do livre comércio, sem um equivalente perfeito do Banco da Inglaterra, flutuando muito mais instavelmente entre surtos de prosperidade e recessões, com políticos influenciados muito mais por grupos de pressão internos — significava que o sistema financeiro e comercial internacional girava em torno de um ponto central volátil e falho. Não havia agora nenhum "emprestador de última instância"

real, oferecendo empréstimos a longo prazo para o desenvolvimento infra-estrutural da economia mundial e estabilizando os desacertos temporários das contas internacionais.[14]

Essas inadequações estruturais não se evidenciaram em fins da década de 1920, quando vastas quantidades de dólares saíram dos Estados Unidos na forma de empréstimos a curto prazo para governos e municipalidades européias, todos dispostos a oferecer altos juros para utilizar esses recursos — nem sempre com prudência — tanto para desenvolvimento como para fechar os buracos em seus balanços de pagamentos. Com o dinheiro a curto prazo sendo empregado dessa forma em projetos de longo prazo, com consideráveis volumes de investimentos (especialmente na Europa central e oriental) ainda destinados à agricultura, aumentando com isso as pressões depreciativas dos preços agrícolas, com os custos do serviço dessas dívidas aumentando de maneira alarmante, e como não podiam ser pagos pelas exportações, sendo mantidos apenas com novos empréstimos, o sistema já estava desmoronando no verão de 1928, quando o surto de prosperidade interna americano (e o aumento reativo das taxas de juros pelo Federal Reserve) reduziram drasticamente a saída de capital.

O fim daquele surto no "*crash* de Wall Street" de outubro de 1929 e a nova redução dos empréstimos americanos provocaram então uma reação em cadeia que parecia incontrolável: a falta de crédito fácil reduziu tanto o investimento como o consumo; a recessão da demanda entre os países industrializados atingiu produtores de alimentos e matérias-primas, que reagiram desesperadamente aumentando a oferta e testemunhando, em seguida, o colapso quase total dos preços — o que tornava impossível, por sua vez, a compra de produtos manufaturados. Deflação, abandono do padrão ouro e desvalorização da moeda, medidas restritivas sobre o comércio e o capital, e não pagamento de dívidas internacionais, foram os vários expedientes da época; e cada um deles representou novo golpe no sistema global de comércio e crédito. A arquiprotecionista Tarifa Smoot-Hawley, aprovada pelo único país (no cálculo dos agricultores americanos) com um substancial excedente comercial, tornou ainda mais difícil aos outros países ganharem dólares — e levou a represálias inevitáveis, que devastaram as exportações dos E.U.A. No verão de 1932 a produção industrial de muitos países era apenas a metade do que fora em 1928 e o comércio mundial diminuíra em um terço. O valor do comércio europeu (58 bilhões de dólares em 1928) ainda estava em apenas 20,8 bilhões em 1935 — declínio que por sua vez prejudicou o transporte marítimo, a indústria naval, os seguros, e assim por diante.[15]

Dada a severidade dessa depressão mundial, e o desemprego maciço por ela provocado, não havia como a política internacional pudesse escapar de seus sombrios efeitos. A feroz competição em manufaturados, matérias-primas e produtos agrícolas aumentou os ressentimentos nacionais e levou muitos políticos, cônscios da insatisfação de seus eleitores, a tentar fazer com que o estrangeiro pagasse; grupos mais extremados, especialmente da direita, aproveitaram-se do deslocamento econômico para atacar todo o sistema liberal-capitalista e pedir políticas "nacionais" afirmativas, apoiadas pela espada, se necessário. As democracias mais frágeis, em especial na Alemanha de Weimar, mas também na Espanha, Romênia e outros lugares, dobraram-

se a essas pressões político-econômicas. Os conservadores cautelosos que governavam o Japão foram afastados pelos nacionalistas e militaristas. Se as democracias do Ocidente enfrentaram melhor essas tempestades, seus estadistas foram porém forçados a se concentrar na administração econômica interna, impregnada cada vez mais de uma atitude de aproveitar-se da situação do vizinho. Nem os Estados Unidos, nem a França, os principais países com excedente de ouro, estavam dispostos a assistir os estados devedores; na verdade, a França inclinava-se, cada vez mais, a usar sua força financeira para tentar controlar o comportamento da Alemanha (o que apenas aumentava os ressentimentos do outro lado do Reno) e para ajudar a sua própria diplomacia européia. Da mesma forma, a "moratória Hoover" para as indenizações alemãs, que irritou os franceses, não podia ser separada da questão das reduções (e, em última análise, falta de pagamento) das dívidas de guerra, que amargurava os americanos. As desvalorizações competitivas de moedas, e discordâncias na Conferência Econômica Mundial de 1933 sobre a taxa dólar-esterlino, completavam esse quadro sombrio.

Naquela época, a ordem mundial cosmopolita dissolvera-se em várias subunidades rivais: um bloco do esterlino, baseado nos padrões comerciais britânicos e estimulado pelas "preferências imperiais" da Conferência de Ottawa de 1932; um bloco do ouro, liderado pela França; um bloco do iene, dependente do Japão, no Extremo Oriente; um bloco do dólar liderado pelos Estados Unidos (depois que Roosevelt também deixou o padrão ouro); e totalmente afastada dessas convulsões, uma U.R.S.S. que continuava a construir o "socialismo num só país". A tendência para a autarquia desenvolvia-se fortemente antes mesmo de Adolf Hitler começar seu programa de criar um Reich auto-suficiente, de mil anos, no qual o comércio exterior era reduzido a transações especiais e a acordos de "trocas". Com a França opondo-se repetidamente às potências anglo-saxônicas no tratamento das indenizações alemãs, com Roosevelt alegando que os Estados Unidos saíam sempre prejudicados em transações com os ingleses, e com Neville Chamberlain já convencido da observação que manifestaria posteriormente, de que a política americana era de "palavras" apenas,[16] as democracias não se achavam num estado de espírito de cooperar no enfrentamento das pressões que se acumulavam em favor de modificações territoriais na imperfeita ordem mundial de 1919.

Os estadistas do Velho Mundo e os ministérios do exterior sempre tiveram dificuldades em compreender, ou em tratar, as questões econômicas. Mas uma característica talvez ainda mais perturbadora, para os que viam com saudade a diplomacia de gabinete do século XIX, era a influência crescente da opinião pública de massa sobre as questões internacionais, nas décadas de 1920 e 1930. Sob certos aspectos isso era inevitável, é claro. Antes mesmo da Primeira Guerra Mundial grupos políticos em toda a Europa vinham criticando os métodos obscuros, secretos e os preconceitos elitistas da "velha diplomacia", e pedindo em lugar dela um sistema reformado, em que os negócios de estado fossem abertos ao exame do povo e de seus representantes.[17] Essas exigências aumentaram muito com o conflito de 1914-1918, em parte porque a liderança que pedia a mobilização total da sociedade compreendeu que esta, por sua vez, exigiria compensações pelos seus sacrifícios e uma participação

na paz; em parte porque a guerra, que os propagandistas aliados gostavam de considerar uma luta pela democracia e autodeterminação, realmente esmagou os impérios autocráticos da Europa centro-oriental; em parte porque a vigorosa e atraente figura de Woodrow Wilson manteve as pressões em favor de uma ordem mundial nova e esclarecida, mesmo quando Clemenceau e Lloyd George proclamavam a necessidade de vitória total.[18]

Mas o problema com a "opinião pública" depois de 1919 foi que muitas partes dela *não* correspondiam àquela visão tão ao agrado de Gladstone e Wilson, de um povo liberal, educado, justo, imbuído de idéias internacionalistas, de pressupostos utilitaristas e de respeito pelo império da lei. Como Arno Mayer mostrou, "a velha diplomacia" que (como se pretendia geralmente) tinha causado a guerra mundial, estava sendo questionada depois de 1917 não só pelo reformismo wilsoniano, mas também pela crítica muito mais sistemática, feita pelos bolcheviques, à ordem existente — uma crítica de considerável atração para as classes trabalhadoras organizadas em *ambos* os campos beligerantes.[19] Enquanto isso fazia com que políticos flexíveis como Lloyd George criassem seus próprios "pacotes" de políticas interna e externa progressistas para neutralizar a atração de Wilson e conter a tendência dos trabalhadores para o socialismo,[20] o impacto sobre figuras mais conservadoras e nacionalistas no campo aliado foi bastante diferente. Em sua opinião, os princípios wilsonianos tinham de ser firmemente rejeitados no interesse da "segurança" nacional, que só podia ser medida na moeda forte dos ajustes de fronteiras, aquisições coloniais e indenizações; ao mesmo tempo, a ameaça de Lenin, muito mais assustadora, tinha de ser impiedosamente esmagada, em sua pátria bolchevique e (em especial) nas imitações dos sovietes que surgiram no Ocidente. A política e a diplomacia da criação da paz,[21] em outras palavras, estava carregada de elementos ideológicos e de política interna, num grau desconhecido nos congressos de 1856 e 1878.

E havia mais. Nas democracias ocidentais, as imagens da Primeira Guerra Mundial que predominavam em fins da década de 1920 eram de morte, destruição, horror, desperdício e da futilidade de tudo aquilo. A "paz cartaginesa" de 1919, a falta dos benefícios prometidos pelos políticos de guerra em troca dos sacrifícios do povo, os milhões de veteranos inválidos e de viúvas de guerra, as perturbações econômicas de 1920, a perda de fé e o colapso das relações vitorianas e pessoais, tudo isso foi atribuído à insensatez das decisões de julho de 1914.[22] Mas esse recuo público generalizado em relação à guerra e ao militarismo, combinado em muitos círculos com a esperança de que a Liga das Nações tornaria impossível qualquer repetição daquele desastre, não era partilhado por todos os que participaram do conflito — mesmo que a literatura anglo-americana dê essa impressão.[23] Para centenas de milhares de antigos *Frontsoldaten* em todo o continente da Europa, desiludidos pelo desemprego, pela inflação e tédio da ordem de pós-guerra dominada pela burguesia, o conflito tinha representado algo que deixava marca mais positiva: valores marciais, a camaradagem dos soldados, a emoção da violência e da ação. Para esses grupos, em especial nas nações derrotadas, como a Alemanha e Hungria, e na nação vitoriosa e amargamente descontente que era a Itália, mas também entre a direita francesa, as idéias dos novos movimentos fascistas — de ordem, disciplina e glória nacional, do esmagamento

dos judeus, bolcheviques, intelectuais decadentes e de classe média liberal satisfeita consigo mesma — tinham grande atrativo. Aos seus olhos (e aos olhos de seus equivalentes no Japão), era a luta e a força e o heroísmo que constituíam as características duradouras, e os princípios do internacionalismo wilsoniano eram falsos e ultrapassados.[24]

Isso significou que as relações internacionais na década de 1920 e 1930 continuaram a ser complicadas pela ideologia e pela fragmentação constante da sociedade mundial em blocos políticos que só parcialmente correspondiam às subdivisões econômicas mencionadas antes. De um lado estavam as democracias ocidentais, especialmente o mundo de língua inglesa, recuando ante o horror da Primeira Guerra Mundial, concentrando-se nas questões internas (sobretudo as socioeconômicas) e reduzindo maciçamente suas organizações de defesa; e embora a liderança francesa mantivesse consideráveis exércitos e aviação com medo do ressurgimento da Alemanha, era evidente que grande parte do público da França partilhava desse ódio à guerra e do desejo de reconstrução social. Do outro lado, estava a União Soviética, isolada sob tantos aspectos do sistema político-econômico mundial, mas ainda assim atraindo admiradores no Ocidente porque oferecia, supostamente, uma "nova civilização" que *inter alia* escapou à Grande Depressão,[25] embora a U.R.S.S. também fosse amplamente detestada. Finalmente, havia, pelo menos na década de 1930, os estados fascistas "revisionistas" da Alemanha, Japão e Itália, que não eram apenas violentamente antibolcheviques, mas também denunciavam o *status quo* liberal-capitalista restabelecidos em 1919. Tudo isso tornava a direção da política externa excepcionalmente difícil para os estadistas democráticos, que pouco compreendiam do estado de espírito fascista ou bolchevique, e ansiavam apenas pela volta àquele estado de "normalidade" eduardiana que a guerra tinha destruído de forma tão completa.

Em comparação com esses problemas, os desafios pós-1919 ao mundo eurocêntrico que começavam a surgir nos trópicos eram menos ameaçadores — mas ainda assim importantes. Também nesse caso podemos detectar precedentes anteriores a 1914, como a revolta de Arabi Pasha no Egito, o aparecimento dos jovens turcos depois de 1908, as tentativas de Tilak de radicalizar o movimento do Congresso Indiano, e a campanha de Sun Yat-sen contra o domínio ocidental na China. Da mesma forma, os historiadores observaram como acontecimentos como a derrota da Rússia pelos japoneses em 1905 e a abortada revolução russa daquele mesmo ano fascinaram e eletrizaram as forças protonacionalistas em outros lugares da Ásia e do Oriente Médio.[26] Ironicamente, mas de maneira previsível, quanto mais o colonialismo penetrava nas sociedades subdesenvolvidas, arrastando-as para uma rede global de comércio, e colocando-as em contato com as idéias ocidentais, mais isso provocava uma reação indígena; quer essa reação se manifestasse na forma de insatisfação tribal contra as restrições aos seus padrões tradicionais de vida e trocas ou, mais significativamente, na forma de advogados e intelectuais educados no Ocidente, que buscavam criar partidos de massa e faziam campanha pela autodeterminação nacional, o resultado era um desafio crescente aos controles europeus.

A Primeira Guerra Mundial acelerou essas tendências sob todos os aspectos. Em primeiro lugar, a intensificada exploração econômica das

matérias-primas nos trópicos e as tentativas de fazer com que as colônias contribuíssem — com força de trabalho e com impostos — para o esforço de guerra das metrópoles inevitavelmente provocou perguntas sobre as "compensações", tal como acontecia entre as classes trabalhadoras da Europa.[27] Além disso, as campanhas no oeste, sudoeste e leste da África, no Oriente Próximo e no Pacífico, provocaram dúvidas sobre a viabilidade e permanência dos impérios coloniais em geral — tendência reforçada pela propaganda aliada sobre "autodeterminação nacional" e "democracia", e pela contra-propaganda alemã no Magreb, Irlanda, Egito e Índia. Em 1919, enquanto as potências européias estavam criando os seus mandatos da Liga das Nações — escondendo seus interesse imperiais atrás de folhas de parreira cada vez mais elaboradas, como A.J.P. Taylor disse — o Congresso Pan-Africano reunia-se em Paris para expressar sua opinião, o Partido Wafd era fundado no Egito, o Movimento Quatro de Maio atuava na China, Kemal Ataturk surgia como o fundador da moderna Turquia, o Partido Destour reformulava suas táticas na Tunísia, o Sarehat Islam alcançava os 2,5 milhões de membros na Indonésia, e Gandhi catalisava os muitos diferentes ramos da oposição ao domínio britânico na Índia.[28]

Mais importante ainda, essa "revolta contra o Ocidente" já não encontraria as grandes potências unidas na suposição de que, quaisquer que fossem as suas discordâncias, havia uma grande distância entre elas e os povos menos desenvolvidos do globo; também isso era muito diferente do que acontecia na época da Conferência de Berlim sobre a África Ocidental. Essa unidade já se tinha tornado redundante pela entrada dos japoneses no clube das grandes potências, e alguns dos pensadores dessas potências começavam a manifestar idéias de uma "esfera de co-prosperidade" leste asiática, já em 1919.[29] E foi totalmente superada pelo aparecimento das duas versões da "nova diplomacia" proposta por Lenin e Wilson — pois apesar das diferenças políticas entre esses líderes carismáticos, tinham em comum a aversão pela velha ordem colonial européia e o desejo de transformá-la em alguma coisa. Nenhum deles, por várias razões, podia impedir a maior extensão daquela ordem colonial sob os mandatos da Liga; sua retórica e influência, porém, faziam-se sentir por sobre as zonas de demarcação imperial e interagiam com a mobilização dos nacionalistas indígenas. Isso era evidente na China em fins da década de 1920, quando a velha ordem européia de privilégios concedidos por tratados, penetração comercial e ocasionais ações das belonaves, começava a perder terreno para as "ordens" alternativas e concorrentes propostas pela Rússia, pelos Estados Unidos e pelo Japão, e a desaparecer ante o ressurgente nacionalismo chinês.[30]

Isso não significava que o colonialismo ocidental estivesse em vias de desmoronar. A firme resposta britânica em Amritsar em 1919, a detenção de Sukarno e outros líderes nacionalistas indonésios, bom como o desmantelamento dos sindicatos em fins da década de 1920 pela Holanda, a decidida reação francesa às agitações em Tonquim contra a intensa exploração do arroz e da borracha, tudo isso testemunhou o poder residual dos exércitos europeus e seu arsenal.[31] E o mesmo se poderia dizer, é claro, da tardia incursão imperial da Itália na Abissínia , em meados da década de 1930. Só os choques muito mais intensos provocados pela Segunda Guerra Mundial realmente afrouxariam

os controles imperiais. Ainda assim, essa inquietação colonial teve alguma importância nas relações internacionais na década de 1920, e em especial na de 1930. Em primeiro lugar, desviou a atenção (e os recursos) de algumas das grandes potências de suas preocupações com o equilíbrio europeu de forças. Foi o que ocorreu destacadamente com a Grã-Bretanha, cujos líderes preocuparam-se muito mais com a Palestina, Índia e Cingapura do que com os Sudetos ou Dantzig — refletindo-se essas prioridades em sua política de defesa "imperial" pós-1919;[32] os acontecimentos na África envolveram também, até certo ponto, a França, e naturalmente distraíram a atenção dos militares italianos. Além disso, em certos casos o reaparecimento das questões extra-européias e coloniais interferia diretamente na antiga estrutura das alianças de 1914-1918. A questão do imperialismo tornou os americanos mais desconfiados das políticas anglo-francesa, e acontecimentos como a invasão italiana da Abissínia e a agressão japonesa à China continental dividiram Roma e Tóquio a partir de Londres e Paris na década de 1930 — oferecendo possíveis aliados aos revisionistas alemães. Mais uma vez os problemas internacionais se tinham tornado um pouco mais difíceis de resolver de acordo com as receitas da "velha diplomacia".

A principal causa final da instabilidade de pós-guerra foi o fato constrangedor de não ter a "questão alemã" sido resolvida, mas sim transformada num problema ainda insolúvel e intenso. O rápido colapso da Alemanha em outubro de 1918, quando seus exércitos ainda controlavam a Europa, desde a Bélgica até a Ucrânia, foi um grande choque para as forças nacionalistas de direita, que tendiam a culpar uma "traição interna" pela rendição humilhante. Quando as condições do acordo de Paris provocaram humilhação ainda maior, grande número de alemães denunciaram tanto o "tratado escravo" como os políticos democráticos de Weimar, que concordaram com tais condições. A questão das indenizações, e a hiperinflação correlata de 1923, encheram o cálice do descontentamento alemão. Poucos, entre os insatisfeitos, eram tão extremados quanto os nacional-socialistas, que pareciam, durante grande parte da década de 1920, ser um movimento alucinado, demagógico e marginal. Poucos alemães, porém, *não* eram revisionistas, de uma ou de outra forma. As indenizações, o corredor polonês, as restrições às forças armadas, a separação de regiões de língua alemã da Pátria, não seriam tolerados para sempre. As únicas dúvidas eram a rapidez com que essas restrições poderiam ser abolidas, até que ponto a diplomacia seria preferível à força para modificar o *status quo*. Quanto a isso, a subida de Hitler ao poder em 1933 simplesmente intensificou o esforço alemão em favor do revisionismo.[33]

O problema de determinar o lugar "adequado" da Alemanha na Europa foi agravado pela curiosa e desequilibrada distribuição do poder internacional depois da Primeira Guerra Mundial. Apesar de suas perdas territoriais, das restrições militares e da instabilidade econômica, a Alemanha depois de 1919 ainda era *potencialmente* uma grande potência muito forte. Uma análise mais detalhada de seus pontos fortes e fracos será feita mais adiante, mas vale a pena assinalar, aqui, que a Alemanha ainda tinha uma população muito maior do que a França, e uma capacidade em ferro e aço que era cerca de três vezes a francesa. Sua rede de comunicações internas estava intacta, como também suas usinas químicas e elétricas, suas universidades e institutos técnicos. "No

momento, em 1919, a Alemanha estava vencida e batida. O problema imediato era a fraqueza alemã; mas se tivesse alguns anos de vida 'normal', o problema voltaria a ser a força alemã."[34] Além disso, como Taylor observa, o velho equilíbrio de forças no continente europeu, que tinha ajudado a conter a expansão alemã, já não existia. "A Rússia se afastara; a Áustria-Hungria desaparecera. Só restavam França e Itália, ambas inferiores em potencial humano e ainda mais em recursos econômicos, ambas esgotadas pela guerra."[35] E, com o passar do tempo, primeiro os Estados Unidos, e em seguida a Grã-Bretanha, mostraram crescente aversão pelas intervenções na Europa, e uma crescente desaprovação dos esforços franceses para manter a Alemanha sob controle. E foi precisamente essa compreensão de que a França *não* estava segura que levou Paris a tentar sustar um ressurgimento do poderio alemão por todos os meios possíveis: insistindo no pagamento total das indenizações, mantendo suas grandes e onerosas forças armadas, tentando transformar a Liga das Nações Unidas numa organização dedicada à preservação do *status quo*, e resistindo a todas as sugestões para permitir que a Alemanha se armasse até o nível da França[36] — e tudo isso, previsivelmente, alimentou o ressentimento alemão e ajudou as agitações dos extremistas da direita.

O outro recurso da bateria de armas diplomáticas e políticas da França era a sua ligação com os "estados sucessores" do leste europeu. Aparentemente, seu apoio à Polônia, Tchecoslováquia e outros beneficiários dos acordos de 1919-1921 naquela região era uma estratégia plausível e promissora.[37] Com ela, o expansionismo alemão seria contido em cada flanco. Na realidade, o esquema estava cheio de dificuldades. Devido à dispersão geográfica das várias populações sob os antigos impérios multinacionais, não fora possível criar, em 1919, uma solução territorial etnicamente coerente; portanto, grandes grupos minoritários viviam no lado errado das fronteiras de todos os Estados, constituindo uma fonte não só de debilidade interna como também de ressentimentos externos. Em outras palavras, a Alemanha não era a única a desejar uma revisão dos tratados de Paris; e mesmo que a França insistisse na manutenção do *status quo*, sabia que nem a Grã-Bretanha, nem os Estados Unidos, tinham qualquer compromisso com as fronteiras irregulares, fixadas apressadamente, naquela região. Como Londres deixou claro em 1925, não haveria garantias do tipo de Locarno na Europa oriental.[38]

O cenário econômico na Europa central e oriental tornava as coisas ainda piores, já que a criação de barreiras aduaneiras e tarifárias em torno desses países aumentava as rivalidades regionais e dificultava o desenvolvimento geral. Havia agora 27 moedas distintas na Europa, em lugar das 14 de antes da guerra, e mais cerca de 20 mil quilômetros de fronteiras; muitas destas separavam fábricas de suas matérias-primas, siderurgias dos seus campos carboníferos, fazendas dos seus mercados. E o que era mais, embora empresas e banqueiros franceses e ingleses se instalassem nos estados sucessores depois de 1919, um parceiro comercial muito mais "natural" para eles era a Alemanha, depois de recuperada a sua estabilidade econômica na década de 1930. Não só estava mais próxima, era melhor ligada por estradas e ferrovias ao mercado da Europa oriental, como também podia absorver facilmente os excedentes agrícolas da área, de uma maneira que a França (com seus próprios excedentes agrícolas) e a Grã-Bretanha (com suas preferências imperiais) não podiam,

oferecendo em troca do trigo húngaro e do petróleo romeno as máquinas de que muito necessitavam e (mais tarde) armamentos. Além disso, esses países, como a própria Alemanha, tinham problemas monetários e por isso achavam mais fácil comerciar na base de trocas. Economicamente, portanto, a *Mitteleuropa* poderia tornar-se novamente uma zona de dominação alemã.[39]

Muitos dos participantes das negociações de 1919 em Paris tinham consciência de alguns (embora evidentemente não de todos) dos problemas acima. Mas achavam, como Lloyd George, que a recém-criada Liga da Nações poderia "remediar, reparar, e fazer justiça... [Ela] existirá como um Tribunal de Recursos para reajustar imperfeições, irregularidades, injustiças."[40] Sem dúvida, qualquer desentendimento político ou econômico importante entre estados poderia agora ser resolvido por homens sensatos, reunidos em volta de uma mesa em Genebra. Isso parecia uma suposição razoável em 1919, mas que a dura realidade desmentiria. Os Estados Unidos não entraram para a Liga. A União Soviética foi tratada como um estado pária e impedida de participar. O mesmo aconteceu com as potências derrotadas, pelo menos nos primeiros anos. Quando os estados revisionistas começaram suas agressões na década de 1930, deixaram a Liga logo depois.

Além disso, devido às discordâncias anteriores entre as versões francesa e inglesa do que deveria ser a Liga — um policial ou um conciliador — o órgão não tinha poder de impor suas decisões, nem qualquer mecanismo real de segurança coletiva. Ironicamente, portanto, a contribuição real da Liga acabou sendo não a dissuasão dos agressores, mas a confusão das democracias. Era imensamente popular com o público cansado da guerra no Ocidente, mas sua criação justificou o argumento de muitos de que as forças de defesa nacional não eram necessárias, pois a Liga impediria, de alguma forma, as guerras futuras. Em conseqüência, a sua existência fez com que gabinetes e ministros do Exterior hesitassem entre a "velha" e a "nova" diplomacia, em geral sem conseguir as vantagens de nenhuma das duas, como os casos da Manchúria e Abissínia demonstram amplamente.

À luz de todas as dificuldades acima, e do fato esmagador de que a Europa mergulhou em outra guerra apenas 20 anos depois de assinar o Tratado de Versalhes, não é de surpreender que os historiadores tenham visto esse período como uma "trégua de 20 anos", retratando-o como uma época sombria e acidentada — cheia de crises, engodos, brutalidades, desonra. Mas com títulos de livros como *Um Mundo Em Pedaços, A Paz Perdida,* e *A Crise de 20 Anos,* descrevendo essas duas décadas,[41] corre-se o risco de que as grandes diferenças entre as décadas de 1920 e 1930 não sejam percebidas. Repetindo uma observação feita antes, em fins da década de 1920, os Tratados de Locarno e Kellog-Briand (Pacto de Paris), a solução de muitos desentendimentos franco-alemães, as reuniões da Liga e a volta geral da prosperidade pareciam indicar que a Primeira Guerra Mundial estava por fim terminada, no que dizia respeito às relações internacionais. Dentro de mais um ou dois anos, porém, um devastador colapso financeiro e industrial abalava essa harmonia e começava a interagir com os desafios à ordem existente, que seriam feitos pelos nacionalistas japoneses e alemães (e italianos, mais tarde). Num prazo notavelmente exíguo, as nuvens da guerra voltaram. O sistema foi ameaçado de maneira fundamental no momento exato em que as democracias estavam

menos preparadas, psicológica e militarmente, para enfrentar essa ameaça; e exatamente quando estavam menos coordenadas do que em qualquer outro momento, desde o acordo de 1919. Quaisquer que tenham sido as deficiências e loucuras de um "apaziguador" qualquer, na infeliz década de 1930, portanto, é bom lembrar as complexidades sem precedentes que os estadistas daquela década tinham de enfrentar.

Antes de vermos como as crises internacionais desse período evoluíram para a guerra, é importante, mais uma vez, examinarmos os pontos fortes e fracos específicos de cada uma das grandes potências, todas elas afetadas não só pelo conflito de 1914-1918, como também pelos acontecimentos militares e econômicos dos anos entre as guerras. Sob esse aspecto, os Quadros 12-18 *supra*, mostrando as oscilações nos equilíbrios produtivos entre as potências, serão mencionados repetidamente. Duas outras observações preliminares sobre a economia do rearmamento devem ser feitas, a esta altura. A primeira relaciona-se com as taxas diferenciais de crescimento, muito mais acentuadas na década de 1930 do que, digamos, na década anterior a 1914; o deslocamento da economia mundial em vários blocos e as maneiras notavelmente diferentes pelas quais a política econômica nacional foi adotada (de planos quadrienais e *new deals* até os orçamentos deflacionários clássicos) significaram que a produção e a riqueza podiam estar aumentando num país, e baixando dramaticamente em outro. Segundo, os acontecimentos entre as duas guerras, em tecnologia militar, tornaram as forças armadas mais dependentes do que nunca da capacidade produtiva de seus países. Sem uma base industrial florescente e, o que é mais importante ainda, sem uma ampla e avançada comunidade científica que pudesse ser mobilizada pelo estado para acompanhar os novos progressos em armas, a vitória numa outra grande guerra era inconcebível. Se o futuro estava (na frase de Stalin) nas mãos dos grandes batalhões, estes por sua vez dependiam cada vez da tecnologia moderna e da produção em massa.

Os contendores

A vulnerabilidade econômica de uma grande potência, por mais ativa e ambiciosa que fosse a sua liderança nacional, evidencia-se mais claramente no caso da Itália na década de 1930 do que em qualquer outro. Aparentemente, o regime fascista de Mussolini tinha levado o país às primeiras filas do mundo diplomático. Com a Grã-Bretanha, era um dos fiadores externos do acordo de Locarno de 1925; com a Grã-Bretanha, França e Alemanha, era também signatário do acordo de1938 de Munique. A pretensão italiana ao primado no Mediterrâneo tinha sido afirmada pelo ataque a Corfu (1923), pela intensificação da "pacificação" da Líbia, e pela grande intervenção (de 500 mil soldados italianos) na Guerra Civil Espanhola. Entre 1935 e 1937, Mussolini vingou a derrota de Adowa pela sua impiedosa conquista da Abissínia, desafiando ousadamente as sanções da Liga e a opinião ocidental hostil. Em outras ocasiões, ele apoiou o *status quo*, transferindo tropas para o Brenner em 1934 para impedir que Hitler tomasse a Áustria, e firmando prontamente um acordo

anti-alemão em Stresa em 1935. Suas tiradas contra o bolchevismo grangearam-lhe a admiração de muitos estrangeiros (inclusive Churchill) na década de 1920, e ele foi cortejado por todos os lados na década seguinte — com Chamberlain viajando para Roma ainda em janeiro de 1939 numa tentativa de impedir que a Itália ingressasse totalmente no campo alemão.[42]

Mas a projeção diplomática não era a única medida da nova grandeza da Itália. O estado fascista, com sua eliminação da política partidária facciosa, seu planejamento "corporativista" para a economia em lugar das disputas entre o capital e o trabalho, seu empenho na ação governamental, parecia oferecer um novo modelo a uma desencantada sociedade européia de pós-guerra — e atraente para os que temiam o "modelo" alternativo oferecido pelos bolcheviques. Devido aos investimentos aliados, a industrialização se tinha processado em ritmo intenso de 1915 a 1918, pelo menos nas indústrias pesadas relacionadas com a produção de armas. Com Mussolini, o estado empenhou-se num ambicioso programa de modernização, que ia das drenagens do pântano de Pontine até o desenvolvimento impressionante da hidroeletricidade, às melhorias do sistema ferroviário. A indústria eletroquímica foi estimulada, e raiom e outras fibras artificiais foram aperfeiçoadas. A produção de automóveis aumentou e a indústria aeronáutica italiana parece situar-se entre as mais inovadoras do mundo, seus aviões batendo uma série de recordes de velocidade e altitude.[43]

Também o poderio militar parecia dar boas indicações da ascendente posição da Itália. Embora ele não tivesse gasto muito com as forças armadas na década de 1920, Mussolini acreditava na força e na conquista, e seu crescente desejo de expandir a Itália territorialmente levou a significativos aumentos na despesa com a defesa, na década de 1930. Na verdade, pouco mais de 10% da receita nacional e um terço da receita governamental eram dedicados às forças armadas em meados da década de 1930, o que em números absolutos era mais do que a Grã-Bretanha e a França gastavam, e muito mais do que os totais americanos. Belos navios de guerra novos eram lançados ao mar, para rivalizar com a marinha francesa e a esquadra britânica do Mediterrâneo, e para apoiar a pretensão de Mussolini de que o Mediterrâneo era realmente *mare nostrum*. Quando a Itália entrou na guerra tinha 113 submarinos — "a maior força submarina do mundo, exceto talvez a União Soviética".[44] Somas cada vez maiores estavam sendo destinadas à força aérea, a Regia Aeronautica, nos anos até 1940, de acordo talvez com a ênfase inicial do fascismo na modernidade, ciência, rapidez e elegância. Tanto na Abissínia como ainda mais na Espanha, os italianos demonstraram o uso do poderio aéreo e convenceram-se — e a muitos observadores estrangeiros — de que tinham a mais avançada força aérea do mundo. Esse crescimento da marinha e da aviação deixou menos recursos para o exército italiano, mas suas 30 divisões estavam sendo substancialmente reestruturadas em fins da década de 1930, e novos tanques e artilharia estavam sendo planejados. Além disso, pensava Mussolini, havia as massas de *squadristi* fascistas e grupos treinados, de modo que em outra guerra total a nação bem poderia contar com as alegadas "8 milhões de baionetas". Tudo isso prenunciava êxito para a criação do segundo Império Romano.

Infelizmente para tais sonhos, a Itália fascista era, em termos de poder

político, espetacularmente fraca. O problema chave era que, mesmo "ao término da Primeira Guerra Mundial a Itália, economicamente falando, era um país semidesenvolvido".[45] Sua renda *per capita* em 1920 era provavelmente igual à alcançada pela Grã-Bretanha e Estados Unidos em princípios do *século XIX*, e pela França algumas décadas depois. Os dados sobre a renda nacional ocultavam o fato de que a renda *per capita* no norte era 20% acima, e no sul 30% abaixo, da média; e a distância entre eles ampliava-se. Graças a um fluxo constante de emigrantes, a população italiana nos anos entre as guerras aumentou de apenas cerca de 1% ao ano; como o produto interno bruto cresceu a 2% ao ano, a média *per capita* aumentou em apenas 1% ao ano, o que não era desastroso, mas não poderia ser considerado um milagre econômico. Na raiz da debilidade italiana, estava a continuada dependência de uma agricultura de pequena escala, que em 1920 representava 40% do PNB e absorvia 50% da população trabalhadora total.[46] Um outro indício desse atraso econômico era o fato de que ainda em 1938 mais da metade das despesas de uma família era com a alimentação. Longe de reduzir essas proporções, o fascismo, com sua grande ênfase nas virtudes da vida rural, esforçou-se para apoiar a agricultura com numerosas medidas, inclusive tarifas protetoras, recuperação de terras generalizada, e, finalmente, completo controle do mercado de trigo. Foi importante, nos cálculos do regime, o desejo de reduzir a dependência dos produtores estrangeiros de alimentos e impedir um novo êxodo dos camponeses para as cidades, onde aumentariam o total de desempregados e agravariam o problema social. A conseqüência foi um acentuado *subemprego* no campo, com todas as características dele conseqüentes: baixa produtividade, analfabetismo, imensas disparidades regionais.

Dada a natureza relativamente atrasada da economia italiana e a disposição do estado de gastar dinheiro tanto em armas como na preservação da agricultura de aldeia, não é de surpreender que o volume de poupança para investimento empresarial fosse baixo. Se a Primeira Guerra Mundial já tinha reduzido o estoque de capital interno, a depressão econômica e a adoção do protecionismo constituíram novos golpes. É certo que as companhias estimuladas pelas encomendas do governo, de aviões ou caminhões, podiam ter bom lucro, mas é improvável que o desenvolvimento industrial da Itália se beneficiasse (no conjunto) das tentativas de autarquia; as tarifas simplesmente davam proteção a produtores ineficientes, enquanto o neomercantilismo geral da época reduzia o fluxo de investimentos que tanto contribuíra para estimular a industrialização italiana, antes. Em 1938 a Itália ainda possuía apenas 2,8% da produção mundial de manufaturados, produzia 2,1% do seu aço, 1,0% de seu ferro-gusa, 0,7% de seu minério de ferro, e 0,1% de seu carvão, e consumia energia produzida por fontes modernas numa taxa muito abaixo de qualquer outra das grandes potências. Finalmente, à luz da evidente pressa de Mussolini de ir à guerra contra a França, e por vezes mesmo contra a França e Grã-Bretanha combinadas, vale notar que a Itália continuava constrangedoramente dependente de fertilizantes, carvão, petróleo, sucata, borracha, cobre importados, bem como outras matérias-primas vitais — 80% das quais tinham de passar por Gibraltar ou Suez, e grande parte das quais era transportada por navios ingleses. Foi típico do regime o fato de que não foram preparados planos para a eventualidade de serem tais importações suspensas, e que uma

política de criação de estoques desses materiais estratégicos era impossível, já que em fins da década de 1930 a Itália não dispunha de divisas estrangeiras para cobrir suas necessidades do momento. Essa crônica escassez de divisas também ajuda a explicar por que os italianos não puderam pagar pelas máquinas operatrizes alemãs, tão vitais para a produção de aviões, tanques, canhões e navios dos mais modernos, que estavam sendo criados nos anos posteriores a 1935, aproximadamente.[47]

O atraso econômico também explica por que, apesar de toda a atenção e recursos que o regime de Mussolini dedicou às forças armadas, seu desempenho prático e sua condição foram precários — e pioraram. A marinha era talvez a melhor equipada das três forças armadas, mas provavelmente muito fraca para expulsar a marinha inglesa do Mediterrâneo. Não tinha porta-aviões — Mussolini proibiu sua construção — e dependia então da Regia Aeronautica, uma solução insatisfatória, devido à falta de cooperação entre as forças armadas. Seus cruzadores eram navios para bom tempo, e sua grande força de submarinos mostrou-se um pesado investimento em obsolescência: "Os submarinos não tinham computadores de ataque, seus sistemas de ar condicionado soltavam gases venenosos quando a tubulação se rompia ao impacto de bombas de profundidade, e mergulhavam com relativa lentidão, o que representava um problema quando a aviação inimiga se aproximava."[48] Sinais semelhantes de obsolescência podiam ser vistos na força aérea italiana, que se mostrara capaz de bombardear (embora nem sempre de atingir) tribos abissínias, e impressionara muitos observadores pelo seu desempenho na Guerra Civil Espanhola. Mas em fins da década de 1930 o biplano Fiat CR42 foi totalmente obscurecido pelos novos monoplanos ingleses e alemães, e até mesmo a força de bombardeio sofreu por dispor apenas de aparelhos leves e médios, com motores fracos e bombas espetacularmente ineficientes. Não obstante, ambas as forças tinham obtido parcelas cada vez maiores do orçamento de defesa. O exército, em contraste, viu sua participação cair de 58,2% em 1935-1936 para 44,5% em 1938-1939, e isso numa época em que precisava desesperadamente de tanques, artilharia, caminhões e sistemas de comunicação modernos. O "principal tanque de batalha" do exército italiano, quando entrou na Segunda Guerra Mundial, era o Fiat L.3, de três toneladas e meia, sem rádio, pouca visibilidade, e apenas duas metralhadoras — isso numa época em que os mais recentes tanques alemães e franceses eram de mais de 20 toneladas e tinham armas muito mais pesadas.

Tendo em vista as debilidades quase irremediáveis da economia italiana sob o fascismo, seria imprudente sugerir que ela poderia ter ganho uma guerra contra outra das grandes potências; e suas perspectivas tornaram-se ainda mais sombrias pelo fato de que suas forças armadas foram vítimas de um rearmamento prematuro — e da obsolescência rápida. Como esse problema era comum na década de 1930, afetando a França e a Rússia quase que nas mesmas proporções, é importante examinar o problema um pouco mais detalhadamente, antes de voltar à nossa análise específica das debilidades italianas.

O principal fator era a intensa aplicação da ciência e tecnologia a fins militares, nesse período, e que estava transformando os sistemas de armamentos em todas as forças. Os aviões de caça, por exemplo, estavam passando rapidamente de manobráveis biplanos (mas de armas leves e cobertos de lona)

que podiam fazer cerca de 200 mph, por "aviões de duralumínio monoplanos carregados de metralhadoras múltiplas e canhão, cabinas blindadas, tanques de combustível de vedação automática",[49] que voavam a até 400 mph e exigiam motores muito mais poderosos. Os bombardeiros se estavam transformando — nos países que podiam fazê-lo — de aparelhos médios de curto alcance, de dois motores, para os tipos maciços de quatro motores, capazes de transportar grandes cargas de bombas e com um raio de ação de mais de 3 mil quilômetros. Os encouraçados posteriores ao Tratado de Washington (por exemplo, o *King George V*, o *Bismarck* e o *North Carolina*, entre outros) eram muito mais rápidos, com melhor blindagem e equipados com defesas antiaéreas muito mais pesadas do que seus antecessores. Os porta-aviões mais novos eram do tipo grande, bem desenhado, com uma capacidade ofensiva muito maior do que os navios transportadores de aviões e cruzadores convertidos da década de 1920. Os planejadores de tanques estavam criando apressadamente modelos mais pesados, melhor armados e melhor blindados que exigiam motores muito mais poderosos do que os usados nos protótipos experimentais leves dos anos anteriores a 1935. Além disso, todos esses sistemas de armas estavam apenas começando a ser afetados pelas modificações nas comunicações elétricas, pelos aperfeiçoamentos dos instrumentos de navegação e equipamento de detecção anti-submarino, pelo começo do radar e pelo melhor equipamento de rádio — que não só tornavam as armas mais novas muito mais caras, como também complicavam o processo de sua obtenção. Tinha o país novas máquinas operatrizes, e outros meios para passar a esses modelos aperfeiçoados? Podiam as fábricas de armas e os fornecedores elétricos atender à crescente demanda? Dispunha de fábricas e engenheiros preparados em número suficiente? Ousaria suspender a produção de material já comprovado, mas talvez obsoleto, para esperar que os tipos mais novos fossem testados e então construídos? Por fim — e um aspecto de importância crítica — qual a relação entre esses desesperados esforços de rearmamento e o estado da economia nacional, seu acesso a recursos externos, bem como internos, sua capacidade de custear essas inovações? Não eram, decerto, dilemas novos — mas pressionavam os responsáveis pelas decisões na década de 1930 com muito mais intensidade do que nunca.

Nesse contexto econômico-tecnológico (bem como no contexto diplomático) é que os diferentes padrões de rearmamento pelas grandes potências, na década de 1930, podem ser compreendidos. Há muitas disparidades na compilação dos totais anuais reais das despesas com a defesa pelas nações individualmente nessa década, mas o Quadro 27 pode servir como um bom guia para o que estava acontecendo.

À luz dessas comparações, o problema italiano torna-se mais claro. A Itália não foi uma grande investidora em armamentos em termos absolutos na primeira metade da década de 1930, embora mesmo então lhe tenha sido necessário dedicar às suas forças armadas uma proporção maior de sua renda nacional do que provavelmente todos os outros estados, com exceção da U.R.S.S. A prolongada campanha da Abissínia, porém, simultaneamente com a intervenção na Espanha, levou a maior aumento com esses gastos entre 1935 e 1937. Assim, parte do dispêndio italiano com a defesa,naqueles anos, foi dedicado a operações que estavam em processo, e não ao fortalecimento mili-

Quadro 27. Despesas com a defesa pelas grandes potências, 1930-1938[50]
(Milhões de dólares correntes)

	Japão	*Itália*	*Alemanha*	*U.R.S.S.*	*Reino Unido*	*França*	*EUA*
1930	218	266	162	722	512	498	699
1933	183	351	452	707	333	524	570
	(356)	(361)	(620)	(303)	(500)	(805)	(792)
	[387]						
1934	292	455	709	3479	540	707	803
	(384)	(427)	(914)	(980)	(558)	(731)	(708)
	[427]						
1935	300	966	1.607	5.517	646	867	806
	(900)	(966)	(2.025)	(1.607)	(671)	(849)	(933)
	[463]						
1936	313	1.149	2.332	2.933	892	995	932
	(440)	(1.252)	(3.266)	(2.903)	(911)	(980)	(1.119)
	[488]						
1937	940	1.235	3.298	3.446	1.245	890	1.032
	(1.621)	(1.015)	(4.769)	(3.430)	(1.283)	(862)	(1.079)
	[1.064]						
1938	1.740	746	7.415	5.429	1.863	919	1.131
	(2.489)	(818)	(5.807)	(4.527)	(1.915)	(1.014)	(1.131)
	[1.706]						

tar ou à indústria de armamentos. Pelo contrário, as aventuras da Abissínia e da Espanha enfraqueceram gravemente a Itália, não só devido às perdas no campo de batalha, como também porque quanto mais tempo ela lutava, mais tinha de importar — e pagar por elas — matérias-primas estratégicas, fazendo com que as reservas do Banco de Itália se reduzissem a quase nada em 1939. Incapaz de comprar as máquinas operatrizes e outros equipamentos necessários à modernização da força aérea e do exército, o país provavelmente se estava tornando *mais fraco* nos dois ou três anos anteriores a 1940. O exército não foi melhorado pela sua reorganização, já que o recurso de criar mais de 50% de divisões simplesmente reduzindo cada divisão de três para dois regimentos levou a muitas promoções de oficiais, mas não a um aumento real de eficiência. A força aérea, apoiada (se essa é a expressão correta) por uma indústria que era *menos* produtiva do que em 1915-1918, alegava dispor de mais de 8.500 aviões; melhores investigações reduziram esse total para 454 bombardeiros e 129 caças, dos quais poucos seriam considerados como de primeira classe em outras forças aéreas.[51] Sem tanques ou canhões antiaéreos adequados, ou caças rápidos ou bombas decentes, ou porta-aviões, ou divisas estrangeiras, ou logística adequada, Mussolini lançou seu país, em 1940, em outra guerra de grandes potências, supondo que ela já estava ganha. Na verdade, só um milagre, ou os alemães, podiam impedir um colapso de proporções épicas.

Toda esta ênfase em armamentos e números não leva em conta, é claro, os elementos de liderança, qualidade do pessoal e inclinação nacional pelo combate. O triste fato, porém, era que longe de compensar as deficiências

materiais da Itália, tais elementos simplesmente contribuíam para a sua fraqueza relativa. Apesar da superficial doutrinação fascista, nada na sociedade e na cultura política italianas se tinha modificado entre 1900 e 1930 para fazer do exército uma carreira mais atraente aos homens talentosos e ambiciosos. Pelo contrário, a ineficiência coletiva, a falta de iniciativa e preocupação com as carreiras pessoais eram espantosas — e surpreendiam os adidos militares alemães e outros observadores. O exército não era o instrumento dócil de Mussolini; podia impedir, e com freqüência o fez, seus desejos, apresentando numerosas razões pelas quais não podiam ser atendidos. Seu destino foi o de ser lançado, muitas vezes sem consulta prévia, em conflitos onde alguma coisa tinha de ser feita. Dominado por seus oficiais superiores cautelosos e mal preparados, e sem a espinha dorsal de suboficiais experientes, a sorte do exército no caso de uma guerra de grandes potências era desesperadora; e a marinha (com exceção dos ativos mini-submarinos) não estava muito melhor. Se os oficiais e as tripulações da Regia Aeronautica eram melhor educados e treinados, isso de pouco lhes valia, pois usavam aviões obsoletos, cujos motores não resistiam às areias do deserto, cujas bombas eram ineficientes e cujo poder de fogo era patético. Talvez não seja preciso dizer que não havia um estado-maior conjunto para coordenar os planos entre as forças armadas ou discutir (para não falarmos de estabelecer) as prioridades de defesa.

Finalmente, havia o próprio Mussolini, um peso-morto estratégico de primeira grandeza. Ele não era, já se disse, o chefe todo-poderoso ao estilo de Hitler, como procurava aparentar. O rei Vitor Emanuel III lutou para preservar suas prerrogativas, e conseguiu conservar a fidelidade de grande parte da burocracia e do corpo de oficiais. O papado também era um centro de autoridade, independente e rival para muitos italianos. Nem os grandes industriais, nem os recalcitrantes camponeses, tinham entusiasmo pelo regime na década de 1930, e o próprio Partido Nacional Fascista ou pelo menos seus chefes regionais, pareciam mais preocupados com a distribuição de cargos do que com a busca de glória nacional.[52] Mesmo, porém, que o domínio de Mussolini fosse absoluto, a posição da Itália não seria melhor, dada a inclinação de Il Duce pela auto-ilusão, seu uso da linguagem bombástica e as bravatas, a mentira congênita e a incapacidade de agir e de pensar com eficiência, e a incompetência governamental.[53]

Em 1939 e 1940 os Aliados ocidentais examinaram com freqüência os prós e contras da entrada da Itália na guerra ao lado da Alemanha, em lugar de permanecer neutra. No todo, os chefes de estado-maior britânicos preferiam que a Itália ficasse fora da guerra, de modo a preservar a paz no Mediterrâneo e Oriente Próximo, mas havia fortes argumentos contra, que restrospectivamente parecem ter sido corretos.[54] Raramente na história dos conflitos humanos se tem dito que a entrada de mais um país num bloco de países em guerra seria mais prejudicial do que útil a esse bloco, mas a Itália de Mussolini parece ter sido um desses casos excepcionais.

O desafio do Japão ao *status quo* também foi muito individual, mas teve de ser levado muito mais a sério pelas potências consolidadas. No mundo das décadas de 1920 e 1930, pesadamente coloridas por preconceitos racistas e

culturais, muitos no Ocidente tendiam a rejeitar os japoneses como "homenzinhos amarelos". Só durante os devastadores ataques a Pearl Harbor, Malásia e Filipinas foi esse grosseiro estereótipo de um povo míope, atrofiado, avesso à mecânica, desmentido.[55] A marinha japonesa estava bem treinada para o combate, tanto diurno como noturno; seus adidos navais enviaram uma torrente constante de informações aos planejadores e desenhistas de navios em Tóquio. Tanto o exército como a força aérea naval estavam bem treinados, com grande reserva de pilotos competentes e tripulantes dedicados.[56] Quanto ao exército propriamente dito, seu corpo de oficiais dispostos e excessivamente patriotas estava à frente de uma força imbuída do espírito do *bushido*: eram soldados formidáveis tanto na guerra ofensiva como na defensiva. O zelo fanático que levou ao assassinato de ministros (supostamente) fracos, podia ser facilmente transformado em eficiência no campo de luta. Enquanto outros exércitos apenas falavam de lutar até o último homem, os soldados japoneses tomavam essa frase literalmente e assim faziam.

Mas o que distinguia os japoneses dos, digamos, guerreiros zulus era que nesse período os primeiros tinham superioridade militar e técnica, além da bravura. O processo de industrialização pré-1914 tinha sido muito estimulado pela Primeira Guerra Mundial, em parte devido aos contratos aliados de munições e a acentuada procura de transporte marítimo japonês, e em parte porque os exportadores japoneses podiam penetrar em mercados asiáticos que o Ocidente não tinha mais condições de abastecer.[57] As importações e exportações triplicaram durante a guerra; a produção de aço e cimento mais do que duplicou, e houve grandes progressos nas indústrias química e elétrica. Como aconteceu com os Estados Unidos, as dívidas externas do Japão foram liquidadas durante a guerra, e ele passou a ser credor. Tornou-se também um grande construtor de navios, lançando 650 mil toneladas em 1919, em comparação com apenas 85 mil toneladas em 1914. Como o *World Economic Survey* da Liga das Nações mostrava, a guerra tinha estimulado sua produção de manufaturados ainda mais do que os Estados Unidos, e a continuação desse crescimento no período 1919-1938 significou que o Japão perdeu apenas para a União Soviética em índice geral de expansão (Quadro 28).

Em 1938 o Japão não só se tinha tornado muito mais forte do que a Itália, economicamente, como também tinha alcançado a França em todos os índices de produção de manufaturados e industrial (ver Quadros 14-18, *supra*). Se seus líderes militares não tivessem ido à guerra com a China em 1937 e, mais desastrosamente, no Pacífico em 1941, somos tentados a concluir que ele teria alcançado também a produção britânica bem antes da data em que realmente o fez, em meados da década de 1960.

Isso não significava que o Japão tivesse superado sem dificuldades todos os seus problemas econômicos, mas apenas que se estava tornando acentuadamente mais forte. Devido ao seu primitivo sistema bancário, não lhe foi fácil adaptar-se à posição de nação credora durante a Primeira Guerra Mundial, e a maneira pela qual administrou a oferta de dinheiro provocou grande inflação para não falarmos dos "motins do arroz" de 1919.[59] Quando a Europa retomou sua produção de paz de têxteis, navios mercantes e outros artigos, o Japão sentiu a pressão da volta da concorrência; o custo de seus manufaturados, àquela altura, ainda era geralmente maior do que no Ocidente. Além disso,

Quadro 28. Índices anuais de produção manufatureira, 1913-1938[58]
(1913 = 100)

	Mundo	*E.U.A.*	*Alemanha*	*Reino Unido*	*França*	*U.R.S.S.*	*Itália*	*Japão*
1913	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1920	93,2	122,2	59,0	92,6	70,4	12,8	95,2	176,0
1921	81,1	98,0	74,7	55,1	61,4	23,3	98,4	167,1
1922	99,5	125,8	81,8	73,5	87,8	28,9	108,1	197,9
1923	104,5	141,4	55,4	79,1	95,2	35,4	119,3	206,4
1924	111,0	133,2	81,8	87,8	117,9	47,5	140,7	223,3
1925	120,7	148,0	94,9	86,3	114,3	70,2	156,8	221,8
1926	126,5	156,1	90,9	78,8	129,8	100,3	162,8	264,9
1927	134,5	154,5	122,1	96,0	115,6	114,5	161,2	270,0
1928	41,8	162,8	118,3	95,1	134,4	143,5	175,2	300,2
1929	153,3	180,8	117,3	100,3	142,7	181,4	181,0	324,0
1930	137,5	148,0	101,6	91,3	139,9	235,5	164,0	294,9
1931	122,5	121,6	85,1	82,4	122,6	293,9	145,1	288,1
1932	108,4	93,7	70,2	82,5	105,4	326,1	123,3	309,1
1933	121,7	111,8	79,4	83,3	119,8	363,2	133,2	360,7
1934	136,4	121,6	101,8	100,2	111,4	437,0	134,7	413,5
1935	154,5	140,3	116,7	107,9	109,1	533,7	162,2	457,8
1936	178,1	171,0	127,5	119,1	116,3	693,3	169,2	483,9
1937	195,8	185,8	138,1	127,8	123,8	772,2	194,5	551,0
1938	182,7	143,0	149,3	117,6	114,6	857,3	195,2	552,0

uma grande proporção da população japonesa continuava na agricultura de pequenas propriedades, e esses grupos sofreram não só com o aumento das importações de arroz de Taiwan e Coréia, mas também do colapso da vital exportação da seda quando a procura americana desapareceu, depois de 1930. Tentar aliviar essas misérias pela expansão imperial era sempre uma tentação para os políticos japoneses, preocupados ou ambiciosos — a conquista da Manchúria, por exemplo, significava vantagens econômicas, bem como militares. Por outro lado, quando a indústria e o comércio japoneses se recuperaram na década de 1930, em parte pelo rearmamento e em parte pela exploração dos mercados cativos do leste asiático, também aumentou a sua dependência das matérias-primas importadas (sob esse aspecto, pelo menos, ele se parecia com a Itália). Com a expansão da indústria japonesa do aço eram-lhe necessárias maiores quantidades de ferro-gusa e minérios da China e Malásia. Os fornecimentos internos de carvão e cobre também eram inadequados às necessidades da indústria; mas até mesmo isso, porém, era menos crítico do que a dependência quase total de combustíveis de petróleo de todos os tipos. A busca de "segurança econômica" pelo Japão[60] — o que era um bem evidente por si mesmo, aos olhos de seus fervorosos nacionalistas e dos governantes militares — o levava cada mais para a frente, mas com resultados mistos.

Apesar de suas dificuldades econômicas — e, de certa forma, devido a elas — o Ministério das Finanças, com Takahashi, estava disposto a tomar empréstimos temerariamente em princípios da década de 1930, a fim de destinar mais recursos às forças armadas, cuja parcela do dispêndio governa-

mental passou de 31% em 1931-1932 para 47% em 1936-1937.[61] Quando o ministro finalmente alarmou-se com as conseqüências econômicas e procurou restringir novos aumentos, foi imediatamente assassinado pelos militaristas, e os gastos com armamentos aumentaram ainda mais. No ano seguinte, as forças armadas ficavam com 70% do dispêndio governamental e o Japão gastava, portanto, em termos absolutos, mais do que qualquer uma das democracias, muito mais ricas. Assim, as forças armadas japonesas estavam em posição muito melhor que as italianas em fins da década de 1930, e possivelmente também melhor do que as francesas e britânicas. A Marinha Imperial Japonesa, legalmente limitada pelo Tratado de Washington a pouco mais da metade do tamanho da marinha britânica ou da marinha americana, era na realidade muito mais poderosa do que isso. Enquanto as duas principais potências navais economizavam na década de 1920 e princípios da década de 1930, o Japão aumentava sua marinha até os limites do tratado — e, na verdade, secretamente ia além deles. Seus cruzadores pesados, por exemplo, deslocavam até 14 mil toneladas e não as 8 mil toneladas fixadas pelo tratado. Todos os principais navios de guerra japoneses eram rápidos e muito bem armados; seus velhos couraçados tinham sido modernizados e em fins da década de 1930 ele estava lançando ao mar os gigantescos navios da classe dos *Yamato*, os maiores do mundo. O elemento mais importante de tudo isso, embora os almirantes dos couraçados não o percebessem, era a poderosa e eficiente força aérea naval japonesa, com 3 mil aviões e 3.500 pilotos, baseados nos dez porta-aviões da frota, mas que incluía também bombardeiros e esquadrões com torpedos, mortalmente eficientes, baseados em terra. Os torpedos japoneses eram os de maior poder e melhor qualidade. Finalmente, o país também tinha a terceira marinha mercante do mundo, embora (curiosamente) a armada praticamente não tomasse conhecimento da guerra anti-submarina.[62]

Devido ao recrutamento obrigatório, o exército japonês tinha fácil acesso às reservas humanas e podia integrar os recrutas em suas tradições de obediência absoluta e máximo esforço conjunto. Embora mantivesse as proporções do exército dentro de certos limites, nos primeiros anos, seu programa de expansão viu as 24 divisões e 54 esquadrões aéreos de 1937 crescerem para 51 divisões de serviço ativo e 133 esquadrões aéreos, em 1941. Além disso, havia 10 divisões de reserva (para treinamento) e grande número de brigadas e tropas de guarnição independentes, provavelmente equivalentes a outras 30 divisões. Às vésperas da guerra, portanto, o Japão tinha um exército de mais de 1 milhão de homens, apoiado por cerca de 2 milhões de reservistas treinados. Não era forte em tanques, para os quais nem o terreno, nem as pontes de madeira de grande parte do leste asiático eram adequados, mas tinha uma boa artilharia móvel e estava bem preparado para operações na selva, travessia de rios e desembarques anfíbios. Os 2 mil aviões de primeira linha (como os da marinha) incluíam o formidável caça Zero, mais rápido e fácil de manobrar do que qualquer coisa semelhante que se produzia na Europa, na época.[63]

A eficiência militar do Japão era, portanto, muito alta, mas ele não estava isento de debilidades. O processo pelo qual as decisões governamentais eram tomadas na década de 1930 era errático e, por vezes, incoerente, devido aos choques entre as várias facções, pelas disputas entre militares e civis, e pelos

assassinatos. Além disso, havia falta de colaboração adequada entre o exército e a marinha — situação que nada tinha de singular, mas que no caso do Japão tornava-se mais perigoso, já que cada uma das forças armadas tinha em mente um inimigo e uma área de operações muito diferentes. Enquanto a marinha previa uma guerra com a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos, os olhos do exército estavam fixados exclusivamente no continente asiático e na ameaça que para os seus interesses ali representava a União Soviética. Como o exército era muito mais influente na política japonesa e também dominava o quartel-general imperial, suas opiniões geralmente prevaleciam. Não havia oposição efetiva, seja da marinha ou do ministério do Exterior, embora ambos relutassem, quando em 1937 o exército insistiu em nova ação contra a China, depois do forjado incidente da ponte Marco Polo. Apesar da invasão em grande escala do norte da China, partindo da Manchúria, e de desembarques ao longo da costa chinesa, o exército japonês não conseguiu uma vitória decisiva. Embora perdendo grande número de soldados, Chiang Kai-shek sustentou a luta e recuou mais para o interior, perseguido pela colunas avançadas e pela aviação japonesas. O problema do quartel-general imperial não eram tanto as perdas impostas pela campanha — o exército provavelmente só sofreu 70 mil baixas — mas o enorme custo dessa guerra inconclusiva e numa ampla frente. Em fins de 1937 havia 700 mil soldados japoneses na China, número que aumentava constantemente (embora o número de Willmott, de 1,5 milhão em 1938, pareça excessivo)[64] sem conseguir forçar os chineses à rendição. O "incidente chinês", como Tóquio dizia, custava agora 5 milhões de dólares por dia e provocava um aumento ainda maior nos gastos com a defesa. O racionamento foi adotado em 1938, bem como toda uma série de medidas que praticamente colocaram o Japão numa mobilização de "guerra total". A dívida nacional aumentou em ritmo alarmante enquanto o governo tomava cada vez mais empréstimos para custear as enormes despesas com a defesa.[65]

O que tornava ainda mais difícil a manuntenção dessa estrátegia eram as decrescentes reservas japonesas de divisas estrangeiras e matérias-primas, e sua crescente dependência de importações dos americanos, ingleses e holandeses, que não aprovavam a sua política. Depois que suas forças aéreas consumiram grande volume de combustível na campanha da China, "as fábricas receberam ordens de reduzir gastos de combustível em 37%, os navios em 15% e os automóveis em 65%".[66] Essa situação era ainda mais insuportável para os japoneses por acreditarem que as forças de Chiang Kai-shek só conseguiam manter a resistência graças ao fluxo de abastecimentos ocidentais, via Estrada da Birmânia, Indochina francesa ou outras rotas. Lógica e inexoravelmente, cresceu a convicção de que o Japão teria de atacar ao sul, para isolar a China e conseguir um controle firme do petróleo e outras matérias-primas do sudeste da Ásia, das Índias Orientais holandesas e de Bornéu. Era essa, evidentemente, a direção que a marinha japonesa sempre preferira; e até mesmo o exército, apesar de sua preocupação anterior com a União Soviética e de suas amplas operações na China, foi forçado a reconhecer, lentamente, que a ação meridional era necessária para assegurar a segurança econômica do país.

Isso levou ao mais grave de todos os problemas. Levando em conta a

força armada que tinham acumulado en fins da década de 1930, os japoneses podiam varrer facilmente os franceses da Indochina, os holandeses das Índias Orientais. Mesmo os ingleses teriam dificuldade em resistir aos japoneses, como os planejadores estratégicos em Whitehall admitiam secretamente na década de 1930. E quando a guerra foi deflagrada na Europa, o empenho total dos recursos britânicos no Extremo Oriente era impossível. Mas ir à guerra contra a Rússia ou os Estados Unidos era, para o Japão, uma coisa completamente diferente. Nos prolongados e sangrentos choques de fronteira com o Exército Vermelho em torno de Nomonhan, entre maio e agosto de 1939, por exemplo, o quartel-general imperial alarmou-se com a evidente superioridade da artilharia e da aviação soviéticas, e com o poder de fogo dos tanques russos, muito maiores.[67] Com o exército de Kwantur (Manchúria) dispondo apenas de metade das divisões colocadas pelos russos na Mongólia e Sibéria, e com forças cada vez mais consideráveis ocupadas na China, até mesmo os mais extremados oficiais do exército reconheceram que a guerra contra a U.R.S.S. tinha de ser evitada — pelo menos até que as circunstâncias internacionais fossem mais favoráveis.

Mas se uma campanha ao norte revelaria as limitações do Japão, não ocorreria o mesmo com uma guerra ao sul, se encerrasse o risco de envolver os Estados Unidos? E permaneceria impassível o governo Roosevelt, que desaprovava tão fortemente as ações japonesas na China, enquanto Tóquio dominasse as Índias Orientais holandesas e a Malásia, escapando com isso à pressão econômica americana? O "embargo moral" sobre a exportação de material aeronáutico, em julho de 1938, a revogação do tratado de comércio americano-japonês no ano seguinte, e o que é mais importante, a proibição britânico-holandesa-americana de exportações de petróleo e minério de ferro, depois da ocupação japonesa da Indochina em julho de 1941, deixou claro que a "segurança econômica" só podia ser conseguida ao preço da guerra com os Estados Unidos. Estes, porém, tinham quase duas vezes a população do Japão, e *dezessete* vezes a sua renda nacional, produziam cinco vezes mais aço e sete vezes mais carvão, e fabricavam 80 vezes mais veículos motorizados por ano. Seu potencial industrial, mesmo num ano ruim como 1938, era sete vezes maior que o do Japão;[68] e dentro de pouco tempo poderia ser nove ou dez vezes maior. Mesmo levando em conta o alto nível de fervor patriótico japonês e a lembrança de seus espantosos êxitos contra adversários muito maiores, em 1895 (China) e 1905 (Rússia), o que ele agora planejava raiava pelo incrível — e o absurdo. Na verdade, para um estrategista ponderado como o almirante Yamamoto um ataque a um país tão poderoso quanto os Estados Unidos parecia uma loucura, especialmente quando se tornou claro que a maior parte do exército japonês permaneceria na China; e não atacar os Estados Unidos depois de julho de 1941 seria deixar o Japão exposto às chantagens econômicas ocidentais, o que também era uma idéia intolerável. Incapazes de recuar, os líderes militares japoneses prepararam-se para o mergulho.[69]

Na década de 1920, a Alemanha parecia, de longe, a mais fraca e conturbada das grandes potências descontentes com os acordos territoriais e econômicos de pós-guerra. Acorrentada às estipulações militares do Tratado de Versalhes, onerada pela necessidade de pagar indenizações, limitada

estrategicamente pela transferência das regiões de fronteira para a França e a Polônia, e agitada internamente pela inflação, tensões de classe e a correspondente volatilidade e confusão do eleitorado e dos partidos, a Alemanha não dispunha da liberdade de ação nos assuntos externos de que gozavam a Itália e o Japão. Embora sua situação tivesse melhorado muito em fins da década de 1920, em conseqüência da prosperidade geral e dos sucessos de Stresemann em amenizar a posição do país pela diplomacia, este ainda era uma grande potência "semilivre", politicamente agitada quando as crises financeira e comercial de 1929-1933 devastaram a sua economia precária e a sua democracia de Weimar, vista com geral aversão.[70]

Se o advento de Hitler transformou a posição da Alemanha na Europa dentro de anos, é importante lembrar as observações feitas antes: que praticamente todo alemão era "revisionista" em maior ou menor grau e que grande parte do programa inicial de política externa do nazismo representou uma *continuidade* com as ambições passadas dos nacionalistas e das forças armadas suprimidas; e que os acordos de 1919-1922 sobre as fronteiras na Europa centro-oriental eram considerados insatisfatórios por muitas outras nações e grupos étnicos, que pressionavam pelas modificações muito antes dos nazistas tomarem o poder, e estavam dispostos a colaborar com Berlim na campanha para isso; que a Alemanha, apesar de suas perdas de território, população e matérias-primas, conservava o potencial industrial de ser a maior potência européia; e que o equilíbrio internacional necessário para conter o ressurgimento alemão era agora muito mais díspar e menos coordenado do que antes de 1914. Não há dúvidas de que Hitler obteve imediato êxito na melhoria da posição diplomática e militar da Alemanha; mas é claro também que muitas das circunstâncias favoreceram a sua impiedosa exploração das oportunidades.[71]

Os aspectos "especiais" de Hitler, no que se relaciona com os temas defendidos neste livro, estão em duas áreas. O primeiro foi a natureza peculiarmente intensa e maníaca da Alemanha nacional-socialista que ele pretendeu criar: uma sociedade racialmente "purificada" pela eliminação dos judeus, ciganos e quaisquer outros elementos supostamente não-teutônicos; um povo cuja mente e alma estavam dedicadas ao apoio inquestionado ao regime, que o colocava em lugar das antigas lealdades de classe, religião, região e família; uma economia mobilizada e controlada com o objetivo de expandir o *Deutschtum* sempre e onde o líder decretasse que isso era necessário, e contra não importa quantas grandes potências; uma ideologia de força, luta e ódio, que se comprazia em esmagar os inimigos e desprezava a idéia de concessões.[72] Dadas as proporções e complexidade da sociedade alemã do século XX, não será necessário observar que tal visão era irreal: havia "limites ao poder de Hitler"[73] através do país; houve indivíduos, e grupos de interesse, que o apoiaram em 1932-1933, e até mesmo em 1938-1939, mas com um entusiasmo cada vez menor. E sem dúvida, para todos os que se opunham abertamente ao regime havia muitos outros que desenvolveram uma resistência mentalmente internalizada. Apesar dessas exceções, também não havia dúvidas de que o regime nacional socialista era imensamente popular e — o que era mais importante — absolutamente inquestionado quanto à utilização dos recursos nacionais. Com uma cultura política favorável à guerra e à

conquista, e uma economia política deformada a tal ponto que em 1938 nada menos de 52% das despesas governamentais, e maciços 17% do PNB eram destinados aos armamentos, a Alemanha entrara para uma liga diferente da liga de que participavam quaisquer outros estados europeus. Realmente, no ano de Munique, a Alemanha estava gastando mais com armas do que a Grã-Bretanha, França e Estados Unidos juntos. Na medida em que a máquina estatal podia concentrá-las, as energias nacionais alemãs estavam sendo mobilizadas para a renovação da luta.[74]

A segunda característica importante do rearmamento alemão foi o estado terrivelmente precário da economia nacional, quando de seu aquecimento durante essa expansão. Como disse acima, tanto a economia italiana como a japonesa tiveram problemas semelhantes em fins da década de 1930 — e o mesmo aconteceria à França e à Grã-Bretanha, quando buscaram reagir ao ritmo fantástico dos aumentos de armas. Mas em nenhum desses países foi o fortalecimento das forças armadas tão súbito quanto na Alemanha. Em janeiro de 1933 seu exército não deveria ter, legalmente, mais de 100 mil homens, embora muito antes da ascensão de Hitler os militares tivessem planos secretos para expandi-lo de 7 para 21 divisões — tal como se tinham preparado privadamente para o restabelecimento de uma força aérea, de formações de tanques e outros elementos proibidos pelo Tratado de Versalhes. A instrução geral de Hitler, de fevereiro de 1933, a von Fritsch, para "criar um exército da maior força possível"[75] foi simplesmente considerada pelos planejadores como a autorização para colocar o plano em efeito, livres finalmente das restrições financeiras e quanto aos efetivos. Em 1935, porém, foi anunciado o recrutamento e o teto do exército elevado para 36 divisões. A aquisição das unidades austríacas em 1938, a incorporação da polícia militar da Renânia, a criação de divisões blindadas, e a reorganização da Landwehr elevaram ainda mais esse número. No período de crise de fins de 1938, o exército tinha 42 divisões na ativa, 8 na reserva e 21 na Landwehr; no verão seguinte, quando a guerra começou, a ordem de operações de batalha do exército ativo alemão relacionava 103 divisões — um aumento de 32, no prazo de um ano.[76] A expansão da Luftwaffe foi ainda maior e mais rápida. A produção alemã de aviões, de apenas 36 unidades em 1932, elevou-se para 1.938 em 1934, e 5.112 em 1936, e os 26 esquadrões da força aérea (julho de 1933) elevaram-se para 302, com mais de 4 mil aviões prontos para a ação, no início da guerra.[77] Se a marinha tinha proporções menos impressionantes, isso devia-se em grande parte ao fato de que (como Tirpitz descobriu logo) a criação de uma poderosa esquadra de combate exigia pelo menos uma ou duas décadas. Não obstante, em 1939 o almirante Raeder comandava vários navios de guerra rápidos e modernos, a marinha tinha cinco vezes o número de homens de que dispunha em 1932, e estava gastando 12 vezes mais do que antes da subida de Hitler ao poder.[78] No mar, bem como em terra e no ar, o programa de rearmamento alemão visava a modificar o equilíbrio de forças o mais depressa possível.

Embora tudo isso parecesse impressionante, visto de fora, por dentro a estrutura parecia pouco firme. Os golpes que a economia alemã sofreu com as disposições territoriais do Tratado de Versalhes, a grande inflação de 1923, o pagamento de indenizações e a dificuldade de recuperar os mercados externos de antes de 1914 significou que só em 1927-1928 a produção da

Alemanha igualava os níveis anteriores à Primeira Guerra Mundial. Essa recuperação, porém, foi logo prejudicada pela grande crise econômica dos anos seguintes, que atingiu a Alemanha mais severamente do que a maioria dos outros países; em 1932 a produção industrial era de apenas 58% de 1928, as exportações e importações estavam reduzidas a menos da metade, o produto nacional bruto tinha caído de 89 bilhões para 57 bilhões de reichsmarks, e o desemprego crescera de 1,4 para 5,6 milhões de pessoas.[79] Grande parte da popularidade inicial de Hitler nasceu do fato de que os amplos programas de construção de estradas, eletrificação e investimento industrial reduziram em muito os totais do desemprego, antes mesmo que o recrutamento contribuísse para isso.[80] Em 1936, porém, a recuperação econômica estava sendo cada vez mais afetada pelos gastos fantásticos em armamentos. A curto prazo, esse dispêndio representava mais um impulso governamental quase-keynesiano ao investimento de capital e crescimento industrial. A médio prazo, para não falarmos do longo prazo, as conseqüências econômicas foram apavorantes. Provavelmente, só a economia dos Estados Unidos podia, sem maior dificuldade, ter suportado o peso desse nível de despesa com armas: a economia alemã, certamente não.

O primeiro problema sério, pouco percebido pelos observadores estrangeiros na época, foi a estrutura bastante caótica do processo de decisão nacional-socialista, o que Hitler parece ter estimulado a fim de conservar a autoridade final. Apesar dos pronunciamentos do Plano Quadrienal, não havia um programa nacional coerente para relacionar a produção de armas com a capacidade econômica do país, e determinar as prioridades entre as forças armadas. Goering, nominalmente encarregado do plano, era um administrador inepto. Cada setor das forças armadas realizava a sua expansão a toque de caixa, fixando novas (e com freqüência absurdas) metas, e em seguida competindo pelas necessárias verbas de investimento de capital e especialmente de matérias-primas. Na verdade, a situação teria sido ainda mais caótica se o governo não tivesse imposto controles severos ao trabalho, obrigado a indústria privada a reinvestir seus lucros nas indústrias aprovadas pelo estado e, através de uma alta tributação, empréstimo deficitário, controle dos salários e do consumo pessoal, também forçasse a transferência de um volume crescente do produto nacional em investimento de capital na indústria de armas. Mas mesmo quando os gastos governamentais aumentaram a 33% do PNB em 1938 (e muito investimento "privado" era então feito realmente a pedido do estado), não houve recursos suficientes para atender às exigências redundantes e por vezes megalomaníacas das forças armadas. O Plano Z de construção de uma frota para a marinha alemã teria exigido 6 milhões de toneladas de óleo combustível (o equivalente a todo o consumo do país em 1938); o plano da Luftwaffe de ter 19 mil (!) aviões em ação e em reserva em 1942 exigiria "85% da produção *mundial* de petróleo existente".[81] Enquanto isso, cada um dos ramos das forças armadas lutava por uma parcela maior da mão-de-obra especializada, do aço, dos rolamentos, do petróleo e outros materiais estratégicos vitais.

Finalmente, essa frenética acumulação de armas entrou em choque com a dependência alemã de matérias-primas importadas. Rico apenas em carvão, o Reich precisava de enormes quantidades de minério de ferro, cobre, bauxita, níquel, petróleo, borracha e muitos outros itens dos quais a indústria moderna

depende — e os sistemas de armas modernas.[82] Em contraste, os Estados Unidos, o Império Britânico e a União Soviética eram bem dotados sob todos esses aspectos. Antes de 1914, a Alemanha pagava tais importações com sua florescente exportação de manufaturados: na década de 1930 isso já não era possível, pois a sua indústria estava sendo redirecionada para a produção de tanques, canhões e aviões para consumo da Wehrmacht. Além disso, os custos da Primeira Guerra Mundial e das indenizações que a ela se seguiram, juntamente com o colapso dos tradicionais ramos de exportação, tinham esgotado praticamente todas as divisas estrangeiras da Alemanha. Em 1938 ela tinha apenas 1% das reservas mundiais de ouro e financeiras, em comparação com os 54% dos Estados Unidos, e os 11% cada uma da França e Inglaterra.[83] Daí o rigoroso regime de controle da moeda estrangeira, acordos de troca e outras "transações" especiais instituídas pelas agências do Reich a fim de pagar as importações vitais sem transferência de ouro ou moeda. Daí, também, os propalados esforços para fugir a essa dependência pela produção de sintéticos (petróleo, fertilizantes etc.) realizados pelo Plano Quadrienal. Cada um desses recursos ajudou; mas nenhum deles, e nem mesmo todos eles juntos, poderiam equilibrar as exigências feitas pela acumulação de armas. Isso explica as repetidas crises dentro da indústria alemã de armamentos, quando os estoques de matérias-primas se esgotavam e acabavam os recursos para custear novos fornecimentos. Em 1937 Raeder advertiu que toda a construção naval teria de ser suspensa se não fossem conseguidos mais fornecimentos de material. E em janeiro de 1939 o próprio Hitler ordenou reduções maciças nas quantidades de aço, cobre, borracha e outros materiais destinados à Wehrmacht, enquanto a economia travava uma "batalha das exportações" para conseguir divisas estrangeiras.[84]

A situação acima descrita teve três conseqüências para o poder e as políticas da Alemanha. A primeira foi que o país não estava militarmente tão forte, em 1938-1939, quanto Hitler gostava de afirmar e as democracias ocidentais temiam. O exército da ativa, que dizia dispor de 2,75 milhões de homens no início da guerra, tinha pequeno número de divisões móveis, bem armadas, e uma lista muito longa de divisões de reserva mal equipadas; oficiais e suboficiais experientes eram quase que totalmente absorvidos pela necessidade de treinar essa massa de soldados novos. Os estoques de munições eram pequenos. Até mesmo as famosas unidades panzer tinham menos tanques do que os totais anglo-franceses ao início das hostilidades. A marinha, que planejava uma guerra em meados de 1940, descrevia-se como "armada de maneira totalmente inadequada para o grande conflito com a Grã-Bretanha"[85] — um resumo justo da situação relativa a navios de guerra de superfície, mesmo que os submarinos fossem ajudar a restabelecer o equilíbrio. Quanto à Luftwaffe, era forte principalmente porque seus inimigos eram cronicamente fracos — mas sofreu da falta de reservas e serviços de apoio. Nas crises internacionais de fins de 1930 ela nunca foi tão poderosa quanto seus adversários imaginavam — e tanto a sua indústria de aviões como suas tripulações tiveram muitas dificuldades em se adaptarem à "segunda geração" de aviões. Por exemplo, o número de tripulações de aviões "totalmente operacionais" era menor do que as definidas como "de linha de frente" durante a crise de Munique — e a simples idéia de bombardear Londres até a aniquilação era absurda.[86]

Ainda assim, talvez fosse imprudência concordar plenamente com a recente literatura revisionista sobre a falta de preparo da Alemanha para a guerra, em 1939. Afinal de contas, a eficiência militar era relativa. A insatisfação das forças armadas era geral, ou quase; e as debilidades alemãs tinham de ser medidas em comparação com as fragilidades de seus inimigos. Feito tudo isso, o quadro parece muito mais favorável a Berlim, especialmente devido à eficiência de suas forças armadas *em doutrina operacional*: o exército estava preparado para concentrar as forças de tanques e, em seguida, dar-lhes a iniciativa no campo de batalha, mantendo contato pelo rádio; a força aérea, apesar das tendências para missões "estratégicas", era treinada para prestar assistência aos avanços; os submarinos, embora não muito numerosos, constituíam uma força flexível no que se relaciona com a tática. Tudo isso era uma compensação importante para, digamos, os reduzidos estoques de borracha.[87]

Isso nos leva à segunda conseqüência. Como as forças armadas alemãs se tinham rearmado tão rapidamente que isso representou uma tensão séria para a economia, havia uma grande tentação para Hitler de recorrer à guerra para aliviar essas dificuldades econômicas. Como ele sabia muito bem, a anexação da Áustria representou não apenas mais cinco divisões de tropas, algum minério de ferro e campos petrolíferos e uma considerável indústria metalúrgica, mas também 200 milhões de dólares em ouro e reservas de divisas estrangeiras.[88] Os Sudetos foram economicamente menos úteis (embora tivessem jazidas de carvão), e em princípios de 1939 a posição do Reich em moedas estrangeiras era crítica. Não é de surpreender, portanto, que Hitler olhasse com cobiça o resto da Tchecoslováquia e corresse a Praga, em março de 1939, para examinar o butim, uma vez feita a ocupação. Além das reservas de ouro e moeda do banco nacional tcheco, os alemães apoderaram-se também de grandes estoques de minérios e metais, que foram logo usados para ajudar a indústria alemã; ao mesmo tempo, a grande e lucrativa indústria tcheca de armas podia agora ser explorada para obter divisas para a Alemanha, vendendo (ou trocando) seus produtos aos clientes balcânicos. Os aviões, tanques e armas do substancial exército tcheco também foram confiscados, em parte para equipar novas divisões alemãs, e em parte para serem vendidos em troca de divisas. Tudo isso, junto com a produção industrial da Tchecoslováquia, foi um grande estímulo para o poderio alemão na Europa, e permitiu a continuação do febril (embora um tanto imediatista) programa de rearmamento de Hitler — até a crise seguinte. Como observou Tim Mason, "a única 'solução' aberta a esse regime da tensão industrial e crises provocadas pela ditadura e rearmamento era mais ditadura e mais rearmamento... Uma guerra de saque de mão-de-obra e materiais enquadrava-se perfeitamente na lógica temível do desenvolvimento econômico alemão sob o nacional-socialismo".[89]

A terceira conseqüência — e problema — era esta: até quando poderia a Alemanha manter essa política de conquista e saque sem exceder-se nela? Uma vez iniciado o rearmamento alemão, e equipadas as duas forças com armas modernas, a política de dominar vizinhos fracos e conquistar novos territórios, matérias-primas e moedas parecia constituir um fim em si mesma: em abril/maio de 1939, era evidente que a Polônia seria o alvo seguinte. Mesmo, porém, que fosse possível a rápida conquista desse país, seria a

Alemanha capaz de enfrentar a França e a Grã-Bretanha — isto é, travar uma guerra que seria muito mais desafiadora de uma economia da Grande Alemanha, ainda acentuadamente dependente de matérias-primas importadas? Os indícios são de que embora estivesse disposto a correr o risco de lutar contra as democracias ocidentais em 1939, Hitler tinha a esperança de que elas mais uma vez recuassem e lhe permitissem mais uma guerra limitada de saque contra a Polônia sozinha. E isso, por sua vez, ajudaria a economia alemã a preparar-se para a sua primeira guerra de grandes potências, lá para meados da década de 1940.[90] Tendo em vista o enfraquecido poder econômico e estratégico da França e Inglaterra, e as hesitações de sua liderança política em 1939, mesmo uma luta prematura contra elas poderia ter parecido um risco que valia a pena — apesar da probabilidade de que, se as operações militares caíssem no mesmo impasse das linhas da guerra de 1914-1918, a vantagem inicial da Alemanha em armas modernas desapareceria aos poucos. A vitória para o Führer e seu regime seria, porém, muito mais problemática se os Estados Unidos auxiliassem os Aliados, ou se as operações se estendessem à Rússia, que pelo seu tamanho exigiria uma luta prolongada, em frentes amplas, que dependia do vigor econômico.

Por outro lado, como o regime nazista vivia da conquista, e Hitler foi levado de uma aquisição a outra, como e onde poderia fazer alto? A lógica de sua megalomania sugere que nenhum outro estado deveria constituir-se num desafio para a Alemanha na Europa, e possivelmente no mundo. Só assim seriam seus inimigos esmagados, o "problema judaico" resolvido, e o Reich dos Mil Anos estabelecido em bases firmes.[91] Apesar de todas as linhas de continuidade, o Führer era muito diferente de seus antepassados frederickianos e bismarckianos, em seus esquemas fantásticos de poder mundial e sua indiferença final por todos os obstáculos que se opunham a eles. Impelido tanto por essas ambições maníacas, a longo prazo, quanto pela necessidade de escapar das crises a curto prazo, Hitler, como os japoneses, estava obrigado a modificar a ordem internacional o mais depressa possível.

França e Grã-Bretanha

A posição da França e Grã-Bretanha frente a essa tempestade iminente era de grande e crescente dificuldade. Embora houvesse muitas diferenças importantes entre elas, ambas eram democracias capitalistas-liberais que tinham sido severamente castigadas pela guerra, que eram incapazes (apesar de seus esforços) de recuperar de maneira continuada a rósea economia política eduardiana de que se lembravam, que estavam sob uma considerável pressão, cada vez maior, dos seus movimentos trabalhistas, e que tinham uma opinião pública ansiosa de evitar outro conflito e esmagadoramente preocupada com as questões internas, "sociais", e não com a política externa. Isso não quer dizer que a diplomacia de Londres e Paris fosse idêntica; devido às suas diferentes posições geográfico-estratégicas, e as diferentes pressões que se faziam sentir sobre seus respectivos governos, as duas democracias freqüentemente discordavam da maneira pela qual o "problema alemão" devia ser tratado.[92] Mas embora brigassem quanto aos meios, estavam de acordo quanto ao fim: nos agitados anos pós-1919, França e Grã-Bretanha eram indiscutivelmente potências a favor do *status quo*.

No início da década de 1930 era a França que parecia mais forte e mais influente, pelo menos no cenário europeu, tão importante. Naqueles anos ela dispunha do segundo maior exército entre as grandes potências (depois da União Soviética) e também da segunda força aérea (também nesse caso os totais russos eram maiores). Na diplomacia, era muito influente, em especial em Genebra e na Europa oriental. Tinha sofrido severa turbulência econômica nos anos imediatamente posteriores a 1919, quando o franco teve de se reajustar aos fatos constrangedores de que já não podia esperar subsídios anglo-americanos e que as indenizações alemãs seriam muito inferiores ao esperado. Mas a estabilização da moeda por Poincaré, em 1926, encontrou a indústria francesa em meio a um notável surto de prosperidade: a produção de ferro-gusa aumentou de 3,4 milhões de toneladas em 1920 para 10,3 milhões em 1929, a produção do aço de 3 para 9,7 milhões, os automóveis de 40 mil unidades para 254 mil; produtos químicos, corantes e produtos elétricos se tinham livrado da dominação alemã de antes da guerra. A fixação de um câmbio favorável para o franco ajudou ao comércio francês, e as grandes reservas de ouro do Banco da França deram-lhe influência em toda a Europa central e oriental. Mesmo quando ocorreu o "Grande *Crash*", a França pareceu a menos afetada — em parte devido às suas reservas ouro e posição vantajosa de sua moeda, e em parte por ser a economia francesa muito menos dependente do mercado internacional do que, digamos, a britânica.[93]

Depois de 1933, porém, a economia francesa começou a entrar num colapso continuado, sistemático, assustador. As inúteis tentativas de evitar uma desvalorização do franco, quando todos os outros principais países comerciantes tinham deixado o padrão ouro, significou que as exportações francesas se tornaram cada vez menos competitivas, e seu comércio exterior decaiu: "as importações baixaram 60% e as exportações, 70%".[94] Depois de alguns anos de paralisia, a decisão de deflacionar intensivamente representou um golpe para o oscilante setor industrial francês, novamente atingido quando, em 1936, o governo da Frente Popular impôs uma semana de trabalho de 40 horas e um aumento nos salários. Essa medida, e a maciça desvalorização da moeda em outubro de 1936, aceleraram o já enorme êxodo do ouro da França, prejudicando muito o seu crédito internacional. No setor agrícola, que ainda empregava metade da nação francesa e cujas rendas ainda eram as menos eficientes na Europa ocidental, o excedente de produção mantinha os preços baixos e agravava a renda *per capita*, já baixa, tendência essa acelerada pelo retorno ao campo dos que perdiam seus empregos na indústria; a única vantagem (muito duvidosa) desse retorno à terra era que, como na Itália, disfarçava o verdadeiro nível do desemprego. A construção de casas caiu dramaticamente. As indústrias mais novas, como automóveis, estagnaram na França exatamente quando se recuperavam em outros países. Em 1938 o franco tinha apenas 36% do seu valor de 1928, a produção industrial francesa era de apenas 83% da produção de uma década anterior, a produção de aço era apenas 64%, a construção, 61%. Talvez o número mais terrível — tendo em vista as implicações para o *poderio* francês — foi o de sua renda nacional, que no ano de Munique era de 18% menos do que em 1929;[95] e isso frente a uma Alemanha fantasticamente mais perigosa, e num momento em que o rearmamento maciço era vital.

Seria fácil, portanto, explicar o colapso da eficiência militar francesa na década de 1930 apenas em termos econômicos. Ajudada pela prosperidade relativa de fins da década de 1920 e preocupada com o clandestino rearmamento alemão, a França tinha aumentado acentuadamente os seus gastos com a defesa (em especial, com o exército) nos anos fiscais de 1929-1930 e 1930-1931. Infelizmente, as falsas esperanças colocadas nas conversações de desarmamento de Genebra, seguidas dos efeitos da depressão, tiveram suas conseqüências. Em 1934, as despesas com a defesa ainda representavam os 4,3% da renda nacional que haviam representado em 1930-1931, mas a soma absoluta era superior a 4 milhões de francos, já que a economia se afundava rapidamente.[96] Embora o governo da Frente Popular de Léon Blum procurasse modificar esse declínio nas despesas com armamentos, só em 1937 as estimativas da defesa de 1930 foram ultrapassadas — e maior parte do aumento destinou-se à reparação das deficiências mais óbvias no exército, e a novas fortificações. Naqueles anos críticos, portanto, os alemães continuaram avançando, tanto econômica como militarmente:

> A França ficara atrás da Grã-Bretanha e Alemanha na produção de automóveis; caíra para o quarto lugar na indústria de aviões: do primeiro para o quarto em menos de uma década; sua produção de aço tinha aumentado uns míseros 30% entre 1932 e 1937, em comparação com o aumento de 300% registrado pela indústria alemã; sua produção de carvão evidenciava significativo declínio no mesmo período de cinco anos, fato em grande parte explicado pela devolução dos campos carboníferos do Sarre em princípios de 1935 e o conseqüente aumento na produção alemã".[97]

Com essa economia que se enfraquecia rapidamente, e com as contas da dívida e o dispênio com as pensões da guerra de 1914-1918 representando *metade* da despesa pública total, era impossível à França reequipar satisfatoriamente as suas três forças armadas, mesmo quando, como em 1937 e 1938, gastou mais de 30% de seu orçamento com a defesa. Ironicamente, a ingrata marinha francesa foi provavelmente a mais bem atendida, e tinha em 1939 uma frota moderna e bem equilibrada — o que de pouco adiantava na defesa de um golpe alemão desfechado por terra. De todas as armas, a mais prejudicada foi a força aérea, que tinha deficiência crônica de recursos e era atendida por uma indústria aeronáutica dispersa, de pequena escala, produzindo apenas 50 ou 70 aviões por mês entre 1933 e 1937, cerca de um décimo do total alemão. Em 1937, por exemplo, a Alemanha construiu 5.606 aviões, ao passo que a França produziu apenas 370 (ou 743, dependendo da fonte usada).[98] Só em 1938 o governo começou a destinar recursos para a indústria aeronáutica, produzindo com isso os inevitáveis congestionamentos que ocorrem com uma expansão súbita, para não falarmos da dificuldade de projetar — e fazer voar — provocadas pela adoção de aviões mais novos, de muito melhor desempenho. Os primeiros 80 dos promissores caças Dewoitine 520 só foram aceitos pela força aérea em janeiro-abril de 1940, por exemplo, e seus pilotos estavam começando a praticar o seu uso quando a Blitzkrieg foi lançada.[99]

Por trás dessas dificuldades econômicas e de produção, como admitem a maioria dos historiadores, estavam problemas sociais e políticos profundos. Chocada com as perdas da Grande Guerra, deprimida por repetidos golpes e

decepções econômicas, dividida por preocupações de classe e ideológicas que se intensificavam com a inutilidade da luta dos políticos contra a desvalorização, deflação, semana de 40 horas de trabalho, impostos mais altos e rearmamento, a sociedade francesa testemunha um sério colapso no moral público e na coesão, com o alcançar dos anos 30. Longe de produzir uma *union sacré,* a ascensão do fascismo na Europa tinha causado — pelo menos à época da Guerra Civil Espanhola — uma maior divisão da opinião pública francesa, com a extrema direita preferindo (como cantavam pelas ruas) Hitler a Blum, e com muitos, entre a esquerda, avessos a um aumento nos gastos com armas e à proposta de revogação da semana de 40 horas. Esses choques ideológicos interagiam com a volatilidade dos partidos e a instabilidade crônica dos governos franceses entre as duas guerras (24 modificações entre 1930 e 1940), dando a impressão de uma sociedade que por vezes chegava à beira da guerra civil. Ser-lhe-ia no mínimo difícil enfrentar os atos ousados de Hitler e as manobras de diversão de Mussolini.[100]

Com a mesma freqüência de antes na política francesa, tudo isso afetou as relações entre civis e militares e a posição do exército na sociedade.[101] Mas além da atmosfera geral de suspeita e desalento em que os líderes franceses tinham de atuar, havia toda uma série de debilidades específicas. Não havia nenhum órgão — como o Comitê de Defesa Imperial, ou a Subcomissão dos Chefes de Estado-Maior na Grã-Bretanha — para reunir os setores militar e não-militar do governo para um planejamento estratégico sistemático, ou mesmo para coordenar as opiniões das forças armadas. As principais figuras do exército, Gamelin, Georges, Weygand e (em segundo plano) Pétain, tinham seus 60 e 70 anos, um espírito voltado para a defesa, eram cautelosos, desinteressados das inovações táticas. Embora rejeitando totalmente a proposta de De Gaulle, de um exército menor, modernizado, apoiado em tanques, não examinaram nenhuma alternativa no uso das armas de guerra mais novas. A política de uma ação coordenada das várias forças armadas não era praticada. Os problemas de controle na batalha e comunicação (pelo rádio, por exemplo) não eram levados em conta. O papel da aviação era diminuído. Embora o serviço de informações francês produzisse muito material sobre o que pensavam os alemães, tudo isso era ignorado; havia uma descrença aberta na eficácia do uso em grande escala de formações blindadas, como os alemães estavam fazendo em suas manobras; e todos os exemplares das traduções do *Achtung Panzer* de Guderian, mandados às bibliotecas de todos os quartéis na França, não foram lidos.[102] Isso significava que mesmo que a indústria francesa fosse convencida a produzir quantidades consideráveis de tanques — muitos, como o SOMUA-35 de muito boa qualidade — não havia uma doutrina adequada ao seu uso.[103] Levando-se em conta essas falhas no comando e treinamento, seria extraordinariamente difícil para o o exército francês compensar o mal-estar sociopolítico do país, e o declínio econômico, na hipótese de outra grande guerra.

Nem poderiam tais debilidades ser superadas, como aconteceu antes de 1914, pelos êxitos da diplomacia francesa e por uma vantajosa estratégia de alianças. Pelo contrário, com o avançar da década de 1930, as contradições da política externa francesa tornaram-se mais claras. A primeira delas sempre existiu, é claro, na impossibildade de reconciliar a adoção, depois de Locarno,

da defesa estratégica atrás da Linha Maginot, com o desejo de conter a expansão alemã na Europa oriental, se necessário indo em auxílio dos aliados continentais da França, tal como estipulavam os tratados. A recuperação do Sarre pela Alemanha, em 1935, e a recuperação por Hitler da zona desmilitarizada da Renânia tornaram menos possível um avanço francês, mesmo que seus líderes militares estivessem dispostos a pensar em operações ofensivas. Mas isso nada foi em comparação com os golpes sofridos pela posição diplomática e estratégica da França em 1936; a briga com a Itália sobre a crise da Abissínia, que a transformou de aliado em potencial contra a Alemanha num inimigo potencial; o início da Guerra Civil Espanhola, com sua perspectiva de um outro regime fascista ser estabelecido na retaguarda francesa; o recuo da Bélgica para a neutralidade, com suas implicações estratégicas. No final daquele ano calamitoso, a França já não se podia concentrar apenas na sua fronteira nordeste, e a idéia de invadir a Renânia para ajudar um aliado oriental tornara-se remota. Na época da crise de Munique, portanto, muitos líderes franceses estavam petrificados com a perspectiva de terem de cumprir suas obrigações para com a Tchecoslováquia.[104] Finalmente, quando o acordo de Munique foi assinado, Paris verificou estar a U.R.S.S. muito mais hostil à colaboração com o Ocidente, e pouco disposta a levar a sério o pacto franco-russo de 1935.

Nessas sombrias circunstâncias diplomáticas, militares e econômicas, não era surpreendente que a estratégia francesa se baseasse, essencialmente, em conseguir o apoio total da Grã-Bretanha em qualquer guerra futura com a Alemanha. Havia óbvias razões econômicas para isso. A França dependia muito da importação de carvão (30%), cobre (100%), petróleo (99%) e outras matérias-primas vitais, muitas da quais vinham do Império Britânico e eram transportadas pela frota mercante britânica. Se houvesse "guerra total", o debilitado franco poderia necessitar novamente da ajuda do Banco da Inglaterra para andar pelo mundo; na verdade, em 1936-1937 a França já se sentia muito dependente do apoio financeiro anglo-americano.[105] Inversamente, só com a ajuda da marinha inglesa poderia a Alemanha ser mais uma vez isolada de seus fornecedores de além-mar. Em fins da década de 1930, a assistência da Royal Air Force, a força aérea inglesa, era também necessária — bem como o envio de uma força expedicionária britânica. Sob todos esses aspectos, já se disse, havia uma lógica a longo prazo na política francesa de passivismo estratégico; supondo que qualquer ataque alemão pelo oeste poderia ser detido como em 1914, os recursos superiores dos impérios anglo-francês acabariam se impondo — e sem dúvida também forçariam à recuperação dos territórios tcheco e polonês, temporariamente perdidos no leste.[106]

Ainda assim, dificilmente se poderia dizer que essa estratégia francesa de "esperar pela Grã-Bretanha" não tivesse inconvenientes. É evidente que ela deixava a iniciativa a Hitler, que depois de 1934 mostrou várias vezes que sabia tomá-la. Além disso, atava as mãos da França (embora existam muitos indícios de que homens como Bonnet e Gamelin preferiam isso). Desde 1919 os ingleses vinham insistindo com os franceses para que adotassem uma política menos rígida, mais conciliatória, com a Alemanha, e não gostavam nada do que consideravam a intransigência gaulesa. Nos anos que se seguiram à tomada do poder por Hitler, tanto o governo britânico como o povo britânico demonstraram pouca simpatia pelo dilema de segurança francês. Mais especificamen-

te, a Grã-Bretanha desaprovava enfaticamente os compromissos militares franceses com os "estados sucessores" da Europa oriental, e quando a cooperação anglo-francesa tornou-se inevitável, pressionou Paris para que repudiasse tais obrigações. Antes mesmo da crise tcheca, a Grã-Bretanha tinha neutralizado e solapado a velha política francesa de linha dura para com Berlim — sem, porém, oferecer nada substantivo em seu lugar. Só na primavera de 1939 os dois países realmente se aproximaram numa aliança militar adequada, e mesmo então suas desconfianças políticas mútuas não desapareceram totalmente.[107] Como iremos ver adiante, parece justo dizer que Albion não era tanto "pérfida", era míope, otimista, e estava às voltas com vários problemas internos e imperiais. Isso, porém, apenas confirma o fato de que ela constituía um apoio fraco e incerto para a política francesa, para conter o expansionismo alemão.

Talvez o maior erro de cálculo da França tenha sido julgar que a Grã-Bretanha fosse, em fins da década de 1930, tão capaz de ajudar a conter o desafio alemão quanto em 1914. A Grã-Bretanha ainda era uma potência considerável, é claro, desfrutando muitas vantagens estratégicas e uma produção de manufaturados e de um potencial industrial duas vezes superior ao da França; mas sua posição também era menos substancial e segura do que duas décadas antes. Psicologicamente, a nação britânica tinha sido muito traumatizada pela Primeira Guerra Mundial e estava desencantada com a inutilidade (pelo que o povo podia perceber) da paz "cartaginesa" que se seguiu. Essa aversão do público pelo militarismo, pelo envolvimento continental e por qualquer preocupação com o equilíbrio de poderes coincidiu com o advento da democracia parlamentar plena (pelas extensões do direito de voto de 1918 e 1928) e com a ascensão do Partido Trabalhista. Talvez ainda mais do que na França, a política nacional nessas décadas parecia girar em torno da questão "social" — fato que se refletia no pequeno volume (10,5%) da despesa pública com as forças armadas em 1933, em comparação com as somas destinadas aos serviços sociais (46,4).[108] Não era o clima, como Baldwin e Chamberlain lembravam com freqüência aos seus colegas de gabinete, no qual se poderiam ganhar votos interferindo nos insolúveis problemas da Europa centro-oriental, cujas fronteiras não tinham (aos olhos de Whitehall) nada de sagradas.

Até mesmo para os grupos políticos e os planejadores estratégicos que se preocupavam mais com os assuntos internacionais do que com as questões sociais ou as manobras eleitorais, o cenário internacional pós-1919 recomendava cautela e distância. Tão logo a guerra terminou, os domínios autônomos pressionaram por uma redefinição de seu *status*. Quando ela foi feita, através da Declaração Balfour de 1926 e da Lei de Westminster de 1931, eles se tinham transformado em estados praticamente independentes, com (se desejassem) uma política externa à parte. Nenhum deles estava interessado em lutar pelas questões européias; a alguns, como a Irlanda, África do Sul e até mesmo Canadá, repugnava lutar por qualquer coisa. Se a Grã-Bretanha quisesse manter a imagem da unidade imperial, segue-se que só poderia ir à guerra por uma questão que tivesse o apoio dos domínios; e mesmo quando esse separatismo se modificou com a intensificação da ameaça da Alemanha, Itália e Japão, Londres continuou consciente da importante dimensão *extra*-européia de todas as suas decisões de política externa.[109] Mais importantes ainda, em termos rigorosamente militares, eram as atividades de "policiamento

imperial" em que o exército britânico e também a RAF (Royal Air Force) estavam empenhados na Índia, Iraque, Egito, Palestina e outros lugares. Durante grande parte dos anos entre as duas guerras, na verdade, o exército britânico viu-se reconduzido a um papel vitoriano: a ameaça russa à Índia era considerada como o maior perigo estratégico (embora bastante abstrato); e manter os nativos calmos era uma operação quotidiana.[110] Finalmente, esse aspecto imperial da estratégia geral britânica era muito reforçado pela obsessão da Royal Navy com envio de "uma esquadra a Cingapura" e com a justificada preocupação de Whitehall em defender suas distantes e vulneráveis possessões contra os japoneses.[111]

É certo que essa ambivalência estratégica do "Jano" britânico tinha séculos de idade, mas muito mais assustador era o fato de que agora tinha de ser sobre uma base industrial muito enfraquecida. A produção britânica de manufaturados tinha sido lenta na década de 1920, em parte devido ao retorno da libra esterlina ao padrão ouro em nível demasiado alto. Embora não sofresse tão dramaticamente quanto a Alemanha e os Estados Unidos, a combalida economia da Grã-Bretanha foi abalada até as raízes pela depressão mundial após 1929. A produção têxtil, que ainda representava 40% das exportações britânicas, foi cortada em dois terços; o carvão, que representava outros 10% das exportações, caiu em um quinto; a indústria naval foi tão atingida que em 1933 a produção caiu a 7% do que era antes da guerra; a produção do aço caiu em 45% em três anos de 1929-1932, e a de ferro-gusa, em 53%. Com a redução do comércio internacional e sua substituição por blocos de moeda, a parcela britânica do comércio global continuou a cair, passando de 14,5% (1913) a 10,75% (1929) e 9,8% (1937). Além disso, os ganhos *invisíveis* com transporte marítimo, seguros e investimentos no além-mar, que por mais de um século tinham coberto, e muito bem, a lacuna nas trocas *visíveis* já não podiam fazê-lo; em princípios da década de 1930, a Grã-Bretanha vivia do seu capital. O trauma da crise de 1931, envolvendo o colapso do governo trabalhista e a decisão de abondonar o padrão ouro, tornou os políticos demasiado conscientes da vulnerabilidade econômica do país.[112]

Até certo ponto, na verdade, a preocupação desses líderes pode ter sido exagerada. Em 1934 a economia começava lentamente a recuperar-se. Enquanto as indústrias mais antigas do norte feneciam, outras mais novas — aviões, automóveis, petroquímicos, produtos elétricos — cresciam.[113] O comércio dentro do "bloco do esterlino" proporcionou um certo apoio aos exportadores britânicos. A queda nos preços dos alimentos e matérias-primas ajudou ao consumidor britânico. Mas esses paliativos não eram suficientes para um Tesouro preocupado com o delicado crédito britânico no exterior e com outras corridas ao esterlino. Em sua opinião, o mais importante era não endividar-se, o que significava equilibrar os livros do governo, manter os impostos no mínimo possível, e controlar os gastos do estado. Mesmo quando a crise da Manchúria fez com que o governo abrisse mão, em 1932, da famosa Regra dos 10 Anos*, o Tesouro insistiu logo em que "isso não deve ser

* Ou seja, a instrução pós-1919 de que as forças armadas deviam fazer suas estimativas com o pressuposto de que não travariam uma guerra importante nos próximos 10 anos.

considerado como justificativa de maiores despesas pelas forças de defesa sem consideração pela situação econômica e financeira muito séria que ainda predomina." [114]

Essa combinação de pressões políticas internas e econômicas assegurou que, como a França, a Grã-Bretanha cortasse suas despesas com a defesa em princípios da década de 1920, exatamente quando as ditaduras estavam começando a aumentar as suas. Só em 1936, depois de vários anos de estudos das "deficiências defensivas" do país, e o duplo choque do rearmamento às claras de Hitler, seguido da crise da Abissínia, o dispêndio britânico com as forças armadas teve o seu primeiro aumento substancial. Ainda assim, as verbas daquele ano foram inferiores às da Itália, e apenas um terço, ou um quarto, das despesas da Alemanha. Mesmo naquela fase, os controles do Tesouro e as preocupações dos políticos sobre a opinião interna impediram um rearmamento completo, que só começou realmente no ano crítico de 1938. Muito antes dessa data, porém, as forças armadas advertiam sobre a impossibilidade de proteger "nosso comércio, território e interesses vitais contra a Alemanha, Itália e Japão ao mesmo tempo", e instando o governo a "reduzir o número de nossos inimigos em potencial e conseguir o apoio de aliados potenciais".[115] Em outras palavras, a diplomacia — a diplomacia do apaziguamento — era necessária para defender esse império economicamente enfraquecido, estrategicamente demasiado extenso contra as ameaças no Extremo Oriente, Mediterrâneo e na própria Europa. Em nenhum teatro de guerra estrangeiro, achavam os chefes do estado-maior, era a Grã-Bretanha bastante forte; e até mesmo essa realidade preocupante era obscurecida pelo alarmante crescimento da Luftwaffe, que tornava os habitantes do Estado ilhéu diretamente vulneráveis, pela primeira vez, às operações militares de um inimigo.[116]

Há indícios de que os chefes do estado-maior britânico estavam excessivamente negativos em relação às perspectivas do país,[117] como os militares profissionais de praticamente todos os estados; a Primeira Guerra Mundial tornara-os cautelosos e pessimistas.[118] Mas não havia dúvidas de que a Grã-Bretanha tinha sido ultrapassada no ar pela Alemanha em 1936-1937, que seu minúsculo exército de serviço prolongado pouco podia fazer na Europa continental, e que sua marinha verificava a impossibilidade de controlar as águas européias *e* mandar um esquadra para Cingapura. E talvez ainda mais preocupante para os responsáveis pelas decisões britânicas fosse o fato de ser agora extremamente difícil encontrar os "aliados potenciais" sugeridos pelos chefes do estado-maior. As coalizões que a Grã-Bretanha havia formado para neutralizar Napoleão, as *ententes* e *rapprochements* bem-sucedidos realizados depois de 1900, já não existiam. O Japão deixara de ser aliado para tornar-se inimigo; o mesmo acontecera com a Itália. A Rússia, a outra potência "marginal" (para usarmos a expressão de Dehio) [119] que se unira tradicionalmente à Grã-Bretanha na oposição a uma hegemonia continental, estava agora num isolamento diplomático e desconfiava profundamente das democracias ocidentais. Quase tão inescrutável e imprevisível, pelo menos para os frustrados espíritos de Whitehall, era a política dos Estados Unidos em princípios e meados da década de 1930; evitando compromissos diplomáticos e militares, recusando-se ainda a ingressar na Liga, vigorosamente contrários aos vários esforços britânicos de abrandar com oferecimentos os estados

revisionistas (por exemplo, reconhecendo a posição especial do Japão no leste da Ásia, ou oferecendo acordos especiais de pagamentos e câmbios com a Alemanha), e tornando impossível — pela legislação de neutralidade de 1937 — levantar empréstimos nos mercados americanos tal como a Grã-Bretanha tinha feito entre 1914 e 1917 para manter o seu esforço de guerra, os Estados Unidos estavam desorganizando a estratégia geral britânica, da mesma maneira — talvez inadvertida — que a Grã-Bretanha desorganizava a estratégia da França na Europa oriental.[120] Isso deixava, portanto, como aliado potencial apenas a própria França e o resto do Império Britânico. As necessidades diplomáticas da França, porém, levaram a Inglaterra a assumir compromissos na Europa central, que tinham a oposição dos domínios e que toda a estrutura da "defesa imperial" era incapaz de manter. Por outro lado, as preocupações *extra*-européias do império desviavam atenções e recursos necessários para conter a ameaça alemã. Em conseqüência, durante a década de 1930 os ingleses viram-se empenhados num dilema diplomático e estratégico global para o qual não havia solução satisfatória.[121]

Isto não significa que Baldwin, Chamberlain e seus colegas não pudessem ter feito mais, ou que os determinantes da política britânica de apaziguamento fossem tais que as políticas alternativas propostas por Churchill e outros críticos fossem impraticáveis. Havia, da parte do governo britânico, uma persistente disposição — apesar de todas as provas em contrário — de confiar em aproximações "razoáveis" com o regime nazista. A aversão emocional ao comunismo era tal que a possibildade de ter a Rússia como aliado potencial da coalizão antifascista não foi lembrada, ou foi desprezada. Estados vulneráveis da Europa oriental, como a Tchecoslováquia e a Polônia, eram com demasiada freqüência considerados como um peso morto, e a falta de simpatia pelos problemas da França evidenciava uma mesquinhez fatal. O poderio da Alemanha e da Itália era sempre exagerado, à base de precárias evidências, ao passo que as debilidades defensivas britânicas eram vistas como razão para a inação. As opiniões de Whitehall sobre o equilíbrio europeu de forças eram egoístas e imediatistas. Críticos da política de apaziguamento, como Churchill, eram sistematicamente neutralizados e censurados, mesmo quando o governo proclamou que podia apenas seguir (em lugar de liderar) a opinão pública.[122] Apesar de todas as razões plausíveis, objetivamente válidas, pelas quais o governo britânico queria evitar o confronto com os estados ditatoriais, portanto, há muita coisa em sua atitude egoísta e estreita que parece dúbia, mesmo a esta distância no tempo.

Por outro lado, qualquer investigação das realidades econômicas e estratégicas também tem de reconhecer que em fins da década de 1930 os problemas básicos da estratégia geral britânica não podiam ser resolvidos simplesmente com uma mudança de atitude, ou mesmo de primeiros ministros. Na verdade, quanto mais Chamberlain era forçado — pelas novas agressões de Hitler, e pelo clamor da opinão pública — a abandonar o apaziguamento, mais evidente tornavam-se as contradições fundamentais. Embora os chefes do estado-maior insistissem em aumentos maciços dos gastos com a defesa, o Tesouro argumentava que essas despesas seriam economicamente ruinosas. Já em 1937, a Grã-Bretanha, como a França,

gastava mais de seu PNB com a defesa do que os países que tinham feito isso nos anos críticos antes de 1914, mas sem qualquer melhoria significativa em sua segurança — apenas devido ao gastos muito maiores em armamentos feitos pelo estado alemão, superaquecido e governado por um maníaco. Mas quando os gastos da Grã-Bretanha com a defesa aumentaram ainda mais — grosseiramente, de 5,5% do PNB em 1937 para 8,5% em 1938, e 12,5% em 1939 — sua delicada economia também começou a sofrer. Mesmo quando o dinheiro era liberado para aumentos de armas, a inadequação do parque industrial britânico e a escassez crítica de pessoal especializado retardou a esperada produção de aviões, tanques e navios. Mas isso, por sua vez, levou as forças armadas a fazer encomendas cada vez maiores de lâminas de aço, rolamentos e outros itens aos países neutros como a Suécia e os Estados Unidos, que constituíram um novo ônus sobre as reservas em moeda estrangeira e o balanço de pagamentos. Quando as reservas de ouro e dólares do país diminuíram, seu crédito internacional ficou mais abalado do que nunca. "Se estivéssemos sob a impressão de que somos tão capazes de travar uma guerra prolongada como em 1914", observou friamente o Tesouro em resposta a novas medidas de rearmamento em abril de 1939, "estaríamos enterrando a cabeça na areia."[123] Não era uma previsão agradável para uma potência cujos planejadores estratégicos não acreditavam na possibilidade de vencer uma guerra curta, mas de alguma forma esperavam sair-se melhor num conflito prolongado.

Contradições igualmente sérias estavam também aflorando na esfera militar, às vesperas da guerra. Embora a decisão britânica de 1939 de aceitar mais uma vez um "compromisso continental" formal com a França, e sua decisão quase simultânea de dar prioridade ao Mediterrâneo, em detrimento de Cingapura em termos de distribuição de forças navais, solucionasse alguns dos antigos problemas estratégicos, também deixou os interesses britânicos no Extremo Oriente totalmente expostos à agressão japonesa. De uma maneira igualmente contraditória, as prontas garantias oferecidas pela Grã-Bretanha à Polônia na primavera de 1939, seguidas de novas garantias à Grécia, Romênia e Turquia, eram indícios da redescoberta, por Whitehall, da importância da Europa oriental e dos Bálcãs no equilíbrio continental de forças. Mas a verdade é que as forças armadas britânicas tinham poucas possibildades de defender esses territórios contra um vigoroso ataque alemão.

Em suma, nem a política mais dura de Chamberlain contra a Alemanha, depois de março de 1939, e nem mesmo sua substituição por Churchill em maio de 1940, "resolveram" os dilemas estratégico e econômico da Grã-Bretanha; apenas redefiniram os problemas. A um império global extremamente extenso, numa etapa já avançada de sua história — ainda controlava um quarto do globo, mas tendo apenas 9 a 10% da força de manufatura e do "potencial de guerra" do mundo[124] — tanto o apaziguamento como o antiapaziguamento encerravam desvantagens: havia apenas a escolha de um mal menor.[125] Não há dúvidas de que em 1939 foi tomada a decisão acertada de resistir a mais uma agressão de Hitler. Àquela altura, porém, o equilíbrio de forças alinhadas contra os interesses britânicos na Europa e, ainda mais, no Extremo Oriente, se tinha tornado tão desfavorável que era difícil ver a possibilidade de uma vitória clara contra o fascismo sem a intervenção das grandes potências neutras. E também isso encerrava problemas.

As superpotências dos bastidores

Como dissemos acima, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos responsáveis pelas decisões na Grã-Bretanha e França, ao enfrentarem os desafios diplomáticos e estratégicos da década de 1930, era a incerteza que cercava a posição daquelas duas potências gigantescas e algo distantes, a Rússia e os Estados Unidos. Valeria a pena fazer novos esforços para convencê-las a formar uma aliança contra os Estados fascistas, mesmo que isso exigisse substanciais concessões às exigências de Moscou e Washington e provocasse críticas internas? Qual dos dois deveria ser cortejado com mais ardor, e sob que aspectos? Uma aproximação aberta com a Rússia, por exemplo, serviria mais como uma provocação do que como um dissuasório para a Alemanha ou o Japão? Do ponto de vista de Berlim e Tóquio (e menos de Roma), as atitudes da Rússia e dos Estados Unidos eram igualmente importantes. Permaneceriam essas potências indiferentes enquanto Hitler reordenava os limites da Europa central? Como reagiriam elas a uma nova expansão japonesa na China, ou a operações contra os velhos impérios europeus no Sudeste asiático? Dariam os Estados Unidos pelo menos ajuda econômica às democracias ocidentais, como acontecera em 1914 e 1917? E poderia a U.R.S.S. ser comprada com concessões econômicas e territoriais? Finalmente, teriam realmente importância aquelas duas entidades enigmáticas, introspectivas? Qual era, na realidade, o seu poderio? Que importância tinham na ordem internacional em modificação?

Era mais difícil tentar respoder a essas perguntas no caso de uma sociedade "fechada" como a União Soviética. Não obstante, as linhas mestras do crescimento econômico e do poderio militar soviético, naquela ocasião, parecem agora evidentes. O primeiro e mais óbvio aspecto era qua a Rússia sofrera uma terrível redução de forças, mais do que a sofrida por qualquer outra grande potência, com o conflito de 1914-1918 e, em seguida com a revolução e a guerra civil. Sua população tinha caído de 171 milhões em 1914 para 132 milhões em 1921. A perda da Polônia, Finlândia e estados bálticos envolvera muitas fábricas, ferrovias e fazendas, e a luta prolongada destruíra grande parte do que havia restado. O enorme declínio na indústria — reduzida em 1920 a 13% da produção de 1913 — ocultava o colapso ainda maior de certos produtos chaves: "assim, apenas 1,6% do minério de ferro de antes da guerra estava sendo produzido, 2,4% do ferro-gusa, 4,0% do aço e 5% do algodão".[126] O comércio exterior tinha desaparecido totalmente, a produção bruta da agricultura tinha sido de menos da metade do número anterior à guerra, e a renda nacional *per capita* tinha caído em mais de 60%, para um nível realmente horrendo. Mas como a extrema severidade dessas quedas tinha sido conseqüência, principalmente, do caos social e político dos anos 1917-1921, seguia-se que o estabelecimento do governo soviético (ou na verdade de *qualquer* governo) teria de provocar alguma recuperação. O desenvolvimento da indústria russa antes e durante a guerra tinha legado aos bolcheviques uma boa quantidade de fábricas, redes ferroviárias e usinas de aço. Havia uma infra-estrutura básica de estradas de ferro e de rodagem e de linhas telegráficas. Havia trabalhadores industriais que podiam voltar a essas fábricas, uma vez terminada a guerra civil. E havia um padrão consolidado de

produção agrícola, e a venda de alimentos às cidades grandes e pequenas, que poderia ser restabelecida quando Lenin decidiu (com a Nova Política Econômica de 1921) abandonar as infrutíferas tentativas de "comunizar" o campesinato e permitir, em lugar disso, a agricultura individual. Em 1926, portanto, a produção agrícola tinha voltado ao seu nível de antes da guerra, seguindo-se dois anos depois a produção industrial. A guerra e a revolução custaram à Rússia 13 anos de crescimento econômico, mas ela estava agora pronta a retomar seu crescimento.

Mas era improvável que esse "crescimento" fosse suficientemente rápido — sem dúvida, não o seria sob um Stalin cada vez mais autocrático — enquanto a Rússia enfrentava a sua tradicional debilidade econômica. Sem dispor de investimentos estrangeiros, era necessário levantar o capital de fontes internas, para financiar o desenvolvimento da indústria em grande escala *e* a criação de forças armadas substanciais, num mundo hostil. Dada a eliminação da classe média, que poderia ter sido estimulada a criar capital ou ser saqueada da riqueza de que dispusesse; dado, também, o fato de que 78% da população russa (1926) continuava no setor agrícola, o último da escala, e que estava predominantemente em mãos particulares, pareceu a Stalin que só havia uma maneira pela qual o estado poderia levantar recursos e ao mesmo tempo intensificar a transferência da agricultura para a indústria: ou seja, pela coletivização da primeira, forçando os camponeses em comunas, destruindo os *kulaks*, controlando a produção da terra e fixando os salários pagos aos trabalhadores do campo e os preços (muito mais altos) dos alimentos para revenda. De uma maneira terrivelmente draconiana, o estado interpôs-se assim entre os produtores rurais e os consumidores urbanos, e arrancou dinheiro de cada um deles em proporções que o regime czarista não teria ousado. Isso foi acentuado pela deliberada inflação de preços, uma variedade dos tributos e taxas, e pela pressão para que se demonstrasse a fidelidade, comprando apólices do estado. O resultado geral, representado pelas grosseiras estatísticas macroeconômicas, foi que a parcela do PNB russo dedicado ao consumo privado, que em outros países que estavam na fase da "partida" para a industrialização estava em torno de 80%, foi rebaixada para o nível espantoso de 51 ou 52%.[127]

Houve duas conseqüências econômicas contrárias, e não obstante previsíveis, dessa tentativa extraordinária de um "controle da economia" socialista. A primeira foi o declínio catastrófico na produção agrícola soviética, pois os *kulaks* (e outros) resistiram à coletivização forçada e foram então eliminados. A horrível matança preventiva de animais das fazendas — "o número de cavalos caiu de 33,5 milhões em 1928 para 16,6 milhões em 1935; e o de bovinos de 70,5 milhões para 38,4 milhões"[128] — produziu por sua vez um espantoso declínio na produção de carne e de cereais e no já miserável padrão de vida, que só se recuperaria na época de Kruschev. Cálculos esotéricos foram tentados quanto à proporção da renda nacional que foi mais tarde devolvida à agricultura na forma de tratores ou eletrificação — em oposição ao volume desviado pela coletivização e pelos controles de preços[129] — mas isso constitui um exercício obscuro para nossos propósitos, já que (por exemplo) as fábricas de tratores, uma vez estabelecidas, foram planejadas para serem transformadas na produção de tanques leves; os camponeses, é claro,

não foram tão úteis na oposição à Wehrmacht. O incontroverso é que, naquele momento, a produção agrícola soviética caiu. As baixas, em especial durante a escassez de 1933, podem ser contadas em milhões de vidas. Quando a produção começou a se recuperar em fins da década de 1930, foi apressada pelas centenas de milhares de tratores, hordas de cientistas agrícolas e exércitos de coletivas rigidamente controladas. Mas o custo, em termos humanos, foi imenso.

A segunda conseqüência foi bastante melhor, pelo menos para as finalidades do poder econômico-militar soviético. Tendo reduzido a parcela do consumo privado do PNB a um nível provavelmente desconhecido na história moderna — e certamente muito inferior, por exemplo, ao que os nazistas poderiam jamais esperar na Alemanha — a U.R.S.S foi capaz de destinar a fantástica proporção de cerca de 25% do PNB ao investimento industrial e ainda dispor de somas consideráveis para a educação, ciência e as forças armadas. Enquanto o local de trabalho de grande parte do povo russo estava sendo transformado em ritmo surpreendente, com o número de empregados na agricultura baixando de 71% para 51% nos 12 anos de 1928-1940, essa população estava sendo também educada num ritmo sem precedentes. Isto era vital em dois níveis, já que a Rússia sempre sofrera — em comparação com a Alemanha ou Estados Unidos, por exemplo — por ter uma força de trabalho mal preparada e analfabeta, e por dispor de apenas um pequeno número de engenheiros, cientistas e administradores necessários à direção superior e à *melhoria constante* do setor de manufatura. Com milhões de trabalhadores sendo agora treinados, seja nas escolas de fábricas ou nos colégios técnicos, e em seguida (pouco depois) com uma enorme expansão no número de universidades, o país estava por fim adquirindo os dirigentes treinados necessários para o crescimento continuado; o número de engenheiros formados na "economia nacional" aumentou, por exemplo, de 47 mil em 1928 para 289 mil em 1941.[130] Muitos dos números anunciados pelos propagandistas soviéticos nesse período foram certamente inflacionados e ocultavam vários pontos fracos, mas a deliberada atribuição de recursos ao crescimento era indubitável. O mesmo se pode dizer da criação de enormes usinas novas de energia, de siderúrgicas e fábricas além dos Urais, invulneráveis a ataques do Ocidente ou do Japão.

O resultante aumento da produção de manufaturados e da renda nacional — mesmo se aceitarmos as estimativas mais cautelosas — foi algo sem precedentes na história da industrialização. Como o volume real e o volume da produção nos anos anteriores (por exemplo, 1913, para não falarmos de 1920) foi tão baixo, as modificações percentuais são quase insignificantes — mesmo que o Quadro 28 acima sirva ao propósito útil de mostrar como a produção de manufaturados na U.R.S.S. se estava expandindo durante a Grande Depressão. Mas se examinarmos apenas o período dos dois Planos Qüinqüenais, (1928 a 1937), a renda nacional russa aumentou de 24,4 para 96,3 bilhões de rublos, a produção de carvão aumentou de 35,4 para 128 milhões de toneladas e a produção de aço de 4 para 17,7 milhões de toneladas, a de eletricidade aumentou sete vezes, os números para as máquinas operatrizes em mais de 20 vezes, e o de tratores, em quase 40 vezes.[131] Em fins da década de 1930, na verdade, a produção industrial russa não só tinha

passado de muito a francesa, japonesa e italiana, como também provavelmente alcançara a britânica.[132]

Atrás dessa impressionante acumulação, porém, havia ainda muitas deficiências. Embora a produção agrícola aumentasse lentamente em meados da década de 1930, a Rússia era menos capaz do que antes de alimentar sua população, para não falarmos em produzir um excedente para exportar; e o rendimento por acre era ainda espantosamente baixo. Apesar de novos investimentos em ferrovias, o sistema de comunicações continuava sendo primitivo e inadequado às necessidades crescentes do país. Em muitas indústrias, havia uma acentuada dependência de firmas e técnicos estrangeiros, em especial dos Estados Unidos. O "gigantismo" das fábricas e de todo o processo de manufatura tornava difíceis os ajustes rápidos da combinação dos fatores de produção ou a introdução de novos modelos. Houve inevitáveis engarrafamentos, também, porque a expansão planejada para certas indústrias não correspondia aos estoques existentes de matérias-primas ou à mão-de-obra qualificada. Depois de 1937 a reorientação da economia soviética no sentido de um maciço programa de armamentos iria afetar a continuidade industrial e deformar o planejamento anterior. Acima de tudo, houve os grandes expurgos. Quaisquer que fossem as razões para o maníaco, paranóico ataque de Stalin a tanta gente sua, os resultados econômicos foram sérios; "funcionários públicos, administradores, técnicos, estatísticos, até mesmo capatazes"[133] foram levados para os campos, tornando mais aguda do que nunca a escassez de pessoal preparado na Rússia. Enquanto o terror sem dúvida levou muitos a demonstrarem uma lealdade stakanovita ao sistema, também inibiu em muito a inovação, a experimentação, a discussão aberta e a crítica construtiva: "o mais simples a fazer era evitar responsabilidades, buscar a aprovação do superior para qualquer coisa, obedecer mecanicamente a qualquer ordem recebida, a despeito das condições locais".[134] Isso podia salvar a pele, mas não ajudava o crescimento de uma economia complexa.

Tendo nascido de uma guerra, e sentindo-se seriamente ameaçada por inimigos em potencial — Polônia, Japão, Grã-Bretanha — a U.R.S.S. dedicou uma parte do orçamento estatal (12-16%) aos gastos com a defesa, durante parte da década de 1920. Essa parcela diminuiu nos anos iniciais do primeiro Plano Qüinqüenal, quando as forças armadas regulares soviéticas se fixaram em cerca de 600 mil homens, apoiados por uma grande, mas ineficiente, milícia de duas vezes esse tamanho. A crise da Manchúria e a subida de Hitler ao poder levaram a rápidos aumentos no tamanho do exército, para 940 mil homens em 1934, e 1,3 milhão em 1935. Com o aumento da produção industrial e da produção nacional propiciado pelos Planos Qüinqüenais, grande número de tanques foram também fabricados. Oficiais inovadores que cercavam Tukhachevski estavam desejosos de estudar (embora não aceitassem integralmente) as idéias de Douhet, Fuller, Liddeel Hart, Guderian e outros teóricos ocidentais da guerra, e em princípios da década de 1930 a U.R.S.S. tinha não só um exército de tanques, mas também uma grande força de paraquedistas. Embora a marinha soviética permanecesse pequena e ineficiente, uma grande indústria de aviões foi criada em fins da década de 1920, que durante algum tempo produziu mais aviões anualmente do que todas as outras potências combinadas (ver Quadro 29).

Quadro 29. Produção de aviões das potências, 1932-1939[135]

	1932	*1933*	*1934*	*1935*	*1936*	*1937*	*1938*	*1939*
França	(600)	(600)	(600)	785	890	743	1.382	3.163
Alemanha	36	368	1.968	3.183	5.112	5.606	5.235	8.295
Itália	(500)	(500)	(750)	(1.000)	(1.000)	(1.500)	1850	(2.500)
Reino Unido	445	633	740	1.140	1.877	2.153	2.827	7.940
Estados Unidos	596	466	437	459	1.141	949	1.800	2.195
U.R.S.S.	2.595	2.595	2.595	3.578	3.578	3.578	7.500	10.382

Mas também esses números ocultavam alarmantes fraquezas. O corolário previsível do "gigantismo" russo foi uma ênfase excessiva na quantidade. Dados os atributos de uma economia dirigida, isso resultou na produção de enorme número de aviões e tanques em princípios da década de 1930. Em 1932, na realidade, a U.R.S.S. estava produzindo mais de 3 mil tanques e mais de 2.500 aviões — muitíssimo mais do que qualquer outro país do mundo. Tendo em conta o tremendo crescimento do exército regular depois de 1934, deve ter sido extraordinariamente difícil encontrar número suficiente de oficiais e suboficiais treinados para supervisionar os batalhões de tanques e esquadrões aéreos. Foi ainda mais difícil, num país com um excedente de camponeses e escassez desesperada de trabalhadores habilitados, recrutar pessoal para o exército e a força aérea; apesar do maciço programa educacional, a principal debilidade do país na década de 1930 estava provavelmente na falta de preparo de muitos de seus trabalhadores e soldados. Além disso, a Rússia, como a França, foi vítima de um pesado investimento em tipos de aviões e tanques de princípios da década de 1930. Quando a Guerra Civil Espanhola mostrou os limites, em velocidade, facilidade de manobras, alcance e resistência, dessas armas de primeira geração, a corrida para a fabricação de aviões mais rápidos e tanques mais poderosos foi acelerada. Mas a indústria soviética de armas, como um grande navio no mar, não podia mudar rapidamente de rumo; e parecia loucura suspender a produção dos tipos existentes enquanto modelos mais novos estavam sendo fabricados e testados. (Quanto a isso, é interessante notar que "dos 24 mil tanques russos em operação em junho de 1941, apenas 967 eram de um novo modelo equivalente, ou superior, aos tanques alemães daquela época".) [136] Além disso, ocorreram os espurgos. A decapitação do Exército Vermelho — 90% de todos os generais e 80% de todos os coronéis sofreram com as tendências maníacas de Stalin — não só teve o efeito geral de eliminar tantos oficiais preparados, como também resultados específicos atingiram duramente as forças armadas. Afastando Tukachevski e os entusiastas da "guerra moderna", eliminando os que tinham estudado os métodos alemães e as teorias britânicas, os expurgos deixaram o exército nas mãos de figuras politicamente seguras mas intelectualmente retardadas como Voroshilov e Kuluk. Um dos primeiros resultados foi o desmantelamento de sete corpos mecanizados, decisão influenciada pelo argumento de que a Guerra Civil Espanhola tinha mostrado que as formações de tanques não podiam desempenhar um papel ofensivo independente no campo de batalha e que os veículos deviam ser distribuídos aos batalhões de fuzileiros para a

infantaria. Da mesma maneira, decidiu-se que os bombardeiros estratégicos TB-3 seriam de pouco uso para U.R.S.S.

Com grande parte de sua força aérea obsoleta e suas unidades blindadas desmontadas, com as forças armadas atemorizadas e obedientes devido aos expurgos, a Rússia estava muito mais fraca em fins da década de 1930 do que fora cinco ou dez anos antes — e enquanto isso tanto a Alemanha como o Japão tinham aumentado muito sua produção de armas e se estavam tornando mais agressivos. O Plano Qüinqüenal pós-1937 previa evidentemente uma enorme acumulação de armas igual e em muitas áreas — como a produção de aviões — superior à da própria Alemanha. Mas até que esse investimento se traduzisse em forças armadas maiores e melhor equipadas, Stalin achou que a Rússia estava passando por uma "zona de perigo" pelo menos tão ameaçadora quanto os anos de 1919-1922. Essas circunstâncias externas ajudam a explicar as várias modificações na diplomacia soviética na década de 1930. Preocupado com a agressão japonesa na Manchúria e talvez mais ainda pela Alemanha de Hitler, Stalin enfrentou a perspectiva de uma potencial guerra em duas frentes, em teatros a milhares de quilômetros de distância (exatamente o dilema estratégico que paralisava os dirigentes britânicos). Mas o fato de ter voltado para o Ocidente o seu interesse diplomático, que levou à entrada na Liga das Nações em 1934 e aos tratados de 1935 com a França e a Tchecoslováquia, não trouxe o desejado aumento da seguranca coletiva na U.R.S.S. Sem um acordo com a Polônia, a Rússia podia realmente muito pouco para ajudar a França ou a Tchecoslováquia — e vice-versa. E os ingleses viam com reservas esses esforços para criar uma "frente popular" diplomática contra a Alemanha, que em parte explica a cautela de Stalin durante a Guerra Civil Espanhola; uma república socialista triunfante na Espanha, temia Moscou, poderia levar a Grã-Bretanha e a França para a direita bem como envolver a Rússia num conflito aberto com os soldados aliados de Franco, a Itália e a Alemanha.

Em 1938-1939 a situação externa deve ter parecido mais ameaçadora do que nunca a Stalin (o que torna seus expurgos ainda mais tolos e inexplicáveis). O acordo de Munique não só parecia confirmar as ambições de Hitler na Europa centro-oriental, como também — o que era mais preocupante — mostrava não estar o Ocidente preparado para opor-se a elas e estar possivelmente inclinado a desviar as energias alemãs mais para o leste. Como esses dois anos viram também substanciais choques de fronteira entre os exércitos soviético e japonês no Extremo Oriente (exigindo pesados reforços das divisões russas na Sibéria), não era de surpreender que Stalin decidisse seguir uma política de "apaziguamento"para com Berlim, mesmo que isso significasse sentar-se ao lado de seu inimigo ideológico. Tendo em vista as ambições políticas da própria Rússia na Europa oriental, Moscou tinha muito menos reservas sobre o retalhamento dos estados independentes daquela região, desde que sua parcela fosse substancial. O inesperado pacto nazi-soviético de agosto de 1939 proporcionou à Rússia pela menos uma zona tampão em sua fronteira ocidental, e mais tempo para o rearmamento enquanto o Ocidente lutava contra a Alemanha em conseqüência do ataque de Hitler contra a Polônia. Dar bocados ao crocodilo (na frase de Churchill) parecia muito melhor do que ser devorado por ele.[137]

Tudo isso torna excepcionalmente difícil medir o poderio soviético em fins da década de 1930, em especial porque as estatísticas sobre os "potenciais de guerra relativos"[138] não refletem o moral interno nem as qualidades das forças armadas ou a posição geográfica. Evidentemente, o Exército Vermelho já não se parecia com aquela "formidável força moderna de grande peso, com equipamento avançado e combatentes excepcionalmente resistentes" (exceto sob o último aspecto) que Mackintosh descreveu em 1936.[139] Mas não se sabia claramente quanto terreno ele havia perdido. A "Guerra do Inverno" de 1939-1940 contra a Finlândia parecia confirmar seu acentuado declínio, mas os choques menos conhecidos de 1939 com o Japão em Nomonhan mostraram uma força moderna e bem dirigida.[140] É evidente também que Stalin estava horrorizado com as vitórias ao estilo Blitzkrieg do exército alemão em 1940, e mais do que nunca empenhado em provocar uma guerra com Hitler. Sua outra grande e óbvia preocupação era o ponto em que o Japão atacaria no Leste — não que ele fosse um inimigo tão mortal, mas a defesa da Sibéria era logisticamente muito difícil e enfraqueceria ainda mais a capacidade russa contra a ameaça alemã. O rápido chamado do exército de Zhukov para participar da invasão da Polônia oriental em setembro de 1939, uma vez estabelecida uma trégua no leste com o Japão, foi ilustrativo desse ato de precário equilíbrio estratégico.[141] Por outro lado, naquela época as perdas impostas ao Exército Vermelho estavam sendo apressadamente reparadas e seu número aumentado (para 4.320 mil homens em 1941), a economia soviética estava sendo ajustada para a produção de guerra, novas e maciças fábricas estavam sendo construídas na Rússia central e aviões e tanques aperfeiçoados (inclusive, entre os últimos, o formidável T-34) estavam sendo testados. Os 16,5% do orçamento destinados aos gastos com a defesa em 1937 tinham saltado para 32,6% em 1940.[142] Como a maioria das outras grandes potências nesse período, portanto, a U.R.S.S. estava correndo contra o tempo. Ainda mais do que em 1931, Stalin precisou de concitar seus conterrâneos a diminuir a distância produtiva com o Ocidente. "Diminuir o ritmo significaria atrasar-se. E os que se atrasam são vencidos..." A Rússia dos czares tinha sofrido "derrotas constantes" porque se atrasara na produtividade industrial e na força militar.[143] Sob seu líder ainda mais autocrático e impiedoso, o regime soviético estava disposto a alcançar o Ocidente rapidamente. Era impossível dizer se Hitler lhe permitiria isso.

O poder relativo dos Estados Unidos nos assuntos mundiais nos anos entre as duas guerras teve, curiosamente, uma proporção inversa do poder da União Soviética e da Alemanha. Isto é, foi excepcionalmente forte na década de 1920, mas a partir de então diminuiu mais que o de qualquer outra grande potência na década da pressão, a dos anos 30, recuperando-se apenas (e parcialmente) no fim desse período. A razão desse destaque na primeira daquelas décadas ficou claro acima. Os Estados Unidos foram o único grande país, com exceção do Japão, a beneficiar-se com a Grande Guerra. Tornaram-se a maior nação financeira e credora, além de já serem os maiores produtores de manufaturados e de alimentos. Tinham de longe o maior estoque de ouro. Tinham um mercado interno tão grande que maciças economias de escala podiam ser praticadas por firmas e distribuidoras gigantescas, especialmente na florescente indústria de automóveis. Seu alto padrão de vida e sua

disponibilidade de capital de investimento interagiam de maneira mutuamente benéfica para estimular novos investimentos pesados na indústria de manufatura, já que a procura pelo consumidor podia absorver praticamente todos os artigos, oferecidos pelo aumento de produtividade. Em 1929, por exemplo, os Estados Unidos produziram mais de 4,5 milhões de veículos motores, em comparação com os 211 mil da França, os 182 mil da Grã-Bretanha e os 117 mil da Alemanha.[144] Não é de surpreender que houvesse saltos fantásticos na importação de borracha, estanho, petróleo e outras matérias-primas para alimentar essa explosão de manufaturados. Mas as exportações, em especial de carros, máquinas agrícolas, equipamentos de escritório, e produtos semelhantes, também cresceram na década de 1920, sendo todo esse processo ajudado pelo rápido aumento dos investimentos americanos em além-mar.[145] Mesmo que isso seja um fato bem conhecido, ainda assim continua surpreendente notar que os Estados Unidos estavam, naqueles anos, produzindo "muito mais do que as seis outras grandes potências *tomadas em conjunto*" e que "sua esmagadora força produtiva era ainda mais ressaltada pelo fato de que o valor bruto dos manufaturados *per capita* da população do país era quase duas vezes maior do que na Grã-Bretanha ou Alemanha, e mais do que 10 a 11 vezes mais alto do que na U.R.S.S. ou Itália.[146]

Embora também seja verdade, como o autor das linhas acima observa rapidamente, "que a influência política dos Estados Unidos no mundo não correspondia, de modo algum, à sua extraordinária força industrial",[147] isso pode não ter sido tão importante na década de 1920. Em primeiro lugar, o povo americano não queria ter, decididamente, um papel de liderança na política mundial, com todas as complicações diplomáticas e militares que tal posição invariavelmente produziria; desde que os interesses comerciais americanos não fossem negativamente afetados pelos atos de outros estados, não havia maior razão para envolver-se nos acontecimentos estrangeiros — em especial os da Europa oriental ou do Chifre da África. Em segundo lugar, apesar de todos os aumentos *absolutos* nas exportações e importações americanas, seu lugar na economia nacional não era grande, simplesmente por ser o país tão auto-suficiente; de fato, "a proporção de produtos manufaturados exportados em relação à produção total diminuiu de menos de 10% em 1914 para um pouco abaixo de 8% em 1929", e o valor escritural dos investimentos estrangeiros diretos como parcela do PNB continuou inalterado[148] — o que ajuda a explicar por que, apesar da aceitação generalizada de idéias de mercado mundial *em princípio,* a política econômica americana era muito mais sensível às necessidades internas. Exceto em relação a certas matérias-primas, o mundo exterior não tinha tanta importância para a prosperidade americana. Finalmente, os assuntos internacionais na década que se seguiu a 1919 não sugerem a existência de nenhuma ameaça séria aos interesses americanos: os europeus continuavam brigando, mas muito menos do que em princípios da década de 1920, a Rússia estava isolada, o Japão estava tranqüilo. A rivalidade naval tinha sido contida pelos tratados de Washington. Nessas circunstâncias, os Estados Unidos podiam reduzir seu exército a proporções muito pequenas (cerca de 140 mil soldados regulares), embora permitissem a criação de uma força aérea razoavelmente grande e moderna, e a marinha pudesse desenvolver seus programas de porta-aviões e cruzadores pesados.[149]

Embora os generais e almirantes previsivelmente se queixassem de recursos insuficientes do Congresso, de certas medidas prejudiciais à segurança nacional (como a decisão de Stimson, em 1929, de acabar com o serviço de decifração de códigos sob a alegação de que "cavalheiros não lêem as cartas dos outros"),[150] o fato é que nessa década os Estados Unidos ainda podiam permanecer como um gigante econômico, mas um peso médio militar. Talvez seja sintomático desse período de tranqüilidade que os Estados Unidos ainda não tivessem um órgão civil-militar superior para o exame das questões estratégicas, como o Comitê de Defesa Imperial da Grã-Bretanha, ou o próprio Conselho de Segurança Nacional que mais tarde criaria. Que necessidade havia desse órgão, quando o povo americano tinha rejeitado, decisivamente, as idéias de guerra?

O papel importante dos Estados Unidos no colapso financeiro de 1929 foi descrito acima.[151] O que é mais significativo, para o objetivo de medir o poderio nacional comparativo, é que a depressão e as guerras tarifárias subseqüentes os atingiram muito mais do que a qualquer outra economia adiantada. Se isso ocorreu em parte devido à natureza incontrolada e volátil do capitalismo americano, foi em parte também resultado da decisão fatal de optar pelo protecionismo, tomada pelas tarifas Smoot-Hawley de 1930. Apesar das reclamações dos agricultores americanos e de alguns grupos de pressão industrial sobre a concorrência estrangeira desleal, a produtividade industrial e agrícola do país era tal — como o excedente das exportações sobre as importações mostrava claramente — que o fim da estrutura comercial mundial aberta prejudicaria mais as nações exportadoras do que quaisquer outras. "O PNB nacional caiu de $98,4 bilhões em 1929 para cerca da metade disso, três anos depois. O valor dos produtos manufaturados em 1933 era de menos um quarto do que fora em 1929. Quase 15 milhões de trabalhadores tinham perdido seus empregos e estavam sem qualquer meio de vida... Durante esse mesmo período o valor das exportações americanas tinha diminuído de 5,24 bilhões de dólares para 1,61 bilhão, uma queda de 69%".[152] Com as outras nações refugiando-se apressadamente em protetores blocos de comércio, as indústrias americanas que dependiam muito das exportações foram devastadas. "As exportações de trigo, que tinham totalizado 200 milhões de dólares 10 anos antes, caíram para 5 milhões em 1932. As exportações de automóveis baixaram de 541 milhões de dólares em 1929 para 76 milhões em 1932".[153] O comércio mundial sofreu um colapso geral, mas a parcela norte-americana do comércio exterior diminuiu ainda mais depressa, de 13,8% em 1929 para menos de 10% em 1932. E o que era mais, enquanto outras grandes potências recuperaram firmemente a produção de meados a fins da década de 1930, os Estados Unidos sofreram mais uma severa convulsão em 1937 que acarretou a perda de muito do terreno ganho nos cinco anos anteriores. Mas devido ao que foi chamado de "desarticulada economia mundial"[154] — isto é, a tendência para a formação de blocos de comércio muito mais auto-suficientes do que na década de 1920 — essa segunda depressão americana não atingiu outros países com a mesma severidade. A conseqüência geral foi que no ano da crise de Munique a parcela dos Estados Unidos na produção mundial de manufaturados era inferior a qualquer outro momento, desde cerca de 1910 (ver Quadro 30).

Quadro 30. Parcelas da produção manufatureira mundial, 1929-1938[155]
(porcentagem)

	1929	*1932*	*1937*	*1938*
Estados Unidos	43,3	31,8	35,1	28,7
U.R.S.S.	5,0	11,5	14,1	17,6
Alemanha	11,1	10,6	11,4	13,2
Reino Unido	9,4	10,9	9,4	9,2
França	6,6	6,9	4,5	4,5
Japão	2,5	3,5	3,5	3,8
Itália	3,3	3,1	2,7	2,9

Devido à severidade dessa queda, e devido à queda da parcela do comércio exterior no PNB, a política americana sob Hoover e em especial sob Roosevelt tornou-se cada vez mais interiorizada. Tendo em vista a força da tendência isolacionista e os prementes problemas internos de Roosevelt, dificilmente se poderia esperar que ele desse aos assuntos internacionais a atenção concentrada que tanto Cordell Hull como o Departamento de Estado queriam dele. Não obstante, devido à posição crucial que os Estados Unidos continuavam ocupando na economia mundial, há certa substância na crítica à "preocupação com a recuperação interna" e ao "desejo de aparentar ação e resultados imediatos [e] ao hábito nacional de formação de política sem se preocupar muito com o impacto que os programas americanos poderiam ter sobre outras nações".[156] A proibição de 1934 aos empréstimos a qualquer governo estrangeiro que tivesse deixado de pagar suas dívidas de guerra, o embargo de armas no caso de guerra, determinado em 1935, e, um pouco depois, a proibição de empréstimos a qualquer potência beligerante, simplesmente tornaram os ingleses e os franceses mais cautelosos do que nunca no enfrentamento dos estados fascistas. As denúncias da Itália, em 1935, foram acompanhadas de aumentos enormes dos fornecimentos de petróleo americano ao regime de Mussolini, para consternação do Almirantado britânico. As várias restrições comerciais à Alemanha e Japão, como uma reação parcial à sua agressão, "serviram para antagonizar [os dois] sem representar uma ajuda significativa aos adversários dessas nações. A diplomacia econômica de F. D. Roosevelt criou inimigos sem conquistar amigos ou sem apoiar possíveis aliados."[157] Talvez a conseqüência mais séria — embora a responsabilidade deva ser partilhada — tenha sido as desconfianças mútuas que surgiram entre Whitehall e Washington precisamente na época em que os estados ditatoriais estavam fazendo o seu desafio.[158]

Em 1937 e 1938, porém, Roosevelt começou a preocupar-se mais com as ameaças fascistas, embora a opinião pública e as dificuldades econômicas americanas tenham impedido que ele se manifestasse. Suas mensagens a Berlim e Tóquio tornaram-se mais firmes, seu encorajamento à Grã-Bretanha e França um pouco mais caloroso (embora isso pouco ajudasse as duas democracias, a curto prazo). Em 1938 conversações secretas anglo-americanas eram realizadas, versando sobre a maneira de enfrentar os desafios combinados do Japão e da Alemanha. O discurso da "quarentena" feito pelo presidente foi um indí-

cio precoce de que ele adotaria uma discriminação econômica contra os estados ditatoriais. Acima de tudo, Roosevelt pressionava agora pelos aumentos em grande escala nos gastos com a defesa. Como os números do Quadro 26 acima mostram, mesmo em 1938 os Estados Unidos estavam gastando menos em armamentos do que a Grã-Bretanha ou o Japão, e apenas uma fração das somas gastas pela Alemanha e a União Soviética. Não obstante, a produção de aviões praticamente dobrou entre 1937 e 1938, e nesse último ano o Congresso aprovou a Lei da "Primeira Marinha", permitindo uma enorme expansão da esquadra. Também naquela época estava sendo submetido a provas o protótipo do bombardeiro B-17, o corpo de fuzileiros estava aperfeiçoando sua doutrina de guerra anfíbia, e o exército (que ainda não tinha um tanque decente) lutava com os problemas da guerra blindada e do planejamento para a mobilização de uma enorme força.[159] Quando a guerra estourou na Europa, nenhuma das forças armadas estava preparada; mas estavam em melhor forma, no que se relaciona com as exigências da guerra moderna, do que em 1914.

Mesmo essas medidas de rearmamento pouco perturbaram uma economia das proporções da norte-americana. O fato chave sobre ela, em fins da década de 1930, era estar grandemente *subutilizada*. O desemprego era de cerca de 10 milhões de pessoas em 1939, mas a produtividade industrial por hora-homem tinha sido muito melhorada com os investimentos em correias transportadoras, motores elétricos (em lugar das máquinas a vapor) e melhores técnicas administrativas, embora poucas dessas melhorias se evidenciassem em números *absolutos* de produção, devido à considerável redução das horas de trabalho do proletariado. Tendo em conta a menor demanda, que a recessão de 1937-1938 não contribuiu para melhorar, os vários esquemas do New Deal não foram suficientes para estimular a economia e aproveitar essa capacidade produtiva não utilizada. Em 1938, por exemplo, os Estados Unidos produziram 26,4 milhões de toneladas de aço, muito mais do que os 20,7 milhões da Alemanha, os 16,5 milhões da U.R.S.S. e os 6 milhões do Japão; mesmo assim, as indústrias do aço desses três últimos países operavam a plena capacidade, enquanto *dois terços* das usinas siderúrgicas americanas estavam ociosos. Essa subutilização seria modificada, dentro em pouco, pelos enormes programas de rearmamento.[160] A autorização de 1940 para a duplicação (!) da frota de combate da marinha, o plano da força aérea de criar 84 grupos com 7.800 aviões de combate, o estabelecimento (pela Lei do Serviço e Treinamento Seletivos) de um exército de cerca de 1 milhão de homens — tudo isso teve conseqüências para uma economia que não estava, ao contrário da Itália, França e Grã-Bretanha, sofrendo sérios problemas estruturais, mas simplesmente era subutilizada, devido à Depressão. Precisamente porque os Estados Unidos tinham uma enorme capacidade excedente, ao passo que as outras economias estavam superaquecidas, talvez as estatísticas mais significativas para compreendermos o resultado da futura luta não sejam os números de 1938 para a produção real do aço, ou a produção industrial, mas sim os que procuram medir a renda nacional (Quadro 31) e, embora imprecisamente, "o potencial de guerra relativo" (Quadro 32). Pois em cada caso eles nos lembram que se os Estados Unidos sofreram desproporcionalmente durante a Grande Depressão, ainda assim continuavam (nas palavras do almirante Yamamoto) um gigante adormecido.

Quadro 31. Renda nacional das potências em 1937 e gasto porcentual com a defesa[161]

	Renda Nacional (bilhões de dólares)	*Porcentual da Defesa*
Estados Unidos	68	1,5
Império Britânico	22	5,7
França	10	9,1
Alemanha	17	23,5
Itália	6	14,5
U.R.S.S.	19	26,4
Japão	4	28,2

Quadro 32. Potencial bélico relativo das potências em 1937[162]

Estados Unidos	41,7%
Alemanha	14,4%
U.R.S.S.	14,0%
Reino Unido	10,2%
França	4,2%
Japão	3,5%
Itália	2,5%
	(Sete potências 90,5%)

O despertar desse gigante depois de 1938, e especialmente depois de 1940, constitui uma confirmação final da questão crucial da *adequação temporal* nas corridas de armas e cálculos estratégicos da época. Como a Grã-Bretanha e a União Soviética um pouco antes, os Estados Unidos estavam agora procurando a distância, em armamentos, que se tinha criado devido aos pesados gastos com a defesa realizados antes pelos estados fascistas. As estatísticas deixavam claro que eles poderiam gastar mais do que qualquer outro país, se houvesse a vontade política para isso internamente; ainda em 1939 a defesa dos Estados Unidos absorvia apenas 11,7% do total das despesas e apenas 1,6% do PNB[163] — porcentagens muito inferiores às de qualquer outra grande potência. Um aumento na parcela dos gastos com a defesa no PNB americano para aproximá-lo das proporções dedicadas aos armamentos pelos estados fascistas tornaria automaticamente os Estados Unidos o mais poderoso país do mundo, militarmente. Há, porém, muitos indícios de que Berlim e Tóquio compreenderam que isso limitaria suas oportunidades de expansão futura. No caso de Hitler, a questão se complica pelo seu desprezo pelos Estados Unidos como uma potência degenerada, miscigenada, mas também sentia que não ousava esperar até meados de 1940 para reiniciar suas conquistas, já que o equilíbrio militar teria, então, pendido decisivamente para o campo anglo-franco-americano.[164] Quanto ao lado japonês, como os Estados Unidos eram levados mais a sério, os cálculos eram mais precisos: assim, a marinha japonesa calculava que, enquanto sua força em cruzadores seria uns respeitáveis 70% da marinha americana em fins de 1941, "isso cairia a 65% em 1942, a 50% em 1943 e a desastrosos 30% em 1944".[165] Como a Alemanha, o

Japão também tinha um poderoso incentivo estratégico para agir logo, para poder escapar de sua sorte de potência meio-pesada, num mundo cada vez mais obscurecido pelas superpotências.

O desdobramento da crise, 1931-1942

Quando as forças e debilidades relativas de cada uma das grandes potências são vistas em sua totalidade, e também integradas na dinâmica econômica e militar-tecnológica da época, o curso da diplomacia internacional da década de 1930 torna-se mais inteligível. Isso não significa que as raízes *locais* das várias crises — seja em Mukden, Etiópia, ou nos Sudetos — fossem completamente irrelevantes, ou que não teria havido problemas internacionais se as grandes potências vivessem em harmonia. Mas é claro que ao aparecimento de cada crise regional os estadistas em cada uma das capitais mais importantes eram obrigados a ver tais acontecimentos à luz do cenário diplomático mais amplo e, talvez mais especialmente, de seus prementes problemas internos. O primeiro ministro britânico, MacDonald, disse isso muito bem ao seu colega Baldwin, depois que o caso da Manchúria, de 1931, se combinara com a crise da libra esterlina e o colapso do segundo governo trabalhista:

> Ficamos todos tão preocupados com os problemas do dia-a-dia que nunca tivemos a oportunidade de examinar o conjunto da situação e estabelecer uma política sobre ele, e sim de viver de agitação em agitação.[166]

Isso nos mostra bem como as preocupações dos políticos eram com freqüência imediatas e práticas, e não a longo prazo e estratégicas. Mesmo, porém, depois de ter o governo britânico recuperado seu fôlego, não há indícios de que pensasse numa modificação da sua circunspecta política para com a conquista da Manchúria pelo Japão. Além da constante necessidade de enfrentar os problemas econômicos, e inquebrantável aversão do público pelos envolvimentos no Extremo Oriente, os líderes britânicos tinham consciência das pressões dos domínios em favor da paz e do estado precário das defesas imperiais numa região em que o Japão tinha a vantagem estratégica. De qualquer modo, havia britânicos que aprovaram a decisão de Tóquio de negociar com os irritantes nacionalistas chineses e muitos outros que desejavam manter boas relações com o Japão. Mesmo quando tais sentimentos desapareceram depois de novas agressões japonesas, a única maneira pela qual Whitehall poderia ser levada a uma ação mais forte seria em conjunto com a Liga e/ou as outras grandes potências.

Mas a própria Liga, por mais admiráveis que fossem os seus princípios, não tinha meios efetivos de impedir a agressão japonesa na Manchúria, a não ser pelas forças armadas de seus principais membros. Assim, seu recurso a uma comissão de investigações (a Comissão Lytton) apenas deu às potências a desculpa para retardar a ação, enquanto o Japão continuava sua conquista. Dos estados principais, a Itália não tinha interesses reais no Extremo Oriente. A Alemanha, embora tendo laços comerciais e militares com a China, preferia aguardar, enquanto observava se o "revisionismo" japonês poderia constituir

um precedente útil na Europa. A União Soviética estava preocupada com a agressão japonesa, mas era improvável que fosse convidada a cooperar com as outras potências e não tinha a intenção de ser empurrada para frente sozinha. Os franceses, como era presumível, foram colhidos num dilema: não desejavam ver a criação de precedentes para a modificação dos limites territoriais existentes, e o desprezo pelas resoluções da Liga; por outro lado, cada vez mais preocupados com o rearmamento clandestino da Alemanha, e a necessidade de manter o *status quo* na Europa, receavam que as complicações no Extremo Oriente desviassem as atenções, e possivelmente os recursos militares, do problema alemão. Embora Paris adotasse uma posição pública firme de acordo com princípios da Liga, privadamente deixou transparecer a Tóquio que compreendia os problemas japoneses na China.[167] Em contraste, o governo dos Estados Unidos — ou pelo menos o Secretário de Estado Stimson — não aprovava os atos do Japão, vendo neles, acertadamente, uma ameaça ao mundo de portas abertas do qual, pelo menos em teoria, o modo de vida americano tanto dependia. Mas as condenações de Stimson, baseadas em elevados princípios, não tiveram atração nem para Hoover — que temia os envolvimentos delas conseqüentes — nem para o governo britânico, que preferia tergiversar a censurar. O resultado foi uma discussão entre Stimson e Hoover, em suas respectivas memórias, e (o que é mais significativo) um legado de desconfianças entre Washington e Londres. Tudo isso constituía um exemplo deprimente e convicente do que um estudioso chamou de "limites da política externa". [168]

Se a ação militar japonesa na Manchúria em 1931 foi, ou não, realizada sem o conhecimento de Tóquio,[169] era menos importante do que o fato de que teve êxito e foi ampliada, sem que o Ocidente pudesse fazer nada de substancial. As conseqüências mais amplas foram que a Liga se revelara um instrumento ineficiente para evitar a agressão, e que as três democracias ocidentais eram incapazes de uma ação unificada.Isso evidenciou-se também nas discussões contemporâneas em Genebra sobre o desarmamento em terra e no ar; os Estados Unidos estavam ausentes também ali, mas as discordâncias anglo-francesas sobre como reagir às exigências alemãs de "igualdade" e a continuada relutância britânica a oferecer quaisquer garantias que diminuíssem os receios da França significaram que o novo regime de Hitler podia abandonar as conversações e denunciar os tratados existentes, sem medo de qualquer represália. [170]

O reaparecimento da ameaça alemã em 1933 criou novas tensões para a cooperação diplomática anglo-franco-americana, num momento em que a Conferência Econômica Mundial de dissolvera e as três democracias estavam estruturando seus blocos de moeda e trocas próprios. Embora a França fosse a mais ameaçada, diretamente, pela Alemanha, foi a Grã-Bretanha que sentiu ter sido a sua liberdade de manobras mais substancialmente restringida. Em 1934 tanto o gabinete como sua Comissão das Necessidades de Defesa admitiam, que embora o Japão fosse o perigo mais imediato, a Alemanha era o maior, a prazo mais longo. Mas como não era possível ser forte contra os dois, era importante conseguir reconciliação numa dessas regiões. Enquanto certos círculos eram favoráveis à melhoria das relações com o Japão, de modo a poder resistir melhor à Alemanha, o Foreign Office argumentava que um

entendimento anglo-japonês no Extremo Oriente arruinaria as delicadas relações de Londres com os Estados Unidos. Por outro lado, podia-se observar aos círculos imperiais e navais que queriam dar prioridade ao fortalecimento das defesas britânicas no Oriente, que era impossível voltar as costas à preocupação francesa com o revisionismo alemão e (depois de 1935) que seria fatal desconhecer a crescente ameaça representada pela Luftwaffe. No resto da década, os responsáveis pelas decisões em Whitehall procuraram escapar desse dilema estratégico de enfrentar inimigos potenciais nos extremos do globo.[171]

Em 1934 e 1935, porém, esse dilema parecia perturbador, mas não agudo. Se o regime de Hitler era evidentemente desagradável, ainda assim ele se tinha mostrado surpreendentemente disposto a negociar um acordo com a Polônia; de qualquer modo, a Alemanha ainda era muito mais fraca em termos militares do que a França ou a Rússia. Além disso, o esforço alemão para ficar com a Áustria depois do assassinato de Dolfuss em 1934 tinha levado Mussolini a enviar tropas para o passo de Brenner, como uma advertência. A perspectiva de uma associação da Itália com as potências do *status quo* era particularmente consoladora para a França, que buscou formar uma coalizão antigermânica na "Frente de Stresa" de abril de 1935. Quase que ao mesmo tempo, Stalin indicou que também ele desejava associar-se aos estados "amantes da paz", e em 1935 a União Soviética não só tinha entrado para a Liga das Nações, como tinha também celebrado seus pactos de segurança com Paris e Praga. Embora Hitler tivesse deixado clara a sua oposição a um "Locarno no leste", a Alemanha parecia ter sido bem contida por todos os lados. E no Extremo Oriente, o Japão estava tranqüilo.[172]

Na segunda metade de 1935, porém, esse cenário encorajador desintegrava-se rapidamente sem que Hitler tivesse levantado um dedo. As diferentes visões anglo-americanas do "problema de segurança" já se revelavam no constrangimento britânico ante a renovação dos elos franceses com a Rússia de um lado, e o desânimo francês ante o acordo naval anglo-germânico de junho de 1935 do outro. As duas decisões foram tomadas unilateralmente para proporcionar mais alguma segurança. A França queria trazer a U.R.S.S.para o equilíbrio europeu, a Grã-Bretanha estava ansiosa para harmonizar suas necessidades navais nas águas européias e no Extremo Oriente, mas cada uma dessas medidas pareceu ao outro representar um sinal errôneo para Berlim.[173] Mesmo assim, tais contradições podiam ser prejudiciais, mas não eram catastróficas, o que não se pode dizer da decisão de Mussolini de invadir a Abissínia depois de uma série de choques locais e na tentativa inútil de realizar sua ambição de criar um novo Império Romano. Também isso foi um bom exemplo de uma questão regional que teve ramificações extraordinariamente mais amplas. Para os franceses, horrorizados com a idéia de transformar um novo aliado potencial contra a Alemanha em inimigo acerbo, todo o episódio da Abissínia foi um desastre sem salvação: tolerar uma transgressão flagrante dos princípios da Liga era perturbador, bem como o exercício de força que Mussolini fazia (pois onde poderia ele atacar em seguida?); por outro lado, levar a Itália para o campo alemão seria um espantoso ato de loucura em termos estritamente de *Realpolitik* — mas era pouco provável que esta última consideração pesasse com os britânicos idealistas. [174] Não obstante, o proble-

ma de Whitehall era pelo menos das mesmas proporções, já que não só tinha de enfrentar uma reação pública ainda maior contra a flagrante transgressão italiana dos princípios da Liga, como também tinha de preocupar-se com o que o Japão poderia fazer no Extremo Oriente, se o Ocidente se envolvesse num *imbroglio* mediterrâneo. Enquanto a França temia que um desentendimento com a Itália tentassse Hitler na Renânia, a Grã-Bretanha desconfiava que isso estimularia o Japão a expandir-se mais pela Ásia, sobretudo porque, naquele exato momento, Tóquio estava na iminência de denunciar os tratados navais e empenhar-se numa ilimitada ampliação de sua frota.[175] Num sentido mais amplo, ambas tinham razão; a dificuldade, como sempre, estava em conciliar o problema imediato com a implicação a prazo mais longo.

Os receios franceses foram os primeiros a se realizarem. A oferta anglo-francesa de 1935, de uma reformulação territorial no nordeste da África a favor da Itália (o pacto Hoare-Laval) provocou uma explosão de indignação na opinião pública britânica. Mas enquanto os governos de Londres e Paris se dividiam na reação àquele estado de espírito, ao mesmo tempo que em sigilo continuavam a enfrentar razões estratégicas e econômicas esmagadoramente plausíveis pelas quais não deviam ir à guerra com a Itália, Hitler preferiu ordenar a recuperação da Renânia desmilitarizada (março de 1936). Em termos rigorosamente militares, isso não foi um golpe muito sério; era muito improvável que a França pudesse, então, ter lançado uma ofensiva contra a Alemanha, e totalmente impossível aos ingleses fazer a mesma coisa.[176] Esse novo abalo no acordo de Versalhes — e o total abandono do Tratado de Locarno — suscitou a questão geral do que era, ou não era, uma maneira internacionalmente aceitável de modificar o *status quo*. Devido à incapacidade de seus principais membros de deter a agressão de Mussolini em 1935-1936, a Liga estava agora muito desacreditada: teve um papel muito reduzido, ou nenhum, na Guerra Civil Espanhola ou no ataque frontal do Japão à China em 1937. Para conter novas modificações na ordem territorial existente, ou pelo menos para controlá-las, só seriam eficazes as medidas decididas contra os Estados "revisionistas", tomadas pelas principais potências do *status quo* .

Mas para nenhuma destas a ameaça de recorrer às armas parecia uma possibilidade realizável. Na verdade, no momento em que os países fascistas se aproximavam (em novembro de 1937 Alemanha e Japão firmaram seu pacto anti-Comintern, pouco depois de ter Mussolini proclamado o eixo Roma-Berlim), seus adversários potenciais voltavam-se cada mais para problemas internos, e tornavam-se cada vez mais desunidos. [177] Apesar dos ressentimentos americanos pela invasão japonesa da China e o bombardeio do U.S.S. Panay, o ano de 1937 não foi muito bom para que Roosevelt desse passos decisivos nas questões de além-mar, mesmo que o tivesse desejado: a economia tinha sido atingida por uma nova recessão, e o Congresso aprovava uma legislação neutralizante ainda mais rígida. Como tudo o que Roosevelt podia oferecer eram palavras de condenação, sem qualquer promessa de agir, suas políticas apenas "tenderam a fortalecer as dúvidas anglo-francesas sobre a confiabilidade da América".[178] De maneira bastante diferente, Stalin também se concentrava nos assuntos internos, já que seus expurgos e julgamentos públicos estavam então no auge. Embora ele prestasse cautelosa ajuda à República Espanhola na Guerra Civil, sabia que muitos, no Ocidente, gostavam ainda menos dos

"camisas vermelhas" do que dos "camisas negras", e que seria muito perigoso ser levado a um conflito aberto com o Eixo. A ação do Japão no Extremo Oriente e a assinatura de um pacto anti-Comintern tornaram-no ainda mais cauteloso.

Mas a potência mais afetada, negativamente, por tudo isso, nos anos de 1936-1937, foi sem dúvida a França. Não só sua economia estava abalada e o cenário político tão dividido que alguns observadores a consideravam próxima da guerra civil, como também seu complicado sistema de segurança na Europa tinha sido quase que totalmente destruído numa série de golpes fulminantes. A reocupação alemã da Renânia eliminou qualquer possibilidade restante de que o exército francês pudesse empreender ações efetivas para pressionar Berlim; o país parecia agora perigosamente vulnerável à Luftwaffe, exatamente quando a força aérea francesa se estava tornando obsoleta. A questão da Abissínia e o eixo Roma-Berlim transformaram a Itália de aliado potencial em inimigo imprevisível e ameaçador; a retirada da Bélgica para o isolamento deslocava os planos existentes para a defesa das fronteiras setentrionais da França, e não havia como (devido ao custo) estender a Linha Maginot para cobrir essa lacuna; a Guerra Civil Espanhola criava a sombria perspectiva de um Estado fascista, pró-Eixo, na retaguarda francesa, e na Europa oriental, a Iugoslávia estava mais próxima da Itália e a Pequena *Entente* parecia moribunda.[179]

Nessas circunstâncias sombrias e quase paralisantes, o papel da Grã-Bretanha adquiriu importância crítica, enquanto Neville Chamberlain substituía (em maio de 1937) Baldwin como primeiro-ministro. Preocupado com a vulnerabilidade econômica estratégica de seu país, e horrorizado pessoalmente com a perspectiva de guerra, Chamberlain estava disposto a afastar qualquer futura crise na Europa com ofertas "positivas" para satisfazer as reivindicações dos ditadores. Desconfiando da União Soviética, desdenhando a "verborragia" de Roosevelt, impaciente com o que lhe parecia ser a confusa diplomacia da França, de intransigência e passividade, e considerando a Liga como totalmente ineficiente, o primeiro-ministro adotou sua própria estratégia para assegurar uma paz duradoura pelo apaziguamento. Mesmo antes disso, Londres vinha acenando para Berlim com concessões comerciais e coloniais; a contribuição de Chamberlain foi de aumentar o ritmo, dispondo-se a examinar modificações territoriais na própria Europa. Ao mesmo tempo, e precisamente por ver na Alemanha o perigo maior, o primeiro-ministro estava ansioso para melhorar as relações com a Itália, na esperança de separar esse país do Eixo.[180] Tudo isso tinha de ser controverso — e provocou, *inter alia*, a renúncia do secretário do exterior de Chamberlain (Eden) em princípios de 1938, e críticas de um número pequeno, mas crescente, de antiapaziguadores internamente, bem como aumentou as desconfianças em Washington e Moscou — mas por outro lado bem se poderia dizer que muitas ações diplomáticas ousadas na história também foram controversas. A verdadeira falha da estratégia de Chamberlain, compreendida por alguns observadores, mas nem todos, na Europa, era ser Hitler fundamentalmente *inapaziguável* e estar disposto a estabelecer uma futura ordem territorial que não podia ser satisfeita apenas por ajustes de pequena escala.

Se essa conclusão tornou-se clara em 1939, e mais ainda em 1940-1941,

ela não era evidente para o governo britânico, ou mesmo para o francês, no ano crítico de 1938. A tomada da Áustria na primavera daquele ano foi um exemplo desagradável da predileção de Hitler por gestos inesperados, mas seria possível fazer objeções ao princípio de juntar alemães com alemães? Ela apenas intensificou a convicção de Chamberlain de que a questão da minoria de língua alemã na Tchecoslováquia tinha de ser solucionada antes que a crise levasse as potências até a beira, e além, da guerra. Reconhecidamente, a questão dos Sudetos era muito mais delicada — também a Tchecoslováquia tinha direitos a uma soberania garantida internacionalmente, e o desejo das potências ocidentais de sastisfazer Hitler parecia agora mais influenciado pelos negativos medos egoístas do que por ideais positivos — mas a verdade era que o Führer era o único líder, na época, preparado para lutar, e estava realmente irritado com a perspectiva de ser o esmagamento da Tchecoslováquia impossibilitado pelas concessões obtidas na conferência de Munique. Como sempre, eram necessários dois para haver uma guerra de grandes potências, e em 1938 não havia nenhum adversário dispostos a enfrentar Hitler.[181]

Como faltava no Ocidente a vontade política e a vontade popular de guerra, não há razão para nos ocuparmos aqui do velho debate sobre o que poderia ter acontecido se a Grã-Bretanha e a França tivessem lutado em favor da Tchecoslováquia, embora valha a pena notar que o equilíbrio militar não era tão favorável à Alemanha quanto sugeriram os vários apologistas do apaziguamento.[182] O que é claro, porém, é que tal equilíbrio pendeu ainda mais a favor de Hitler depois do acordo de Munique. A eliminação da Tchecoslováquia como uma substancial força européia de peso médio, em março de 1939, a aquisição, pela Alemanha, das armas, fábricas e matérias-primas tchecas e a crescente desconfiança de Stalin em relação ao Ocidente superaram os fatores que pesavam em favor de Londres e Paris, como o considerável aumento na produção britânica de armas, a cooperação militar anglo-francesa mais íntima ou a modificação da opinião pública na Grã-Bretanha e nos domínios, agora favorável a um enfrentamento com Hitler. Ao mesmo tempo, Chamberlain falhou (janeiro de 1939) em sua tentativa de separar a Itália do Eixo, ou evitar suas agressões nos Bálcãs — mesmo que Mussolini, por prementes razões próprias, não lutasse imediatamente ao lado de seu colega ditador numa guerra de grandes potências contra as nações ocidentais.

Quando Hitler começou a pressionar a Polônia, em fins da primavera de 1939, portanto, as possibildades de evitar um conflito eram menores do que no ano anterior — e as perspectivas de uma vitória anglo-francesa, em caso de guerra, eram *muito* menores. A anexação, pela Alemanha, do "mutilado" estado da Tchecoslováquia, em março de 1939, e a invasão da Albânia pela Itália um mês depois, levaram as democracias, sob crescente pressão da opinião pública, a "conter Hitler", a oferecer garantias à Polônia, Grécia, Romênia e Turquia, ligando dessa forma a Europa ocidental à sorte da Europa oriental, em proporções que pelo menos os ingleses não tinham previsto jamais. Mas a Polônia não podia ser ajudada diretamente pelos países ocidentais, e qualquer assistência *indireta* seria pequena num período em que o exército francês tinha assumido a defesa estratégica e os ingleses estavam concentrando uma proporção tão elevada de seus recursos na melhoria das defesas áreas do país. A única ajuda direta que podia ser prestada à Polônia

tinha de vir do leste, e se o governo de Chamberlain não via com entusiasmo os acordos com Moscou, os poloneses, por sua vez, eram claramente contra a presença do Exército Vermelho em seu território. Como a preocupação esmagadora de Stalin era ganhar tempo e evitar uma guerra, e a necessidade de Hitler era aumentar a pressão sobre as nações ocidentais para que abandonassem a Polônia, os dois ditadores tinham interesse em realizar uma "transação" às expensas de Varsóvia, apesar de suas diferenças ideológicas. O surpreendente anúncio do pacto Molotov-Ribbentrop (23 de agosto de 1939) não só melhorou a posição estratégica da Alemanha como também tornou praticamente inevitável a guerra com a Polônia. Dessa vez, o "apaziguamento" não era uma opção possível a Londres e Paris, mesmo que as circunstâncias econômicas e militares aconselhassem (mais, talvez, do que nos anos anteriores) que se evitasse um conflito de grandes potências.[183]

A deflagração da Segunda Guerra Mundial encontrou, portanto, a França e a Inglaterra mais uma vez contra a Alemanha e, como em 1914, uma força expedicionária britânica foi mandada para o outro lado do canal da Mancha, enquanto a marinha anglo-francesa impunha seu bloqueio marítimo.[184] Sob muitos outros aspectos, porém, os contornos estratégicos dessa guerra foram muito diferentes dos da anterior, e desvantajosos para os Aliados. Não só a inexistência de uma frente oriental, como também o acordo político entre Berlim e Moscou para retalhar a Polônia, levou também a arranjos comerciais, de modo que um fluxo crescente de matérias-primas procedente da Rússia aliviou os efeitos que o bloqueio poderia ter sobre a economia alemã. É certo que no primeiro ano da guerra os estoques de petróleo e outras matérias-primas ainda eram desesperadamente baixos na Alemanha, mas a produção de *ersatzs*, o minério de ferro sueco e os crescentes fornecimentos da Rússia ajudaram a preencher a lacuna. Além disso, a inércia aliada na frente ocidental significou uma pequena pressão apenas sobre as reservas de petróleo e munições da Alemanha. Finalmente, não havia aliados difíceis de carregar, para a Alemanha, como a Áustria-Hungria na guerra de 1914-1918. Se a Itália tivesse entrado no conflito em setembro de 1939, suas deficiências econômicas poderiam ter representado um peso excessivo sobre os minguados estoques do Reich e, talvez, reduzido as possibilidades do ataque alemão no oeste em 1940. Na verdade, a participação da Itália teria complicado a posição anglo-francesa no Mediterrâneo, mas talvez não muito, e a neutralidade de Roma fez dela um canal conveniente para o comércio alemão — razão pela qual muitos dos planejadores em Berlim esperavam que Mussolini permanecesse nos bastidores.[185]

Embora a "falsa guerra" não tenha posto à prova a vulnerabilidade econômica da Alemanha, permitiu-lhe aperfeiçoar os elementos da estratégia nacional nos quais a Wehrmacht era tão superior — isto é, doutrina operacional, combinação das diferentes armas, poder aéreo tático e guerra ofensiva descentralizada. A campanha polonesa, em especial, confirmou a eficácia da guerra de Blitzkrieg, revelou várias debilidades (que puderam então ser corrigidas) e fortaleceu a confiança alemã na sua capacidade de vencer os inimigos com ataques rápidos, de surpresa, e a concentração adequada de poderio aéreo e blindado. Isso se evidenciou facilmente, outra vez, na rápida vitória sobre a Dinamarca e Holanda, embora a geografia tornasse a Noruega

inacessível às divisões panzer alemãs e sujeita à influência do poder marítimo britânico, razão pela qual essa campanha permaneceu indecisa por algum tempo, até que se estabelecesse o predomínio da Luftwaffe. O melhor exemplo, porém, da superioridade da doutrina militar alemã e da sua capacidade operacional tática foi dado pela campanha da França de maio-junho de 1940, quando a infantaria e as forças blindadas aliadas, maiores mas menos organizadas, foram destruídas pelos tanques e a infantaria motorizada de Guderian. Em todos esses encontros, o atacante dispunha de considerável superioridade aérea. Ao contrário das batalhas de 1914-1916, portanto, nas quais nenhum dos lados revelou muita habilidade em usar as novas condições de guerra, essas campanhas de 1940 revelaram vantagens alemãs que pareciam compensar a vulnerabilidade econômica da Alemanha a uma guerra mais prolongada.[186]

E o que era mais, vencendo de maneira tão decisiva em 1939-1940, a máquina de guerra alemã ampliou de muito os recursos de que dispunha em petróleo e matérias-primas. Não só pôde (e realmente o fez) saquear intensivamente seus inimigos derrotados, como a eliminação da França e a incapacidade óbvia de a Inglaterra lançar uma grande campanha militar também significavam que não seriam feitas exigências sérias aos estoques da Wehrmacht numa campanha prolongada. Uma ligação terrestre tinha sido estabelecida para as matérias-primas procedentes da Espanha, os minérios da Suécia estavam agora a salvo das expedições aliadas, e a Rússia, secretamente atemorizada com os rápidos sucessos de Hitler, aumentava seus fornecimentos. Nessas circunstâncias, a entrada da Itália na guerra, exatamente no momento do colapso da França, não foi o peso econômico que poderia ter sido — e, na verdade, desviou recursos britânicos da Europa para o Oriente Próximo, embora o desastre espetacular da campanha da Itália mostrasse como sua força tinha sido exagerada durante toda a década de 1930.[187]

Se a guerra tivesse continuado simplesmente com esses beligerantes, é difícil dizer quanto tempo poderia ter continuado. O Império Britânico, sob Churchill, estava disposto a continuar a luta e mobilizava grande número de homens e estoques de munições — superando a Alemanha tanto na produção de tanques como de aviões, em 1940, por exemplo.[188] E embora as reservas britânicas de ouro e dólares fossem então insuficientes para custear os fornecimentos americanos, Roosevelt conseguiu desfazer a prejudicial legislação neutralizante e convencer o Congresso de que era do interesse da segurança do país ajudar a Grã-Bretanha — pelo empréstimo e arrendamento, pela troca de "destróiers por bases", pela proteção de comboios e assim por diante.[189] O resultado geral deixaria os dois principais combatentes na posição de serem incapazes de desfechar um golpe decisivo contra o adversário. Se a batalha da Inglaterra tornou impossível uma invasão alemã através do canal da Mancha, o desequilíbrio das forças tornou um desembarque militar na Europa impossível. As incursões dos bombardeiros Command sobre a Alemanha eram boas para o moral britânico, mas àquela altura causaram poucos danos. Apesar de ataques ocasionais no Atlântico Norte, a frota de superfície alemã não tinha condições de enfrentar a Royal Navy; por outro lado, a campanha dos submarinos era ameaçadora graças às novas táticas de Doenitz e a mais submarinos em operação. Na África do Norte, Somália e Abissínia, as forças

do Império Britânico tiveram facilidade em tomar posições ocupadas pelos italianos, mas grande dificuldade em enfrentar a forma explosiva de guerra praticada pelo *Afrika Korps* de Rommel, ou pelas forças alemãs que invadiram a Grécia. O segundo ano do que foi chamado de "a última guerra européia" caracterizou-se, portanto, por vitórias defensivas e pequenos ganhos, e não por encontros e conquistas épicos.[190]

Inevitavelmente, portanto, a fatídica decisão de Hitler de invadir a Rússia em 1941 modificou todas as dimensões do conflito. Estrategicamente, isso significou que a Alemanha tinha agora de lutar em várias frentes e, com isso, voltar ao seu dilema de 1914-1917 — constituindo isso um peso muito grande para a Luftwaffe, que teve seus esquadrões dispersos entre oeste, leste e Mediterrâneo. Fez também com que a posição do Império Britânico no Oriente Médio — que teria sido certamente conquistado se Hitler tivesse enviado um quarto de seus soldados e aviões usados na Operação Barbarossa — continuaria sendo, bem como algumas ilhas no Canal, um trampolim para uma contra-ofensiva no futuro. E, mais importante, a simples extensão geográfica e as exigências logísticas de uma campanha a centenas de quilômetros no interior da Rússia acabaram com a maior vantagem da Wehrmacht: sua capacidade de lançar ataques fulminantes dentro de espaços limitados, de modo a superar o inimigo antes que suas reservas acabassem e sua máquina de guerra diminuísse de ritmo. Em contraste com a estupenda disposição de forças de combate reunidas pela Alemanha e seus aliados em junho de 1941, os recursos de apoio e avanço eram mínimos, especialmente devido ao precário sistema de estradas; nenhuma reflexão se fizera sobre a guerra no inverno, pois se supunha que a luta terminasse em três meses. A produção alemã de aviões era, em 1941, significativamente menor do que a da Grã-Bretanha ou Rússia, para não falarmos dos Estados Unidos. A Wehrmacht tinha menos tanques do que a Rússia; e os abastecimentos de petróleo e munição foram rapidamente esgotados pela campanha extensa.[191] Mesmo quando a Wehrmacht obtinha êxitos espetaculares — e a distribuição das forças ordenada por Stalin ante o iminente ataque permitiu aos alemães matar ou capturar 3 milhões de russos nos primeiros quatro meses de guerra — isso, em si, não resolvia o problema. A Rússia podia sofrer perdas tremendas de homens e equipamentos, e ceder 1 milhão de quilômetros quadrados de território, sem ser derrotada; a tomada de Moscou, ou talvez mesmo do próprio Stalin, poderia não ter provocado a rendição, devido às reservas extraordinariamente grandes do país. Em suma, era uma guerra sem limites, e o Terceiro Reich, com todos os seus imponentes sucessos e brilhantismo operacional, não estava adequadamente equipado para ela.

Se a Rússia podia ter sobrevivido ao exército alemão às portas de Moscou *e* a um pesado ataque do Japão à Sibéria, em dezembro de 1941, é outra questão, sobre a qual é fascinante especular, mas para a qual é impossível encontrar uma resposta. Ao assinar o Pacto Tripartite (setembro de 1940) com a Alemanha e Itália e, mais tarde (abril de 1941), o tratado de neutralidade com a União Soviética, o Japão esperava conter esta última para poder concentrar-se em sua expansão para o sul; mas muitos, em Tóquio, sentiram-se tentados a uma nova guerra contra a Rússia, ao ser divulgada a notícia do avanço alemão sobre Moscou. Se realmente o exército japonês tivesse atacado seu tradicional

inimigo na Ásia, em lugar de concordar com operações ao sul, poderia ter sido difícil a Roosevelt persuadir o povo americano a participar plenamente de tal guerra, e a assistência que os ingleses poderiam ter dado à Rússia no Extremo Oriente (se Churchill tivesse sido o único a entrar no conflito) teria sido mínima. Em lugar de enfrentar aquela terrível perspectiva de duas frentes, Stalin pôde desviar da Sibéria, em fins de 1941, suas divisões bem treinadas e preparadas para a guerra no inverno, a fim de ajudar a conter a ofensiva alemã e fazê-la recuar.[192] Do ponto de vista de Tóquio, porém, a decisão de expandir-se para o sul era absolutamente lógica. O embargo ocidental ao comércio com o Japão e o congelamento de seus bens em julho de 1941 (depois da tomada da Indochina francesa pelo Japão) deu ao exército e à marinha a perfeita consciência de que se não cedessem às exigências políticas da América, *ou* tentassem apossar-se do petróleo e matérias-primas do sudeste da Ásia, ficariam economicamente arruinados em poucos meses. A partir de julho de 1941, portanto, uma guerra no norte contra a Rússia tornou-se praticamente impossível, e as operações ao sul praticamente inevitáveis — mas como não se esperava que os americanos permanecessem indiferentes enquanto o Japão tomava Bornéu, Malásia e as Índias Orientais holandesas, então as suas instalações militares no Pacífico ocidental — e sua base em Pearl Harbor — também precisavam ser eliminadas. Simplesmente para manter o impulso do seu "incidente chinês", os generais japoneses passaram a considerar necessárias as operações em grande escala a milhares de quilômetros de sua pátria, contra alvos dos quais mal tinham ouvido falar.[193]

Dezembro de 1941 marcou o segundo ponto crucial de uma guerra que se tinha, já então, tornado mundial. Os contra-ataques russos ao redor de Moscou, no mesmo mês, confirmaram que pelo menos ali a Blitzkrieg tinha falhado. E se a espantosa coleção de êxitos japoneses nos seis primeiros meses da guerra no Pacífico constituíram pesados golpes para os Aliados, nenhum dos territórios perdidos (nem mesmo Cingapura ou as Filipinas) era realmente vital, em termos estratégicos gerais. Foi muito mais importante o fato de que as ações japonesas e a gratuita declaração de guerra de Hitler aos Estados Unidos tivessem finalmente levado ao conflito o mais poderoso país do mundo. Na verdade, a produtividade industrial, por si só, não podia assegurar a eficiência militar — e a capacidade operacional alemã, em particular, significava que as simples comparações de homem a homem e dólar a dólar eram tolice[194] — mas a Grande Aliança, como Churchill gostava de chamá-la, era tão superior em termos materiais ao Eixo, e suas bases produtivas estavam tão distante das forças armadas alemãs e japonesas, que ela tinha recursos e a oportunidade para acumular uma esmagadora força militar que nenhum dos adversários anteriores da agressão fascista podia ter esperanças de possuir. Dentro de mais um ano, de fato, a previsão de Tocqueville de 1835 sobre o aparecimento de um mundo bipolar estava, finalmente, a ponto de tornar-se realidade.

7

Estabilidade e Mudança em um Mundo Bipolar, 1943-1980

À notícia da entrada dos Estados Unidos na guerra, Winston Churchill manifestou abertamente a sua satisfação — e com boas razões. Como ele mais tarde explicou, "a sorte de Hitler estava selada. A sorte de Mussolini estava selada. Quanto aos japoneses, seriam transformados em pó. Todo o resto era apenas uma aplicação adequada de uma força esmagadora".[1] Não obstante, essa confiança deve ter parecido totalmente inoportuna aos espíritos mais cautelosos entre os Aliados, em 1942, e até a primeira metade de 1943. Durante seis meses depois de Pearl Harbor, as forças japonesas varreram o Pacífico e o sudeste da Ásia, sobrepujando os impérios coloniais, cercando a China a partir do sul, e ameaçando a Índia, Austrália e Havaí. Na guerra russo-alemã, a Wehrmacht reiniciou suas ofensivas brutais depois de terminado o inverno de 1941-1942, e lutava para chegar ao Cáucaso; quase que ao mesmo tempo, uma força alemã muito menor, comandada por Rommel na África do Norte, tinha avançado a 90 quilômetros de Alexandria. Os ataques dos submarinos aos comboios aliados mostravam-se mais mortais do que nunca, tendo as maiores perdas de navios mercantes ocorrido na primavera de 1943; e o "contrabloqueio" anglo-americano da economia alemã, por meio de bombardeios estratégicos, não estava alcançando seus objetivos e provocava sérias baixas entre as tripulações dos aviões. Se o destino das potências do Eixo *estava* selado depois de dezembro de 1941, havia poucas indicações de que elas se davam conta disso.

"A aplicação adequada de uma força esmagadora"

Não obstante, a suposição básica de Churchill estava certa. A transformação

do conflito de uma guerra européia numa guerra realmente global pode ter complicado o malabarismo estratégico britânico — como observaram muitos historiadores, a perda de Cingapura foi resultado da concentração de aviões e divisões britânicas no teatro de operações do Mediterrâneo[2] — mas modificou totalmente o equilíbrio geral das forças, quando os novos beligerantes mobilizaram-se adequadamente. Enquanto isso não ocorria, as máquinas de guerra alemã e japonesa ainda podiam continuar as suas conquistas. Quanto mais, porém, estas se estendiam, menos capazes eram de enfrentar as contra-ofensivas que os Aliados estavam preparando.

A primeira dessas reações ocorreu no Pacífico, onde os aviões de Nimitz, baseados em porta-aviões, já tinham contido o avanço japonês sobre o Mar de Coral (maio de 1942) e sobre Midway (junho de 1942), mostrando como o poderio aeronaval seria vital nas grandes amplidões daquele oceano. Em fins do mesmo ano, os soldados japoneses tinham sido expulsos de Guadalcanal e as forças australiano-americanas avançavam na Nova Guiné. Quando a contra-ofensiva no Pacífico central começou, em fins de 1943, as duas poderosas esquadras americanas que cobriam a invasão de Gilberts estavam, também elas, protegidas por quatro forças-tarefas de porta-aviões (12 porta-aviões) com controle esmagador do ar.[3] Um desequilíbrio de forças ainda maior tinha permitido às divisões do Império Britânico penetrar as posições alemãs em Al Alamein, em 1942, e fazer Rommel recuar na direção da Tunísia; quando Montgomery ordenou o ataque, tinha seis vezes mais tanques do que seu inimigo, três vezes mais soldados e controle quase total do ar. No mês que se seguiu, o exército anglo-americano de Eisenhower, com 100 mil homens, desembarcava na África do Norte francesa para começar um "movimento de pinças", a partir do oeste, contra as forças germano-italianas, que culminaria na rendição em massa destas, em maio de 1943.[4] Também àquela época, Doenitz tinha sido obrigado a retirar as matilhas de submarinos do Atlântico Norte, onde sofreram perdas muito pesadas contra comboios aliados, agora protegidos pelos *Liberator* de alcance muito longo, porta-aviões de escolta para operações aeronavais combinadas contra os submarinos, equipados com o que havia de mais moderno em radar e bombas de profundidade — e alertados pela decifração dos códigos secretos alemães, que permitia conhecer o movimento dos submarinos.[5] E se seria necessário mais tempo para que os Aliados conseguissem o "controle do ar" sobre a Europa, para complementar seu controle do mar, a solução estava sendo desenvolvida rapidamente na forma do caça *Mustang* de longo alcance, que acompanhou pela primeira vez as frotas de bombardeiros da Força Aérea Americana em dezembro de 1943. Dentro de alguns meses mais, a capacidade da Luftwaffe de defender o espaço aéreo sobre os soldados, fábricas e população civil do Terceiro Reich seria destruída sem possibilidade de recuperação.[6]

Ainda mais pressaga para o alto comando da Wehrmacht foi a mudança do equilíbrio de forças na frente oriental. Já em agosto de 1941, quando muitos observadores achavam que a Rússia estava em vias de ser liquidada como grande potência, o general Halder registrava seu pessimismo no diário do Estado-Maior:

> Supúnhamos ter o inimigo 200 divisões. Até agora, contamos 360... não estão

armadas e equipadas à altura dos nossos padrões, e sua liderança tática é, com freqüência, ruim... mas se esmagamos 12 delas, os russos simplesmente as substituem por outras 12... O tempo... é favorável a eles, por estarem perto de seus recursos, enquanto nós nos afastamos cada vez mais dos nossos.[7]

Nesse tipo de luta de massas, desordenada, brutalizada, o número de baixas estava tornando modestos até mesmo os totais da Primeira Guerra Mundial. Nos cinco primeiros meses de campanha, os alemães alegavam ter matado, ferido ou capturado bem mais de 3 milhões de russos.[8] Não obstante, naquele exato momento, quando Stalin e o Stavka planejavam a primeira contra-ofensiva em Moscou, o Exército Vermelho ainda tinha 4,2 milhões de homens em seus exércitos combatentes, e era numericamente superior em tanques e aviões.[9] Na verdade, ele não podia comparar-se à capacidade profissional dos alemães, em terra ou no ar — ainda em 1944, os russos perdiam cinco ou seis homens para cada soldado alemão abatido[10] — e quando o terrível inverno de 1941-1942 terminou, a máquina de guerra de Hitler pôde recomeçar sua ofensiva, desta vez contra Stalingrado, e depois, o desastre. Depois de Stalingrado, no verão de 1943, a Wehrmacht tentou novamente, reunindo suas forças blindadas para produzir o fantástico total de 17 divisões panzer para cercar Kursk. Mas no que seria, de longe, a maior batalha de tanques da Segunda Guerra Mundial, o Exército Vermelho contava com 34 divisões blindadas, cerca de 4 mil veículos, em comparação com os 2.700 da Alemanha. Embora o número de tanques tivesse sido reduzido à metade numa semana, eles tinham antes destruído a maior parte da *Panzerarmee* de Hitler, e estavam agora prontos para a infatigável contra-ofensiva em direção a Berlim. Àquela altura, a notícia do desembarque aliado na Itália deu a Hitler a desculpa para abandonar o que tinha sido um desastre total, bem como confirmou as proporções em que os adversários do Reich estavam fechando o cerco.[11]

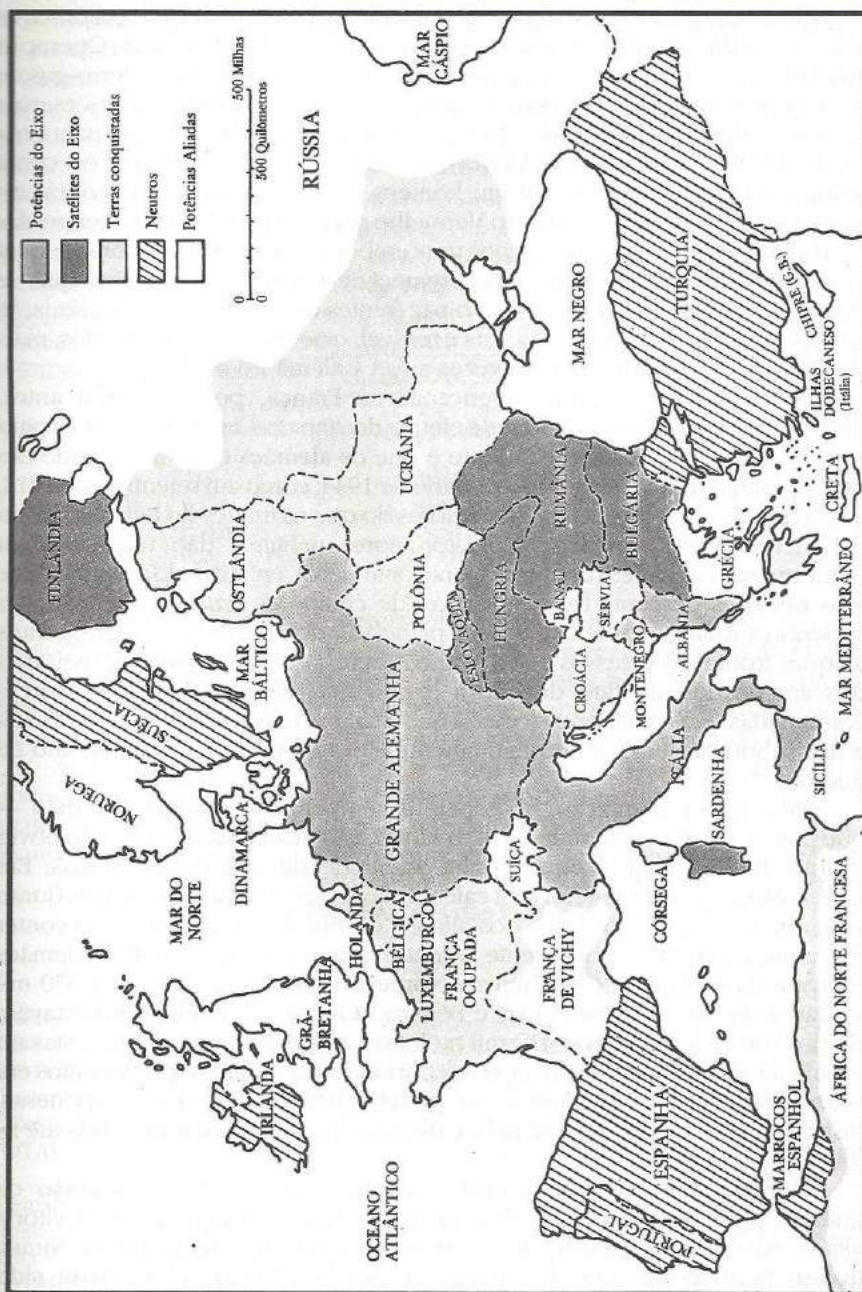
Foi tudo isso, então, apenas a "aplicação adequada de uma força esmagadora"? Evidentemente, o poderio econômico não foi nunca a *única* influência sobre a eficiência militar, mesmo na guerra mecanizada, total, de 1939-1945; a economia, parafraseando Clausewitz, estava mais ou menos na mesma relação para com o combate que a habilidade do espadachim está para a arte da esgrima. E houve demasiados exemplos de onde as lideranças alemã e japonesa cometeram sérios erros políticos e estratégicos depois de 1941 que lhes custariam caro. No caso alemão, isso foi desde as decisões de escala relativamente pequena, como mandar grandes reforços para a África do Norte em princípios de 1943, a tempo apenas de que fossem aprisionados, até o tratamento espantosamente estúpido e criminoso dos ucranianos e de outras minorias não-russas na U.R.S.S., que se sentiram felizes em sair do jugo stalinista, até que as atrocidades nazistas as fizeram recuar. Foi desde a arrogância de supor que o código Enigma jamais poderia ser decifrado, até o preconceito ideológico contra o uso de mulheres nas fábricas de munições, ao passo que todos os inimigos da Alemanha exploravam essa reserva de mão-de-obra largamente inaproveitada. E a situação agravou-se com as rivalidades nos escalões superiores do próprio exército, que o tornaram incapaz de resistir à necessidade maníaca que tinha Hitler de ofensivas ambiciosas demais, como

as de Stalingrado e Kursk. Acima de tudo, houve o que os estudiosos chamam de "caos policrático" de ministérios e subimpérios rivais (o exército, a SS, o Gauleiter, o ministério da Economia), que impediam qualquer avaliação e distribuição coerente de recursos, para não falarmos na elaboração do que em qualquer outro lugar seria chamado de "estratégia geral". Não era uma maneira séria de fazer guerra.[12]

Embora os erros estratégicos dos japoneses fossem menos destacados e contraproducentes, também foram espantosos. Como o Japão estava praticando uma estratégia "continental" na qual predominava a influência do exército, suas operações no Pacífico e sudeste da Ásia tinham sido realizadas com um mínimo de força — apenas 11 divisões, comparadas com as 13 na Manchúria e as 21 na China. Mas mesmo quando a contra-ofensiva americana no Pacífico central estava sendo realizada, os reforços japoneses em soldados e aviões para aquela região foram tardios e insuficientes — em especial, se comparados com os recursos destinados às maciças ofensivas na China em 1943-1944. Ironicamente, mesmo quando as forças de Nimitz se aproximavam do Japão, em princípios de 1945, e suas cidades estavam sendo pulverizadas do ar, ainda havia um milhão de soldados japoneses na China, e outros 780 mil, aproximadamente, na Manchúria — que já não podiam ser retirados devido à eficiência da campanha submarina dos americanos.

Mas também a Marinha Imperial Japonesa teve a sua parcela de culpa. A direção operacional de batalhas decisivas, como a de Midway, foi cheia de erros, e quando o porta-aviões mostrava-se supremo na guerra no Pacífico, muitos almirantes japoneses, depois da morte de Yamamoto, ainda preferiam o encouraçado e buscavam a oportunidade de uma segunda Tsushima — como as operações de 1944, no golfo de Leyte e, ainda mais simbolicamente, a viagem sem volta do suicida *Yamato* revelavam. Os submarinos japoneses, com seus formidáveis torpedos, foram mal usados como escolta para a esquadra de combate, ou de comboios de abastecimento para guarnições isoladas em ilhas, em lugar de serem empregados contra as linhas de comunicação do inimigo. Em contraste, a armada não soube proteger a sua própria marinha mercante, e demorou muito a desenvolver um sistema de comboios, técnicas anti-submarinas, porta-aviões de escolta e grupos aeronavais anti-submarinos, embora o Japão dependesse, ainda mais do que a Grã-Bretanha, de materiais importados.[13] Foi sintomático dessa obsessão com a esquadra de combate o fato de que, enquanto a marinha destinava recursos à construção de navios da classe do *Yamato*, não construía nenhum destróier de escolta entre 1941 e 1943 — em contraste com os 331 navios americanos desse tipo.[14] O Japão também perdeu totalmente a batalha da informação, dos códigos e de sua decifração.[15] Tudo isso foi tão prejudicial à preservação da Esfera de Co-Prosperidade da Ásia Oriental Maior quanto os erros alemães à manutenção do Reich dos Mil Anos.

Não há, evidentemente, nenhuma maneira de "contabilizar" esses erros e com isso descobrir como as potências do Eixo se teriam saído, se tais loucuras tivessem sido evitadas. A menos, porém, que os Aliados tivessem, por sua vez, cometido erros estratégicos e políticos igualmente sérios, é difícil ver como sua superioridade produtiva pudesse deixar de predominar, a longo prazo. Evidentemente, uma ocupação bem-sucedida de Moscou pelos alemães, em

Mapa 11: *A Europa no auge do poderio de Hitler, 1942*

dezembro de 1941, teria sido prejudicial ao esforço de guerra da Rússia (e ao regime de Stalin); mas teria a população da U.R.S.S. deixado de resistir, nessas circunstâncias, quando só podia esperar o extermínio — e quando ainda dispunha de grandes reservas produtivas e militares, a milhares de quilômetros ao leste? Apesar dos prejuízos econômicos provocados pela Operação Barbarossa — queda de 57% na produção de carvão, 68% na de ferro-gusa e assim por diante[16] — vale a pena notar que a Rússia produziu 4 mil aviões mais do que a Alemanha em 1941 e 10 mil mais em 1942, e isso apenas para uma frente de luta, ao contrário da Alemanha, que tinha três.[17] Levando-se em conta a sua crescente superioridade em homens, tanques, artilharia e aviões, no segundo ano da guerra o Exército Vermelho podia, na realidade, sofrer perdas na proporção de cinco ou seis por um (embora a um custo apavorante para seus soldados), e ainda continuar avançando contra os alemães que se enfraqueciam. Em início de 1945, só nas frentes da Bielo-Rússia e Ucrânia, "a superioridade soviética era absoluta e terrível, cinco vezes em blindados, mais de sete vezes na artilharia e 17 vezes a força alemã no ar."[18]

Como as forças anglo-americanas na França, poucos meses antes, desfrutaram de uma "superioridade efetiva de 20 para 1 em tanques, e 25 para 1 em aviões",[19] o fato surpreendente é que os alemães tenham resistido tão bem por tanto tempo. Mesmo ao término de 1944, como em setembro de 1918, ainda ocupavam territórios muito maiores do que os limites do Reich ao início da guerra. A essa questão os historiadores militares dão uma resposta praticamente unânime: a doutrina operacional alemã, enfatizando a flexibilidade e as decisões descentralizadas, a nível de *campo de batalha*, foram muito superiores à tática cautelosa e bem planejada dos ingleses, aos sangrentos ataques frontais dos russos e aos avanços entusiastas mas nada profissionais dos americanos; ao fato de que a experiência alemã no uso de "forças combinadas" era a melhor de todas, e que o calibre e o treinamento dos oficiais e dos suboficiais era extraordinariamente elevado, mesmo no último ano de guerra.

Mas nossa admiração, hoje, pelo desempenho operacional alemão — que parece estar aumentando de livro a livro, não deve obscurecer o fato óbvio de que Berlim, como Tóquio, tinha estendido demais as suas linhas. Em novembro de 1943 o general Jodl calculava que 3,9 milhões de alemães (junto com apenas 283 mil soldados dos aliados do Eixo) estavam tentando conter 5,5 milhões de russos na frente oriental. Mais 177 mil soldados alemães estavam na Finlândia, e 486 mil na Noruega e Dinamarca. Havia 1.370 mil soldados de ocupação na França e Bélgica. "Outros 612 mil homens estavam retidos nos Bálcãs, e havia 412 mil na Itália... Os exércitos de Hitler estavam espalhados por toda a Europa, em inferioridade numérica e equipamentos em todas as frentes." [21] O mesmo se poderia dizer das divisões japonesas, distribuídas de maneira tênue pelo Extremo Oriente, desde a Birmânia até as ilhas Aleutas.

Mesmo nas campanhas que aparentemente "mudaram o curso da guerra", podemos indagar se uma vitória do Eixo, em lugar de uma vitória aliada, não serviria apenas para adiar o resultado final. Se, digamos, Nimitz tivesse perdido mais de um porta-aviões em Midway, eles teriam sido distribuídos, naquele mesmo ano, por três outros, três porta-aviões leves, e

mais 15 de escolta; em 1943, por cinco porta-aviões de grande porte, seis leves e 25 de escolta; e em 1944, por nove porta-aviões de grande porte, e 35 de escolta.[22] Da mesma forma, nos anos críticos da Batalha do Atlântico, os Aliados perderam 8,3 milhões de toneladas de navios em 1942, e 4 milhões de toneladas em 1943, mas esses terríveis totais foram compensados por lançamentos de 7 milhões e 9 milhões de toneladas de novos navios mercantes, respectivamente. Isso se deveu principalmente à fantástica explosão da produção dos estaleiros americanos, que em meados de 1942 já estavam lançando mais navios do que os submarinos alemães podiam afundar — levando uma notável autoridade a concluir: "Na Segunda Guerra Mundial, a campanha dos submarinos alemães pode ter adiado, mas não afetou o resultado."[23] Em terra, também — e a Segunda Guerra Mundial na Europa foi predominantemente uma guerra de artilheiros e de tripulações de tanques — a produção alemã de peças de artilharia, canhões automovimentados e tanques foi consideravelmente menor do que a da Rússia, para não falarmos dos totais aliados conjuntos (ver Quadro 33).

Quadro 33. Produção de tanques em 1944[24]

Alemanha	17.800
Rússia	29.000
Grã-Bretanha	5.000
Estados Unidos	17.500 (em 1943, 29.500)

Mas a estatística mais reveladora entre todas relaciona-se com a produção de aviões (Quadro 34), pois todos podiam ver que sem os domínios dos ares era impossível a exércitos e armadas operar com eficiência; com o domínio dos ares, não só se podiam realizar campanhas vitoriosas, como também desfechar pesados golpes contra a economia de guerra do inimigo.

Além disso, tais números não revelam o fato de que os totais anglo-americanos incluem também um grande número de pesados bombardeiros de quatro motores, de modo que a superioridade aliada é ainda mais acentuada quando o número de motores, ou o peso estrutural dos aviões são comparados

Quadro 34. Produção de Aviões das Potências, 1939-1945[25]

	1939	*1940*	*1941*	*1942*	*1943*	*1944*	*1945*
Estados Unidos	5.856	12.804	26.277	47.836	85.898	96.318	49.761
U.R.S.S.	10.382	10.565	15.735	25.436	34.900	40.300	20.900
Grã-Bretanha	7.940	15.049	20.094	23.672	26.263	26.461	12.070
Comunidade Britânica	250	1.100	2.600	4.575	4700	4575	2.075
TOTAL ALIADOS	24.178	39.518	64.706	101.519	151.761	167.654	84.806
Alemanha	8.295	10.247	11.776	15.409	24.807	39.807	7.540
Japão	4.467	4.768	5.088	8.861	16.693	28.180	11.066
Itália	1.800	1.800	2.400	2.400	1.600	—	—
TOTAL EIXO	14.562	16.815	19.264	26.670	43.100	67.987	18.606

com os totais do Eixo.[26] Foi essa a razão fundamental pela qual, apesar dos extraordinários esforços dos alemães para conservar o domínio do ar,[27] suas cidades, fábricas e linhas ferroviárias foram cada vez mais devastadas — como o foi, e ainda mais, o território quase que totalmente desprotegido do Japão. Foi também essa a razão pela qual os submarinos de Doenitz tiveram de ficar abaixo da superfície; o Exército Birmanês de Slim pôde reforçar Imphal; os porta-aviões americanos puderam lançar repetidos ataques às bases japonesas por todo o Pacífico ocidental, e os soldados aliados, sempre que contidos por uma obstinada defesa alemã, puderam pedir aviões para arrasar o inimigo e colocar a ofensiva novamente em marcha. No próprio Dia-D (6 de junho de 1944), vale a pena notar que os alemães podiam reunir 319 aviões contra os 12.837 aliados no oeste. Invertendo a frase de Clausewitz, a arte da esgrima (como a arte da guerra) realmente exigia conhecimento e experiência, mas isso de pouco serviria ao combatente se ficasse sem espadas. Na batalha dos armeiros, os Aliados estavam vencendo claramente.

Pois o fato simples era que, mesmo depois da expansão dos impérios alemão e japonês, as forças produtivas e econômicas de cada lado eram *muito mais desproporcionais* do que na Primeira Guerra Mundial. De acordo com estimativas grosseiras que já vimos,[28] a Grande Alemanha de 1938 tinha uma parcela da produção manufatureira do mundo e um "potencial de guerra relativo" que eram ambos mais ou menos iguais aos da Grã-Bretanha e França juntas. Era provavelmente inferior aos recursos totais e potencial de guerra dos *impérios* britânico e francês combinados; mas essas áreas não tinham sido mobilizadas na proporção da Alemanha, quando a guerra foi deflagrada e, como dissemos antes, os Aliados eram menos do que competentes na questão vital dos conhecimentos operacionais. As aquisições territoriais da Alemanha em 1939 e (especialmente) em 1940 colocaram-na decisivamente à frente da potência isolada e um tanto enfraquecida cujo governo Churchill assumiu. O colapso da França e a entrada da Itália na guerra, portanto, deixaram o Império Britânico frente a uma aglomeração de força militar que, em termos de potencial de guerra, era provavelmente duas vezes mais forte: militarmente, o Eixo Berlim-Roma era inatacável por terra, ainda inferior no mar e mais ou menos igual no ar — daí a preferência britânica em lutar antes na África do Norte do que na Europa. O ataque da Alemanha à U.R.S.S não pareceu, a princípio, modificar esse equilíbrio, entre outras razões pelas pesadas baixas impostas ao Exército Vermelho, agravadas pela perda de territórios e de fábricas soviéticos.

Por outro lado, os acontecimentos decisivos de dezembro de 1941 modificaram totalmente esse equilíbrio: o contra-ataque russo em Moscou mostrou que a cidade não cairia ante a guerra tipo Blitzkrieg; e a entrada do Japão e dos Estados Unidos, no que passou a ser um conflito global, reuniu a "Grande Aliança" de enorme poder de resistência industrial e produtiva. O curso das campanhas militares podia não ser *imediatamente* afetado, já que a Alemanha estava ainda forte bastante para renovar sua ofensiva na Rússia no verão de 1942, e o Japão gozava dos seus primeiros seis meses de vitórias fáceis contra as forças despreparadas dos Estados Unidos, dos holandeses e do Império Britânico. Mas nem tudo isso podia fazer esquecer o fato de que os Aliados tinham *duas* vezes mais o poder industrial (usando os deformados

números de 1938, que reduzem a participação dos Estados Unidos), *três* vezes o "potencial de guerra" e *três* vezes a renda nacional das potências do Eixo, mesmo se somarmos as parcelas da França ao total da Alemanha.[29] Em 1942 e 1943, esses números sobre o poderio *potencial* eram trocados pela moeda forte dos aviões, canhões, tanques e navios; na verdade, em 1943-1944, os Estados Unidos sozinhos produziam um navio por dia e um avião a cada cinco minutos! E o que é mais, os Aliados estavam produzindo muitos *tipos* novos de armas (superfortalezas, Mustangs, porta-aviões leves), ao passo que as potências do Eixo só podiam fabricar armas avançadas (caças a jato, submarinos tipo 23) em quantidades relativamente pequenas.

A melhor medida dessa decisiva inclinação da balança nos é dada pelos números de *Wagenführ* para os totais da produção de armamentos dos principais combatentes (ver Quadro 35).

Quadro 35. Produção de armamentos das potências, 1940-1943[30]
(em bilhões de dólares de 1944)

	1940	*1941*	*1943*
Grã-Bretanha	3,5	6,5	11,1
U.R.S.S.	(5,0)	8,5	13,9
Estados Unidos	(1,5)	4,5	37,5
Total de *combatentes* aliados	3,5	19,5	62,5
Alemanha	6,0	6,0	13,8
Japão	(1,0)	2,0	4,5
Itália	0,75	1,0	-
Total de *combatentes* do Eixo	6,75	9,0	18,3

Assim, em 1940 a produção britânica de armamentos estava significativamente atrás da alemã, mas ainda assim crescia rapidamente, de modo que no ano seguinte tornava-se ligeiramente superior — o último ano no qual a economia alemã funcionou com relativa tranqüilidade. O duplo choque militar de Stalingrado e África do Norte e a ascensão de Speer ao ministério da Economia levaram a um enorme aumento na produção alemã de armas em 1943;[31] também o Japão mais do que duplicou a sua produção. Mesmo assim, o aumento nas produções britânica e soviética combinadas naqueles dois anos igualou o crescimento na produção do Eixo (G.-B./U.R.S.S., aumento de 10 bilhões de dólares, 1941-1943; cf. Eixo, 9,8 bilhões de aumento), e manteve a sua superioridade na produção total de armamentos. A mudança mais surpreendente, porém, ocorreu com o aumento de *mais de oito vezes* na produção americana de armas entre 1941 e 1943, o que significou que nesse último ano o total aliado foi de mais de três vezes o de seus inimigos — tornando com isso realidade o desequilíbrio em "potencial de guerra" e renda nacional que existira embrionariamente desde o início. Por melhor que a Wehrmacht montasse seus contra-ataques táticos nas frentes ocidental e oriental, e até quase os últimos meses da guerra, ela acabaria sendo esmagada pela simples massa da potência de fogo aliado. Em 1945, os milhares de bombardeiros anglo-americanos que martelavam o Reich diariamente e as

centenas de divisões do Exército Vermelho prontas a avançar sobre Berlim e Viena constituíam, todos, manifestações diferentes do mesmo fato. Mais uma vez, numa demorada guerra de coalizão, em grande escala, os países com a bolsa mais funda acabavam vencendo.

Isso também ocorria com o colapso do Japão na guerra do Pacífico. É evidente, hoje, que o lançamento das bombas atômicas em 1945 foram um marco na história militar do mundo, marco esse que lançou dúvidas sobre a viabilidade da humanidade, se uma guerra de grandes potências vier a ser travada com armas atômicas. Mas no contexto da campanha de 1945, foi apenas um de uma série de recursos militares que os Estados Unidos podiam então empregar, para obrigar o Japão a render-se. A bem-sucedida campanha americana de submarinos ameaçava levar o Japão à fome; os enxames de bombardeiros B-29 martelavam suas cidades reduzindo-as a cinzas (o bombardeio incendiário de Tóquio a 9 de março de 1945 causou aproximadamente 185 mil baixas e destruiu 267 mil edifícios); e os planejadores americanos e seus aliados preparavam uma invasão maciça das ilhas territoriais do Japão. A combinação de motivos que, apesar de certas reservas, levou à decisão de lançar a bomba — o desejo de evitar baixas aliadas, o desejo de fazer uma advertência a Stalin, a necessidade de justificar as enormes despesas no projeto atômico — ainda é discutida hoje;[32] mas o que queremos dizer aqui é que apenas os Estados Unidos tinham, naquela ocasião, os recursos produtivos e tecnológicos não só para travar duas guerras convencionais em grande escala, mas também investir cientistas, matéria-prima e dinheiro (cerca de 2 bilhões de dólares) na criação de uma nova arma que poderia funcionar, ou não. A devastação causada em Hiroxima, juntamente com a queda de Berlim ante o Exército Vermelho, não só simbolizou o fim de outra guerra, mas também marcou o início de uma nova ordem nos assuntos mundiais.

A nova paisagem estratégica

As linhas mestras da nova ordem já estavam sendo descritas pelos planejadores militares americanos, ainda quando o conflito se encontrava no auge. Como um dos seus relatórios sobre políticas a serem adotadas disse:

> A conclusão bem-sucedida da guerra contra nossos atuais inimigos encontrará um mundo profundamente mudado, no que se relaciona com as forças militares nacionais relativas, uma modificação realmente mais comparável com a provocada pela queda de Roma do que com qualquer outra mudança ocorrida nos 1.500 anos que se sucederam ... Depois da derrota do Japão, os Estados Unidos e a União Soviética serão as únicas potências militares de primeira grandeza. Isto se deve, em ambos os casos, a uma combinação de posição e extensão geográficas e a um grande potencial de municiamento.[33]

Embora os historiadores pudessem discordar da afirmação de que nada de natureza comparável tinha ocorrido nos últimos 1.500 anos, tornava-se claro que o equilíbrio global de poder depois da guerra seria totalmente diferente do que a havia antecedido. Antigas grandes potências — França, Itália — já se tinham eclipsado. A tentativa alemã de dominar a Europa estava

em colapso, bem como a tentativa idêntica do Japão no Extremo Oriente e Pacífico. A Grã-Bretanha, apesar de Churchill, estava em declínio. O mundo bipolar, tantas vezes previsto nos séculos XIX e XX, chegara finalmente; a ordem internacional, nas palavras de DePorte, passava agora "de um sistema para outro".[34] Apenas os Estados Unidos e a União Soviética contavam, ao que parecia; e dos dois, a "superpotência" americana era muito maior.

Simplesmente porque o resto do mundo estava exaurido pela guerra, ou ainda numa fase de "subdesenvolvimento" colonial, o poderio americano em 1945 era, à falta de outro termo, *artificialmente* alto, como, digamos, o da Grã-Bretanha em 1815. Não obstante, as dimensões reais desse poderio não tinham precedentes, em termos absolutos. Estimulado pelo enorme aumento nas despesas de guerra, o PNB nacional medido em dólares constantes de 1939 passou de 88,6 bilhões (1939) para 135 bilhões (1945), e para muito mais (220 bilhões) em dólares atuais. Finalmente, o "marasmo" da economia, que o New Deal não conseguira vencer, foi totalmente superado, e os recursos e a mão-de-obra subutilizados passaram a ser devidamente explorados: "Durante a guerra, o tamanho da fábrica produtiva no país cresceu em cerca de 50% e a produção física de mercadorias em mais de 50%.[35] Realmente, nos anos de 1940 a 1944 a expansão industrial nos Estados Unidos se fez em ritmo mais rápido — mais de 15% ao ano — do que em qualquer outro período, antes ou depois. Embora a maior parte desse crescimento fosse provocada pela produção de guerra (que passou de 2% do produto total em 1939 para 40% em 1943), a de produtos não-bélicos também aumentou, de modo que o setor civil da economia não foi prejudicado, como nas outras nações combatentes. Seu padrão de vida era mais elevado que o de qualquer outro país, o que também acontecia com a sua produtividade *per capita*. Entre as grandes potências, os Estados Unidos foram a única que se tornou mais rica — na verdade, muito mais rica — do que pobre, com a guerra. Quando do término desta, Washington tinha reservas em ouro de 20 bilhões de dólares, quase dois terços do total mundial de 33 bilhões.[36] Mais uma vez, "...mais de metade da produção industrial do mundo ocorreu nos Estados Unidos, que, na verdade, foram responsáveis por um terço da produção mundial de artigos de todos os tipos".[37] Isso também fez deles, de longe, o maior exportador de mercadorias ao final da guerra, e mesmo alguns anos depois forneciam um terço das exportações mundiais. Devido à expansão maciça de seus estaleiros, os Estados Unidos tinham agora metade do transporte marítimo mundial. Economicamente, o mundo estava em suas mãos.

Esse vigor econômico refletiu-se no poderio militar do país, que em fins da guerra controlava 12,5 milhões de soldados em armas, inclusive 7,5 milhões no exterior. Embora esse total fosse naturalmente diminuir com a paz (em 1948, o efetivo do exército era apenas de um nono do que tinha sido quatro anos antes), isso apenas refletia opções políticas, e não um potencial militar real. Dados os pressupostos iniciais de pós-guerra, sobre o papel limitado que os Estados Unidos teriam no mundo, uma melhor indicação de sua força está nos números relativos ao seu modermo arsenal. Àquela altura, a Marinha dos Estados Unidos era, indubitavelmente, a primeira do mundo: sua esquadra de 1.200 navios grandes (tendo como ponto de apoio central dezenas de porta-aviões, e não de encouraçados) era consideravelmente maior do que a

esquadra inglesa, não havendo nenhuma outra força marítima de significação. Em suas forças-tarefa formadas de porta-aviões, bem como em suas divisões de fuzileiros, os Estados Unidos tinham demonstrado amplamente sua capacidade de projetar seu poderio através do mundo, a qualquer região acessível pelo mar. Ainda mais imponente era o "domínio do ar" americano: os mais de 2 mil bombardeiros pesados que tinham martelado a Europa de Hitler, e os mil B-29s de grande alcance que tinham reduzido muitas cidades japonesas a cinzas seriam complementados por bombardeiros a jato ainda mais poderosos, como o B-36. Acima de tudo, os Estados Unidos tinham o monopólio das bombas atômicas, que prometiam a devastação de qualquer inimigo futuro, tão horrível quanto a registrada em Hiroxima e Nagasáqui.[38] Como análises posteriores mostraram, o poder militar americano pode ter sido na realidade menor do que parecia (havia muito poucas bombas-A em estoque e seu lançamento tinha amplas implicações políticas), sendo difícil usá-lo para influir no comportamento de um país tão distante, misterioso e inescrutável como a U.R.S.S. Mas a imagem de sua inefável superioridade permaneceu inalterada até a Guerra da Coréia, e foi reforçada pelos pedidos de tantas nações, de empréstimos, armas e promessas de apoio militar.

Dada a posição econômica e estratégica extremamente favorável dos Estados Unidos, sua projeção externa depois de 1945 não poderia surpreender aos que estão familiarizados com a história da política internacional. Com o desaparecimento das grandes potências tradicionais, eles ocuparam aos poucos o vazio assim criado. Transformados em número um, já não podiam conter-se dentro de suas fronteiras, e nem mesmo de seu hemisfério. Na verdade, a guerra foi a causa primária dessa projeção externa do poderio e influência americanos. Foi devido a ela, por exemplo, que em 1945 eles tinham 69 divisões na Europa, 26 na Ásia e Pacífico, e nenhuma nos Estados Unidos continentais.[39] Apenas por estarem comprometidos na reordenação política da Alemanha (e Áustria), estavam "lá fora"; e como tinham feito campanha em grupos de ilhas no Pacífico, e na África do Norte, Itália e Europa ocidental, tinham forças também nesses territórios. Eram muitos, porém, os americanos (em especial entre os soldados) que esperavam voltar para casa sem demora, fazendo com que a disposição das forças armadas dos Estados Unidos voltasse às suas posições anteriores a 1941. Mas embora essa idéia assustasse pessoas como Churchill e fosse atraente para os republicanos isolacionistas, era impossível fazer o tempo andar para trás. Como os ingleses depois de 1815, os americanos por sua vez viram a sua influência informal em várias áreas transformar-se em algo mais formal — e mais envolvente. Como os ingleses, também eles encontravam "novas fronteiras de insegurança" sempre que pretendiam traçar a linha. A *Pax Americana* tinha amadurecido.[40]

Os aspectos econômicos dessa nova ordem eram, pelo menos, bastante previsíveis. Durante a guerra, internacionalistas como Cordell Hull argumentaram, com alguma razão, que a crise global da década de 1930 fora causada, em grande parte, pelo mau funcionamento da economia internacional: pelas tarifas protetoras, pela concorrência econômica desleal, pelo acesso restrito às matérias-primas, pelas políticas governamentais autárquicas. A essa convicção iluminista do século XVIII de que "o comércio livre provoca a paz",[41] juntaram-se as pressões exercidas pelas indústrias de exportação,

receosas de que uma depressão de pós-guerra pudesse seguir-se ao declínio dos gastos governamentais americanos, a menos que novos mercados de além-mar fossem abertos para absorver os frutos da maior produtividade da América. A isso acrescentava-se também uma defesa decidida, e talvez excessiva, pelos militares, para assegurar o controle americano (ou o acesso irrestrito) de matérias-primas estratégicas como petróleo, borracha e minérios metalíferos.[42] Tudo isso combinou para comprometer os Estados Unidos na criação de uma nova ordem mundial benéfica às necessidades do capitalismo ocidental e, é claro, do mais florescente dos Estados capitalistas ocidentais — embora com a certeza adam-smithiana, a longo prazo, de que "a distribuição mais eficiente dos recursos, provocada pelo comércio livre, aumentaria a produtividade geral e com isso aumentaria a capacidade aquisitiva de todos."[43] Daí a série de acordos internacionais celebrados entre 1942 e 1946 — a criação do Fundo Monetário Internacional, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — e logo depois do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o GATT. Os países que desejavam obter alguns dos recursos disponíveis para reconstrução e desenvolvimento sob esse novo regime econômico viram-se obrigados a aceitar as exigências americanas de livre conversibilidade das moedas e da livre concorrência (como fizeram os ingleses, apesar de seus esforços para preservar a preferência imperial)[44] — ou afastar-se totalmente do sistema (como fizeram os russos, quando perceberam a sua incompatibilidade com os controles socialistas).

As falhas práticas desses acordos eram, primeiro, que o volume de dinheiro disponível era insuficiente para a devastação causada por seis anos de guerra total; e, segundo, que um sistema de *laissez-faire* inevitavelmente funciona em benefício do país em melhor situação competitiva — no caso, os Estados Unidos que não sofreram com a guerra e eram hiperprodutivos — em detrimento dos menos equipados para competir — nações devastadas pela guerra, com fronteiras modificadas, massas de refugiados, casas bombardeadas, máquinas desgastadas, dívidas ruinosas, mercados perdidos. Só a percepção que os americanos tiveram mais tarde dos perigos gêmeos do descontentamento social generalizado na Europa e da crescente influência soviética, que estimulou a criação do Plano Marshall, permitiu a liberação de recursos para a renovação industrial substancial do "mundo livre". Àquela época, porém, a expansão da influência econômica americana ia de mãos dadas com a construção de uma série de bases militares e a elaboração de tratados de segurança por todo o mundo (ver adiante, p.372). Também nesse caso há muitos paralelos com a expansão das bases britânicas e as relações estabelecidas pelos tratados, depois de 1815. A diferença mais notável é que a Grã-Bretanha, no todo, foi capaz de evitar a pletora de alianças fixas e envolventes com outros países soberanos, assumidas agora pelos Estados Unidos. Quase todos esses compromissos americanos foram, é certo, uma "reação aos acontecimentos"[45] provocados pelo desdobramento da Guerra Fria; a despeito dessa justificação, a verdade é que envolveram os Estados Unidos num grau de participação global totalmente em desacordo com sua história anterior.

Isso não parece ter preocupado os responsáveis pelas decisões de 1945, muitos dos quais parecem ter sentido não só que era obra de um "destino manifesto", como também que tinham agora uma oportunidade de ouro para

consertar o que as antigas grandes potências tinham conseguido estragar. "A experiência americana", exultou Henry Luce, da revista *Life,* "é a chave do futuro... A América deve ser o irmão mais velho das nações, na fraternidade humana." [46] Não só a China, sobre a qual recaíam grandes esperanças, como todos os outros países do que seria logo chamado de Terceiro Mundo foram estimulados a adotar os ideais americanos de auto-ajuda, espírito empresarial, livre comércio e democracia. "Todos esses princípios e políticas são tão benéficos e atraentes para o senso de justiça, de direito e para o bem-estar dos povos livres por toda parte", profetizava Hull, "que dentro de poucos anos todo o mecanismo internacional estará trabalhando muito satisfatoriamente."[47] Quem fosse tão cego a ponto de não perceber isso — quer fossem os antiquados imperialistas ingleses e holandeses, ou os partidos políticos europeus de esquerda, ou o Molotov de cara fechada — seriam convencidos, por uma combinação de estímulos e pressões, na direção certa. Como disse um funcionário americano, "Agora é a nossa vez na Ásia";[48] e, poderia ter acrescentado, também em quase toda a parte.

A única área em que era altamente improvável a penetração da influência americana era a controlada pela União Soviética, que em 1945 (e desde então) alegava ser a verdadeira vencedora da luta contra o fascismo. De acordo com suas estatísticas, o Exército Vermelho tinha esmagado um total de 506 divisões alemãs; e dos 13,6 milhões de baixas e de prisioneiros alemães da Segunda Guerra Mundial, 10 milhões ocorreram na frente oriental.[49] Mas antes mesmo que o Terceiro Reich desmoronasse, Stalin transferia dezenas de divisões para o Extremo Oriente, pronto a lançá-las sobre o enfraquecido Exército Kwantung do Japão, na Manchúria, quando chegasse o momento — que ocorreu, como talvez não seja surpresa, três dias depois de Hiroxima. A extensa campanha na frente ocidental mais do que inverteu a desastrosa queda pós-1917 na posição da Rússia na Europa. Na verdade, ela a recolocou em nível semelhante ao do período 1814-1848, quando seu grande exército foi o policial da Europa centro-oriental. As fronteiras territoriais russas ampliaram-se — no norte, às expensas da Finlândia; no centro, às expensas da Polônia; e no sul, recuperando a Bessarábia, às expensas da Romênia. Os Estados bálticos, Estônia, Letônia e Lituânia, foram reincorporados à Rússia. Parte da Prússia oriental foi tomada, e um pedaço do leste da Tchecoslováquia (Rutênia, ou a Ucrânia Subcarpática) também foi ponderadamente acrescentado, de modo a haver acesso direto à Hungria. A oeste e sudoeste dessa Rússia aumentada, havia um novo *cordão sanitário* de Estados satélites, Polônia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e (até que se libertaram) Iugoslávia e Albânia. Entre eles e o Ocidente, a proverbial "cortina de ferro" caía; atrás dela, os dirigentes do Partido Comunista e a polícia secreta determinaram que toda a região funcionaria de acordo com princípios totalmente contrários às esperanças de Cordell Hull. O mesmo acontecia no Extremo Oriente, onde a rápida ocupação da Manchúria, Coréia do Norte e Sacalina não só vingou a guerra de 1904-1905, como permitiu uma ligação com os comunistas chineses de Mao, cuja aceitação do evangelho do capitalismo do *laissez-faire* também era pouco provável.

Mas se esse crescimento da influência soviética parecia imponente, sua base econômica tinha sido muito prejudicada pela guerra — em contraste com

o imperturbado surto de prosperidade dos Estados Unidos. As perdas de população da Rússia foram terríveis: 7,5 milhões nas forças armadas, 6 a 8 milhões de civis mortos pelos alemães, mais as perdas de guerra "indiretas" causadas pelas reduzidas rações de alimentos, trabalho forçado e o enorme aumento das horas de trabalho, de modo que "no total, provavelmente cerca de 20 a 25 milhões de cidadãos soviéticos tiveram morte prematura entre 1941 e 1945".[50] Como as baixas foram principalmente de homens, o conseqüente desequilíbrio entre os sexos afetou muito a estrutura demográfica do país e provocou uma acentuada queda das taxas de natalidade. O prejuízo material causado nas áreas européias da Rússia ocupadas pelos alemães, a Ucrânia e a Bielo-Rússia, foi tão grande que escapa à imaginação normal:

> Dos 11,6 milhões de cavalos no território ocupado, 7 milhões foram mortos ou levados, bem como 20 dos 23 milhões de porcos. Foram destruídos 137 mil tratores, 49 mil ceifadeiras-colhedeiras e grande número de estábulos e outras edificações rurais. Os transportes foram atingidos pela destruição de 65 mil quilômetros de linhas ferroviárias, perda ou danificação de 15.800 locomotivas, de 428 mil vagões de carga, 4.280 barcos fluviais e metade de todas as pontes de estradas de ferro da região ocupada. Quase 50% de todo o espaço domiciliar urbano desse território, 1,2 milhões de casas, foram destruídas, bem como 3,5 milhões de residências em áreas rurais.
>
> Muitas cidades estavam em ruínas. Milhares de aldeias foram arrasadas. O povo vivia em buracos no chão.[51]

Não é de surpreender, portanto, que quando os russos entraram em sua "zona de ocupação" na Alemanha, tivessem tentado retirar dela todos os bens móveis, fábricas, linhas ferroviárias, etc., bem como exigido indenizações de outros territórios do leste europeu (petróleo romeno, madeira finlandesa, carvão polonês).

É certo que a União Soviética tinha vencido a Grande Alemanha na batalha dos armamentos, bem como na linha de frente; fizera-o, porém, com uma incrível concentração na produção industrial-militar, e com reduções drásticas em todos os outros setores — bens de consumo, comércio e varejo, abastecimentos agrícolas (embora a queda da produção de alimentos tenha sido causada principalmente pelo saque alemão).[52] Em essência, portanto, a Rússia de 1945 era um gigante militar e, ao mesmo tempo, economicamente pobre, deficiente e desequilibrada. Sem o empréstimo e arrendamento, e tendo rejeitado dinheiros americanos posteriores devido às condições políticas de sua oferta, a União Soviética voltou ao seu programa pós-1928 de crescimento econômico forçado com os seus próprios recursos — com a mesma ênfase sobre os bens de produção (indústria pesada, carvão, eletricidade, cimento) e transportes, em detrimento dos bens de consumo e da agricultura, e com uma redução natural dos gastos militares, em relação aos níveis de guerra. O resultado, depois das dificuldades iniciais, foi um "milagre econômico menor"[53] no que se relaciona com a indústria pesada, tendo a produção quase que duplicado entre 1945 e 1950. Obcecado pela necessidade de reconstruir o sistema nervoso do poderio nacional, o regime stalinista não teve problemas na realização desses objetivos simplistas, nem em manter em níveis pré-revolução o padrão de vida da maioria dos russos. Não obstante, devemos

notar também que, como ocorreu com o crescimento posterior a 1933, grande parte da "recuperação" da produção industrial consistiu em voltar aos níveis de *antes* da guerra. Na Ucrânia, por exemplo, a produção metalúrgica e elétrica em torno de 1950 tinha alcançado, ou ultrapassado de pouco, os números de 1940. Mais uma vez devido à guerra, o crescimento econômico da Rússia foi atrasado de uma década aproximadamente. Mais séria ainda, a longo prazo, era a incapacidade constante do vital setor agrícola: com a suspensão das medidas de incentivo da emergência de guerra, e devido aos investimentos totalmente inadequados (e mal dirigidos), a atividade agrícola diminuiu e a produção de alimentos baixou muito. Até a sua morte, Stalin manteve a sua amarga vingança contra a preferência do campesinato pelas glebas privadas, assegurando com isso a continuação da baixa produtividade e da alta ineficiência da agricultura russa.[54]

Em contraste, Stalin estava claramente decidido a manter um alto nível de segurança militar ao mundo de pós-guerra. Levando-se em conta a necessidade de reconstruir a economia, não é de surpreender que o enorme Exército Vermelho fosse reduzido em dois terços depois de 1945, para o total ainda muito substancial de 175 divisões, apoiadas por 25 mil tanques e 19 mil aviões. Continuava sendo, portanto, a maior estrutura defensiva do mundo — fato justificado (pelo menos aos olhos soviéticos) pela sua necessidade de dissuadir futuras agressões e, mais prosaicamente, de controlar seus recém-adquiridos satélites na Europa, bem como as conquistas no Extremo Oriente. Embora fosse uma enorme força, muitas de suas divisões existiam apenas de forma incipiente, ou eram essencialmente tropas não-combatentes.[55] Além disso, as forças armadas corriam o risco de que sofrera o gigantesco exército russo nas décadas posteriores a 1815 — uma obsolescência crescente, frente aos progressos militares. Isso seria combatido não só com substancial reorganização e modernização das divisões do exército,[56] como também destinando-se os recursos econômicos e científicos do estado soviético ao desenvolvimento de novos sistemas de armas. Em 1947-1948, o formidável caça a jato MIG-15 entrava em serviço, e — imitação dos americanos e ingleses — tinha sido criada uma força aérea estratégica de longo alcance. Cientistas e técnicos alemães aprisionados foram usados para desenvolver vários mísseis guiados. Mesmo durante a guerra, tinham sido destinados recursos ao desenvolvimento de uma bomba atômica soviética. E a marinha russa, que fora uma simples arma auxiliar na luta contra a Alemanha, estava também sendo transformada, com a inclusão de novos cruzadores pesados e mais submarinos de alto-mar. Grande parte desse programa era um aperfeiçoamento de armas já existentes e, pelos padrões ocidentais, grosseiro. O que não deixava dúvidas, porém, era a disposição soviética de não ficar para trás.[57]

O terceiro elemento principal no fortalecimento do poderio russo foi a renovada ênfase de Stalin na disciplina interna e no conformismo absoluto, em fins da década de 1930. Se isso se devia à sua crescente paranóia ou a uma série de movimentos cuidadosamente calculados para reforçar a sua posição ditatorial — ou uma combinação dos dois — é difícil dizer, mas os acontecimentos falam por si mesmos.[58] Todos os que tinham ligações com o exterior eram suspeitos; os prisioneiros de guerra que voltavam eram fuzilados; a criação do Estado de Israel, e com isso uma fonte alternativa de

fidelidade para os judeus, levou a novas medidas anti-semitas na Rússia. A liderança do exército teve suas proporções reduzidas de acordo com os efetivos, sendo o respeitado marechal Zukov afastado do comando das forças soviéticas de terra em 1946. A disciplina dentro do próprio Partido Comunista e a admissão a ele tornaram-se mais rigorosas; em 1948, toda a liderança partidária em Leningrado (que Stalin sempre viu com aversão) sofreu um expurgo. A censura foi intensificada, não só sobre a literatura a as artes criativas, como também sobre as ciências naturais, biologia, lingüística. Esse "endurecimento" geral do sistema enquadrava-se naturalmente com a reafirmação da coletivização da agricultura já mencionada, e com o aumento das tensões da guerra fria. Era também natural que um processo semelhante de endurecimento ideológico e controle totalitário ocorresse nos Estados da Europa oriental sob domínio soviético, onde a eliminação de partidos rivais, a realização de simulacros de julgamentos e a campanha contra os direitos e propriedades individuais tornaram-se a ordem do dia. Tudo isso, e em particular a eliminação da democracia na Polônia e (em 1948) na Tchecoslováquia, levou a uma considerável redução do entusiasmo ocidental pelo sistema soviético. E não é claro se tais medidas foram cuidadosamente calculadas — havia, e há, uma lógica brutal no desejo da elite soviética de isolar seus satélites, bem como seu próprio povo, das idéias e riquezas do Ocidente — ou simplesmente refletiam a paranóia crescente de Stalin, à medida que seu fim se aproximava. Qualquer que seja a causa, havia uma faixa maciça de território totalmente imune às influências de qualquer *Pax Americana* e que, na verdade, propunha uma alternativa a ela.

Esse crescimento do império soviético parecia confirmar as previsões geopolíticas de Mackinder e outros, de que uma potência militar gigantesca controlaria os recursos do "núcleo" eurasiano, e que a maior expansão desse Estado para a periferia, ou "orla", teria de ser contestada pelos grandes Estados marítimos, se quisessem preservar um equilíbrio mundial de forças.[59] Transcorreriam ainda alguns anos até que os governos dos Estados Unidos, abalados pela Guerra da Coréia, abandonassem totalmente suas idéias anteriores de "um mundo só", substituindo-as pela imagem de uma incessante luta de superpotências na arena internacional. Não obstante, isso estava implícito em grande parte das circunstâncias existentes em 1945; os Estados Unidos e a União Soviética eram as únicas nações capazes então, como Tocqueville tinha dito, de influir nos destinos de metade do globo; e ambas tinham sido atraídas para um pensamento "globalista". "A U.R.S.S. é hoje um dos mais poderosos países do mundo. Não se pode resolver hoje nenhum problema sério das relações internacionais sem ela..." disse Molotov em 1946,[60] num eco à advertência americana feita antes a Moscou (quando parecia que Churchill e Stalin poderiam chegar a um acordo privado sobre a Europa oriental), de que "nessa guerra global não há literalmente nenhuma questão, política ou militar, na qual os Estados Unidos não estejam interessados".[61] Era inevitável um sério choque de interesses.

Mas, e as antigas grandes potências, agora meros pesos médios, cujo colapso era o reverso da medalha da ascensão das superpotências? Devemos dizer imediatamente que os Estados fascistas derrotados da Alemanha, Japão e Itália ocupavam uma categoria diferente da Grã-Bretanha e talvez, também,

da França, no período imediato de pós-guerra. Quando a luta cessou, os Aliados puseram em prática seus planos para fazer com que nem a Alemanha nem o Japão voltassem jamais a constituir-se numa ameaça à ordem internacional. Isso implicava não só a ocupação militar a longo prazo dos dois países, mas também, no caso da Alemanha, sua divisão em quatro zonas de ocupação e, mais tarde, em dois Estados separados. O Japão foi privado de suas conquistas (como também a Itália, em 1943), a Alemanha de suas aquisições européias e seus territórios mais antigos no leste (Silésia, Prússia oriental, etc.). A devastação causada pelos bombardeios estratégicos, o desgaste do sistema de transportes, a queda do número de habitações e a falta de muitas matérias-primas e mercados de exportação foram agravados pelo controle aliado da indústria — e, na Alemanha, pela desmontagem de fábricas. A renda nacional e produto nacional alemães foram, em 1946, menos de um terço do que tinham sido em 1938, uma terrível redução.[62] Ocorreu no Japão um retrocesso econômico semelhante: a renda nacional real em 1946 foi de apenas 57% do que tinha sido em 1934-1936, e os salários reais na indústria haviam caído a apenas 30% do que eram naquelas datas; o comércio exterior foi tão pequeno que mesmo dois anos depois as exportações eram apenas 9%, e a importação 18%, dos números de 1934-1936. O transporte marítimo japonês foi eliminado pela guerra, o número de teares de algodão caiu de 12,2 milhões para 2 milhões, a produção de carvão foi reduzida à metade, e assim por diante.[63] Econômica e militarmente, sua época de nações poderosas parecia ter terminado.

Embora a Itália tenha mudado de lado em 1943, seu destino econômico foi quase tão sombrio quanto o da Alemanha e Japão. Durante dois anos as forças aliadas lutaram e bombardearam a península, agravando seriamente os prejuízos causados pelas extravagâncias estratégicas de Mussolini. "Em 1945 ... o produto nacional bruto da Itália tinha voltado ao nível de 1911 e diminuído em cerca de 40% em termos reais, se comparado com 1938. A população, apesar das perdas de guerra, tinha aumentado, em grande parte como conseqüência do repatriamento das colônias e o fim da emigração. O padrão de vida era alarmantemente baixo, e sem a ajuda internacional, em especial dos Estados Unidos, muitos italianos teriam morrido de fome."[64] Os salários reais italianos tinham caído para 26,7% de seu valor de 1913, em 1945.[65] Na verdade, todos esses países dependiam terrivelmente da ajuda americana, nesse período; e como tal, eram pouco mais do que satélites econômicos.

Era difícil dizer a diferença, em termos econômicos, entre a França e a Alemanha. Quatro anos de saques pelos alemães foram seguidos de meses de lutas em grande escala, em 1944: "a maioria das vias fluviais e portos estavam bloqueados, a maioria das pontes destruídas, grande parte do sistema ferroviário temporariamente fora de uso".[66] Os índices de Fohlen sobre as importações e exportações francesas mostram que caíram praticamente a zero em 1944-1945; a renda nacional da França, àquela época, foi de apenas metade de 1938, ano pouco favorável.[67] A França não tinha reservas de divisas estrangeiras, e o próprio franco não era aceito nas trocas; seu valor, quando fixado a 50 por dólar, em 1944, era "puramente fictício"[68] e dentro de um ano tinha caído a 119 o dólar; em 1949, quando as coisas pareciam mais estáveis, estava a 420 por dólar. A política partidária francesa, em particular o papel do Partido Comunista, evidentemente combinou-se com esses problemas puramente econômicos da reconstrução, nacionalização e inflação.

Por outro lado, os Franceses Livres tinham sido membros da Grande Aliança contra o fascismo e tinham lutado em muitas das principais campanhas, bem como triunfado em sua guerra "civil" contra as forças pró-Vichy na África Ocidental, no Levante e Argélia. Tendo em vista a ocupação alemã da França e a divisão da fidelidade francesa durante a guerra, a organização de De Gaulle dependeu muito da ajuda anglo-americana — do que o general se ressentia, mesmo ao exigir mais. Não obstante, os ingleses estavam ansiosos por ver a França restabelecida em sua posição de grande potência militar na Europa, como um obstáculo à Rússia — em lugar de ter uma Alemanha desmoronada fazendo esse papel — e por isso a França teve muitas das insígnias de grande potência: uma zona de ocupação na Alemanha, lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU, e assim por diante. Embora não recuperasse seus antigos mandatos na Síria e Líbano, buscou reafirmar-se na Indochina e em protetorados como Tunísia e Marrocos; e, com seus departamentos e territórios de além-mar, ainda dispunha do segundo maior império colonial do mundo, e estava disposta a conservá-lo.[69] Para muitos observadores externos, em especial os americanos, essa tentativa da França de reconquistar os petrechos de potência de primeira classe, quando se encontrava tão desesperadamente fraca do ponto de vista econômico — e tão dependente do apoio financeiro americano — nada mais era do que uma *folie de grandeur.* E em grande parte realmente era. Talvez a sua principal conseqüência tenha sido disfarçar, pelo menos por mais alguns anos, em que proporções a paisagem estratégica do mundo fora modificada pela guerra.

Embora a maioria dos ingleses se indignasse, em 1945, com a comparação, a manutenção da aparência de sua nação e império como uma das grandes potências do mundo também disfarçava o novo equilíbrio estratégico — bem como tornava psicologicamente difícil aos responsáveis pelas decisões em Londres ajustar-se à política da decadência. O Império Britânico era o único grande Estado que tinha lutado na Segunda Guerra Mundial de princípio a fim. Sob a liderança de Churchill, foi indiscutivelmente um dos "Três Grandes". Seu desempenho militar, no mar, no ar e mesmo em terra, tinha sido significativamente melhor do que na Primeira Guerra Mundial. Em agosto de 1945, todas as possessões do rei-imperador — inclusive Hong Kong — estavam de volta às mãos britânicas. Soldados e bases aéreas britânicas espalhavam-se pela África do Norte, Itália, Alemanha, sudeste da Ásia. Apesar das pesadas perdas, a Marinha Real tinha mais de mil navios de guerra, cerca de 3 mil navios de guerra de menores proporções, e cerca de 5.500 veículos de desembarque. O Corpo de Bombeiros da Real Força Aérea (RAF) era a segunda força aérea do mundo. E ainda assim, como Correlli Barnett observou vigorosamente, a "vitória" não foi

> sinônimo da preservação do poderio britânico. A derrota da Alemanha [e seus aliados] foi apenas um fator, embora muito importante, dessa preservação. Pois a Alemanha podia ser derrotada e ainda assim o poderio britânico podia chegar ao fim. O importante não era tanto a "vitória" em si, mas as circunstâncias da vitória, e em particular as circunstâncias nas quais a Inglaterra se encontrou ...[70]

Pois a verdade é que, para conseguir um resultado vitorioso na guerra, os britânicos se tinham esforçado demais, esgotando todas as suas reservas de

ouro e dólar, desgastando suas fábricas, e (apesar de uma extraordinária mobilização de seus recursos e população) tornaram-se cada vez mais dependentes das munições, transporte marítimo, alimentos e outros abastecimentos americanos, para poder continuar lutando. Enquanto sua necessidade de tais importações aumentava ano a ano, suas exportações tinham desaparecido — em 1944, eram apenas 31% do número de 1938. Quando o governo trabalhista assumiu o poder em julho de 1945, um dos primeiros documentos que teve de ler foi o assustador memorando de Keynes sobre o "Dunquerque financeiro" enfrentado pelo país: seu colosal desequilíbrio comercial, sua base industrial debilitada e suas enormes instalações no exterior significavam que a ajuda americana era desesperadamente necessária para substituir o fim do empréstimo e arrendamento. Sem essa ajuda, na verdade, "seria preciso uma austeridade maior da que enfrentamos em qualquer momento, durante a guerra ..."[71] Mais uma vez, como aconteceu na Primeira Guerra Mundial, a meta de criar uma pátria digna dos heróis teria de ser modificada. Dessa vez, porém, era impossível acreditar que a Grã-Bretanha continuasse no centro do mundo, politicamente.

Não obstante, ainda perduravam as ilusões de grande potência, mesmo entre os ministros trabalhistas empenhados na criação de um "Estado do bem-estar social". A história dos anos que se seguiram representa, portanto, uma ansiosa tentativa britânica de enfrentar esses irreconciliáveis — melhorar os padões de vida internos, passar a uma "economia mista", diminuir o déficit comercial, e ao mesmo tempo manter uma coleção muito ampliada de bases no exterior, na Alemanha, no Oriente Próximo e na Índia, manter grandes forças armadas devido ao agravamento das relações com a Rússia. Como o exame detalhado do governo Attlee mostra,[72] ele teve êxitos notáveis sob muitos aspectos: a produtividade industrial aumentou, o déficit comercial diminuiu, foram postas em prática reformas sociais, o cenário europeu estabilizou-se. O governo trabalhista também julgou prudente retirar-se da Índia, afastar-se do caos da Palestina e abandonar as garantias à Grécia e à Turquia, de modo a ver-se aliviado de pelo menos alguns de seus ônus mais prementes no além-mar. Por outro lado, a recuperação econômica, em si mesma, dependeu do grande empréstimo negociado por Keynes em Washington em 1945, do apoio maciço prestado através do Plano Marshall e da devastação em que ainda se encontravam a maioria dos rivais comerciais da Grã-Bretanha; foi, portanto, uma recuperação econômica delicada e condicional. Igualmente duvidoso, a longo prazo, foi o êxito das retiradas britânicas de 1947. É certo que pesos intoleráveis foram alijados, mas esse estratégico "jogo imaginoso" foi postulado na suposição de que, ao abandonar certas regiões, a Grã-Bretanha poderia relocalizar suas bases mais de acordo com seus verdadeiros interesses imperiais — o canal de Suez e não a Palestina, o petróleo árabe e não a Índia. Àquela altura, certamente não era intenção de Whitehall abandonar *o resto* do império dependente, que em termos econômicos era mais importante do que nunca para a Grã-Bretanha.[73] Só os novos choques e o custo cada vez maior de manter-se ali viria a forçar, mais tarde, a reavaliação do lugar britânico no mundo. Enquanto isso, porém, a Inglaterra continuaria sendo, do ponto de vista estratégico, muito distendida, ainda mais poderosa, dependente dos Estados Unidos para a segurança e, ao mesmo tempo,

também a sua mais útil aliada — e importante colaboradora estratégica — num mundo que se dividia em dois grandes blocos de poder.[74]

Apesar de todos os esforços em contrário dos governos britânico e francês, não havia dúvidas sobre "o fim da era européia". Enquanto o PNB dos Estados Unidos tinha aumentado em mais de 50% em termos reais durante a guerra, o da Europa como um todo (exceto a União Soviética) tinha caído em cerca de 25%.[75] A parcela européia da produção industrial mundial era inferior a qualquer outro momento desde princípios do século XIX; ainda em 1953, quando a maioria dos estragos da guerra tinha sido reparada, a Europa tinha apenas 26% do total (em comparação com os 44,7% dos Estados Unidos).[76] Sua população era agora de apenas cerca de 15-16% da população mundial total. Em 1950, seu PNB *per capita* era de apenas cerca da metade do dos Estados Unidos; além disso, a União Soviética tinha, já então, reduzido significativamente a distância, de modo que o PNB total das potências era o indicado no Quadro 36.

Quadro 36. PNB total e *per capita* das potências em 1950[77]
(em dólares de 1964)

	PNB total	*PNB per capita*
Estados Unidos	381 bilhões	2.536
U.R.S.S.	126	699
Reino Unido	71	1.393 (1951)
França	50	1.172
Alemanha Ocidental	48	1.001
Japão	32	382
Itália	29	626 (1951)

O eclipse das potências européias refletia-se ainda mais acentuadamente no pessoal e nos gastos militares. Em 1950, por exemplo, os Estados Unidos gastaram 14,5 bilhões de dólares com defesa, e tinham 1,38 milhão de pessoal militar, enquanto a U.R.S.S. gastou um pouco mais (15,5 bilhões) em suas forças armadas bem maiores, de 4,3 milhões de homens. Nesses dois aspectos, as superpotências estavam muito à frente da Grã-Bretanha (2,3 bilhões de dólares; 680 mil homens), França (1,4 bilhão; 590 mil) e Itália (0,5 bilhão; 230 mil) e, é claro, da Alemanha e Japão, ainda desmilitarizados. As tensões da Guerra da Coréia provocaram aumentos significativos nos gastos com a defesa pelas potências européias de peso médio em 1951, obscurecidas porém pelos gastos dos Estados Unidos (33,3 bilhões) e U.R.S.S. (20,1 bilhões de dólares). Só naquele ano, as despesas defensivas da Grã-Bretanha, França e Itália combinadas foram menos que um quinto dos Estados Unidos e menos de um terço da U.R.S.S.; e seu pessoal militar combinado foi de metade dos Estados Unidos e um terço da Rússia.[78] Tanto em vigor econômico como em poder militar relativos, os estados europeus pareciam decididamente eclipsados.

Tal impressão foi intensificada pelo advento das armas nucleares e os sistemas de transportá-las para pontos distantes. É evidente pelos registros que muitos cientistas que trabalhavam na bomba-A tinham perfeita consciência de que chegavam a um marco de toda a história da guerra, dos sistemas de armas

e da capacidade destrutiva do homem. O bem-sucedido teste de Alamogordo, em 16 de julho de 1945, confirmou para os observadores que "tinha sido criada alguma coisa grande e alguma coisa nova, imensamente mais importante do que a descoberta da eletricidade ou qualquer outra das grandes descobertas que afetaram a nossa existência". Quando "o forte, constante e apavorante rugido que anunciava o Juízo Final"[79] repetiu-se na mortandade real de Hiroxima e Nagasáqui, não pôde haver mais dúvidas quanto ao poder da arma. Sua criação deixou os responsáveis pelas decisões americanas às voltas com as muitas conseqüências práticas, para o futuro. De que modo seria afetada a guerra convencional? Devia ela ser usada imediatamente no início da guerra, ou como arma de último recurso? Quais as implicações e o potencial do desenvolvimento de formas mais poderosas (bomba-H) e menos poderosas (táticas) das armas nucleares? Devia esse conhecimento ser partilhado com outros?[80] Isso deu, sem dúvida, também um impulso à pesquisa soviética, já existente, de armas nucleares, pois Stalin colocou seu formidável chefe de segurança, Beria, à frente do programa atômico no dia seguinte à Hiroxima.[81] Embora os russos estivessem claramente atrasados, naquela época, na criação das bombas e de seus sistemas de lançamento, alcançaram os americanos mais depressa do que estes esperavam. Durante alguns anos, depois de 1945, parecia justo que a vantagem nuclear americana ajudava a "equilibrar" a preponderância russa em forças convencionais. Mas não tardou, certamente, na história das relações internacionais, que Moscou começasse a diminuir a distância, e com isso a provar sua alegação de que o monopólio dessa arma pelos Estados Unidos era apenas uma fase passageira.[82]

O advento das armas atômicas transformou a "paisagem estratégica", já que davam a qualquer estado que as possuísse a capacidade de destruição em massa, indiscriminada, até mesmo da própria humanidade. De forma muito mais limitada, e imediata, o advento desse novo nível na tecnologia das armas aumentou a pressão sobre os estados europeus tradicionais para que também as tivessem — ou reconhecessem que estavam realmente relegados a uma posição secundária. É claro, no caso da Alemanha e Japão, e da Itália econômica e tecnologicamente enfraquecida, não havia perspectivas de ingresso no clube nuclear. Mas para o governo de Londres, mesmo quando Attlee substituiu Churchill, era inconcebível que o país não dispusesse dessas armas, tanto como dissuasório como por serem "uma manifestação de superioridade científica e tecnológica da qual a força da Grã-Bretanha, tão deficiente se medida apenas pelo número de homens, devia depender".[83] As armas atômicas foram vistas, em outras palavras, como um meio relativamente *barato* de conservar a influência de grande potência independente — um cálculo que, pouco depois, seduziu também os franceses.[84] Mas por mais atraente que essa lógica parecesse, era enfraquecida por fatores práticos: nenhum estado possuiria as armas e os sistemas de lançá-las, durante alguns anos; seus arsenais nucleares seriam menores, se comparados com os das superpotências, e poderiam na verdade ficar obsoletos se houvesse um novo salto na tecnologia. Apesar de todas as ambições de Londres e Paris (e, mais tarde, da China) de ingressar no clube nuclear, esse esforço nas primeiras décadas posteriores a 1945 foi parecido com os esforços austro-húngaros e italianos para terem navios de guerra do tipo encouraçado antes de 1914. Em outras palavras, foi antes um reflexo de fraqueza do que de força.

O elemento final que parecia enfatizar que o mundo devia ser visto, estratégica e politicamente, antes como bipolar do que em sua tradicional forma multipolar, foi a intensificação do papel da *ideologia*. Na verdade, até mesmo na era da diplomacia clássica do século XIX, os fatores ideológicos tiveram um papel na elaboração das políticas — como os atos de Metternich, Nicolau I, Bismark e Gladstone mostraram claramente. Isso pareceu acontecer muito mais ainda nos anos entre as duas guerras, quando uma "direita radical" e uma "esquerda radical" surgiram, para questionar os pressupostos predominantes do "centro liberal burguês". Não obstante, a dinâmica complexa das rivalidades multipolares em fins da década de 1930 (com conservadores britânicos, como Churchill, desejando uma aliança com a Rússia comunista contra a Alemanha nazista, e com os liberais americanos desejosos de apoiar a diplomacia anglo-francesa na Europa, mas desmontar os impérios inglês e francês fora dela) dificultava quaisquer tentativas de explicar os assuntos mundiais em termos ideológicos. Durante a guerra, além do mais, as diferanças de princípios políticos e sociais puderam ser esquecidas ante a necessidade premente de combater o fascismo. A dissolução da Internacional Comunista em 1943, por Stalin, e a admiração do Ocidente pela resistência russa à Operação Barbarossa também pareciam apagar desconfianças anteriores — especialmente nos Estados Unidos, onde a revista *Life* dizia em 1943 que os russos "parecem-se aos americanos, vestem-se como americanos e pensam como americanos", e o *New York Times*, um ano depois, declarava que "o pensamento marxista acabou com a União Soviética". [85] Esses sentimentos, por mais ingênuos que sejam, ajudam a explicar a generalizada relutância americana em aceitar que o mundo de pós-guerra não correspondesse à sua visão de harmonia internacional — daí, por exemplo, as reações sofridas e irritadas de muitos ao famoso discurso da Cortina de Ferro, pronunciado por Churchill em março de 1946.[86]

Não obstante, dentro de um ou dois anos, a natureza ideológica do que agora se reconhecia como uma Guerra Fria entre a Rússia e o Ocidente era demasiado clara. As crescentes evidências de que a Rússia não permitira uma democracia do tipo parlamentar na Europa oriental, o simples tamanho das forças armadas russas, a guerra civil entre os comunistas e seus oponentes na Grécia, China e outros lugares e — o último ponto a ser mencionado, mas nem por isso o menos importante — o medo crescente da "ameaça vermelha", os grupos de espiões e a subversão interna nos Estados Unidos, levaram a uma mudança maciça no sentimento americano, à qual o governo Truman respondeu com satisfação. Em seu discurso sobre a "Doutrina Truman", de março de 1947, motivado pelo medo de que a Rússia ocupasse o vazio de poder criado pela retirada das garantias britânicas à Grécia e Turquia, o presidente descreveu um mundo que enfrentava a escolha entre dois tipos diferentes de princípios ideológicos:

> Um modo de vida baseia-se na vontade da maioria, distinguindo-se pelas instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias de liberdade individual, liberdade de palavra e religião, e ausência de opressão política. O segundo modo de vida baseia-se na vontade de uma minoria imposta pela força à maioria. Vale-se do terror e da opressão, de uma imprensa controlada, de eleições forjadas e da supressão da liberdade pessoal. [87]

A política dos Estados Unidos, continuou Truman, seria de "ajudar os povos livres e manter suas instituições e sua integridade contra movimentos agressivos que buscam impor-lhes regimes totalitários". A partir de então, as questões internacionais seriam apresentadas, em termos ainda mais emocionais, como uma luta maniqueísta; nas palavras de Eisenhower, "As forças do bem e do mal estão reunidas e armadas em oposição como raramente aconteceu antes na História. A liberdade está em oposição à escravidão, a luz em oposição às trevas."[88]

Sem dúvida, grande parte dessa retórica tinha finalidades internas — e não apenas nos Estados Unidos, mas também na Grã-Bretanha, Itália, França e em qualquer lugar onde fosse útil às forças conservadoras invocar essa linguagem para desacreditar seus rivais, ou para atacar seus próprios governos por serem "tolerantes com o comunismo". E é também verdade que ela deve ter aprofundado as desconfianças que Stalin tinha do Ocidente, pintado sem demora pela imprensa soviética como contestatário da "esfera de influência" russa na Europa oriental, como uma tentativa de cercar a União Soviética de novos inimigos por todos os lados, estabelecendo bases avançadas, apoiando regimes reacionários contra qualquer influência comunista, e "enchendo" deliberadamente as Nações Unidas. "O novo curso da política externa americana", dizia Moscou, "significou um retorno à velha atitude anti-soviética, destinada a provocar a guerra e a instituir a dominação mundial pela Grã-Bretanha e Estados Unidos."[89] Essa explicação, por sua vez, podia ajudar o regime soviético a justificar sua perseguição dos dissidentes internos, a intensificação do controle da Europa oriental, sua industrialização forçada, suas grandes despesas com armamentos. Assim, as exigências externas e internas da Guerra Fria podiam alimentar-se mutuamente, disfarçadas ambas pelo recurso aos princípios ideológicos. Liberalismo e comunismo, sendo idéias universais, eram "mutuamente exclusivos"; [90] isso permitia a cada um dos lados compreender, e retratar, todo o mundo como uma arena na qual a luta ideológica não se podia separar da vantagem política e de poder. Ou se estava com o bloco liderado pelos americanos, ou com o bloco soviético. Não havia meio-termo; na era de Stalin e Joe McCarthy, era imprudente pensar que pudesse haver. Era essa a nova realidade estratégica, a que não apenas os povos de uma Europa dividida, mas também os da Ásia, Oriente Médio, África, América Latina e outros teriam de ajustar-se.

A Guerra Fria e o Terceiro Mundo

Na realidade, uma grande parte da política internacional das duas décadas seguintes iria preocupar-se com o ajustamento a essa rivalidade soviético-americana e, em seguida, com sua rejeição parcial. No início, a Guerra Fria teve como centro a revisão das fronteiras da Europa. No fundo, portanto, ainda tinha relação com o "problema alemão", já que a solução dele determinaria por sua vez a influência que as potências vitoriosas de 1945 exerceriam na Europa. Os russos tinham, sem dúvida, sofrido mais do que qualquer outro país com as agressões alemãs na primeira metade do século XX, e, fortalecidos pela exigência paranóica de segurança do próprio Stalin, estavam dispostos

a não permitir repetições, na segunda metade. A promoção da revolução comunista mundial era uma consideração secundária, mas não sem relação com isso, já que a posição estratégica e política russa provavelmente se fortaleceria, se pudesse criar outros estados com liderança marxista, que se voltassem para Moscou em busca de orientação. Tais considerações, muito mais do que a tendência centenária de buscar portos em águas cálidas, provavelmente determinaram a política soviética no mundo, depois de 1945, mesmo que deixassem em aberto a solução detalhada de várias questões. Havia portanto, em primeiro lugar, uma determinação de desfazer as soluções territoriais de 1918-1922, com "arredondamentos" de propósitos estratégicos. Como dissemos acima, isso significou a reafirmação do controle russo sobre os estados do Báltico, o avanço para oeste da fronteira polonesa-russa, a eliminação da Prússia oriental e a aquisição de territórios da Finlândia, Hungria e Romênia. Quase nada, entre essas medidas, preocupava o Ocidente: na verdade, grande parte delas havia sido acordada durante a guerra. Mais perturbadoras eram as indicações dos russos sobre o que pretendiam fazer para que os países antes independentes da Europa centro-oriental tivessem regimes "amistosos" para com Moscou.

Sob esse aspecto, a sorte da Polônia mostrou o que iria acontecer em outros lugares, embora fosse um exemplo mais pungente devido à decisão britânica de 1939 de lutar pela integridade daquele país, e devido aos contingentes (e governo no exílio) poloneses que tinham operado no Ocidente. A descoberta das sepulturas em massa de oficiais polonoses em Katyn, a desaprovação russa do levante de Varsóvia, a insistência de Stalin em modificar as fronteiras polonesas, e o aparecimento de uma facção de poloneses pró-Moscou em Lublin despertaram suspeitas, sobretudo em Churchill, quanto às intensões russas; dentro de mais uns poucos anos, com a instalação de um regime títere e o virtual afastamento do poder de quaisquer poloneses pró-ocidentais, aqueles receios transformaram-se em realidade.[91]

O tratamento dado por Moscou à questão polonesa relacionava-se, sob todos os aspectos, com o "problema alemão". Territorialmente, o ajuste das fronteiras a oeste não só reduziu o tamanho das terras alemãs (para o que contribuiu também a assimilação da Prússia oriental), como também deu aos poloneses um incentivo para se oporem a qualquer revisão alemã futura da linha Oder-Neisse. Estrategicamente, a insistência russa em fazer da Polônia uma "zona tampão" segura visava a assegurar a não repetição do ataque alemão de 1941. Era lógico portanto, para Moscou, insistir na determinação do destino também do povo alemão. Politicamente, o apoio aos poloneses de "Lublin" teve um paralelo no preparo dos comunistas alemães no exílio para que desempenhassem papel semelhante ao voltar à pátria. Economicamente, a exploração da Polônia, e dos vizinhos do leste europeu, pelos russos foi uma amostra do saque aos bens alemães. Quando, porém, tornou-se evidente a Moscou que seria impossível conquistar a boa vontade do povo alemão reduzindo-o sistematicamente à penúria, o saque acabou e o tom de Molotov tornou-se muito mais encorajador. Essas oscilações táticas, porém, eram menos importantes do que a mensagem óbvia de que a Rússia pretendia ter uma influência, se não *a* influência, na decisão do futuro da Alemanha.[92]

Tanto no caso polonês, como no alemão, a política russa teria de chocar-se com a do Ocidente. Política e economicamente os americanos, ingleses e franceses queriam que as idéias do mercado livre e as eleições democráticas fossem a norma em toda a Europa (embora Londres e Paris desejassem, claramente, ver o estado ocupando um lugar maior do que o preferido pelo *laissez-faire* americano). Estrategicamente, o Ocidente estava tão disposto quanto Moscou a impedir qualquer ressurgimento do militarismo alemão, e especialmente os franceses se preocupariam com isso até meados da década de 1950. Mas nenhum deles queria ver a Wehrmacht simplesmente substituída pelo Exército Vermelho no domínio da Europa. E embora os governos francês e italiano tivessem, depois de 1945, contido os comunistas, a possibilidade de os partidos marxistas conseguirem poder real em qualquer lugar era vista com profunda desconfiança — sentimento esse confirmado pela eliminação dos partidos não-comunistas na Europa oriental. Embora ainda se fizessem ouvir vozes esperançosas de uma reconcialiação entre a Rússia e o Ocidente, o fato é que os respectivos objetivos entravam em choque, de todas as maneiras. Se o programa de um dos lados tivesse êxito, o outro se sentiria ameaçado; nesse sentido, pelo menos, a Guerra Fria parecia inevitável, até que os dois lados concordassem em abrir mão de seus pressupostos universais.

Por isso, uma descrição passo a passo da escalada das tensões não se faz necessária aqui;[93] ela teria a mesma relevância para esta análise da evolução da dinâmica do poder mundial que, digamos, uma exposição detalhada da diplomacia de Metternich, no capítulo anterior. As principais características da Guerra Fria depois de 1945 são, porém, dignas de exame, já que continuaram a afetar a conduta das relações internacionais até hoje.

A primeira dessas características foi a intensificação da "divisão" em dois blocos na Europa. Era compreensível que tal bifurcação não tivesse ocorrido imediatamente em 1945: as principais tarefas para as forças aliadas de ocupação, e para os partidos "sucessores" que surgiram da ilegalidade ou do exílio quando os alemães foram embora, eram prementes tarefas administrativas — restabelecer as comunicações e serviços públicos, abastecer as cidades de alimentos, abrigar os refugiados, localizar os criminosos de guerra. Grande parte disso levou a um esquecimento das posições ideológicas: nas zonas ocupadas da Alemanha, os americanos brigavam tanto com os franceses quanto com os russos; em assembléias nacionais e gabinetes que estavam sendo formados pela Europa, socialistas sentavam-se ao lado de comunistas, no leste, e comunistas ao lado dos democratas cristãos, no oeste. Em fins de 1946 e princípios de 1947 a distância se estava ampliando e tornando-se mais notória: vários plebiscitos e eleições regionais na zonas alemães mostravam que "a fisionomia política da Alemanha Ocidental... começa a distinguir-se acentuadamente da fisionomia política da Alemanha Oriental";[94] a constante eliminação de quaisquer elementos não-comunistas na Polônia, Bulgária e Romênia refletiu-se na crise política interna da França em abril de 1947, quando os comunistas foram obrigados a renunciar ao governo. Um mês depois, a mesma coisa acontecia na Itália. Na Iugoslávia, a dominação política de Tito (em lugar dos acordos aliados durante a guerra sobre a divisão do poder) foi interpretada pelo Ocidente como mais um passo no planejado avanço de Moscou. Essas discordâncias, juntamente com a recusa da União Soviética em

participar do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional, perturbaram muito os americanos, que tinham esperanças de preservar boas relações com Moscou, depois da guerra.

Ao suspeitar que Stalin também planejava conseguir o controle da Europa ocidental e meridional quando as circunstâncias fossem propícias e, na verdade, apressar essas circunstâncias, o Ocidente deu apenas um pequeno passo, portanto. Era improvável que isso acontecesse com o uso direto de força militar, embora a crescente pressão russa sobre a Turquia fosse preocupante, e levasse Washington a mandar uma força-tarefa naval para o Mediterrâneo oriental, em 1946; poderia ocorrer, isso sim, graças à habilidade dos agentes de Moscou de se aproveitarem das continuadas deformações econômicas e das rivalidades políticas provocadas pela guerra. A revolta comunista grega foi considerada como um indício disso; as greves apoiadas pelos comunistas na França, como outro. As tentativas russas de seduzir a opinião pública alemã também foram suspeitas; e também o era — para quem realmente quisesse preocupar-se com a situação — a força dos comunistas no norte da Itália. Os historiadores de todos esses movimentos mostram-se hoje mais céticos sobre a possibilidade de que fossem controlados por um "plano mestre" concebido em Moscou. Os comunistas gregos, Tito e Mao Tse-tung preocupavam-se mais com seus inimigos locais do que com uma ordem marxista mundial; e os líderes dos partidos comunistas e sindicatos do Ocidente tinham de estar atentos, em primeiro lugar, ao estado de espírito de seus liderados. De um lado, uma vitória para o comunismo em qualquer desses países teria sem dúvida sido bem recebida na Rússia, desde que não provocasse uma grande guerra; e é fácil compreender por que na época especialistas em assuntos soviéticos, como George Kennan, foram ouvidos com simpatia quando argumentaram em favor de uma "contenção" da União Soviética.

Entre todos os variados elementos da "estratégia da contenção" que evoluía rapidamente, [95] dois se destacam. O primeiro, que Kennan considerava negativo de natureza embora preferido cada vez mais pelos militares como capaz de oferecer garantias mais sólidas de estabilidade, era indicar a Moscou as regiões do mundo que os Estados Unidos "não podem permitir... que caiam em mãos a eles hostis".[96] Esses estados receberiam, portanto, apoio militar para aumentar sua capacidade de resistência e um ataque soviético a eles seria considerado praticamente como um *casus belli*. Muito mais positivo, porém, foi o reconhecimento americano de que a resistência à subversão russa estava enfraquecida devido à "profunda exaustão dos recursos físicos e do vigor espiritual" causada pela Segunda Guerra Mundial.[97] O componente mais importante de qualquer política de contenção a longo prazo seria, portanto, um programa maciço de ajuda econômica dos Estados Unidos, para permitir a reconstrução de indústrias, fazendas e cidades destruídas na Europa e Japão, pois isso não só reduziria a tentação das doutrinas comunistas de luta de classes e revolução, como também ajudaria a reajustar o *equilíbrio de forças* a favor dos americanos. Se, usando um argumento geopolítico muito plausível de Kennan, havia apenas "cinco centros de poder industrial e militar no mundo importantes para nós do ponto de vista da segurança nacional"[98] — os próprios Estados Unidos, sua rival a U.R.S.S., a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Europa central, e o Japão — segue-se então que mantendo as três últimas áreas

mencionadas no campo ocidental, e fortalecendo-as, disso resultaria uma "correlação de forças" que assegurava a permanente inferioridade da União Soviética. É igualmente óbvio que essa estratégia seria vista com profunda suspeita pela Rússia de Stalin, especialmente porque incluía a recuperação de seus dois recentes inimigos, Alemanha e Japão.

Mais uma vez, portanto, uma cronologia exata dos vários passos dados por ambos os lados durante e depois do "ano crucial" de 1947 é menos importante do que as conseqüências gerais. A substituição das garantias britânicas à Grécia e Turquia pelas garantias americanas — simbolicamente, uma transferência de responsabilidades do antigo policial do mundo para o outro que despontava, e que fazia igualmente parte da lógica de Londres e de Washington[99] — foi justificada por Truman em termos de uma "doutrina" que não tinha limitações regionais. No contexto europeu, porém, a disposição franca da América de "ajudar os povos livres e manter suas instituições" podia ser relacionada com as animadas discussões que se processavam, sobre a maneira de se reparar as dificuldades econômicas generalizadas, a escassez de alimentos e de carvão que afligem o continente. A solução do governo americano — o chamado Plano Marshall de ajuda maciça "para colocar a Europa de pé, economicamente" — foi deliberadamente apresentada como uma oferta a *todas* as nações européias, comunistas ou não. Mas por maiores que fossem os atrativos de receber aquela ajuda, para Moscou ela significava uma cooperação com a Europa ocidental, exatamente num momento em que a economia soviética tinha voltado às mais rígidas formas de socialização e coletivização; e não era preciso ser gênio para perceber que a razão de ser do plano era convencer os europeus de todos os países que a empresa privada era mais capaz de lhes proporcionar prosperidade do que o comunismo. O resultado do abandono das conversações de Paris sobre o plano, por Molotov, e da pressão russa sobre a Polônia e Tchecoslováquia para que não se candidatassem à ajuda, foi tornar-se a Europa muito mais dividida do que antes. Na Europa ocidental, estimulada pelos bilhões de dólares da ajuda americana (especialmente a estados maiores, Grã-Bretanha, França, Itália e Alemanha Ocidental), o crescimento econômico disparou, integrado numa rede de comércio do Atlântico Norte. Na Europa oriental, os controles comunistas estavam sendo apertados. O Cominform foi criado em 1947, como uma espécie de Internacional Comunista reconstituída e apenas semidisfarçada. O regime pluralista em Praga foi encerrado por um golpe comunista em 1948. Embora a Iugoslávia de Tito conseguisse escapar ao abraço claustrofóbico de Stalin, outros satélites viram-se submetidos a expurgos, e em 1949 foram forçados a ingressar no Comecon (Conselho de Assistência Econômica Mútua) que, longe de ser um Plano Marshall soviético, era "simplesmente uma nova peça da máquina de explorar os satélites".[100] Churchill pode ter sido um pouco prematuro na descrição que fez da "Cortina de Ferro" em 1946; dois anos depois, porém, suas palavras eram realidade.

A intensificação das rivalidades econômicas Leste-Oeste foi complementada em nível militar, e mais uma vez a Alemanha foi o centro da disputa. Em março de 1947 os ingleses e franceses tinham firmado o Tratado de Dunquerque, pelo qual comprometiam-se a prestar mutuamente apoio militar total na hipótese de um ataque pela Alemanha (embora o Foreign Office em

Londres considerasse tal contingência "apenas acadêmica" e estivesse mais preocupado com as debilidades internas da Europa ocidental). Em março de 1948 esse pacto foi ampliado pelo Tratado de Bruxelas, para incluir países do Benelux. Esse último acordo não mencionava nominalmente a Alemanha, mas é justo dizer que muitos políticos na Europa ocidental (especialmente na França) ainda estavm obcecados pelo "problema alemão" naquela época, e não com o "problema russo".[101] A natureza antidiluviana de suas preocupações seria abalada ainda em 1948. No mesmo mês em que o Tratado de Bruxelas foi firmado, os russos abandonaram o Conselho das Quatro Potências para Controle da Alemanha, alegando diferenças inconciliáveis com o Ocidente sobre o futuro econômico e político daquele país. Três meses depois, numa tentativa de pôr fim ao mercado negro e ao caos monetário na Alemanha, as três potências ocidentais controladoras anunciaram a criação de um novo *deutsche mark*. A reação russa a essa medida unilateral foi não só proibir as notas da Alemanha Ocidental em suas zonas, como restringir os movimentos de entrada e saída de Berlim, aquela ilha de influência ocidental situada a 160 quilômetros de sua esfera.

Se alguma coisa deixou bem clara a extensão do antagonismo, foi a crise de Berlim de 1948-1949.[102] Autoridades em Washington e Londres já estavam examinando os meios pelos quais um grupo de Estados europeus, os domínios, e os Estados Unidos poderiam se unir no caso de hostilidades com a Rússia. Embora os americanos, como aconteceu com o Plano Marshall, desejassem que os europeus fossem os primeiros a apresentar esquemas de segurança militar, não havia, àquela altura, mais dúvidas de que os Estados Unidos levavam muito a sério o desafio comunista. O "medo dos vermelhos", internamente, complementou medidas mais duras tomadas no exterior. Em março de 1948 Truman chegava mesmo a pedir ao Congresso que restabelecesse o recrutamento, solicitação atendida com a Lei do Serviço Militar Seletivo de junho daquele ano. Todas essas decisões foram apressadas pelo bloqueio soviético dos acessos terrestres a Berlim. Embora a era do poderio aéreo tivesse permitido aos americanos e ingleses pagar para ver o blefe de Stalin, enviando abastecimentos para Berlim por via aérea nos 11 meses que se seguiram, até que o acesso terrestre fosse restabelecido, muitos argumentaram em favor do envio de um comboio militar para forçar a passagem até a cidade. É difícil acreditar que tal ação não tivesse provocado uma guerra, e os Estados Unidos, agindo de acordo com um novo tratado, transferiram uma frota de bombardeiros B-29 para os aeroportos britânicos, indício da seriedade com que viam a questão.

Nessas circunstâncias, até mesmo os senadores isolacionistas puderam ser convencidos a apoiar propostas para a criação do que seria a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN, com a participação plena dos Estados Unidos — sendo, na verdade, o seu principal propósito estratégico o fornecimento de ajuda americana aos Estados europeus na hipótese de uma agressão russa. Em seus primeiros anos, a OTAN refletiu mais as preocupações políticas do que cálculos militares exatos, simbolizando, como simbolizava, a histórica transformação das tradições diplomáticas americanas, ao substituir a Grã-Bretanha como a principal potência ocidental "marginal", dedicada à manutenção do equilíbrio europeu. Na opinião dos governos americano e

britânico, a principal tarefa tinha sido levar os Estados Unidos e Canadá a subscreverem o Pacto de Bruxelas, e estender a promessa de apoio mútuo a países como Noruega e Itália, que também se sentiam inseguros. No dia da assinatura do tratado da OTAN, na verdade, o Exército dos Estados Unidos tinha apenas 100 mil soldados na Europa (em comparação com os 3 milhões em 1945), e havia apenas 12 divisões — sete francesas, duas inglesas, duas americanas e uma belga — prontas para resistirem a um avanço soviético pelo oeste. Embora as forças russas nesse período estivessem longe de ser tão grandes ou capazes quanto pretendiam as vozes alarmistas no Ocidente, o desequilíbrio nos totais de efetivos de cada bloco era intranqüilizador. Pouco depois, esses temores foram aumentados pela suposição de que os comunistas poderiam varrer a planície do norte da Alemanha tão rapidamente quanto tinham atravessado o Yalu na Guerra da Coréia. Isso significava que embora a estratégia da OTAN se baseasse cada vez mais na "retaliação maciça" dos bombardeiros americanos de longo alcance para responder à invasão soviética, havia um compromisso de organizar também forças armadas convencionais. Isso teve, por sua vez, o efeito de ligar todas as três potências "marginais" — os Estados Unidos, o Canadá, e a Grã-Bretanha — a obrigações militares permanentes no continente europeu, em proporções que teriam espantado seus respectivos planejadores estratégicos na década de 1930.[103]

A aliança da OTAN fez militarmente o que o Plano Marshall tinha feito economicamente: aprofundou a divisão da Europa em dois campos, ocorrida em 1945, tendo fora deles apenas os países tradicionalmente neutros (Suíça, Suécia), a Espanha de Franco, e certos casos especiais (Finlândia, Áustria, Iugoslávia). Ela teria como resposta, no devido tempo, o Pacto de Varsóvia, dominado pelos soviéticos. Esse aprofundamento da divisão, por sua vez, tornou ainda mais remotas as perspectivas de reunificação da Alemanha. Apesar das preocupações francesas, as forças armadas da Alemanha Ocidental começaram a crescer dentro da estrutura da OTAN em fins da década de 1950 — o que era bastante lógico, se o Ocidente queria realmente diminuir a distância em total de efetivos.[104] Isso, porém, levou inevitavelmente a U.R.S.S. a promover o exército da Alemanha Oriental, embora sob controles especiais. Estando cada um dos estados alemães integrado em sua respectiva aliança militar, tornou-se inevitável que ambos os blocos vissem com alarme e desconfiança qualquer tentativa alemã futura de tornar-se neutra, como sendo um golpe contra à sua própria segurança. No caso da Rússia, isso se reforçava, mesmo depois da morte de Stalin em 1953, pela convicção de ser impossível permitir que qualquer país que se tivesse tornado comunista abandonasse aquele credo (a "Doutrina Brejnev", para usarmos um linguajar posterior). Em outubro de 1953, o Conselho de Segurança da ONU admitiu, reservadamente, que os satélites da Europa oriental "só podiam ser libertados pela guerra geral, ou pelos próprios russos". Como Bartlett observa, de maneira um tanto obscura, "nenhuma das duas hipóteses era possível".[105] Em 1953, um levante na Alemanha Oriental foi rapidamente sufocado. Em 1956, alarmada com a decisão húngara de deixar o Pacto de Varsóvia, a Rússia mandou de volta para lá as suas divisões e acabou com a sua independência. Em 1961, num reconhecimento da derrota, Kruschev ordenou a construção do Muro de Berlim, para conter o fluxo de talentos para o Ocidente. Em 1968 os tchecos

sofreram a mesma sorte que os húngaros tiveram 12 anos antes, embora o derramamento de sangue fosse menor. Todas essas medidas, tomadas por uma liderança soviética incapaz (apesar de sua propaganda oficial) de fazer frente à atração do Ocidente, fosse ideológica ou econômica, simplesmente acentuaram ainda mais a divisão entre os dois blocos.[106]

A segunda característica mais importante da Guerra Fria, a sua constante escalada *lateral,* passando da própria Europa para o resto do mundo, não tem nada de surpreendente. Durante grande parte da guerra, houve uma concentração quase que exclusiva dos russos no enfrentamento da ameaça alemã; isso, porém, não significava que Moscou tivesse abandonado seu interesse político pelo futuro da Turquia, Pérsia e Extremo Oriente — como se tornou claro em agosto de 1945. Era, portanto, muito improvável que os desentendimentos entre a Rússia e o Ocidente sobre as questões européias se limitassem geograficamente àquele continente, em especial porque os princípios em disputa eram de aplicação universal — autogoverno contra segurança nacional, liberalismo econômico contra planejamento socialista, e assim por diante. E o que é ainda mais importante, a guerra tinha causado uma imensa turbulência social e política, dos Bálcãs às Índias, e até mesmo nos países não diretamente ocupados por exércitos invasores (por exemplo, a Índia ou o Egito), a mobilização de homens, recursos e *idéias* levou a modificações profundas. As ordens tradicionais foram derrubadas, os regimes coloniais foram desacreditados, floresceram os partidos nacionalistas ilegais, e surgiram movimentos de resistência, empenhados não só na vitória militar, mas também na transformação política.[107] Havia, em outras palavras, uma enorme agitação política na situação mundial de 1945, que podia constituir uma ameaça às grandes potências, ansiosas de restabelecer, o mais depressa possível, a estabilidade de tempos de paz. Mas isso também podia constituir uma oportunidade para que as superpotências, imbuídas de suas doutrinas universais, procurassem conquistar apoio entre o grande número de povos que emergiam das ruínas da velha ordem destruída. Durante a guerra, os Aliados tinham prestado ajuda a todo tipo de movimentos de resistência que lutavam contra os alemães e os japoneses, e era natural que esses grupos esperassem uma continuação dessa ajuda, depois de 1945, mesmo estando empenhados em disputar o poder com pretendentes rivais. O fato de que alguns desses grupos de resistentes eram comunistas, e outros violentamente anticomunistas, tornou mais difícil do que nunca, a Moscou e Washington, separar essas querelas regionais de suas preocupações globais. A Grécia e a Iugoslávia já tinham demonstrado como uma disputa local interna podia adquirir rapidamente uma significação internacional.

A primeira dessas disputas extra-européias entre a Rússia e o Ocidente foi principalmente um legado desses arranjos *ad hoc* de tempo de guerra: em 1941-1943 o Irã tinha sido colocado sob uma proteção militar tripartite, para mantê-lo no campo aliado, e também para que nenhum dos Aliados adquirisse influência econômica indevida sobre o regime de Teerã.[108] Quando Moscou não retirou sua guarnição em princípios de 1946, e em lugar disso parecia estar estimulando os movimentos separatistas, pró-comunistas, no norte, as tradicionais objeções britânicas a uma devida influência russa naquela parte do mundo aumentaram, e foram logo eclipsadas pelos vigorosos protestos do

governo Truman. A retirada das tropas russas, seguida logo pela supressão, pelo exército iraniano, dos movimentos nas províncias do norte e do próprio partido Tudeh (comunista), deu ampla satisfação a Washington, confirmando a convicção de Truman sobre a eficácia de uma "linguagem dura" com os soviéticos. Esse caso demonstrou, nas palavras de Ulam, "o significado da contenção, antes mesmo que essa doutrina fosse formulada",[109] e preparou Washington psicologicamente para reagir da mesma maneira às notícias de atividades russas em outros lugares. Assim, a continuação da guerra civil na Grécia, a pressão de Moscou sobre os turcos, para obter concessões nos Estreitos e na região fronteiriça de Kars, e a declaração de 1947 do governo britânico, de que já não podia manter suas garantias àquelas duas nações, provocaram uma reação pública americana (com a "Doutrina Truman") que já existia de forma embrionária. Já em abril de 1946 o Departamento de Estado insistia na necessidade de apoiar "o Reino Unido e as *comunicações* da Comunidade Britânica"[110] A crescente aceitação dessas opiniões, e a maneira pela qual Washington estava começando a relacionar as várias crises ao longo da "faixa norte" dos países que bloqueavam a expansão russa no Mediterrâneo oriental e Oriente Médio, indicam com que rapidez as linhas idealistas da política externa americana se estavam combinando, ou sendo totalmente substituídas, pelo cálculo geopolítico.

Foi com essa percepção do avanço *global* do comunismo que as potências ocidentais também viram as modificações que ocorriam no Extremo Oriente. No caso dos holandeses, que seriam logo expulsos das suas "Índias Orientais" pelo movimento nacionalista de Sukarno, de bases amplas, ou dos franceses, envolvidos rapidamente numa luta armada com o Vietmin de Ho Chi Minh, ou os ingleses, empenhados desde logo na guerra contra a sublevação na Malásia, sua reação como velhas potências coloniais poderia ter sido a mesma, mesmo que não houvesse comunistas a leste de Suez.[111] (Por outro lado, em fins da década de 1940 era útil, para conquistar as simpatias de Washington, e no caso da França também a ajuda militar, dizer que os rebeldes eram dirigidos por Moscou). Mas para os Estados Unidos o choque da "perda" da China foi muito mais sério do que esses desafios mais ao sul. Desde a época das iniciativas missionárias americanas, a partir do século XIX, um grande volume de capital cultural e psicológico (e, em proporções muito menores, financeiro) tinha sido investido pelos Estados Unidos naquele grande e populoso país, fato esse que foi muito exagerado pela cobertura jornalística do governo de Chiang Kai-shek, durante a guerra. Os Estados Unidos achavam que tinham uma "missão" — num sentido mais do que religioso — na China.[112] E embora os profissionais no Departamento de Estado e os militares estivessem cada vez mais conscientes da corrupção e ineficiência do Kuomintang, esse conhecimento não era partilhado, de maneira geral, pela opinião pública, especialmente entre a direita republicana, que em fins da década de 1940 estava começando a ver a política mundial em termos rigidamente preto-e-brancos.

A turbulência e as incertezas políticas que existiram durante todo o Oriente naqueles anos criaram repetidos dilemas para Washington. De um lado, a república americana não podia ser vista como a aliada de corruptos regimes do Terceiro Mundo, ou de impérios coloniais decadentes. Do outro,

ela não queria que as "forças da revolução" se espalhassem mais, já que (dizia-se) isso ampliaria a influência de Moscou. Era relativamente fácil estimular os ingleses a se retirarem da Índia em 1947, pois isso envolvia simplesmente uma transferência para um regime parlamentar democrático, sob Nehru. Também era fácil pressionar os holandeses a deixar a Indonésia em 1949, embora Washington ainda se preocupasse com o crescimento da revolta comunista ali — e ainda nas Filipinas (independentes em 1946). Mas em todos os outros lugares, a "hesitação" era mais evidente. Em lugar de continuar com as idéias anteriores de uma transformação social completa, e a desmilitarização da sociedade japonesa, por exemplo, Washington passou a pensar em reconstruir a economia japonesa através de firmas gigantescas (*zaibatsu*) e até mesmo em estimular a criação de forças armadas japonesas — em parte para diminuir o ônus econômico e militar para os Estados Unidos, e em parte para tornar o Japão um baluarte anticomunista na Ásia.[113]

Esse endurecimento da posição de Washington em 1950 foi conseqüência de dois fatores. O primeiro foram os crescentes ataques às políticas de "contenção" mais flexíveis de Truman e Acheson, não só pelos críticos republicanos e pelo "caçador de bruxas vermelhas" Joe McCarthy, então em ascensão rápida, mas também pelos "duros" dentro do próprio governo, como Louis Johnson, John Foster Dulles, Dean Rusk e Paul Nitze — forçando Truman a agir com mais firmeza a fim de proteger seu flanco político interno. O segundo fator foi o ataque da Coréia do Norte através do Paralelo 38, em junho de 1950, imediatamente interpretado pelos Estados Unidos como parte de um plano geral de agressões orquestrado por Moscou. Em conjunto, esses dois fatores deram preponderância às forças que, em Washington, desejavam uma política mais atuante, e até mesmo beligerante, para conter a deterioração. "Estamos perdendo a Ásia rapidamente", escreveu o influente jornalista Stewart Alsop, invocando a imagem conhecida do boliche de dez balizas. O Kremlin era o jogador de boliche, ambicioso e preciso.

> A primeira baliza era a China. Já foi derrubada. As duas balizas da fileira seguinte são a Birmânia e a Indochina. Se caírem, as três da fileira seguinte, Sião, Malásia e Indonésia, quase que certamente cairão também. E se todo o resto da Ásia for derrubado, o magnetismo psicológico, político e econômico disso resultante quase que certamente arrastará as quatro balizas da quarta fileira, Índia, Paquistão, Japão e Filipinas.[114]

As conseqüências dessa mudança de disposição afetaram a política americana por todo o leste da Ásia. Sua manifestação mais evidente foi a rápida escalada do apoio militar à Coréia do Sul — um regime desagradável e repressor, que deve ser responsabilizado em parte pelo conflito, mas que na época foi visto como vítima inocente. O apoio aéreo e naval dado inicialmente pelos Estados Unidos foi logo reforçado por divisões do exército e dos fuzileiros, o que permitiu a MacArthur lançar seu impressionante contra-ataque (Inchon) até que o avanço, para o norte, das forças das Nações Unidas provocou, por sua vez, a intervenção da China, em outubro/novembro de 1950. Sem poder usar bombas atômicas, os americanos foram obrigados a uma campanha que lembrava a guerra de trincheiras de 1914-1918.[115] Quando o

cessar-fogo foi alcançado, em junho de 1953, os Estados Unidos tinham gastos cerca de 50 bilhões de dólares para travar a guerra, mandado mais de 2 milhões de soldados para combater e perdido 54 mil deles. Embora tivesse contido a Coréia do Norte, os Estados Unidos também assumiram um substancial compromisso militar para com a Coréia do Sul, do qual seria difícil, se não impossível, afastar-se.

Essa luta também provocou modificações significativas na política americana em outros pontos da Ásia. Em 1949 muitos dos colaboradores do governo Truman tinham apoiado Chian Kai-shek a contragosto, vendo o governo de Taiwan com desprezo, e queriam seguir o exemplo britânico, reconhecendo o regime comunista de Mao. Um ano depois, porém, Taiwan estava sendo apoiada e protegida pela esquadra dos Estado Unidos, e a China era considerada como o grande inimigo, contra o qual (pelo menos no entender de MacArthur) seria necessário usar armas atômicas para conter suas agressões. Na Indonésia, tão importante pelas suas matérias-primas e abastecimento de alimentos, o novo governo recebou ajuda para lutar contra os rebeldes comunistas; na Malásia, os ingleses seriam encorajados a fazer a mesma coisa; e na Indochina, embora ainda pressionando os franceses para estabelecer uma forma mais representativa de governo, os Estados Unidos estavam agora preparados para fornecer muitas armas e dinheiro para combater o Vietmin. [116] Tendo perdido a convicção de que a tração moral e cultural da civilização americana bastava para impedir a difusão do comunismo, os Estados Unidos voltaram-se cada vez mais para garantias territoriais e militares, especialmente depois que Dulles assumiu o cargo de Secretário de Estado.[117] Ainda em agosto de 1951 um tratado reafirmava os direitos dos Estados Unidos a bases aéreas e navais nas Filipinas e o compromisso americano de defender aquelas ilhas. Poucos dias depois, Washington assinava seu tratado tripartite de segurança com a Austrália e a Nova Zelândia. Uma semana mais tarde, o tratado de paz com o Japão era finalmente concluído, encerrando legalmente a guerra do Pacífico e restabelecendo a soberania plena do Estado japonês — mas no mesmo dia era firmado um pacto de segurança, pelo qual as forças americanas permaneciam tanto nas ilhas territoriais do Japão como em Okinawa. A política de Washington para com a China comunista continuava sendo de incessante hostilidade, e para com Taiwan de apoio cada vez maior, mesmo em pontos distantes e pouco importantes como Quemói e Matsu.

O terceiro elemento principal da Guerra Fria foi a corrida armamentista, sempre crescente, entre os dois blocos, juntamente com a criação de alianças militares de apoio. Em termos de dinheiro gasto, a tendência não foi sequer constante, como mostra o Quadro 37.

O enorme crescimento dos gastos americanos com a defesa, durante vários anos posteriores a 1950, refletiu claramente os custos da Guerra da Coréia e a convicção de Washington da necessidade de rearmar-se num mundo ameaçador. O declínio posterior a 1953 indica a tentativa de Eisenhower de controlar o "complexo industrial e militar" antes que ele causasse danos à sociedade e à economia; os aumentos de 1961-1962 refletem as crises do Muro de Berlim e dos mísseis urbanos; e o crescimento das despesas depois de 1965 mostravam os crescentes compromissos americanos no sudeste da

Quadro 37. Despesas das potências com a defesa, 1948-1970 [118]
(bilhões de dólares)

Data	*E.U.A.*	*U.R.S.S.*	*Alemanha Ocidental*	*França*	*Reino Unido*	*Itália*	*Japão*	*China*
1948	10,9	13,1		0,9	3,4	0,4		
1949	13,5	13,4		1,2	3,1	0,5		2,0
1950	14,5	15,5		1,4	2,3	0,5		2,5
1951	33,3	20,1		2,1	3,2	0,7		3,0
1952	47,8	21,9		3,0	4,3	0,8		2,7
1953	49,6	25,5		3,4	4,5	0,7	0,3	2,5
1954	42,7	28,0		3,6	4,4	0,8	0,4	2,5
1955	40,5	29,5	1,7	2,9	4,3	0,8	0,4	2,5
1956	41,7	26,7	1,7	3,6	4,5	0,9	0,4	5,5
1957	44,5	27,6	2,1	3,6	4,3	0,9	0,4	6,2
1958	45,5	30,2	1,2	3,6	4,4	1,0	0,4	5,8
1959	46,6	34,4	2,6	3,6	4,4	1,0	0,4	6,6
1960	45,3	36,9	2,9	3,8	4,6	1,1	0,4	6,7
1961	47,8	43,6	3,1	4,1	4,7	1,2	0,4	7,9
1962	52,3	49,9	4,3	4,5	5,0	1,3	0,5	9,3
1963	52,2	54,7	4,9	4,6	5,2	1,6	0,4	10,6
1964	51,2	48,7	4,9	4,9	5,5	1,7	0,6	12,8
1965	51,8	62,3	5,0	5,1	5,8	1,9	0,8	13,7
1966	67,5	69,7	5,0	5,4	6,0	2,1	0,9	15,9
1967	75,4	80,9	5,3	5,8	6,3	2,2	1,0	16,3
1968	80,7	85,4	4,8	5,8	5,6	2,2	1,1	17,8
1969	81,4	89,8	5,3	5,7	5,4	2,2	1,3	20,2
1970	77,8	72,0	6,1	5,9	5,8	2,4	1,3	23,7

Ásia.[119] Embora os números soviéticos sejam meras estimativas e a política de Moscou estivesse envolta em mistério, talvez seja justo deduzir que a intensificação registrada nas despesas da U.R.S.S. em 1950-1955 fosse causada pelas preocupações de que a guerra com o Ocidente provocasse ataques aéreos devastadores ao território russo, a menos que seu número de aviões e mísseis aumentasse consideravelmente. As reduções de 1955-1957 refletem, por sua vez, a diplomacia da *détente* adotada por Kruschev, e seus esforços de liberar fundos para a produção de 1959-1960 revela o agravamento das relações com o Ocidente, a humilhação na crise de Cuba e a determinação de ser forte em todos os ramos das forças armadas. [120] A acumulação de armas mais modesta da China Comunista foi mais um reflexo de seu crescimento econômico do que de qualquer outra coisa, mas os aumentos com os gastos de defesa na década de 1960 sugerem que Pequim estivesse disposta a pagar o preço de seu rompimento com Moscou. Quanto aos Estados da Europa ocidental, os números no Quadro 37 mostram que a Grã-Bretanha e França aumentaram muito suas despesas com a defesa na época da Guerra da Coréia, e os gastos franceses continuaram aumentando até 1954 devido a seu envolvimento na Indochina. Mas a partir de então, essas duas potências, bem como Alemanha Ocidental, Itália e Japão permitiram apenas modestos aumentos (e ocasionais reduções) nos gastos com a defesa. Com exceção do crescimento da China —

e seus números também não são precisos — o padrão de gastos com armas nas décadas de 1950 e 1960 ainda dão a impressão de um mundo bipolar.

Mais significativo, talvez, do que os números em si é o caráter multifacetado e variado da corrida armamentista. Embora surpresos com a façanha russa de fabricar a sua própria bomba atômica em 1949, os Estados Unidos acreditavam-se capazes de infligir maior dano à U.R.S.S., no caso de uma guerra nuclear, do que o inverso. Por outro lado, como o fortemente ideológico NCS-68 (Memorando do Conselho de Segurança Nacional nº 68, de janeiro de 1950) disse, era imperativo "aumentar o mais rapidamente possível nossa força geral, no ar, em terra e no mar, e a de nossos aliados, até o ponto em que não dependamos tanto de armas atômicas."[121] Entre 1950 e 1953, na verdade, as forças terrestres americanas triplicaram de tamanho, e embora grande parte disso fosse conseqüência da convocação de reservistas para lutar na Coréia, também havia a determinação de transformar a OTAN, de uma série de obrigações militares gerais, numa aliança de *forças de terra* — para prevenir uma invasão soviética da Europa ocidental, considerada como provável pelos planejadores americanos e britânicos naquela época.[122] Embora não houvesse qualquer perspectiva real de que fosse criado o fantástico total de 90 divisões aliadas, dentro das linhas do Acordo de Lisboa de 1952, houve ainda assim um aumento significativo nos compromissos militares na Europa — de uma para cinco divisões americanas em 1953, concordando a Grã-Bretanha em colocar quatro divisões na Alemanha, de modo que um equilíbrio razoável se havia estabelecido em meados da década de 1950, quando o exército da Alemanha Ocidental foi aumentado, para compensar as reduções feitas então por Londres e Paris. Além disso, houve aumentos enormes nos gastos aliados com suas forças aéreas, de modo que cerca de 5.200 aviões estavam à disposição da OTAN em 1953. Embora se saiba muito menos sobre o desenvolvimento do exército e da força aérea soviéticos naqueles anos, é claro que Zukov estava empenhado em significativa reorganização, depois da morte de Stalin — livrando-se da massa de soldados mal preparados, tornando as unidades muito mais poderosas, móveis e compactas, substituindo a artilharia por mísseis e, em suma, dando-lhes uma capacidade muito maior de ação ofensiva do que tinham em 1950-1951, quando o medo ocidental de um ataque era maior. Ao mesmo tempo, era claro que também a Rússia estava usando a maior parte desses aumentos orçamentários com o poderio aéreo defensivo e ofensivo.[123]

Uma segunda área da corrida armamentista Leste-Oeste, bastante nova, abriu-se no mar, também seguindo um padrão irregular. A Marinha dos Estados Unidos terminou a guerra do Pacífico coberta de glória, devido ao impressionante desempenho de suas forças-tarefas de porta-aviões leves e sua frota de submarinos. A Marinha Real inglesa também achava que tivera uma "boa guerra", travada de maneira muito mais decisiva do que o impasse da luta de 1914-1918 no mar.[124] O aparecimento, porém, da bomba atômica (especialmente com as provas de Biquíni contra vários tipos de navios de guerra) transportada por bombardeiros estratégicos de longo alcance, ou mísseis, parecia lançar uma dúvida sobre o futuro dos instrumentos tradicionais da guerra naval, e mesmo sobre o próprio porta-aviões. Na reformulação dos gastos com a defesa, depois de 1945, e a "racionalização" das diferentes forças

armadas num ministério unificado da defesa, as marinhas americana e britânica sofreram pressões fortes. Foram salvas, pelo menos até certo ponto, pela Guerra da Coréia, que viu, mais uma vez, desembarques anfíbios, ataques aéreos a partir de porta-aviões e a inteligente exploração do poderio marítimo ocidental. A Marinha dos Estados Unidos pôde também ingressar no clube nuclear com a criação de uma nova classe de gigantescos porta-aviões, com bombardeiros de ataque equipados de armas atômicas, e, em fins da década de 1950, com a construção planejada de submarinos de propulsão nuclear capazes de disparar mísseis balísticos de longo alcance. Os ingleses, menos capazes de custear os modernos porta-aviões, ainda assim conservaram transportes modificados de "comando" para as chamadas "guerras de escaramuças" e, como os franceses, também lutaram para criar uma força dissuasória baseada em submarinos. Se todas as marinhas ocidentais em 1965 dispunham de menos navios e homens do que em 1945, tinham uma capacidade ofensiva mais poderosa.[125]

O maior estímulo, porém, à continuação dos gastos com essas marinhas foi o desenvolvimento da esquadra soviética. Durante a Segunda Guerra Mundial a marinha russa realizou pouco, apesar de sua grande força de submarinos, e a maioria de seu pessoal lutou em terra (ou colaborou na travessia de rios pelo exércirto). Depois de 1945 Stalin permitiu a construção de muitos outros submarinos, baseados em projetos alemães superiores, provavelmente a serem usados com amplo papel defensivo pelo litoral; mas favoreceu também a criação de uma maior marinha de superfície, inclusive encouraçados e porta-aviões. Esse esquema ambicioso foi logo sustado por Kruschev, que não viu utilidade em construir navios de guerra grandes e caros numa era de mísseis nuclerares. Quanto a isso, suas opiniões eram idênticas às de muitos políticos e marechais-do-ar no Ocidente. O que provavelmente abalou essa suposição foram os repetidos exemplos do uso do poder marítimo de superfície pelos mais prováveis inimigos da Rússia — o ataque anglo-francês a Suez em 1956, a partir do mar; o desembarque de forças dos Estados Unidos no Líbano em 1958 (contendo com isso os sírios apoiados pelos russos) e especialmente o cordão sanitário que os navios de guerra americanos fizeram em volta de Cuba no tenso confronto da crise dos mísseis de 1962. A lição aprendida pelo Kremlim (por insistência do influente almirante Gorschkov) desses incidentes foi que enquanto não tivesse também uma marinha forte, a Rússia continuaria em desvantagem séria no jogo do poder mundial — conclusão fortalecida pela rápida adoção dos submarinos transportadores de foguetes Polaris, pelo Estados Unidos, em princípios da década de 1960. O resultado foi ao mesmo tempo uma expansão maciça em praticamente todas as classes de navios da Marinha Vermelha — cruzadores, destróiers, submarinos de todos os tipos, porta-aviões híbridos — e outra maciça expansão em sua colocação no exterior, desafiando o predomínio marítimo ocidental, digamos, no Mediterrâneo ou oceano Índico de uma maneira jamais tentada por Stalin.[126]

Essa forma de desafio poderia, porém, ser considerada em termos tradicionais, como se tornou claro pelas muitas comparações feitas pelos observadores entre o programa de expansão do almirante Gorschkov e o de Tirpitz, quatro décadas antes; e mesmo que a União Soviética estivesse

empenhada numa nova "corrida naval", seriam necessárias décadas (ou mais) para que pudesse alcançar as forças-tarefas de porta-aviões, extremamente caras, da Marinha americana. O aspecto realmente *revolucionário* da corrida armamentista pós-1945 ocorria em outro setor, na esfera das armas atômicas e dos mísseis de grande alcance para transportá-las. Apesar das terríveis baixas causadas em Hiroxima e Nagasáqui, muitos ainda viam nas armas atômicas "apenas outra bomba", e não um marco na história da capacidade humana de destruição. Além disso, depois do fracasso, em 1946, do Plano Baruch para internacionalizar o desenvolvimento da energia atômica, havia o reconfortante pensamento de que os Estados Unidos tinham o monopólio nuclear e que os bombardeiros do Comando Aéreo Estratégico compensavam (e serviam de dissuasório) a grande superioridade soviética em forças de terra.[127] Os Estados europeus ocidentais em particular admitiram que uma invasão militar russa seria respondida pelos bombardeios americanos (e mais tarde, britânicos) com armas nucleares.

Inovações tecnológicas, e especialmente os avanços soviéticos, modificaram tudo isso. A explosão bem-sucedida de um engenho atômico pela Rússia, em 1949 (muito antes das previsões ocidentais) acabou com o monopólio americano. Mais alarmante ainda era a construção de bombardeiros russos de longo alcance, especialmente do tipo *Bisão,* que em meados de 1950 não só eram considerados capazes de alcançar os Estados Unidos, mas também serem tão numerosos (o que era um erro) a ponto de criar uma "vantagem em bombardeiros". Embora a controvérsia disso resultante criasse dificuldades em obter informações concretas sobre a capacidade russa e provocasse na Força Aérea Americana a tendência a exagerar,[128] seriam necessários, na realidade, apenas alguns anos para que a era da invulnerabilidade dos E.U.A. terminasse. Em 1949, Washington tinha concordado com a produção de uma nova "super" bomba (a bomba-H), de capacidade destrutiva espantosamente maior. Isso parecia prometer novamente aos americanos uma vantagem decisiva, e de princípios a meados da década de 1950 viu-se nos espantosos discursos de Foster Dulles e nos planos da Força Aérea uma política de "retaliação maciça" contra a Rússia ou a China, na hipótese de uma nova guerra.[129] Embora essa doutrina provocasse considerável constrangimento dentro do governo tanto de Truman como de Eisenhower — levando à acumulação de forças convencionais e de armas nucleares táticas (isto é, do "campo de batalha"), como alternativa ao Armageddon — o principal golpe contra essa estratégia veio do lado russo. Em 1953, a Rússia também experimentava uma bomba-H, apenas nove meses depois da primeira prova americana. Além disso, o governo soviético tinha dedicado recursos consideráveis à exploração da tecnologia alemã de guerra sobre foguetes. Em 1955 a U.R.S.S. estava produzindo, em massa, um míssil balístico de alcance médio (o SS-3); em 1957 tinha disparado um míssil balístico intercontinental com um alcance superior a 7.500 quilômetros usando o mesmo motor de foguete que lançou o Sputnik, o primeiro satélite artificial da Terra, em outubro do mesmo ano.

Surpresa com esses progressos russos, e pela implicação de que cidades e forças de bombardeio americanas eram vulneráveis a um súbito ataque soviético, Washington empenhou recursos maciços em seus próprios mísseis balísticos intercontinentais, a fim de eliminar o que foi, como era de prever,

chamado de "atraso dos mísseis".[130] Mas essa corrida armamentista nuclear não se limitou a esses sistemas. A partir de 1960 os dois lados também desenvolveram, rapidamente, a capacidade de lançar mísseis balísticos de submarinos; e àquela época toda uma variedade de armas nucleares de campo de batalha e foguetes de menor alcance tinha sido construída. Tudo isso foi acompanhado dos esforços intelectuais dos planejadores estratégicos e dos analistas civis, em seus "grupos de estudo" sobre como administrar as várias etapas da escalada do que era agora uma estratégia de "resposta flexível". Por mais claras que fossem as soluções propostas, nenhuma delas conseguiu fugir ao terrível problema de que seria difícil, talvez impossível, integrar armas nucleares às formas tradicionais de guerra convencional (percebeu-se logo, por exemplo, que as armas nucleares de campo de batalha destruiriam a maior parte da Alemanha). Se fossem lançadas bombas H de alta potência sobre o solo russo e americano, as baixas e a destruição mútuas não teriam precedentes. Aprisionadas pelo que Churchill chamou de equilíbrio mútuo de terror, e incapazes de *des*investir suas armas de destruição em massa, Washington e Moscou lançaram mais e mais recursos na tecnologia da guerra nuclear.[131] E embora a Grã-Bretanha e França continuassem com bombas atômicas e seus próprios sistemas de lançá-las, na década de 1950, ainda assim parecia — por todas as contagens contemporâneas de aviões, mísseis e das próprias bombas — que também nesse campo só as superpotências tinham importância.

O elemento importante final nessa rivalidade foi a criação, tanto pela Rússia como pelo Ocidente, de alianças através do globo, e a competição para encontrar novos aliados — ou pelo menos para evitar que países do Terceiro Mundo se juntassem ao outro lado. Nos primeiros anos, essa atividade foi exercida predominantemente pelos americanos, partindo de sua posição vantajosa em 1945, do fato de que já tinham muitas tropas e bases aéreas no hemisfério ocidental e do fato igualmente importante de que tantos países se voltavam para Washington em busca de ajuda econômica e, por vezes, militar. Em contraste, a U.R.S.S. precisava desesperadamente de reconstruir-se, sua principal preocupação externa era a estabilização de suas próprias fronteiras em termos favoráveis a Moscou, e não tinha os instrumentos de poder econômicos nem militares para projetar-se muito longe. Apesar dos ganhos territoriais no Báltico, norte da Finlândia e Extremo Oriente, a Rússia ainda era, em termos relativos, uma superpotência sem mar. Além disso, parece claro hoje que Stalin tinha do mundo exterior uma visão esmagadoramente cautelosa e desconfiada — do Ocidente, que, receava ele, não toleraria ganhos comunistas claros (por exemplo, a Grécia em 1947); e também de líderes comunistas, como Tito e Mao, que certamente não eram "títeres soviéticos".[132] A criação do Cominform em 1947 e a vigorosa propaganda sobre o apoio aos revolucionários no exterior tinham ecos da década de 1930 (e ainda mais, da era de 1918-1921); mas na verdade Moscou parece ter evitado envolvimentos estrangeiros nesse período.

Mas do ponto de vista de Washington, como dissemos acima, havia um plano de dominação comunista mundial em desenvolvimento, passo a passo, e era preciso "contê-lo". As garantias oferecidas à Grécia e à Turquia em 1947 foram os primeiros indícios dessa mudança de curso, e o tratado da OTAN de 1949 foi o seu exemplo mais espetacular. O aumento da participação de outros

países na OTAN na década de 1950 significou que os Estados Unidos estavam empenhados "na defesa da maioria da Europa e mesmo de partes do Oriente Próximo — de Spitzbergen ao Muro de Berlim e além, até as fronteiras asiáticas da Turquia".[133] Mas isso foi apenas o começo de um processo de extensão excessivo dos compromissos americanos. O Pacto do Rio e os acordos especiais com o Canadá significavam que eles se tornavam responsáveis pela defesa de todo o hemisfério ocidental. O tratado de ANZUS (Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos) criou obrigações no sudoeste do Pacífico. Os confrontos no leste da Ásia em princípios da década de 1950 levaram à assinatura de vários tratados bilaterais, pelos quais os Estados Unidos se comprometiam a ajudar países ao longo da "orla" — Japão, Coréia do Sul e Taiwan, bem como as Filipinas. Em 1954 tais tratados foram reforçados com a criação da OTASE (Organização do Tratado do Sudeste Asiático), pelo qual os Estados Unidos se associavam à Grã-Bretanha, França, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Paquistão e Tailândia num compromisso de apoio mútuo para combater a agressão naquela vasta região. No Oriente Médio, os Estados Unidos foram o principal promotor de outro agrupamento regional, o Pacto de Bagdá, de 1955 (mais tarde, CENTO, Organização do Tratado Central de Defesa do Oriente Médio) no qual Grã-Bretanha, Turquia, Iraque, Irã e Paquistão uniam-se contra a subversão e o ataque. Em outros pontos do Oriente Médio, os Estados Unidos tinham firmado, ou viriam logo a firmar, acordos especiais com Israel, Arábia Saudita e Jordânia, seja em conseqüência dos fortes laços judaico-americanos, ou da "Doutrina Eisenhower" de 1957, que oferecia ajuda americana aos estados árabes. Em princípios de 1970 um observador notou que

> os Estados Unidos tinham mais de um milhão de soldados em 30 países, eram membro de quatro alianças regionais de defesa e participantes ativos de uma quinta, tinham tratados de defesa mútua com 42 nações, eram membro de 53 organizações internacionais, e prestavam ajuda militar ou econômica a cerca de 100 nações em todo o globo.[134]

Era uma rede de compromissos que teria deixado nervosos Luís XIV ou Palmerston. Não obstante, num mundo que parecia diminuir rapidamente de tamanho e no qual todas as partes pareciam relacionar-se entre si, esses compromissos assumidos passo a passo tinham todos a sua lógica. Onde, num sistema bipolar, poderia Washington estabelecer os limites — em especial depois da alegação de que sua definição anterior de que a Coréia *não* era vital tinha constituído um convite ao ataque comunista no ano seguinte?[135] "Este planeta tornou-se muito pequeno", argumentou Dean Rusk em maio de 1965. "Temos de ocupar-nos de todo ele — de todas as suas terras, águas, atmosfera, e com o espaço circundante."[136]

Se a projeção do poder e influência soviéticos no mundo eram muito menores, os anos posteriores à morte de Stalin, porém, viram avanços dignos de nota. É claro que Kruschev desejava que a União Soviética fosse admirada, amada mesmo, e não temida; também queria desviar recursos do investimento militar para o agrícola e os bens de consumo. Suas idéias gerais sobre a política externa refletiam suas esperanças de um "degelo" na Guerra Fria. Contrariando

Molotov, ele retirou tropas soviéticas da Áustria; devolveu a base naval de Porkkala à Finlândia, e Port Arthur à China; e melhorou as relações com a Iugoslávia, argumentando que havia "caminhos diferentes para o socialismo" (posição tão preocupante para muitos dos seus colegas do Presídio quanto para Mao Tse-tung). Embora o ano de 1955 visse a criação formal do Pacto de Varsóvia, em resposta ao ingresso da Alemanha Ocidental na OTAN, Kruschev desejava estabelecer relações diplomáticas com Bonn. Também estava ansioso para melhorar as relações com os Estados Unidos, embora a sua volubilidade e a desconfiança, já então crônica, com que Washington interpretava todas as iniciativas russas tornassem impossível uma *détente* real. Naquele mesmo ano, Krushev foi à Índia, Birmânia e Afeganistão. O Terceiro Mundo passaria, de agora em diante, a ser levado a sério pela União Soviética, exatamente quando um número cada vez maior de estados afro-asiáticos tornavam-se independentes.[137]

Muito pouco, nessa transformação, seria tão completo ou suave quanto o agitado Krushev teria desejado. Em abril de 1956 o instrumento de controle stalinista que era o Cominform foi dissolvido. Mas, embaraçosamente, dois meses depois o levante húngaro — um "caminho diferente" para longe do socialismo — teve de ser sufocado com uma energia staliniana. As disputas com a China multiplicaram-se e, como iremos ver adiante, produziram uma profunda cisão no mundo comunista. A *détente* naufragou nas pedras do incidente com o U-2 (1960), a crise do Muro de Berlim (1961) e em seguida o confronto com os Estados Unidos sobre os mísseis soviéticos em Cuba (1962). Nada disso, porém, podia fazer com que os russos recuassem de uma política mundial. O simples estabelecimento de relações diplomáticas com países novos e contato com seus representantes nas Nações Unidas tornou inevitável o crescimento dos laços soviéticos com o mundo exterior. Além disso Kruschev, ansioso por demonstrar a superioridade inata do sistema soviético sobre o capitalismo, teria de buscar novos amigos no exterior; seus sucessores mais pragmáticos, depois de 1964, estavam interessados em romper o cordão sanitário que os americanos tinham colocado em volta da U.R.S.S. e em conter a influência chinesa. Havia, além do mais, muitos países do Terceiro Mundo ansiosos por escapar do que chamavam de "neocolonialismo" e adotar uma economia planificada em lugar do *laissez-faire* — preferência que geralmente provocava a suspensão da ajuda ocidental. Tudo isso combinou-se para dar à política externa russa um claro "impulso para fora".

Esse impulso começou de maneira muito decisiva em dezembro de 1953, com a assinatura de um acordo comercial com a Índia (que quase coincidiu com a visita do vice-presidente Nixon a Nova Delhi) seguindo-se em 1955 a oferta de construir a usina siderúrgica de Bilai, e ainda uma grande ajuda militar: era uma ligação com o mais importante dos países do Terceiro Mundo, e preocupou simultaneamente aos americanos e aos chineses, e castigou o Paquistão pela sua participação no Pacto de Bagdá. Quase que ao mesmo tempo, em 1955-1956, a U.R.S.S. e a Tchecoslováquia começaram a prestar ajuda ao Egito, substituindo Washington no financiamento da represa de Assuã. Empréstimos soviéticos também foram feitos ao Iraque, Afeganistão e Iêmen do Norte. Estados acentuadamente antiimperialistas na África, como Gana, Mali e Guiné, também foram encorajados por Moscou. Em 1960, ocorreu

a grande penetração da América Latina, quando a Rússia assinou seu primeiro acordo comercial com a Cuba de Fidel Castro, e teve complicações com uns Estados Unidos irritados. Tudo isso fixou um padrão que não se modificou com a queda de Kruschev. Tendo promovido uma estridente campanha de propaganda contra o imperialismo, a U.R.S.S. muito naturalmente ofereceu "tratados de amizade", créditos comerciais, conselheiros militares e todo o resto a qualquer nação recém-descolonizada. A Rússia também podia beneficiar-se, no Oriente Médio, do apoio dos Estados Unidos a Israel (daí, por exemplo, a crescente ajuda de Moscou à Síria e ao Iraque, bem como ao Egito na década de 1960); também pôde grangear prestígio oferecendo ajuda militar e assistência econômica ao Vietnã do Norte; mesmo na distante América Latina podia proclamar seu apoio aos movimentos de libertação nacional. Nessa luta pela influência mundial, a U.R.S.S. se tinha afastado muito da cautela paranóica de Stalin.[138]

Mas essa competição entre Washington e Moscou pela simpatia do resto do mundo, essa luta mútua para conquistar influência através de tratados, créditos e exportações de armas, significaria que um mundo bipolar tinha realmente surgido, com tudo o que havia de significativo nas questões internacional gravitando em torno de dois *Schwerpunkte** opostos dos Estados Unidos e U.R.S.S.? Do ponto de vista de um Dulles ou de um Molotov, era assim realmente que o mundo estava ordenado. Não obstante, mesmo enquanto competiam através do globo, e em áreas desconhecidas de ambos em 1941, esses dois blocos encontravam uma tendência muito diferente. O Terceiro Mundo amadurecia exatamente naquele momento, e muitos de seus membros, tendo finalmente rompido os controles dos impérios europeus tradicionais, não desejavam tornar-se satélites de uma distante superpotência, mesmo que esta pudesse proporcionar ajuda econômica e militar.

O que acontecia, na verdade, era que uma grande tendência na política de poder do século XX, a ascensão das superpotências, estava começando a interagir com outra tendência mais nova — a fragmentação política do mundo. Na atmosfera social darwinista e imperialista que predominava em cerca de 1900, era fácil pensar que todo poder estava concentrado num número cada vez menor de capitais do mundo (ver acima, p.192-93) Não obstante, a própria arrogância e ambição do imperialismo ocidental tinha em si as sementes de sua própria destruição; o nacionalismo exagerado de Cecil Rhodes, ou dos pan-eslavos, ou dos militares austro-húngaros, provocou reações entre os boêres, os poloneses, os sérvios, os finlandeses; as idéias de autodeterminação nacional, propagadas para justificar a unificação da Alemanha e Itália, ou a decisão aliada de 1914 de ajuda a Bélgica, propagavam-se incessantemente para leste e sul, para o Egito, a Índia, a Indochina. Como os impérios da Grã-Bretanha, França, Itália e Japão tinham triunfado sobre as potências centrais em 1918,e tinham contido as idéias de Wilson de uma nova ordem mundial em 1919, esses anseios de nacionalismo só foram estimulados seletivamente: era bom conceder a autodeterminação aos povos da Europa oriental, porque eram europeus e com isso considerados como "civilizados"; mas *não* era bom

* Centros de gravidade (N. do T.)

estender esses princípios ao Oriente Médio, África ou Ásia, onde as potências imperialistas estenderam seus territórios e reprimiam os movimentos de independência. O desmoronamento desses impérios no Extremo Oriente depois de 1941, a mobilização das economias e o recrutamento de mão-de-obra de outros territórios dependentes, durante a guerra, as influências ideológicas da Carta do Atlântico, e o declínio da Europa — tudo isso se combinou para liberar as forças da transformação no que, na década de 1950, foi chamado de Terceiro Mundo.[139]

Mas ele era descrito como "terceiro" mundo precisamente porque insistia na sua distinção dos blocos dominados pelos americanos e pelos russos. Isso não queria dizer que os países reunidos na conferência original de Bandung, em abril de 1955, estivessem livres de quaisquer laços e obrigações com as superpotências — Turquia, China, Japão e as Filipinas, por exemplo, estavam entre os presentes à conferência, aos quais a expressão "não-alinhados" teria sido inadequada.[140] Por outro lado, todos eles pressionaram por uma maior descolonização, para que as Nações Unidas tratassem de outras questões que não as tensões da Guerrra Fria, e por medidas para mudar um mundo que ainda era economicamente dominado pelos homens brancos. Quando ocorreu a segunda fase importante de descolonização, em fins da década de 1950 e princípios da décadas de 1960, aos membros originais do movimento do Terceiro Mundo pôde juntar-se grande número de novos membros, que amargavam as conseqüências de décadas (ou séculos) de domínio estrangeiro e enfrentavam a dura realidade de que a independência lhes deixara muitos problemas econômicos. Dado o grande aumento de seus números, eles podiam agora dominar a Assembléia Geral da ONU; formada originalmente por um grupo de 50 países (predominantemente europeus e latino-americanos), a ONU transformou-se aos poucos numa organização de bem mais de 100 estados, com muitos membros novos, afro-asiáticos. Isso não limitou as ações das potências maiores, membros permanentes do Conselho de Segurança e que tinham direito de veto — condições impostas por um cauteloso Stalin. Significou, porém, que se alguma das superpotências desejasse recorrer à "opinião mundial" (como fizeram os Estados Unidos, ao conseguir que a ONU ajudasse a Coréia do Sul em 1950), tinha de obter a concordância de uma entidade cujos membros não participavam das preocupações de Washington e Moscou. Principalmente por estarem as décadas de 1950 e 1960 dominadas pelas questões da descolonização e por crescentes apelos a um fim do "subdesenvolvimento", causas adotadas habilmente pela União Soviética, essa opinião do Terceiro Mundo teve uma tendência claramente antiocidental, desde a crise de Suez de 1956 até as questões posteriores do Vietnã, Oriente Médio, América Latina e África do Sul. Até mesmo nas reuniões de cúpula formais dos países não-alinhados, a ênfase recaía cada vez mais sobre o anticolonialismo; e os locais dessas reuniões (Belgrado em 1961; Cairo em 1964; Lusaka em 1970) simbolizavam esse distanciamento de questões centradas na Europa. A agenda da política mundial já não estava exclusivamente nas mãos das potências que dispunham do maior cabedal militar e econômico.[141]

Os mais destacados defensores iniciais do não-alinhamento — Tito, Nasser, Nehru — simbolizaram essa transformação. A Iugoslávia rompeu de maneira notável com Stalin (foi expulsa do Cominform já em 1948) e ainda

assim manteve sua independência sem que ocorresse uma invasão russa. Foi uma política mantida com firmeza depois da morte de Stalin: não foi por acaso que a primeira reunião de cúpula dos não-alinhados realizou-se em Belgrado.[142] Nasser tornou-se famoso em todo o mundo árabe depois de seu choque de 1956 com a Grã-Bretanha, França e Israel, foi um crítico violento do imperialismo ocidental e aceitou de boa vontade a ajuda soviética, mas não foi um títere de Moscou — "tratou os comunistas egípcios com dureza e entre 1959 e 1961 foi lançada uma vigorosa campanha anti-soviética pelo rádio e pela imprensa".[143] O pan-arabismo, em especial o fundamentalismo muçulmano, não eram aliados naturais do materialismo ateu, mesmo que os intelectuais marxistas locais tentassem produzir uma fusão dos dois. Quanto à Índia, há muito a líder simbólica dos Estados "moderados" não-alinhados, a repetida infusão de ajuda econômica e militar soviética, que aumentou muito em conseqüência dos choques sino-indianos e paquistanês-indianos, não impediu que Nehru criticasse atos russos em outros países e se mostrasse muito desconfiado do Partido Comunista da Índia. Sua condenação da política inglesa em Suez foi resultado de sua aversão a *todas* as intervenções de grandes potências no exterior.

O simples fato de estarem tantos estados novos entrando para a comunidade internacional, naqueles anos, e de estar a Rússia ansiosa para afastá-los do Ocidente, sem ter porém maior conhecimento das condições locais, também significou que seus "ganhos" diplomáticos foram freqüentemente compensados por "perdas". O exemplo mais espetacular disso foi a própria China, que será examinada mais adiante; houve, porém, muitos outros. A mudança de regime no Iraque, em 1958, permitiu à Rússia posar de amiga daquele Estado árabe e oferecer-lhe empréstimos; quatro anos depois, um golpe Baathista levou à sangrenta supressão do Partido Comunista ali. A constante ajuda de Moscou à Índia irritou inevitavelmente o Paquistão; e era impossível agradar a um sem perder o outro. Na Birmânia, um começo promissor frustrou-se quando aquele país expulsou *todos* os estrangeiros. Na Indonésia, as coisas foram piores: depois de receber grande volume de ajuda da Rússia e do leste europeu, o governo Sukarno voltou-se de Moscou para Pequim, em 1963. Dois anos depois, o exército indonésio esmagou o Partido Comunista com grande ferocidade. Sékou Touré, na Guiné, mandou de volta o embaixador russo em 1961, por se ter envolvido com uma greve local, e durante a crise dos mísseis cubanos recusou-se a deixar que aviões soviéticos se reabastecessem no aeroporto que os russos tinham ampliado especialmente em Conacri.[144] O apoio da Rússia a Lumumba, na crise do Congo de 1960, solapou suas possibilidades, e o sucessor dele, Mobutu, fechou a embaixada soviética. O exemplo mais espetacular desse tipo de retrocesso — e um sério golpe para a influência soviética — ocorreu em 1972 quando Sadat mandou que 21 mil conselheiros soviéticos deixassem o Egito.

As relações entre o Terceiro Mundo e os "dois primeiros mundos" foram sempre, portanto, complexas e instáveis. Houve, na verdade, países que se mantiveram com persistência pró-russos (Cuba, Angola), e outros que foram fortemente pró-americanos (Taiwan, Israel), principalmente por se considerarem ameaçados pelos vizinhos. Houve outros que, seguindo o exemplo de Tito, buscaram sinceramente ser não-alinhados, ou que, embora inclinando-se para

determinado bloco que lhes oferecia ajuda, resistiram vigorosamente a qualquer dependência indevida. E, finalmente, houve as freqüentes revoluções, guerras civis, mudanças de regimes e conflitos de fronteira do Terceiro Mundo que colheram Moscou e Washington de surpresa. Rivalidades locais em Chipre, Ogaden, ao longo da fronteira entre Índia e Paquistão, e em Kampuchea (Camboja) embaraçaram as superpotências, já que as duas partes conflitantes buscaram sua ajuda. Como outras grandes potências antes delas, tanto Rússia como Estados Unidos tiveram de enfrentar a dura realidade de que sua mensagem "universalista" não seria aceita automaticamente por outras sociedades e culturas.

As fissuras do mundo bipolar

Quando a década de 1960 terminava e começava a de 1970, perduravam ainda boas razões para que as relações Washington-Moscou continuassem a parecer de suma importância nas questões mundiais. Militarmente, a U.R.S.S. se tinha aproximado muito dos Estados Unidos, mas ambos continuavam a situar-se numa faixa diferente de todos os demais países. Em 1974, por exemplo, os Estados Unidos gastavam 85 bilhões de doláres, e a União Soviética, 109 bihões, com a defesa, o que representava três a quatro vezes o gasto da China (26 bilhões) e oito a dez vezes o dos principais estados europeus (Reino Unido, 9,7 bilhões ; França, 9,9 bilhões; Alemanha Ocidental, 13,7 bilhões);[145] e as forças armadas americana e russa, de mais de 2 milhões e 3 milhões de homens, respectivamente, eram muito maiores do que as dos estados europeus, e muito melhor equipadas do que os 3 milhões de homens dos chineses. As duas superpotências tinham mais de 5 mil aviões de combate, mais de 10 vezes o número de que dispunham as antigas grandes potências.[146] Sua tonelagem total de navios de guerra — os Estados Unidos tinham 2,8 milhões de toneladas, a U.R.S.S., 2,1 milhões em 1974 — estava bem à frente da Grã-Bretanha (370 mil toneladas), França (160 mil), Japão (180 mil) e China (150 mil.)[147] A maior disparidade, porém, estava nos números de veículos para lançamento de armas nucleares, como se vê pelo Quadro 38.

Quadro 38. Veículos de lançamento de armas nucleares das potências, 1974[148]

	E.U.A.	*URSS*	*Grã-Bretanha*	*França*	*China*
Mísseis balísticos intercontinentais	1.054	1.575	—	—	—
Mísseis balísticos intermediários	—	600	—	18	c. 80
Mísseis balísticos baseados em submarinos	656	720	64	48	—
Bombardeiros de longo alcance	437	140	—	—	—
Bombardeiros de médio alcance	66	800	50	52	100

Tão capaz era cada uma das superpotências de destruir a outra (e demais países também) — uma situação que recebeu logo o nome de MAD (louca),

ou Mutually Assured Destruction (Destruição Mutuamente Assegurada) — que elas começaram a elaborar meios de controlar de várias maneiras a corrida armamentista nuclear. Houve, depois da crise dos mísseis cubanos, a instalação de um "telefone vermelho" para permitir a comunicação entre os dois lados no caso de outra situação crítica; houve o tratado de proibição das provas nucleares de 1963, também firmado pelo Reino Unido, que incluiu as provas na atmosfera, sob a água e no espaço sideral; houve o Tratado de Limitação das Armas Estratégicas (SALT) de 1972, que fixou limites aos números de mísseis balísticos intercontinentais que cada lado podia ter e interrompeu a fabricação russa de um sistema antimísseis balísticos; houve a extensão desse acordo a Vladivostock em 1975 e, em fins da década de 1970, negociações para um Tratado SALT-II (firmado em junho de 1979, mas não ratificado pelo Senado dos Estados Unidos). Mas essas várias medidas de acordo, e em particular os motivos específicos, econômicos, de política interna e externa, que levaram os dois lados a elas, não contiveram a corrida armamentista; se para alguma coisa serviu o tratado sobre a limitação de um sistema de armas, foi apenas para levar a uma transferência de recursos para outra área. A partir da década de 1950, a U.R.S.S. aumentou constantemente suas verbas para as forças armadas; e embora o padrão dos gastos americanos com a defesa fosse desfigurado pela onerosa guerra no Vietnã e, em seguida, pela reação pública contra aquela aventura, a tendência a longo prazo foi também para totais cada vez maiores. A intervalos de poucos anos, novos sistemas de armas eram acrescentados: ogivas nuclerares múltiplas foram instaladas nos foguetes dos dois lados; submarinos portadores de mísseis aumentaram a marinha de cada um dos lados; o impasse nuclear em mísseis estratégicos (que provocou o medo europeu de que os Estados Unidos não respondessem a um ataque soviético a oeste lançando mísseis americanos de longo alcance, já que isso provocaria represálias atômicas contra cidades americanas) levou a novos tipos de armas nucleares de alcance médio, ou do "teatro de guerra", como o Pershing II e os mísseis de menor velocidade, como respostas ao SS-20 russo. A corrida armamentista e as discussões sobre o controle de armas de vários tipos eram as duas faces de uma mesma moeda; mas mantiveram Washington e Moscou no centro do palco.

Também em outros setores essa rivalidade parecia central. Como já dissemos, um dos aspectos mais notáveis da acumulação soviética de armas desde 1960 foi a enorme expansão de sua esquadra de superfície — *fisicamente*, à medida que construía destróiers e cruzadores cada vez mais poderosos, com mísseis, e depois porta-helicópteros médios, depois porta-aviões;[149] e *geograficamente*, quando a marinha soviética começou a mandar cada vez mais navios para o Mediterrâneo e outros pontos mais distantes, para o oceano Índico, a África Ocidental, a Indochina e Cuba, onde podiam usar um número crescente de bases. Esse último fato refletiu uma extensão das rivalidades russo-americanas até o Terceiro Mundo, principalmente devido ao maior acesso de Moscou a regiões onde a influência estrangeira fora, até então, monopólio ocidental. A tensão constante no Oriente Médio, em especial as guerras árabe-israelenses de 1967 e 1973 (quando os fornecimentos americanos de armas a Israel foram decisivos), significou que vários Estados árabes — Síria, Líbia, Iraque — continuariam voltando-se para a ajuda de Moscou. Os

regimes marxistas do Iêmen do Sul e Somália ofereceram bases navais à marinha russa, dando-lhe uma nova presença marítima no mar Vermelho. Mas como sempre, as penetrações foram acompanhadas de recuos: a evidente preferência de Moscou pela Etiópia levou à expulsão do pessoal e de navios soviéticos da Somália em 1977, poucos anos depois de ter acontecido a mesma coisa no Egito; e os avanços russos nessa área foram compensados pelo aumento da presença americana em Omã e Diego García, direitos a bases navais no Quênia e Somália, maiores fornecimentos de armas ao Egito, Arábia Saudita e Paquistão. Mais ao sul, porém, a assistência soviético-cubana às forças do MPLA em Angola, as freqüentes tentativas do regime líbio de Kaddafi, apoiado pelos soviéticos, de exportar a revolução a outros países, e a presença de governos marxistas na Etiópia, Moçambique, Guiné, Congo e outros estados da África Ocidental, sugeriam que Moscou estava ganhando a luta pela influência global. Sua intervenção militar no Afeganistão em 1979 — a primeira expansão desse tipo (fora da Europa oriental) desde a Segunda Guerra Mundial — e o encorajamento proporcionado por Cuba aos regimes esquerdistas da Nicarágua, Guatemala e Granada intensificaram essa impressão de que a rivalidade russo-americana não conhecia limites, e provocaram reações adicionais e aumento nos gastos com a defesa, por parte de Washington. Em 1980, com um novo governo republicano denunciando a U.R.S.S. como um "império do mal" contra o qual forças maciças de defesa e políticas inflexíveis eram a única resposta, pouco parecia se ter modificado desde os dias de John Foster Dulles.[150]

Apesar de todo esse enfoque sobre as relações russo-americanas e seus muitos altos e baixos entre 1960 e 1980, outras tendências vinham operando para tornar o sistema de poder internacional muito menos bipolar do que parecia no período anterior. Não só tinha surgido o Terceiro Mundo para complicar as coisas, como fissuras significativas ocorreram no que antes pareciam ser dois blocos monolíticos, dominados por Moscou e Washington. A mais decisiva delas, de muito, com repercussões difíceis de medir completamente mesmo hoje, foi o desentendimento entre a U.R.S.S. e a China comunista. Em retrospecto, pode parecer evidente que mesmo os pressupostos ditos "científicos" e "universalistas" do marxismo naufragam nas pedras das circunstâncias locais, pontos fortes culturais indígenas e diferentes etapas do desenvolvimento econômico — afinal de contas, o próprio Lenin teve de desviar-se muito da doutrina original do materialismo dialético para consolidar a Revolução de 1917. E alguns observadores do movimento comunista de Mao, nas décadas de 1930 e 1940, sabiam que ele, pelo menos, não se inclinava a apoiar servilmente a posição dogmática de Stalin para com a importância relativa dos operários e camponeses. Sabiam também que Moscou, por sua vez, tinha apoiado com bastante relutância o Partido Comunista Chinês e ainda em 1946 e 1948 tentara neutralizá-lo com os nacionalistas de Chiang Kai-shek. Na opinião da U.R.S.S. isso teria evitado a criação de "um novo e vigoroso regime comunista, instalado sem a assistência do Exército Vermelho, num país com quase três vezes a população da Rússia (que) inevitavelmente se tornaria um pólo de atração competitivo dentro do movimento comunista mundial".[151]

Não obstante, a simples extensão da fissura colheu a maioria dos observadores de surpresa, e durante muitos anos não foi aproveitada pelos

Estados Unidos, perseguidos pelo medo de uma conspiração comunista global. É certo que a Guerra da Coréia, e a subseqüente crise sino-americana sobre Taiwan desviaram a atenção da frieza das relações entre Moscou e Pequim, nas quais o volume relativamente pequeno de ajuda de Stalin à China era sempre prestado ao preço de uma ênfase aos privilégios russos na Mongólia e Manchúria. Embora Mao conseguisse restabelecer o equilíbrio em suas negociações de 1954 com os russos, sua hostilidade para com os Estados Unidos, no caso das ilhas de Quemói e Matsu, e sua convicção mais extremada (pelo menos na época) na inevitabilidade do choque com o capitalismo tornaram-no profundamente desconfiado das anteriores políticas de *détente* de Kruschev. Do ponto de vista de Moscou, porém, parecia tolice, em fins da década de 1950, provocar desnecessariamente os americanos, em especial quando dispunham de evidente vantagem nuclear; também seria um revés, diplomaticamente, apoiar em 1959 a China em seu choque de fronteira com a Índia, que era tão importante para a política soviética no Terceiro Mundo. E seria muito imprudente, levando em conta a inclinação chinesa pela ação independente, ajudar o seu programa nuclear sem ter alguma forma de controle sobre ele — posições consideradas sucessivamente como traições por Mao. Em 1959 Kruschev tinha revogado o acordo atômico com Pequim e oferecia à Índia empréstimos muito maiores do que à China. No ano seguinte, a "separação" tornava-se muito evidente a todos os partidos comunistas do mundo reunidos em Moscou. Em 1962-1963 as coisas pioraram ainda mais: Mao denunciou os russos por terem cedido no caso de Cuba e, em seguida, pela assinatura do Tratado de Proibição de Provas Nucleares com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Os russos tinham, já então, cortado toda ajuda à China e à sua aliada Albânia, aumentando os fornecimentos à Índia; os primeiros choques na fronteira sino-soviética ocorreram (embora sem serem tão sérios quanto os de 1969). Mais significativa ainda foi a notícia de que em 1964 os chineses tinham feito explodir sua primeira bomba atômica e estavam trabalhando arduamente nos sistemas para seu lançamento.[152]

Estrategicamente, essa divisão foi o acontecimento isolado mais importante desde 1945. Em setembro de 1964, os leitores do *Pravda* espantaram-se com a notícia de que Mao não só estava reclamando a devolução de territórios asiáticos perdidos pelo Império Chinês para a Rússia, no século XIX, como também denunciava a U.R.S.S. pela apropriação das ilhas Curilas, partes da Polônia, Prússia oriental e uma faixa da Romênia. A Rússia, na opinião de Mao, tinha de sofrer uma redução de tamanho — segundo as afirmações chinesas, de 1,5 milhão de quilômetros quadrados![153] É difícil dizer até que ponto o teimoso líder chinês deixou-se levar por sua própria retórica, mas não havia dúvidas de que tudo isso — juntamente com os choques de fronteiras e o desenvolvimento das armas atômicas chinesas — era muito alarmante para o Kremlin. Na verdade, é provável que pelo menos parte dessa acumulação de forças armadas russas na década de 1960 fosse conseqüência desse novo perigo no leste, bem como da necessidade de responder aos aumentos com os gastos de defesa feitos pelo governo Kennedy. "O número de divisões soviéticas estacionadas na fronteira chinesa foi aumentado de 15 em 1967 para 21 em 1969 e para 30 em 1970" — esse último aumento causado pelo sério choque na ilha de Damansky (ou Chenpao) em março de 1969. "Em 1972 nada

menos de 42 divisões soviéticas guardavam a fronteira de 7.200 quilômetros com a China (em comparação com 31 divisões na Europa oriental), enquanto um quarto da força aérea soviética foi transferida do oeste para o leste."[154] Como a China dispunha agora da bomba de hidrogênio, houve rumores de que Moscou examinava a possibilidade de um golpe preventivo contra a instalação nuclear de Lop Nor — fazendo com que os Estados Unidos preparassem seus planos para essa contingência, pois não podiam permitir que a Rússia fizesse desaparecer a China.[155] Washington tinha percorrido um longo caminho, desde suas reflexões em 1964 sobre uma união com a U.R.S.S. numa "ação militar preventiva" para sustar a evolução da China como potência nuclear![156]

Isso não quer dizer que a China de Mao tenha surgido como uma terceira superpotência. Economicamente, tinha problemas enormes, exacerbados pela decisão de seu líder de iniciar a "Revolução Cultural", com todas as resultantes interrupções e incertezas. E embora tivesse o maior exército do mundo, suas milícias populares não pareciam estar à altura das divisões motorizadas soviéticas. A marinha chinesa era desprezível comparada com a esquadra russa, em expansão; sua força aérea, embora grande, era constituída principalmente de aviões mais antigos, e seu sistema de lançamento de bombas nucleares estava ainda na infância. Não obstante, a menos que a U.R.S.S. estivesse pronta a correr o risco de provocar os americanos e irritar a opinião pública mundial com um ataque nuclear maciço à China, qualquer luta *em nível inferior* poderia provocar rapidamente baixas enormes — que os chineses pareciam dispostos a aceitar, mas os políticos russos da era Brejnev viam com maus olhos. Não foi surpresa, portanto, que com o agravamento das relações sino-soviéticas, Moscou não só tenha mostrado interesse pelas conversações sobre a limitação de armas nucleares, como também tivesse intensificado o processo de melhorar as relações com países como a República Federal da Alemanha, que com Willy Brandt parecia muito mais favorável ao encorajamento da *détente* do que nos dias de Adenauer.

Na arena política e diplomática, a divisão sino-soviética era ainda mais constrangedora para o Kremlin. Embora o próprio Kruschev estivesse disposto a tolerar "caminhos diferentes para o socialismo" (sempre que esses caminhos não fossem diferentes demais!), era outra coisa para a U.R.S.S. ser abertamente acusada de ter abandonado os verdadeiros princípios marxistas; para seus satélites e clientes serem encorajados a libertar-se do "jugo" russo; e para seus esforços diplomáticos no Terceiro Mundo serem complicados pela ajuda e propaganda rivais de Pequim — mais especialmente porque o tipo de comunista, de base camponesa, de Mao parecia, com freqüência, mais adequado do que a ênfase russa num proletariado industrial. Isso não significava que o Império Soviético na Europa oriental corresse qualquer perigo real de seguir a orientação chinesa — apenas o excêntrico regime da Albânia o fez.[157] Mas continuava sendo constrangedor para Moscou ser denunciada por Pequim pela supressão das reformas liberalizantes tchecas de 1968, e ainda pelas suas ações no Afeganistão em 1979. Além disso, a China estava um pouco mais bem colocada no Terceiro Mundo para bloquear a influência russa: competiu com vigor no Iêmen do Norte, fez muita propaganda de seu plano de construção de uma ferrovia na Tanzânia, criticou Moscou por

não dar apoio suficiente ao Vietmin e Vietcong contra os Estados Unidos; e ao renovar as relações com o Japão, advertiu Tóquio contra uma colaboração econômica demasiado intensa com os russos na Sibéria. Mais uma vez, era uma luta desigual — a Rússia podia quase sempre oferecer muito mais aos Estados do Terceiro Mundo, em termos de créditos e armas avançadas, e também podia projetar sua influência usando agentes cubanos e líbios. Mas ter, simplesmente, de competir com um outro estado marxista, e também com os Estados Unidos, era muito mais perturbador do que as rivalidades bipolares e previsíveis de duas décadas antes.

Por todas as maneiras, portanto, a linha de afirmação e independência da China tornou as relações diplomáticas mais complicadas e barrocas, especialmente na Ásia. Os chineses se tinham ressentido com a corte feita por Moscou à Índia, e ainda mais pelo envio de abastecimentos militares soviéticos a Nova Delhi, depois dos choques de fronteira sino-indianos; não é de surpreender, portanto, que Pequim tenha dado apoio ao Paquistão em seus choques com a Índia, e se ressentisse muito da invasão russa do Afeganistão. A China foi ainda mais alienada pelo apoio de Moscou à expansão norte-vietnamita em fins da década de 1970, e pela entrada deste no Comecin, e pela crescente presença naval russa em portos vietnamitas. Quando o Vietnã invadiu o Camboja em dezembro de 1978, a China empenhou-se em sangrentos choques de fronteira, não muito bem-sucedidos, com o seu vizinho do sul, que por sua vez estava sendo intensivamente abastecido de armas russas. A essa altura, Moscou olhava até mesmo para o regime de Taiwan com mais simpatia, e Pequim pressionava os Estados Unidos a aumentarem suas forças navais no oceano Índico e no Pacífico ocidental, para neutralizar os esquadrões russos. Apenas 20 anos depois de ter criticado a U.R.S.S. por ser demasiado complacente com o Ocidente, a China pressionava a OTAN para que aumentasse suas defesas e advertia tanto o Japão como o Mercado Comum contra o fortalecimento de laços econômicos com a Rússia![158]

Em comparação, os distanciamentos ocorridos no campo ocidental a partir da década de 1960, provocados em grande parte pela campanha de De Gaulle contra a hegemonia americana, não tiveram essa seriedade, a longo prazo — embora certamente dessem a impressão de que os dois blocos estavam desmoronando. Guardando ainda fortes lembranças da Segunda Guerra Mundial, De Gaulle ressentia-se do fato de não ser tratado como igual pelos Estados Unidos; ressentia-se da política americana durante a crise do Suez em 1956, para não falarmos do hábito de Dulles de ameaçar com um conflito nuclear em questões como Quemói. Embora De Gaulle tivesse problemas suficientes para ocupar-se por vários anos depois de 1958, quando buscava livrar a França da Argélia, mesmo nessa época ele criticou a subserviência da Europa ocidental (em sua opinião) aos interesses americanos. Como os ingleses uma década antes, ele viu nas armas nucleares uma oportunidade de preservar a condição de grande potência; quando chegaram notícias da prova atômica francesa de 1960, o general exclamou: "Hurra pela França! A partir desta manhã, ela é mais forte e mais orgulhosa."[159] Disposto a ter um dissuasório nuclear francês totalmente independente, ele rejeitou com irritação a oferta de Washington de um sistema de mísseis Polaris semelhante ao da Grã-Bretanha, devido às condições impostas pelo governo Kennedy.

Embora isso significasse que o programa de armas nucleares da França consumiria uma proporção do orçamento de defesa muito maior (talvez até 30%) do que em outros países, De Gaulle e seus sucessores achavam que valia a pena pagar esse preço. Ao mesmo tempo, começou a retirar a França da estrutura militar da OTAN, expulsando de Paris a sede daquela organização, em 1966, e fechando todas as bases americanas em solo francês. Paralelamente a tudo isso, procurou melhorar as relações com Moscou — onde seus gestos eram calorosamente aplaudidos — e proclamou sem cessar a necessidade de que a Europa andasse sozinha.[160]

Os atos espetaculares de De Gaulle não se baseavam apenas na retórica gaulesa e no orgulho cultural. Estimulada pela ajuda do Plano Marshall e outros subsídios americanos, e beneficiando-se da recuperação econômica geral da Europa, depois de fins da década de 1940, a economia francesa tinha crescido rapidamente por quase duas décads.[161] As guerras coloniais na Indochina (1950-1954) e Argélia (1956-1962) desviaram recursos franceses por algum tempo, mas não de maneira irremediável. Tendo negociado condições muito favoráveis para os seus interesses nacionais na época da formação da Comunidade Econômica Européia em 1957, a França pôde beneficiar-se desse mercado mais amplo enquanto reestruturava sua agricultura e modernizava sua indústria. Embora criticando Washington e impedindo com firmeza a entrada da Grã-Bretanha na CEE, De Gaulle realizou uma reconciliação dramática com a Alemanha de Adenauer em 1963. E durante todo esse tempo, falou da necessidade de a Europa andar sozinha, ser livre da dominação de superpotências, lembrar-se de seu passado glorioso e cooperar — tendo à frente a França, naturalmente — na busca de um destino igualmente glorioso.[162] Eram palavras arrebatadoras, que provocaram uma reação de ambos os lados da Cortina de Ferro, e tiveram atrativos para muitos que não gostavam das culturas políticas russa nem americana, para não falarmos das respectivas políticas externas.

Em 1968, porém, a carreira política de De Gaulle foi solapada pela revolta dos estudantes e trabalhadores. As tensões causadas pela modernização, e as proporções ainda relativamente modestas da economia francesa (3,5% da produção manufatureira mundial em 1963)[163] significavam que o país simplesmente não era bastante forte para desempenhar o influente papel que o general desejava, e quaisquer que fossem os acordos especiais que oferecia à Alemanha Ocidental, esta não ousava abandonar seus estreitos laços com os Estados Unidos, dos quais os políticos de Bonn sabiam depender, em última análise. Além disso, o esmagamento impiedoso das reformas tchecas pelos russos, em 1968, mostrou que a superpotência do leste não tinha a intenção de deixar que os países de sua esfera desenvolvessem políticas próprias, e muito menos ser parte de uma confederação européia liderada pelos franceses.

Apesar de toda a sua arrogância, De Gaulle tinha simbolizado e acelerado tendências que não podiam ser paralisadas. Apesar de suas debilidades militares se comparadas aos Estados Unidos e União Soviética, as forças armadas dos estados da Europa ocidental eram muito maiores e mais fortes, relativamente falando, do que nos anos imediatamente posteriores a 1945; duas delas tinham armas nucleares e estavam aperfeiçoando sistemas de

transportá-las aos seus alvos. Economicamente, como examinaremos com maiores detalhes adiante, a "recuperação da Europa" obtivera esplêndido êxito. E o mais importante, apesar da invasão da Tchecoslováquia em 1968 pela Rússia, a era da divisão da Guerra Fria em dois blocos hermeticamente fechados, na Europa, estava sendo enfraquecida. A espetacular política adotada por Willy Brandt, de reconciliação com a Rússia, Polônia e Tchecoslováquia e em especial com o regime da Alemanha Oriental (de início com muita relutância) entre 1969 e 1973, principalmente à base da aceitação das fronteiras de 1945 como permanentes, deu início a um período de florescimento de contatos entre Leste e Oeste. Investimentos e tecnologia ocidentais fluíram para a Cortina de Ferro, e essa "*détente* econômica" estendeu-se ao intercâmbio cultural, aos Acordos de Helsinque (de 1975) sobre os direitos humanos e a tentativas para evitar futuros mal-entendidos militares e conseguir reduções mútuas nas forças armadas. A tudo isso as superpotências, por seus motivos próprios, e com algumas reservas inevitáveis (em especial do lado soviético) deram suas bênçãos. Mas talvez o fato mais significativo tenha sido as persistentes pressões, pelos próprios europeus, em favor do *rapprochement*; mesmo quando esfriassem as relações entre Washington e Moscou, portanto, seria muito difícil, no futuro, para qualquer uma delas deter esse processo.[164]

Dos dois, os americanos estavam em posição muito melhor do que os russos para ajustar-se ao novo ambiente internacional pluralista. Quaisquer que tenham sido os gestos antiamericanos de De Gaulle, não se comparavam com a seriedade dos choques de fronteira sino-soviéticos, com a eliminação do comércio bilateral, com as invectivas ideológicas e as brigas diplomáticas através de todo o mundo que, em 1969, levavam alguns observadores a argumentar a inevitabilidade de uma guerra russo-chinesa.[165] Por mais que o governo americano se ressentisse das ações francesas, não tinha necessidade de movimentar suas forças armadas devido a tais questiúnculas. De qualquer modo, a OTAN ainda mantinha os direitos de sobrevoar a França e de um oleoduto que atravessava o país, e Paris honrou seus acordos especiais de defesa com a Alemanha Ocidental — de modo que suas tropas também poderiam ser usadas se as forças do Pacto de Varsóvia atacassem no oeste. Finalmente, é claro que tinha sido um axioma fundamental da política americana, depois de 1945, que uma Europa forte e independente (isto é, independente da dominação russa) estava de acordo com os interesses americanos a longo prazo e ajudaria a reduzir seus custos com a defesa — embora admitindo que essa Europa poderia ser também um concorrente econômico e, talvez, diplomático. Foi por isso que Washington estimulou todos os movimentos pela integração européia, e insistiu com a Grã-Bretanha para que ingressasse na Comunidade Econômica Européia. Em contraste, a Rússia poderia começar não só a se sentir insegura militarmente se surgisse no Ocidente uma confederação européia poderosa, mas também preocupar-se com a atração magnética que esse órgão exerceria sobre os romenos, poloneses e outros povos satélites. Uma política de *détente* seletiva e de cooperação econômica com a Europa ocidental, por Moscou, era possível, em parte porque podia proporcionar vantagens tecnológicas e comerciais, e em parte porque poderia atrair europeus, afastando-os dos americanos, e ainda

em parte devido ao desafio que a China representava à frente soviética na Ásia. A longo prazo, porém, uma Europa próspera e ressurgente, que fizesse sombra à U.R.S.S. sob todos os aspectos, menos o militar (e talvez tornar-se forte também nessa área), dificilmente poderia ser do interesse da Rússia.[166]

Mas se, retrospectivamente, podemos ver que os Estados Unidos estavam melhor situados para ajustar-se aos novos padrões de poder mundial, esse fato não se evidenciou durante muitos anos, depois de 1960. Em primeiro lugar, havia uma aversão crônica ao "comunismo asiático", com a China de Mao tomando o lugar da Rússia de Kruschev como o fomentador da revolução mundial, aos olhos de muitos americanos. A guerra de fronteira entre China e Índia, em 1962, país que Washington (como Moscou) desejava conquistar, confirmou a anterior imagem agressiva da China provocada pelos choques em relação a Quemói e Matsu; e a *détente* entre ela e os Estados Unidos era inconcebível em princípios da década de 1960, quando a máquina de propaganda de Mao denunciava os russos por terem recuado no caso de Cuba e por terem assinado o tratado de proibição de provas nucleares com o Ocidente. Finalmente, entre 1965 e 1968 a China estava nas convulsões da Revolução Cultural de Mao, que davam ao país uma aparência de instabilidade crônica, bem como ainda mais avesso, ideologicamente, aos governos em Washington. Nada disso indicava "uma situação na qual fosse provável muito progresso no sentido de melhores relações com os Estados Unidos".[167]

Acima de tudo, é claro, os Estados Unidos daqueles anos estavam cada vez mais convulsionados pelos problemas resultantes da Guerra do Vietnã. Os norte-vietnamitas e o Vietcong no Sul pareciam à maioria dos americanos apenas novas manifestações daquele insinuante comunismo asiático que tinha de ser contido pela força antes que causasse danos ainda maiores; e como essas forças revolucionárias estavam sendo encorajadas e abastecidas pela China e Rússia, essas duas potências (mas talvez ainda mais o regime de Pequim, acentuadamente crítico) só podiam ser vistas como parte de uma coalizão marxista hostil contra o "mundo livre". Na verdade, quando o governo Johnson realizou sua escalada no Vietnã, os responsáveis pelas decisões em Washington preocuparam-se, com freqüência, em saber até onde poderiam ir sem provocar o tipo de intervenção chinesa que ocorreu na Guerra da Coréia.[168] Para o governo chinês, a possibilidade de serem os crescentes choques com os soviéticos no norte tão pressagos quanto a escala das operações militares e aéreas americanas no sul deve ter sido muito debatida durante toda a década de 1960. Na verdade, suas relações com os vietnamitas, etnicamente diferentes, tinham sido sempre de rivalidade, e a China via com profunda suspeita o volume de equipamento militar que a Rússia estava dando a Hanói. Essas tensões, porém, foram invisíveis à maioria dos olhos ocidentais em todo o período dos governos Kennedy e Johnson.

Seria difícil exagerar o impacto da prolongada campanha americana no Vietnã, e outras partes do sudeste asiático, sobre o sistema de poder internacional — ou sobre a psicologia nacional do povo americano, a maioria do qual tem até hoje uma visão do papel de seu país no mundo fortemente influenciada por aquele conflito, embora de maneiras diferentes. O fato de ter sido uma guerra travada por uma "sociedade aberta" — e que se tornou ainda mais aberta devido a revelações como as dos Papéis do Pentágono, e pela

cobertura diária da televisão e dos jornais sobre a carnificina e a evidente inutilidade de tudo aquilo; de ter sido a primeira guerra que os Estados Unidos perderam inequivocamente; de ter confundido as experiências vitoriosas da Segunda Guerra Mundial e destruído toda uma série de reputações, desde os generais de quatro estrelas até os "mais inteligentes e melhores" intelectuais; de ter coincidido com as fissuras, e contribuído muito para causá-las, no consenso da sociedade americana sobre as metas e as prioridades do país; de ter sido acompanhada pela inflação e por protestos estudantis e distúrbios urbanos sem precedentes; de ter sido seguida pela crise de Watergate, que desacreditou a própria presidência durante algum tempo; de ter parecido a muitos uma amarga e irônica contradição com tudo o que os fundadores da pátria tinham ensinado, tornando os Estados Unidos impopulares na maior parte do mundo; e finalmente, de ter o tratamento vergonhoso e indiferente aos veteranos de guerra que voltavam do Vietnã produzido sua reação uma década depois, assegurando assim que a lembrança do conflito continuaria a pesar na consciência do público, em monumentos de guerra, livros, documentários de televisão e tragédias pessoais — tudo isso significou que a Guerra do Vietnã, embora muito menor em termos de baixas, teve sobre o povo americano um impacto mais ou menos semelhante ao da Primeira Guerra Mundial sobre os europeus. Os efeitos foram observados, esmagadoramente, em níveis pessoal e psicológico; mais amplamente, foram interpretados como uma crise na civilização americana e suas disposições constitucionais. E como tal, continuariam a ter significação, independente das dimensões estratéticas, e de grande potência, desse conflito.

Mas esses últimos aspectos são os mais importantes para o nosso estudo e exigem mais exame aqui. Inicialmente, essa guerra constituiu um lembrete útil e moderador de que uma vasta superioridade em equipamento militar e produtividade econômica nem sempre se traduzem automaticamente em *eficiência* militar. Isso não contradiz a tese deste livro, que ressalta a importância da economia e tecnologia em guerras em grande escala, prolongadas (e em geral de coalizões) entre as grandes potências, quando cada combatente se empenha igualmente na vitória. Economicamente, os Estados Unidos podem ter sido 50 ou 100 vezes mais produtivos do que o Vietnã do Norte; militarmente, dispunham do potencial de fogo para (como queriam certos "gaviões") bombardear o inimigo a ponto de fazê-lo voltar à idade da pedra — na verdade, com as armas nucleares, tinham a capacidade de arrasar todo o sudeste da Ásia. Mas *não* era uma guerra na qual essas superioridades se pudessem transformar em eficiência. O medo da opinião interna, e da reação mundial, impediram o uso de armas atômicas contra um inimigo que nunca poderia constituir uma ameaça *vital* para os Estados Unidos. As preocupações com a oposição da opinião pública americana a um grande número de baixas num conflito cuja legitimidade e eficácia estavam sendo cada vez mais questionadas, limitou igualmente o uso, pelo governo, dos métodos convencionais de guerra; houve restrições na campanha de bombardeios; o caminho Ho Chi Minh pelo Laos neutro não podia ser ocupado; navios russos que levavam armas para o porto de Haifong não podiam ser tomados. Era importante não provocar os dois maiores estados comunistas, para não levá-los a entrar na guerra. Isso reduziu essencialmente a luta a uma série de

encontros de pequena escala em selvas e terrenos alagados, que diminuíam as vantagens da potência de fogo americana e da mobilidade (proporcionada pelos helicópteros), dando em lugar disso ênfase às técnicas de guerra na selva, e na coesão — que era muito menos problema para as forças experientes do que para os contingentes de recrutas que se revezavam rapidamente. Embora Johnson seguisse o exemplo de Kennedy, enviando cada vez mais soldados para o Vietnã (atingindo o ponto máximo de 542 mil homens em 1969), nunca foram suficientes para atender aos pedidos do general Westmoreland. Apegando-se à idéia de que ainda se tratava de um conflito limitado, o governo recusou-se a mobilizar reservistas ou colocar a economia em pé de guerra.[169]

As dificuldades de travar uma guerra em condições desvantajosas para o verdadeiro poderio militar dos Estados Unidos refletiam um problema político mais amplo — a discrepância entre os meios e os fins (como Clausewitz poderia ter dito). Os norte-vietnamitas e o Vietcong estavam lutando por alguma coisa em que acreditavam fervorosamente; e mesmo os que não acreditavam estavam sujeitos à disciplina de um regime totalitário, apaixonadamente nacionalista. O sistema de governo sul-vietnamita, em contraste, parecia corrupto, impopular e em clara minoria, tendo a oposição dos monges budistas, sem encontrar apoio entre um campesinato atemorizado, explorado e cansado da guerra; as unidades nativas fiéis ao regime e que com freqüência combatiam bem não era suficientes para compensar essa corrosão interna. Com a escalada da guerra, um número cada vez maior de americanos questionavam a eficácia de lutar pelo regime de Saigon, e preocupavam-se com a maneira pela qual tudo isso estava corrompendo as próprias forças armadas americanas — com o declínio do moral, o aumento do cinismo, indisciplina, uso de drogas, prostituição, a crescente prevenção racial contra os *gooks* e as atrocidades em combate, para não falarmos da corrosão da própria moeda dos Estados Unidos, ou de sua posição estratégica mais geral. Ho Chi Minh declarou que suas forças estavam dispostas a perder homens na proporção de dez para um — e quando essas forças foram bastante ousadas para deixar as selvas e atacar as cidades, como na ofensiva do Tet de 1968, isso com freqüência aconteceu; mas, continuou ele, apesar dessas perdas, continuariam lutando. Essa força de vontade não era evidente no Vietnã do Sul. Nem estava a sociedade americana, cada vez mais perturbada pelas contradições da guerra, disposta a sacrificar tudo pela vitória. Como esse sentimento era bem compreensível, tendo em vista o que estava em jogo para cada um dos lados, a verdade é que foi impossível a uma democracia aberta travar com êxito uma guerra em que não se empenhava totalmente. Era essa a contradição fundamental, que nem as análises de sistemas de McNamara, nem os bombardeiros B-52 baseados em Guam podiam mudar.[170]

Mais de uma década depois da queda de Saigon (abril de 1975), e com livros sobre todos os aspectos daquele conflito ainda sendo publicados em grande quantidade, continua difícil avaliar claramente como ele pode ter afetado a posição dos Estados Unidos no mundo. Visto de uma perspectiva futura, digamos no ano 2000 ou 2020, é possível que seja considerado como um choque salutar à arrogância global americana (ou ao que o senador Fullbright chamou de "arrogância do poder"), que tenha obrigado o país a

refletir mais profundamente sobre suas prioridades políticas e estratégicas, e reajustar-se mais sensatamente a um mundo já muito modificado desde 1945 — em outras palavras, como o choque recebido pelos russos na Guerra da Criméia, ou os ingleses na Guerra dos Boêres, que provocaram reformas e reavaliações benéficas.

Naquele momento, porém, os efeitos da guerra a curto prazo só podiam ser deletérios. O enorme aumento nos gastos com a guerra, precisamente quando as despesas internas com a "grande sociedade" de Johnson também aumentavam, afetou negativamente a economia americana, e mais adiante (p. 413-14) veremos como. Além disso, enquanto os Estados Unidos jogavam dinheiro no Vietnã, a U.R.S.S. dedicava somas cada vez maiores às suas forças nucleares — de modo a alcançar uma paridade estratégica aproximada — e à sua marinha, que naqueles anos surgiu como uma força importante na diplomacia mundial dos navios de guerra. Esse crescente desequilíbrio foi agravado pela posição tomada pelo eleitorado americano, contra os gastos militares, durante a maior parte da década de 1970. Em 1978 as "despesas com segurança nacional" foram apenas de 5% do PNB, a menor nos últimos 30 anos.[171] O moral nas forças armadas caiu, em conseqüência da guerra e dos cortes de pós-guerra. Reestruturações na CIA e outros departamentos, por mais necessárias que fossem para conter abusos, sem dúvida prejudicaram sua eficiência. A concentração americana no Vietnã preocupou até mesmo aliados; os métodos de luta em defesa de um regime corrupto alienaram a opinião pública, tanto na Europa ocidental como no Terceiro Mundo, e constituíram um fator importante naquilo que alguns autores chamaram de "distanciamento" americano de grande parte do resto do mundo.[172] Levou à negligência quanto à América Latina — e à tendência a substituir a esperada Aliança para o Progresso de Kennedy pelo apoio militar a regimes não-democráticos e atos contra-revolucionários (como a intervenção de 1965 na República Dominicana). O inevitável debate posterior à Guerra do Vietnã sobre as regiões do globo pelas quais os Estados Unidos lutariam ou não no futuro perturbou os aliados, sem dúvida estimulou os seus inimigos e fez com que os indecisos neutros examinassem a possibilidade de unirem-se ao outro lado. Na ONU, o delegado americano parecia cada vez mais sitiado e isolado. As coisas se tinham transformado muito desde a afirmação de Henry Luce de que os Estados Unidos seriam o irmão mais velho das nações na fraternidade humana.[173]

A outra conseqüência que a Guerra do Vietnã teve sobre a política do poder foi obscurecer, durante uma década talvez, o reconhecimento por Washington das proporções da cisão sino-soviética — e, portanto, sua oportunidade de adotar uma política para explorá-la. Foi por isso ainda mais surpreendente que essa negligência tivesse sido reparada tão rapidamente depois da ascensão à presidência daquele acerbo inimigo do comunismo, Richard Nixon, em janeiro de 1969. Mas Nixon tinha, na frase do professor Gaddis, "uma combinação excepcional de rigidez ideológica com pragmatismo político"[174] — e o segundo evidenciou-se especialmente em suas relações com as grandes potências. Apesar da aversão de Nixon pelos radicais internos e sua animosidade para com o Chile de Allende, por exemplo, devido às suas políticas socialistas, o presidente afirmava não ter ideologia quando se tratava

de diplomacia global. Para ele, não havia grande contradição em ordenar um aumento maciço nos bombardeios do Vietnã do Norte em 1972 — para forçar Hanói a aceitar as condições americanas para retirar-se do Sul — e viajar para a China a fim de fumar o cachimbo da paz com Mao Tse-tung no mesmo ano. Ainda mais significativa seria a escolha de Henry Kissinger como conselheiro de segurança nacional (e mais tarde Secretário de Estado). A abordagem que Kissinger tinha dos problemas mundiais era historicista e relativista: os acontecimentos deviam ser vistos em seus contextos amplos, e em relação uns com os outros; as grandes potências tinham de ser julgadas pelo que faziam, e não pela sua ideologia interna. A busca absolutista de segurança era utópica, já que ela tornaria todos os outros absolutamente inseguros — tudo o que se podia pretender era uma segurança relativa, baseada num razoável equilíbrio de forças nas questões mundiais, reconhecimento amadurecido de que o cenário mundial jamais seria totalmente harmonioso, e a disposição de negociar. Como os estadistas sobre os quais tinha escrito (Metternich, Castlereagh, Bismarck), Kissinger sentia que "o começo da sabedoria nos assuntos humanos, como nos internacionais, era saber quando parar".[175] Seus aforismas eram palmerstonianos ("Não temos inimigos permanentes") e bismarckianos ("A hostilidade entre a China e a União Soviética serviria melhor aos nossos propósitos se mantivéssemos com cada um dos lados relações mais estreitas do que eles entre si"),[176] e diferiam de tudo o que houve na diplomacia americana desde Kennan. Mas Kissinger teve uma oportunidade muito maior de dirigir a política do que seu colega, o admirador dos estadistas europeus do século XIX.[177]

Finalmente, Kissinger reconheceu as limitações do poderio americano, não só no sentido de que os Estados Unidos não podiam travar uma luta prolongada nas selvas do sudeste da Ásia *e* manter seus outros interesses mais vitais, e também porque tanto ele quanto Nixon percebiam que o equilíbrio mundial se estava transformando, e novas forças minavam o domínio, até então inquestionado, das duas superpotências. Estas estavam ainda muito à frente em termos de poder estritamente militar, mas sob outros aspectos o mundo se tinha tornado mais multipolar: "Em termos econômicos", observou ele em 1973, "há pelo menos cinco agrupamentos maiores. Politicamente, muitos outros centros de influência surgiram..." Com ecos de Kennan (e fazendo-lhe certas emendas), Kissinger identificou cinco regiões importantes, os Estados Unidos, a U.R.S.S., a China, o Japão e a Europa ocidental. E ao contrário de muitos em Washington e (talvez) todos em Moscou, ele recebeu bem essa mudança. Um *concerto* de grandes potências, equilibrando-se e sem que nenhuma predominasse, seria "um mundo mais seguro e melhor" do que uma situação bipolar na qual "um ganho de um dos lados parece uma perda absoluta para o outro".[178] Confiante em sua capacidade de defender os interesses americanos nesse mundo pluralista, Kissinger insistia na reformulação fundamental da diplomacia americana, no sentido mais amplo dessa palavra.

A revolução diplomática causada pela reaproximação sino-americana depois de 1971 teve um efeito profundo na "correlação global de forças". Embora tomado de surpresa pela decisão de Washington, o Japão achou pelo menos que poderia estabelecer relações, finalmente, com a República Popular da China, o que deu novo impulso ao seu florescente comércio asiático. A

Guerra Fria na Ásia, ao que parecia, tinha acabado — ou talvez fosse melhor dizer que se tinha tornado mais complicada: o Paquistão, que era uma via diplomática para mensagens secretas entre Washington e Pequim, recebeu o apoio dessas duas potências em seu choque com a Índia em 1971; Moscou, como era de esperar, deu forte apoio a Nova Delhi. Também na Europa o equilíbrio modificara-se. Alarmado com a hostilidade da China e surpreso com a diplomacia de Kissinger, o Kremlin considerou prudente concluir o Tratado SALT-I e encorajar as várias outras tentativas de melhorar relações através da Cortina de Ferro. Omitiu-se também quando, depois de seu tenso confronto com os Estados Unidos na época da guerra árabe-israelense de 1973 Kissinger começou sua "diplomacia de vaivém" para reconciliar Egito e Israel, congelando efetivamente a Rússia e afastando-a de qualquer papel significativo.

É difícil dizer por quanto tempo Kissinger poderia manter seu malabarismo tipo Bismarck se o escândalo de Watergate não tivesse afastado Nixon da Casa Branca em agosto de 1974 e aumentado ainda mais a suspeita que muitos americanos tinham de seu governo. O Secretário de Estado continuou no cargo durante o tempo em que Ford esteve na presidência, mas com uma liberdade de ação cada vez menor. Os pedidos de orçamento de defesa foram, com freqüência, reduzidos pelo Congresso. Foi cortada toda ajuda nova ao Vietnã do Sul, Camboja e Laos, em fevereiro de 1975, poucos meses antes de serem estes países dominados. A Lei dos Poderes de Guerra reduziu acentuadamente a capacidade que tinha o presidente de enviar soldados americanos para o exterior. As intervenções soviético-cubanas em Angola não podiam, como determinou o Congresso, ser compensadas pelo envio de fundos da CIA e de armas para facções pró-ocidentais ali. Com a direita republicana inquieta com o declínio do poderio americano no exterior, e culpando Kissinger por fraquejar na defesa dos interesses nacionais (canal do Panamá) e dos velhos amigos (Taiwan), a posição do Secretário de Estado estava começando a perder substância antes mesmo de ser Ford afastado do poder pela eleição de 1976.

Como os Estados Unidos enfrentaram sérios problemas socioeconômicos durante a década de 1970, e como os diferentes grupos políticos tentaram reconciliar-se com a reduzida posição internacional do país, talvez fosse inevitável que as suas políticas externas se tornassem mais desordenadas do que em épocas plácidas. Mesmo assim, haveria nos anos seguintes oscilações de política que foram notáveis, por quaisquer padrões. Imbuído das mais louváveis convicções gladstonianas e wilsonianas sobre a necessidade de criar uma ordem global mais "justa", Carter entrou jovialmente num sistema internacional em que muitos dos outros atores (em especial nos "pontos conturbados" do mundo) não tinham intensão de conduzir suas políticas de acordo com os princípios judaico-cristãos. Dado o descontentamento do Terceiro Mundo com a distância econômica entre as nações ricas e pobres, exacerbado pela crise do petróleo de 1973, houve prudência e, ao mesmo tempo, magnanimidade em sua tentativa de estabelecer a cooperação norte-sul, tal como houve bom senso nas condições do novo tratado do canal do Panamá, e em sua recusa a identificar todo movimento reformista latino-americano com o marxismo. Carter também recebeu o justificado crédito pela "intermediação" no acordo de Camp David, de 1978, entre Egito e Israel —

embora não se deva ter surpreendido com a reação crítica das outras nações árabes, que daria à Russia a oportunidade de fortalecer seus laços com os estados mais radicais no Oriente Médio. Apesar de todas as suas dignas intenções, o governo Carter naufragou nas rochas de um mundo complexo que parecia cada vez menos inclinado a seguir a orientação americana, e nas suas próprias incoerências de política (causadas, com freqüência, pelas disputas dentro do governo).[179] Regimes autoritários, direitistas, foram censurados e pressionados, em todo o mundo, pelas suas violações dos direitos humanos, mas Washington continuou apoiando o presidente Mobutu do Zaire, o rei Hassan do Marrocos, e o xá do Irã — pelo menos até a deposição deste, em 1979, que levou à crise dos reféns e, por sua vez, à fracassada tentativa de resgatá-los.[180] Em outras partes do mundo, da Nicarágua à Angola, o governo americano teve dificuldades em descobrir forças democrático-liberais dignas de seu apoio, mas ao mesmo tempo hesitou em empenhar-se contra os revolucionários marxistas. Carter também esperava manter reduzidas as despesas com a defesa, e pareceu surpreender-se com o fato de que a *détente* com a U.R.S.S. não diminuiu os gastos daquele país com armas, nem a sua atividade no Terceiro Mundo. Quando as tropas russas invadiram o Afeganistão em fins de 1979, Washington, que estava então empenhado num fortalecimento de defesa em grande escala, suspendeu o tratado SALT-II, cancelou as vendas de trigo a Moscou e começou a adotar políticas de "equilíbrio de poder" — em especial nas celebradas visitas de Brzezinski à China e ao Afeganistão — que o presidente tinha condenado apenas quatro anos antes. [181]

Se o governo Carter chegou ao poder com uma série de receitas simples para um mundo complexo, as de seu sucessor em 1980 não foram menos simples — embora drasticamente diferentes. Impregnado de uma reação emocional contra tudo o que "estava errado" com os Estados Unidos nas duas décadas anteriores, estimulado por uma esmagadora vitória eleitoral afetada pela humilhação sofrida no Irã, com uma visão ideológica do mundo que por vezes parecia positivamente maniqueísta, o governo Reagan pretendia levar o barco do Estado a direções totalmente novas. A *détente* estava fora de cogitações, já que apenas oferecia uma máscara para o expancionismo russo. A acumulação de armas seria aumentada, em todas as direções. Os direitos humanos saíram da ordem do dia; os "governos autoritários" eram preferidos. Espantosamente, até mesmo a aproximação com a China tornou-se suspeita, devido ao apoio da direita republicana a Taiwan. Como se poderia esperar, grande parte dessa simplicidade de espírito naufragou também nas realidades complexas do mundo exterior, para não falarmos da resistência de um Congresso e uma opinião pública que gostavam do patriotismo simples de seu presidente, mas desconfiava de suas políticas de Guerra Fria. As intervenções na América Latina, ou em qualquer lugar cheio de selvas e, portanto, parecido com o Vietnã, foram bloqueadas constantemente. A escalada da corrida armamentista nuclear provocou preocupações generalizadas, e a pressão pela renovação das conversações sobre armamentos, especialmente quando os partidários do governo falaram da necessidade de "predominar" num confronto nuclear com a União Soviética. Regimes autoritários nos trópicos desabaram, e com freqüência tornaram-se mais impopulares ainda pela sua associação

com o governo americano. Os europeus ficaram desnorteados com uma lógica que lhes proibia comprar gás natural da U.R.S.S. mas permitia que os agricultores vendessem cereais ao russos. No Oriente Médio, a incapacidade da administração Reagan de pressionar o governo de Israel chefiado por Begin contradizia a sua estratégia de alinhar o mundo árabe numa frente anti-russa. Na ONU os Estados Unidos pareciam mais isolados do que nunca; em 1984 eles se retiraram da UNESCO — situação que teria espantado Franklin Roosevelt. Mais do que duplicando o orçamento da defesa em cinco anos, os Estados Unidos iriam dispor, com certeza, de um equipamento militar maior do que em 1980. Mas se o Pentágono estava empregando bem as grandes somas de que dispunha, era cada vez mais duvidoso, como também a possibilidade de que ele controlasse as rivalidades entre os diferentes ramos das forças armadas.[182] A invasão de Granada, trombeteada como um grande sucesso, foi em vários aspectos *operacionais* parecida com uma farsa de Gilbert e Sullivan. E por fim, mas não menos importante, até mesmo os observadores simpáticos se indagavam se esse governo poderia estabelecer uma estratégia geral coerente, quando tantos de seus membros brigavam entre si (mesmo depois do afastamento de Haig como Secretário de Estado), quando seu chefe parecia dar pouca atenção às questões críticas, e quando (com raras exceções) via o mundo exterior através de óculos tão etnocêntricos.[183]

Muitas dessas questões voltarão a ser examinadas no capítulo final. O objetivo de relacionar os vários problemas dos governos Carter e Reagan lado a lado é mostrar que eles, em conjunto, afastaram a atenção das formas maiores que estavam modelando a política global do poder — e mais especificamente, da passagem de um mundo bipolar para um mundo multipolar, que Kissinger tinha percebido muito antes e à qual começara a ajustar-se. (Como iremos ver adiante, o aparecimento de três centros adicionais de poder político e econômico — Europa ocidental, China e Japão — não significava que estes estivessem livres de problemas — mas não é essa a questão aqui). Mais importante ainda, a concentração americana nos crescentes problemas da Nicarágua, Irã, Angola, Líbia, e assim por diante, ainda tendia a obscurecer o fato de que o país mais afetado pelas transformações que estavam ocorrendo na política global na década de 1970 foi provavelmente a própria U.R.S.S. — consideração essa que merece mais algum exame antes de concluirmos esta seção.

Não havia dúvidas de que a U.R.S.S. se tinha fortalecido militarmente naqueles anos. Não obstante, como o professor Ulam mostra, devido a outros acontecimentos, isso simplesmente significava que

> os governantes da União Soviética estavam em condições de apreciar a descoberta incômoda feita por tantos americanos na década de 1940 e 1950: o maior poder não proporciona automaticamente maior segurança a um estado, em especial na era nuclear. Sob quase todos os pontos de vista, econômica e militarmente, em termos absolutos e relativos, a U.R.S.S. de Brejnev era muito mais poderosa do que a de Stalin. E ainda assim, juntamente com essa maior força surgiram novos acontecimentos internacionais e compromissos externos que tornaram o Estado soviético mais vulnerável ao perigo externo e à turbulência da política mundial do que fora, digamos, em 1952.[184]

Além disso, nos últimos anos do governo Carter, os Estados Unidos tinham recomeçado a acumulação de armas que — continuada em ritmo maciço pelo governo seguinte, o de Reagan — ameaçava restabelecer a superioridade americana em armas nucleares, fortalecer a supremacia marítima dos Estados Unidos e dar maior ênfase do que nunca à tecnologia avançada. A resposta dos preocupados soviéticos de que não ficariam para trás em gastos e em armas não podia disfarçar o fato de que isso criaria ainda maiores dificuldades para uma economia cujo ritmo tinha diminuído consideravelmente (p. 408-11) e não estava bem situada para participar de uma corrida na área da alta tecnologia.[185] Em fins da década de 1970, a União Soviética estava na constrangedora posição de ter de importar grandes quantidades de trigo estrangeiro, para não falarmos de tecnologia. Seu império satélite na Europa oriental estava, com exceção dos quadros dirigentes do partido comunista, cada vez mais descontente, em particular os poloneses, que constituíam um problema terrível, sem que uma repetição da invasão tcheca de 1968 prometesse resolver a questão. Mais ao sul, a ameaça de perder o estado tampão afegão para influências estrangeiras (provavelmente chinesas) provocou o golpe de estado de 1979, que não só se revelou um atoleiro militar, como também teve um impacto desastroso sobre a posição soviética no exterior.[186] As ações russas na Tchecoslováquia, Polônia e Afeganistão tinham perdido muito de sua atração como "modelo" para outras, seja na Europa ocidental ou na África. O fundamentalismo muçulmano no Oriente Médio era um fenômeno perturbador, que ameaçava (como no Irã) voltar-se tanto contra os comunistas como contra os grupos pró-americanos. Acima de tudo, havia a incansável hostilidade chinesa, que graças às complicações do Afeganistão e Vietnã, parecia ainda mais acentuada em fins da década de 1970 do que no início.[187] Se alguma das duas superpotências tinha "perdido a China", era a Rússia. Finalmente, o etnocentrismo e a suspeição estreita de seus governantes já idosos, e a oposição de suas elites internas, a *nomenklatura*, às reformas amplas, provavelmente iriam tornar uma adaptação bem-sucedida a novo equilíbrio mundial ainda mais difícil do que para os Estados Unidos.

Tudo isso deve ter servido de consolo para Washington e de guia para uma visão menos tensa e mais sofisticada dos problemas de política externa, mesmo quando inesperados e desagradáveis. Em certas questões, reconhecidamente, o governo Reagan tornou-se mais pragmático e conciliatório. Não obstante, a linguagem da campanha eleitoral de 1979-1980 era difícil de ser abandonada, talvez porque não fosse mera retórica, mas sim uma visão fundamental da ordem mundial e do destino que nela cabia aos Estados Unidos. Como aconteceu tantas vezes no passado, esses sentimentos sempre tornavam difícil aos países tratar das questões externas como realmente eram e não como achavam que deviam ser.

Os instáveis equilíbrios econômicos, 1950 a 1980

Em julho de 1971, Richard Nixon repetiu sua opinião a um grupo de executivos de empresas de notícias em Kansas City de que havia agora cinco centros de poder econômico do mundo — Europa ocidental, Japão e China,

além da U.R.S.S. e Estados Unidos. "Serão esses cinco que determinarão o futuro econômico e, *como o poder econômico será a chave de outros tipos de poder*, o futuro do mundo sob outros aspectos, no último terço deste século."[188] Aceitando-se a validade da observação presidencial sobre a importância do poder econômico, torna-se necessário um senso mais profundo das transformações que estavam ocorrendo na economia global desde os primeiros anos da Guerra Fria; pois embora o comércio internacional e a prosperidade sofressem algumas turbulências excepcionais (em especial na década de 1970), certas tendências básicas a longo prazo podem ser identificadas, e que pareciam capazes de modelar a política mundial num futuro previsível.

Como acontece com todos os períodos anteriores examinados neste livro, não se pode esperar exatidão nas estatísticas econômicas usadas. O crescimento do número de estatísticos profissionais empregados pelos governos e organizações internacionais e o desenvolvimento de técnicas muito mais aperfeiçoadas desde a época do *Dictionary of Statistics*, de Mulhall, mostraram como é difícil a tarefa de estabelecer comparações adequadas. A relutância das sociedades "fechadas" em divulgar seus números, os diferentes métodos nacionais de medir a renda e o produto, e as taxas flutuantes de câmbio (especialmente depois das decisões pós-1971 de abandonar o padrão ouro e adotar essas últimas), tudo isso combinou-se para lançar dúvidas sobre a correção de *qualquer* série de dados econômicos.[189] Por outro lado, *certas* indicações estatísticas podem ser usadas, com razoável margem de confiança, para estabelecer correlações mútuas e identificar tendências gerais, no tempo.

A primeira característica, e sem dúvida a mais importante, foi a que Bairoch chama, acertadamente, de "uma taxa de crescimento totalmente sem precedentes na produção industrial do mundo"[190] durante as décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Entre 1953 e 1975, essa taxa de crescimento teve a notável média geral de 6% ao ano (4% *per capita*), e mesmo no período 1973-1980 o crescimento médio foi de 2,4% ao ano, muito apreciável pelos padrões históricos. Os cálculos de Bairoch da "produção das indústrias manufatureiras mundiais" — essencialmente confirmados pelos números de Rostow sobre "a produção industrial mundial"[191] — dão uma idéia desse aumento vertiginoso (ver Quadro 39).

Quadro 39. Produção das indústrias manufatureiras do mundo, 1830-1980[192]
(1900 = 100)

	Produção total	*Taxa de crescimento anual*
1830	34,1	(0,8)
1860	41,8	0,7
1880	59,4	1,8
1900	100,0	2,6
1913	172,4	4,3
1928	250,8	2,5
1938	311,4	2,2
1953	567,7	4,1
1963	950,1	5,3
1973	1730,6	6,2
1980	3041,6	2,4

Como Bairoch também observa, "A produção industrial acumulada do mundo, entre 1953 e 1973, foi comparável em volume à de todo o século e meio que separava 1953 de 1800."[193] A recuperação das economias danificadas pela guerra, o desenvolvimento de novas tecnologias, a continuada transferência da agricultura para a indústria, o aproveitamento dos recursos nacionais dentro de "economias planejadas" e a difusão da industrialização ao Terceiro Mundo, tudo isso contribuiu para essa transformação dramática. De maneira ainda mais enfática, e pelas mesmas razões, o volume do comércio mundial também cresceu espetacularmente depois de 1945, em contraste com as deformações da era das duas guerras mundiais:

Quadro 40. Volume do comércio mundial, 1850-1971 [194]
(1913 = 100)

1850	10,1	1938	103
1896-1900	57,0	1948	103
1913	100,0	1953	142
1921-25	82	1963	269
1930	113	1968	407
1931-35	93	1971	520

E o mais estimulante, como Ashworth observa, é que em 1957, pela primeira vez na História, o comércio mundial de bens manufaturados excedeu o de produtos primários, que era uma conseqüência do fato de ter sido o aumento na produção geral de manufaturados naquelas década consideravelmente maior do que os aumentos (muito impressionante) dos bens agrícolas e minerais (ver Quadro 41).

Quadro 41. Aumentos percentuais da produção mundial 1948-1968 [195]

	1948-1958	*1958-1968*
Produtos agrícolas	32%	30%
Minerais	40%	58%
Manufaturados	60%	100%

Essa disparidade pode ser explicada, até certo ponto, pelos grandes aumentos na manufatura e comércio *entre* os países industriais adiantados (em especial os da Comunidade Econômica Européia); mas a crescente demanda de produtos primários e o início da industrialização entre um número cada vez maior de países do Terceiro Mundo significou que as economias da maioria destes também cresciam mais depressa naquelas décadas do que em qualquer outro momento do século XX.[196] Apesar dos dados que o imperialismo ocidental causou a muitas das sociedades de outras partes do mundo, as exportações e o crescimento econômico geral dessas sociedades parecem terse beneficiado mais quando as nações industrializadas estavam num período de expansão. Países menos desenvolvidos (PMD), argumentou Foreman-Peck, cresceram rapidamente no século XIX, quando economias "abertas",

como a britânica, se estavam expandindo depressa — tal como foram as mais atingidas quando o mundo industrial entrou na depressão da década de 1930. Nas décadas de 1950 e 1960 eles voltaram a experimentar taxas de crescimento mais rápido, porque os países desenvolvidos estavam florescendo, a demanda de matérias-primas subia, e a industrialização generalizava-se.[197] Depois de seu nadir em 1953 (6,5%), Bairoch mostra que a parcela do Terceiro Mundo na produção manufatureira mundial subia constantemente, para 8,5% (1963), depois 9,9% (1973) e em seguida 12%.[198] Nas estimativas da CIA, a parcela de "produto mundial bruto" dos países menos desenvolvidos também veio aumentando, de 11,1% (1960) para 12,3% (1970) e 14,8% (1980).[199]

Dado o simples número de pessoas existentes no Terceiro Mundo, porém, sua parcela do produto mundial ainda era desproporcionalmente baixa — e sua pobreza, horrivelmente evidente. O PNB médio *per capita* nos países industrializados era de 10.660 dólares em 1980, mas de apenas 1.580 dólares para todos os países de renda média, como o Brasil, e espantosos 250 dólares para os países mais pobres do Terceiro Mundo, como o Zaire.[200] Pois a verdade era que, embora sua proporção do produto mundial e do produto manufatureiro subisse *como um todo*, o ganho não foi dividido em proporções iguais por todos os PMD. As diferenças de riquezas entre alguns países dos trópicos eram grandes ainda quando os colonialistas se retiraram — tal como haviam sido, em muitos casos, antes da era imperial. Foram exacerbados pelo padrão desigual da demanda pelos produtos desses países, pelos variados níveis de ajuda que cada qual conseguiu obter, e pelas vicissitudes de clima, política, interferência no meio ambiente e forças econômicas totalmente fora de seu controle. A seca podia devastar um país durante anos. As guerras civis, a guerrilha, ou a relocalização forçada de camponeses podia reduzir a produção agrícola e o comércio. A baixa dos preços mundiais do amendoim ou do estanho quase que podia paralisar uma economia de um produto só. A elevação das taxas de juros, ou do valor do dólar norte-americano, podia constituir golpes sangrentos. Um crescimento demográfico espiralante, provocado pelo êxito da ciência médica ocidental em debelar enfermidades, aumentava a pressão sobre os estoques de alimentos e ameaçava eliminar os ganhos da renda nacional geral. Por outro lado, havia estados que passavam por uma "revolução verde", com a produção agrícola intensificada por melhores técnicas e novos tipos de plantas. Além disso, os ganhos maciços registrados pelos países com sorte bastante para ter petróleo, na década de 1970, colocaram-nos numa categoria econômica diferente — embora os chamados PMDs da OPEP sofressem quando os preços do produto caíram em princípios da década de 1980. Finalmente, num dos acontecimentos mais significativos, havia entre os países do Terceiro Mundo alguns que se incluem entre os que Rosecrance chama de "estados comerciantes" — Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Malásia, imitando o Japão, a Alemanha Ocidental e a Suíça em seu espírito empresarial e no empenho em produzir bens industriais manufaturados para o mercado global.[201]

A disparidade entre as nações menos desenvolvidas nos leva ao segundo aspecto importante da transformação macroeconômica das últimas décadas — as taxas de crescimento diferenciais entre as várias nações do globo, que tanto ocorriam entre as potências maiores, industrializadas, quanto entre os países

menores. Como essa tendência é a que tem em última análise o maior impacto — de acordo com a história dos séculos precedentes — sobre o equilíbrio internacional de poder, vale a pena examinarmos em detalhe a maneira pela qual ela afetou as principais nações nessas décadas.

Não pode haver dúvidas de que a transformação econômica do Japão depois de 1945 ofereceu o exemplo mais espetacular de modernização constante naquelas décadas, ultrapassando quase todos os países "adiantados" existentes, como competidor comercial e tecnológico, e constituindo-se num modelo para a emulação por outros "estados comerciantes" da Ásia. Na verdade, o Japão já se tinha distinguido quase um século antes, tornando-se o primeiro país asiático a copiar o Ocidente tanto em termos econômicos como — o que foi fatídico para ele — militares e imperialistas. Embora muito atingido pela guerra de 1937-1945, e tendo perdido seus tradicionais mercados e fornecedores, ele dispunha de uma infra-estrutura industrial que podia ser reparada, e de uma população talentosa, bem instruída e socialmente coesa, cuja disposição de progredir podia ser canalizada agora para fins comerciais pacíficos. Durante alguns anos depois de 1945, o Japão permaneceu prostrado, um território ocupado, e dependente da ajuda americana. Em 1950, as coisas mudaram — e ironicamente, isso aconteceu em grande parte devido aos elevados gastos dos Estados Unidos com a defesa, provocados pela Guerra da Coréia, que estimularam as companhias japonesas voltadas para a exportação. A Toyota, por exemplo, corria o risco de falir quando foi salva pela primeira encomenda de caminhões de Departamento da Defesa dos E.U.A. e o mesmo aconteceu com muitas outras companhias. [202]

É claro que o "milagre japonês" foi produto de muitas outras coisas além do estímulo dos gastos americanos com a Guerra da Coréia, e também do Vietnã, e a tentativa de explicar exatamente como o país se transformou, e como outros o podem imitar, passou a ser uma pequena indústria do próprio crescimento.[203] Uma das principais razões foi a sua crença quase fanática em alcançar os mais altos níveis de controle de qualidade, tomando emprestado (e aperfeiçoando) técnicas sofisticadas de administração e métodos de produção do Ocidente. Beneficiou-se com o empenho nacional em vigorosos padrões de alto nível de educação universal, e com a disponibilidade de grande número de engenheiros, de entendidos em eletrônica e automóveis, e de oficinas pequenas, mas empreendedoras, bem como as gigantescas *zaibatsu*. Havia um *ethos* social em favor do trabalho árduo, fidelidade à empresa e a necessidade de conciliar as relações entre a administração e os trabalhadores por meio de uma mistura de concessões e deferência. A economia exigia enormes volumes de capital para conseguir um crescimento constante, e foi o que recebeu — em parte por haver muito poucos gastos com a defesa num país "desmilitarizado", abrigado sob o manto estratégico americano, mas talvez ainda mais devido a políticas fiscais e tributárias que estimulavam um grau excepcionalmente alto de poupança pessoal, que podia então ser usada como investimento. O Japão beneficiou-se também do papel desempenhado pelo seu Ministério de Comércio Internacional e Indústria no "fomento a novas indústrias e desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo em que coordenava o fechamento bem ordenado das indústrias antigas e decadentes", [204] tudo isso de uma maneira completamente diferente da abordagem do *laissez-faire* americano.

Qualquer que seja a combinação de explicações — outros peritos em Japão falariam com ênfase das razões culturais e sociológicas, para não mencionarmos aquele indefinível "fator mais" da autoconfiança nacional e da força de vontade de um povo cuja oportunidade chegou — será impossível negar a proporção de seu sucesso econômico. Entre 1950 e 1973, seu produto interno bruto cresceu à média fantástica de 10,5% ao ano, muito acima de qualquer outra nação industrializada; e mesmo a crise do petróleo em 1973-1974, com seu profundo golpe na expansão mundial, não impediu que as taxas de crescimento do Japão continuassem, nos anos subseqüentes, sendo de quase duas vezes as de seus principais concorrentes. A variedade das indústrias nas quais o Japão tornou-se o produtor mundial dominante era espantosa — máquinas fotográficas, artigos de cozinha, produtos elétricos, instrumentos musicais, motonetas e assim por diante. Os produtos japoneses desafiaram a indústria suíça de relógios, fizeram sombra à indústria ótica alemã e devastaram as indústrias inglesa e americana de motocicletas. Dentro de uma década, os estaleiros japoneses estavam produzindo mais da metade da tonelagem mundial lançada ao mar. Na década de 1970 suas siderúrgicas mais modernas produziam tanto quanto a indústria americana do aço. A transformação de sua indústria automobilística foi ainda mais dramática — entre 1960 e 1984 sua parcela na produção mundial de carros aumentou de 1% para 23% e em conseqüência os carros e caminhões japoneses estavam sendo exportados aos milhões para todo o mundo. Constante e incansavelmente, o país passou de produtos de baixa tecnologia para produtos de alta tecnologia — computadores, telecomunicações, aeroespaço, robótica e biotecnologia. Constante e incansavelmente, seus excedentes comerciais aumentaram — transformando-o num gigante financeiro, além de industrial — e sua parcela de produção e dos mercados mundiais ampliou-se. Quando a ocupação aliada terminou em 1952, seu "produto nacional era pouco mais de um terço o da França ou do Reino Unido. Em fins da década de 1970 o PNB japonês era tão grande quanto o do Reino Unido e da França *juntos*, e mais da metade do PNB da América".[205] Dentro de uma geração, sua parcela da produção manufatureira mundial, e do PNB, tinha aumentado de 2-3% para cerca de 10% — e não estava estacionária. Só a U.R.S.S. nos anos posteriores a 1928 tinha realizado um crescimento dessas proporções, mas o Japão o fez muito menos dolorosamente e de uma maneira muito mais impressionante e de bases mais amplas.

Em comparação com o Japão, todas as outras grandes potências devem parecer economicamente lentas. Não obstante, quando a República Popular da China (RPC) começou a afirmar-se nos anos posteriores à sua fundação, em 1949, foram poucos os observadores que não a levaram a sério.Isso pode ter refletido, em parte, a preocupação tradicional com o "perigo amarelo", já que o gigante adormecido do Oriente seria, claramente, uma grande força nas questões mundiais tão logo tivesse organizado sua população de 800 milhões para as finalidades nacionais. Mais importante ainda foi o papel destacado, para não dizer agressivo, que a RPC adotou para com as potências estrangeiras, quase que desde a sua criação, mesmo que isso tenha sido uma reação nervosa ao cerco que sofria. Os choques com Estados Unidos, sobre a Coréia e Quemói e Matsu; a ocupação do Tibete; as lutas de fronteira com a Índia; o irado rompimento com a U.R.S.S. e os confrontos militares nas regiões disputadas; o san-

grento choque com o Vietnã do Norte; e o tom geralmente combativo da propaganda chinesa (especialmente com Mao) ao criticar o imperialismo ocidental e a "hegemonia russa", e estimular os movimentos populares de libertação em todo o mundo, fizeram dela uma figura muito mais importante, mas também mais imprevisível, nas questões mundiais, do que os discretos e sutis japoneses.[206] Simplesmente porque a China tinha um quarto da população do mundo, suas guinadas políticas numa ou noutra direção tinham de ser levadas a sério.

Não obstante, pelos critérios rigorosamente econômicos, a RPC parecia um caso clássico de atraso econômico. Em 1953, por exemplo, era responsável por apenas 2,3% da produção manufatureira mundial e tinha um "potencial industrial total" igual a apenas 71% do britânico em 1900.[207] Sua população, que aumentava em dezenas de milhões de novas bocas anualmente, consistia esmagadoramente de camponeses pobres, cuja produção *per capita* era terrivelmente baixa, e pouco rendia ao estado em termos de "valor adicionado." A desorganização provocada pelos senhores guerreiros, pela invasão japonesa e depois pela guerra civil de fins da década de 1940 não parou quando as comunas camponesas substituíram os latifundiários, depois de 1949. Não obstante, as perspectivas econômicas não ofereciam quaisquer esperanças. A China tinha uma infra-estrutura básica de rodovias e ferrovias de bitola estreita, sua indústria têxtil era substancial, suas cidades e portos eram centros de atividade empresarial e a região da Manchúria em particular tinha sido desenvolvida pelos japoneses durante a década de 1930.[208] O que o país precisava, para entrar na fase de partida industrial, era um longo período de estabilidade e infusões maciças de capital. Ambas as condições foram atendidas até certo ponto — devido à predominância do Partido Comunista e fluxo de ajuda russa — durante a década de 1950. O Plano Qüinqüenal de 1953 imitou conscientemente as prioridades stalinistas de desenvolver a indústria pesada e de aumentar a produção de aço, ferro e carvão. Em 1957 a produção industrial tinha duplicado.[209]Por outro lado, o volume de capital disponível para investimento industrial, quer levantado internamente ou tomado de empréstimo à Rússia, era insuficiente para as necessidades econômicas de um país como a China — e a cisão sino-soviética interrompeu a ajuda financeira e técnica da Rússia de maneira abrupta. Além disso, as presunçosas decisões de Mao de realizar o "Grande Salto à Frente" estimulando milhares de fundições de fundo de quintal e sua campanha pela "Revolução Cultural" (que levou à desgraça técnicos, administradores profissionais e comunistas) reduziram consideravelmente o desenvolvimento. Por fim, durante a década de 1950 e a de 1960, a diplomacia de confronto da RPC e seus choques militares em quase todos os vizinhos significaram que uma proporção demasiado grande dos escassos recursos do país tinha de ser dedicada às forças armadas.

O período da Revolução Cultural não foi totalmente mau em termos econômicos; pelo menos enfatizou a importância das áreas rurais, estimulando a indústria de pequena escala bem como melhorando as técnicas agrícolas, e levando a assistência médica e social básica às aldeias.[210] Não obstante, aumentos significativos no produto nacional só podiam ser conseguidos com maior industrialização, melhorias de infra-estrutura e investimentos a longo

prazo — condições essas para as quais contribuiria o desativamento da Revolução Cultural e a intensificação do comércio com os Estados Unidos, Japão e outras economias adiantadas. Os recursos carboníferos e petrolíferos da China estavam sendo rapidamente explorados, bem como seus estoques de muitos minérios preciosos. Em 1980, sua produção de aço de 37 milhões de toneladas era bem maior do que a britânica ou a francesa, e seu consumo de energia de fontes modernas era duas vezes o de qualquer dos principais estados europeus.[211] Também àquela data sua parcela da produção manufatureira mundial se tinha elevado para 5,0% (de 3,9% em 1973) e se aproximava da parcela da Alemanha Ocidental.[212] Esse rápido crescimento recente não foi alcançado sem problemas, e a liderança do partido teve de reajustar para menos as metas das "quatro modernizações" do país; vale a pena também repetir que quando qualquer estatística da riqueza ou produção chinesas é apresentada em termos *per capita,* seu relativo atraso econômico evidencia-se novamente. Ainda assim, apesar dessas deficiências, tornou-se claro com o tempo que o gigante asiático estava finalmente se mexendo e disposto a construir as bases econômicas adequadas para o papel de grande potência que desejava desempenhar.[213]

A quinta região de poder econômico identificada por Nixon em seu discurso de julho de 1971 foi a "Europa ocidental", que evidentemente constitui mais uma expressão geográfica do que uma potência unificada e afirmativa como a China, a U.R.S.S. e os Estados Unidos. A própria expressão significa coisas diferentes para diferentes pessoas — poderia abranger todos os países fora da esfera dominada pelos russos (e portanto, a Escandinávia, a Grécia, a Turquia), ou poderia ser a Comunidade Econômica Européia original (ou ampliada), que pelo menos tem uma estrutura institucional, ou é freqüentemente usada como abreviatura para aquele grupo de ex-grandes estados (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália) que poderia ser necessário ouvir antes que, digamos, o Departamento de Estado iniciasse uma nova política para com a Rússia ou o Oriente Médio. E nem mesmo isso esgota as possibilidades de confusão semântica, já que durante grande parte desse período os ingleses achavam que a "Europa" começava do outro lado do canal da Mancha; e havia, além do mais, muitos europeus integracionistas convictos (para não falarmos dos nacionalistas alemães) que consideravam a divisão pós-1945 do continente como uma condição meramente temporária, a ser substituída no futuro pela fusão dos países dos dois lados numa união mais ampla. Política e constitucionalmente, portanto, tem sido difícil usar a expressão "Europa" ou mesmo "Europa ocidental" como alguma coisa mais do que um modo de falar — ou um vago conceito cultural-geográfico.[214]

Em nível econômico, porém, parecia haver uma similaridade básica no que estava acontecendo na Europa naqueles anos. O aspecto mais destacado era o "elevado e constante nível de crescimento econômico".[215] Em 1949-1950 a maioria dos países estava de volta aos seus níveis de produção anteriores à guerra e alguns (especialmente, é claro, os que foram neutros durante a guerra) estavam significativamente à frente. Mas seguiram-se então anos e anos de maior produção manufatureira, de níveis sem precedentes de crescimento das exportações, de um grau notável de pleno emprego e níveis historicamente altos de renda disponível, bem como de capital de investimento.

O resultado foi tornar-se a Europa a região de mais rápido crescimento do mundo, depois do Japão. "Entre 1950 e 1970 o produto interno bruto europeu cresceu à média de 5,5% ao ano e 4,4% em bases *per capita*, contra médias mundiais de 5,0 e 3,0% respectivamente. A produção industrial aumentou ainda mais rapidamente, com 7,1% em comparação com uma taxa mundial de 5,9%. Assim, naquela última data a produção *per capita* na Europa era quase duas vezes e meia a de 1950."[216] É interessante notar que esse crescimento foi observado em todas as partes do continente — no núcleo industrial do noroeste da Europa, no Mediterrâneo, na Europa oriental; até mesmo a lenta economia britânica cresceu mais depressa nesse período do que em décadas anteriorres. E o que não é surpresa, a posição relativa da Europa na economia mundial, que vinha declinando desde a passagem do século, dentro em pouco começou a expandir-se. "Durante o período de 1950 a 1970 sua parcela da produção mundial de bens e seviços (PIB) aumentou de 37 para 41%, e no caso da produção industrial o aumento foi ainda maior, de 39 para 48%."[217] Tanto em 1960 como em 1970, os números da CIA mostravam — reconhecidamente, com dados estatísticos que podem ser questionados[218] — que a Comunidade Européia tinha uma parcela maior do produto mundial bruto do que mesmo os Estados Unidos, e que este era duas vezes maior que o da União Soviética.

As razões da recuperação econômica da Europa não podem constituir surpresa, se refletirmos bem. Grande parte do continente esteve sujeita, por período demasiado longo, a invasões, lutas e ocupação estrangeira prolongada, bombardeios de cidades, fábricas, estradas e ferrovias, escassez de alimento e matérias-primas provocada por bloqueios, convocação de milhões de homens e a mortandade de milhões de animais. Mesmo antes da luta, o desenvolvimento econômico "natural" da Europa — isto é, crescimento que evoluía região por região, à medida que novas fontes de energia e produção se revelavam, que novos mercados se desenvolviam, que nova tecnologia se difundia — tinha sido deformado pelos atos de *Machtstaat* de inclinações nacionalistas.[219] Tarifas cada vez mais altas tinham separado os fornecedores de seus mercados. Subvenções governamentais tinham mantido firmas e agricultores ineficientes protegidos da concorrência estrangeira. Proporções cada vez maiores da renda nacional tinham sido dedicadas aos gastos com armas e não aos empreendimentos comerciais. Era impossível, dessa forma, maximizar o crescimento econômico da Europa nesse "clima de blocos e autarcia, de nacionalismo econômico e de conseguir vantagens prejudicando os outros."[220] Agora, depois de 1945, havia não apenas "novos europeus" como Monnet, Spaak e Hallstein, dispostos a criar estruturas econômicas que evitariam os erros do passado, mas havia também uns Estados Unidos prestativos e beneficientes, dispostos (através do Plano Marshall e outros esquemas de ajuda) a financiar a recuperação européia, desde que fosse feita como um empreendimento cooperativo.

Assim, uma Europa cujo potencial econômico fora deformado e subutilizado pela guerra e pela política tinha agora oportunidade de corrigir essas deficiências. Havia uma disposição geral de "construir de novo", tanto nas parte oriental como ocidental do continente, e uma vontade de aprender com as loucuras da década de 1930. O planejamento estatal, seja do tipo keynesiano ou socialista, deu um impulso concentrado a esse desejo de aperfeiçoamento

social e econômico; o colapso (ou descrédito) das estruturas mais antigas tornou mais fácil a inovação. Os Estados Unidos não só deram bilhões de dólares da ajuda do Plano Marshall — "uma injeção no braço num momento crítico", como foi bem descrito [221] — como também proporcionaram um esquema de defesa sob o qual todos os estados europeus se podiam abrigar. (É certo que tanto a Grã-Bretanha como a França gastaram muito com a defesa durante os anos da Guerra da Coréia e o período que antecedeu à descolonização — mas elas, e seus vizinhos, teriam de ter gasto muito mais dos seus escassos recursos nacionais com armamentos se não tivessem sido protegidas pelos Estados Unidos.) Como as barreiras comerciais eram menores, empresas e indivíduos puderam florescer num mercado muito maior. E isso ocorreu especialmente porque o comércio *entre* os países desenvolvidos (no caso, os próprios Estados europeus) sempre foi mais proveitoso do que o comércio com outros países, simplesmente porque a demanda mútua era maior. Se o comércio "exterior" da Europa aumentou mais depressa do que qualquer outra coisa nessas décadas, portanto, foi principalmente porque os vizinhos estavam comprando e vendendo mais entre si. Numa geração depois de 1950, a renda *per capita* aumentou tanto quanto tinha aumentado no século e meio antes daquela data.[222] O ritmo socioeconômico dessa mudança foi realmente notável: a parcela da população trabalhadora da Alemanha Ocidental dedicada à agricultura, silvicultura e pesca caiu de 24,6% para 12,2% no mesmo período (e para 8,8% em 1980). As rendas disponíveis floresceram à medida que a industrialização se espalhava; na Alemanha Ocidental, a renda *per capita* cresceu de 320 dólares em 1949 para 9.131 dólares em 1978, e na Itália passou de 638 dólares em 1960 para 5.142 em 1979. O número de automóveis por mil habitantes também aumentou de 6,3 na Alemanha Ocidental (1948) para 227 (1970), e na França, de 37 para 252.[223] Quaisquer que fossem os métodos de medição, e apesar das constantes disparidades regionais, os índices de ganhos muito reais eram claros.

Essa combinação de crescimento econômico geral, com amplas variações na taxa de câmbio e seus efeitos, pode ser vista claramente se examinarmos o que aconteceu em cada uma das antigas grandes potências. Ao sul dos Alpes, ocorreu aquilo que os jornalistas chamam, hiperbolicamente, de "milagre italiano", com o PNB crescendo em termos reais quase três vezes mais depois de 1948 do que durante os anos entre as duas guerras. Na verdade, até 1963, quando o ritmo diminuiu, a economia italiana cresceu mais depressa naqueles anos do que qualquer outro país exceto Japão e Alemanha Ocidental. Mas nem isso é surpreendente, retrospectivamente. A Itália foi sempre a menos desenvolvida dos "quatros grandes" europeus, o que é outra maneira de dizer que seu potencial de crescimento não tinha sido plenamente explorado. Livres dos absurdos das políticas econômicas fascistas, e beneficiando-se muito da ajuda americana, os industriais italianos puderam utilizar os baixos custos salariais do país, e sua fama como *designers*, para intensificar as exportações numa taxa espantosamente rápida, em especial dentro do Mercado Comum. A hidreletricidade e o petróleo importado barato compensaram a falta de abastecimento local de carvão. A fabricação de motores foi um grande estímulo. Com o aumento dos níveis de consumo locais, a FIAT, a produtora nacional de automóveis, ocupou durante muitos anos uma posição predo-

minante nesse mercado interno, conseguindo assim uma forte base para suas exportações para o norte do Alpes. Artigos tradicionais, como sapatos e roupas boas, tiveram o influxo de novos produtos: os refrigerantes italianos venderam mais do que quaisquer outros na Europa, na década de 1960. Não se trata, porém, de uma história de sucesso sem restrições. A distância entre o norte e o sul da Itália permaneceu crônica. As condições sociais, tanto nas cidades do interior como nas áreas rurais mais pobres, eram muito piores do que no norte da Europa. A instabilidade governamental, uma grande "economia negra" e um elevado déficit público, juntamente com uma taxa de inflação superior à média, afetaram o valor da lira e sugeriam a fragilidade da recuperação econômica. Sempre que se faziam comparações de renda ou industrialização de âmbito europeu, a Itália não se saía muito bem em confronto com seus vizinhos mais adiantados; quando as taxas de *crescimento* eram comparadas, as coisas pareciam muito melhores. Isso é simplesmente uma outra maneira de dizer que a Itália tinha começado com grande atraso. [224]

Em contraste, a Grã-Bretanha em 1945 estava muito à frente, pelo menos entre os Estados europeus maiores, o que pode explicar em parte o seu declínio econômico relativo nas quatro décadas que se seguiram. Ou seja, como a Grã-Bretanha (assim como os Estados Unidos) não tinha sido muito danificada pela guerra, sua taxa de crescimento não tinha a probalidade de ser tão elevada quanto a dos países que se recuperavam de anos de ocupação militar e de destruição. Psicologicamente, também, como dissemos acima, [225] o fato de a Grã-Bretanha não ter sido derrotada, de ser ainda um dos "três grandes" em Potsdam, e de ter recuperado todo o seu império mundial tornava difícil às pessoas verem a necessidade de reformas drásticas em seu sistema econômico. Longe de produzir estruturas mais novas, a guerra tinha preservado instituições tradicionais, como os sindicatos, o serviço público e as velhas universidades. Embora a administração trabalhista de 1945-1951 tivesse posto em prática seus planos de nacionalização e de criação de um "estado do bem-estar social", uma reestruturação mais fundamental das práticas econômicas e das *atitudes* para com o trabalho não ocorreu na Grã-Bretanha. Confiando ainda em sua posição especial no mundo, ela continuou a valer-se dos mercados coloniais cativos, lutou em vão para preservar a velha paridade da libra esterlina, manteve grandes guarnições no exterior (um grande ônus para a moeda), declinou participar de movimentos iniciais de unidade européia, e gastou mais com a defesa do que qualquer das outras potências da OTAN, com exceção dos Estados Unidos.

A fragilidade da posição internacional e econômica da Grã-Bretanha foi disfarçada, em parte, no período imediatamente posterior a 1945, pela debilidade ainda maior dos outros estados, a prudente retirada da Índia e da Palestina, o breve surto das exportações, e a manutenção do império no Oriente Médio e África. [226] A humilhação em Suez, em 1956, veio portanto como um grande choque, pois revelou não só a debilidade da libra esterlina, mas também a dura realidade de que a Grã-Bretanha não podia operar militarmente no Terceiro Mundo, se desaprovada pelos Estados Unidos. Pode-se argumentar, não obstante, que as realidades do declínio ainda continuavam disfarçadas — em questões de defesa, pela política pós-1957 de depender do dissuasório nuclear, que era muito menos caro do que as grandes forças

convencionais, e sugeria uma condição de grande potência; e em assuntos econômicos pelo fato de que a Grã-Bretanha também partilhava do surto geral de prosperidade das décadas de 1950 e 1960. Se suas taxas de crescimento eram das menores na Europa, eram apesar disso melhores do que a expansão das décadas anteriores e com isso permitiram a Macmillan dizer aos eleitores britânicos: "Vocês nunca viveram tão bem!" Medida em termos de renda disponível, ou do número de máquinas de lavar e automóveis, aquela afirmação estava historicamente correta.

Mas em comparação com o progresso muito maior que se estava registrando em outros países, a Grã-Bretanha parecia estar sofrendo do que os alemães cruelmente chamaram de "a doença inglesa" — uma combinação de sindicalismo militante, má administração, políticas incertas do governo e atitudes culturais negativas para com o trabalho árduo e o espírito empresarial. A nova prosperidade trouxe um surto maciço de importação de produtos europeus melhores e de artigos asiáticos baratos, criando com isso dificuldades na balança de pagamentos, crises da moeda e desvalorizações que ajudaram a alimentar a inflação e, com isso, exigências de maiores salários. O controle dos preços, a legislação sobre os aumentos salariais e a deflação fiscal foram empregados em várias ocasiões pelos governos britânicos para conter a inflação e criar as circunstâncias adequadas para um crescimento constante. Raramente funcionaram por longo tempo. A indústria automobilística britânica foi seguidamente enfraquecida pela concorrência estrangeira, a indústria da construção naval, outrora florescente, passou a depender quase que exclusivamente das encomendas do Almirantado, os produtores de artigos elétricos e motonetas viram-se em dificuldades para competir. Algumas companhias (como a ICI) constituíram exceção notável a essa tendência; os serviços financeiros da City de Londres resistiram bem, e o varejo continuou forte — mas a erosão da base *industrial* britânica foi implacável. O ingresso no Mercado Comum em 1971 não ofereceu a esperada panacéia: expôs o mercado britânico a uma concorrência ainda maior em manufaturados, ao mesmo tempo em que comprometia a Grã-Bretanha nas políticas de preços agrícolas muito onerosas da CEE. O petróleo do Mar do Norte também esteve longe de constituir uma bênção: proporcionou rendas maciças de divisas estrangeiras, mas isso de tal modo elevou o preço do esterlino que prejudicou as exportações manufatureiras.[227]

As estatísticas econômicas ofereceram uma medida daquilo que Bairoch chama de "aceleração do declínio industrial da Grã-Bretanha".[228] Sua parcela da produção manufatureira mundial caiu de 8,6% em 1953 para 4,0% em 1980. Sua parcela do comércio mundial tambén caiu rapidamente, de 19,8% (1955) para 8,7% (1976). Seu produto nacional bruto, o terceio maior do mundo em 1945, foi ultrapassado pela Alemanha Ocidental, depois pelo Japão e pela França. Sua renda disponível *per capita* foi constantemente superada por vários países europeus menores, mais ricos; em fins da década de 1970 ela estava mais próxima dos estados mediterrâneos do que da Alemanha Ocidental, França ou países do Benelux.[229] Na verdade, grande parte desse declínio das *parcelas* britânicas (seja do comércio mundial, ou do PNB mundial) deveu-se ao fato de que circunstâncias técnicas e históricas especiais tinham dado ao país um volume desproporcionalmente grande de riqueza e

comércio global em décadas anteriores; agora, essas circunstâncias especiais tinham desaparecido, e outros países eram capazes de explorar seu potencial de industrialização, sendo natural que a posição relativa da Grã-Bretanha caísse. Se devia ter caído tanto, e tão depressa, é outra questão; se cairá ainda mais em relação aos seus vizinhos europeus, é igualmente difícil dizer. Em princípios da década de 1980 o declínio parecia estar se reduzindo, deixando a Grã-Bretanha ainda com a sexta economia mundial, e com substanciais forças armadas. Em comparação com a época de Lloyd George, ou mesmo com a de Clement Attlee em 1945, porém, ela era agora apenas uma potência comum, moderadamente grande, mas não uma grande potência.

Enquanto a economia britânica fenecia num declínio relativo, a Alemanha Ocidental gozava o seu *Wirtschaftswunder*, ou "milagre econômico". Mais uma vez, vale a pena notar como foi "natural", relativamente falando, esse desenvolvimento. Mesmo truncada, a República Federal tinha a infra-estrutura mais desenvolvida da Europa, dispunha de grandes recursos internos (desde carvão até fábricas de máquinas operatrizes), e uma população altamente educada, e talvez particularmente forte em administradores, engenheiros e cientistas, que tinha aumentado com o êxodo de talentos do leste. Durante o último meio século, ou mais, seu potencial econômico tinha sido deformado pelas exigências da máquina militar alemã. Agora que as energias nacionais podiam (como no Japão) ser concentradas apenas no sucesso comercial, a única questão eram as proporções da recuperação. As grandes empresas alemãs, que se tinham acomodado mais ou menos facilmente ao Segundo Reich, a Weimar, e depois ao nazismo, tinham de ajustar-se às novas circunstâncias e adotar pressupostos administrativos americanos.[230] Os grandes bancos voltaram a ser capazes de desempenhar um grande papel junto da indústria. As indústrias químicas e elétricas reapareceram logo, tornando-se os gigantes da indústria européia. Companhias automobilísticas de enorme sucesso, como a Volkswagen e Mercedes, tiveram seus inevitáveis "efeitos multiplicadores" sobre centenas de pequenas firmas abastecedoras. Com o florescimento das exportações — a Alemanha tornou-se segunda apenas para os Estados Unidos, no comércio mundial de exportações — um número crescente de firmas e comunidades locais tiveram necessidade de trazer "trabalhadores convidados" para atender à gritante demanda de mão-de-obra não especializada. Mais uma vez, pela terceira vez em 100 anos, a economia alemã era a força motriz do crescimento econômico da Europa.[231]

Estatisticamente, portanto, a história parecia um sucesso ininterrupto. Até mesmo entre 1948 e 1952 a produção industrial alemã aumentou de 110% e o PNB real de 67%.[232] Com as mais altas taxas de investimento bruto na Europa, as firmas alemãs beneficiaram-se imensamente com o fácil acesso ao capital. A produção de aço, praticamente inexistente em 1946, passou logo a ser a maior da Europa (mais de 34 milhões de toneladas em 1960), e o mesmo ocorreu com a maioria das indústrias. Ano após ano, o país teve o maior crescimento do produto interno bruto. Seu PNB, apenas 32 bilhões de dólares em 1952, era o maior da Europa (com 89 bilhões) uma década depois, e de mais de 600 bilhões em fins da década de 1970. Sua renda disponível *per capita*, modestos 1.186 dólares em 1960 (quando a dos Estados Unidos era de 2.491 dólares) chegou a impressionantes 10.837 dólares em 1979 — à frente da

média americana de 9.595 dólares.[233] Ano após ano acumularam-se os excedentes de exportação, com o *deutsche Mark* exigindo freqüentes ajustes para cima,e na verdade transformando-se numa espécie de moeda de reserva. Embora naturalmente preocupados com a concorrência representada pelos japoneses, ainda mais eficientes, os alemães ocidentais eram sem dúvida os segundos mais bem-sucedidos entre os maiores "estados comerciantes". Isso foi ainda mais impressionante, já que o país tinha sido separado de 40% de seu território, e mais de 35% de sua população; ironicamente, a República Democrática Alemã mostraria dentro em pouco que era o mais produtivo e industrializado de todos os estados da Europa oriental, em termos *per capita* (inclusive a U.R.S.S.), apesar da perda de milhões de seus trabalhadores, que fugiram para o Ocidente. Se tivesse sido possível voltar às fronteiras de 1937, uma Alemanha unificada estaria mais uma vez à frente de qualquer rival econômico na Europa e,na verdade, talvez não ficasse muito atrás da própria União Soviética, muito maior.

Precisamente porque a Alemanha tinha sido derrotada e dividida, e porque sua posição internacional (e a de Berlim) continuava a ser regulada pelas "potências do tratado", esse peso econômico não se traduziu em poderio político. Sentindo uma responsabilidade natural para com os alemães do leste, a República Federal foi peculiarmente sensível a qualquer variação nas relações entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia. Tinha o maior comércio com a Europa oriental e a U.R.S.S., e estava evidentemente na linha de frente, se ocorresse outra guerra. A preocupação soviética e (apenas um pouco menor) a francesa com qualquer ressurgimento do "militarismo alemão" significou que ela jamais se poderia transformar numa potência nuclear. A Alemanha sentia-se culpada perante vizinhos como os poloneses e tchecos, vulnerável frente à Rússia, e muito dependente dos Estados Unidos. Recebeu com gratidão a relação especial franco-alemã oferecida por De Gaulle, mas raramente se sentiu capaz de usar sua força econômica para controlar as políticas mais afirmativas dos franceses. Empenhada numa profunda confrontação intelectual com seu próprio passado, a Alemanha Ocidental sentia-se satisfeita em ser considerada como uma boa equipe, mas *não* como líderes decisivos nas questões internacionais.[234]

Isso contrastava muito acentuadamente, portanto, com o papel da França no mundo de pós-guerra ou, mais exatamente, o mundo pós-1958, quando De Gaulle assumiu o leme do estado. Como dissemos antes, o progresso econômico que os planejadores que cercavam Monnet esperavam realizar depois de 1945 foi afetado pelas guerras coloniais, pela instabilidade político-partidária e pela debilidade do franco. Mesmo, porém, na época das campanhas da Indochina e da Argélia, a economia francesa crescia rapidamente. Pela primeira vez em muitas décadas, sua população aumentava, e com isso incrementava a demanda interna. A França era um país rico, variado, mas semidesenvolvido, sua economia estagnava desde princípios da década de 1930. Apenas com o advento da paz, a infusão da ajuda americana, a nacionalização dos serviços públicos e o estímulo de um mercado maior, o crescimento era provável. Além disso, a França (como a Itália) tinha um nível *per capita* relativamente baixo de industrialização, devido à sua economia acentuadadamente agrícola, de cidades pequenas, o que significava que os

aumentos nessa área foram espetaculares: de 95 em 1953, para 167 em 1963, e 259 em 1973 (em relação ao Reino Unido em 1900 = 100).[235] A taxa anual de crescimento alcançou a média de 4,6% na década de 1950, e projetou-se a 5,8% na década de 1960, sob o impulso da participação no Mercado Comum. Os dispositivos peculiares deste não só protegeram a agricultura francesa contra os preços mundiais, como deu-lhe um grande mercado na Europa. O surto geral de prosperidade no Ocidente ajudou a exportação dos tradicionais produtos franceses de alto valor acrescido (roupas, sapatos, vinhos, jóias) aos quais se juntavam agora aviões e automóveis. Entre 1949 e 1969 a produção de carros aumentou dez vezes, a de alumínio seis vezes, a de tratores e cimento quatro vezes, a de ferro e de aço duas vezes e meia.[236] O país fora sempre relativamente rico, embora subindustrializado; na década de 1970, era muito mais rico, e parecia no todo mais moderno.

Não obstante, o crescimento da França não teve nunca uma base industrial tão ampla quando o de seu vizinho do outro lado do Reno, e as esperanças do presidente Pompidou de que seu país alcançasse logo a Alemanha Oriental tinham poucas perspectivas de realização. Com algumas exceções notáveis nas indústrias elétrica, automobilística e espacial, a maioria das firmas francesas ainda eram pequenas e subcapitalizadas, e os preços de seus produtos eram muito mais altos se comparados aos da Alemanha. Apesar da "racionalização" da agricultura, perduravam muitas propriedades pequenas — e foram, na verdade, sustentadas pelas políticas de subvenção do Mercado Comum; não obstante, as pressões sobre a França rural, juntamente com a tensão social da modernização industrial (fechamento de velhas siderúrgicas etc.) provocaram explosões de descontentamento operário, das quais as mais famosas foram os motins de 1968. Pobre de combustíveis, a França tornou-se muito dependente do petróleo importado e (apesar de seu ambicioso programa de energia nuclear) seu balanço de pagamentos flutuou acentuadamente de acordo com os preços mundiais do petróleo. Seu déficit comercial com a Alemanha Ocidental aumentou constantemente, e precisou de regulares (embora constrangidas) desvalorizações contra o *deutsche Mark* — o que provavelmente constituiu uma medida mais exata da posição econômica da França do que as acentuadas flutuações da taxa de câmbio dólar-franco. Até mesmo em períodos de firme crescimento econômico, portanto, havia uma certa precariedade na economia francesa — que, no caso de um choque, fazia com que muitos burgueses prudentes atravessassem a fronteira suíça, levando as economias familiares.

Ainda assim, a França teve sempre um impacto nas questões mundiais, muito maior do que se poderia esperar de um país com apenas 4% do PNB mundial — e isso não apenas no período da presidência de De Gaulle. Isso se deve, talvez, à simples afirmação cultural-nacional,[237] que coincidiu com uma época em que as influências anglo-americanas estavam diminuindo. A Rússia parecia cada vez menos atraente, e a Alemanha era deferente. Se a Europa Ocidental devia ter um líder e um porta-voz, a França era candidato mais óbvio do que os ingleses isolacionistas e os alemães moderados. Além disso, sucessivos governos franceses reconheceram rapidamente que o modesto poderio real de seu país podia ser fortalecido persuadindo-se o Mercado Comum a adotar uma determinada linha — sobre tarifas agrícolas,

alta tecnologia, ajuda externa, cooperação com as Nações Unidas, política para com o conflito árabe-israelense, e assim por diante — que efetivamente atrelava o que se tinha tornado o maior bloco comercial do mundo às posições preferidas por Paris. Nada disso impediu que a França agisse unilateralmente, quando a ocasião parecia digna disso.

O fato de terem todos esses quatro maiores estados europeus crescido em riqueza e produção durante essas décadas, juntamente com seus vizinhos menores, não constituía uma garantia de felicidade eterna. As esperanças iniciais de uma integração política e constitucional cada vez maior naufragaram contra o nacionalismo ainda forte de seus membros, evidenciado em primeiro lugar pela França de De Gaulle, e em seguida pelos estados (Grã-Bretanha, Dinamarca e Grécia) que só mais tarde, e com cautela, ingressaram na CEE. As disputas econômicas, especialmente sobre o alto custo da política de apoio agrícola, paralisaram com freqüência o trabalho em Bruxelas e Estrasburgo. Com a neutra Irlanda como membro, não era possível adotar uma política comum de defesa, que tinha de ficar entregue à OTAN (de cuja estrutura de comando os franceses se haviam retirado). O choque dos preços do petróleo na década de 1970 pareceu atingir com vigor particular a Europa e acabar com o otimismo inicial; apesar do alarme generalizado e de considerável planejamento em Bruxelas, parecia difícil desenvolver políticas de alta tecnologia para contrabalançar os desafios japonês e americano. Apesar dessas muitas dificuldades, o simples tamanho econômico da CEE era, de longe, o maior importador e exportador de produtos (embora grande parte disso fosse em comércio dentro da própria Europa), e continha, em 1983, de longe as maiores reservas internacionais de divisas e ouro; fabricava mais automóveis (34%) do que o Japão (24%) ou os Estados Unidos (23%) e mais cimento do que qualquer outro grupo; sua produção de aço bruto era segunda apenas para a da U.R.S.S. [238] Com uma população total que era em 1983 significativamente maior do que a dos Estados Unidos e quase exatamente a da Rússia — cada um deles tendo 272 milhões de habitantes — a CEE de dez membros tinha um PNB substancialmente maior do que a do estado soviético, ou de todo o bloco do Comecon. Se política e militarmente a Comunidade Européia era ainda imatura, constituía agora mesmo assim uma presença muito mais poderosa no equilíbrio econômico global do que em 1956.

Quase que exatamente o oposto se pode dizer sobre a União Soviética, em sua trajetória da década de 1950 para a de 1980. Como dissemos antes, foram décadas nas quais a U.R.S.S. não só manteve um forte exército, como também alcançou a paridade estratégico-nuclear com os Estados Unidos, desenvolveu uma marinha oceânica e estendeu sua influência a várias partes do mundo. Não obstante, esse esforço persistente de alcançar a igualdade com os americanos no cenário global não tinha paralelo em realizações no nível econômico. Ironicamente (dada a ênfase de Marx na importância da infra-estrutura produtiva na determinação dos acontecimentos), o país que alegava ser o primeiro estado comunista do mundo parecia estar sofrendo de crescentes dificuldades econômicas, com o passar do tempo.

Isso não é negar o impressionante progresso econômico que foi obtido na U.R.S.S. — e em todo o bloco dominado pelos soviéticos — desde os últimos anos de Stalin. Sob muitos aspectos, a região foi ainda mais

transformada do que a Europa ocidental naquelas poucas décadas, embora isso se possa dever sobretudo ao fato de que era muito mais pobre e "subdesenvolvida" inicialmente. De qualquer modo, medidos em simples termos estatísticos, os ganhos foram impressionantes. A produção russa de aço, que era de apenas 12,3 milhões de toneladas em 1945, subiu para 65,3 milhões de toneladas em 1960, e para 148 milhões de toneladas em 1980 (fazendo da U.R.S.S. o maior produtor do mundo); a produção de eletricidade aumentou de 43,2 milhões de quilowatts/hora para 292 milhões e para 1,294 bilhão nos mesmos períodos; a produção de automóveis saltou de 74 mil unidades para 524 mil e para 2,2 milhões de unidades; e essa relação de aumentos em produtos poderia prolongar-se quase que indefinidamente. [239] A produção industrial geral, com uma média de crescimento de 10% ao ano na década de 1950, aumentou de uma base de 100 em 1953 para 421 em 1964,[240] o que constitui uma realização notável — como o foram também as manifestações óbvias representadas pelas proezas russas como o Sputinik, a exploração espacial e o equipamento militar. Na época do afastamento político de Kruschev, o país tinha uma economia muito mais próspera, de bases mais amplas, do que com Stalin, e esse ganho absoluto aumentou constantemente.

Havia, porém, dois defeitos sérios que começaram a obscurecer essas realizações. O primeiro foi o constante *declínio* a longo prazo na taxa de crescimento, tendo a produção industrial caído anualmente, desde 1959, dos aumentos de dois dígitos para números cada vez mais baixos, de modo que em fins da década de 1970 estava a apenas 3-4% ao ano e continuava a cair. Em retrospecto, foi uma evolução bastante natural, pois tornou-se agora claro que os aumentos anuais impressionantes observados de início deviam-se principalmente às vastas infusões de trabalho e capital. Quando a força de trabalho existente começou a ser plenamente utilizada (e a competir com as exigências das forças armadas e da agricultura) o ritmo de crescimento não podia deixar de cair. Quanto ao investimento de capital, foi intensivamente dirigido para a indústria em grande escala e a produção relacionada com a defesa, o que enfatizava também antes o crescimento quantitativo do que qualitativo, e deixava muitos outros setores da economia subcapitalizados. Embora o padrão de vida do russo médio melhorasse com Kruschev e seus sucessores, ainda assim a demanda de consumo não podia (como no Ocidente) estimular o crescimento numa economia na qual o consumo pessoal era contido deliberadamente a fim de preservar os recursos nacionais para a indústria pesada e os fins militares. Acima de tudo, talvez, permaneciam as debilidades estruturais e climáticas crônicas que afetavam a agricultura soviética, cujo produto líquido subiu de 4,8% ao ano na década de 1950, mas apenas 3% na de 1960, e 1,8% na de 1970 — apesar de toda a atenção e capital generosamente investido nela por angustiados planejadores soviéticos e seus ministros.[241] Tendo em vista as proporções do setor agrícola da União Soviética, e o fato de que sua população aumentou em 84 milhões nas três décadas seguintes a 1950, os aumentos gerais no produto nacional *per capita* foram significativamente menores do que as taxas de produção *industrial*, que constituíram, em si mesmas, uma realização um pouco "forçada".

O segundo defeito sério situa-se, previsivelmente, na posição econômica *relativa* da União Soviética. Na década de 1950 e princípios da década de 1960,

com sua parcela de produção manufatureira mundial e aumento do comércio mundial, a afirmação de Kruschev de que o modo marxista de produção era superior e algum dia "enterraria o capitalismo", parecia ter certa lógica. Desde então, porém, a tendência tornou-se mais preocupante para o Kremlin. A Comunidade Econômica Européia, liderada pelo seu semigigante industrial, a Alemanha Ocidental, tornou-se muito mais rica e produtiva do que a U.R.S.S. O pequeno estado ilhéu do Japão cresceu tão depressa que a sua ultrapassagem do PNB total da Rússia tornou-se apenas uma questão de tempo. Os Estados Unidos, apesar de seu relativo declínio industrial, mantiveram-se à frente no produto total e na riqueza. O padrão de vida do russo médio e seus equivalentes da Europa oriental não se aproximou do padrão da Europa ocidental, para o qual os povos das economias marxistas olhavam com alguma inveja. A tecnologia mais nova dos computadores, robótica, telecomunicações, mostrou estarem a U.R.S.S. e seus satélites em má posição competitiva. E a agricultura continuou tão fraca quanto sempre foi, em termos produtivos: em 1980, o trabalhador agrícola americano estava produzindo alimentos suficientes para 65 pessoas, ao passo que o russo produzia o suficiente para alimentar apenas oito.[242] Isso, por sua vez, levou à constrangedora necessidade, para os russos, de importar alimentos.

Muitas das dificuldades econômicas da Rússia refletiram-se nas dificuldades de seus satélites, que também realizaram taxas de crescimento elevadas na década de 1950 e princípios da década de 1960 — embora mais uma vez, partindo de níveis considerados baixos em comparação com os do Ocidente, e seguindo prioridades que ressaltavam, igualmente, o planejamento centralizado, a indústria pesada, e a coletivização da agricultura.[243] Embora ocorressem diferenças significativas de prosperidade e crescimento entre os estados da Europa oriental (e ainda ocorrem), a tendência geral foi de uma expansão inicial e depois uma queda de ritmo — deixando os planejadores marxistas com uma escolha entre opções difíceis. No caso da Rússia, novas terras agrícolas poderiam ser cultivadas, embora os limites impostos pela ecologia do inverno no norte e os desertos no sul limitassem as possibilidades nessas direções (recordavam facilmente, a muitos, como a confiante exploração das "terras virgens" por Kruschev transformou-as logo em regiões estéreis).[244] Da mesma forma, a exploração mais intensiva das matérias-primas oferecia o perigo de aumentar as ineficiências no controle de, digamos, estoques de petróleo,[245] enquanto o custo de extração aumentava tão rapidamente quando a mineração se estendia à região do *permafrost,* a camada de terra permanentemente gelada, que fica abaixo da superfície nas regiões muito frias. Mais capital poderia ser investido na indústria e tecnologia, mas ao custo de desviar meios tanto da defesa — que continuava sendo a prioridade número um da U.R.S.S., apesar de todas as mudanças de liderança — como dos bens de consumo, o que seria altamente impopular (especialmente na Europa oriental), numa época em que as melhores comunicações tornavam ainda mais evidente a relativa prosperidade do Ocidente. Finalmente, a Rússia e os regimes comunistas que a seguiam podiam pensar numa série de reformas, não apenas do tipo rotineiro de eliminar a corrupção ou sacudir a burocracia, mas do próprio *sistema,* proporcionando incentivos pessoais, introduzindo um mecanismo de preços mais realista, permitindo aumentos na

agricultura privada, estimulando a discussão aberta e o espírito de iniciativa no trato das novas tecnologias, etc. Em outras palavras, adotar o "capitalismo rastejante" como os húngaros faziam com habilidade na década de 1970. A dificuldade dessa estratégia, como as experiências tchecas de 1968 mostraram, era que as medidas de "liberalização" colocavam em questão o próprio regime comunista dirigista — e eram portanto censuradas pelos ideólogos do partido e pelos militares durante toda a cautelosa era Brejnev.[246] A inversão do declínio econômico relativo tinha, portanto, de ser feita cuidadosamente, o que por qua vez tornava improvável um sucesso brilhante.

Talvez o único consolo dos responsáveis pelas decisões no Kremlin fosse o fato de que o grande rival, os Estados Unidos, também parecia estar enfrentando dificuldades econômicas a partir da década de 1960 e estava perdendo rapidamente a parcela *relativa* da riqueza, produção e comércio mundiais, que tinha em 1945. Não obstante, a menção desse ano é, evidentemente, o fato mais importante para o entendimento do relativo declínio americano. Como dissemos antes, a favorável posição econômica dos Estados Unidos àquela altura da história era sem precedentes, e ao mesmo tempo artificial. Eles estavam no alto do mundo em parte devido à sua capacidade produtiva, mas também devido à debilidade temporária das outras nações. Essa situação se modificaria contra os Estados Unidos, com a recuperação da Europa e do Japão, do nível de produção anterior à guerra; e se modificaria ainda mais com a expansão geral da produção manufatureira mundial (que aumentou mais de três vezes entre 1953 e 1973), pois era inconcebível que os Estados Unidos pudessem manter sua parcela de metade, existente em 1949, quando novas fábricas e indústrias estavam sendo criadas em todo o mundo. Em 1953, calcula Bairoch, a porcentagem americana tinha caído a 44,7%; em 1980, a 31,5%, e continuava caindo.[247] Pelas mesmas razões, os indicadores econômicos da CIA mostravam que a parcela americana do PNB mundial caiu de 25,9% em 1960 para 21,5% em 1980 (embora a breve ascensão do dólar nos mercados monetários tivesse visto essa parcela aumentar nos anos seguintes).[248] Na verdade, os americanos não estavam produzindo significativamente menos (exceto nas indústrias que entravam em declínio em todo o mundo ocidental), mas sim os outros estavam produzindo muito mais. A produção de automóveis talvez seja a maneira mais fácil de ilustrar as duas tendências que fazem esta história. Em 1960 os Estados Unidos fabricaram 6,65 milhões de automóveis, que constituíam maciços 52% da produção mundial de 12,8 milhões desses veículos; em 1980, estavam produzindo apenas 23% do total mundial, mas como este era de 30 milhões de unidades, a produção americana absoluta tinha aumentado para 6,9 milhões de unidades.

Apesar desse meio consolo — semelhante ao argumento usado pelos ingleses para se consolarem, 70 anos antes, quando as suas parcelas da produção mundial começaram a ser corroídas — havia um aspecto preocupante nesse fato. A verdadeira pergunta não era "Tinham os Estados Unidos de declinar relativamente?", mas "Tinham de declinar *tão depressa* ?" Pois a verdade era que mesmo no auge da *Pax Americana* sua posição competitiva já estava sendo corroída por uma taxa de crescimento anual do produto *per capita* perturbadoramente baixa, em especial se comparada com as décadas anteriores (ver Quadro 42).

Quadro 42 - Taxa anual média de crescimento da produção *per capita*, 1948-1962 [249]

	(1913-50)	*(1948-62)*
Estados Unidos	(1,7)	1,6
Reino Unido	(1,3)	2,4
Bélgica	(0,7)	2,2
França	(0,6)	3,4
Alemanha/RFA	(0,4)	6,8
Itália	(0,6)	5,6

Mais uma vez, é possível argumentar que se trata de uma evolução historicamente "natural". Como observa Michael Balfour, durante décadas antes de 1950 os Estados Unidos aumentaram a sua produção mais rapidamente do que qualquer outro país, porque tinham sido um grande inovador dos métodos de padronização e produção em massa. Em conseqüência, tinham "ido mais além do que qualquer outro país na satisfação das necessidades humanas e já (estavam) operando em alto nível de eficiência (medida em termos de produção por homem e hora) de modo que as possibildades conhecidas de aumentar a produção com melhores métodos ou melhor maquinaria eram, em comparação com o resto do mundo, menores." [250] Embora isso fosse sem dúviada certo, os Estados Unidos não tiveram a ajuda de outras tendências que se registravam em sua economia: as políticas fiscal e tributária estimularam o alto consumo, mas um pequeno nível médio de poupança individual e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, exceto com fins militares, estavam caindo lentamente em comparação com outros países; e os próprios gastos com a defesa, como proporção do produto nacional, eram maiores do que em qualquer outro país do bloco ocidental. Além disso, uma proporção crescente da população americana se estava transferindo da indústria para os serviços, isto é, para campos de baixa produtividade.[251]

Grande parte disso ficou oculto, nas décadas de 1950 e 1960, pelas atraentes descobertas da alta tecnologia americana (especialmente no ar), pela alta prosperidade que provocou a procura de carros de luxo e televisões a cores, e pelo evidente fluxo de dólares dos Estados Unidos para partes mais pobres do mundo, como ajuda ao exterior ou com gastos militares, ou ainda como investimento pelos bancos e companhias. É instrutivo, quanto a isso, lembrar o alarme generalizado de meados da década de 1960 com o que Servan-Schreiber chamou de *le défi Américain*— a grande onda de investimentos americanos na Europa (e, por extensão, em outros lugares), supostamente transformando esses países em satélites econômicos; o medo, ou ódio, com que as gigantescas multinacionais como a Exxon e a General Motors eram vistas; e, associado a essas tendências, o respeito para com as requintadas técnicas de administração transmitidas pelas escolas americanas de comércio. [252] Dentro de uma certa perspectiva econômica, realmente, essa transferência de investimentos e produção dos Estados Unidos era indicador da força econômica e da modernidade; ela aproveitou-se de menores custos de mão-de-obra e assegurou maior acesso a mercados de além-mar. Com o tempo, porém, esses fluxos de capital acabaram por se tornar tão fortes que

começaram a superar os excedentes ganhos pelas exportações de manufaturados, alimentos e serviços "invisíveis". Embora esse crescente déficit de pagamentos desviasse algum ouro dos Estados Unidos, em fins da década de 1950, a maioria dos governos estrangeiros contentava-se em ter mais dólares (que eram a principal moeda de reserva) em lugar de exigir o pagamento em ouro.

Com a passagem da década de 1960, porém, essa confortável situação desapareceu. Tanto Kennedy como (ainda mais) Johnson estavam dispostos a aumentar os gastos militares americanos no exterior, e não apenas no Vietnã, embora esse conflito transformasse numa torrente o fluxo de dólares exportados. Tanto Kennedy como (ainda mais) Johnson estavam comprometidos com aumentos nos gastos internos, tendência já identificável antes de 1960. Nenhuma das duas administrações gostava dos custos políticos de aumentar impostos para custear a inflação inevitável. O resultado foi ano após ano de déficits governamentais, grandes aumentos de preços e crescente falta de competitividade industrial americana — que por sua vez levou a maiores déficits na balança de pagamentos, à contenção (pelo governo Johnson) de investimentos estrangeiros por firmas americanas, e mais tarde o recurso ao novo instrumento dos eurodólares. No mesmo período, a parcela americana das reservas mundiais (excluído o Comecon) de ouro diminuiu implacavelmente, passando de 68% (1950) a apenas 27% (1973). Com todo o sistema de pagamentos internacionais e fluxos monetários abalado por esses problemas combinados, e ainda mais enfraquecido pelos irritados contra-ataques de De Gaulle ao que considerava como "exportação da inflação" pelos Estados Unidos, o governo Nixon não teve escolha senão encerrar a ligação do dólar com o ouro em mercados privados, e em seguida deixar o dólar flutuar em relação a outras moedas. O sistema de Bretton Woods, uma criação da época em que os Estados Unidos eram financeiramente supremos, desabou quando seu principal pilar não pôde suportar as tensões.[253]

A história detalhada dos altos e baixos do dólar na década de 1970, quando oscilava livremente, não tem lugar aqui. Nem o curso ziguezagueante dos esforços de sucessivos governos para conter a inflação e estimular o crescimento, sempre sem causar muitos problemas, politicamente. A inflação superior à média nos Estados Unidos fez, em geral, com que o dólar se enfraquecesse em relação às moedas alemã e japonesa, na década de 1970; os choques do petróleo, que atingiram os países mais dependentes do fornecimento da OPEP (por exemplo, Japão e França), a turbulência política em várias partes do mundo e altas taxas de juros americanas tenderam a provocar a elevação do dólar, como ocorreu em princípios da década de 1980. Embora essas oscilações fossem importantes, e agravassem as inseguranças econômicas globais, podem ser menos importantes para os nossos objetivos do que as incessantes tendências a prazo mais longo, que foram o decrescente crescimento da produtividade, que no setor privado caiu de 2,4% (1965-1972) para 1,6% (1972-1977), e para 0,2 % (1977-1982); [254] os crescentes déficits federais, que podem ser vistos como tendo dado um "impulso" do tipo keynesiano à economia, mas ao preço de sugar tantos recursos do exterior (atraídos pelas taxas de juros americanas mais elevadas) que fez subir o dólar a níveis artificialmente altos e transformou o país de emprestador a tomador de emprésti-

mos; e a crescente dificuldade dos industriais americanos em competir com automóveis, artigos elétricos e de cozinha e outras manufaturas importadas. Não é de espantar que o PNB americano *per capita,* outrora o mais alto do mundo, começasse a cair.[255]

Ainda havia consolo para aqueles que ainda podiam ver a economia americana e suas necessidades em termos mais amplos do que as comparações selecionadas com receitas suíças ou produtividade japonesa. Como Calleo observa, a política americana pós-1945 realizou alguns objetivos muito básicos e significativos: prosperidade interna, em oposição a uma depressão tipo 1930; contenção do expansionismo soviético sem guerra; ressurgimento das economias — e das tradições democráticas — da Europa ocidental, à qual se juntou mais tarde o Japão para criar "um bloco econômico cada vez mais integrado", com "uma imponente bateria de instituições multilaterais... para administrar as questões tanto econômicas como militares"; e finalmente, "a transformação dos velhos impérios coloniais em estados independentes ainda integrados estreitamente numa economia mundial".[256] Em suma, os Estados Unidos mantiveram a ordem liberal internacional, da qual eles próprios dependiam cada vez mais; embora sua parcela da produção e da riqueza mundiais tivesse diminuído, talvez mais depressa do que deveria, a redistribuição dos equilíbrios econômicos globais ainda deixava um ambiente que não era demasiado hostil para com suas próprias tradições capitalistas e de mercado aberto. Finalmente, se a sua liderança na produtividade foi corroída por certas economias de rápido crescimento, eles ainda mantinham uma superioridade muito considerável sobre a União Soviética em quase todos os aspectos do verdadeiro poderio nacional e — mantendo seu credo empresarial — continuaram abertos aos estímulos da iniciativa administrativa e das modificações tecnológicas que sua rival marxista teria muito maior dificuldade em aceitar.

Um exame detalhado da implicação desses movimentos econômicos terá de esperar o capítulo final. Será útil, porém, darmos em forma estatística (ver Quadro 43) a essência das tendências examinadas acima, no que se relaciona com o equilíbrio econômico mundial, ou seja, a recuperação parcial da parcela do produto mundial nas mãos dos países menos desenvolvidos; o notável crescimento do Japão e, em menores proporções, da República Popular da China; a erosão da parcela da Comunidade Econômica Européia, embora permanecendo como o maior bloco econômico do mundo; a estabilização, e em seguida o lento declínio, da parcela da U.R.S.S.; e o declínio, muito mais rápido, dos Estados Unidos, que apesar disso conservaram sua energia econômica muito maior do que a dos outros países.

Finalmente, talvez seja útil lembrar que essas oscilações a longo prazo nos equilíbrios produtivos são importantes não tanto em si mesmas, mas pelas implicações na política de poder. Como o próprio Lenin observou em 1917-1918, eram as taxas de crescimento econômico *desiguais* dos países que levavam inelutavelmente ao aparecimento de potências específicas e ao declínio de outras:

Há meio século, a Alemanha era um país miserável, insignificante, no que concerne a sua força capitalista, em comparação com a força da Inglaterra, na

época. O Japão era igulamente insignificante comparado com a Rússia. Será "concebível" que dentro de 10 ou 20 anos a força relativa das potências imperialistas permaneça imutável? Absolutamente inconcebível. [260]

Apesar da concentração de Lenin nos estados capitalistas/imperialistas, parece ser comum a *todas* as unidades nacionais, qualquer que seja a sua economia política, a regra de que as taxas desiguais de crescimento econômico levam, mais cedo ou mais tarde, a variações nos equilíbrios político e militar do mundo. Tem sido esse, certamente, o padrão observado nos quatro séculos de evolução das grandes potências até hoje. Segue-se, portanto, que as variações excepcionalmente rápidas nos centros de produção mundial nas duas ou três últimas décadas não podem deixar de ter repercussões sobre o futuro estratégico geral das principais potências de hoje, e merecem a atenção de um último capítulo.

Quadro 43. Parcelas do produto mundial, 1960-1980 [257]
(porcentual)

	1960	*1970*	*1980*
Países menos desenvolvidos	11,1	12,3	14,8
Japão	4,5	7,7	9,0
China	3,1	3,4	4,5
Comunidade Econômica Européia	26,0	24,7	27,5
Estados Unidos	25,9	23,0	21,5
Outros países desenvolvidos	10,1	10,3	9,7
U.R.S.S.	12,5	12,4	11,4
Outros países comunistas	6,8	6,2	6,1

Na verdade, em 1980, o último ano do Quadro 43, os números do Banco Mundial sobre população, PNB *per capita* e PNB em si, indicavam muito uma distribuição *multipolar* do equilíbrio econômico mundial, como se vê pelo Quadro 44.

Quadro 44. População, PNB *per capita*, PNB em 1980 [258]

	População (milhões)	*P N B per capita (dólares)*	*P N B (bilhões de dólares)*
Estados Unidos	228	11.360	2.590
U.R.S.S.	265	4.550	1.205
Japão	117	9.890	1.157
CEE (12 países) dos quais	317	—	2.907
Alemanha Ocidental	61	13.590	828
França	54	11.730	633
Reino Unido	56	7.920	443
Itália	57	6.480	369
Alemanha Ocidental e Oriental	78	—	950
China [259]	980	290 ou 450	284 ou 441

8

Rumo ao Século XXI

História e especulação

Um capítulo sob o título acima implica não apenas uma modificação de cronologia,mas também, e o que é muito mais significativo, uma mudança de *metodologia*. Até mesmo o passado muito recente é história, e embora os problemas de inclinação ou tendências e fontes coloquem o historiador da década anterior numa "posição difícil para separar o efêmero do fundamental",[1] ele ainda assim continua operando dentro da mesma disciplina acadêmica. Mas os escritos sobre a maneira pela qual o presente pode evoluir para o futuro, ainda que examinem tendências já em processo, não podem pretender a verdade histórica. Não só a matéria-prima se modifica, passando de monografias baseadas em arquivos para *previsões* e *projeções* políticas, mas também a validade do que se escreve já não pode ser pressuposta. Mesmo havendo muitas dificuldades metodológicas no trato dos "fatos históricos",[2] acontecimentos passados como o assassinato de um arquiduque ou uma derrota militar *realmente aconteceram*. Nada que se possa dizer sobre o futuro tem essa certeza. Fatos imprevistos, simples acidentes, o desaparecimento de uma tendência podem arruinar a mais plausível das previsões; se isso não acontece, então o previsor apenas teve sorte.

O que se segue, portanto, só pode ser provisório e conjectural, baseado numa visão racional da maneira pela qual as atuais tendências da economia e da estratégia como um todo podem evoluir — mas sem qualquer garantia de que isso, no todo ou em parte, acontecerá. As oscilações ocorridas no valor internacinal do dólar nos últimos anos e o colapso pós-guerra dos preços do petróleo (com suas diferentes implicações, para a Rússia, para o Japão, para a OPEP) constituem uma boa advertência contra as conclusões extraídas de tendências de base econômica; e o mundo da política e da diplomacia nunca seguiu linhas retas. Muitos capítulos finais de obras que tratam de assuntos contemporâneos tiveram de ser modificados, apenas alguns anos depois, à luz do conhecimento posterior. Será surpreendente se este capítulo sobreviver incólume..

Talvez a melhor maneira de compreender o que está à nossa frente é olharmos rapidamente *para trás*, para a ascensão e queda das grandes potências nos últimos cinco séculos. A tese deste livro é que existe uma dinâmica da mudança, impulsionada principalmente pelos aspectos econômico e tecnológico, que têm então um impacto sobre as estruturas sociais, os sistemas políticos, o poder militar e a posição dos estados e impérios individuais. A rapidez dessa transformação econômica global não tem sido uniforme, simplesmente porque o ritmo da inovação tecnológica e do crescimento em si é irregular, condicionado pelas circunstâncias do inventor e empresário individual, bem como pelo clima, enfermidade, guerras, geografia, estrutura social e assim por diante. Da mesma forma, diferentes regiões e sociedades através do globo experimentaram um ritmo de crescimento mais rápido ou mais lento, dependendo não só de padrões variáveis de tecnologia, produção e trocas, como também de sua receptividade às novas maneiras de aumentar a produção e a riqueza. Com a ascensão de certas áreas do mundo, ocorreu o retardamento de outras — relativo ou (por vezes) absoluto. Nada disso é surpreendente. Devido ao impulso inato do homem para melhorar sua condição, o mundo nunca parou. E as grandes descobertas intelectuais, da época do Renascimento em diante, estimuladas pelo advento das "ciências exatas" durante o Iluminismo e a Revolução Industrial, simplesmente significaram que a dinâmica da mudança seria cada vez mais vigorosa e auto-suficiente .

A segunda tese principal deste livro é a de que esse ritmo desigual de crescimento econômico teve impactos cruciais a longo prazo sobre o poderio militar relativo e a posição estratégica dos membros do sistema de estados. Também isso nada tem de surpreendente, e foi dito muitas vezes antes, embora a ênfase e a apresentação dos argumentos possam ter sido diferentes.[3] O mundo não precisou esperar até a época de Engels para saber que "nada é mais dependente das condições econômicas do que precisamente o exército e a marinha".[4] Era tão claro a um príncipe do Renascimento quanto para o Pentágono, hoje, que o poder militar firma-se numa riqueza adequada, a qual por sua vez vem de uma base produtiva florescente, de finanças saudáveis e de uma tecnologia superior. Como a narrativa acima mostrou, a prosperidade econômica nem *sempre* e *imediatamente* traduz-se em eficiência militar, pois isso depende de muitos outros fatores, desde a geografia e o moral nacional, até a competência militar e tática. Não obstante, continua sendo verdade que todas as grandes transformações do equilíbrio de *poder militar* do mundo seguiram-se a alterações no equilíbrio *produtivo;* e mais ainda, que a ascensão e queda dos vários impérios e estados no sistema internacional foram confirmadas pelos resultados das principais guerras de grandes potências, quando a vitória coube sempre ao lado com maiores recursos materiais.

Embora o que se segue seja especulação e não história, portanto, baseia-se na suposição plausível de que essas tendências amplas dos últimos cinco séculos provavelmente continuarão. O sistema internacional, quer seja dominado por algum tempo por seis grandes potências, ou por apenas duas, continua anárquico — isto é, não há maior autoridade do que o estado-nação soberano, egoísta.[5] Em cada época específica, alguns desses estados crescem ou declinam, no que se relaciona à sua fatia *relativa* do poder secular. O mundo provavelmente não se congelará em 1990 ou 2000, tal como não se

congelou em 1870 ou 1660. Pelo contrário, certos economistas argumentaram que as próprias *estruturas* da produção e trocas internacionais se estão transformando mais depressa do que nunca: com os produtos agrícolas e matérias-primas perdendo seu valor relativo, com a "produção" industrial desligando-se do "emprego" industrial, com produtos que exigem conhecimento intensivo tornando-se predominantes em todas as sociedades adiantadas, e com os fluxos mundiais de capital cada vez mais desligados dos padrões de troca.[6] Tudo isso e os muitos fatos novos na ciência terão de influenciar as questões internacionais. Em suma, sem a intervenção de um ato de Deus, ou uma desastrosa conflagração nuclear, continuará havendo uma dinâmica do poder mundial, essencialmente impulsionada pela mudança tecnológica e econômica. Se as róseas previsões do impacto dos computadores, robótica, biotecnologia e assim por diante estiverem corretas — e se, além disso, as previsões do êxito de uma "revolução verde" em partes do Terceiro Mundo (com a Índia, e mesmo a China, tornando-se exportadores regulares de cereais)[7] se confirmarem — então o mundo *como um todo* poderá ser muito mais rico em princípios do século XXI. Mesmo que o progresso tecnológico seja menos dramático, é provável que ocorra um crescimento econômico. Ele será assegurado pela modificação dos padrões demográficos, com seu impacto sobre a demanda, bem como pela exploração mais sofisticada das matérias-primas.

É também claro que esse crescimento será desigual — mais rápido aqui, mais lento ali, dependendo das condições para a mudança. É isso, mais do que qualquer outra coisa, que torna os prognósticos que se seguem tão provisórios, pois não há garantias de que, por exemplo, a impressionante expansão econômica do Japão nas quatro últimas décadas continuará nas duas próximas; nem é impossível que as taxas russas de crescimento,que vêm baixando desde a década de 1960, aumentem novamente na década de 1990, levando-se em conta as modificações na política e nos mecanismos econômicos daquele país. Pelas tendências existentes, porém, nada disso parece muito provável. Em outras palavras, se acontecer que o Japão fique estagnado e a Rússia floresça economicamente entre hoje e princípios do século XXI, então isso só poderia ocorrer em conseqüência de modificações muito mais drásticas nas circunstâncias e políticas do que seria lógico prever pelos índices existentes. Apenas porque as estimativas do aspecto do mundo dentro de 15 ou 20 anos podem errar não significa que devamos preferir resultados pouco prováveis às expectativas sensatas, baseadas em situações gerais do presente.

É razoável esperar, por exemplo, que uma das mais conhecidas "tendências globais" de hoje, a ascenção da região do Pacífico, continue, simplesmente por suas bases tão amplas. Inclui não apenas o motor econômico que é o Japão, mas também o gigante em rápida transformação que é a República Popular da China; não só os estados industriais, prósperos e consolidados, da Austrália e Nova Zelândia, mas também países asiáticos que recentemente se industrializaram com imenso sucesso, como Taiwan, Coréia do Sul, Hong Kong e Cingapura — bem como a Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN), mais ampla, e a Malásia, Indonésia, Tailândia e as Filipinas; por extensão, incluem-se também os estados norte-americanos do Pacífico e províncias do Canadá.[8] O crescimento econômico dessa vasta área tem sido

em terra, sobre e sob os oceanos, no ar e no espaço. Se a maior dessas rivalidades ocorre entre os países da OTAN e do Pacto de Varsóvia (que, graças às duas superpotências, gastam quase 80% do investimento mundial em armas e dispõem de 60-70% de seus aviões e navios), há corridas menores, mas ainda assim significativas — para não falarmos de guerras — no Oriente Médio, África, América Latina e por toda a Ásia, do Irã à Coréia. A conseqüência foi uma explosão dos gastos militares no Terceiro Mundo, até mesmo pelos regimes mais pobres, e aumentos em grande escala nas vendas e transferências de armas para esses países. Em 1984, importações mundiais de armas de colossais 35 bilhões de dólares excederam o comércio mundial de cereais (33 bilhões). No ano seguinte, vale a pena notar, as despesas militares mundiais chegaram a um total de 940 bilhões de dólares, muito mais do que toda a renda da metade mais pobre da população deste planeta. E o que é mais, esse gasto em armas aumentava mais depressa do que a economia global e a maioria das economias nacionais se expandiam. À frente estavam os Estados Unidos e a U.R.S.S., cada um deles gastando bem mais de 250 bilhões, anualmente, com a defesa, soma que provavelmente ultrapassará os 300 bilhões num futuro próximo. Na maioria dos países, os gastos com as forças armadas consomem uma parcela crescente dos orçamentos governamentais e do PNB, contidos apenas (com pouquíssimas exceções, como no Japão e Luxemburgo) pela fraqueza econômica, escassez de divisas fortes, etc., e não por um interesse autêntico na redução dos gastos armamentistas.[16] A "militarização da economia mundial", como diz o Worldwatch Institute, está hoje avançando mais depressa do que há uma geração.[17]

Essas duas tendências — a desigualdade no crescimento, com o equilíbrio produtivo pendendo para a bacia do Pacífico; e os custos espiralantes das armas e das forças armadas — são, decerto, aspectos à parte. Mas ao mesmo tempo é óbvia a probabilidade crescente de que venham a interagir e, na verdade, isso já está acontecendo. Ambas são impulsionadas pela dinâmica da mudança tecnológica e industrial (mesmo que as corridas armamentistas individuais tenham motivos políticos e ideológicos também). Ambas se fazem sentir pesadamente sobre a economia nacional: a primeira, estimulando a riqueza e a produtividade num ritmo mais ou menos rápido, e tornando algumas sociedades mais prósperas do que outras; a segunda, consumindo recursos nacionais — medidos não simplesmente em termos de investimento de capital e matérias-primas, mas também (e talvez isso seja ainda mais importante) em termos da parcela de cientistas, engenheiros, pessoal de pesquisa e desenvolvimento, empenhados na produção relacionada com a defesa, em contraposição ao crescimento comercial, voltado para a exportação. Embora se tenha dito que os gastos com a defesa podem ter certas conseqüências econômicas colaterais, parece cada vez mais difícil argumentar contra a proposição de que um gasto *excessivo* com armas prejudica o crescimento econômico.[18] As dificuldades experimentadas pelas sociedades contemporâneas militarmente desequilibradas apenas repetem as que, em sua época, afetaram a Espanha de Filipe II, a Rússia de Nicolau II e a Alemanha de Hitler. Uma grande estrutura militar pode, como um grande monumento, parecer impressionante ao observar, mas se não estiver baseada em alicerces firmes (no caso, uma economia nacional produtiva), corre o risco de um colapso futuro.

Por extenção, portanto, essas duas tendências têm, ambas, profundas implicações socioeconômicas e políticas. O crescimento lento em determinados países pode abater o moral público, provocar descontentamentos e exacerbar a discussão sobre as prioridades para os gastos nacionais; por outro lado, um ritmo rápido de expansão tecnológica e industrial também terá suas conseqüências, em especial sobre uma sociedade até então não-industrializada. As despesas armamentistas em grande escala, por sua vez, podem beneficiar indústrias específicas dentro da economia nacional; mas também podem levar a um desvio dos recursos de outros grupos na sociedade, e podem tornar a economia nacional menos capaz de enfrentar os desafios comerciais dos outros países. A menos que haja um inimigo imediatamente à porta, os gastos elevados com a defesa provocaram sempre, neste século, a controvérsia "canhões contra manteiga". Menos publicamente, mas de significação ainda maior para nossos propósitos, provocaram um debate sobre a relação adequada entre força econômica e poderio militar.[19]

Não é pela primeira vez na história, portanto, que paira hoje uma tensão entre a existência de uma nação num mundo político-militar anárquico, e sua existência num mundo econômico do *laissez-faire;* entre a busca de segurança estratégica, representada pelo seu investimento nos mais modernos sistemas de armas e seu desvio em grande escala de recursos nacionais para as forças armadas, e, de outro lado, a busca de segurança econômica, representada pela maior prosperidade nacional, que depende do crescimento (que por sua vez é propiciado por novos métodos de produção e criação de riqueza), de maior produção e de uma florescente demanda interna e externa — que podem, todos, ser prejudicados pelos gastos excessivos em armas. Precisamente porque uma estrutura militar desproporcional pode diminuir o ritmo do crescimento econômico e levar a um declínio na parcela nacional da produção manufatureira mundial, e portanto de *poder,* toda a questão se resume em equilibrar a segurança a curto prazo proporcionada por grandes forças defensivas, contra a segurança a longo prazo oferecida pela produção e renda crescentes.

A tensão entre esses dois objetivos conflitantes talvez se torne particularmente aguda em fins do século XX devido à publicidade dada à existência de vários "modelos" alternativos para emulação. De um lado, estão os "estados comerciantes" muito bem-sucedidos — principalmente na Ásia, como Japão e Hong Kong, mas incluindo também a Suíça, a Suécia e Áustria — que se aproveitaram do grande crescimento da produção mundial e da interdependência comercial desde 1945, e cuja política externa ressalta as relações pacíficas, comerciais, com outras sociedades. Em conseqüência, todas elas buscaram manter os gastos com a defesa o mais baixo que seja compatível com a preservação da soberania nacional, liberando com isso recursos para um elevado consumo interno e investimento de capital. Por outro lado, há as várias economias "militarizadas" — o Vietnã no sudeste da Ásia, Irã e Iraque em sua prolongada guerra, Israel e seus ciumentos vizinhos no Oriente Próximo, a própria União Soviética — que destinam, todas, mais (em certos casos muito mais) de 10% de seu PNB à defesa, anualmente, acreditando firmemente que esse nível é necessário para garantir militarmente a sua segurança, e que evidentemente sofrem com esse desvio de recursos que

poderiam ir para fins produtivos, pacíficos. Entre os dois pólos dos estados comerciantes e guerreiros, por assim dizer, fica a maior parte das outras nações deste planeta, que não consideram o mundo bastante seguro para que possam reduzir as despesas com armas ao nível excepcionalmente baixo do Japão, mas também geralmente insatisfeitas com os altos custos econômicos e sociais do dispêndio em grande escala em armamentos, e conscientes de que há uma certa alternativa entre a segurança militar a curto prazo e a econômica a longo prazo. Para os países que têm — e mais uma vez, em contraste com o Japão — amplas obrigações militares exteriores, das quais será difícil fugirem, o problema agrava-se ainda mais. Além disso, em muitas das principais potências, os planejadores têm perfeita consciência de que é necessário equilibrar o custo espiralante do arsenal não só com o investimento produtivo, mas também com as crescentes exigências sociais (em especial, com o envelhecimento da sua população geral), o que torna mais difícil do que nunca a atribuição de prioridades nos gastos.

O que se exige da maioria, se não de todos os órgãos governantes no momento em que o mundo se aproxima do século XXI, é portanto uma tarefa *tríplice*: proporcionar segurança militar (ou alguma forma alternativa viável de segurança) para os seus interesses nacionais, *e* satisfazer as necessidades socioeconômicas de seus cidadãos, *e* assegurar um crescimento constante, esta última sendo essencial tanto para as finalidades positivas de custear os canhões e a manteiga no presente, como para a finalidade negativa de evitar um declínio econômico relativo que poderia, no futuro, prejudicar a segurança militar e econômica do povo. A realização de todas essas três metas durante um período continuado será uma tarefa muito difícil, levando-se em conta o ritmo desigual de transformação tecnológica e comercial, e as flutuações imprevisíveis da política internacional. Não obstante, realizar as duas primeiras — ou qualquer uma delas — sem a terceira levará inevitavelmente ao eclipse relativo a prazo mais longo, o que vem acontecendo, decerto, a todas as sociedades de crescimento mais lento, que não se ajustaram à dinâmica do poder mundial. Como observou muito bem um economista, "É difícil imaginar, mas um país cujo crescimento de produtividade se atrasa em 1% em relação a outros países durante um século pode transformar-se, como aconteceu à Inglaterra, de indiscutido líder industrial na medíocre economia que é hoje."[20]

Até que ponto as principais nações parecem estar bem (ou mal) colocadas para realizar essa tarefa é o tema do resto deste capítulo. Não será necessário ressaltar que, como as variadas exigências dos gastos com defesa/segurança militar, necessidades sociais/de consumo, e investimento no crescimento envolvem uma competição triangular pelos recursos existentes, não há solução absolutamente perfeita para essa tensão. Provavelmente, o melhor que se pode conseguir é que as três metas se harmonizem de modo imperfeito, mas como se chega a tal equilíbrio dependerá sempre, e muito, da influência das circunstâncias nacionais, e não de uma definição teórica do equilíbrio. Um estado cercado de vizinhos hostis achará melhor destinar mais à segurança militar do que outro cujos cidadãos se sentem relativamente tranqüilos; um país rico em recursos naturais achará mais fácil custear canhões e manteiga; uma sociedade empenhada no crescimento econômico para

alcançar as outras terá prioridades diferentes das de uma sociedade à beira da guerra. Geografia, política e cultura farão com que a "solução" de um estado não seja nunca exatamente a mesma de outro. Não obstante, o argumento básico continua sendo: sem um equilíbrio, por mais imperfeito, entre essas exigências conflitantes da defesa, consumo e investimento, uma grande potência não poderá, com toda probabilidade, preservar por muito tempo essa condição.

O equilibrismo da China

As exigências conflitantes da modernização do arsenal, das reivindicações sociais do povo e da necessidade de canalizar todos os recursos disponíveis para empreendimentos "produtivos" não-militares, não são, em parte alguma, mais prementes do que na República Popular da China (RPC), que é ao mesmo tempo a mais pobre das grandes potências e provavelmente a menos bem colocada estrategicamente. Não obstante, se a RPC sofre de certas dificuldades crônicas, sua atual liderança parece estar estabelecendo uma estratégia geral bem mais coerente e avançada do que a predominante em Moscou, Washington ou Tóquio, para não falarmos da Europa ocidental. E embora as dificuldades *materiais* da China sejam grandes, estão sendo amenizadas por uma expansão econômica que, *se puder ser mantida*, promete transformar o país dentro de poucas décadas.

As debilidades do país são tão conhecidas que basta mencioná-las rapidamente. Diplomática e estrategicamente, Pequim se tem considerado (com certa justificativa) isolada e cercada. Se isso se deve em parte às políticas de Mao para com os vizinhos da China, foi também conseqüência da rivalidade e das ambições de outras potências na Ásia nas décadas anteriores. As lembranças das agressões anteriores do Japão não se apagaram da memória dos chineses, e reforçam a cautela com que a liderança em Pequim vê o explosivo crescimento daquele país nos últimos anos. Apesar do degelo da década de 1970 nas relações com Washington, os Estados Unidos também são vistos com certa desconfiança — e mais particularmente sob um governo republicano que parece demasiado entusiasmado com a formação de um bloco anti-russo, que parece alimentar predileção por Taiwan, e que interfere com demasiada presteza, para o gosto de Pequim, contra os países e os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo. O futuro de Taiwan e das ilhas menores ao largo do litoral chinês continua sendo um espinhoso problema, e só meio esquecido. As relações da RPC com a Índia permanecem frias, sendo complicadas pelos seus respectivos laços com o Paquistão e com a Rússia. Apesar de algumas tentativas de "cortejar" realizadas recentemente por Moscou, a China se sente obrigada a ver na U.R.S.S. seu principal perigo estrangeiro — e não apenas pelas massas de divisões e aviões russos colocados ao longo da fronteira, mas também em conseqüência da invasão russa do Afeganistão e, mais preocupante, do expansionismo militar do estado vietnamita, apoiado pelos soviéticos, em direção ao sul. Um pouco como os alemães em princípios deste século, portanto, os chineses refletem profundamente sobre o "cerco", ao mesmo tempo em que lutam para melhorar sua posição no sistema global de poder.[21]

Além disso, essa série complexa, multilateral de tarefas diplomáticas tem de ser realizada por um país que não é muito forte militar ou economicamente, se comparado aos seus principais rivais. Apesar do tamanho do exército chinês, em *termos numéricos,* ele permanece terrivelmente mal equipado em instrumentos de guerra modernos. A maioria dos seus tanques, canhões, aviões e navios de guerra são versões locais de modelos russos ou ocidentais que a China adquiriu há anos e não estão à altura de modelos posteriores, muito mais requintados; uma escassez de divisas fortes e uma aversão a tornar-se demasiado dependente de outras nações mantiveram num mínimo a compra de armas estrangeiras. E talvez ainda mais preocupantes para a liderança em Pequim sejam as debilidades da eficiência *combativa* da China, devido aos ataques maoístas à profissionalização do exército e a preferência pelas milícias camponesas — sendo tais soluções utópicas de pouca ajuda na guerra de fronteira de 1979 com o Vietnã, cujas tropas experimentadas pela guerra e bem treinadas mataram cerca de 26 mil chineses e feriram outros 37 mil.[22] Economicamente, a China parece ainda mais atrasada; mesmo emendando seus números oficiais do PNB *per capita* de acordo com os conceitos e medidas econômicas ocidentais,[23] o número dificilmente passará de apenas 500 dólares, em comparação com bem mais de 13 mil dólares para muitos dos estados capitalistas adiantados, e respeitáveis 5 mil dólares ou mais para a U.R.S.S. Com a probabilidade de que a sua população suba de um bilhão de habitantes, hoje, para 1,2 ou 1,3 bilhão no ano 2000, as perspectivas de um aumento expressivo na renda pessoal podem não ser grandes; até mesmo no próximo século, o chinês médio será pobre, em relação aos habitantes das potências consolidadas. Além disso, quase não será necessário dizer que as dificuldades de governar um Estado tão populoso, de conciliar as várias facções (partido, exército, burocratas, agricultores) e realizar o crescimento sem turbulência social e ideológica constituirá uma prova até mesmo para a mais flexível e inteligente liderança. A história interna da China no último século não oferece precedentes estimulantes para estratégias de desenvolvimento a longo prazo.

Apesar disso, os indícios de reforma e automelhoria na China, ocorridas nos últimos seis a oito anos, são notáveis, e sugerem que esse período da liderança de Deng Xiaoping pode ser visto algum dia da maneira como os historiadores vêem a França de Colbert, ou as primeiras fases do reinado de Frederico o Grande ou o Japão nas décadas posteriores à Restauração Meiji: ou seja, como um país que luta para desenvolver seu poderio (em todos os sentidos da palavra) por todos os meios pragmáticos, equilibrando o desejo de estimular o empreendimento, a iniciativa e a mudança com uma determinação estatista de conduzir os acontecimentos, de modo a alcançar os objetivos nacionais o mais depressa e suavemente possível. Essa estratégia envolve a capacidade de ver como os aspectos diferentes da política governamental se relacionam entre si. Envolve, portanto, um sofisticado ato de equilibrismo, exigindo julgamentos cautelosos quanto à rapidez com que essas transformações podem ser feitas com segurança, o volume de recursos a serem destinados às necessidades a longo prazo, em contraposição às necessidades a curto prazo, a coordenação das exigências internas e externas do estado e — a última condição, mas não a menos importante num país que ainda tem um sistema

marxista "modificado" — a maneira pela qual a ideologia e a prática podem ser conciliadas. Embora tenham ocorrido dificuldades, e outras provavelmente surjam no futuro, o que foi feito até agora é impressionante.

Isso se pode ver, por exemplo, nas muitas maneiras pelas quais as forças armadas chinesas se estão transformando, depois das convulsões da década de 1960. A redução planejada do Exército Popular da Libertação (que inclui a marinha e a aviação) de 4,2 milhões para 3 milhões de pessoas é, na verdade, um fortalecimento real, já que muitos desses soldados eram apenas tropas de apoio, usadas para construção de estradas de ferro e obrigações cívicas. Os que ficarem nas forças armadas serão provavelmente de melhor qualidade geral: novos uniformes e o restabelecimento dos postos militares (abolidos por Mao como sendo "burgueses") são um indício exterior disso; serão reforçados pela substituição de um exército em grande parte voluntário pelo recrutamento (para dar acesso a pessoal de alta qualidade), pela reorganização das regiões militares e simplificação dos comandos e pelo melhor preparo dos oficiais em academias, que também saíram do seu período de desgraça com Mao. [24] Juntamente com isso deverá haver uma modernização em grande escala do arsenal chinês, que, embora numericamente substancial, sofre de considerável obsolescência. Sua marinha está recebendo uma série de navios novos, desde destróiers e escoltas, até barcos de ataque rápido e mesmo aerobarcos; e construiu uma substancial frota de submarinos convencionais (107 em 1985), a terceira maior do mundo desse tipo. Seus tanques dispõem agora de telêmetros a laser; seus aviões para qualquer tempo, equipados com radar moderno. Tudo isso é acompanhado da disposição de fazer experiências com manobras de grande escala em modernas condições de combate (uma dessas manobras, em 1981, envolveu seis ou sete exércitos apoiados por aviões — o que faltava no choque de 1979 com o Vietnã), e reformular a estratégia de uma "defesa avançada" ao longo das fronteiras com a Rússia, em favor de contra-ataques atrás das longas e expostas fronteiras. Também a marinha está fazendo experiências numa escala muito maior: em 1980 uma força-tarefa de 18 navios realizou uma missão de oito mil milhas náuticas pelo Pacífico sul, em conjunto com experiências com os mais recentes mísseis balísticos intercontinentais da China. (Terá sido isso, indaga-se, a primeira demonstração significativa do poder marítimo chinês desde as viagens de Cheng Ho em princípios do século XV? Ver p.16-17 *supra*.)

Mais impressionante ainda, para a emergência da China como grande potência militar, foi o desenvolvimento extraordinariamente rápido de sua tecnologia nuclear. Embora as primeiras provas chinesas tivessem ocorrido na época de Mao, ele havia censurado publicamente as armas nucleares, ao manifestar sua preferência pela "guerra popular"; a liderança Deng, em contraste, está empenhada em levar a China para a fileira dos estados militares *modernos* o mais depressa possível. Já em 1980 a China testava mísseis balísticos intercontinentais com o alcance de sete mil milhas náuticas (o que abrange não só toda a U.R.S.S., mas também partes dos Estados Unidos).[26] Um ano depois, um dos seus foguetes lançou três satélites espaciais, indicação de uma tecnologia de foguetes de ogivas múltiplas. A maioria das forças nucleares chinesas tem base terrestre, e tem um alcance médio, e não longo, mas a elas se estão juntando novos foguetes balísticos intercontinentais e, o que talvez

constitua o passo mais significativo de todos (em termos de dissuasão nuclear), uma frota de submarinos transportadores de mísseis. Desde 1982, a China vem testando mísseis desse tipo lançados por submarinos e trabalhando na melhoria do seu alcance e precisão. Há também notícias de experiências chinesas com armas nucleares táticas. Tudo isso é apoiado pela pesquisa atômica em grande escala, e pela rejeição de "congelar" o desenvolvimento de suas armas atômicas com acordos internacionais de limitações, já que isso simplesmente ajudaria as grandes potências existentes.

Em contraposição a essas proezas tecnológico-militares, é também fácil mostrar continuados indícios de fraqueza. Há sempre um significativo lapso de tempo entre a produção do protótipo inicial de uma arma e grandes números dela testados e experimentados e em poder das próprias forças armadas; isso ocorre particularmente num país que não é rico de capital ou recursos científicos. Reveses sérios — inclusive a possível explosão de um submarino chinês ao tentar lançar um míssil; o cancelamento ou redução dos programas de armas; a falta de conhecimento especializado na tecnologia do metal, nos motores a jato avançados e equipamento de radar, navegação e comunicações — continuam dificultando a marcha chinesa para a igualdade militar real com a U.R.S.S. e os Estados Unidos. Sua marinha, apesar dos exercícios no oceano Pacífico, está longe de ser uma frota de alto-mar, e sua força de submarinos dotados de mísseis continuará, por muito tempo, atrás das frotas dos "dois grandes", que estão dedicando muito dinheiro ao desenvolvimento de submarinos gigantescos (tipo *Ohio,* tipo *Alfa*), que podem mergulhar mais fundo e navegar mais velozmente do que qualquer tipo anterior. [27] Finalmente, a menção de recursos financeiros é um lembrete de que enquanto a China gastar com a defesa apenas um oitavo, aproximadamente, do que gastam as superpotências, não lhe será possível conseguir paridade perfeita — ela não poderá adquirir *todos* os tipos de armas ou preparar-se para todas as ameaças concebíveis.

Não obstante, até mesmo a capacidade de que dispõe hoje a China lhe dá uma influência muito mais substancial do que a de alguns anos atrás. As melhorias no preparo, organização e equipamento devem colocar o Exército Popular de Libertação em melhores condições para enfrentar rivais regionais como o Vietnã, Taiwan e Índia, do que nas duas últimas décadas. Mesmo o desequilíbrio militar em relação à União Soviética pode não ser mais tão acentuado em favor de Moscou. Se novas disputas na Ásia levarem a uma guerra sino-soviética, a liderança em Moscou pode ter dificuldades políticas em permitir o uso de armas nucleares pesadas contra a China, tanto devido à reação mundial como à impossibilidade de prever a reação americana; mas se a guerra se transformar em nuclear, há perspectivas cada vez menores de que as forças armadas soviéticas sejam capazes de *garantir* a destruição dos sistemas de mísseis chineses, baseados em terra e (especialmente) no mar, antes que possam retaliar. Por outro lado, se houver apenas luta convencional, o dilema soviético continua sendo agudo. O fato de que Moscou leva a sério a possibilidade de uma guerra pode ser percebido pela sua colocação de cerca de 50 divisões (inclusive seis ou sete divisões de tanques) de tropas russas em seus dois distritos militares a leste dos Urais. E embora se possa supor que essas forças tenham capacidade para enfrentar as 70, ou mais, divisões do Exército

Popular de Libertação também estacionadas na área da fronteira, sua superioridade pode não ser suficiente para assegurar uma vitória fulminante — especialmente se os chineses trocarem o espaço pelo tempo, a fim de enfraquecer os efeitos de uma *Blitzkrieg* soviética. Para muitos observadores, existe hoje uma "equivalência aproximada", um "equilíbrio de forças" na Ásia Central[28] — o que, se for verdade, terá repercussões estratégicas muito além da região imediata da Mongólia.

Mas o aspecto mais significativo da capacidade chinesa de travar uma guerra longa está em outra área: no crescimento notavelmente rápido de sua economia, registrado nas últimas décadas, e que provavelmente continuará no futuro. Como dissemos no capítulo anterior, antes mesmo dos comunistas terem consolidado seu domínio, a China tinha considerável capacidade manufatureira — embora isso se disfarçasse em conseqüência das enormes proporções do país, do fato de ser a grande maioria da população constituída de camponeses, e as perturbações provocadas pela guerra e pelas lutas civis. A criação de um regime marxista e a realização da paz interna permitiram que a produção aumentasse, com o estado estimulando ativamente tanto o crescimento agrícola como industrial — embora por vezes (isto é, na época de Mao) através de meios bizarros e contraproducentes. Escrevendo em 1983-1984, um observador notou que a "China conseguiu taxas anuais de crescimento na indústria e agricultura, desde 1952, de cerca de 10% e 3% respectivamente, e um crescimento geral do PNB de 5% ao ano."[29] Se tais números não se equiparam às realizações de "estados comerciantes" asiáticos voltados para a exportação, como Cingapura ou Taiwan, são ainda assim impressionantes para um país da extenção e da população da China, e se traduzem prontamente numa potência econômica de certo peso. Em fins da década de 1970, de acordo com um cálculo, a economia industrial chinesa era tão ampla quanto (senão maior) a da U.R.S.S. e Japão em 1961.[30] Além disso, vale a pena repetir que as taxas de crescimento *médias* incluem o período do chamado "grande salto à frente" de 1958-1959; o rompimento com a Rússia e a retirada de recursos, cientistas e projetos soviéticos em princípios da década de 1960; e a turbulência da Revolução Cultural, que não só deformou o planejamento industrial mas também solapou todo o sistema educacional e científico durante quase uma geração. Se tais acontecimentos *não* tivessem ocorrido, o crescimento chinês teria sido ainda mais rápido em geral — como se pode depreender do fato de que nos últimos cinco anos as reformas lideradas por Deng levaram a um crescimento médio de 8% na agricultura e de espetaculares 12% na indústria.

O setor agrícola continua sendo, em grande parte, ao mesmo tempo a oportunidade e o ponto fraco da China. Os métodos de cultivo do arroz d'água são excepcionalmente produtivos no rendimento por hectare, mas exigem muita mão-de-obra — o que torna difícil a passagem para formas de agricultura mecanizada, em grande escala, usadas nas pradarias americanas. Mas como a agricultura constitui mais de 30% do PIB chinês e emprega 70% da população, o declínio (ou a simples diminuição de ritmo) nesse setor agirá como um freio para toda a economia — como aconteceu evidentemente na União Soviética. Esse problema é agravado pela bomba-relógio que é o crescimento da população. A China já está tentando alimentar um bilhão de

pessoas com apenas cerca de 100 milhões de hectares de terra cultivável (em comparação com os 161 milhões de hectares em plantações nos Estados Unidos, para uma população de 230 milhões);[32] poderá ela alimentar outros 200 milhões de chineses no ano 2000, sem uma crescente dependência da importação, que tem custos tanto no balanço de pagamentos como estratégicos? É difícil ter uma resposta precisa a essa pergunta crucial, em parte porque os especialistas reportam-se a diferentes espécies de evidências. A tradicional exportação de alimentos da China diminuiu lentamente nas três últimas décadas, e em 1980 ela veio a ser, por breve tempo, um país importador.[33] Por outro lado, o governo chinês dedica maciços recursos científicos à realização de uma "revolução verde" nos moldes indianos, e o estímulo de Deng às reformas voltadas para o mercado, juntamente com grandes aumentos nos preços de compra de produtos agrícolas (sem repassá-los para as cidades) levaram a aumentos tremendos na produção de alimentos nos últimos cinco anos. Entre 1979 e 1983 — quando grande parte do resto do mundo sofria uma depressão econômica — os 800 milhões de chineses das áreas rurais aumentavam suas rendas em cerca de 70% e sua ingestão de calorias era quase tão alta quanto a dos brasileiros ou malásios. "Em 1985, os chineses produziram 100 milhões mais de toneladas de cereais do que produziam uma década antes, um dos maiores aumentos de produção jamais registrados".[34] Com o aumento constante da população, e voltando-se cada vez mais para o consumo da carne (que exige ainda mais cereal), a pressão para manter essa expansão do consumo agrícola se tornará mais intensa — e não obstante a área cultivável mantém-se limitada, e o aumento da produtividade da terra proporcionado pela aplicação de fertilizantes terá de diminuir. Não obstante, os indícios são de que a China está conseguindo manter essa parte de seu complicado equilibrismo com êxito considerável.

O futuro da campanha chinesa de industrialização é de importância ainda maior — mas constitui um problema ainda mais delicado, internamente. Ela tem sido prejudicada, não só pela falta de capacidade aquisitiva do consumidor, como também pelos anos de planejamento rigoroso segundo modelos russo e da Europa oriental. As medidas de "liberalização" dos últimos anos — fazer com que as indústrias estatais reajam às realidades comerciais da qualidade, preço e procura de mercado, estimulando a criação de empresas privadas de pequena escala, e permitindo uma grande expansão do comércio exterior [35] — levaram a aumentos impressionantes na produção manufatureira, mas também a muitos problemas. A criação de dezenas de milhares de negócios privados alarmou os ideólogos do partido, e os aumentos de preços (provavelmente causados tanto pelos ajustes necessários aos custos de mercado quanto pelas manobras dos aproveitadores e extorsionistas, freqüentemente denunciadas) causaram protestos entre os trabalhadores urbanos cujas rendas não aumentaram com a mesma rapidez das rendas dos agricultores ou dos empresários. Além disso, o surto do comércio exterior levou rapidamente ao ingresso de produtos manufaturados, e com isso a um déficit comercial. As declarações feitas em 1986 pelo primeiro-ministro Zhao Ziyang, segundo as quais as coisas podem ter escapado um pouco ao controle e que a "consolidação" era necessária por algum tempo — juntamente com a redução anunciada das metas excessivas de crescimento — são indicações de que perduram problemas internos e ideológicos.[36]

Não obstante, é notável que mesmo as menores taxas de crescimento planejadas sejam de respeitáveis 7,5% ao ano nos próximos anos (em comparação com a taxa de 10% desde 1981). Isso significa a *duplicação* do PNB chinês em menos de 10 anos (um aumento de 10% realizaria a mesma coisa em apenas sete anos), e os economistas acham, por alguma razão, que essa meta pode ser alcançada. Em primeiro lugar, a taxa de poupança e investimento da China tem sido sempre superior a 30% do PNB desde 1970, e embora isso por sua vez crie problemas (reduz a proporção disponível para o consumo, que é compensada pela estabilidade dos preços e igualdade de rendas, que por sua vez atrapalham as empresas privadas), também significa que há grandes somas disponíveis para investimento produtivo. Em segundo lugar, há enormes oportunidades de reduzir os custos: a China está entre os países menos econômicos do mundo em seu consumo de energia (o que provocou reduções em seus consideráveis estoques de petróleo), mas as reformas energéticas pós-1978 reduziram substancialmente os custos de um dos principais "insumos" da indústria e com isso liberou dinheiro para investimento em outros pontos — ou para consumo.[37] Além disso, só agora a China está começando a superar as conseqüências da Revolução Cultural. Depois de mais de uma década na qual as universidades e instituições de pesquisa estiveram fechadas (ou foram obrigadas a funcionar de maneira totalmente contraproducente), era previsível que seria necessário algum tempo para alcançar o progresso científico e tecnológico realizado em outros países. Observou-se há alguns anos que "só contra esse pano de fundo"

> é possível compreender a importância de milhares de cientistas que foram para os Estados Unidos e outros países ocidentais em fins da década de 1970, para permanência de um ou dois anos, e ocasionalmente períodos mais longos... já em 1985 — e certamente em 1990 — a China terá uma equipe de muitos milhares de cientistas e técnicos familiarizados com as fronteiras de vários campos de conhecimento. Dezenas de milhares mais, preparados na própria China bem como no exterior, trabalharão nos institutos e empresas que vão implementar os programas necessários para elevar a tecnologia industrial chinesa aos melhores padrões internacionais, pelo menos nas áreas de produtividade estratégica.[38]

Da mesma forma, só no período pós-1978, quando houve um estímulo (embora seletivo) ao comércio exterior e ao investimento estrangeiro na China, é que seus dirigentes e empresários tiveram a oportunidade adequada de escolher entre os vários dispositivos tecnológicos, patentes de instalações de produção, entusiasticamente oferecidos pelos governos e companhias ocidentais, que exageram muito as proporções do mercado chinês para esses artigos. Apesar do — ou antes, devido ao — desejo do governo de Pequim de controlar o nível e o conteúdo do comércio exterior, é provável que as importações sejam deliberadamente escolhidas para estimular o crescimento econômico.

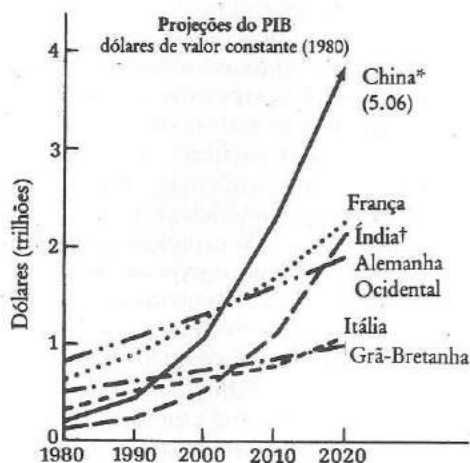
O aspecto final, e talvez o mais notável, da "arremetida para o crescimento" da China tenha sido o controle firme sobre os gastos com a defesa, de modo que as forças armadas não monopolizem recursos necessários em outras áreas. Na opinião de Deng, a defesa tem de continuar sendo a quarta

das muito proclamadas "quatro modernizações" — atrás da agricultura, da indústria e da ciência. E embora seja difícil obter números exatos sobre os gastos chineses com a defesa (sobretudo devido aos métodos de cálculo diferentes),[39] parece claro que a proporção do PNB destinada às forças armadas vem caindo nos últimos 15 anos — de talvez 16,4% em 1971 (segundo uma fonte) para 7,5% em 1985.[40] Isso, por sua vez, pode causar descontentamento entre os militares e com isso aumentar o debate interno sobre as prioridades e políticas econômicas; e a tendência teria de ser modificada, evidentemente, se ocorressem novos choques sérios na fronteira setentrional ou meridional. Não obstante, o fato de os gastos com a defesa ocuparem um lugar inferior constitui talvez a indicação mais significativa, até agora, da dedicação total da China ao crescimento econômico, e contrasta flagrantemente com a obsessão soviética com a "segurança militar" e o empenho do governo Reagan em destinar fundos para as forças armadas. Como muitos especialistas observaram,[41] levando-se em conta o atual PNB da China e o volume de poupança nacional e investimento interno, não haveria problema em gastar muito mais do que os atuais 30 bilhões de dólares, aproximadamente, com a defesa. O fato de preferir não fazê-lo reflete a convicção de Pequim de que a segurança a longo prazo só estará conquistada quando sua atual produção e riqueza se tiver multiplicado por muitas vezes.

Em suma: "Os únicos acontecimentos que poderiam sustar esse crescimento seriam a ocorrência de uma guerra com a União Soviética ou uma prolongada turbulência política nos moldes da Revolução Cultural. Os problemas chineses de administração, energia e agricultura são sérios, mas são problemas enfrentados e superados por todas as nações em desenvolvimento durante o processo de crescimento."[42] Se essa afirmação parece demasiado otimista, ela empalidece se comparada com o recente cálculo de *The Economist*, de que se a China mantiver uma média de crescimento anual de 8% — que ela considera "exeqüível — ultrapassaria os PNB totais da Grã-Bretanha e Itália bem antes do ano 2000, e estaria muito à frente de *qualquer* país europeu em 2020.[43]

O maior de todos os erros seria supor que esse tipo de projeção, com todos os fatores mutáveis em que se baseia, pudesse desenrolar-se com tal exatidão. Mas a questão geral continua sendo: a China terá um PNB muito grande dentro de um prazo relativamente curto, se não houver alguma grande catástrofe; e embora ainda continue relativamente pobre em termos *per capita*, será claramente mais rica do que hoje.

Três outras observações devem ser feitas sobre o futuro impacto da China no cenário internacional. A primeira, e menos importante para nossas finalidades, é que embora o seu crescimento econômico estimule o comércio exterior, é impossível transformá-la em uma outra Alemanha Ocidental ou Japão. O simples tamanho do mercado interno de uma potência de proporções continentais como a China, sua população e base de matérias-primas tornam altamente improvável que ela se torne tão dependente do comércio exterior quanto um dos "estados comerciantes" menores, marítimos.[44] As proporções do setor agrícola, que consome muita mão-de-obra, e a disposição do regime de não tornar-se demasiado dependente dos alimentos importados também constituirão um freio ao comércio com outros países. É provável, porém, que

Gráfico 2. Projeção do PIB da China, Índia e alguns Estados da Europa Ocidental, 1980-2020

* Supondo-se uma taxa de crescimento de 7% em 1980-1985, e de 8% a partir daí.

† Supondo-se uma taxa de crescimento de 5,5% em 1980-1985 e de 7% a partir daí.

Supondo-se para os outros países taxas anuais médias como em 1970-1982.

Fonte: *The Economist*/FMI

a China se torne um produtor importante de artigos de baixo custo, como têxteis, o que ajudará a custear a tecnologia ocidental, ou mesmo russa; mas Pequim está claramente disposta a *não* depender do capital, das manufaturas ou mercados estranteiros, ou de um país ou fornecedor em particular. A aquisição de tecnologia, ferramentas e métodos de produção estrangeiros estará sujeita às necessidades maiores do ato de equilibrismo da China no Banco Mundial e no FMI (e sua possível participação futura no GATT e no Banco de Desenvolvimento Asiático) — que não são indícios de que Pequim tenha aderido ao "mundo livre", mas sim de seus cálculos muito pragmáticos de que é melhor ter acesso aos mercados estrangeiros e a empréstimos a longo prazo por intermédio dos organismos internacionais, do que através de "negócios" unilaterais com uma grande potência ou um banco privado. Em outras palavras, essas medidas protegem a situação e a independência da China. O segundo ponto é distinto do primeiro, mas relaciona-se com ele. Enquanto na década de 1960 o regime de Mao parecia ver quase com satisfação os freqüentes choques fronteiriços, Pequim prefere hoje manter

relações pacíficas com seus vizinhos, mesmo aqueles que vê com desconfiança. Como dissemos acima, a paz é de importância central para a estratégia econômica de Deng; a guerra, mesmo regional, desviaria recursos para as forças armadas e alteraria a ordem de prioridades das "quatro modernizações". Também pode ser, como ocorreu recentemente,[45] que a China se sinta mais tranqüila em suas relações com Moscou simplesmente devido ao seu progresso militar, que criou um certo equilíbrio na Ásia central. Tendo alcançado uma "correlação de forças", ou pelo menos uma decente capacidade defensiva, a China pode concentrar-se mais no desenvolvimento econômico.

Mas se as suas intenções são pacíficas, a China também ressalta a determinação de preservar uma independência total e sua desaprovação às intervenções militares das duas superpotências em outros países. Até mesmo em relação ao Japão os chineses têm sido cautelosos, limitando a parcela que ele tem em seu comércio de importação e exportação, e advertindo Tóquio para não envolver-se demasiado no desenvolvimento da Sibéria.[46] Para com Washington e Moscou, a China tem sido muito mais cautelosa — e crítica. Todas as sugestões soviéticas para o melhoramento das relações, e mesmo a volta de engenheiros e cientistas à China em princípios de 1986, não modificaram sua posição fundamental: uma melhoria real não pode ocorrer enquanto Moscou não fizer concessões sobre algumas, senão todas, das três outras questões pendentes: a invasão russa do Afeganistão, o apoio russo ao Vietnã e a velha questão das fronteiras e da segurança asiática.[47] Por outro lado, as políticas dos Estados Unidos na América Latina e Oriente Médio foram repetidamente atacadas por Pequim (como, na verdade, aventuras russas semelhantes nos trópicos). Sendo economicamente um dos "países menos desenvolvidos" e tendo uma desconfiança inata do domínio das raças brancas, a China é um crítico natural da intervenção das superpotências, mesmo que não seja formalmente membro do movimento do Terceiro Mundo, e mesmo que tais críticas sejam hoje bastante moderadas se comparadas com as invectivas de Mao na década de 1960. E apesar de sua hostilidade anterior (e ainda vigorosa) para com as pretenções russas na Ásia, os chineses continuam desconfiados do interessado debate americano sobre como, e quando, jogar a sua "carta chinesa".[48] Na opinião de Pequim, pode ser necessário inclinar-se para a Rússia ou (mais freqüentemente desde os incidentes sino-soviéticos) para os Estados Unidos, através de medidas que incluem o monitoramento conjunto dos testes nucleares russos e a troca de informações sobre o Afeganistão e o Vietnã. Mas a posição ideal seria de eqüidistância, deixando que os dois cortejassem o Império do Meio.

Quanto a isso, a importância da China como um agente realmente independente no atual (e futuro) sistema internancional é ressaltada por aquilo que, à falta de melhor palavra, poderíamos chamar de "estilo" de relacionamento com as outras potências. Isso foi tão bem mostrado por Jonathan Pollack que vale a pena repeti-lo na íntegra:

> Armas, vigor econômico e potencial de poder apenas não podem explicar a significação atribuída à China numa equação de poder global. Se sua significação estratégica for julgada modesta e seu desempenho economico tem sido, na melhor das hipóteses, irregular, isso não pode explicar a considerável im-

portância da China nos cálculos de Washington e de Moscou, e a cuidadosa atenção que lhe é dedicada em outras capitais importantes. A resposta está no fato de que, apesar de sua autodescrição como um Estado ameaçado e perseguido, a China tem usado, de maneira arguta e até mesmo atrevida, seus recursos políticos, econômicos e militares. Para com as superpotências, a estratégia geral de Pequim tem compreendido, em várias ocasiões, a confrontação e o conflito armado, a acomodação parcial, o alinhamento informal e uma indiferença que se aproxima do desligamento, combinada por vezes com uma retórica estridente, irada. Em conseqüência, a China se torna todas as coisas para todos os países, deixando muitos inseguros, e até mesmo preocupados, com as suas intenções e sua direção a longo prazo.

Na verdade, essa estratégia indeterminada tem encerrado, por vezes, riscos políticos e militares substanciais. Mas a mesma estratégia tem emprestado considerável credibilidade à posição da China como grande potência em ascensão. A China tem agido, muitas vezes, contrariando as preferências ou exigências das duas superpotências; em outras ocasiões, tem-se comportado de maneira muito diferente do que se espera. Apesar de sua aparente vulnerabilidade, a China não se mostrou flexível e cordata ante Moscou ou Washington... Por tudo isso, a China assumiu uma posição internacional singular, tanto como participante de muitos dos conflitos políticos e militares importantes do pós-guerra, como um Estado que resiste a uma categorização política ou ideológica fácil... Na verdade, num certo sentido, a China deve ser vista como um candidato a grande potência por si mesma — não como imitação ou emulação da União Soviética ou dos Estados Unidos, mas como um reflexo da singular posição de Pequim na política global. A longo prazo, a China representa uma força política e estratégica demasiado significativa para ser considerada como um adjunto de Moscou ou Washington, ou simplesmente como uma potência intermediária.[49]

Como ponto final, devemos ressaltar novamente que, embora a China esteja mantendo um controle rígido sobre os gastos militares no momento, não pretende continuar sendo um "peso leve" estratégico no futuro. Pelo contrário, quanto mais avança sua expansão econômica, de um modo colbertiano, estatista, mais esse desenvolvimento terá implicações na política de poder. Isso é ainda mais provável se lembrarmos a atenção que a China está dando à expansão de sua base tecnológico-científica, e as realizações impressionantes que já alcançou em foguetes e armas nucleares quando tal base era ainda muito menor. Essa preocupação pelo fortalecimento da infra-estrutura econômica do país às expensas de um investimento imediato em armas dificilmente satisfará seus generais (que, como os grupos militares em toda parte, preferem os meios de segurança a curto prazo). Mas como bem observou *The Economist*,

Para os militares [chineses] com paciência para ver concluídas as reformas [econômicas] haverá uma compensação. Se os planos do sr. Deng para a economia como um todo puderem ser levados a cabo, e o valor do produto chinês quadruplicar, como se planeja, entre 1980 e 2000 (uma questão reconhecidamente difícil), então dentro de 10 a 15 anos a economia civil terá conseguido ímpeto suficiente para realizar mais rapidamente as reformas militares. É então que o exército chinês, os seus vizinhos e as grandes potências terão no que pensar.[50]

E isso é apenas uma questão de tempo.

O dilema japonês

O simples fato de estar Pequim tão decidida sobre o que deve acontecer no leste asiático aumenta as pressões que agora se fazem sentir sobre a "diplomacia pacífica unidirecional" (autoproclamada) do Japão — ou o que se poderia, mas cinicamente, chamar de "ser tudo para todos".[51] O dilema japonês talvez possa ser mais bem resumido da seguinte maneira:

Devido ao seu crescimento muito bem-sucedido desde 1945, o país desfruta de uma posição excepcional, e muito favorável, na ordem econômica e na política de força, e não obstante essa posição é também, pensam os japoneses, extremamente delicada e vulnerável, e poderia ser seriamente prejudicada se as circunstâncias internacionais se modificassem. A melhor coisa que poderia acontecer, do ponto de vista de Tóquio, seria portanto a continuação dos fatores que levaram ao "milagre japonês", em primeiro lugar. Mas precisamente por vivermos num mundo anárquico, no qual potências "descontentes" se acotovelam com outras "satisfeitas", por ser tão rápida a dinâmica das transformações tecnológicas e comerciais, a probabilidade é de diminuição desses fatores favoráveis — ou mesmo do seu desaparecimento total. Dada a convicção do Japão quanto à delicadeza e vulnerabilidade de sua posição, parece-lhe difícil resistir abertamente às pressões em favor da transformação; em lugar disso, esta deve ser reduzida, ou desviada, por concessões diplomáticas. Daí a sua constante defesa de uma solução pacífica para os problemas internacionais, sua preocupação e nervosismo quando se vê num fogo cruzado político entre outros países, e seu evidente desejo de estar em bons termos com todos, enquanto fica cada vez mais rico.

As razões do fenomenal sucesso econômico do Japão já foram examinadas (ver *supra*, p. 397-98). Durante mais de 40 anos, o território japonês foi protegido pelas forças nucleares e convencionais dos Estados Unidos, e suas rotas marítimas, pela marinha americana. Isso lhe permitiu desviar suas energias nacionais do expansionismo militar, e seus recursos das elevadas despesas com armas. O Japão dedicou-se à busca firme do crescimento econômico, em especial nos mercados de exportação. Esse sucesso não poderia ter sido conseguido sem a dedicação de seu povo ao espírito empresarial, controle de qualidade e trabalho árduo, mas foi também auxiliado por certos fatores especiais: a manutenção do iene num nível artificialmente baixo durante décadas, a fim de estimular as exportações; as restrições formais e informais à compra de manufaturados estrangeiros (embora isso não inclua as matérias-primas vitais necessárias à indústria); e a existência de uma ordem liberal de comércio internacional que colocou poucos obstáculos às mercadorias japonesas — e que foi mantida "aberta", apesar dos ônus que isso lhe acarretou, pelos Estados Unidos. No último quartel de século, portanto, o Japão vem sendo capaz de desfrutar de todas as vantagens de se transformar num gigante econômico mundial, mas sem nenhuma das responsabilidades políticas e desvantagens territoriais que têm, historicamente, decorrido desse crescimento. Não é de surpreender que ele prefira que as coisas continuem como estão.

Como as bases do atual sucesso do Japão estão exclusivamente na esfera econômica, não constitui surpresa o fato de ser essa também a área que mais preocupa Tóquio. De um lado (como iremos ver adiante), o crescimento

tecnológico e econômico oferece brilhantes compensações novas ao país cuja economia política está mais bem colocada para o século XXI; e poucos duvidam de que o Japão esteja nessa posição favorável.[52] De outro, seu próprio sucesso já está provocando um "efeito tesoura", ou seja, uma reação contra a expansão voltada para a exportação. Uma "lâmina" dessa tesoura é a emulação do Japão por outros países recém-industrializados (PRI) da Ásia, como Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan, Tailândia etc. — para não falarmos da própria China, no extremo inferior da escala de produtos (têxteis, por exemplo).[53] Todos esses países têm custos de mão-de-obra muito inferiores aos do Japão* e já o estão desafiando fortemente nos campos nos quais ele não tem mais vantagens decisiva — têxteis, brinquedos, artigos domésticos, construção naval e até mesmo (em proporções muito menores) aço e automóveis. Isso não significa, é claro, que a produção japonesa de navios, carros, caminhões e aço esteja condenada, mas na medida em que lhes é necessário procurar um mercado mais sofisticado (ou seja, aços de melhor qualidade, automóveis mais sofisticados e maiores) eles se estão afastando do extremo inferior da escala de produção, onde ocupavam um lugar indisputado; e uma das tarefas mais importantes do Ministério do Comércio Internacional e Indústria do Japão é planejar o fechamento das indústrias que deixam de ser competitivas — não só para tornar o declínio menos traumático, como também para promover a transferência de recursos e pessoal para outros setores mais competitivos da economia internacional.

A outra lâmina da tesoura, e mais preocupante, tem sido a reação cada vez mais hostil dos americanos e europeus à penetração aparentemente inexorável dos seus mercados internos pelos produtos japoneses. Ano após ano, as populações desses prósperos mercados compraram aço, máquinas operatrizes, motocicletas, automóveis e aparelhos de TV, e outros produtos elétricos do Japão. Ano após ano, os excedentes comerciais do Japão com a CEE e os Estados Unidos aumentaram. A reação européia foi mais dura, indo desde cotas de importação até o obstrucionismo burocrático (como a exigência francesa de que os produtos elétricos japoneses só entrem através de uma alfândega com pouco pessoal em Poitiers).[54] Devido à sua crença num sistema mundial de livre comércio, os governos americanos hesitaram em proibir ou restringir de alguma outra forma as importações japonesas, além de duvidosos limites "voluntários". Mas até mesmo os mais decididos defensores americanos do *laissez-faire* se mostram preocupados com uma situação na qual, essencialmente, os Estados Unidos fornecem ao Japão alimentos e matérias-primas e recebem em troca manufaturados japoneses — uma espécie de *status* comercial "colonial" ou "subdesenvolvido" que eles não conheciam há um século e meio. Além disso, os crescentes déficits americanos com o Japão — 62 bilhões de dólares no ano fiscal que terminou a 31 de maio de 1986 — e as pressões de indústrias americanas sitiadas que sentiram o peso dessa concorrência transpacífica, aumentaram as exigências de Washington de medidas para reduzir o desequilíbrio — por exemplo, estimular a elevação do

---

*Razão pela qual até mesmo firmas japonesas estão construindo fábricas nesses países.

valor cambial do iene, um aumento substancial nas importações americanas feitas pelo Japão, e assim por diante. À medida que o mundo ocidental se aproxima de um quase-protecionismo, sua tendência é impor limites ao volume total de têxteis ou televisões importadas, o que significa que o Japão terá de dividir esse mercado menor com seus rivais asiáticos.

Não é de surpreender, portanto, que alguns porta-vozes japoneses neguem que a situação lhes seja boa, e apontam uma alarmante conjugação de ameaças às suas atuais parcelas do mercado e sua prosperidade; o crescente desafio dos PRI asiáticos em tantas indústrias; as restrições às exportações japonesas pelos governos ocidentais; as pressões para que sejam modificadas as leis tributárias do Japão, desviem-se recursos da poupança para o consumo e assegurem um grande aumento das importações; e finalmente, a rápida subida no valor do iene. Tudo isso, dizem eles, poderia significar o fim do surto de exportações japonês, um declínio em seus excedentes de pagamentos, uma redução de sua taxa de crescimento (que já se vem desacelerando à medida que sua economia se torna mais "madura" e seu potencial de expansão espetacular diminui). Quanto a isso, o Japão se preocupa com o fato de não ser apenas a sua economia que amadurece: devido à estrutura etária de sua população, em 2010 ele terá "a mais baixa taxa de pessoas em idade de trabalho (entre 15 e 64 anos) entre as principais nações industriais", o que exigirá pesados dispêndios em previdência social, e poderia levar à perda de dinamismo.[55] Além disso, todas as tentativas de fazer com que o consumidor japonês compre manufaturados estrangeiros (exceto os que têm certo prestígio, como os carros Mercedes) leva a uma controvérsia política interna,[56] que por sua vez poderia levar a um possível colapso da política de consenso que tem sido parte integral da continuada expansão japonesa no passado, liderada pelas exportações.

Embora possa ser verdade que o crescimento econômico do Japão está diminuindo, no momento em que ele entra numa fase mais madura, e embora seja certo que outros países não estão dispostos a deixar que o Japão mantenha as vantagens econômicas que contribuíram para a sua explosão de exportações, ainda assim perduram consideráveis razões substantivas pelas quais é provável que o Japão venha a expandir-se mais depressa do que as outras *grandes* potências, no futuro. Em primeiro lugar, como um país tão incrivelmente dependente de matérias-primas (99% do seu petróleo, 92% do seu ferro, 100% de seu cobre), ele se beneficia enormemente das alterações nos termos de troca que reduziram os preços de tantos minérios, combustíveis, e alimentos; a queda dos preços mundiais do petróleo depois de 1980-1981, que poupa ao Japão bilhões de dólares de divisas estrangeiras anualmente, é apenas a mais espetacular das quedas de preços de matérias-primas e alimentos.[57] Além disso, embora um rápido aumento no valor do iene venha a cortar, provavelmente, algumas das exportações (dependendo sempre da elasticidade da demanda), ele também reduzirá muito o custo das importações — e com isso ajudará a indústria a continuar competitiva, e manterá baixa a inflação. Além disso, a crise do petróleo de 1973 estimulou os japoneses a buscarem todos os tipos de economia de energia, o que contribui para uma eficiência ainda maior da indústria. Na última década, o Japão reduziu sua dependência do petróleo em 25%. Além disso, a mesma crise levou o Japão a uma pesquisa constante de novas fontes de matérias-primas e a um pesado

investimento nessa área (um pouco parecido com os investimentos ingleses no além-mar, no século XIX). Nada disso torna *absolutamente* certo que o Japão possa continuar a valer-se de um fluxo de matérias-primas a baixo preço, mas os presságios são bons nesse sentido.

Mais significativo ainda é o constante movimento da indústria japonesa na direção dos setores mais promissores (e, em última análise, mais lucrativos) da economia, para princípios do século XXI: isto é, alta tecnologia. Em outras palavras, o Japão está deixando a produção de têxteis, construção naval, aço básico — deixando esses produtos para países com menores custos do trabalho — e claramente pretendendo ser uma (e talvez *a*) força preponderante nas manufaturas cientificamente avançadas que têm um valor acrescido muito maior. Suas realizações no campo dos computadores tornaram-se tão conhecidas que se transformaram em lendas. Começando por copiar pesadamente a tecnologia americana, as companhias japonesas puderam explorar todas as suas vantagens locais (mercado interno protegido, apoio do Ministério do Comércio Internacional e Indústria (MCII), melhor controle de qualidade, um câmbio favorável do iene para o dólar) bem como — e mais provavelmente — realizando o *dumping* de preços abaixo do custo para eliminar a maioria das companhias americanas da produção de semicondutores do RAM 16k, do RAM 64k ou do mais recente RAM 256k.[58]

Ainda mais preocupante para a indústria americana de computadores é a evidência da decidida entrada do Japão em dois novos campos (muito mais lucrativos). O primeiro é a produção de computadores avançados, sobretudo da quinta geração, sofisticada e extremamente cara, que podem trabalhar cem vezes mais depressa do que os maiores computadores existentes, e prometem a seus proprietários enormes benefícios em tudo, desde decifração de códigos aos projetos de formas de aviões. Os especialistas americanos já estão espantados com a rapidez com que os japoneses entraram nessa área, e com o volume de capital para pesquisa que o MCII e as grandes companhias como Hitachi e Fujitsu estão lançando nisso.[59] E a mesma coisa está acontecendo no campo do *software* para computador, dominado até princípios da década de 1980, sem contestação, pelas firmas americanas e por umas poucas firmas européias.[60] Na verdade, a produção bem-sucedida tanto dos supercomputadores como do *software* é uma empresa muito maior do que fazer semicondutores, e submeterá à prova os projetistas japoneses. Enquanto isso, as companhias americanas e européias (as última em grande parte apoiadas por seus governos) preparam-se para enfrentar o desafio comercial, enquanto o Departamento de Defesa dos Estados Unidos dará apoio maciço para que suas firmas nacionais continuem à frente na criação de supercomputadores. Não obstante, esses órgãos estariam sendo imprudentes se supusessem que o Japão pode ser afastado de maneira permanente desses campos.

Como publicações respeitáveis, do porte de *The Economist*, o *Wall Street Journal* e o *New York Times*, e muitas outras, publicam com freqüência artigos sobre a entrada do Japão em novas áreas de alta tecnologia, seria supérfluo repetir os detalhes, aqui. A ligação da Mitsubishi com a Westinghouse foi considerada como prova do crescente interesse do Japão pela indústria da energia nuclear.[61] A biotecnologia também é um grande interesse japonês, em especial as suas implicações no aumento do rendimento agrícola. O mesmo acontece

com a cerâmica. As informações de que a Japanese Aircraft Development Corporation uniu-se à Boeing para produzir uma nova geração de aviões que economizam combustível para meados de 1990 — denunciadas por um especialista americano como um "negócio faustiano", pelo qual o Japão proporcionará financiamento barato e adquirirá tecnologia e conhecimento especializado dos Estados Unidos[62] — podem ser ainda mais significativas no futuro. Mas talvez o mais importante (em termos de produção, apenas) seja a liderança já impressionante que o Japão tem no campo dos robôs industriais e seu desenvolvimento (experimental) de fábricas inteiras praticamente controladas pelos computadores, lasers e robôs — a solução final para a decrescente força de trabalho do país! Os últimos números mostram que o "Japão sozinho continuava a usar tantos robôs industriais quanto todo o resto do mundo junto, várias vezes a taxa de adoção nos Estados Unidos." Outro levantamento mostra que os japoneses usam seus robôs com muito mais eficiência do que os americanos.[63]

Atrás de todos esses empreendimentos de alta tecnologia há uma série de fatores estruturais, mais amplos, que continuam a proporcionar ao Japão acentuadas vantagens sobre seus principais rivais. O papel do MCII como uma espécie de equivalente econômico do famoso Estado Maior Prussiano pode ter sido exagerado pelos estrangeiros,[64] mas parece não haver dúvidas de que a ampla direção que ele dá ao desenvolvimento econômico japonês, promovendo a pesquisa e financiando o crescimento das indústrias e uma eutanásia suave para as que estão em declínio, funcionou melhor, até agora, do que a abordagem descoordenada do tipo *laissez-faire* adotada pelos Estados Unidos. O segundo ponto forte — um dos mais importantes para explicar a ascensão e queda de determinadas firmas e indústrias — é o grande (e crescente) volume de dinheiro destinado à pesquisa e desenvolvimento no Japão. "A proporção do PNB dedicada à pesquisa e desenvolvimento praticamente dobrará esta década, elevando-se de 2% do PNB em 1980, para previstos 3,5% em 1990. Os Estados Unidos estabilizaram seus gastos com P&D em cerca de 2,7% do PNB. Mas, excluída a pesquisa militar, o Japão já está dedicando tantas horas-homem à P&D quanto os Estados Unidos, e dentro em pouco estarão gastando tanto quanto eles. Se as tendências atuais continuarem, o Japão assumirá a liderança nos gastos com P&D não-militar em princípios da década de 1990."[65] Ainda mais interessante talvez seja o fato da P&D japonesa ser custeada e feita pela própria indústria numa proporção bem mais alta do que na Europa e nos Estados-Unidos (onde grande parte dela é feito pelos governos ou universidades). Em outras palavras, ela visa diretamente ao mercado e espera-se que apresente dividendos logo. A ciência "pura" é para os outros, e só é pesquisada quando sua relevância comercial torna-se evidente.

A terceira vantagem é o nível altíssimo de poupança no Japão, especialmente acentuado se comparado ao dos Estados Unidos. Isso se explica em parte pelas diferenças no sistema tributário, que nos Estados Unidos estimulou tradicionalmente o empréstimo pessoal e o dispêndio no consumo — e no Japão encorajou a poupança privada. Em média, também o indivíduo tem de poupar muito mais no Japão para a sua velhice, já que os planos de pensões são geralmente menos generosos. Tudo isso significa que os bancos e companhias de seguro japoneses estão nadando em dinheiro e podem oferecer à

indústria massas de capital a baixo juro. A parcela do PNB recolhida no Japão tanto como imposto de renda *e* pagamentos da previdência social é muito inferior à de outros estados capitalistas com assistência social, e os japoneses evidentemente pretendem manter essa situação, para liberar o dinheiro para investimento de capital.[66] Os europeus que gostariam de imitar "a maneira japonesa" teriam, em primeiro lugar, de reduzir maciçamente suas despesas com o bem-estar social. Os americanos enamorados do sistema japonês teriam de reduzir drasticamente as despesas com a defesa e as despesas sociais, *e* modificar suas leis fiscais ainda mais drasticamente do que fizeram até agora.

O quarto ponto forte é que as firmas japonesa têm um mercado interno praticamente assegurado em todas as manufaturas, exceto as de prestígio e as especializadas — situação que já não é desfrutada pela maioria das firmas americanas ou (apesar de seus esforços protecionistas) pela maioria das companhias européias. Embora grande parte disso tenha resultado do apoio de práticas burocráticas e de regulamentos destinados a favorecer os produtores japoneses em seu mercado interno, mesmo a abolição de tais recursos mercantilistas provavelmente não persuadirá os consumidores japoneses a comprar produtos estrangeiros, com exceção de matérias-primas e alimentos básicos. A alta qualidade e a familiaridade dos produtos japoneses, um acentuado orgulho cultural e a estrutura complexa da distribução e vendas internas asseguram isso.

Finalmente, há a altíssima qualidade da força de trabalho japonesa — pelo menos tal como medida pelos vários testes matemáticos e científicos de aptidão — que não só é preparada num sistema educacional público intensamente competitivo, como também sistematicamente treinada pelas próprias companhias. Até mesmo pessoas de 15 anos de idade no Japão demonstram uma acentuada superioridade em matérias passíveis de testes (matemáticas, por exemplo) em relação às pessoas da mesma idade no Ocidente. Nos altos escalões do conhecimento, o equilíbrio é diferente: o Japão tem falta de cientistas agraciados com o Prêmio Nobel, mas produz muito mais engenheiros do que qualquer país ocidental (cerca de 50% mais do que os Estados Unidos). Tem quase 700 mil trabalhadores em P&D, o que é mais do que a Grã-Bretanha, França e Alemanha Ocidental juntas.[67]

Nenhuma avaliação estatisticamente quantificável pode ser feita dos efeitos conjuntos dos cinco fatores acima, comparados com as condições em outras nações destacadas. Tomados como um todo, porém, eles evidentemente dão à indústria japonesa uma base imensamente forte. O mesmo acontece com a docilidade e a diligência da força de trabalho japonesa, e a harmonia que parece predominar no sistema de relações industriais, onde há apenas sindicatos de companhias, uma busca de consenso e praticamente não ocorrem greves. Há, evidentemente, aspectos pouco atraentes também: longas horas de trabalho, o conformismo predominante com o *ethos* da companhia (desde os exercícios físicos pela manhã cedo), a ausência de sindicatos realmente independentes, as habitações abarrotadas, a ênfase na hierarquia e na deferência. Além do mais, o Japão ainda tem, fora dos portões das fábricas, uma classe estudantil radicalizada. Esses fatos, e outros traços perturbadores na sociedade japonesa, foram comentados por muitos observadores ocidentais[68] — alguns dos quais parecem ver o país com o mesmo horror e medo que os

europeus continentais manifestaram para com o "sistema fabril" de princípios do século XIX, na Inglaterra. Em outras palavras, aquilo que constitui uma estruturação evidentemente mais eficiente dos trabalhadores, e da sociedade, em termos de *produção* (e portanto de criação de riqueza), encerra um desafio perturbador das normas e modos individuais de comportamento tradicionais. E como a emulação do milagre industrial japonês envolveria não só a reprodução desta ou daquela tecnologia ou administração, mas a imitação de grande parte do sistema social japonês, é que observadores como David Halberstam argumentam que "Este é o mais novo e... mais difícil desafio para a América, para o resto do século... uma competição muito mais dura e mais intensa do que... a competição político-militar com a União Soviética..."[69]

Como se esses pontos fortes industriais não bastassem, foram complementados pelo crescimento espantosamente rápido do Japão como a principal nação credora do mundo, exportando dezenas de bilhões de dólares anualmente. Essa transformação, que se vem processando desde que o MCII suspendeu em 1969 os controles da exportação de empréstimos japoneses e sua criação de estímulos fiscais para investimentos externos, tem suas bases em duas causas fundamentais. A primeira delas é o nível excepcionalmente alto da poupança pessoal no Japão — mais de 20% dos salários japonesas são economizados, de modo que em 1985 "a média total da poupança das famílias japonesas excedia a média anual da renda, pela primeira vez"[70] — o que deixa as instituições financeiras com uma abundância de fundos cada vez mais investidos no exterior, para obter maiores rendimentos. A segunda razão tem sido os excedentes comerciais extremamente elevados que ocorreram nos últimos anos no Japão, devido à explosão dos ganhos com as exportações. Temendo que tais excedentes alimentassem a inflação interna (se voltassem para o Japão), as autoridades financeiras estimularam os bancos gigantescos a investir enormes somas no exterior.[71] Em 1983 o fluxo líquido de capital para fora do Japão foi de 17,7 bilhões de dólares; em 1984, saltou para 49,7 bilhões de dólares; e em 1985 pulou novamente, para 64,5 bilhões, fazendo do Japão a maior nação credora do mundo. Em 1990, o diretor do Institute for International Economics prevê que o resto do mundo deverá ao Japão a espantosa soma de 500 bilhões de dólares; e em 1995 o Nomura Research Institute prevê que as disponibilidades brutas do Japão no exterior ultrapassarão um trilhão de dólares.[72] Não é de surpreender portanto que os bancos e companhias de investimentos se estão tornando, rapidamente, as maiores e mais bem-sucedidas do mundo.[73]

As conseqüências desse vasto movimento de exportação de capitais japoneses têm perigos, bem como vantagens, para a economia mundial, e talvez para o próprio Japão. Um considerável volume desses fundos está investido em infra-estruturas por todo o mundo (por exemplo, o túnel do canal da Mancha) ou na abertura de novas jazidas de minério de ferro (por exemplo, no Brasil), que beneficiarão Tóquio, direta ou indiretamente. Outras quantias estão sendo canalizadas pelas companhias japonesas para a criação de subsidiárias no exterior (especialmente para a produção) — para que os produtos japoneses sejam manufaturados em países de baixos custos de mão-de-obra, para que permaneçam competitivos, ou para colocar tais fábricas dentro de territórios dos, digamos, países da CEE e dos Estados Unidos, a fim de contornar

as tarifas protetoras. A maior parte do fluxo de capital foi, porém, para títulos a curto prazo (especialmente apólices do Tesouro americano), que se levados de volta ao Japão em grandes quantidades perturbariam o sistema financeiro internacional — tal como em 1929 — pressionando de forma tremenda os dólares e a economia dos Estados Unidos, já que grande parte desse dinheiro financiou os enormes déficits orçamentários do governo Reagan. No todo, porém, Tóquio muito provavelmente continuará reciclando seu capital excedente para novas empresas no exterior, em lugar de levá-lo de volta para seu Tesouro.

A ascensão do Japão, nos últimos anos, como a maior nação credora do mundo — combinada com a transformação dos Estados Unidos, de maior emprestador em maior tomador de empréstimos — ocorreu tão rapidamente que ainda é difícil deduzir todas as suas implicações. Como "historicamente uma nação credora liderou o crescimento em cada período de expansão econômica global, e a era do Japão está apenas começando",[74] bem pode ser que o aparecimento de Tóquio como principal banqueiro do mundo dê um novo impulso, a médio e longo prazo, ao comércio e finança internacionais, seguindo os exemplos já dados pela Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos. O que parece notável, a esta altura, é que o ímpeto do papel financeiro "invisível" do Japão esteja ocorrendo antes de haver qualquer erosão significativa de sua imensa liderança industrial "visível", tal como aconteceu (por exemplo) com a Grã-Bretanha. Talvez isso se modifique, e rapidamente, se o valor do iene subir demais e o Japão sofrer de uma "maturidade" a longo prazo e redução na sua base manufatureira e na sua taxa de crescimento produtivo. Mesmo que isso aconteça — e há razões (como as apresentadas acima) para achar que qualquer declínio do Japão como nação industrial será um processo lento — uma coisa é clara: com o volume previsto de bens do exterior em suas mãos no ano 2000, os saldos de sua conta corrente serão suplementados por um vasto fluxo de ganhos no exterior. De todas as maneiras, portanto, o Japão parece destinado a tornar-se muito mais rico.

Economicamente, qual será o poderio do Japão em princípios do século XXI? Excluindo-se uma guerra em grande escala, um desastre ecológico ou um retorno à depressão mundial e a um protecionismo nos moldes de 1930, a resposta parece ser: será muito maior. Em computadores, robótica, telecomunicações, automóveis, caminhões e navios, e possivelmente também em biotecnologia e mesmo na indústria aereoespacial, o Japão será o líder ou o segundo. Em finanças, ele poderá estar então numa classe especial. Já se noticia que o seu PNB *per capita* ultrapassou o dos Estados Unidos e Europa ocidental, o que lhe dá um padrão de vida que é quase o mais alto do mundo. Qual será a sua parcela da produção manufatureira mundial, ou do total do PNB mundial, é impossível dizer. Vale lembrar que em 1951 o PNB total do Japão foi de um terço o da Grã-Bretanha e um vigésimo (!) o dos Estados Unidos; não obstante, dentro de três décadas ele se tinha elevado para o dobro do britânico e quase metade do americano. Na verdade, sua taxa de crescimento naquelas décadas foi excepcionalmente rápida, devido a condições especiais. Não obstante, de acordo com muitas avaliações,[75] a economia japonesa ainda continuará, provavelmente, a crescer cerca de 1,5 a 2% ao ano mais depressa do que as outras grandes economias (exceto a China, naturalmente) nas

próximas décadas.* É por isso que estudiosos como Herman Kahn e Ezra Vogel argumentaram que o Japão será o "número um" economicamente em princípios do século XXI, não sendo de espantar que muitos japoneses se tenham entusiasmado com essa perspectiva. Para um país que tem apenas 3% da população mundial e apenas 0,3% de sua terra habitável, parece um feito quase inacreditável; e se não fossem as possibilidades inerentes à nova tecnologia, quase nos sentiríamos tentados a supor que o Japão já está perto de maximizar o potencial de seu povo e terra, e que, como outros estados relativamente pequenos, periféricos ou ilhéus (Portugal, Veneza, Holanda, até mesmo a Grã-Bretanha em seu tempo), ele será um dia eclipsado por nações que tenham recursos muito maiores e precisem apenas copiar seus hábitos bem-sucedidos. No futuro previsível, porém, a trajetória do Japão continuará a ser ascendente.

Qualquer que seja a forma de medir a força econômica presente ou futura do Japão, dois fatos se destacam. O primeiro é que ele é enormemente produtivo e próspero, e cada vez mais. O segundo é que sua força *militar* e os gastos com a defesa não têm relação com o seu lugar na ordem econômica internacional. O Japão tem uma marinha de razoáveis proporções (inclusive 31 destróiers e 18 fragatas), uma força aérea defensiva e um modesto exército, mas constitui claramente um poder militar muito menor, em relação aos outros, do que era na década de 1930, ou mesmo na de 1910. Mais pertinente ainda para o debate sobre a "divisão do ônus"[78] é o fato de que o Japão destina relativamente tão pouco para a defesa. De acordo com números em *The Military Balance*, em 1983 o Japão gastou 11,6 bilhões de dólares na defesa, em comparação com 21-24 bilhões gastos pela França, Alemanha Ocidental e Grã-Bretanha, e colossais 239 bilhões pelos Estados Unidos; *per capita*, portanto, o habitante médio do Japão teve de pagar apenas 98 dólares pela defesa naquele ano, em comparação com os 439 do inglês médio, e os 1.023 dólares do americano médio.[79] Dada a sua atual prosperidade, o Japão parece se estar livrando muito bem dos custos da defesa — e de duas maneiras correlatas: a primeira é que se coloca sob a proteção de outros, ou seja, dos Estados Unidos; a segunda é que suas baixas despesas defensivas ajudam a manter baixo o dispêndio público e com isso proporcionam mais recursos para os esforços industriais que tanto atingem os seus concorrentes americanos e europeus.[80]

Se o Japão cedesse às pressões do governo dos Estados Unidos, e de outros críticos ocidentais, e aumentasse seus gastos com a defesa ao nível dos

*Supondo-se que isso aconteça, ainda assim será difícil, por motivos técnicos, dizer o que representa em números exatos. Muitas das estatísticas comumente usadas (por exemplo, pela CIA) nas comparações internacionais baseiam-se nos dólares americanos e nas taxas de câmbio do mercado; assim, a queda do valor do dólar em relação ao iene em cerca de 40% em 1985-1986 poderia, por essa contagem, incrementar maciçamente o PNB total do Japão, em comparação com o dos Estados Unidos (e também da U.R.S.S., já que o seu PNB é freqüentemente calculado em "dólares médios geométricos").[76] Um simples aumento do iene, de seu presente valor de troca, para 120 ou mesmo 100 ienes o dólar — que alguns peritos econômicos consideram a sua "verdadeira" taxa[77] — faria ao Japão um PNB total próximo ao dos Estados Unidos e muito superior ao da Rússia. São os problemas das rápidas flutuações cambiais que levam certos economistas a preferir usar as "proporções na paridade aquisitiva", embora essa medida também tenha seus problemas.

países europeus da OTAN — em média cerca de 3-4% do PNB — a transformação seria dramática e o transformaria (junto com a China) na terceira potência militar do mundo, com gastos em defesa superiores a 50 bilhões de dólares por ano. Não há dúvida, dados os recursos tecnológicos e produtivos do Japão, que ele poderia fabricar, por exemplo, forças-tarefas de porta-aviões para a sua marinha, ou mísseis de longo alcance, como dissuasórios. Isso sem dúvida beneficiaria firmas internas como a Mitsubishi e contrabalançaria o poderio soviético no Extremo Oriente, ajudando com isso os Estados Unidos muito onerados.

O mais provável, porém, é que Tóquio procure fugir dessas pressões externas, ou pelo menos manter os gastos com a defesa no mínimo possível, sem provocar o rompimento com Washington. A principal razão disso não é a puramente simbólica de querer manter os gastos com a defesa dentro do teto de 1% do PNB. Pelas definições da OTAN (isto é, incluindo as pensões militares), ele já rompeu essa barreira, e de qualquer modo gastou uma porcentagem consideravelmente maior de seu PNB na defesa em princípios da década de 1950. Nem tem maior relação com as condições do tratado de segurança Estados Unidos-Japão de 1951, que constitui a base jurídica da presença militar americana no Japão, e que estimulou Tóquio a pensar mais no comércio do que no poder estratégico. Isso porque as circunstâncias da década de 1980 são totalmente distintas das que predominavam na época da Guerra da Coréia. As verdadeiras razões, na opinião do governo japonês, são as objeções internas e regionais a um aumento maciço em seus gastos com a defesa, e uma revisão da constituição, que proíbe o envio de tropas (ou mesmo a venda de armas) para o exterior. A lembrança dos excessos militaristas da década de 1930, das perdas de guerra e (especialmente) dos horrores das bombas atômicas, está arraigada na consciência japonesa como uma aversão e suspeita da guerra e dos instrumentos de guerra, que é pelo menos tão forte quanto o pacifismo ocidental depois da Primeira Guerra Mundial. E embora isso se possa modificar com o tempo, com o aparecimento de uma geração mais jovem, mais afirmativa, a opinião predominante no futuro próximo forçará o governo de Tóquio, muito mais provavelmente, a manter em níveis modestos os gastos com as chamadas (adequadamente) "forças defensivas."[81]

A essas razões morais e ideológicas podem ser acrescentadas as econômicas. Entre os homens de negócios e políticos japoneses há uma considerável oposição ao aumento do dispêndio público (que, como dissemos acima, é muito mais baixo no Japão do que em qualquer dos outros países da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento): para eles, a duplicação ou triplicação dos gastos com a defesa deve ser custeada acrescentando-se ao grande déficit do setor público ou aumentando os impostos — e ambas as soluções são vistas com profunda aversão. Além disso, argumenta-se que um grande exército e marinha não proporcionaram "segurança" ao Japão, seja do tipo econômio ou militar, na década de 1930; é difícil ver, no momento, como um aumento nos gastos defensivos impediria uma possível suspensão dos fornecimentos de petróleo árabe — de longe o maior perigo estratégico para o Japão, maior do que, digamos, um hipotético inverno nuclear, e explica os esforços desesperados de Tóquio para "ser discreto e não dizer nada", sempre que há uma crise no Oriente Médio. Não

será melhor, então, para o Japão abjurar o uso da força e resolver todas as disputas internacionais pacificamente, como deveria fazer um cosmopolita "estado comerciante"? Já que a guerra moderna é tão onerosa e em geral contraproducente, os japoneses acham que há muito mérito em sua *zenhoi heiwa gaiko* ("diplomacia pacífica unidirecional").

Esses sentimentos são, sem dúvida, fortalecidos pela consciência que tem Tóquio de que muitos de seus vizinhos reagiriam alarmados a uma intensificação em grande escala do poderio militar japonês. Essa seria, obviamente, a reação dos russos — contra os quais, afinal de contas, os Estados Unidos querem que o Japão partilhe dos custos de defesa, e que ainda discutem com Tóquio a ilha ao norte de Hokkaido, e que provavelmente acham que já têm muito com o que se ocupar no Extremo Oriente, com a expansão do poderio chinês. Mas também seria a reação dos países antes sujeitos à ocupação japonesa — Coréia, Taiwan, Filipinas, Malásia, Indonésia — bem como Austrália e Nova Zelândia, todos os quais reagiram nervosamente aos sinais de um ressurgimento do nacionalismo japonês e da mentalidade *bushido*, e que estimularam Tóquio a "focalizar nas maneiras produtivas, não-militares, de fortalecer a paz e a segurança do sudeste da Ásia".[82] Acima de tudo, talvez, paira sobre Tóquio a dificuldade de tranqüilizar as suspeitas de uma sensível Pequim, que ainda tem recordações das atrocidades japonesas de 1937-1945, e também advertiu ao Japão para que não se envolvesse demais no desenvolvimento da Sibéria (o que por sua vez complica as relações Tóquio-Moscou) ou no apoio a Taiwan.

Até mesmo a expansão econômica do Japão (embora proporcionando investimentos muito necessários, e ainda alguma ajuda para o desenvolvimento, e turismo) deixou desconfiados muitos de seus vizinhos, que se sentem arrastados a uma versão nova e mais sutil da "esfera da co-prosperidade do leste asiático maior", — mais especialmente porque o Japão não importa muito (exceto matérias-primas) desses países, mas vende-lhes um grande volume de seus manufaturados. Sob esse aspecto, a China tem sido a mais franca, primeiro recebendo bem o surto de comércio e investimentos japoneses de fins da década de 1970, para em seguida reduzi-los drasticamente, em parte devido ao seu déficit na balança de pagamentos, e em parte para evitar a dependência econômica de um único país estrangeiro, que poderia aproveitar-se indevidamente disso. O comércio da América com a China, disse Deng em 1979, "deve ser igual ao do Japão",[83] e com isso evitar qualquer possibilidade de uma variante japonesa do "imperialismo do livre comércio".

Tudo isso são, no momento, detalhes, mas fazem com que os políticos de Tóquio se preocupem sobre a melhor maneira de desenvolver uma estratégia externa coerente para o Japão, com a aproximação do século XXI. Não pode haver dúvidas de que, com a expansão de seu poder econômico, ele poderia transformar-se numa segunda Veneza — no sentido não apenas de extenso comércio, mas também de proteção de suas rotas marítimas e de criação de semidependências no exterior. Não obstante, as objeções internas e externas a um Japão forte são tais que não só ele evitará qualquer movimento de aquisições territoriais dentro das envelhecidas linhas imperialistas, como também é improvável que aumente muito suas forças defensivas. Esta última conclusão, porém, irritará cada vez mais os círculos americanos que pressio-

navam pela "divisão do ônus" no Pacífico ocidental. Ironicamente, portanto, o Japão será criticado se não aumentar substancialmente seus gastos com armas, e será denunciado se o fizer. Qualquer uma das duas hipóteses encerra problemas para o que foi bem denominado de "política externa do ganho máximo com mínimo de risco" do Japão.[84] Isso sugere, mais uma vez, uma preferência japonesa pelo mínimo de modificações possível nas questões militares e políticas do Leste da Ásia, mesmo que se intensifique o ritmo do crescimento econômico. Também isso agrava o dilema, pois mesmo um não-marxista teria dificuldades em imaginar como a profunda transformação econômica da Ásia poderia deixar de ser seguida de modificações de grande alcance em outras esferas também.

As preocupações mais profundas dos japoneses são provavelmente, portanto, aquelas que raramente se discutem em público — em parte por discrição diplomática, em parte para evitar que esses acontecimentos sejam precipitados — e o futuro equilíbrio de forças no Leste asiático. A "diplomacia pacífica unidirecional" está muito bem para o momento, mas que utilidade terá se os Estados Unidos abandonarem seus compromissos asiáticos, ou acharem impossível proteger o fluxo do petróleo da Arábia para Yokohama? Que utilidade terá na hipótese de uma nova Guerra da Coréia? Que utilidade, se a China começar a dominar a região? Se uma U.R.S.S. em declínio, e nervosa, empreender ações agressivas? Não há como responder a essas perguntas hipotéticas e alarmantes. Mas até mesmo um simples "estado comerciante" com pequenas "forças defensivas" pode vir, um dia, a ter de dar alguma resposta. Como outras nações descobriram no passado, habilidade comercial e riqueza financeira por vezes não bastam no mundo anárquico da política de poder internacional.

A CEE — potencial e problemas

Das cinco principais concentrações de poder econômico e militar no mundo de hoje, a única que não é um estado-nação soberano é a Europa — o que imediatamente define o principal problema enfrentado por essa região, à medida que ela se aproxima do nascente sistema de grandes potências de princípios do século XXI. Mesmo que nosso exame das perspectivas futuras daquele continente exclua os regimes controlados pelos comunistas do Leste (como temos de fazer, por motivos práticos), ainda nos restam alguns estados que são membros de uma organização político-econômica (a Comunidade Econômica Européia), mas não da principal aliança militar (OTAN), outros que são membros desta última mas não da primeira, e neutros importantes, que não pertencem a nenhuma das duas. Devido a essas anomalias, esta seção focalizará antes a CEE (e as políticas de alguns de seus principais membros) e não a Europa não-comunista como um todo — pois só na CEE é que existe organização e estrutura, pelo menos *potencialmente*, de uma quinta potência mundial.

Mas é precisamente porque examinamos a realidade *potencial* da CEE, e não sua realidade presente, que se agrava o problema de deduzir como poderá ser ela no ano 2000, ou 2020. Sob certos aspectos, a situação é parecida

com a que enfrentaram, em menor escala, os membros da Federação Germânica em meados do século XIX.[85] Havia uma união alfandegária tão bem-sucedida no estímulo do comércio e indústria que atraiu rapidamente novos membros, e era claro que se essa comunidade econômica ampliada pudesse transformar-se em um estado, uma potência, seria um grande agente novo no sistema internacional — ao qual as grandes potências existentes teriam de ajustar-se devidamente. Mas enquanto essa transformação não ocorreu; enquanto houve divisões entre os membros da união aduaneira sobre maior integração econômica e, ainda mais, sobre integração política e militar; enquanto houve disputas sobre qual estado deveria assumir a liderança, e entre as várias partes e grupos de pressão sobre as vantagens (ou perdas) de cada um deles, ela continuou dividida, incapaz de realizar o seu potencial e incapaz de tratar em condições de igualdade com outras grandes potências. Apesar de todas as diferenças de tempo e circunstâncias, a "questão alemã" do século passado era um microcosmo do "problema europeu" de hoje.

Em seu *potencial,* a CEE tem claramente o tamanho, a riqueza e a capacidade produtiva de uma grande potência. Com a adesão da Espanha e Portugal, a população de seus 12 membros totaliza hoje cerca de 320 milhões de pessoas — ou 50 milhões mais do que a U.R.S.S. e quase a metade da população dos Estados Unidos. Além disso, é uma população altamente capacitada, com centenas de universidades e colégios por toda a Europa e milhões de cientistas e engenheiros. Embora a sua renda média *per capita* oculte grandes disparidades — entre, digamos, a Alemanha Ocidental e Portugal — ela é muito mais rica, em conjunto, do que a Rússia, e alguns de seus estados-membros são mais ricos, *per capita,* do que os Estados Unidos. Como dissemos antes, é, de longe, o maior bloco comercial do mundo, embora grande parte desse comércio se faça entre os próprios países europeus. Talvez uma melhor medida de sua força econômica esteja em sua capacidade produtiva, em automóveis, aço, cimento etc., que a coloca à frente dos Estados Unidos, Japão e (exceto em aço) U.R.S.S. Dependendo das estatísticas anuais, e das grandes variações no valor do dólar em relação às moedas européias nos últimos seis anos, o PNB total da CEE é mais ou menos igual (1980, 1986) ao dos Estados Unidos, ou cerca de dois terços (números de 1983-1984). É certamente muito maior que o da Rússia, Japão ou China, em sua parcela do PNB mundial, ou produção manufatureira.

Também em termos militares, os estados-membros europeus estão longe de ser desprezíveis. Tomando apenas os quatro maiores países (Alemanha Ocidental, França, Grã-Bretanha, Itália), vemos que seus exércitos regulares, combinados, são superiores a um milhão de homens, com mais 1,7 milhão de reservistas[86] — total certamente menor que os exércitos russo e chinês, mas consideravelmente maior do que o americano. Além disso, esses quatro estados têm centenas de grandes navios de guerra de superfície e submarinos, e milhares de tanques, artilharia e aviões. Finalmente, tanto a França como a Grã-Bretanha têm armas nucleares e sistemas para transportá-las — tanto baseados no mar como em terra. As implicações e eficiência dessas forças militares serão examinadas adiante; o que queremos dizer agora é simplesmente que, *uma vez combinados,* os totais são muito substanciais. E o que é mais, os gastos com essas forças representam cerca de 4% do PNB, numa

estimativa imperfeita. Se esses países, ou o que é ainda mais significativo, toda a CEE, estivessem gastando cerca de 7% do PNB total com a defesa, como fazem hoje os Estados Unidos, as somas destinadas a isso seriam iguais a centenas de bilhões de dólares — isto é, aproximadamente o mesmo volume gasto pelas duas superpotências militares.

Não obstante, o poderio real e a eficiência da Europa no mundo é muito menor do que o total bruto de sua força econômica e militar sugeriria — simplesmente devido à desunião. As forças armadas, por exemplo, não só sofrem de uma variedade de línguas (problema que os membros da Federação Germânica jamais tiveram de enfrentar), são equipadas com muitas armas diferentes e têm acentuadas diferenças de qualidade e treinamento — como por exemplo entre os exércitos da Alemanha Ocidental e o da Grécia, ou entre a Marinha Real inglesa e a armada espanhola. Apesar das muitas tentativas de padronização da OTAN, ainda se fala de cerca de uma dúzia de exércitos, marinhas e forças aéreas, de importâncias diferentes. Mas até mesmo esses problemas são obscurecidos pelos obstáculos a nível *político,* relacionados com as prioridades na política externa e defensiva da Europa. A posição tradicional (e anacrônica) da Irlanda na neutralidade impede que a CEE discuta questões de defesa — embora mesmo que tais discussões ocorressem, provavelmente naufragariam logo nas objeções gregas. A Turquia, com seu exército substancial, não é membro da CEE, e as forças armadas turca e grega parecem muitas vezes mais preocupadas uma com a outra do que com o Pacto de Varsóvia. A posição independente da França tem (como iremos ver) vantagens e desvantagens militares, mas aumenta as complicações das consultas sobre a defesa e questões de política externa. Tanto a Grã-Bretanha como a França participam de operações "fora da área" e, na verdade, ainda mantêm uma série de bases e tropas no além-mar. Para a Alemanha Ocidental, a questão defensiva predominante — para a qual estão voltadas *todas* as suas forças — é a segurança da sua fronteira oriental. Estabelecer uma política européia unificada sobre, digamos, a questão da Palestina, ou mesmo sobre os próprios Estados Unidos, é tarefa excepcionalmente complexa (que fracassa, com freqüência) devido aos diferentes interesses e tradições de cada um dos estados-membros.

Em termos de integração econômica, e das disposição constitucionais e institucionais que existem para a implementação das decisões no campo econômico, a CEE está evidentemente muito mais adiantada. Mesmo assim, como uma "comunidade econômica", é muito mais dividida do que um estado soberano jamais poderia ser. A coordenação é difícil, se não impossível, quando estão no poder, em alguns de seus estados, regimes socialistas, ao passo que em outros dominam partidos conservadores. Embora a coordenação das moedas seja hoje mais bem-sucedida do que no passado, os realinhamentos ocasionais que ocorrem (em geral relacionados com uma reavaliação do marco alemão) são um lembrete da existência de sistemas fiscais separados — e de diferentes créditos — entre seus membros. Apesar das propostas da Comissão Européia, foi reduzido o progresso realizado no sentido de uma política européia comum quanto a várias questões, desde a suspensão dos regulamentos das linhas aéreas até serviços financeiros. Num número já excessivo de fronteiras ainda há postos aduaneiros, conferências demoradas,

para a fúria dos motoristas de caminhão. Até mesmo a agricultura, o sustentáculo dos gastos da CEE e um dos poucos setores econômicos em que existe um "mercado comum", tem sido um pomo de discórdia. E se é realmente provável que a produção mundial de alimentos continuará a crescer, com a Índia e outros países asiáticos entrando cada vez mais nos mercados de exportação, a pressão para a reforma do sistema de manutenção de preços da CEE se intensificará, até que a questão volte a tornar-se uma acalorada e explosiva controvérsia.

Há, finalmente, uma preocupação constante de que depois de suas décadas de pós-guerra, de crescimento e sucesso econômicos, a Europa comece a estagnar e talvez até mesmo a declinar. Os problemas causados pela crise do petróleo de 1979 — a acentuada elevação nos preços do combustível, as pressões sobre o balanço de pagamentos, a depressão mundial geral da demanda, produção e troca — pareciam ter atingindo a Europa com mais força do que muitas das outras grandes economias do mundo, como se vê pelo Quadro 45.

Quadro 45. Crescimento do PNB real, 1979-1983[87]
(porcentual)

	1979	*1980*	*1981*	*1982*	*1983*
Estados Unidos	2,8	-0,3	2,6	-0,5	2,4
Canadá	3,4	1,0	4,0	-4,2	3,0
Japão	5,1	4,9	4,0	3,2	3,0
China	7,0	5,2	3,0	7,4	9,0
CEE (dez)	3,5	1,1	-0,3	0,5	0,8

Uma das principais preocupações dos Estados europeus tem sido o efeito dessa recessão sobre os níveis de emprego — o número de pessoas que perderam o emprego na Europa ocidental nos últimos anos foi muito maior do que em qualquer outro momento depois de 1945 (por exemplo, saltou de 5,9 milhões para 10,2 milhões dentro da CEE entre 1978 e 1982) e vem mostrando poucos indícios de diminuir — o que, por sua vez, engorda o nível já extremamente alto de dispêndios, deixando menos para o investimento.[88] Nem houve criação de empregos na escala ocorrida nos Estados Unidos (principalmente na indústria de serviços, de salários baixos) e Japão (em alta tecnologia e serviços) no desenrolar da década de 1980. Quer se atribua isso à falta de incentivos comerciais, altos custos e imobilidade do mercado do trabalho, excesso de regulamentos burocráticos (tendência da direita), ou à incapacidade do estado de planejar e investir com eficiência (como a esquerda usualmente vê a questão), ou a uma combinação fatal de ambas, o resultado é o mesmo. Mais alarmante ainda, para muitos comentaristas, têm sido os indícios de que a Europa está ficando atrás de seus competidores americanos e (especialmente) japoneses, no que se relaciona com a alta tecnologia do futuro. Assim, o *Annual Economic Report* da Comissão Européia para 1984-1985 adverte:

A Comunidade tem agora de responder ao desafio de uma nascente inferioridade, em comparação com os Estados Unidos e Japão, na capacidade industrial e em tecnologias novas e de rápido crescimento. [...] O decadente desempenho da Comunidade no comércio mundial, em campos como computadores, micro-eletrônica e equipamento, é hoje reconhecido por todos.[89]

É bem possível que esse quadro de "eurosclerose" e "europessimismo" tenha sido pintado com tintas demasiado sombrias, pois há muitos outros indícios da competitividade européia — em automóveis de qualidade, aviões comerciais e de caça, satélites, produtos químicos, sistemas de telecomunicações, serviços financeiros etc. Não obstante, as duas questões mais prementes continuam em dúvida. É a CEE, devido à diversidade sociopolítica de seus membros, tão capaz quanto seus competidores de além-mar de reagir a oscilações rápidas e grandes nos padrões de emprego? Ou está projetada mais para atenuar o impacto das transformações econômicas sobre setores não-competitivos (agricultura, têxteis, construção naval, carvão e aço), e, sendo assim tão humana a curto prazo, coloca-se em desvantagem no prazo mais longo? E será a CEE capaz de mobilizar os recursos científicos e de investimento para continuar sendo um contendor importante na luta da alta tecnologia, quando suas companhias estão longe do tamanho dos gigantes americanos e japoneses, e quando qualquer "estratégia industrial" tem de ser desenvolvida não por órgãos como o Ministério do Comércio Internacional e Indústria, mas por *doze* governos (mais a Comissão da CEE), cada qual com preocupações diferentes?

Se desviássemos nossa atenção da CEE, como um todo, para fazermos um breve exame da situação na qual se encontram os três países da Europa militar e politicamente mais importantes, veremos que apenas se reforça a ameaça dos "problemas" ao "potencial". Nenhum Estado manifesta essa ambivalência sobre o futuro melhor do que a República Federal da Alemanha, em grande parte devido ao legado que recebeu do passado e à natureza ainda "provisória" da atual estrutura da Europa.

Embora muitos alemães se aflijam com as perspectivas econômicas de seu país em princípios do século XXI, isso dificilmente pode ser considerado como a principal preocupação (em especial se comparado às dificuldades econômicas enfrentadas por outra sociedades). Enquanto sua força de trabalho total é apenas um pouco maior que a da Grã-Bretanha ou da França, seu PNB é significativamente maior, refletindo uma economia cujo crescimento da produtividade a longo prazo foi muito marcante. Ela é o maior produtor da CEE em aço, produtos químicos e elétricos, automóveis, tratores e (devido ao declínio britânico) até mesmo de navios mercantes e carvão. Devido a um nível notavelmente baixo de inflação e de disputas trabalhistas, manteve seus preços de exportação competitivos, apesar das freqüentes valorizações do *deutsche Mark* — que são, afinal de contas, apenas um reconhecimento tardio, pelas outras nações, do melhor desempenho econômico da Alemanha Ocidental. Uma grande ênfase na engenharia e nos projetos, dentro da tradição administrativa alemã (em oposição à ênfase americana nas finanças) deu-lhe uma reputação internacional de produtora de boa qualidade. Ano após ano, a economia alemã vem registrando em seus saldos comerciais um

excedente só inferior ao do Japão. Suas reservas internacionais são maiores do que as de qualquer outro país no mundo (exceto, presumivelmente, as do Japão, depois do recente surto), sendo a sua moeda usada com freqüência pelas outras nações como reserva.

Em contraposição podemos indicar os fatores que dão aos alemães causa de *Angst*.[90] O sistema de manutenção dos preços agrícolas da CEE, há muito um ônus para o contribuinte alemão, redistribui recursos dos setores mais competitivos para os menos competitivos da economia — e não apenas na própria República Federal (onde há um número surpreendentemente grande de pequenas fazendas) mas para o campesinato do sul da Europa. Isso tem um evidente valor social, mas é um peso proporcionalmente muito maior do que a proteção concedida à agricultura americana e talvez mesmo à japonesa. O nível de desemprego persistentemente alto, indício de que a República Federal ainda tem uma proporção demasiado grande de sua força de trabalho em indústrias mais antigas, também é um peso sério para a economia, mantendo as pensões da previdência social como uma proporção muito alta do PNB; e embora o desemprego entre os jovens possa ser minorado pelo nível muito alto de treinamento e aprendizado, e venha a ser também minorado com o envelhecimento rápido da população alemã, essa última tendência talvez seja vista como a maior preocupação de todas. Se é claramente um exagero pensar que a raça alemã "desaparecerá", o acentuado declínio na taxa de natalidade terá repercussões óbvias sobre a economia alemã, quando uma parcela ainda maior da população for de velhos aposentados. Ao lado desse receio demográfico existe a preocupação muito menos concreta de que a "geração sucessora" não queira trabalhar tão arduamente quanto a que reconstruiu a Alemanha a partir das cinzas da guerra, e que, com maiores custos salariais e semanas de trabalho muito menores do que a japonesa, até mesmo a produtividade alemã deixe de crescer no ritmo necessário para enfrentar o desafio da bacia do Pacífico.

Mesmo assim, nenhum desses problemas é insuperável, desde que os alemães possam manter seu "pacote" de baixa inflação, produtos de qualidade, alto investimento em tecnologia nova, superior capacidade de criação e venda de produtos, e tranqüilidade trabalhista. (Podemos dizer, pelo menos, que se os problemas mencionados acima afetam a economia alemã, atingirão muito mais as economias da maior parte de seus vizinhos menos competitivos!) Mais difícil de prever é se os contornos extraordinariamente complexos e excepcionais da "questão alemã", que existem desde fins da década de 1940, continuarão inalteradas até o século XXI; isto é, se continuará havendo duas "Alemanhas", separadas por alianças hostis, apesar da crescente aproximação entre si; se a aliança da OTAN (da qual a República Federal é parte tão importante) pode defender as terras alemãs sem destruí-las, se as relações Leste-Oeste se agravarem ao ponto de haver hostilidades; e se, no caso de uma diminuição do poderio americano e uma redução de suas forças na Europa, a Alemanha e seus principais aliados da CEE/OTAN podem constituir um substituto adequado para a proteção estratégica proporcionada pelos Estados Unidos, e que serviu tão bem nos últimos 40 anos. Nenhuma dessas questões correlatas clama por solução imediata, mas todas elas constituem motivo de preocupação para os observadores ponderados.

A relação "alemão-alemão" parecerá, a esta altura, a mais hipotética de todas. Como os capítulos anteriores deixaram claro, o lugar adequado do povo alemão dentro do sistema europeu de estados vem perturbando os estadistas há pelo menos um século e meio.[91] Se todos os que falam o alemão forem reunidos num estado-nação — como foi a norma européia durante quase dois séculos — a concentração populacional e de poderio industrial disso resultante faria sempre da Alemanha o centro de poder econômico da Europa centro-oriental. Isso não precisa necessariamente de transformá-la na força militar-territorial dominante na Europa, ao estilo do imperialismo das eras guilhermina e (ainda mais) nazista, em suas tentativas de conquistar a hegemonia. Num mundo bipolar, militarmente ainda dominado por Washington e Moscou, numa era em que a agressão de uma grande potência corre o risco de provocar uma guerra nuclear, e com uma geração pós-1945 de políticos alemães "desnazificados" à frente dos governos em Bonn e Berlim Oriental, a idéia de qualquer futura tentativa alemã de "dominar a Europa" parece anacrônica. Mesmo se isso fosse tentado, o equilíbrio de poder europeu (para não falarmos no mundial) o impediria. Em termos abstratos, portanto, não há certamente nada de errado, e há muito de acertado, em permitir que os 62 milhões de alemães "ocidentais" e os 17 milhões de alemães "orientais" se unifiquem, particularmente quando cada uma dessas populações compreende cada vez mais que tem mais em comum entre si do que com a superpotência que lhe serve de guardiã.

Mas o trágico fato é que por mais lógica que seja essa solução, num sentido — e por mais que os dois povos alemães revelem (apesar da distância ideológica) o seu legado e a sua cultura comuns — as atuais realidades políticas falam contra ela, mesmo que tomasse a forma de uma frouxa federação germânica aos moldes do século XIX, como se sugeriu engenhosamente.[92] Pois a dura realidade é que a Alemanha Oriental serve de barreira estratégica para o controle soviético dos estados tampões da Europa oriental (para não dizermos de trampolim para o oeste); e como os homens no Kremlin ainda pensam em termos de *Realpolitik* imperialista, deixar a República Democrática da Alemanha gravitar para (e integrar-se na) República Federal seria considerado como um golpe sério. Como observou recentemente uma autoridade, tomando por base apenas as forças atuais, uma Alemanha unificada poderia colocar em campo mais de 660 mil soldados regulares, além de 1,5 milhão de para-militares e reservistas. A U.R.S.S. não poderia ver com tranqüilidade uma nação alemã unificada com um exército de 2 milhões em seu flanco ocidental.[93] Por outro lado, parece difícil ver por que uma Alemanha unificada e pacífica desejaria manter uma força armada dessas proporções, e que refletem as atuais tensões da Guerra Fria. Também é difícil acreditar que apesar de sua pesada ênfase sobre as lições da Segunda Guerra Mundial, até mesmo a liderança soviética aceita sua própria propaganda sobre o revanchismo alemão e o neonazismo (posição que vem sendo cada vez mais difícil de manter desde o governo de Willy Brandt). Mas é também claro que Moscou tem uma aversão inata a retirar-se *de qualquer lugar,* e também se preocupa profundamente com as conseqüências políticas de uma Alemanha reunificada. Não só ela seria uma formidável potência econômica em si mesma — com um PNB total perigosamente próximo da U.R.S.S., pelo menos

em termos formais em equivalentes do dólar — mas também agiria como um ímã comercial para todos os seus vizinhos do leste europeu. Um ponto ainda mais fundamental: como poderia a Rússia retirar-se da Alemanha Oriental sem provocar a questão de uma retirada semelhante da Tchecoslováquia, Hungria e Polônia — deixando como fronteira ocidental da U.R.S.S. a dúbia linha fronteiriça polonesa-ucraniana, que está tentadoramente próxima dos 50 milhões de ucranianos?

O que resta, portanto, é um estado de vida latente. As relações comerciais entre as duas Alemanhas provavelmente crescerão (obscurecidas apenas pela tensão ocasional entre as superpotências); cada um dos Estados alemães tem probabilidades de tornar-se relativamente mais produtivo e mais rico do que seus vizinhos; cada um deles jurará fidelidade às suas respectivas organizações supranacionais militares (OTAN/Pacto de Varsóvia) e econômicas (CEE/Comecon) ao mesmo tempo em que estabelece disposições especiais com seu Estado alemão irmão. É impossível prever como Bonn reagiria se a própria União Soviética fosse abalada e perturbada internamente — e isso coincidisse com séria inquietação na República Democrática da Alemanha. Também é impossível prever como os alemães "orientais" reagiriam se houvesse uma ofensiva do Pacto de Varsóvia sobre o oeste. Certamente, as disposições especiais de "controle" soviético sobre o exército da República Democrática, segundo as quais cada uma de suas divisões por uma divisão motorizada russa sugere que mesmo os homens sombrios do Kremlin preocupam-se com a hipótese de colocar alemão contra alemão — como realmente deveriam preocupar-se.

Mas o problema concreto e imediato enfrentado pela República Federal — e o enfrentou desde a sua existência — tem sido o de descobrir uma política de defesa viável no caso de uma guerra na Europa. Desde o início, a compreensão de que um Exército Vermelho imensamente superior poderia atacar a oeste sem encontrar grandes obstáculos levou tanto os alemães como outros europeus a recorrer ao dissuasório nuclear americano como sua principal segurança. Desde que a U.R.S.S. passou a ter a capacidade de atingir o território americano com seus foguetes balísticos intercontinentais, porém, essa estratégia foi posta em dúvida — daria Washington realmente início a uma guerra nuclear como reação a um ataque convencional russo contra a planície do norte alemão? — mesmo a que não tenha sido oficialmente abandonada. Isso também se aplica à questão correlata de saber se os Estados Unidos desencadeariam ataques nucleares estratégicos contra a União Soviética (convidando também com isso a represálias sobre suas próprias cidades) se os russos se contentassem em disparar mísseis de baixo ou médio alcance (SS-20) apenas contra alvos europeus. Não faltaram, na verdade, propostas para a criação de um "dissuasório confiável" para enfrentar tais contingências: a instalação dos Pershing II e várias formas de sistemas de mísseis intermediários de baixas altura e velocidade para neutralizar os SS-20 russos; a produção de uma bomba de nêutron, ou de radiação intensificada, para matar as tropas do Pacto de Varsóvia invasoras, sem danificar edifícios e instalações; e — no caso francês — uma força dissuasória controlada por Paris como alternativa para um incerto sistema americano de defesa. Tudo isso, porém, tem seus problemas,[94] e além das reações políticas que provocam, cada uma dessas soluções mostra a

natureza excepcionalmente contraditória do sistema de armas nucleares — ou seja, o recurso a ele provavelmente levará à destruição daquilo que se deseja defender.

Não é de surpreender, portanto, que enquanto sucessivos governos da Alemanha Ocidental louvavam publicamente o valor da estratégia de dissuasão nuclear da OTAN, e rejeitavam assim a aquisição de armas nucleares para uso próprio, empenhavam-se na criação de um forte sistema de defesa convencional. O Bundeswehr tem não apenas um dos maiores exércitos da OTAN na Europa (335 mil soldados com 645 mil reservistas treinados),[95] mas também de qualidade extremamente elevada e dotado de bom equipamento; se não perder o controle do ar, ele poderá sair-se muito bem. Por outro lado, o acentuado declínio da taxa de natalidade torna cada vez mais difícil manter o Bundeswehr com toda a sua força, enquanto o desejo governamental de manter os gastos com a defesa em 3,5 a 4% do PNB significa que será difícil às forças armadas obter todo o equipamento novo de que necessita.[96] Em suma, essas debilidades podem ser superadas — tal como as deficiências nos exércitos aliados menos bem equipados, estacionados na Alemanha Ocidental, poderiam ser superados, havendo vontade política para isso. Mas ainda assim, a Alemanha terá de enfrentar o incômodo (para alguns intolerável) dilema de que qualquer deflagração de hostilidades em grande escala na Europa central levaria a um incalculável derramamento de sangue e a perdas materiais em seu território.

Não é de surpreender, portanto, que pelo menos desde o tempo de Willy Brandt o governo de Bonn se tenha destacado na busca da *détente* na Europa — e não apenas com o outro Estado alemão irmão, mas também com as nações da Europa oriental e com a U.R.S.S., numa tentativa de acalmar seus receios tradicionais de uma Alemanha demasiado forte; e que ela, mais do que todos os seus aliados da OTAN, tenha participado e financiado o comércio Leste-Oeste na convicção cobdenita de que a interdependência econômica torna a guerra mais difícil (e também sem dúvida porque os bancos e indústrias da Alemanha Ocidental estão muito bem situados para aproveitar-se desse comércio). Isso não significa a adoção de um "neutralismo" pelas duas Alemanhas — como por vezes foi proposto por social-democratas esquerdistas e pelo Partido Verde — pois dependeria também do consentimento de Moscou ao neutralismo da Alemanha Oriental, o que é muito improvável. O que isso significa é que a Alemanha Ocidental vê seus problemas de segurança concentrados quase que exclusivamente na Europa e rejeita qualquer capacidade defensiva "fora da área" — e mais ainda as ocasionais ações extra-européias empreendidas ainda pelos franceses e ingleses. Por extensão, portanto, ela não quer ser forçada a tomar uma posição sobre as questões do Oriente Próximo e áreas ainda mais distantes que (na sua opinião) desviam a atenção de problemas mais sérios. Isso, por sua vez, leva a discordâncias com o governo dos Estados Unidos, para o qual a segurança do Ocidente não pode limitar-se tão claramente à Europa central. Em sua relação com Moscou e Berlim Oriental, de um lado, e as questões não-européias, do outro, a Alemanha Ocidental tem dificuldades, ou enfrenta mesmo a impossibilidade, de praticar uma diplomacia meramente bilateral; em lugar disso, ela deve preocupar-se com as reações de Washington (e, freqüentemente, de Paris).

Também este é um preço que tem de ser pago pela sua posição estranha e singular no sistema internacional de poder.[97]

Se para a República Federal os desafios econômicos são menos difíceis do que os problemas de política externa e de defesa, o mesmo não se pode dizer do Reino Unido. Também ele é o legado de um passado histórico — e, naturalmente, de uma posição geográfica — que influencia fortemente sua política para com o mundo exterior. Mas, como já vimos em capítulos anteriores, é também o país entre as antigas grandes potências cujas economia e sociedade tiveram maior dificuldade em ajustar-se aos mutáveis padrões de tecnologia e manufatura nas décadas posteriores a 1945 (e sob muitos aspectos, nas décadas anteriores). O impacto mais devastador das mudanças globais recaiu sobre a manufatura, setor que outrora deu à Inglaterra o título de "oficina do mundo". É certo que entre muitas das economias adiantadas do mundo, a parcela que a manufatura tem na produção e emprego vem diminuindo constantemente, ao passo que outros setores (o de serviços, por exemplo) cresceram. No caso da Grã-Bretanha, porém, a queda foi mais acentuada. Não só a sua proporção na produção manufatureira mundial continuou seu implacável declínio *relativo*, como também diminuiu em termos *absolutos*. Mais chocante ainda foi o deslocamento abrupto que as manufaturas sofreram no comércio exterior britânico. Embora seja difícil provar a cáustica afirmação de *The Economist*, de que "desde 1983 o saldo comercial do setor de manufatura vem sendo deficitário, o que ocorre pela primeira vez desde a invasão romana da Bretanha", a verdade é que mesmo ainda em fins da década de 1950 as exportações de manufaturados eram três vezes maiores do que o volume das importações.[98] Esse excedente desapareceu. E o que é mais, o declínio do emprego ocorre não só nas indústrias mais velhas, mas também nas novas firmas de alta tecnologia.[99]

A queda da competitividade manufatureira britânica é uma velha história de um século,[100] mas foi evidentemente acelerada pela descoberta do petróleo do mar do Norte, que embora proporcionando receitas para cobrir a visível lacuna do comércio exterior teve o efeito de transformar a libra esterlina numa "petromoeda", elevando seu valor a níveis altos e pouco realistas durante algum tempo e tornando muitas de suas exportações não-competitivas. Mesmo quando o petróleo acabar, provocando novas quedas da libra esterlina, não é evidente que isso provocaria *ipso facto* um ressurgimento no setor de manufaturas: fábricas foram desmontadas, mercados externos foram perdidos (talvez para sempre) e a competitividade internacional corroída por aumentos dos custos trabalhistas superiores à média. A transferência da Grã-Bretanha para o setor de serviços é um pouco mais promissora, mas ainda assim continua ocorrendo, tanto ali como nos Estados Unidos, o fato de que muitos serviços (desde a limpeza das janelas até as refeições rápidas) não proporcionam divisas estrangeiras nem são particularmente produtivos. Mesmo nos setores em expansão de alta rentabilidade dos serviços bancários internacionais, investimento, operações mercantis e assim por diante, parece claro que a concorrência é pelo menos mais intensa — e nos últimos 30 anos "a parcela britânica do comércio mundial em serviços caiu de 18% para 7%".[101] À medida que os bancos e financeiras se tornam um negócio global, dominado cada vez mais por firmas (sobretudo americanas e japonesas) com maciços

recursos de capital em Nova York, Londres e Tóquio, a parcela inglesa pode diminuir ainda mais. Finalmente, a evolução nas telecomunicações e equipamentos de escritório já sugerem que as tarefas burocráticas podem, no futuro próximo, seguir o mesmo caminho trilhado hoje pelas funções dos trabalhadores industriais no Ocidente.

Nada disso, espera-se, representa um cataclisma. Um crescimento geral na produção e comércio mundiais ajudaria a manter de pé a economia britânica, mesmo que sua parcela do todo diminuísse um pouco e seu PNB *per capita* fosse constantemente alcançado por outras nações, desde a Itália até Cingapura. O declínio poderia intensificar-se se uma mudança de governo levasse a grandes aumentos no dispêndio social (e não no investimento produtivo), a mais altos níveis de tributação, a uma queda da confiança dos empresários, e a uma rejeição da libra esterlina; poderia ser menor, com um governo que adotasse uma política monetária menos rigorosa, desenvolvesse uma "estratégia industrial" e cooperasse com seus colegas europeus em empreendimentos vendáveis (e não-prestigiosos). Também pode acontecer, como sustenta um economista,[102] que a manufatura britânica esteja agora totalmente depurada, mais adequada e mais competitiva, tendo sofrido um "renascimento industrial". Ma os augúrios para uma virada espetacular não são bons; a imobilidade relativa e a falta de treinamento do mercado de trabalho, os elevados custos unitários e o tamanho relativamente pequeno até mesmo das maiores empresas industriais britânicas são desvantagens muito sérias. A produção de engenheiros e cientistas é ainda espantosamente baixa. Acima de tudo, há o nível reduzido de investimento em P&D: para cada dólar gasto na Grã-Bretanha nesse setor, em princípios da década de 1980, a Alemanha gastava 1,50, o Japão 3 e os Estados Unidos 8 — e não obstante, 50% dessa P&D britânica eram dedicados a atividades de defesa não-produtivas, em comparação com 9% na Alemanha, e uma proporção minúscula no Japão.[103] Em contraste com seus principais rivais (exceto os Estados Unidos), a P&D britânica está muito menos relacionada com as necessidades da indústria, sendo também a menos custeada por ela.

A grande proporção de P&D relativa à defesa nos leva ao outro aspecto do dilema britânico. Se a Grã-Bretanha fosse um estado sem ambições, isolado, pacífico, sua lenta anemia industrial seria uma pena — mas irrelevante no sistema internacional de poder. Mas o fato é que embora muito reduzida desde o auge da época vitoriana, a Grã-Bretanha ainda continua sendo — ou pretende continuar — uma das principais potências de "tamanho médio" no mundo. Seu orçamento da defesa é o terceiro ou quarto maior (dependendo da forma pela qual são calculados os totais da China), sua marinha é a quarta maior, sua força aérea é a quarta maior[104] — e tudo isso, como se poderia pensar, está significativamente fora de proporção com o seu tamanho geográfico (apenas 245 mil quilômetros quadrados), sua população (56 milhões) e sua modesta e decrescente parcela do PNB mundial (3,38% em 1983). Além disso, apesar de seu poente imperial, ainda tem extensos compromissos estratégicos no exterior: não só com os 65 mil soldados e aviadores na Alemanha, sua contribuição à Frente Central da OTAN, como também em guarnições e bases navais em todo o mundo — Belize, Chipre, Gibraltar, Hong Kong, ilhas Falkland, Brunei, o oceano Pacífico. Apesar de todos os anúncios prematuros, ela ainda não se compara a Nínive e Tiro.[105]

Essa divergência entre o estado econômico diminuído da Grã-Bretanha e a extensão geográfica de seus compromissos estratégicos é, provavelmente, mais extrema do que para qualquer outra das potências maiores, exceto a própria Rússia. A Grã-Bretanha é, portanto, particularmente vulnerável ao fato de estarem os preços dos armamentos subindo de 6 a 10% mais depressa do que a inflação, e de que cada novo sistema de armas é três a cinco vezes mais caro do que o sistema que se pretende substituir. E torna-se ainda mais vulnerável em conseqüência das limitações políticas internas aos gastos com a defesa: enquanto os governos conservadores julgam necessário conter os gastos com armas para reduzir o déficit, qualquer regime alternativo se inclinaria a cortar as despesas com a defesa em termos absolutos. Além desse dilema político, porém, existe para a Grã-Bretanha uma escolha fundamental e (dentro em breve) inevitável: cortar as verbas para todas as forças armadas, colocando todas elas em condições que não são de plena eficiência; *ou* cortar alguns dos compromissos de defesa do país.

Mas tão logo essa proposição é formulada, surgem os obstáculos. O controle do ar parece ser axiomático (daí o maior orçamento da RAF), mesmo quando o custo dos novos Eurocaças está subindo a perder de vista. O maior compromisso no exterior é, de longe, com a Alemanha e Berlim (quase 4 bilhões de dólares), e mesmo assim esses 55 mil soldados, 600 tanques e 3 mil outros veículos blindados estão, apesar do elevado moral, abaixo do efetivo previsto. Qualquer redução, porém, nas proporções do BAOR (British Army on the Rhine, Exército Britânico no Reno), ou qualquer esquema imaginoso de manter metade desses soldados em guarnições britânicas, e não alemãs, provavelmente provocará tais repercussões políticas — como pesar alemão, emulação belga e aborrecimento americano — que poderia ser totalmente contraproducente. Uma segunda alternativa é reduzir o tamanho da esquadra de superfície — a solução do Ministério da Defesa em 1981, até que a crise das ilhas Falkland perturbou esse esquema.[106] Embora essa alternativa tenha provavelmente maior número de defensores nos corredores de Whitehall, parece inoportuna, ante o crescente desafio naval da Rússia e a crescente ênfase americana num alcance "além da área" para a OTAN. (E é certamente uma contradição para os defensores do fortalecimento das forças convencionais da OTAN na Europa concordar em reduções na segunda maior esquadra de navios-escolta para o Atlântico). Um candidato mais possível para os "cortes" seriam os onerosos e (embora emocionalmente compreensíveis) longínquos compromissos nas ilhas Falkland: mas até mesmo esse corte provavelmente apenas adiaria uma decisão mais drástica por vários anos. Finalmente, há o investimento no sistema de mísseis balísticos baseados no submarino Trident, que é extremamente oneroso, e cujos custos parecem subir mês a mês.[107] Dado o entusiasmo do governo conservador por um sistema dissuasório "independente" e avançado — para não falarmos da maneira pela qual os barcos Trident podem, na verdade, estar alterando o equilíbrio geral de forças nucleares (ver adiante, p. 480) — essa decisão só parece possível com uma mudança radical de governo na Grã-Bretanha, o que por sua vez poderia colocar em questão muito mais do que a política defensiva futura.

Mas no final das contas, porém, a difícil escolha terá de ser feita. Como disse o *Sunday Times,* "A menos que alguma coisa se faça rapidamente, a

política de defesa deste país consistirá, cada vez mais, em tentar realizar a mesma tarefa com menos dinheiro, o que só pode ser ruim para a Grã-Bretanha e a OTAN."[108] Isso deixa os políticos (de *qualquer* partido) com a alternativa de reduzir certos compromissos, e sofrer as conseqüências disso; ou de aumentar os gastos com a defesa ainda mais — e a Grã-Bretanha gasta proporcionalmente mais (5,5% do PNB) do que qualquer outro país europeu da OTAN exceto a Grécia — reduzindo com isso seu próprio investimento no crescimento produtivo e suas perspectivas de recuperação econômica a longo prazo. Como ocorre com a maioria das potências decadentes, a Grã-Bretanha tem apenas uma escolha entre opções difíceis.

O mesmo dilema é enfrentado pelo vizinho da Grã-Bretanha do outro lado do canal, mesmo que isso tenha sido disfarçado pela falta de um questionamento constante e interno da política francesa de defesa, e por um desemprenho econômico significativamente melhor (embora ainda falho) desde a década de 1950. Afinal de contas, Paris, como Londres, tem de enfrentar o problema de ser apenas uma potência de "tamanho médio" com extensos interesses nacionais e compromissos no exterior, cuja defesa está sofrendo uma pressão cada vez maior da escalada dos preços de armamentos.[109] Embora sua população seja a mesma da Grã-Bretanha, seu PNB total e seu PNB *per capita* são maiores. A França produz mais automóveis e mais aço do que a Grã-Bretanha, e tem uma grande indústria aeroespacial. Ao contrário da segunda, ela continua muito dependente do petróleo importado; por outro lado, ainda tem um considerável excedente agrícola, setor pesadamente subvencionado pela CEE. Em número de campos de alta tecnologia significativos — telecomunicações, satélites espaciais, energia nuclear — os franceses mostram-se muito interessados em manter-se a par da competição mundial. Se a economia da França foi bastante prejudicada pelo esforço realizado pelo governo socialista em prol do crescimento, em princípios da década 1980 (no momento em que os principais parceiros fiscais da França adotavam políticas de austeridade), as políticas mais rigorosas que se seguiram parecem ter reduzido a inflação, diminuído a desvantagem nas trocas comerciais e estabilizado o franco, o que deve permitir a retomada do crescimento econômico francês.

Mas sempre que a estrutura e perspectivas econômicas da França são comparadas com as de seu poderoso vizinho do outro lado do Reno — ou com as do Japão — sua precariedade se evidencia. Embora a França continue sendo espetacularmente hábil na exportação de aviões de caça, vinhos e cereais, ela "continua relativamente fraca na venda de produtos manufaturados não-requintados, no exterior".[110] Um número demasiado grande de clientes tem sido instáveis países do Terceiro Mundo que encomendam projetos onerosos, como represas ou Mirages, e em seguida têm dificuldades de pagá-los; em contraste, a "penetração das importações" de produtos industriais, automóveis e aparelhos elétricos na França indica amplos setores nos quais ela não é competitiva. Seu déficit comercial com a Alemanha Ocidental cresce anualmente, e como os preços franceses aumentam sempre mais depressa do que os alemães, provavelmente isso levará a novas depreciações do franco. A paisagem do norte da França ainda está marcada por indústrias decadentes — carvão, ferro, aço, construção naval — e grande parte de sua indústria

automobilística sofre também a tensão. E embora as novas tecnologias pareçam prometer muito, não podem absorver os numerosos desempregados da França, nem recebem investimentos em nível suficiente para acompanhar as tecnologias alemã, japonesa e americana. Mais preocupante ainda para um país economicamente (e talvez o que seja ainda mais importante, psicologicamente) tão apegado à agricultura é a possível crise de superprodução mundial de cereais, laticínios, frutas, vinho etc. — com uma crescente pressão sobre os orçamentos francês e da CEE, se continuar a política de manutenção dos preços agrícolas, e sua ameaça de inquietação social, se os preços forem reduzidos. Até poucos anos atrás, Paris poderia recorrer aos fundos da Comunidade para ajudar na reestruturação da agricultura; agora, a maior parte desse dinheiro irá provavelmente para os camponeses da Espanha, Portugal e Grécia. Tudo isso pode privar a França dos recursos de capital necessários a um esforço muito maior de P&D e a um crescimento continuado, baseado na alta tecnologia, na duas próximas décadas.

É nesse contexto mais amplo de fixação de prioridades para o futuro da França que devemos ver o debate sobre a política de defesa nacional. São muitos os aspectos interessantes da estratégia e das ações militares francesas, nos últimos tempos. Reconhecendo (e expressando com firmeza) as crescentes dúvidas sobre a credibilidade do dissuasório nuclear estratégico dos Estados Unidos, a França criou sua própria "tríade" de sistemas de arremesso de armas nucleares para ser usado no caso de agressão soviética. Mantendo em suas próprias mãos todos os aspectos de seu dissuasor nuclear (da produção ao lançamento), e insistindo que toda a sua força de mísseis seja disparada contra a Rússia se a dissuasão falhar, Paris acha que tem uma forma mais certa de conter o Kremlin. Ao mesmo tempo, vem mantendo um dos maiores exércitos de terra e tem uma guarnição substancial no sudoeste da Alemanha, bem como um compromisso de prestar ajuda à República Federal; embora fora da estrutura de comando da OTAN, e assim capaz de ter uma voz "européia" independente em questões estratégicas, não rejeitou a necessidade militar de reforçar a Frente Central no caso de um ataque russo. Os franceses também mantiveram um papel extra-europeu e — por meio de intervenções militares ocasionais no além-mar, a presença de suas guarnições e conselheiros no Terceiro Mundo, e sua bem-sucedida política de venda de armas — ofereceram uma influência alternativa (e fonte de abastecimento) para a U.R.S.S. ou os Estados Unidos. Se isso por vezes irritou Washington — e se as provas nucleares francesas no Pacífico sul preocuparam com razão os países da área — então Moscou por sua vez dificilmente poderá sentir-se reconfortada pelas várias e por vezes imprevisíveis manifestações da independência gaulesa. Além disso, como tanto a direita como a esquerda na França apóiam a idéia de um papel específico para o país no exterior, as alegações e atos franceses, nesse sentido, não provocam críticas internas, que ocorreriam praticamente em todas as outras sociedades ocidentais. Tudo isso levou os observadores estrangeiros (e, decerto, os próprios franceses) a considerarem essa política como lógica, firme, realista e assim por diante.

Mas em si, essa política tem seus problemas — como alguns comentaristas franceses começam a reconhecer abertamente[111] — e deve lembrar aos que se preocupam com a história a distância que havia entre a teoria e a realidade

na política francesa de defesa antes de 1914 e de 1939. Em primeiro lugar, há muita verdade na fria observação de que todos os posicionamentos de independência da França ocorreram atrás do escudo e garantia americanos à Europa ocidental, tanto convencionais como nucleares. Uma política gaullista de afirmação só foi possível, observa Raymond Aron, porque pela primeira vez neste século a França não estava na linha de frente.[112] Mas se essa segurança desaparecer? Isto é, e se o dissuasório americano for reconhecido como não-confiável? E se os Estados Unidos, com o passar do tempo, retirarem suas tropas, tanques e aviões da Europa? Sob certas circunstâncias, essas duas hipóteses poderiam ser bem recebidas. Mas como os próprios franceses admitem, elas dificilmente o seriam, à luz das recentes políticas de Moscou: a constante acumulação de suas forças nucleares *e* convencionais, baseadas na Europa, em níveis excessivos, a manutenção de um controle rígido sobre seus satélites da Europa oriental e o lançamento de "ofensivas de paz" destinadas talvez, particularmente, a afastar a opinião pública da Alemanha Ocidental da aliança da OTAN e levá-la ao neutralismo. Muitos dos indícios que foram chamados de "Novo Atlanticismo" da França[113] — um tom mais duro com a União Soviética, críticas às tendências neutralistas entre os social-democratas alemães, o acordo franco-germânico para a colocação avançada (possivelmente com armas nucleares táticas) na Alemanha da Force d'Action Rapide, os laços mais estreitos com a OTAN[114] — são conseqüências óbvias da preocupação francesa com o futuro. Até que Moscou se modifique, Paris provavelmente se preocupará com a possibilidade de que a U.R.S.S. *entre* na Europa ocidental quando (ou mesmo antes) os Estados Unidos tiverem *saído*.

Se, porém, essa ameaça tornar-se mais provável, o que poderia fazer a França, em termos *práticos?* Poderia, naturalmente, aumentar ainda mais suas forças convencionais, inclinar-se para a criação de um exército franco-alemão ampliado, bastante forte para conter um ataque russo mesmo que as forças americanas tivessem sido reduzidas (ou totalmente retiradas). Na opinião de pessoas como Helmut Schmidt,[115] essa é a conseqüência lógica não só da *entente* Paris-Bonn, mas também das tendências internacionais (por exemplo, o enfraquecimento da capacidade americana). Há toda espécie de dificuldades políticas e organizacionais para esse esquema — que vão desde a possível atitude de um futuro governo alemão à esquerda do centro, até questões de comando, linguagem e colocação de tropas, e até a delicada questão das armas nucleares táticas francesas[116] — mas de qualquer modo essa estratégia provavelmente naufragará contra um rochedo insuperável: falta de dinheiro. A França está gastando atualmente cerca de 4,2% de seu PNB na defesa (comparados aos 7,4% dos Estados Unidos, 5,5% da Grã-Bretanha) mas dada a delicada situação da economia francesa, essa porcentagem não pode ser aumentada em muito. Além disso, a independência da França em desenvolvimento de armas atômicas significa que suas forças nucleares estratégicas absorvem até 30% do orçamento da defesa, muito mais do que em outros países. O que sobra não é suficiente para o tanque AMX, aviões avançados e o novo porta-aviões atômico, modernas armas de batalha, e assim por diante. Embora certos aumentos nas forças armadas francesas sejam prováveis, não poderiam atender a todas as exigências.[117] Tal como no caso da Grã-Bretanha, portanto, os franceses estão enfrentando a difícil escolha de eliminar alguns

sistemas de armas (e suas funções) totalmente, ou impor economia a todos eles.

Igualmente preocupantes são as dúvidas levantadas em relação ao dissuasório nuclear francês, tanto em nível técnico como no (correlato) nível estratégico. Partes da tríade do arsenal nuclear francês — os mísseis baseados em terra, e especialmente os aviões — sofrem de deterioração com o tempo e nem mesmo sua onerosa revisão e modernização podem acompanhar o ritmo da tecnologia mais recente de armas.[118] Esse problema pode tornar-se particularmente agudo se ocorrerem progressos significativos e novos na tecnologia da Iniciativa da Defesa Estratégica Americana, e se os russos, por sua vez, desenvolverem um sistema muito maior de defesa balístico-míssil. Nada mais perturbador, do ponto de vista francês, do que as duas superpotências melhorarem sua invulnerabilidade potencial, enquanto a Europa continua exposta. Em contraposição, há a formação significativa do sistema de mísseis balísticos lançados de submarinos (examinada mais adiante, p. 480). Permanece, porém, o princípio geral: a tecnologia avançada poderia tornar inúteis alguns tipos de armas existentes, e certamente tornará muito mais caros quaisquer substitutos. De qualquer modo, os franceses estão colhidos na mesma armadilha da confiabilidade enfrentada por todas as outras potências nucleares. Se Paris acha cada vez mais improvável que os Estados Unidos se arrisquem a uma guerra nuclear com a U.R.S.S. porque a fronteira alemã foi invadida, que probabilidades haverá em sua promessa de recorrer às armas nucleares em favor da República Federal? (Os alemães ocidentais não acreditam muito nela.) Mesmo a tradição gaullista de defender o "santuário" da França disparando todos os seus mísseis contra a Rússia depende do pressuposto inconfirmado de que o povo francês prefere ser arrasado a uma possível (ou provável) derrota pelos meios convencionais. "Arrancar um braço do urso russo" sempre pareceu uma boa frase, até que nos lembremos de que seremos certamente devorados pelo urso; e que as defesas russas contra mísseis podem limitar os danos que ela sofrerá. Evidentemente, a posição oficial da estratégia nuclear francesa não se modificará proximamente, se é que virá a modificar-se. Mas vale a pena indagar sobre o seu realismo, caso o equilíbrio Leste-Oeste se agrave e os Estados Unidos enfraqueçam.[119]

O problema da França, portanto, é o de pressão de muitas exigências sobre os seus modestos recursos nacionais. Dadas as tendências demográficas e econômico-estruturais, a elevada parcela da renda nacional consumida pela previdência social provavelmente continuará, e até mesmo aumentará. Grandes recursos podem ser necessários, dentro em pouco, para o setor agrícola. Ao mesmo tempo, a modernização da forças armadas exige substanciais somas de dinheiro. Não obstante, tudo isso tem de ser equilibrado com a premente necessidade de um investimento muito maior (e dela desviado) em P&D e em processos industriais avançados. Se não for possível destinar os recursos necessários a esta última finalidade, estarão correndo risco, com o tempo, as possibilidades de custear a defesa, a previdência social e todo o resto. É evidente que esse dilema não é enfrentado apenas pela França, embora seja ela que principalmente defendeu uma posição nitidamente "européia" sobre as questões internacionais de economia e defesa — e que portanto expressa mais claramente as preocupações européias. Também por

isso é geralmente Paris que toma as iniciativas de novas políticas — aprofundamento dos laços militares franco-germânicos, produção de ônibus aéreos e satélites europeus e assim por diante. Muitos desses planos foram recebidos com ceticismo pelos vizinhos da França, por esse gosto gaulês pelo planejamento e empreendimentos de prestígio, ou com a desconfiança de que as companhias francesas ficarão com a parte do leão dos projetos eurofinanciados. Outros projetos, porém, já se mostraram compensadores, ou pareceram oferecer boas promessas.

Os "problemas" da Europa são, é claro, mais numerosos do que os examinados aqui; incluem populações que envelhecem, indústrias que também envelhecem, descontentamento étnico nas cidades interioranas, a distância entre o norte próspero e o sul mais pobre, as tensões político/lingüísticas na Bélgica, Irlanda e norte da Espanha. Observadores pessimistas aludiram ocasionalmente à possibilidade de "finlandização" de alguns Estados europeus (Dinamarca, Alemanha Ocidental) que se tornariam então dependentes de Moscou. Como isso só poderia decorrer de uma mudança para a esquerda nos países em questão, é difícil avaliar-se a sua possibilidade. Nas condições presentes, se considerarmos a Europa — tal como representada principalmente pela CEE — como uma unidade de *poder político* no sistema global, as questões mais importantes por ela enfrentadas são, decerto, as examinadas acima: como estabelecer uma política comum de defesa para o próximo século que seja viável mesmo no que pode ser uma era de modificação significativa no equilíbrio internacional de forças; e como continuar competitiva frente aos formidáveis desafios econômicos criados pela nova tecnologia e novos competidores comerciais. No caso das quatro outras regiões e sociedades examinadas neste capítulo, é possível sugerir quais as mudanças prováveis, com o tempo, em suas atuais posições: que Japão e China provavelmente verão melhorada a sua posição mundial e que a U.R.S.S., e mesmo os Estados Unidos, verão a erosão de suas posições. A Europa, porém, continua um enigma. Se a Comunidade Européia puder realmente agir em conjunto, bem poderá melhorar a sua posição no mundo, tanto militar como economicamente. Se não — o que, dada a natureza humana, é mais provável — seu declínio relativo parece destinado a continuar.

A União Soviética e suas "contradições"

A palavra "contradição" na terminologia marxista é muito específica, e refere-se às tensões que (argumenta-se) existem de maneira inerente dentro do sistema capitalista de produção e provocarão inevitavelmente o seu desaparecimento.[120] Pode parecer, portanto, uma ironia deliberada empregar a mesma expressão para descrever a situação em que a U.R.S.S., o primeiro Estado comunista do mundo, encontra-se hoje. Não obstante, como iremos ver adiante, em várias áreas absolutamente críticas, parece haver uma distância em crescimento constante entre os objetivos do Estado soviético e os métodos empregados para atingi-los. O Estado proclama a necessidade de maior produção agrícola e industrial, e não obstante dificulta essa possibilidade com a coletivização e o planejamento imposto. Afirma a importância capital da paz

mundial, e não obstante sua acumulação maciça de armas e suas ligações com estados "revolucionários" (juntamente com seu legado revolucionário) servem para aumentar as tensões internacionais. O Estado alega precisar de segurança absoluta ao longo de suas extensas fronteiras, e não obstante a sua política, até agora inflexível, para com a segurança dos vizinhos agrava as relações de Moscou — com a Europa ocidental e oriental, com povos do Oriente Médio, com a China e o Japão — e por sua vez faz com que os russos se sintam "sitiados" e *menos* seguros. Sua filosofia afirma o processo dialético em evolução da mudança nas questões mundiais, impulsionada pela tecnologia e os novos meios de produção, e causando inevitavelmente todas as formas de transformações políticas e sociais; não obstante, seus hábitos autocráticos e burocráticos, os privilégios concedidos às elites do partido, as restrições ao livre intercâmbio do conhecimento, e a falta de um sistema de incentivos pessoais deixam-no horrivelmente mal equipado para enfrentar o explosivo, mas sutil, futuro da alta tecnologia, que já está surgindo no Japão e na Califórnia. Acima de tudo, enquanto seus líderes partidários freqüentemente insistem que a U.R.S.S. jamais aceitará uma posição de inferioridade militar, e ainda mais freqüentemente concitam a nação a aumentar a produção, tem havido uma dificuldade evidente em conciliar esses dois objetivos; e, em particular, em conter a tradição russa de dedicar uma parte demasiado elevada dos recursos nacionais às forças armadas — com conseqüências deletérias para a sua capacidade de competir comercialmente com outras sociedades. Talvez existam outras maneiras de rotular todos esses problemas, mas não parece inadequado chamá-los de "contradições".

Dada a ênfase da filosofia marxista sobre a base *material* da existência, pode parecer uma dupla ironia que as principais dificuldades enfrentadas pela U.R.S.S. hoje estejam localizadas em sua infra-estrutura econômica; não obstante, os indícios detectados pelos observadores ocidentais — para não falarmos o reconhecimento, cada vez mais claro, pela própria liderança soviética — não deixam dúvidas de que assim é. Seria interessante saber como Kruschev, que na década de 1950 previu com confiança que a U.R.S.S. ultrapassaria os Estados Unidos economicamente e "enterraria" o capitalismo, se teria sentido ante o reconhecimento pelo próprio Gorbachev, em 1986, ao 27° Congresso do Partido Comunista:

> As dificuldades começaram a acumular-se na economia na década de 1970, com o visível declínio das taxas de crescimento. Em conseqüência, as metas de desenvolvimento econômico fixadas pelo programa do Partido Comunista e as metas ainda mais baixas do 9° e 10° planos qüinqüenais não foram atingidas. Nem conseguimos nós realizar o programa social estabelecido para esse período. Estabeleceu-se um atraso na base material de ciência e educação, proteção à saúde, cultura e serviços cotidianos.
>
> Apesar dos recentes esforços, não conseguimos remediar plenamente a situação. Há sérios atrasos na engenharia, nas indústrias do petróleo e do carvão, na indústria da engenharia elétrica, nos metais ferrosos e produtos químicos, na formação de capital. Também não foram atingidas as metas para os principais indicadores de eficiência e da melhoria do padrão de vida do povo.

A aceleração do desenvolvimento socioeconômico do país é a chave de todos os nossos problemas: imediatos e a longo prazo, econômicos e sociais, políticos e ideológicos, internos e externos.[121]

Poderíamos observar que a declaração final seria possível a qualquer governo do mundo, e que o mero reconhecimento do problema econômico não é garantia de sua solução.

A área mais crítica de debilidade na economia em toda a história da União Soviética tem sido a agricultura, fato esse ainda mais surpreendente se lembrarmos que há um século a Rússia era um dos dois maiores exportadores de cereais do mundo. Mas desde princípios da década de 1970 ela precisou importar dezenas de milhões de toneladas de trigo e milho anualmente. Se as tendências dos preços mundiais de alimentos continuarem, a Rússia (e algumas outras economias socialistas da Europa ocidental) partilharão, com certas áreas da África e Oriente Próximo, a dúbia distinção de serem os únicos países que passaram de exportadores líquidos de alimentos a importadores em grande escala, constantemente, nos últimos anos.[122] No caso da Rússia, essa estagnação constrangedora da produção agrícola não ocorre por falta de atenção ou de esforço; desde a morte de Stalin, todo líder soviético tem pressionado em favor dos aumentos da produção de alimentos, a fim de atender à demanda do consumidor e realizar os prometidos aumentos no padrão de vida russo. Seria um erro supor que esses aumentos não ocorreram — é claro que o russo médio está hoje muito melhor do que em 1953, quando sua situação era desesperadora. Mas é muito deprimente o fato de que, depois de algumas décadas de aproximação com o Ocidente, seu padrão de vida esteja ficando novamente para trás — apesar de todos os recursos que o Estado destina à agricultura, que consome cerca de 30% do investimento total (cf. 3% nos Estados Unidos) e emprega mais de 20% da força de trabalho (cf. 3% nos Estados Unidos). Apenas para manter os padrões de vida, a U.R.S.S. é obrigada a investir aproximadamente 78 bilhões de dólares na agricultura todos os anos, e subsidiar os preços dos alimentos em mais outros 50 bilhões — apesar do que parece continuar a "afastar-se cada vez mais da posição de exportadora que antes teve",[123] precisando, em lugar disso, destinar mais outros bilhões de divisas fortes à importação de cereais e carnes para cobrir suas deficiências na produção agrícola.

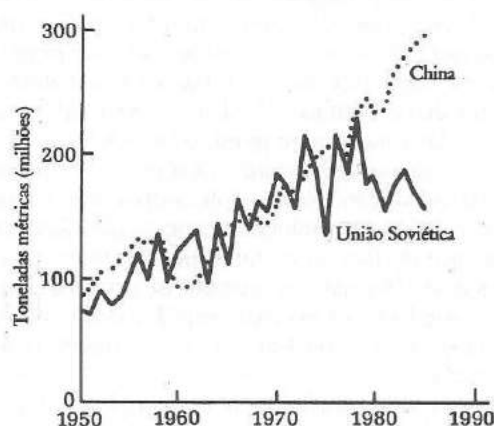
Há, decerto, razões *naturais* para a precariedade da agricultura soviética e para o fato de ser a sua produtividade um sétimo da produtividade agrícola americana. Embora a U.R.S.S. seja muitas vezes considerada geograficamente parecida com os Estados Unidos — sendo ambos países continentais e do hemisfério Norte — na realidade ela está muito mais ao norte: a Ucrânia tem a mesma latitude do sul do Canadá. Isso não só torna difícil o plantio do milho, como até mesmo as regiões soviéticas produtoras de trigo sofrem invernos mais rigorosos — e estão sujeitas a secas mais freqüentes — do que estados como Kansas e Oklahoma. Os quatro anos de 1979-1982 foram particularmente negativos sob esse aspectos, e criaram uma situação tão constrangedora para o governo que este deixou de dar detalhes sobre a produção agrícola (embora sua importação média de 35 milhões de toneladas de cereais anualmente fornecesse uma indicação!). Até mesmo o ano "boom" de 1983 não tornou a

U.R.S.S. auto-suficiente, e foi seguido de mais um ano desastroso de frio e seca.[123] Além disso, qualquer tentativa de aumentar a produção aumentando-se a área plantada de trigo nas "terra virgens" é sempre limitada pelas geadas no norte e pelas áridas condições no sul.

Não obstante, nenhum observador externo está convencido de que foi apenas o clima que reduziu a produção agrícola soviética.[125] Os maiores problemas são, de longe, os causados pela "socialização" da agricultura. Para manter satisfeita a população russa, os preços dos alimentos são mantidos artificialmente baixos através de subsídios, de modo que a "carne que custa ao Estado 4 dólares a libra-peso é vendida por 80 centavos de dólar a libra"[126] — o que, por exemplo, torna mais barato para os camponeses dar pão e batatas ao seu gado do que cereal não-beneficiado. As enormes somas do investimento estatal na agricultura são destinadas a projetos de grande escala (represas, drenagem) e não a celeiros individuais ou pequenos tratores modernos que um camponês comum poderia desejar. As decisões quanto ao plantio, investimento etc. são tomadas, não pelos que trabalham nos campos, mas pelos administradores e burocratas. A não atribuição de responsabilidades e iniciativas aos camponeses individuais talvez seja a maior razão, isoladamente, das decepcionantes colheitas, ineficiências crônicas e enorme desperdício — embora este último seja claramente afetado também pelas instalações inadequadas de armazenamento e falta de estradas permanentes, que causam a perda de "aproximadamente 20% da colheita de cereais, frutas e legumes, e nada menos de 50% da colheita de batatas".[127] O que se poderia fazer se o sistema fosse modificado em seus fundamentos — isto é, uma modificação maciça no sentido contrário ao da coletivização, passando à agricultura de fazendas administradas pelos camponeses individualmente — é indicado pelo fato de que as glebas privadas existentes produzem cerca de 25% da colheita total da Rússia, embora ocupem apenas 4% da terra cultivável do país.[128]

Mas quaisquer que sejam as sugestões de reforma procedentes dos mais altos níveis, as indicações são de que a União Soviética não pensa em realizar modificações agrícolas em grande escala na mesma extensão da "liberalização" de Deng na China (ver acima), mesmo sendo claro que a produção russa está ficando aquém da produção de seu feliz vizinho.[129]

Embora seja pouco provável que o Kremlin explique abertamente por que prefere o atual sistema de agricultura coletivizada apesar de suas óbvias deficiências, duas razões dessa inflexibilidade se evidenciam. A primeira é que uma ampliação extensa das glebas particulares, a criação de muitos mercados privados a mais e aumentos nos preços pagos pelos produtos agrícolas provocariam aumentos significativos na parcela que o campesinato tem da renda nacional — em detrimento da ressentida população urbana e, talvez, do investimento industrial. Significaria, em outras palavras, o triunfo final das políticas de Bukarin (favoráveis aos incentivos agrícolas) e a rejeição dos preconceitos de Stalin.[130] A segunda é que significaria um declínio nos poderes dos burocratas e administradores que controlam a agricultura soviética, e teria com isso implicações para todas as outras esferas de decisão. Embora seja indubitável que "agricultores individuais, tomando decisões no dia-a-dia em função de indicações do mercado, mudanças no tempo e condições de suas plantações têm uma informação conjunta muito superior à de uma burocracia

Gráfico 3. Produção de cereais na União Soviética e na China, 1950-1984

Fonte: Brown *et. al.*/Departamento de Agricultura dos EUA

centralizada, por mais bem planejada e dirigida que seja",[131] o que poderia significar isso para o futuro da "burocracia centralizada"? Se é certa a existência de uma relação constante e constrangedora entre "socialismo e déficits de alimentos",[132] isso dificilmente pode ter escapado à atenção do Politburo. Mas pela sua ótica, pode parecer melhor — e certamente mais seguro — manter a agricultura "socialista" (isto é, coletivizada), mesmo que isso signifique o aumento da importação de alimentos, do que reconhecer o fracasso do sistema comunista e eliminar os controles existentes sobre um segmento tão grande da sociedade.

Pela mesma razão, é também difícil para a U.R.S.S. modificar o seu setor industrial. Para alguns observadores, isso pode não parecer necessário, dadas as notáveis realizações da economia soviética desde 1945 e o fato de ter ela superado os Estados Unidos em, por exemplo, máquinas operatrizes, aço, cimento, fertilizantes, petróleo etc.[133] Não obstante, há muitos indícios de que também a indústria soviética estava estagnando e que o período de expansão relativamente fácil — causada pela fixação de ambiciosas metas de produção, e em seguida pelo uso de financiamentos e mão-de-obra em massa para a consecução dessas metas — está terminando. Isso se deve em parte à crescente escassez de trabalho e energia, que examinamos separadamente adiante. Igualmente importantes, porém, são os repetidos indícios de que a manufatura sofre de um excesso de planejamento burocrático, de uma concentração excessiva na indústria pesada e da incapacidade de responder seja à preferência do consumidor ou à necessidade de modificar os produtos para atender a novas demandas ou mercados. Produzir enormes quantidades de cimento não é necessariamente uma boa coisa, se o excessivo investimento nessa área tiver desviado recursos de um setor mais necessitado; se os processos de produção de cimento consomem energia em demasia; se o produto final tem de ser transportado por longas distâncias através do país,

sobrecarregando ainda mais um sistema ferroviário já muito utilizado; e se o cimento tiver de ser distribuído entre milhares de projetos de construção que os planejadores soviéticos autorizaram, mas nunca foram capazes de concluir.[134] As mesmas observações podem ser feitas sobre a enorme indústria soviética do aço, cuja produção parece ser em grande parte desperdiçada — levando alguns estudiosos a se espantarem com o "paradoxo da abundância industrial em meio da escassez do consumidor."[135] Há, na verdade, setores eficientes na indústria soviética (relacionados, em geral, com a defesa, que pode dispor de grandes recursos e *tem* de competir com o Ocidente), mas o sistema geral sofre da concentração na produção, sem se preocupar muito com os preços de mercado e a procura pelo consumidor. Como as fábricas soviéticas não podem falir, como ocorre no Ocidente, falta-lhes também o estímulo final para produzir com eficiência. Por mais ajustes que se possam fazer para promover o crescimento industrial em ritmo mais rápido, é difícil acreditar que eles produzam uma renovação constante, se permanecer o atual sistema de "economia planificada".

Mas se os níveis atuais da eficiência industrial soviética dificilmente são toleráveis (ou, julgando pelo tom mais duro do governo, cada vez mais intoleráveis), é provável que o sistema seja ainda mais prejudicado por três outras pressões que se exercem contra ele. A primeira relaciona-se com o abastecimento de energia. Tornou-se óbvio que a grande expansão da produção industrial soviética desde a década de 1940 dependeu muito de um abastecimento abundante de carvão, petróleo e gás natural, quase que sem preocupações de custo. Em conseqüência, o "desperdício de energia" e o "desperdício de aço" tanto na U.R.S.S. como nos seus principais satélites é extraordinário, em comparação com a Europa ocidental, como se vê pelo Quadro 46.

Quadro 46. Quilos de equivalente de carvão e aço usados para produzir US$ 1.000 do PNB de 1979-1980[136]

	Carvão	*Aço*
Rússia	1.490	135
Alemanha Oriental	1.356	88
Tchecoslováquia	1.290	132
Hungria	1.058	88
Grã-Bretanha	820	38
Alemanha Ocidental	565	52
França	502	42
Suíça	371	26

No caso da Rússia, essa má utilização de "insumos" pode ter parecido tolerável quando o abastecimento de energia era muito abundante e de acesso (relativamente) fácil; mas a dura realidade é que isso já não acontece. É possível que a famosa previsão da CIA, em 1977, de que a produção soviética de petróleo atingiria dentro em breve o seu ponto máximo e a partir daí entraria em rápido declínio, fosse prematura; não obstante, a produção de

petróleo russo caiu um pouco em 1984 e 1985, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial.[137] Mais alarmante ainda é o fato de que as reservas de petróleo remanescentes (e ainda consideráveis) — e de gás natural — encontram-se em níveis muito mais profundos ou em regiões, como a Sibéria ocidental, muito atingidas pelo *permafrost*. Na última década, como informava Gorbachev em 1985, o custo da extração de uma tonelada adicional de petróleo soviético tinha aumentado em 70% e esse problema se estava intensificando.[138] Daí, em grande parte, o empenho soviético em aumentar o mais depressa possível a sua produção de energia nuclear, duplicando assim essa parcela de produção de eletricidade (de 10% para 20%) em 1990. É muito cedo para se saber até onde o desastre de Chernobyl prejudicará essas usinas — os quatro reatores em Chernobyl produziam um sétimo da eletricidade russa de origem nuclear, de modo que o seu fechamento exigiu maior uso de reservas de outros combustíveis — sendo óbvio porém que aumentará os custos (devido a novas medidas de segurança) e reduzirá o ritmo do desenvolvimento previsto para a indústria.[139] Finalmente, há a dura realidade de que o setor energético já absorve tanto capital — cerca de 30% de todo investimento industrial — e que essa quantia terá de elevar-se acentuadamente. Parece difícil acreditar na informação de que "uma simples continuação das recentes tendências do investimento em petróleo, carvão e energia elétrica, combinada com o aumento de investimento previsto para o gás natural, absorverá praticamente *todo* o aumento disponível de recursos de capital para a indústria soviética no período de 1981-85",[140] simplesmente porque as implicações em relação a outros pontos são demasiado severas. Não obstante, o padrão geral é claro: só para manter a economia crescendo em ritmo modesto, o setor de energia exigirá uma maior parcela do PNB.[141]

Igualmente problemático, do ponto de vista da liderança russa, é o desafio de áreas de alta tecnologia como a robótica, os supercomputadores, lasers, óptica, telecomunicações e assim por diante nas quais a U.R.S.S. corre o perigo de atrasar-se cada vez mais em relação ao Ocidente. No sentido estritamente militar, mais estreito, há a ameaça de que armas "inteligentes" de campo de batalha e sistemas de detecção avançados possam neutralizar as vantagens *quantitativas* da Rússia em equipamento militar: assim, os supercomputadores poderiam decifrar códigos russos, localizar submarinos sob a superfície do mar, controlar a movimentação rápida de uma batalha e — não menos importante — proteger as bases nucleares americanas (como está implícito no programa de "Guerra nas Estrelas" do presidente Reagan). Ao mesmo tempo, a sofisticação no radar, no laser e na tecnologia de controle de direção de mísseis poderia permitir à aviação e à artilharia e forças de foguetes ocidentais localizar e destruir aviões e tanques inimigos com impunidade — como Israel faz regularmente com os sistemas sírios de armas (equipados pelos soviéticos). Apenas para acompanhar essas tecnologias avançadas são necessários recursos científicos e de engenharia cada vez maiores para o setor relacionado com a defesa, na Rússia.[142]

No campo civil, o problema é ainda maior. Dadas as limitações que estão surgindo em "insumos" clássicos como trabalho e investimento de capital, a alta tecnologia é acertadamente considerada como vital para o aumento da produção russa. Para darmos apenas um exemplo, o uso em grande escala

de computadores poderia reduzir muito o desperdício na descoberta, produção e distribuição de energia. Mas a adoção dessa nova tecnologia não só implica pesados investimentos (desviados de onde?), como também questiona o sistema soviético, intensamente reservado, burocrático e centralizado. Computadores, processadores de palavras, telecomunicações, sendo indústria de uso intensivo de conhecimentos, podem ser explorados melhor por uma sociedade que tem uma população treinada em tecnologia, estimulada a experimentar livremente e a trocar novas idéias e hipóteses da maneira mais ampla possível. Isso funciona bem na Califórnia e no Japão, mas ameaça afrouxar o monopólio da informação do Estado russo. Se ainda hoje cientistas e estudiosos importantes estão proibidos, na União Soviética, de usar máquinas de copiar pessoalmente (os departamentos de cópias são controlados pelo pessoal da KGB), então é difícil ver como o país poderia passar ao uso generalizado de processadores de palavras, redes de computadores, correio eletrônico etc., sem um afrouxamento substancial dos controles da polícia e da censura.[143] Como na agricultura, portanto, o empenho do regime na "modernização" e sua disposição de destinar novos recursos de dinheiro e mão-de-obra são prejudicados por uma infra-estrutura econômica e uma ideologia política que constituem obstáculos básicos à mudança.

Em comparação, portanto, o crescente recurso da União Soviética às tecnologias e maquinaria importadas — sejam produtos negociados legalmente, ou roubados do Ocidente — é um problema menos fundamental, embora ainda sério. As proporções da espionagem industrial e científica (seja para fins militares ou comerciais) não podem, evidentemente, ser quantificadas, mas parecem constituir mais uma indicação da preocupação da Rússia de se estar atrasando em relação a outras potências.[144] O comércio mais regular — importação de tecnologia ocidental (e também de manufaturas da Europa oriental) em troca de matérias-primas russas — é uma maneira tradicional que o país tem de "diminuir a distância"; foi o que se fez no período de 1890-1914, e novamente na década de 1920. Nesse sentido, tudo o que mudou foi a natureza mais moderna do produto: maquinaria de perfuração de petróleo, aço laminado, dutos, computadores, máquinas operatrizes, equipamento para a indústria química/plástica etc. O que deve ser muito mais preocupante para os planejadores soviéticos é a acumulação de indícios de que a tecnologia importada leva mais tempo para ser instalada, e é usada com muito menos eficiência do que no Ocidente.[145] O segundo problema é a disponbilidade de divisas fortes para a compra dessa tecnologia. Tradicionalmente, isso podia ser contornado pela importação de produtos manufaturados de países do Comecon (sem perda, portanto, de divisas fortes), mas esses produtos estão deixando, cada vez mais, de acompanhar os do Ocidente, mesmo que ainda tenham de ser aceitos para impedir um colapso das economias da Europa oriental.[146] E embora a Rússia tenha normalmente pago uma grande proporção de suas importações do Ocidente por meio da troca ou venda direta de excedente de petróleo, suas perspectivas (e as da Europa oriental) podem estar diminuindo devido às incertezas no preço do petróleo e devido às suas crescentes necessidades de energia, bem como à mudança geral dos termos de troca para matérias-primas, à medida que os processos industriais se tornan mais sofisticados.[147] Ao mesmo tempo em que diminuem as receitas russas do

petróleo e outras matérias-primas (exceto, presumivelmente, o gás), os pagamentos para várias importações continuam altos — e tudo isso deve reduzir as somas disponíveis para investimento.

A terceira maior causa de preocupação sobre o futuro do crescimento econômico da Rússia está na demografia. A situação é, sob esse ponto de vista, tão sombria que um estudioso começou seu recente trabalho "População e Força de Trabalho" com a seguinte afirmação franca:

> De qualquer modo, a curto ou longo prazo, as perspectivas de desenvolvimento da população soviética e dos recursos de mão-de-obra até o final do século são desanimadoras. Desde a redução na taxa de natalidade do país até o aumento inacreditável nas taxas de mortalidade, além de quaisquer projeções razoáveis; desde a queda de novos ingressos na força de trabalho, calculados pela sua distribuição regional desigual, até o envelhecimento relativo da população, não há muitas esperanças para o governo soviético nessas tendências.[148]

Embora todos esses elementos sejam sérios — e se influenciem mutuamente — a tendência mais alarmante é a constante deterioração das taxas de previsão de vida e mortalidade infantil desde a década de 1970, e talvez antes. Devido à lenta erosão da assistência hospitalar e da saúde em geral, baixos padrões sanitários e de higiene pública e níveis fantásticos de alcoolismo, as taxas de mortalidade na União Soviética aumentaram, especialmente entre a população masculina em idade de trabalho: "Hoje, o homem soviético médio pode esperar viver apenas cerca de 60 anos, seis anos menos do que em meados da década de 1960".[149] Igualmente surpreendente tem sido o aumento da mortalidade infantil — o único país industrializado em que isso aconteceu — a tal ponto que as suas taxas são, relativamente, mais de três vezes as dos Estados Unidos, apesar do enorme número de médicos soviéticos. E se a população russa está morrendo mais depressa do que antes, suas taxas de natalidade estão caindo acentuadamente. Devido (presumivelmente) à urbanização, à maior participação feminina na força de trabalho, às más condições de moradia e outros desestímulos, a taxa geral bruta de nascimentos vem caindo constantemente, sobretudo entre a população *russa* do país. A conseqüência dessas tendências todas é que a população masculina russa do país quase não está aumentando.

As conseqüências de tudo isso vêm preocupando os líderes russos há algum tempo, e são evidentes nas exortações para que o tamanho da família seja aumentado, no maior rigor da campanha contra o alcoolismo e nos esforços para convencer trabalhadores mais velhos a continuar nas fábricas. A primeira conseqüência é que o país terá de dedicar uma proporção maior de seus recursos à assistência à saúde e à previdência social, em especial com o aumento da população idosa; quanto a isso, a U.R.S.S. não é diferente de outros países industrializados (exceto pelo aumento nas taxas de mortalidade), mas a questão suscita novamente o problema das prioridades de gastos. A segunda são as implicações para a indústria e as forças armadas soviéticas, levando-se em conta a redução drástica na taxa de crescimento da força de trabalho: segundo as projeções, entre 1980 e 1990 a força de trabalho terá um ganho líquido de "apenas 5.990 mil pessoas, ao passo que nos 10 anos ante-

riores o aumento calculado da força de trabalho foi de 24.217 mil".[150] Deixando para mais tarde os problemas militares, essa tendência nos lembra novamente que grande parte do crescimento da produção industrial russa na década de 1950 até a de 1970 deveu-se mais ao crescimento da força de trabalho do que aos aumentos na eficiência; a partir de agora, a expansão econômica já não pode esperar uma força de trabalho de rápido crescimento na manufatura. Em consideráveis proporções, é claro, essa dificuldade poderia ser superada se um número maior de homens aptos fosse liberado da agricultura; mas o problema ali é que um número excessivo de jovens nas áreas eslavas já deixaram as comunas e foram para a cidade, ao passo que o excedente nas repúblicas não-eslavas é pouco instruído, muitas vezes com precário conhecimento da língua russa, e exigiria um investimento enorme para ser treinado para a indústria. Isso nos leva à tendência final que preocupa os planejadores de Moscou: como as taxas de fertilidade nas repúblicas asiáticas, como o Uzbequistão, são três vezes maiores do que entre os povos eslavos e bálticos, está em processo uma transformação importante no equilíbrio populacional, a longo prazo. Em conseqüência, a parcela da população russa deve declinar para 52% da população total da U.R.S.S., em 1980, e para apenas 48% no ano 2000.[151] Pela primeira vez na história da União Soviética, os russos não serão maioria.

Esse catálogo de dificuldades pode parecer demasiado sombrio a alguns comentaristas. A produção relacionada com necessidades militares na U.R.S.S. é, com freqüência, impressionante, sendo levada a melhorar sempre, devido à dinâmica da própria corrida armamentista.[152] Como observa um historiador (escrevendo, é certo, em 1981),[153] o quadro não pode ser visto como totalmente negativo, em especial se olharmos para as realizações econômicas soviéticas no último meio século; além disso, tem sido hábito dos observadores ocidentais exagerar os pontos fortes da Rússia num período, e os fracos, no período seguinte. Não obstante, por muito que a U.R.S.S. tenha melhorado desde a época de Lenin, a dura realidade é que ela não alcançou o Ocidente e, na verdade, que a distância em padrões de vida reais parece ter aumentado desde os últimos anos do regime Brejnev; que ela está sendo alcançada, segundo todas as medidas da produção *per capita* e da eficiência industrial, pelo Japão e alguns outros países asiáticos; e que a redução de sua taxa de crescimento, o envelhecimento de sua população e as dificuldades com o clima, as reservas de energia e a agricultura lançam uma sombra escura sobre as pretensões e as exortações da liderança soviética.

É nesse contexto, portanto, que a convicção de Gorbachev de que "a aceleração do desenvolvimento socioeconômico do país é a chave de todos os problemas" torna-se mais compreensível. Não obstante, além das dificuldades naturais (*permafrost* etc.), dois obstáculos *políticos* principais se opõem a um "salto para frente" nos moldes chineses. O primeiro é a posição consolidada dos funcionários do partido, burocratas, e outros membros da elite, que desfrutam de muitos privilégios (dependendo da posição) que os protegem das durezas da vida cotidiana na União Soviética, e que monopolizam o poder e a influência. A descentralização do planejamento e do sistema de preços, a libertação dos camponeses dos controles comunais, a maior liberdade de ação para os diretores de fábricas, os incentivos para o empreendimento

individual e não para a fidelidade partidária, o fechamento de fábricas superadas, a rejeição de produtos grosseiros e a circulação mais livre da informação seriam vistos pelos que estão no poder como ameaças à sua posição. Exortações, planejamento mais flexível, maiores investimentos neste ou naquele setor e campanhas disciplinares contra o alcoolismo ou a corrupção da administração são uma coisa; mas todas as modificações propostas, como ressaltaram as autoridades do partido, têm de ser realizadas "dentro da estrutura do socialismo científico" e sem "qualquer desvio na direção de uma economia de mercado ou da empresa privada".[154] Na opinião de um visitante recente, "a União Soviética precisa de suas ineficiências para continuar soviética";[155] se assim for, todas as declarações de Gorbachev sobre a necessidade de uma "transformação profunda" do sistema têm poucas probabilidades de causar um impacto sério sobre as taxas de crescimento a longo prazo.

O segundo obstáculo político está na parcela muito significativa do PNB dedicada pela U.R.S.S. à defesa. Buscar a melhor maneira de calcular esses totais e de compará-los às despesas ocidentais com a defesa tem sido um exercício praticado por muitos analistas. O anúncio feito pela CIA em 1975 de que os preços em rublo das armas soviéticas eram duas vezes maiores do que as estimativas feitas — e que a Rússia estava provavelmente gastando 11-13% do PNB na defesa, e não 6-8% — levou a todos os tipos de interpretações equivocadas da significação disso.[156] Mas os números exatos (que talvez não sejam conhecidos nem mesmo dos planejadores soviéticos) são menos significativos do que o fato de que, embora o crescimento nas gastos com armas se tenha reduzido depois de 1976, o Kremlin parece ter destinado cerca de duas vezes mais o produto do país a essa área do que os Estados Unidos, mesmo com a acumulação de armas do governo Reagan. Isso, por sua vez, significa que as forças armadas soviéticas ficaram com vastas reservas de mão-de-obra treinada, cientistas, maquinaria e investimento de capital, que poderiam ter sido dedicadas à economia civil. Isso *não* significa, de acordo com certas previsões econômicas, que uma grande redução nos gastos com a defesa levaria a um grande aumento nas taxas de crescimento da Rússia, simplesmente porque seria necessário longo tempo antes que, digamos, uma fábrica de montagem do tanque T-72 pudesse ser modificada para fazer outra coisa.[157] Por outro lado, se a corrida armamentista com a OTAN durante o resto deste século elevar a parcela do dispêndio russo com a defesa de 14 a 17% do PNB no ano 2000, um volume cada vez maior de equipamentos como máquinas de fazer outras máquinas e de trabalhar o metal seriam consumidos pelos militares, reduzindo a parcela de capital de investimento destinado ao resto da indústria. Mas embora os economistas acreditem que "isso representará um tremendo problema para os responsáveis pelas decisões soviéticas",[158] todas as indicações são de que os dispêndios com a defesa crescerão mais depressa do que o PNB — e terão os efeitos conseqüentes sobre a prosperidade e o consumo.

Como todas as grandes potências, portanto, a U.R.S.S. tem de fazer uma escolha em sua distribuição dos recursos nacionais entre (1) as exigências dos militares — nesse caso, com a sua capacidade inata de defenderem as necessidades de segurança da Rússia; (2) o crescente desejo da população russa de bens de consumo e melhores condições de vida e de trabalho, para

não falarmos de melhores serviços sociais para conter as altas taxas de mortalidade e doenças; e (3) as necessidades da agricultura e indústria, de novos investimentos de capital, a fim de modernizar a economia, aumentar a produção, acompanhar o avanço dos outros e, a prazo mais longo, satisfazer as necessidades tanto defensivas quanto sociais do país.[159] Como em outros países, isso representa escolhas difíceis para os responsáveis pelas decisões; não obstante, tem-se a impressão de que por maiores e mais prementes que sejam as necessidades do consumidor russo e de "modernizar" a economia, a obsessão tradicional de Moscou com a segurança militar significa que a escolha fundamental já foi feita. A menos que o regime de Gorbachev realmente consiga transformar as coisas, os canhões virão sempre antes da manteiga e, se necessário, antes do crescimentro econômico também. Isso, tanto quanto qualquer outra característica, torna a Rússia basicamente diferente do Japão e da Europa ocidental, e até mesmo da China e Estados Unidos.

Historicamente, portanto, o Kremlin segue hoje a tradição dos czares Romanov, e do próprio Stalin, em seu desejo de ter forças armadas iguais (e se possível, maiores do que) às de qualquer outra potência. Não há dúvida de que, no momento, a força militar da União Soviética é impressionante. Tentar oferecer um número realista para os totais anuais das atuais despesas soviéticas com a defesa provavelmente seria um engano: de um lado, os números *oficiais* de Moscou são absurdamente baixos, escondendo grandes gastos relacionados com a defesa sob outras rubricas ("ciência, os programas espaciais, segurança interna, defesa civil e construção); por outro lado, as estimativas ocidentais do verdadeiro total são complicadas pelas taxas de câmbio artificiaisdo dólar-rublo, por um entendimento limitado dos processos orçamentários soviéticos, pelas dificuldades de, por exemplo, atribuir um "custo em dólar" a armas feitas pelos russos, ou a custos de mão-de-obra, e por tendenciosidades institucionais/ideológicas. O resultado é uma série de "estimativas divinatórias", entre as quais podemos escolher de acordo com a nossa fantasia.[160] O que não se questiona, porém, é a modernização maciça que ocorreu em todos os ramos das forças armadas soviéticas, nucleares e convencionais, em terra, mar e ar. Quer examinemos o rápido crescimento dos sistemas de mísseis estratégicos baseados em terra e no mar, os milhares de aviões e dezenas de milhares de tanques de combate, o desenvolvimento extraordinário da marinha de superfície e da frota de submarinos, as atividades especializadas (unidades aerotransportadas e anfíbias, guerra química, atividades de informação e "desinformação"), os resultados finais são impressionantes. Pode ou não ter custado tanto, em termos reais, quanto as verbas do Pentágono, mas sem dúvida dão à U.R.S.S. uma amplitude de capacidade militar que só a outra superpotência rival, os Estados Unidos, possui. Ela não é uma aldeia militar Potemkin do século XX, que desabe à primeira prova séria.[161]

Por outro lado, a máquina de guerra soviética também tem suas debilidades e problemas, e certamente não deve ser apresentada como uma força onipotente, capaz de executar com consumada eficiência todas as possíveis operações militares que o Kremlin possa querer dela. Como os dilemas enfrentados pelos estrategistas de *outras* grandes potências do globo também estão sendo mostrados neste capítulo, é conveniente chamarmos a atenção para a grande variedade de dificuldades enfrentadas pela liderança

político-militar da Rússia — sem, porém, saltarmos para a conclusão oposta de que a União Soviética provavelmente não "sobreviverá" por muito tempo.[162]

Algumas das dificuldades enfrentadas pelos responsáveis pelas decisões militares russas, a médio e longo prazo, nascem diretamente dos problemas econômicos e demográficos do Estado soviético, delineados acima. Desde a época de Pedro o Grande — repetindo uma observação já feita nos capítulos anteriores — a Rússia sempre desfrutou de maior vantagem militar em relação ao Ocidente quando o ritmo da tecnologia das armas diminuiu o bastante para permitir uma padronização do equipamento e, assim, das unidades de combate e das táticas — seja na coluna de infantaria do século XVIII ou na divisão blindada de meados do século XX. Sempre que uma espiral ascendente na tecnologia de armas deu ênfase antes à qualidade do que à quantidade, porém, a vantagem russa diminuiu. E embora seja verdade que a Rússia diminuiu substancialmente a distância tecnológica para com o Ocidente que existia na época czarista, e que seus militares têm acesso sem igual aos recursos científicos e produtivos de uma economia controlada pelo estado, ainda assim há indícios de significativas distâncias temporais[163] em grande número de processos tecnológicos. Um dos mais claros indícios disso é a preocupação com que a União Soviética viu o seu arsenal ser repetidamente superado pelo equipamento americano, nas batalhas indiretas travadas no Oriente Médio e outros lugares, nas últimas décadas. Reconhecidamente, a qualidade dos pilotos e tripulações de tanques norte-coreanos, egípcios, sírios e líbios nunca foi muito elevada, mas mesmo que fosse há razões para se duvidar se eles teriam sido melhores contra armas americanas com tecnologia muito superior em aviação, equipamento de radar, sistemas miniaturizados de orientação e assim por diante. Talvez tenha sido como uma reação contra isso que os especialistas ocidentais em assuntos militares soviéticos informam a existência de um esforço constante para melhorar a qualidade[164] e produzir — com alguns anos de atraso — "cópias" dos sistemas de armas dos Estados Unidos. Mas isso, por sua vez, arrasta os planejadores soviéticos para o mesmo vórtice que ameaça os programas ocidentais de defesa: equipamento mais sofisticado leva muito mais tempo para ser fabricado, tem maiores esquemas de manutenção, equipamentos (habitualmente) mais pesados e muito mais caros (sempre), e a um declínio na quantidade produzida. Não é tendência reconfortante para uma potência que confiou tradicionalmente nos grandes números de armas para realizar suas várias e díspares tarefas estratégicas.

O segundo indício de preocupação soviética com a obsolescência tecnológica relaciona-se com a chamada Iniciativa de Defesa Estratégica do governo Reagan. Parece difícil, a esta altura, acreditar que ela tornaria mesmo os Estados Unidos totalmente invulneráveis a um ataque nuclear (por exemplo, ela é impotente contra os mísseis que voam a baixa altura, os "cruzeiros"), mas a proteção que pode dar às instalações de mísseis e bases aéreas americanas, e a tensão maior que provoca no orçamento da defesa soviética, para produzir mais foguetes e ogivas a fim de esmagar o sistema americano apenas com seu maior número, dificilmente pode ser bem recebido pelo Kremlin. Mais preocupantes ainda talvez sejam as implicações para a guerra *convencional* de alta tecnologia. Um comentarista observou o seguinte:

Uma defesa que pode proteger contra 99% do arsenal nuclear soviético pode não ser considerada como bastante boa, dado o potencial destrutivo das armas que poderiam sobreviver... [Mas se] os Estados Unidos puderem conseguir uma superioridade tecnológica que assegure a destruição de grande parte dos aviões, tanques e navios da União Soviética que portam armas convencionais, a vantagem numérica soviética seria menos ameaçadora. Uma tecnologia considerada menos do que ideal para a Iniciativa de Defesa Estratégica pode ser perfeitamente aplicável ao combate não-nuclear.[165]

Isso, por sua vez, força a um investimento russo muito maior nas tecnologias avançadas de lasers, óptica, supercomputadores, sistemas de orientação e navegação: em outras palavras, como disse um porta-voz russo, haverá "toda uma nova corrida armamentista num nível tecnológico muito mais elevado".[166] A julgar pelas advertências feitas em 1984 pelo marechal Ogarkov, então chefe do estado-maior do exército, sobre as terríveis conseqüências de uma incapacidade russa de acompanhar a tecnologia ocidental, o Exército Vermelho não parece estar confiante na possibilidade de vencer essa corrida.

No outro extremo do espectro, há uma ameaça demográfica em potencial à tradicional vantagem da Rússia em *quantidade*, isto é, em potencial humano. Como dissemos acima, isso é resultado de duas tendências: o declínio geral na taxa de natalidade total da U.R.S.S., e a crescente proporção dos nascimentos nas regiões não-russas. Se isso está levando a dificuldades na distribuição dos recursos humanos entre a agricultura e a indúsdtria, então constituirá um problema a longo prazo para o recrutamento militar. Em outras palavras, não deve haver problema em escolher 1,3 a 1,5 milhões de recrutas anualmente dos 2,1 milhões de homens disponíveis; mas uma crescente proporção vem da juventude asiática do Turquestão, muitos dos quais não são bem versados no idioma russo, têm um nível muito mais baixo de competência mecânica (para não falarmos de eletrônica) e são por vezes fortemente influenciados pelo Islã. Todos os estudos da composição étnica das forças armadas soviéticas mostram que o quadro de oficiais e suboficiais é esmagadoramente eslavo — como acontece também nas forças de foguetes, força aérea, marinha e forças técnicas.[167] Também o são, o que não é surpresa, as divisões da categoria I (primeira classe) do Exército Vermelho. Em contraste, a categoria II e (especialmente) a categoria III, e a maior parte das unidades de serviços e de transportes são constituídas de não-eslavos, o que suscita uma pergunta interessante sobre a eficiência dessas divisões de "acompanhamento" numa guerra convencional contra a OTAN, se as divisões da categoria I precisarem de reforços substanciais. Classificar essa tendência de "racista" e "nacionalista" (da Grande Rússia), como fazem muitos comentaristas ocidentais, é menos significativo em termos rigorosamente militares do que o fato de uma considerável parte do potencial humano soviético disponível ser considerada como pouco confiável e ineficiente pelo estado-maior geral — o que provavelmente será verdade, dadas as informações da existência de fundamentalismo muçulmano por todo o sul da Rússia e a perplexidade desses soldados ante, digamos, a necessidade de invadir o Afeganistão.

Em outras palavras, como o Império Austro-Húngaro 80 anos antes, ou mesmo o Império Czarista 80 anos antes — a liderança russa enfrenta um

"problema de nacionalidade"[168] não superado pela ideologia do marxismo. Na verdade, o mecanismo de controle é hoje muito mais formidável do que antes de 1914, e talvez devamos receber com certa cautela a alegação de que, por exemplo, a Ucrânia é uma "estufa" de descontentamento.[169] Não obstante, as recordações da forma pela qual os ucranianos receberam bem os invasores alemães em 1941, as notícias de descontentamentos nas províncias do Báltico, os protestos violentos (e bem-sucedidos) dos georgianos contra a tentativa, em 1978, de fazer do russo um idioma oficial em condições de igualdade com o seu, e, acima de tudo talvez, as hesitações de milhões de cazaques e ugros, entre os dois lados da fronteira sino-soviética, e a existência de 48 milhões de muçulmanos ao norte das instáveis fronteiras com a Turquia, Irã e Afeganistão: esses fatos parecem pesar no espírito da liderança russa e contribuir para a sua insegurança. Mais especificamente, provocam uma preocupação crescente com a colocação dos números decrescentes da juventude eslava, mais "confiável". Devem ser encaminhados às forças armadas, para divisões da categoria I e outra forças de prestígio, mesmo que um número cada vez menor deles possa ser destinado à indústria e agricultura, que precisam desesperadamente de infusões de recrutas treinados e fiéis? Ou deve a população não-eslava formar uma proporção crescente do Exército Vermelho, apesar dos riscos para a eficiência militar, a fim de liberar russos e eslavos para finalidades civis?[170] Como a tradição soviética é de "primeiro a segurança", provavelmente a primeira tendência prevalecereá. Mas longe de resolver o dilema, ela apenas reflete uma escolha entre dois males.

Se os componentes econômicos do que os estrategistas soviéticos chamam de "correlação de forças"[171] são motivo de preocupação no Politburo, esses mesmos líderes dificilmente se poderão estimular com os aspectos mais rigorosamente militares do equilíbrio global de poder, que se modifica rapidamente. Por mais imponente e alarmante que a máquina militar soviética pareça a observadores externos, ainda assim vale a pena comparar essas forças com as várias tarefas estratégicas que os militares soviéticos podem vir a ser chamados a realizar.

Para tanto, é útil separarmos o exame da guerra convencional da guerra que pode envolver armas nucleares. Por motivos óbvios, o item no equilíbrio militar que atrai mais atenção e preocupa mais é o arsenal de armas nucleares estratégicas nas mãos das grandes potências, em especial dos Estados Unidos e U.R.S.S., que possuem ambos a capacidade de devastar o globo. Para conhecimento dos leitores, vale a pena reproduzir a "contagem" de 1986 de ogivas nucleares estratégicas pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (ver Quadro 47).

A reação a tais números depende do interesse de cada um. Para os que só se preocupam com números, ou com a possível representação inadequada dos números, haverá a conferência dos subtotais e um lembrete do fato de que grandes estoques adicionais de armas nucleares *táticas* também são mantidos pelas duas superpotências.[173] Para um número considerável de comentaristas não-oficiais, e para grande parte do público geral, a simples quantidade e capacidade destrutiva das armas nucleares existentes nesses dois arsenais é uma indicação da incapacidade política, ou enfermidade mental, que ameaça toda a vida cotidiana neste planeta, e deviam ser abolidas ou grandemente

reduzidas o mais depressa possível.[174] Por outro lado, há toda uma série de comentaristas — em comissões de especialistas, e universidades, bem como nos departamentos de defesa — que aceitaram a possibilidade de que armas nucleares venham a ser realmente usadas, como parte de uma estratégia nacional; e que, portanto, dedicam as suas energias intelectuais a um estudo intensivo dos respectivos sistemas de armas, de estratégias da escalada e jogos de guerra, dos prós e contras do controle de armas e verificação de acordos, de pesos das ogivas no lançamento, bases de lançamentos, "megatonelagens" equivalentes, escolha de alvos e retaliação.[175]

Quadro 47. Estimativa das ogivas nucleares estratégicas[172]

	EUA	*URSS*
Ogivas lançadas por ICBM	2.118	6.420
Ogivas lançadas por SLBM	5.536	2.787 +
Ogivas lançadas por avião	2.520	680
Totais	10.174	9.987 +

ICBM = Míssil balístico intercontinental
SLBM = Míssil balístico lançado de submarino

Tratar do "problema nuclear"[176] num estudo sobre cinco séculos, como este, apresenta evidentemente uma grande dificuldade. Não será o caso de que a existência de armas nucleares — ou antes, a posibilidade de sua utilização em massa — tenha tornado redundante qualquer exame da guerra, da estratégia, da economia, feito de um ponto de vista tradicional? No caso de uma guerra total de armas nucleares estratégicas, não seriam as estimativas de seu impacto sobre o "instável equilíbrio de poder" no mundo irrelevantes para todos no hemisfério Norte (e talvez também para todos no hemisfério Sul)? Não teria o padrão tradicional — de rivalidades de grandes potências que se transformam de tempos em tempos em guerra aberta — chegado ao fim em 1945?

Não há como, evidentemente, responder a tais perguntas com segurança. Há, porém, indicações de que as grandes potências de hoje podem estar voltando aos pressupostos mais tradicionais sobre o uso da força, apesar da — e sob muitos aspectos, devido a — existência de armas nucleares. Em primeiro lugar, parece haver hoje — e provavelmente desde alguns anos — um equilíbrio essencial em armamentos nucleares entre as duas superpotências. Apesar de todo o debate sobre as "janelas de oportunidade" e a possibilidade de um dos lados ter uma "capacidade de primeiro ataque", é evidente que nem Washington nem Moscou têm qualquer garantia de que poderiam arrasar seu rival sem a probabilidade de sofrer também uma devastação; e o advento da tecnologia da "Guerra das Estrelas" não modificará tal fato de maneira significativa. Em particular, a posse, por ambos os lados, de um grande número de mísseis balísticos lançados de submarinos, localizados em barcos submarinos de difícil detecção,[177] torna inconcebível que algum dos lados suponha poder destruir todas as armas nucleares do outro de uma só vez. Esse fato, mais do que — ou pelo menos tanto quanto — o medo de um "inverno nuclear" pesará

sobre a mão dos responsáveis pelas decisões, a menos que sejam arrastados por uma escalada provocada acidentalmente. Segue-se, portanto, que os dois lados estão presos a um impasse nuclear do qual é impossível fugir — é praticamente impossível a qualquer um deles desinventar a tecnologia nuclear, ou para um deles (ou ambos) abandonar a posse das armas, o que não lhe traria vantagem real — já que cada sistema novo é contrabalançado ou imitado pela outra superpotência, e já que seria demasiado arriscado usar tais armas.

Em outras palavras, o vasto arsenal nuclear de cada superpotência continuará existindo, mas (exceto por um "disparo" acidental) tem toda a probabilidade de não poder ser usado, porque contradiz a antiga suposição de que na guerra, como na maioria das outras coisas, deve haver um equilíbrio entre os meios e os fins. Numa guerra nuclear, em contraste, existe o risco de causar à humanidade um dano tal que não serviria a nenhum propósito ideológico, político ou econômico. Embora um enorme volume de energia intelectual seja dedicado à elaboração de uma "estratégia para a guerra nuclear", é difícil contestar a observação de Jervis de que "uma estratégia racional para o emprego de armas nucleares é uma contradição em termos".[178] Lançado o primeiro míssil, acabaria a posição de "reféns mútuos" em que se encontram os dois lados desde que os Estados Unidos perderam o seu monopólio nuclear. Os resultados poderiam ser então cataclísmicos, a ponto de ser provável que nenhuma liderança política racional dê o primeiro passo para romper essa situação. A menos que ocorra uma guerra nuclear por inadvertência — o que, devido ao erro humano ou defeito técnico, é sempre possível[179] — cada um dos lados será dissuadido de iniciar a guerra nuclear. Se ocorrer um choque, as lideranças políticas e militares procurarão "contê-lo" no nível da luta convencional.

Isso não inclui o que pode ser, de longe, um problema mais sério para as duas superpotências rivais nos próximos 20 anos e mais: a da proliferação nuclear por países nas partes mais instáveis do mundo — Oriente Próximo, subcontinente indiano, África do Sul, possivelmente América Latina.[180] Como os Estados em questão não fazem parte do sistema de grandes potências, a terrível possibilidade de que recorram a armas nucleares em alguma guerra regional não é examinada aqui: no todo, parece justo concluir que os Estados Unidos e a União Soviética têm interesse comum em deter a proliferação nuclear, já que torna as políticas globais mais complicadas do que nunca. A tendência para a proliferação pode levar as superpotências a perceber o que têm em comum.

Numa situação totalmente diferente — do ponto de vista de Moscou, decerto — estão os arsenais nucleares, em rápida expansão, da China, Grã-Bretanha e França. Até bem poucos anos, supunha-se geralmente que eles eram apenas fatores marginais no equilíbrio nuclear e que sua estratégia nuclear não era "digna de confiança" pois só podiam causar danos limitados à U.R.S.S., provocando ao mesmo tempo o seu próprio arrasamento. Há, porém, indicações de que tal suposição talvez tenha de ser modificada dentro em breve. A tendência mais alarmante — também do ponto de vista de Moscou — é a crescente capacidade nuclear da República Popular Chinesa, com a qual a U.R.S.S. se vem preocupando nos últimos 25 anos.[181] Se a China

puder desenvolver não só um sofisticado sistema de mísseis balísticos intercontinentais baseado em terra, mas também — como parece sua intenção — um sistema de mísseis balísticos de longo alcance lançados de submarinos, e se as disputas sino-soviéticas não forem solucionadas para satisfação mútua, então a Rússia enfrenta a possibilidade de uma futura luta armada ao longo das fronteiras, que poderá escalar para um conflito nuclear com seu vizinho chinês. Na presente situação, a devastação da China seria imensa; mas Moscou não pode excluir a possibilidade de que pelo menos um certo número (e, na década de 1990, um número maior) de mísseis nucleares chineses atingiria o seu território.

Mais preocupante do ponto de vista técnico, embora menos alarmante politicamente, é a ampliação do número de ogivas e da capacidade de seu lançamento pela Grã-Bretanha e França. Até recentemente, o efeito "dissuasório" dos sistemas de armas estratégicas dessas potências parecia duvidoso. Na hipótese bastante difícil de serem envolvidas num choque nuclear com a U.R.S.S., com os Estados Unidos neutros (o que é, afinal de contas, a justificação dos sistemas britânico e francês), seria difícil vê-los correr o risco de um suicídio nacional, já que só poderiam causar danos parciais à Rússia, com seus modestos sistemas de lançamento. Nos próximos anos, porém, a devastação que cada uma dessas potências médias poderia causar à U.R.S.S. será multiplicada muitas vezes, devido à vasta ampliação dos sistemas de lançamento submarino de mísseis balísticos. Por exemplo, a aquisição pela Grã-Bretanha de submarinos dotados do sistema de mísseis Trident II — ironicamente chamado pelo *The Economist* de "o Rolls Royce dos mísseis nucleares"[182] devido ao seu alto custo e excessiva capacidade ofensiva — dará àquele país uma força dissuasória quase invulnerável, que poderia destruir mais de 350 alvos soviéticos, em lugar de pouco mais de 16 alvos, que é a sua capacidade hoje. Da mesma maneira, o novo submarino francês *L'Inflexible,* dotado do míssil de longo alcance e ogivas múltiplas M-4, é provavelmente capaz de atacar 96 alvos soviéticos — "mais do que todos os cinco submarinos nucleares que a França tinha, em conjunto"[183] — e quando os outros submarinos tiverem sido reequipados com o mesmo míssil M-4, as ogivas nucleares estratégicas da França terão aumentado em *cinco vezes,* permitindo-lhe também ser, teoricamente, capaz de atingir centenas de alvos russos, de uma distância de milhares de quilômetros.

Impossível prever o que isso significa em termos reais, é claro. Na própria Inglaterra muitas figuras destacadas consideram "inacreditável" que seu país pudesse usar, *independentemente,* as suas armas nucleares contra a Rússia;[184] é pouco provável que esses críticos sejam convencidos pelo argumento de que o suicídio de seu país seria pelo menos compensado com a imposição de danos muito mais pesados à U.R.S.S. do que era possível até então. Também na França, a opinião pública — e alguns comentaristas estratégicos — não considera a política dissuasória declarada do país como digna de crédito.[185] Por outro lado, parece justo supor que os planejadores militares russos, que levam muito a sério realmente as possibilidades de uma guerra nuclear, devem ver com preocupação esses acontecimentos recentes. Não só teriam de enfrentar *quatro* países — em lugar dos Estados Unidos apenas — com o potencial de causar danos pesados (e talvez extremamente pesados)

ao território soviético, como também têm de analisar qual seria o equilíbrio militar mundial *subseqüente*, se a Rússia fosse envolvida numa guerra nuclear com uma dessas potências (digamos, a China), enquanto as outras permaneciam neutras, observando essa devastação mútua. Daí a insistência soviética de que em qualquer Tratado de Limitação de Armas Estratégicas geral com os Estados Unidos, os sistemas anglo-francês tenham de ser levados em conta *e* que a U.R.S.S. tenha uma certa margem de força nuclear para enfrentar a China. Parece-nos razoável dizer que tudo isso torna as armas nucleares um instrumento ainda mais duvidoso de política militar *racional* do ponto de vista do Kremlin.

Se, porém, isso deixa as armas convencionais como a medida principal do poderio militar soviético — e o principal instrumento para assegurar os objetivos políticos do Estado soviético — é difícil acreditar que os planejadores russos podem sentir-se mais seguros com o estado atual do equilíbrio militar internacional. Essa declaração pode parecer ousada, tendo em vista a ampla publicidade dada aos totais bem maiores de aviões, tanques, artilharia e divisões de infantaria, nas avaliações do "equilíbrio militar" entre os E.U.A. e a U.R.S.S. — para não mencionarmos a freqüente afirmação de que as forças da OTAN, incapazes de sustentar uma guerra convencional em grande escala na Europa, seriam obrigadas a usar armas nucleares em questão de dias. Mas um número crescente de estudos acadêmicos muito recentes do "equilíbrio" sugerem agora que é precisamente isso que existe — ou seja, uma situação na qual "ainda parece haver insuficiência geral de forças de *ambos* os lados para garantir a vitória".[186] Para chegar-se a essa conclusão são necessárias análises comparativas muito detalhadas (por exemplo, da composição das divisões de tanques dos Estados Unidos, em oposição às russas) e o exame de certos fatores preponderantes e abstratos (por exemplo, o papel da China, a confiabilidade do Pacto de Varsóvia), e só podemos oferecer aqui um sumário desses argumentos. Se, porém, tais evidências são pelo menos aproximadamente corretas, tal situação também não pode ser muito tranqüilizadora para os planejadores soviéticos. A primeira observação a ser feita, e a mais óbvia, é que qualquer análise do equilíbrio de forças *convencionais* precisa medir as alianças rivais como um todo, em especial em seu contexto europeu. Feito isso, torna-se evidente que as partes não-americanas da OTAN são muito mais significativas do que as partes não-russas do Pacto de Varsóvia. Na verdade, como o Livro Branco da defesa britânica de 1985 empenhou-se em mostrar, "os países europeus forneciam a maior parte das forças (da OTAN) estacionadas na Europa; 90% do contingente humano, 85% dos tanques, 95% da artilharia e 80% dos aviões de combate; e mais de 70% dos principais navios de guerra em águas atlânticas e européias... A força total mobilizada européia era de quase 7 milhões de homens, em comparação com 3,5 milhões dos Estados Unidos."[187] Também é certo, evidentemente, que os Estados Unidos colocaram 250 mil *in situ* na Alemanha, que as divisões do exército e esquadrões aéreos que eles pretendem fazer cruzar o Atlântico na hipótese de uma guerra européia seriam reforços importantes, e que a OTAN como um todo depende do dissuasório nuclear e do poderio marítimo americano. Mas a questão é que a Aliança do Atlântico Norte está muito mais equilibrada entre

os dois pilares do "arco", por assim dizer, do que o Pacto de Varsóvia, que se inclina desproporcionalmente para Moscou. Também vale a pena observar que os aliados que a América tem na OTAN gastam seis vezes mais com a defesa do que os aliados russos do Pacto de Varsóvia. Na verdade, Grã-Bretanha, França e Alemanha Ocidental gastam, *individualmente,* mais do que os países não-russos do Pacto de Varsóvia em conjunto.[188]

Se, portanto, a força das duas alianças for medida como um todo, e sem as curiosas omissões e ressalvas que caracterizaram algumas das avaliações ocidentais mais alarmistas* temos um quadro de paridade estratégica sob a maioria dos aspectos. E mesmo quando o Pacto de Varsóvia tem superioridade numérica, ela não parece decisiva. Por exemplo, cada aliança parece ter "forças totais de terra na Europa" mais ou menos iguais; também parece ter "forças de terra totais" e "reservas de forças de terra totais" semelhantes.[189] No sentido mais geral, os 13,9 milhões de homens do Pacto de Varsóvia (6,4 milhões das "forças principais" e 7,5 milhões de reservas) não são muito superiores aos 11,9 milhões de homens (5 milhões de forças na ativa e 6,8 milhões de reservas) da OTAN, principalmente porque uma grande parte do total do Pacto de Varsóvia consiste de unidades da categoria III e forças de reserva do Exército Vermelho. Mesmo a Frente Central, de importância crítica, onde as forças da OTAN sofrem da mais séria inferioridade numérica em relação às massas de divisões blindadas e motorizadas, a vantagem do Pacto de Varsóvia não é muito reconfortante — em especial quando lembramos como seria difícil conduzir uma "guerra de manobras" rápida, ofensiva, no congestionado terreno do norte da Alemanha e quando se compreende quantos dos 52 mil "tanques principais de combate" da Rússia são os obsoletos T-54 — que simplesmente fechariam as estradas. Desde que a OTAN tenha reservas suficientes de munição, combustível, reposição de armas etc., ela certamente parece estar em muito melhor posição para conter uma ofensiva convencional soviética do que estava na década de 1950.[190]

Além disso, há o elemento incalculável da integridade e coesão das respectivas alianças militares. É inegável que a OTAN tem muitos pontos fracos: desde as freqüentes disputas transatlânticas sobre "partilha do ônus", até a delicada questão das consultas intergovernamentais na hipótese da pressão para lançar mísseis nucleares. Sentimentos neutralistas e anti-OTAN, existentes nos partidos à esquerda do centro, desde a Alemanha Ocidental e Grã-Bretanha até a Espanha e Grécia, também são motivos de preocupações periódicas.[191] E se houvesse, em algum tempo futuro, uma "finlandização" de qualquer dos estados ao longo das fronteiras ocidentais do Pacto de Varsóvia (especialmente, é claro, a própria Alemanha Ocidental), então isso constituiria um enorme ganho estratégico para a U.R.S.S., proporcionando-lhe também um alívio econômico. Mesmo que isso fosse possível *em teoria,* não se pode compará-lo com as preocupações que Moscou deve estar enfrentando em relação à confiabilidade do seu "império" na Europa oriental. A popularidade

*É muito fácil, por exemplo, mostrar que o Pacto de Varsóvia é maciçamente superior incluindo, digamos, todas as forças armadas russas (mesmo as estacionadas contra a China) e excluindo, por exemplo, as forças da França.

ampla do movimento do Solidariedade na Polônia, os evidentes desejos da Alemanha Oriental de melhorar as relações com Bonn, o "capitalismo rastejante" dos húngaros, os males econômicos que afetam não apenas a Polônia e Romênia, mas toda a Europa ocidental, criam problemas extraordinariamente difíceis para a liderança soviética. Não são questões que se resolvam facilmente com o uso do Exército Vermelho; nem parece também que novas doses de "socialismo científico" dariam uma resposta satisfatória para os europeus do leste. Apesar das recentes teorias do Kremlin sobre a modernização e reexame das políticas econômicas e sociais marxistas, é difícil ver a Rússia abrindo mão dos muitos controles que tem sobre a Europa oriental. Não obstante, esses indícios variados de descontentamento político e dificuldades econômicas devem questionar ainda mais a confiabilidade dos exércitos *não-russos* no Pacto de Varsóvia.[192] As forças armadas polonesas, por exemplo, dificilmente podem ser consideradas como uma contribuição para o poderio do pacto: o inverso é que seria verdade, já que elas — e as linhas ferroviárias e as rodovias polonesas, de importância crítica — necessitariam de estreita supervisão do Exército Vermelho em caso de guerra.[193] Da mesma forma, é difícil imaginar exércitos tchecos e húngaros avançando entusiasticamente para atacar posições da OTAN por ordem de Moscou. Até mesmo a atitude das forças da Alemanha Oriental, provavelmente o mais eficiente e moderno dos aliados russos, pode ser afetada pela ordem de atacar a oeste. É certo que a grande maioria (quatro quintos) das forças do Pacto de Varsóvia são russas, e que as divisões soviéticas seriam a verdadeira ponta de lança em qualquer guerra convencional com o Ocidente; mas seria uma tarefa considerável para os comandantes do Exército Vermelho dirigir tal guerra e vigiar 1 milhão, ou mais, de soldados leste-europeus, a maioria dos quais não muito eficientes, e muitos não confiáveis.[194] A possibilidade (por mais remota que seja) de que a OTAN possa sequer buscar responder a uma ofensiva do Pacto de Varsóvia com uma contra-ofensiva digamos, na Tchecoslováquia,[195] só pode aumentar uma dificuldade que provavelmente é tanto política quanto militar.

Desde princípios da década de 1960, porém, os planejadores russos tiveram de haver-se com um problema ainda muito mais apavorante: a possibilidade de um conflito em grande escala com a OTAN *e* a China. Se isso ocorresse, então as perspectivas de transferir reforços de uma frente para outra seriam seriamente limitadas, se não impossíveis. Mesmo, porém, que a guerra estivesse sendo travada apenas numa frente, o Kremlin bem poderia ter receio de transferir divisões de uma região que, embora tecnicamente neutra, tem grandes forças armadas de um inimigo potencial nas suas fronteiras. Na presente situação, a União Soviética está obrigada a manter cerca de 50 divisões e 13 mil tanques prontos para a eventualidade de um choque sino-soviético. E embora as forças russas sejam mais modernas e móveis do que as chinesas, é difícil prever como poderiam obter uma vitória total — para não falarmos de uma ocupação prolongada — contra um exército quatro vezes maior.[196] Tudo isso pressupõe, necessariamente, que a guerra seria convencional (o que, dadas algumas insinuações russas sobre como esmagariam a China, pode ser uma suposição totalmente errônea); mas se houvesse uma guerra nuclear russo-chinesa, os planejadores soviéticos teriam então de imaginar se o seu país ficaria numa posição de inferioridade em relação ao Ocidente, ainda

neutro mas muito crítico. Da mesma forma, uma União Soviética atingida por uma guerra nuclear, ou uma guerra convencional em grande escala, com a OTAN, terá de preocupar-se com as pressões chinesas, se tiver sido reduzida a uma condição de inferioridade.[197]

Embora a China seja (além da OTAN) a preocupação mais séria dos planejadores soviéticos simplesmente devido ao seu tamanho, não é difícil imaginar as preocupações soviéticas com todo o "flanco" asiático. No mais amplo sentido geopolítico, parece que a tradicional tendência da política moscovita/russa de constante expansão territorial pela Ásia acabou. O ressurgimento da China, a independência (e crescente força) da Índia, a recuperação econômica do Japão — para não falarmos da afirmação de muitos Estados asiáticos menores — certamente adormeceu o medo existente no século XIX de que a Rússia assumisse gradativamente o controle de todo o continente. (Essa simples idéia faria hoje o estado-maior geral soviético empalidecer de susto!) Na verdade, isso ainda não impediria Moscou de obter ganhos marginais, como no Afeganistão; mas a duração desse conflito e a hostilidade que provocou em outros pontos da região simplesmente confirmam que qualquer nova ampliação do território russo far-se-ia a um custo militar e político incalculável. Em contraste com os confiantes anúncios russos de sua "missão asiática" há um século, os governantes no Kremlin têm hoje de preocupar-se com o fundamentalismo muçulmano que se infiltra pelas suas fronteiras meridionais, vindo do Oriente Médio, com a ameaça chinesa e as complicações no Afeganistão, Coréia e Vietnã. Qualquer que seja o número de divisões colocadas na Ásia, provavelmente nunca parecerá suficiente para dar "segurança" ao longo dessa vasta periferia, em especial porque a Ferrovia Transiberiana ainda é terrivelmente vulnerável a ataques de foguetes, o que por sua vez teria sombrias implicações para as forças soviéticas no Extremo Oriente.[198]

Tendo em vista a tradicional preocupação do regime russo com a segurança do seu território, não é de surpreender que a capacidade soviética seja, tanto no mar como no mundo além-mar, muito menos significativa, relativamente falando. Isso não é negar a impressionante expansão da Marinha Vermelha nos últimos 25 anos, e a grande variedade de submarinos, navios de superfície e mesmo porta-aviões experimentais, novos e mais poderosos, que estão sendo construídos. Nem é negar a grande expansão da marinha mercante soviética e de sua frota pesqueira, e seus significativos papéis estratégicos.[199] Mas não existe ainda no arsenal naval da U.R.S.S. nada que tenha a capacidade ofensiva das 15 forças-tarefa de porta-aviões dos Estados Unidos. Além disso, se fizermos a comparação entre as armadas das duas *alianças*, e não entre as duas superpotências, as ponderáveis contribuições que as marinhas não-americanas fazem à OTAN representam uma enorme diferença.

"Mesmo excluída a China, a Aliança Ocidental tem duas vezes mais grandes navios de superfície e três vezes mais poder aeronaval do que o Pacto de Varsóvia, e praticamente o mesmo número de submarinhos", como se vê pelo Quadro 48. Se a isso acrescentarmos o fato de que muitos dos navios de superfície grandes e submarinos do Pacto de Varsóvia têm mais de 20 anos, que sua capacidade de detectar submarinos inimigos é limitada, e que 75% do

pessoal da Marinha Vermelha são recrutas que prestam o serviço militar obrigatório (em contraste com os profissionais que permanecem longo tempo no serviço, no Ocidente), é difícil ver como a U.R.S.S. poderia pretender o "domíno dos mares" num futuro próximo.[201]

Quadro 48. Efetivos navais da OTAN e do Pacto de Varsóvia[200]

	Pacto de Varsóvia			*OTAN*		
	Não-Soviéticos	*URSS*	*Total*	*Total*	*EUA*	*Não-EUA*
Submarinos nucleares	—	105	105	97	85	12
Submarinos diesel	6	168	174	137	3	132
Grandes navios de superfície	3	184	187	376	149	227
Aviões navais	52	755	807	2533	2250	283

Finalmente, se na verdade o objetivo real dos navios de guerra e superfície, mais novos e maiores, da armada soviética é formar um "bastião oceânico", digamos, no mar de Barents, para proteger seus submarinos portadores de mísseis nucleares dos ataques aliados — isto é, se a frota russa está destinada principalmente a proteger o *dissuasório estratégico* do país, na medida em que esse se vai fazendo ao largo[202] — então isso evidentemente lhe deixa pouca força excedente (além de seus submarinos mais antigos) para cortar as linhas de comunicação marítima da OTAN. Por extensão, portanto, haveria poucas probabilidades de que a U.R.S.S. pudesse prestar ajuda às suas esparsas bases e tropas de além-mar, na hipótese de um grande conflito com o Ocidente. Na atual conjuntura, apesar de toda a publicidade dada à penetração russa no Terceiro Mundo, a União Soviética tem pouquíssimas forças estacionadas no além-mar (isto é, fora da Europa e Afeganistão), e suas grandes bases ali ficam localizadas no Vietnã, Etiópia, Iêmen do Sul e Cuba, países que exigem todos grandes somas de ajuda financeira direta, da quais a Rússia parece se estar ressentindo cada vez mais. Pode ser que, tendo reconhecido a vulnerabilidade de sua Ferrovia Transiberiana no caso de uma guerra com a China, a União Soviética esteja sistematicamente tentando criar uma linha de comunicação marítima via oceano Índico, para os seus territórios no Extremo Oriente. No momento, porém, essa rota ainda parece ser muito precária. Não só as esferas de influência russa não são comparáveis à série muito maior de bases americanas (mais a inglesa e francesa), bem como soldados e frotas de além-mar estacionadas por todo o mundo, como as poucas posições russas que existem, sendo expostas, são muito vulneráveis às pressões ocidentais em caso de guerra. Se a China, o Japão e certos países pró-Ocidente menores forem colocados nessa equação, o quadro se mostra ainda mais desequilibrado. Na verdade, a exclusão forçada da União Soviética do Terceiro Mundo não constituiria um golpe sério, economicamente — já que seu comércio, investimentos e empréstimos nessas áreas são pequenos em comparação com os do Ocidente[203] — mas isso é apenas mais um reflexo do fato de ser ela uma potência *menos* do que global.

Embora tudo isso possa parecer um exagero das possibilidades contrárias à U.R.S.S. existentes, vale a pena notar que os próprios planejadores russos desenvolvem, é claro, análises sobre o "pior" que pode acontecer; e também que seus negociadores do controle de armas resistem sempre a qualquer idéia de uma igualdade de forças *apenas* com os Estados Unidos, argumentando com as necessidades que tem a Rússia de uma "margem" para a sua segurança contra a China levando em conta sua fronteira de 12 mil quilômetros. Para qualquer observador externo sensato, a U.R.S.S. já dispõe de forças mais do que suficientes para garantir a sua segurança, e a insistência de Moscou em acumular sistemas de armas cada vez mais modernos simplesmente cria insegurança em todos os outros países. Para os responsáveis pelas decisões no Kremlin, herdeiros de uma tradição militarista e por vezes paranóica de estadismo, a Rússia parece cercada de fronteiras desmoronantes — na Europa oriental, ao longo do "terço norte" do Oriente Médio, e em sua extensa fronteira com a China. Não obstante, o envio de tantas divisões e esquadrões aéreos para estabilizar tais fronteiras não produziu a esperada invulnerabilidade. Receiam também retirar-se da Europa oriental, ou fazer concessões fronteiriças à China, não só devido às conseqüências locais, como também porque isso pode ser considerado como indício da perda de força de vontade de Moscou. E ao mesmo tempo em que luta com esses problemas tradicionais de garantir a segurança *territorial* da extensa fronteira terrestre do país, o Kremlin também tem de tentar acompanhar os Estados Unidos nos foguetes, armas baseadas em satélites, exploração do espaço, e assim por diante. Dessa forma, a U.R.S.S. — ou melhor, o sistema marxista da U.R.S.S. — está sendo posto à prova tanto quantitativa como qualitativamente, na luta mundial pelo poder. E o Kremlin não gosta das probabilidades que vê.

Mas essas probabilidades (ou "correlação de forças") seriam evidentemente melhores se a economia fosse mais saudável, o que nos leva de volta ao problema a longo prazo enfrentado pela Rússia. As questões econômicas para os militares soviéticos, não só por serem marxistas, e não só por ser a economia que paga armas e salários, mas também porque eles compreendem a sua importância para o resultado de uma prolongada guerra de coalizão de grandes potências. *Poderia* ser verdade, admitiu a *Enciclopédia Militar Soviética* em 1979, que uma guerra mundial de coalizões fosse curta, especialmente se as armas nucleares fossem utilizadas. "Mas levando em conta o grande potencial militar e econômico das possíveis coalizões de Estados beligerantes, não se exclui a hipótese de que também fosse uma guerra prolongada."[204] Mas se tal guerra fosse "prolongada", a ênfase recairia novamente no poder econômico de resistência, como aconteceu nas grandes guerras de coalizão do passado. Com essa suposição, não podem os líderes soviéticos sentir-se reconfortados ao pensar que seu país tem apenas 12 ou 13% do PNB mundial (ou cerca de 17%, se ousarmos incluir os satélites do Pacto de Varsóvia como fatores positivos); e isso não só é muito menos do que os Estados Unidos e a Europa Ocidental têm como proporção do PNB, como também ele está sendo alcançado pelo Japão e pode — se continuarem as atuais taxas de crescimento a longo prazo — até mesmo aproximar-se da China nos próximos 30 anos. Se isso parece uma afirmação extraordinária, vale a pena lembrar a fria observação feita pelo *The Economist* de que em 1933 a

"Rússia imperial tinha um produto real por hora-homem três vezes e meia maior que o do Japão, mas passou os seus quase 70 anos socialistas andando relativamente para trás, talvez para um quarto da taxa atual do Japão".[205] Qualquer que seja a forma de avaliação do poderio militar da União Soviética no momento, portanto, a perspectiva de ser apenas o quarto ou quinto entre os grandes centros produtores do mundo, em princípios do século XXI, não pode deixar de preocupar a liderança soviética, simplesmente devido às implicações disso para o poder russo a longo prazo.

Isso *não* significa que a União Soviética esteja à beira do colapso, tal como não se deve vê-la como um país de uma força quase sobrenatural. Significa, isso sim, que ela está enfrentando opções difíceis. Como disse um especialista russo, "A política de canhões, manteiga e crescimento — a pedra fundamental política da era Brejnev — já não é possível... mesmo dentro dos planos mais otimistas... a União Soviética enfrentará uma pressão econômica muito mais rigorosa do que qualquer coisa enfrentada nas décadas de 1960 e 1970".[206] É de se esperar que os esforços e exortações para melhorar a economia russa sejam intensificados. Mas como é muito improvável que mesmo um regime enérgico em Moscou abandone o "socialismo científico" para estimular a economia, ou corte drasticamente o peso dos gastos com a defesa, e com isso afete o núcleo militar do Estado Soviético, as perspectivas de fugir das contradições enfrentadas pela U.R.S.S. não são boas. Sem o seu poder militar maciço, ela pouco representará no mundo; com seu poderio militar maciço, ela faz com que os outros países se sintam inseguros e prejudica seus próprios objetivos econômicos. É um dilema sombrio.[207]

Mas isso dificilmente poderá constituir-se numa satisfação irrestrita para o Ocidente, já que nada existe no caráter ou na tradição do Estado russo para sugerir que ele poderia aceitar de bom grado o declínio imperial. Na verdade, historicamente, *nenhum* dos amplos impérios multinacionais examinados neste estudo — o Otomano, o Espanhol, o Napoleônico, o Britânico — jamais se retiraram para a sua própria base étnica enquanto não foram derrotados numa guerra de grandes potências, ou (como aconteceu com a Grã-Bretanha depois de 1945) foram tão enfraquecidos pela guerra que uma retirada imperial tornou-se politicamente inevitável. Os que se rejubilam com as dificuldades enfrentadas hoje pela União Soviética e esperam o colapso desse império deveriam lembrar-se de que essas transformações ocorrem normalmente a grande custo, e nem sempre de maneira previsível.

Os Estados Unidos: o problema do número um em declínio relativo

Vale a pena lembrar das dificuldades da União Soviética ao nos voltarmos para a análise das circunstâncias presentes e futuras dos Estados Unidos, devido a duas distinções importantes. A primeira é que, embora se possa argumentar que a parcela americana do poder mundial vem declinando *relativamente* de maneira mais rápida que a da Rússia nas últimas décadas, seus problemas provavelmente não têm as mesmas proporções de seu rival soviético. Além disso, sua força *absoluta* (em especial nos campos da indústria e tecnologia) é ainda muito maior que a da U.R.S.S. A segunda é que a natureza

muito desestruturada, do tipo *laissez-faire,* da sociedade americana (embora tendo suas debilidades) provavelmente lhe assegura melhor possibilidade de reajustar-se às novas circunstâncias do que um país rígido e dirigista. Mas isso, por sua vez, depende de uma liderança nacional que possa compreender os processos mais amplos em funcionamento no mundo de hoje, e tenha consciência dos pontos fortes e fracos da posição dos Estados Unidos, enquanto estes buscam ajustar-se às modificações do ambiente global.

Embora os Estados Unidos ocupem atualmente ainda uma posição especial, própria, econômica e talvez mesmo militarmente, não podem deixar de enfrentar duas grandes provas que desafiam a longevidade de toda grande potência que ocupa a posição "número um" nos assuntos mundiais: a capacidade de preservar, no setor estratégico-militar, um razoável equilíbrio entre as necessidades defensivas do país e os meios de que dispõe para atender a elas; e a capacidade de preservar, como ponto estreitamente ligado à primeira, as bases tecnológicas e econômicas de seu poder contra a erosão relativa, frente aos padrões sempre cambiantes da produção global total. Essa prova da capacidade americana será ainda maior porque os Estados Unidos, como a Espanha imperial de cerca de 1600 ou o Império Britânico de cerca de 1900, são os herdeiros de uma vasta série de compromissos estratégicos feitos décadas antes, quando a capacidade política, econômica e militar que tinham de influenciar as questões mundiais parecia muito mais assegurada. Em conseqüência, os Estados Unidos correm hoje o risco, tão conhecido dos historiadores da ascensão e queda de grandes potências anteriores, do que se poderia chamar de "excessiva extensão imperial": ou seja, os responsáveis pelas decisões em Washington têm de enfrentar a dura e permanente realidade de que a soma total dos interesses e obrigações mundiais dos Estados Unidos é hoje muito superior ao poder que eles têm de defender simultaneamente esses interesses e obrigações.

Ao contrário das potências anteriores que enfrentaram o problema da excessiva extensão estratégica, os Estados Unidos estão também frente à possibilidade de aniquilação nuclear — fato que, na opinião de muitos, modificou toda a natureza da política internacional de poder. Se ocorresse realmente uma guerra nuclear em grande escala, então qualquer exame das "perspectivas" dos Estados Unidos se tornaria tão problemático que deixaria de ter sentido — mesmo sendo a posição americana (devido aos seus sistemas defensivos e sua extensão geográfica) provavelmente mais favorável do que, digamos, a da França ou do Japão num conflito desses. Por outro lado a história da corrida armamentista pós-1945 até agora sugere que as armas nucleares, embora mutuamente ameaçadoras a Leste e Oeste, também parecem ser mutuamente não-utilizáveis — sendo essa a principal razão pela qual as potências continuam a aumentar os gastos com sua forças *convencionais.* Se, porém, existe a possibilidade de que um dos principais Estados seja envolvido, algum dia, numa guerra não-nuclear (seja meramente regional ou em maior escala), então a similaridade das circunstâncias estratégicas entre os Estados Unidos de hoje e a Espanha imperial ou a Grã-Bretanha eduardiana, em sua época, é evidentemente muito mais adequada. De qualquer modo, a decadente potência número um enfrentou ameaças, não tanto à segurança de seu próprio território (no caso dos Estados Unidos, a perspectiva de serem

conquistados por um exército invasor é remota), mas sim aos interesses do país no exterior — interesses esses tão espalhados que seria difícil defendê-los todos ao mesmo tempo, mas que também seria quase igualmente difícil abandonar sem correr novos riscos.

Cada um desses compromissos externos, vale a pena lembrar, foi assumido pelos Estados Unidos por motivos que pareciam muito lógicos (e por vezes prementes) na ocasião, e na maioria dos casos a razão da presença americana não diminuiu. Em certas partes do globo, os interesses dos Estados Unidos podem parecer hoje aos responsáveis pelas decisões em Washington maiores do que eram há algumas décadas.

Pode-se argumentar que isso certamente acontece com as obrigações americanas no Oriente Médio. Trata-se de uma região, do Marrocos no oeste até o Afeganistão no leste, onde os Estados Unidos enfrentam vários problemas e conflitos cuja simples relação (como disse um observador), "nos deixa sem fôlego".[208] É uma área que contém grande parte das reservas petrolíferas mundiais; que parece suscetível (pelo menos no mapa) à penetração soviética; em relação à qual um poderoso grupo de pressão interna defende um apoio inquebrantável a um Israel isolado, mas militarmente eficiente; na qual Estados árabes de inclinação geralmente pró-Ocidente (Egito, Arábia Saudita, Jordânia e emirados do Golfo) sofrem pressões de seus fundamentalistas islâmicos e ameaças externas como as da Líbia; e na qual todos os Estados árabes, quaisquer que sejam a suas rivalidades próprias, opõem-se à política de Israel para com os palestinos. Isso torna a região muito importante para os Estados Unidos, mas ao mesmo tempo surpreendentemente resistente a qualquer opção política simples. É, além disso, a região do mundo que, pelo menos em algumas partes, parece recorrer com mais freqüência à guerra. Finalmente, encerra o único território — Afeganistão — que a União Soviética está tentando conquistar por meio da força armada. Não é de surpreender, portanto, que o Oriente Médio tenha sido visto como uma região que necessita da constante atenção americana, seja militar ou diplomática. Mas a lembrança do fracasso de 1979 no Irã e da fatídica aventura no Líbano em 1983, das complexidades diplomáticas dos antagonismos (como ajudar a Arábia Saudita sem alarmar Israel), e a impopularidade dos Estados Unidos entre as massas árabes tornam muito difícil a condução de uma política coerente, a longo prazo, pelo governo americano.

Também na América Latina parece haver crescentes desafios aos interesses nacionais dos Estados Unidos. Se uma grande crise internacional de dívidas vai ocorrer em alguma parte do mundo, desfechando sério golpe no sistema creditício mundial e, em especial, nos bancos americanos, ela provavelmente começará nessa região. Hoje, não só os problemas econômicos da América Latina reduziram a posição de crédito de muitas eminentes casas bancárias americanas, como também contribuíram para um declínio substancial nas exportação de manufaturados americanos para a região. Ali, como no leste da Ásia, a ameaça de que os países adiantados, prósperos, do mundo aumentem constantemente as tarifas contra os manufaturados importados, de baixo custo de mão-de-obra, e sejam ainda menos generosos em seus programas de ajuda externa, é motivo de profunda preocupação. Tudo isso é agravado pelo fato de que, econômica e socialmente, a América Latina se vem modificando

com notável rapidez nas últimas décadas.[209] Ao mesmo tempo, sua explosão demográfica pressiona fortemente os recursos existentes e as velhas estruturas de governo conservadoras, em numerosos estados. Isso levou a movimentos de ampla base em favor de reformas sociais e constitucionais, ou mesmo de "revolução" — sendo estes últimos influenciados pelos atuais regimes radicais de Cuba e Nicarágua. Esses movimentos, por sua vez, provocaram uma reação conservadora, com governos reacionários proclamando a necessidade de acabar com todos os vestígios do comunismo interno, e apelando para os Estados Unidos para a realização desse objetivo. Essas fissuras sociais e políticas forçam, com freqüência, os americanos a uma escolha entre seu desejo de fortalecer os direitos democráticos na América Latina e de derrotar o marxismo. Também obriga Washington a considerar se pode realizar seus próprios objetivos apenas por meios políticos e econômicos, ou se terá de recorrer à ação militar (como no caso de Granada).

A situação mais preocupante é, de longe, a que está bem ao sul dos Estados Unidos, e torna a "crise" polonesa para a U.R.S.S. pequena, em comparação. Simplesmente não há equivalente no mundo para o estado atual das relações entre México e Estados Unidos. O México está à beira da falência e da inadimplência, sua crise econômica interna leva centenas de milhares de pessoas a se transferirem ilegalmente para o norte, a cada ano; seu comércio mais lucrativo com os Estados Unidos está se tornando um fluxo de drogas pesadas, conduzido com brutalidade, para os Estados Unidos, e a fronteira para esse tipo de tráfico é extraordinariamente permeável.[210]

Se os desafios aos interesses americanos no leste da Ásia estão mais distantes, isso não reduz a significação dessa enorme área, hoje. A maior parcela da população do mundo vive ali; uma grande e crescente proporção do comércio americano vai para os países na "orla do Pacífico"; duas das futuras grandes potências mundiais, China e Japão, lá estão localizadas; a União Soviética, diretamente e (através do Vietnã) indiretamente, também está presente. O mesmo acontece com os países asiáticos recém-industrializados, frágeis, quase democracias que, de um lado, adotaram o *ethos* capitalista do *laissez-faire* com excessivo entusiasmo, e, do outro, estão competindo com a indústria americana em tudo, de têxteis à eletrônica. É também no leste da Ásia que há um substancial número de compromissos militares americanos, em geral criações da Guerra Fria.

A simples enumeração desses compromissos mostra a natureza extraordinariamente ampla dos interesses americanos nessa região. Há alguns anos, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos tentou fazer um sumário dos interesses americanos no Leste asiático, mas a sua própria concisão mostrava, paradoxalmente, as proporções quase ilimitadas desses compromissos estratégicos:

> A importância para os Estados Unidos da segurança do Leste da Ásia e do Pacífico é demonstrada pelos tratados bilaterais com o Japão, Coréia e Filipinas; o Pacto de Manila, que coloca a Tailândia entre nossos aliados com tratados; e nosso tratado com a Austrália e Nova Zelândia — o Tratado ANZUS. É demonstrada ainda pela colocação de forças terrestres e aéreas na Coréia e Japão, e o estacionamento avançado da Sétima Frota no Pacífico ocidental. Nossos

principais objetivos regionais, em conjunto com nossos amigos na área e aliados, são:

— Manter a segurança de nossas rotas marítimas essenciais e dos interesses dos Estados Unidos na região; manter a capacidade de atender aos nossos compromissos contratados no Pacífico e Leste da Ásia; impedir a União Soviética, Coréia do Norte e Vietnã de interferirem nos assuntos de outros países; estabelecer uma relação estratégica durável com a República Popular da China e apoiar a estabilidade e independência dos países amigos.[211]

Além disso, essa prosa cuidadosamente seleta esconde inevitavelmente um considerável número de questões políticas e estratégicas extremamente delicadas: como estabelecer boas relações com a China sem abandonar Taiwan; como "apoiar a estabilidade e independência dos países amigos" ao mesmo tempo em que tenta controlar o fluxo de suas exportações para o mercado americano; como fazer com que os japoneses assumam uma parcela maior da defesa do Pacífico ocidental sem alarmar seus vários vizinhos; como manter bases americanas nas Filipinas, por exemplo, sem provocar ressentimentos locais; como reduzir a presença militar americana na Coréia do Sul sem provocar idéias erradas no Norte...

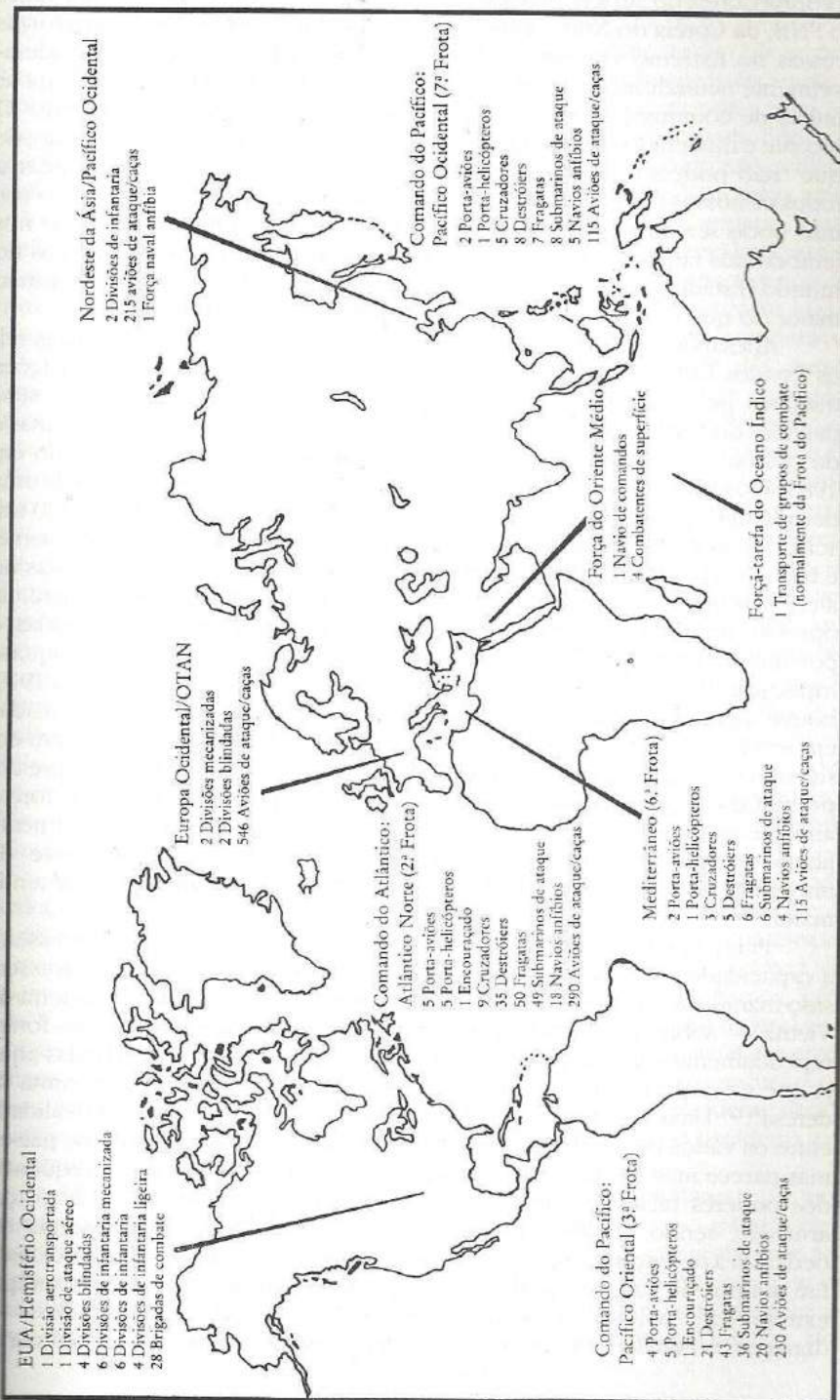
Maior ainda, pelo menos se medido pelas colocações miliares, é o interesse americano na Europa ocidental — cuja defesa é, mais do que qualquer outra coisa, a justificativa estratégica do exército americano e de grande parte da força aérea e da marinha. De acordo com alguns cálculos misteriosos, na verdade, 50 a 60% das forças americanas de caráter geral estão atribuídas à OTAN, organização para a qual (como observam repetidamente os críticos) os outros membros contribuem com uma parcela significativamente menor de seu PNB para os gastos com a defesa, embora a população total e a renda da Europa sejam agora maiores que as dos próprios Estados Unidos.[212] Não é este o lugar para ensaiarmos os vários contra-argumentos europeus no debate sobre "partilha do ônus" (como o custo social que países como a França e Alemanha Ocidental pagam na manutenção do serviço militar obrigatório), ou desenvolver a tese de que se a Europa ocidental fosse "finlandizada" os Estados Unidos provavelmente gastariam ainda mais com a defesa do que atualmente.[213] Do ponto de vista estratégico americano, o fato inegável é que essa região sempre pareceu mais vulnerável à pressão russa do que, digamos, o Japão — em parte, por *não ser* uma ilha, e em parte porque do outro lado da fronteira terrestre européia a U.R.S.S. concentrou a maior proporção de suas forças terrestres e aéreas, significativamente maiores do que poderia ser necessário para a segurança interna. Isso pode não dar à Rússia, ainda assim, a capacidade militar de dominar a Europa ocidental (ver p.481-83), mas não é uma situação em que seria prudente retirar substanciais forças terrestres e aéreas dos Estados Unidos, unilateralmente. Até mesmo a remota possibilidade de que a maior concentração mundial de produção manufatureira pudesse cair na órbita soviética basta para convencer o Pentágono de que "a segurança da Europa ocidental é particularmente vital para a segurança dos Estados Unidos."[214]

Mas por mais lógico que possa ser, estrategicamente, o compromisso americano com a Europa, o fato em si não constitui garantia contra certas complicações militares e políticas que levaram aos desacordos transatlânticos.

Embora a aliança da OTAN aproxime os Estados Unidos e a Europa num nível, a CEE é em si mesma, como o Japão, uma rival em termos econômicos, em especial no decrescente mercado para produtos agrícolas. E o que é mais significativo, enquanto a política *oficial* européia tem sido sempre a de ressaltar a importância de estar sob o "guarda-chuva nuclear" americano, há uma preocupação geral entre o público com as implicações da colocação de armas americanas (mísseis, Pershing II, submarinos com Trident — para não falarmos na bomba de nêutron) em solo europeu. Mas se, voltando a uma observação anterior, as duas superpotências tentassem evitar a guerra nuclear na hipótese de um conflito sério, isso ainda deixa consideráveis problemas na defesa da Europa ocidental por meios *convencionais*. Em primeiro lugar, trata-se de uma proposição muito cara. Em segundo, mesmo aceitando os indícios que começam a sugerir que as forças terrestres e aéreas do Pacto de Varsóvia poderiam de fato ser contidas, tal argumento baseia-se num certo fortalecimento do atual contingente da OTAN. Desse ângulo, nada seria mais perturbador do que uma proposta de redução ou retirada de forças americanas na Europa — por mais premente que isso fosse, por motivos econômicos ou com a finalidade de reforçar a colocação de tropas americanas em outros pontos do mundo. Mas a prática de uma grande estratégia que seja ao mesmo tempo global e flexível é extremamente difícil, quando uma parte tão grande das forças armadas americanas estão empenhadas numa determinada região.

Em vista disso, não é de surpreender que os círculos mais preocupados com a discrepância entre os compromissos americanos e o poderio americano sejam as próprias forças armadas, simplesmente porque seriam as primeiras a sofrer, se as debilidades estratégicas se evidenciassem na dura prova da guerra. Daí as freqüentes advertências do Pentágono contra a obrigação de ser forçado a um ato de equilibrismo logístico global, transferindo forças de um "ponto conflituoso" para outro, à medida que surgem novos problemas. Se essa situação era particularmente aguda em fins de 1983, quando a colocação de tropas adicionais na América Central, Granada, Chade e Líbano levou o ex-chefe do estado-maior das forças armadas a proclamar que "o desencontro" entre as forças e a estratégia americanas "é hoje maior do que em qualquer outro momento anterior",[215] o problema vinha existindo de maneira implícita há anos. É interessante que tais advertências sobre a excessiva extensão dos compromissos das forças armadas americanas sejam acompanhadas de mapas das "principais localizações militares dos Estados Unidos em todo o mundo",[216] que, para os historiadores, parecem extraordinariamente semelhantes à cadeia de bases navais e guarnições de que dispunha aquela antiga potência mundial, a Grã-Bretanha, no auge de seus compromissos também excessivamente extensos.[217]

Por outro lado, é pouco provável que os Estados Unidos fossem chamados a defender *todos* os seus interesses externos, simultamente e sem a ajuda de um número significativo de aliados — os membros da OTAN na Europa ocidental, Israel no Oriente Médio e, no Pacífico, o Japão, Austrália e possivelmente a China. Nem são todas as tendências regionais desfavoráveis aos Estados Unidos, em termos de defesa; por exemplo, embora a agressão pelo imprevisível regime da Coréia do Norte seja sempre possível, isso dificilmente seria bem recebido por Pequim, atualmente — e, além disso, a

Mapa 12: *Distribuição mundial das forças americanas, 1987*

Fonte: *American Defense Annual, 1987-1988.*

própria Coréia do Sul tem hoje mais de duas vezes a população, e quatro vezes o PNB, da Coréia do Norte. Da mesma forma, embora a expansão das forças russas no Extremo Oriente esteja alarmando Washington, ela é consideravelmente neutralizada pela crescente ameaça que a China representa para as linhas de comunicação terrestres e marítimas da Rússia com o Oriente. O recente e moderado reconhecimento, pelo secretário da defesa americano, de que "não podemos nunca adquirir a capacidade suficiente para atender a todos os nossos compromissos com 100% de confiança"[218] é sem dúvida certo, mas pode ser menos preocupante do que parece à primeira vista, se nos lembrarmos também de que o potencial total de recursos anti-soviéticos no mundo (Estados Unidos, Europa ocidental, Japão, China, Australásia) é muito maior do que os recursos totais alinhados do lado da Rússia.

Apesar desse consolo, perdura o dilema fundamental de estratégia geral: os Estados Unidos têm hoje aproximadamente a mesma série de obrigações militares pelo mundo que tinham há um quarto de século, quando suas parcelas do PNB mundial, da produção manufatureira, do dispêndio militar e de pessoal das forças armadas eram muito maiores que hoje.[219] Mesmo em 1985, 40 anos depois da sua vitória na Segunda Guerra Mundial, e mais de uma década depois da sua retirada do Vietnã, os Estados Unidos tinham 520 mil soldados no exterior (inclusive 65 mil em navios).[220] Esse total, incidentalmente, é bastante maior que as forças britânicas, militares e navais, estacionadas no além-mar em tempo de paz, no auge do Império Britânico. Não obstante, na opinião vigorosamente manifestada pelo estado-maior das forças armadas, e por muitos especialistas civis,[221] simplesmente não basta. Apesar da quase triplicação do orçamento americano de defesa desde fins da década de 1970, houve "apenas um aumento de 5% no tamanho numérico das forças armadas em serviço ativo".[222] Como os militares ingleses e franceses descobriram em sua época, uma nação com extensas obrigações de além-mar terá sempre um problema de "pessoal" mais difícil do que o estado que mantém suas forças armadas apenas para a defesa de seu território; e uma sociedade politicamente liberal e economicamente partidária do *laissez-faire* — consciente da impopularidade do serviço militar obrigatório — terá um problema ainda maior.[223]

Possivelmente, essa preocupação com a distância entre os interesses e a capacidade americana no mundo pareceria menos aguda se não tivessem sido manifestadas tantas dúvidas — pelo menos, desde a época da Guerra do Vietnã — sobre a *eficiência* do próprio sistema. Como tais dúvidas foram repetidamente comentadas em outros estudos, serão apenas resumidas aqui, já que este não é mais um ensaio sobre o discutido tópico da "reforma da defesa".[224] Uma área muito questionada tem sido, por exemplo, a rivalidade entre os vários ramos das forças armadas, comum em quase todos os países, mas parece mais profunda no sistema americano — talvez em conseqüência dos poderes relativamente modestos do chefe do estado-maior das forças armadas, sendo possível que isso decorra do fato de muita energia ser dedicada à obtenção de recursos, e não às questões estratégicas e operacionais. Em tempos de paz, isso poderia ser considerado apenas como um exemplo extremo de "política burocrática"; mas em operações de guerra reais — digamos, no envio de emergência da força-tarefa conjunta de deslocamento

rápido, que encerra elementos de todas as quatro forças armadas — uma falta de coordenação adequada poderia ser fatal.

Nas áreas de obtenção de recursos militares propriamente dita, alegações de "desperdícios, fraude e abusos"[225] têm sido comuns. Os vários escândalos sobre armas terrivelmente caras e pouco eficientes, que chamaram a atenção do público nos últimos anos, têm uma explicação plausível: falta de concorrências adequadas e de forças de mercado no "complexo militar-industrial", e a tendência para os sistemas de armas "dourados", ou caros, para não falarmos da busca de grandes lucros. É difícil, porém, separar essas deficiências no processo de distribuição de recursos daquilo que é evidentemente um acontecimento mais fundamental: a intensificação dos impactos que os novos avanços tecnológicos têm sobre a arte da guerra. Admitindo-se que é no campo da alta tecnologia que a U.R.S.S. parece geralmente mais vulnerável — o que sugere a possibilidade de empregar a *qualidade* das armas americanas para compensar a maior *quantidade* russa de, por exemplo, tanques e aviões — há uma atração óbvia naquilo que Caspar Weinberger chamou de "estratégias competitivas", quando se encomendam novas armas.[226] Não obstante, o fato de ter o governo Reagan, em seu primeiro mandato, gasto em aviões novos 75% mais do que o governo Carter, tendo comprado apenas 9% a mais em número de aviões, indica o apavorante problema de fornecimento de recursos militares de fins do século XX: levando-se em conta a tendência, impulsionada pela tecnologia, de gastar cada vez mais num número cada vez menor de sistemas de armas, teriam os Estados Unidos e seus aliados um número realmente suficiente de aviões e tanques sofisticados e extremamente caros de reserva, depois das fases iniciais de uma guerra convencional travada com toda ferocidade? Teria a Marinha dos Estados Unidos um número suficiente de submarinos de ataque, ou fragatas, se sofresse perdas severas no início de uma *terceira* Batalha no Atlântico? Caso contrário, os resultados seriam sombrios, pois é claro que o complexo arsenal de hoje não pode ser simplesmente substituído nos curtos prazos observados durante a Segunda Guerra Mundial.

Esse dilema é acentuado por outros dois elementos no complicado cálculo de estabelecer uma política americana de defesa que seja eficiente. O primeiro é a questão das limitações orçamentárias. A menos que as circunstâncias externas se tornem muito mais ameaçadoras, seria um ato notável de persuasão política elevar as defesas defensivas muito além de, digamos, 7,5% do PNB — mais especialmente porque as proporções do déficit federal (ver adiante, p.499-500) mostram a necessidade de equilibrar os gastos governamentais como a prioridade máxima do Estado. Mas se houve uma redução, ou mesmo suspensão, do aumento nos gastos com a defesa, coincidente com a continuada espiral ascendente dos custos das armas, então o problema enfrentado pelo Pentágono se tornará muito mais agudo.

O segundo fator é a variedade de contingências militares que uma superpotência global como os Estados Unidos tem de prever — e todas elas, cada qual ao seu modo, fazem exigências diferentes às forças armadas e aos armamentos a serem empregados. Mas também isso tem precedentes na história das grandes potências: o exército britânico sofreu freqüentes problemas por ter de planejar a luta na fronteira noroeste da Índia, *ou* na Bélgica. Mas

até mesmo esse desafio empalidece ante a tarefa enfrentada pelo "número um" de hoje. Se a questão crítica para os Estados Unidos é a preservação de um dissuasório nuclear contra a União Soviética, em *todos* os níveis de escalada, então o dinheiro será inevitavelmente empregado em armas como o míssil MX, os bombardeiros B-1 e "Stealth", os Pershing II, os mísseis intermediários, e os submarinos com Trident. Se uma guerra convencional em grande escala contra o Pacto de Varsóvia é o mais provável, então os fundos devem ser presumivelmente destinados a direções diferentes: aviões táticos, tanques de combate, grandes porta-aviões, fragatas, submarinos de ataque e serviços logísticos. Se é provável que Estados Unidos e União Soviética evitarão um choque direto, mas que ambos atuarão mais intensamente no Terceiro Mundo, então a combinação de armamentos volta a modificar-se: pequenas armas, helicópteros, porta-aviões leves, um papel mais atuante para os fuzileiros americanos passam a ser os principais itens da lista. Já é claro que uma grande parte da controvérsia sobre a "reforma da defesa" é provocada por diferentes suposições quanto ao *tipo* de guerra que os Estados Unidos poderiam ser chamados a travar. Mas, e se as autoridades formularem a suposição errada?

Uma outra preocupação séria quanto à eficiência do sistema, e manifestada até mesmo pelos decididos partidários da campanha para "restabelecer" o poderio americano,[227] é se a atual estrutura da tomada de decisões permite a realização de uma estratégia geral adequada. Isso não só implicaria a realização de maior coerência em políticas militares, de modo a haver menos discussões sobre uma "estratégia marítima" contra "guerra de coalizão",[228] mas envolveria também uma síntese dos interesses políticos, econômicos e estratégicos dos Estados Unidos, a longo prazo, em lugar da luta burocrática interna que parece ter caracterizado uma parte tão grande da elaboração da política por Washington. Um exemplo muito citado disso é a freqüente disputa *pública* sobre como e onde os Estados Unidos deveriam empregar suas forças armadas no exterior para melhorar ou defender os seus interesses nacionais — com o Departamento de Estado querendo reações claras e firmes para com os que ameaçam tais interesses, mas o Departamento de Defesa relutando (sobretudo, depois do colapso do Líbano) em envolvimentos no além-mar, exceto em condições especiais.[229] Mas houve também, em contraste, exemplos de preferência do Pentágono pelas decisões unilaterais na corrida armamentista com a Rússia (por exemplo, o programa SDI, o abandono das conversações SALT II) sem consulta aos principais aliados, o que deixa problemas para o Departamento de Estado. Tem havido incertezas quanto ao papel do Conselho de Segurança Nacional e, mais especialmente, dos conselheiros de segurança nacional individuais. Tem havido incoerências da política para com o Oriente Médio, em parte devido às dificuldades do problema palestino, por exemplo, mas também devido ao interesse estratégico dos Estados Unidos em apoiar os árabes conservadores, pró-Ocidente, contra a penetração russa naquela área, o que tem fracassado com freqüência ante a bem organizada oposição interna dos grupos favoráveis a Israel. Tem havido disputas entre os Departamentos sobre o uso dos instrumentos econômicos — desde boicotes ao comércio e embargos à transferência de tecnologia até as concessões de ajuda externa, venda de armas e de cereais — em apoio aos interesses diplomáticos americanos, que afetam as políticas para com o Terceiro Mundo, África do Sul,

Rússia, Polônia, a CEE, etc., e que por vezes não foram coordenados e até mesmo foram contraditórios. Nenhuma pessoa sensata sustentaria que os muitos problemas de política externa que afligem o mundo têm uma solução óbvia e pronta; por outro lado, a preservação dos interesses americanos a longo prazo não é ajudada, certamente, quando o sistema de decisões sofre de freqüentes discordâncias internas.

Tudo isso levou a indagações, pelos críticos mais pessimistas, sobre a cultura política geral na qual os responsáveis pelas decisões em Washington têm de operar. Trata-se de um assunto demasiado amplo e complexo para ser examinado em profundidade aqui. Mas se tem sugerido cada vez mais que um país que precisa reformular sua estratégia geral, à luz das grandes e incontroláveis modificações que estão ocorrendo nas questões mundiais, pode não ser bem servido por um sistema eleitoral que parece paralisar as decisões em política externa a cada dois anos. Pode não ser ajudado pelas extraordinárias pressões aplicadas pelos grupos de interesse, pelos comitês de ação política e outros grupos, todos, por definição, tendenciosos em relação a esta ou aquela modificação de política; nem por uma "simplificação" inerente de questões internacionais e estratégicas vitais, mas complexas, pelos veículos de comunicação de massa, cujo tempo e espaço para tais assuntos são limitados, e cuja razão de ser é principalmente ganhar dinheiro e assegurar público, e apenas secundariamente, informar. Também pode não ser ajudado pelas necessidades "escapistas" ainda demasiado fortes na cultura social americana, que podem ser compreensíveis em termos de "fronteira" passada do país, mas constituem um obstáculo ao entendimento do mundo mais complexo e integrado de hoje, e de *outras* culturas e ideologias. Finalmente, o país pode não ser sempre ajudado pela sua divisão de poderes constitucionais e legislativos, criada deliberadamente quando ele estava geográfica e estrategicamente isolado do resto do mundo, há dois séculos, e dispunha de uma margem de tempo decente para chegar a um acordo sobre as poucas questões que então se relacionavam com a política "externa", mas que pode ter tido dificuldades de funcionar quando ele se tornou uma superpotência global, freqüentemente chamada a tomar decisões rápidas em relação a países com muito menos limitações. Nada disso constitui obstáculo insuperável à execução de uma estratégia geral americana a longo prazo, coerente; mas seu efeito cumulativo e combinado torna muito mais difícil a realização das modificações necessárias de política, se isso parecer prejudicial a interesses especiais e ocorrer num ano de eleição. Pode ser portanto aqui, nos setores culturais e políticos internos, que a evolução de uma eficiente política americana geral para o século XXI estará sujeita ao maior teste.

A questão final sobre a relação adequada entre "meios e fins" na defesa dos interesses americanos globais relaciona-se com os desafios econômicos enfrentados pelo país, os quais, pela sua variedade, ameaçam criar pressões enormes sobre as decisões em política nacional. A extraordinária amplitude e complexidade da economia americana torna difícil resumir o que está acontecendo a todas as suas partes — especialmente num período em que está enviando sinais tão contraditórios.[230] Não obstante, os aspectos descritos no capítulo anterior (p.411-14) ainda predominam.

A primeira delas é o relativo declínio industrial do país, medido em contraposição à produção mundial, não só em indústrias mais antigas, como têxteis, ferro e aço, construção naval e produtos químicos básicos, mas também — embora seja menos fácil julgar o resultado final desse nível de combate tecnológico-industrial — em parcelas mundiais de robótica, aeroespaço, automóveis, máquinas operatrizes e computadores. Ambas encerram problemas imensos: nas indústrias tradicionais e básicas, a distância dos salários entre os Estados Unidos e os países recém-industrializados é provavelmente tão grande que será impossível diminuí-la com "medidas de eficiência". Mas perder na competição em tecnologias futuras, se isso realmente ocorrer, seria ainda mais desastroso. Em fins de 1986, por exemplo, um estudo congressional informava que o excedente comercial dos Estados Unidos em produtos de alta tecnologia tinha caído de 27 bilhões de dólares em 1980 para apenas 4 bilhões em 1985, e estava se transformando rapidamente em déficit.[231]

O segundo setor de declínio, e sob muitos aspectos mais surpreendente, é a agricultura. Há apenas uma década, os especialistas nesse assunto previam um atemorizante desequilíbrio global entre as exigências alimentares e a produção agrícola.[232] Mas essa previsão de fome e desastre estimulou duas poderosas reações. A primeira foi um investimento maciço na agricultura americana a partir da década de 1970, alimentada pela perspectiva de vendas de alimentos cada vez maiores ao exterior; a segunda foi a enorme investigação (financiada pelo mundo ocidental) dos meios científicos de aumentar a produção das colheitas do Terceiro Mundo, tão bem-sucedida a ponto de transformar um número crescente desses países em *exportadores* e, com isso, em concorrentes dos Estados Unidos. Essas duas tendências, independentes, coincidiram com a transformação da CEE num grande produtor de excedentes agrícolas, devido ao seu sistema de manutenção de preços. Em conseqüência, os especialistas falam agora de "um mundo com abudância de alimentos",[233] o que por sua vez levou a acentuadas reduções nos preços agrícolas e nas exportações americanas de alimentos — e muitos agricultores à falência.

Não é de surpreender, portanto, que esses problemas econômicos tenham levado a um incremento do sentimento protecionista em muitos setores da economia americana, e entre homens de negócios, sindicatos, agricultores e seus deputados, e senadores. Como aconteceu na agitação sobre a "reforma tarifária" na Inglaterra eduardiana,[234] os defensores de uma maior proteção queixam-se de práticas desleais pelos estrangeiros, de *dumping* de artigos a preços abaixo do custo no mercado americano, e de enormes subsídios aos agricultores estrangeiros — o que, sustentam eles, só pode ser respondido pelo governo americano com o abandono da política de *laissez-faire* no comércio exterior e a adoção de rígidas contra-medidas. Muitas das queixas individuais (por exemplo, o envio pelo Japão de pastilhas de silicone a preço abaixo do custo para o mercado americano) foram justificadas. De maneira mais ampla, porém, a intensificação do sentimento protecionista é também um reflexo da erosão da supremacia, antes inquestionada, da indústria americana. Como os ingleses de meados do reinado da rainha Vitória, os americanos depois de 1945 eram favoráveis ao livre comércio e à competição aberta, não apenas porque achavam que o comércio

e a prosperidade globais seriam estimulados nesse processo, mas também porque sabiam que muito provavelmente se beneficiariam com o abandono do protecionismo. 40 anos depois, com a diminuição dessa confiança, há uma previsível modificação de opinião, em favor da proteção do mercado interno e do produtor nacional. E, tal como no caso anterior da Grã-Bretanha, os defensores do sistema existente observam que tarifas mais elevadas não só poderiam tornar os produtos locais *menos* competitivos internacionalmente, como também poderiam provocar várias repercussões externas — uma guerra mundial de tarifas, golpes contra as exportações americanas, enfraquecimento das moedas de certos países que estão começando a industrializar-se e uma volta à crise econômica da década de 1930.

Juntamente com essas dificuldades que afetam a indústria e a agricultura americanas, há turbulências sem precedentes nas finanças nacionais. A falta de competitividade dos produtos industriais americanos no exterior, e as decrescentes vendas de exportações agrícolas produziram, em conjunto, espantosos déficits no comércio visível — 160 bilhões de dólares nos 12 meses anteriores a maio de 1986 — mas o que é alarmante é que tal diferença já não pode ser coberta pelos ganhos americanos com "invisíveis", recurso tradicional de uma economia madura (por exemplo, a Grã-Bretanha antes de 1914). Pelo contrário, a única maneira pela qual os Estados Unidos podem pagar é importando somas cada vez maiores de capital, o que o transformou de maior credor mundial a maior devedor mundial *no espaço de uns poucos anos.*

Agravando esse problema — na opinião de muitos críticos, *causando* esse problema[235] — temos as políticas orçamentárias do próprio governo dos Estados Unidos. Até mesmo na década de 1960, Washington tinha a tendência de recorrer ao financiamento do déficit, em lugar de impostos adicionais, para arcar com o custo crescente dos programas de defesa e sociais. Mas as decisões tomadas pelo governo Reagan, em princípios da década de 1980 — isto é, aumentos em grande escala nas despesas com a defesa, mais consideráveis reduções nos impostos, mas *sem* reduções significativas nos gastos federais em outros setores — produziram aumentos extraordinários no déficit e, em conseqüência, na dívida nacional, como se vê pelo Quadro 49.

Quadro 49. Déficit federal, dívida e juros dos E.U.A., 1980-1985[236]
(em bilhões de dólares)

	Déficit	*Dívida*	*Juros sobre a dívida*
1980	59,6	914,3	52,5
1983	195,4	1.381,9	87,8
1985	202,8	1.823,1	129,0

A continuação dessas tendências, como observaram vozes alarmadas, levaria a dívida nacional dos Estados a cerca de 13 *trilhões* de dólares no ano 2000 (14 vezes a de 1980), e os pagamentos de juros sobre tal montante a1,5 *trilhões* (29 vezes o de 1980).[237] De fato, uma redução das taxas de juro poderia fazer baixar essas estimativas,[238] mas a tendência geral ainda é muito doentia.

Mesmo que os déficits federais pudessem ser reduzidos a "apenas" 100 bilhões de dólares anualmente, a combinação da dívida nacional e pagamentos de juros em princípios do século XXI ainda fará com que totais sem precedentes de dinheiro sejam desviados nesse sentido. Historicamente, o único outro exemplo que nos ocorre de uma grande potência aumentar de tal modo suas dívidas em *tempos de paz* é a França da década de 1780, quando a crise fiscal contribuiu para a crise política interna.

Esses déficits americanos, comercial e federal, estão agora interagindo com um fenômeno novo na economia mundial — e que é mais bem descrito, talvez, como o "deslocamento" dos movimentos de capital internacional do comércio de bens e serviços. Devido à crescente integração da economia mundial, o volume de comércio, tanto em manufaturas como em serviços financeiros é muito maior do que antes, e em conjunto podem subir a cerca de 3 trilhões de dólares por ano. Isso, porém, é hoje eclipsado pelo estupendo nível de fluxos de capital para os mercados financeiros do mundo, tendo o mercado de eurodólar baseado em Londres, sozinho, um volume de "pelo menos 25 vezes o do comércio mundial".[239] Embora essa tendência tenha sido alimentada pelos acontecimentos na década de 1970 (a passagem do câmbio fixo para o flutuante, os recursos excedentes que afluíam dos países da OPEP), também foi estimulada pelos déficits dos Estados Unidos, já que a única maneira pela qual o governo federal pôde cobrir a crescente distância entre suas despesas e suas receitas foi atrair para o país volumes tremendos de fundos líquidos da Europa e (especialmente) do Japão — transformando os Estados Unidos, como dissemos acima, no maior país devedor do mundo, de longe.[240] É, de fato, difícil imaginar como a economia americana poderia ter ficado *sem* o influxo de grupos estrangeiros em princípios da década de 1980, mesmo que isso tivesse a embaraçosa conseqüência de fazer subir o valor cambial do dólar, prejudicando ainda mais as exportações agrícolas industriais dos Estados Unidos. Mas isso, por sua vez, suscita a perturbadora pergunta sobre o que poderia acontecer se esses fundos maciços e voláteis tivessem deixado o dólar, provocando queda acentuada do seu valor.

As tendências provocaram, por sua vez, explicações que sugerem estar as vozes alarmistas exagerando a gravidade do que acontece com a economia dos Estados Unidos, sem levar em conta a "naturalidade" da maioria desses acontecimentos. Por exemplo, a faixa agrícola do meio-oeste estaria muito menos mal se tantas pessoas não tivessem comprado terras a preços inflacionados e a taxas de juros excessivas em fins da década de 1970. Mais uma vez, a passagem da indústria para os serviços é compreensível, e ocorre em todos os países adiantados; vale a pena também lembrar que a produção manufatureira dos Estados Unidos vem crescendo em termos absolutos, embora o emprego (especialmente de operários) na indústria de manufatura venha caindo — mas também essa é uma tendência "natural", já que o mundo se transfere cada vez mais da produção de base material para a produção baseada no conhecimento. Da mesma forma, não há nada de errado na metamorfose das instituições financeiras americanas em instituições financeiras *mundiais*, com uma tríplice base em Tóquio, Londres e Nova York, para controlar (e lucrar com isso) o grande volume de fluxos de capital; isso só pode estimular os ganhos do país com serviços. Até mesmo os grandes déficits

federais anuais e a crescente dívida nacional são por vezes considerados como não sendo demasiado sérios, depois dos descontos da inflação; e existe em alguns círculos uma convicção de que a economia "sairá com o crescimento" desses déficits, ou que medidas serão tomadas pelos políticos para cobrir a distância, seja com aumento de impostos ou cortes nas despesas, ou com uma combinação de ambos. Uma tentativa demasiado apressada de acabar com o déficit, observa-se, bem poderia provocar uma recessão grave.

Ainda mais tranqüilizadores são considerados os indícios positivos de crescimento da economia americana. Devido ao surto de prosperidade no setor de serviços, os Estados Unidos vêm criando empregos, na última década, mais depressa do que em qualquer outro momento de sua história em tempos de paz — e certamente muito mais depressa do que na Europa ocidental. Como um ponto correlato, seu grau muito maior de mobilidade da mão-de-obra facilita tais transformações no mercado de trabalho. Além disso, o enorme interesse americano pela alta tecnologia — não apenas na Califórnia, mas na Nova Inglaterra, Virgínia, Arizona, e muitas outras partes — promete surtos ainda maiores de produção, e portanto de riqueza nacional (bem como assegurar uma vantagem estratégica em relação à U.R.S.S.). Na verdade, é precisamente devido às oportunidades existentes na economia americana que ela continua atraindo milhões de imigrantes, e a estimular milhares de novos empresários, ao mesmo tempo em que as torrentes de capital que afluem ao país podem ser usadas para novos investimentos, sobretudo em P&D. Finalmente, se as modificações nos termos globais de troca estão realmente levando a menores preços para alimentos e matérias-primas, isso deve beneficiar uma economia que ainda importa enormes quantidades de petróleo, minérios e assim por diante (mesmo que prejudiquem certos produtores americanos, como os agricultores e os que se ocupam do petróleo).

Muitas dessas observações individuais podem ser válidas. Como a economia americana é tão grande e variada, alguns setores e regiões podem estar crescendo ao mesmo tempo em que outros estão em declínio — e caracterizar o todo com generalizações abrangentes sobre "crises" ou "surtos de prosperidade" é, portanto, inadequado. Dado o declínio dos preços de matérias-primas, a queda do valor cambial insustentavelmente alto do dólar de princípios de 1985, a baixa geral das taxas de juros — e o impacto dessas três tendências sobre a inflação e a confiança na economia — não é surpresa encontrarmos economistas profissionais que manifestam otimismo sobre o futuro.[241]

Não obstante, do ponto de vista da estratégia geral americana, e das bases econômicas sobre as quais uma estratégia eficiente, a longo prazo, se tem de apoiar, o quadro é muito menos róseo. Em primeiro lugar, levando-se em conta a série mundial de compromissos militares assumidos pelos Estados Unidos desde 1945, sua capacidade para suportá-los é evidentemente menor do que há várias décadas, quando sua parcela de manufatura e do PNB mundiais era muito maior, sua agricultura não estava em crise, seu balanço de pagamentos era muito mais saudável, o orçamento governamental também era equilibrado, e não estava tão endividado com o resto do mundo. Nesse sentido mais amplo, há alguma coisa na analogia feita por certos cientistas políticos entre a posição dos Estados Unidos, hoje, e a das "potências hegemônicas" do passado.[242]

Também nesse caso é instrutivo notar as estranhas semelhanças entre a crescente preocupação entre os círculos mais ponderados nos Estados Unidos de hoje, e a que predominou em todos os partidos políticos na Grã-Bretanha eduardiana e levou ao que foi chamado de movimento da "eficiência nacional": isto é, um debate amplo entre os responsáveis pelas decisões do país, a economia e as elites educacionais, sobre as várias medidas que poderiam inverter o que se considerava ser uma crescente falta de competitividade em comparação com outras sociedades adiantadas. Em termos de capacidade comercial, níveis de treinamento e educação, eficiência de produção, padrões de renda e de vida (entre os menos favorecidos), saúde e habitação, a potência "número um" de 1900 parecia estar perdendo terreno, com sombrias implicações para a posição *estratégica* do país a longo prazo; daí o fato de que os apelos à "renovação" e "reorganização" tenham sido feitos tanto pela direita como pela esquerda.[243] Essas campanhas geralmente levam a reformas imediatas, mas sua própria existência é, ironicamente, a confirmação do declínio, pelo fato de que tal agitação simplesmente não teria sido necessária algumas décadas antes, quando a posição de liderança do país era indubitável. Um homem forte, como o escritor G.K.Chesterton observou sardonicamente, não se preocupa com a eficiência de seu corpo; só quando ele enfraquece é que começa a falar sobre a saúde.[244] Da mesma forma, quando uma grande potência é forte e não tem sua posição questionada, é muito menos provável que ela debata a sua capacidade de enfrentar suas obrigações, do que quando está relativamente fraca.

Mas limitadamente, poderia haver implicações sérias para a estratégia geral americana se sua base industrial continuar a encolher. Se houver uma futura guerra em grande escala que permanecesse convencional (devido ao mútuo receio dos beligerantes de provocar o holocausto nuclear), então temos de indagar qual o impacto que sobre a capacidade produtiva dos Estados Unidos teriam os anos de declínio de certas indústrias chaves, a erosão do emprego industrial, e assim por diante. Isso nos lembra o grito de alerta de Hewins em 1904 quanto ao impacto da decadência industrial britânica sobre o poderio do país:[245]

> Suponhamos ser a indústria ameaçada [pela concorrência estrangeira] uma das que estão na própria raiz de seu sistema de defesa nacional — o que lhes aconteceria então? Não poderiam passar sem uma indústria do ferro, uma grande engenharia, porque na guerra moderna não teriam os meios de produzir, e manter em estado de eficiência, suas frotas e exércitos.

É difícil imaginar que o declínio da capacidade industrial americana pudesse ser tão sério: sua base manufatureira é simplesmente muito maior do que a da Grã-Bretanha eduardiana. E — o que é importante — as "indústrias relacionadas com a defesa" não só foram sustentadas por repetidas encomendas do Pentágono, como também acompanharam a transferência de indústrias de uso intensivo de material para uso intensivo de conhecimento (alta tecnologia), o que a longo prazo também reduzirá a dependência do Ocidente de matérias-primas críticas. Mesmo assim, a proporção muito alta de, digamos, semicondutores que são montados em países estrangeiros e em seguida enviados

para os Estados Unidos,[246] ou — para mencionarmos um produto o mais distante possível de semicondutores — a erosão da indústria de transporte e construção marítimos ou fechamento de tantas minas e campos petrolíferos americanos — essas tendências não podem deixar de ser prejudiciais no caso de uma outra guerra prolongada, de grandes potências e de coalizões. Se, além do mais, os precedentes históricos tiverem alguma validade, a limitação mais crítica a qualquer "surto" de produção de guerra tem sido geralmente na área dos operários especializados[247] — o que, mais uma vez, nos leva a refletir sobre o maciço declínio a longo prazo do emprego de operários especializados na América.

Um problema muito diferente, mas de igual importância para a manutenção de uma estratégia geral adequada, relaciona-se com o impacto do lento crescimento econômico sobre o consenso político/social. Em proporções que surpreendem a maioria dos europeus, os Estados Unidos do século XX conseguiram evitar uma política ostensivamente de "classes". Isso se deve, imagina-se, ao fato de que tantos dos seus imigrantes fugiam de circunstâncias socialmente rígidas em outros países; de que o simples tamanho do país permitia aos que se desiludiam de sua posição econômica "fugir" para o Oeste e, simultaneamente, tornava a organização da força de trabalho muito mais difícil do que, digamos, na França ou Grã-Bretanha; e que essa mesmas dimensões geográficas e as oportunidades empresariais que encerravam estimularam o desenvolvimento de uma forma de capitalismo de *laissez-faire*, que vem dominando a cultura política do país (apesar de ocasionais contra-ataques de esquerda). Em conseqüência, a "distância de ganhos" entre ricos e pobres nos Estados Unidos é significativamente maior do que em qualquer outra sociedade industrial adiantada; e, pela mesma razão, os gastos do Estado com serviços sociais foram uma parcela menor do PNB do que em países comparáveis (exceto o Japão, que parece ter uma forma de assistência aos pobres e idosos muito mais baseada no apoio familiar).

Essa falta de política "de classe", apesar das evidentes disparidades socioeconômicas, foi estimulada obviamente pelo fato de que o crescimento geral dos Estados Unidos desde a década de 1930 oferecia a perspectiva de melhorias individuais a uma maioria da população; e pelo fato mais perturbador de que o terço mais pobre da sociedade americana não foi "mobilizado" para ser eleitor regular. Mas levando-se em conta a taxa de natalidade diferenciada entre os grupos étnicos, brancos, de um lado, e os grupos negros e hispânicos, do outro — para não falarmos do variável fluxo de imigrantes para os Estados Unidos — e também dada a metamorfose econômica que está levando a perda de milhões de empregos de salários relativamente altos na indústria, e a criação de milhões de empregos mal remunerados nos serviços, seria imprudente supor que as normas predominantes da economia política americana (baixos gastos governamentais, baixos impostos para os ricos) seriam mantidas se a nação entrasse num período de continuadas dificuldades econômicas motivadas por um dólar em baixa e um crescimento lento. Isso também sugere que uma estrutura política americana que reage a desafios externos aumentando os gastos com a defesa, e reage às crises orçamentárias cortando as despesas sociais, pode correr o risco de provocar uma eventual reação política. Como aconteceu com todas as outras potências examinadas neste

capítulo, não há respostas fáceis para solucionar a tríplice tensão entre defesa, consumo e investimento, na fixação das prioridades nacionais.

Isso nos leva, inevitavelmente, à delicada relação entre lento crescimento econômico e elevadas despesas com a defesa. O debate sobre "a economia dos gastos com a defesa" é altamente controverso, e — tendo em mente o tamanho e a variedade da economia americana, o estímulo que pode vir dos grandes contratos governamentais, e os avanços técnicos colaterais à pesquisa de armas — os indícios não apontam simplesmente para uma direção.[248] Mas o significativo para nossos objetivos é a dimensão comparativa. Mesmo se (como se observou freqüentemente) os gastos com a defesa constituíam 10% do PNB com Eisenhower e 9% com Kennedy, a parcela relativa dos Estados Unidos na produção e riqueza globais era, naquela época, mais ou menos *duas vezes* a de hoje; e, mais particularmente, a economia americana não enfrentava então os desafios às suas indústrias tradicionais ou às de alta tecnologia. Além disso, se os Estados Unidos continuam no momento a dedicar 7% ou mais de seu PNB aos gastos com a defesa, enquanto que seus principais rivais econômicos, em especial o Japão, dedicam uma proporção muito menor, então *ipso facto* este último tem potencialmente mais fundos "livres" para o investimento civil; se os Estados Unidos continuarem a investir um volume maciço de suas atividades de P&D na produção ligada a fins militares, enquanto os japoneses e alemães ocidentais se concentram na P&D comercial; e se os gastos do Pentágono atraem a maioria dos cientistas e engenheiros afastando-os da criação e produção de artigos para o mercado mundial, enquanto o mesmo pessoal em outros países trabalha principalmente para a criação de melhores produtos de consumo civil, então parece inevitável que a parcela americana da manufatura mundial declinará constantemente, sendo também provável que suas taxas de crescimento econômico sejam mais lentas do que nos países dedicados ao mercado e menos ansiosos de canalizar recursos para a defesa.[249]

É quase supérfluo dizer que essas tendências colocam os Estados Unidos nas garras de um dilema agudíssimo a longo prazo. Simplesmente porque eles são *a* superpotência global, com compromissos militares muito mais extensos do que uma potência regional como o Japão ou a Alemanaha Ocidental, precisam de forças de defesa muito maiores — da mesma maneira que a Espanha imperial achava necessário um exército muito maior do que seus contemporâneos, e a Grã-Bretanha vitoriana insistia em ter uma marinha maior do que qualquer outro país. Além disso, como a U.R.S.S. é considerada a maior ameaça militar aos interesses americanos por todo o mundo, e está claramente dedicando uma proporção muito maior do *seu* PNB à defesa, os responsáveis pelas decisões americanas preocupavam-se inevitavelmente em não "perder" a corrida armamentista com a Rússia. Mas os mais sensíveis entre esses responsáveis pelas decisões também podem perceber que o peso dos armamentos está enfraquecendo a economia soviética; e que se as duas superpotências continuarem a destinar parcelas sempre crescentes de sua riqueza nacional ao setor improdutivo dos armamentos, a pergunta crítica será, dentro em breve: "Qual economia declinará *mais depressa*, em relação a estados em expansão como Japão, China, etc.?" Um baixo investimento em armas pode, para uma potência que se estendeu demais por todo o mundo

como os Estados Unidos, deixá-la com a sensação de ser vulnerável em todos os lados; mas um investimento muito pesado em armas, embora dando maior segurança a curto prazo, pode corroer de tal modo a competitividade da economia americana que o país estará *menos* seguro a longo prazo.[250]

Também sob esse aspecto, os precedentes históricos não são encorajadores. Um dilema comum aos países que já foram "número um" é o fato de que, mesmo quando sua força econômica relativa está diminuindo, os crescentes desafios estrangeiros à sua posição os forçam a destinar mais e mais recursos ao setor militar, o que por sua vez reduz o investimento produtivo e, com o tempo, leva a uma espiral descendente de crescimento mais lento, impostos mais pesados, divisão interna quanto as prioridades dos gastos e o enfraquecimento de sua capacidade de arcar com o ônus da defesa.[251] Se é esse realmente o padrão histórico, somos tentados a parafrasear a ironia mortalmente séria de Shaw e dizer: "Roma caiu; Babilônia caiu; a vez de Scarsdale chegará."[252]

No mais amplo sentido, portanto, a única resposta à pergunta, cada vez mais debatida pelo público, sobre se os Estados Unidos podem preservar sua atual posição, é "não" — pois simplesmente não é dado a nenhuma sociedade ficar *permanentemente* à frente de todas as outras, porque isso implicaria o congelamento de um padrão diferenciado de taxas de crescimento, avanço tecnológico e desenvolvimento militar, que existe desde tempos imemoriais. Por outro lado, essa referência ao precedente histórico *não* significa que os Estados Unidos estejam fadados a encolher até a obscuridade relativa de antigas potências líderes, como Espanha ou Holanda, ou desintegrar-se como os impérios Romano e Austro-Húngaro; eles são simplesmente demasiado grandes para que aconteça a primeira hipótese, e presumivelmente muito homogêneos, para a segunda. Até mesmo a analogia com a Grã-Bretanha, muito apreciada pela atual ciência política, não é boa se deixarmos de considerar as diferenças de *escala*. Em outras palavras: o tamanho geográfico, a população e os recursos naturais das Ilhas Britânicas sugerem que ele deve ter aproximadamente 3 ou 4% da riqueza e poder do mundo, *em condições gerais de igualdade de todos os outros aspectos*; mas é precisamente porque esses outros aspectos não são *nunca* iguais que uma série peculiar de circunstâncias históricas e tecnológicas permitiu às Ilhas Britânicas expandirem-se e ter, digamos, 25% da riqueza e poder do mundo, no auge de sua força; e como essas circunstâncias favoráveis desapareceram, elas só têm que voltar ao seu tamanho mais "natural". Da mesma forma, pode-se argumentar que a extensão geográfica e os recursos naturais dos Estados Unidos sugerem que eles devem ter talvez 16 ou 18% da riqueza e poder do mundo, mas devido a circunstâncias históricas e técnicas favoráveis, essa parcela aumentou para 40% ou mais em 1945. E o que estamos vendo no momento são as primeiras décadas da redução desse número extraordinariamente alto para uma parcela mais "natural". Esse declínio está sendo disfarçado pela enorme capacidade militar do país no momento, e também pelo seu êxito na "internacionalização" do capitalismo e cultura americanos.[253] Não obstante, mesmo quando eles declinem para ocupar a sua parcela "natural" da riqueza e poder mundiais, num futuro ainda muito distante, os Estados Unidos continuarão a ter uma influência significativa, num mundo multipolar, simplesmente devido ao seu tamanho.

A tarefa que os estadistas americanos enfrentarão nas próximas décadas, portanto, é a de reconhecer que tendências muito amplas se estão processando, e que é necessário "administrar" os problemas de modo que a erosão *relativa* da posição dos Estados Unidos ocorra lenta e suavemente, e não seja acelerada por políticas que proporcionam apenas vantagens a curto prazo, mas desvantagens a prazo mais longo. Isso exige, desde o gabinete do presidente, uma compreensão de que uma transformação tecnológica, e portanto socioeconômica, está ocorrendo no mundo mais depressa do que em qualquer momento anterior; que a comunidade internacional é muito mais diversificada, política e culturalmente, do que se acreditava, e desafia os remédios simplistas oferecidos por Washington ou Moscou para os seus problemas; que o equilíbrio da capacidade econômica e produtiva já não é tão favorável aos Estados Unidos como em 1945; e que, mesmo no setor militar, há sinais de uma certa redistribuição do equilíbrio, afastando-o de um sistema bipolar para um multipolar, no qual a força econômica e militar conjugada dos Estados Unidos provavelmente continuará maior do *que* a possuída individualmente por qualquer um dos outros países, mas não será tão desproporcional quanto nas décadas que se seguiram imediatamente à Segunda Guerra Mundial. Isso, em si, não é um mal, se lembrarmos as observações de Kissinger sobre a desvantagem de pôr em prática políticas num mundo que é sempre visto como bipolar (ver p.389); e pode parecer menos ainda um mal se reconhecermos como a Rússia pode ser muito mais afetada pela mutável dinâmica do poder mundial. Em todas as análise da erosão da liderança americana é preciso repetir sempre que o declínio é relativo e não absoluto, sendo portanto perfeitamente natural; e que a única ameaça séria aos verdadeiros interesses dos Estados Unidos só pode vir da incapacidade de ajustar-se sensatamente a uma ordem mundial mais nova.

Tendo em vista a reserva ainda considerável de forças de que dispõem os Estados Unidos, não deve, *teoricamente*, estar acima da capacidade de sucessivos governos organizar a diplomacia e a estratégia desse reajuste, a fim de que possam, na frase clássica de Walter Lippmann, "equilibrar... os compromissos e o poderio do país".[254] Embora não exista nenhum "estado sucessor" óbvio e isolado que possa assumir os encargos globais da América, tal como esta assumiu o papel da Grã-Bretanha na década de 1940, ainda assim é certo que o país tem menos problemas do que uma Espanha imperial cercada de inimigos em todas as frentes, ou uma Holanda espremida entre a França e a Inglaterra, ou um Império Britânico que enfrentava um grupo de desafiadores. As provas enfrentadas pelos Estados Unidos, ao aproximar-se o século XXI, são certamente assustadoras, e talvez em especial no setor econômico. Mas os recursos do país continuam sendo consideráveis, *se* for possível organizá-los de maneira adequada, e *se* houver um judicioso reconhecimento das limitações e das oportunidades do poder americano.

Vistos de um certo ângulo, dificilmente se poderia dizer que os dilemas enfrentados pelos Estados Unidos são excepcionais. Que país do mundo, somos tentados a perguntar, não encontra problemas ao estabelecer uma política militar viável, ou ao escolher entre canhões, manteiga e investimento? Mas de outro ponto de vista, a posição americana é muito especial. Apesar de todo o seu declínio econômico e talvez militar, os Estados Unidos continuam, nas

palavras de Pierre Hassner, "o agente decisivo em qualquer tipo de equilíbrio e problema".[255] Por ter tanto poder para o bem e o mal, por ser o sustentáculo do sistema da aliança ocidental e o centro da economia mundial existente, o que eles fazem ou *deixam de fazer* é muito mais importante do que os atos decididos por quaisquer outras potências.

Epílogo

Depois de examinar 500 anos de ascensão e queda de grandes potências dentro do sistema internacional, há uma justificativa para se concluir com um final substancial sobre *teoria* e *metodologia*, no qual o autor comentasse as proliferantes teorias sobre "a guerra e o ciclo do poder relativo",[1] "as guerras globais, as dívidas públicas e o longo ciclo",[2] "o tamanho e duração dos impérios",[3] e as várias outras tentativas[4] dos cientistas políticos de encontrar algum sentido nesse conjunto de fatos e — geralmente — sugerir implicações para o futuro. Mas este não é um livro de ciência política, mesmo que tenha a esperança de ter apresentado um grande corpo de fatos detalhados e comentários para os estudiosos dessa disciplina que investigam os padrões mais amplos da guerra e da transformação da ordem internacional.

Esta seção não procurará oferecer um sumário conclusivo da situação em que nos encontramos, pois isso seria contrário a uma das principais mensagens deste livro, segundo a qual o sistema internacional está sujeito a modificações constantes, não só as causadas pelos atos diários dos estadistas e o fluxo e refluxo dos acontecimentos militares, mas também os motivados pelas transformações mais profundas das bases do poder mundial, que com o tempo ascendem à superfície.

Não obstante, é conveniente fazermos algumas observações gerais, antes de encerrar este estudo. Dissemos, por todo ele, que no que concerne ao sistema internacional, riqueza e poder, ou força econômica e militar, são sempre relativos e devem ser vistos como tal. Sendo relativos, e como todas as sociedades estão sujeitas à tendência inexorável à mudança, o equilíbrio internacional jamais pode imobilizar-se, sendo loucura dos estadistas supor que pudesse. Dada a natureza anárquica e competitiva das rivalidades entre as nações, a história das questões internacionais nos últimos cinco séculos tem, com demasiada freqüência, sido uma história de guerras, ou pelo menos de preparação para a guerra — e ambas consomem recursos que as sociedades podiam usar para outros "produtos", quer públicos ou privados. Qualquer que seja a fase de desenvolvimento econômico e científico atingida, cada século testemunhou, portanto, um debate sobre as proporções em que a riqueza nacional deve ser usada para fins militares. Também registrou um debate sobre a melhor maneira de promover a prosperidade nacional, não só devido aos benefícios individuais proporcionados pelo aumento da riqueza, mas também devido ao reconhecimento de que o crescimento econômico, a produtividade, o florescimento financeiro afetarão as perspectivas relativas de

uma grande potência, se ocorrer outro conflito internacional. Na verdade, o resultado de todas as grandes e prolongadas guerras entre as grandes potências, examinadas aqui, mostra repetidamente as influências cruciais das forças econômicas produtivas — tanto durante a luta propriamente dita, como durante os períodos *entre* as guerras, quando diferentes taxas de crescimento levam as várias potências a se tornarem relativamente mais fortes ou mais fracas. Em grande parte, o resultado das grandes guerras de coalizão do período 1500-1945 confirmam as mudanças que vêm ocorrendo, num período mais longo, em nível econômico. A nova ordem territorial estabelecida ao final de cada guerra reflete assim a redistribuição de poder ocorrida no sistema internacional. A paz, porém, não susta esse processo de mudança constante; e o ritmo diverso do crescimento econômico entre as grandes potências faz com que elas continuem, subindo ou descendo, umas em relação às outras.

Se a existência de potências "em ascensão" ou "em queda" numa ordem mundial anárquica deve sempre levar à guerra, não é certo. A maioria dos estudos históricos supõe que "guerra" e "sistema de grandes potências" andam de mãos dadas. Mackinder, um dos fundadores do pensamento neomercantilista e geopolítico, afirmava que "as grandes guerras da história... são o resultado, direto ou indireto, do crescimento desigual da nações.[5] Mas terá esse padrão cessado em 1945? Pode realmente ter ocorrido que o advento das armas nucleares, com a sua ameaça intrínseca de transformar qualquer tiroteio numa devastação mútua, tenha finalmente contido o hábito de recorrer-se ao conflito armado em resposta a modificações seculares no equilíbrio das grandes potências, deixando apenas as guerras indiretas, de pequena escala, "sub-rogadas". Poderia estar ocorrendo também que o medo mútuo das armas nucleares apenas faça com que os futuros conflitos, se ocorrerem entre grandes potências, permaneçam convencionais — e mesmo estes seriam terrivelmente sangrentos, tendo em vista o arsenal moderno.

Obviamente, ninguém conhece a resposta a essas perguntas críticas. Os que supõem não ser a humanidade tão tola a ponto de se envolver numa outra guerra de grandes potências, ruinosamente cara, talvez devam ser lembrados de que tal convicção existiu também durante grande parte do século XIX; e, realmente, o livro de Norman Angell, *The Great Illusion,* que se tornou sucesso internacional, com sua argumentação de que a guerra seria economicamente desastrosa tanto para vencidos como para vencedores, surgiu em 1910, quando os estados-maiores europeus estavam concluindo discretamente seus planos de guerra.

Quaisquer que sejam as probabilidades de choques nucleares ou convencionais entre os principais estados, é claro que importantes transformações no equilíbrio *estão* ocorrendo, e continuarão, provavelmente em ritmo mais rápido do que antes. E o que é mais, estão ocorrendo nos níveis, distintos mas que se influenciam mutuamente, de produção econômica e poder estratégico. A menos que as tendências das duas últimas décadas se modifiquem (e por que se modificariam?), a configuração da política mundial deverá ser aproximadamente a seguinte:

Primeiro, haverá uma transferência, tanto nas parcelas da produção mundial total como dos dispêndios militares totais, das cinco maiores concentrações de força para muitas outras nações; mas será um processo

gradual, e nenhum outro estado tem probabilidade de ingressar na atual "pentarquia" constituída pelos Estados Unidos, U.R.S.S., China, Japão e CEE, em futuro próximo.

Segundo, o equilíbrio produtivo global entre esses cinco já começou a pender em certas direções: afastando-se da Rússia e dos Estados Unidos, e também da CEE, e em favor do Japão e China. Isso não configura uma disposição pentagonal *equilibrada* em termos econômicos, pois os Estados Unidos e a CEE têm aproximadamente a mesma capacidade produtiva e comercial (embora os primeiros ganhem imensamente com o fato de serem um estado militar). A U.R.S.S. e o Japão são aproximadamente iguais (embora o Japão esteja crescendo mais depressa), tendo cada um deles apenas cerca de dois terços da capacidade produtiva dos dois primeiros; e a República Popular da China está ainda muito atrás, mas é a que mais depressa cresce.

Terceiro, em termos militares ainda existe um mundo bipolar, no qual só os Estados Unidos e a União Soviética têm capacidade de promover a destruição mútua — e a destruição de qualquer outro país. Não obstante, essa bipolaridade pode estar sendo lentamente corroída, tanto em nível *nuclear,* seja por não serem essas armas utilizáveis na maioria das circunstâncias, seja por estarem a China, França e Grã-Bretanha fazendo acréscimos maciços aos seus arsenais nucleares próprios; e em nível *convencional,* devido à constante acumulação de força chinesa, mais a crescente percepção de que uma combinação de forças terrestres, marítimas e aéreas da Alemanha Ocidental e França (possivelmente também com a Grã-Bretanha e a Itália) seria uma força extremamente grande, se esses países realmente pudessem cooperar efetivamente. Por motivos políticos internos isso provavelmente não acontecerá num futuro próximo; mas o fato de existir esse potencial cria mais uma incerteza para o sistema bipolar, pelo menos em nível convencional. Em contraste, ninguém acha, no momento, que o Japão se transformará numa grande potência militar; não obstante, todos os que estão familiarizados com o padrão da "guerra e mudanças na política mundial" não se surpreenderiam se, algum dia, uma liderança política diferente em Tóquio decidir transformar sua força econômica numa margem maior de força militar.

Se o Japão decidir-se a uma presença militar mais ativa nas questões mundiais, isso seria presumivelmente por achar que não poderia continuar a preservar seus interesses agindo simplesmente como um "Estado comerciante";[6] aumentando suas forças armadas, ele estaria portanto esperando melhorar seu poder e influência internacionalmente, em proporções que não poderiam ser obtidas por medidas não-militares. Mas a história dos últimos 500 anos de rivalidade internacional mostra que a "segurança" militar apenas não basta jamais. Pode, a curto prazo, conter ou derrotar estados rivais (e isso, para a maioria dos líderes políticos e seus públicos, é perfeitamente satisfatório). Mas se, com essas vitórias, a nação se estende demais geográfica e estrategicamente; se, mesmo em nível menos imperial, ela prefere dedicar uma grande parte de sua renda total à "proteção", deixando menos para o "investimento produtivo", provavelmente verá a redução de sua produção econômica, com tristes implicações para sua capacidade a longo prazo de manter ao mesmo tempo o consumo de seus cidadãos e sua posição internacional.[7] Isso já está acontecendo no caso da União Soviética, dos Estados Unidos e Grã-Bretanha;

e é significativo que China e Alemanha Ocidental estejam lutando para evitar um investimento excessivo no setor militar, suspeitando que isso afetaria as suas perspectivas de crescimento a longo prazo.

Voltamos, portanto, ao dilema com que se defrontaram estrategistas, economistas e líderes políticos desde os tempos clássicos. Ser uma grande potência — por definição, um Estado capaz de resistir a qualquer outra nação[8] — exige uma base econômica florescente. Nas palavras de List, "A guerra, ou a possibilidade mesma da guerra, torna o estabelecimento de uma capacidade industrial uma exigência indispensável para uma nação de primeira categoria..."[9] Mas indo à guerra, ou dedicando uma grande parte da "capacidade industrial" do país a gastos com armamentos "improdutivos", corre-se o risco de enfraquecer a base econômica nacional, especialmente em relação a estados que estão concentrando uma parcela maior de sua renda no investimento produtivo para o crescimento a longo prazo.

Tudo isso foi perfeitamente reconhecido pelos autores clássicos da economia política. Os que seguiam as preferências de Adam Smith inclinaram-se a manter baixas as despesas defensivas; os simpáticos à idéia de List de *Nationaloekonomie* queriam ver o estado dispor de maiores instrumentos de força. Todos eles, se honestos, reconheceram que era na realidade um problema de opção, e uma opção difícil.[10] Idealmente, é claro, "lucro" e "poder" deviam ir lado a lado. Com demasiada freqüência, porém, os estadistas viram-se frente ao dilema habitual: entre comprar a segurança militar, num momento de perigo real ou imaginário, que então se transforma num peso sobre a economia nacional; ou manter baixos os gastos com a defesa, e ver seus interesses por vezes ameaçados pelos atos de outros estados.[11]

As atuais grandes potências do sistema internacional estão, dessa forma, obrigadas a enfrentar o duplo desafio encontrado por todas as suas antecessoras: primeiro, o padrão desigual de crescimente econômico, que leva algumas delas a serem mais ricas (e habitualmente mais fortes) em relação às outras; e segundo, o cenário competitivo e ocasionalmente perigoso no exterior, que as força a escolher entre uma segurança militar mais imediata e uma segurança econômica a prazo mais longo. *Nenhuma* regra geral proporcionará aos responsáveis pelas decisões uma orientação universalmente válida. Se negligenciarem uma defesa militar adequada, poderão ser incapazes de reagir se uma potência rival aproveitar-se deles; se gastarem demais com armamentos — ou mais habitualmente, com a manutenção, a custos crescentes, das obrigações militares assumidas em período anterior — provavelmente se esgotarão, como o velho que tenta trabalhar além da sua força natural. E a "lei do custo crescente da guerra"[12] em nada contribui para tornar as coisas mais fáceis. Mesmo se, repetindo um exemplo muito citado, for possível evitar que todo o orçamento da Força Aérea Americana seja consumido pela produção de um *único* avião no ano 2020, a escalada dos custos das armas modernas é uma tendência alarmante para todos os governos — e seus contribuintes.

Cada uma das grandes potências de hoje — os Estados Unidos, a União Soviética, a China, o Japão e (presumidamente) a CEE — está portanto às voltas com o velho dilema da ascensão e queda, com o movediço ritmo do crescimento produtivo, com inovação tecnológica, com modificações no cenário internacional, com o custo espiralante das armas, com alterações no equilíbrio

de poder. Não são fatos que possam ser controlados por nenhum estado ou indivíduo. Parafraseando a famosa observação de Bismarck, todas essas potências estão viajando "no rio do Tempo", que não podem "criar nem dirigir", mas no qual podem "manobrar com maior ou menor habilidade e experiência".[13] Como sairão da viagem depende, em grande parte, da prudência dos governos em Washington, Moscou, Tóquio, Pequim e várias capitais européias. A análise que fizemos tentou mostrar quais as perspectivas prováveis para cada uma dessas estruturas políticas e, em conseqüência, para o sistema de grandes potências como um todo. Mas muita coisa ainda depende da "habilidade e experiência" com que consigam navegar no "rio do Tempo".

Bibliografia

Abarca, R. "Classical Diplomacy and Bourbon 'Revanche' Strategy, 1763–1770," *Review of Politics* 32 (1970).

Abrahamson, J.L. *America Arms for a New Century.* New York, 1981.

Adama, G. *The Iron Triangle.* New York, 1981.

Adams, E.D. *Great Britain and the American Civil War,* 2 vols. London, 1925.

Adams, R.J.Q. *Arms and the Wizard: Lloyd George and the Ministry of Munitions, 1915.* London, 1978.

Adamthwaite, A. *France and the Coming of the Second World War 1936–1939.* Cambridge, 1977.

———, "The British Government and the Media, 1937–1938," *Journal of Contemporary History* 18 (1983).

———. *The Lost Peace: International Relations in Europe 1918–1939.* London, 1980.

Addington, L.H. *The Patterns of War Since the Eighteenth Century.* Bloomington, Ind., 1984.

Adler, G.J., "Britain and the Defence of India—the Origins of the Problem, 1798–1815," *Journal of Asian History* 6 (1972).

Albertini, L. *The Origin of the War of 1914,* 3 vols. London, 1952–57.

Albertini, R. von. *Decolonization.* New York, 1971 edn.

Albrecht-Carrié, R. *A Diplomatic History of Europe Since the Congress of Vienna.* London, 1965 edn.

Aldcroft, D.H. *The British Economy,* vol. 1. London, 1986.

———. *From Versailles to Wall Street: The International Economy in the 1920s.* Berkeley, Calif., 1977.

———. *The European Economy, 1914–1980.*

Alford, B.W.E. *Depression and Recovery: British Economic Growth 1918–1939.* London, 1972.

Allen, G.S. *A Short Economic History of Japan.* London, 1981 edn.

Alperowitz, G. *Atomic Diplomacy: Hiroshima and Potsdam.* London, 1966.

Alterman, E.R., "Central Europe: Misperceived Threats and Unforeseen Dangers," *World Policy Journal* 2 (1985).

Amalrik, A. *Will the Soviet Union Survive until 1984?* New York, 1970.

Amann, R., and J. Cooper, eds. *Industrial Innovation in the Soviet Union.* New Haven, Conn., 1982.

———, et al., eds. *The Technological Level of Soviet Industry.* New Haven, Conn., 1977.

Ambrose, S. *Rise to Globalism: American Foreign Policy Since 1938.* 4th edn., New York, 1985.

Andelman, D.A., "Contempt and Crisis in Poland," *International Security* 6 (1981–2).

Anderson, J.L., "Aspects of the Effects on the British Economy of the War Against France, 1793–1815," *Australian Economic History Review* 12 (1972).
Anderson, M.S. *Europe in the Eighteenth Century.* London, 1961.
———. *Peter the Great.* London, 1978.
Anderson, O. *A Liberal State at War.* London, 1967.
Anderson, T.H. *The United States, Great Britain and the Cold War, 1944–1947.* Columbia, Mo., 1981.
André, L. *Michel le Tellier et Louvois.* Paris, 1943 edn.
Andrew, C.M., and A.S. Kanya-Forstner. *The Climax of French Imperial Expansion 1914–1924.* Stanford, Calif., 1981.
———. *Théophile Delcassé and the Making of the Entente Cordiale.* London, 1968.
Andrews, C.M., "Anglo-French Commercial Rivalry 1700–1750," *American Historical Review* 20 (1915).
Andrews, K.R. *Elizabethan Privateering.* Cambridge, 1964.
———. *Trade, Plunder and Settlement.* Cambridge, 1983.
Ange-Laribe, M. *L'agriculture pendant la guerre.* Paris, 1925.
Armella, P.A., et al., eds. *Financial Policies and the World Capital Markets: The Place of Latin American Countries.* Chicago, 1983.
Aron, R. *The Imperial Republic.* London, 1975.
Ashley, M. *Financial and Commercial Policy under the Cromwellian Protectorate.* London, 1962 edn.
Ashton, R. *The Crown and the Money Market 1603–1640.* Oxford, 1960.
Ashton, T.S. *The Industrial Revolution 1760–1830.* Oxford, 1968 edn.
Ashworth, W. *A Short History of the International Economy Since 1850.* London, 1975.
Aster, S. *1939: The Making of the Second World War.* London, 1973.
Backer, J.H. *Winds of History: The German Years of Lucius DuBignon Clay.* New York, 1983.
Baer, G. *Test Case: Italy, Ethiopia, and the League of Nations.* Stanford, Calif., 1976.
Bailey, T.A. *A Diplomatic History of the American People.* New York, 1974 edn.
Bairoch, P., "International Industrialization Levels from 1750 to 1980," *Journal of European Economic History* 11 (1982).
———, "Europe's Gross National Product: 1800–1975," *Journal of European Economic History* 5 (1976).
———. *The Economic Development of the Third World Since 1900.* Berkeley, Calif., 1975.
Baker, N. *Government and Contractors: The British Treasury and War Supplies 1775–1783.* London, 1971.
Baldwin, H. *The Crucial Years 1939–41.* New York, 1976.
Balfour, M. *The Adversaries: America, Russia, and the Open World, 1941–1962.* London, 1981.
———, and J. Mair. *Four-Power Control in Germany and Austria 1945–1946.* London, 1956.
Bamford, P.W. *Forests and French Sea Power 1660–1780.* Toronto, 1956.
Bankwitz, P.C.F. *Maxime Weygand and Civil-Military Relations in Modern France.* Cambridge, Mass., 1967.
Barbour, V. *Capitalism in Amsterdam in the Seventeenth Century.* Baltimore, 1950.
Barclay, G. *The Empire Is Marching: A Study of the Military Effort of the British Empire.* London, 1976.
Barker, T.M. *Double Eagle and Crescent.* Albany, N.Y., 1967.
Barnet, R. *Global Reach.* New York, 1974.
Barnett, A.D. *China and the Major Powers in East Asia.* Washington, D.C., 1977.
———. *China's Economy in Global Perspective.* Washington, D.C., 1981.

———, "Ten Years After Mao," *Foreign Affairs* 65 (1986).
Barnett, C. *Britain and Her Army 1509–1970: A Military, Political and Social Survey.* London, 1970.
———. *Napoleon.* London, 1978.
———. *The Audit of War.* London, 1986.
———. *The Collapse of British Power.* London, 1972.
Barnhart, M.A., "Japan's Economic Security and the Origins of the Pacific War," *The Journal of Strategic Studies* 4 (1981).
Barraclough, G., ed. *The Times Atlas of World History.* London, 1978.
———. *An Introduction to Contemporary History.* Harmondsworth, Mddsx., 1967.
Bartlett, C.J. *Great Britain and Sea Power 1815–1853.* Oxford, 1963.
———. *The Global Conflict, 1880–1970: The International Rivalry of the Great Powers.* London, 1984.
Baskir, L., and P. Strauss. *Chance and Circumstance: The War, the Draft, and the Vietnam Generation.* New York, 1978.
Bateson, C. *The War with Japan.* East Lansing, Mich., 1968.
Baugh, D.A. *British Naval Administration in the Age of Walpole.* Princeton, N.J., 1965.
Baumgart, W. *Imperialism: The Idea and Reality of British and French Colonial Expansion.* Oxford, 1982.
———. *The Peace of Paris, 1856.* Santa Barbara, Calif., 1981.
Baxter, S.B. *William III and the Defense of European Liberty 1650–1702.* Westport, Conn., 1976 reprint.
Bayley, C.A. *Rulers, Townsmen and Bazaars.* Cambridge, 1983.
Baylis, J., ed. *Alternative Approaches to British Defense Policy.* London, 1983.
———, and G. Segal, eds. *Soviet Strategy.* London, 1981.
———. *Anglo-American Defense Relations 1939–1980.* London, 1981.
Beale, H.K. *Theodore Roosevelt and the Rise of America to World Power.* New York, 1962 edn.
Bean, R., "War and the Birth of the Nation State," *Journal of Economic History* 33 (1973).
Beasley, W.H. *The Meiji Restoration.* Stanford, Calif., 1972.
Becker, J.J. *1914: Comment les Français sont entrés dans la guerre.* Paris, 1977.
Becker, W.H., and S. F. Wells, Jr., eds. *Economics and World Power: An Assessment of American Diplomacy Since 1789.* New York, 1984.
Beckerman, W., ed. *Slow Growth in Britain: Causes and Consequences.* Oxford, 1979.
Behnen, M. *Rüstung-Bündnis-Sicherheit.* Tübingen, 1985.
Bell, C. *The Diplomacy of Détente: The Kissinger Era.* New York, 1977.
Beloff, M. *Imperial Sunset,* vol. i, *Britain's Liberal Empire.* London, 1969.
Bemis, S.F. *The Diplomacy of the American Revolution.* New York, 1935.
Bendix, R. *Kings or People: Power and the Mandate to Rule.* Berkeley, Calif., 1978.
Bengonzi, B. *Heroes' Twilight.* New York, 1966.
Benians, E.A., ed. *The Cambridge History of the British Empire,* vol. iii, *The Empire-Commonwealth 1870–1919.* Cambridge, 1959.
Bennett, E.M. *German Rearmament and the West, 1932–33.* Princeton, N.J., 1979.
Bennigson, A., and M. Broxup. *The Islamic Threat to the Soviet State.* London, 1983.
Bergeron, L. *France under Napoleon.* Princeton, N.J., 1981.
Bergeson, A., ed. *Studies in the Modern World-System.* New York, 1980.
———, and C. Sahoo, "Evidence of the Decline of American Hegemony in World Production," *Review* 8 (1985).
Berghahn, V.R. *Germany and the Approach of War in 1914.* London, 1974.
———. *Unternehmer und Politik in der Bundesrepublik.* Frankfurt, 1985.

Bergson, A., and H. S. Levine, eds. *The Soviet Economy: Toward the Year 2000.* London, 1983.
Best, G. *War and Society in Revolutionary Europe, 1770–1870.* London, 1982.
Betts, R. *Tricouleur: The French Colonial Empire.* London, 1978.
Beyrau, D. *Militär und Gesellschaft im vorrevolutionären Russland.* Göttingen, 1984.
Bialer, S., "The Harsh Decade: Soviet Policies in the 1980s," *Foreign Affairs* 59 (1981).
Bialer, U. *The Shadow of the Bomber: The Fear of Air Attack and British Politics 1932–1939.* London, 1980.
Bidwell, S., and D. Graham. *Fire-Power: British Army Weapons and Theories of War, 1904–1945.* London, 1982.
Bien, D., "The Army in the French Enlightenment: Reform, Reaction and Revolution," *Past and Present* 85 (1979).
Bindoff, S.T., J. Hurstfield, and C.H. Williams, eds. *Elizabethan Government and Society.* London, 1961.
Binney, J.E.D. *British Public Finance and Administration 1774–1792.* Oxford, 1958.
Black, C.E., et al. *The Modernization of Japan and Russia: A Comparative Study.* New York, 1975.
Blackaby, F., ed. *De-industrialization.* London, 1979.
Blackburn, G. *The West and the World Since 1945.* New York, 1985.
Blackett, P.M.S. *Fear, War, and the Bomb.* New York, 1948.
Blackwell, W.L. *The Beginnings of Russian Industrialization, 1800–1860.* Princeton, N.J., 1968.
———. *The Industrialization of Russia: An Historical Perspective.* New York, 1970.
———, ed. *Russian Economic Development from Peter the Great to Stalin.* New York, 1974.
Blond, G. *La Grande Armée 1804/1815.* Paris, 1979.
Blum, R.M. *Drawing the Line: The Origin of American Containment Policy in East Asia.* New York, 1982.
Bond, B. *British Military Policy Between Two World Wars.* Oxford, 1980.
———, "The First World War," *New Cambridge Modern History,* vol. 12 (rev. edn.). Cambridge, 1968.
Boog, H., et al., eds. *Das Deutsche Reich und der Zweite Weltkrieg,* vol. 4, *Der Angriff auf die Sowjetunion.* Stuttgart, 1983.
Borden, W.S. *The Pacific Alliance.* Madison, Wi., 1984.
Borg, D., and W. Heinrichs, eds. *Uncertain Years: Chinese-American Relations, 1947–1950.* New York, 1980.
Bornstein, M., ed. *The Soviet Economy: Continuity and Change.* Boulder, Col., 1981.
Borowski, H.R. *A Hollow Threat: Strategic Air Power and Containment Before Korea.* Westport, Conn., 1982.
Bosher, J.F., "Financing the French Navy in the Seven Years War: Beaujou, Goossens et compagnie in 1759," *U.S. Naval Institute Proceedings,* forthcoming.
———, "French Administration and Public Finance in Their European Setting," *New Cambridge Modern History,* vol. viii. Cambridge, 1965.
———. *French Finances 1770–1795.* Cambridge, 1975.
Bosworth, J.R.B. *Italy and the Approach of the First World War.* London, 1983.
———. *Italy, the Least of the Great Powers: Italian Foreign Policy Before the First World War.* Cambridge, 1979.
Bottome, E. *The Balance of Terror.* Boston, 1986 edn.
———. *The Missile Gap.* Rutherford, N.J., 1971.
Bourne, K. *Britain and the Balance of Power in North America 1815–1908.* London, 1967.
———. *Victorian Foreign Policy 1830–1902.* Oxford, 1970.

Bowler, A. *Logistics and the Failure of the British Army in the America 1775–1783.* Princeton, N.J., 1975.
Boxer, C.R. *The Christian Century in Japan 1549–1650.* Berkeley, Calif., 1951.
———. *The Dutch Seaborne Empire 1600–1800.* London, 1972.
———. *The Portuguese Seaborne Empire 1415–1825.* London, 1969.
Bracken, P. *The Command and Control of Nuclear Weapons.* New Haven, Conn., 1983.
Bradsher, H.S. *Afghanistan and the Soviet Union.* Durham, N.C., 1983.
Braisted, W.R. *The United States Navy in the Pacific,* 2 vols. Austin, Tex., 1958, 1971.
Braudel, F. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II,* 2 vols. London, 1972.
———, and E. Labrousse, eds. *Histoire économique et sociale de la France,* vol. iv. Paris, 1980.
———. *Civilization and Capitalism, 15th–18th Centuries,* 3 vols. London, 1981–84.
Bridge, F.R., and R. Bullen. *The Great Powers and the European States System 1815–1914.* London, 1980.
Briggs, R. *Early Modern France 1560–1715.* Oxford, 1977.
Brodie, B. *Strategy in the Nuclear Age.* Princeton, N.J., 1959.
———. *The Absolute Weapon.* New York, 1946.
Bronke, A., and D. Novak, eds. *The Communist States in the Era of Détente, 1971–1977.* Oakville, Ont., 1979.
Brown, D.M., "The Impact of Firearms on Japanese Warfare," *Far Eastern Quarterly* 7 (1947).
Brown, G.S. *The American Secretary: The Colonial Policy of Lord George Germain 1775–1778.* Ann Arbor, Mich., 1963.
Brown, L., et al. *State of the World, 1986.* New York, 1986.
Brunn, G. *Europe and the French Imperium, 1799–1815.* New York, 1938.
Brunner, E., Jr. *Soviet Demographic Trends and the Ethnic Composition of Draft Age Males, 1980–1995.* Santa Monica, Calif., 1981.
Brunschwig, H. *French Colonialism, 1871–1916: Myths and Realities.* London, 1966.
Brzezinski, Z. *The Soviet Bloc: Unity and Conflict.* Cambridge, Mass., 1967 edn.
Bull, H. *The Anarchical Society.* New York, 1977.
———, and A. Watson, eds. *The Expansion of International Society.* Oxford, 1984.
Bullock, A. *Ernest Bevin, Foreign Secretary.* Oxford, 1983.
———. *Hitler: A Study in Tyranny.* London, 1962 edn.
Bunce, V., "The Empire Strikes Back: The Evolution of the Eastern Bloc from a Soviet Asset to a Soviet Liability," *International Organization* 39 (1985).
Bundy, M., et al., "Nuclear Weapons and the Atlantic Alliance," *Foreign Affairs* 62 (1982).
Burk, K. *Britain, America and the Sinews of War 1914–1918.* London, 1985.
Bushnell, J. *Mutiny and Repression: Russian Soldiers in the Revolution of 1905–1906.* Bloomington, Ind., 1985.
———, "Peasants in Uniform: The Tsarist Army as a Peasant Society," *Journal of Social History* 13 (1980).
———, "The Tsarist Officer Corps, 1881–1915: Customs, Duties, Inefficiencies," *American Historical Review* 86 (1981).
Butler, J.R.M. *Grand Strategy,* vol. ii. London, 1957.
Butow, R.J. *Tojo and the Coming of War.* Princeton, N.J., 1961.
Cain, P.J.. *Economic Foundations of British Overseas Expansion 1815–1914.* London, 1980.
———, and A.G. Hopkins, "The Political Economy of British Expansion Overseas, 1750–1914," *Economic History Review* 33 (1980).
Cairncross, A. *Years of Recovery: British Economic Policy 1945–51.* London, 1985.

Cairns, J.C., "A Nation of Shopkeepers in Search of a Suitable France," *American Historical Review* 79 (1974).
———, "Some Recent Historians and the 'Strange Defeat' of 1940," *Journal of Modern History* 46 (1974).
Calder, A. *Revolutionary Empire: The Rise of the English-Speaking Empires from the Fifteenth Century to the 1780's.* London, 1981.
Calder, K.E., "The Making of a Trans-Pacific Economy," *World Policy Journal* 2 (1985).
Calder, N. *Nuclear Nightmares.* Harmondsworth, Mddsx., 1981.
Caldicott, H. *Nuclear Madness.* Brookline, Mass., 1979.
Calleo, D. *The German Problem Reconsidered: Germany and the World Order, 1870 to the Present.* New York, 1978.
———. *The Imperious Economy.* Cambridge, Mass., 1982.
Cameron, R.E., "Economic Growth and Stagnation in France 1815–1914," *Journal of Modern History* 30 (1958).
———. *France and the Economic Development of Europe 1800–1914.* Princeton, N.J., 1961.
Camilleri, J. *Chinese Foreign Policy: The Maoist Era and Its Aftermath.* Seattle, 1980.
Campbell, C.S. *From Revolution to Rapprochement: The United States and Great Britain, 1783–1900.* New York, 1974.
Canby, S.L., "Military Reform and the Art of War," Wilson Center, International Security Studies Program, working paper 41. Washington, D.C., 1982.
Caron, F. *An Economic History of Modern France.* New York, 1979.
Carr, E.H. *The Twenty Years Crisis 1919–1939.* London, 1939.
———. *What Is History?* Harmondsworth, Mddsx., 1964.
Carr, W. *Poland to Pearl Harbor.* London, 1985.
Carrere d'Encausse, H. *Decline of an Empire.* New York, 1979.
Carroll, B.A. *Design for Total War: Arms and Economics in the Third Reich.* The Hague, 1968.
Carroll, E.M. *French Public Opinion and Foreign Affairs 1880–1914.* London, 1931.
Carsten, F.L. *The Origins of Prussia.* Oxford, 1954.
Carter, A.C., "Dutch Foreign Investment, 1738–1800," *Economica* 20 (1953).
———. *Neutrality or Commitment: The Evolution of Dutch Foreign Policy (1667–1795).* London, 1975.
———. *The Dutch Republic in the Seven Years War.* London, 1971.
Castronovo, V., "The Italian Takeoff: A Critical Re-examination of the Problem," *Journal of Italian History* 1 (1978).
Caute, D. *The Fellow Travellers.* London, 1973.
Cecco, M. de. *Money and Empire: The International Gold Standard 1890–1914.* Oxford, 1974.
Central Intelligence Agency, "China: Economic Performance in 1985." Washington, D.C., 1986.
———. *Handbook of Economic Statistics,* Washington, D.C., 1984.
Chace, J. *Solvency, the Price of Survival.* New York, 1981.
Challenor, R.D. *Admirals, Generals and American Foreign Policy 1898–1914.* Princeton, N.J., 1973.
———. *The French Theory of the Nation in Arms 1866–1939.* New York, 1955.
Challiand, G., and J.-P. Rageau. *Strategic Atlas: A Comparative Geopolitics of the World's Powers.* New York, 1985.
Chalmers Hood, R. *Royal Republicans: The French Naval Dynasties Between the World Wars.* Baton Rouge, La., 1985.
Chan, S., "The Impact of Defense Spending on Economic Performance: A Survey of Evidence and Problems," *Orbis* 29 (1985).

Chandaman, C.D. *The English Public Revenue 1660–1688.* Oxford, 1975.
Chandler, D.G., "Fluctuation in the Strength of Forces in English Pay Sent to Flanders During the Nine Years War, 1688–1697," *War and Society* 1 (1983).
———. *The Art of Warfare in the Age of Marlborough.* London, 1976.
———. *The Campaigns of Napoleon.* New York, 1966.
Chaunu, P. *European Expansion in the Later Middle Ages.* Amsterdam, 1979.
Childs, J. *Armies and Warfare in Europe 1648–1789.* Manchester, 1982.
Christie, I.R. *Wars and Revolutions: Britain 1760–1815.* London, 1982.
Chudoba, B. *Spain and the Empire 1519–1643.* New York, 1969 edn.
Cipolla, C., ed. *The Economic Decline of Empires.* London, 1970.
———. *The Fontana Economic History of Europe,* 6 vols. London, 1972–76.
———. *Before the Industrial Revolution: European Society and Economy 1000–1700,* 2nd edn. London, 1980.
———. *Guns and Sails in the Early Phase of European Expansion 1400–1700.* London, 1965.
Clapham, J.H. *The Bank of England,* vol. i, *1694–1797.* Cambridge, 1944.
———. *The Economic Development of France and Germany, 1815–1914.* Cambridge, 1948.
———. *The Economic History of Modern Britain,* 3 vols. Cambridge, 1938.
Clark, A. *Barbarossa: The Russo-German Conflict 1941–1945.* London, 1965.
Clark, J.G. *La Rochelle and the Atlantic Economy During the Eighteenth Century.* Baltimore, 1981.
Clarke, G.N. *The Dutch Alliance and the War Against French Trade 1688–1697.* New York, 1971 edn.
Clough, S.B. *France: A History of National Economics 1789–1939.* New York, 1939.
———. *The Economic History of Modern Italy, 1830–1914.* New York, 1964.
Clubb, O.E. *China and Russia: The "Great Game."* New York, 1971.
Coates, J., and M. Kilian. *Heavy Losses.* New York, 1985 edn.
Cockburn, A. *The Threat: Inside the Soviet Military Machine.* New York, 1984 edn.
Cohen, E.A. *Citizens and Soldiers: The Dilemma of Military Service.* Ithaca, N.Y., 1985.
———, "When Policy Outstrips Power—American Strategy and Statecraft," *The Public Interest* 75 (1984).
Cohen, J.S., "Financing Industrialization in Italy, 1898–1914: The Partial Transformation of a Latecomer," *Journal of Economic History* 27 (1967).
Cohn, H.D. *Soviet Policy Toward Black Africa.* New York, 1972.
Cohn, S.H. *Economic Development in the Soviet Union.* Lexington, Mass., 1970.
Coleman, D.C. *The Economic History of England 1450–1750.* Oxford, 1977.
Colton, T.J. *The Dilemma of Reform in the Soviet Union.* New York, 1984.
Connelly, O. *Napoleon's Satellite Kingdoms.* New York, 1965.
Conquest, R. *The Great Terror.* London, 1968.
Contamine, H. *La Revanche, 1871–1914.* Paris, 1957.
Cook, M.A., ed. *A History of the Ottoman Empire to 1730.* Cambridge, 1976.
Cookson, J.E., "Political Arithmetic and War 1793–1815," *War and Society* 1 (1983).
Cooper, F., "Affordable Defense: In Search of a Strategy," *Journal of the Royal United Services Institute for Defence Studies* 130 (1985).
Coox, A. *Nomonhan,* 2 vols. Stanford, Calif., 1985.
Corbett, J.S. *England in the Seven Years War: A Study in Combined Strategy,* 2 vols. London, 1907.
Corvisier, A. *Armies and Societies in Europe 1494–1789.* Bloomington, Ind., 1979.
Cosmas, G.A. *An Army for Empire: The United States Army in the Spanish-American War.* Columbia, Mo., 1971.
Cowie, L.W. *Eighteenth-Century Europe.* London, 1963.

Cowling, M. *The Impact of Hitler: British Politics and British Policies 1933–1940.* Cambridge, 1975.
Crafts, N.F.R. *British Economic Growth During the Industrial Revolution.* Oxford, 1985.
——, "British Economic Growth, 1700–1831: A Review of the Evidence," *Economic History Review* 36 (1983).
——, "Industrial Revolution in England and France: Some Thoughts on the Question: 'Why Was England First?'" *Economic History Review* 30 (1977).
Craig, G.A. *Germany 1866–1965.* Oxford, 1978.
——. *The Battle of Koeniggratz.* London, 1965.
——. *The Politics of the Prussian Army 1640–1945.* Oxford, 1955.
——, and A. G. George. *Force and Statecraft: Diplomatic Problems of Our Time.* Oxford, 1983.
Creveld, M. van. *Command in War.* Cambridge, Mass., 1985.
——. *Fighting Power: German and U.S. Army Performance, 1939–1945.* Westport, Conn., 1982.
——. *Supplying War: Logistics from Wallenstein to Patton.* Cambridge, 1977.
Crisp, O. *Studies in the Russian Economy Before 1914.* London, 1976.
Crouzet, F., "L'Angleterre et France au XVIIIe siècle: essai d'analyse comparée de deux croissances économiques," *Annales* 21 (1966).
——. *L'Economie britannique et le Blocus Continental 1806–1813,* 2 vols. Paris, 1958.
——. *The Victorian Economy.* London, 1982.
——, "Toward an Export Economy: British Exports During the Industrial Revolution," *Explorations in Economic History* 17 (1980).
——, "Wars, Blockade and Economic Change in Europe, 1792–1815," *Journal of Economic History* 24 (1964).
Crowe, S.E. *The Berlin West African Conference 1884–1885.* Westport, Conn., 1970 reprint.
Crowley, J.B. *Japan's Quest for Autonomy: National Security and Foreign Policy 1930–1958.* Princeton, N.J., 1966.
Crowson, P.S. *Tudor Foreign Policy.* London, 1973.
Cruikshank, C.G. *Elizabeth's Army.* 2nd edn., Oxford, 1966.
Cumings, B. *The Origins of the Korean War.* Princeton, N.J., 1981.
Curran, S., and D. Ponomoreff. *Managing the Ethnic Factor in the Russian and Soviet Armed Forces: An Historical Overview.* Santa Monica, Calif., 1982.
Curtis, E.E. *The Organization of the British Army in the American Revolution.* Menston, Yorkshire, 1972 reprint.
Curtiss, J.S. *Russia's Crimean War.* Durham, N.C., 1979.
——. *The Russian Army Under Nicholas I, 1825–1855.* Durham, N.C., 1965.
Dallek, R. *The American Style of Foreign Policy.* New York, 1983.
Dallin, D.J. *Soviet Foreign Policy After Stalin.* Philadelphia, 1961.
Daniels, R.V. *Russia, The Roots of Confrontation.* Cambridge, Mass., 1985.
Darby, H.C., "The Face of Europe on the Eve of the Great Discoveries," *New Cambridge Modern History,* vol. i. Cambridge, 1961.
Davies, R.T. *The Golden Century of Spain 1501–1621.* London, 1937.
Davis, L.E. *The Cold War Begins: Soviet-American Conflict over Eastern Europe.* Princeton, N.J., 1974.
Davis, R. *English Overseas Trade 1500–1700.* London, 1973.
——. *The Industrial Revolution and British Overseas Trade.* Leicester, 1979.
——. *The Rise of the Atlantic Economies.* London, 1975.
Davison, W.P. *The Berlin Blockade.* Princeton, N.J., 1958.

Dawisha, A., and K. Dawisha, eds. *The Soviet Union in the Middle East.* New York, 1982.
Dawisha, K. *Soviet Foreign Policy Towards Egypt.* London, 1979.
Dawson, R. *Imperial China.* London, 1972.
Dean, J., "Directions in Inner-German Relations," *Orbis* 29 (1985).
DeGrasse, R.W. *Military Expansion, Economic Decline.* Armonk, N.Y., 1983.
Dehio, L. *The Precarious Balance.* London, 1963.
Deist, W. *The Wehrmacht and German Rearmament.* London, 1981.
———, et al., eds. *Das Deutsche Reich und der Zweite Weltkrieg,* vol. 1, *Ursachen und Voraussetzungen der deutschen Kriegspolitik.* Stuttgart, 1979.
De Gaulle, C. *Mémoires de Guerre,* 3 vols., Paris, 1954–59.
DePorte, A. *Europe Between the Superpowers.* New Haven, Conn., 1979.
de St. Leger, A., and P. Sagnac. *Lá Préponderance française, Louis XIV, 1661–1715.* Paris, 1935.
Devlin, P. *Too Proud to Fight: Woodrow Wilson's Neutrality,* New York, 1975.
Dibb, P. *The Soviet Union: The Incomplete Super-power.* London, 1985.
Dickson, P.G.M. *The Financial Revolution in England: A Study in the Development of Public Credit 1688–1756.* London, 1967.
———, and J. Sperling, "War Finance, 1689–1714," *New Cambridge Modern History,* vol. vi. Cambridge, 1970.
Diehl, J. *Paramilitary Politics in Weimar Germany.* Bloomington, Ind., 1977.
Dietz, F.C. *English Public Finance 1485–1641,* 2 vols. London, 1964 edn.
———, "The Exchequer in Elizabeth's Reign," *Smith College Studies in History* 8 (1923).
Diffie, B.W., and C. D. Winius. *Foundations of the Portuguese Empire 1415–1580.* Minneapolis, 1977.
Dilks, D., ed. *Retreat from Power: Studies in Britain's Foreign Policy in the Twentieth Century,* 2 vols. London, 1981.
Dinerstein, H.S. *War and the Soviet Union.* London, 1962 edn.
Dingman, R., "Strategic Planning and the Policy Process: American Plans for War in East Asia, 1945–50," *Naval War College Review* 32 (1979).
Divine, R.A. *Second Chance: The Triumph of Internationalism in America During World War II.* New York, 1971.
Dockrill, M.L., and J. D. Goold. *Peace Without Promise: Britain and the Peace Conferences 1919–1923.* London, 1981.
Dodgshon, R.A., "A Spatial Perspective," *Peasant Studies* 6 (1977).
Donaldson, R.H., ed. *The Soviet Union in the Third World: Successes and Failures.* Boulder, Col., 1981.
———. *Soviet Policy Toward India.* Cambridge, Mass., 1974.
Donnelly, C.N., "Tactical Problems Facing the Soviet Army: Recent Debates in the Soviet Military Press," *International Defense Review* 11 (1978).
Donoughue, B. *British Politics and the American Revolution.* London, 1964.
Doran, C.F., and W. Parsons, "War and the Cycle of Relative Power," *American Political Science Review* 74 (1980).
Dorn, F. *The Sino-Japanese War 1937–1941.* New York, 1974.
Dorn, W.L. *Competition for Empire 1740–1763.* New York, 1940.
Doughty, R.A. *The Seeds of Disaster: The Development of French Army Doctrine 1919–1939.* Hamden, Conn., 1985.
Douglas, R. *From War to Cold War 1942–1948.* London, 1981.
Dovrig, B. *The Myth of Liberation.* Baltimore, Md., 1973.
Doyle, W. *The Old European Order 1660–1800.* Oxford, 1978.
Dreyer, J.T., "China's Military Modernization," *Orbis* 27 (1984).
Droz, J. *Europe Between Revolutions 1815–1848.* London, 1967.

Drucker, P.F., "The Changed World Economy," *Foreign Affairs* 64 (1986).
Dubief, H. *Le Declin de la III^{e} République 1929–1938.* Paris, 1976.
Duffy, C. *Borodino and the War of 1812.* London, 1973.
———. *Russia's Military Way to the West: Origins and Nature of Russian Military Power 1700–1800.* London, 1981.
———. *Siege Warfare: The Fortress in the Early Modern World 1494–1660.* London, 1979.
———. *The Army of Frederick the Great.* Newton Abbott, 1974.
———. *The Army of Maria Theresa: The Armed Forces of Imperial Austria 1740–1780.* London, 1977.
Duffy, M., ed. *The Military Revolution and the State 1500–1800.* Exeter, 1980.
Dukes, P. *The Emergence of the Super-Powers: A Short Comparative History of the USA and the USSR.* London, 1970.
———. *The Making of Russian Absolutism 1613–1801.* London, 1982.
Dülffer, J., "Der Beginn des Krieges 1939," *Geschichte und Gesellschaft* 2 (1976).
———. *Weimar, Hitler und die Marine: Reichspolitik und Flottenbau 1920–1939.* Düsseldorf, 1973.
Dull, J. *A Diplomatic History of the American Revolution.* New Haven, Conn., 1985.
———. *The French Navy and American Independence.* Princeton, N.J., 1975.
Dupuy, N. *A Genius for War: The German Army and General Staff, 1807–1945.* Englewood Cliffs, N.J., 1977.
Duroselle, J.B. *La Décadence 1932–1939.* Paris, 1979.
Dutailly, H. *Les Problèmes de l'Armée de terre française 1933–1939.* Paris, 1980.
Eatwell, J. *Whatever Happened to Britain?* London, 1982.
Eberhard, W. *A History of China,* 2nd edn. London, 1960.
Eckes, A.E. *The United States and the Global Struggle for Minerals.* Austin, Tex., 1979.
Ehrenberg, R. *Das Zeitalter der Fugger: Geldkapital und Creditverkehr im 16. Jahrhundert,* 2 vols. Jena, 1896.
Ehrman, J. *Cabinet Government and War 1890–1940.* Cambridge, 1958.
———. *The Younger Pitt,* 2 vols. London, 1969, 1983.
Eldridge, C.C., ed. *British Imperialism in the Nineteenth Century.* London, 1984.
Elliott, J.H. *Europe Divided 1559–1598.* London, 1968.
———. *Imperial Spain 1469–1716.* Harmondsworth, Mddsx., 1970.
———. *Richelieu and Olivares.* Cambridge, 1984.
———. *The Count-Duke of Olivares.* New Haven, Conn., 1986.
Elton, G.R., ed. *The New Cambridge Modern History,* vol. ii, *The Reformation 1520–1559.* Cambridge, 1958.
———. *England Under the Tudors.* London, 1955.
———. *Reformation Europe 1517–1559.* London, 1963.
Elvin, M. *The Pattern of the Chinese Past.* London, 1963.
Emerson, R. *From Empire to Nation: The Rise to Self-Assertion of Asian and African Peoples.* Cambridge, Mass., 1962.
Emmerson, J.T. *The Rhineland Crisis.* London, 1977.
Emsley, C. *British Society and the French Wars 1793–1815.* London, 1979.
Engels, F. *Herr Eugen Dühring's Revolution in Science.* London, 1936 edn.
———, "Socialism: Utopian and Scientific," in *The Essential Left.* London, 1960.
Epstein, G., "The Triple Debt Crisis," *World Policy Journal* 2 (1985).
Erhard, L. *The Economics of Success.* Princeton, N.J., 1963.
Erickson, J. *The Road to Berlin.* London, 1983.
———. *The Road to Stalingrad.* London, 1975.
———. *The Soviet High Command, 1918–1941.* London, 1962.
Ernstberger, A. *Hans de Witte: Finanzmann Wallensteins.* Wiesbaden, 1954.

Essame, H. *The Battle for Europe, 1918.* New York, 1972.
Evangelista, M.A., "Stalin's Postwar Army Reappraised," *International Security* 7 (1982–3).
Eysenbach, M.L. *American Manufactured Exports 1897–1914: A Study of Growth and Comparative Advantage.* New York, 1976.
Falkus, M. *The Industrialization of Russia 1700–1914.* London, 1972.
———, "Aspects of Foreign Investment in Tsarist Russia," *Journal of European Economic History* 8 (1979).
Fallows, J. *National Defense.* New York, 1981.
Farrar, L.L. *Arrogance and Anxiety: The Ambivalence of German Power 1849–1914.* Iowa City, Ia., 1981.
———. *The Short War Illusion.* Santa Barbara, Calif., 1973.
Feis, H. *Churchill-Roosevelt-Stalin.* Princeton, N.J., 1967.
———. *The Atomic Bomb and the End of World War II.* Princeton, N.J., 1966 edn.
———. *The China Tangle.* Princeton, N.J., 1953.
Feldman, G. *Army, Industry and Labor in Germany 1914–1918.* Princeton, N.J., 1966.
Ferguson, T.G. *British Military Intelligence 1870–1914.* Frederick, Md., 1984.
Fieldhouse, D. *Economics and Empire 1830–1914.* London, 1973.
———. *The Colonial Empires: A Comparative Study from the Eighteenth Century.* London, 1966.
Fingar, T., ed. *China's Quest for Independence.* Boulder, Col., 1980.
Fink, C.L., et al., eds. *German Nationalism and the European Response 1890–1945.* Chapel Hill, N.C., 1985.
Fischer, E. *The Passing of the European Age.* Cambridge, Mass., 1943.
Fischer, F. *Bündnis der Eliten.* Düsseldorf, 1979.
———. *War of Illusions: German Policies from 1911 to 1914.* London, 1975.
Fischer, R.L., "Defending the Central Front: The Balance of Forces," *Adelphi Papers* 127 (1976).
Fisher, R.H. *The Russian Fur Trade 1550–1700.* Berkeley, Calif., 1943.
Fishlow, A., "Lessons from the Past: Capital Markets During the 19th Century and the Interwar Period," *International Organization* 39 (1985).
Fitzgerald, F. *Fire in the Lake: The Vietnamese and the Americans in Vietnam.* Boston, 1972.
Flora, P., ed. *State, Economy and Society in Western Europe 1875–1975,* vol. i. Frankfurt, 1983.
Florinsky, M. *Russia: A Short History.* New York, 1964.
Floyd, D. *Mao Against Khrushchev.* New York, 1964.
Foreman-Peck, J. *A History of the World Economy: International Economic Relations Since 1850.* Brighton, Sussex, 1983.
Forstmeier, F., and H. E. Volkmann, eds. *Kriegswirtschaft und Rüstung 1939–1945.* Düsseldorf, 1977.
———. *Wirtschaft und Rüstung am Vorabend des Zweiten Weltkrieges.* Düsseldorf, 1975.
Foschepoth, J., ed. *Kalter Krieg und deutsche Frage.* Göttingen, 1985.
Fox, G. *British Admirals and the Chinese Pirates 1832–1869.* London, 1940.
Frank, A.G. *World Accumulation 1492–1789.* New York, 1978.
Frankenstein, R. *Le Prix du réarmement français 1935–1939.* Paris, 1939.
Frankland, N. *The Bomber Offensive Against Germany.* London, 1965.
Freedman, L. *Britain and Nuclear Weapons.* London, 1980.
———. *The Evolution of Nuclear Strategy.* London, 1981.
French, D. *British Economic and Strategic Planning, 1905–1915.* London, 1982.
———. *British Strategy and War Aims 1914–1916.* London, 1986.

Friedberg, A.L., "A History of US Strategic 'Doctrine,' 1945–1980," *Journal of Strategic Studies* 3 (1983).
Friedman, E., ed. *Ascent and Decline in the World-System.* Beverly Hills, Calif., 1982.
Fukuyama, F., "Gorbachev and the Third World," *Foreign Affairs* 64 (1986).
Fuller, W.C. *Civil-Military Conflict in Imperial Russia 1881–1914.* Princeton, N.J., 1985.
Fussell, P. *The Great War and Modern Memory.* New York, 1975.
Gaddis, J.L. *Strategies of Containment.* New York, 1982.
———, "The Origins of Self-Deterrence: The United States and the Non-Use of Nuclear Weapons, 1954–1958," forthcoming.
———. *The United States and the Origins of the Cold War, 1941–1947.* New York, 1972.
Gallagher, J., and R. Robinson, "The Imperialism of Free Trade," *Economic History Review* 6 (1953).
Gansler, J.S. *The Defense Industry.* Cambridge, Mass., 1980.
Garder, M. *L'Agonie du régime en Russie soviétique.* Paris, 1966.
Gardner, R.N. *Sterling-Dollar Diplomacy.* New York, 1969.
Garfinkle, A.W. *The Politics of the Nuclear Freeze.* Philadelphia, 1984.
Garthoff, R.L. *Détente and Confrontation: American-Soviet Relations from Nixon to Reagan.* Washington, D.C., 1985.
———. *Soviet Strategy in the Nuclear Age.* New York, 1958.
Gash, G. *Renaissance Armies 1480–1650.* Cambridge, 1975.
Gates, D. *The Spanish Ulcer: A History of the Peninsula War.* London, 1986.
Gatrell, P. *The Tsarist Economy, 1850–1917.* London, 1983.
Geggus, D., "The Cost of Pitt's Caribbean Campaigns, 1793–1798," *Historical Journal* 26 (1983).
Geiss, I., and B. J. Wendt, eds. *Deutschland in der Weltpolitik des 19. und 20. Jahrhunderts.* Düsseldorf, 1973.
Gershrenkon, A. *Economic Backwardness in Historical Perspective.* Cambridge, Mass., 1962.
Gervasi, T. *The Myth of Soviet Military Supremacy.* New York, 1986.
Geyer, M. *Aufrüstung oder Sicherheit.* Wiesbaden, 1980.
Gibbs, H.A.R., and H. Bowen. *Islamic Society and the West,* 2 vols. London, 1950, 1957.
Gibbs, N.H. *Grand Strategy,* vol. i. London, 1976.
Gibson, C. *Spain in America.* New York, 1966.
Gilbert, F. *The End of the European Era, 1890 to the Present,* 3rd edn. New York, 1984.
Gilbert, M., ed. *A Century of Conflict, 1850–1950.* London, 1966.
———. *Winston Churchill,* vol. v, *1922–1939.* London, 1976.
Gillard, D. *The Struggle for Asia 1828–1961.* London, 1977.
Gillie, M.H. *Forging the Thunderbolt.* Harrisburg, Penn., 1947.
Gilpin, R. *War and Change in World Politics.* Cambridge, 1981.
Ginsburgs, G., and C. F. Pinkele. *The Sino-Soviet Territorial Dispute, 1949–64.* New York, 1978.
———, and A. Z. Rubinstein, eds. *Soviet Foreign Policy Towards Western Europe.* New York, 1978.
Giovannetti, L., and F. Freed. *The Decision to Drop the Bomb.* London, 1967.
Gipson, L.H. *The Coming of the Revolution 1763–1775.* New York, 1962.
Girardet, R. *La société militaire dans la France contemporaine.* Paris, 1953.
———. *L'idée coloniale de la France sous la Troisième République 1871–1914.* Paris, 1968.

Girault, R. *Emprunts russes et investisements français en Russie, 1887–1914.* Paris, 1973.
Global 2000 Report to the President, The. Washington, D.C., 1980.
Glover, M. *The Napoleonic Wars: An Illustrated History 1792–1815.* New York, 1979.
———. *The Peninsular War, 1807–1814: A Concise History.* Newton Abbott, 1974.
———. *Warfare from Waterloo to Mons.* London, 1980.
Glover, R. *Peninsular Preparation: The Reform of the British Army, 1795–1809.* Cambridge, 1963.
Godechet, J., B. F. Hyslop, and D. L. Dowd. *The Napoleonic Era in Europe.* New York, 1971.
Goldman, M.I. *The Enigma of Soviet Petroleum: Half-Full or Half-Empty?* London, 1980.
———. *USSR in Crisis: The Failure of an Economic System.* New York, 1983.
Goldsmith, R.W., "The Power of Victory: Munitions Output in World War II," *Military Affairs* 10 (1946).
Gollwitzer, H. *Europe in the Age of Imperialism.* London, 1969.
———. *Geschichte des weltpolitischen Denkens,* 2 vols. Göttingen, 1972, 1982.
Golovine, N. *Russian Army in the World War.* New Haven, Conn., 1932.
Gooch, J. *The Plans of War: The General Staff and British Military Strategy c. 1900–1916.* London, 1974.
Good, D.F. *The Economic Rise of the Habsburg Empire, 1750–1914.* Berkeley, Calif., 1984.
Gorce, P.-M. de la. *The French Army: A Military Political History.* New York, 1963.
Gordon, D.C. *The Dominion Partnership in Imperial Defense 1870–1914.* Baltimore, Md., 1965.
Gormley, D.M., "A New Dimension to Soviet Theater Strategy," *Orbis* 29 (1985).
Gottman, J., ed. *Center and Periphery.* Beverly Hills, Calif., 1980.
Goubert, P. *Louis XIV and Twenty Million Frenchmen.* London, 1970.
Gough, B. *The Royal Navy and the North West Coast of America 1810–1914.* Vancouver, 1971.
Gowa, J. *Closing the Gold Window: Domestic Politics and the End of Bretton Woods.* Ithaca, N.Y., 1983.
Grabaud, S.R. *British Labour and the Russian Revolution 1917–1924.* Cambridge, Mass., 1956.
Graebner, N.A. *America as a World Power.* Wilmington, Del., 1984.
Graham, G.S. *Great Britain in the Indian Ocean: A Study of Maritime Enterprise 1810–1850.* Oxford, 1967.
Graml, H., ed. *Sommer 1939, Die Grossmächte und der europäische Krieg.* Stuttgart, 1979.
Gray, C., "Nuclear Strategy: A Case for a Theory of Victory," *International Security* 4 (1979).
Greenwood, S., "Return to Dunkirk: The Origins of the Anglo-French Treaty of March 1947," *Journal of Strategic Studies* 6 (1983).
Grenville, J.A.S., and G. B. Young. *Politics, Strategy and American Diplomacy: Studies in Foreign Policy, 1873–1917.* New Haven, Conn., 1966.
———. *A World History of the Twentieth Century 1900–1945.* London, 1980.
———. *Europe Reshaped 1848–1878.* London, 1976.
———. *Lord Salisbury and Foreign Policy: The Close of the Nineteenth Century, 1895–1902.* London, 1964.
Griffith, W.E., ed. *Communism in Europe: Continuity, Change and the Sino-Soviet Dispute,* 2 vols. Cambridge, Mass., 1964–66.
———, "Superpower Problems in Europe: A Comparative Assessment," *Orbis* 29 (1986).

———. *The Ostpolitik of the Federal Republic of Germany.* Cambridge, Mass., 1978.
Groom, J. *British Thinking About Nuclear Weapons.* London, 1974.
Grosser, A. *The Western Alliance: European-American Relations Since 1945.* London, 1980.
———. *West Germany from Defeat to Rearmament.* London, 1955.
Growing, M. *Independence and Deterrence: Britain and Atomic Energy 1945–1952,* 2 vols. London, 1974.
Grün, G., "Locarno, Ideal and Reality," *International Affairs* 31 (1955).
Gruner, W., "Der Deutsche Bund—Modell für eine Zwischenlösung?" *Politik und Kultur* 9 (1982).
———. *Die deutsche Frage: Ein Problem der europäischen Geschichte seit 1800.* Munich, 1985.
Grunwald, J., and K. Flamm. *The Global Factory: Foreign Assembly in International Trade.* Washington, D.C., 1985.
Guéry, A., "Les finances de la monarchie française," *Annales* 33 (1978).
Guilmartin, J.F. *Gunpowder and Galleys: Changing Technology and Mediterranean Warfare at Sea in the Sixteenth Century.* Cambridge, 1974.
Guinn, P. *British Strategy and Politics, 1914–1918.* Oxford, 1965.
Gulick, E.V. *Europe's Classical Balance of Power.* New York, 1967 edn.
Gunsberg, J.A. *Divided and Conquered: The French High Command and the Defeat of the West, 1940.* Westport, Conn., 1979.
Gustafson, T., "Energy and the Soviet Union," *International Security* 6 (1981–82).
Hadley, A.T. *The Straw Giant: Triumph and Failure: America's Armed Forces.* New York, 1986.
Hagan, K.J., ed. *In Peace and War: Interpretations of American Naval History, 1775–1978.* Westport, Conn., 1978.
Haig, A. *Caveat.* New York, 1984.
Hale, J.R., ed. *Europe in the Later Middle Ages.* London, 1965.
———, "Armies, Navies and the Art of War," *New Cambridge Modern History,* vol. ii. Cambridge, 1958.
———. *War and Society in Renaissance Europe 1450–1620.* London, 1985.
Hale, O.J. *Germany and the Diplomatic Revolution 1904–1906.* Philadelphia, 1931.
Hall, J.W. *Government and Local Power in Japan.* Princeton, N.J., 1966.
Halpern, P. *The Mediterranean Naval Situation, 1908–1914.* Cambridge, Mass., 1971.
Hamerow, T. *Restoration, Revolution, Reaction: Economics and Politics in Germany.* Princeton, N.J., 1958.
Hamilton, A. *The Appeal of Fascism.* London, 1971.
Hamilton, C.E., "The Royal Navy, *La Royale* and the Militarization of Naval Warfare, 1840–1870," *Journal of Strategic Studies* 6 (1983).
Hamilton, E.J., "Origin and Growth of National Debt in Western Europe," *American Economic Review* 37 (1947).
Hammond, T.T. *Red Flag over Afghanistan.* Boulder, Col., 1984.
Hanrieder, W.F. *West German Foreign Policy 1949–1963.* Stanford, Calif., 1967.
Haraszti, E. *The Invaders: Hitler Occupies the Rhineland.* Budapest, 1983.
———. *Treaty-Breakers or 'Realpolitiker'? The Anglo-German Naval Agreement of June 1935.* Boppard, 1974.
Hardach, G. *The First World War 1914–1918.* London, 1977.
Hardach, K. *The Political Economy of Germany in the Twentieth Century.* Berkeley, Calif., 1980.
Hardie, F. *The Abyssinian Crisis.* London, 1974.
Harding, H., ed. *China's Foreign Relations in the 1980s.* New Haven, Conn., 1984.
Haring, C.H. *The Spanish Empire in America.* New York, 1947.
Harris, K. *Attlee.* London, 1982.

Harris, R.D., "French Finances and the American War, 1777–1783," *Journal of Modern History* 46 (1976).
Harrison, J.A. *The Chinese Empire.* New York, 1972.
Harrison, M.M. *Reluctant Ally: France and Atlantic Security.* Baltimore, 1981.
Hart, G., and W. S. Lind. *America Can Win.* Bethesda, Md., 1986.
Harvie, C. *War and Society in the 19th Century.* Bletchley, 1973.
Haslam, J. *The Soviet Union and the Struggle for Collective Security in Europe 1933–39.* New York, 1984.
Hastings, M. *Overlord: D-Day and the Battle for Normandy.* London, 1984.
Hattaway, H., and A. Jones. *How the North Won: A Military History of the Civil War.* Urbana, Ill., 1983.
Hatton, R.M., ed. *Louis XIV and Europe.* London, 1976.
———. *Charles XII of Sweden.* London, 1968.
Hauner, M., "A Racial Revolution," *Journal of Contemporary History* 19 (1984).
———, "Did Hitler Want a World Dominion?," *Journal of Contemporary History* 13 (1968).
———, "The Soviet Geostrategic Dilemma," Foreign Policy Research Institute, forthcoming.
Hayashi, S., and A. Coox. *Kogun: The Japanese Army in the Pacific War.* Westport, Conn., 1978 reprint.
Hayes, P. *Fascism.* London, 1973.
Haykal, M.H. *The Sphinx and the Commissar: The Rise and Fall of Soviet Influence in the Middle East.* London, 1978.
Headrich, D.R. *The Tools of Empire: Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century.* Oxford, 1981.
Heald, M., and L. S. Kaplan. *Culture and Diplomacy: The American Experience.* Westport, Conn., 1977.
Hecksher, E.F. *An Economic History of Sweden.* Cambridge, Mass., 1963.
———. *The Continental System.* Oxford, 1922.
Heischmann, E. *Die Anfänge des stehenden Heeres in Oesterreich.* Vienna, 1925.
Heller, F.H., ed. *The Korean War: A 25-Year Perspective.* Lawrence, Kan., 1977.
Henderson, W.O. *The Industrial Revolution on the Continent: Germany, France, Russia 1800–1914.* London, 1967 edn.
———. *The Rise of German Industrial Power, 1834–1914.* Berkeley, Calif., 1972.
Hennessy, J., et al. *Economic "Miracles."* London, 1964.
Henrickson, A.K., "The Creation of the North Atlantic Alliance, 1948–1952," *Naval War College Review* 32 (1980).
Hentschel, V., "Produktion, Wachstum und Produktivität in England, Frankreich und Deutschland von der Mitte des 19. Jahrhunderts bis zum Ersten Weltkrieg," *Vierteljahresschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte* 68 (1981).
Herken, G. *Counsels of War.* New York, 1985.
———. *The Winning Weapon: The Atomic Bomb in the Cold War 1945–1950.* New York, 1980.
Herrick, R.W. *Soviet Naval Strategy.* Annapolis, Md., 1968.
Herring, G. *America's Longest War: The United States and Vietnam, 1950–1975.* New York, 1979.
Herspring, D.R., and I. Volgyes, "Political Reliability in the Eastern European Warsaw Pact Armies," *Armed Forces and Society* 6 (1980).
Herwig, H.H. *Politics of Frustration: The United States in German Naval Planning, 1889–1941.* New York, 1976.
Hess, A.C., "The Evolution of the Ottoman Seaborne Empire in the Age of Oceanic Discoveries, 1453–1525," *American Historical Review* 75 (1970).
Hiden, J. *Germany and Europe 1919–1939.* London, 1977.

Higginbotham, D., ed. *Reconsiderations on the Revolutionary War.* Westport, Conn., 1978.
——. *The War of American Independence.* Bloomington, Ind., 1977 edn.
Higham, R. *Air Power: A Concise History.* Manhattan, Kan., 1984 edn.
Higonnet, P.L.R., "The Origins of the Seven Years War," *Journal of Modern History* 40 (1968).
Hildebrand, G.H. *Growth and Structure in the Economy of Modern Italy.* Cambridge, Mass., 1965.
Hildebrand, K., "Staatskunst oder Systemzwang? Die 'Deutsche Frage' als Problem der Weltpolitik," *Historische Zeitschrift* 228 (1979).
——. *The Third Reich.* London, 1984.
Hill, C. *Reformation to Industrial Revolution.* Harmondsworth, Mddsx., 1969.
——. *The Century of Revolution 1603–1714.* Edinburgh, 1961.
Hillgruber, A. *Bismarcks Aussenpolitik.* Freiburg, 1972.
——. *Die gescheiterte Grossmacht: Eine Skizze des Deutschen Reiches 1871–1945.* Düsseldorf, 1980.
——. *Germany and the Two World Wars.* Cambridge, Mass., 1981.
——. *Hitlers Strategie: Politik und Kriegsführung 1940–41.* Frankfurt, 1965.
Hinsley, F.H., et al. *British Intelligence in the Second World War,* vol. ii. London, 1981.
——. *Power and the Pursuit of Peace.* Cambridge, 1967.
Hobsbawm, E.J. *The Age of Capital 1848–1875.* London, 1975.
——. *Industry and Empire.* Harmondsworth, Mddsx., 1969.
——. *The Age of Revolution 1789–1848.* London, 1962.
Hochmann, J. *The Soviet Union and the Failure of Collective Security 1934–1938.* Ithaca, N.Y., 1984.
Hodgson, M.G.S. *The Venture of Islam.* Chicago, 1924.
Hoensch, J.K. *Sowjetische Osteuropa-Politik 1945–1974.* Düsseldorf, 1977.
Hoffman, S., ed. *In Search of France.* Cambridge, Mass., 1963.
——. *Gulliver's Troubles.* New York, 1968.
——. *Primacy or World Order?* New York, 1978.
Hoffmann, W.G. *Das Wachstum der deutschen Wirtschaft seit der Mitte des 19. Jahrhunderts.* Berlin, 1965.
Holland, R.F. *Britain and the Commonwealth Alliance, 1918–1939.* London, 1981.
——. *European Decolonization: The British, French, Dutch, and Belgian Empires 1919–1963.* London, 1978.
Holloway, D. *The Soviet Union and the Arms Race,* 2nd edn. New Haven, Conn., 1984.
Holmes, R. *The Road to Sedan: The French Army, 1866–1870.* London, 1984.
Holt, S. *The Common Market: The Conflict of Theory and Practice.* London, 1967.
Holzle, E. *Die Selbstentmachtung Europas.* Göttingen, 1975.
Holzman, F.D., "Are the Soviets Really Outspending the US on Defense?," *International Security* 4 (1980).
——. *Financial Checks on Soviet Defense Expenditures.* Lexington, Mass., 1975.
——, "Soviet Military Spending; Assessing the Numbers Game," *International Security* 6 (1982).
Homze, E.L. *Arming the Luftwaffe.* Lincoln, Neb., 1976.
Hope-Jones, A. *Income Tax in the Napoleonic Wars.* Cambridge. 1939.
Horn, R.C. *The Soviet Union and India. The Limits of Influence.* New York, 1981.
Horne, A. *The French Army and Politics 1870–1970.* London, 1984.
Horowitz, D. *The Free World Colossus.* New York, 1971 edn.
Hosking, G. *A History of the Soviet Union.* London, 1985.

Hough, J.F., and M. Fainsod. *How the Soviet Union Is Governed.* Cambridge, Mass., 1979.
Howard, M. ed. *The Theory and Practice of War.* London, 1965.
———. *The British Way in Warfare.* Neale Lecture, London, 1975.
———. *The Continental Commitment.* London, 1972.
———. *The Franco-Prussian War.* London, 1981 edn.
Howarth, S. *The Fighting Ships of the Rising Sun: The Drama of the Imperial Japanese Navy 1895–1945.* New York, 1983.
Hucker, C.O. *China's Imperial Past.* Stanford, Calif., 1975.
Hudson, G.F. *The Far East in World Affairs,* 2nd edn. London, 1939.
Hueckel, G., "War and the British Economy, 1793–1815: A General Equilibrium Analysis," *Explorations in Economic History* 10 (1972).
Hufton, O. *Europe: Privilege and Protest 1730–1789.* London, 1980.
Hunt, B., and A. Preston, eds. *War Aims and Strategic Policy in the Great War.* London, 1977.
Hyam, R. *Britain's Imperial Century 1815–1914.* London, 1975.
Hynes, W.G. *The Economics of Empire: Britain, Africa and the New Imperialism, 1870–95.* London, 1979.
Imlah, A.H. *Economic Elements in the "Pax Britannica."* Cambridge, Mass., 1958.
Inalcik, H. *The Ottoman Empire: Conquest, Organization and Economy: Collected Studies.* London, 1978.
———. *The Ottoman Empire: The Classical Age 1300–1600.* New York, 1973.
Ingram, E., ed., "The Great Game in Asia," *The International History Review* 2 (1980).
———. *Commitment to Empire: Prophecies of the Great Game in Asia, 1797–1800.* Oxford, 1981.
———. *The Beginning of the Great Game in Asia 1828–1834.* Oxford, 1979.
Ireland, T.P. *Creating the Entangling Alliance.* London, 1981.
Iriye, A. *Across the Pacific.* New York, 1967.
———. *After Imperialism: The Search for a New Order in the Far East 1921–1931.* New York, 1978 edn.
Irving, E.M. *The First Indochina War: French and American Policy, 1945–1954.* London, 1975.
Iseley, J.A., and P. A. Crowl. *The U.S. Marines and Amphibious War.* Princeton, N.J., 1945.
Ismay, Lord. *NATO—The First Five Years, 1949–1954.* Utrecht, 1954.
Israel, J.I., "A Conflict of Empires: Spain and the Netherlands, 1618–1648," *Past and Present* 76 (1977).
———. *The Dutch Republic and the Hispanic World, 1606–1661.* Oxford, 1982.
Jabber, P., "Egypt's Crisis, America's Dilemma," *Foreign Affairs* 64 (1986).
Jackel, E. *Hitler's Weltanschauung.* Middletown, Conn., 1982.
Jacobsen, J. *Locarno Diplomacy: Germany and the West 1925–1929.* Princeton, N.J., 1972.
Jansen, G.H. *Afro-Asia and Non-Alignment.* London, 1966.
Jelavich, B. *The Great Powers, the Ottoman Empire, and the Straits Question 1870–1887.* Bloomington, Ind., 1973.
Jencks, H.W. *From Missiles to Muskets: Politics and Professionalism in the Chinese Army 1945–1981.* Boulder, Col., 1982.
Jenkins, E.H. *A History of the French Navy.* London, 1973.
Jenks, L.H. *Migration of British Capital to 1875.* London, 1963 edn.
Jervis, R. *The Illogic of American Nuclear Strategy.* Ithaca, N.Y., 1984.
———, "The Impact of the Korean War on the Cold War," *Journal of Conflict Resolution* 24 (1980).

Joffe, J., "European-American Relations: The Enduring Crisis," *Foreign Affairs* 59 (1981).
Johnson, A.R., et al. *East European Military Establishments: The Warsaw Pact Northern Tier.* New York, 1982.
Johnson, C. *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy 1925–1975.* Stanford, Calif., 1982.
Johnson, F.A. *Defense by Committee.* London, 1960.
Johnson, P.M., and W. R. Thompson, eds. *Rhythms in Politics and Economics.* New York, 1985.
Joll, J., ed. *The Decline of the Third Republic.* New York, 1959.
———. *Europe Since 1870.* London, 1973.
———. *The Origins of the First World War.* London, 1984.
Jones, C., ed. *Britain and Revolutionary France: Conflict, Subversion and Propaganda.* Exeter, 1983.
Jones, D.R., "Nicholas II and the Supreme Command," *Sbornik* 11 (1985).
Jones, E., "Manning the Soviet Military," *International Security* 7 (1982).
———, "Minorities in the Soviet Armed Forces," *Comparative Strategy* 3 (1982).
Jones, E.L., and G. E. Mingay, eds. *Land, Labour and Population of the Industrial Revolution.* London, 1967.
———. *The European Miracle: Environments, Economies and Geopolitics in the History of Europe and Asia.* Cambridge, 1981.
Jones, J.R. *Britain and the World 1649–1815.* London, 1980.
———. *Country and Court 1658–1714.* London, 1978.
Jordan, W.M. *Britain, France and the German Problem.* London, 1943.
Jukes, G., "The Indian Ocean in Soviet Naval Policy," *Adelphi Papers* 87 (1972).
———. *The Soviet Union in Asia.* Berkeley, Calif., 1973.
Junge, C. *Flottenpolitik und Revolution: Die Entstehung der englischen Seemacht während der Herrschaft Cromwells.* Stuttgart, 1980.
Kahn, H. *On Thermonuclear War.* Princeton, N.J., 1960.
———. *The Emerging Japanese Superstate.* London, 1971.
Kaiser, D. *Economic Diplomacy and the Origins of the Second World War.* Princeton, N.J., 1980.
Kaldor, M. *The Baroque Arsenal.* London, 1982.
Kamata, S. *Japan in the Passing Lane.* New York, 1984.
Kamen, H. *Spain 1469–1714.* London, 1983.
Kan, M.Y.M. *Mainland China's Modernization: Its Prospects and Problems.* Berkeley, Calif., 1982.
Kanet, R., ed. *The Soviet Union and the Developing Nations.* Baltimore, 1974.
Kann, R.A. *A History of the Habsburg Empire 1526–1918.* Berkeley, Calif., 1974.
Kanya-Forstner, A.S. *The Conquest of the Western Sudan: A Study in French Military Imperialism.* Cambridge, 1969.
Kaplan, F. *The Wizards of Armageddon.* New York, 1983.
Kaplan, H. *Russia and the Outbreak of the Seven Years War.* Berkeley, Calif., 1968.
Kaplan, L.S. *The United States and NATO: The Formative Years.* Lexington, Ky., 1984.
Karnow, S. *Vietnam: A History.* New York, 1984.
Kaser, M. *Comecon.* London, 1967.
Katzenstein, P.J., ed. *Between Power and Plenty: Foreign Economic Policies of Advanced Industrial States.* Madison, Wi., 1978.
Kazemzadeh, F. *Russia and Britain in Persia 1864–1914.* New Haven, Conn., 1968.
Kazokins, J., "Nationality in the Soviet Army," *Journal of the Royal United Services Institute for Defense Studies* 130 (1985).
Keegan, J. *The Face of Battle.* Harmondsworth, Mddsx., 1978.

Keeny, S.M., and W.K.H. Panofsky, "MAD vs. NUTS: The Mutual Hostage Relationship of the Superpowers," *Foreign Affairs* 60 (1981–82).
Keep, J.H.L., "The Military Style of the Romanov Rulers," *War and Society* 1 (1983).
———, "Russia," *New Cambridge Modern History,* vol. xi. Cambridge, 1962.
Keiger, J.F.V. *France and the Origins of the First World War.* London, 1983.
Kelleher, C.M. *Germany and the Politics of Nuclear Weapons.* New York, 1975.
Kemp, T. *Economic Forces in French History.* London, 1971.
———. *Industrialization in Nineteenth-Century Europe.* London, 1969.
———. *The French Economy 1913–39: The History of a Decline.* New York, 1972.
Kendrick, A. *The Wound Within: America in the Vietnam Years, 1945–1974.* Boston, 1974.
Kendrick, M.S. *A Century and a Half of Federal Expenditures.* New York, 1955.
Kenez, P., "Russian Officer Corps Before the Revolution: The Military Mind," *Russian Review* 31 (1972).
Kennan, G.F. *The Decline of Bismarck's European Order: Franco-Russian Relations 1875–1890.* Princeton, N.J., 1979.
———. *American Diplomacy.* Chicago, 1984 edn.
———. *The Fateful Alliance: France, Russia, and the Coming of the First World War.* New York, 1984.
Kennedy, D. *Over Here: The First World War and American Society.* Oxford, 1980.
Kennedy, G. *Defense Economics.* London, 1983.
Kennedy, P.M., ed. *The War Plans of the Great Powers 1880–1914.* London, 1979.
———. *Strategy and Diplomacy, 1860–1945: Eight Essays.* London, 1983.
———. *The Realities Behind Diplomacy.* London, 1981.
———. *The Rise and Fall of British Naval Mastery.* London, 1976.
———. *The Rise of the Anglo-German Antagonism, 1860–1914.* London, 1980.
Kennet, L. *The French Armies in the Seven Years War: A Study in Military Organization and Administration.* Durham, N.C., 1967.
Keohane, R.O., "State Power and Industry Influence: American Foreign Oil Policy in the 1940s," *International Organization* 36 (1982).
———. *After Hegemony.* Princeton, N.J., 1974.
Kerner, R.J. *The Urge to the Sea.* New York, 1971 reprint.
Kersaudy, F. *Churchill and De Gaulle.* London, 1981.
Kershaw, I. *Popular Opinion and Political Dissent in the Third Reich: Bavaria 1933–1945.* Oxford, 1983.
———. *The Nazi Dictatorship.* London, 1985.
Keylor, W.R. *The Twentieth-Century World: An International History.* Oxford, 1984.
Kiernan, V.G. *European Empires from Conquest to Collapse, 1815–1960.* London, 1982.
———, "Foreign Mercenaries and Absolute Monarchy," *Past and Present* 11 (1957).
———, "State and Nation in Western Europe," *Past and Present* 31 (1965).
Kilmarx, R. *A History of Soviet Air Power.* London, 1962.
Kindleberger, C.P. *A Financial History of Western Europe.* London, 1984.
———, "Commercial Expansion and the Industrial Revolution," *Journal of European Economic History* 4 (1975).
———. *The World in Depression 1929–1939.* Berkeley, Calif., 1973.
Kiraly, B.K., and G. E. Rothenberg, eds. *War and Society in Eastern Europe,* vol. i. New York, 1979.
Kiser, J.W., "How the Arms Race Really Helps Moscow," *Foreign Policy* 60 (1985).
Kissinger, H. *A World Restored: Metternich, Castlereagh and the Problems of Peace 1812–1822.* Boston, 1957.
———. *The White House Years.* Boston, 1979.
———. "The White Revolutionary: Reflections on Bismarck," *Daedelus* 97 (1968).

Kitchen, M. *The Political Economy of Germany 1815–1914.* London, 1978.

Klein, L., and K. Ohkawa, eds. *Economic Growth: The Japanese Experience Since the Meiji Era.* Holmwood, Ill., 1968.

Knorr, K., "Burden-Sharing in NATO: Aspects of US Policy," *Orbis* 29 (1985).

Knox, M., "Conquest, Foreign and Domestic, in Fascist Italy and Nazi Germany," *Journal of Modern History* 56 (1986).

———. *Mussolini Unleashed 1939–1941.* Cambridge, 1982.

Koch, H.W., ed. *The Origins of the First World War.* London, 1982.

Kochan, L., and R. Abraham. *The Making of Modern Russia.* Harmondsworth, Mddsx., 1983 edn.

Kocka, J. *Facing Total War: German Society 1914–1918.* Leamington Spa, 1984.

Koenigsberger, H.G., "The Empire of Charles V in Europe," *New Cambridge Modern History,* vol. ii. Cambridge, 1958.

———, "Western Europe and the Power of Spain," *New Cambridge Modern History,* vol. 3. Cambridge, 1968.

———. *The Government of Sicily Under Philip II.* London, 1951.

———. *The Habsburgs and Europe 1516–1660.* Ithaca, N.Y., 1971.

Kohl, W.L. *French Nuclear Diplomacy.* Princeton, N.J., 1971.

Kolakowski, L. *Main Currents of Marxism,* vol. i, *The Founders.* Oxford, 1981 edn.

Kolb, E. ed. "Europa und die Reichsgründung," *Historische Zeitschrift,* Beiheft 6. Munich, 1980.

Kolko, G. *The Politics of War 1943–1945.* New York, 1968.

———. *Vietnam: Anatomy of a War, 1940–1975.* New York, 1986.

Kolodziej, E. *French International Policy Under De Gaulle and Pompidou: The Politics of Grandeur.* Ithaca, N.Y., 1974.

Komer, R.W. *Maritime Strategy or Coalition Defense?* Cambridge, Mass., 1984.

Kortepeter, C.M. *Ottoman Imperialism During the Reformation.* London, 1973.

Kriedte, P. *Peasants, Landlords and Merchant Capitalists: Europe and the World Economy, 1500–1800.* Leamington Spa, 1983.

Krumeich, G. *Armaments and Politics in France on the Eve of the First World War.* Leamington Spa, 1986.

Kuhn, A. *Hitlers aussenpolitisches Programm.* Stuttgart, 1970.

Kuisel, R.F. *Capitalism and the State in Modern France.* Cambridge, 1981.

Kuniholm, B.R. *The Origins of the Cold War in the Near East.* Princeton, N.J., 1980.

Kunisch, J. *Das Mirakel des Hauses Brandenburg.* Munich, 1978.

Kwitny, J. *Endless Enemies.* New York, 1984.

Lachouque, H. *Waterloo.* Paris, 1972.

LaFeber, W. *America, Russia, and the Cold War 1945–1975.* New York, 1976.

———. *The New Empire: An Interpretation of American Expansion 1860–1898.* Ithaca, N.Y., 1963.

Laird, R.F. *France, the Soviet Union, and the Nuclear Weapons Issue.* Boulder, Col., 1986.

———, "The French Strategic Dilemma," *Orbis* 28 (1984).

Lambi, I.N. *The Navy and German Power Politics 1862–1914.* London, 1984.

Landes, D. *The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present.* Cambridge, 1969.

Langer, W.L. *European Alliances and Alignments 1871–1890.* New York, 1950 edn.

———. *The Diplomacy of Imperialism 1890–1902,* 2nd edn. New York, 1965.

Langford, P. *The Eighteenth Century 1688–1815: British Foreign Policy.* London, 1976.

Langhorne, R.T.B., ed. *Diplomacy and Intelligence During the Second World War.* Cambridge, 1985

Larson, T.B. *Soviet-American Rivalry.* New York, 1978.

Laue, T.H. von. *Sergei Witte and the Industrialization of Russia.* New York, 1963.
Laurens, F.D. *France and the Italo-Ethiopian Crisis, 1935–6.* The Hague, 1967.
League of Nations. *World Economic Survey.* Geneva, 1945.
Lee, A. *The Soviet Air Force.* London, 1961.
Lee, M., and W. Michalka. *German Foreign Policy 1917–1933: Continuity or Break?* Leamington Spa, 1987.
Lee, W.T. *The Estimation of Soviet Defense Expenditures 1955–75.* New York, 1977.
Leebaert, D., ed. *Soviet Military Thinking.* London, 1981.
Lefebvre, G. *Napoleon,* 2 vols. London, 1969.
Leffler, M.P., "Security and Containment Before Kennan: The Identification of American Interests at the End of World War II," Lehrman Institute Paper, forthcoming.
———, "The American Conception of National Security and the Beginnings of the Cold War, 1945–48," *American Historical Review* 89 (1984).
Lellouche, P. *L'avenir de la guerre.* Paris, 1985.
———, "France and the Euromissiles," *Foreign Affairs* 62 (1983–84).
Lerner, D., and R. Aron. *France Defeats EDC.* New York, 1957.
Leutze, J. *Bargaining for Supremacy: Anglo-American Naval Relations 1937–1941.* Chapel Hill, N.C., 1977.
Levine, A.J., "Was World War II a Near-Run Thing?," *Journal of Strategic Studies* 8 (1985).
Levy, J. *War in the Modern Great Power System.* Lexington, Ky., 1983.
Lewin, M. *Russian Peasants and Soviet Power.* Evanston, Ill., 1968.
Lewin, R. *The American Magic: Codes, Ciphers and the Defeat of Japan.* New York, 1982.
Lewis, W.A. *Economic Survey 1919–1939.* London, 1949.
Lichtheim, G. *Europe in the Twentieth Century.* London, 1972.
Liddell Hart, B.H., ed. *The Red Army.* New York, 1956.
———. *History of the First World War.* London, 1970 edn.
———. *History of the Second World War.* London, 1970.
Lieven, D.C.B. *Russia and the Origins of the First World War.* London, 1983.
Lifton, R.J. *Home from the War: Vietnam Veterans.* New York, 1973.
Lincoln, W.B. *Passage Through Armageddon: The Russians in the War and Revolution 1914–1918.* New York, 1986.
Linder, S.B. *The Pacific Century.* Stanford, Calif., 1986.
Linderman, G.F. *The Mirror of War: American Society and the Spanish-American War.* Ann Arbor, Mich., 1974.
Link, A.S. *Wilson,* 5 vols. Princeton, N.J., 1947–65.
Lippmann, W. *U.S. Foreign Policy: Shield of the Republic.* Boston, 1943.
Litwak, R.S. *Détente and the Nixon Doctrine: American Foreign Policy and the Pursuit of Stability, 1969–1975.* Cambridge, 1984.
Lloyd, C. *The Nation and the Navy.* London, 1961.
Loades, D.M. *Politics and the Nation 1450–1660.* London, 1974.
Lobonov-Rostovsky, A.A. *Russia and Europe 1789–1825.* Durham, N.C., 1947.
Lo Jung-pang, "The Decline of the Early Ming Navy," *Orient Extremus* 5 (1958).
———, "The Emergence of China as a Sea Power During the Late Sung and Early Yuan Periods," *Far Eastern Quarterly* 14 (1955).
Louis, W.R. *The British Empire in the Middle East, 1945–1951.* Oxford, 1984.
Lovett, G.H. *Napoleon and the Birth of Modern Spain,* 2 vols. New York, 1965.
Low, A.D. *The Sino-Soviet Dispute.* Rutherford, N.J., 1976.
Lowe, C.J., and F. Marzari. *Italian Foreign Policy 1870–1940.* London, 1975.
Lowe, P. *Britain in the Far East: A Survey from 1819 to the Present.* London, 1981.
Lubasz, H., ed. *The Development of the Modern State.* New York, 1964.

Lukacs, J. *The Last European War, September 1939/December 1941.* London, 1977.
Lundkvist, S., "Svensk krigsfinansiering 1630–1635" (with German summary), *Historisk tidskrift* (1966).
Lupfer, T., "The Dynamics of Doctrine: The Changes in German Tactical Doctrine During the First World War," *Leavenworth Papers* 4. Leavenworth, Kan., 1981.
Luttwak, E. *The Pentagon and the Art of War.* New York, 1985.
Luvaas, J. *The Military Legacy of the Civil War: The European Inheritance.* Chicago, 1959.
Lynch, J. *Spain Under the Habsburgs,* 2 vols. Oxford, 1964, 1969.
Lyon, P. *Neutralism.* Leicester, 1963.
Macartney, C.A. *The Habsburg Empire 1790–1918.* London, 1969.
McCauley, M., ed. *Communist Power in Europe, 1944–1949.* London, 1977.
——. *The Soviet Union Since 1917.* London, 1981.
McCormick, T. *China Market: America's Quest for Informal Empire.* Chicago, 1967.
MacDonald, C.A. *The United States, Britain and Appeasement 1936–1939.* London, 1980.
McDougall, W.A. *France's Rhineland Diplomacy 1914–1924.* Princeton, N.J., 1978.
McEvedy, C. *The Penguin Atlas of Recent History.* Harmondsworth, Mddsx., 1982.
McFetridge, C.D., "Some Implications of China's Emergence as a Great Power," *Journal of the Royal United Services Institute for Defence Studies* 128 (1983).
McGeehan, R. *The German Rearmament Question.* Urbana, Ill., 1971.
McGowan, P., and C. W. Kegley, eds. *Foreign Policy and the Modern World-System.* Beverly Hills, Calif., 1983.
Machay, J.P. *Pioneer for Profit: Foreign Entrepreneurs and Russian Industrialization.* Chicago, 1970.
Mack Smith, D. *Italy: A Modern History.* Ann Arbor, Mich., 1959.
——. *Mussolini's Roman Empire.* London, 1976.
——. *Mussolini: A Biography.* New York, 1982.
Mackay, D. *Prince Eugene of Savoy.* London, 1977.
MacKay, D., and H. M. Scott. *The Rise of the Great Powers 1648–1815.* London, 1983.
Mackesy, P. *Statesman at War: The Strategy of Overthrow, 1798–1799.* London, 1974.
——. *The War for America 1775–1783.* London, 1964.
Mackinder, H.J., "The Geographical Pivot of History," *Geographical Journal* 23 (1904).
Mackintosh, M. *Juggernaut: A History of the Soviet Armed Forces.* New York, 1967.
McMillen, D.H., ed. *Asian Perspectives on International Security.* London, 1984.
McNeill, W.H. *A World History.* London, 1979 edn.
——. *The Pursuit of Power: Technology, Armed Forces and Society Since 1000 A.D.* Chicago, 1983.
——. *The Rise of the West.* Chicago, 1967.
Madariaga, I. de. *Britain, Russia and the Armed Neutrality of 1780.* London, 1962.
——. *Russia in the Age of Catherine the Great.* London, 1981.
Maddison, A., "A Comparison of Levels of GDP per Capita in Developed and Developing Countries, 1700–1980," *Journal of Economic History* 43 (1983).
Magalhaes-Godinho, V. *L'économie de l'Empire Portugais aux XV[e] et XVI[e] siècles.* Paris, 1969.
Mahan, A.T. *Sea Power in Its Relations to the War of 1812,* 2 vols. London, 1905.
——. *The Influence of Sea Power upon History 1660–1783.* London, 1965 edn.
Maier, C.S. *Recasting Bourgeois Europe.* Princeton, N.J., 1975.
Maier, K.A., et al., eds. *Das Deutsche Reich und der Zweite Weltkrieg,* vol. 2, *Die Errichtung der Hegemonie auf dem europäischen Kontinent.* Stuttgart, 1979.

Mako, W.P. *U.S. Ground Forces and the Defense of Central Europe.* Washington, D.C., 1983.
Maland, D. *Europe in the Seventeenth Century.* London, 1966.
Malinraud, E. *La Croissance française.* Paris, 1972.
Mallet, M.E. *Mercenaries and Their Masters: Warfare in Renaissance Italy.* London, 1976.
Mamatey, V.S. *Rise of the Habsburg Empire 1526–1815.* Huntingdon, N.Y., 1978 edn.
Mandelbaum, M. *The Nuclear Future.* Ithaca, N.Y., 1983.
———. *The Nuclear Question: The United States and Nuclear Weapons 1946–1976.* New York, 1979.
———. *The Nuclear Revolution: International Politics Before and After Hiroshima.* New York, 1981.
Mansergh, N. *The Commonwealth Experience.* London, 1969.
Marder, A.J. *From the Dreadnought to Scapa Flow: The Royal Navy in the Fisher Period,* vol. i, *The Road to War, 1904–1914.* London, 1961.
———. *Old Friends, New Enemies: The Royal Navy and the Imperial Japanese Navy.* Oxford, 1981.
———. *The Anatomy of British Sea Power.* Hamden, Conn., 1964 reprint.
———, "The Royal Navy in the Italo-Ethiopian War 1935–36," *American Historical Review* 75 (1970).
Marks, S. *The Illusion of Peace: International Relations in Europe 1918–1933.* London, 1976.
Marriss, S. *Deficits and the Dollar: The World Economy at Risk.* Washington, D.C., 1985.
Marsh, F. *Japanese Overseas Investment.* London, 1983.
Marshall, P.J., "British Expansion in India in the Eighteenth Century: An Historical Revision," *History* 60 (1975).
Martin, B., "Aussenhandel und Aussenpolitik Englands unter Cromwell," *Historische Zeitschrift* 218 (1974).
Martin, L. *Peace Without Victory—Woodrow Wilson and the English Liberals.* New York, 1973 edn.
Marwick, A. *The Deluge—British Society in the First World War.* London, 1965.
———. *War and Social Change in the Twentieth Century.* London, 1974.
Masson, P., "La Marine française en 1939–40," *Revue historique des armées* 4 (1979).
Mathias, P. *The First Industrial Nation: An Economic History of Britain 1700–1914.* London, 1969.
———, and P. O'Brien. "Taxation in Britain and France, 1715–1810," *Journal of European Economic History* 5 (1976).
Matloff, M. *Strategic Planning for Coalition Warfare, 1943–1944.* Washington, D.C., 1959.
Mattingly, G. *Renaissance Diplomacy.* Harmondsworth, Mddsx., 1965.
May, A.J. *The Habsburg Monarchy 1862–1916.* Cambridge, Mass., 1960.
———. *The Passing of the Habsburg Monarchy, 1914–1918,* 2 vols. Philadelphia, 1966.
May, E.R., ed. *Knowing One's Enemies: Intelligence Assessment Before the Two World Wars.* Princeton, N.J., 1984.
———. *American Imperialism: A Speculative Essay.* New York, 1968.
———. *Imperial Democracy: The Emergence of America as a Great Power.* New York, 1961.
———. *The World War and American Isolation.* Chicago, 1966 edn.
Mayer, A.J. *Political Origins of the New Diplomacy.* New York, 1970 edn.
———. *Politics and Diplomacy of Peacemaking: Containment and Counterrevolution at Versailles 1918–1919.* London, 1968.

McGwire, M. *Soviet Naval Developments.* New York, 1973.
———. *Soviet Naval Influence.* New York, 1977.
———. *Soviet Naval Policy.* New York, 1975.
Mearsheimer, J. *Conventional Deterrence.* Ithaca, N.Y., 1983.
Medlicott, W.N. *British Foreign Policy Since Versailles, 1919–1963.* London, 1968.
Mellor, R.E.M. *The Soviet Union and Its Geographical Problems.* London, 1982.
Mendelsohn, K. *Science and Western Domination.* London, 1976.
Mendl, W. *Deterrence and Persuasion: French Nuclear Armament in the Context of National Policy, 1945–1969.* London, 1970.
Menon, K. *Soviet Power and the Third World.* New York, 1985.
Meyers, R. *Britische Sicherheitspolitik 1934–1938.* Düsseldorf, 1976.
Middlebrook, M. *The Kaiser's Battle: 21 March 1918.* London, 1978.
Middlemas, K. *Diplomacy of Illusion: The British Government and Germany 1937–39.* London, 1972.
Middleton, R. *The Bells of Victory.* Cambridge, 1985.
Military Balance, The. International Institute of Strategic Studies. London, annual.
Millar, G.J. *Tudor Mercenaries and Auxiliaries 1485–1547.* Charlottesville, Va., 1980.
Miller, M.S. *The Economic Development of Russia, 1905–1914.* London, 1926.
Miller, S.E., ed. *Military Strategy and the Origins of the First World War.* Princeton, N.J., 1985.
———, ed. *Conventional Forces and American Defense Policy.* Princeton, N.J., 1986.
Millett, A.R., and W. Murray, eds. *Military Effectiveness.* Forthcoming.
———, and P. Maslowski. *For the Common Defense: A Military History of the United States of America.* New York, 1984.
Mills, W. *Arms and Men.* New York, 1956.
Milward, A.S. *The Economic Effects of the World Wars in Britain.* London, 1970.
———. *The German Economy at War.* London, 1965.
———. *The Reconstruction of Western Europe, 1945–1951.* London, 1984.
———. *War, Economy and Society 1939–1945.* Berkeley, Calif., 1979.
———, and S. B. Saul. *The Development of the Economies of Continental Europe 1850–1914.* Cambridge, Mass., 1977.
———. *The Economic Development of Continental Europe 1780–1870.* London, 1973.
Minchinton, W.E., ed. *The Growth of English Overseas Trade in the Seventeenth and Eighteenth Centuries.* London, 1969.
Mitchell, A. *The German Influence in France after 1870: The Formation of the French Republic.* Chapel Hill, N.C., 1979.
———. *Victors and Vanquished: The German Influence on Army and Church in France after 1870.* Chapel Hill, N.C., 1984.
Mitchell, B.R. *European Historical Statistics 1750–1970.* London, 1975.
Mitchell, D.W. *A History of Russian and Soviet Sea Power.* New York, 1974.
Modelski, G., "The Long Cycle of Global Politics and the Nation-State," *Comparative Studies in Society and History* 20 (1978).
Mommsen, W.J., and L. Kettenacker, eds. *The Fascist Challenge and the Policy of Appeasement.* London, 1983.
Monger, G.L. *The End of Isolation: British Foreign Policy 1900–1907.* London, 1963.
Morazé, C., "Finance et despotisme, essai sur les despotes éclairés," *Annales* 3 (1948).
Moreland, W.H. *From Akbar to Aurangzeb: A Study in Indian Economic History.* London, 1923.
Moreton, E., and G. Segal, eds. *Soviet Strategy Toward Western Europe.* London, 1984.
Morgan, K.O. *Labour in Power 1945–1951.* Oxford, 1984.

Morgan, R. *The United States and West Germany 1945–1973.* London, 1974.
Mori, G., "The Genesis of Italian Industrialization," *Journal of European Economic History* 4 (1975).
——, "The Process of Industrialization in Italy: Some Suggestions, Problems and Questions," *Journal of European Economic History* 8 (1979).
Morison, S.E. *History of the United States Naval Operations,* vol. x, *The Atlantic Battle Won.* Boston, Mass., 1956.
Morley, J.W., ed. *Dilemmas of Growth in Prewar Japan.* Princeton, N.J., 1971.
——, ed. *The Fateful Choice: Japan's Advance into Southeast Asia, 1939–1941.* New York, 1980.
——, ed. *The Pacific Basin.* New York, 1986.
Morris, M.D., "Values as an Obstacle to Growth in South Asia," *Journal of Economic History* 27 (1967).
Mortimer, R.A. *The Third World Coalition in International Politics.* New York, 1980.
Morton, E., and G. Segal, eds. *Soviet Strategy Toward Western Europe.* London, 1984.
Mosse, W.E. *Alexander II and the Modernization of Russia.* New York, 1962 edn.
——. *The European Powers and the German Question 1848–1870.* Cambridge, 1958.
——. *The Rise and Fall of the Crimean System 1855–1871.* London, 1963.
Mousnier, R., "L'Evolution des finances publiques en France et en Angleterre pendant les guerres de la Ligue d'Augsburg et de la Succession d'Espagne," *Revue Historique* 44 (1951).
Mowat, C.L., ed. *New Cambridge Modern History,* vol. xii (rev. ed.), *The Shifting Balance of World Forces.* Cambridge, 1968.
Munro, D.G. *Intervention and Dollar Diplomacy in the Caribbean 1900–1921.* Princeton, N.J., 1964.
Munting, R. *The Economic Development of the USSR.* London, 1982.
Murphy, B. *A History of the British Economy.* London, 1973.
Murray, W., "German Air Power and the Munich Crisis," *War and Society* 1 (1976).
——. *Luftwaffe.* Baltimore, Md., 1985.
——, "Munich, 1938: The Military Confrontation," *Journal of Strategic Studies* 2 (1979).
——. *The Change in the European Balance of Power, 1938–1939.* Princeton, N.J., 1984.
Mysyrowics, L. *Autopsie d'une Defaite: Origines de l'effrondrement militaire français de 1940.* Lausanne, 1973.
Neal, L., "Interpreting Power and Profit in Economic History: A Case Study of the Seven Years War," *Journal of Economic History* 37 (1977).
Needham, J. *Science and Civilization in China,* vol. iv, *Civil Engineering and Nautics.* Cambridge, 1971.
——. *The Development of Iron and Steel Technology in China.* London, 1958.
——. *The Grand Titration. Science and Society in East and West.* London, 1969.
Nef, J.U. *War and Human Progress.* New York, 1968.
Neidpath, J. *The Singapore Naval Base and the Defense of Britain's Eastern Empire 1919–1941.* Oxford, 1981.
Neilson, K., "Watching the 'Steamroller': British Observers and the Russian Army Before 1914." *Journal of Strategic Studies* 8 (1985).
Nettl, J.P. *The Soviet Achievement.* London, 1967.
Nicholls, A.J. *Weimar and the Rise of Hitler.* London, 1979 edn.
Nicolson, H.G. *The Congress of Vienna.* London, 1946.
Niedhart, G., "Appeasement: Die britische Antwort auf die Krise des Weltreichs und

des internationalen Systems vor dem zweiten Weltkrieg," *Historische Zeitschrift* 226 (1978).
———. *Handel und Krieg in der britischen Weltpolitik 1738–1763*. Munich, 1979.
Niemeyer, J. *Das österreichische Militärwesen im Umbruch*. Osnabrück, 1979.
Nipperdey, T. *Deutsche Geschichte 1800–1866*. Munich, 1983.
Nish, I. *Japan's Foreign Policy, 1869–1942*. London, 1978.
———. *The Anglo-Japanese Alliance*. London, 1966.
———. *The Origins of the Russo-Japanese War*. London, 1985.
Nitze, P., "The Development of NSC-68," *International Security* 5 (1980).
Nobutaka, I, ed. *Japan's Decision for War*. Stanford, Calif., 1967.
Norman, E.H. *Japan's Emergence as a Modern State*. New York, 1940.
North, D.C., and R. P. Thomas. *The Rise of the Western World*. Cambridge, 1973.
North, R.C. *Moscow and the Chinese Communists*. Stanford, Calif., 1953.
Northedge, F.S., and A. Wells. *Britain and Soviet Communism: The Impact of a Revolution*. London, 1982.
———. *The Troubled Giant: Britain Among the Great Powers*. London, 1966.
Nove, A. *An Economic History of the USSR*. Harmondsworth, Mddsx., 1969.
O'Brien, P. *British Financial and Fiscal Policy in the Wars Against France, 1793–1815*. Oxford, 1984.
———, and C. Keydor. *Economic Growth in Britain and France 1780–1914*. London, 1978.
O'Day, A., ed. *The Edwardian Age*. London, 1979.
Offner, A. *American Appeasement, United States Foreign Policy and Germany 1933–1938*. Cambridge, Mass., 1969.
Ohkawa, K., and H. Rosovsky. *Japanese Economic Growth*. Stanford, Calif., 1973.
———, and M. Shinohara, eds. *Patterns of Japanese Economic Development*. New Haven, Conn., 1979.
Okamoto, S. *The Japanese Oligarchy and the Russo-Japanese War*. New York, 1970.
Olsen, E.A. *U.S.-Japan Strategic Reciprocity: A Neo-Internationalist View*. Stanford, Calif., 1985.
Oman, C. *A History of the Art of War in the Middle Ages*, 2 vols. London, 1924.
———. *A History of the Art of War in the Sixteenth Century*. London, 1937.
O'Neill, W. *Coming Apart*. New York, 1971.
Orde, A. *Britain and International Security 1920–1926*. London, 1978.
Osgood, R.E. *NATO: The Entangling Alliance*. Chicago, 1962.
Ovendale, R. *Appeasement and the English-Speaking World*. Cardiff, 1975.
Overholt, W.H., ed. *Asia's Nuclear Future*. Boulder, Col., 1977.
Overy, R.J., "Hitler's War and the German Economy: A Reinterpretation," *Economic History Review* 35 (1982).
———. *The Air War, 1939–1945*. New York, 1980.
———. *The Nazi Economic Recovery 1932–1938*. London, 1982.
Owen, R., and R. Sutcliffe, eds. *Studies in the Theory of Imperialism*. London, 1972.
Oye, K.A., et al., eds. *Eagle Defiant: United States Foreign Policy in the 1980s*. Boston, 1983.
———, et al., eds. *Eagle Entangled: U.S. Foreign Policy in a Complex World*. New York, 1979.
Padfield, P. *Guns at Sea*. London, 1973.
———. *The Battleship Era*. London, 1972.
———. *Tide of Empires: Decisive Naval Campaigns in the Rise of the West*, 2 vols. London, 1979, 1982.
Palmer, A. *Napoleon in Russia*. New York, 1967.
Palmer, B. *The 25-Year War: America's Military Role in Vietnam*. New York, 1984.

Pares, R., "American versus Continental Warfare 1739–1763," *English Historical Review* 51 (1936).
———. *War and Trade in the West Indies 1739–1763.* Oxford, 1936.
Paret, P. *Yorck and the Era of Prussian Reform.* Princeton, N.J., 1961.
Parish, P.J. *The American Civil War.* New York, 1975.
Parker, G. *Europe in Crisis 1598–1648.* London, 1979.
———. *Spain and the Netherlands 1559–1659.* London, 1979.
———. *The Army of Flanders and the Spanish Road 1567–1659: The Logistics of Spanish Victory and Defeat in the Low Countries War.* Cambridge, 1972.
———. *The Dutch Revolt.* London, 1977.
Parker, R.A.C., "Great Britain, France and the Ethiopian Crisis 1935–1936," *English Historical Review* 89 (1974).
Parodi, M. *L'économie et la société française de 1945 a 1970.* Paris, 1971.
Parry, J.H. *The Age of Reconnaissance,* 2nd edn. London, 1966.
———. *The Establishment of the European Hegemony 1415–1715,* 3rd edn. New York, 1966.
———. *Trade and Dominion: The European Overseas Empire in the Eighteenth Century.* London, 1971.
Patterson, A.T. *The Other Armada: The Franco-Spanish Attempt to Invade Britain in 1779.* Manchester, 1960.
Peacock, A.T., and J. Wiseman. *The Growth of Public Expenditure in the United Kingdom.* London, 1967 edn.
Peden, G.C. *British Rearmament and the Treasury 1932–1939.* Edinburgh, 1979.
Pedroncini, G. *Les mutineries de 1917.* Paris, 1967.
Pelz, S.E. *Race to Pearl Harbor.* Cambridge, Mass., 1974.
Pemsel, H. *Atlas of Naval Warfare.* London, 1977.
Pericoli, U., and M. Glover. *1815: The Armies at Waterloo.* London, 1973.
Perkins, B. *Prologue to War: England and the United States 1805–1812.* Berkeley, Calif., 1961.
———. *The Great Rapprochement.* New York, 1969.
Perkins, D.H., ed. *China's Modern Economy in Historical Perspective.* Stanford, Calif., 1975.
Petersen, E.N. *The Limits of Hitler's Power.* Princeton, N.J., 1969.
Petersen, P.A., and J. G. Hines, "The Conventional Offensive in Soviet Theater Strategy," *Orbis* 27 (1983).
Pflanze, O. *Bismarck and the Development of Germany: The Period of Unification 1815–1871.* Princeton, N.J., 1963.
Pierre, A.J. *Nuclear Politics: The British Experience with an Independent Strategic Nuclear Force, 1939–1970.* London, 1972.
———, ed. *Nuclear Weapons in Europe.* New York, 1984.
Pigasse, J.P. *Le bouclier d'Europe.* Paris, 1982.
Pintner, W., "Inflation in Russia During the Crimean War Period," *American Slavic and East European Review* 18 (1959).
Pitt, B. *1918—The Last Act.* New York, 1962.
Pivka, O. von. *Navies of the Napoleonic Era.* Newton Abbott, 1980.
Plesur, M. *America's Outward Thrust: Approaches to Foreign Affairs 1865–1890.* DeKalb, Ill., 1971.
Polisensky, J.V. *The Thirty Years War.* London, 1971.
Pollard, S. *Peaceful Conquest: The Industrialization of Europe 1760–1970.* Oxford, 1981.
———. *The Wasting of the British Economy.* London, 1982.
Polmar, N. *Soviet Naval Developments, 1982,* 4th edn. Annapolis, Md., 1981.
Polonsky, A. *The Great Powers and the Polish Question 1941–1945.* London, 1976.

Porch, D. *The March to the Marne: The French Army 1871–1914.* Cambridge, 1981.

Porter, B. *Britain, Europe and the World, 1850–1982: Delusions of Grandeur.* London, 1983.

———. *The Lion's Share: A Short History of British Imperialism 1850–1970.* London, 1976.

Posen, B.R. *The Sources of Military Doctrine: France, Britain and Germany Between the World Wars.* Ithaca, N.Y., 1984.

Postan, M.M. *An Economic History of Western Europe, 1945–1964.* London, 1967.

Potichny, P.T., ed. *The Ukraine in the Seventies.* Oakville, Ont., 1982.

Potter, E.B., ed. *Sea Power: A Naval History.* Annapolis, Md., 1981.

Potter, G.R., ed. *The New Cambridge Modern History,* vol i, *The Renaissance 1493–1520.* Cambridge, 1961.

Pounds, N.J.G. *An Historical Geography of Europe 1500–1840.* Cambridge, 1979.

———, and S. S. Ball, "Core Areas and the Development of the European States System," *Annals of the Association of American Geographers* 54 (1964).

Powers, T. *The War at Home: Vietnam and the American People, 1964–1968.* New York, 1973.

———. *Thinking About Nuclear Weapons.* New York, 1983.

Prados, J. *The Soviet Estimate: U.S. Intelligence Analysis and Russian Military Strength.* New York, 1982.

Pratt, L.R. *East of Malta, West of Suez: Britain's Mediterranean Crisis.* London, 1975.

Presseisen, E.L. *Amiens and Munich: Comparisons in Appeasement.* The Hague, 1978.

Preston, A., ed. *General Staffs and Diplomacy Before the Second World War.* London, 1978.

Preston, R.A., S. F. Wise, and H. O. Werner. *Men in Arms.* London, 1962.

Price, R. *The Economic Modernization of France.* London, 1975.

Prins, G, ed. *The Nuclear Crisis Reader.* New York, 1984.

Qaisar, A.J. *The Indian Response to European Technology and Culture, A.D. 1498–1707.* Delhi, 1982.

Quester, G. *Nuclear Proliferation: Breaking the Chain.* Madison, Wi., 1981.

Quimby, R.S. *The Background of Napoleonic Warfare.* New York, 1957.

Quinn, D.B., and A. N. Ryan. *England's Sea Empire, 1550–1642.* London, 1983.

Radice, L. *Prelude to Appeasement: East Central European Diplomacy in the Early 1930s.* New York, 1981.

Raeff, M. *Imperial Russia 1682–1825.* New York, 1971.

Ragsdale, H. *Détente in the Napoleonic Era: Bonaparte and the Russians.* Lawrence, Kan., 1980.

Rahman, H., "British Post-Second World War Military Planning for the Middle East," *Journal of Strategic Studies* 5 (1982).

Ramsay, J.F. *Anglo-French Relations 1763–70: A Study of Choiseul's Foreign Policy.* Berkeley, Calif., 1939.

Ransom, R.L., et al., eds. *Explorations in the New Economic History.* New York, 1982.

Ranum, O., ed. *National Consciousness, History and Political Culture in Early Modern Europe.* Baltimore, 1975.

Rapp, R.T., "The Unmaking of the Mediterranean Trade Hegemony," *Journal of Economic History* 35 (1975).

Rappaport, A. *Henry L. Stimson and Japan, 1931–1933.* Chicago, 1963.

Rasler, K.A., and W. R. Thompson, "Global Wars, Public Debts, and the Long Cycle," *World Politics* 35 (1983).

Rath, R.J. *The Fall of the Napoleonic Kingdom of Italy.* New York, 1941.

Raulff, H. *Zwischen Machtpolitik und Imperialismus: Die deutsche Frankreichpolitik 1904–5.* Düsseldorf, 1976.
Reamington, R.A. *The Warsaw Pact.* Cambridge, Mass., 1971.
Redlich, F. "Contributions in the Thirty Years War," *Economic History Review* 12 (1959).
———. *The German Military Enterpriser and His Work Force,* 2 vols. Wiesbaden, 1964.
Rees, D. *Korea: The Limited War.* New York, 1966.
Regla, J., "Spain and Her Empire," *New Cambridge Modern History,* vol. v. Cambridge, 1961.
Reinhard, W. *Geschichte der europäischen Expansion,* vol. i. Stuttgart, 1983.
Les Relations franco-allemandes 1933–1939. Paris, 1976.
Les Relations franco-britanniques 1935–39. Paris, 1975.
Reynolds, C.G. *Command of the Sea: The History and Strategy of Maritime Empires.* New York, 1974.
———, "Imperial Japan's Continental Strategy," *U.S. Naval Institute Proceedings* 109 (1983).
Reynolds, D. *The Creation of the Anglo-American Alliance, 1937–1961.* London, 1981.
Rich, N. *Friedrich von Holstein,* 2 vols. Cambridge, 1965.
———. *Hitler's War Aims,* 2 vols. London, 1973–74.
———. *Why the Crimean War?: A Cautionary Tale.* Hanover, N.H., 1985.
Richardson, H.W. *Economic Recovery in Britain, 1932–1939.* London, 1967.
Richmond, H. *Statesmen and Sea Power.* Oxford, 1946.
Riley, J.C. *International Government Finance and the Amsterdam Capital Market 1740–1815.* Cambridge, 1980.
Ritter, G. *The Schlieffen Plan.* New York, 1958.
———. *The Sword and the Scepter,* 4 vols. London, 1975.
Ritter, M., "Das Kontributionssystem Wallensteins," *Historische Zeitschrift* 90 (1902).
Robbins, K. *Munich, 1938.* London, 1968.
Roberts, J.M. *The Pelican History of the World.* Harmondsworth, Mddsx., 1980.
Roberts, M. *Essays in Swedish History.* London, 1967.
———. *Gustavus Adolphus and the Rise of Sweden.* London, 1973.
———. *Gustavus Adolphus,* 2 vols. London, 1958.
———. *Splendid Isolation 1763–1780.* Stenton Lecture, Reading, 1970.
———. *The Swedish Imperial Experience 1560–1718.* Cambridge, 1979.
Robertson, E.M., ed. *The Origins of the Second World War.* London, 1971.
Robertson, R.M. *History of American Economy.* New York, 1975 edn.
Robinson, R., J. Gallagher, and A. Denny. *Africa and the Victorians: The Official Mind of Imperialism,* 2nd edn. London, 1982.
Rodger, A.B. *The War of the Second Coalition, 1798–1801.* Oxford, 1964.
Rogge, H. *Russia in the Age of Modernization and Revolution 1881–1917.* London, 1983.
Rohe, K., ed. *Die Westmächte und das Dritte Reich 1933–1939.* Paderborn, 1982.
Röhl, J.C.G., "A Document of 1892 on Germany, Prussia, and Poland," *Historical Journal* 7 (1964).
———, and N. Sombart, eds. *Kaiser Wilhelm II: New Interpretations.* Cambridge, 1982.
Roider, K.A. *Austria's Eastern Question 1700–1790.* Princeton, N.J., 1982.
Rolfe, S. *The International Corporation.* Paris, 1969.
Ropp, T. *The Development of a Modern Navy: French Naval Policy 1871–1904.* Annapolis, Md., 1987.

———. *War in the Modern World.* Durham, N.C., 1959.
Ropponen, R. *Die Kraft Russlands: Wie beurteilte die politische und militärische Führung der europäischen Grossmächte in der Zeit von 1905 bis 1914 die Kraft Russlands?* Helsinki, 1968.
Rosecrance, R., ed. *America as an Ordinary Power,* Ithaca, N.Y., 1976.
———. *The Rise of the Trading State.* New York, 1985.
Rosenberg, D.A., "A Smoking Radiating Ruin at the End of Two Hours: Documents on American Plans for Nuclear War with the Soviet Union, 1954–55," *International Security* 6 (1981–82).
———, "American Atomic Strategy and the Hydrogen Bomb Decision," *Journal of American History* 66 (1979).
———, "The Origins of Overkill: Nuclear Weapons and American Strategy, 1945–1960," *International Security* 7 (1983).
Rosenberg, H. *Bureaucracy, Aristocracy and Autocracy: The Prussian Experience 1660–1815.* Cambridge, Mass., 1958.
Roseveare, H. *The Treasury: The Evolution of a British Institution.* London, 1969.
Rosinski, H., "The Role of Sea Power in the Global Warfare of the Future," *Brassey's Naval Annual* (1947).
Roskill, S.W. *Naval Policy Between the Wars,* vol. ii. London, 1976.
———. *The War at Sea,* 3 vols. London, 1954–61.
Ross, G. *The Great Powers and the Decline of the European States System 1914–1945.* London, 1983.
Ross, S.T. *European Diplomatic History 1789–1815: France Against Europe.* Malabar, Fla., 1981 reprint.
———. *Quest for Victory: French Military Strategy 1792–1799.* London, 1973.
Rostow, N. *Anglo-French Relations 1934–1936.* London, 1984.
Rostow, W.W. *The Process of Economic Growth,* 2nd edn. Oxford, 1960.
———. *The World Economy: History and Prospect.* Austin, Tex., 1978.
Rothenberg, G.E., B. K. Kiraly, and P. F. Sugar, eds. *East Central European Society and War in the Pre-Revolutionary Eighteenth Century.* New York, 1982.
———. *Napoleon's Great Adversaries: The Archduke Charles and the Austrian Army 1792–1814.* London, 1982.
———. *The Army of Francis Joseph.* West Lafayette, Ind., 1976.
———. *The Art of Warfare in the Age of Napoleon.* Bloomington, Ind., 1978.
Rothstein, R.L. *The Third World and U.S. Foreign Policy.* Boulder, Col., 1981.
———. *The Weak in the World of the Strong: The Developing Countries in the International System.* New York, 1977.
Rothwell, V. *Britain and the Cold War 1941–47.* London, 1982.
Rowen, H.S., "Living with a Sick Bear," *The National Interest* 2 (1985–86).
Rowland, B.M., ed. *Balance of Power or Hegemony: The Inter-War Monetary System.* New York, 1976.
Rowley, A. *Evolution économique de la France de milieu du XIX^e siècle à 1914.* Paris, 1982.
Rubin, B. *Paved with Good Intentions: The United States and Iran.* New York, 1980.
Rudé, G. *Paris and London in the Eighteenth Century: Studies in Popular Protest.* New York, 1971.
———. *Revolutionary Europe 1783–1815.* London, 1964.
Rudney, R.S., "Mitterrand's New Atlanticism: Evolving French Attitudes Toward NATO," *Orbis* 28 (1984).
Rupieper, H. *The Cuno Government and Reparations, 1922–1923.* London, 1979.
Rusinov, D. *The Yugoslav Experiment, 1948–1974.* London, 1977.
Russell, C., ed. *The Origins of the English Civil War.* London, 1973.
Russett, B., "America's Continuing Strengths," *International Organization* 39 (1985).

———, "Defense Expenditures and National Well-being," *American Political Science Review* 76 (1982).

Ryder, A.J. *The German Revolution of 1918.* Cambridge, 1967.

Rywkin, M. *Moscow's Muslim Challenge.* New York, 1982.

Sachar, H.M. *Europe Leaves the Middle East 1936–1954.* London, 1972.

Sadkovich, J.J., "Minerals, Weapons and Warfare: Italy's Failure in World War II," *Storia contemporanea,* forthcoming.

Salewski, M. *Die deutsche Seekriegsleitung 1935–1945,* 3 vols. Frankfurt, 1970–75.

Salisbury, H. *The Coming War Between Russia and China.* London, 1969.

Salmon, J.M.H. *Society in Crisis: France in the Sixteenth Century.* London, 1975.

Samhaber, E. *Merchants Make History.* London, 1963.

Sansom, G.B. *A History of Japan,* 3 vols. London, 1958–66.

———. *The Western World and Japan.* London, 1950.

Saul, S.B. *Studies in British Overseas Trade 1870–1914.* Liverpool, 1960.

Saunders, H. *The Middle East Problem in the 1980s.* Washington, D.C., 1981.

Sauvy, A. *Histoire économique de la France entre les deux guerres,* 2 vols. Paris, 1965–67.

Savelle, M. *Empires to Nations: Expansion in America, 1713–1824.* Minneapolis, 1974.

Savory, R. *His Britannic Majesty's Army in Germany During the Seven Years War.* Oxford, 1966.

Sayous, A., "Le role d'Amsterdam dans l'histoire du capitalisme commercial et financier," *Revue Historique* 183 (1938).

Scalapino, R.A., ed. *The Foreign Policy of Modern Japan.* Berkeley, Calif., 1977.

Scammell, G.V. *The World Encompassed: The First European Maritime Empires, c. 800–1650.* Berkeley, Calif., 1981.

Schaller, M. *The American Occupation of Japan: The Origins of the Cold War in Asia.* New York, 1985.

Schell, J. *The Fate of the Earth.* New York, 1982.

Schell, O. *To Get Rich Is Glorious: China in the 80s.* New York, 1985.

Schilling, W.R., et al. *Strategy, Politics, and Defense Budgets.* New York, 1962.

Schmidt, G. *England in der Krise: Grundzüge und Grundlagen der britischen Appeasement-Politik, 1930–1937.* Opladen, 1981.

———, "Wozu noch politische Geschichte?," *Aus Politik und Zeitgeschichte* B17 (1975).

Schmidt, H. *A Grand Strategy for the West.* New Haven, Conn., 1985.

Schmitt, B.E., and H. C. Vedeler. *The World in the Crucible 1914–1919.* New York, 1984.

Schooner, D.M. *Soviet Economy in a Time of Change.* Washington, D.C., 1979.

Schreiber, G., et al., eds. *Das Deutsche Reich und der Zweite Weltkrieg,* vol. iii, *Der Mittelmeerraum und Südosteuropa.* Stuttgart, 1984.

———. *Revisionismus und Weltmachtstreben.* Stuttgart, 1978.

Schroeder, P.W. *Austria, Britain and the Crimean War: The Destruction of the European Concert.* Ithaca, N.Y., 1972.

———, "Munich and the British Tradition," *Historical Journal* (1976).

———, "The Lost Intermediaries: The Impact of 1870 on the European System," *International History Review* 6 (1984).

———, "World War I as a Galloping Gertie," *Journal of Modern History* 44 (1972).

Schulin, E., ed. *Gedenkschrift Martin Göhring: Studien zur europäischen Geschichte.* Wiesbaden, 1968.

Schulte, B.F. *Die deutsche Armee.* Düsseldorf, 1977.

Schulzinger, R.D. *American Diplomacy in the Twentieth Century.* New York, 1984.

Schumpeter, E.B., "English Prices and Public Finance, 1660–1822," *Review of Economic Statistics* 20 (1938).
Schwartz, T., "The Case of German Rearmament: Alliance Crisis in the 'Golden Age,'" *The Fletcher Forum* (1984).
Scott, H.M., "British Foreign Policy in the Age of the American Revolution," *International History Review* 6 (1984).
———, "The Importance of Bourbon Naval Reconstruction to the Strategy of Choiseul after the Seven Years War," *International History Review* 1 (1979).
Scott, W.R. *The Constitution and Finance of English, Scottish and Irish Joint Stock Companies to 1720,* 3 vols. Cambridge, 1912.
Seabury, P., "International Policy and National Defense," *Journal of Contemporary Studies* (1983).
Searle, G.R. *The Quest for National Efficiency: A Study in British Politics and British Political Thought, 1899–1914.* Oxford, 1971.
Seaton, A. *The Crimean War: A Russian Chronicle.* London, 1977.
———. *The German Army 1933–1945.* London, 1982.
———. *The Russian Army of the Crimea.* Reading, Berkshire, 1973.
———. *The Russo-German War 1941–45.* London, 1971.
Segal, G., ed. *The China Factor: Peking and the Superpowers.* London, 1982.
———. *The Soviet Union in East Asia.* Boulder, Col., 1983.
———, and W. Tow, eds. *Chinese Defense Policy.* London, 1984.
———. *Defending China.* London, 1985.
———, "Defense Culture and Sino-Soviet Relations," *Journal of Strategic History* 8 (1985).
———. *The Great Power Triangle.* London, 1982.
Servan-Schreiber, J.J. *The American Challenge.* Harmondsworth, Mddsx., 1969 edn.
Seton-Watson, C. *Italy from Liberalism to Fascism.* London, 1967.
Seton-Watson, R.W. *The Russian Empire 1801–1917.* Oxford, 1967.
Shaw, A.G.L., ed. *Great Britain and the Colonies 1815–1865.* London, 1970.
Shay, R.P. *British Rearmament in the Thirties: Politics and Profits.* Princeton, N.J., 1977.
Shennan, J.H. *The Origins of the Modern European State 1450–1725.* London, 1974.
Sherman, A.J., "German-Jewish Bankers in World Politics: The Financing of the Russo-Japanese War," *Leo Baeck Institute Yearbook* 28 (1983).
Sherwig, J.M. *Guineas and Gunpowder: British Foreign Aid in the Wars with France 1793–1815.* Cambridge, Mass., 1969.
Sherwin, M.J. *A World Destroyed: The Atomic Bomb and the Grand Alliance.* New York, 1975.
Shiba, Y. *Commerce and Society in Sung China.* Ann Arbor, Mich., 1970.
Showalter, D. *Railroads and Rifles: Soldiers, Technology and the Unification of Germany.* Hamden, Conn., 1975.
Shuker, S.A. *The End of French Predominance in Europe: The Financial Crisis of 1924 and the Adoption of the Dawes Plan.* Chapel Hill, N.C., 1976.
Shulman, M.D. *Stalin's Foreign Policy Reappraised.* New York, 1969.
Sick, G. *All Fall Down: America's Tragic Encounter with Iran.* New York, 1985.
Sidorov, A.L. *The Economic Position of Russia During the First World War.* Moscow, 1973.
Siegelbaum, L.H. *The Politics of Industrial Mobilization in Russia, 1914–1917.* New York, 1984.
Silberling, N.J., "Financial and Monetary Policy of Great Britain During the Napoleonic Wars," *Quarterly Journal of Economics* 38 (1923–24).
Silverman, D.P. *Reconstructing Europe After the Great War.* Cambridge, Mass., 1982.

Simmons, R.R. *The Strained Alliance.* New York, 1975.
Skalweit, A. *Die deutsche Kriegsnährungswirtschaft.* Berlin, 1927.
Sked, A., ed. *Europe's Balance of Power 1815–1848.* London, 1979.
———. *The Survival of the Habsburg Empire: Radetsky, the Imperial Army and the Class War, 1848.* London, 1979.
Slessor, J. *Strategy for the West.* London, 1954.
Smith, D.M., "National Interest and American Intervention, 1917: An Historical Appraisal," *Journal of American History* 52 (1965).
———. *The Great Departure: The United States and World War I, 1914–1920.* New York, 1965.
Smith, G. *Morality, Reason and Power: American Diplomacy in the Carter Years.* New York, 1986.
Smith, M., et al. *Asia's New Industrial World.* London, 1985.
———. *British Air Strategy Between the Wars.* Oxford, 1984.
Smith, T. *Political Change and Modern Development in Japan: Government Enterprise 1868–1880.* Stanford, Calif., 1955.
———. *The Pattern of Imperialism: The United States, Great Britain and the Late-Industrializing World Since 1815.* Cambridge, 1981.
Snyder, J. *The Ideology of the Offensive.* Ithaca, N.Y., 1984.
Snyder, J.C., and S. F. Wells, eds. *Limiting Nuclear Proliferation.* Cambridge, Mass., 1985.
Solomon, R.H., ed. *The China Factor: Sino-American Relations and the Global Scene.* Englewood Cliffs, N.J., 1981.
Sombart, W. *Krieg und Kapitalismus.* Munich, 1913.
Sontag, R.J. *A Broken World, 1919–1939.* New York, 1971.
Spanier, J.W. *American Foreign Policy Since World War II.* London, 1972 edn.
Spector, R.H. *Eagle Against the Sun: The American War with Japan.* New York, 1985.
Speer, A. *Inside the Third Reich.* New York, 1982 edn.
Spiers, E.M. *The Army and Society 1815–1914.* London, 1980.
Sprout, H., and M. Sprout. *The Rise of American Naval Power, 1776–1918.* Princeton, N.J., 1946 edn.
Spulber, N. *The State and Economic Development in Eastern Europe.* New York, 1966.
Stares, P., "The Modernization of the French Strategic Nuclear Force," *Journal of the Royal United Services Institute for Defence Studies* 125 (1980).
Starr, H. *Henry Kissinger: Perceptions of International Politics.* Lexington, Ky., 1982.
State of the World Economy, The. Cambridge, Mass., 1982.
Stavrianos, L.S. *Global Rift: The Third World Comes of Age.* New York, 1981.
Steel, R. *Pax Americana.* New York, 1977.
Steele, J. *Soviet Power.* New York, 1984.
Steinberg, J., "The Copenhagen Complex," *Journal of Contemporary History* 1 (1966).
Steinbrunner, D.D., and L. V. Segal, eds. *Alliance Security: NATO and the No-First-Use Question.* Washington, D.C., 1983.
Steiner, Z.S. *Britain and the Origins of the First World War.* London, 1977.
———. *The Foreign Office and Foreign Policy 1898–1914.* Cambridge, 1969.
Stella, D. *Crisis and Continuity: The Economy of Spanish Lombardy in the Seventeenth Century.* Cambridge, Mass., 1979.
Stoakes, G. *Hitler and the Quest for World Dominion: Nazi Ideology and Foreign Policy in the 1920s.* Leamington Spa, 1986.
Stockholm International Peace Research Institute. *The Arms Race and Arms Control.* London, 1982.

Stoessinger, J.G. *Nations in Darkness: China, Russia and America.* New York, 1978.
Stokesbury, J.L. *A Short History of World War I.* New York, 1981.
Stone, L. *The Causes of the English Revolution 1529–1642.* London, 1972.
Stone, N. *Europe Transformed 1878–1919.* London, 1983.
———. *The Eastern Front 1914–1917.* London, 1975.
Stork-Penning, J.G., "The Ordeal of the States: Some Remarks on Dutch Politics During the War of the Spanish Succession," *Acta Historiae Neerlandica* 2 (1967).
Storry, R. *A History of Modern Japan.* Harmondsworth, Mddsx., 1982 edn.
———. *Japan and the Decline of the West in Asia 1894–1943.* London, 1979.
Stoye, J.W. *Europe Unfolding 1648–1688.* London, 1969.
———. *The Siege of Vienna.* London, 1964.
Strachan, H. *European Armies and the Conduct of War.* London, 1983.
———. *Wellington's Legacy: The Reform of the British Army, 1830–1854.* Manchester, 1984.
Stradling, R.A., "Catastrophe and Recovery: The Defeat of Spain 1639–43," *History* 64 (1979).
———. *Europe and the Decline of Spain: A Study of the Spanish System, 1580–1720.* London, 1981.
Strengthening Conventional Deterrence in Europe: Proposals for the 1980s. New York, 1983.
Strode, D.L., "Arms Control and Sino-Soviet Relations," *Orbis* 28 (1984).
Stueck, W.W. *The Road to Confrontation.* Chapel Hill, N.C., 1981.
Sullivan, L., "A New Approach to Burden-Sharing," *Foreign Policy* 60 (1985).
Summers, H.G. *On Strategy: A Critical Analysis of the Vietnam War.* New York, 1972.
Sumner, B.H. *Peter the Great and the Emergence of Russia.* London, 1940.
———. *Russia and the Balkans 1870–1880.* London, 1937.
Sutter, R. *China Watch: Toward Sino-American Reconciliation.* Baltimore, 1978.
Svennilson, I. *Growth and Stagnation in the European Economy.* Geneva, 1954.
Symcox, G. *The Crisis of French Sea Power 1689–1697.* The Hague, 1974.
Syrett, D. *Shipping and the American War 1775–83.* London, 1970.
Szamuely, T. *The Russian Traditions,* London, 1974.
Taagepera, R., "Growth Curves of Empires," *General Systems* 13 (1968).
———, "Size and Duration of Empires: Systematics of Size," *Social Science Research* 7 (1978).
Taborsky, E. *Communist Penetration of the Third World.* New York, 1963.
Talbott, S. *Deadly Gambits: The Reagan Administration and the Stalemate in Nuclear Arms Control.* New York, 1984.
Tamborra, A., "The Rise of Italian Industry and the Balkans," *Journal of European Economic History* 3 (1974).
Taubman, W. *Stalin's American Policy: From Entente to Détente to Cold War.* New York, 1982.
Taylor, A.J.P. *The Origins of the Second World War.* Harmondsworth, Mddsx., 1964 edn.
———. *The Struggle for Mastery in Europe 1848–1918.* Oxford, 1954.
———. *The Trouble-Makers: Dissent over Foreign Policy, 1789–1939.* London, 1969 edn.
Taylor, J. *Shadows of the Rising Sun: A Critical View of the "Japanese Miracle."* New York, 1984.
Taylor, R. *The Sino-Japanese Axis.* New York, 1985.
Taylor, T. *Munich: The Price of Peace.* New York, 1979.
Teichova, A. *An Economic Background to Munich.* Cambridge, 1974.
Thies, J. *Architekt der Weltherrschaft: Die "Endziele" Hitlers.* Düsseldorf, 1976.

Thiry, J. *La Guerre d'Espagne.* Paris, 1966.
Thomas, H. *History of the World.* New York, 1979 edn.
Thompson, E.P. *Zero Option.* London, 1982.
——, and D. Smith, eds. *Protest and Survive.* Harmondsworth, Mddsx., 1980.
Thompson, I.A.A. *War and Government in Habsburg Spain 1560–1620.* London, 1976.
Thompson, J.W. *Italian Civil and Military Aircraft 1930–1935.* Fallbrook, Calif., 1963.
Thomson, D. *Europe Since Napoleon.* Harmondsworth, Mddsx., 1966 edn.
——. *The Aims of History.* London, 1969.
Thorne, C. *The Issue of War: States, Societies, and the Far Eastern Conflict of 1941–1945.* London, 1985.
——. *The Limits of Foreign Policy: The West, the League and the Far Eastern Crisis of 1931–1933.* London, 1972.
Thornton, A.P. *The Imperial Idea and Its Enemies.* London, 1966.
Thornton, R.C. *The Bear and the Dragon.* New York, 1972.
Thucydides. *The Peleponnesian War.* Harmondsworth, Mddsx., 1954 edn.
Thurow, L. *The Zero-Sum Society.* New York, 1980.
Tilly, C., ed. *The Formation of the National States in Western Europe.* Princeton, N.J., 1975.
Toby, R.P. *State and Diplomacy in Early Modern Japan.* Princeton, N.J., 1984.
Tocqueville, A. de. *Democracy in America,* 2 vols. New York, 1945 edn.
Tokes, R.L. *Euro-Communism and Détente.* New York, 1978.
Toland, J. *No Man's Land: The Story of 1918.* London, 1980.
Tomlinson, B.R., "The Contraction of England: National Decline and the Loss of Empire," *Journal of Imperial and Commonwealth History* 11 (1982).
——. *The Political Economy of the Raj 1914–1947.* Cambridge, 1979.
Towle, P., "The European Balance of Power in 1914," *Army Quarterly and Defense Journal* 104 (1974).
Toynbee, A.J., and F. T. Ashton-Gwatkin, eds. *The World in 1939.* London, 1952.
Trachtenberg, M. *Reparation in World Politics: France and European Diplomacy 1916–1923.* New York, 1980.
Trask, D.F. *The War with Spain in 1898.* New York, 1981.
Trebilcock, C. *The Industrialization of the Continental Powers 1780–1914.* London, 1981.
Treverton, G.F. *Making the Alliance Work: The United States and Europe.* Ithaca, N.Y., 1985.
Tuchman, B.W. *Stilwell and the American Experience in China.* New York, 1971.
Tucker, N.B. *Patterns in the Dust: Chinese-American Relations and the Recognition Controversy 1949–50.* New York, 1983.
Tucker, R.W., "Swollen State, Spent Society: Stalin's Legacy to Brezhnev's Russia," *Foreign Affairs* 60 (1981–82).
——. *The Purposes of American Power.* New York, 1981.
Tunstall, B. *William Pitt, Earl of Chatham.* London, 1938.
Turner, L.C.F. *Origins of the First World War.* London, 1970.
Ulam, A. *Dangerous Relations: The Soviet Union in World Politics 1970–1982.* New York, 1983.
——. *Expansion and Coexistence: The History of Soviet Foreign Policy 1917–1973.* New York, 1974.
Ungar, S.J., ed. *Estrangement: America and the World.* New York, 1985.
van der Wee, H., "Monetary, Credit and Banking Systems," *The Cambridge Economic History of Europe,* vol. v. Cambridge, 1977.
Van Ness, P. *Revolution and Chinese Foreign Policy.* Berkeley, Calif., 1971.

Varg, P.A. *Missionaries, Chinese, and Diplomats . . . 1890–1952.* Princeton, N.J., 1952.
Vatter, H.G. *The Drive to Industrial Maturity: The U.S. Economy, 1860–1914.* Westport, Conn., 1975 edn.
Vernadsky, G. *The Tsardom of Muscovy, 1547–1682.* New Haven, Conn., 1969.
Viljoen, S. *Economic Systems in World History.* London, 1974.
Vogel, B. *Deutsche Russlandpolitik, 1900–1906.* Düsseldorf, 1973.
Vogel, E.F. *Japan as Number One: Lessons for America.* New York, 1980 edn.
———, "Pax Nipponica?," *Foreign Affairs* 64 (1986).
Volcker, K.-H. *Die deutsche Luftwaffe 1933–1939.* Stuttgart, 1967.
Wagenfuhr, R. *Die deutsche Industrie im Kriege 1939–1945.* Berlin, 1963.
Waite, RA.L. *Vanguard of Nazism: The Free Corps Movement in Postwar Germany.* Cambridge, Mass., 1952.
Waites, N., ed. *Troubled Neighbours: Franco-British Relations in the Twentieth Century.* London, 1971.
Walden, P. *The Short Victorious War: A History of the Russo-Japanese War, 1904–5.* New York, 1974.
Walker, G.J. *Spanish Politics and Imperial Trade 1700–1789.* Bloomington, Ind., 1979.
Waller, B. *Bismarck at the Crossroads: The Reorientation of German Foreign Policy After the Congress of Berlin 1878–1880.* London, 1974.
Wallerstein, I. *The Modern World System,* 2 vols. to date. London, 1974, 1980.
Waltz, K. *Man, the State and War.* New York, 1959.
Waltz, K.N., "Toward Nuclear Peace," Wilson Center, International Security Studies, Working Paper 16.
Wandycz, P. *France and Her Eastern Allies 1919–1925.* Minneapolis, 1962.
———. *The Twilight of the French Eastern Alliances, 1926–1936,* forthcoming.
Wangermann, E. *The Austrian Achievement.* New York, 1973.
Waters, A. *Britain's Industrial Renaissance.* London, 1986.
Watson, M.S. *Chief of Staff: Pre-War Plans and Preparations.* Washington, D.C., 1950.
Watt, D.C. *Too Serious a Business: European Armed Forces and the Approach of the Second World War.* London, 1975.
Webber, C., and A. Wildavsky. *A History of Taxation and Expenditure in the Western World.* New York, 1986.
Weber, E. *The Nationalist Revival in France, 1905–1916.* Berkeley, Calif., 1959.
Webster, C.K. *The Foreign Policy of Castlereagh, 1812–1815: Britain and the Reconstruction of Europe.* London, 1931.
Wedgewood, C.V. *The Thirty Years War.* London, 1964 edn.
Wegs, J.R. *Europe Since 1945,* 2nd edn. New York, 1984.
Wehler, H.-U. *Bismarck und der Imperialismus.* Cologne, 1969.
Weigley, R.F. *History of the United States Army.* Bloomington, Ind., 1984 edn.
———. *The American Way of War: A History of the United States Military Strategy and Policy.* Bloomington, Ind., 1977 edn.
Weinberg, G. *The Foreign Policy of Hitler's Germany,* 2 vols. Chicago, 1970, 1980.
Weinberger, C. *Report of the Secretary of Defense Caspar W. Weinberger to the Congress on Fiscal Year 1984 Budget.* Washington, D.C., 1983.
———, "U.S. Defense Strategy," *Foreign Affairs* 64 (1986).
Weller, J. *Wellington in the Peninsula.* London, 1962.
Wells, S.F., "Sounding the Tocsin: NSC-68 and the Soviet Threat," *International Security* 4 (1979).
Wendt, B.J., "Freihandel und Friedenssicherung: Zur Bedeutung des Cobden-Vertrags von 1860 zwischen England und Frankreich," *Vierteljahresschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte* 61 (1974).

Wernham, R.B. *Before the Armada: The Growth of English Foreign Policy 1485–1588.* London, 1966.
———. *The Making of Elizabethan Foreign Policy 1588–1603.* Berkeley, Calif., 1980.
Wesson, R.G. *State Systems: International Relations: Politics and Culture.* New York, 1978.
Westwood, J.N. *Russia Against Japan, 1904–5: A New Look at the Russo-Japanese War.* London, 1986.
Whelan, J.G. *World Communism, 1967–1969: Soviet Attempts to Reestablish Control.* Washington, D.C., 1970.
Whetten, L.L. *Germany's Ostpolitik.* London, 1971.
———, "The Mediterranean Threat," *Survival* 8 (1980).
White, J.A. *The Diplomacy of the Russo-Japanese War.* Princeton, N.J., 1964.
Whittam, J. *The Politics of the Italian Army 1861–1918.* London, 1977.
Wight, M. *Power Politics.* Harmondsworth, Mddsx., 1979.
Wildman, A.K. *The End of the Russian Imperial Army.* Princeton, N.J., 1980.
Wilkinson, E. *Misunderstanding: Europe versus Japan.* Tokyo, 1981.
Williams, E.N. *The Ancien Régime in Europe 1648–1789.* Harmondsworth, Mddsx., 1979 edn.
Williams, G. *The Expansion of Europe in the Eighteenth Century.* London, 1966.
Williams, J. *The Home Fronts: Britain, France and Germany, 1914–1918.* London, 1972.
Williams, J.B. *British Commercial Policy and Trade Expansion 1750–1850.* Oxford, 1972.
Williams, P. *The Tudor Regime.* Oxford, 1979.
Williams, W.A. *The Roots of the Modern American Empire.* New York, 1969.
Willmott, H.P. *Empires in the Balance.* Annapolis, Md., 1982.
Wilson, A.M. *French Foreign Policy During the Administration of Cardinal Fleury.* Cambridge, Mass., 1936.
Wilson, C.H., ed. *Economic History and the Historian: Collected Essays.* London, 1969.
———. *Anglo-Dutch Commerce and Finance in the Eighteenth Century.* Cambridge, 1966 reprint.
———. *The Dutch Republic and the Civilization of the Seventeenth Century.* London, 1968.
———. *The Transformation of Europe 1558–1648.* London, 1976.
Wimbush, W.E., ed. *Soviet Nationalities in Strategic Perspective.* New York, 1985.
Windelband, W. *Bismarck und die europäischen Grossmächte 1878–85.* Essen, 1940.
Windsor, P. *German Reunification.* London, 1969.
Winter, J.M., ed. *War and Economic Development.* Cambridge, 1975.
Wittek, P. *The Rise of the Ottoman Empire.* London, 1938.
Wittram, R. *Peter I. Czar und Kaiser,* 2 vols. Göttingen, 1964.
Wolf, A. *A History of Science, Technology and Philosophy in the Sixteenth and Seventeenth Centuries.* New York, 1935.
Wolf, J.B. *Louis XIV.* London, 1968.
———. *The Emergence of the Great Powers 1685–1715.* New York, 1951.
———. *Toward a European Balance of Power 1620–1715.* Chicago, 1970.
Wolfe, M. *The Fiscal System of Renaissance France.* New Haven, Conn., 1972.
Wolfe, T. *Soviet Power and Europe, 1945–1970.* Baltimore, Md., 1970.
Wolfers, A. *Britain and France Between Two Wars.* New York, 1966 edn.
Woodruff, W. *America's Impact on the World: A Study of the Role of the United States in the World Economy 1750–1970.* New York, 1973.
———. *Impact of Western Man: A Study of Europe's Role in the World Economy 1750–1960.* New York, 1967.

Woods, J. (pseudonym), "The Royal Navy Since World War II," *U.S. Naval Institute Proceedings* 108 (1982).
Woodward, D.R. *Lloyd George and the Generals.* Newark, N.J., 1983.
Wright, G. *The Ordeal of Total War, 1939–1945.* New York, 1968.
Wright, Q. *A Study of War.* Chicago, 1942.
Yahuda, M.B. *China's Role in World Affairs.* New York, 1978.
Yang, L.-S. *Money and Credit in China.* Cambridge, Mass., 1952.
Yardley, H. *The American Black Chamber.* New York, 1931.
Yonosuke, N., and A. Iriye, eds. *The Origins of the Cold War in Asia.* New York, 1977.
Yost, D.S. *France and Conventional Defense in Central Europe.* Boulder, Col., 1985.
———, "France's Deterrent Posture," *Adelphi Papers* 194 and 195 (1985).
Young, J.W. *Britain, France and the Unity of Europe 1945–51.* Leicester, 1984.
Young, L.K. *British Policy in China 1895–1902.* Oxford, 1970.
Young, R.J. *In Command of France: French Foreign Policy and Military Planning 1933–1940.* Cambridge, Mass., 1978.
Ziemke, E.F. *Stalingrad to Berlin: The German Defeat in the East 1942–1945.* Washington, D.C., 1968.
Zuckerman, S. *Nuclear Illusion and Reality.* London, 1982.